Universidade Aberta – UAB

Departamento de História

Curso de Doutoramento em História - Especialidade: Estudos avançados do Património

Monumentos Sacros da Ribeira Grande de Santiago (sec. XV- XX/XXI)

Doutoranda: Maria do Rosário Fontaínhas

Orientador: Professor Doutor Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor

LISBOA, 2017

Universidade Aberta - UAB

Departamento de História

Curso de Doutorado Mestrado em História - Especialidade: Estudos avançados do Património

Maria do Rosário Fontaínhas

Monumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago

Dissertação apresentada à Universidade Aberta de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor, na área de História, realizada sob a direcção científica do Professor Doutor Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta.

Orientador: PROFESSOR DOUTOR EUGÉNIO DIAS FERREIRA DE ALMEIDA FLOR

Trabalho elaborado por Maria do Rosário Fontaínhas, Aprovado pelos membros do Júri e homologado pelo Conselho Científico como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Júri

(Presidente)

(Arguente)

(Orientador)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Victor Gabriel da Cruz Neves Livramento Mendes e Maria Guiomar dos Santos Fontaínhas Mendes, pelo apoio que me concederam, sempre e em todas as esferas da minha vida académica, profissional e familiar.

À minha avó, Maria do Rosário da Cruz Neves.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Lourenço Gomes e ao Professor Doutor Baltasar Neves, do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Cabo Verde, e a todos os colegas do mesmo, pela solidariedade e disponibilidade e colaboração a mim dispensadas durante a efectivação desta tese.

Agradecimentos especiais ao Professor Doutor Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor, pela simpatia e amabilidade, pela paciência e permanente disponibilidade, pelo estímulo, pelas sugestões, pela sua sábia orientação ao longo da realização desta dissertação.

Agradecimentos a todos os que me dispensaram o seu tempo, as informações e documentação necessárias à realização desta dissertação, especialmente o Padre António Manuel Monteiro Silves Ferreira (Padre Ima) e os quadros do salão paroquial da praia, os quadros dirigentes do Arquivo Histórico de Cabo Verde, da Curadoria da Cidade Velha, dos Municípios da ilha de Santiago, do Ministério da Cultura, do IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural, e dos museus da cidade da Praia, e das outras cidades da ilha de Santiago.

ÍNDICE GERAL

Introdução..... 32

CAPÍTULO I - Descoberta e povoamento das ilhas de Cabo Verde: a acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura da Cidade da Ribeira Grande, o primeiro espaço povoado da Ilha de Santiago. ..... **Erro! Marcador não definido.**

1. Descoberta e povoamento da ilha de Santiago e das restantes ilhas do arquipélago de Cabo Verde..... **Erro! Marcador não definido.**

1.1. A acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura do primeiro espaço povoado da ilha de Santiago..... **Erro! Marcador não definido.**

2. Progresso e prosperidade da Ribeira Grande de Santiago.**Erro! Marcador não definido.**

3. A decadência da Cidade da Ribeira Grande e suas consequências.**Erro! Marcador não definido.**

4. A sociedade escravocrata de Cabo Verde - génese e especificidades.**Erro! Marcador não definido.**

4.1. Complexidade e importância da miscigenação na formação da sociedade cabo-verdiana. ..... **Erro! Marcador não definido.**

4.2. O papel da Igreja católica na formação e difusão da língua portuguesa e do crioulo. ..... **Erro! Marcador não definido.**

4.2.1. Um olhar acerca da identidade nacional e cultural. .. **Erro! Marcador não definido.**

5. A sociedade e a cultura cabo-verdiana (sec. XV a XVIII/XIX) – o papel da igreja na formação da sociedade e da cultura cabo-verdianas. ..... **Erro! Marcador não definido.**

6. A cultura cabo-verdiana - práticas e costumes; o papel da igreja católica no combate a estas manifestações culturais e na mobilização dos rendeiros para a organização de revoltas contra os morgados e as autoridades locais (sec. XVII a XX).**Erro! Marcador não definido.**

CAPÍTULO II - Monumentos Culturais da Cidade da Ribeira Grande de Santiago ..... **Erro! Marcador não definido.**

1. Os Monumentos Culturais pertencentes ao sistema de defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago. ..... **Erro! Marcador não definido.**

1.1. História da construção e restauro da Fortaleza Real de S. Filipe. 113

1.2 Restauro da Fortaleza de S. Filipe – intervenções e achados. 125

1.2.1. Troca de Correspondência oficial (anos 60), com vista a acelerar o processo de restauro da Fortaleza de S. Filipe. 128

1.3 Restauro da Fortaleza – análise da memória descritiva. 134

1.4. Intervenção arqueológica na Fortaleza – resultados acerca da Capela de S. Gonçalo. 145
1.4.1 Materiais recuperados nas escavações arqueológicas à Fortaleza – os achados referentes à capela de S. Gonçalo..... 156
1.5. Caracterização arquitéctónica da Fortaleza e sua importância estratégica e turística. 162
1.5.1. Restauro da capela de S. Gonçalo. 178
1.5.2 .1 Intervenção arqueológica na capela de S. Gonçalo..... 179
1.6. Intervenção arqueológica no forte de S. António - a Capela de S. António. 181
1.7. As intervençôes de Luís Benavente em Cabo Verde. 183
2. Monumentos Civis e Espaços Públicos..... 190
2.1. Monumentos Civis - o Pelourinho. 191
2.2. Os Espaços Públicos..... 199
3. Proposta do Plano de Desenvolvimento Municipal – PDM, da Câmara Municipal de Santiago: os Monumentos Civis e Públicos que devem fazer parte do Património Construído da cidade..... 201
3.1. A Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande. 201
3.2. A Antiga hidrobase aeropostal de Calheta de São Martinho. 203
3.2.1. – Localização e História..... 203
3.3. A Pousada Nacional de São Pedro..... 208
CAPÍTULO III – A cidade da Ribeira Grande de Santiago – fundação, progresso e decadência: preservação dos monumentos civis e religiosos..... 210
1. Análise e características do espaço urbano. 217
1.1. Localização e implantação urbana – adaptação à topografia local. 221
1.2. A construção orgânica e a estrutura da malha urbana dos Bairros..... 228
1. 3. A estrutura da malha urbana e a rede viária da Ribeira Grande..... 239
1.4. Caracterização dos lotes e ocupação do solo. 242
2. Espaços públicos – caracterização. 248
3. Adaptação da cidade à topografia local..... 249
4 A construção do espaço urbano da cidade da Ribeira Grande. 251
5. Fases de desenvolvimento socioeconómico e urbano da Cidade da Ribeira Grande.263
6. Intervenções arqueológicas e de restauro..... 271
7. Estado de conservação do sítio..... 277
8. Intervenções Arquitectónicas e Escavações Arqueológicas na "zona baixa" da cidade da Ribeira Grande..... 278

9. Intervenções arqueológicas realizadas durante o governo colonial português e depois da independência de Cabo Verde (1975)…….279

10.Participação da Câmara Municipal na preservação do Património da cidade da Ribeira Grande. 285

10.1. As habitações – intervenções da Câmara Municipal na sua preservação. 289

10.2. Restauro, valorização e conservação de habitações e monumentos..... 292

10.3. Critérios de classificação do sítio. 294

10.4. Conservação e gestão do património. 295

11. Particularidades da descrição física e da análise da estrutura socioeconómica da Cidade da Ribeira Grande..... 297

12. Cidade da Ribeira Grande de Santiago, Património Universal – políticas locais e governamentais..... 308

13. Preservação dos monumentos da cidade da Ribeira Grande - estado de conservação do sítio. 310

CAPÍTULO IV - Os Momumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. 328

1. A cristianização e a evangelização das ilhas de Cabo Verde. 331

1.1. Igrejas e Paróquias - sua fundação. 349

1.2. Herança edificada da "Cidade Velha" representativa da autoridade religiosa – preservação dos monumentos sacros mais representativos pelo Município de Santiago. 356

2. O Património Sacro da cidade da Ribeira Grande - estudo analítico de cada um dos elementos deste conjunto. 362

2.1. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – localização, história, arquitectura, imaginária religiosa e arte sacra. 363

2.1.1. Localização, história, implantação urbana e arquitetura. 364

2.1.2. Construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário - História. 372

2.1.3. Devoção ao Rosário - A Confraria de Nossa Senhora do Rosário. 384

2.1.3.1. A constituição de confrarias nas ilhas de Cabo Verde. 398

2.1.4. Restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 421

2.1.5. Nomeação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário a Monumento Nacional – recheio e decoração. 441

2.1.6.1. Descrição e análise da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 451

2.1.6.1.1. O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução: elementos da composição fundamentados e descritos no projecto. 451

2.1. 6.1.2. Descrição do interior da igreja – Aspectos formais. 453

2.1.6.1.3. O interior do edifício na planta e depois de executado. 455

2.1.6.2. Descrição e análise da obra arquitetónica na sua parte exterior. 464

2.1.6.2.1. Descrição e análise da fachada principal..... 464
2.1.6.2.2. Escadaria de acesso à fachada posterior..... 469
2.1.6.2.3. Acesso à Torre da Igreja, à fachada lateral esquerda e à fachada posterior..... 470
2.1.6.2.4. O pátio da fachada dianteira e da fachada lateral da direita..... 475
2.1.6.2.5. O Ambiente exterior próximo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário..... 476
2.1.6.2.6. Casa contígua que fica na rua da Carreira..... 477
2.1.6.3. O interior da igreja: Imagem emoldurada da santa padroeira - O simbolismo da imagem da santa padroeira e dos objectos de arte sacra. 480
2.1.6.3.1. Elementos de arte sacra – o recheio da sacristia e da nave da igreja. 482
2.1.6.3.2. Elementos da Arte Sacra da Sé que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça. 491
2.1.6.3.3. Elementos da Arte Sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 494
2.1.6.3.4 Elementos fotografados no Museu Arqueológico da Praia pertencentes à arte sacra..... 495
2.1.6.3.4.1. Elementos fotografados no Museu Arqueológico da Praia pertencentes à arte sacra..... 495
2.1.6.4. Representação da imaginária religiosa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.. 496
2.1.6.5. Descrição da capela gótica. 498
2.1.7. A celebração do Santíssimo Nome de Jesus. 504
2.1.8. Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – instalação da réplica do púlpito usado pelo Padre António Vieira. 506
2.1.9. Elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, actualmente dispostos na Igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia 507
2.1.9.1 Cálice Custódia com inscrição da igreja de Nossa Senhora do Rosário, que se encontra na igreja de Nossa Senhora da Graça. 507
2.1.9.2. Elementos da Arte Sacra da Sé, dispostas na igreja de Nossa Senhora da Graça. 508
2.1.9.3. A decoração da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta elementos que seriam da Sé. ..... **Erro! Marcador não definido.**
2.1.10 Bens imóveis pertencentes à freguesia do "*Santíssimo Nome de Jesus da ilha de São Thiago"*. 511
2.1.11 Elementos da Arte Sacra do Museu de Arqueologia da Praia..... 516
2.1.11.1. Elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, dispostos no Museu de Arqueologia da Praia – Pias Baptismais..... 516
2.1.11.2. Sacrário..... 518
2.1.11.3. Elementos e adornos relacionados com a endumentária das armadas, adornos, objectos relacionados com a religião católica, e outros, dispostos no Museu de Arqueologia da Cidade da Praia..... 519
2.1.11.4. Outros elementos identificados no Museu de Arqueologia da Praia. 527

2.1.11.5. Elementos culturais dispostos no Museu de Arqueologia da Praia que se relacionam com a colonização das ilhas de Cabo Verde. 528

2.1.12. Arte Sacra de outras igrejas - O cálice de Lançarote Esteves. 530

2.1.12.1. Descrição do cálice de Lançarote Esteves..... 531

2.1.12.2. A origem do cálice da igreja de S. Nicolau. 533

2.1.12.3. Quem era Lançarote Esteves. 535

2.1.12.3.1. A banqueta D. João V. 540

2.1.13. Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – instalação da réplica do púlpito usado pelo Padre António Vieira. 541

2.1.14. Igrejas de interesse turístico de outras ilhas de Cabo Verde. 542

2.1.14.1 A igreja de Nossa Senhora do Rosário da vila da Ribeira Brava de S. Nicolau. 546

2.1.14.2. Preservação e ampliação de igrejas na actualidade - contestações pelo IIPC e investigadores. 552

2.1.15. Preservação do sítio histórico da Cidade Velha e dos bens da igreja católica – o que dizem os documentos mais expressivos. Estudos realizados e vozes a favor da preservação da Cidade Velha. 557

2.15.1. Relatório da missão de Paulo Azevedo: "Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde". 558

2.1.15.2. Relatório – Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde (1969). 570

2.1.15.3. Relatório do Dr. Geral de Economia, Engenheiro Ruy de Araújo Ribeiro e o Parecer de Luís Benavente. ..... **Erro! Marcador não definido.**

2.1.15.4. SÍNTESE do « PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA » de Jean-Pierre Wieczorek. 585

2.1.15.5. Catálogo de exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago. 599

2.1.15.6. "Cidade Velha nas mãos do arquitecto Siza Vieira". 603

2.1.15.7. "Operação Cidade Velha". 604

2.1.15.8. Síntese do prefácio do livro de Daniel Pereira, *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, escrito por Félix Monteiro. 609

2.1.15.9. Relatório de G. Mester de Parajd (1984)..... 616

2.1.16. Vozes que se levantaram, no passado e no presente, em defesa da preservação da Cidade da Ribeira Grande. 618

2.1.17. O que diz a comunicação social: alguns artigos significativos. 619

2.1.18. Actualização do Plano de Gestão (2013-2017). 624

2.1.19. Desenvolvimento do Turismo - Percurso Museológico. 627

2.1.20. Legislação acerca da preservação do sítio histórico da Ribeira Grande. 630

2.2. As ruinas da Sé Catedral. 641

2.2.1. Localização e história. 642

2.2.2. Arquitectura da Sé. 666
2.2.3. A construção da Sé – longos anos de interrupção das obras. 686
2.2.4. Restauro da Sé Catedral. ..... **Erro! Marcador não definido.**
2.2.5. Caracterização da Sé - descrição arquitetónica e artística. 692
2.2.5.1. Construção da Sé - Elementos culturais de decoração que fazem parte do recheio da Sé. 696
2.2.6. Caracterização arquitectónica e artística da Sé. 701
2.2.7. O Restauro da Sé – anos 60, 70, 88/89, 1922 e 1989. 702
2.3. A Igreja e o Hospital da Misericórdia. 705
2.3.1. Localização e história. 705
2.3.2.Caracterização arquitectónica e artística da igreja da Misericórdia. 716
2.3.2.1. Arquitectura das casas das Misericórdias no século XVI: tipologias. 731
2.3.2.2. Tranferência da Misericórdia da Ribeira Grande. 741
2.3.3. Degradação e restauração da Igreja e da Casa da Misericórdia. 746
2. 3. 3.1. Restauro da Torre da Igreja da Misericórdia. 752
2.4. Capela de S. Roque (séc. XVI) – localização e história. 756
2.4.1. Restauro da Capela de S. Roque. 757
2.5 O Convento e igreja de S. Francisco. 766
2.5.1. Localização e história da igreja e do Convento de S. Francisco. 767
2.5.2 Restauro da Igreja de S. Francisco e sua funcionalidade. 783
2.6. As ruínas do Colégio dos Jesuítas (séc. XVII) – a igreja do colégio. 785
2.6.1. Localização e história, características arquitectónicas e artísticas. 786
2.6.2. Escavações arqueológicas no Colégio dos Jesuítas 794
2.7. As ruínas da Igreja da N. S. da Conceição (séc. XV/XVII). 796
2.7.1. Localização e história. 796
2.7.2. Campanhas arqueológicas 2006/2007 e 2015 - resultados para a igreja de Nossa Senhora da Conceição. 802
2.8 As ruínas da Ermida do Monte Alverne (séc. XVI / XVII). 837
2.8.1 Localização e história. 837
2.9. As ruínas da Igreja de S. Luzia (sec. XVI/XVII). 840
2.9.1. Localização e história. 840
2.10. A Ermida de S. Brás. 843
2.10.1. Localização e história. 843
2.11. Ermida de S. Marta. 847
2.11.1. Localização e história. 847
2.12. Capelas da Via Sacra. 850

2.13. As Ruínas da Capela de São Pedro. 868
2.13.1. Localização e história. 868
2.14. Ruínas da Capela de Santíssima Trindade. 870
2.14.1. Restauro da Capela da Santíssima Trindade. 871
2.15. A Igreja Paroquial de São Martinho Grande. 874
2.16. Capela de São João Baptista. 875
2.17. Capela de Belém. 876
2.18. Altar da Santíssima Cruz. 877
3. Conclusões e considerações - declaração do sítio Histórico da Cidade Velha. 882
4. O edifício da Sede do Bispado (séc. XVI) - a capela do Palácio Episcopal. 890
4.1. Construção e Arquitetura do Palácio Episcopal. 890
4.1.1. Plano arquitectónico do Palácio Episcopal - A capela. 898
5. Conclusões do Relatório Diagnóstico e acerca dos edifícios religiosos. 900
5.1.Conclusão acerca do número de ermidas, capelas e igrejas do sítio histórico da Cidade Velha. 902
6. Políticas e programas de valorização e promoção. 905
6.1. Programa de salvaguarda e inventariação de peças de cantaria e elementos culturais pertencentes aos edifícios religiosos pela Curadoria da Cidade Velha. 906
6.2.1. Seguimento – indicadores para medição do estado de conservação. 909
6.2.2. Os "dossier's" e os inventários mais recentes. 910
7. O Turismo Religioso – potencialidades e participação na melhoria de vida da população local. 910
CONCLUSÃO 917
BIBLIOGRAFIA 955
ANEXO DOCUMENTAL 1009

Índice de Quadros

Quadro I - igreja de Nossa Senhora do Rosário: classificação do revestimento do piso e das paredes..... **Erro! Marcador não definido.**
Quadro II - Classificação da Imagem..... **Erro! Marcador não definido.**
Quadro III - Áreas definidas pelo relatório "Operação Cidade Velha". .....**Erro! Marcador não definido.**
Quadro IV - Bens deixados pelos testadores..... 743
Quadro V - Capelas e morgados pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande ..... **Erro! Marcador não definido.**
Quadro VI - Detalhes dos azulejos com relevos (2007)..... **Erro! Marcador não definido.**
QuadroVII - Património Construído do Município..... 880
Quadro VIII - Festas de Romaria do Município de Santiago..... 881
Quadro IX - Festas Religiosas do Município de Santiago 882
Quadro X - Desemprego na camada jovem. 912
Quadro XI - Zonas mais afectadas pelo desemprego..... 913
Quadro XII - Taxa de desemprego (%) por concelho, meio de residência e sexo (IMC – 2015)..... 914

Indice de Gráficos

Gráfico I - População 2009/2010 911
Gráfico II - Desemprego 2010/2015..... 912
Gráfico III - Taxa de desemprego dos jovens (idade compreendida entre 15-24 anos). 913
Gráfico IV - Edifícios religosos preservados 915
Gráfico V - Edifícios religiosos que beneficiaram de intervenções arqueológicas..... 915

Índice de Figuras

Figura 1 – 1ª Imagem: Localização do arquipélago de Cabo Verde (a 500 Km do promontório de cabo verde, no Senegal). 2ª Imagem. A Cidade Velha localiza-se ao sul da ilha de Santiago. .....**Erro! Marcador não definido.**
Figura 2 - Carta da Europa Central e nordeste de África.**Erro! Marcador não definido.**
Figura 3 - Cidade da Ribeira Grande. Panorâmica. .....**Erro! Marcador não definido.**
Figura 4 - Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e a Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. .....**Erro! Marcador não definido.**
Figura 5 - Rota do comércio de escravos do sec. XV ao sec. XVII.**Erro! Marcador não definido.**
Figura 6 - 1ª Imagem: Planta da purgueira. 2ª Imagem: Apanha das sementes de purgueira, vigiada pelos senhores a cavalo, animal apropriado ao terreno fragoso. 3ª Imagem: Mulheres pilando as sementes de purgueira. .....**Erro! Marcador não definido.**
Figura 7 - 1ª Imagem: Localização da Fortaleza. .....**Erro! Marcador não definido.**
Figura 8 - 1ª Imagem: Localização da Fortaleza.2ª Imagem: Castelo de S. Filipe, de Setubal. 115
Figura 9 - 1ª Imagem: Uma larga porta de entrada. 2ª Imagem: Uma das barreiras da protecção da cidade localizada no Forte de São Lourenço. 117
Figura 10 - 1ª Imagem: Assentamento da Cidade da Ribeira Grande com seu aparato de defesa. Gravura aguarelada. Dim. aprox. 22x17 cm. Sec. XVII. AHU. 2ª Imagem: Planta da cidade da Ribeira Grande de 1778 de Carlos António Andréa. 121
Figura 11 - 1ª Imagem: Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Cabo Verde com as suas fortificações, e o estado delas e da sua artilharia. Manuscrita, aguarelada Dim. aprox. 41x32. Escala *[C.A. 1769]*. Inventário Cartográfico. 123
Figura 12 - 1ª Imagem: Localização das estruturas militares de Ribeira Grande. 124
Figura 13 - 1ª Imagem: Planta da Fortaleza da autoria de Luís Benavente. 2ª Imagem: Planta da Fortaleza com indicações escritas das intervenções. 3ª Imagem: Fortaleza de São Filipe, Ribeira Grande, Ilha de Santiago. Planta Geral. 127
Figura 14 - A Fortaleza de S. Filipe e a Muralha do Mar, antes e depois da consolidação (1999 a 2003). 128
Figura 15 - 1ª Imagem: Planta Geral da Fortaleza de S. Filipe com a indicação das construções interiores e da cisterna. 2ª Imagem: Planta Geral da Fortaleza. 134

Figura 16 - 1ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de sudeste. 2ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de Sudoeste. 3ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de noroeste. 135
Figura 17 - 1ª Imagem: Projecto da Casa do Governador da Praça – alçado do topo sudeste. 2ª Imagem: Casa do Governador - Alçado do topo Nordeste. 3ª Imagem: Casa do Governador - Alçados do topo Noroeste. 1969. 4ª Imagem: Casa do Governador - Alçado Sudoeste (Posterior). 5ª Imagem: Alçado do Topo Sudeste posterior. 6ª Imagem: Casa do Governador da Praça – coberturas. 137
Figura 18 - 1ª Imagem: Casa do Governador - Corte AB; 2ª Imagem: Casa de Guarnição- Corte AB e CD. 3ª Imagem: Pavimento. 4ª Imagem: Cisterna - Corte AB e CD. Planta da Cisterna. 5ª Imagem: Planta dos dormitórios.. 139
Figura 19 - 1ªImagem: Planta da cidade da Ribeira Grande. 2ª, 3ªe 4ª Imagens: 3 Plantas da fortaleza com o desenhos das obras a serem realizadas. 5ª Imagem: 1 planta de localização da Fortatela. 6ª Imagem: 1 planta de localização da Fortaleza e uma da ilha de Santiago, sinalisando a cidade da Ribeira Grande. 7ª Imagem: Pormenores das intervenções a serem realizadas na Fortaleza.....…… 142
Figura 20 - Projecto de reconstrução de interiores da Casa do Governador da praça da Fortaleza Real de S. Filipe.. 145
Figura 21 - Assalto de Drake a Santiago. 149
Figura 22 - 1ª Imagem: Planta da Fortaleza com a indicação dos trabalhos arqueológicos. Trabalhos realizados no pátio da Fortaleza: a este da capela um alinhamento de pedras sobressai sob os restos originais do fecho este. 2ª Imagem: Reconstrução moderna em maqueta da Fortaleza de S. Filipe, Traçado da barbacan. Foto de Jésus Couso. 150
Figura 23 - 1ªImagem: Empedrado e recintos da área. 2ª Imagem: Ruínas da Capela de S. Gonçalo. 3ª Imagem: Recintos e casa de guarnição.. 150
Figura 24 - 1ª Imagem: Cisterna e planta da cisterna - secção e alçado; 2ª Imagem: Canal de captação da cisterna e paióis; 3ª Imagem: A Capela de S. Gonçalo e recintos; 4ª Imagem: Detalhe do interior da cisterna; 5ª Imagem: Cisterna e canal de captação após intervenção e cisterna-interior com novo acesso; 6ª Imagem: Detalhe do antemuro exterior; 7ª Imagem: Detalhe do interior da Cisterna; 8ª Imagem: Recintos da área A e Cárceres. Planta dos Paióis e armazéns; 9ª Imagem: Detalhe do antemuro exterior; 10ª Imagem: Porta da cidade: detalhes Porta da cidade. 11ª Análise e projecto consolidado. 12ª, 13ª, 14ª e 15ª imagens: A cisterna, o interior com placas sobre a história deste monumento e a escadaria de cantaria sob a de madeira mais actual. 153
Figura 25 - 1ª Imagem: Plano da Fortaleza com zonas de intervenção; 2ª Imagem: Plano da Fortaleza -Áreas de actuação arqueológica.. 155
Figura 26 - 1ª Imagem - Materiais variados recuperados na escavação – porcelana; 2ª Imagem: Materiais diversos recuperados na escavação – cerâmica - louça comum, e artigos em vidro; 3ª Imagem: Metais - Balas de canhão de dimensão entre 8 e 122 cm; 4ª Imagem: Metais - Jetão e moedas encontradas na escavação da fortaleza..... 157
Figura 27 - A Fortaleza de S. Filipe e a Cidade... 163
Figura 28 -1ª e 2ª Imagens: A Fortaleza oferece um panorama do conjunto do sítio, incluindo o fundo do vale. 3ª Imagem: Vista aérea actual da Fortaleza. O mar localiza-se à direita da imagem. 4ª imagem: Fortaleza de São Filipe; 5ª Imagem: Ruinas do Forte do Presídio. 6ª Imagem: Ruinas do forte de São Veríssimo. 7ª Imagem: Vista da Fortaleza pelo lado do planalto, para quem chega da cidade da

Praia. É a peça fundamental do sistema defensivo da cidade. 8ª Imagem*:* Fachada esquerda da Fortaleza. A Porta da esquerda era o acesso inicial que ligava o Forte à cidade. 165
Figura 29 - 1ª imagem: A Fortaleza foi construída no extremo de uma falésia sobranceira à cidade. 2ª Imagem: Acesso actual à fortaleza. 3ª Imagem: Imagens da Fortaleza de S. Filipe com a porta principal e a estrada antiga que dava acesso à cidade. 4ª, 5ª e 6ª Imagens: As portas antigas do acesso à Fortaleza a partir da cidade. 7ª Imagem: Ruínas do forte de S. Veríssimo. 8ª Imagem: Ruinas de um posto de vigia. 9ª Imagem: Pedras de ângulo de Portugal inseridas na construção da Fortaleza. 167
Figura 30 – 1ª imagem: Um canhão ao abandono. 2ª imagem: Construção de uma pocilga ao lado das ruínas do Forte de S. António. 3ª imagem: A construção de barreiras contra as investidas do mar no Forte de Santo António. 170
Figura 31 - 1ª Imagem – A Porta principal da cidade antes da sua requalificação. 2ª Imagem: Imagem da Porta principal de entrada da Cidade depois de recuperada. 3ª e 4ª Images: Pormenor das portas. 5ª Imagem: Porta principal de entrada no Forte de S. Filipe. 171
Figura 32 - Mapa dos fortes, muralhas e portas da cidade Velha..... 172
Figura 33 - 1ª Imagem: Planos dos Fortes. Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo, do Presídio, de São Brás . 2ª Imagem: Planos dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio.. 182
Figura 34 - Capela de S. António. Foto de José Marçal (Sec. XIX). 183
Figura 35 - 1ª Imagem: Imagem actual do Pelourinho depois de ser restaurada. 2ª Imagem*:* A Cruz de Cristo e a esfera armilar do Pelourinho. 3ª Imagem: O Pelourinho sem base antes de lhe ser dada uma base quadrangular. 4ª Imagem: O Pelourinho com base quadrangular. 5ª e 6ª Imagens: Planta do pelourinho da Ribeira Grande e planta da sua base – remodelação e restauração por Luís Benavente nos anos 60. 192
Figura 36 - 1ª Imagem: Imagem do Pelourinho em 1929. 2ª Imagem: Imagem do Pelourinho da Cidade Velha após a restauração de 1973, pertencente a João Lopes..... 197
Figura 37 – Praças, ruelas, caminhos vicinais, bancos e muretas de pedra são elementos característicos da paisagem da Cidade Velha. Ruas, ruelas e habitações consolidadas. 200
Figura 38 - Imagens do antes e depois das intervenções realizadas pela cooperação espanhola. 201
Figura 39 - Casa de Trapiche em Caiada..... 202
Figura 40 - A Antiga Hidro-base Aeropostal de Calheta de São Martinho..... 203
Figura 41 - 1ª Imagem: A vila da Calheta de S. Miguel. 2ª Imagem: A placa indicativa e comemorativa da Hidro-base com elementos sobre a sua história. 3ª Imagem: Um hidro-avião na época; 4ª Imagem: Exemplar de um selo que representa a Hidro-base da Calheta de S. Miguel. 207
Figura 42 - Pousada Nacional de São Pedro. 208
Figura 43 - Planta do Património Construído fora do perímetro do sitio, Património Mundial da Humanidade.. 209
Figura 44 - Imagem da Cidade da Ribeira Grande de Santiago... 211
Figura 45 - 1ª Imagem: Eixos geradores da Cidade da Ribeira Grande. 2ª Imagem: Núcleo central da cidade. 3ª Imagem: Mapa do momento 0 223

Figura 46 -1ª Imagem. Mapa do momento 1. 2ª Imagem: Mapa do momento 2. 3ª Imagem: Mapa do momento 3. 227
Figura 47 - 1ª Imagem: O Bairro de São Brás de António Carlos Andrea, 1778. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778.. 228
Figura 48 - 1ª Imagem: Largo do Pelourinho e o Bairro Figueira de Portugal ou S. Pedro de António Carlos Andrea.. ..... **Erro! Marcador não definido.**
Figura 49 - 1ª Imagem: A entrada do vale. 2ª Imagem: O contraste entre a rudeza das falésias rochosas e a doçura da vegetação é hoje ainda visível. 2ª Imagem: O fundo do vale; 3ª Imagem. O vale visto do Forte. 4ª Imagem: O leito seco do vale. 5ª Imagem: O porto e a cidade actualmente. 6ª Imagem: A praça central. 7ª Imagem. Crianças passeando no leito seco da "Ribeira Grande". 232
Figura 50 - 1ª Imagem: O sítio histórico visto da capela do Conveno de São Francisco. 2ª Imagem: O coração histórico da cidade visto desta falésia.. 233
Figura 51- Bairros históricos da cidade. 234
Figura 52 - Ruas históricas da cidade. 235
Figura 53 - 1ª Imagem: Espaço público não edificado. 2ª Imagem: Espaço edificado da cidade da Ribeira Grande. 3ª Imagem: Espaço privado não edificado.. 237
Figura 54 - Imagem da tipologia dos lotes. 244
Figura 55 - Escavações arqueológicas realizadas por Christopher Evans na Cidade Velha 274
Figura 56 - 1ª e 2ª Imagens: Ruína da Sé Catedral hoje está estabilizada. 277
Figura 57 - Imagens da cidade com a caracterização dos espaços mais significativos.. 290
Figura 58 - Tipologis habitacionais antigas. 291
Figura 59 - O desenho nº 4 intitulado "Áreas e imóveis inventariados" apresenta o inventário realizado em Maio de 2.000 por técnicos do DGEMN em Ribeira Grande.... 320
Figura 60 - Desenho nº C14 intitulado "utilização dos imóveis". 323
Figura 61- Desenho nº C16, intitulado "Estado e conservação das fachadas". 324
Figura 62 - 1ª Imagem. Alcatrazes (Santiago) - A igreja e o adro da igreja de Nossa Senhora da Luz (1960). Foto de A. Brásio. 2ª Imagem: Porta lateral da igreja de Nossa Senhora da Luz (1960). 3ª Imagem: Pia Baptismal da Igreja de Nossa Senhora da Luz. 4ª Imagem: A Igreja da Nossa Senhora da Luz. 5ª Imagem: Imagem da antiga e da actual igreja de Nossa Senhora da Luz e da localidade. 6ª Imagem: Pormenor dos frisos das colunas da antiga igreja. 329
Figura 63 - Imagem da Cidade da Ribeira Grande (sec. XV/XVI)... 331
Figura 64 - Mapas das coordenadas geográficas das zonas: Zona protegida (linha com cor azul); Zona "No Aedificandi", (linha com amarela) e por último a Zona Tampão (linha com cor rosa).. 357
Figura 65 - 1ª Imagem: Foto aérea da cidade, 1/2000. 2ª Imagem: Foto a 1/10000 - O limite do sítio e a correspondência com as características físicas naturais da área. 358
Figura 66 - Imagens da Igreja da Nossa Senhora do Rosário 364
Figura 67 - Planta do bairro de S. Pedro. 365
Figura 68 - Localização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – cópia ampliada de parte da planta de Andréia de 1778.. 366
Figura 69 - 1ª Imagem: A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na primeira metade do século XX, 1929. 3ª Imagem: A mesma entrada ou capela entaipada, c. 1962. 4ª Imagem: Vista parcial do alçado lateral da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1981, sem o reboco que actualmente se observa 422

Figura 70 - Pormenor de um padrão de 6x6, azulejo bastante usados no século XVII. 428
Figura 71 - 1ª Imagem: Levantamento do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário antes da..... 440
Figura 72 - 1ª Imagem: Imagem antiga da igreja de Nossa Senhora do Rosário, provávelmente de 1922. 2ª Imagem: Imagem actual da Igreja de Nossa Senhora do Rosário..... 443
Figura 73 - 1ª e 2ª imagens: Capela do Rosário, Ribeira Grande, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Alçados antes e depois do restauro..... 444
Figura 74 - 1ª e 2ª Imagens: Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 3ª Imagem: Projecto de reparação da igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande (1969)..... 444
Figura 75 - Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário – escada de acesso à torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.. 445
Figura 76 - Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário de 1929.. 446
Figura 77 - 1ª a 3ª imagem: Fotos antigas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 4º a 6º imagem: Imagens da pia baptismal e de pedras tumulares epigrafadas.. 449
Figura 78 - 1ª, 2ª e 3ª Imagens: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário localiza-se no vale, na rua da Carreira. Vistas da igreja na actualidade. 4ª Imagem: Teto em abóboda da capela..... 449
Figura 79 - 1ª Imagem: Localização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – cópia ampliada de parte de parte da planta de Andréia de 1778. 2ª Imagem: Planta do bairro de S. Pedro.. 450
Figura 80 - Proposta para o teto da torre sineira por Luís Benavente, nos anos 60. Planta realizada por K. Rivera, Walter António Cabral, em 2005 452
Figura 81 - Imagens do interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário: 1ª, 2ª e 3ª Imagens: O teto coberto de telha marselhesa com madeiramento de madeira nobre. 4ª e 5ª Imagens: Uma porta de entrada, duas portas rectangulares laterais e uma janela na lateral direita, de madeira nobre. 6ª, 7ª, 8 e 9ªimagens: Um altar com escadaria em mármore e uma pedra tumular. 10ª Imagem: uma capela gótica e uma porta em arco quebrado cego na lateral esquerda..... 454
Figura 82 - 1ª e 2ª Imagens: Duas portas e uma janela na fachada lateral direita. 3ª e 4ª Imagens: uma sacristia que tem acesso por uma porta rectangular de madeira nobre e duas portas na fachada lateral da esquerda, sendo uma em arco quebrado, cego..... 455
Figura 83 – 1ª a 5ª Imagem: Pedras tumulares epigrafadas jazem no pavimento da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 5ª e 6ª Imagens: Provável pedra tumular com inscrições epigrafadas de António de Noli, descobridor das ilhas de Cabo Verde. 7ª e 8ª imagem: – Revestimento azulejar e pavimento da Igreja da Nossa Senhora do Rosário. 9ª Imagem: Padronagem da azujelaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário..... 458
Figura 84 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 2ª Imagem: Escada de acesso à torre da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 3ª Imagem: Fachada principal. 4ª Imagem. Porta principal de entrada da igreja..... 465
Figura 85 - Escadaria exterior que dá acesso à Igreja e exemplares de pedras tumulares epigrafadas desta. 467
Figura 86 - 1ªe 2ª Imagens: Pátio da fachada principal e lateral direita e escada que liga o pátio lateral à rua da Carreira. 3º e 4ª Imagens: Pátio e acesso lateral ao pátio.

5ª Imagem: Escadaria secundária do pátio contendo pedras epigrafadas. 6ª Imagem: Pormenor das lajes sepulcrais que servem de degraus de acesso ao adro da igreja. 468
Figura 87 - Pedras de mármore talhadas no exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário..... 469
Figura 88 - 1ª Imagem: Vista exterior da Torre da Igreja. 2ª, 3ª e 4ª Imagens: Porta de acesso à torre. 4ª Imagem: Pormenor da torre da igreja de Nossa Senhora do Rosário e Vista da torre da igreja de São Tiago de Palmela. 5ª Imagem: O teto da torre em abóboda . 6ª Imagem: Pormenor da escada helicoidal em mármore..... 471
Figura 89 - 1ª, 2ª, 3ª Imagens: Escada de acesso à fachada lateral esquerda. 4ª e 5ª Imagens: Escada de acesso à fachada lateral direita e posterior da igreja..... 472
Figura 90 - 1ª Imagem: Pequeno átrio na fachada posterior da igreja em estudo com escombros e restos de materiais utilizados em obras antigas e mais recentes. 2ª Imagem: Uma porta e uma janela da sacristia. 3ª Imagem: Pedras de mármore (cantaria) no cunhal das paredes e marcas de suportes utilizados durante a construção..... 473
Figura 91 - 1ª Imagem: Fachada lateral esquerda onde há um pátio interno. 2ª Imagem: Imagens da fachada lateral esquerda actualmente, fechando a porta da capela gótica. 3ª Imagem: Entrada para o pátio interior pelos fundos. 474
Figura 92 - peças partidas de azulejos ao redor das traseiras da igreja e exemplares colhidos..... 474
Figura 93 - Imagens da fachada lateral esquerda da igreja com plantações..... 475
Figura 94 - Pátio dianteiro com sepulturas com pedras epigrafadas, um memorial ao Padre António Vieira, e um mural informativo..... 476
Figura 95 - Imagens da fachada exterior dianteira da igreja de Nossa Senhora do Rosário e da rua da Carreira, onde esta se situa.. 477
Figura 96 - Habitação contígua à igreja de Nossa Senhora do Rosário contendo pedras de cantaria de outras construções nobres, e um cofre de barro embutido numa das paredes, na 4ª imagem..... 478
Figura 97 - Pedras de cantaria servindo de utensílio doméstico, próximo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na rua da Carreira. 479
Figura 98 - 1ª Imagem: Imagem emoldurada de Nossa Senhora do Rosário e vista geral do arco quebrado cego inserido na nave (lado do evangelho)..... 480
Figura 99 - Imagem das paredes do salão da igreja onde se dispõem as estações da Via Sacra..... 481
Figura 100 - Objetos de arte sacra da igreja de N. S. do Rosário..... 483
Figura 101 - Objectos de arte sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1ª Imagem: O cruxifixo. 2ª Imagem: O turíbulo. 3ª Imagem: A naveta. 4ª Imagem: O sacrário. 5ª, 6ª e 7ª imagens: Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e santo não identificado – encontradas na Ribeira Grande e levadas para a metrópole para serem restauradas 484
Figura 102 - Comparação entre objectos de Arte Sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário, as do "Dossier Cidade Velha" e as identificadas no Salão Paroquial da Praia..... 488
Figura 103 - Imagens antigas de Arte Sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário guardadas no Salão Paroquial da Praia..... 490
Figura 104 - Outras imagens antigas guardadas no Salão Paroquial..... 490
Figura 105 - Imagens que fazem parte da Decoração do Salão Paroquial da Praia. 491

Figura 106 - Dois grandes candelabros dourados provenientes da Sé, localizados na Igreja de Nossa Senhora da Graça. 491
Figura 107 - O salão da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta painéis mas não há notícia de que seriam da Sé. A decoração da igreja apresenta elementos na construção e decoração que seriam parecidos com os da Sé.. 492
Figura 108 - 1ª e 2ª imagens: A decoração do altar terá também elementos decorativos da Sé. 3ªe 4ª Imagens: Os painéis colocados nas paredes laterais da igreja de Nossa Senhora da Graça.. 493
Figura 109 - Peças à entrada do Museu Arqueológico da Praia que provavelmente pertenceriam também à Sé. 496
Figura 110 - 1ª e 2ª Imagens: O altar da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 3ª Imagem: representação em cartaz da Virgem Maria; 4ª Imagem: Representação em cartaz da imagem de Cristo. 5ª e 6ª Imagens: Estações da Via Sacra. 7ª Imagem: A igreja engalanada para festividades. 497
Figura 111 - A capela gótica da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 498
Figura 112 - 1ª Imagem: Abóboda com nervuras. 2ª Imagem: chave com a representação da Cruz de Cristo.. 499
Figura 113 - Pormenores góticos da capela de Nossa Senhora do Rosário - 1ª, 2ª e 3ª Imagens: a capela gótica vista da lateral esquerda do salão; As chaves do teto e, um quadro com um crucifixo, e o conjunto de esculturas de santos. 4ª Imagem: o símbolo dos Templários. 6ª Imagem: Pormenor da porta de comunicação da capela com o salão da igreja, em ferro forjado. 7ª Imagem: O Memorial. 500
Figura 114 - Pormenores da azulejaria que reveste o salão e cantaria da escada do altar.. ..... **Erro! Marcador não definido.**
Figura 115 - Imagens da missa do dia do Santíssimo Nome de Jesus celebrada na Sé. . 505
Figura 116 - Cálice Custódia, em ouro maciço trabalhado, com a inscrição "N.S. do Rozário".. 508
Figura 117 – Base do Cálice Custódia que ostenta a inscrição "N. S. do Rozario"..... 508
Figura 118 - Banqueta em prata maciça da Sé, que se encontra a igreja de Nossa Senhora da Graça.. ..... **Erro! Marcador não definido.**
Figura 119 - Banqueta em prata maciça e castiçais da Igreja de Nossa senhora do rosário que se encontramda na igreja de Nossa Senhora da Graça. 509
Figura 120 - Os castiçais e uma grande cruz pertencentes à Sé que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça 510
Figura 121 – 1ª e 2ª Imagens: Pia Baptismal de mármore, fabricada a partir de um bloco de mármore escavado e trabalhado, provavelmente de meados do sec. XVII, da Península Ibérica..... 517
Figura 122 – Pormenores da decoração de uma Pia Baptismal do Museu etnográfico. . 517
Figura 123 - Sacrário sobre um cofre-forte expostos no Museu de Arqueologia... 518
Figura 124 - Peças em ouro da vitrina "Especial Ouro" e respectivas descrições 520
Figura 125 - Medalha em ouro que apresenta esmeralda e diamantes. 520
Figura 126 - Sino de prata pertencente ao conjunto de elementos de prata identificados. 521
Figura 127 - Uma peça de marfim do conjunto de 820 identificados, pertencentes ao navio "Princesa Louisa".. 522
Figura 128 - Peças pertencentes ao navio "Dromadaire", naufragado a 19 de Fevereiro de 1762.. 522

Figura 129 - Peças pertencentes a navios desconhecidos naufragados na Ilha de Santiago, no ancoradouro da Cidade Velha, entre 1500 e 1750. …. 524
Figura 130 - Peças pertencentes , S. Francisco, entre 1500 e 1750. Fonte Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016. 525
Figura 131 - Peças pertencentes ao navio Princes Louisa, naufragado a 16 de Abril de 1763, na Ilha do Maio, Cabo Verde.. 526
Figura 132 - Peças do navio "The Yorktown", de 566 toneladas, que naufragou a 6 de Setembro de 1850, na ilha do Maio 527
Figura 133 - Peças do navio "Lady Burges", da Companhia da Índia Oriental Inglesa que naufragara a 20 de Abril de 1806, com a rota de Inglaterra para Madras na Índia.. . 527
Figura 134 - Vasilhas e jarros de cerâmica, recuperados nos portos onde naufragaram navios. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016. 528
Figura 135 - Canhões e peças de artilharia recuperados no porto.. 528
Figura 136 - Panela de cobre que servia provavelmente para cozer alimentos para os escravos que eram transportados para as colónias..... 529
Figura 137 - Cálice da Igreja da Ribeira Brava – Ilha de S. Nicolau. 531
Figura 138 - 1ª Imagem: Banqueta de estilo D. João V, em madeira entalhada, com 4 pés de garra com bola e assento revestido a tecido lavrado em tom bordeaux, com 46 cm de altura e 46 cm de diâmetro. 2ª Imagem: Banqueta D. João V. 540
Figura 139 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora da Luz, na vila do Porto Inglês, na ilha do Maio. 2ª Imagem. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Sal-Rei, Boavista. 3ª Imagem: Igreja de Achada Bel Bel. 4ª Imagem: Igreja da freguesia de S. Salvador do Mundo, nos Picos, ilha de Santiago. 5ª Imagem. Igreja do Rabil, Ilha da Boa Vista. 6ª Imagem: Igreja de S. João Baptista, Fundo das Figueiras, Boavista. 7ª Imagem: Ruínas da igreja de Nossa Senhora de Fátima, na Boavista. 8ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Brava, em S. Nicolau..... 542
Figura 140 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora da Graça. 2ª Imagem: Igreja de S. Salvador do Mundo, Tarrafal, S. Tiago. 3ª Imagem: Igreja de S. Filipe, S. Filipe, ilha do Fogo; Interior desta igreja. 3ª Imagem: Igreja da Nossa Senhora da Conceição - Boavista. 544
Figura 141 - 1ª Imagem: Igreja de S. João Baptista. 2ª Imagem: Igreja de S. Maria na ilha do Sal. 3ª Imagem: Igreja de Pedra de Lume. 4ª Imagem. Igreja dos Espargos, na ilha do Sal. 545
Figura 142 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 2ª Imagem: Centro da cidade da Ribeira Brava onde se Localiza a igreja de Nossa Senhora do Rosário..... 546
Figura 143 - 1ª Imagem: Primitiva localização da igreja na "Ladeira d'Greja", onde se sepultou o Frei S. Cristóvão. 2ª Imagem: Aspeto da Ribeira Brava, o novo templo com apenas uma torre, - a do sino. 548
Figura 144 - 1ª Imagem: Nova igreja, reedificada pelo padre Miguel e por Teófilo José Dias. 2ª Imagem: Interior da igreja com a capela mór e respetivo altar e os dois altares laterais 549
Figura 145 - 1ª, 2ª e 3ª Imagens: Igreja de Nossa senhora da Luz, fachada da frente e ampliações dos fundos. 4ª Imagem: Interior da igreja de Nossa Senhora da Luz. 553
Figura 146 – 1ªImagem: Igreja de S. Salvador do Mundo. 2ª Imagem: Demolição da Igreja de S. Salvador do Mundo 556
Figura 147 - Uma escultura em madeira da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.. 617
Figura 148 - Percurso Museológico. 628

Figura 149 - Ruínas da Sé Catedral... 642
Figura 150 - 1ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Sebastião, parte do mapa de António Carlos Andrea, 1778. 2ª Imagem: Fragmento da litografia de 1864. 643
Figura 151 - 1ª Imagem: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450. 2ª Imagem: Lithographie extraite d'une publication de 1864..... 644
Figura 152 - 1ª Imagem: Fotografia antiga das ruinas da Sé (porvavelmente dos anos 60). 2ª Imagem: Vista das ruínas a partir do côro da Catedral.... 652
Figura 153 - Vista do conjunto das ruinas na Planta da Catedral. Fotografia de Walter Riveira et António Cabral. 652
Figura 154 - 1ª imagem: Imagem da Sé Catedral. 2ª imagem: Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e do Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto 656
Figura 155 – 1ª Imagem: Vista actual da Cidade da Ribeira Grande e da Sé Catedral. 2ª e 3ª Imagens: Ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha, com peças da porta, janelas e encunhais das paredes em mármore. Imagens da primeira intervenção na igreja da Sé realizada com apoio da Cooperação Portuguesa. 659
Figura 156 – 1ª Imagem: A planta do edifício e a localização da capela de S. José. As ruinas existentes em 1929. 2ª Imagem –Planta identificando a vista da entrada principal orientada para o noroeste. Nesta planta assinalam-se as partes inteiramente destruídas a pontilhado. 3ª Imagem: As ruinas existentes em 1929 660
Figura 157 - 1ª a 6ª Imagens - As duas abóbodas situadas no cruzamento do trancepto das duas abóbodas situadas no cruzamento do transepto estavam ainda presentes mas a maior parte das chaves des claveux desapareceram (Ficha nº 5). Outras pedras de cantaria bem cuidadas foram amontoadas no solo tendo em vista a restauração eventual da Sé (2ª imagem) 7ª Imagem: O esquema da planta em pontilhado da fotografia 2 mostra que o arco desapareceu assim como uma pequena construção feita para aumentar o coro na parte posterior. 661
Figura 158 - 1ª e 2ª Imagens: Planta de localização da porta lateral direita. Porta lateral e paredes intactas - Ficha 8 663
Figura 159 - 1ªImagem – Planta de localização da porta lateral direita. Porta lateral e paredes intactas. Ficha 8. 2ª,#ª, 4ª e 5ª Imagens: Paredes e portas praticamente intactas. Ficha 10.. 664
Figura 160 - 1ªImagem – Localização da capela de S. José. 2ª Imagem: Duas 2 vistas das ruínas da capela de S. José. 3ªImagem Localização da nave vista do coro.3ª e 4ª Imagens: A nave vista do coro. 5ª Imagem: Uma vista do interior de la nave a partir do coro. Ficha nº 12. 665
Figura 161 - 1ª e 2ª Imagens: Localização da linha da coluna e da nave. 2ª e 3ª Imagens: O edifício estava perfeitamente horizontal o que prova um suporte bom no solo. Ficha nº 13 e 14. 4ª e 5ª Imagens: Localização da nave onde se encontravam amontoadas as pedras de cantaria localizadas no interior. 6ªImagem: Peças lavradas encontram-se num amontoado de pedras de cantaria. Ficha nº 15... 668
Figura 162 - Vistas da Sé – fachada principal e alçado lateral direito. A Sé em inícios do sec XVIII……650
Figura 163 - Fotografia de princípios do século XX , da autoria de Frank. 2ª Imagem: Capela de S. José. Fotografia de do sec. XX. 670

Figura 164 - Planta de localização da fachada dianteira, da lateral esquerda e direita da Sé, e vistas das mesmas. 671
Figura 165 - 1ª, 2ª , 3ª e 4ª Imagens – Planta da Sé destacando a capela-mór e as respectivas ruínas. Vistas das ruinas da capela-mór. 672
Figura 166 - Descrição da Sé. Fachada lateral das capelas laterias. Vistas do interior das capelas laterais. 673
Figura 167 - Imagens das ruínas da Sé Catedral 674
Figura 168 - 1ª Imagem: Parte da coluna da capela-mór tendo pedras de cantaria no solo por entre escombros. 2ª Imagem: pormenor da parede lateral em ruína que deixa ver a Fortaleza de S. Filipe. 3ª Imagem: Parte das ruínas, em que se pode observar a mesma coluna ainda intacta e o interior com as paredes em pé, após a sua consolidação. 5ª Imagem: A Sé antes da consolidação feita pela cooperação espanhola em parceria com o governo de Cabo Verde; 6ª Imagem: Pedras de cantaria da Sé e outros edifícios aproveitados em outras construções. 675
Figura 169 - Imagens actuais da Sé. As paredes laterais, a nave, e a capela de S. José. 676
Figura 170 - As portas e janelas das paredes das fachadas laterais ainda de pé. 677
Figura 171 - As portas e janelas, as colunas e o pedestal trazem pormenores do renascimento tardio: pormenores das portas, das colunas, elementos de parte do cruzeiro ainda de pé. 678
Figura 172 - 1ª Imagem: Trabalhos arqueológicos no átrio e escadaria de entrada da Sé. 2ª a 6ª Imagens: pedras de cantaria trabalhadas no interior e exterior, espalhadas e amontoadas. 679
Figura 173 - 1ª a 4ª imagens: A construção da Sé foi realizada com pedras de basalto a que se juntou pedras pequenas de mármore e pedaços de telha vermelha, e o reboco foi realizado com argamassa de areia e cal. 680
Figura 174 - Vistas do ambiente exterior à Sé. 681
Figura 175 - 1ª a 6ª imagens - Dependências já arruinadas na lateral direita da nave. Portas de acesso a estas e à nave com pedras de cantaria. Pedras de cantaria no interior e exterior da Sé. A Sé Catedral – Escadaria de acesso à fachada dianteira e escadas de acesso lateral. 7ª Imagem: Fragmento da litografia de 1864 et de la da gravura de 1635 permitindo apreciar o acesso dianteiro da Sé. 682
Figura 176 - 1ª a 3ª Imagem: Lápides e túmulos epigrafados localizados na Sé.. 4ª Imagem: Lápide localizada na Sé. 683
Figura 177 - 1ª Imagem: Interior da igreja da Sé Catedral. 2ª Imagem: a Sé Catedral após a última preservação com apoio da cooperação espanhola. 685
Figura 178 - 1ª Imagem: Comparação entre a Sé da Ribeira Grande numa imagem do sec XIX, com Sés da mesma época. Plantas das respectivas Sés. 2ª Imagem: A Sé da Ribeira Grande, de Portalegre e de Angra do Heroísmo. 695
Figura 179 - 1ª, 2ª, 3ª e 6ª imagens – Imagens do estado da Sé. 4 e 5ª Imagens: Restos de um anjo, a parte inferior de um outro. 698
Figura 180 - 1ª imagem: Azulejo de finais do século XVII/princípios do sec. XVIII encontrados também durante as escavações arqueológicas efectuadas no interior da Sé.. 699
Figura 181 - 1ª Imagem: Interior da igreja da Sé Catedral. 2ª Imagem: Ruinas da catedral em que este se distinguia, na cidade da Ribeira Grande, pela sua grandiosidade. 3ª Imagem: Vista das ruínas a partir do coro da Catedral. 702

Figura 182 - Sé da Ribeira Grande, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Planta de reconstituição..... 703
Figura 183 - Ruínas da Igreja/Hospital da Misericórdia. 705
Figura 184 - 1ª e 4ª Imagens: Localização da igreja da Misericórdia. 5ª a 6ª imagem: O edifício da Misericórdia e sua torre 706
Figura 185 -1ª Imagem: Ruínas da Torre da Igreja da Misericórdia (1919). 2ª Imagem Imagens antigas da Torre da igreja da Misericórdia (1929). 707
Figura 186 - 1ª Imagem: Levantamento dos materiais pétrios, artificiais e metálicos. 2ª Imagem: As ruinas da Torre da Misericórdia antes da consolidação. 752
Figura 187 –Trabalhos preliminares – limpeza e verificação da cota original do aparelho construtivo. 753
Figura 188 - 1ª Imagem: Reforço da totalidade do arco pela aplicação de um cimbres de espessura reduzidas. 2ª, 3ª e 4ª imagens: Consolidação estática do aparelho construtivo com reforço em inox. 754
Figura 189 - 1ª imagem: Um tratamento aos elementos metálico. 2ª imagem: Vistas após consolidação. 755
Figura 190 - Capela de São Roque.. 756
Figura 191 - Localização da Capela de S. Roque. 756
Figura 192 - 1ª Imagem: A capela de São Roque, na Rua Direita ao Forte, em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. 2ª Imagem: A mesma capela com o aspecto conferido pela intervenção projectada por Luís Benavente..... 758
Figura 193 – Projecto de restauro da Capela de S. Roque na antiga cidade da Ribeira Grande. 761
Figura 194 – Projecto da capela de S. Roque na antiga Cidade da Ribeira Grande..... 762
Figura 195 – 1ª, 2ª e 4ª Imagens: Fachada principal e posterior da Capela de S. Roque. Localização da capela de S. Roque e fachada principal e lateral esquerda. 1ª e 5ª Imagem: Capela de S. Roque na actualidade – fachada principal e vista lateral esquerda. 763
Figura 196 - Convento S. Francisco e sua área envolvente..... 767
Figura 197 - 1ª Imagem: Imagem em que se encontra representada o convento de S. Francisco..... 768
Figura 198 - 1ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea. 2ª Imagem: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen 768
Figura 199 – 1ª Imagem: Destaque do convento de São Francisco a partir da Planta da Cidade da Ribeira Grande, da Ilha de Cabo Verde (1769), do Engenheiro António Carlos Andrea. 2ª Imagem: Destaque do convento de São Francisco a partir da Planta da Cidade da Ribeira Grande (1778).. 770
Figura 200 - 1ª Imagem – Igreja e convento de S. Francisco e o vale que o circunda. 2ª Imagem: Vistas do convento de S. Francisco..... 771
Figura 201 - 1ª e 2ª Imagens: Planta da Igreja de S. Francisco. 3ª Imagem: Fachada principal da Igreja de S. Francisco. 774
Figura 202 - 1ª e 2ª Imagens: Fachada principal da igreja de S. Francisco. 3ª Imagem: Pedras de cantaria na construção das paredes. 775
Figura 203 - Igreja e convento de S. Francisco.. 776
Figura 204 - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Imagens: Vistas das Fachadas laterais da igreja de S. Francisco. 6ª e 7ª Imagens: Capela-mór da igreja de S. Francisco..... 777
Figura 205 - Imagens do interior da igreja de S. Francisco..... 778
Figura 206 - Imagens do Convento e igreja de S. Francisco. 780

Figura 207 - 1ª Imagem: Planta da Igreja de S. Francisco. 2ª Imagem: Interior do Convento de S. Francisco - O Altar - Mor. 781
Figura 208 - 1ª Imagem - Igreja de S. Francisco. 2ª Imagem - Planta da igreja de S. Francisco. 3ª Imagem - Uma imagem antiga deste edifício. 782
Figura 209 - 1ª Imagem- A Igreja de S. Francisco e a sua Torre Sineira. Imagem actual após a preservação. 2ª Imagem - Piso de um compartimento em ruínas, com mosaicos e canalização de água a atravessar o piso. Plantações e mangueiras no sítio, entre as ruínas. 3ª Imagem - As ruínas do Convento cercadas por plantações e mangueiras, uma cerca improvisada nas ruínas e vacas a pastar..... 782
Figura 210 - As ruínas do Convento com mosaicos de cor acastanhada que revestem um dos pavimentos de um compartimento do convento de S. Francisco..... 783
Figura 211 - 1ª e 2ª Imagens: Localização do Convento e da Igreja de São Francisco no ambiente e paisagem. 3ª e 4ª Imagens: Vistas exteriores da igreja . 5ª Imagem: Vista interior da igreja. 6ª e 7ª Imagens: Ruínas do convento..... 783
Figura 212 - 1ª Imagem – Parte frontal do Convento de S. Francisco. 2ª Imagem - Exterior do mesmo convento. 3ª Imagem - Parte Oeste do mesmo convento..... 784
Figura 213 - Imagens da Igreja de S. Francisco antes e depois da sua consolidação..... 785
Figura 214 - 1ª e 2ª Imagens: Ruínas do Colégio dos Jesuítas. 3ª Imagem: Sede da Companhia de Grão Pará e Maranhão..... 785
Figura 215 - 1ª Imagem: Mapa da Cidade Velha de António Carlos Andrea. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. 786
Figura 216 - 1ª Imagem: Planta de localização do Convento. 2ªImagem: Particularidades da construção e janela de estilo manuelino do Convento. 3ª Imagem: Janela de estilo manuelino do Convento 790
Figura 217 - Janela gótica do Colégio dos Jesuítas..... 791
Figura 218 - 1ª e 2ª Imagens - Plantas do projecto para o colégio (1629), primeiro piso e segundo piso. 3ª Imagem - Planta do primeiro piso. Alterações do autor a partir da original. 4ª Imagem - Planta do segundo piso. Alterações do autor a partir da original. 5ª Imagem: Igreja do colégio. Alterações do autor a partir da original. 792
Figura 219 - Escavações no Colégio dos Jesuítas. 794
Figura 220 - Escavações na parede do edifício da Companhia de Grão Pará e Maranhão..... 795
Figura 221 - Imagem antiga das Ruínas da Igreja da N. S. da Conceição.. 796
Figura 222 - 1ª Imagem: mapa da Cidade Velha . António Carlos Andrea. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778 797
Figura 223 - 1ª Imagem: Campanha arqueológica de 2015. 2ª imagem: Mapa de Ribeira Grande com dados escritos. 3ª imagem – Campanha arqueológica de 2015..... 798
Figura 224 - Vista das escavações arqueológicas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Conceição. 804
Figura 225 - Escavações arqueológicas na igreja de Nossa Senhora da Conceição. 805
Figura 226 - Túmulos epigrafados da igreja de Nossa Senhora da Conceição e tentativas de transcrição dos mesmos..... 806
Figura 227 - Exemplos de fragmentos de azulejos..... 807
Figura 228 - Exemplos de fragmentos de azulejos (2006)..... 807
Figura 229 - Exemplos de fragmentos de azulejos com relevos (secs. XV/XVI) descobertos na Igreja de Nossa Senhora a Conceição 808

Figura 230 - Localização de azulejos: em vermelho - Localização de azulejos com relevo (A.D. - 1500 aproximadamente); Em verde – localização de azulejos monocromático verde (A.D. 1550 – 1600)..... 810
Figura 231 - Área e pavimento da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fragmentos de objectos descobertos na campanha arqueológica de 2015. Pedras epigrafadas de túmulos descobertos 812
Figura 232 - 1ª Imagem: O arqueólogo Cris Evans, durante as escavações, e com vários elementos locais da equipa. Ao fundo, à esquerda, a arqueóloga Marie Louise Stig Sorensen. 2ª Imagem – vista do piso da igreja de Nossa Senhora da Conceição. 814
Figura 233 - 1ª Imagem: O túmulo de D. Fernão Fiel de Lugo dado à luz durante as escavações. 2ª imagem: Lápides de traficantes de escravos portugueses revelados durante a escavação. 816
Figura 234 - 1ª Imagem: Localização da igreja de Nossa Senhora da Conceição. 2ª Imagem: Áreas de escavações realizadas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição..... 817
Figura 235 - Imagens das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.. 827
Figura 236 – Imagens 1 a 7: Ruínas da igreja de nossa Senhora da Conceição: vistas da capela lateral e pedras epigrafadas de túmulos. 8ª Imagem: Planta da igreja de Nossa Senhora da Conceição. 9ª Imagem: Comparação entre as plantas das primeiras igrejas portuguesasa construídas em África.... ..... **Erro! Marcador não definido.**
Figura 237 - Ruínas da igreja de Nossa Senhora da Conceição – exemplar de azulejos. 831
Figura 238 - A circundar a igreja árvores de grande porte e diversas plantas..... 832
Figura 239 - Ruínas da Ermida do Monte Alverne.. 837
Figura 240 - 1ª Imagem: mapa da Cidade Velha . António Carlos Andrea. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. 838
Figura 241 - 1ª Imagem: Ruínas da igreja do Monte Alverne. 2ª Imagem:Ruínas da capela do Monte Alverne..... 839
Figura 242 - Ruínas da Igreja de S. Luzia. 840
Figura 243 - 1ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos da Ribeira Grande. 2ª Imagem: Localização da Ermida de S. S. Luzia. 841
Figura 244 - 1ª Imagem: Ruína da ermida de S. Luzia. 2ª Imagem: Ruína da ermida de S. Luzia. 2ª Imagem: Ruinas da Igreja de S. Luzia. 842
Figura 245 - O Forte de S. Brás..... 843
Figura 246 - 1ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos da Ribeira Grande. 2ª Imagem. Localização da capela de S. Brás. 844
Figura 247 - 1ª Imagem: Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa. Forte de S. Brás. 2ª Imagem: Explicação da Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa 846
Figura 248 - Zona de S. Marta, Cidade Velha..... 847
Figura 249 - Localização da capela de Marta. 2ª Imagem. Localização da Igreja de Santa Marta. Fonte: Arquivos do IIPC 848
Figura 250 - 1ª Imagem: Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa. Forte de S. Marta. 2ª Imagem: Explicação da Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa.. 849
Figura 251- Representações das estações (ou *passos*) da Via Sacra... 857
Figura 252 - Via Sacra no Vaticano. 858

Figura 253 - 1ª Imagem: A Igreja da Flagelação e a Igreja da Condenação. 2ª Imagem: Placa de uma estação (8ª estação). 3ª Imagem: O percurso da procissão. 4ª e 5ª Imagens: Esquema da Via Dolorosa em Jerusalém. × 859
Figura 254 - Mapa da Ribeira Grande com as suas fortificações e o estado delas e sua artilharia.. 863
Figura 255 - Mapa da Ribeira Grande de António Carlos Andrea, 1778. 864
Figura 256 - 1ª Imagem: Imagem da Ribeira da Cidade da Ribeira Grande em toda a sua extensão.. 865
Figura 257- Ruínas da Capela de São Pedro. 868
Figura 258 - Localização da capela de S. Roque..... 869
Figura 259 - Ruínas antigas da capela de S. Pedro. Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 870
Figura 260 - Ruínas da Capela de Santíssima Trindade. 871
Figura 261 - Projecto da Capela da Santíssima Trindade..... 874
Figura 262 - Igreja Paroquial de São Martinho Grande.. 875
Figura 263 - Capela de São João Baptista. 875
Figura 264 – Capela de S. João Baptista. 876
Figura 265 - Capela de Belém.. 877
Figura 266 - Altar da Santíssima Cruz. 878
Figura 267 - Planta de Património Construído Fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade..... 879
Figura 268 – 1ª Imagem: Mapa com os limites deste sítio considerado Património Nacional, com a indicação dos monumentos culturais. 883
Figura 269 – 1ª Imagem - Mapa com a localização identificada com fotografias do local de cada espaço de culto da Cidade Velha. 2ª Imagem: Mapa da localização dos edifícios religiosos. 3ª Imagem: Localização da Sé Catedral, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja e Convento de S. Francisco e da Torre da Misericórdia.. 885
Figura 270 - 1ª Imagem: Edifícios religiosos da cidade Velha. 2ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos. 886
Figura 271 - Planta do Património Construído dentro do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade..... 888
Figura 272 - Alguns Monumentos incluindo os religiosos. 889
Figura 273 - Litografia ilustrando a Sede do Bispado..... 893
Figura 274 - 1ª imagem – Localização do Palácio Episcopal. 2ª imagem: habitações que guardam pedras retiradas dos escombros ou ruinas do sítio.. 895
Figura 275 - Localização do Palácio Episcopal. Planta do 1º e 2º pisos e da fachada principal do Palácio Episcopal. 896
Figura 276 - Ruínas da Sé e do Palácio Episcopal. 897
Figura 277 - Fachada principal e corte do Palácio Episcopal. 898
Figura 278 - Plantas Icohnográfica e Scenográfica do Seminário da Ilha de Sanct Iago do Cabo Verde *[c.a. 1824]*.. 899
Figura 279 - Salvaguarda e inventariação de peças de cantaria e elementos culturais pertencentes aos edifícios religiosos pela Curadoria da Cidade Velha, dispostas no átrio da curadoria da Cidade Velha. 907
Figura 280 - Sala de exposições da Cidade Velha. 908

Lista de Siglas

AECID – Agência de Espanhola de Cooperação Internacional

B.O – Boletim Oficial

CIATMH – Carta Internacional sobre a conservação de Monumentos Históricos

CMRGS – Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago

DGC – Direcção do Património Cultural

DGEMN – Direcção dos Edifício e Monumentos Nacionais

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DOPC - Direcção das Obras Públicas e Comunicação

DSUH – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação

EROT – (É Sistema de informação ambiental)

GLPC – CV – Gabinete Local do Património Cultural da Cidade Velha

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IICT – Instituto Português de Investigação Científica Tropical

IIPC – Instituto do Investigação do Património Cultural

INIC – Instituto de Investigação Cultural

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

MALU – Ministério da Administração Local e do Urbanismo

PDM – Plano de Desenvolvimento do Município
PDMRGS – Plano de Desenvolvimento Municipal da Ribeira Grande de Santiago
PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PLADESVELHA – Proyeto de Desarollo integral de Cidade Velha
UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZDTI – Zonas Especiais de Desenvolvimento Turístico
PAM – Plano Municipal Ambiental
PANA – Plano de Acção para o Ambiente
PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

Resumo

Os Monumentos Sacros da cidade da Ribeira Grande de Santiago fazem parte do conjunto dos monumentos culturais de Cabo Verde, e constituem uma riqueza cultural e religiosa dignas de serem preservadas e salvaguardadas, pois expressam a identidade religiosa local e nacional, cujos elementos se revestem de grande interesse histórico e simbólico. O património edificado de Cabo Verde possibilita o enquadramento e a análise dos Monumentos Sacros, através de estudos de caso, exemplificados pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito deste trabalho.

As dinâmicas económicas e culturais verificadas nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII propiciaram a edificação de vários edifícios religiosos na Cidade da Ribeira Grande. Casos bem-sucedidos de preservação de alguns, revelam uma atitude positiva relativamente ao património cultural, que se verifica também em edificações habitacionais e outras edificações monumentais de cariz civil e militar, que também mereceram a nossa atenção nesta dissertação, pois evidenciam, assim como os monumentos sacros, potencialidades turísticas de usufruto benéfico a nível local e nacional. Destaca-se na análise que se propôs fazer, o exemplo da cidade da Ribeira Grande de Santiago, que hoje detém o estatuto de Património da Humanidade, um sítio histórico onde, num exíguo espaço, foram edificadas um

grande número de ermidas, capelas e igrejas, bem como uma Sé, um Palácio Episcopal, um convento, um colégio, e a arte sacra que apresentam, fazendo parte do conjunto dos Monumentos Sacros desta cidade, que também apresenta edifícios civis e militares, habitações assobradas e tradicionais de interesse histórico, e próprias da época, hoje subterradas na sua quase totalidade,

Palavras-chave: Património edificado; Monumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago; preservação e potenciação turística do património cultural religioso.

Abstract

The Sacred Monuments of the city of Ribeira Grande de Santiago are amongst cultural monuments of Cabo Verde, and constitute a cultural and religious richness and should be preserved and safeguarded, since they express the local, national and religious identity, whose elements are of great historical and symbolic interest. The built heritage of Cabo Verde allows the framework and analysis of the Sacred Monuments, through case studies, exemplified by the researches developed in the scope of this work.

The economic and cultural dynamics verified in the XV, XVI, XVII and XVIII centuries fostered the construction of several religious buildings in the City of Ribeira Grande. Successful cases of preservation of some of them show a positive attitude towards the cultural patrimony, which also can be observed in housing and other monumental buildings of a civil and military nature, which also deserved our attention in this dissertation, because they illustrate, as well as the sacred monuments, tourism potential of beneficial enjoyment at local and national level. In the analysis, it is noteworthy that the example of the city of Ribeira Grande de Santiago, which today holds the status of the Patrimony of Humanity, a historical

site where, in a limited space, were built a large number of hermitages, chapels and churches as well as a Cathedral, an Episcopal Palace, a convent, a college, as part of the set of Sacred Monuments of this city which also includes civil and military buildings, rustic and traditional houses of historical interest of that time, those that are now almost totally buried.

Key-words: Built heritage; preservation of the cultural heritage; sacred monuments of the city of Ribeira Grande de Santiago;

Introdução

A presente Dissertação de Doutoramento intitula-se: "Os Monumentos Sacros da cidade da Ribeira Grande de Santiago (sec.XV a XIX/XX)". As pesquisas foram desencadeadas pela seguinte pergunta de partida: Será possível demonstrar o elevado valor patrimonial, religioso e simbólico dos Monumentos Sacros que foram edificados em Cabo Verde, partindo de casos concretos de estudo?

O trabalho vai enfatizar: num primeiro momento, o contexto do aparecimento da herança edificada, especialmente as edificações religiosas, as civis e militares existentes na ilha de Santiago e nas restantes ilhas em geral, o contexto socio – económico da época correspondente; abordará os aspectos históricos mais relevantes concernentes à edificação dos edifícios religiosos na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, especificamente a identificação dos acontecimentos históricos que se referem aos primeiros espaços de culto construídos, as primeiras ermidas, capelas e igrejas que foram edificadas, destacando-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a primeira igreja construída nesta cidade, revelada ao público recentemente pelos trabalhos arqueológicos realizados actualmente, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de grande interesse histórico e artístico, a única onde ainda se celebram missas na actualidade; a análise de cada edifício seleccionado e a identificação dos elementos da Arte Sacra mais relevantes destes edifícios.

O objectivo geral é o de demonstrar a importância das edificações religiosas enquanto elementos do património histórico construído, o valor da preservação destes elementos, que contribuem para a reconstituição da história e da cultura da comunidade onde se inserem, o que permite o seu reconhecimento local, regional e universal. Este propósito geral desdobra-se nos seguintes objectivos específicos:
- Contextualizar o aparecimento da herança edificada na ilha de Santiago e nas restantes ilhas em geral, analisar os edifícios religiosos, fazer a sua caracterização, mostrar a importância da sua preservação para o desenvolvimento do turismo.

- Demonstrar o elevado valor patrimonial dos edifícios religiosos da Ribeira Grande de Santiago, pela sua importância histórico-cultural, pela estética e simbologia que representam, e potencialização no âmbito do turismo religioso.
- Apresentar os elementos da Arte Sacra destes edifícios, relevar a sua importância e a necessidade da sua preservação com vista à criação de um Museu de Arte Sacra na actual cidade de Santiago, antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago, noutras ilhas ou localidades do país, que albergaria também mais elementos já identificados ou a identificar no futuro nesta cidade, e noutras ilhas ou localidades de Cabo Verde, **e** que mostrarem ser de interesse a criação de uma estrutura do género.

O conceito de património, enquanto categoria importante para o conhecimento, na sua acepção mais moderna, refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva. Este significado guiará os momentos chave deste trabalho, na medida em que define e encerra a noção do simbólico na relação entre o passado e o presente, e assim permitir - nos - á identificar identidades religiosas que importam ser preservados.

Na época contemporânea, um interesse evidente pelo património se vem vislumbrando, particularmente no que respeita aos bens edificados, com vista a se encontrar formas de preservação e valorização destes bens, importantes para se alcançar o desenvolvimento e uma melhor condição de vida das respectivas comunidades.

A análise das qualidades estéticas de edifícios religiosos, reconhecidos como monumentos de elevado valor patrimonial, permite-nos realçar o valor simbólico expresso neste tipo de elemento da cultura material, nos espaços rurais e urbanos de Cabo Verde. As pequenas ermidas e capelas devem ser igualmente preservadas e acarinhadas, sobretudo nos meios rurais e nas ilhas mais pequenas de Cabo Verde, por parte das autoridades e de todos aqueles que interferem na vida das diferentes comunidades espalhadas pelas ilhas, pois têm história relevante, um valor cultural, religioso e simbólico, não desmerecendo portanto, o grande valor

cultural e simbólico das grandes edificações da Cidade Velha, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal, o Colégio dos Jesuítas, o Convento de S. Francisco e as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário, entre outras. Estes bens representam uma herança do nosso passado, e representam uma grande riqueza patrimonial pelo que, podem fazer parte de roteiros turísticos, quando seleccionados segundo o seu contexto e interesse cultural, pois apresentam-se como exemplos vivos do nosso passado histórico. O recheio destes edifícios deve ser inventariado e valorizado bem como os objectos de Arte Sacra, identificados e caracterizados, que deverão constar num Museu, que deveria ser organizado na Cidade Velha e eventualmente outros, noutros locais que mereçam ter uma estrutura do género. A valorização dos edifícios religiosos e da paisagem circundante de cada um, deve**m** ser potencializada**s** pela Câmara Municipal e pelo governo, para o bem da população local, do município e do país em geral. Deve**m** implementar um programa de inventariação, potencializar e explorar as zonas turísticas relacionadas com a religião, especificamente a Cidade de Santiago, antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago/Cidade Velha, Património Universal desde 2005.

Alguns edifícios religiosos têm sido preservados e apresentam-se em boas condições, mas outros demonstram terem passado por uma intensa degradação, devido à indiferença, à insensibilidade face ao património histórico-religioso, mas também à falta de recursos humanos de especialidade, de meios financeiros, ou de medidas mais agressivas face aos financiadores internacionais, em consonância com as exigências de um mundo moderno e global de hoje.

Os Monumentos Sacros veiculam memórias representativas de uma realidade histórica e religiosa concreta e imortalizam gostos estéticos desejáveis em todos os tempos, pelo que impõe-se que sejam salvaguardados. Esta atitude corresponde a princípios e valores que uma sociedade deve defender e pode evidenciar uma relação positiva perante a herança patrimonial, compatível com a mentalidade contemporânea. A conservação de bens patrimoniais engendrou o interesse moderno pelo património edificado e pela sua reabilitação, sendo o património

edificado religioso digno de realce, juntamente a outros de igual interesse, bem como os elementos da Arte Sacra que fazem parte do recheio dos edifícios, e é neste contexto que enquadramos a problemática que envolvem as pesquisas no âmbito do estudo que ora nos propomos apresentar.

A revisão bibliográfica a respeito do objecto de estudo que pretendemos desencadear, vai salientar alguns autores que se têm debruçado sobre a questão em análise. São iniciativas próprias das mudanças sociais e económicas que vêm exigindo novas opções e alternativas, que visam em última instância o desenvolvimento, através da estratégia de criar novas oportunidades de afirmação no mundo de hoje, bem como a melhoria da qualidade de vida dos moradores nas zonas urbanas e rurais de Cabo Verde. Tornou-se pois imprescindível que se passasse a considerar os edifícios religiosos como potenciais pontos de atracção turística. Estes, pelos seus valores peculiares, merecem ser inseridos em roteiros turísticos.

O turismo tem-se revelado e consolidado ultimamente, como alternativa possível à dinamização das edificações religiosas e reforçam os princípios sustentáveis identitários e de salvaguarda da cultura. Perante os debates e reflexões sobre os modelos e alternativas ligados ao desenvolvimento, onde se inscreve o património, as edificações religiosas pode**m** consubstanciar projectos exequíveis, que favorecem as comunidades e os países. Por esta via, é possível conseguirmos alcançar o desenvolvimento sustentável pela preservação dos nossos recursos culturais religiosos.

A legislação cabo-verdiana insere o património cultural cabo-verdiano imóvel no património cultural, especificamente através da Lei n.º 102/III/90 de 29 de Dezembro que, de acordo com a mesma legislação, é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e da valorização da cultura cabo-verdiana, através do tempo. Esta lei foi seguida de outras, para além de normas e deliberações do Município em causa, com o objectico de salvaguardar os

bens materiais no sentido do desenvolvimento do turismo, como forma de criar sinergias para o desenvolvimento de comunidades e do país em geral.

Para a elaboração deste trabalho foram estabelecidas, à partida, as seguintes hipóteses:

- Os edifícios religiosos podem ser analisados segundo diferentes tipologias.
- As práticas de construção utilizadas nos edifícios religiosos em Cabo Verde envolveram no passado, modelos quinhentistas, bem como materiais endógenos e exógenos;
- É possível identificar em Santiago, na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, e nas outras ilhas, bens culturais, nomeadamente edifícios religiosos, e demonstrar o valor patrimonial, histórico, religioso e simbólico destes bens, que impõem a sua preservação, valorização, e potenciação turística, à luz de paradigmas da época contemporânea relativos ao património de cada povo.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho consistiu em recolha e análise documental, complementadas com trabalho de campo, que consistiu em visitas sistemáticas aos locais de implantação de várias edificações religiosas estudas. Assim, a análise do conteúdo partiu da bibliografia sobre o objecto em estudo, e teve também relevância significativa para a realização do presente estudo, técnicas complementares, tais como o recurso a entrevistas, bem como o convívio com padres e pessoas idóneas, para indagar sobre o seu quotidiano religioso, a par da partilha da sua experiência do dia-a-dia na utilização dos edifícios religiosos, bem como a história, a funcionalidade, a importância, e o valor simbólico dos mesmos.

A recolha em Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, em Portugal e em cabo Verde, Museus, Comunidades Urbanas e Rurais,Paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde fizemos as nossas pesquisas, sob indicação do Bispo de Cabo Verde, Paulino Évora, que contactamos, instituições da Diocese da cidade da Praia, ocorreu em paralelo à participação em palestras, seminários, conferências, apresentação de livros sobre o tema em estudo, que se afiguraram como momentos

de aprendizagem e consolidação de saberes, de actualização e ampliação de conhecimentos sobre o assunto em referência.

Foi com este intuito que realizamos pesquisas na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Nacional do Porto, na Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa, no Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, na Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, no Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, no Instituto de Investigação e Patrimónios Culturais de Cabo Verde - IIPC, nos Arquivos da Biblioteca da Assembleia Nacional de Cabo Verde, nos Arquivos do Ministério da Cultura de Cabo Verde, nos Arquivos da Diocese da Praia, no Museu Arqueológico de Cabo Verde, no Museu de Cabo Verde, no Museu/sala de Leitura da Cidade Velha, nos arquivos da Câmara Municipal da Cidade de Santiago, nos arquivos da Curadoria da Cidade Velha, nas Câmaras Municipais das cidades de Mindelo e S. Nicolau, no Serviço de documentação e Cadastro do Ministério das Infra-estruturas e Transportes de Cabo Verde, e demais instituições que se relacionam com o tema em estudo. Contactos directos com técnicos ligados aos projectos de valorização e recuperação do património, contactos pessoais com os residentes e responsáveis locais, com o guia turístico Senhor Francisco Moreira, para a recolha de dados, com o Professor Doutor Baltazar Neves e Lourenço Gomes, docentes e investigadores da Uni-CV – Universidade de Cabo Verde, foram fecundos, **e** as informações obtidas estiveram sempre a ser utilizados e a complementar os dados históricos, culturais e religiosos colhidos. O acesso aos recursos digitais e electrónicos via internet, como as teses de mestrado e doutoramento, sites a respeito de trabalhos científicos acerca dos monumentos na Cidade Velha e de trabalhos arqueológicos realizados nesta cidade, planos de desenvolvimento e relatórios digitais da Câmara desta cidade, a proposta de candidatura da mesma a Património Universal, de entre outros, complementam as pesquisas bibliográfias.

O objectivo perseguido e a metodologia adoptadas foram no sentido da elaboração e apresentação de um trabalho coerente, após uma reflexão aprofundada sobre as

informações parcelares presentes em trabalhos já realizados sobre os bens estudados e respectivos locais de implantação. O levantamento de dados existentes levar-nos-á a uma análise aprofundada e a um estudo que procura superar falhas e omissões, realçando a problemática da preservação dos edifícios religiosos, o valor e a importância da preservação dos mesmos, com vista à sua potenciação turística.

Esta dissertação foi redigida de acordo com a norma padrão antiga da escrita da língua portuguesa, a que melhor dominamos.

CAPÍTULO I - Descoberta e povoamento das ilhas de Cabo Verde: a acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura da Cidade da Ribeira Grande, o primeiro espaço povoado da Ilha de Santiago.

A Cidade da Ribeira Grande foi a primeira cidade portuguesa dos trópicos, fundada logo após a descoberta das ilhas de Cabo Verde. É um sítio histórico que tem merecido sempre a atenção de investigadores, de personalidades ligadas ao governo colonial e ao governo de Cabo Verde, da comunidade internacional, de turistas, da população local e do público em geral, no passado e no presente. É Património da Humanidade desde de 2009. Após a sua nomeação a Património da Humanidade, tem conseguido uma maior projecção internacional, sendo actualmente visitado por um número cada vez maior de turistas.

1. Descoberta e povoamento da ilha de Santiago e das restantes ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

Dez ilhas e alguns ilhéus oceânicos, todos de origem vulcânica, constituem o arquipélago de Cabo Verde, que tem uma superfície total de 4033,37 km². Encontra-se localizado no Oceano Atlântico a 560 km do continente africano, a nordeste do Senegal, na África Ocidental, e a meio caminho entre a América do Sul e a Europa[1], como exemplifica a figura 1.

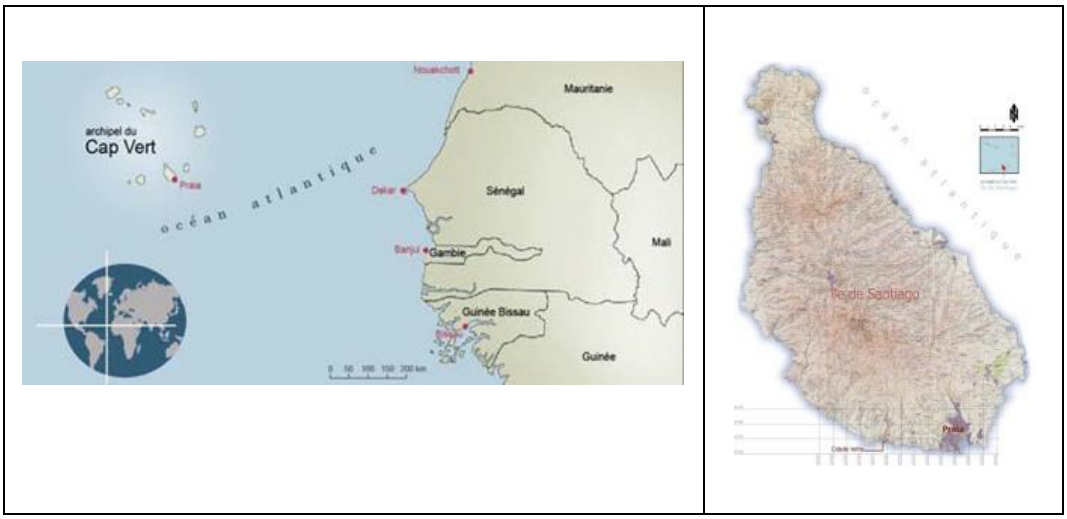


Figura 1 – 1ª Imagem: Localização do arquipélago de Cabo Verde (a 560 Km do promontório cabo verde, no Senegal). 2ª Imagem. A Cidade Velha localiza-se ao sul da ilha de Santiago. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Esta posição geográfica facilitou o povoamento do arquipélago, a criação e manutenção de um entreposto para o comércio de escravos para a Europa, para o Brasil e outros territórios das Américas, além de dar uma forte e importante contribuição na fluidez da comunicação nesta rota marítima, que se pode apreciar na imagem representada na figura 2, que apresenta as rotas marítimas existentes entre os três continentes, Europa, África e Américas[2].

[1] AMARAL, Ilídio - *História Geral de Cabo Verde*. Vol.I. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica Cultural. Praia. Cabo Verde. 2001.
[2] Ibidem

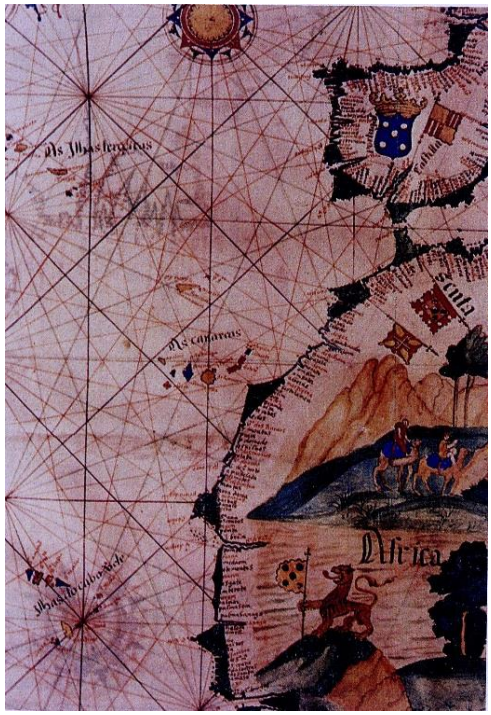


Figura 2– Carta da Europa Central e do Nordeste da África. Fonte: Lázaro Luís – [Carta da Europa Central e nordeste de África]. Dim. aprox. 61 x 43 cm. *[Ca 1573]*. ACL. Acessível em, Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

As ilhas do arquipélago perfazem dois grupos delimitados: grupo de Sotavento, ao Sul, de que fazem parte as ilhas de Santiago, Brava, Fogo, Maio e os ilhéus de Santa Maria, Cima, Luís Carneiro e Grande; e o grupo Barlavento, ao Norte, que contempla as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus dos Pássaros. A mais vasta de todas elas é a Ilha de Santiago que conta com 991 km². A cidade de Ribeira Grande localiza-se na parte sul da Ilha de Santiago, a 12km da cidade de Praia, como apresenta a imagem a 2ª imagem da figura 1. A sua área total é de 200 hectares[3] e tem cerca de 9.618 habitantes[4]. Foi implantada num vale profundo rodeado por altas montanhas escarpadas, atravessadas por duas grandes ribeiras, a do Convento e a das Águas Verdes. Esta, sendo a maior, apresenta uma paisagem luxuriante, que se estende entre os dois

[3] AMARAL, Ilídio - *História Geral de Cabo Verde*. Vol.I. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica Cultural. Praia. Cabo Verde. 2001.
[4] Projecção da Direcção Geral de Estatísticas. Ribeira Grande de Santiago (concelho de Cabo Verde)... [Em Linha]. Novembro de 2012. [Consult. a 06.05.2015]. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Ribeira_Grande_de_Santiago_(concelho_de_Cabo

planaltos ou Achadas, a Achada de Salineiro e a Achada Forte[5], como refere Martinho Robalo de Brito[6].

A cidade de Ribeira Grande foi o primeiro aglomerado populacional de Cabo Verde e a primeira cidade europeia dos trópicos. O povoamento do arquipélago de Cabo Verde começou pela ilha de Santiago que, do conjunto das ilhas, era a menos desfavorecida. Maior de todas, tinha bons portos e boas nascentes de água doce[7]. Santo Antão e S. Nicolau, as que se lhe seguem, por serem ilhas extremamente escarpadas e por não haver nelas grandes portos, foram de povoamento muito difícil e tardio. É consensual que a ilha de Santiago foi descoberta pelo português Diogo Gomes, funcionário da câmara do Infante D. Henrique, que explorava a costa da Guiné em 1460, pelo genovês António de Noli, seu irmão e seu sobrinho, Bartolomeu e Rafael de Noli. A ilha de Santiago, por ser encontrada a 1 de Maio de 1460, e em memória ao santo deste dia passou a chamar-se de ilha de Santiago. A "descoberta" das ilhas de Cabo Verde foi oficializada pelo diploma real de 3 de Dezembro de 1460. Este fazia referência apenas a cinco ilhas: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), Dela Mayes (Maio), Sam Christovam (Boa Vista) e Lana (Sal), referenciadas como estando localizadas *"nas partes da Guiné"*[8]. Diogo Gomes foi o primeiro a desembarcar em frente ao vale da Ribeira Grande. A descoberta foi no entanto atribuído a António de Noli que foi o primeiro a dar a notícia a D. Henrique, por ter sido mais rápido na viagem de regresso a Portugal. Estas ilhas foram doadas ao Infante D. Fernando a 3 de Dezembro de 1460[9].

As restantes, Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Rasa, Branca, Santa Luzia e Santo António, estando localizadas *"através de cabo verde"* foram descobertas em 1462,

[5] A Interpretação do Património Cultural - Pelourinho ou Picota da "Cidade Velha" Património da Humanidade. [Em Linha], (s. d.). [Consult. a 15.05.2015]. Disponível em: www.iipc.cv/ficheiros/2_artigo_Martinho.pdf.

[6] Martinho Robalo de Brito, Director da Salvaguarda do Património do IIPC, mestrando em Património e Desenvolvimento pela Uni-CV. Fonte: A Interpretação do Património Cultural - Pelourinho ou Picota da "Cidade Velha" Património da Humanidade. [Em Linha]. (s. d.). [Consult. a 15.05.2015]. Disponível em: www.iipc.cv/ficheiros/2_artigo_Martinho.pdf.

[7] As outras ilhas, além de serem mais áridas, exceptuando a ilha Brava, a água escasseava, e mesmo a que havia, era salobra. A ilha do Fogo constitui um caso bastante particular, pois a humidade é elevada e constituí, por isso, um caso específico e à parte. Fonte: CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983, 133.

[8] AMARAL, Ilídio - *História Geral de Cabo Verde*. Vol.I. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica Cultural. Praia. Cabo Verde. 2001.

[9] Ibidem

data em que o Infante confirma a doação de todas as ilhas descobertas por carta de 19 de Setembro de 1462 (AMARAL, 2001, 10)[10]. Constante da carta de doação de 19 de Setembro de 1462, a expressão "*[…] queremos que elle haja livremente as ditas jlhas e senhorio e povoradores (povoadores) d'ellas […]"*, traduzia a vontade do rei, D. Afonso V, manifestada ao Infante D. Fernando, em que fosse desencadeado imediatamente o povoamento das ilhas então descobertas[11].

António de Noli teve como recompensa pelos feitos de descobridor das ilhas orientais, a parte sul/oeste de Santiago, cuja carta de doação não chegou até nós. O Padre António Brásio[12] refere que aquele genovês chegou a Santiago nesse ano de 1462 acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses do Alentejo e do Algarve[13]. Por sua vez, Diogo Afonso, a quem foi doado a capitania norte da citada ilha, cuja sede, inicialmente estava instalada em Alcatraz, mas que viria a ser transferida para o povoado da Praia por volta de 1516, marca a sua entrada na história de Cabo Verde, *"e ao que parece, está na posse da mesma, antes de 29 de Outubro do mesmo ano (1462)"* (ALBUQUERQUE, 2002, 39)[14]. Antes da chegada destes descobridores, alguns povos da costa ocidental africana teriam estado nestas ilhas para a extracção de sal (ALBUQUERQUE, 2002, 39). Apresentam-se geralmente algumas provas que alimentam polémicas e contestações de historiadores e investigadores, que têm procurado provar que estas ilhas já eram conhecidas antes da chegada dos portugueses. Há aqueles que propõem outras datas respeitantes à descoberta e que apontam outros actores como sendo os verdadeiros descobridores. Contudo, é aceite que apenas após a descoberta feita pelos portugueses, as ilhas foram povoadas de modo estável e duradoiro (ANDRADE,

[10] AMARAL, Ilídio - *História Geral de Cabo Verde*. Vol.I. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica Cultural. Praia. Cabo Verde. 2001.
[11] Ibidem
[12] BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana*. África Ocidental (1600-1610). Agência Geral do Ultramar. Divisão de publicações e Biblioteca. C.S.Sp. Vol V. Lisboa. MCMLV. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.
[13] BRÁSIO, António - *Descobrimento, Povoamento evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. Studia*. nº 10. (1962), p. 83-97.
[14] ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In. SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação). *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. IIIº Vol. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. Praia. 2002.

1996)[15]. A este respeito, Carita[16] informa que o Oceano Atlântico foi explorado por vários povos mediterrâneos e, pelo menos, a partir do sec. XIII, também pelos Portugueses[17].

Com a criação de duas capitanias na ilha de Santiago, deu-se início ao povoamento e desenvolvimento desta ilha. Foi doada a primeira capitania a Diogo Gomes mas os terrenos "salgadios" não permitiram a exploração agrícola. Apenas vigorou até 1515, ano em que a sede dos Alcatrazes foi mudada para a cidade da Praia[18]. A capitania da Ribeira Grande, doada a António de Noli, era provida de um bom porto, de uma ribeira, tinha bastante vegetação. Localizava-se na confluência de duas ribeiras que se unem em uma só, que se dirige para o mar, condições consideradas propícias na época para a instalação do primeiro povoado. É pois na foz desta ribeira que se localizava a primeira vila, a vila de António, que viria a ser a cidade da Ribeira Grande (CARREIRA, 1983), representada na figura 3.

[15] ANDRADE, Elisa – *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta" à Independência Nacional (1460-1975*). Paris. Ed. L'Harmatan. 1996.
[16] CARITA, Rui – *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI.* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1994.
[17] Acresce: *"O geógrafo árabe Idrisi registou a viagem de alguns aventureiros nesse século, que a partir de descidas para sul e, regressando, tocaram a terra firme de Safim. Nos meados do sec. XIV os Portugueses exploraram o arquipélago das Canárias, o primeiro a ser reconhecido concretamente, não só pela proximidade com o Norte da África, como por algumas ilhas serem habitadas, o que deu incentivos de vária ordem para a sua exploração. Nessa sequência ter-se-ão explorado depois os arquipélagos da Madeira e dos Açores, as chamadas Ilhas Terceiras, como alguns cronistas se referem a elas e de que é exemplo o padre António Cordeiro, na sua História Insulana, editada em 1717".* Fonte: CARITA, Rui – *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI.* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1994, p. 111.
[18] CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983.

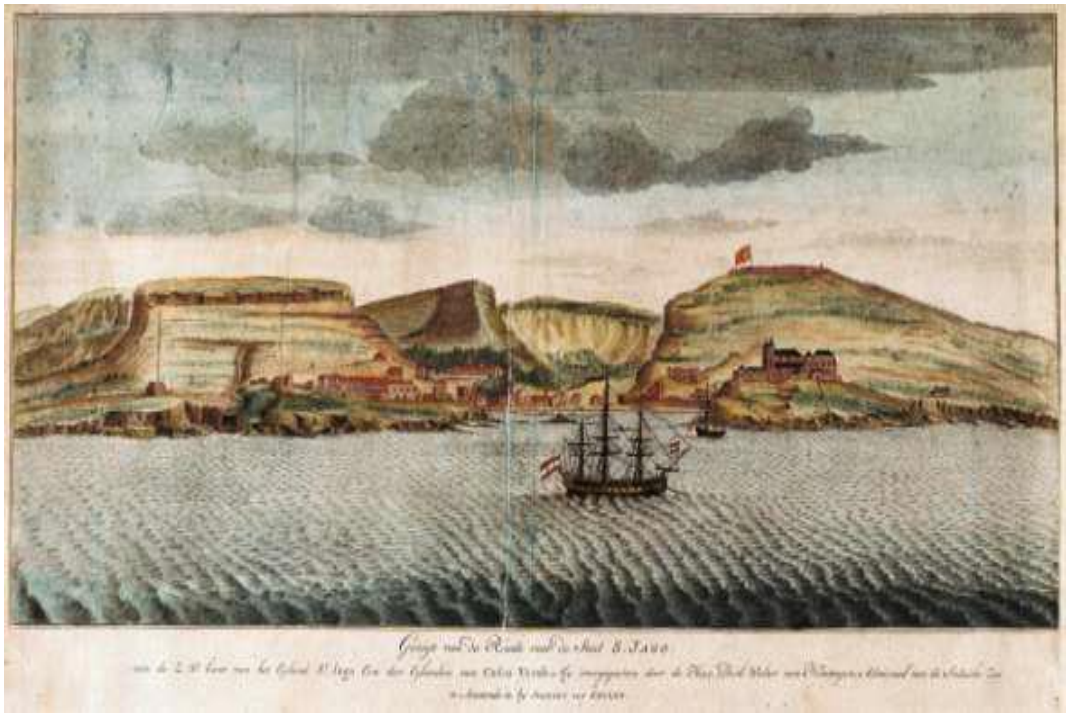


Figura 3 - Cidade da Ribeira Grande. Panorâmica. Fonte: [Gezigt van de reede voor de stadt S. Jago]. séc. XVIII. Joannes van Keulen. Acessível em AHU - Lisboa. Colecção Iconografica. *[E. 450]*. *[Estampas I. IV]*.

Em 1462 chegou o primeiro núcleo de habitantes à Ilha de Santiago, tendo à cabeça Antonio de Noli, acompanhado de alguns membros de sua família e de alguns casais do Algarve. Há notícias de que este primeiro contingente de povoadores levava também religiosos da congregação dos capuchinhos. Fontes narrativas imprecisas mencionadas por José de Senna Barcelos, (SENNA BARCELLOS - Subsídios para a História de Cabo Verde, p. 101-104)[19], dão conta que, entre os primeiros povoadores, chegaram a Santiago, Frei Rogério e Frei Jaime, franciscanos do Convento de S. Bernardino da Autoguia de Lisboa, naturais da Catalunha. Teriam construído, com materiais locais, um pequeno oratório[20]. Começava assim a história da primeira cidade portuguesa ao sul dos trópicos. A Cidade da Ribeira Grande de Santiago viria a ser a cabeça temporal e espiritual das ilhas de Cabo Verde (CARREIRA, 1983).

[19] BARCELOS, Cristiano José de Sena– Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte 1. 1899.

[20] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - Igreja, Missionação e Sociedade. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa . Vol. II, 2ª Edição. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

Logo no início, as primeiras tentativas para encetar o povoamento não foram fáceis, na opinião de Orlando Ribeiro.[21] Testemunha esta constatação, o facto de até o ano de 1466, nos quatro anos que haviam transcorrido desde o início do povoamento, apenas havia alguns religiosos que se estabeleceram em Santiago. Acharam a terra como desejavam, "*destituída de povos, excepto alguns genoveses"* que mais tratavam de colher algodão pelo mato[22]. A 12 de Junho de 1466 a coroa publica a " Carta dos Privilégios"[23], que incentiva a permanência de portugueses na ilha, dado às dificuldades em povoá-la, experimentada nos anos anteriores, dando-se início então ao verdadeiro povoamento do arquipélago. Para se garantir a exploração da terra e o povoamento, chegaram os primeiros escravos da costa da Guiné, que passaram a ser produto de venda a outros países (CARREIRA, 1983). Iniciou-se então o tráfico para as Canárias, a Europa e as Antilhas. Cabo Verde e a costa da Guiné, estavam integradas numa única Diocese, a de Funchal, na Madeira. A pequena Vila de António, fundada no início do povoamento, era uma pequena aglomeração de casas acantonadas no lado oriental da baía da Ribeira Grande, tendo apenas a rua do Porto e a do Calhau, as primeiras a serem habitadas por gente ligada ao porto. As condições de habitabilidade difíceis, a população escassa, faziam com que os religiosos defrontassem grandes problemas quando pretendiam instalar-se na ilha:

> *"Toda a ilha é mui limitada a coisa tão pouca que não há dúvida não ser capaz de se fazer nela casa de religiosos assim a razão do mau clima dela, e da pouca gente que tem, como falta de sustentação congruente, porque a cidade não somente é muito triste, e tão mal assombrada que com razão lhe chamou ossaria e muladar o Governador João Pereira Corte Real, mas a gente dela é tão pouca, que não havendo mais que uma freguesia que um cura com seu coadjutor são*

[21] RIBEIRO, Orlando – Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1955, p. 8-9. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.

[22] BARCELOS, Cristiano José de Sena – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte I. 1899, p. 28. In SILVA, Maria do rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.

[23] A Carta dos Privilégios ligará também a história política e administrativa da costa da Guiné a Cabo Verde.

sobejo para acudir a todos; e havendo uma pregação escassamente se ajunta um pequeno auditório"; (…)[24].

Passados pois os primeiros anos em que se experimentaram as dificuldades no povoamento, o infante D. Fernando vê o seu empreendimento a ganhar um novo impulso com os incentivos dados pela carta régia de 1466, pelo que ao mesmo tempo, as famílias do Algarve e do Alentejo estabelecidas em Santiago intensificaram o comércio e a relação com as negras da terra e da Guiné, e assim, o povoamento se foi propagando pela via da miscigenação.

O aglomerado humano cresceu e progrediu devido ao desenvolvimento do seu porto. No sec. XVI, quase todas as rotas do comércio atlântico passavam pela ilha de Santiago. Infra-estruturas para a fiscalização de toda a movimentação do comércio com a costa da Guiné foram instaladas, pela coroa, no porto da Ribeira Grande. A população aumentou na Ilha de Santiago, a Ribeira Grande tinha-se tornado a primeira vila dos trópicos, e albergava já bom número de cristãos (CARREIRA, 1983). A população concentrava-se nas ilhas de Santiago e do Fogo. Em finais do século XVI haveria, em Ribeira Grande, *"200 vizinhos*". Era o ponto de paragem obrigatório para as armadas que demandavam as terras de Vera Cruz, (CARREIRA, 1983). A Coroa resolveu dotá-la de infra-estruturas mínimas para fiscalizar de perto toda a movimentação do comércio com a costa da Guiné. Foram construídos edifícios para a instalação dos funcionários régios pela coroa, residências pelos nobres e mercadores e edifícios religiosos pela igreja católica. A cobrança dos impostos devidos à Coroa, uma das principais fontes de receita do erário público, estava a cargo de corregedores. As habitações dos mais abastados e as igrejas eram construídas com pedra (cantaria) que mandavam buscar em Portugal. A vila recebeu o estatuto de cidade em 1533 aquando da instituição do bispado de Cabo Verde (CARREIRA, 1983).

[24] BRÁSIO, Padre António - Monummenta Missionária Africana (África Ocidental).Vol. V, Doc. 56. Academia Portuguesa de História. Lisboa. 1974, p. 179-193. In SILVA, Maria do rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.

Valendo-se do exclusivo que lhes fora conferido de resgataram na Guiné grande número de escravos para o arroteamento das terras, e do processo de miscigenação inicial, logo se originaram as duas espécies de castas, que proliferam pelo território: Brancos de descendência pura europeia, mulatos resultantes do cruzamento dos brancos da Europa com as negras da Guiné. Sublinha Barcelos[25], que esta casta aumentou significativamente quando no século XVI começaram a ser enviados para o arquipélago degredados a cumprir sentença, não tendo parado a introdução de escravos da costa da Guiné, pretos de linhagem pura africana e escravos negros, da Guiné, promovida pelos senhores, em proveito próprio[26].

A Carta de privilégios vigorou apenas durante seis anos. Em 1472, um documento da coroa que restringia o comércio de escravos e dos produtos, reduzia algumas das regalias dos habitantes, pelo que começaram as dificuldades para os moradores da então vila de António. As limitações impostas pela carta régia de 1472 obrigava aos moradores de Santiago a produzir os meios de compra dos escravos negros da costa da Guiné, mercadoria altamente apetecida e concorrida, tinha de ser agora com os produtos nados e criados na própria ilha. Inicia-se assim uma nova fase. Nesta fase, tinha a coroa, como propósito, o povoamento e a criação de uma estrutura económica própria que permitia o desenvolvimento do território. A capitania-donatária, unidade territorial que funcionava como suporte da estrutura administrativa, tendo como responsável o "*capitão-donatário",* foi criada. Após as prerrogativas da carta de 12 de Junho de 1466, são ultrapassadas as dificuldades de povoamento e a posição de S. Tiago faz da ilha uma base que permitia incursões rápidas à costa africana e ligações com a Europa e, mais tarde, com as Américas e o oriente, com o incremento do comércio. Aumentou a corrente migratória, e houve o consequente aumento da população. *"A fixação em Santiago acabou por resultar da lógica da implantação de um espaço mercantil, em que o mercador procurava a ilha pelas facilidades da prática do comércio legal e das isenções fiscais, e pela*

[25] BARCELOS, Cristiano José de Sena – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte I. 1899, p. 28. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.
[26] Ibidem

sua localização geográfica" (PIRES, 2007, 30)[27]. Pires[28] apresenta a opinião dos demais historiadores como António Carreira, Ilídio do Amaral, Daniel Pereira, António Correia e Silva, de que a intenção do rei ficou gorada em parte, pois a criação da estrutura económica não resultou como estava previsto, na medida em que criou-se uma sociedade mercantil, formada por marinheiros, comerciantes e mercadores, agentes estes que viviam do comércio e das actividades portuárias, e que, por este facto, dispunham de uma grande mobilidade dentro do espaço que se ia criando no atlântico. Os portugueses, tendo à sua disposição grandes mestres da navegação, exploraram a costa ocidental africana, desenvolvendo o comércio escravocrata e fazendo, da Ribeira Grande, um polo estratégico de desenvolvimento do atlântico.

> *"Dès le milieu du XVe siècle et tout au long du XVIe siècle, les Portugais s'affirment comme les maîtres incontestés du commerce planétaire (...). Les noms de Bartelomeu Dias et Vasco de Gama résonnent encore comme les symboles d'une stupéfiante et infatigable volonté d'aller toujours plus loin. Une flotte de puissantes caravelles capables d'affronter des mois de navigation, des innovations techniques de première importance, comme le calcul des hauteurs, leur permettent une progression rapide vers Madère, les Açores, le Cap-Vert, l'Afrique occidentale, puis la Guinée, la route du cap de Bonne-Espérance, les Indes, et le Siam. L'expérience fondamentale de la navigation sur les océans – une mer ouverte par opposition à la mer encerclée, prévisible et sûre, a ouvert de nouvelles pages de l'histoire humaine. Ribeira Grande a contribué à faire de l'Atlantique un réseau de distribution de marchandises, plantes, animaux et hommes, modifiant ainsi complètement les paysages et les sociétés continentales"*[29].

O povoamento desta cidade só poderia ser do tipo litoral e portuário. A intervenção do rei era indirecta, e foi feita através da instituição dos almoxarifes e contadores, com a concessão das prerrogativas solicitadas pelos donatários. Estes passam a ter apenas poder administrativo judicial sobre o território. Faz notar Carreira[30], que o

---

[27] PIRES, Fernando - Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano (Séc. XV – Séc. XVIII). Edições UNI-CV. 2007. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.

[28] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

[29] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[30] CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983.

recurso à mão-de-obra do continente fronteiriço justificou-se, devido à necessidade de fixação humana e exploração da terra, numa segunda fase. Para Artur Teodoro de Matos,[31] a Carta de Limitação de Privilégios de 8 de Fevereiro de 1472, modificou as características do povoamento das ilhas, pois inicialmente o povoamento esteve ligada às necessidades de acostagem, pelo papel decisivo no comércio e da navegação. A carta régia referida, modificara as características do povoamento de Cabo Verde, na medida em que, os moradores estavam condicionados ao acesso aos produtos não originários da ilha de Santiago para sustentar a sua economia, e tiveram que procurar nas actividades agro-pastoris e artesanais produzidos ou recolectados localmente, para ultrapassar os constrangimentos impostos por estas limitações. Reforçaram então o cultivo de milho, legumes, hortícolas, cana do açúcar, algodão, passaram a explorar mais intensamente o gado bravo para a extracção de peles de caprinos, dedicaram-se à criação de cavalos, entre outros animais, ao incremento de produtos artesanais, panos de terra, aguardente, açúcar mascavado, bem como a uma maior procura de plantas e moluscos tintureiros. Assim, dotaram-se de produtos locais de exportação e abastecimento de navios, bem como para melhor participarem no comércio da Guiné. Esta nova realidade permitiu que as populações se fixassem e alastrassem mais rapidamente para o interior da ilha, dada à necessidade de mão-de-obra para o arroteamento das terras (MATOS, 2005, 16)[32].

Com a carta régia de 1472 que limitava o comércio, apenas podiam comerciar produtos da terra, o rei promovia o seu povoamento efectivo, na medida em que instituía um novo elemento, o "*produtor"* e, com a fixação de unidades produtivas no local, criava condições para uma fixação mais permanente (PIRES, 2007, 31). Assim, enquanto a carta de 1466 potencializou a criação das actividades comerciais baseadas na intermediação, limitando assim a criação de unidades produtivas, a carta de 1472 actuou em sentido contrário, limitando as actividades comerciais e

[31] MATOS, Artur Teodoro de (Coordenação de) – *A colonização Atlântica*. Editorial Estampa. Lisboa. 2005. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, em Cabo Verde*. Tese de Mestrado. 169 f. 2013.
[32] Ibidem

potencializando a criação de pólos de produção, obrigando os habitantes da ilha a optarem por outro tipo de actividades, sendo a agro-pecuária a mais indicada. A figura de *"produtor"* já existia, pois a troca ou venda de produtos da terra já era comum, mas passou a desempenhar um papel mais preponderante. As naus que comerciavam escravos abasteciam-se de *"frescos e água"*, excedentes da produção local, ou produtos já preparados para tal, que equilibrava a economia das famílias e consequentemente, da ilha. Houve um maior incremento de produção, com vista a aumentar o comércio de produtos locais, não só no porto da Ribeira Grande, mas também nos com boa colocação na costa africana, nomeadamente o *"pano de terra"*, muito apreciado (PIRES, 2007).

Das medidas restritivas resultaram portanto, o desenvolvimento e o incremento da produção agro-pecuária, a consequente entrada "forçada" de negros para trabalharem nessas unidades produtivas. A ocupação rural intensifica-se e a instalação nas melhores terras para a produção agrícola e para pastagens efectua-se. Surgem então as povoações da Ribeira Grande, Alcatrazes e Praia na ilha de Santiago e a de S. Filipe na ilha do Fogo, que se povoou por livre iniciativa dos habitantes de Santiago, e se revelou ser um grande produtor de algodão. Segue-se um período de consolidação e melhoramento da localização dos primeiros núcleos, pelo alastramento do povoamento para lugares que permitiam a prática da agricultura em melhores condições, dado que no início a ocupação foi feita tendo em conta um bom porto de mar e acesso fácil a água potável. A deslocação da população para o interior, nos espaços favoráveis à agricultura, e a ocupação destes, dá origem à dispersão da população e ao surgimento de núcleos mais dispersos, tendo as fundações sido feitas na orientação nordeste/noroeste (PIRES, 2007).

Durante os séculos XV e XVI, a cidade da Ribeira Grande, centro do comércio escravocrata, cresce e desenvolve-se. Além de ser a primeira cidade na história do atlântico que nasceu do comércio negreiro, tendo servido de entreposto de escravos, Ribeira Grande foi também um dos primeiros laboratórios genéticos e de culturas, onde numerosos animais, plantas e sementes vindos da Europa, África e

da América se submeteram aos primeiros ensaios de aclimatização, para em seguida serem reintroduzidos em outros espaços, em função das necessidades. Ribeira Grande foi o centro da aclimatização de plantas cultivadas pelo seu interesse comercial que, em certos casos, alimentava as decobertas portuguesas. Pode-se indicar, de entre numerosos casos, a cana do açúcar, a bananeira ou o coqueiro. A exportação de animais para os outros continentes era usual, como, por exemplo, os bovinos e caprinos introduzidos na Argentina provinham de Cabo Verde[33].

Valentim Fernandes escreveu que no sec. XVI (1506 -1508) encontrou em Cabo Verde (Ilha de Santiago) todas as frutas de Portugal (figos, uvas, melões). O capitão da vila do Conde faz alusão à existência em Cabo Verde de *"jardins de laranjeiras, limoeiros, granadines e figfos de boa qualidade"* e à introdução recente de palmeiras de côco da Índia[34]. Gaspar Frutuoso (sec. XVI) encontrou em Cabo Verde *"muitas frutas de épine e outras como peras, figos, melões, uvas, que duram o ano todo e ainda muitas bananeiras que dão "figos como pepinos que se chamam bananas"*[35]. A palmeira, a purgueira e a cana do açúcar[36] revestem-se também de grande importância comercial na época.

Esta cidade, um centro comercial florescente no sec. XV e XVI, teve um papel preponderante na expansão europeia. A população mestiça, *"os brancos da terra"*, cedo tomou as rédeas do governo local. No sec. XVI já havia representação de senhores da terra na Câmara Municipal da Ribeira Grande. A acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura do primeiro espaço povoado da ilha de Santiago foi importante, no início da colonização, e desenvolveu-se nos séculos seguintes,

[33] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[34] CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983,

[35] CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983,

[36] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande . Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI

moldando uma sociedade escravocrata católica, cujas implicações deixaram marcas profundas na sociedade das ilhas[37].

1.1. A acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura do primeiro espaço povoado da ilha de Santiago.

Na primeira fase de povoamento, a igreja é das primeiras instituições a estender a sua acção e a cobrir todo o espaço povoado. Entretanto, o estabelecimento da igreja no início da década de 80, de quinhentos, excepto na ilha de S. Antão, é fraco, dado que a ocupação humana era muito escassa, no território. As ilhas do Norte, do Oriente e a ilha Brava estavam escassamente povoadas em finais da centúria de 1500. O bispo enviava os religiosos periodicamente para efectuarem visitas às ilhas menos povoadas pelo que os clérigos não tinham residência fixa nestas ilhas, onde predominava a criação de gado. Correia e Silva[38] expressa que estaria tentado em admitir que *"a intensidade e a natureza da implantação da igreja e do clero no espaço estão na razão directa do seu peso demográfico"* (CORREIA E SILVA, 2001, 229). O espaço territorial estava dividido por circunscrições religiosas, as freguesias. A evangelização das ilhas de Cabo Verde, sob a responsabilidade da Ordem de Cristo, sofreu, inevitavelmente, nas ilhas de Cabo Verde, *"as consequências insuperáveis da precariedade do elemento étnico, dificuldades estas, acrescidas ainda da dispersão das ilhas que não tinham sequer os meios normais, intensos e regulares de comunicação mútua, a carência crónica de missionários em número e qualidade, quer filhos da terra, quer vindos da metrópole"* (VACHETTO, 1987, 228)[39]. Esta situação prolongou-se durante a permanência dos portugueses nas ilhas de Cabo Verde[40].

---

[37] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[38] CORREIA E SILVA, António - *Espaço, ecologia e economia interna - o demográfico.* In *História Geral de Cabo Verde*. 2ª Edição vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia, 2001.

[39] VASHETTO, Bernardo P. O. F. M. Cap. – Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973- 1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700). Ed. Farol. Boston. 1987.

[40] Ibidem

2. Progresso e prosperidade da Ribeira Grande de Santiago.

A cidade da Ribeira Grande era um entreposto de escravos. O tráfico de escravos para o Brasil e para as Antilhas, onde o lucro era maior, perdurou até ao sec. XIX " *mas foi no sec. XVI e XVII que em Santiago se registou um movimento mais significativo do tráfico de escravos"* (CARREIRA, 1983,133). Esta actividade foi o motor de crescimento e desenvolvimento do pequeno burgo, a vila de António, o primeiro núcleo habitado da ilha de Santiago.

A prosperidade de Ribeira Grande devia-se ao comércio de escravos, à exploração agrícola, à criação de gado para exportação e à venda da urzela (CORREIA E SILVA, 2001, 229)[41]. Em 1553 a cidade ascende "*de jure"* à categoria de cidade e ao mesmo tempo passa a ser sede do bispado de Cabo Verde, "*erigido pela Bula Papal Pro Excelenti, com jurisdição espiritual sobre as ilhas do arquipélago e sobre a terra firme do continente africano, do cabo Verde ao cabo das Palmas"* (CARREIRA, 1982, 48). Graças ao arcebispado fundado no ano de 1533, por decisão do Rei D. João III, teve uma grande importância administrativa e contribuiu para a construção de uma rede Atlântica de distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Ganhou grande importância e dinamismo com a descoberta das Américas em 1492, do Brasil em 1550 e teve então uma grande importância estratégica com a incrementação do comércio escravocrata entre a África, a Europa e o Brasil. O crescimento da Cidade da Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório, conhecendo nesta altura o seu período áureo entretanto bastante efémero (CABRAL, 2001). Os relatos da época, meados do século, também deixam crer que o crescimento da Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório e que conheceu nesta altura o seu período áureo. João da Silva Feijó (FEIJÓ, 1986) escreve acerca, explicitando que "*Ali residiam os seus bispos, Governadores, e Ministros; porém depois do saque de 1713, toda se despovoou, vindo a ser consequência a ruína dos seus edifícios, de que apenas*

[41] A urzela era um corante vegetal muito apreciado que se utilizava na coloração de panos de algodão para exportação. Fonte: CORREIA E SILVA, António - *Espaço, ecologia e economia interna - o demográfico.* In *História Geral de Cabo Verde*. 2ª Edição vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia, 2001.

restam a Catedral, instituição assaz antiga …" (FEIJÓ, 1986, 3 - 4). Nesta fase destacam-se também os edifícios particulares, como a casa da D. Violante Freire de Andrade, a do Coronel João Freire de Andrade, e a da Companhia de Grão-Pará, " *que seriam importantes, pelo menos, fora do comum do resto das edificações* (AMARAL, 1964, 175). Os grandes sobrados testemunhavam a riqueza e ostentação dos proprietários, assim como os edifícios religiosos e públicos[42], como revela a imagem da figura 4.



Figura 4 -Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. Fonte*: [Desenho TRAVASSOS VALDEZ] [sec. XIX – ca 1864]*. Acessível em: PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009.

O contador André Rodrigues, em 1549, denunciando e criticando, entre outras coisas, o desinteresse a que a Ribeira Grande se encontrava votada (falta de instalações próprias e condignas para a instalação da feitoria e alfândega) refere que *"tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela porque vai em muito crescimento"* (CARREIRA, 1982, 49). Frei Gaspar da Silveira, que por essa altura aporta à cidade, faz também saber ao monarca que *"a terra está muito rica"* e que apesar de se encontrar *"seca de mantimentos porque não choveu"*, todavia, *"dos do Reino está muito farta"*; enquanto outro prelado, de passagem pelo Brasil, por esta mesma altura, acha a terra *"mais rica de dinheiro que de virtudes"*. São pareceres bastantes reveladores, não obstante eventuais erros e, mesmo tendo em conta alguns exageros, chamam a nossa atenção para a situação

[42] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

da época, particularmente o de Frei Gaspar da Silveira. Apesar do momento de seca, com os mantimentos da terra *"falecidos"* (no dizer do frade), não houve qualquer crise de fome, como aconteceu a partir de finais de quinhentos. Verifica-se pois que há um certo equilíbrio na relação produção/população, que o número de habitantes era ainda reduzido, mas a razão principal era a existência nesse período de uma intensa actividade comercial, e consequente desafogo económico que reduzia os efeitos nefastos provocados pela falta de chuva. Muitos navios aportavam a cidade, pelo que havia provisão de mercadorias e mantimentos. A Ribeira Grande vive de facto os seus momentos de fausto nesta época, comprovada na documentação e testemunhada também pela opulência de algumas construções como o Paço Episcopal e a Igreja da Misericórdia, que sugerem um passado de brilho pelas suas cantarias, mármores e azulejos importados do reino. O facto de a cidade ser alvo de ataques de piratas reforça ainda mais esta ideia. O contador em referência pedia ao rei que cuidasse da defesa da cidade, assiduamente atacada, alertando que *"nem menos tem reparo nos portos onde os franceses vêm tomar os navios, e não há com que lhes resistir"* (CARREIRA, 1982, 52). Com a descoberta das Américas em 1492 e do Brasil em 1500, a cidade torna-se importante e muito dinâmica, devido às transacções comerciais entre os três continentes, Europa, América e África, reveladas na imagem da figura 4. O Tratado das Tortesilhas de 1494, fazia de Portugal o detentor do monopólio do comércio atlântico dos escravos capturados na África[43], como revela a imagem da figura 5[44] ocidental e, pôde assim, dominar e estender o seu domínio pelo espaço atlântico e costas africanas.

[43] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[44] Ibidem

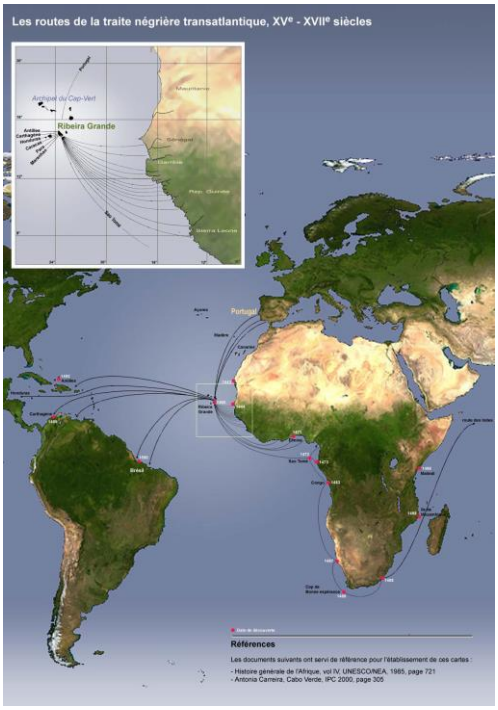


Figura 5 – Rota do comércio de escravos do sec. XV ao sec. XVII. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI.

A primeira igreja a ser construída em 1462 foi a igreja de Nossa Senhora da Conceição e logo a seguir, a Câmara, em 1497. Em 1512 já funcionava a câmara dos deputados e em 1533 a cidade é elevada a sede da Diocese. Passa a ser portanto a sede do Episcopado, o centro do poder civil, militar e religioso das colónias portuguesas da África. Os trabalhos da construção da Catedral iniciam-se em 1556 e, um século depois, começam os trabalhos do convento[45]. A fase da opulência da cidade da Ribeira Grande porém foi efémera, devido à concorrência estrangeira na costa da Guiné. Além dos franceses e holandeses, surgiu mais um concorrente, uma outra potência, a Inglaterra, que, principalmente a partir da década de 60 do século XVI, cria fortes dificuldades aos interesses da Coroa e dos próprios moradores da ilha, que haviam sabido contornar as medidas altamente restritivas do poder central, mas que não se salvariam desta situação.

[45] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI.

Com a possibilidade de se fazer as transações comerciais em Cacheu, como não era obrigatório que os barcos pagassem tributos em Santiago, o comércio decresceu[46].

Os moradores vêem-se momentaneamente confrontados com um problema que ultrapassava todas as suas capacidades de resposta. Não puderam competir com os franceses e ingleses que diversificavam as ofertas de mercadorias, comerciavam directamente nos portos africanos, e vendiam algodão a preço mais baixo, pelo que o algodão das ilhas de Santiago e do Fogo perdia mercado. A mudança na forma como a Coroa vinha explorando o comércio na região, decidindo franquear o algodão no intuito de conferir aos seus contratadores uma maior agressividade face aos concorrentes estrangeiros, talvez a única forma de sair menos lesada da concorrência, acaba por se repercutir negativamente na vida da vila. Esta medida ia contra os interesses dos moradores[47]. O corregedor Manuel de Andrade relata e elucida, em 1562:

> "*O contrato de escravos que vim fazer se dilatou tanto que por não vir a resolução da fazenda d'el-rei nosso senhor qual convinha, que os vizinhos desta ilha foram conhecendo e vendo por experiência o muito que perdiam em dar a el-rei nosso senhor os seus escravos por preço de mil reis, durante o contrato dos contratadores porque a eles foi arrendado o trato com condição que pudessem armar com os não vizinhos desta ilha e moradores nessa cidade e em qualquer parte do reino e dar-lhe licença com que armassem com coisas defesas com que eles podem e com isto mandam tantos navios a Guiné que de lá vão à Castela e outras partes sem tomarem esta ilha, que tem deitado tudo a perder o resgate de Guiné de todo e os vizinhos não querem nem podem armar para a Guiné porque tornam a trazer a fazenda porque acham os rios de resgate cheios de ferro e mercadorias defesas* (CARREIRA,1982, 54).

A valorização da cidade resultava do comércio externo mas devido à forte concorrência dos outros países da Europa decaiu muito, o que provocara sérios problemas financeiros na ilha, que se ressentia muito em face das flutuações que se verificavam, pois todo o desenvolvimento sócio-económico da ilha a ele se encontrava ligado. Por isso, os moradores reagiam muito mal *"contra uma ou outra medida mais lesiva adoptada pelo poder central"* (CARREIRA, 1982, 134).

[46] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[47] Ibidem

Foram graves as consequências das mudanças prorrogadas pela coroa, o que levou os moradores a apresentar uma alternativa: *«par recto…. Ou el-Rei Nosso Senhor lhes arrende a eles (moradores – par recto) o trato como lá tem escrito, ou corra por conta de sua fazenda (da Coroa) e que desta forma consentirão no contrato porque se concertará o resgate e haverá escravos para poder dar a el-Rei»* (CARREIRA, 1982, 54). Caso fosse implementada a sugestão, seria um *"paliativo"* que colocaria os moradores em condições idênticas às dos contratadores, mas a grande verdade é que não se mostrara relevante, dado que a concorrência estrangeira era muito forte, e esta simples vontade política não poderia pôr cobro à situação. Assim, a perda da importância geoestratégica do porto da Ribeira Grande diminuiu o tráfico e uma viragem decisiva nos destinos da Ribeira Grande se vislumbra, a decadência da cidade. A estrutura socioeconómica da Ribeira Grande não conseguira fazer frente a essa situação[48].

O colapso económico-financeiro não advira de imediato, mas a partir de então a Cidade da Ribeira Grande começa a entrar num processo de decadência. As consequências são múltiplas e manifestam-se em todos os sectores da vida da ilha. A fase de expansão termina por volta da década de 60 de sec. XVI. A quebra do movimento comercial provocou a diminuição das receitas e a diminuição do fluxo de *"colonos"* para a ilha, não apenas "*os entrados na condição de livres como os trazidos compulsoriamente, como escravos, do continente africano"* (CARREIRA, 1982, 139 - 140). Foi cerca de um século e meio de prosperidade[49].

3. A decadência da Cidade da Ribeira Grande e suas consequências.

[48] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[49] Ibidem

Em 1542 a cidade da Ribeira Grande começava a decair, e oferecia tão pouca resistência, que se insinua que podia ser tomada por uma única nau[50]. João da Silva Feijó[51] relata que os edifícios que estavam em ruínas pareciam ser feitos "*em outro tempo*" de pedra e cal e cobertos de telha. Carita[52] refere que nos inícios do sec. XVI, outros povos europeus partiram à disputa deste novo território, dificilmente aceitando a partilha do oceano Atlântico, e do Mundo, entre os povos ibéricos, assim como o sancionamento então dado pela Igreja Romana[53]. A concorrência estrangeira no comércio da costa da Guiné enfraqueceu-se ainda mais, e também na ilha de Santiago, que se sujeitara já à lei promulgada em 1472. A construção do Forte de S. Filipe e dos pequenos fortes embora tardia, não impediu o corso e a pirataria. Surge mais um concorrente, uma outra potência concorrente ao apetecível comércio escravocrata, a Inglaterra, que, principalmente a partir da década de 60 do século XVI, cria fortes dificuldades aos interesses da Coroa, insurgindo-se contra as medidas altamente restritivas promulgadas pola coroa portuguesa.

A Cidade da Ribeira Grande era muito temida devido às febres, as chamadas "doenças da terra", que se deviam sobretudo à presença de águas estagnadas na ponta final da ribeira. Esta doença provocava mortandade e vários bispos e governantes não foram poupados. Esta situação, aliada às demais, fez com que perdesse cada vez mais a sua importância ao longo do séc. XVII, tendo entrado no século seguinte já bastante arruinada. Em 1642 dos padres jesuítas deixam a cidade. Alguns frades de Ordem Terceira de S. Francisco chegaram à cidade *"a expensas"* de Joana Coelha, proprietária abastada que os mandou buscar do Reino, mas a falta de residência obrigou-os a voltar a

[50] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte I, 136. 1899, p.118.

[51] FEIJÓ, João da Silva – Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde. (Apresentação e comentários de António Carreira). Instituto cabo-verdiano do Livro. Colecção "Estudos e Ensaios". 1983.

[52] CARITA, Rui – *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1994.

[53] E acresce: Com o aparecimento duma nova nação em expansão, a França, que também se queria afirmar como potência marítima, a que se seguiram a Inglaterra e a Holanda, o século XVI foi marcado por uma nova actividade e agressividade no mar, ultrapassando as dimensões pontuais e esporádicas do século XV e transformou-se progressivamente numa verdadeira Guerra de Corso. A Coroa portuguesa tentou fazer frente ao assunto com negociações diplomáticas e chegou mesmo a apoiar-se num tribunal de presas marítimas, com sede em Rução, mas a situação piorou sempre ao longo do século XVI. Os interesses portugueses no Atlântico, que até então se centralizavam no arquipélago da Madeira, como ponto de apoio às explorações portuguesas da costa da África, passaram a deslocar-se para sul, para os arquipélagos de Cabo Verde e, depois, de S. Tomé e Príncipe. Fonte: CARITA, Rui – A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1994.

Portugal. As crises de fome e mortandade[54], situações de autênticas lutas do povo pela sua sobrevivência e dignidade, pioravam a já debilitada economia da Cidade da Ribeira Grande (CARREIRA, 1982).

Com cada vez menos importância económica, a cidade da Ribeira Grande perdeu o estatuto de capital em 1769 e a consequente perda de importância administrativa a favor da cidade da Praia de St.ª Maria, que oferecia melhores condições. Nas últimas décadas do sec. XVIII a decadência era geral. A situação particular da ilha de Santiago limitava o recrutamento de padres. A ilha *"ficava órfã"* durante longos períodos, pelo que uma lei de 1781 obrigava os sacerdotes nomeados a ocupar o seu posto sob pena de sanção. Esta medida surtira fracos efeitos. Foram introduzidas também algumas regalias para os religiosos, motivando-os a residir nela, uma das quais referia que "*sendo mestres"* e tendo ido da metrópole, seriam eleitos priores logo que regressassem ao Reino (CERRONE, 1983). No século XIX, o fim da escravatura dava mais um golpe à já fraca e debilitada economia das ilhas[55]. Do esplendor da cidade restavam um monte de ruínas, a Sé demolida e que muitas pedras extraídas das ruínas serviam de muros de casas e de depósitos de água (AMARAL, 1964). Os edifícios militares e religiosos arruinaram-se, entrando a cidade *"em colapso"* no século seguinte. Os edifícios civis desapareceram por completo. Porém, os vestígios militares de Ribeira Grande permitem compreender os interesses comerciais que ditaram a defesa *"desta praça-forte"*, bem provida de pequenos fortes, localizados em zonas estratégicas, e pela Fortaleza de S. Filipe[56].

No sec. XX, a Santa Casa da Misericórdia, com a sua torre sineira, que fora agregada à arquiconfraria de Roma pelo breve do Papa Sisto V, tendo-lhe sido concedidos todos os privilégios que gozava a Santa Casa, e que tinha sido uma das mais privilegiadas confrarias das conquistas, estava em ruínas. O Convento de S. Francisco e a igreja de S. Roque também estavam em ruínas. A muralha da Fortaleza estava desfeita na quase

[54] A primeira crise de que se tem notícia é a de 1580-82, notícia dada pelo bispo D. Frei Pedro Brandão, a 11 de Junho de 1592. As crises mais recentes, as de 1921-1923, as de 1941-1942 e as de 1947-1948 dizimaram boa parte da população. As de 1911-1913 e 1934-1936 foram de efeitos mais atenuantes (CARREIRA, 1983).

[55] O declínio da cidade deveu-se, para além do decréscimo do comércio com a costa da Guiné, ao clima, à localização pouco favorável do porto, aos ataques repetidos dos corsários e frotas inimigas, à proibição do comércio de escravos, ao monopólio das Companhias e também ao abandono a que o arquipélago ficou votado durante a governação Filipina (CARREIRA, 1983).

[56]Património de origem portuguesa. [Em Linha]. (s.d). [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

totalidade, e uma ou outra casa ainda estava de pé. Na década de 60 do seéculo XX a Fortaleza de S. Filipe estava em restauro, e ainda lá estava o pelourinho de capitel lavrado em estilo manuelino na praça, em frente ao mar (AMARAL, 1964). Os edifícios civis desapareceram na quase totalidade devido ao abandono da cidade. Da antiga prisão pouco sobrara pelo que em termos monumentais é praticamente inexistente, sabendo-se muito pouco acerca deste edifício, pois rareiam os documentos sobre o mesmo. Entretanto, a população que continuou a residir na cidade após o seu "abandono", foi construindo habitações modestas, de alvenaria e cobertas de folhas de coqueiro, aproveitando pedras e cantarias dos vários monumentos, incluindo as da Sé. A partir de meados do século XX as pedras de cantaria ainda existentes foram recolhidas e colocadas em depósito no recinto da Sé (PEREIRA, 2004)[57].

Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro socioeconómico, administrativo, militar e eclesiástico. A Cidade Velha, a actual Cidade de Santiago da Ribeira Grande, é o berço da "cabo-verdianidade", que se assentou num vale verdejante, às bordas do mar, onde se forjou e nasceu a língua cabo-verdiana. É a primeira cidade construída pelos europeus na África subsaariana e nela estão os primeiros monumentos culturais do arquipélago de Cabo Verde, que são testemunhos de seu passado. A capital instalou-se na Cidade da Praia, e a antiga capital, a Ribeira Grande, que teve um importante papel na ilha e que tinha jurisdição na costa ocidental da África, após a sua decadência e abandono a favor da cidade da Praia, a nova capital, onde passou a residir o Governador a partir de 1770, passou a chamar-se de Cidade Velha[58].

4. A sociedade escravocrata de Cabo Verde - génese e especificidades.

A partir de 1462 a Coroa Portuguesa, por razões geoestratégicas, inicia o povoamento da ilha de Santiago. Ao pequeno grupo de colonos portugueses, cristãos novos e

[57] PEREIRA, Daniel - *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago - Cabo Verde)*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004.

[58] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

europeus, que se instalaram da ilha após as descobertas, juntam-se os escravos negros das costas da Guiné, e cuja emergência se consubstanciou ao longo dos séculos XVI e XVII. Esse grupo oriundo do continente africano foi-se estruturando com o passar do tempo, integrando no seu seio: Mandingas; Balantas; Bijagós; Felupes; Beafadas; Manjacos.[59] A sociedade insular instalada caracterizava-se pela existência de dois grandes estratos: um pequeno grupo de brancos e escravos africanos, o grupo maioritário[60].

O primeiro grupo, numericamente minoritário, era constituído por europeus (reinóis), portugueses, castelhanos, genoveses, que gozavam dos privilégios comerciais e certas isenções fiscais, concedidos aos moradores de Santiago. Podiam aproveitar a única oportunidade que a ilha permitia, exercendo uma actividade comercial lucrativa com certa comodidade dado que se sujeitavam à hostilidade da população que habitava a costa do continente africano. O segundo estrato, os escravos, trazidos compulsivamente da costa africana pelos moradores da ilha de Santiago, representavam a maioria da população. O escravo, "mercadoria" altamente rentável, constituiu uma das principais razões da implantação do povoamento na ilha, enquanto entreposto comercial. O alargamento das actividades dos moradores à agricultura e pecuária a partir de 1472, por contingência da promulgação pela coroa da restrição dos privilégios antes concedidos, fez com que o escravo passasse a ter uma certa autonomia, pois vendia a sua produção e passou a abastecer a sociedade insular que não dependia exclusivamente do reino. O grupo dos europeus é aquele que impôs o modelo da sociedade insular[61]. O escravo apenas foi integrado pela força, nesta comunidade. Estavam impossibilitados de reproduzir no novo meio de acolhimento a organização social que detinha a sociedade a que pertenciam, pelo que a escravatura nivelou-os, *"atenuando assim as heterogeneidades sociais e culturais específicas das diversas sociedades continentais de origem"* (CORREIA E SILVA, 2001, 371).

[59] BRÁSIO, António - *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental*). 2ª Série. Vol. I, Doc. 56, p. 88. Lisboa. 1958.
[60] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[61] Ibidem

Pelo contrário, a estrutura social do europeu foi transferida, com a adaptação necessária, para a récem-criada "colónia" dando origem no seu seio a uma estratificação social semelhante à do reino (CORREIA E SILVA, 2001, 371 e 372). Embora o modelo da sociedade fosse imposto pelos Europeus, a sua componente principal, a escravatura, ao ser integrada nela, automaticamente a condicionou e marcou. Pela outorga do privilégio de armar para a costa da Guiné aos moradores de Santiago, em 1466, a Coroa proporcionou muito cedo a formação de um grupo social privilegiado, os armadores, na sociedade insular. O morador, através desta carta, *"acaba por ser identificado como um potencial armador"* (CORREIA E SILVA, 2001, 371**)**. Toda a actividade comercial e agrícola estava nas mãos do morador armador, enquanto a fiscalização e cobrança de impostos se fazia através de representantes da Coroa, os corregedores. Os moradores-armadores da ilha de Santiago teriam desempenhado um grande papel na estruturação da sociedade estabelecida nas ilhas de Cabo Verde nos séculos XV e XVI (CORREIA E SILVA, 2001, 371 e 372). O branco europeu, o escravo africano e o mulato vão contribuir para a formação de uma nova sociedade no arquipélago de Cabo Verde. Num primeiro momento, a sociedade cabo-verdiana estruturou-se e constituiu-se com base no factor étnico ou racial [62]. Concorreram para o efeito os grupos que definitivamente se fixaram em primeiro lugar na ilha de Santiago: Europeus livres e africanos escravizados (BALENO, 1991 158). Os brancos europeus, portugueses e estrangeiros projectam-se no tempo com base em elementos das famílias nobres, além de religiosos e plebeus ligados a várias classes (CARREIRA, 1997, 296). O número de elementos do primeiro e do segundo grupo foi aumentando, à medida que um outro grupo constituído por naturais da ilha de Santiago, ia crescendo. O grupo composto por brancos europeus delineia-se no tempo englobando mais tarde outros elementos brancos que ter-se-ão juntado ao grupo inicial, como terá acontecido no Brasil, dentre os quais se pode indicar: Aventureiros; Náufragos; Marinheiros; Desertores; Alguns funcionários; Degredados; Prostitutas; Órfãs; Camponeses oriundos de várias regiões de Portugal, Madeira e Açores (CARREIRA, 1983, 297). O grupo de negros africanos recrutados como escravos na época, teve no início como foco de resgate, toda a costa ocidental africana, isto é, do Rio Senegal à Serra Leoa. O foco de resgate restringiu-se,

[62] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

posteriormente, à região da Guiné, no seu sentido mais moderno. Mais tarde, este grupo estruturou-se e integrou outros grupos de africanos como os Mandingas e os Balantas. Do contacto cultural entre portugueses e alguns europeus de outros países, e os escravos negros, novas experiências foram vivenciadas pela população. Mulheres brancas que se enviavam para o Brasil, em degredo, passaram a ser enviadas para a ilha de Santiago, a partir de 1620, data do alvará que a isso ordenava, *"a fim que se extinga quanto possível a raça de mulatos"*, o que demonstra que se criavam condições por ordem da coroa portuguesa para que esta não se multiplicasse. Não obstante este desejo, no sec. XVIII, a maioria da população era mestiça pois, em 1770, num total de 26 000 almas, a metade era constituída de *"pretos e pardos"*, em que alguns eram proprietários de bens mas, a maior parte era constituída por vadios e escravos[63].

O aparecimento dos mestiços provocaria uma nova estrutura social e novas relações económicas na sociedade cabo-verdiana. As teses de Carreira[64] sobre a mestiçagem das ilhas de Cabo Verde na obra *"Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata"* e os pontos de vista apresentados na Mesa Redonda realizada em Cabo Verde em 1965 sobre este tema são esclarecedores. Este apresenta uma citação do orientador da referida mesa Redonda, Almerindo Lessa:*"A falta de mulheres brancas, a submissão das negras e, posteriormente, a sedução das crioulas geraram o mestiço, que acabou por dominar o espaço físico e intelectual do Arquipélago"(...)*[65]. Caracteriza o fenómeno da miscigenação em Cabo Verde como *"um dos mais extraordinários fenómenos humanos de que reza a história nacional"* [66]e opina acerca da sociedade cabo-verdiana, expressando que no espaço de tempo de algumas gerações, caso não surgissem factores adversos, o mestiço impunha-se numericamente em todo o arquipélago e lideraria a sociedade nos seus vários aspectos (CARREIRA, 1984). Devido à colonização portuguesa das Américas, da África Oriental, da Península da

[63] CARREIRA, António – *Portugueses (Os) nos Rios da Guiné (1500-1900)*. Edição do autor. Lisboa.1984. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[64] CARREIRA, António – *Portugueses (Os) nos Rios da Guiné (1500-1900)*. Edição do autor. Lisboa.1984.

[65] CARREIRA, António – *Portugueses (Os) nos Rios da Guiné (1500-1900)*. Edição do autor. Lisboa.1984. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[66] Ibidem

Arrábida, da Índia, e da Ásia, e ao comércio triangular, não podemos afastar a possibilidade de contribuições pontuais dos povos destes continentes na formação da população de Cabo Verde[67]. O clero também deixou descendência nas ditas ilhas (CARREIRA,1984).

Acreditamos que teria também havido ligações fortuitas e casuais, mas também amorosas, entre o *"senhor"* branco e as escravas, e entre o negro, escravo ou liberto, e mulheres brancas, à medida que a sociedade evoluía, e não apenas ligações por imposição do *"senhor"*, ou casamentos por interesses financeiros, os tais casamentos "por conveniência". Esta situação, corrente entre os brancos, passaria a ser adoptada pelos mestiços e mulatos ricos, com vista à não desagregação das grandes propriedades. A existência dos *"filhos de fora"*, ou bastardos, que não eram registados pelos *"senhores"* brancos e mais tarde, pelos mestiços e mulatos, era uma forma de não herdarem o pai e portanto, tinha a finalidade de manter a coesão das herdades, a protecção dos filhos legítimos e a manutenção da riqueza nas mesmas famílias, as mais abastadas: *"O homem branco casado na Europa, quer fosse para as ilhas com a família legítima, quer fosse desacompanhado dela, não tardava em unir-se a mulher da terra, escrava ou livre, sem preocupações quanto à quebra de prometida de fidelidade conjugal jurada no altar no acto do matrimónio".* Os cristãos novos que para as ilhas fugiram de Portugal e Espanha e se instalaram *"nos rios da Guiné"*, também deixaram descendência nas ilhas (CARREIRA, 1977, 22) [68]. Em regra aportavam às ilhas homens brancos desacompanhados de suas mulheres. *"Lembremos que em 1513 havia apenas 4 mulheres brancas solteiras! A mulher europeia não emigrava para a África; e quando foi com o seu homem fê-lo raramente. Por outro lado a presença da mulher branca nunca constituiu embaraço para que o homem da mesma etnia fixado nas ilhas se ligasse a uma ou mais mulheres africanas"* (CARREIRA, 1977, 21). A instalação destes nos rios da Guiné e em Santiago começou no sec. XV e prosseguiu na centúria seguinte. Nesta época, não se podia fixar residência nos territórios ocupados por Portugal sem uma licença prévia do rei. Os que se mantivessem ilegalmente, fidalgos e

[67] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[68] Ibidem

cristãos novos, eram ameaçados pelas autoridades. Uma provisão de 7 de Maio de 1516, a bem do serviço d'El Rei e descanso dos moradores e povoadores da ilha, adverte:

> *"... por folgarmos de lhe fazer mercê e por se escusarem alguns escândalos que se seguem e por outros justos respeitos que nos movem, havemos por bem e queremos que daqui em diante "não possam vencer a morada em estar na dita ilha nenhum fidalgo salvo aqueles a que nós por nossa provisão especial para isso damos licença; ... daí por diante não possam nela viver de morador, nem estar nenhuns cristãos-novos", salvo aqueles que para isso dermos nossa provisão especial"*[69].

A emigração ilegal de fidalgos e cristãos novos, que era em número bastante expressivo, continuou à revelia desta provisão. Em 30 de Outubro de 1544 o Corregedor Pedro Moniz é acusado pelo capitão de Santiago, António Correia de Sousa de *"estar mancomunado"* com os negociantes franceses e cristãos novos concedendo-lhes "desmedida" protecção a estes, e defendendo que a "*Guiné está perdido por causa das muitas mercadorias que esta multidão de cristãos novos lá levam, porque lá e nesta ilha toda é coalhada deles ..."* [70]. A última referência aos *homens da nação* é de Jorge Castilho, que governou Cabo Verde a partir de 1636. A permanência destes ia contra os interesses da coroa e continuou no sec. XVIII, bem como o comércio ilegal, mesmo com as medidas repressivas promulgadas pela coroa (CARREIRA, 1983).

A sociedade insular evoluiu e caracterizou-se no sec XVIII por ter três grandes grupos sociais distintos: Brancos; Africanos livres e forros (escravos alforriados ou libertos); Escravos, a maioria. Esta classificação foi feita em função dos direitos individuais dos elementos que estiveram na base da composição da sociedade cabo-verdiana que emergia. Esta sociedade baseava-se nos primeiros anos na velha tradição escravocrata e era estratificada estruturalmente, de forma piramidal. No topo estavam os brancos, grupo minoritário e detentor de poder, na base estava uma grande massa de escravos, que representava a maioria da população da ilha[71]. Na estrutura piramidal, os forros intermediavam as duas classes sociais. Ainda na segunda metade do século XVI a massa de escravos situava-se em 87,3% dos habitantes nas Ilhas de Santiago e Fogo.

[69] BARCELOS – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. 1899. Parte I. p. 3.
[70] CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* 2ª Edição. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1983.
[71] CARREIRA, António - *Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações.* Biblioteca Ulmeiro. 1977, p. 12.

Verificavam-se diferenças perceptíveis no interior de cada grupo, pelo que era difícil enquadrar todos os brancos e negros numa mesma categoria social porque, persistia a posição social que cada elemento branco detinha antes na europa e que foi transplantado para as ilhas, e também porque instalou-se localmente o jogo de interesse entre os brancos, dando a cada um a sua posição social[72].

A legislação da época que previa e salvaguardava a estratificação, foi transplantada para a ilha, e para outros pontos por onde estiveram os europeus, com ligeira adaptação. Um mesmo crime cometido por brancos, forros ou escravos podia ser punido de maneira diferente, as penas variavam de acordo com a condição social do infractor, como se pode verificar nos regimentos dados aos corregedores ou outros agentes da justiça. A título de exemplo podemos dizer que as pessoas de "*mor qualidade"* (fidalgos escudeiros e alguns mais), por exemplo, não cabiam nas penas aviltantes como açoites públicos (BRÁSIO, 1958, 270-272). O senhor utilizava os serviços do escravo de forma diferenciada. O *escravo doméstico* exercia tarefas mais leves e tinha um serviço menos penoso que o cativo, o que levava a que tivesse uma relação de maior confiança com o seu senhor. Ao "*escravo rural"* eram destinados apenas os trabalhos agro-pecuários, tarefas que exigiam sobretudo a força. Devido às relações estabelecidas entre o senhor e a escrava, e porque em Cabo Verde foi preponderante a escravidão doméstica, foi surgindo gradualmente uma massa de mestiço, liberto ou auto-liberto, que passou a constituir, com o tempo, a maioria da população. Prevalecia, na estrutura social de Cabo Verde (Ilha de Santiago) uma forte mobilidade social, que contribuiu para que grupos de negros ou mulatos livres ascendessem na pirâmide social. Desta forma, membros destes grupos passaram a deter prestígio e poder. É de lembrar que, devido a esta situação, muito cedo a Câmara da Ribeira Grande apresenta elementos negros e mulatos na Câmara Municipal[73].

No respeitante ao relacionamento humano entre os brancos, *(...)"estes primeiros brancos eram tão zelosos de honra que, aos que de novo vinham do reino, não*

[72] CARREIRA, António - Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações. Biblioteca Ulmeiro. 1977, p. 12. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporãneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.
[73] Ibidem

deixavam habitar senão em uma rua que ainda hoje se chama de Calhau, enquanto não mostrassem a limpeza do sangue"[74] . Com o tempo foram desaparecendo estas famílias tão orgulhosas do *"seu sangue"*, umas por falta de descendência, outras porque *"se degeneraram em mestiços, na conformidade do clima que é mais favorável para estes do que para aqueles"*[75] . O mesmo autor refere-se à evolução desta sociedade e da extensão da mestiçagem na ilha de Santiago, explicando que os mulatos foram preenchendo, com o tempo, as posições sociais antes ocupadas pelos brancos. Referindo-se à ideia expressa por Teixeira de Sousa[76] escreve que a sociedade que se forjou lentamente, mas caracterizado por convulsões sociais bem referenciadas em documentos da época, permitiu a formação de uma sociedade em que os preconceitos étnicos foram desaparecendo com a ascensão económica dos mulatos. O ambiente social das cidades e vilas onde *"havia civilização"* contrastava com o do interior da ilha habitada *por "uma plebe montanhesa, extremamente rústica e selvagem e totalmente ignorante da doutrina cristã"* que era porém muito *"obediente"* e que *"venera com maior respeito o que é sagrado"*. Havia na altura cerca de 50.000 mil habitantes em todo o arquipélago que se mantém até o ano de 1834[77]. A situação inicial comparada à fase posterior, de degradação da sociedade cabo-verdiana, foi descrita por um Anónimo[78] na Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde:

> *"Em outro tempo houve nesta ilha muitos homens brancos, naturais e principais da terra, descendentes dos primeiros povoadores, com casas bastante opulentas, por serem senhores da maior parte das terras da ilha, em razão das grandes mescês, que lhes haviam feito, assim o Infante Dom Fernando, como El-Rei Dom Manuel, que se tratavam à lei da Nobreza, tendo brazões de armas, que ainda hoje se manifestam em alguns monumentos, e sendo muito respeitosos e venerados pelos pretos, que ficaram sendo seus rendeiros, e de tal forma era o respeito que os pretos tinham aos brancos que*

[74] AMARAL. Ilídio - Cabo Verde – Introdução Geográfica. IN *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. 2ª Edição vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001. p. 11-12.
[75] AMARAL. Ilídio - Cabo Verde – Introdução Geográfica. IN *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. 2ª Edição vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001. p. 11-12.
[76] SOUSA, Teixeira - Sobrados, Lojas e funcos - Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo. Praia. Cabo Verde. *Claridade*. nº 8 (1958), p. 2-8.
[77] AMARAL. Ilídio - *Cabo Verde – Introdução Geográfica*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. 2ª Edição. Vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001, p. 11-12.
[78] ANÓNIMO – *Notícia corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Edição da Revista de Diogo Caão. Inéditos Coloniais. 1937. Série A, nº III. Lisboa. 1784.

vindo a cavalo preto, e, retirando-se para fora do caminho, esperava que passasse o branco para o reverenciar"[79].

Enfim, Ilídio do Amaral[80] apresenta uma síntese bem concebida sobre a especificidade da criação da sociedade crioula destas ilhas:

"O homem marcou esta ilha, que em 1460 encontrou deserta, com um traço original: criou uma ilha crioula. Para sua ocupação e povoamento foi preciso introduzir tudo: homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia. Nela se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo de humano, um novo tipo de mentalidade e até de linguagem: o crioulo, nascido da fusão harmoniosa do Branco com os escravos negros" (AMARAL, 1964,19).

A ilha do Fogo foi povoada em seguida, entre 1480 e 1593, por acção dos moradores de Santiago e de forma semelhante (MATOS, 2005). Essa realidade levou o oficial Valentim Fernandes a reconhecer a ilha do Fogo ainda no início do século XVI, como povoada de gente (FERNANDES, Valentim, 1508-1510). A ilha foi povoada devido à expansão da actividade comercial na costa da Guiné que exigiu aos moradores de Santiago cada vez maior quantidade de bens de troca produzidos localmente. Para essa ilha se deslocou uma grande quantidade de escravos, mão-de-obra para o trabalho nos campos algodoeiros, tendo-se criado uma capitania semelhante ao da Ribeira Grande e tendo sido um dos seus primeiros detentores, Fernão Gomes para, a partir de 20 de Abril de 1520 passar para as mãos de D. João de Vasconcelos, conde de Panela, por doação do rei D. João III (TORRÃO, 1991, 157-176). Grandes propriedades foram instaladas. A dinâmica de povoamento da ilha deveu-se mais tarde a limitações impostas pela carta régia de 1472. Os moradores de Santiago passaram a produzir os meios de compra dos escravos negros com os produtos nados e criados na própria ilha.
Os mercadores de Santiago instalaram-se na ilha do Fogo, organizaram a exploração de propriedades agrícolas nesta ilha, tal como haviam feito em Santiago. As boas condições climatéricas favoráveis ao cultivo de algodão, na ilha do Fogo, fez com que criassem um complexo produtivo, com base nesse produto importante para as

[79] ANÓNIMO – *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Edição da Revista de Diogo Caão. Inéditos Coloniais. 1937. Série A, nº III. Lisboa. 1784.
[80] AMARAL, Ilídio. *Cabo Verde – Introdução Geográfica*. *In HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. 2ª Edição vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001, p. 11-12.

transacções comerciais com a costa da Guiné, o que permitiu que esta ilha conhecesse um grande esplendor económico. Todavia, somente as classes capitalizadas (homens do comércio) estavam em condições de financiar os custos de e de satisfazer a exigência de tornar a propriedade da terra um meio de produção real (FERNANDES, 2002). É por esta razão que os grandes proprietários, dividindo entre si o património agrário das duas ilhas, começaram a investir nelas com escravos (mão-de-obra) e instrumentos. Em meados do século XVI**,** depois que D. João III, rei de Portugal, ter doado a capitania da ilha a João Menezes de Vasconcelos, conde de Penela, a ilha tinha já uma vida social desenvolvida, que pode ser avaliada pelas contendas em que se envolviam os habitantes e os corregedores, bastante concorridas, em que a população se dividia, tomando partido de um ou outro. Por causa da sua posse económica, os proprietários agrícolas começaram a construir habitações que retratavam o seu poderio económico, os sobrados e as casas senhoriais, emergindo ao mesmo tempo as residências dos remediados que se ergueram ao lado da moradia dos grandes proprietários, que vão harmonizar-se mais tarde na estrutura urbanística, no caso de S. Filipe, e aglomerados humanos em Santiago**,** que se projectou até hoje. A Ilha do Fogo porém, nunca alcançou um desenvolvimento comparável à da Ilha de Santiago, dominada pelos seus moradores rurais, que tinham abundância de tanques de água para rega**,** que produzia em grande quantidade o milho e cana sacarina para a produção de aguardente (RIBEIRO, 1960). A sociedade que se estruturou mais tarde nas duas ilhas revelou-se estratificada, com brancos, mulatos e negros escravizados (ANDRADE, 1996, 48). Gente branca, no caso do Fogo, mas também realidade das ilhas em geral, correspondia às pessoas que viviam em melhores condições de vida e em bons sobrados (MARTINS, 1981,102). Por sua vez, «gente preta», eram os homens, mulheres e crianças que habitavam os pobres *funcos*, pequena habitação coberta de colmo, e que nada possuíam além da miséria que os castigavam duramente. Entre estas duas camadas sociais encontrava-se o «mulato», bastas vezes rejeitado pelas famílias tradicionais e conservadores do laço sanguíneo (RIBEIRO, 1981, 102).

No início do século XX a sociedade já estava estruturada em três classes sociais: os brancos autóctones, os mestiços e os negros (ANDRADE, 1996). A realidade da mobilidade social na ilha do Fogo, que também ocorreu em Santiago, e muito particular

e singular em Cabo Verde, manifestou-se na ascensão dos mulatos filhos de brancos e descendentes de escravos. Com o tempo, os mestiços descendentes dos primeiros mulatos bastardos, empreendedores, elevaram-se socialmente e triunfaram na sua generalidade. Tornaram-se comerciantes e agricultores e foram adquirindo, por compra, os sobrados e as terras dos brancos empobrecidos, ascenderam também a cargos públicos, antes ocupados apenas por brancos que formavam a aristocracia tradicional, e mandaram os filhos estudar na metrópole. Os primeiros "filhos bastardos" que apenas ostentavam com vaidade o apelido do pai, que nunca os reconhecera, e mestiços incapazes de idêntico esforço, os brancos pobres e os brancos caídos na miséria, formavam o grupo dos populares. Essa situação verifica-se na ilha do Fogo a partir de 1951 e era idêntica à da ilha de Santiago (TEIXEIRA DE SOUSA, 1940, 42). Nas ilhas de barlavento, povoadas e exploradas mais tarde, o panorama social diferenciava dado que as terras foram distrubuídas por sesmarias e a estratificação social, embora semelhante, tinha atenuantes[81].

4.1. Complexidade e importância da miscigenação na formação da sociedade cabo-verdiana.

A diversidade do elemento humano levado a Santiago durante o povoamento e durante o tráfico de escravos foi grande e a miscigenação complexa. São de destacar os artigos de Gabriel Mariano (MARIANO,1991) sobre este tema, *"Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou"* e *"A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana,* que mereceram sempre uma grande importância dos estudiosos da cultura cabo-verdiana. A miscigenação cabo-verdiana foi singular, única, no contexto das outras colónias portuguesas, complexa e de suma importância, pois foi a base da formação da estrutura social e da identidade nacional das ilhas de Cabo Verde.

[81] AMARAL. Ilídio - Cabo Verde – Introdução Geográfica. IN *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. 2ª Edição vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

Uma recensão feita por Isabel Lopes Ferreira[82], mestranda do 6º curso de desenvolvimento Social e Económico de África do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em 1997, foi divulgada num trabalho apresentado em *"África Debate"*. A mestranda, na referida recensão, interroga-se sobre os factores que levaram a que o arquipélago de Cabo Verde constituísse uma excepção no panorama da colonização portuguesa. A mesma procurou as respostas analisando os referidos artigos de Gabriel Mariano apontados acima. Apresenta e analisa *"As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra"*[83]. Apresenta também a área de delimitação da análise do autor, Gabriel Mariano. Analisando o caso de Cabo Verde, compara-o com o do Brasil, (o caso da Baía), e S. Tomé e Príncipe, sociedades que tiveram uma forte componente mestiça, logo no início da colonização. Considera os seguintes elementos, como propiciadores do processo de formação e consolidação precoce da identidade cabo-verdiana, conferindo a Cabo Verde o carácter de excepção em relação a outras realidades: Condições agro-climáticas desfavoráveis no arquipélago, que obstaculizaram a fixação dos colonos europeus e a adopção da monocultora; Predominância da policultura e do minifúndio; Negligência da administração central em relação às ilhas; Mestiçagem intensa conducente à superioridade numérica da população mestiça relativamente à população branca, e provável consequência dos seguintes factores:

- Falta de mulheres brancas; Moral sexual do português; Isolamento;
- Pequenez "quase familiar" das ilhas; Solidariedade entre brancos, negros e mulatos na luta pela sobrevivência, enfrentando juntos as secas e ataques dos piratas;
- Estruturação da sociedade feita por negros e mestiços, e liderança da sociedade pelos mestiços;

[82] FERREIRA, Isabel Lopes - As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra . In *"Emergência da Nação Caboverdeana"* (recensão crítica da obra Cultura caboverdeana, Ensaios), e textos "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", e "A mestiçagem e o seu papel na formação da sociedade caboverdeana), de Gabriel Mariano, editora Vega, Colecção Palavra Africana, 1991, Portuga. *Revista África Debate*. Nº. 1 (Setembro de 1999).
[83] Ibidem

- Existência de democracia étnica; Capacidade do mestiço de impor a cultura de baixo para cima;
- Triunfo da língua crioula de Cabo Verde relativamente à língua portuguesa[84].

Refere que, para Gabriel Mariano, o mulato foi o líder, o receptor e recriador de elementos da cultura europeia e africana, que foi processada do funco e imposta ao sobrado pelo próprio mulato. Refere ainda que o autor apresenta as seguintes condições "que directamente conduziram ao alastramento horizontal e vertical" da nova cultura:

- A ascensão económica do mulato e de alguns negros, nos primeiros anos da colonização, pela actividade mercantil e mais tarde, pela compra das propriedades do branco pelos emigrantes, quando este entra em decadência.

- A aristocratização intelectual do mulato e do negro.

- Consequente aquisição de prestígio social pelos mesmos.

- A capacidade de infiltração social, que o faz dominar, com o mesmo à vontade, a senzala e o sobrado, pois o mestiço ou mulato é filho da serva mas também do fidalgo, do comerciante, do funcionário régio ou do eclesiástico[85].

Realça a mesma que Gabriel Mariano defende que a ocupação do topo da hierarquia pelo mulato, simbolizada pela aquisição do sobrado e da sua bandeira, não representou uma ruptura com as tradições dos que antes detinham o lugar de classe dominante, mas terá havido continuidade, sem desajustamentos, em simultâneo com a consolidação do poder do próprio mulato, por este ser possuidor de uma boa preparação técnica e intelectual, no momento em que recebeu a herança. Refere que o autor apresenta duas razões para que isso acontecesse: seis anos antes da abolição da escravatura, em 1866,

[84]FERREIRA, Isabel Lopes - As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra . In *"Emergência da Nação Caboverdeana"* (recensão crítica da obra Cultura caboverdeana, Ensaios), e textos "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", e "A mestiçagem e o seu papel na formação da sociedade caboverdeana), de Gabriel Mariano, editora Vega, Colecção Palavra Africana, 1991, Portuga. *Revista África Debate*. Nº. 1 (Setembro de 1999).
[85] Ibidem

já havia um liceu em Cabo Verde; em 1863 frequentavam o Seminário/Liceu de S. Nicolau alunos de todas as ilhas, de S. Tomé e Príncipe e da Guiné, religiosos e leigos. Em 1894, havia um total de 4020 alunos, sendo 2200 mestiços, 1452 negros e 400 brancos (os cursos de instrução primária e secundária incluíam, entre outras, as cadeiras de Filosofia Racional, Direito e Economia Política). Portanto, se de início o negro e o mulato ocupavam-se da actividade mercantil, passaram a dedicar-se à terra, à religião, e à Administração Pública, sem que tivessem muita concorrência, *"pela pouca atracção que as ilhas exerciam sobre o elemento metropolitano"*[86].

Isabel Ferreira apresenta ainda a seguinte ideia de Aimé Césaire - *"nenhum povo poderá criar uma civilização, se essa civilização não for mestiça"*, e ainda o que Gabriel Mariano entendia por *"mestiço"*: mestiço quer dizer *"válida para todos" (...) "trata-se de uma cultura e de uma sociedade com identidade própria, feita de elementos levados por negros e brancos, recreados pelo mulato e aceite por todos"(*…) *"A mestiçagem caboverdiana é expressa pela língua crioula caboverdiana; pelo seu folclore poético, musical e novelístico; pela sua culinária; pelas actividades de lazer; pelo folclore de adivinhas e provérbios; pelos festejos populares; pelas superstições; pelos hábitos; pelos esquemas de comportamento, etc."*[87] Apresenta e corrobora ainda com a seguinte afirmação de Gabriel Mariano: "a singularidade do fenómeno, de '*expulsão do étnico pelo social'*, ausente nos outros processos de colonização portuguesa, caracteriza também o comportamento do colonizador: rigidez cultural e social em zonas com boas condições económicas; e abolição das barreiras quando a situação é contrária". Afirma ainda que*: "a pouca consistência dos vínculos de subordinação colonial aí estabelecidos, não por obra de métodos de governação, mas por acontecimentos fora do controlo de ambas as partes (seca e pirataria), terá sido o princípio. Aos indivíduos coube o resto*". Apresenta também algumas insuficiências ao trabalho de Gabriel Mariano, feito nos anos 50 do sec. XX, pelo então jovem estudante de direito, perseguido pelo regime político de então. Apresenta as seguintes: se houve e

[86] FERREIRA, Isabel Lopes - As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra . In *"Emergência da Nação Caboverdeana"* (recensão crítica da obra Cultura caboverdeana, Ensaios), e textos "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", e "A mestiçagem e o seu papel na formação da sociedade caboverdeana), de Gabriel Mariano, editora Vega, Colecção Palavra Africana, 1991, Portuga. *Revista África Debate*. Nº. 1 (Setembro de 1999).
[87] Ibidem

quais são as datas da passagem da monocultura para a pluricultura no Brasil; uma explicação mais pormenorizada de formas de exploração da terra em Santiago, pois que isso gera mudanças económicas e refere que esses indicadores seriam úteis na comparação efectuada com S. Tomé e Príncipe (a mudança deu-se anos de 1820/22); a falta de definição pelo autor dos conceitos de *cultura, nação* e *colonialismo*. A mestranda assume o seguinte conceito de nação: *"Um grupo humano com uma organização social mais ou menos homogénea, unido pela língua e história, partilhando um espaço geográfico e manifestando uma forte interdependência e solidariedade entre os seus membros"*. É uma versão adaptada da definição de Carlos Cardoso, no seu trabalho *"Estado e Nação: para a releitura da construção nacional da Guiné – Bissau"*, apresentado no Colóquio internacional, "Que nações, que Estados em construção", realizado na Praia, em 1995[88].

Da síntese das culturas em presença nas ilhas, forja-se uma nova cultura, a cultura cabo-verdiana, uma nova identidade, a identidade cabo-verdiana, a cabo-verdianidade. A propósito da cultura, da identidade, da estrutura social e das relações entre estas, quando perante uma dominação estrangeira, como a sofrida pela sociedade das ilhas de Cabo Verde durante a colonização (sec. XV a sec. XX), Amílcar Cabral[89] defenderia que, se se aceita que a cultura é uma síntese dinâmica das condições materiais e espirituais da sociedade, e expressa as relações tanto entre homens e a natureza, como entre diferentes classes no seio de uma sociedade, se pode afirmar que a identidade, a nível individual e colectivo é, para além da condição económica, a expressão da cultura. Continuando, explicita que, por isso, atribuir, reconhecer ou declarar a identidade de um indivíduo ou grupo é, acima de tudo, colocar aquele indivíduo ou grupo no âmbito de uma cultura que, como todos sabem, o principal sustentáculo da cultura em qualquer sociedade é a estrutura social, e portanto, pode-se, extrair a conclusão de que a possibilidade de um grupo em movimento conservar (ou perder) a sua identidade face à dominação

[88] FERREIRA, Isabel Lopes - As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra . In *"Emergência da Nação Caboverdeana"* (recensão crítica da obra Cultura caboverdeana, Ensaios), e textos "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", e "A mestiçagem e o seu papel na formação da sociedade caboverdeana), de Gabriel Mariano, editora Vega, Colecção Palavra Africana, 1991, Portuga. *Revista África Debate*. Nº. 1 (Setembro de 1999).
[89] CABRAL, Amilcar – *A Arma da Teoria*. Vol. I. Ed. Seara Nova. Portugal. 1979.

estrangeira depende do grau de destruição da sua estrutura social sob as pressões dessa denominação[90].

As formas de expressão da cultura cabo-verdiana e o crioulo de Cabo Verde são singulares e despontaram com a formação de uma nova sociedade nas ilhas de Cabo Verde. Uma das expressões dessa identidade cultural é o crioulo cabo-verdiano, hoje língua cabo-verdiana, que nasceu nos primórdios da ocupação da ilha de Santiago. A propósito da identidade nacional, e sua relação com a independência, o aparecimento e a importância que se confere à língua cabo-verdiana, e a outras expressões da cultura e identidade cabo-verdiana, é pertinente apresentar aqui esta síntese de Amílcar Tavares:

> *"É mister frisar aqui que a identidade e nação cabo-verdianas se consubstanciaram muito antes da independência do país (1975), remontando ao momento em que o crioulo, o primeiro elemento mestiço em Cabo Verde, ganhou maturidade, tornando-se a língua de comunicação do cabo-verdiano, ao mesmo tempo que a personalidade e consciência do Homem cabo-verdiano, com uma filosofia e maneira própria de estar e ver o mundo, se recrudescem irreversivelmente. Para além do crioulo, que se originou do encontro da língua portuguesa e das várias línguas e dialectos africanos, a Culinária, a Música e a Dança, a Literatura e as Artes Plásticas se afirmaram também como signos e estigmas da tão propalada cabo-verdianidade, o que significa dizer, de uma identidade inconfundível"*[91].

O crioulo de Cabo Verde é a resultante cultural mais directa das sociedades escravocratas criadas pelos portugueses (e por outros povos europeus) a partir de Quinhentos. Formou-se do encontro de dois grupos humanos de culturas e línguas diferentes entre si, ignoradas no espaço da ilha de Santiago, sendo *"o grupo mais evoluído do ponto de vista cultural numericamente inferior e detentor do domínio político-económico e de meios para poder impor ao grupo maioritário, os negros, de cultura diferente, uma total sujeição a normas e orientações sociais, incluindo as da disciplina do trabalho"* [92].

---

[90] CABRAL, Amilcar – *A Arma da Teoria*. Vol. I. Ed. Seara Nova. Portugal. 1979.

[91] Cabo Verde*Ilhas da Morabeza, Amílcar Tavares.com

[92] A Evolução do crioulo pressupõe as seguintes fases: O *Pidgin* que é a forma mais rudimentar de comunicação verbal; O *Proto-crioulo* corresponde ao aperfeiçoamento do "*pidgin"* pelo acrescentamento de vocábulos e o uso de "um sistema gramatical mais simples, ou mesmo muito simples; O *Crioulo* propriamente dito, em que a comunicação se faz através de considerável soma de vocábulos originários da língua em que se apoiou, adaptados aos órgãos articulatórios do grupo aprendiz, e de formas gramaticais correctas e mais complexas do que as utilizadas nas fases anteriores*. "É o que se pode considerar a consolidação da língua pela aquisição de contornos nítidos e sólidos e de*

A contrapor às ideias de Carreira (CARREIRA, 1983) àcerca das teorias sobre o crioulo e sua origem, e os vários estudos já realizados acerca deste tema por especialistas desta área, José Carlos Mucangana, com apoio de bibliografia científica, faz uma análise, apresentando uma visão diferente à de Carreira. José Carlos Mucangana[93], procurando explicar a formação do crioulo de Cabo Verde, achando que tudo o que se tem dito é errado, começa por apresentar o que Jaime, personagem da novela "Identidade", de Viriato de Barros, de 2005, (BARROS, 2005, 125), editado em Cabo Verde[94]. Escreve que, esta língua nova, que não era intermédia nem forjada pela população de origem africana, nem de matriz fonética modelada a uma matriz linguística pré-existente, tomou o nome dos seus próprios falantes, as crianças de colo, que já não eram crias ou crianças de leite e de peito, mas que ainda não tinham atingido a chamada idade da razão, num esforço de comunicar e organizar a sua sociedade pueril fraternal, desprovida de preconceitos e mal definida em termos de taxa de melanina dérmica. Essa língua foi inventada e continuou a ser falada por todas as crianças, incluindo os filhos dos patrões e os filhos dos cativos, os que tinham pais da minoria portuguesa vindos da Europa e os que tinham pais vindos da África, das numerosas nações da Grande Guiné. Para desenvolver esta língua, de gramática inata e simples, as crianças recorreram às palavras portuguesas que ouviam à sua volta, repetindo-as, papagueando-as . *"A nova língua ficou pronta, quando a primeira geração de crianças atingiu a idade da razão e começaram aos poucos a estudar na escola ou seminário, em português, e todas a trabalhar, em crioulo"*[95].

---

formas sucessivamente mais aperfeiçoadas". Fonte: CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* 2ª Edição. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1983, p. 88.

[93] MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a caboverdianidade (3): Que significam as palavras crioulo e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo? *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131.(Julho/Agosto de 2015), p. 26.

[94] Apresenta o seguinte extracto em que o autor, Viriato de Barros, procura explicar a origem do crioulo: *" Com o tempo emergiu desta miscigenação generalizada , como que uma nova identidade étnica, o caboverdeano, que não se definia em termos de raça, mas por um conjunto de hábitos e costumes, uma língua nova criada a partir desse esforço de ajustamento de parte a parte, pela simples necessidade de comunicação entre africanos e uma minoria europeia, que acabou por adoptar essa espécie de língua intermédia forjada pela população de origem africana com base na língua portuguesa, simplificando a sua estrutura gramatical e moldando-a a sua estrutura fonética à sua própria matriz linguística"*. Fonte: MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a caboverdianidade (3): Que significam as palavras crioulo e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo? *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131.(Julho/Agosto de 2015), p. 26.

[95] MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a caboverdianidade (3): Que significam as palavras crioulo e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo? *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131.(Julho/Agosto de 2015), p. 26.

4.2. O papel da Igreja católica na formação e difusão da língua portuguesa e do crioulo.

A Igreja católica desempenhou um papel importante na formação e difusão do crioulo nas ilhas através da ladinização e do ensino. Na primeira década de 1500 a coroa promulga a primeira lei sobre a ministração do baptismo apenas aos escravos que enviavam a Lisboa[96]. Os que se destinavam às Índias de Castela ficavam de fora. No entanto, conflitos entre a Coroa, os contratadores e traficantes permaneceram durante décadas, não obstante o que rezavam os alvarás e cartas régias (CARREIRA, 1984).

A lei de 24 de Março de 1514 obrigava que os escravos se fizessem cristãos até 6 meses *"sob pena de os perderem"* (CARREIRA, 1984). A 26 de Junho de 1516, começa o baptismo colectivo de escravos nas próprias caravelas transportadoras ou *"nas casas e lojas onde fossem levados"*. Foi concedida pelo Papa a aprovação para que o vigário da Igreja da Nossa Senhora da Conceição, da Cidade da Ribeira Grande, baptizasse os negros que chegavam da Guiné, nas próprias caravelas. Esta cidade desempenhou pois, nesta fase, este trabalho religioso de forma obrigatória. O rei tinha interesse material e a obrigação de *"pugnar pela difusão da religião"*, mas os lucros com a escravização moviam interesses deste e dos contratadores pelo que continuaram os conflitos (CARREIRA, 1984). A paragem dos navios nos portos de escala ou de embarque para se proceder ao baptismo dos escravos, comprometia seriamente os interesses destes actores. O Padre Manuel de Almeida, que esteve na ilha nos primeiros anos de 1600, esclarece que dera ordens para que os meninos da cidade lhe avisassem quando os escravos estivessem doentes a fim de não morrerem sem o baptismo, como amiúde acontecia (CARREIRA, 1984). A existência de *"línguas"* na cidade facilitava o contacto o que mostra que no início de seiscentos *"estavam facilitadas as relações entre os 'pretos gentios e os padres e os restantes habitantes"* devido à existência de intérpretes (línguas), certamente através do crioulo (CARREIRA, 1984). Outra situação que demonstra haver contacto entre os padres e os escravos é a descrita pelo Padre Barreira que da Serra Leoa pedira a 5 de Março de 1607 uma autorização para comprar

[96] CARREIRA, António – *O Crioulo de Cabo Verde - Surto e expansão*. Lisboa. 1984.

escravos com a condição de trabalharem para ele durante alguns anos, depois dos quais seriam libertados (CARREIRA, 1984).

As leis obrigavam ao baptismo dos escravos em Santiago, onde eram depositados, no início da escravatura, a fim de serem enviados cristianizados para Portugal e mais tarde às Américas. Os escravos que se concentravam em "Santiago" eram catequisados e ladinizados, a fim de serem instruídos antes da sua reexportação, como descrevem as cartas ânuas dos Jesuítas e o livro do Padre Alonso de Sandoval[97]. O clero teve pois uma função social de relevo pois o cativo lhe era confiado logo que chegasse. Ministravam a catequese e exerceram uma acção educadora importante na ladinização dos escravos, que só se considerava concluída quando se faziam compreender através de um Pidjin baseado na língua portuguesa desta época, ou que tivessem aprendido um ofício que permitia a sua venda por melhores cotações às dos escravos *boçais*[98]. A igreja recebia uma taxa pelo baptismo dos escravos. Os contratadores reclamavam o acto, por a considerarem inútil e pela demora em venderem os escravos. A coroa legislou que deviam ser baptizados nas naus, evitando conflitos e prejuízo destes e salvaguardando a receita da igreja[99]. Em 1572 Santiago possuía nove igrejas, além das da cidade da Ribeira Grande, e a ilha do Fogo já contava com a igreja de S. Filipe (AMARAL, 2001, 229). A actuação da igreja abrangia todas as camadas sociais da população, os senhores e escravos, e mais tarde *"os forros"* e os *"naturais"* da ilha. *"À influência do clero, mesmo do ponto de vista psicológico não escapava ninguém: os Donatários, os Morgados, os oficiais militares, os filhos-família, os escravinhos, a famulagem das casas-grandes, os escravos e mais tarde o próprio povo"* (CARREIRA, 1984, 52-53). Lembremos que o clero era detentor de uma cultura humanista enquanto a maioria dos civis e militares era iletrada. O clero defendia e difundia os valores morais, espirituais e culturais. Dedicou-se ao ensino das primeiras letras, o que contribuiu para uma ampla difusão da cultura. Esta influência era exercida durante as cerimónias

[97] Havia, *"... uns boçales, al modo de los que traem de cacheo: otros ladinos, que hablan lengua portuguesa, y llaman Criollos no porque ayan nacido en cabo Verde, sino se criaron desde pequeños alli, aviendo llegado boçales, como dizemos en los rios da Guinea".* Fonte: CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* 2ª Edição. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1983, p. 276.

[98] CARREIRA, António – *O Crioulo de Cabo Verde - Surto e expansão*. Lisboa. 1984.

[99] A ideia de se criarem "Casas de Recolhimento" para os escravos em Santiago abortou e evitou que se concentrassem segundo os respectivos falares, o que evitaria o aprendizado do crioulo, pois cada grupo continuava a usar a sua língua. Fonte: CARREIRA, António – *Cabo Verde – Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* 2ª Edição. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1983, p.52.

religiosas, sobre os adultos e menores de ambos os sexos, pela prédica, pelo sermão e pela confissão. Em 1582, as duas ilhas, Santiago e Fogo, tinham mais de 15.000 almas e uma dezena de padres, que se dedicavam à sua salvação (CARREIRA, 1984).

4.2.1. Um olhar acerca da identidade nacional e cultural.

O contacto entre várias culturas permitiu que nas ilhas se forjasse, a partir do sec. XV, uma cultura própria. No que respeita ao conceito de identidade e cultura, pensamos que são temas que preocuparam os nossos intelectuais, preocupam os investigadores actuais, haviam preocupado a Amílcar Cabral, e que não são de descurar. Embora não queiramos aludir e analisar esses temas por ultrapassarem o âmbito deste nosso trabalho, não podemos deixar de apresentar ideias de Cabral e outros intelectuais acerca das mesmss.

Amilcar Cabral[100] na intervenção feita a 15 de Outubro de 1972, quando recebeu o grau de Doutor Honóris causa na Universidade de Lincoln, na Pensilvânia, analisa e opina acerca do colonialismo e refere que nos países colonizados, onde a colonização tinha bloqueado completamente o processo histórico de desenvolvimento dos povos dominados ou então os tinha eliminado totalmente ou de forma progressiva, o capital imperialista havia imposto novas formas de relações à sociedade indígena, cuja estrutura se tornou complexa, tinha despertado ou fomentado, tinha envenenado ou tinha resolvido contradições e conflitos sociais, e que, com o dinheiro e o desenvolvimento de mercados internos e externos, o capital imperialista introduzira novos elementos na economia, fomentando o nascimento de novas nações a partir de grupos humanos ou de povos em diferentes estádios de desenvolvimento histórico[101].

[100] CABRAL, Amilcar - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional. *Raízes*. Mindelo – S. Vicente. nº 4, (1978), p. 3.

[101] Cabral analisa também a sociedade imperialista e chega à seguinte conclusão:"Uma análise objectiva do imperialismo como um facto ou um fenómeno histórico «natural», realmente «necessário» no contexto do tipo de evolução política-económica de uma parte importante da humanidade, revela que o domínio imperialista, com toda a sua série de calamidades, de pilhagens, de crimes e de destruição dos valores humanos e culturais, não foi apenas uma realidade negativa. A vasta acumulação de capital em meia dúzia de países do hemisfério Norte, resultado da pirataria, da confiscação dos bens de outros povos e da cruel exploração do trabalho destes povos, não só conduzirá à monopolização das colónias como também à divisão do mundo e a mais domínio imperialista. (…). Fonte: CABRAL, Amilcar - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional. Raízes. Mindelo – S. Vicente. nº 4, (1978), p. 3.

De facto, Cabral elucida-nos a propósito dessa passagem de poder do colonialista para *"as massas"*, que se fez com conflitos, ressaltando o papel da aculturação. Explica que a cultura autóctone se refugia, durante a colonização, nas aldeias do interior onde *"as massas"* recebem menos influência do colono, havendo menos aculturação portanto. O conflito surge, nas zonas urbanizadas devido à frustração dos aculturados perante um maior poder do colono e a insatisfação que advém desta situação, pois o autóctone pode ser percebido em cada parte das ilhas, que podem ser percebidas na maneira de agir, que se reflectem na organização social das ilhas, dado que o homem crioulo nasceu do cruzamento de raças[102].

Rita de Cássia[103] defende que *"a mistura de raças e a miscigenação enriquece laços que trazem novas formas de agir, pensar e comportar frente à matriz cultural"*[104]. Apresenta o conceito teórico de mestiçagem de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique[105] que é muito mais amplo, pois vai além da mistura de raças, do aspecto biológico ou ainda da mestiçagem cultural. Explica que o resultado desta mestiçagem apercebe-se nas expressões que se *"metamorfoseiam em arte com dinâmicas inovadoras, que para uns pode ser primitivo, face ao novo século, mas que para outros é traço de identidade"* [106]. Apresenta como traços identitários do povo cabo-verdiano a língua cabo-verdiana (o crioulo), que constitui um dos elementos da identidade cabo-verdiana, que se originou da coabitação do português com as línguas africanas da costa da Guiné, o pilão arcado de mó de pedra metropolitano, o batuque de origem africana, que em muitos casos surge acompanhado do ferrinho de Portugal. Conclui que o património e a identidade constroem-se através de estratégias e de actores sociais e que as memórias do cabo-verdiano estão além de fortalezas e da paisagem marítima que envolve as ilhas, mas que trazem traços da identidade cabo-verdiana de ser, que não

[102] CABRAL, Amilcar - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional. *Raízes*. Mindelo – S. Vicente. nº 4, (1978), p. 3.
RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 113 f. Tese de Mestrado. 2010, p. 29.
[102] Ibidem
RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 113 f. Tese de Mestrado. 2010, p. 29.
[103] Ibidem
[104] Ibidem
[105] Apresenta a seguinte referência bibliográfica: SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. Contexto. São Paulo, Brasil. 2006.
[106] RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 113 f. Tese de Mestrado. 2010.

somente reconhece e identifica mas que agrega valores, que se comunicam através de recursos iconográficos, e que constitui o estado de evolução da arquitectura civil, militar e religiosa. Esta, na sua polaridade, abrange a salvaguarda do património, o exercício da cidadania pela via e história da própria humanidade. Para a mesma *"É tão importante preservar o bem para que no presente os questionamentos não se prendam ao que é necessário fazer, para que o futuro não fique sem história e que a acção humana venha intervir no passado de preservação da memória, seja de seleccionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir, ou ainda exercendo papel civilizador e de referência"* [107]. Apresenta a ideia que o mais importante é a consciencialização da população, a motivação da opinião pública que deve ser repassada através da educação, informação e civilidade (o exercício da cidadania) que são elementos importantes na sociedade moderna.

Amílcar Cabral[108], no entanto, defende a seguinte ideia sobre a cultura e a identidade:

> *"Mas se se aceita que a cultura é uma síntese dinâmica das condições materiais e espirituais da sociedade e expressa as relações tanto entre homens e a natureza, como entre diferentes classes no seio de uma sociedade: pode-se afirmar que a identidade, a nível individual e colectivo é, para além da condição económica, a expressão da cultura. É por isso que atribuir, reconhecer ou declarar a identidade de um indivíduo ou grupo é, acima de tudo, colocar aquele indivíduo ou grupo no âmbito de uma cultura[109].*

Tomando em consideração que o principal sustentáculo da cultura em qualquer sociedade é a estrutura social, conclui que a possibilidade de um grupo em movimento conservar (ou perder) a sua identidade, face à dominação estrangeira depende do grau de destruição da sua estrutura social sob as pressões dessa denominação. Mas,

> " (…) *dado que o processo de aculturação torna-se desigual pela sua especificidade, aparecem três grupos no movimento para a libertação: a) uma minoria que mesmo se quer pôr fim à dominação estrangeira, adere à classe colonialista dominante e opõe-se abertamente ao movimento para*

[107] Ibidem
[108] CABRAL, Amilcar - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional. *Raízes*. Mindelo – S. Vicente. nº 4, (1978), p. 3 - 19.
[109] Ibidem

proteger a sua posição social; b) uma maioria de pessoas que está hesitante e indecisa; c) outra minoria de pessoas que participa na formação e direcção do movimento de libertação"[110].

O último grupo identifica-se com a *"massa do povo"* apenas no que respeita à luta pela libertação, dado que a sua cultura é diferente e as suas aspirações também. A identidade biológica não é suficiente para unir as massas ao 3º grupo, mas sim a identidade social. A identidade social difere da identidade biológica, pois *"é o elemento sociológico, o factor que lhe dá substância objectiva, conteúdo e forma*", permitindo a confrontação e a comparação entre indivíduos e entre grupos. A identidade social comum entre as massas e o 3º grupo é imprescindível para a identidade nacional, sem a qual não é possível vencer o estrangeiro. A Cultura nativa volta a florescer com a independência[111].

A mestranda Isabel Ferreira[112] refere que Gabriel Mariano, aludindo-se a Cabo Verde, afirma que *"a identidade cabo-verdiana formou-se e consolidou-se muito antes da independência"* que *"Cabo Verde constituiu-se em nação à revelia do colonialismo*, e que *"Foi um tiro que saiu pela culatra do colonialismo"*, defendendo que Cabo Verde é *"uma fuga à afirmação de Aimé Césaire"*, expressando do seguinte modo a este respeito: *"a colonização tem provocado, não uma harmonização, mas antes uma justaposição de culturas"*. A mestranda analisa as duas afirmações e chega à conclusão que se deve subentender que há portanto um acto violento, em vez de um acto desejado e voluntário de troca, quando duas culturas, a do colonizador e a do colonizado, se defrontam.

Rita de Cássia[113], referindo-se à mestiçagem na ilha de Santiago e à importância do património cultural, expressa a ideia de que é importante uma reflexão sobre a valorização da memória de gerações que mantém este património vivo, e que não se deverá atender somente ao aspecto arquitectónico, mas que deverá haver um diálogo

[110] Ibidem
[111] Ibidem
[112] FERREIRA, Isabel Lopes - As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra . In Emergência da Nação Caboverdeana (recensão crítica da obra Cultura caboverdeana, Ensaios), e textos "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", e "A mestiçagem e o seu papel na formação da sociedade caboverdeana), de Gabriel Mariano, editora Vega, Colecção Palavra Africana, 1991, Portugal. Revista *África Debate*. Nº. 1 (Setembro de 1999).
[113] RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 2010. 113 f. Tese de Mestrado.

importante para se manter a comunicação entre as culturas. De facto, o diálogo entre as culturas é sempre mais profícuo.

5. A sociedade e a cultura cabo-verdiana (sec. XV a XVIII/XIX) – o papel da igreja na formação da sociedade e da cultura cabo-verdianas.

Até meados do sec XVI uma cultura cabo-verdiana dissociada da europeia ainda não se fazia sentir na sociedade das ilhas. Contudo, encontravam-se já presentes na sociedade todos os elementos para a sua reestruturação que posteriormente se autonomizaria. Nesta fase embrionária havia um grande número de grupos étnicos com as suas línguas próprias, bem como religiões, usos, costumes, crenças, expressões de várias culturas em contacto – a africana e a europeia. Cada indivíduo agiria segundo os padrões da sua própria cultura no início deste contacto, e a tendência natural seria o de *"resguardar a sua cultura"* pelo que as interpenetrações se fariam sempre *"à revelia dessa tentativa".* As práticas culturais dos portugueses e africanos nunca puderam ser reproduzidas integralmente. As práticas culturais materiais, como por exemplo, os hábitos alimentares, nunca puderam ser feitas exatamente como no espaço cultural autóctone e "os senhores" tiveram que se adaptar à nova situação. O processo aculturativo foi imposto pelo meio físico e pelo povoamento que se caracterizou pela existência de poucas mulheres brancas, pelo que a mulher negra teria desempenhado um papel preponderante na transmissão de expressões da cultura africana na sociedade quinhentista das ilhas. A língua e a religião, expressões da cultura imaterial, seriam as influências da cultura portuguesa mais sentidas nas ilhas. *"No confronto com outras línguas e religiões africanas elas marcam a hegemonia"*[114]. No sec XVI já se pode verificar evidências de que, deste contacto, a cultura africana tinha sofrido mais perdas. A língua do colonizador passou a ser assimilada pelos africanos quer por imposição quer por necessidade de comunicação entre os escravos de regiões diferentes. Os casais mistos que teriam relações mais estáveis e duradoiras, teriam contribuído para uma maior miscigenação entre os africanos, portugueses e europeus. O mestiço que nasceu

[114] CABRAL, Ilídio Baleno - Condicionalismos adversos à ocupação – participação para a génese da cultura cabo-verdiana. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. Vol. 1. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, Cabo Verde. Praia. 2001, p. 174.

desta relação é o primeiro a conviver com a cultura dos dois grupos em contacto. Culturalmente híbrido e sem uma identidade étnica definida, vivenciando uma cultura marcada por expressões da cultura europeia, pelo pai, e africana, pela mãe, forjara a sua própria identidade. Não se pode porém por de lado a situação inversa e a existência mestiços africanos pelo cruzamento de elementos africanos de etnias diferentes. Fala-se de indefinição étcnico-cultural dos filhos da terra, em quinhentos (…)[115].

A igreja foi o principal promotor e divulgador da cultura do grupo dominante através da catequização e persuasão, mas também pela repressão das práticas consideradas pagãs, recorrendo à via coerciva para se impor, bem como contra o judaísmo, recorrendo ao Tribunal da Inquisição. A presença da igreja católica muito influenciou a cultura cabo-verdiana. No dizer de Ilídio Cabral Baleno[116], " (…) *Na verdade, sem essa presença ostensiva da igreja cada um tenderia a dar vazão às suas práticas e rituais religiosos"*[117]. Sobre este desiderato, no artigo *"A igreja e as raízes da identidade cabo-verdiana"*[118], Baltasar Neves[119] conclui, no estudo que apresenta, que a Igreja Católica foi um factor vital e estruturante da sociedade cabo-verdiana que incutia valores morais, costumeiros e culturais. Refere que os indicadores da sua influência encontram-se materializados na dinâmica do simbolismo material e não material, firmementes implantados na actual sociedade cabo-verdiana. Afirma ainda que este modelo se baseou no arranjo social, onde os conflitos nunca foram antagónicos, tendo a igreja católica e as suas missões papel imprescindível na sua construção. Alude que, se de facto há muita verdade nesta afirmação, pode-se dizer também que a grande opressão religiosa e cultural sofrida pelos africanos das ilhas teve consequências graves e perdas no que respeita à conservação da cultura genuína africana nas ilhas, e só acções contínuas de salvaguarda e manutenção de elementos culturais africanos, num "remar contra a maré", e na clandestinidade, muitas vezes, permitiu que a cultura africana em todas as suas facetas não desaparecesse. Alude ainda que, do mesmo modo, só esta

[115] Ibidem
[116] NEVES, Baltasar - A igreja e as raízes da identidade cabo-verdiana. *Africana*. Porto. Centro de Estudos africanos e orientais. Universidade Portucalense. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.(2008), p. 281 a 296.
[117] CABRAL, Ilídio Baleno - Condicionalismos adversos à ocupação – participação para a génese da cultura cabo-verdiana. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Lisboa. Vol. 1. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal, Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural, Cabo Verde. Praia. 2001, p. 176.
[118] NEVES, Baltasar - A igreja e as raízes da identidade cabo-verdiana. *Africana*. Porto. Centro de Estudos africanos e orientais. Universidade Portucalense. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.(2008), p. 281 a 296.
[119] Ibidem

acção permitiria a sua inter-relação com a europeia, e que desta cultura, restam manifestações e elementos bem areigados na alma e na vida do cabo-verdiana, mas que, estudos científicos deverão ser realizados nesta área, a fim de se saber o verdadeiro *"apport"* da cultura africana na cabo-verdiana e indicadores da sua erosão, devido à opressão pela igreja católica e à sobreposição do catolicismo.

Através de uma contínua fusão étnico-cultural nasce uma cultura nova, a cultura cabo-verdiana. Na época quinhentista, a omissão de fontes é evidente, e rareiam os estudos que clarifiquem a contribuição da cultura africana na formação da nova sociedade das ilhas. Embora seja evidente a influência da cultura africana na sociedade crioula, ainda não estão pois disponíveis, documentos que comprovem e clarifiquem a importância do seu contributo. Não quer isto dizer, que seria menos importante[120]. Com o fim do comércio esclavagista e o consequente empobrecimento da classe dominante e elevação social dos mulatos, as mudanças sociais verificadas no século XVII, XVIII, XIX e XX revestem-se de uma certa singularidade nas ilhas de Santiago e do Fogo, o que veio a acontecer na generalidade das outras ilhas abitadas. Após a colonização com os primeiros donatários e homens brancos de linhagem, em quinhentos, a evolução da sociedade, nos séculos seguintes, caracterizava-se pela existência de poucos *"senhores".* O "Anónimo", citado por Carreira[121], em 1784, havia dito que os homens brancos, naturais e principais da terra, descendentes dos primeiros povoadores, tinham *"casas bastante opulentas"* porque eram *"senhores"* da maior parte das terras da ilha de Santiago e que tinham recebido *"grandes mercês*" do Infante D. Fernando e de El-Rei D. Manuel, *"que se tratavam à lei da nobreza, tendo brasões de armas, que ainda hoje se manifestam em alguns monumentos"* (CARREIRA, 1985, 23).[122] Por falta de sucessão, alguns *"senhores"* desapareceram, outros deixaram descendência mestiça que foi ocupando a posição dos seus ascendentes. Havia uma nítida separação entre os brancos puros, os cristãos, e os impuros ou judeus, e os pretos. Estes tinham de se subordinar aos brancos, pois eram escravos (CARREIRA, 1985). Na sociedade eram

[120] CABRAL, Ilídio Baleno - Condicionalismos adversos à ocupação – participação para a génese da cultura cabo-verdiana. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE.* Lisboa. Vol. 1. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal, Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Cultural, Cabo Verde. Praia. 2001.
[121] CARREIRA, António - *Notícia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde.* Lisboa. Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1985.
[122] CARREIRA, António - *Notícia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde.* Lisboa. Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1985.

evidentes os conflitos de classes próprios de uma sociedade escravocrata que se orientava por decisões da coroa, nem sempre consentâneas com o desejo de uns e de outros. O Conselho Ultramarino ao tempo do rei D. Afonso VI, por exemplo, debruçou-se sobre as cartas

> *"do governador de Cabo Verde [António Galvão] e do ouvidor-geral das ilhas, [Manuel da Costa Palma], com as devassas e autos mandados fazer dos procedimentos dos capitães de fortins, Domingos Rodrigues Viegas e irmão, Belchior Monteiro, homens pardos e filhos da terra, dos quais constam os excessos e gravíssimos crimes de resistência e desprezo às instituições de justiça das ilhas; dos conflitos jurisdicionais a que incorreram contra o governador, ouvidor-geral e meirinho da correição; dos delitos graves e abusos de poder que cometeram enquanto proprietários daquele cargo, formando bandos, matando, violando mulheres, indo contra toda a legalidade instituída de que resultou serem denunciados e pronunciados à prisão; sobre as medidas punitivas que pedem para os dois irmãos; e sobre o que se arrolou nos autos, do papel exercido pelo vigário geral da [Sé de Santiago], [Afonso Fernandes], nos acontecimentos na igreja da Misericórdia e em relação à jurisdição real sobre o processo daqueles capitães"* [123].

A sociedade que se estruturou nas duas ilhas, Santiago e Fogo, revelou-se estratificada, isto é, com brancos, mulatos e negros escravizados. Para João Augusto Martins[124] e Teixeira de Sousa[125], "gente branca", no caso do Fogo, correspondia às pessoas que viviam em melhores condições de vida e em bons sobrados[126]. Por outro lado "gente preta" eram os homens, mulheres e crianças que habitavam os pobres *funcos*[127] e que nada possuíam além da miséria que os castigavam duramente. Entre essas duas camadas sociais encontrava-se o «mulato», muitas vezes rejeitado pelas famílias tradicionais e conservadores do laço sanguíneo. Esta era também a realidade das ilhas em geral [128].

---

[123] AHU-Cabo Verde, cx. 5 – A, doc.186 e 184.
AHU_CU_024, Cx. 5, D. 393.
Anexo: pareceres, requerimento e cartas.

[124] MARTINS, João Augusto - *Madeira, Cabo Verde e Guiné.* Lisboa. 1981, p.102. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[125] TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique - Sobrados, Lojas e funcos-Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo: *Claridade*. (1944). Nº8, p. 2 - 22. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[126] Habitação de dois pisos ou mais, construída no velho estilo colonial.

[127] Pequena habitação coberta de colmo.

[128] RIBEIRO, Orlando - *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa. 1954, p. 164-165. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo*

A sociedade foguense é ainda caracterizada do mesmo modo pelo escritor Teixeira de Sousa, nos ensaios, *"Sobrados, lojas e funcos - Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo"*[129] , *"A estrutura Social da Ilha do Fogo"* [130]e no romance, *"Ilhéu de Contenda"*. A capa da 1ª edição da referida obra traz a frase *"Sobrado que sobrou dos sobrados soçobrados orgulho ilusão duma classe que o tempo destroçou"*, sendo a ilha do Fogo considerada como um *"Painel das grandezas e miséria do tempo colonial",* frase inscrita na contra capa da 1ª edição (TEIXEIRA DE SOUSA, 1978). É também caracterizada por Ilídio do Amaral na obra, "*Santiago de Cabo Verde - a terra e os homens*" (AMARAL, 1964), Orlando Ribeiro na obra *"As Erupções da Ilha do Fogo"*[131] e António Carreira, na obra, *"Cabo Verde - Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata"*[132] corroboram da mesma ideia. Com efeito, com a abolição da escravatura em 1878, a consequente diminuição do comércio de escravos e a redução do número de escravos, Cabo Verde perdeu a sua posição estratégica, decaindo economicamente. Devido à retracção na entrada de novos escravos e à depressão económica e comercial das ilhas, foram então "*desaparecendo 'os homens de qualidade'"* e a sociedade passou a ser liderada por *"homens de posses",* sendo alguns europeus, mas a maioria, brancos e mestiços naturais das ilhas. Enquanto diminuíam *"os homens de qualidade"*, nobres, aumentava o número de *"homens de posses"*, quase todos plebeus, (embora com pretensões a *nobres*) e naturais da ilha de Santiago, mestiços e mulatos, descendentes dos primeiros povoadores brancos, que passaram a

nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[129] TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique - Sobrados, Lojas e funcos-Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo: *Claridade*. (1944). Nº8, p. 2 - 22. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[130]TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique: A Estrutura social da Ilha do Fogo. *Claridade.* nº 7 (1940), p. 42 a 45. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[131] RIBEIRO, Orlando - *A Ilha do Fogo e as suas erupções.* Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar - Memórias, Série Geográfica. 2º Edição. 1960. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

[132] CARREIRA, António - *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata*. Instituto Cabo-verdiano do Livro.1983. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013.

liderar a sociedade, o comércio e a economia das ilhas (CARREIRA,1983)[133]. A Cidade da Ribeira Grande em Santiago e a vila de S. Filipe na ilha do Fogo, uma das mais antigas aglomerações humanas de Cabo Verde, depois da Ribeira Grande, eram o exemplo de sociedades predominantemente esclavagistas nos séculos XVI, XVII e XVIII, na qual predominavam três classes sociais: brancos, mulatos e mestiços, e negros[134].

A realidade da mobilidade social ocorrida em Santiago na ilha do Fogo, manifestou-se na ascensão dos mulatos filhos de brancos e descendentes de escravos. Os primeiros "filhos bastardos" ostentavam geralmente com vaidade, o apelido do pai, que nunca os reconhecera. Os negros e mulatos, empreendedores, foram adquirindo, por compra, sobrados e terras dos brancos empobrecidos, tornaram-se comerciantes e agricultores. Elevaram-se na sociedade da época e projectaram de modo mais sólido a sua condição de elites locais ao mandarem estudar os filhos, ultrapassando nessa condição muitos dos brancos que formavam a aristocracia tradicional, caídos na miséria, e mestiços incapazes de idêntico progresso. Esta situação verificou-se a partir de 1951[135]. O sistema de posse de terra continuou no século XIX. As grandes propriedades continuaram a existir. O fraccionamento provocado pela divisão de heranças, ou desmantelamento e passagem da herança para os brancos da terra era corrente no entanto. A classe dos *"morgados"* reduziu-se, o valor das propriedades entrou em colapso, e com a queda da *"alta burguesia"* (CARREIRA,1983) o sistema social começou a alterar-se devido ao alargamento da educação e da posse dos postos administrativos pelos naturais da ilha e devido à compra de bens pelos emigrantes[136]. Os emigrantes que conseguiam desafogo económico labutando no estrangeiro tinham já

[133] CARREIRA, António - *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata*. Instituto Cabo-verdiano do Livro.1983. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas – *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: casos de estudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo em Cabo Verde*. Uni-CV – Universidade de Cabo Verde. 169 f. Tese de Mestrado. 2013SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

[134] Ibidem

[135] TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique: *A Estrutura social da Ilha do Fogo.* Claridade nº 7, 1940, p. 42 - 45. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado. SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

[136] De 1920 a 1940, o Banco Nacional Ultramarino, constituído a 4 de Outubro de 1865, por incumprimento aos pagamentos pelos proprietários, dos empréstimos contraídos, tomou posse de muitas propriedades administrando-as ou vendendo-as em leilão por um valor muito inferior ao real (CARREIRA,1983).

consciência da sua própria estima social, mandavam estudar os filhos, adquiriam bens e projectavam-se na sociedade. Se de início o negro e o mulato ocupavam-se da actividade mercantil, passaram a dedicar-se à terra, à religião, e à Administração Pública, sem que tivessem muita concorrência, pela pouca atracção que as ilhas exerciam sobre o elemento metropolitano. Os brancos então continuaram a guardar uma certa distância em relação aos mulatos, dado que o relacionamento não era amistoso, mas de ódio e rancor[137]. Os "senhores" brancos foram pois afastados gradualmente das suas posições pelos emigrantes[138]. Os mestiços não constituíam uma classe independente como os mulatos que sempre lutaram e triunfaram a ponto de serem hoje os grandes comerciantes e agricultores mais as famílias brancas que resistiram a tudo e a todos. Eram filhos bastardos que se vangloriavam da sua origem, muitos viviam à sombra dos pais e não progrediram. Muitas famílias brancas da classe média que *"a decadência consumiu"* passaram a viver na miséria. Deixaram os sobrados e passaram a viver em casas mais humildes, afastadas do centro da cidade, *"vegetando em pequenos empregos (profissões liberais"* por contra própria, enquanto os mulatos endinheirados deixavam as casas humildes e passavam a abitar os sobrados dos brancos em decadência. Outras continuaram a viver em sobrados mas sem o requinte de antigamente[139]. Os sobrados dos "falhados" brancos foram para as mãos dos mulatos e assim, a pirâmide social, branco (da terra), mulato/mestiço e populares, passou a não ter uma base étnica mas económica. O sobrado que ocupava o mulato podia ter opulência, mas faltava-lhe o requinte e faltava também civilidade e o saber-estar europeu aos moradores, de que os brancos tanto gabavam, e que dava aso a críticas severas destes aos novos-ricos. Os mestiços e os mulatos podiam ascender à categoria de "brancos", mas o relacionamento destes com as famílias tradicionais era rara. Muitas famílias brancas da classe média que *"a decadência consumiu"* passaram a viver na miséria. Deixaram os sobrados e passaram a viver em casas mais humildes, afastadas do centro da cidade, *"vegetando em pequenos empregos"* por contra própria (profissões liberais) enquanto os mulatos endinheirados deixavam as casas humildes e passavam a abitar os

[137] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

[138] Referências Cronológicas: Cabo Verde/Caboverdianos Americanos. [Em linha]. 2004. [Consult. a 12.10.2016]. Disponível em: www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvchonp.htm+f%C3%.

[139] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

sobrados de brancos em decadência. Outras continuaram a viver em sobrados mas sem o requinte de antigamente[140]. Cumpriu-se portanto o dito popular muito acarinhado na época pela população, que dizia: antigamente o macaco morava na rocha, o negro no funco, o mulato na loja e o branco no sobrado. Este dito popular caracteriza muito bem a estrutura social da ilha do Fogo, durante a primeira fase de povoamento e exploração da Ilha (TEIXEIRA DE SOUSA, 1960). As mudanças a advir são também profetizadas e satirizadas pelo mesmo escritor na referida obra, que se refere a um dia, num futuro vindouro, em que o macaco havia de correr com o negro do funco (deixando as rochas e montanhas), o negro com o mulato da loja e este com o branco do sobrado. A segunda parte desta sátira indica o sentido da evolução operada na sociedade foguense, das descobertas aos nossos dias, passando pela época colonial. Teixeira de Sousa[141] caracteriza a sociedade foguense de 1940 e de 1947, definindo 4 classes sociais e a classificação piramidal, também caracterizadas no seu romance "Ilhéu de Contenda"[142].

No século XIX/XX a classe média afirma-se devido ao acesso à escolaridade, e forma uma pequena burguesia. O número de brancos é cada vez menor. A sociedade caracteriza-se por um grande número de mulatos. Apresentava uma pequena burguesia constituída principalmente por funcionários, proprietários agrícolas e comerciantes, que perfaziam cerca de 5% da população e a grande massa do povo, constituída por camponeses, criadores de gado, pescadores e trabalhadores em geral, totalizando cerca de 95% da população (CARREIRA, 1983)[143].

[140] RIBEIRO, Orlando - *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Junta de Investigação do Ultramar - Memórias, Série Geográfica. 2º Edição. 1960.In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

[141] TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique: *A Estrutura social da Ilha do Fogo.* Claridade nº 7, 1940, p. 42 - 45. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado. SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

[142] Ibidem

[143] CARREIRA, António - *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata*. Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983. In SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas - *A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos: Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Cabo Verde. 2013. 280f. Tese de mestrado.

6. A cultura cabo-verdiana - práticas e costumes; o papel da igreja católica no combate a estas manifestações culturais e na mobilização dos rendeiros para a organização de revoltas contra os morgados e as autoridades locais (sec. XVII a XX)[144].

Reportando ao papel da igreja na sociedade cabo-verdiana[145], Daniel Pereira[146] alude-se às práticas ou costumes considerados *"gentílicos*" e *"prosaicos"*, *"contrários aos dogmas da Igreja e observação da Religião Católica"* (PEREIRA, 2005, 348). Refere-se à Esteira, ritual ligado ao culto dos mortos; ao Reinado, que provavelmente, segundo este, seria o antecedente da tabanca; ao Foro ou Mel, actualmente conhecido por "Festa das Cinzas", que se realiza na quarta-feira de cinzas, no período da quaresma; às zambunas ou *"sambunas"*, brincadeiras, folguedos, incluídos no batuque da ilha de Santiago[147]. Detém-se na acção dos padres no combate a estas manifestações culturais pela população nos séculos XVIII e XIX[148]. Estas manifestações seriam de origem diferente da europeia, dado o seu carácter diferenciado, mas já não eram totalmente africanas, apresentando-se como sincretismos entre as religiões de tradição judaico-cristã e africanas, com forte influência africana. Acerca da proibição destas manifestações, Daniel Pereira (PEREIRA, 2005) apresenta as seguintes considerações: a Esteira[149] era proibida por se considerar presente nesta manifestação o pecado da gula, da luxúria, e porque depois das comezainas e dos participantes ingerirem álcool em abundância, as mulheres eram pressionadas a ficar *"sujeitas aos homens*" sob pena de

---

[144] Revoltas históricas que se deram em Cabo Verde: A revolta dos Engenhos (1822); A revolta de Achada Falcão (1841); A revolta de Ribeirão Manuel (1910). Fonte: PEREIRA; Eduardo Adilson Pereira – As Revoltas(Política e Cultura9. Praia. Cabo Verde. Edição da Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2013.

[145] Acerca da evangelização de Cabo Verde Daniel Pereira sugere a leitura de: *"Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente …"*. (Apresentação, notas e comentários por António Carreira). Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1985, p. 14 e 15 e p. 39 a 61.

[146] PEREIRA, Daniel A. . - *Estudos da História de Cabo Verde*. (2ª Edição, revista e aumentada). Praia. Alfa-Comunicações. 2005.

[147] Actualmente não se verifica a presença desta manifestação cultural que se confunde com o batuque. Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335.

[148] "*Quaisquer destas práticas relacionam-se com a ilha de Santiago, se bem que com possíveis conexões com outras ilhas do arquipélago, onde, provavelmente, se terão diferenciado, adquirindo formas regionais de apresentação, traduzindo, quiçá, uma forma de ritmo ou uma expressão de instrumento"* . Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335 .

[149] A Esteira é uma manifestação ligada ao culto dos mortos que deve ter chegado à ilha de S. Tiago, com os escravos negros da costa da Guiné, onde é tradição um ritual semelhante, "o Tchôru", mas já mesclada com ritos e dogmas da religião cristã, em que o sincretismo religioso parece ser claro, assim como noutras manifestações sócio-religiosas deste país. Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335.

serem apontadas de actuarem *"contra o rito";* O Reinado[150]era apontado como sendo contra as normas da igreja devido à gula*"de comer e beber"*. Depois de embebedarem-se, os homens podiam servir-se das mulheres que quisessem *"para o turismo exercício"*, sendo muitas vezes duas para cada homem; O Foro ou Mel, também era proibido pelos mesmos males, e ainda: pelo *"explendor do Carnaval"* que faziam após terem tingido as testas na igreja, *"exercendo em demasia o vício da gula"* e porque *"depois que todo o homem casado, ou solteiro, liberto, ou captivo, grave ou vil, tem por indispensável obrigação tribuir, naquele dia, a sua mulher, ou concumbina, mel a que chamão foro, e com ella dormir sub penna de irremissível divorcio ou repudio"*, (PEREIRA, 2005, 339). Estes actos eram repudiados porque a igreja recomendava penitência e a abstinência, como mandam os preceitos da igreja católica. Outros factos contrários às normas da igreja são apontados nas cartas enviadas à Coroa[151] como, por exemplo, os muitos agouros que observavam, como se se tratasse de preceitos da igreja, a celebração do matrimónio sem mudarem de casa, a construção de casas em Agosto, às terças, sextas e sábados,

> *"ter como infalíveis certos "pronoyticos"(prognósticos) de certas aves e animais; o hábito de comer carne na quaresma e outros dias do ano proibidos; o facto de não "ter por mulher grave a que casa donzela, nem que a um homem só tem trato, e outras similhantes; nem dos concobinatos, que se encontram entre irmaos e irmas, e ainda entre filhos e pais, que entre os demais parentes não se faz caso; Nem dos desprezos que os homens fazem as suas próprias mulheres, por extimarem as concobinas e outras similhantes prevercidas" (PEREIRA, 2005, 339)[152].*

O desregramento sexual era tido como contrária às normas da Igreja. As práticas sexuais foram definitivamente proibidas, embora haja notícias de reminiscências aqui e ali. Estas práticas eram contrárias aos dogmas da igreja mas, cerca de 130 anos após, a

[150] Os Reinados eram *"Cortes"* que realizavam peditórios de esmola por invocação de santos padroeiros - (Reis das irmandades do Rosário da Penha, do Livramento, e de S. Sebastião, em S. Tiago). Foram proibidos a 26 de Junho de 1762 pelo Ouvidor Geral, João Vieira de Andrade. Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335.

[151] Daniel A. Pereira (PEREIRA, 2005) apresenta para este caso, os seguintes manuscritos: Carta do ouvidor geral, João Vieira de Andrade ao rei D. José em 26 de Julho de 1762 (AHU, Cabo Verde, Papéis avulsos, Cx. 27, Doc. 53; Registo de um Bando proibindo Zambunas, Choros e Reinados a 16 de Setembro de 1772 (AHN, Livro de Registo de todos os Bandos e Éditos, que se mandaram publicar, 1763-1778, a fls. 17 e 17v.). Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335.

[152] Fonte: PEREIRA, Daniel – Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde, 2005, p. 335.

carta de João Augusto Martins dá notícias de que os próprios eclesiásticos se envolviam em rituais assim como os nobres e plebeus[153], o que pode pressupor que estas práticas se generalizaram. Embora o conteúdo destes rituais, tenha-se esvaziado do seu sentido inicial, encontram-se ainda vivos em Tiago, sendo a Esteira *"a que melhor resistiu ao tempo, aos homens e à repressão que contra ela se intentou"* (PEREIRA, 2005, 346)[154]. As proibições nunca apagaram estes rituais da sociedade. Ainda existem, são acarinhadas e há actualmente esforços do governo para a sua revitalização e preservação. Por outro lado, no século XIX, as elites políticas do interior da ilha de Santiago mobilizaram os rendeiros para a organização de revoltas[155] contra os morgados e as autoridades locais, por ocasião das festas em devoção aos santos padroeiros. Os morgados, os senhores da terra, eram contestados pela população que sofria uma opressão desmedida e uma exploração sistemática pelo governo colonial, como atesta as 2ª magem da figura 6.

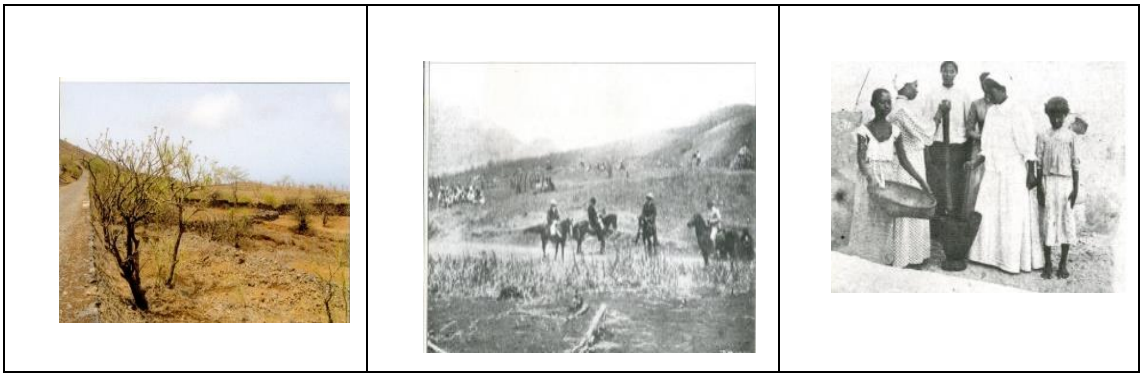


Figura 6 – 1ª Imagem: Planta da purgueira. 2ª Imagem: Apanha das sementes de purgueira, vigiada pelos senhores a cavalo, animal apropriado ao terreno fragoso. 3ª Imagem: Mulheres pilando as sementes de purgueira. Fonte: PEÑA, Carlos García - *Cabo Verde – Fortalezas, gente y paisaje.* Selección de textos y fotografias. Ediciones de Cooperacion para desenrrollo. Agência Española de Cooperacíon Internacional. (s. d).

[153] Daniel Pereira apresenta escritos presentes em: Martins, João Augusto – *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Lisboa. 1981, p. 207 - 208; Carta de 16 de Março de 1762; Carta do Ouvidor Geral, João Vieira de Andrade, ao rei D. José, 26 de Julho de 1762 (AHU, Cabo Verde, Papéis Avulsos, Cx. 27, Doc. 53). Este chegou a Cabo Verde a 17 de Abril de 1761 e foi brutalmente assassinado na cidade da Praia, pouco tempo depois. (PEREIRA, 2005).

[154] Bibliografia acerca deste tema: RODRIGUES, Moacir - *Cabo Verde – Festas de romaria, Festas Juninas.* Mindelo. Maio de 1997; TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique - *Entre duas bandeiras*. Publicação Europa-América. Colecção sec. XX. 1994.

[155] Revoltas históricas: A revolta dos Engenhos (1822); A revolta de Achada Falcão (1841); A revolta de Ribeirão Manuel (1910). Fonte: PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo – *AS Revoltas (Política e Cultura).* Edição da Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2013.

As sementes de purgueira eram esmagadas nos pilões, e da pasta resultante fazia-se óleo, o óleo de purgueira, que se exportava em pipas, nomeadamente para Marselha, França, para o fabrico de sabão[156].

Os promotores das revoltas sabiam que estas festas[157] tinham muita importância e dimensão para o poder político vigente e recorreram às doutrinas religiosas que lhes davam sustentação[158]. *"Para tal, deveriam opor-se a um conjunto de práticas e representações elaboradas, cujo principal intento visava garantir a submissão político-religiosa dos rendeiros do interior de Santiago. Tais práticas e representações também reproduzem tanto as relações económicas quanto as sociais numa dada comunidade"* (PEREIRA, 2013, 434)[159]. Alguns padres, nascidos nas ilhas, "os padres da terra", tiveram a iniciativa de utilizar as doutrinas religiosas contra as práticas dos morgados e da força política vigente. A situação causou estranheza no seio da igreja católica local. As doutrinas religiosas modificaram o seu significado no sentido da necessidade do cumprimento de novas funções políticas, pois antes criavam consenso em torno da submissão ao poder colonial e passaram a ser apropriadas com o objectivo dos rendeiros resistirem aos desmandos dos morgados. *"Foram resignificadas nas mobilizações políticas, com vista a subverter a exclusão política-económica a que estavam legados os rendeiros"* (PEREIRA, 2013, 435). O governo Colonial acreditava que a revolta dos rendeiros devia-se sobretudo à influência de *"padres da terra"*, que detinham um grande prestígio social no seio dos rendeiros do interior de Santiago. A revolta dos

[156] FEIJÓ, João da Silva - *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde* (apresentação e comentários de António Carreira). Instituto cabo-verdiano do Livro. Colecção "Estudos e Ensaios". 1983.
[157] A Ribeira dos Engenhos é detentora de uma cultura de resistência, fundada no cultivo da terra pelo processo de "djunta mó" e pela parceria bem como actividades culturais, o batuco e a tabanca, que propiciavam as reuniões dos rendeiros sobre as sucessivas ameaças de expulsão pelos morgados aos que não pagassem as renas no prazo estipulado, e a revolta (PEREIRA, 2013, 29-30); A fazenda de Achada Falcão pertenceu à Santa Casa da Misericórdia até 1829. Nicolau dos Reis Borges, juiz e intendente da polícia em 1823, recebeu-a em 1829, depois de ter sido autorizado, após um requerimento que solicitara remissão de três fazendas da Santa Casa, de entre as quais a de Achada Falcão, tendo como missão principal a recuperação dos rendimentos desta (PEREIRA, 2013, 219); A 2 de Dezembro de 1910, pelas 19 horas, os rendeiros de Ribeirão Manuel, Tomba Touro, Varianda e demais localidades, em número superior a cem, assaltaram diversas propriedades nas freguesias de Santa Catarina e S. Miguel, roubaram sementes de milho e de purgueira, agrediram os guardas das propriedades com manducos e facas. Fonte: PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo - *AS Revoltas (Política e Cultura).* Praia, Cabo Verde. Edição da Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2013, p. 353.
[158] PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo - *AS Revoltas (Política e Cultura).* Praia, Cabo Verde. Edição da Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2013.
[159] Ibidem

rendeiros do interior de Santiago contra os morgados estava assente em princípios bíblicos[160].

O pároco António Duarte da Graça, que conhecia profundamente a cultura local e a cruel opressão a que se sujeitavam os rendeiros, ia de freguesia em freguesia e pregava contra a escravização e contra as injustiças sociais a que estavam submetidos os rendeiros, sobretudo os do morgado Aníbal dos Reis Borges. Para o padre Duarte, a dignidade da pessoa humana, inspirada em Cristo, deveria estar acima de todos os interesses económicos. O impacto foi enorme, pois os rendeiros estavam sedentos pela posse da terra e pelo exercício dos seus direitos políticos. Os rendeiros reivindicavam mais justiça social, pretendiam exercer livremente os seus direitos políticos. Sofriam injustiças devido à inexistência de uma representação política dos mesmos junto à Coroa Portuguesa, pelo que juntando-se aos liberais, esperavam vir a exercer os seus direitos políticos, dado que no sistema existente não tinham voz, nem vez. Os morgados eram influentes na ilha e na corte portuguesa, pelo que, as reivindicações dos rendeiros acabavam por ser abafadas localmente ou nas instâncias do poder central. "*As doutrinas religiosas modificaram o significado para cumprirem novas funções políticas, segundo as quais os rendeiros do interior de Santiago pretenderam questionar o sistema político vigente"* (PEREIRA, 2013, 436). Na carta que o padre Duarte dirigiu ao ministro da colónia a 27 de Fevereiro de 1911, defendeu-se das acusações do morgado em causa *"reiterando que, além de ser 'filho do povo', compartilhava desde há muito de ideias liberais e de um credo religioso democrático"* (PEREIRA, 2013, 435).

O clero local condenava a injustiça e acautelava os rendeiros contra estas injustiças, passando a ideia de que o *"justiceiro"* viria julgar e condenar os morgados, dado que eram todos iguais perante Deus. Para além disso, no imaginário da população, o morgado era comparado a *"um lobo vestido de cordeiro*", que apenas se preocupava consigo mesmo, roubando sem misericórdia o pão de cada dia dos pobres. Os rendeiros exigiram do governo central que pusesse cobro aos desmandos dos morgados e revoltaram-se contra o despotismo dos mesmos, que era contrária aos preceitos da

[160] Um destes princípios pretendia que *"é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus",* versículo da bíblia que se encontra em Mateus, 19:24 (PEREIRA, 2013, 437).

República implantada em Portugal em 1910. Em 1936, cria-se o movimento da Claridade, que apontava para as raízes crioulas e pretendia a redescoberta da realidade social das ilhas, com influências do Orfeu e da Presença que, em Portugal, proclamavam a necessidade da liberdade da criação do ponto de vista formal, a necessidade de modernidade, de sinceridade e de valorização da literatura nacional. A despeito das proibições, a Claridade[161] quis dar a conhecer "*as raízes da cultura cabo-verdiana na sua expressão e autenticidade"*. Nos três primeiros números[162], essencialmente literários, notas que apontam para as características sociais de Cabo Verde e às suas raízes humanas e telúricas, bem como ao crioulo, língua materna, expressões da cabo-verdianidade, são de apontar. Escreveu João Lopes, um dos maiores poetas da Claridade:

> *"Não são os elementos africanos que adquirem importância, mas sim os elementos crioulos, o produto de uma aculturação, já sem conflitos, que ganham um fundo valor nos propósitos dos claridosos. Enquanto o crioulo tem um sentido profundo da terra – mãe e por ela sente irremissível apelo quando emigrante, o negro americano liberta a sua esperança de desforra social nas estridências do jazz, na nostalgia dos blues ou em poemas de afirmação reivindicadora, como a de Langston Huges – I too am america* [163].

A Certeza[164], na continuidade do movimento da Claridade, foi mais além, pois pensava mais em termos ideológicos do que regionais. A sua ideologia era a mesma que o neo-realismo português[165]. Este formou-se no pensamento marxista, defendia as concepções

---

[161] Revista Claridade, 1936-1960 (Mindelo, S. Vicente – Cabo Verde): nove números publicados. Fonte: FERREIRA, Manuel - No Reino de Caliban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975.

[162] Nesta altura o movimento da Negritude era encabeçado por Aimé Césaire, Leopold Sédar Senghor e Alioune Diop que proclamava o direito e o dever dos intelectuais africanos afirmarem e defenderem a sua cultura mas os claridosos não tiveram conhecimento deste movimento, nem dos que ocorreram no Estados Unidos da América do Norte, em Cuba e nas Antilhas, pelo que a tomada de consciência dos negros passou despercebida nas ilhas. Fonte: FERREIRA, Manuel - No Reino de Caliban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975.

[163] FERREIRA, Manuel - *No Reino de Caliban*: *Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975. Fonte: FERREIRA, Manuel - No Reino de Caliban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975, p. 87-88.

[164] Revista Certeza, 1944 (Mindelo, S. Vicente – Cabo Verde): 2 números. A Censura proibiu a saída do terceiro foi, depois de estar impresso. Fonte: FERREIRA, Manuel - No Reino de Caliban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975.

[165] Movimento literário que, assentando num compromisso político-social, uniu, na década de 40, uma geração de que fizeram parte, entre outros, Alves Redol, Manuel da Fonseca, Afonso Ribeiro, Joaquim Namorado, Mário Dionísio, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Mário Braga, Soeiro Pereira Gomes ou Carlos de Oliveira, e que tendo como contexto histórico-social uma crise económica, a implantação dos sistemas totalitários (inclusivamente o português), a guerra civil espanhola e o início da Segunda Guerra Mundial, encontrou como elemento aglutinador determinante para a definição dos seus objectivos, em publicações como Seara Nova, Sol Nascente ou O Diabo, a polémica com os intelectuais da revista Presença, fechados, segundo os neo-realistas, num egotismo e esteticismos estéreis. Fonte: Aula de

do materialismo dialéctico e rejeitava a concepção inócua do socialismo utópico de que fora imbuído o romance realista oitocentista. O romance norte-americano de Steinbeck, Caldwell ou Hemingway, e o romance brasileiro nordestino, foram os modelos para uma literatura de denúncia social e de intenção pedagógica, marcada pelo forte anseio de atingir uma transformação histórica que resultaria da consciencialização de um destinatário que deveria incluir o proletariado e o campesinato[166]. Teixeira de Sousa, escritor já referido neste trabalho, era um dos mais importantes colaboradores da Certeza. Os Pré-Claridosos haviam preparado o caminho a estes movimentos. Pode-se destacar Pedro Cardoso, africanista e nativista que desempenhou um papel importante na divulgação e valorização da cultura cabo-verdiana (PEREIRA, 2005, 335).

O sofrimento e a revolta do povo consubstanciaram-se na luta pela independência[167]. Porém, os movimentos contestatários culturais e literários antecederam o movimento de libertação e a luta armada. A luta de libertação nacional de Cabo Verde e da Guiné Bissau começou a 23 de Janeiro de 1963. Amílcar Cabral, o líder máximo da luta de libertação destes dois povos e países, a Guiné Bissau e Cabo Verde, foi assassinado a 20 de Janeiro de 1973, mas a independência era irreversível. A independência de Cabo Verde foi proclamada a 5 de Julho de 1975. A tabanca da ilha de Santiago, que foi proibida durante a época colonial, só subiu ao *Plateau*, o centro histórico da cidade da Praia, a capital do país, no dia da independência[168].

As festas das bandeiras da ilha do Fogo, analisada por José Maria Semedo e Maria R. Turano[169], o Colá S. João e outras festas de romaria, festas em devoção aos santos padroeiros, de Moacir Rodrigues[170], antes proibidas mantiveram-se, pois eram celebradas nas localidades não tendo o direito de "subir à Cidade", e embora tenham

---

Literatura Portuguesa: Neo-Realismo. [Em linha]. 2008-2012. [Consult. a 20.10.2014]. Disponível em: auladeliteraturaportuguesa. blogspot.com/2008/12/neo-realismo.html.

[166] Fonte: Aula de Literatura Portuguesa: Neo-Realismo. [Em linha]. 2008-2012. [Consult. a 20.10.2014]. Disponível em: auladeliteraturaportuguesa. blogspot.com/2008/12/neo-realismo.html.

[167] A luta de libertação nacional de Cabo Verde e da Guiné Bissau começou a 23 de Janeiro de 1963. Disponível em: A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a ...[Em linha]. (s.d.) [Consult. a 16.10.2014]. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK

[168] Eu estava a participar com outros jovens na festa, e seguíamos dançando a tabanca que circulava pela cidade, descendo novamente aos bairros periféricos, numa autentica festa e manifestação de liberdade.

[169] SEMEDO, José Maria , TURANO, Maria R. - *Cabo Verde: O Ritual das festas da bandeira da Ilha do Fogo*. IIPC. 2007.

[170] RODRIGUES, Moacir - *Cabo Verde – Festas de romaria, Festas Juninas.* Mindelo. Maio de 1997.

perdido muitos preceitos e valores mais antigos, foram reavivadas e estão actualmente bem presentes na sociedade cabo-verdiana.

Não podemos esquecer que a diversidade do elemento humano levado a Santiago durante o povoamento e durante o tráfico de escravos foi enorme, e a miscigenação complexa. As teses de Carreira na obra "Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata" (CARREIRA, 1983) são importantes bem assim as referências sobre este assunto na História Geral de Cabo Verde (2001) e ideias e pontos de vista apresentados na Mesa Redonda realizada em Cabo Verde em 1965 sobre este tema são esclarecedores. Carreira apresenta na obra acima mencionada, uma citação do orientador da referida mesa Redonda, Almerindo Lessa, *"A falta de mulheres brancas, a submissão das negras e, posteriormente, a sedução das crioulas geraram o mestiço, que acabou por dominar o espaço físico e intelectual do Arquipélago".* Caracteriza o fenómeno da miscigenação em Cabo Verde como *"um dos mais extraordinários fenómenos humanos de que reza a história nacional"*. Teria havido ligações fortuitas e casuais, quiçá amorosas, entre o "senhor" branco e as escravas e entre o negro, escravo ou liberto, e mulheres brancas, à medida que a sociedade evoluía, e não apenas ligações por imposição do "senhor" ou casamentos por interesses financeiros, os tais casamentos "por conveniência", entre os brancos inicialmente, e entre os mestiços e mulatos ricos, mais tarde, com vista à não desagregação das grandes propriedades, hábito também, dos primeiros colonizadores brancos. A existência dos *"filhos de fora"*, ou bastardos, que não eram registados pelos *"senhores"* brancos e mais tarde, pelos mestiços e mulatos que os substituíram, tinha a finalidade de manter *"a coesão das herdades"* (CARREIRA, 1980, 23)[171].

Devido ao comércio triangular, e colonização portuguesa das Américas e da Índia, e da Ásia, não podemos afastar a possibilidade de contribuições pontuais desses povos na formação da população de Cabo Verde. Os ingleses, franceses, holandeses que também faziam o tráfico, todos os europeus que participaram no comércio triangular, e, mais tarde, os tripulantes dos baleeiros da América do Norte que recrutavam mão-de-obra nas ilhas, os marinheiros dos barcos ingleses e holandeses que levavam o sal das ilhas do

[171] CARREIRA, António - *Notícia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*: Instituto Cabo-verdiano do Livro. Lisboa. 1985.

Maio, do Sal e da Boa Vista para "o Velho Continente " ainda no sec. XIX, teriam deixado "descendentes", embora em número reduzido[172]. Não podemos esquecer os descendentes de ingleses que, no porto Grande de São Vicente[173], se abasteciam de carvão, no sec. XIX e que deixaram "rebentos" nessa ilha bem como o clero, composto por elementos europeus (Portugal, Espanha, Itália, França) que também deixou ampla descendência nas ilhas (CARREIRA, 1983).

Pelo acima exposto, podemos verificar que a miscigenação cabo-verdiana foi de facto singular, única no contexto das outras colónias portuguesas, complexa e de suma importância, pois foi a base da formação da estrutura social e da identidade nacional do povo das ilhas de Cabo Verde. Alguns estudiosos e escritores cabo-verdianos têm-se debruçado sobre o estudo da mestiçagem, seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana. Destacamos os artigos de Gabriel Mariano[174]sobre este tema e especialmente, "*Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou*" que tem merecido uma grande aceitação e contribuiu para a compreensão deste fenómeno em Cabo Verde, pois define a estrutura social, os estratos sociais e as suas relações sociais e económicas do sec. XV ao sec. XIX/XX. Carreira expressa assim a sua opinião, acerca da evolução da sociedade cabo-verdiana: *"Em nossa opinião, dentro de um espaço de tempo de algumas gerações – se não surgirem factores adversos – o mestiço impõe-se numericamente em todo o arquipélago e liderará a sociedade nos seus vários aspectos"* (CARREIRA, 1985, 23). De facto, a actual elite cabo-verdiana é totalmente mestiça e crioula.

Relativamente à cultura (singular) de Cabo Verde, enquanto espaço de miscigenação, Rita de Cássia dos Santos Silva Ramos (RAMOS, 2010) refere que Cabo Verde tem uma história de miscigenação que não se limita ao campo da biologia no cruzamento de brancos e negros, dando origem ao mulato, mas que *"ampara-se também no cruzamento de elementos culturais"*. Defende que é uma miscigenação agradável que pode ser percebida em cada parte das ilhas, que podem ser percebidas na maneira de

[172] DUNCAN, Bentley (tradução de Rendall Leite). As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720 – Portos de escala do Atlântico. *Ponto e Vírgula* – Revista de intercâmbio Cultural. (1985). Nº15, 4-10.
[173]DUNCAN, Bentley (tradução de Rendall Leite). Ilhas de Cabo Verde – Portos de escala do Atlântico. *Ponto e Vírgula* – Revista de intercâmbio Cultural. (1983). Nº 2, 7-12.
[174] MARIANO, Gabriel - Do Funco ao sobrado ou o Mundo que o mulato criou. *Ensaio da Cultura cabo-verdiana*. Lisboa.1991.

agir, que se reflectem na organização social das ilhas dado que o homem crioulo nasceu do cruzamento de raças. Defende também que *"a mistura de raças e a miscigenação enriquece laços que trazem novas formas de agir, pensar e comportar frente à matriz cultural"* (RAMOS, 2010, 29). Apresenta o conceito teórico de mestiçagem de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique[175] que é muito mais amplo, pois vai além da mistura de raças, do aspecto biológico ou ainda da mestiçagem cultural. Explica ainda que o resultado desta mestiçagem apercebe-se nas expressões que se *"metamorfoseiam em arte com dinâmicas inovadoras, que para uns pode ser primitivo, face ao novo século, mas que para outros é traço de identidade"* (RAMOS, 2010, 29). Apresenta como traços identitários do povo cabo-verdiano a língua cabo-verdiana (o crioulo), que constitui um dos elementos da identidade cabo-verdiana, que se originou da coabitação do português com as línguas africanas da costa da Guiné, o pilão arcado de mó de pedra metropolitano, o batuque de origem africana, que em muitos casos surge acompanhado do ferrinho de Portugal. Conclui que o património e a identidade constroem-se através de estratégias e de actores sociais e que as memórias do cabo-verdiano estão além de fortalezas e da paisagem marítima que envolve as ilhas, mas que trazem traços da identidade cabo-verdiana de ser, que não somente reconhece e identifica mas que agrega valores, que se comunicam através de recursos iconográficos e que constitui o estado de evolução da arquitectura civil, militar e religiosa; Esta, na sua polaridade, abrange a salvaguarda do património, o exercício da cidadania pela via e história da própria humanidade. Para a mesma, *"É tão importante preservar o bem para que no presente os questionamentos não se prendam ao que é necessário fazer, para que o futuro não fique sem história e que a acção humana venha intervir no passado de preservação da memória, seja de seleccionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir, ou ainda exercendo papel civilizador e de referência"* (RAMOS, 2010, 29). Apresenta a ideia que o mais importante é a consciencialização da população, a motivação da opinião pública que deve ser repassada através da educação, informação e civilidade (o exercício da cidadania) que são elementos importantes na sociedade moderna[176].

[175] SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. Contexto. São Paulo, Brasil. 2006.
[176] RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos – Património e Memória: Estudo de caso: a Ilha de Santiago – Cabo Verde. 113 f. Tese de Mestrado. 2009.

Este desiderato vem sendo um grande desafio para a sociedade moderna das ilhas de Cabo Verde. Trabalhos científicos nesta área são de desejar, para que se enverede pelo desenvolvimento de acções neste sentido, pelo governo e pela sociedade civil, e para que se tomem as medidas correctivas necessárias, atempadamente.

Não menos importantes serão os estudos acerca de todos os elementos da Cultura Cabo-verdiana que, sendo uma matéria transversal, se articula com todas os outros parâmetros, próprios da sociedade das ilhas. Do conjunto dos elementos da Cultura Cabo-verdiana, a nós, cabe-nos estudar os bens materiais, dando ênfase aos bens pertencentes ao Património Construído. Estudaremos assim, no Capítulo II e seguintes, os Monumentos Culturais da Ribeira Grande, dando realce aos Monumentos Sacros desta Cidade.

CAPÍTULO II - Monumentos Culturais da Cidade da Ribeira Grande de Santiago

1 - Os Monumentos Culturais pertencentes ao sistema de defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago.

Referiremos, neste ponto, aos monumentos construídos para a defesa da cidade da Ribeira Grande, dando uma atenção mais cuidada à Fortaleza Real de S. Filipe, que se localiza no extremo da plataforma apelidade de Achada Forte. A Fortaleza é ladeada por um caminho que a liga à Rua Direita do Forte e à igreja de S. Roque, e que toma a direcção dos outros três caminhos que percorrem esta achada, uma que se dirige à Ribeira de S. Martinho, à direita, uma que se diriga à Vila da Praia, actual Cidade Capital, ao meio, e uma que se orienta para S. Domingos, à esquerda, todas elas percorrendo a Achada Forte. Abaixo desta achada fica o bairro de S. Sebastião, e do lado direito, a ermida e o forte de S. António, no actual bairro de S. António, localizações representadas na imagem da figura 7 (VER ANEXO XII).

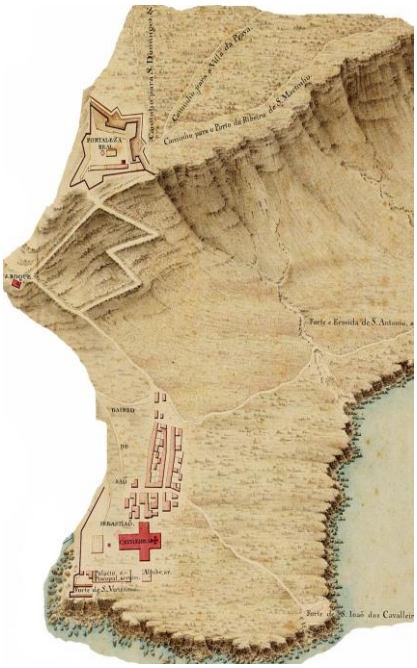


Figura 7 - 1ª Imagem: Localização da Fortaleza. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

No início da instalação do primeiro povoado em Ribeira Grande, os colonos portugueses não se preocuparam muito com a defesa da comunidade. Até à década de 80 do século XVI, havia apenas um baluarte e um vigia, e os próprios comerciantes ocupavam-se da defesa da cidade, dado que a coroa não se dotara ainda de um militar responsável pela defesa do burgo. Em 1542, Jorge Varela faz saber ao rei D. João III da insegurança da Ilha de Santiago, especialmente da cidade da Ribeira Grande, que se encontrava *"enfraquecida na sua defesa e onde se verificaram alguns ataques de corsários franceses"* e deixa também saber ao monarca que *"os navios como a cidade fora tudo saqueado, pela pouca resistência que a terra tem …"* referindo ainda que a *"cidade e o porto dela está sem ter nenhuma resistência, que só uma nau avante dela surta a porá por terra e a porão a saque… "* (PEREIRA, 2009, 78). Dirige-se ainda ao rei solicitando a sua intervenção, do seguinte modo*:*

> *" Dou esta lembrança a Vossa Alteza para que nisso mande prover como seja serviço de Deus e seu e bem do povo, porque os dias que as naus aqui pareceram se virou esta cidade e portos desta ilha, e as pessoas desamparavam a terra por não verem cousa de defensão nem repairo; o porto desta cidade tem necessidade de ter artilharia e munição para que nova houver, se aparelhem navios e os não deixarem chegar ao porto, e assim para saírem caminho de Guiné como tiverem nova*" (PEREIRA, 2009, 78).

Em 1567, o rei de Portugal decidiu dotar a cidade de meios modernos contra ataques dos corsários a que se expunha a vila. A instalação do sistema defensivo da Ribeira Grande foi construída em duas fases. A primeira pretendia a defesa do porto e a segunda, que correspondia a um sistema mais complexo, previa a defesa das embarcações e do território[177].

A cidade de Ribeira Grande começou a ser alvo das primeiras incursões de pirataria em 1541, iniciadas com ataques dos franceses, e mais tarde dos ingleses e holandeses[178]. Baseando-se em documentos de Teixeira Mota[179], Carlos Santos[180]explana sobre a

[177] Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ...[Em linha]. 02.10.2002 (última actualização) [Consult. a 20.12.15]. Disponível em: HPIP www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

[178] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[179] TEIXEIRA DA MOTA - *"As Rotas Marítimas Portuguesas no Atlântico de Meados do Século XV ao Penúltimo Quartel do Século XVI".* Do Tempo e da História, Vol. III. Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos.

história da construção da Fortaleza. Informa que as acções do corso e da pirataria não se faziam sentir junto das ilhas cabo-verdianas, como acontecia na costa africana onde era necessária uma defesa terrestre efetiva, e que, na Ribeira Grande, apenas se mantinha a segurança dos navios ancorados na baía. Mas, dado que a partir dos meados do século XVI, os moradores das ilhas começaram a ser fustigados pela presença ofensiva dos franceses, depois dos ingleses e finalmente pelos holandeses, de uma forma acentuada, medidas foram tomadas pela coroa para a defesa da ilha de Santiago. Indica como uma das estratégias utilizadas pelos franceses para contrariar o poder dos portugueses nos mares, a política de Mare Clausum[181], estabelecida entre Espanha e Portugal em 1494, através do tratado de Tordesilhas, que teve o efeito de atacar diretamente os interesses de Lisboa, por meio da pirataria e corso. Aludindo a escritos de António Carreira (CARREIRA, 1983) refere-se às três áreas de acção de corso e pirataria levadas a cabo pelos franceses: o Canal da Mancha; o triângulo entre as Canárias, o sudeste da Península Ibérica e os Açores; e finalmente o triângulo formado pelas ilhas de Cabo Verde, o Cabo Verde e o Cabo das Palmas, visto ser nessa zona que teriam de passar as embarcações que se dirigiam para a Guiné, o Golfo da Guiné, o Brasil e a Índia, tanto na ida como no regresso[182].

A construção de fortes e baluartes fez-se progressivamente com o intuito de combater o corso e a pirataria. A cronologia dos acontecimentos relativos ao corso e à pirataria vem a par das decisões da coroa em reforçar o sistema de defesa da cidade e permitem identificar as diversas fases de construção e reconstrução da Fortaleza[183] e dos fortes, que sintetizamos a seguir:

Lisboa.1970, p. 13. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).* Setembro de 2016. 225 f. Tese de Mestrado.

[180]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).* Setembro de 2016. 225 f. Tese de Mestrado.

[181] VASCONCELOS DE SALDANHA, António - *"Mare Clausum": Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa. Vol. II, Caminho, p. 685-686. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).* Setembro de 2016. 225 f. Tese de Mestrado.

[182] TEIXEIRA DA MOTA - *"As Rotas Marítimas Portuguesas no Atlântico de Meados do Século XV ao Penúltimo Quartel do Século XVI".* Do Tempo e da História, Vol. III. Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos. Lisboa.1970, p. 13. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).* Setembro de 2016. 225 f. Tese de Mestrado.

[183] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos. [Em linha]. 2011. [Consult. a 15.05.2016]. Disponível em: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

- Entre 1537 e 1538, são registados os primeiros assaltos verificados nas ilhas e na costa da Guiné.

- Quase dez anos depois, a cidade da Ribeira Grande volta a sofrer com os corsários franceses, tendo o resultado sido o roubo de dois navios. Esta nova armada era constituída por três naus mas não houve danos materiais.

- A metrópole passa a utilizar navios de patrulha para proteger as costas e os portos. Em 1552 ficou acordado entre Castela e Portugal, que este último deveria armar 25 *navios "para guarda-costas",* sendo dez para as ilhas e sete para Arguim, Cabo Verde, Guiné e Brasil. Esta medida revelou-se porém infrutífera pois a área marítima era muito vasta para ser vigiada e patrulhada por um número reduzido de embarcações. Os ataques prosseguiram.

- Cerca de 1566, o comandante John Lovell assaltou quatro navios nas águas das ilhas, sendo os prejuízos avaliados em 28 000 ducados;

- Em Maio de 1567, a intenção dos franceses que tentaram atacar uma embarcação espanhola que transportava escravos às Antilhas, mas não teve sucesso, devido à reacção da defesa da cidade, o que demonstra que a Ribeira Grande teria já equipamento militar que permitia responder eficazmente aos ataques;

- Em 1578 a ilha de Santiago e a cidade foram atacadas pelo almirante Francis Drake que chegou à ilha no dia 31 de Janeiro, e seguiu viagem, depois de passar pelas costas das ilhas do Fogo e da Brava, acompanhado do capitão Nuno da Silva, que foi considerado um traidor. Rumaram ao Brasil, território bem conhecido deste 1497;[184]

As primeiras estruturas militares construídas em defesa da cidade, em resposta à agressividade e frequência dos ataques, datam dos anos 60 do século XVI, durante o reinado de D. Sebastião. Consideradas insuficientes, não evitaram os ataques a embarcações que asseguravam o fluxo intenso de mercadorias no movimentado porto

[184] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos. [Em linha]. 2011. [Consult. a 15.05.2016]. Disponível em: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

da cidade da Ribeira Grande. Nesta data, foram realizadas pequenas obras de protecção no baluarte de São Brás, da Vigia e no baluarte da ribeira. Estas infraestruturas estavam implantadas junto ao ancoradouro sendo que um pequeno pano de muralha assegurava o contacto entre entre eles. *"O Corregedor Manuel Andrade foi, segundo Ilídio Baleno, o responsável por essa iniciativa. Para além dessas construções, fez erguer uma fortificação de madeira, com bases sólidas o suficiente para aguentar as peças de artilharia"*[185]. Deste conjunto fazia parte ainda o forte do Presídio, que se localizava junto à praia , de que restam somente quatro muros, construída a partir de uma planta projetada pelo engenheiro António Carlos Andrea. Este baluarte de planta trapezoidal alongada, era constituído por um calabouço, o corpo da guarda, o alojamento do oficial e uma bateria alta. O baluarte de São Brás é de planta ovalada, formada por três canhoneiras e áreas para os oficiais[186];

Procedeu-se ao reforço da defesa da Cidade. A muralha para a protecção do porto e da cidade construída inicialmente não evitou os ataques de Francis Drake em 1578 e 1585. Em 1580, quando as coroas ibéricas foram unidas, as incursões aumentaram na costa da Guiné e em todas as possessões portuguesas do ultramar. A união das coroas Ibéricas em 1580 fez face ao aumento das incursões dos corsários. Com o aumento da pirataria e do corso, a coroa decidiu proteger a cidade e o seu porto. Mandou construir um complexo defensivo que contava com um conjunto de postos estratégicos de defesa, constituída por uma Fortaleza e por pequenos fortes (PIRES, 2007).

Citando Brásio[187], Pereira[188] refere que nesta época *"corsários franceses pairavam no mar das ilhas. A sua cobiça e represálias, mercê da luta pela hegemonia marítima entre*

[185] Rui Carita - *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*. Lisboa. Vol. I. Oficinas Gráficas do Exército. 1998, p. 92 e seguintes.
[186] Referindo-se a Francisco de Andrade (Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde de 26.01.1582, publicada in MMA, 2ª serie, vol. III, pp. 97-107) acrescenta-se que a construção deste sistema abaluartado de defesa da costa já se enquadra na nova visão de guerra terrestre, cuja base se encontra na Itália a partir dos finais do século XIV. Isso é, o método do "flanqueamento, o da defesa mútua ou cruzamento de fogos", onde cada baluarte auxilia o vizinho pelo mecanismo de fogo cruzado e rasante a curta distância. Esta nova forma de actuar militarmente está diretamente relacionada com o surgimento de modernas táticas de ataque que deixaram de ser corpo a corpo ou de ataque terrestre directo. Os assaltos passam a ser feitos a partir dos navios dotados de uma cada vez maior capacidade de fogo, distribuídos ao longo da costa, concentrados principalmente junto à zona dos portos, utilizando para esse efeito artilharia embarcada. Fonte: Rui Carita - *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*. Lisboa. Vol. I. Oficinas Gráficas do Exército. 1998, p. 92.
[187]BRÁSIO, Pe. António – *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental*). (1500-1569). Vol. II, Doc. 103, p. 343-345.

as nações, põem em contínuo sobressalto a vida na Ribeira Grande" (PEREIRA, 2009, 78). Além do saque e roubo os corsários semeavam o terror, desencorajando qualquer actividade comercial das naus que sulcavam os mares e atacavam os territórios portugueses ocupados pela Espanha (PIRES, 2007). A coroa espanhola[189] mandou então construir um sistema mais complexo com vista à defesa de toda a cidade, que se enquadrava na decisão da coroa defender todo o seu território. Os primeiros relatórios de funcionários especializados enviados pela coroa em 1582, como o de Francisco de Andrade, sargento-mor em Santiago, e sobretudo o do capitão Diogo Flores de Valdez, que fez o levantamento do sistema defensivo da cidade e da ilha, juntamente com o engenheiro militar italiano Bautista Antonelli[190], que o acompanhava, permitiu a introdução de melhorias nos baluartes existentes. Projectaram novos fortes e baluartes, localizando-os estrategicamente (PIRES, 2007);

O capitão Valdéz[191] envia um modelo de fortes e baluartes que poderiam ser *"feitos por muito pouco custo, porque se podem fazer com pedras toscas e sem argamassa, sem que sejam de cantaria lavrada, porque não há razão para que a tenham, porque não hão-de ser batidas de nenhuma parte, senão apenas para defender as portas; e far-se-ão com facilidade porque há abundância de pedra, e com isso me parece estará a ilha segura, porque ela em si é áspera e forte"*[192]. Estudou convenientemente o local e concebeu um sistema defensivo suficientemente capaz de proteger a cidade de uma grande investida pois havia indícios de que a cidade seria violentamente atacada. Aposta num modelo que aproveita as vantagens do lugar, e utilizou pedra pobre e sem argamassa, cujo objetivo era apenas proteger as portas. O terreno acidentado permitia segurança nos restantes perímetros, não se sabendo se este modelo foi construído. Contudo cerca de um ano depois, a cidade foi atacada e saqueada sem poder manter a

---

[188] PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e Aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.
[189] Filipe II de Espanha e I de Portugal.
[190] Este técnico estava ao serviço de Espanha e tinha como missão o levantamento do estado em que se encontravam as fortificações de toda a América, do estreito de Magalhães até às Caraíbas, para que se pudesse elaborar um plano de construção de um sistema defensivo mais eficaz nesta área, devido aos constantes ataques de corsários franceses e holandeses. PIRES, Fernando – da Ribeira Grande à Cidade Velha em cabo Verde: Análise Histórico- Formal do espaço urbano. Sec. XVIII. Edições Uni-CV. 2007, 50.
[191] Carta de Diego Florez de Valdez à Filipe II de 24.01.1582. In. El Marqués de La Fuensanta Del Valle, D. José Sancho Rayon, D. Francisco de Zabálburu. Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España. Tomo XCIV. Madrid. M. Ginesta Hermanos. Impresores la Real Casa. 1889, p. 540-544. Fonte: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ... - HPIP www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165
[192] Ibidem

tão almejada força capaz de repelir os piratas. Entre 1583 e 1598, Santiago foi assaltada e saqueada, pelo menos cinco vezes, pela armada do corsário Manuel Serradas. Em 1583, com o apoio de alguns franceses, Manuel Serradas tentou obter a aclamação de António I de Portugal. Desembarcou na vila da Praia mas foi repelido pela população na Ribeira Grande. Dois meses mais tarde, o inglês Sir John Hawkins chegou a Cabo Verde, contactou Serradas na ilha do Fogo, que entretanto se estabeleceu nesta ilha com os partidários de D. António, atacou a Ribeira Grande mas foi repelido pela população. Brásio[193] refere que Valdez, *"perante a controversa situação sucessória"* em Portugal, havia já alertado ao rei: "*(...) convirá que Vossa Majestade mande remediar o [estado?] desta ilha, que embora agora está por de vossa majestade, e muito llana, como a encontrei, a qualquer novidade que houvesse de D. António, sei certo que mudariam o propósito do serviço de Vossa Majestade, por haver muitos da sua opinião".* O resultado foi o roubo de "toda a riqueza" da urbe, principalmente os ornamentos das igrejas, como sendo cruzes e cálices. Para além disso, levaram toda a "artilharia que acharam na fortaleza"[194].

Se havia ou não um forte no local onde foi construída a Fortaleza, o mesmo[195] explica que a referência era acerca de uma construção projetada pelo capitão Diego Flores de Valdez, porque na altura em que foi feita a relação do aparelho militar (1582), não foi mencionada a existência de qualquer fortaleza mas dos baluartes de Vigia, Ribeira e São Brás. A referida "fortaleza", que teria sido atacada,*"não seria mais do que uma obra com maiores dimensões que os baluartes citados. Esse edifício saqueado terá sido a de Santa Marta, localizada no bairro de São Brás, na margem direita da ribeira, que Cristiano Sena Barcelos frisa na ocasião do ataque perpetuado por Francis Drake em 1585. O mesmo autor sublinha que o pirata inglês encontrou essa construção erguida de pedra solta e mal artilhada"*[196] .

Dois relatórios são de apontar a respeito da situação de insegurança e dificuldades em defender o porto e a população da Ribeira Grande nesta época: Jorge Varela relata a

[193] BRÁSIO, António. "*Monumenta missionaria Africana*", Vol. II (1500-1569).
[194] Carta de Diego Florez de Valdez a Filipe II, de 24.01.1582. In Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España. Tomo XCIV, p. 540-544. Fonte: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ... - HPIP www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165
[195] Ibidem
[196] Ibidem

João III de Portugal (1511-1557), a 10 de Junho de 1542, a situação do estado da defesa da Ribeira Grande referindo que "*(...) assim os navios como a cidade foi tudo saqueado pela pouca resistência que tem a terra (...) o porto desta cidade tem necessidade de ter artilharia e munição (...)*". Citando Brásio[197], apresenta referências ao relatório de 24 de Janeiro de 1582 de Diego Flores de Valdez, que esclarece sobre as condições e situação da ilha de Santiago a Filipe II de Espanha (1556-1598): "(...) *é uma ilha de muita importância para o serviço de Vossa Majestade e de Sua Real Fazenda*", esclarecendo:

> "(...) *esta ilha é de muito trato, e onde poderá Vossa Majestade acrescentar muito a Sua Real Fazenda, pelo trato e comércio que nela há da costa da Guiné e de aqui às Índias do poente, de escravos*"[198].

> E complementou:

> " *(...) este porto e o da Praia têm alguma artilharia; é muito pequena: convirá que vossa Majestade mande prover seis ou oito peças grossas para defender os portos (...). O modelo que envio a Vossa Majestade dos fortes e baluartes, poder-se-á fazer com muito pouco custo, porque se podem fazer com pedra tosca e sua argamassa, sem que se façam de cantaria lavrada, porque não há porquê a tenham, porque não hão de ser batidas de nenhuma parte, senão para defender as suas portas; e fazer-se hão de com facilidade porque há abundância de pedra, e com isto me parece estará a ilha segura, porque ela em si é áspera e forte.*"[199] .

Sugeriu a fortificação da ilha, a construção de um modelo de fortificação coadjuvado por um engenheiro que o acompanhava na armada. De seguida, o Sargento-mor Francisco de Andrade nomeia os pontos a ser defendidos: *"três baluartes de vigilância; o baluarte de Vigia, o baluarte da Ribeira e o de São Brás, colocadas nos locais onde a cidade podia ser atacada".* Outra situação a ser contornada foi o assalto pela armada do corsário Manuel Serradas, como já referimos.

---

[197] *Colección de Documentos inéditos para la historia de España, por el Marqués de la Fuensanta del Valle*, D. José Sanchi Rayón y D. Francisco de Zabálburu. Madrid. 1889. Tomo XCIV, p. 540-544. Fonte: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ... - HPIP www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

[198] Ibidem

[199] Ibidem

Documentos relatam como se degradara o sistema de defesa em vários momentos da história da cidade e as solicitações para a sua reparação e reconstrução, nomeadamente para evitar o ataque dos piratas e corsários. A provisão aos cargos de defesa também é relatada. Em 1681, a 27 de Fevereiro, em Lisboa, esteve à consulta pelo Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, a nomeação de pessoas para o posto de sargento-mor das ilhas de Cabo Verde. Apresenta-se Manuel Correia de Lacerda, "*o favorito pelos seus antecedentes políticos e de eficaz capacidade na defesa das ilhas"*, e apresentam-se os opositores: Diogo Freire da Fonseca, Miguel Belo da Costa[200]. Era um homem rico e abastado, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, morador na cidade da Ribeira Grande e que serviu na ilha de [Santiago], nos cargos de milícia como soldado infante e de cavalo, alferes e capitão de uma companhia de ordenança, com referência de haver também servido nela, todos os cargos nobres como vereador, juiz ordinário, provedor da [Santa Casa da] Misericórdia, provedor da Fazenda Real, ouvidor-geral, escrivão da Correição, Capelas, Resíduos, Chancelaria e chanceler, escrivão dos Defuntos e Ausentes, tesoureiro e promotor fiscal da câmara Apostólica**.** Esta informação demonstra a importância que se dava à chefia militar e à defesa da cidade nesta época. Outra correspondência, a carta do governador de Cabo Verde, Inácio da França Barbosa, ao rei D. Pedro II, de 10 de Julho de 1685, informava sobre o estado das fortificações, artilharia e armas da ilha de Santiago e a necessidade que havia da sua reparação na cidade da Ribeira Grande. Ainda no sec. XVII, há mais informações a respeito da degradação da Fortaleza: a carta 1686, dos oficiais da câmara da ilha de Santiago, de 16 de Agosto, ao rei D. Pedro II,

> *"dando conta da ruína, fragilidade e incapacidade de resistência que apresentam a cidade da Ribeira Grande e a ilha de Santiago devido à falta de armas, munições e artilharia para a defesa e guarnição da fortaleza; advertindo da necessidade de prover os armazéns desta ilha, dado à presença constante de navios estrangeiros que circundam as costas das ilhas circunvizinhas, fazendo latrocínios, roubando navios, assaltando e matando os seus moradores, como fizeram na ilha da Boavista onde roubaram uma caravela de carreira; e comunicando da presença de 4 naus na ilha Brava"*[201].

[200] AHU-Cabo Verde, cx. 6 - A, doc. 160.
AHU_CU_024, Cx. 6, D. 541.
Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS MISTAS, Cod. 17, fls. 333-333v.

[201] AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 56.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 597.

Outra carta do governador de Cabo Verde, Inácio da França Barbosa, de Santiago, datada de 10 de Julho de 1685, ao rei D. Pedro II, informava sobre o estado das fortificações, artilharia e armas da ilha de Santiago *"e a necessidade que havia da sua reparação na cidade da [Ribeira Grande] e vila da Praia*[202]*;*

Acerca da vila da Praia informa-se :

> *"... e a vila da Praia; e que no particular, referente ao imposto das três barafulas, que a câmara pretendia não se pagassem em Cacheu pela extinção da Companhia [de Cacheu, Comércio e Rios da Guiné] era de parecer que os moradores de [Santiago] nela participassem pelo benefício que tinham da sua conservação, mas que se pedissem mais informações ao capitão-mor António de Barros Bezerra pelo conhecimento das despesas que tinha daquela povoação"*[203].

Nos últimos anos de 1960 o pano oeste da muralha foi cortado ao meio, para dar lugar à estrada que estabelece o contacto entre a cidade e a localidade de Santa Marta, colocando em perigo a estrutura deste edifíco, pois, ficou praticamente suspenso na encosta. Para resolver esse problema, foi construído, nos finais dos anos noventa, um muro de contenção, localizado junto à estrada (PIRES, 2007).

1.1. História da construção e restauro da Fortaleza Real de S. Filipe.

A construção da Fortaleza foi iniciada por volta de 1587 e foi concluída por volta de 1593. A Fortaleza foi edificada no cimo de uma Achada o que permitia ter uma visão estratégica de todo o território limítrofe, incluindo a área terrestre e a área marítima, como revela a 1ª imagem da figura 8. A missão jesuíta residiu na fortaleza quando começou a trabalhar na ilha (sec.XVII), pois para os religiosos instalados em Santiago, a zona de implantação do forte era mais *"eminente, bem arejado e sadio"*, em comparação com o resto da cidade. Para melhorar a estadia, os religiosos edificaram

[202] AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 56.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 597.
[203] AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 44 e 56.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 591.
(Anexo: carta)

"logo uma capela para dizer missa e administrar sacramentos"[204]. Tais dados demonstram que, pelo menos nessa data, o edifício militar encontrava-se organizado e com algumas infraestruturas de auxílio[205].

Em 1605, D. Filipe II recomenda ao novo governador das ilhas, Francisco Correia da Silva (c. 1606-1610), fidalgo da casa do rei, que ao aportar a cidade da Ribeira Grande, fizesse um inventário das coisas necessárias para o bom funcionamento da defesa, designadamente a verificação de estruturas danificadas (visando a sua reparação), dos armazéns e tercenas, e da artilharia. Esse relatório deveria ser entregue ao antigo governador Fernão de Mesquita Brito (c. 1602-1605) que estava de viagem para a metrópole. Notifica ainda ao novo governador que residisse *"continuadamente na cidade de Santiago [Ribeira Grande]"* e que pusesse dentro da fortaleza todos os equipamentos que fossem precisos para a sua defesa, nomeadamente para *"habitação do capitão e soldados"*, embora tivesse informação credível de que a construção estava *"toda acabada"*[206]. Está-se perante um documento que nos mostra a preocupação do monarca ibérico relativamente à situação de defesa da cidade, acabando por refletir a importância do território, ao deixar indicações claras a serem adotadas, com vista à salvaguarda dos interesses da ilha de Santiago. Em 1606, a fortaleza principal da colónia é classificada de *"bom tamanho e bastante provida e fabricada de boas casas de pedra e cal"* [207]. O primeiro sistema de defesa da cidade, datado de 1582, era constituído pois, por um baluarte de vigia, designado por presídio, pelo baluarte de S. Brás e pelo baluarte da Ribeira. A coroa mandou construir uma rede de muralhas que ligava o baluarte de vigia ao baluarte de S. Brás (PEREIRA, 2004). Reportando aos ataques dos corsários, é comum apontar duas situações que fizeram com que se apressasse a construção de um sistema defensivo de maior valia: os assaltos do corsário inglês Francis Drake em 1578, em que apoderou-se de seis navios nas águas da Ribeira Grande e, mais tarde, na Dinastia Filipina (1580-1640), quando se perpectuou o saque e

[204] Carta do padre Baltasar Barreira ao provincial de Portugal de 22.07.1604. In MMA, 2ª Série, Vol. IV, p. 41-49. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado

[205] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

[206] Regimento do governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva de 09.11.1605. In *MMA*, 2ª Série, Vol. IV, p. 81-87. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

[207] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016.Tese de Mestrado.

o incendio da povoação a 17 de novembro de 1585. A coroa mandou construir uma Fortaleza que coadjuvada pelos pequenos fortes constituía um complexo defensivo na cidade constituída pela Fortaleza e pelos pequenos fortes. A Fortaleza de São Filipe foi iniciada depois de 1587, depois dos ataques do pirata inglês Francis Drake em 1585, e foi edificada durante o reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal (PIRES, 2007, 176). O seu construtor foi o arquitecto - engenheiro português João Nunes, com apoio do grande engenheiro - mor italiano Filipe Tercio[208] (PEREIRA, 2004). O engenheiro militar "Filipe Terzi" projectara o castelo de S. Filipe, em Setúbal, representada na 2ª e 3ª imagens da figura 8.

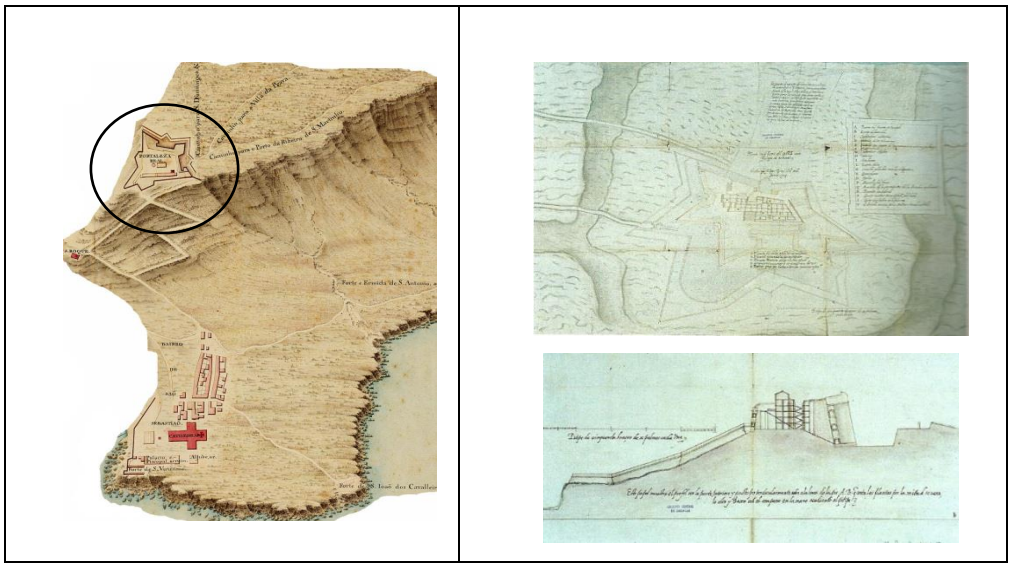


Figura 8 - 1ª Imagem: Localização da Fortaleza. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778) Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123. 2ª Imagem: Castelo de S. Filipe, de Setúbal. 1954. Fonte: Arquivo Geral de Simancas. Valladolid. M.P. e D. XIX – 130[209]; 3ª Imagem: Rés-do-chão do Castelo de S. Filipe de Setúbal. 1954. Fonte: Arquivo Geral de Simancas. Valladolid. M.P. e D. VII – 135[210].

Filipe Tercio prestou consultoria a muitas outras obras, de entre as quais a Fortaleza de S. Filipe da Ribeira Grande de Santiago (PEREIRA, 1992)[211]. A prolongada guerra da

[208] No reinado de D. João III foram adoptadas os princípios renascentistas de fortificações. A arquitectura medieval das fortificações foi então perdendo terreno. Com a morte deste, durante o reinado dos Filipes, os engenheiros militares italianos contratados, dominaram a arquitectura militar construída em Portugal e nos domínios ultramarinos deste país, até à Restauração. De entre estes, o engenheiro militar "Filipe Terzi". Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos) (s. d).

[209] Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d.).

[210] Ibidem

[211] Apesar do monopólio dos italianos nesta área e a consequente secundarização dos engenheiros nacionais, o arquitecto António Rodrigues fundou *"a instâncias de D. Sebastião"*, uma Aula de Arquitectura Militar na Escola de Moços

restauração (1640-1668) fez com que a coroa procurasse outros recursos com o objectivo de modernizar a sua capacidade defensiva. Recorreu a engenheiros militares franceses (Charles Lassart, Nicolau de Langres, João Gilot, sendo este autor das novas cercas de Lisboa e Setúbal) para fortificar as cidades e vilas, e as barras dos principais portos do Reino, introduzindo-se o classicismo francês nas edificações defensivas. O arquiteto militar João Nunes e o capitão Gaspar Luís de Melo foram os indicados para a realização do projecto de reabilitação e modernização do sistema de defesa da ilha. A decisão recaiu sobre João Nunes que teve a colaboração de arquiteto militar italiano Filippo Terzi[212]. As obras foram iniciadas em 1587 ou 1588 e em outubro de 1592 estavam "*ainda por acabar*". Estariam terminadas em 1593. Por volta de1593 a Fortaleza Real teria ficado concluída. Foi construída *"para fazer face aos frequentes ataques dos piratas"* (PEREIRA, 2009, 105)[213]. Para Vera Mariz[214], a construção desta fortificação foi motivada pelos constantes ataques piratas, tendo sido gizada por Filipe Terzi (1520-1597) como forma de proteger a cidade. A edificação terá estado a cargo do mestre-de-obras João Nunes[215], surgindo como um conjunto poligonal dotado de um grande baluarte ao centro – denominado de São Gonçalo – e de dois meios-baluartes[216].

O Forte Real de São Filipe é também referido como Fortaleza Real de São Filipe ou Cidadela**,** e localiza-se no alto da Achada de São Filipe *"em posição dominante sobre a cidade"*, na cota de 120 metros acima do nível do mar (PIRES, 2010). É a primeira e a mais importante fortificação do arquipélago, um exemplar de arquitetura militar, abaluartada[217]. Encabeçava o sistema defensivo da cidade, juntamente com sete pequenos fortes construídos durante os séculos XV e XVI: Forte de São António; Forte

---

Fidalgos do Paço da Ribeira que Filipe II de Espanha extinguiu e transferiu para Madrid e que foi transformada em Academia de Matemáticas e Arquitectura. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d.).

[212] Vera Mariz faz referência à obra: Fernando Pires, "Fortaleza Real de São Filipe e sistema de fortificação da cidade"; José Mattoso, dir., Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 309.

[213] PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e Aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

[214] A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[215] Vera Mariz faz referência à obra: PIRES, Fernando - *Fortaleza Real de São Filipe e sistema de fortificação da cidad*e. Direcção de José Mattoso; *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2010, p. 309.

[216] A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[217] Fortificações [Em linha]. (s.d.) [Consult a 15.10.2015]. Disponível em: Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

de São João dos Cavaleiros; Forte de São Veríssimo; Forte do Presídio localizado na zona central que contempla a muralha do mar, ligando o de S. Veríssimo ao de S. Brás; 2 fortes localizados a poente - O Forte de S. Lourenço, com a sua grande muralha "dentada", representada na 1ª imagem da figura 9, e fechando o acesso à parte ocidental da Cidade e a Santa Marta; O forte de S. Lourenço, situado a poente da cidade que contém uma porta de entrada da vila[218]representada na representada na 2ª imagem da mesma figura; O forte de S. João dos Cavaleiros que ficava no extremo oposto a este; O forte de Santo António, que se localiza a oriente e é o mais afastado de todos (PIRES, 2010, 176).





Figura 9 – 1ª Imagem: Uma larga porta de entrada. 2ª Imagem: Uma das barreiras da protecção da cidade localizada no Forte de São Lourenço. Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz - *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* 2010. 187 f .Tese de mestrado.

Rafael Moreira[219] escreve que a base do sistema abaluartado era a proteção recíproca pelo 'cruzar de fogos' entre diferentes pontos do mesmo perímetro e, mais tarde, quando o alcance dos canhões o permitiu, a defesa mutua de diferentes fortificações. Assinala que a influência avassaladora dos tratadistas e engenheiros militares italianos trouxe consigo o geometrismo maneirista, ou do Renascimento tardio, como afirmação do espírito científico no espaço mas, ao mesmo tempo, ainda impregnado de simbologia da 'arte de fortificar', vista segundo uma linha de progresso cultural, em que se

[218] Deste modo se podia usar *"a barreira de fogo cruzado",* em que dois fortes em acção simultânea tentaria afastar qualquer ataque vindo do mar em todo o espaço do porto.Fonte: Fortificações [Em linha]. (s.d). [Consult a 15.10.2015]. Disponível em: Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

[219] MOREIRA, Rafael - A Artilharia em Portugal na segunda metade do seculo XV (Texto adaptado por Rafael Moreira de 'Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila'). In *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994.

combinam estudos de óptica e de perspetiva curvilínea, com alguns desenhos do engenheiro-mor Leonardo Turriano, de proporções, de urbanismo e de topografia. Para Moreira (MOREIRA, 2004) a geometria pura de algumas figuras, como o quadrado, o triangulo, ou o circulo preferido pelo grande Tibúrcio Spanochi, instauraram uma panóplia de tipos arquitetónicos repetidos quase sem variações do Brasil ao Golfo Pérsico e ao Ceilão, de simples entrepostos fortificados como o de S. João Baptista de Ajuda, que não vai alem de finais do sec. XVIII, a 'casas fortes' e a fortalezas reais, isto é, em que a distância entre os baluartes é igual ao alcance máximo dos tiros mais fortes, traço que emulam com as melhores de Itália, como as de S. Filipe de Cabo Verde e de Setúbal ou, pelo contrário, notabilizam-se pela sua originalidade, como os curiosos fortes circulares do Bugio, Viana de Lima, Bahia e Recife, todos devidos à imaginação fértil de Spanochi (MOREIRA, 1994, 149-150). Refere ainda que é a D. João II que se deve a projeção definitiva da artilharia em Portugal, que revolucionou a arte e a ciência militares. Escreve*: "Esse rei, forjou uma nova nação, definitivamente liberta das grilhetas europeias, desenvolveu no domínio militar uma catividade sem precedentes, que possibilitou a posterior Expansão ultramarina, numa escala superlativa face as reais possibilidades humanas e financeiras do Portugal de então, mantendo, no entanto, um equilíbrio económico assinalável"*[220].Para Mário Pereira[221] a fortificação abaluartada estrutura a sua defesa na obra poligonal, avançada para fora do corpo da Praça, com duas faces que formam um ângulo saliente e por dois flancos que se ligam as cortinas. Esclarece que, enquanto as muralhas, as torres e as portas do sistema defensivo medieval eram, de certa maneira, um elemento que condicionava mas acompanhava o desenvolvimento e crescimento das cidades, a fortificação abaluartada vai modificar a ideia de cidade, vai transformar a cidade num apêndice militar, tal como afirmara Durer, e que era a Cidade Planeada, em que a fortificação funcionava como uma 'camisa de forças' a contrapor-se à cidade medieval em que, no dizer de Braudel, 'a muralha era uma cinta por medida'.

[220]MOREIRA, Rafael - A Artilharia em Portugal na segunda metade do seculo XV (Texto adaptado por Rafael Moreira de 'Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila'). In *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994, p. 17.

[221] PEREIRA, Mário - *Da Torre ao Baluarte*. In *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994.

Escreve ainda que muralhas e torres são hoje uma importante presença que, para além da sua afirmação estética e integração orgânica, representam a memória de um esforço defensivo que, até ao sec. XVI, era suportado pela comunidade que a habitava. Afirma que nos séculos XVI e XVII, as preocupações defensivas vão fazer com que a cidade seja objecto de obras com grande impacto urbano e de grandes consequências urbanísticas. Acresce ainda que ao sistema local e 'empirico' medieval sucede se um sistema 'erudito' muito mais oneroso, mais difícil de construir e complicado de alterar. Alude à verticalidade das fortificações que é substituída pela horizontalidade que uma nova filosofia defensiva exigia e que se traduzia por uma complexificação das obras que passam a requerer conhecimentos matemáticos e balísticos, pelo que são os engenheiros e arquitectos que passam a ter um papel crescente na modelação da cidade. Explicita ainda:

> *"A Fortaleza passa a ser vista no sec XVI como um sistema de defesa coerente e articulado em que qualquer ponto esta sempre interconectado com outro ponto e em que o baluarte pentagonal acabara por desempenhar o papel decisivo.*
>
> *E o sistema abaluartado que vai se impor no sec. XVI e que, para além de todos os requisitos de conhecimentos de balística e estratégia militar, se transformara em importante exercício intelectual que se reflete nos inúmeros tratados de fortificações produzidos"*[222].

No que respeita às fortificações ultramarinas esclarece que têm muito a ver com as construções que se ensaiavam em Portugal e que, quando olhamos para fortalezas como as de Aguz, Bassaim ou Calle, não podemos deixar de encontar analogias com os castelos de Torres Vedras ou Portel, que na altura estavam a ser remodelados. Acresce ainda:

> *"E a sua forma regular com torres angolares, são os seus largos torreões redondos com canhoneiras no piso inferior, (e que evoluem para o superior devido aos gases) que, grosso modo, vão consubstanciar a primeira resposta construtiva do sec. XVI. É a mesma escola, são os mesmos*

[222] PEREIRA, Mário - *Da Torre ao Baluarte*. In *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994, 39.

arquitectos, a procura das formas que melhor se adaptassem as perspectivas de domínio que Lisboa tinha para Africa ou Oriente"[223].

Na figura 10 pode-se observar a localização geográfica dos pequenos fortes e indica-se também a Fortaleza. Este mapa pertencente ao monogramista S. J. (gravador) da colecção de Cartografia Impressos, IV c.g. 145, tem a legenda seguinte*: "S. Iago: Sancta Iago a lusitanus propositum haberent[…]",* do Arquivo Histórico Ultramarino, tem a data de sec. XVII, mas deve referir-se a uma situação anterior[224]. Apresenta o sistema de defesa, a Fortaleza (uma cruz no alto da plataforma indica a provável existência de um local de culto), sinalizando os fortes situados nos pontos estratégicos de defesa da cidade[225].

Filipe Tércio prestou consultoria a muitas outras obras, de entre as quais a Fortaleza de S. Filipe da Ribeira Grande de Santiago (PEREIRA, 1992)[226]. A prolongada guerra da restauração (1640-1668) fez com que a coroa procurasse outros recursos com o objectivo de modernizar a sua capacidade defensiva do Forte de S. Filipe. Recorreu a engenheiros militares franceses (Charles Lassart, Nicolau de Langres, João Gilot, sendo este autor das novas cercas de Lisboa e Setúbal) para fortificar as cidades e vilas e as barras dos principais portos do Reino, introduzindo-se o classicismo francês nas edificações defensivas. O arquiteto militar João Nunes e o capitão Gaspar Luís de Melo foram os indicados para a realização do projecto de reabilitação e modernização do sistema de defesa da ilha. A decisão recaiu sobre João Nunes que teve a colaboração de arquiteto militar italiano Filippo Terzi.

---

[223] PEREIRA, Mário - *Da Torre ao Baluarte*. In *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994, 40-41.

[224] CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos) (s. d).

[225] Uma imagem considerada por Teixeira Mota como sendo a mais antiga, datada de 1580, atribuída a Judocus Hondius, (uma ilustração do livro de W. Bigges que relata as façanhas de Frances Drake) mostra as plataformas guarnecidas com muito boa artilharia bem como as fortificações que coroavam as achadas, que vieram a chamar-se de S. Filipe e de Salineiro. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d).

[226] Apesar do monopólio dos italianos nesta área e a consequente secundarização dos engenheiros nacionais, o arquitecto António Rodrigues fundou *"a instâncias de D. Sebastião"*, uma Aula de Arquitectura Militar na Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira, que Filipe II de Espanha extinguiu e transferiu para Madrid e que foi transformada em Academia de Matemáticas e Arquitectura. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d).

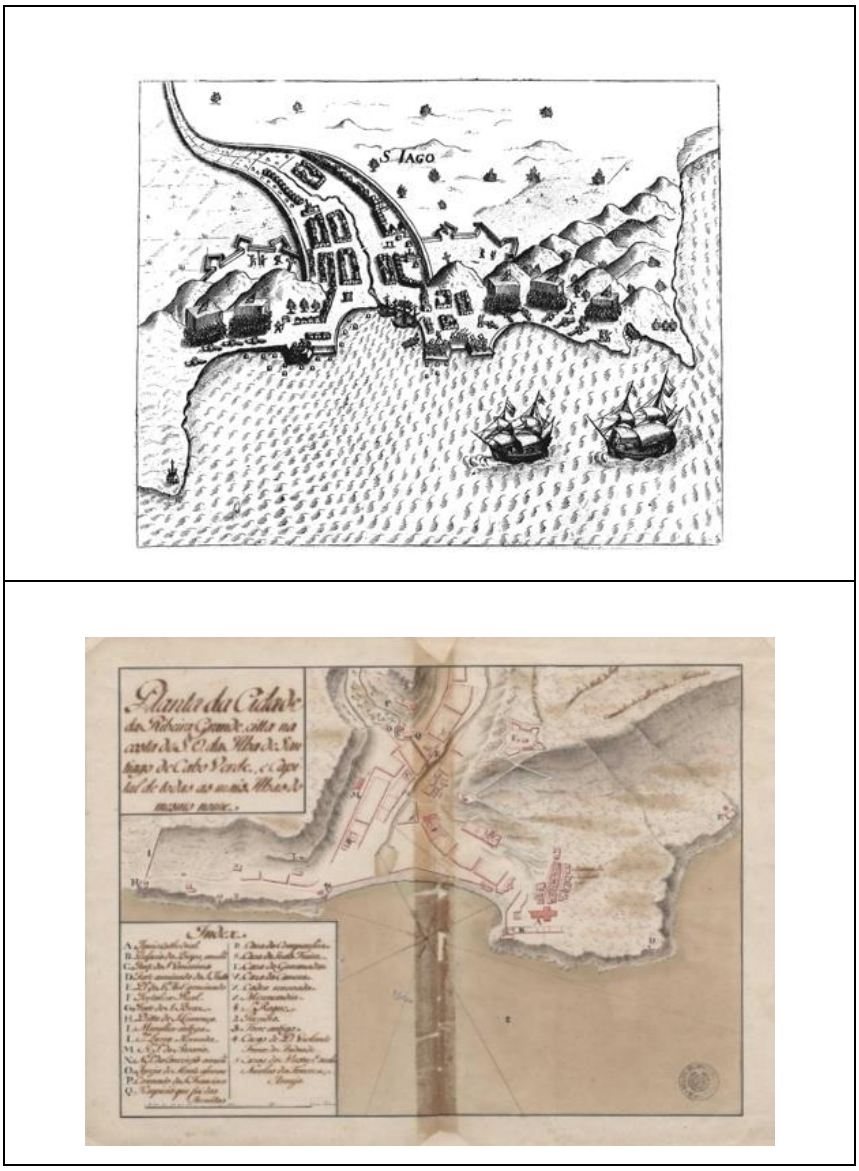


Figura 10 – 1ª Imagem: Assentamento da Cidade da Ribeira Grande com seu aparato de defesa. Gravura aguarelada. Dim. aprox. 22x17 cm. Sec. XVII. AHU[227]. 2ª Imagem: Planta da cidade da Ribeira Grande de 1778 de Carlos António Andrea. Fonte: Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

[227] Fonte: República de Cabo Verde . 2008 - 2012 . da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande . Plano elaborado no âmbito da preparação da ... [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.012.2013]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed.

No mapa da 2ª imagem figura 10 pode-se observar a localização geográfica dos pequenos fortes e da Fortaleza. Os pontos estratégicos de defesa da cidade nos dão também uma noção clara do alcance deste complexo defensivo, cuja pretenção era proteger o porto e a cidade. Do Forte do Presídio, ao centro, sobranceiro à praia, hoje apenas restam as fundações. Subsistem vestígios do Forte de Santo António, duas baterias do Forte de São Veríssimo, vestígios do Forte de São Brás e do Forte de São Lourenço[228] . O Forte de São João dos Cavaleiros desapareceu.

Em 1606 a Fortaleza é qualificada como de "*bom tamanho, e bastante provida*", contudo em 1606, 13 anos depois, estava já "*mui arruinada"* segundo a carta do Governador D. Francisco de Moura a Filipe III de Espanha (1598-1621). O estado desta, seria por ter sido construída com pedra e barro. Um lanço de muro foi reformada, com o uso da cal importado pelo que este mandou fazer fornos de cal e providenciar pedra para as restantes reparações. Na carta de 11 de julho de 1619 o Governador Moura refere que havia reparado a fortaleza, os baluartes das cidades da Ribeira Grande e da Praia, que ordenara também que se trouxesse uma grande quantidade de lajes de pedra da ilha de Maio para o pavimento de baluartes e baterias, a fim de permitir a deslocação de canhões que foram novamente colocados nas suas carretas. O mesmo participara pessoalmente no transporte de materiais. No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), já em inícios de 1641, o então O Governador Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque enviou uma petição a João IV de Portugal (1640-1656), para obter recursos que serviriam para fazer face às carências da defesa da ilha. Mandou reparar o Forte Real e os armazéns de munições, os baluartes de S. Sebastião e de São Brás, e também o "Reduto sobre os navios", pois estes estavam abertos e sem guardas. Em 1645, o Governador João Serrão da Cunha relata uma tentativa de saque por parte dos Neerlandeses e refere-se à necessidade da fortificação da cidade. Em 1649, o Governador Roque de Barros Rego solicita a D. João IV o necessário para poder defender-se dos "*inimigos castelhanos e ingleses*" e descreveu o panorama económico caótico da ilha. Em 4 de maio 1712 a fortaleza foi assaltada por corsários franceses sob o comando de Jacques Cassard, que saqueou violentamente a cidade, incendiando-a. O saque foi avaliado em mais de 3 milhões de libras.A Fortaleza

[228] Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.12.2015]. Disponível em: fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

foi reconstruída na segunda metade do século XVIII[229]. A Planta de 1778 de Carlos António Andréa, representada na 2ª imagem da figura 10 indica as fortificações, o nome dos Bairros e Ruas, as igrejas, o estado em que se encontravam os principais edifícios, e a quem pertenciam. Antes desta data já existiam ruinas nestes edifícios. A 1ª imagem da figura 11 representa a Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Cabo Verde com as suas fortificações, e o estado delas e da sua artilharia, de 1769. Nessa altura já havia a preocupação da coroa com a defesa das ilhas de Cabo Verde, particularmente com a ilha de Santiago. Nesta planta estão indicadas os fortes e o estado em que se encontravam: C – Forte de S. Veríssimo; D – Forte de S. João, arruinado; E - Forte de S.to António, arruinado; F- Fortaleza Real; G – Forte de S. Brás; H – Forte de S. Lourenço; I – Muralha Antiga. Com uma numeração em dígitos temos; 2 – Presídio. Na 2ª imagem da figura 11 pode-se observar a Forteleza e os fortes que, associados a este, constituem o sistema defensivo da cidade, colocados estrategicamente em relação ao porto e aos Bairros mais vulneráveis aos ataques[230] (ANEXO XII).

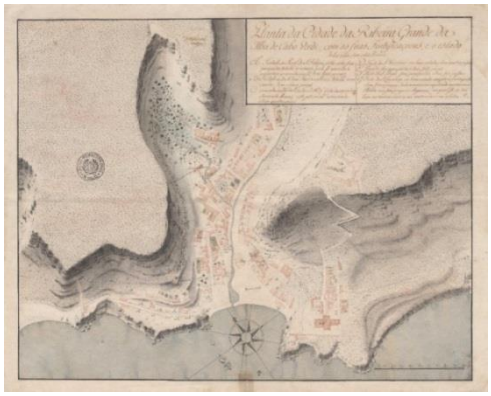




Figura 11 – 1ª Imagem: Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Cabo Verde com as suas fortificações, e o estado delas e da sua artilharia. Manuscrita, aguarelada Dim. aprox. 41x32. Escala *[C.A. 1769]*. Inventário Cartográfico. Fonte: Acessível no AHU. *[Cartm _ 024, D. 0119]*. 2ª Imagem: Planta da vila de Santiago: *[Plan de la ville et des Forts de St. Yago]*. Jacques Nicolas Bellin. Paris. Fonte:Acessível no AHU. *[ca – 1747*]. Iconografias. Forte Real de São Filipe – 004181.

[230] Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.12.2015]. Disponível em: fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

O mapa de António Carlos Andrea, em que se inseriu a localização de todos os elementos do sistema de defesa e a imagem actual da cidade, com a indicação dos monumentos do sistema de defesa , representadas na 1ª e 2ª imagem da figura 12, permitem ter uma visão do passado deste sistema, e, embora a maioria dos monumentos que fazem parte deste se encontrarem hoje em ruínas é possível avaliar a capacidade de defesa da cidade nesta época (ANEXO XII).

.

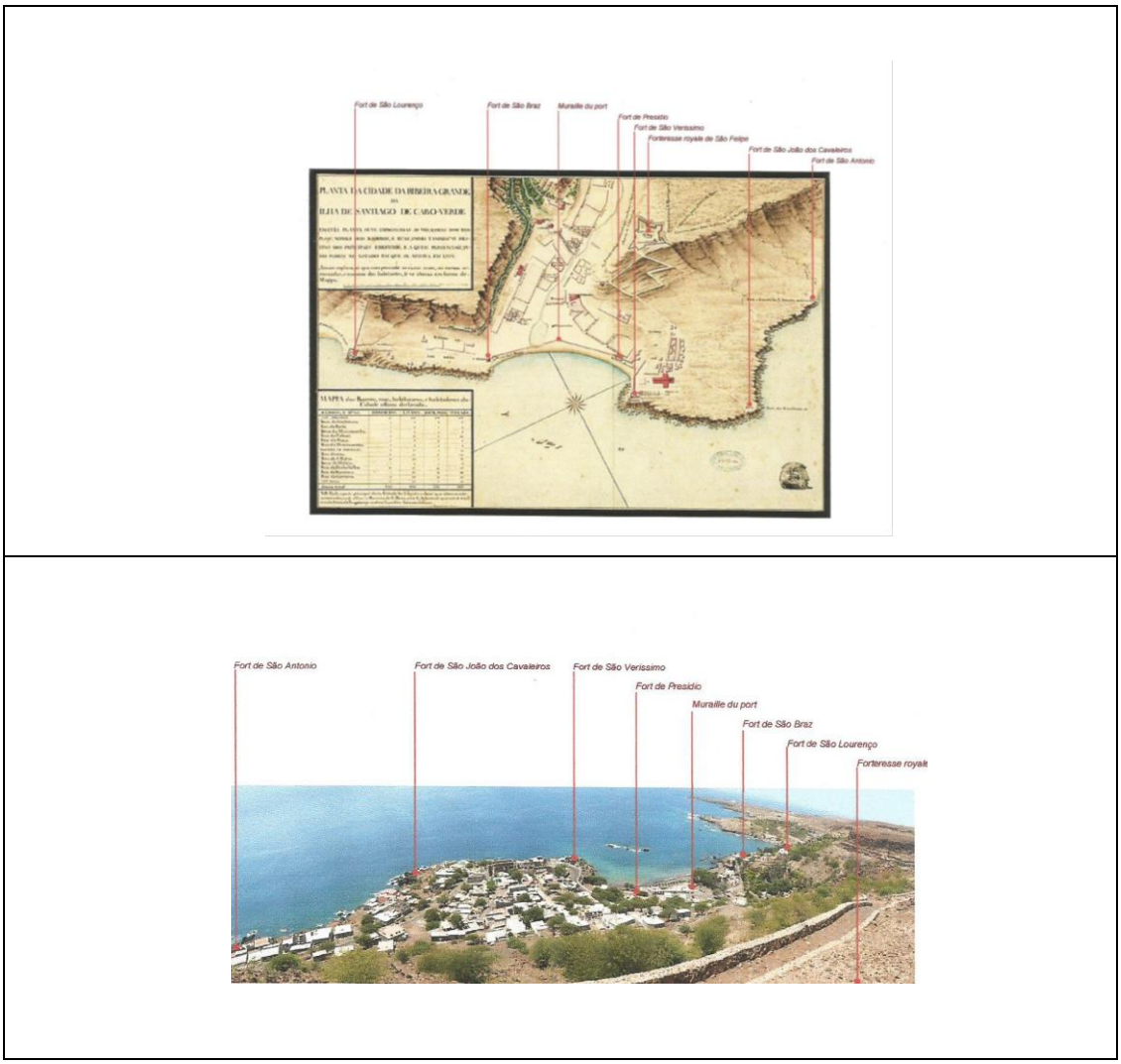


Figura 12 – 1ª Imagem: Localização das estruturas militares de Ribeira Grande. Fonte: Gravura de Antonio Carlos Andreas, 1778. Arquivos do IIPC[231]. 2ª Imagem: Localização das estruturas de defesa numa imagem da Cidade Velha, vista a partir da Fortaleza[232].

[231] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[232] Ibidem

Para além de se avaliar o sistema de defesa projectado e construído para defender o porto e a cidade, servirá certamente de um instrumento, que ajuda e orienta estudos nesta matéria, e permite localizar estes edifícios com mais facilidade. De assinalar também a muralha da Maria Parda, no interior do vale. As duas imagens da figura 12 representam os fortes, sendo que na 1ª imagem se identifica a sua localização, no mapa de Andrea de 1778, e na 2ª, numa imagem actual da cidade. Graças à crescente supremacia das navegações inglesas e francesas no domínio do atlântico ao longo do séc. XVI, e nomeadamente depois de dois ataques do corsário inglês Francis Drake à Ribeira Grande, em 1579 e 1585, o sistema defensivo da Ribeira Grande foi amplamente alargado com novas fortificações, incluindo a principal, a da Fortaleza real de S. Filipe, no topo da Achada, a leste, acima do centro da urbanização, para poder dar face às crescentes ameaças através de fogo cruzado, chegando assim a um número total de sete elementos defensivos.

Com um número indicado de 24 edifícios religiosos construídos (PEREIRA, 2004, 41) ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, o importante papel da Ribeira Grande, embora nunca tendo chegado a ter mais que 500 fogos e entre 1500 a 2000 habitantes nos finais do séc. XVI (Fernandes,1992, 141), ficou marcado pelas dificuldades financeiras já sentidas ao longo do séc. XVI, agravadas pelos sucessivos ataques de corsários e pela perda definitiva dos direitos de monopólio de escravos, tendo culminado com o ataque devastador do corsário Jaques Cassard em 1712, ponto de declínio irrecuperável da primeira experiência urbanística dos europeus nas latitudes tropicais[233]. O aparato defensivo não correspondia às reais necessidades da cidade, e uma das causas apontadas seria a sua degradação. A necessidade de reconstrução e reparação fez-se sentir em vários momentos como já ficou dito. Actualmente a Fortaleza tem beneficiado de intervenções, com vista à sua consolidação e restauro, o que tem contribuído para a preservação das ruínas existentes.

1.2. Restauro da Fortaleza de S. Filipe – intervenções e achados.

[233] Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. *Arquitetura militar*. [Em linha]. (s.d) [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ... - HPIP. www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165.

Especial atenção foi dada à Fortaleza durante as intervenções realizadas na cidade da Ribeira Grande nos anos 60. No relatório de 16.10.1962, Luís Benavente[234], enviado às ilhas de Cabo Verde, pelo estado português, para uma intervenção que incluía o restauro dos monumentos locais, considerou a Fortaleza como prioritária. Apresentou neste relatório um mapa global da Cidade Velha da Ribeira Grande e da Fortaleza de São Filipe. Definiu um programa para *as "Construções Interiores da Fortaleza Real de São Filipe"* que previa a reconstrução (ou nova construção) dos seguintes elementos: a Casa do Governador, a Praça, a Casa dos Oficiais e da Guarda, a Cisterna, a Rampa da Artilharia e a Casa da Guarnição/Abrigo para a Juventude. Desenhos para as respectivas obras, com projetos já de data posterior, (30.12.1969), orientados para a reabilitação, com vista *"ao restauro e reposição do ambiente fortificado"*, realizadas por Luís Benavente[235], estão representados na figura 13.

No local, em inícios dos anos 90, podiam constatar-se os resultados do restauro das muralhas de São Filipe realizadas e que deviam corresponder à campanha do projeto de Luís Benavente. Obras realizadas entre 1969 e 1973 foram constatadas em 1990. Contudo, o estado das ruínas no interior do forte, em que se reconhecia apenas o volume da cisterna, não permitia fazer uma avaliação da realização ou não do restante programa. De qualquer modo, durante as obras, Luís Benavente referia, em finais de 1972, que *"em função da descoberta da antiga capela, iria refazer o projeto. Presume-se que se tratava da casa do governador"*[236].

Nas intervenções de Luís Benavente à Fortaleza Real de São Filipe[237], *"construção seiscentista, altaneira, abaluartada"*, consolida-se a muralha que se encontrava muito destruída, e realiza-se também um estudo de reconstrução ou restauro de diversos edifícios localizados no seu interior como a Casa do Governador da Praça, a Casa da Guarda, a Casa da Guarnição e na cisterna, com base em estudos e plantas em que destacamos a da Fortaleza, representada na 1ª imagem da figura 13. Realiza-se também

[234] Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 02.02.2015]. Disponível em: culturalcaboverde.blogs.sapo.pt402 × 376
[235] Ibidem
[236] Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. *Arquitetura militar*. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de ... - HPIP. www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165.
[237] Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 02.02.2015]. Disponível em: culturalcaboverde.blogs.sapo.pt402 × 376

um relatório em 1966, e projectos em 1969, pelo mesmo. Na 2ª uma imagem, observa-se a planta da Fortaleza, em que já se pode observar a cisterna e as outras acomodações, para além dos armazéns de munições que beneficiaram das intervenções de Benavente. A 3ª imagem, obtida no Instituto do Arquivo Nacional, na Torre do Tombo,[238] traz também indicações dos trabalhos realizado (ANEXO XIII).

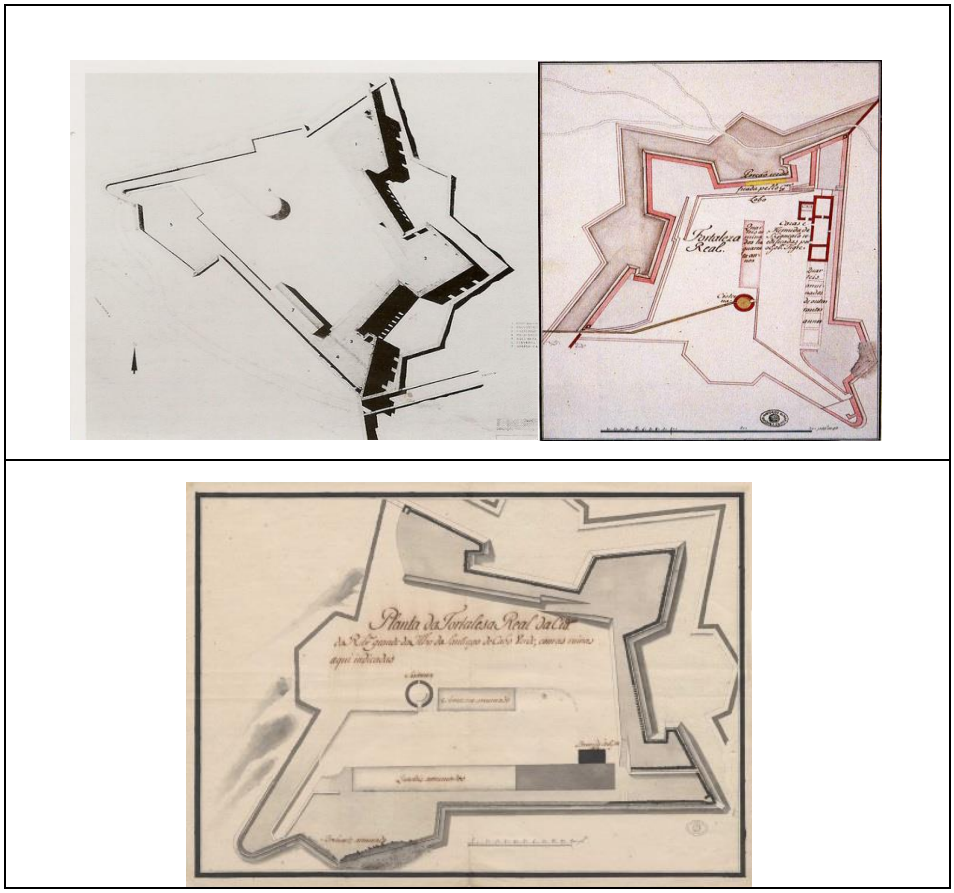


Figura 13 – 1ª Imagem: Planta da Fortaleza da autoria de Luís Benavente[239]. 2ª Imagem: Planta da Fortaleza com indicações escritas das intervenções[240]. 3ª Imagem: Fortaleza de São Filipe, Ribeira Grande, Ilha de Santiago. Planta Geral[241].

Benavente *"Estudou e levantou o traçado da antiga linha da Muralha da Cidade da Ribeira* Grande, *com suas portas, fortins, troços de muralha"* entre outros trabalhos

[238] Ibidem
[239] Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. [Em linha].(s. d.). [Consult. a 02.02.2015]. Disponível em: culturalcaboverde.blogs.sapo.pt402 × 376.
[240] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf
[241] Fonte: Instituto dos Arquivos Nacional/ Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/Arquitecto.

realizados nesta altura[242]. De 1999 a 2003, grandes trabalhos de consolidação de monumentos foram realizados pela cooperação espanhola e pelo Governo de Cabo Verde, de entre os quais os efectuados na Fortaleza de S. Filipe, no forte do mar, para além da requalificação das ruas e habitações, como revelam as imagens da figura 14[243], em que se pode apreciar, o antes e o depois destas intervenções.



antes – depois antes – depois



antes – depois antes – depois

Figura 14 - A Fortaleza de S. Filipe, e a Muralha do Mar, antes e depois da consolidação (1999 a 2003)[244].

Em 2009, a Cidade Velha foi classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, após longos anos de pesquisa sobre a sua importância histórica e trabalhos de recuperação do tecido urbano, e em monumentos e edifícios de destaque.

1.2.1 Troca de Correspondência oficial (anos 60), com vista a acelerar o processo de restauro da Fortaleza de S. Filipe.

Intensa troca de correspondência[245] entre entidades oficiais da "Província" e de Portugal, dos serviços ligados ao urbanismo, e entre o Governador de Cabo Verde e o

[242] Ibidem
[243] Neste âmbito foram também realizados trabalhos de consolidação nas habitações e nas ruas e ruelas da cidade.
[244] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Ministro do Ultramar e demais entidades oficiais do Estado Português, teve lugar aquando da preparação dos projectos de restauro da Fortaleza, sua aprovação e a disponibilização de um montante, consoante o orçamento apresentado, com vista a se dar início aos trabalhos. Estes ofícios encontram-se desarrumados e desordenados e em mau estado de conservação, na caixa[246] a que tivemos acesso no Arquivo Histórico Nacional. Havia urgência em que o processo andasse depressa, como expressa o Governador em vários ofícios, dado que se pretendia inaugurar a Fortaleza, após o restauro, por altura da celebração dos quinhentos anos da descoberta de Cabo Verde. Apresentamos um breve resumo, por ordem da data de cada um dos ofícios, desta troca de correspondência, dada a sua importância, e apresentamos o conjunto da correspondência no Anexo Documental I (1 a 14), para uma leitura e apreciação mais cuidada, para quem se interesse em aprofundar mais este tema.

Acerca destes trabalhos realizados na Fortaleza, o Ministério do Ultramar, através da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações, envia ao Governador da Província de Cabo Verde, de Lisboa, a 17 de Dezembro de 1960, para conhecimento, uma cópia da informação nº 495/Julho/60, da 2ª Fase das Obras de Restauro da Fortaleza Real de S. Filipe, com as transcrições do parecer daquela Direcção Geral e do despacho Ministerial de concordância, acompanhada da memória descritiva e justificativa de 08.03.1960. Acompanhava este documento os desenhos 7 e 8, que não encontramos na referida pasta, e não foi possível localizar, pelos funcionários do Arquivo Histórico de Cabo Verde. A memória descritiva de 25 de Novembro de 1960 tem a assinatura do arquitecto José Luís Amorim, e o despacho concordante da D.S.U.H. de 28 de Novembro de 1960 está assinado por Armando Girão.

O Ofício 1203/209. Proc. JLA/FL do Ministério do Ultramar, Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações, dirigida ao Senhor Governador da Província de Cabo Verde, datada de 19 de Março de 1959, foi remetida a Lisboa, assinada pelo Director Geral, Eugénio Sanches da Gama, carimbada com o nº de entrada 371, Proc. 001, da Província

[245] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março de 1959 – Abril de 1961. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[246] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março de 1959 – Abril de 1961. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

de Cabo Verde, Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas A. E Cadastro, com assinatura em baixo do funcionário, pouco legível (último apelido, Ferreira (?). O Assunto está descriminado: solicitação da planta de localização dos edifícios vizinhos à Fortaleza, fotografias para se ter uma ideia do estado geral da construção e outros elementos existentes nos arquivos das ilhas ou de outra origem, sobre a história do monumento, ou ainda indicações bibliográficas e publicações para serem identificadas na *"metrópole"*. Identificamos um outro Ofício do Governador de Cabo Verde, Silvino Silvério Marques, Major do C.E.M., ao Senhor Ministro do Ultramar, de 18 de Abril de 1959, em que se refere a três pontos: a remessa de ozalites da planta da Fortaleza, único encontrado nos arquivos da repartição de Obras Públicas; envio de fotografias; solicitação de tudo o que respeitasse à Fortaleza e que estivesse no Arquivo Histórico Militar e na Torre do Tombo, e também da época dos Filipes pois, só poderia enviar fotografias das ruinas que existiam. Em anexo, uma sinopse da remessa (2 páginas). Mais um Ofício do Governador de Cabo Verde, Silvino Silvério Marques, Major do C.E.M., ao Senhor Ministro do Ultramar, de 12 de Junho de 1959, que acompanha o envio de dezoito fotografias de aspectos mais salientes das ruinas, dois osalides da planta da Fortaleza, dois ozaluides dos alçados. Em anexo, uma cópia da sinopse da remessa (Anexo Documental II).

É de realçar também o Ofício do Director Geral, Eugénio Sanches da Gama, ao Governador de Cabo Verde, Silvino Silvério Marques, Major do C.E.M., ao Senhor Ministro do Ultramar, de 6 de Agosto de 1959, em que este refere-se ao despacho de 28 de Junho do Subsecretário do Fomento do Ultramar, de 28 de Julho daquele ano, que este lhe enviara. Há também uma Informação com o nº 206/UH, com o título, *Restauro da Fortaleza de S. Filipe Cabo Verde*, com o parecer da Direcção Geral que ele dirigia e o Despacho Ministerial, solicitando uma informação do Governador (Anexo Documental II).

Por estes documentos e o tempo requerido para o Despacho Ministerial, verificamos que não houve morosidade, pelo contrário, tudo decorreu com celeridade, com vista ao início dos trabalhos de restauro, tendo em conta a data das ditas celebrações. Em anexo a este ofício, um documento que, para além de indicar em A os documentos existentes

no Arquivo Histórico do Ultramar (manuscritos e plantas da Fortaleza de S. Filipe da segunda metade do sec. XVIII, junto a de outras fortificações) e em B, a descrição do destino a dar à Fortaleza, que se devia definir, assinado pelo arquitecto Luís Amorim de 20 de Julho de 1959, que traz o parecer de Eugénio Sanches e o Despacho de 28.VII.59 com a assinatura de C. Abecassis. A proposta do destino a dar à Fortaleza foi a da construção de uma Pausada ou de um Museu, sendo o parecer de José Luís Amorim mais favorável à Pausada, porque os custos seriam menores mas, propõe uma consulta ao Governo da Província, que julgaria o que era mais conveniente. No que respeita às fotografias das ruínas existentes, dado que os serviços de Microfotografia estavam paralisados, propõe-se a contratação de um fotógrafo. Eugénio Sanches foi de parecer favorável, dado que as obras seriam para a celebração das Comemorações Henriquinas. Acerca dos trabalhos para a Fortaleza e para o Museu, este era de opinião que não haveria materiais para o volume de obras da Fortaleza, e que a sua conservação como Pausada seria mais simples, para além de tornar conhecida a ilha de Santiago (escreve S. Antão, em vez de Santiago). Chama a atenção para que o restauro respeitasse as dimensões originais.

O Despacho de Abecassis é breve: *"Quanto à microfotografia, o Núcleo de Documentação Técnica já devia estar em condições de a efectuar, e deverá ser-lhe cometida".* Indica que se ouvisse o Governador da Província para os outros assuntos. Seguidamente o Parecer da D.S.U.H – Direcção dos Serrviços de Urbanismo e Habitação, aponta os seguintes aspectos: a urgência do processo porque a restauração da Fortaleza devia-se incluir nas Comemorações Henriquinas; Os desenhos feitos tinham sofrido alterações sugeridas pelo engenheiro Major Freitas Morais, Professor de Fortificação da Academia Militar, que sugerira que *"a fábrica ou pelo menos o seu aspecto à vista* " fosse a sua construção em pedra e barro; informa que a construção de um *"abrigo-café"* – casa de chá, a construir na Fortaleza, já estava autorizada pelo Sub-Secretário, sob proposta da Província (Governador da Província) e que pensava que a utilização do espaço restante para Museu arqueológico seria muito apropriada, mas que devia ser ajardinado, caso a munutenção fosse possível, caso contrário, devia ser ensaibrado. Tudo devia pois, ser enviado a Cabo Verde para execução. Propõe ainda que se enviasse uma cópia do processo ao Professor Major Engenheiro Freitas Morais,

manifestando o reconhecimento da Direcção Geral, pela valiosa e pronta colaboração. Assina, Armando Girão, a 24/02/1960. Agradecimento proposto pelo mesmo a 29.02.1960 com parecer favorável e despacho de 01.03.1960 de C. Abecassis.

Todos os pareceres já identificados têm a validação da Secretaria da Direcção do Serviço correspondente, a data, a assinatura do 1º Oficial, com o seguinte dizer, habitual nestes ofícios: Está Conforme[247].

Estes documentos, para além de certificarem que o restauro da Fortaleza era urgente devido às Celebrações Henriquinas, revelam os pareceres de cada um dos intervenientes neste processo. Revelam também que a situação económica limitava a tomada de decisões e a opinião dos intervenientes, que optavam pela escolha de obras mais acessíveis financeiramente, mas em que o interesse turístico era um indicativo comum, sendo de interesse indicar que as decisões finais cabiam sempre ao Governador da Província. O aspecto da vista exterior "pedra e barro" foi preocupação da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação. O engenheiro Freitas Morais, da Academia Militar, participou no processo, o que devia dar mais credibilidade às obras. Este procedimento seria portanto contestado mais tarde, pois disso advinha a rápida deteorização e ruína da Fortaleza.

Seguem-se mais ofícios acerca destes assuntos: O ofício que acompanha o envio de mais fotografias e ozalides ao Ministro do Ultramar pelo Governador da Província Silvino Silvério Marques (12 de Junho de 1959); o Ofício (D/ML 502/500) enviado ao Presidente da Comissão das Comemorações Henriquinas e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, de 13 de Agosto, enviado pelo Chefe dos Serviços, Tito Esteves, engenheiro Chefe, solicitando auxílio da União Nacional para os trabalhos, e informando sobre a nomeação de um grupo de trabalho *"para tratar especialmente das coisas da Cidade Velha",* remetendo cópia dos ofícios do Governo sobre a restauração da Fortaleza, e do Processo, com os despachos do Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino; Um ofício do Governador a esta mesma entidade, de 25 de Outubro de 1959, em que solicita o apoio desta Instituição e nomeia os seguintes trabalhos

[247] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 339. Março de 1959-Abril de 1961. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

pretendidos: a restauração da Fortaleza, a conservação das ruínas existentes de outros antigos edifícios da Cidade Velha e o arranjo da actual povoação *"por forma a oferecerem-se condições de atracção ao turismo e um ambiente de dignidade ao que existente das edificações antigas a conservar*" . É de destacar que de entre estes ofícios, identificamos um em que se nomeia um grupo de trabalho para *"cuidar das coisas da Cidade Velha"* pelo despacho nº 16, no B.O. nº 36 de 5 de Setembro de 1959. Um ofício foi enviado ao Director do Gabinete de Informação pelo Chefe dos Serviços Tito Esteves, que presidia a Comissão, a 26 de Novembro de 1959[248].

De Fevereiro de 1959 a Agosto de 1960, muitos ofícios enviados pelo Governador da Província a entidades do governo no continente e aos serviços ligados a este processo, ao Governador Geral do Estado da Índia, com vista a viabilizar as obras e o despacho final. De entre estes, um ofício do Governador Silvino Silvério Marques, de Novembro de 1959, ao Governador Geral do Estado da Índia, com sede em Goa, solicitando *"a fineza da remessa", com a possível urgência"* do relatório da *"Comissão incumbida de estudar as ruínas da Cidade de Goa e de outros elementos de reconhecido merecimento",* sobre as obras de restauro da Cidade Velha, e de tudo o que pudesse ser útil. Havia, portanto, interesse em aproveitar a experiência da Índia no que respeita ao restauro das ruínas da cidade de Goa. A 18 de Abril de 1961, uma nota do Conselho do Governo nº 26/40/961, do Secretário do Conselho do Governo, Honorato Ferreira L. Benrós, enviada ao engenheiro Chefe dos Serviços das Obras Públicas A. e Cadastro, devolvendo-lhe o conjunto do processo em causa, que havia recebido, e o parecer favorável do Governador que o homologou. É enviada uma Cópia da Informação dos Serviços da República ao Engenheiro Chefe dos Serviços de Obras Públicas A. e Cadastro, o orçamento para a conclusão das obras de restauro da Fortaleza, num total de 159.000$00 a 08.04.61. Esta vem com a assinatura do desenhador José Freire, a que se segue o parecer do chefe dos Serviços, que reclama o orçamento para as ferragens do portão sul, solicitando 165 contos, com o despacho do governador, a seguir, concordando e aprovando-o, a 7 de Abril de 1961, tendo no final a assinatura do chefe de Secretaria, Edmundo de Oliveira Ramos. Não há notícia, no Arquivo Histórico da Cabo Verde, da restante documentação do desbloqueamento ou homologação do

[248] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 339. Março de 1959-Abril de 1961. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

orçamento geral para as obras de restauro, nem da homologação de parcelas deste montante. O Orçamento Geral era de 1.474.108$00, dividido em parcelas, consoante os doze capítulos que o compunham[249].

1.3.Restauro da Fortaleza – análise da memória descritiva.

As obras realizadas na Fortaleza sob a Direcção de Luís Benavente seguiram um plano de trabalho realizado pelo mesmo, a que juntou as Plantas da Fortaleza com as intervenções a serem realizadas, as memórias descritivas de cada intervenção, as Medições e o Orçamento. Este Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe[250]contém: a Planta Geral com a indicação das construções interiores: casa do Governador, da Praça, Casa da Guarda, Casa da guarnição (o abrigo para a Juventude), e Cisterna (Alçado noroeste, alçado sudoeste; alçado sudeste); A Planta Geral com a indicação da entrada de água potável; a memória descritiva de cada um destes edifícios; A Planta com indicação das medições da cada um destes edifícios[251]; Planta Geral da Fortaleza de S. Filipe com a indicação das construções interiores e da cisterna. Estas plantas estão representadas nas imagens da figura 15 (ANEXO XIII).

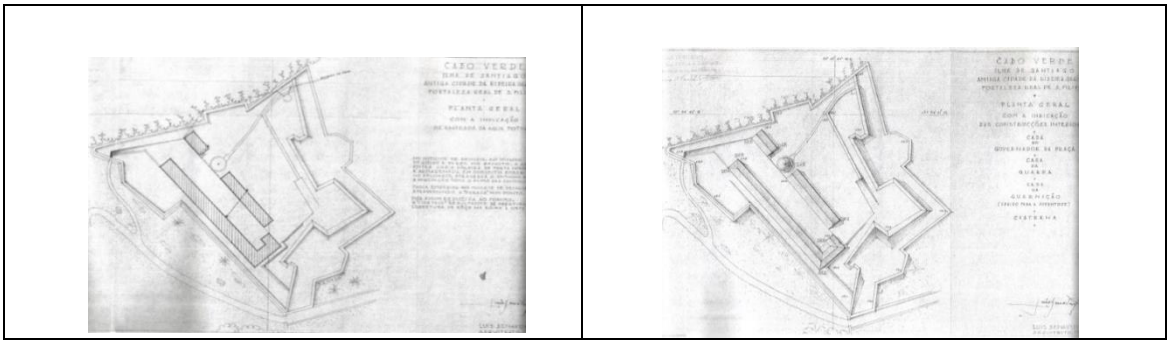


Figura 15 - 1ª Imagem: Planta Geral da Fortaleza de S. Filipe com a indicação das construções interiores e da cisterna[252]. Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais. (Originais e cópias). Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 2ª Imagem: Planta Gral da Fortaleza. Fonte: *[Planta Geral da Fortaleza*] . (Com indicação da entrada de água potável). Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe.

[249] Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819 MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[250] Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[251] Traz a seguinte nota: Não tem alçado Noroeste. Esta função é desempenhada pelas arribas sobranceiras ao Vale da Ribeira Grande.

252

Março 1959-Abril de 1961. Escala *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Junta também Plantas da Fortaleza, de todos os alçados, pertencente aos Serviços das Obras Públicas e Comunicação, representados na imagem da figura 16 (ANEXO XIII).

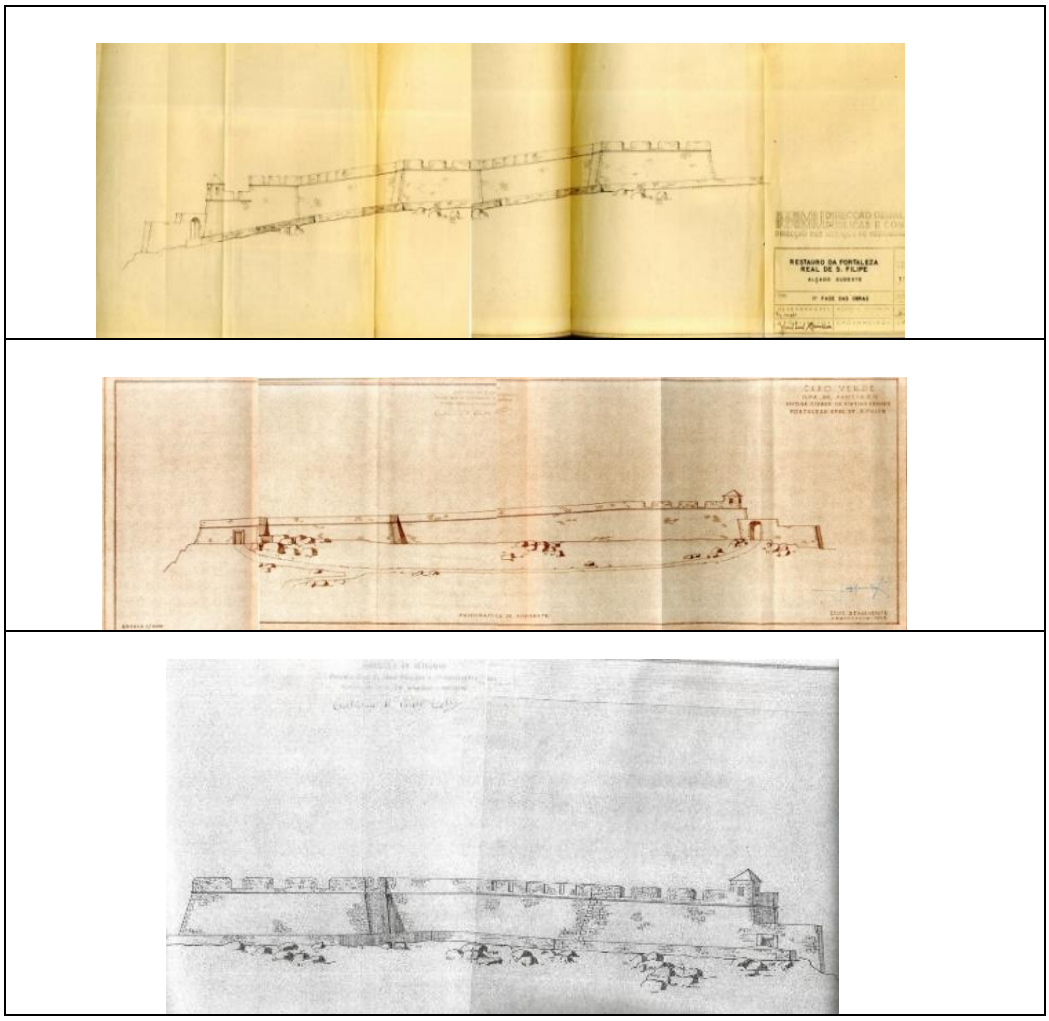


Figura 16 – 1ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de sudeste[253]. 2ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de Sudoeste[254]. 3ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de noroeste[255].

[253] Fonte: *[Panorâmica de sudeste]*. *[Escala 1/200]*. Assinatura de Luís Benavente. Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. Escala *[0,5 cm];* originais e cópias. (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[254] Fonte: *[Panorâmica de Sudoeste]*. Escala *[1/2000*]. (Assinatura de Luís Benavente e de uma outra entidade, a azul, em cima e em baixo). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[255] Fonte: *[Panorâmica de noroeste*] (cópia reduzida). Escala *[1/500*]. (Assinatura de Luís Benavente). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Março 1959-Abril de 1961 Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

A memória descritiva respeitante à construção do interior da "Casa do Governador da Praça", representada nas imagens da figura 17, revela que esta era a mais importante construção do conjunto das obras realizadas no interior da Fortaleza, e a que mais arruinada se apresentava *"mercê certamente dos processos pouco sólidos das suas alvenarias"* e devido à sua localização junto do baluarte sul, *"que devido ao seu elevado nível de relação a uma das suas paredes longitudinalmente fez com que esta tivesse de desempenhar a função de muro suporte"*. Não resistira à água das chuvas, e todo o conjunto desmoronou, incluindo as paredes transversais que a serviam de âncora. Foi realizada um levantamento de todo o conjunto, a fim de se delinear uma construção que fosse a *"reconstituição fiel da anterior"*. Dicidiu-se, a conselho oportuno, preparar uma instalação que pudesse abrigar *"altas figuras da nação no desempenho de suas funções oficiais"*. Com efeito, foram construídos dois *"appartements de bom nível"* no extremo da casa, servidos por uma entrada independente com uma sala de recepção, quartos de dormir, providos de guarda-fatos e casas de banho, e no extremo desta parcela, uma sala de jantar para poucos convivas, com ligação a uma cozinha e dependências, enquanto esta estava preparada, no lado oposto, a servir de uma grande sala de jantar para refeições oficiais, que podia servir de Sala Museu.

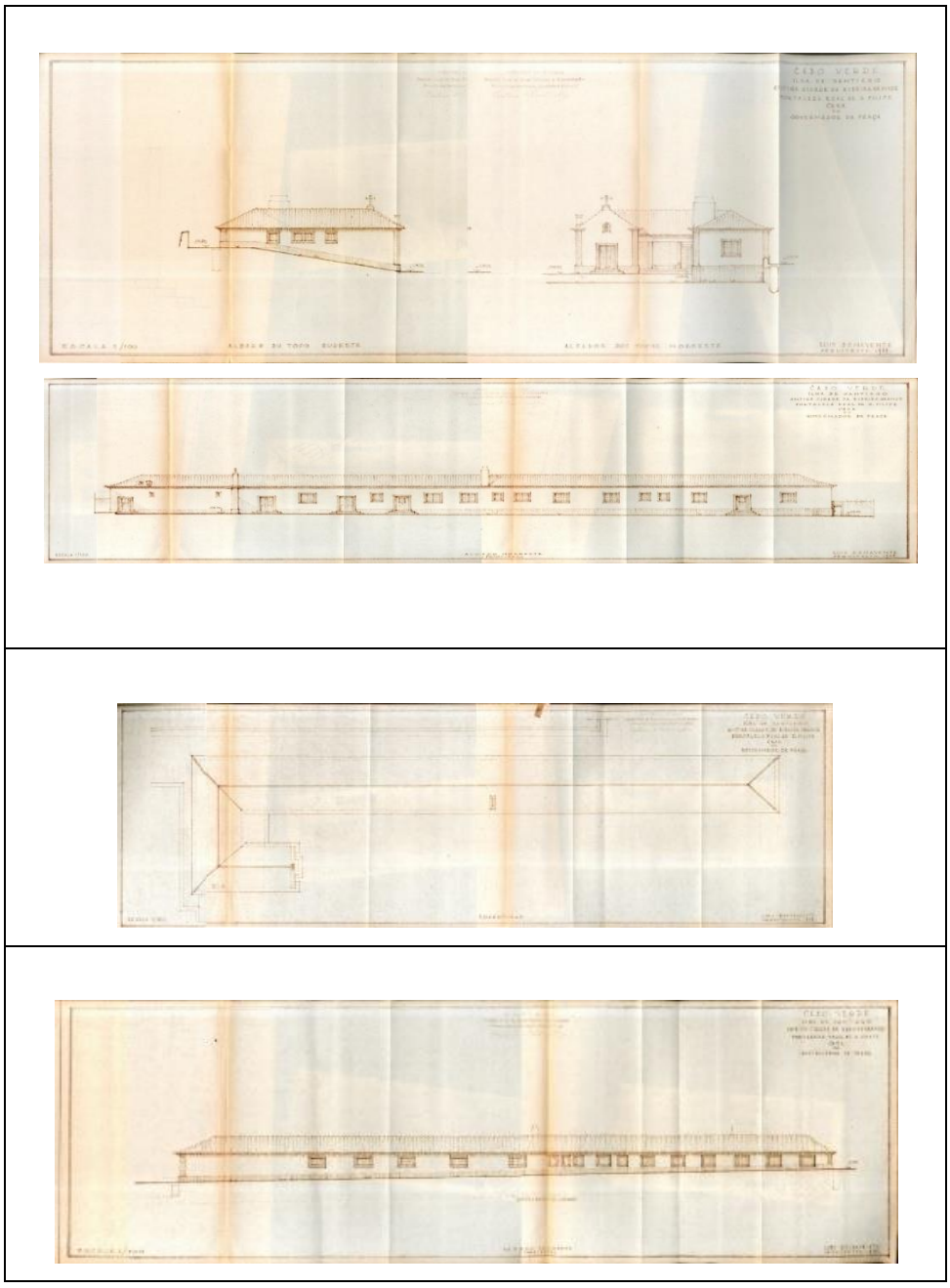


Figura 17– 1ªe 2ª Imagens: Projecto da Casa do Governador da Praça – alçado do topo sudeste; Casa do Governador - Alçado do topo Nordeste. 3ª Imagem: Casa do Governador - Alçados do topo Noroeste. 1969. 4ª Imagem: Casa do Governador da Praça – coberturas. 5ª Imagem: Alçado do Topo Sudeste posterior. Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. 1969. Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Provavelmente, a necessidade e vontade de se criar um Museu nesta cidade vem desta época, pois este é o primeiro documento oficial que identificamos a respeito desta problemática. As imagens da figura 17 indicam as plantas dos edifícios já identificados, existentes no interior da Fortaleza (ANEXO XIII).

No Processo em causa constam ainda, além das memórias descritivas, os cortes da Casa do Governador com as medidas de todos os locais de intervenção, incluindo a capela de S. Gonçalo, da Casa da Guarnição, da Casa do Guarda, da Cisterna, do pavimento, com as medidas de lugares de intervenção, e trabalhos a serem realizados, como representam as imagens da figura 18[256].(ANEXO XIII).

A Memória descritiva da reconstrução da Fortaleza, Construção de interiores [257] contempla: a Casa do Governador da Praça, a Casa do Guarda, a Casa de Guarnições, a Cisterna, a Capela de S. Gonçalo e as respectivas medições e orçamento. Apresenta memórias descritivas de todas as construções mas de modo sintéctico, pelo que apenas nas medições e orçamentos se tem uma ideia pormenorizada dos trabalhos realizados em cada um dos edifícios. Na Descrição da Fortaleza Real de S. Filipe[258] da correspondente memória descritiva, Luís Benavente refere que este edifício é um importante documento histórico de arquictura militar do século XVI, mandado construir por Filipe II de Espanha quando foi Rei de Portugal, com a finalidade de proteger a cidade da Ribeira Grande contra a possibilidade de ataque dos holandeses e explica que foi feita em virtude da opinião régia de que o conjunto defensivo constituído pelos fortes existentes não era suficiente para tal missão. Refere que é um conjunto abaluardado segundo o sistema oportuguês e que era nitidamente uma fortificação portuguesa, no seu entender.

[256] Estas plantas encontram-se em muito mau estado de conservação.
[257] Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador da praça, na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. *[1 cm]*. Cópia. Assinatura de Luís Benavente. Cx 1779. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[258] Ibidem

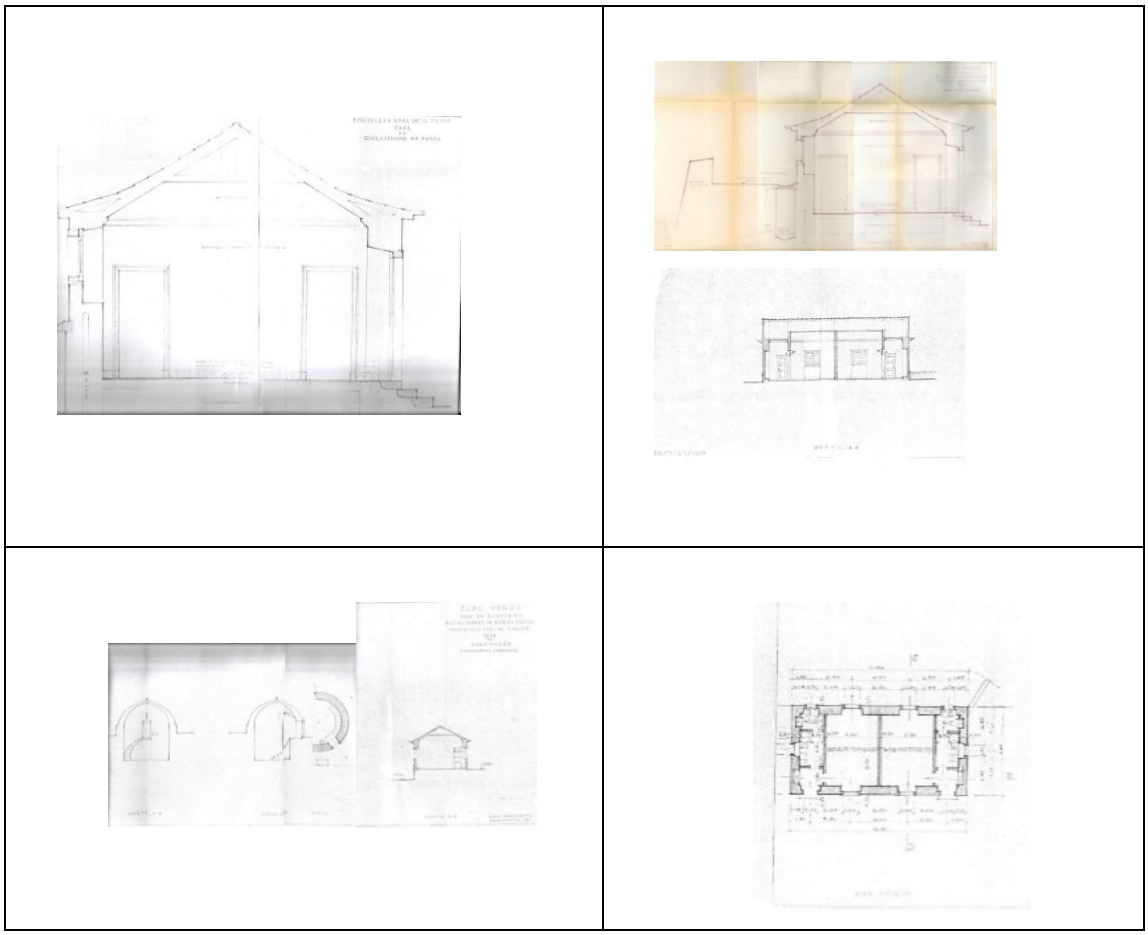


Figura 18 - 1ª Imagem: Casa do Governador - Corte AB; **2ª Imagem**: Casa de Guarnição - Corte AB e CD. **3ª Imagem:** Cisterna - Corte AB e CD. Planta da Cisterna. **4ª Imagem**: Planta dos dormitórios. **Fonte**: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Para Luís Benavente o *"modo de lançamento dos "orelhões"*, dos panos rectos de muralha alta *"providos de escabuzeiras em relação com os anteriores*", eram sinais que demonstravam que não houve qualquer intervenção que não fosse *"nitidamente portuguesa"*, embora alguns técnicos italianos de fortificações oferecessem os seus préstimos, sendo que muitos cumpriam missões nesta área. Mostra-se preocupado em não poder *"deslindar"* este assunto, se havia ou não influência italiana na construção da Fortaleza, por falta de tempo e porque a tarefa prioritária era a restauração, obra que lhe tomava todo o tempo, embora não tivesse desanimado, ou perdido ânimo, em fazê-lo. Junta à esta descrição, uma série de plantas, como afirma, à escala 1/500, em que estão inscritas as construções interiores, a entrada de água potável com os seus ramais primários, a rede de esgotos e a indicação do modo como, com o mínimo de

visibilidade, fazer a entrada da corrente electrica para a iluminação, mais as restantes aplicações. Explica que seguidamente, expôs através de alçados à escala 1/200, a expressão arquitectónica exterior do complexo defensivo, a fim de elucidar acerca da expressão do amuralhado da Fortaleza, plantas que apresentamos nas figuras 17 e 18 (as que estão na escala 1/200 foram reduzidas e fotocopiadas, não se apresentando muito claras).

Explica ainda que a panorâmica do nordeste tem à sua frente a Achada do Forte, *"a que se lhe opõe de sudeste, olha paralelamente ao mar, a de sudeste toda a série de relevos que desse lado se estende até ao oceano*", pelo quarto alçado, não existia, pois constava de arribas que do alto da fortaleza crescem até ao profundo vale da Ribeira Grande. Apresentamos estas plantas referidas na imagem da figura 18. Apresenta ainda documentos dos trabalhos pormenorizados de cada um dos edifícios, as memórias descritivas a seguir mencionadas e as medições: Memória descritiva da casa do Governador, da Casa da Guarda, da Guarnição com as respectivas medições.

A memória descritiva explica que a Casa do Governador, a mais importante do conjunto, era a que estava mais arruinada. Vem acompanhada dos mapas já referidos. Sublinha-se a necessidade de se seguir fielmente a construção existente, interiormente e exteriormente. No interior, estava previsto uma instalação para abrigo de altas figuras da nação, durante as funções oficiais desempenhadas por estes, quartos de dormir, quartos de banho, cozinha e uma sala de jantar ampla que poderia servir de Sala Museu *"com um repositório de gravuras de assuntos militares antigas*", que serviria também para lhe tirar o *"ar despido"*. Há uma referência à capela de S. Gonçalo, *"que devia representar a anterior nas suas dimensões e posição"*. É a primeira vez que identificamos uma alusão à capela anterior a esta, mas ainda assim, não há referência a uma ermida. Todo este conjunto deveria ser devidamente trabalhado, no exterior (trabalhos na parede longitudinal para obter *"uma conveniente estanquicidade"* assinalados na planta), como no interior, incluindo os acabamentos (arranjos nos guarda roupas dos quartos, instalação de azulejos e louças novas nas casas de banho e na cozinha, pisos refeitos, pintura em todos os cômodos). A memória descritiva da Casa do Guarda especifica que teriam as suas instalações três funções, mantendo-se a construção

existente, mas dando-lhe destinos de acordo com a época. A pequena habitação central serviria para um guarda permanente, que desempenharia também a função de cicerone ou guia. Duas instalações laterais serviriam para os que se estacionariam na Fortaleza durante a permenência do Governador, de oficiais, e uma outra para uma pequena força militar, segundo a sugestão de Benavente, que mantivesse o respeito pelo edifício e evitaria *"os desmandos"* da polícia. A memória descritiva da Casa da Guarnição expõe, logo no início, que esta edificação passaria a ser um abrigo para a juventude, mas que pretendia-se que guardasse o seu aspecto exterior com um caracter idêntico ou semelhante. As dependências interiores iguais para os dois sexos, eram compostas por um átrio de entrada, que tinha acesso directo aos dormitórios, ao vestiário e às instalações sanitárias. Previa-se armários imbutidos na parede do quarto e leitos sobrepostos, para rentabilizar o espaço que era exíguo. As memória descritivas assinaladas têm a data de 30 de Dezembro de 1969. As medições indicam o volume de trabalhos a serem realizados, nomeadamente, as demolições (100 m2), Movimento de terras (591,00 m2), Alvenarias (2,00 m2), "Beton" (110,00 m3), cantarias (107,00 ml +49,00 (não inclui a capela), coberturas (671,00m2), revestimentos dos alçados (420,98 – com a ressalva de que não incluia a capela), pavimentos (297,00 ml), para além de indicação de portas e janelas, materiais de canalização, mobiliário e o capítulo dos *"Diversos"*. O orçamento indica um total de 1.474.108$00 para estes trabalhos e traz a data de 5 de Julho de 1970, tendo a assinatura de Luís Benavente. A indicação de medições e orçamento foi realizado parcelarmente, mas algumas medições e também a indicação de orçamento da Capela de S. Gonçalo, estão indicadas separadamente, talvez por serem próprios de um edifício religioso.

O restauro da Fortaleza foi continuado após as Celebrações Henriquinas e do 500º aniversário da descoberta de Cabo Verde, com a 2ª Fase de trabalhos, que contou com construções e reconstruções na Fortaleza. O processo correspondente contempla um conjunto com uma Planta da Cidade da Ribeira Grande, três plantas da Fortaleza com o desenhos das obras a serem realizadas, uma planta de localização dos espaços em que a restauração ia ser realizada, uma planta de localização da Fortaleza, uma da ilha de Santiago, sinalizando-se a cidade da Ribeira Grande, duas plantas parciais da Fortaleza,

estas com pormenores das intervenções a serem realizadas, como revelam as imagens da figura 19[259](ANEXO XIII).

.



Fig. 19 - 1ª, 2ª e 4ª Imagens: 3 Plantas da fortaleza com o desenhos das obras a serem realizadas. **3ª Imagem**: Planta da cidade da Ribeira Grande; **5ª Imagem**: 1 planta de localização da Fortaleza; **6ª**

[259] Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça da Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. *[1 cm*]. Cópia. (Assinatura de Luís Benavente). Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Imagem: 1 planta de localização da Fortaleza e uma da ilha de Santiago, sinalisando a cidade da Ribeira Grande; **7ª e 8ª Imagens**: Pormenores das intervenções a serem realizadas na Fortaleza[260].

Estes trabalhos de restauro, que tiveram uma segunda fase, contemplaram o "Abrigo-café" que devia localizar-se na ala das construções do interior, da 1ª fase, a Casa do Governador, a Casa do Guarda, aproveitando-se a construção existente (figura 16). Foram realizados trabalhos no Portão Sul, que devia ser uma réplica o quanto possível do original, e o portão da cidade, que beneficiaria de trabalhos de restauração, segundo o ofício do Ministério do Ultramar, Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, nº 6294/1295/UH, Proc. Ac 15, em concordância com o projecto, enviada pelo Director Geral, Eugénio Sanches da Gama, a 17 de Dezembro de 1960, ao governador Geral da Província de Cabo Verde. O Governador dá o seu Despacho sob este ofício, em que solicita 6.000$00 para o pagamento dos trabalhos, a 27.02.61, que endereça à Secção de Contabilidade a 28.02.61. Não há documentos outros, ou orçamentos e medições. Seguem-se, *"Concordo*" e Vistos dos serviços, datados e assinados (não se consegue decifrar as assinaturas dadas). Numa delas pode-se ler: *"... foi acordado (?) verbalmente a inclusão de 1 ajustamento para os guardas-criados e de um pequeno museu"*, pelo que deduzimos que havia interesse na construção de um Museu, mas não pudemos clarificar se ficou apenas a intenção ou se de facto foi realizada esta ideia apresentada. No verso, o "Parecer" (nº 495/60) de Eugénio Sanches da Gama, de 02.12.60, que sugere contactos com o Governador, que se encontrava em Lisboa, para de assentarem ideias definitivas acerca do abrigo-café, o despacho de concordância de Adriano Moreira, de 06.12.60, com dois pontos (não conseguimos decifrar a letra) escritos em letra caligráfica.

A informação da 2ª fase das obras faz referência aos antecedentes, e se esclarece que dado à urgência da realização das obras, tinham ficado alguns problemas dependentes não apenas da oportunidade de serem realizados, em presença de outros trabalhos que deviam ser entregues com maior brevidade, como também levantamentos parciais pormenorizados, pedidos na altura à Província. Pretendia-se a continuação dos

[260] Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

trabalhos, a começar pelo envio à Província dos seguintes elementos: Anteprojecto do abrigo café, que mais tarde seria actualizada com o estudo definitivo; Uma clarificação no respeitante ao Portão Sul, que devia ser uma réplica do original, em que se devia empregar madeira de undianuno da Guiné, ou semelhante, que convinha que fosse executado manualmente o mais possível *"de modo a que o seu aspecto não se possa ressentir da intervenção de ferramentas que não existiam na época original"* . Mais se esclarece que as dobradiças e aldrabas deviam ser executadas de ferro forjado e caso não houvesse artífice competente em Cabo Verde, dever-se-ia encomendar de Portugal parte da serrelharia civil. Acerca do Portão da Cidade sugere-se que deveria ficar desguarnecido de caixilho, conservando-se apenas as ombreiras, pois não se justificava que esta porta, que constituía o único acesso à cidade fosse fechada. Assina o arquitecto José Luís Amorim em Lisboa, a 25 de Novembro de 1960. Segue-se a concordância da D.S.U.H. de 28 de Novembro de 1960, e a validação – Está conforme – pela secretaria da direcção dos Serviços de Urbanismo e habitação, de 15 de Dezembro de 1960, com a assinatura do 1º Oficial, Miguel Duarte Silva (3 páginas).

Uma memória descritiva foi realizada para a construção de um Abrigo - Café[261] que devia localizar-se dentro da Fortaleza, sugerida pelo Governador Major Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, ao abrigo do ofício 900 de 24 de Setembro de 1959 que previa *"um compartimento onde se pudesse ser servido café da província e um ou outro prato regional aos turistas que visitassem a Cidade Velha. Instalações sanitárias e um pequeno compartimento para exposição e venda de recordações e de artigos de fabrico local"*[262]. Estava prevista a construção de um edifício de um só piso com cobertura em terraço, com capacidade para 20 turistas, como revelam as imagens da figura 20. Depois de descrever o edifício, já no final do documento, indica-se que se devia assinalar com um cruzeiro, o local onde ficava a capela de S. Gonçalo, com uma imagem deste santo (S. Gonçalo) e uma inscrição que desse uma nota histórica e de interesse, em frente ao café.

[261] Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de urbanismo. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[262] Ibidem

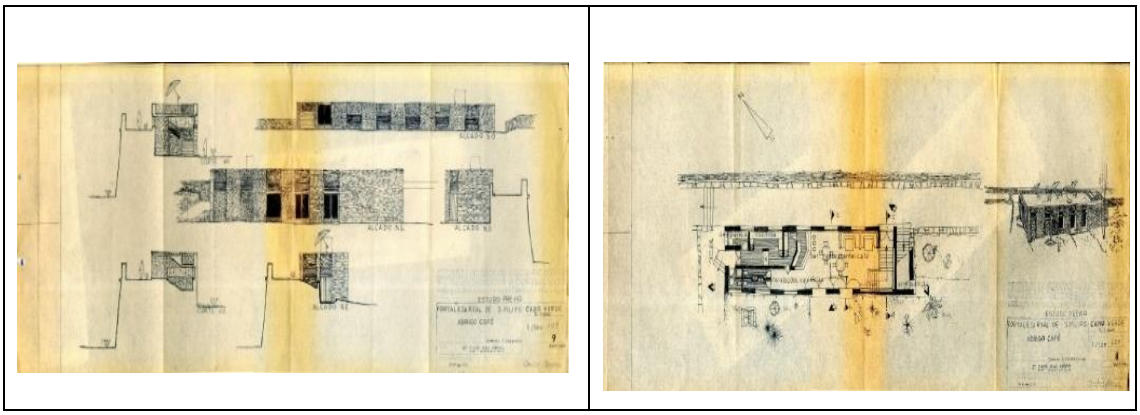


Figura 19 - Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da praça da Fortaleza Real de S. Filipe. Casa do Governador, Casa de Guarnição e Abrigo-Café.Fonte: Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça da Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. *[1 cm]*; cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Este documento é de 8 de Março de 1960 e está assinado por Rodrigo Guilherme Sampaio Viola, representante dos arquitectos, e Armando Girão, Engenheiro Director, fazendo estes parte da Comissão de Revisão. Não pudémos ter a confirmação se esta obra se realizou, mas dados arqueológicos expostos no item que se segue, referem-se a estas construções (ANEXO XIII).

.

1.4.1. Intervenção arqueológica na Fortaleza – resultados acerca da Capela de S. Gonçalo.

A Cooperação espanhola realizou intervenções arqueológicas na Fortaleza[263], a primeira actuação do Governo da Espanha no âmbito da celebração do quarto centenário de Filipe II de Espanha, e Iº de Portugal, monarca que havia decidido a edificação da Fortaleza, construída nas últimas décadas do sec. XVI. Nestas intervenções foram

[263] CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña). Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. Grafo, S.A. Bilbao. (s.d), p. 15.

mantidas quase na íntegra as realizadas por Portugal em 1960[264]. Foram realizadas em Maio e Junho de 1999, e foram possíveis graças a um acordo entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e o Ministério da Cultura da República de Cabo Verde, com vista à consolidação e reabilitação deste edifício, que foi residência do Governador de Cabo Verde, após a sua construção em 1769, aquando da transferência da sede do governo para a Cidade da Praia.

Iniciada durante o reinado dos Filipes, a Fortaleza de S. Filipe foi concluída em 1592 após os ataques de Emanuel Serradas, partidário de D. António Prior do Crato, em 1583, que aspirava a coroa portuguesa, e do ataque de Francis Drake em 1585[265]. Fica localizada num lugar estratégico, uma plataforma rochosa em Achada Forte, a 115 metros acima do nível do mar, dominando a cidade e o seu porto. A muralha desta fortaleza tem 474 metros e todo o conjunto defensivo edificado perfaz uma superfície de 6.000 m2. Uma estrutura paralela desenvolvia-se no exterior da muralha como antemuro ou falsa braga, e estava representada como antemuro ou falsa braga nas plantas, na segunda metade do século XVIII (Plantas de Andrea). As escavações arqueológicas realizadas na Fortaleza abordaram a escavação como estratigráfica aberta ou em área[266]. Procuraram cumprir alguns objectivos: identificar os alinhamentos dos muros do perímetro interno e restabelecer a sua configuração; reconstruir a evolução da construção obtendo uma sequência estatigráfica dos lugares escavadas; analisar os materiais encontrados relacionando-os com a funcionalidade dos recintos e calibrar a sua importância económica nas últimas épocas; avaliar a veracidade da documentação escrita à luz dos registos arqueológicos; Minimizar as remoções de terra, tentando alterar o menos possível os vestígios arqueológicos. A superfície da Fortaleza foi dividida em áreas que se adaptaram aos objectivos descritos no projecto de intervenção.

[264] Para além de se avaliar o sistema de defesa projectado e construído para defender o porto e a cidade, servirá certamente de um instrumento que ajuda e orienta estudos nesta matéria, e permite localizar estes edifícios com mais facilidade. PEÑA, Carlos García (Professor Titular de la UCM) . In Cabo Verde – Fortalezas, gente e paisagem. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña). Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. Grafo, S.A. Bilbao (s.d), p. 15.

[265] ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres - Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real fortaleza de São Filipe. In *Cabo Verde – Fortalezas, Gente e Paisagem*. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña).Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

[266] A propósito deste tema o documento apresenta a seguinte bibliografia: HARRIS, Edward C. – *Princípios de estrategrafia*. Barcelona. 1991; PEREIRA, Daniel, A. – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto Caboverdiano do Livro. 1988. Fotos 2 e 8; CORREIA E SILVA, António – *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades porto*. CNCDP. 1988, p. 23.

No Plano estão identificadas as seguintes áreas, cada uma compreendendo os seguintes edifícios: A – Capela de S. Gonçalo, Casa do governador e Quartéis; B – Os Paióis; C – Porta SO e Plataforma 0; D – O terraço central; E – A Cisterna e o Canal de captação; F – Corredor Norte e a muralha noroeste; Áreas exteriores [267]. Os autores assinalam a falta de documentação e de fontes contemporâneas que classificassem a sua organização interna, e "em especial", pelas actuações anteriores a esta que haviam transformado os elementos arquitectónicos, dificultando a sua compreensão actualmente. Aponta-se o exagero que parece ter havido nos anos 60, em que ficaram praticamente eliminados os sinais de antiguidade dos baluartes e cavaleiros, e corroboram desta afirmação, com base nos planos do sec. XVIII, que provam que alguns elementos mais destacados da Fortaleza foram eliminados ou "reconstruídos" sem que se respeitasse a estrutura já existente. Entretanto afirma-se neste documento que a pesquisa da documentação relacionada com os trabalhos de 1960 foi infrutífera, e que apenas puderam consultar alguns planos do projecto original *"o qual pretendia transformar a Fortaleza num albergue para a juventude*". A este respeito, apresentamos no ponto anterior a este, documentação acerca das construções previstas em 1960, que este documento certifica existirem. Informa-se ainda que entre 1995 e 1996 uma equipa de arqueólogos caboverdianos trabalhou na Fortaleza, sendo um deles Carlos Tavares, tendo descoberto pavimentos das divisões e tendo realizado uma limpeza geral de cascalho e pedras. Foram catalogados os materiais encontrados durante as escavações, submetidos antes a uma classificação.

Dos trabalhos arqueológicos empreendidos, dos trabalhos técnicos efectuados e materiais recuperados durante as escavações pela equipa espanhola, foi possível, cruzando os dados documentais obtidos com os dados dos documentos das escavações arqueológicas, a realização de um esboço histórico das alterações sofridas pela fortaleza. Dado que não foi encontrado, pela equipa de arqueólogos, nenhuma documentação fiável anterior à construção da Fortaleza que indicasse haver um precedente, adianta-se neste estudo que seria estranho que no local não houvesse uma

[267] CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

estrutura defensiva anterior, mesmo que fosse uma simples atalaia, dado o importante controlo visual do actual edifício, esclarecendo que o desenho do ataque de Francis Drake, que apresentamos na imagem da figura 21, apresenta um forte no local da actual Fortaleza.

Um empredrado de pedra foi descoberto no recinto que ladeia todo o lado sul do pátio da Fortaleza. O seu aparecimento a este da capela, junto aos paióis e a porta sul confirmam a sua extensão. A este da capela, um alinhamento de pedras sobressai sob os restos originais do fecho este, como revelam a 2ª imagem da figura 21. Estes seriam restos mais antigos, localizados também no interior, mas sua cronologia ficou em suspenso porque não se levantou o empredrado para se certificar a sua continuidade. Não se sabe a data concreta do empedrado de pedra descoberto, deduzindo que seria no sec. XVII. No entanto em 1619 o governador D. Francisco de Moura manda realizar obras no muro sul, referindo-se ao estado de ruína da fortaleza e o desejo de construir fornos de cal, para continuar com os trabalhos de reparação. Deduz a equipa que posteriormente se fizeram reformas nos quartéis e a criação de novos recintos, tendo sido realizado o empedrado do pátio numa data anterior ao ataque de 1712[268].

[268] CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).



Figura 20 – Assalto de Drake a Santiago. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

Ao longo do sec XVII os governadores queixavam-se do estado de ruína e abandono das fortificações sendo que, quando Jacques Cassard atacou a cidade, o forte já estava em ruína, deduz a equipa em causa, que refere-se à progressiva decadência da cidade e ao agravamento do estado ruinoso da Fortaleza, apontando também que é neste século que se realizaram algumas reformas que afectaram a capela de S. Gonçalo, a Casa do Governador, a cisterna, e alguns muros fortes, ficando no entanto os quartéis, o flanco oeste e o antemuro exterior em ruínas. Continuando esta cronologia, indica o documento que em 1832, durante uma escala no beagle em Santiago, Charles Darwin visitou a Fortaleza e a descreveu, estando esta em estado ruinoso e abandonada. Afirma-se ainda que *"embora ainda neste século se tenham tomado medidas legais para evitar o saque das ruinas da Ribeira Grande, o deterioro prosseguiu até á restauração dos anos sessenta que significou a sua saída do esquecimento"*. Intervenções foram realizadas na porta da cidade, que se apresentava com um arco semi-circular de ladrilho para o exterior e arco de volta abatida, de ladrilho de grande espessura, que sustenta a carpintaria, voltada para a cidade. Esta porta localiza-se entre uma muralha que existia entre o baluarte de S. Gonçalo e o mar. Foi acampanada. A 2ª imagem da figura 22 apresenta a planta da Fortaleza com a indicação por escrito de todos os trabalhos a serem realizados.

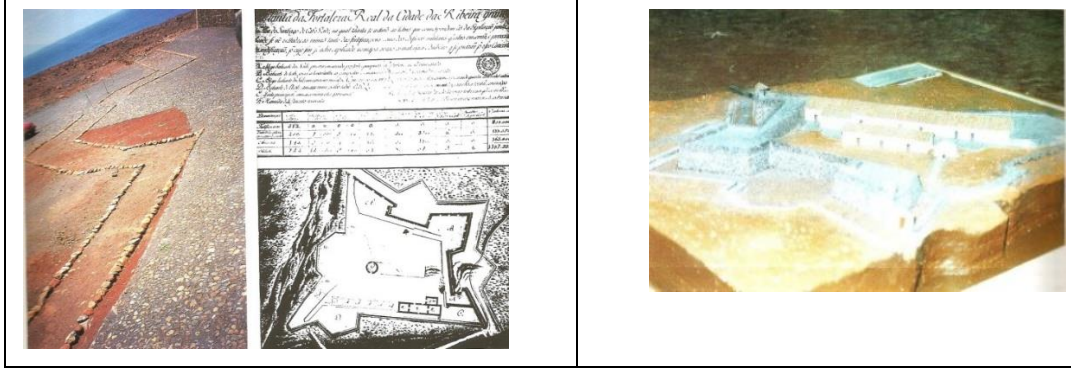


Figura 21 – **1ªe 2ª Imagens**: Trabalhos realizados no pátio da Fortaleza: a este da capela um alinhamento de pedras sobressai sob os restos originais do fecho este Planta da Fortaleza com a indicação dos trabalhos arqueológicos. **3ª Imagem**: Reconstrução moderna em maqueta da Fortaleza de S. Filipe, Traçado da barbacan. Foto de Jésus Couso. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

A porta noroeste foi contemplada, tendo-se feito a pavimentação desta até à porta sudeste, num desnível de 4 metros, formando um eixo ou rua flanqueada pelos elementos de maior interesse do interior do recinto, como sejam, a cisterna, os paióis e quartéis , a capela e a Casa do Governador, como se depreende pelas imagens da figura 23.

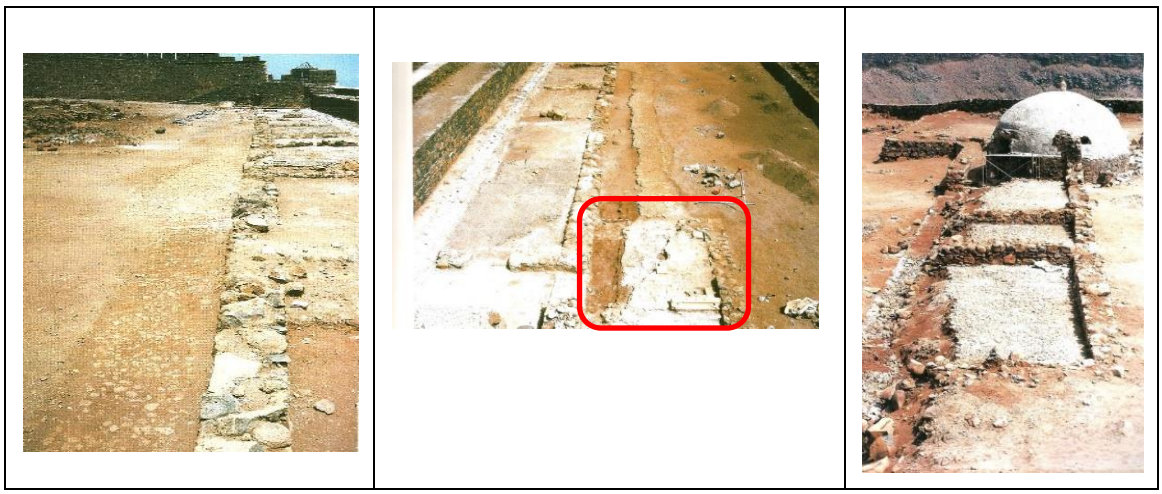


Figura 22 – **1ªImagem**: Empedrado e recintos da área. **2ª Imagem**: Ruínas da Capela de S. Gonçalo. **3ª Imagem**: Recintos e casa de guarnição. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

As escavações últimas apresentam achados. Uma moeda de D. João III de Portugal foi identificada, sendo localizada o seu achado junto do antemuro exterior.

Chama-se a atenção para a semelhança entre o antemuro e a fortaleza representada no assalto de Drake. Embora sem provas arqueológicas este facto permitiria levantar a hipóptese de que o plano da construção da Fortaleza de S. Filipe tenha integrado restos de uma edificação defensiva anterior[269]. A este respeito Carlos Santos[270] refere-se à alusão a uma dita fortaleza saqueada antes do ataque de Drake. Esse edifício saqueado por Francis Drake em 1585, terá sido o forte de Santa Marta, localizado no bairro de São Brás, na margem direita da ribeira, segundo Cristiano de Sena. Assinala o mesmo autor, que o pirata inglês encontrou essa construção erguida de pedra solta e mal artilhada. É de opinião que não deixa de ser interessante a referência à existência de uma Fortaleza na cidade, anterior à de S. Filipe, que podia tratar-se de uma construção projetada pelo capitão Diego Flores de Valdez, porque, na altura em que foi feita a relação do aparelho militar (1582), não foi mencionada a existência de qualquer Fortaleza. Apenas pequenos baluartes costeiros, designadamente os baluartes de Vigia, Ribeira e São Brás. Contudo, opina que a referida "Fortaleza", não seria mais do que uma obra com maiores dimensões que os outros baluartes[271].

A Capela de S. Gonçalo pertencia ao Recinto 1 da área A. A alusão à Ermida de S. Gonçalo em alguns documentos que se referem ao sec. XV e XVI, pode ser um indício de que foi depois ampliada passando a chamar-se de capela nos séculos seguintes. Não localizamos documentos que comprovem quando teria havido esta mudança. Nestes trabalhos realizados nas ruínas da capela de S. Gonçalo, ficaram a descoberto as paredes que sobram, que se localizam no recinto 1 da área da casa do Governador, indicada no projecto. Nos anos 60 havia sido indicada que se devia assinalar o local com uma cruz, o orçamento previa o montante para esta cruz mas não há referências, nestas intervenções, de tal sinalização. Foram também realizados levantamentos na cisterna e sistema de captação de água, bem como estudos do fosso, que antes eram irreconhecíveis como indicam as imagens da figura 24. Actualmente a cisterna, depois de ter recebido intervenções no âmbito da preparação para a candidatura da cidade

[269] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s. d).
[270] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos- *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[271] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).* 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

Velha a Património Mundial, apresenta placas explicativas da história da Fortaleza e o teto da cisterna com aspectos da construção original à mostra, como revelam as imagens 14 e 15 da figura 24. As imagens 12 e 13 apresentam a cisterna actualmente, a escadaria de cantaria que se nota sob a de madeira. É muito visitada por alunos e turistas. Todo o recinto interior foi objecto de limpeza e foram mantidos os restos de muros dos paióis, foram consolidados os restos dos muros dos quartéis, da Capela e da Casa do Governador, procedeu-se à limpeza do pavimento, assinalando-se estes trabalhos com a minuciosa comprovação arqueológica. Foi suprimida o muro paralelo que foi leventado na anterior restauração (anos 60) e ficaram a descoberto os pavimentos interiores, batentes de acesso e outros restos.Fez-se a limpeza da cisterna e a colocação de uma outra escada de madeira, sobreposta à de pedra existente, sem tabicas sem e recuperou-se o exterior. Os muros dos fossos secos também foram recuperados. A intervenção ficou completa com a colocação de elementos de sinalização e explicativos, os cartazes de conteúdo didáctico para os visitantes.

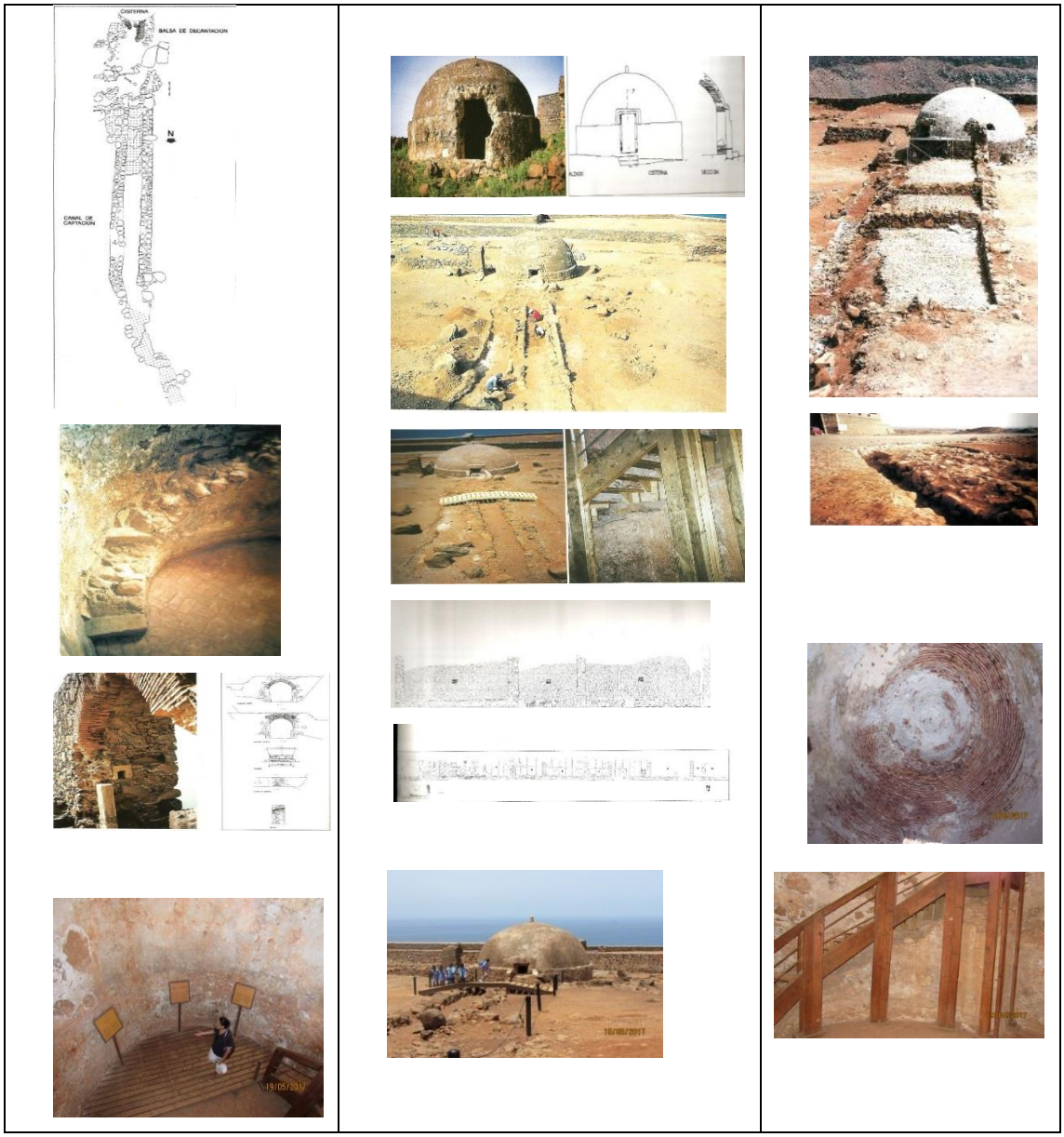


Figura 23 – 1ª Imagem: Cisterna e planta da cisterna - secção e alçado; 2ª Imagem: Canal de captação da cisterna e paióis; 3ª Imagem: A Capela de S. Gonçalo e recintos; 4ª Imagem: Detalhe do interior da cisterna; 5ª Imagem: Cisterna e canal de captação após intervenção e cisterna-interior com novo acesso; 6ª Imagem: Detalhe do antemuro exterior; 7ª Imagem: Detalhe do interior da Cisterna; 8º Imagem: Recintos da área A e Cárceres. Planta dos Paióis e armazéns; 9ª Imagem: Detalhe do antemuro exterior; 10ª Imagem: Porta da cidade: Detalhes Porta da cidade. Análise e projecto consolidado[272]. 12ª, 13ª, 14ª e 15ª imagens: A cisterna, o interior com placas sobre a história deste monumento e a escadaria de cantaria sob a de madeira mais actual.Fonte: Imagens fotografadas durante a nossa pesquisa de 19 de Maio de 2017.

Com esta intervenção passou-se a ter uma clara leitura, interpretação e sentido do monumento. *"Realizada a tarefa de limpar, investigar, reforçar e reconstruir, o*

[272] Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s. d).

monumento pode agora permitir a sua melhor compreensão, valorização e respeito por parte dos habitantes da Cidade Velha e maior admiração dos visitantes"[273]. A obra foi inaugurada a 12 de Novembro de 1999, com a presença do Embaixador de Espanha e Primeiro Ministro de Cabo Verde. Actuações complementares foram indicadas para o futuro. Todas as realizações foram realizadas de Abril a Junho de 1999 sob a supervisão de Álvaro Siza e sua equipa, tendo uma vertente formativa. Chama-se a atenção para o instrumento legal a ser promulgado pelas autoridades locais com vista à realização do Plano de Salvaguarda da Cidade, da autoria de Álvaro Siza, a que esteviveram submetidos os trabalhos arqueológicos realizados. Os trabalhos realizados deram prioridade à Fortaleza pela necessidade de se esclarecerem os trabalhos anteriores efectuados, tendo sido notável o resultados obtidos[274]. As imagens da figura 25 revelam o Plano da Fortaleza com zonas de intervenção (1ª imagem da figura 25); Plano da Fortaleza com as áreas de actuação arqueológica (2ª Imagem da figura 25) (ANEXO XIII).

As imagens da figura 25 representam a planta da Fortaleza e uma planta da mesma com a indicação das áreas arqueológicas.

[273] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).
[274] Ibidem

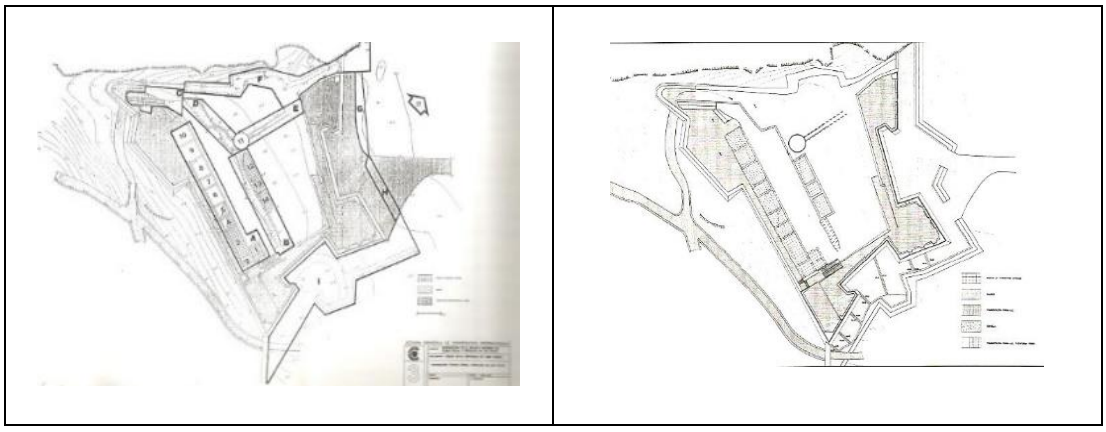


Figura 24 - 1ª Imagem: Plano da Fortaleza com zonas de intervenção; 2ª Imagem: Plano da Fortaleza - Áreas de actuação arqueológica. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

As conclusões destas escavações[275] destacam os seguintes aspectos a considerar: a precaucação em que se deve os Planos do sec. XVIII pois, comparando-os com a realidade actual, as distâncias ou não se quadunam às da escala ou são erróneas; Os restos encontrados não apresentados com grande exatidão e há diferenças entre os Planos de 1770 e 1778, e a representação do muro exterior é errónea em ambos os planos, nos detalhes e nas dimensões, o que leva a deduzir que as planimetrias *"são uma idealização das ruinas existentes"*; As novidades apresentadas, a descoberta da relação de alguns recintos com os outros e a posição das suas portas, destacando o paiol e o vestíbulo, e a existência de um empedrado já referido, elemento cronológico importante porque alguns muros lhe são posteriores, sendo a sua datação de grande importância, pondo-se a hipótese de já existirem no assalto de 1712 por Cassard; As cinzas detectadas nas proximidades do canal de captação da Cisterna, na sondagem da área, e o desmoronamento de telhas na área D, estariam relacionadas com este ataque. Concluiu-se também que as estruturas da plataforma a oeste da porta sul deviam pertencer ao corpo da guarda, pelas vagas referências dos planos citados e podem conservar restos importantes. Ainda se conclui que o terraço da Fortaleza divide-a em

[275] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

dois planos altimétricos, que se perlongam até alcançar a muralha do lado oeste, o que não se indica nos planos do sec. XVIII; que a muralha oeste foi construída com argamassa de cal nos seus paramentos e posteriormente reconstruída em seco; que a cisterna aproveitava água da chuva caída no corredor norte, de 100m3 aproximadamente, o que fazia que, num ano seco (100l/m3 de precipitação), tivesse a Fortaleza a disponibilidade de 27 rações de um litro de água, que servia também para o suporte defensivo do baluarte norte, muito maior, o que dá a ideia da efectividade do sistema defensivo. Acrescenta-se que isto não impedia a tração de sangue em momentos de escassez[276]. Estas intervenções arqueológicas realizaram-se entre 1999 e 2001[277].

1.4.2. Materiais recuperados nas escavações arqueológicas à Fortaleza – os achados referentes à capela de S. Gonçalo.

Nas intervenções arqueológicas realizadas na Fortaleza**,** entre 1999 e 2001[278], foram identificadas vinte e seis fragmentos de porcelana do período Ming, representados nas imagens da figura 26, com desenhos que se caracterizam pela presença de motivos decorativos, florais (flores de lótus) ou zoomorfos (libélula, nº 4 da 1ª imagem da figura 26) que se encaixam bem em relação à cronologia da Fortaleza.

[276] ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres. Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real fortaleza de São Filipe.In *CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM*. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s. d).

[277] Ibidem.

[278] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

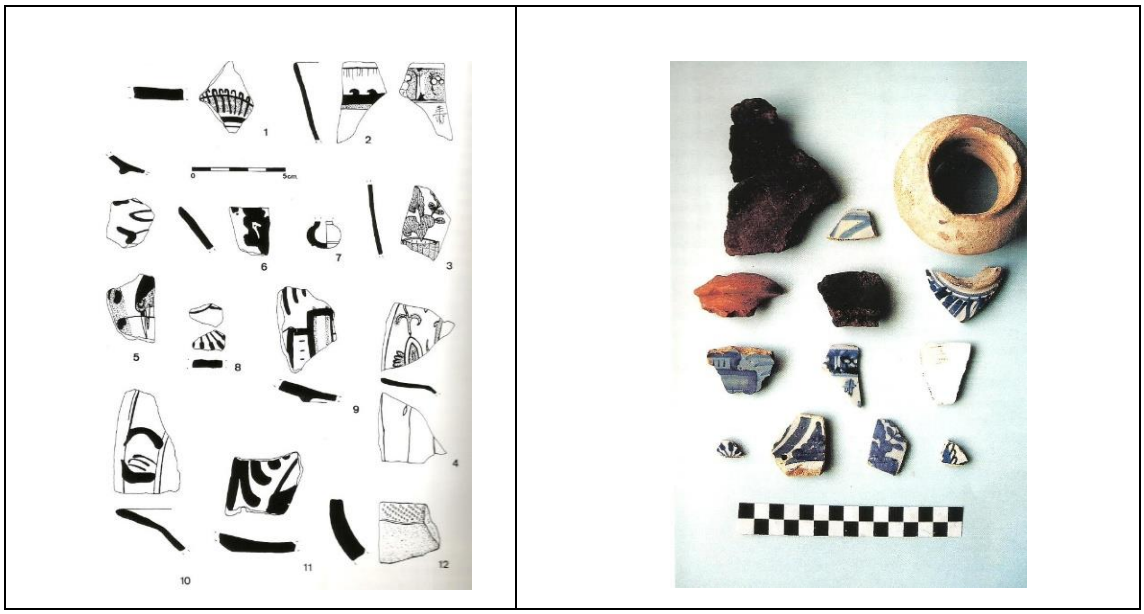


Figura 25– 1ª Imagem - Materiais variados recuperados na escavação – porcelana; 2ª Imagem: Materiais diversos recuperados na escavação – cerâmica - louça comum, e artigos em vidro;

A cerâmica encontrada, louças de mesa, cerâmica fina e de cozinha, e a cerâmica comum, pratos e escudelas, em que se encontram bastantes fragmentos de majólicas de loiça estanífera nas suas variantes branco, azul e branco, azul e roxo e azul sobre azul, como apresenta a 2ª imagem da figura 26, o que mostra a importância de Sevilha como produtora de bens para o comércio atlântico. A cerâmica de Talavera de la Reina ou de influência das suas oficinas destaca-se também, com *"as suas séries de azuis"* (sec. XVI-XVIII), bem como fragmentos da série esponjada do sec XVI, e à série dos fetos do sec. XVII (elemento nº 6 da 2ª imagem da figura 26) ou à série das andorinhas e fetos de finais do sec. XVI e princípios de XVII (elemento nº 5 da 2ª imagem da figura 26) para além da cerâmica com desenho vegetal estendendo sobre os pratos de tipo antigo com traços fortes e vigorosos, motivos próprios da época, nº 11 fig 26; cerâmica com motivos semelhantes às azuis de "Talavera de la Reina" e as azuis que tanto podem ser das oficinas trianeras ou portuguesas, com desenhos baseados na porcelana chinesa, denominados *"motivos chinescos"*, como o motivo português de aranhões, da primeira metade do sec. XVII, imagem nº1da figura 26, além de louça catalã do sec. XVI, bem

como o aparecimento isolado de produção mais moderna, um fragmento de cerâmica estampada e vários da Companhia das Índias dos séculos XVIII e XIX[279].

Foram identificadas também, cerâmica comum, de cozinha e armazenamento, não pertencentes à majólica, como a cerâmica recoberta de vidro (a cor varia entre verde esmeralda e amarelo mel) que foram encontradas em jazidas arqueológicas do novo mundo e nos galeões da frota da Nueva España que naufragaram perto destas costas[280]; cerâmica de torno em cru, produzida em Portugal por volta de 1375, mais tarde em Castela (1526 -1539) e no Novo Mundo. Diversos tipos de vasilhas associadas ao comércio do azeite a da azeitona estão presentes na Fortaleza, com uma cronologia que abarca o século XVI ao século XVIII, incluindo também fragmentos de filiação não colonial, nem europeu, que têm influência da costa africana, especialmente da Guiné. **Dois fragmentos de azulejos que teriam adornado a capela de S. Gonçalo foram identificados, sendo estas *"com decoração geométrica de sanefa azul e flor de quatro pétalas sobre fundo branco, que são próprias das produções portuguesas, sevilhanas e toledanas do sec. XVI"*[281].** Pipas de caulino holandesas associadas ao comércio do tabaco do sec XVI a XVIII fazem parte do conjunto dos achados. Elementos de ferro, bronze e chumbo esão representativos e constituídos por pregos, escopos, lâminas de facas, cunhas, fragmentos de panela e bisagras; anzóis e varetas de bronze além de chaves, pregos decorativos e artigos de cozinha. Dez balas de canhão, oito de ferro e duas de calcário, com diâmetros compreendidos entre 12,5 e 8,0 cm e 43 balas de chumbo de calibres entre 12 e 17 mm foram identificados, além de moedas (de dez reais, em bronze, de D. João III (1521-1557), mal cunhada; de cinco reais de bronze, de D. Pedro II de Portugal, datada de 1699; jetão de bronze com várias cunhagens, de origem espano-francesa, segundo as cunhagens, a que se teria juntado

[279] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

[280] Ibidem

[281] O sublinhado a negrito é nosso.

mais uma, emissão de carácter comercial particular, posteriormente recunhada, talvez por piratas ingleses na época de Filipe II[282].

Outros materiais foram encontrados, como fragmentos pequenos de telha, que pertenceriam à cobertura do interior da Fortaleza, espoliada intensamente, como outros materiais, em especial os ladrilhos e as pedras calcárias, em que se destaca as de origem cabo-verdiana, e peças conservadas em que se provou a existência na sua composição de calcário de Cabo Verde, características semelhantes às encontradas na Sé Catedral. **Assinala-se a presença de seis fragmentos de mármore encontrados na capela de S. Gonçalo**[283]. Estes devem pertencer à capela, mas não foi identificado a que parte deste edifício pertencia. Apesar dos nossos esforços, não conseguimos imagens destes. O sílex também está presente e a sua forma indica que foi usado como pedra de chama na chave dos mosqueteiros[284].

O estudo destes materiais arqueológicos reveste-se de grande interesse, por trazerem novas luzes acerca do comércio da rota das Índias e o tráfico de escravos, que se realizou num espaço amplo, que inclui a Ásia, a América , a África e a Europa[285]. Para este nosso trabalho científico, permitiu um estudo mais aprofundado da Capela de S. Gonçalo. Não pudemos no entanto aferir se na construção defensiva que antecedeu a da Fortaleza de S. Filipe, haveria uma capela ou ermida a que a de S. Gonçalo substituiu, deduzindo que assim fosse, pois era comum na época. Caso houvesse um outro edifício religioso no mesmo local, é provável que a de S. Gonçalo fosse construída sobre os escombros da primeira. Outra hipótese seria a reconstrução do edifício inicial, uma ermida, o que poderia levar à sua ampliação. Seria este o caso porque, a este respeito, ficamos a saber que o Governador de Cabo Verde, Bartolomeu de Sousa e Brites, a 24

[282]CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

[283] O sublinhado a negrito é nosso.

[284] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

[285] Ibidem

de Março de 1764[286] dera a conhecer ao Governo Central de Lisboa, que o estado da Fortaleza e dos seus apetrechos era deplorável, e não havia munições. Alude-se ao estado dos edifícios e da ermida de S. Gonçalo do seguinte modo*: "... tinha a ermida de S. Gonçalo arruinada e nove casas sem portas, arrombadas: nove peças, em bom uso, de calibre 18, sendo três montados em reparos novos"*[287]. Refere-se talvez à Casa do Governador, à Casa das Guarda e das Guarnições e Paióis. Portanto, em 1764 havia sim, uma ermida. Procurando saber quando é que esta passou a capela, a indicação na Planta da Fortaleza de 1770[288] pertencente ao engenheiro António Carlos Andrea, uma data posterior ao documento aludido, que traz as letras e respectivas explicações na legenda, pode-se ler que a letra F corresponde a "Hermida de S. Gonçalo renovada". Continua a nomenclatura ermida, embora tenha sido renovada. O alojamento do Governador e a cisterna também estavam renovados e os restantes edifícios estavam em ruina ou a arruinar-se. Na Planta de 1778[289] do mesmo autor, há referências apenas à ermida de S. Luzia, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição, sem nomenclatura nenhuma, nem capela nem igreja, e a Igreja do Monte Alverne. Ficamos sem saber portanto, o estado em que se encontrava a ermida de S. Gonçalo nesta data.

As escavações permitiram conclusões interessantes no que respeita à porcelana e manufatura[290]. Abunda a porcelana chinesa de luxo que indica importantes trocas comerciais com o oriente, o que se explica pelo facto de Santiago ser uma escala frequentada, no caminho para a Índia. Uma intensa relação com Andaluz, possivelmente, dado à abundância de manufaturas da cerâmica sevilhana azul, próprio das jazidas americanas, e o seu uso preferencial na exportação. Outro elemento de interesse é um tipo especial de cerâmicas feitas à mão, em torno lento, que se parecem com os modelos da costa africana, mas podendo ser produzidas na ilha de Santiago, o que se revela ser de grande interesse, podendo ser as mais antigas cerâmicas autóctones

[286] BARCELOS, Cristiano José de Sena – Subsídos para a História de Cabo Verde e Guiné. 2ª Edição, Vol. II. Parte III, p. 41-42. In PEREIRA, Daniel. Marcos Cronológicos da Cidade Velha. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 160.
[287] Ibidem
[288] Cabo Verde. Papéis avulsos. 15 de Julho de 1770. Cart. 024. D 130. AHU –ACL. In PEREIRA, Daniel - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 160.
[289] Ibidem

[290] CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

de Cabo Verde, pelo que se recomenda o seu estudo no futuro *"já que permitiria aproximarmo-nos da cultura popular esquecida pela documentação, e das próprias origens da cultura crioula"*[291]. Estas escavações arqueológicas, mostram hoje os muros dos antigos quartéis e da casa do Capitão-general. Não há referências neste documento de achados que se relacionam com edifícios religiosos ou o seu recheio.

A Fortaleza sofreu também intervenções de conservação e restauro entre 1968 e 1970. Esta intervenção foi realizada pelo Ministério da Cultura de Cabo Verde, no âmbito do plano de recuperação da Cidade Velha. A coordenação dos trabalhos esteve sob a responsabilidade do arquitecto português Siza Vieira.

A decadência da Cidade Velha teve diversos motores e causas, sendo uma das a apontar, a sua fraca capacidade defensiva consubstanciada pela existência de uma Fortaleza quase sempre em ruínas, e a crónica falta de materiais de guerra, situação sintomática nos territórios portugueses, durante os séculos XV a XVIII[292].

Esta análise aos documentos que se referem às pesquisas arqueológicas permitiu que fizéssemos o cruzamento de dados com os já identificados noutros documentos, os ofícios acerca da construção do café e albergue para jovens, a construção e reconstrução da Fortaleza, as decisões tomadas, resultantes da troca de correspondência entre entidades oficiais da época. Tudo indica que as obras projectadas para a segunda fase da intervenção na Fortaleza foram realizadas. Analisamos brevemente a Fortaleza e o conjunto defensivo da Cidade da Ribeira Grande e descrevemos como se efectuou a construção e o restauro da mesma, para que se pudesse compreender melhor o contexto que permitiu conhecer melhor a Capela de S. Gonçalo, e também a capela de S. António, edifícios que fazem parte do conjunto dos Monumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago.

---

[291] Ibidem

[292] ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres. Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real fortaleza de São Filipe. In *CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM*. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña).. Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).
CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Agência Espanhola de Cooperação Internacional com a colaboração do Ministério da Cultura de Cabo Verde. (tradução em português de Santiago Figueiredo). (Selecção de textos e fotografias: Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Coopéracion para el desarrollo Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d.).

1.5. Caracterização arquitectónica da Fortaleza e sua importância estratégica e turística.

A Fortaleza, de uma planta poligonal, tem traça abaluartada, duas fachadas voltadas *"à campanha"* e duas frentes muralhadas com parapeitos de tiro, voltadas para a cidade. Apresenta um baluarte ao centro, voltado para a nascente, e dois meios-baluartes com orelhão nos extremos opostos das cortinas. As muralhas da Fortaleza são em aparelho de pedra, e apresentam dois baluartes pentagonais completos nos vértices, a este e a oeste, separados por cortinas, e dois meio-baluartes, a norte e a sul, com as respectivas guaritas. Por se situar no lado de terra, sobranceira à povoação da Ribeira Grande, não era possível fazer tiros de curto alcance da Fortaleza pois, podia-se atingir a povoação. Pode-se aceder ao interior da fortificação por duas portas: o portão principal fica a sudoeste, para o lado da cidade. A Casa do Governador encontra-se próximo ao meio-baluarte sul, no terrapleno, ao abrigo dos muros e, em frente, fica a capela de São Gonçalo. Neste mesmo local, ao centro, localiza-se uma cisterna. O paiol da pólvora e os armazéns estão a sudeste, e a oeste, os quartéis da tropa. Um muro de 480 palmos de altura fechava esta cidadela ao norte e a oeste. Acreditava-se que a praça estava artilhada com nove peças do calibre 18. A obra é composta pois de três baluartes, um maior no interior, dois meio baluartes a leste e a oeste. O ângulo sul da fortaleza é invencível, naturalmente protegido pela falésia. A principal porta de acesso era aberta a oeste, em direcção à cidade. A cisterna está revestida de tijolos fabricados em Portugal. Ao longo da muralha sul, do lado do mar, a residência do Governador, os quartéis de guarnição, a prisão bem como a capela de São Gonçalo, elementos que deveriam servir de abrigo em caso de ataques, estão hoje em ruína. A norte e a leste do lado do planalto, a fortaleza era protegida por uma segunda muralha[293].

A localização da Fortaleza permitia dominar todo o sistema de defesa de artilharia, como se pode observar na figura 27, e apoiada pelas muralhas localizadas ao longo da costa que preveniam os ataques. *"O realce da alvenaria das muralhas advém dos*

[293] República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande, Janeiro de 2008. [Em linha] 2008.[Consult. a 25.08.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

canais em formato angular, talhados em pedra branca de Portugal"[294]. As sete pequenas fortificações, situadas estrategicamente, integravam o conjunto, do seguinte modo: Forte de Santo António, Forte de São João dos Cavaleiros, Forte de São Veríssimo, os três na margem esquerda da Ribeira Grande; O Forte do Presídio, ao centro, sobre a praia, ostentando a "Muralha do Mar", ligando o forte de São Veríssimo ao Forte de São Brás, localizada na margem direita da Ribeira Grande; mais dois fortes a oeste deste: O Forte de São Lourenço, com uma grande muralha "denteada", que fechava o acesso à parte ocidental da cidade e o Forte de Santa Marta, atualmente desaparecido. O objectivo era fazer com que o cruzamento dos fogos destes fortes, dois a dois, repelisse qualquer ataque vindo do mar, ao longo de toda a extensão do porto[295]. No interior, a defesa da cidade era assegurada pela muralha de Maria Parda.

Actualmente a Fortaleza de S. Filipe é uma das maiores atracções turísticas da Cidade Velha. A sua localização permite apreciar toda a cidade, o mar, o vale e os planaltos circundantes, patenteados nas figuras 27, 28 e 29.



Figura 26 - Fortaleza de S. Filipe e a Cidade. Fonte: República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande, [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 25.08.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed... .

A cidade estava localizada num vale cercado por elevações que faziam parte do sistema de defesa também, pois ela foi concebida de modo a que estas, associadas aos pequenos fortes e à Fortaleza, desempenhassem o seu papel na salvaguarda da integridade do

[294]Património Mundial de origem portuguesa. [Em linha].(s.d).[Consult. a 22.09.2014]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/18

[295] Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. [Em linha]. (s.d).[Consult. a 20.12.2015]. Disponível em: fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

porto e dos moradores. Os pequenos fortes, localizados em locais estratégicos, como revelam as imagens da figura 28, perfaziam o sistema de defesa da cidade. A porta principal de acesso à fortaleza fica a oeste, na direcção da cidade, como se pode observar na imagem da figura 28. No centro ficavam as reservas de armas e a cisterna de água construída de tijolos e coroada de uma cúpula. Ao longo da muralha sul localizavam-se a residência do Governador, as casas para as reservas de armas, a prisão e a capela de S. Gonçalo, mas hoje estes aposentos encontram-se em ruína. O conjunto permitia que a Fortaleza, situada na extremidade da falésia, servisse de abrigo e de posição defensiva em caso de ataque. A norte e este do planalto a Fortaleza estava protegida por uma segunda muralha[296]. A Fortaleza foi pois construída num local extratégico. Fazia parte do sistema de defesa a muralha do interior, localizada na ribeira Parda, no interior do vale (imagem 3, figura 28), de que existem alguns vestígios, o forte do mar e os outros fortes dos dois lados do porto, que perfaziam o cerco à cidade (imagens 4, 5 e 6 da mesma figura). Da Fortaleza pode-se ter uma visão de toda a cidade e do vale como se pode apreciar na imagem aérea actual da cidade, representada na 3ª imagem da figura 28 e na 1ª e 2ª imagens da mesma figura 28.

[296] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

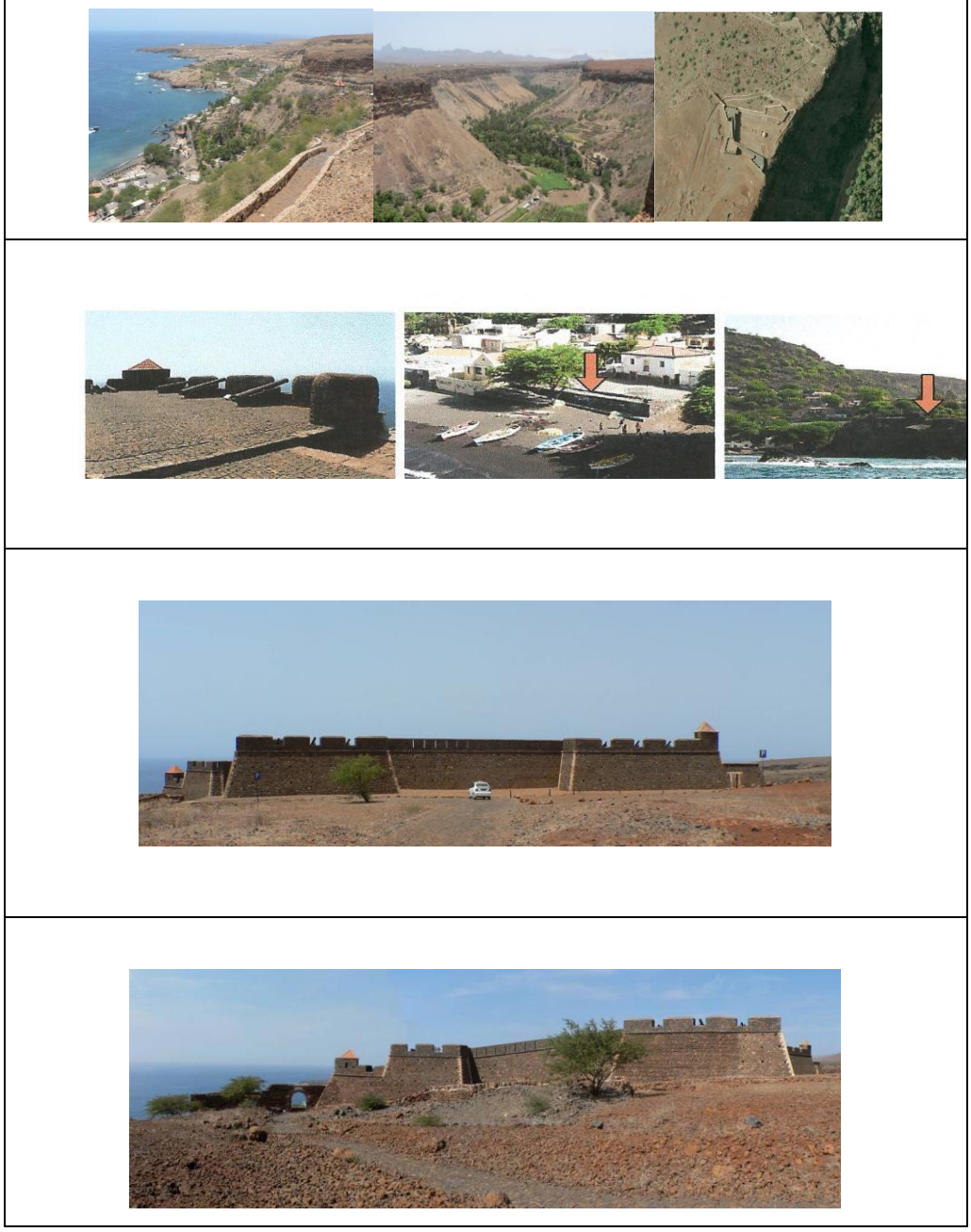


Figura 27 - 1ª Imagem – 1ª e 2ª Imagens: A Fortaleza oferece um panorama do conjunto do sítio, incluindo o fundo do vale. 3ª Imagem: Vista aérea actual da Fortaleza. O mar localiza-se à direita da imagem. Fonte: Orthophoto . 1/2000, realizado por Municipia, encomendado pela associação dos minicípios de Cabo Verde. 4ª imagem: Fortaleza de São Filipe; 5ª Imagem: Ruinas do Forte do Presídio. 6ª Imagem: Ruinas do forte de São Veríssimo. 7ª Imagem: Vista da Fortaleza pelo lado do planalto, para quem chega da cidade da Praia. É a peça fundamental do sistema defensivo da cidade. 8ª Imagem*:* Fachada esquerda da Fortaleza. A Porta da esquerda era o acesso inicial que ligava o Forte à cidade[297].

[297] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf.

A entrada à Fortaleza pelo lado do planalto, para quem chega da cidade da Praia, está representada na imagem 7 e 8 da figura 28, que nos deixa apreender a imponência desta Fortaleza, a sua beleza, para além da sua importância estratégica relativamente ao sistema de defesa da cidade. Este sistema compreendia no início apenas as torres de vigia do forte do Presídio perto do porto, os fortes de S. Veríssimo e de S. Brás, de cada lado da baía, e a muralha do Presídio, na vila, representadas na 5ª e 6ª imagens da figura 28. Foi reforçada no fim do século XVI com a construção dos fortes de S. António, de S. João dos Cavaleiros e de S. Lourenço e pela segunda Muralha. O Forte do Presídio que se localiza na parte baixa da cidade, estava sob o controle do forte de S. Veríssimo, o mais forte. Fica atrás de um pequeno porto de pesca e da praia e é muito respeitada devido à sua configuração antiga. O espaço interior é usado actualmente para armazenamento de materiais e para criação de porcos. Está em bom estado de conservação. O Forte de São Brás ficava em frente ao forte do Presídio, contendo muralhas. O Forte São Veríssimo, era contíguo à casa do Bispo, está arruinada, foi construído na vertical do oceano, e era o posto de vigia mais adequado à proteção do porto e da cidade, contendo dois níveis de baterias de artilharia. Contava com um pórtico de junção entre estes dois terraços, um arco de tijolo que foi restaurado em 1960, mas caiu mais tarde. Os canhões foram ali deixados ao abandono, e toda a estrutura foi invadida pela vegetação, e vai servindo de galinheiro; O Forte de São João dos Cavaleiros, com o antigo quartel, os calabouços, a casa do oficial, e o projecto do novo quartel. O Forte de S. Veríssimo situa-se *"na ponta do mar mais próximo da cidade"* e era a mais equipada que as outras. Os fortes de S. João dos Cavaleiros, S. António, S. Brás e S. Lourenço são os mais distantes do ancoradouro do porto e guarnecem a costa da Cidade da Ribeira Grande. A este conjunto juntou-se a Fortaleza, cuja legenda indica os calabouços, o corpo da guarda, a casa do Oficial e os "merlões", que se acompanhava de um conjunto de postos de vigia colocados estrategicamente, como se apercebe pelas imagens da figura 29. Embora em ruina, estes elementos ainda permitem uma leitura do sistema de defesa da cidade[298]. Da cidade, acedia-se à Fortaleza por portas representadas nas imagens 2,3, 5, 7 e 9 da figura 29. Estas imagens foram realizadas após os trabalhos de consolidação já indicados.

[298] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf.



Figura 28 - 1ª imagem: A Fortaleza foi construída no extremo de uma falésia sobranceira à cidade. 2ª Imagem: Acesso actual à fortaleza. Fonte: Relatório da 33ª sessão do Comité. Câmara Municipal da Cidade de Santiago. (s.d.). 3ª Imagem: Imagens da Fortaleza de S. Filipe com a porta principal e a estrada antiga que dava acesso à cidade. 4ª, 5ª e 6ª Imagens: As portas antigas do acesso à fortaleza a partir da cidade. 7ª Imagem: ruínas do forte de S. Veríssimo. 8ª Imagem: Ruina de um posto de vigia. 9ª Imagem: Pedras de ângulo de Portugal inseridas na construção da Fortaleza. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

A Fortaleza foi construída com blocos de basalto e pedras de mármore de Portugal, com recurso à mão-de-obra escrava. Actualmente a fortaleza encontra-se em excelente estado de conservação, após as sucessivas obras de consolidação e restauro realizadas

nos últimos anos, como se pode observar nas imagem já apresentadas. O conjunto do sistema defensico da Cidade da Ribeira Grande está incluído no conjunto dos monumentos culturais da Cidade Velha, classificado pela UNESCO como Património da Humanidade em 2009. Desde o seu último restauro, entre 1999 e 2001, a Fortaleza tem sido palco das maiores atracções turísticas de Cidade Velha.

Além da sua arquitectura impressionante, *"esta massa de pedra"*, assim como as ruelas pavimentadas da cidade, fazem lembrar a dureza do trabalho imposto pela administração portuguesa a uma abundante mão-de-obra escravizada. A escravatura durou quatro séculos. Documentos relativos à mão-de-obra para os trabalhos de restauro da Fortaleza nos anos 60[299] indicam o nome dos operários, o ofício que desempenhavam e a sua remuneração diária, bem como o respectivo montante total das despesas. Para além destas, as Folhas de Pagamento de materiais e diversas despesas, liquidadas e pagas, discriminadas e com a indicação do mês e da data, ilha e local da obra, realizados pelas das Obras Públicas da Província de Cabo Verde, em duplicado. Indicam no fim os montantes totais em dinheiro (escudos), apresentam a assinatura do responsável e o carimbo com o símbolo PAGO, datado e assinado pelo superior hierárquico, tendo no canto superior esquerdo a seguinte inscrição: Visto e pague-se. Por baixo, O Engenheiro – Chefe que assina a seguir. A maior parte está dactilografada havendo alguns escritos à mão. Alguns têm assinatura e estão datados. Estes trabalhos enquadram-se nas intervenções realizadas por Benavente nos anos 60[300].

Referimos já às escavações arqueológicas que tiveram lugar de 1999 a 2001, em que os muros dos antigos quartéis e da casa do Capitão-general, do Governador, que ficam no interior da Fortaleza foram postos a descoberto. Foram efectuadas, no quadro do projecto de Salvaguarda do Património Histórico e Arquitectónico da Cidade Velha, intervenções arqueológicas e arquitectónicas realizadas com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID). O projecto interviu em alguns edifícios imponentes dentro do contexto monumental do berço da nação cabo-verdiana. Obras de restauro e salvaguarda foram efectivadas na Fortaleza

[299] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[300] Ibidem

Real de São Filipe, e também em outros monumentos. Neste âmbito, o Pelourinho, a Rua da Banana, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento Igreja de São Francisco foram agraciadas[301]. A localidade do Forte de Santo António foi alvo de um estudo arqueológico para recuperação e valorização desta parte da cidade, a partir do mês de Maio de 2015. A vereadora da Cultura, Juventude e Desporto da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Adelaide Barreto, explicou que o objectivo era preservar e reabilitar o valioso património histórico da Cidade. O trabalho de campo foi efectuado por cinco alunos e dois professores da Cooperativa de Ensino e Formação Profissional de Portugal, formandos que, em Lisboa, seguem uma formação na área de recuperação e valorização do património. O projecto de requalificação do Forte de Santo António foi promovido no âmbito do protocolo estabelecido entre a Curadoria da Cidade Velha e a Câmara da Ribeira Grande de Santiago, e contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Os alunos e professores estiveram em Cabo Verde, de 27 de Abril a 22 de Maio, para fazerem escavações arqueológicas e recuperar alguns espólios da época, sendo que os resultados podiam contribuir para reforçar a história e informações existentes. Sendo Cidade Velha Património Mundial da Humanidade, a vereadora lembrou que a Fortaleza Real, o Convento São Francisco, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e da Nossa Senhora de Conceição, o Colégio dos Jesuítas, e o Hospital e Igreja da Misericórdia foram também alvos de intervenções arqueológicas.

O Forte de S. Filipe é um dos pontos turísticos de excelência e de maior atracção e é mencionado amiúde em estudos de investigação científica. A sua beleza e imponência da Fortaleza muito lhe valem, pois é um dos locais turísticos mais procurado e visitado, no passado e no presente.

Restam hoje elementos dos vestígios do complexo defensivo ao abandono, como canhões desativados dos pequenos fortes, as ruinas dos pequenos fortes, como revela a 1ª imagem da figura 30. É comum verificar que a população local constrói, contíguo a estes monumentos, estruturas para uso doméstico ou para a criação de animais, muitas

[301] Fonte: Forte da Cidade Velha vai ser alvo de estudo arqueológico - O objectivo é preservar e reabilitar o valioso património. SAPO c/ Inforpress. [Em linha]. 06. 04. 2015. [Consult. a 20.07.2015]. Disponível em: www.sapo.cv.

vezes com blocos de cimento, descaracterizando o monumento. Outra situação é a utilização de blocos de cimento em construções recentes, como paliativo para evitar o desmoronamento, por entidades locais, apontadas por Semedo (SEMEDO, 2010) como situações degradantes, que espelham a falta de consciência da população e das autoridades locais, e de desrespeito pelo património cultural, que se apresentam na 2ª e 3ª imagens da figura 30.



Figura 29 – 1ª imagem: Um canhão ao abandono. 2ª imagem: Construção de uma pocilga ao lado das ruínas do Forte de S. António. 3ª imagem: A construção de barreiras contra as investidas do mar no Forte de Santo António. Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz - *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* 2010. 187 f .Tese de Mestrado.

É necessário vedar os monumentos históricos a estas utilizações, através de um trabalho de consciencialização da sua importância, aos moradores, pela utilização de tabuletas descritivas e outros meios, incluindo medidas repressivas, multas, caso os outros meios não surtam efeito, para que a população veja neles, espaços patrimoniais que devem ser cuidados e preservados. É salutar o empreendimento de trabalhos de conservação que evitem a destruição deste património, como uma barreira contra a investida do mar, que foi construída no Forte de S. António, mas de acordo com as normas já existentes.

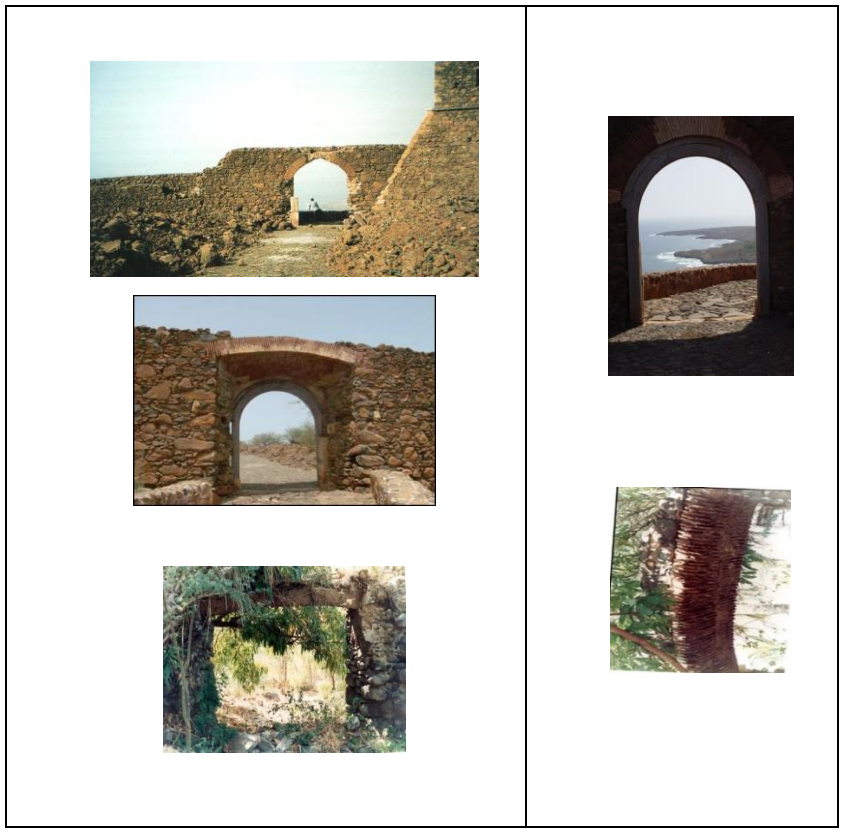


Figura 30 - 1ª Imagem – A Porta principal da cidade antes da sua requalificação[302]. 2ª Imagem - Imagem da Porta Principal de entrada da Cidade depois de recuperada. Fonte: Acervo documental da Curadoria da Cidade Velha. 3ª e 4ª Imagens: Pormenor das portas. 5ª Imagem: Porta principal de entrada no Forte de S. Filipe. Fonte: Album cartográfico – Cabo Verde. Comissão de cartografia (1883-1936). Arquivo Histórico de Cabo Verde.

A Porta Principal da cidade esteve durante muito tempo em ruínas, como apresenta a primeira imagem da figura 31, sendo mesmo assim um dos maiores pontos turísticos. Depois de recuperada, como se pode observar na segunda imagem da mesma figura, tem sido um dos locais mais visitados. As outras portas da cidade, a porta da cidade do lado poente, anexa ao forte de S. Lourenço e à muralha da cidade, está degradada, como apresenta a 3ª e 4ª imagens da figura 31. Reclama-se a sua consolidação evitando-se que desmorone como a porta do porto da cidade, que caiu em inícios de 2000[303].

[302] Fonte: Palestra sobre a Cidade Velha por Hamilton J. Fernandes sob o tema, "Gestão do Património Mundial, caso Cidade Velha e Projectos em curso". [Em linha]. 15 de abril 2014. [Consult. a 13.08.2015]. Disponível em: http://www.unicv.edu.cv/index.php/acontece-na-unicv/3510-palestra-sobre-gestao-do-patrimonio-mundial-caso-cidade-velha-e-projectos-em-curso

[303] PEREIRA; Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2ª Edição (Revista e ampliada). 2009.

Os monumentos do sistema de defesa da cidade fazem parte do património cultural cabo-verdiano, que constitui um bem comum cultural da nação cabo-verdiana. Estão representados, bem como as portas e as muralhas da Fortaleza, na imagem da figura 32 (ANEXO XII).

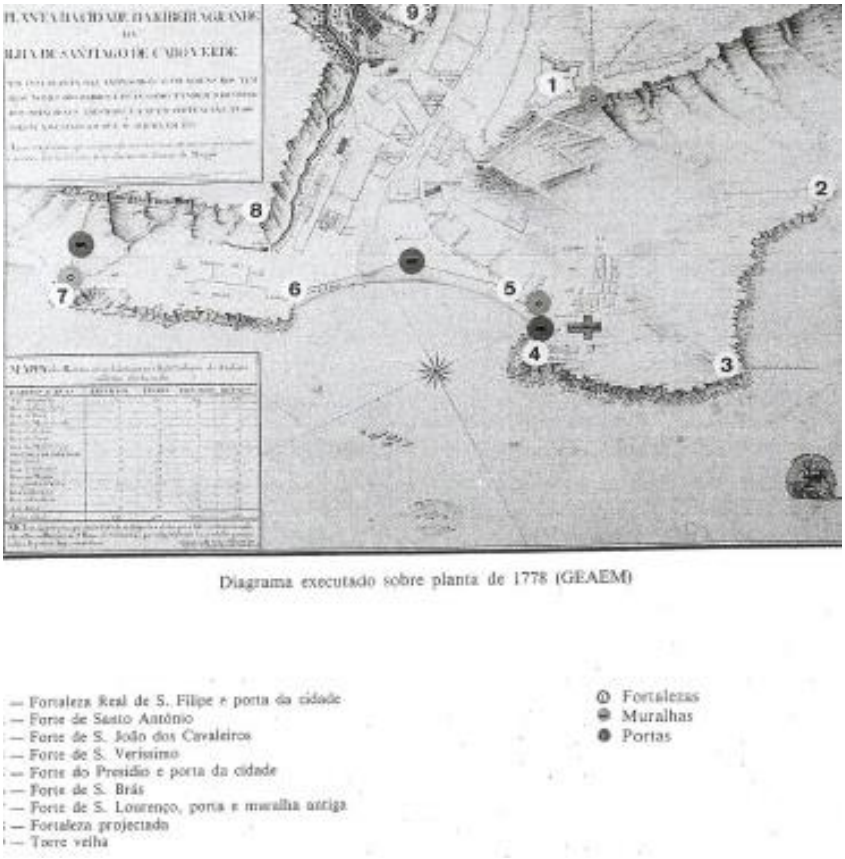


Figura 31 - Mapa dos fortes, muralhas e portas da cidade Velha. Fonte: PEREIRA, Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2ª Edição (Revista e ampliada). 2009.

Através destes monumentos pode-se constatar a evolução da técnica militar e a verificação dos resultados dos progressos científicos e tecnológicos da época (SEMEDO, 2010). A área fortificada da cidade da Ribeira Grande, hoje Cidade de Santiago, constituída pela Fortaleza e pelos pequenos fortes, é representativa da presença da autoridade militar, e testemunha a importância económica da ilha de Santiago e do seu primeiro porto nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Por outro lado, há referências à defesa natural, as falésias íngremes do planalto do forte, que juntamente

com a Fortaleza mais os baluartes e fortes, bem como a sua remodelação, numa síntese bem conseguida,[304]:

> *Todo o conjunto era protegido, por um lado, pelas barreiras naturais das montanhas circundantes e, por outro, por um complexo sistema de defesa que tentou aproveitar ao máximo as condições oferecidas pelo relevo local. Este sistema, composto inicialmente pelos baluartes da Vigia ou Presídio (onde se localizava um dos acessos à cidade, v. CV910602000010), pelos Fortes de São Veríssimo (v. CV910602000011) e de São Brás (v. CV910602000014) e pela muralha da cidade, foi reformulado no final do séc. 16. Para além das remodelações efectuadas nos redutos existentes, alargou-se o perímetro de defesa com a construção de novos fortes e de uma série de postos de vigia, colocados em lugares estrategicamente escolhidos para reforçar o sistema defensivo da cidade e do mar. Os Fortes de Santo António (v. CV910602000012), de São João dos Cavaleiros, de São Lourenço (v. CV910602000013), a Muralha do Mar e a Fortaleza de São Filipe (v. CV910602000009) derivam deste contexto"*[305].

Registamos aqui esta síntese pela sua utilidade, e porque serve para melhor se identificarem as imagens de suporte a este estudo, sobre os monumentos defensivos da Cidade Velha, tema que não é específico desta dissertação, mas que será certamente desenvolvido posteriormente por quem se interesse por monumentos defensivos.

A respeito da construção dos monumentos do sistema defensivo da cidade da Ribeira Grande, Pires [306], num texto que versa a arquitectra militar, refere-se a duas fases relativas ao desenvolvimento de trabalhos tendo em consideração a defesa da cidade:

> *"Do sistema defensivo da Ribeira Grande destacam-se duas épocas distintas de instalação, que correspondem a duas escalas de defesa que caracterizaram a cidade. A primeira época está ligada aos elementos inicialmente erigidos, tendo em vista somente a defesa do porto e da cidade; a segunda corresponde a um sistema mais complexo, com vista à defesa do mar e do território. Um dos elementos mais emblemáticos deste sistema é a Fortaleza Real de São Filipe, situada na parte mais alta, à cota de cem metros*"[307].

[304] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336
[305] Ibidem
[306] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165
[307] Ibidem

No que respeita à Planta da Fortaleza e à sua construção, refere que a planta é atribuída a Filipe Terzi e a construção ao mestre-de-obras João Nunes, e que a Fortaleza apresenta uma planta poligonal de traça abaluartada, com duas fachadas voltadas à campanha e duas frentes muralhadas com parapeitos de tiro, voltadas à cidade. Refere também que apresenta um baluarte ao centro, voltado para a nascente, e dois meios-baluartes com orelhão nos extremos opostos das cortinas, e que a construção iniciou-se em 1587, ficando concluída em 1593.

A Fortaleza necessitava constantemente de reparos e remodelações devido às fragilidades construtivas e de manutenção desta estrutura militar. Nos finais dos anos 30 do século XVII, o governador de Cabo Verde, Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque informava ao monarca que os baluartes do complexo encontravam-se todos arruinados, a artilharia inutilizada, os reparos eram velhos e podres e as baterias não tinham esplanadas. A partir dessa época o edifício entra numa fase de contínua degradação e desvalorização. A degradação da Fortaleza e do conjunto defensivo continua. A referência à ermida de S. Gonçalo aparece pela primeira vez nesta alusão de Carlos Lopes[308]. Assim, citando Barcellos[309]refere que em 1764 o governador Bartolomeu de Sousa Brito Tigre informa que a Fortaleza estava arruinada bem como a ermida de São Gonçalo, que estava arrasada, estando nove casas sem portas ou com as portas arrombadas. Esta informação vem clarificar o que já abordamos, a existência de uma ermida no local que foi remodelada passando a capela. Não temos porém elementos que permitem esclarecer quando se fez esta mudança.

A necessidade de defesa tornou-se imperiosa após os assaltos do corsário inglês Francis Drake em 1578 (quando apresou seis navios nas águas da Ribeira Grande) e, posteriormente, já no contexto da Dinastia Filipina (1580-1640), em 17 de Novembro de 1585 quando a povoação foi saqueada e incendiada[310]. Diego Flores de Valdez, em Relatório de 24 de janeiro de 1582, informou Filipe II de Espanha (1556-1598) acerca

[308] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

[309] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*.Vol. II. 2ª Edição, parte III. 1905, p. 41.

[310] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

das condições e situação da ilha de Santiago referindo que "(...) *é uma ilha de muita importância para o serviço de Vossa Majestade e de Sua Real Fazenda*" [311], e esclarece: "(...) *esta ilha é de muito trato, e onde poderá Vossa Majestade acrescentar muito a Sua Real Fazenda, pelo trato e comércio que nela há da costa da Guiné e de aqui às Índias do poente, de escravos*"[312]. Não obstante opinou que haveria que proceder à fortificação da ilha e recomendou: "*(...) no que toca à sua fortificação, procurei vê-la e encontrar-lhe um modelo do que tem necessidade, pelo qual fiz sacar o engenheiro que vai nesta armada*" [313]. Refere-se ainda ao modelo dos fortes [314]. Esclarece ainda, que segundo Brasio[315], dois dias depois, a Relação do Sargento-mor Francisco de Andrade nomeia os pontos a serem defendidos [316]: "*(...) três baluartes de vigilância; o baluarte de Vigia, o baluarte da Ribeira e o de São Blas, que são as três partes por onde a cidade pode ser atacada.*" Acrescenta - se que entre 1583 e 1598, Santiago foi assaltada e saqueada por pelo menos cinco vezes, pela armada do corsário Manuel Serradas. Em 1583 este, com o apoio de alguns franceses, tentou obter a aclamação de António I de Portugal, desembarcando na vila da Praia mas vindo a ser repelido pela população na Ribeira Grande. Dois meses depois do ataque de Serradas, que entretanto se estabelecera na ilha do Fogo com os partidários de D. António, aportou a Santiago, sem violência, Sir John Hawkins. Após ter contatado Serradas na ilha do Fogo, empreendeu uma pequena incursão à Ribeira Grande onde, os habitantes, alertados, emboscaram a força inglesa, logrando repeli-la. É então que Valdez, perante a controversa situação sucessória, pelo "Relatório" anterior havia alertado o soberano que conviria que mandasse remediar o estado da ilha[317].

---

311 "Colección de Documentos inéditos para la historia de España, por el Marqués de la Fuensanta del Valle", D. José Sanchi Rayón y D. Francisco de Zabálburu, Madrid, 1889, tomo XCIV, pp. 540-544. In BRÁSIO, António - "Monumenta Missionaria Africana", vol. II. (1500-1569), p. 93.

312 BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*.Vol. II. 2ª Edição, parte III. 1905, p. 94.

313 BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*.Vol. II. 2ª Edição, parte III. 1905, p.83.

314 (…) este porto e o da Praia têm alguma artilharia; é muito pequena: convirá que vossa Majestade mande prover seis ou oito peças grossas para defender os portos (…). O modelo que envio a Vossa Majestade dos fortes e baluartes, poder-se-á fazer com muito pouco custo, porque se podem fazer com pedra tosca e sua argamassa, sem que se façam de cantaria lavrada, porque não há porquê a tenham, porque não hão de ser batidas de nenhuma parte, senão para defender as suas portas; e fazer-se hão de com facilidade porque há abundância de pedra, e com isto me parece estará a ilha segura, porque ela em si é áspera e forte." (BARCELOS, 1905, 95).

315BRASIO, António - *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. II (1500-1569).

316 Ibidem

317 Para a realização das obras da fortaleza foram enviados o arquiteto militar João Nunes, e um militar, o capitão Gaspar Luís de Melo. Tendo ambos apresentado os respectivos relatórios, decidiu-se pela execução do projeto de João Nunes, no qual havia colaborado arquiteto militar italiano Filippo Terzi. As obras, iniciadas em 1587 ou 1588, em outubro de 1592 estavam "ainda por acabar". No entanto, acredita-se que no ano seguinte (1593) já estariam terminadas. Em 1606 a

No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), já em inícios de 1641 o então Governador, Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque, enviou uma petição a João IV de Portugal (1640-1656), a fim de obter recursos que permitissem colmatar as carências da defesa, e reparar o Forte Real e os armazéns de munições, fechar os baluartes de S. Sebastião e de São Brás e o Reduto sobre os navios, que estavam todos abertos e sem guardas. Quatro anos mais tarde, em 1645, o Governador João Serrão da Cunha deu conta de uma tentativa de saque por parte dos Neerlandeses e da necessidade de se fazer face à situação. Em 1649, o Governador Roque de Barros Rego descreveu o panorama económico e pediu a D. João IV o necessário para defender-se dos "*inimigos castelhanos e ingleses*". A 4 de maio de 1712. *"a fortaleza foi tomada de assalto por corsários franceses sob o comando de Jacques Cassard, que, em seguida, diante da deserção do Governador, saquearam violentamente a cidade, incendiando-a. O montante do saque foi estimado em mais de 3 milhões de libras"* [318]. Em 1718 as casas da Fortaleza de São Filipe, os armazéns de vitualhas e pólvora, o aquartelamento, os calabouços, a casa do governador e a capela de São Gonçalo encontravam-se arruinadas. Salienta-se neste documento[319]que para esta situação contribuíam a dificuldade do uso do porto, a perda do monopólio do comércio de escravos e o traslado da capital da capitania para a Praia, o que se traduzia em perda de receitas, abandono da população e ruína generalizada. Acrescenta-se ainda que a situação foi dramaticamente descrita pelos oficiais da Câmara da Ribeira Grande, que naquele ano se tinham encomendado à piedade de João V de Portugal (1706-1750). A respeito da restauração da fortaleza, só foi reconstruído na segunda metade do século XVIII e que sofreu intervenção de conservação e restauro entre 1968 e 1970, e recentemente, em 1999. Esta última registou-se no âmbito do plano de recuperação da

fortaleza foi qualificada como de "bom tamanho, e bastante provida", mas 13 anos depois, em carta em que o Governador D. Francisco de Moura informou a Filipe III de Espanha (1598-1621) da situação da defesa, foi dada como "mui arruinada". A causa apontada era a de ter sido construída com pedra de barro, e o remédio recomendado era o uso da cal que se trouxera para reformar um lanço de muro, além de mandar fazer fornos de cal e acumular pedra para acometer o resto das reparações. Posteriormente, em carta de 11 de julho de 1619 o Capítulo da Catedral de Cabo Verde certificou que o governador Moura reparara a fortaleza, assim como os baluartes das cidades da Ribeira Grande e da Praia, ordenando também trazer da ilha de Maio grande quantidade de lajes de pedra para o pavimento de baluartes e baterias, e permitir a deslocação de canhões novamente colocados nas suas carretas, participando pessoalmente no transporte de materiais. Fonte: BRASIO, António - *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. II (1500-1569).

[318] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

[319] Ibidem

Cidade Velha, por iniciativa do Ministério da Cultura de Cabo Verde, sob a coordenação do arquiteto português Siza Vieira, com recursos e execução da responsabilidade da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e que estas escavações arqueológicas recentes trouxeram à luz os muros dos antigos quartéis e da casa do Capitão-general[320]. Alude-se que a fortaleza encontra-se incluída no conjunto da Cidade Velha, classificado pela UNESCO como Património Mundial desde 2009 e apresenta as características que a seguir transcrevemos:

> *"Exemplar de arquitetura militar, abaluartada, na cota de 120 metros acima do nível do mar. Apresenta planta no formato trapezoidal, com muralhas em aparelho de pedra, dois baluartes pentagonais completos nos vértices a este e a oeste, separados por cortinas, e dois meio-baluartes, a norte e a sul, com respectivas guaritas. Por se situar no lado de terra, sobranceira à povoação da Ribeira Grande, não era possível que, da fortaleza, se fizessem tiros de curto alcance, pelo risco de atingir a povoação. O interior da fortificação é acedido por duas portas: o portão principal, rasga-se na muralha sudoeste, para o lado da cidade. No terrapleno, ao abrigo dos muros, encontra-se a Casa do Governador (próximo ao meio-baluarte sul) e, fronteira a ela, a capela de São Gonçalo. Ainda no terrapleno, aproximadamente ao centro, abre-se uma cisterna. A sudeste, erguem-se o paiol da pólvora e os armazéns, e a oeste, no mesmo alinhamento, os quartéis da tropa. Ao norte e ao oeste, um muro de 480 palmos de altura fechava a defesa. Acredita-se que a praça estava artilhada com nove peças do calibre 18.O conjunto defensivo era integrado ainda por sete pequenas fortificações, a saber: Forte de Santo António; Forte de São João dos Cavaleiros; Forte de São Veríssimo (os três na margem esquerda da Ribeira Grande); Forte do Presídio (ao centro, sobre a praia) com a chamada "Muralha do Mar", ligando o forte de São Veríssimo ao Forte de São Brás (na margem direita da Ribeira Grande); e mais dois fortes a oeste deste; Forte de São Lourenço, com uma grande muralha denteada, fechando o acesso à parte ocidental da cidade e Forte de Santa Marta, atualmente desaparecido. O cruzamento dos fogos destes fortes, dois a dois, deveria repelir qualquer ataque vindo do mar, ao longo de toda a extensão do porto"*[321].

O ataque da cidade pelos piratas e corsários trazia graves consequências para a cidade. As igrejas e edifícios religiosos que eram poupados passaram a ser pilhados também. Durante o saque de Cassard a 4 de Maio de 1712, para além de levar as munições de bronze da Fortaleza e de danificar as de ferro, invalidando-as, levou mais de 110 peças de escravos, entre foros e cativos, levou os sinos da Sé e de quantas igrejas existiam na cidade, quanta prata e vasos sagrados havia neste edifício, e por fim o *"Santo Cruxifixo*

[320] Ibidem
[321] BRASIO, António - *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. II (1500-1569).A.G.U.. Lisboa. 1963.

do Santo Lenho", todos os cálices das igrejas que existiam na cidade, *"afora todas as coisas que o povo escondera nas igrejas e conventos, cuidando que ali estariam seguros, todas as fazendas que pelas casas acharam, mesas, escritótrios, contadores, leitos, tudo o que tinha metal não escapou"*. *"A cidade foi paulatina e definitivamente abandonada"*[322]. O sistema de defesa da cidade, sendo deficiente, não permitia a segurança nem sequer nas igrejas. Este apontamento bastante elucidativo dá a ideia de quão importante era que o sistema de defesa funcionasse na época, para salvaguarda das pessoas, de seus bens e também dos edifícios religiosos e os bens da igreja.

Outro pormenor não menos importante é o facto de muitas ermidas e capelas serem construídas nos fortes e fortalezas, na época, o que sugere a invocação de santos que proviessem, afastando o mal, os ataques, ou protegendo a todos os que fossem fustigados pelos piratas, nos momentos difíceis. A capela de S. Gonçalo pertence ao conjunto de construções da Fortaleza que analisamos com pormenores, sobretudo a sua restauração, pois, nos documentos estudados para esse fim, foi possível recolher elementos que nos permitiram analisar esta capela e recensear elementos que, associados a outros, a respeito do seu restauro, permitir-nos-ão ter uma ideia mais completa deste edifício.

1.5.1 Restauro da capela de S. Gonçalo.

A Capela de S. Gonçalo foi restaurada aquando da restauração da Fortaleza. Uma memória descritiva foi realizada para a construção de um Abrigo - Café[323] que devia localizar-se dentro da Fortaleza, sugerida pelo Governador Major Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar ao abrigo do ofício 900 de 24 de Setembro de 1959 que previa *"um compartimento onde se pudesse ser servido café da província e um ou outro prato regional aos turistas que visitassem a Cidade Velha. Instalações sanitárias e um pequeno compartimento para exposição e venda de recordações e de artigos de*

[322] BRASIO, António - *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. II (1500-1569), A.G.U.. Lisboa. 1963, p. 366.
[323] Restauro da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça, na Fortaleza Real de S. Filipe. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de urbanismo. *[1 cm]*; cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Dez. 1969. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

fabrico local"[324]. Estava prevista a construção de um edifício de um só piso com cobertura em terraço, com capacidade para 20 turistas. Depois de descrever o edifício, já no final do documento, indica-se que se devia assinalar com um cruzeiro, o local onde ficava a capela de S. Gonçalo, com uma imagem deste santo e uma inscrição que desse uma nota histórica e de interesse em frente ao café. Este documento é de 8 de Março de 1960 e está assinado por Rodrigo Guilherme Sampaio Viola, representante dos arquitectos e Armando Girão, Engenheiro Director, fazendo estes parte da Comissão de Revisão. Não pudémos ter a confirmação se esta obra se realizou mas dados arqueológicos expostos no item que se segue, referem-se a estas construções. A memória descritiva não se refere à capela de S. Gonçalo. As referências a este edifício estão enquadradas nos items das medições, no capítulo I,II,III, IV e V, na rúbrica que se refere a obras da casa do Governador da Praça[325]. **Nos diversos da memória descritiva constam um campanário incluindo a sineta da capela; uma cruz de ferro forjado com base em pedra na fechadura da capela; arcaz para paramentos, na sacristia, uma unidade; altar incluindo banqueta e sopedaneo, uma unidade**[326]. O Orçamento indica os montantes das despesas em escudos por capítulo, pelo que, não especifica os montantes para os trabalhos da capela. O montante total da restauração da Fortaleza está orçada em 1. 474.108$00. Assina Luís Benavente, em Lisboa, a 5 de Julho de 1970[327].

1.5.2.1. Intervenção arqueológica na capela de S. Gonçalo.

Os trabalhos arqueológicos realizados na Fortaleza incluíram intervenções na Capela de S. Gonçalo[328]. Elementos importantes para a análise deste edifício foram descobertos na

[324] Ibidem
[325] Restauro da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça, na Fortaleza Real de S. Filipe. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de urbanismo. *[1 cm]*; cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Dez. 1969. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[326] O negrito é nosso.
[327] Restauro da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da praça na Fortaleza Real de S. Filipe. [*Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de urbanismo]*. *[1 cm]*; cópia. (Assinatura de Luís Benavente). Caixa 1819 MIT. Dezembro 1969. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[328] ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres. Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe. In *CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM***.** (Selecção de textos e fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência Espanhola de Cooperação Internacional com a colaboração do Ministério da Cultura de Cabo Verde. (tradução em português de Santiago Figueiredo). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Coopéracion para el desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s. d.).

intervenção arqueológica realizada por uma equipa de arqueólogos. A intervenção foi realizada mediante um plano com objectivos para a actuação geral. Dado a esta situação, analisamos brevemente a Fortaleza e descrevemos como se efectuou a restauração da mesma, para que se pudesse compreender melhor como e porque foi restaurada a capela de S. Gonçalo, um dos edifícios que faz parte do conjunto dos monumentos Sacros da Cidade Velha. Sabemos que a superfície da Fortaleza foi dividida em vários áreas. A capela de S. Gonçalo fazia parte da área a que compreendia ainda a Casa do Governador e os Quartéis. Com efeito, estas três construções localizam-se na mesma área, havendo interligações entre a Casa do Governador e a Capela. Esta foi identificada na intervenção do recinto 1. Neste documento[329]precisa-se que a função desta capela é conhecida nos documentos do século XVIII, (sem os especificar) e que tem comunicação directa com a Casa do Governado, havendo indícios de um vão perdido a oeste, pois na intervenção arqueológica verificou-se que os muros da capela estavam encostados às paredes deste muro. Indica-se ainda que esta capela tinha forma rectangular, tendo 5,10 por 3,65 metros e uma superfície de 18,5 m2[330].

> A cabeceira orientada para este segue as normas comuns, e teria um pequeno altar protegido por um gradeamento e portas de madeira de dupla folha como se constatou, pela existência de uma base de calcário sobre o solo. Deduziu-se que o acesso ao Altar devia ser pelo sul, embora uma vala construída posteriormente, que cortou o empredado, tivesse eliminado qualquer evidência do mesmo. Este vão está representado nos planos de 1770 e de 1778 de Andrea. No que respeita ao pavimento, verificou-se que abaixo do nível superficial de barro vermelho, comum a todas as divisões e realizado posteriormente aos trabalhos de escavações de 1966, descobriu-se um nível de argamassa de cal que cobria quase toda a divisão e a preparação de um solo de ladrilhos. Na face interior do muro norte conservavam-se restos de uma de mão de cal[331].

[329] Ibidem
[330] Ibidem
[331] ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres. Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe. In *CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM***.** (Selecção de textos e fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência Espanhola de Cooperação Internacional com a colaboração do Ministério da Cultura de Cabo Verde. (tradução em português de Santiago Figueiredo). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Coopéracion para el desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d.).

Dados acerca da capela de S. Gonçalo rareiam mas, com este estudo, obtivemos elementos que nos permitem ter uma ideia mais ampla e precisa desta capela.

1.6. Intervenção arqueológica no forte de S. António - a Capela de S. António.

Em 1703 foi concluído o forte de S. António *"que ficava a beira mar e a este da Ribeira"*[332]. Este forte ficava defronte da porta da ermida de Santo António, e foi construída à custa do sargento-mór Manuel Lopes Lobo. O plano havia sido dado pelo sargento-mór Francisco Pimentel, mas o Governador D. António Salgado havia proposto algumas alterações, tendo o rei mostrado o seu desacordo, tendo mandado depois o Governador Lemos de Mascarenhas, que se seguiu àquele, que se executasse como mandava o primeiro plano. O Governador de Cabo Verde, Bartolomeu de Sousa e Brites, a 24 de Março de 1764[333] dera a conhecer ao Reino a ruina em que se encontravam os fortes e em relação ao de S. António, refere que estava reduzida a quatro velhos pardeeiros, e guarnecidos por quatro peças de calibre 18. Permanece a ideia de que os fortes só eram reconstruídos depois de arruinados ou em estado avançado de degradação. É de supor que este forte tenha sido restaurado ou reconstruído, pois o processo estava já na posse das autoridades do governo central. Não se pode com isso afirmar que a ermida tenha sido restaurada também. Não pudemos também comprovar documentalmente quando é que esta ermida passou a capela. Nas plantas mais recentes vem sempre o nome *"capela".*

A indicação na Planta da Fortaleza de 1770[334] pertencente ao engenheiro António Carlos Andrea, traz as letras e respectivas explicações na legenda, um quadro demonstrativo dos materiais e dinheiro necessários para as obras a executar no forte de S. António, além dos fortes de S. João dos Cavaleiros, S. Brás e S. Lourenço (figura 33). Esta cartografia está anexa à carta do governador de Cabo Verde, Joaquim

[332] BARCELLOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Vol. I. Parte III. 2ª Edição. 1905, p. 366. In PEREIRA, Daniel - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 152.
[333] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. , Vol. II. Parte III. 2ª Edição. 1905, p. 41-42. In PEREIRA, Daniel - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 160.
[334] Cabo Verde. Papéis avulsos. 15 de Julho de 1770. 024. D 122. AHU–ACL.

Saldanha Lobo, dirigida a Martinho de Melo e Castro, em que informa acerca de vários assuntos relativos ao seu governo. Envia três plantas das fortalezas da Cidade da Ribeira Grande, para além de recomendar o desenhador que os realizou, bem como os meios para a reconstrução dos fortes indicados. A localização dos pequenos fortes e do Forte de S. António está indicada nas imagens da figura 33 (ANEXO XII).

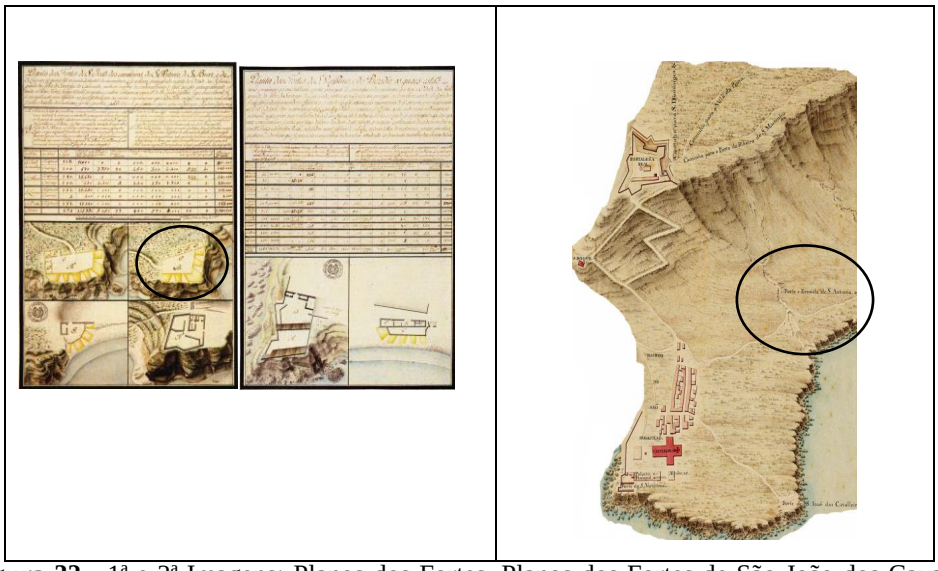


Figura 32 - 1ª e 2ª Imagens: Planos dos Fortes. Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo,do Presídio, de São Brás e de S. Lourenço. Fonte: *[Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo e de Presídio, de São Brás e de São Lourenço]*. *[Cart. 024]*. *[D 122]*. AHU –ACL. Aguarelas de 1770, arquivos numéricos do IIPC[335]. 2ª Imagem: Plano dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio. Fonte: *[Planos dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio]*. *[Cart. 024]*. *[D 446. AHU –ACL]*. Cabo Verde. Papéis avulsos. 15 de Julho de 1770. 3 ª imagem: Localização do Forte de S. António. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

Daniel Pereira[336] apresenta uma imagem do Forte de S. António do sec. XVIII, foto de José Tomás Marçal (sec. XX) apresentada na figura 34, terceira imagem, em que reclama o estado de ruina deste forte, que estava ao abandono, temendo que fosse engolida por novas construções**.**

[335] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[336] PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (revista e ampliada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 192. (ilustrações).



Figura 33 - Forte de S. António. Foto de José Marçal (Sec. XIX). Fonte: PEREIRA, Daniel - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 160.

Um projecto de requalificação do Forte de Santo António foi promovido no âmbito do protocolo estabelecido entre a Curadoria da Cidade Velha e a Câmara da Ribeira Grande de Santiago, e contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian[337]. Deslocaram-se a Cabo Verde alunos cabo-verdianos da Escola ALSUD - (Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alengarve), de Mértola (Portugal), financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, ao abrigo das Parcerias para o Desenvolvimento de Língua e Cultura Portuguesas. Os alunos e professores portugueses estiveram em Cabo Verde, de 27 de Abril a 22 de Maio (2015), para fazerem escavações arqueológicas e recuperar alguns espólios da época, sendo que os resultados contribuiram para reforçar a história e as informações existentes.

1.7. As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde.

Relativamente às intervenções de Luís Benavente[338] em Cabo Verde[339], que consideramos serem muito importantes para a salvaguarda da cidade, de que este se

[337] Fonte: [0689] Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) financia trabalhos de requalificação do Forte de Santo António. [Em linha]. (2015). [Consult.a 01.03.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html.

[338] O Documento em estudo apresenta os seguintes dados biográficos de Luís Benavente: Luís Benavente, originário de uma família ligada à arquitectura e à construção, frequentou a Escola de Belas Artes, em Lisboa, iniciando o curso de Arquitectura em 1925, que veio a concluir em 1930, na Escola de Belas Ar-tes do Porto. Em simultâneo, trabalhou no estrangeiro, com profissionais da área. Foi delegado de Portugal na comissão internacional que elaborou a carta de Veneza - documento sobre a conservação e restauro do património, em 1964, na sequência da realização do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. A Carta de Veneza levou à criação de um outro organismo, dependente da UNESCO, o International Council of Monuments and Sites - ICOMOS - do qual Luís Benavente foi sócio fundador. Em 1968, e para a UNESCO, participou na preparação da Recomendação acerca da

apaixonara, destacamos os seguintes momentos, e passagens bem elucidadtivas a este respeito:

> *"Na altura da passagem do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio do milénio da descoberta do arquipélago de Cabo Verde, nos anos 60, verificamos que surge um interesse em preservar algumas das construções históricas da Cidade Velha, legado nacional, primeira cidade criada por portugueses em território africano. As cartas patrimoniais européias de conservação do património influenciaram as autoridades portuguesas numa altura onde havia necessidade da inclusão de leis que viessem a proteger os monumentos históricos. No próprio texto da Carta de Atenas havia recomendações no sentido de que os poderes públicos tivessem responsabilidades quanto à preservação. A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afecto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante uma actuação apropriada dos poderes públicos, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer actuação que possa degradar os monumentos (...)*[340].

Este documento alude aos trabalhos de Luís Benavente nas áreas ultramarinas e afirma terem representado um importante testemunho sobre os principais monumentos existentes, o estado do Património Construído e o contexto administrativo em que nesse campo as actuações oficiais se processavam, nas três derradeiras décadas do Ultramar português.Explica que este especialista, dos trabalhos realizados nos territórios ultramarinos, dedicou mais tempo a Cabo Verde, realizando sucessivas viagens de trabalho, principalmente na ilha de Santiago, entre 1962 e 1973, e que o trabalho deste visava a realização de restauros de monumentos concretos, mas também trabalhou no aperfeiçoamento de instrumentos legais e teóricos com vista à protecção e conservação

---

conservação dos bens culturais postos em perigo. Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

[339] As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s. d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

[340] Adianta-se ainda: Talvez as repercussões não tenham sido imediatas, pelo menos em Cabo Verde. As primeiras intervenções realizadas pelo governo colonial português, que se tem registos em Cabo Verde, começaram por volta dos anos 60 sob a coordenação do arquitecto destacado para realizar as obras de recuperação: Luís Benavente nasceu em Lisboa, a 6 de Maio de 1902. Entre finais dos anos 50 e início dos 70 foi destacado do Ministério das Obras Públicas para o Ministério do Ultramar, realizando obras ao nível do património em missões ultramarinas, nomeadamente, igrejas, fortalezas: cidade de São Tomé - a partir de 1958 e até 1967; Ribeira Grande na ilha de Santiago de Cabo Verde - entre 1962 e 1973; Bissau e Cacheu na Guiné - 1962 a 1969; Índia - últimos meses de 1961. Passou igualmente por outros locais com património arquitectónico português, como o Gana, a África do Sul, a Etiópia, Ormuz, Malaca, Sacramento. Estes trabalhos decorreram, principalmente, entre meados dos anos 50 e os anos 60 e 70. Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

do seu valioso património local. Na Cidade Velha, realiza importantes actuações, começando pelos trabalhos do pelourinho, das igrejas, da Fortaleza, e um projecto para a Sé Catedral, intervindo em obras de reconstrução do Pelourinho, pois é obrigado a refazer uma das pedras calcárias do seu torso manuelino que foi trabalhada em Portugal. O monumento, ainda hoje intacto no centro da Cidade Velha, recebeu uma Esfera Armilar e uma Cruz de Cristo em metal"[341].

Relativamente às intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde este documento frisa[342]*:O arquitecto Luís Benavente participou na redacção final da Carta de Veneza, que é considerada por muitos como a matriz fundadora dos documentos modernos sobre intervenções no Património Cultural.* Citando Choay salienta que *"O monumento histórico entra então na sua fase de consagração, de que se pode fixar o termo por volta dos anos de 1960, ou, se se quiser encontrar uma outra fronteira simbólica, em 1964, data da redação da Carta de Veneza"*. Lembra-se que em Maio de 1964 é publicada a Carta de Veneza, que exemplifica que *"o monumento não pode ser separado da história da qual é testemunho e nem do ambiente no qual se encontra"* e, em seu primeiro artigo, já clarificara, na formulação conceitual, do que seria monumento histórico:

> *"A noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitectónica isolada, como o ambiente urbano ou paisagístico que constitua o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção se aplica não somente as grandes obras, como também as obras modestas que com o tempo tenham adquirido um significado cultural"*[343].

Refere-se ainda que o conhecimento e a experiência da Carta de Veneza, leva Benavente a redigir importantes documentos em Cabo Verde e que no campo dos documentos escritos desenvolve significativo esforço relativo à salvaguarda do Património local, redigindo sucessivamente:

[341] As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html
[342] Ibidem
[343] Ibidem

- Relatório acerca da Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde – Setembro de 1969;
- Inventário do Património Histórico-Artístico da Antiga Cidade da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago – Província de Cabo Verde – Março de 1971;
- Programa para as obras de Restauro do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde 1972-73;e
- O 2º Projecto de Legislação para o Património de Cabo Verde – 1972-73.

Acrescenta-se ainda que, no Relatório acerca da Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde, de Setembro de 1969, Benavente analisa as obras existentes e as acções que, para solucionar os problemas verificados, deviam ser postas em prática.

> *"A primeira parte do relatório é matéria sumária acerca do património histórico-artístico da Província de Cabo Verde, sua descrição, modo de protecção, restauro e valorização. Realça a necessidade de inventariação, classificação e valorização do património nacional. Entre várias propostas de estudo e de realização de obras de restauro propõe o estudo da localização das verdadeiras construções da cidade da Ribeira Grande de acordo e, por intermédio de documentos fiéis; propõe a elaboração de um estudo de localização e elaboração do projecto para o Museu Arquivo para a exposição e guarda de objectos e documentos da província; pesquisa na metrópole de motivos que serviram a exposições, especialmente a de 1940, designadamente estátuas de navegadores, no sentido da sua cedência pela metrópole para o enriquecimento do Museu-Arquivo Histórico da Província"*[344].

Recomenda-se que as modestas casas da localidade deviam ser objecto de demolição ordenada e progressiva, recuperando-se as cantarias e outros elementos que nela se encontravam. Tais peças deviam ser documentos de estudo e classificação. Sugeriu uma redistribuição de terras, de casas e de execução de outras instalações como forma de valorizar a cidade, afastando do centro as actividades ligadas à criação de gado. Estas

[344] As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

recomendações tinham em vista o pretendido desenvolvimento e incremento do turismo na Cidade Velha.

Recomenda-se porém algumas medidas visando a defesa dos interesses da população, como a criação de assistentes sociais que trabalhem os aspectos morais dos habitantes, cuidados com a higiéne, organização de famílias e sua manutenção, cumprimento de deveres cívicos, etc. Os habitantes deviam ser ocupados não só a actividades ligadas à agricultura, pesca e pastorícia, mas também no desenvolvimento de artesanatos que permitiriam valorizar, por exemplo, os trabalhos em palha, sobretudo chapéus. Sob o ponto de vista comercial, os habitantes da localidade teriam os rendimentos necessários à sua manutenção. Salienta-se que em 1972, elabora em Lisboa, o Programa para as obras de Restauro do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde 1972-73, com o objectivo de dar continuidade à execução de obras já iniciadas e à realização de outras. Tal programa incluía: a Igreja de Nossa Senhora das Graças em Chã de Tanque, cuja presença no projecto é justificada pelo precário estado de estabilidade do edifício do século XVI; a Muralha do Mar, da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago, que foi incluído no projecto, a fim de consolidar-se as realizações existentes e garantirem ocupação aos habitantes da região; A Capela em Ponta Verde, pela necessidade de realizar uma primeira consolidação em sua estrutura, seguida de um trabalho de recuperação e restauro; A Capela de São Roque, cuja estrutura tinha sido concluída, mas aguardava a execução e colocação de cantarias; A Igreja de Nossa Senhora da Luz, a fim de se consolidar a base sineira; A Fortaleza Real de S. Filipe; O Forte de São José na Ilha do Maio e verificação do estado de algumas imagens restauradas.

Quanto à legislação precisa-se:

> *"No primeiro Projecto de Legislação para o Património de Cabo Verde – 1971 no seu parágrafo introdutório começa por sublinhar a existência em Cabo Verde de um património tão português e tão valioso sob o ponto de vista histórico e artístico, o que requer a sua protecção. No segundo Projecto de Legislação para o Património de Cabo Verde uma reestruturação do primeiro, divide o património histórico e artístico em dois grupos – imóveis e móveis – e cria para os primeiros a*

classificação de "Monumento Nacional da Província de Cabo Verde" e para os segundos " Móvel Arrolado da Província de Cabo Verde"[345].

Segundo o documento, cabia ao Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar a análise e apreciação dos processos onde estariam descritos os elementos dos monumentos concorrentes à classificação. Os processos aprovados seriam remetidos pelo Governador da Província ao Conselho Legislativo para sua confirmação. Só assim a peça em causa seria proclamado "Monumento Nacional da Província de Cabo Verde", no caso de imóveis e " Móvel Arrolado da Província de Cabo Verde" no caso dos bens móveis"[346].

Assim, elaborou as disposições legislativas que garantiam a existência e classificação do património histórico artístico, que permaneceu nos arquivos. Luís Benavente, para além dos trabalhos realizados na Cidade Velha, realiza muitos projectos de levantamentos, restauros e intervenções secundárias que têm execução em 1969: Igrejinha de Nossa Senhora das Graças (abobada), em Chão de Tanque, perto de Assomada – levantada em 1962; Igrejinha de São João Baptista, a poente da Cidade Velha – levantamento de 1962; Capela de Nossa Senhora da Luz, a norte da cidade da Praia – projectada em 1967; Capela de Santissima Trindade, nos arredores da cidade da Praia - levantada em 1962;Cais de São Januário na Praia - levantada em 1962; Fortim d'El-Rei, no Mindelo, na ilha de São Vicente, estudo de 1970. Desenhou, projectou ou reedificou estes projectos.

Refere-se ainda, neste documento, que apenas após a independência *"as atenções voltam-se para Cidade Velha e para as questões do património"*, e que para isto concorreu a criação do Ministério de Educação e Cultura e mais tarde o Instituto Nacional de Cultura e surgem na imprensa escrita e radiofónica em Cabo Verde discursos que mostram que havia toda uma preocupação com as ruínas da Cidade Velha. Cabo Verde como nação só poderia tomar uma atitude em relação à Cidade

[345] As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html
[346] Ibidem

Velha após a independência. Alude-se ao repto lançado por Mesquitela Lima[347] às autoridades, em 1965, para a criação de um museu.*"Eu próprio, em 1965, aquando de um conjunto de conferências que proferi em S. Vicente e na Praia sobre Angola, lancei a ideia e um repto que foram aceites. Porém a iniciativa nunca se concretizou. Razões de vária ordem terão concorrido para tal*". Ficamos ainda a saber por este documento que depois da independência de Cabo Verde, as autoridades cabo-verdianas encomendaram um projecto museológico ao antropólogo Mesquitela Lima, mas que por razões várias, não especificadas, o projecto não foi materializado.

Um outro apontamento refere que:

> *Luís Benavente [348], enviado pelo Estado português para intervir no restauro dos monumentos locais, considerou a intervenção na fortaleza prioritária. No seu relatório de 16.10.1962, incluía um mapa global da Cidade Velha da Ribeira Grande e da Fortaleza de São Filipe. Aqui definia um programa para as "Construções Interiores da Fortaleza Real de São Filipe", com reconstrução ou nova construção, que incluiria a Casa do Governador da Praça, a Casa dos Oficiais e da Guarda, a Cisterna, a Rampa da Artilharia e a Casa da Guarnição/Abrigo para a Juventude. Conhecem-se desenhos para as respectivas obras, com projetos já de época posterior (30.12.1969), orientados para a "reabilitação", do ponto de vista do "seu restauro e da sua reposição como ambiente fortificado". No local, em inícios dos anos 1990, podiam constatar-se os resultados do restauro das muralhas de São Filipe, que deviam corresponder, tanto quanto de sabe, à campanha do projeto de Luís Benavente (com obras realizadas entre 1969 e 1973); mas o estado das ruínas no interior do forte, de que apenas se reconhecia o volume da cisterna, não permitia ajuizar da realização ou não do restante programa. De qualquer modo, em fins de 1972, durante as obras, Luís Benavente referia*

[347] Para Mesquitela Lima, a criação de um museu em Cabo Verde devia assentar na capacidade criativa do cabo-verdiano e devia ter como objectivo fundamental um certo número de funções e de campos que se completam. Deveria constituir:
- um centro de estudos no âmbito de todas as ciências humanas e sociais, tanto nos seus aspectos sincrónicos e diacrónicos;
- um museu aberto ao grande público e onde se procurará expor toda a obra cultural (no seu sentido pleno) produzida pelo cabo-verdiano, não esquecendo que as exposições deverão revestir, de uma maneira sistemática, formas didáctico-pedagógicas, com o objectivo de fornecer ao visitante e ao utente elementos para a compreensão do que é a cultura cabo-verdiana;
- um museu que procurará, na medida do possível, situar a cultura cabo-verdiana no contexto histórico-cultural da humanidade.
Defende que o desenvolvimento da tecnologia moderna dá a possibilidade de pensarmos num museu com as características supracitadas, na base de reproduções, réplica e elementos áudio-visuais. Tal museu deve estar ao serviço de uma compreensão da cultura do outro (ou dos outros) mas também e intensamente na compreensão do eu e do nós, da nossa cultura. Afirma ainda que é forçoso ultrapassar a museologia tradicional. A preocupação seria a de encontrar um novo discurso museológico, onde a linguagem permite ao utente ser mais actor do que simples espectador, tentando o melhor possível ambientar os objectos expostos. Fonte*:* As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult.a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

[348] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

que, em função da descoberta da antiga capela, iria refazer o projeto (presume-se que da casa do governador). Atualmente a fortaleza encontra-se em excelente estado de conservação, após as sucessivas obras de consolidação e restauro realizadas nos últimos anos"[349].

O alcance dos trabalhos de Luís Benavente podem não ter abarcado toda a necessidade premente da época, em questões que se prendem com a conservação e o restauro de monumentos, mas é inegável o valor das suas intervenções e o contributo que deu para a salvaguarda do património cultural da Cidade Velha e de Cabo Verde. Bem-haja[350].

2. Monumentos Civis e Espaços Públicos.

Entre os monumentos civis e espaços públicos indicam-se o Pelourinho e o seu largo, a Muralha Antiga, que é o muro da protecção da Cidade, e a Torre de Vigia. Referimos já aos dois últimos, a muralha antiga que se localiza na entrada do porto e faz parte do sistema defensivo da cidade, e a torre de vigia que também faz parte deste sistema. Destacamos neste item, a Praça do Pelourinho, representada na figura 35, um monumento civil que se localiza na praça do pelourinho, um espaço público, o principal ponto de encontro dos moradores da cidade, dos turistas e visitantes, e que constitui uma passagem obrigatória dos que viajam da capital, a cidade da Praia, em direcção a João Baptista, Salineiro, Santana ou Porto Mosquito, localidades periféricas à Cidade Velha. Sendo no passado o espaço onde eram publicamente açoitados os escravos, é hoje um ponto de encontro por excelência. Acolhe os visitantes que podem passear também pelas ruas pavimentadas pois há pouca circulação de viaturas. Os muretes de

[349] Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde . Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 15.02.2014]. Disponível em: http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165

[350] Luís Benavente, originário de uma família ligada à arquitectura e à construção, frequentou a Escola de Belas Artes, em Lisboa, iniciando o curso de Arquitectura em 1925, que veio a concluir em 1930, na Escola de Belas Ar-tes do Porto. Em simultâneo, trabalhou no estrangeiro, com profissionais da área. Foi delegado de Portugal na comissão internacional que elaborou a carta de Veneza - documento sobre a conservação e restauro do património, em 1964, na sequência da realização do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. A Carta de Veneza levou à criação de um outro organismo, dependente da UNESCO, o International Council of Monuments and Sites - ICOMOS - do qual Luís Benavente foi sócio fundador. Em 1968, participou, para a UNESCO, na preparação da Recomendação acerca da conservação dos bens culturais postos em perigo. (www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1614) Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html

pedra e "os bancos integrados nas paredes das casas são espaços de confraternização que convidam ao sossego"[351].

2.1. Monumentos civis - o Pelourinho.

O Pelourinho é uma coluna de pedra colocada em lugar público, da cidade ou vila, e na qual os municípios exerciam a sua justiça[352]. Era o distintivo da jurisdição de um concelho e de sua autonomia municipal. Em Portugal, os pelourinhos ou picotas, designação mais antiga, localizavam-se sempre no interior dos centros urbanos, normalmente em frente do edifício da câmara, isto é, no fórum da vida comunal dos vizinhos, desde que foi permitido erigir este edifício, em finais do sec. XII. Eram erigidos a expensas da Câmara, sem um critério uniforme, mas contando com a habilidade do pedreiro ou do quantitativo disponível. Cerca de 1512 *"a cidade da Ribeira Grande possuía já uma Câmara . No largo, frente ao mar, um pelourinho simbólico apruma o fuste de pedra alva e capitel lavrado ao gosto manuelino, enquanto símbolo dos privilégios da terra e das liberdades das gentes"*[353].

O Pelourinho ou Picota da Cidade Velha, localiza-se na Praça do Pelourinho como apresenta a 1ª imagem da figura 35 (ANEXO XIII).

[351] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2015]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[352] PEREIRA, Daniel A. – Marcos Cronológicos da Cidade Velha. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2ª Edição (Revista e aumentada). 2009.

[353] Ibidem



Figura 34 - 1ª Imagem: Imagem actual do Pelourinho depois de ser restaurada[354]. 2ª Imagem*:* A Cruz de Cristo e a esfera armilar do Pelourinho. Fonte: Acervo documental da Curadoria da Cidade Velha. 3ª Imagem: O Pelourinho sem base antes de lhe ser dada uma base quadrangular. Fonte: Acervo documental e fotográfico da Curadoria da Cidade Velha. 4ª Imagem: O Pelourinho com base quadrangular. Fonte: Acervo documental da Curadoria da Cidade Velha. 5ª e 6ª Imagens: Planta do pelourinho da Ribeira Grande e planta da sua base – remodelação e restauração por Luís Benavente nos anos 60[355].

Referindo-se a Chaves (CHAVES,1948, 50), Lourenço Gomes (GOMES, 2006, 174) caracteriza o pelourinho da cidade da Ribeira Grande, aludindo que mede em altura 4,20 metros e está constituído por quatro partes:

- Plataforma ou base, composta por três degraus poligonais que o liga ao solo.
- Uma Fuste estriado de arestas, torcido para esquerda e que apresenta uma argola de ferro embutida ao centro;

[354] Fonte: Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 18.03.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

[355] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)* . 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

- O capitel que mostra elementos ornamentais sob a forma de relevo entrelaçados, semelhante à coluna coríntia "também ornado" em vulto tronco-cónico, com ornatos de laçaria cruzada;
- Uma estrutura que serve de remate e que garante a fixação de quatro ganchos de ferro, concebida em forma de tronco de cone estriado e sobre o qual se apoia uma esfera armilar, encimada de uma Cruz de Cristo.

Carlos Santos[356] apresenta a planta do pelourinho da cidade da Ribeira Grande, utilizada na remodelação e restauração por Luís Benavente nos anos 60, que se assemelha à descrição de Lourenço Gomes, representada na imagem 5 e 6 da figura 35. O Pelourinho da Ribeira Grande apresentava-se degradado antes de ser restaurado e remodelado nos anos 60 por Benavente, como confere a 3ª imagem da figura 35 e não dispunha de uma base visível. Obras realizadas ainda antes dos anos 60 a deixaram com uma base quadrangular como se apresenta na 4ª imagem da mesma figura. Foi removido e enviado para Portugal a 15 de Novembro de 1962 para ser restaurado, mas na realidade só em 1963 se efectuou a restauração (GOMES, 2006, 176). Apresenta-se actualmente em bom estado, como provam a primeira e a segunda imagem da figura 35.

O Pelourinho apresenta o padrão que evidencia toda uma iconografia expressiva da presença e do passado português nestas ilhas, com a Cruz de Cristo, outro elemento caracterizador do ecumenismo luso, e a esfera armilar, representadas na 2ª imagem da figura 35. Esta traduz o conhecimento do mundo, que *"a expansão portuguesa proporcionou na gesta dos descobrimentos. Estes elementos testemunham esse passado e ao mesmo tempo ilustram fragilidades defensivas ante possíveis ataques de corsários, em que muitas vezes, relata a documentação, que não encontraram qualquer resistência*[357]*"* .

Sendo o mais pequeno dos monumentos da Cidade Velha, é um dos mais significativos, pois é um testemunho e um símbolo do poder municipal da época. É construído em

[356] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)* . 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[357]BRÁSIO, Pe. António – Monumenta Missionária Africana (África Ocidental). Vol. II. In PEREIRA, Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edicão (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

mármore branco, em estilo manuelino, no século XVI (em 1512 ou 1520). Erguido no centro da praça central, este testemunho sobreviveu com o tempo e foi um dos primeiros monumentos a beneficiar de restauro, em finais de 1960. Está em bom estado de conservação como atesta a imagem da figura 35 (PEREIRA, 2004).

Uma inovação das obras de restauro foi a modificação da base do Pelourinho. A terceira imagem da figura 35 (CHAVES, 1948, 49) pode ser comparada com a actual, a 1ª e a 2ª imagens representadas na mesma, o que mostra que se apresentava com uma plataforma ou base de forma quadrangular, e passou a ter uma plataforma composta por três degraus. O suporte que era quadrangular passou a ser octogonal. A Cruz de Cristo e a Esfera Armilar que haviam desaparecido, foram instaladas, como se apercebe na 2ª imagem. Encontra-se actualmente vedado. A introdução da esfera armilar que o encima deve ter sido colocada em 1960, segundo Daniel Perreira[358], pelo facto talvez de pertencer à época manuelina dado que a esfera era o símbolo pessoal do rei d. Manuel I e representava a expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI [359].

Na altura da passagem do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio do milénio da descoberta do arquipélago de Cabo Verde, nos anos 60, verificamos que surge um interesse em preservar algumas das construções históricas da Cidade Velha, legado nacional, primeira cidade criada por portugueses em território africano. Luís Benavente realiza importantes actuações na Cidade Velha: o pelourinho, igrejas, a fortaleza e um projecto para a Sé Catedral. *Relativamente ao Pelourinho, intervem realizando obras de reconstrução, pois é obrigado a refazer uma das pedras calcárias do seu torso manuelino. Pedra que foi trabalhada em Portugal. O monumento, ainda hoje intacto no centro da Cidade Velha, recebeu uma Esfera Armilar e uma Cruz de Cristo em metal[360]*. Ao analisar as intervenções que o pelourinho sofreu, Lourenço Gomes (GOMES, 1960) faz referência à posição tomada pelo arquitecto Benavente,

[358] PEREIRA, Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edicão (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

[359] A associação da esfera armilar com D. Manuel explica-se por factos históricos: Este monarca foi investido por D. João II em 1484, logo após o assassinato de seu irmão D. Diogo, Duque de Viseu, tendo D. João concedido a D. Manuel a esfera, por empresa, significando a esfera o mundo. Fonte: PEREIRA, Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edicão (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

[360] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)* . 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

escrevendo que no início da década de 60, *"O arquitecto propôs a remoção do pelourinho para a metrópole para ser restaurado em 15 de Novembro de 1962, o que veio a ocorrer em 1963".* Gomes (GOMES, 1960) compara a imagem do Pelourinho da 3ª imagem da figura 35, com uma descrição feita pelo próprio Benavente em 1960: "*(...) possuía no cimo ferros cruzados e argola no fuste da coluna (...)" e "(...) parte desta desapareceu e foi substituída por um troço de pedra no intuito de fazer as vezes do pedaço que não houve possibilidade de se reaver"*. O autor referido (GOMES, 1960) continua assim: *"(...) a parte superior da pinha encontrava-se quebrada e a caixa em que assentava a base da coluna estava em péssimo estado. Como percebemos pelas descrições, o estado em que se encontrava em 1960 não corresponde às aparências que a imagem de 1929 nos dá a apreender"*. Há ainda referências às intervenções realizadas no Pelourinho que indicam os trabalhos realizados por Luís Benavente, citados por Lourenço Gomes (GOMES, 1960). Continua o autor salientando que a parte superior da pinha encontrava-se quebrada e a caixa em que assentava a base da coluna estava em péssimo estado. Como percebemos pelas descrições, o estado em que se encontrava em 1960 após a restauração, também visível na 1ª imagem figura 35, não corresponde às aparências que se podia apreender da imagem de 1929. Na 2ª imagem desta mesma figura constam elementos novos, a esfera armilar e a Cruz de Cristo, que foram retirados mais tarde, após a independência nacional. Em 1973, nas vésperas da independência nacional, novas intervenções foram realizadas no pelourinho.

Carlos Santos[361], citando Luís Chaves (CHAVES, 1948), esclarece que trata-se de uma obra escultórica, cuja localização inicial não seria o sítio onde se encontra actualmente, no largo com o mesmo nome, mas no largo da Misericórdia, junto à Câmara. Refere ainda que, em termos analógicos, o pelourinho da Ribeira Grande, levantado em pedra branca trazida possivelmente do reino, *"enquadra-se nos seus contemporâneos, erguidos durante o reinado de D. Manuel no território português e além-mar"* o que está mais próximo da obra da ilha de Santiago é provavelmente o pelourinho de Benavente[362]. Justifica aludindo que em ambos, nota-se uma plataforma constituída por

[361]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

[362] MALAFAIA, Ataíde Eurico - *Pelourinhos Portugueses: Testamento de Inventário Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, p. 12. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

degraus de secção octogonal, três na da Ribeira Grande e quatro na de Benavente, com um ligeiro rebordo na parte superior. Informa ainda que as colunas ostentam nas suas bases um tronco de pirâmides octogonais, com as faces côncavas e três molduras escalonadas de tamanho decrescente, no sentido ascendente; os fustes, de superfícies curvas, apresentam caneluras de arestas, torcidas – para a esquerda em Ribeira Grande e para a direita em Benavente - e um nó de moldura redonda, a meia altura do fuste – simples na Ribeira Grande e geminado em Benavente; e finalmente, os capitéis são de estrutura tronco-cónica. O de Benavente tem um ornato em relevo mais rico, de folhas de hera estilizada e o da Ribeira Grande, uma decoração em laçaria entrelaçada. Esclarece ainda, citando Ataíde Malafaia[363] , que o pelourinho de Benavente foi edificado, ao que tudo indica, por volta de 1516, quando a povoação recebeu o foral novo, outorgado por D. Manuel.

Esplana ainda acerca do Pelourinho da Ribeira Grande comparando-a ao de Benavente, referindo que os remates dos dois pelourinhos, destinados a receber quatro ganchos de ferro convencionais, são cónicos e torsos, do tipo "pinha", sobrepujados por espécies de esferas achatadas, de acordo com Luís Chaves[364], e que no coroamento dos remates, observam-se esferas armilares e duas cruzes, de Cristo no de Ribeira Grande e o de Avis, de Benavente, existindo igualmente um certo paralelismo entre o pelourinho de Cabo Verde e o de Barbacena, nomeadamente na base, no anel inserido a meia altura do fuste e o remate em pinha[365].

Respeitantes aos trabalhos realizados com o restauro do Pelourinho, identificamos uma folha de vencimentos pagos aos trabalhadores[366] que participaram nos trabalhos de restauro. Junto a esta folha de vencimentos, de 9 novembro de 1962, com a nomenclatura, Cheque nº 149005, vem o seguinte registo: COMPANHIA DE SEGUROS FEDELIDADE - Prémio de seguro de 13 volumes contendo imagens religiosas e Pelourinho da Cidade Velha, em cantaria, que seguem para a metrópole a

[363] MALAFAIA, Ataíde Eurico - *Pelourinhos Portugueses: Tentâmen de Inventário Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, p. 12. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos- *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[364] CHAVES; Luís – *Pelourinhos do Ultramar Português*. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 1948. In Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[365] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[366] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

fim de serem reparadas[367]. Não foi possível encontrar documentos semelhantes que comprovem o restauro de 1973.

É comum saber que os restauros realizados nesta época na Cidade Velha, foram alvos de muitas críticas, pelo facto de alguns dos traços mais originais dos monumentos terem sido alterados, assim como o exagero em muitos restauros, afirma o autor deste documento[368], que presta ainda o seguinte esclarecimento: *"Os restauros mais antigos eram, por vezes, acompanhados de destruições de elementos artísticos de épocas anteriores, desaparecimento de vestígios arqueológicos e mais frequentemente reconstituições completas dos monumentos originais"*[369]. O Pelourinho teria sofrido algum revés mas, reveste-se porém de um grande simbolismo, e continua a ser um ponto de referência por excelência, da cidade da Ribeira Grande.



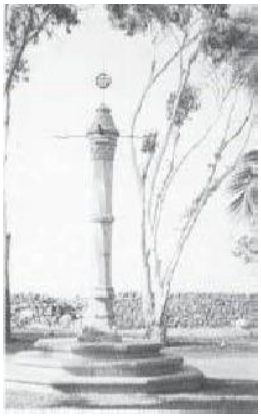


Figura 35 - 1ª Imagem: Imagem do Pelourinho em 1929. 2ª Imagem: Imagem do pelourinho da Cidade Velha após a restauração de 1973, pertencente a João Lopes[370]. Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 02.02.2015]. Disponível em: culturalcaboverde.blogs.sapo.pt402 × 376Pesquisar por imagens

[367] A importância total em algarismos foi de 130$90: Importa esta folha a quantia de cento e trinta escudos e noventa centavos; Uma folha de 5 de Setembro de 1962 onde encontram-se registados 29 profissionais a quem se pagou um total de 2. 022$00. A maior parte das folhas tem o registo: Oficinas do estado; Uma folha de Dezembro de 1961 refere ao pagamento da mão-de-obra na confecção de portões para a Fortaleza no montante de 669$00, pago a 3.4.1962 com assinatura do pagador sob o carimbo, PAGO NA TOTALIDADE. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[368] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos- *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado

[369] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Como se pode comprovar pelas imagens da figura 36, em 1929 o Pelourinho apresentava-se muito degradado, tendo recebido um restauro que o deixou com uma outra cara como comprova a 2ª imagem da mesma figura, graças às intervenções dirigidas por Luís Benavente nos anos 60, bem como as realizadas em 1973 e após a independência de Cabo Verde em 1975.

Carlos Santos[371] refere-se a recentes escavações arqueológicas realizadas pelos arqueólogos britânicos, Chris Evans e Marie Louise Stig Sorensen[372], aquando das escavações para a introdução de canalização pela Câmara Municipal, que pôs a descoberto a "antiga cidade quinhentista". Estas escavações ocorreram na zona do Largo do Pelourinho, não muito longe do antigo porto. Foram realizadas na sequência de tal descoberta. Descobriram restos de muros que seriam, provávelemnte, ruínas da alfândega da Ribeira Grande. Esta cidade teria outrora uma vida marítima e mercantil *"mais agitada do que se possa imaginar, com uma função mais valorizada do que apenas a de um porto de escala"*[373]. Carlos Santos[374] alerta que a equipa sublinhou que não existe nenhum documento cartográfico que faz referência a estas estruturas e apresenta a gravura atribuída a Baptista Boazio, possivelmente a mais antiga que se conhece da cidade, que representa o ataque de Francis Drake, em 1585 à mesma, em que se nota uma área correspondente ao largo do Pelourinho, designada de "mercado". Neste local pode-se visualizar *"um complexo arquitetónico formado eventualmente pela alfândega, a feitoria e a casa da guarda, bem perto do porto e no espaço ocupado pelo pelourinho"*[375], cuja instalação é posterior[376]. A funcionalidade deste espaço teria

[371] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[372] EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie louise – Cidade Velha, Cape Vert Archaeological Excavation (Preliminary Project Reports). Praia. 2006. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos- *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[373] Ibidem
[374] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.
[375] Ibidem
[376] Carlos Santos opina acerca, acrescentando: Pensamos que é normal a não menção dessas construções nos mapas que se seguiram na medida em que logo após o ataque de Drake a cidade ficou bastante arruinada, sendo prova disso os relatos coevos, agora reforçados com as inspeções arqueológicas pois, além dos restos de fundações, foram encontradas 150 bolas de canhão e vestígios de carvão, resultantes de um provável incêndio. De facto, a cartografia que se conhece, como a de autoria desconhecida do século XVII, as plantas de António Carlos Andreia, de 1769 e 1778 e a planta de anónimo de finais do século XVIII, realizadas numa fase bem mais tardia, não retratam esses edifícios, visto que poderiam estar não só em ruínas, como até sobterrados. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos- *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. Setembro de 2016. Tese de

sofrido mudanças, pois, se no sec. XVI acolhia a alfândega, o mercado se instalou neste espaço por contingências relacionadas com o comércio, num outro porto que ficava ali perto. Com a instalação do Pelourinho, passou este espaço a desempenhar mais uma função, a de punir os que prevericassem, e de cumprimento da lei. Actualmente é um espaço público por excelência, um ponto de encontro e de convivência.

Além do Pelourinho consideram-se ainda, portanto, os seguintes monumentos civis: a alfândega, a cadeia, a prisão, o mercado, que foram instalados na zona baixa da cidade em frente ao porto. Estes edifícios já não existem. Escavações arqueológicas permitiram descobrir vestígios subterrados de edifícios nesta área. Demos realce ao Pelourinho pois é o único monumento civil da época, ainda de pé.

2.2. Os Espaços Públicos.

A topografia e o número limitado de veículos faz da Cidade Velha, uma urbe quase unicamente pedestre, onde se pode passear tranquilamente nas ruas pavimentadas. As ruas e ruelas e as pequenas praças contribuem para a harmonia na cidade. Numerosos muretes de pedra quase sempre sob uma sombra e os bancos integrados nas paredes das casas são lugares que convidam a sentar-se[377]. Pode-se assim desfrutar de tranquilidade e harmonia da cidade como revelam as imagens da figura 37.

Mestrado.

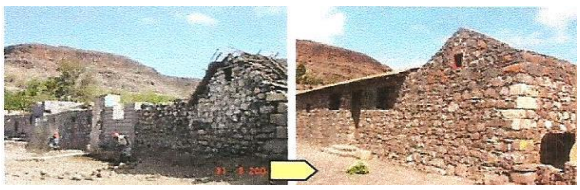


Figura 36 – Praças, ruelas, caminhos vicinais, bancos e muretas de pedra são elementos característicos da paisagem da Cidade Velha. Ruas, ruelas e habitações consolidadas. Fonte: Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2015]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

As ruas, as ruelas e também as habitações foram consolidadas com apoio da cooperação espanhola, que empreendeu grandes trabalhos e intervenções na Cidade Velha[378].



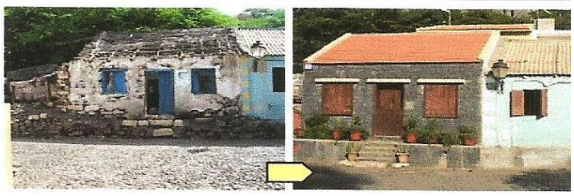
antes – depois



antes - depois



antes - depois



antes - depois

[378] Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2015]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Figura 37 – Imagens do antes e depois das intervenções realizadas pela cooperação espanhola. Fonte: Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2015]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Nas imagens da figura 38 pode-se apreciar as vistas da cidade após estes trabalhos, bem como nas oito anteriores/últimas, que demonstram o antes e o depois destas intervenções[379].

3. Proposta do Plano de Desenvolvimento Municipal – PDM, da Câmara Municipal de Santiago: os Monumentos Civis e Públicos que devem fazer parte do Património Construído da cidade.

A Proposta do Plano de Desenvolvimento Municipal – PDM, da Câmara Municipal de Santiago[380] sugere que sejam considerados os seguintes elementos do Património Construído da Cidade Velha, já indentificados, que devem pertencer ao grupo dos Monumentos Civis e Públicos:

3.1. A Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande.

Localiza-se esta casa em São Martinho Grande, junto à estrada que dá acesso à localidade de Ponta do Sol. É um belíssimo exemplar de arquitectura colonial. *"Construída no princípio do século XX, este edifício térreo complementa-se com anexos localizados a cota inferior do terreno que então, dava apoio à produção de aguardente (grogue) de cana sacarina, incluindo o "trapitche" tradicional*". Está em mau estado de conservação.

[379] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008 [Consult. a 04.02.2015]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[380] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.



Figura 38 - Casa de Trapiche em Caiada. Fonte. CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha].(s. d.). [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Opina-se acerca da sua reabilitação[381] do seguinte modo: *"Pensamos que a sua reabilitação poderá passar pela reconversão do seu uso original, para um uso de cariz museológico".* Explicita deste modo o autor do documento, ao referir-se à importância deste elemento da cultura material e ao seu estado actual.

Esta infra-estrutura revela-se de grande interesse cultural, pois a indrústria artesanal da aguardente e do mel de cana-de açúcar é uma actividade que se realizou desde os primórdios da colonização e constitui um dos meios geradores de rendimento das famílias da Cidade Velha[382].

[381] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha].2008. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.
[382] Ibidem

3.2. A Antiga Hidrobase Aeropostal de Calheta de São Martinho.





Figura 39 - A Antiga hidrobase Aeropostal de Calheta de São Martinho. **Fonte**: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

A antiha Hidrobase Aeropostal da Calheta de S. Martinho reveste-se de interesse histórico e turístico. Este elemento encontra-se em ruínas e em mau estado de conservação[383].

3.2.1. – Localização e História.

A Antiga Hidrobase Aeropostal localiza-se na aldeia da Calheta de São Martinho, a poucos quilómetros da Cidade da Praia, fazendo parte do município da Ribeira Grande de Santiago.

Raros são os documentos científicos sobre este monumento. Porém, a comunicação social tem-lhe dado atenção. Em "História da Aéropostale cai no esquecimento", Nuno Rebocho[384], colaborador da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, refere que a Calheta de São Martinho preenche todos os requisitos para servir de base para a dinamização de um turismo de qualidade, mas avança que neste momento a Câmara não

[383] Fonte: A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927. [Em linha]. (s.d). [Consult. 20 Jun. 2010]. Disponível em: WWW: URL http:// amantedarosa.blogspot.com/2008/05/cams-51.html>

[384] História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento

tem em curso nenhum projecto para a antiga hidrobase da Aéropostale, e apresenta como justificação a disputa de terrenos entre moradores e a Santiago Golf Resort como um dos fatores inibidores. Refere ainda que a Câmara fica impossibilitada de desencadear qualquer acção para a Calheta de São Martinho e também que o plano de ordenamento turístico traçado pelo anterior governo, para além de ter violado a lei colocou entraves a uma possível atuação da edilidade ribeiragrandense nesse sentido[385]. Acresce:

> *"Se a Câmara está de mãos atadas para fazer andar projectos, a Direcção Geral do Turismo (DGT) para já não registou a entrada de nenhuma proposta de investimento turístico virado para a Calheta de São Martinho. "Não existe nenhum projecto turístico direcionado para Calheta de São Martinho", garantiu-nos a técnica da DGT, Edsana Tavares.*
> *Facto é que o passado glorioso da travessia do Atlântico empreendida pela Aéropostale, empresa pioneira a cortar os céus do Atlântico levando correios na bagagem, faz recrudescer as potencialidades turísticas do local. "Paradoxalmente o património material da antiga hidrobase, embora de evidente valor histórico e museológico não é valorizado nem incluído nos roteiros turísticos", refere num estudo sobre esta matéria feito pelo professor Wlodzimierz Szymaniak.*
> *Sem uma política de conservação do sítio e uma consequente promoção turística que vise acima de tudo promover o passado da hidrobase, toda a história contida ali tende a desaparecer com o passar do tempo".*
>
> *Em conversa com o presidente do Instituto da Investigação e do Património Cultural (IIPC), Charles Akibodé, ficamos a saber que, na verdade, não existe um programa de raiz direccionado para a preservação das ruínas da hidrobase da Aéropostale"*[386].

Conclui-se que o presidente do IIPC justifica esta falta de projecto de conservação do local com a adopção de uma nova forma de inventariação dos patrimónios, em que será

[385] Acresce-se "O caso de sucesso do Senegal": Este país africano, que outrora serviu de ancoradouro para a longa travessia do Atlântico empreendida pela Aéropostale na rota Europa, África e América soube preservar e tirar partido da presença dessa companhia aérea no seu território gerando dividendos através do turismo. Contrariamente ao que se verifica em Cabo Verde, no Senegal o legado da Aéropostale tornou-se deveras num activo turístico muito apreciado e rentável. A título de exemplo pode-se apontar o caso de Hotel de la Poste. Trata-se de um belo edifício com traços modernistas, sito na cidade de Saint Louis, que outrora albergava os destemidos aviadores da Aéropostale. Actualmente, o estabelecimento hoteleiro promove a divulgação do passado glorioso da Aéropostale através da exposição permanente de fotografias e mapas antigos. Na mesma cidade pode-se também visitar a antiga hidrobase onde se pode apreciar o monumento do piloto Jean Mermoz. Fonte: História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento

[386] História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento

a população civil a executar o processo pelo que a hidrobase da Aéropostale *"terá que merecer, primeiramente, a valorização da comunidade como património a ser protegido para só depois beneficiar das políticas do instituto e das entidades públicas neste sentido"*[387]. Explica ainda Akibodé que o objetivo do Guia Operacional – Vinte e Dois Cadernos para Vinte e Dois Municípios – que seria implementado, era fazer com que as populações de cada município participem no inventário dos patrimónios locais, tanto materiais como imateriais, bem como os construídos. *"Avança que o objectivo desta abordagem from bottom to top, com previsão de arranque em Julho deste ano, é estabelecer o roteiro da memória colectiva de cada concelho, no qual poderá vir a constar a antiga hidrobase da Aéropostale na Calheta de São Martinho se assim o entender a comunidade"*[388].

No item "Projectos que não decolaram" do texto em causa**,** refere-se que Calheta de São Martinho é deveras atractiva e tem aguçado o apetite de alguns investidores, destacando-se a Santiago Golf Resort, com um projecto que, em tese, iria gerar 3.750 empregos directos e outros 3.750 indirectos, caso fosse implementado, mas no entanto, a iniciativa redundou-se num verdadeiro "elefante branco". Aponta-se ainda os seguintes projectos: Em 2015, a Lusofonia Cabo Verde Eco Resort, rendida aos atractivos da localidade, apresentou um projecto de cem milhões de euros, que seriam aplicados na construção de dois hotéis de cinco estrelas, um hospital vocacionado para o turismo de saúde e uma marina. A ambição do projecto perspectivava, para além de uma marina para a localidade de Calheta de São Martinho, uma base para um hidroavião. Alerta-se para o facto de, na altura da socialização do investimento desta empresa, levantara-se a preocupação quanto à sua viabilidade, tendo em conta o que se verificou com a Santigo Golf Resort. Contra todas as espectativas do então ministro das Infraestruturas, Manuel Inocêncio Sousa, que até afixara a data para o arranque das obras no primeiro semestre de 2016, no entanto o projecto não decolou.

- Em Junho de 2016 chegava ao público a notícia de que a "Lusofonia Cabo Verde Eco Resort" tinha comprado cerca de trinta hectares na Santiago Golf Resort para a

[387] História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento
[388] Ibidem

construção de dois hotéis com 600 quartos. Pelos vistos, o início da construção que estava agendado para início de 2017, ainda não se materializou.

A notícia encorajadora é que a Embaixada da França pretende inscrever a hidrobase nos circuitos turísticos[389]. Assim, em parceria com a UniPiaget, a Embaixada da França está a realizar um projecto de reabilitação da antiga hidrobase da Aéropostale e a promover a sua inclusão nos circuitos turísticos. O projecto deverá ter o seu início ainda naquele ano, mas espera-se a conclusão dos estudos, a serem feitos por alunos da UniPiaget. Aclara-se que, de acordo com o Embaixador da França, Olivier da Silva, para além de se reabilitar o grande bloco que servia de suporte de rádio para os navios e do farol, o projecto visa também recuperar as casas deixadas pelos engenheiros da companhia, ocupadas pelos moradores/pescadores da Calheta de São Martinho. E afirmou: *"Trata-se de um projecto, primeiro, de reabilitação porque é um património cabo-verdiano e ao mesmo tempo francês. E, segundo, revitalizar o conhecimento do que foi feito nos anos vinte no quadro da Aéropostale"*.

Prevê-se também a realização de várias conferências sobre a temática, contando com assistências vindas de Toulouse, cidade do Sul da França, onde começou a rota da Aéropostale. Revelou o embaixador: *"Não queria que fosse esquecido o papel importante que Cabo Verde teve nesta rota, e evitar que se pense que se fez o salto de Senegal até o Brasil directamente sem passar por Cabo Verde"*[390].

No fim do ano 2018 e início de 2019 completar-se-á um século do início da rota da "Aéropostale de Toulouse" até Santiago do Chile[391]. Acerca disso, afirma:

[389] História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento

[390] Ibidem

[391] Acerca da Hidrobase da Calheta de S. Miguel, Amante da Rosa indica: A hidrobase, construída em 1927 pela Companhia Geral da Aeropostal, funcionou durante algum tempo como local onde os hidroaviões saídos da França deixavam o correio que depois era transportado por navios para a América do Sul. Nesse período, em que acolheu a base de hidroaviões, Cabo Verde assumiu um papel de destaque na aviação comercial Europa-América do Sul via África, realçado recentemente por uma investigação publicada em edição bilingue, francês e português, realizada pelo jornalista Vladimir Monteiro, da agência cabo-verdiana de notícias, Inforpress. A escolha de Cabo Verde como escala visou encurtar a distância entre a Europa e a América do Sul. Ao optar por Cabo Verde em detrimento de Dakar, no Senegal, reduzia-se a distância em 130 quilómetros. Nessa altura o correio era transportado de hidroavião de Toulouse, França, com escala em S. Louis, Senegal, e chegava à Calheta de S. Martinho, Cabo Verde, onde era colocado a bordo de um antigo barco militar francês rumo ao Recife, Brasil. Para além da hidrobase, foi também construída na localidade de Calheta de S. Martinho uma estação de rádio de grande potência, que viria a revelar-se como o "principal pilar da

"Acho muito interessante renovar esta história que não é perdida, mas que não é muito aparente. A ideia para mais tarde seria a inclusão nos circuitos turísticos e sinalizar na via de Praia até Cidade Velha a existência da hidrobase"[392]. Apresentamos as seguintes imagens divulgadas pelos artigos da comunicação social que consultamos e pelas que analisamos na figura 41.









Figura 40- 1ª Imagem: A vila da Calheta de S. Miguel. Fonte: Na - Investimento de 10 mil contos em São Miguel – Porto da Calheta vai ter novo rosto com requalificação da frente marítima. A Semana (27 de Agosto de 2017), p. 1. 2ª Imagem: A placa indicativa e comemorativa da Hidro-base com elementos sobre a sua história. Fonte: História da Aéropostale cai no esquecimento.[Em linha].2017. [Consult. a 12.17. 2017]. Disponível em: História da Aéropostale cai no esquecimento - Expresso das Ilhas. www.expressodasilhas.sapo.cv/.../52747-historia-da-aeropostale-cai-no-esquecimento. 3ª Imagem – Um hidro-avião na época; 4ª Imagem: exemplar de um selo que representa a Hidro-base da Calheta de S. Miguel[393].

segurança aérea no Atlântico Sul". Mesmo depois de desactivada a hidrobase, Cabo Verde continuou a ser importante para a Aeropostal, pois "são os faróis e as balizas destas ilhas, equipados com emissores-receptores", que vão guiar as suas aeronaves na travessia do Atlântico. Os quatro selos lançados pelos CCV incluem um mapa da linha aérea da Aeropostal, imagens parciais da hidrobase, um hidroavião CAMS- 51 e a imagem do tenente Paulin Paris, o primeiro piloto a efectuar a ligação entre Saint-Louis, no Senegal, e Calheta de São Martinho. (…)". Fonte: Amante da Rosa. Meu Cabo Verde. História e Estórias. Minhas raízes, família e recordações. A Guiné. Pensamentos e Imagens. Sem ordem cronológica.Texto originalmente publicado na edição impressa do Expresso das Ilhas nº 801 de 05 de Abril de 2017.(08 Abril 2017 06:11). Fonte: A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927,15.5.08. Amante da Rosa: A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927. [Em linha]. 2017. [Consult. a 15.07.2017]. Disponível em: amantedarosa.blogspot.com/2008/05/cams-51.html

[392] A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927,15.5.08. Amante da Rosa: A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927. [Em linha]. 2017. [Consult. a 15.07.2017]. Disponível em: amantedarosa.blogspot.com/2008/05/cams-51.html

[393] Fonte: Amante da Rosa. Meu Cabo Verde. História e Estórias. Minhas raízes, família e recordações. A Guiné. Pensamentos e Imagens. Sem ordem cronológica.Texto originalmente publicado na edição impressa do Expresso das Ilhas nº 801 de 05 de Abril de 2017.(08 abril 2017 06:11). A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927,15.5.08. Amante da Rosa: A Hidrobase da Calheta de São Martinho – 1927. [Em linha]. 2017. [Consult. a 15.07.2017]. Disponível em: amantedarosa.blogspot.com/2008/05/cams-51.html

Revelam-se os principais acontecimentos acerca deste monumento:

1918 – Pierre-George Latécoère cria uma empresa de aviação para distribuir os correios da França para as suas colónias africanas;
1927 – Marcel Bouillour-Lafont compra 94% da empresa de Latécoère e rebatiza-a com o nome de Aéropostale;
1927 – Cabo Verde entra na rota do Atlântico Sul, com a montagem do posto de rádio na baía de Calheta de São Martinho;
1928 - O primeiro hidroavião chega a Calheta de São Martinho, pilotado pelo tenente Paulin Paris;
1933 – Anuncia-se o fim da Aéropostale;
1982 – Cooperação Francesa coloca uma placa comemorativa na hidrobase da Aéropostale em Calheta de São Martinho;
2003 – Correios de Cabo Verde lançam uma série de quatro selos alusivos ao 75º aniversário da hidrobase da Aéropostale.
2015 - Jessika Magdalena Tomczyk, da Universidade de Warmia e Mazury da Polónia, concebe um projecto, “Design Concept of Calheta Bay On The Island of Santiago”, de valorização urbanística da zona da hidrobase, como trabalho final no curso de arquitectura paisagística.

3.3. A Pousada Nacional de São Pedro.

Este edifício localiza-se no bairro de São Pedro na Cidade de Santiago. É uma pequena infra-estrutura hoteleira desenhada pelo arquitecto português Álvaro Siza Vieira, e inaugurada em 2003.



Figura 41- Pousada Nacional de São Pedro. **Fonte**: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

O projecto constitui-se de cinco casas de traçado simples, duas delas com um pequeno alpendre incorporado. Três destas casas destinam-se a alojamento e nas restantes foram criadas um restaurante, uma cozinha e serviços de apoio. Reveste-se de interesse pois as plantas e as construções realizadas foram concebidas pelo arquitecto Siza Vieira, respeitando a traça original das habitações e construções antigas da cidade, e foram construídas no âmbito da preparação da candidatura da Cidade Velha a Património Mundial, pela cooperação portuguesa.

Estes elementos estão indicados no mapa que indica o Património Construído Fora do Perímetro do Sítio do Património Mundial da Humanidade, e a respectiva localização, que integra os Monumentos Civis e Públicos que devem fazer parte do Património Construído da cidade (figura 43).

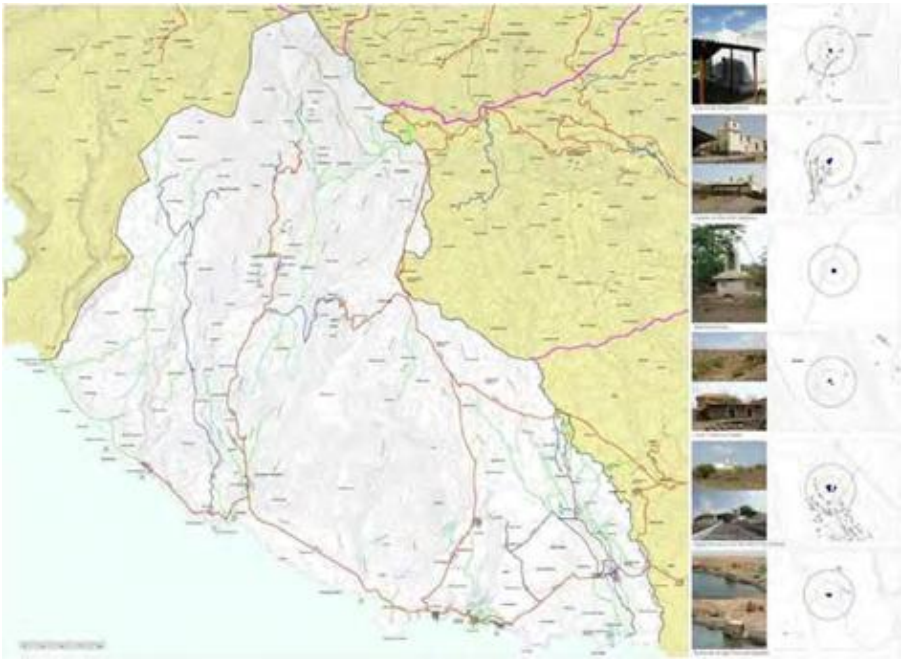


Figura 42 - Planta de Património Construído Fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Este mapa integra ainda edifícios religiosos que pertencem ao conjunto do património sacro da cidade, que serão analisados nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO III – A cidade da Ribeira Grande de Santiago – fundação, progresso e decadência: preservação dos monumentos civis e religiosos.

A cidade de Ribeira Grande foi o primeiro aglomerado populacional de Cabo Verde e a primeira cidade europeia dos trópicos. Localiza-se na parte sul da Ilha de Santiago, a 12km da cidade de Praia. A sua área total é de 200 hectares e tem actualmente cerca de 2200 habitantes. Graças ao arcebispado fundado no ano de 1533, por decisão do Rei D. João III, teve também uma grande importância administrativa e estratégica, contribuiu para a construção de uma rede Atlântica de distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Ganhou grande importância e dinamismo com a descoberta das Américas em 1492 e do Brasil em 1550 (CARREIRA, 1982).

A fundação da cidade da Ribeira Grande de Santiago decorreu na sequência da descoberta das ilhas de Cabo Verde e da criação, na ilha de Santiago, de duas capitanias, a partir das quais se deu início ao povoamento e desenvolvimento de Santiago. A "descoberta" das ilhas de Cabo Verde foi oficializada pelo diploma real de 3 de Dezembro de 1460, e fazia referência apenas a cinco ilhas: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), Dela Mayes (Maio), Sam Christovam (Boa Vista) e Lana (Sal). Apenas mais tarde (provavelmente em 1462), Diogo Alfonso, escudeiro do Infante D. Fernando, que acompanhava António da Noli na sucessiva expedição de povoamento da ilha de Santiago, descobriu as outras ilhas do grupo ocidental (ANDRADE, 1996). A primeira ilha a ser descoberta foi a de Sam Jacob (Santiago), tendo o desembarque ocorrido diante do vale de Ribeira Grande. Provavelmente o primeiro a desembarcar na ilha foi Diogo Gomes, mas a descoberta foi atribuída a Antonio da Noli, uma vez que foi o mais rápido a retornar a Portugal, dando notícias. A data exacta da descoberta (achamento) da ilha está envolta em polémicas e discussões de historiadores e investigadores, especialistas desta área. Em alguns mapas árabes da primeira metade do século XV aparecem duas ilhas diante do promontório senegalês denominado Cabo Verde, indicadas com o nome de "Aulil", segundo a mesma investigadora. Muitos investigadores apresentam provas que demonstram que antes da chegada destes

descobridores, alguns povos da costa ocidental africana estiveram nas ilhas para extracção de sal (ANDRADE, 1996). Porém sustentam que apenas a ocupação portuguesa foi estável e duradoira.

A primeira capitania, doada a Diogo Gomes, teve pouca duração por ser de terrenos "salgadios" e impróprios para a agricultura. Em 1515 passou-se a sede dos Alcatrazes para a cidade da Praia. A capitania da Ribeira Grande foi doada a António da Noli. Com um bom porto, uma ribeira, bastante vegetação, reunia condições para ser a cabeça temporal e espiritual das ilhas (CARREIRA, 1982). "*Na confluência de duas ribeiras*" que se unem em uma só, que se dirige para o mar, fica a cidade que recebeu o nome de Cidade da Ribeira Grande de Santiago, representada na imagem da figura 44 (CARREIRA, 1982).

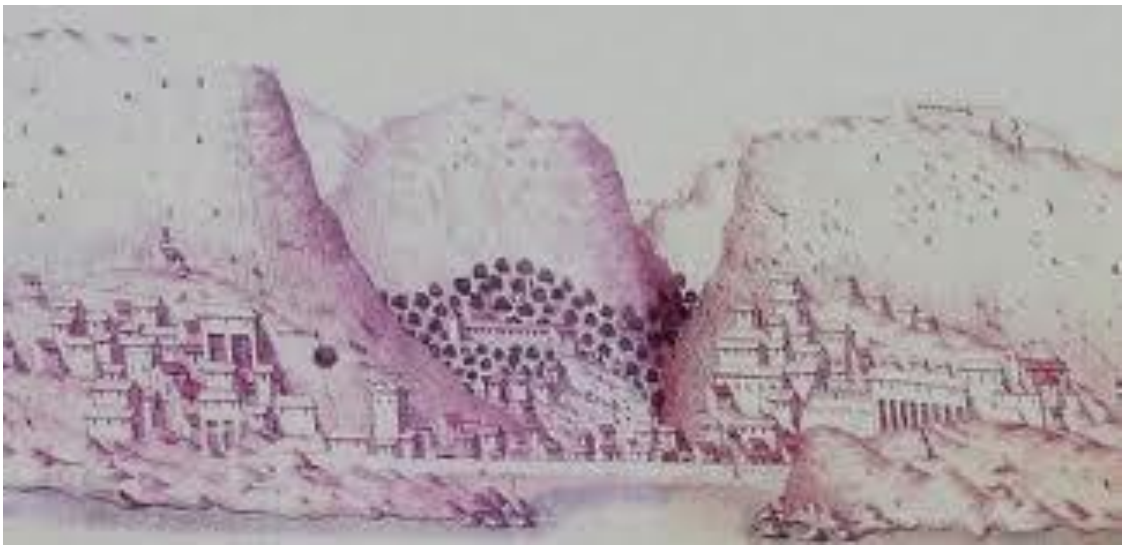


Figura 43 – Imagem da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Fonte: República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 20.10.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

Começava assim a história da primeira cidade portuguesa ao sul dos trópicos. É pois na foz desta ribeira que se localiza a cidade que após a sua decadência passou a chamar-se de Cidade Velha. "*A distribuição dos seus edifícios tirou inteligente partido do terreno acidentado, organizando-se a povoação em anfiteatro virado ao mar"*[394], como se pode observar na imagem da figura 44. O conjunto é coroado pela Fortaleza de S. Filipe,

[394]Património Mundial de origem portuguesa. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 22.10.2015]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/18

presente na imagem da mesma, podendo-se constatar que esta fica isolada, situando-se na extremidade do planalto que domina a cidade. A Fortaleza foi construída em 1587, no reino de Filipe I[395]e visava fazer face aos ataques frequentes dos piratas ingleses, holandeses e franceses à cidade, dos quais os de 1578 e 1585, perpetrados por Sir Francis Drake, corsário inglês, que deu um duro golpe a uma cidade já enfraquecida. Constituía esta fortificação a cabeça do sistema defensivo da cidade, tendo ao centro o forte do Presídio, sobranceiro à praia, de que hoje existem apenas as fundações, a nascente, o forte de Santo António, de que existem vestígios, o de S. João dos Cavaleiros, destruído, e o de S. Veríssimo, do qual existem as duas baterias. A poente fica o forte de S. Brás, em que se pode ainda ver vestígios, e o forte de S. Lourenço, já desaparecido. A localização permitia à Fortaleza dominar o sistema de defesa de artilharia apoiada pelas suas muralhas que se repartiam ao longo da costa com o fito de prevenir os ataques. Esta posição permite ao visitante apreciar toda a cidade, o mar, o vale e os planaltos circundantes. A residência do Governador, os quartéis de guarnição, a prisão e a capela de São Gonçalo ficam a sul. *"O realce da alvenaria das muralhas advém dos canais em formato angular, talhados em pedra branca de Portugal",* segundo a mesma fonte[396]. A fortaleza era protegida por uma segunda muralha, a norte e a leste do lado do planalto. As ruínas foram restauradas entre 1999 e 2001 sendo actualmente uma das maiores atracções turísticas de Cidade Velha[397].

Reportando ao povoamento de S. Tiago, registamos que em 1462 chegou o primeiro núcleo de habitantes à Ribeira Grande, estando António da Noli acompanhado de alguns membros de sua família e por alguns casais do Algarve. A 12 de Junho de 1466 a coroa, publica a " Carta dos Privilégios"[398] que incentiva e dá início ao verdadeiro povoamento da ilha. Os primeiros escravos importados da Guiné, inicialmente para o

[395]Foi construída com pedras trazidas de Portugal. A construção terminou em 1593 e durou cerca de seis anos. Foi uma criação do arquitecto engenheiro João Nunes, coadjuvado pelo engenheiro italiano Filipe Tercio. É composta de três baluartes, sendo um maior no interior e dois meio baluartes a leste e a oeste. O ângulo sul da fortaleza é protegido pela falésia. A principal porta de acesso fica a oeste. No centro da fortaleza foi construída uma cisterna revestida de tijolos fabricados em Portugal. Instalaram-se ainda reservas de armas Património Mundial de origem portuguesa. Fonte: Património Mundial de origem portuguesa. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 22.10.2015]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/18.

[396]Património Mundial de origem portuguesa. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 22.10.2015]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/18

[397] Ibidem

[398]A Carta dos Privilégios ligará também a história política e administrativa da costa da Guiné a Cabo Verde, ambas integrantes de uma única Diocese, a de Funchal (Madeira) (CARREIRA, 1982).

povoamento e como garantia de exploração da terra, logo passaram a ser produto de venda a outros países (CARREIRA, 1982). Começava assim o tráfico para as Canárias, a Europa e as Antilhas. Em 1472 é publicado um documento que restringia o comércio de escravos e dos produtos, além de reduzir algumas das regalias dos habitantes. Seis anos após o início da colonização, começavam as dificuldades para os moradores de Ribeira Grande. O tráfico de escravos para o Brasil e para as Antilhas, onde o lucro era maior, perdurou no entanto até ao sec. XIX " *mas foi no sec. XVI e XVII que em Santiago se registou um movimento mais significativo do tráfico de escravos"* (CARREIRA, 1982,133). A pequena Vila de António, fundada no início do povoamento, uma aglomeração de casas acantonadas no lado oriental da baía da Ribeira Grande, havia de experimentar um aumento demográfico nos anos seguintes, devido ao desenvolvimento do seu porto, sendo as primeiras ruas indicadoras da sua ligação a este: a rua do Porto e a do Calhau. Ao longo do sec. XVI, quase todas as rotas do comércio atlântico passavam por Ribeira Grande. A Coroa resolveu dotá-la de infra-estruturas mínimas para fiscalizar de perto toda a movimentação do comércio com a costa da Guiné. Fazia-se a cobrança dos impostos devidos à Coroa, uma das principais fontes de receita do erário público. A valorização da Ribeira Grande resultava pois do comércio externo. Foram construídos edifícios pela Coroa para a instalação dos funcionários régios, edifícios religiosos pela igreja católica, e residências, pelos nobres e mercadores. As habitações dos mais abastados eram construídas com pedra que mandavam buscar de Portugal. O aglomerado humano da Ribeira Grande recebeu o estatuto de cidade a partir de 1533, aquando da instituição do bispado de Cabo Verde. Em finais do século XVI haveria em Ribeira Grande *"200 vizinhos*". Os relatos da época deixam crer que o crescimento da Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório, conhecendo nesta altura o seu período áureo[399]. Entretanto, o período áureo é efémero. João da Silva Feijó (Feijó, 1986) escreve acerca da decadência da cidade, mencionando que os edifícios que estavam em ruínas pareciam ser feitos "*em outro tempo*" de pedra e cal e cobertos de telha. Refere ainda: "*Ali residiam os seus bispos, Governadores, e Ministros; porém depois do saque de 1713, toda se despovoou, vindo a*

[399] CABRAL, Iva – Ribeira Grande: Vida urbana, Gente, Mercância e Estagnação. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VE*RDE. Vol. II. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde. 2001.

ser consequência a ruína dos seus edifícios, de que apenas restam a Catedral de instituição assaz antiga …" (FEIJÓ, 1986, 3 - 4).

Na fase da opulência da cidade destacam-se os edifícios particulares, como a casa da D. Violante Freire de Andrade, a do Coronel João Freire de Andrade, e a da Companhia de Grão-Pará, " *que seriam importantes, pelo menos, fora do comum do resto das edificações* (AMARAL, 1964, 175). Os grandes sobrados testemunhavam a riqueza e ostentação dos proprietários. É entretanto efémera esta fase devido à concorrência estrangeira na costa da Guiné. Surge mais um concorrente, uma outra potência, a Inglaterra, que, principalmente a partir da década de 60 do século XVI, cria fortes dificuldades aos interesses da Coroa, e às medidas altamente restritivas do poder central. O declínio da cidade deveu-se também ao clima, à localização pouco favorável do porto, aos ataques repetidos dos corsários e frotas inimigas, à proibição do comércio de escravos, ao monopólio das Companhias e também ao abandono a que o arquipélago ficou votado durante a governação Filipina. Citando Barcellos[400] (136, parte I, p. 118) Ilídio do Amaral refere que em 1542 a cidade da Ribeira Grande começava a decair, e oferecia tão pouca resistência, que o mesmo até insinua que podia ser tomada por uma única nau.

A decadência está também expressa na saída em 1642 dos padres jesuítas[401]. A este respeito assinala-se: *"Toda a ilha é mui limitada a coisa tão pouca que não há dúvida não ser capaz de se fazer nela casa de religiosos assim a razão do mau clima dela, e da pouca gente que tem, como falta de susterntação congruente, porque a cidade não somente é muito triste, e tão mal assombrada que com razão lhe chamou ossaria e muladar o Governador João Pereira Corte Real, mas a gente dela é tão pouca, que não havendo mais que uma freguesia que um cura com seu coadjutor são sobejo para acudir a todos; e havendo uma pregação escassamente se ajunta um pequeno auditório; (…)".* A estadia foi também curta de alguns frades de Ordem Terceira de S. Francisco que à cidade chegaram, a expensas de Joana Coelha, proprietária abastada que os mandou buscar do Reino. Mas a falta de residências obrigou que voltassem a

[400] BARCELLOS, Cristiano José - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* (136, parte I, p. 118).
[401] Fonte*:* Brásio, Padre António. *Monummenta Missionária Africana (África Ocidental)*.Vol. V. Doc. 56, p. 179-193. Academia Portuguesa de História. Lisboa. 1974.

Portugal. Nas últimas décadas do sec. XVIII a decadência era geral. As febres mortíferas assolavam a Ribeira Grande, levando vidas, dentre as quais a de muitos Bispos e governantes que morriam "*da doença da terra*". Essa situação limitava o recrutamento de padres. Tornou-se tão grave esta situação que uma lei de 1781 obrigava os sacerdotes nomeados a ocupar o seu posto sob pena de sanção e, quando esta medida já não surtia efeitos, regalias eram introduzidas, como a que dizia que "*sendo mestres"* e tendo ido da metrópole, seriam eleitos priores logo que regressassem ao Reino (CERRONE, 1983). O mesmo autor refere que no século XIX a lei da escravatura dava mais um golpe à já fraca e debilitada economia das ilhas. Ilídio do Amaral (AMARAL, 1964) afirma que do esplendor da cidade restavam um monte de ruínas, a Sé demolida e que muitas pedras extraídas das ruínas serviam de muros de casas e de depósitos de água. A Santa Casa da Misericórdia com a sua torre sineira, que tinha sido uma das mais privilegiadas confrarias das conquistas, estava em ruínas. A mesma fora agregada à arquiconfraria de Roma pelo breve do Papa Xisto V, tendo-lhe sido concedidos todos os privilégios que gozava a Santa Casa. O Convento de S. Francisco e a igreja de S. Roque também estavam em ruínas. A muralha estava desfeita na quase totalidade, e uma ou outra casa ainda estava de pé. A Fortaleza de S. Filipe estava em restauro, e ainda lá estava o pelourinho de capitel lavrado em estilo manuelino numa praça frente ao mar (AMARAL, 1964). As crises de fome e mortandade, situações de autênticas lutas do povo pela sua sobrevivência e dignidade, pioravam a já debilitada economia da Cidade da Ribeira Grande[402].

Correia e Silva (CORREIA E SILVA, 2004), em "Combates pela História", no capítulo, "Uma Cidade-Porto dos Mercadores", refere que o primeiro povoado era uma base de armadores, escravos, pilotos e marinheiros e que um número significativo de moradores ricos era proprietário de navios que faziam a ligação entre o burgo e os diferentes Rios da Guiné (CORREIA E SILVA, 2004, 143). Apresenta citações do Padre António Brásio (BRÁSIO, 1962) que refere os escritos de um clérigo, deixando implicitamente a ideia de que as residências dos mais abastados eram casas senhoriais, pois *" (...) para*

[402] A primeira crise de que se tem notícia é a de 1580-82, notícia dada pelo bispo D. Frei Pedro Brandão, a 11 de Junho de 1592. As crises mais recentes, as de 1921-1923, as de 1941-1942 e as de 1947-1948 dizimaram boa parte da população. As de 1911-1913 e 1934-1936 foram de efeitos mais atenuantes. Fonte: AMARAL, Ilídio do - Cabo Verde Introdução Geográfica. In: *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERD*E, 2ª Edição. Vol.II. Inst. De Invest. Cient. Tropical. Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Cultural. Praia. 2001.

ouvir as alocuções religiosas, os senhores postavam-se às janelas de suas residências" *… (…) "a gente principal têm muitas janelas"(…), e (…)"sobre este terreiro cai uma varanda com uma escada para fora(…)",* (CORREIA E SILVA, 2004, 143) o que permite deduzir a existência de casas senhoriais e sobrados na cidade. No Bairro de S. Pedro foram construídas as casas mais opulentas e os sobrados mais ricos pelos vizinhos honrados da Ribeira Grande, segundo a legenda da figura 11, do vol. II, da 2ª Edição de 2001, da História Geral de Cabo Verde. Fernando Pires (PIRES, 2010) que apelida a zona portuária de "*cidade baixa*" para a diferenciar espacialmente da "*cidade alta*", os bairros de S. Brás e S. Sebastião. Refere no entanto que pouco se conhece dos assentamentos que nele tiveram lugar (PIRES, 2010). Da boa linhagem dos habitantes da cidade, testemunham as pedras tumulares armoriadas no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. As pedras de mármore servindo de degraus de escadaria de algumas casas populares que se apropriaram das pedras da Sé em ruínas, testemunham os tempos áureos da cidade e também o abandono a que a foi votada após a sua decadência.

Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro socioeconómico, administrativo, militar e eclesiástico. A cidade, a partir de 1533, aquando da instituição do bispado de Cabo Verde, passou a ser reconhecida como a sede principal do arquipélago. No entanto, as melhores condições do porto da cidade da Praia de S. Maria, aliadas à insalubridade da Cidade Velha, devido às febres, chamadas "doenças da terra", muito temidas pelas mortandades que provocavam, que se deviam sobretudo à presença de águas estagnadas na ponta final da ribeira, levaram a que perdesse cada vez mais a sua importância ao longo do séc. XVII, tendo entrado no século seguinte já bastante arruinada. Deste modo, com cada vez menos importância económica, perdeu o estatuto de capital em 1769 a favor da cidade da Praia, e a consequente perda de importância administrativa. É abandonada, os estabelecimentos militares e religiosos ao longo do século XIX arruinaram-se, e entrou em colapso no século seguinte. Os edifícios civis desapareceram por completo. No entanto, os

vestígios militares de Ribeira Grande permitem compreender o poder *"desta praça-forte"* e os interesses comerciais que ditaram a sua defesa[403].

A Cidade da Ribeira Grande de Santiago, também chamada de Cidade Velha, é o berço da "cabo-verdianidade", a primeira cidade construída pelos europeus na África subsaariana. Situada a cerca de doze quilómetros da actual capital, a cidade da Praia, Ribeira Grande localiza-se num vale verdejante, às bordas do mar, e nela estão os primeiros monumentos culturais do arquipélago de Cabo Verde, que são testemunhos de seu passado.

1. Análise e características do espaço urbano da Cidade da Ribeira Grande.

A cidade da Ribeira Grande era uma cidade "aberta" que viveu as suas relações com o mundo, mas em relação ao seu espaço físico a cidade é um "espaço fechado", completamente cercado pelas escarpas das montanhas. A única porta de ligação com o mundo era o seu porto, que foi o *"principal despoletador do processo urbano mas também o modelador, por excelência, da sua vivência"* (PIRES, 2007, 182). A cidade da Ribeira Grande visível, a que está implantada entre as montanhas, não era senão parte da "grande" Ribeira Grande, que se estendia por todo o vale até ao mar. Pires (PIRES, 2007, 182) refere que a *"cidade porto"* é sempre uma cidade dividida, pois uma parte está lá, e a outra *"está no mundo"*. Considera que "*A Ribeira Grande era essa cidade grande que é sempre maior do que o seu exíguo espaço. Logo, o também aparente 'constrangimento' da forma não pode ser lido de uma maneira redutora. A cidade desenvolve-se e multiplica-se nos vastos espaços em que marca a sua presença, pelas trocas de mercadoria que propicia, pelas gentes que espalha e acolhe"* (PIRES, 2007, 182). A cidade da Ribeira Grande nasceu portanto do porto. Correia e Silva (CORREIA E SILVA, 1998) refere que a *"Ribeira Grande converte-se então num porto atractivo para a realização da estratégia de diferentes actores. Mercadores*

[403]Património de origem portuguesa. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12.10.2015)]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

reinóis e castelhanos fixam-se aqui na boca do porto, formando a próspera comunidade de moradores e vizinhos da Ribeira Grande" [404].

A cidade está assente sobre uma cota de cerca de cinco metros acima do nível do mar e estende-se para o interior na direcção norte do vale da ribeira até onde as escarpas montanhosas o permitem. O espaço urbano estruturou-se essencialmente segundo duas plataformas. A mais baixa que se situa entre 5 e 20 metros de altitude e abrangia cerca de dois terços do espaço urbano e a plataforma acima dos 30 metros de altitude, a parte alta da cidade.[405] A zona "baixa" da cidade, era constituída pelo largo do Pelourinho, o bairro de S. Pedro e o bairro de S. Brás. A zona "alta" da cidade albergava o bairro de S. Sebastião e mais acima desta, o Forte de S. Filipe. Na zona "baixa", os elementos estruturadores do tecido urbano eram dependentes, a maior parte das vezes de circunstâncias geográficas, como a costa, o vale, a ribeira, etc, enquanto na zona "alta" a cidade dependia da forma como se faz a apropriação do terreno, e reflecte a forma directa da intervenção humana no espaço. Assim, o desenho da "zona baixa" é considerado mais orgânico, mais adaptado ao relevo e mais dependente dos determinantes geográficos enquanto a "zona alta" apresenta um tecido urbano mais regular, de fácil leitura e mais composto, em que se percebe que havia uma certa preocupação geométrica. Duas condicionantes se apresentam como *"barreiras físicas de implementação"* no processo de adaptação da cidade às condições geográficas: o limite das escarpas que devido à sua inclinação acentuada não permitiam a construção para além delas; as limitações impostas pela própria ribeira que nos períodos de maior pluviosidade inundavam uma área maior, não permitindo a construção nas proximidades do leito da ribeira. A localização foi escolhida por *"ter duas ribeiras de água corrente"* factor determinante, pois a água era uma exigência básica para a instalação do povoado, relegando para segundo plano o relevo acidentado, o elemento que mais condicionou a forma da cidade. *"Se por um lado a água foi determinante na escolha do sítio, o relevo foi por outro, o principal responsável da forma urbana. Apesar da ocidentalidade geográfica funcionar como principal constrangedor da*

[404] CORREIA E SILVA, António Leão. COSTA, Fernanda Dias e all - *Espaços Urbanos de Cabo Verde – O Tempo das cidades Porto.* Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. ADFA. CNCDP. 1998.
[405] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

forma, esse factor não constituiu um entrave para que a vila se instalasse ali e se adaptasse ao sítio." (PIRES, 2007, 184). Outra situação também importante era a baia abrigada que servia de porto. A ribeira, por sua vez, impunha que o tecido urbano fosse feito segundo as condições que o seu percurso determinava. Assim, os quarteirões acomodaram-se às suas curvas, sobretudo na margem direita, enquanto outros, como as ruas da Carreira e da Banana se estruturaram de maneira autónoma. Na zona "alta" o desenho da malha urbana seguiu um padrão claramente geométrico e as escarpas funcionaram como um constrangimento ao crescimento urbano. Considerando as situações dos tipos de malha encontrados no tecido urbano podemos concluir que, na zona "baixa" pondera a situação de adaptabilidade da malha às condições do relevo, enquanto em toda a zona "alta" é predominante a composição que é expressa pelo ritmo das ruas e das suas intercepções e travessas. Embora aparentemente diferentes na sua forma, os desenhos de ambas as partes mantêm vínculos estreitos entre si (PIRES, 2007, 185).

A rua Direita é um elemento comum na cidade[406]. *"A noção de "direito" é uma noção de ordenação do tecido urbano e esta ordenação ideológica está presente mesmo quando a adaptação no terreno exige adaptações da forma. É esse "direito" que está sempre em causa e que define, a priori, a ordem da cidade"* (PIRES, 2007,186). A Rua direita ao Forte é a mais recta e pode-se verificar geometria e composição neste espaço. No espaço urbano da Ribeira Grande há três ruas "direitas". A *Rua Direita de S. Pedro* no bairro de S. Pedro, que é o eixo central do burgo que liga o Largo do Pelourinho à nascente da ribeira e segue na sua forma o curso da ribeira; a *Rua Direita da Cidade* no bairro de S. Brás, a via estruturadora da área que une a porta de S. Veríssimo à porta de S. Lourenço e que segue de perto o percurso descrito pela linha da costa; a *Rua Direita ao Forte*, no Bairro de S. Sebastião, que desempenha o papel de principal eixo do tecido urbano da zona "alta" e que ligava a Sé à outra porta da Cidade que se encontra no Forte de S. Filipe e que segue claramente um desenho rectilíneo[407].

[406] A noção de "direito" é a noção de ordenação do tecido urbano que está presente mesmo quando a implantação do terreno exige adaptações da forma. A rua direita não é menos direita por ser curva, nem é mais direita por ser recta. É "direita" por ser necessário, para que a cidade se estruture através dela. Assim, as ruas direitas da zona "baixa" são mais sinuosas, devido à adaptação às condições geográficas mas continuam a ser ruas direitas pois indicam o sentido de ordem na formação do tecido urbano que está relacionado com a ideia de rua e que tem na rua direita o elemento regulador PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, p.186.

[407] Se observarmos com atenção, detectamos que a mesma situação que acontecia em relação à malha da zona "alta" e "baixa", repete-se. Isto é, as ruas direitas da zona "baixa" são mais sinuosas, facto que evidencia a já mencionada

Um outro elemento regulador, tal como a Rua Direita, é o lote. Em todos os quarteirões existem um módulo que funcionou como matriz da maior parte dos quarteirões. Um conjunto formado por 3 lotes de 30 x 90 palmos que se repete em vários locais de forma isolada ou integrada nos quarteirões. A partir da medida da frente que se repetiam medidas múltiplas de 30, concluiu-se que o "lote base" media 30 palmos de frente por 90 palmos de profundidade, mas que demonstra uma grande maleabilidade para impor ordem ao tecido urbano. Assim, o "lote base" constituiu um elemento regulador e um padrão estético. É interessante verificar também que a figura geométrica que está na base da composição funciona como elemento regulador e como padrão estético. *"A "beleza" da cidade era lida levando em consideração a simplicidade e coerência do seu desenho, que mantinha sempre essa regularidade formal"* (PIRES, 2007, 186). É de interesse também a utilização do quadrado como base de toda a composição, o que reforça também o ideal de ordenação implícita nesta figura regular (PIRES, 2007).

O Bairro de S. Sebastião, onde se implanta a Sé Catedral, um dos objectos do nosso estudo, fica na "zona alta" da cidade é visível a ordem na sua estrutura urbana. As razões podem estar ligadas às reformas estruturais implementadas durante o período Manuelino na Metrópole, ou pela implementação do método regulador e ordenador aplicado na "zona baixa", construída mais cedo, tendo usufruído das melhores condições geográficas, que permitiram regular de maneira mais clara esta zona. *"O desenho urbano mantém a sua coerência interna a partir de elementos compositivos extremamente eficientes, que eram certamente valorizados e compreendidos na sua potencialidade por quem os executou, e que neles se identificava o sentido de ordenação que se queria para a cidade"* (PIRES, 2007, 189).

Na construção da cidade, procedeu-se à adaptação à topografia local, tema que vamos referir no item que se segue.

---

adaptabilidade ao terreno, enquanto a rua direita da zona"alta" é mais direita e evidencia geometria e composição (PIRES, 200PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, p.186.

1.1 Localização e implantação urbana – adaptação à topografia local.

O primeiro burgo, a vila de António, foi construído num local que cumpria as exigências fundamentais exigidas na época para a instalação de um porto, de acordo com as técnicas que eram adoptadas. Entre o século XV e XVI os núcleos urbanos da maioria das possessões portuguesas no atlântico situavam-se nas zonas litorâneas, em baías e enseadas, dado que a construção do porto assim o requeria, pois facilitava a comunicação com o exterior. Nas primeiras povoações do primeiro quartel do século XV, as estruturas do sistema defensivo localizavam-se em lugares altos, nos pontos extremos da baía, onde se localizava o porto, e segundo as técnicas da época, baluartes e fortes. O processo de povoamento da Cidade da Ribeira Grande iniciou-se depois do dos Açores e da Madeira, mas está incluída no primeiro grupo de povoações fundadas no atlântico. A ribeira e o vale onde se estendeu a urbe tinham uma vegetação densa e possibilitavam a agricultura e a pecuária, a pesca, e a utilização de outros animais marinhos e de aves[408].

A proximidade de cursos de água e a existência de rios ou ribeiras era um dos requisitos importantes. A par destas características, a topografia existente podia sofrer adaptações caso as requeridas condições fundamentais não fossem cumpridas. No que respeita à implantação do povoado e a forma do núcleo, o factor mais determinante foi o relevo. As montanhas e escarpas que o cercam protegiam-no dos ventos e eram essenciais para a defesa da cidade, mas, por outro lado, condicionavam a forma e a estrutura do seu crescimento. A adaptação ao relevo propicia formas variadas das primeiras povoações. Tendo em conta o relevo, a área de implantação da cidade podia estender-se até cerca de 450 metros no sentido nordeste/sudeste e a menos de 150 metros no sentido nordeste/ sudoeste, e 10 a 15 metros acima do nível do mar. A cidade é circundada por escarpas tendo uma única "porta de saída para o exterior, na zona "baixa", o porto. As montanhas chegam a atingir 120 metros de altura (PIRES, 2007). A cidade adaptou-se portanto à topografia local, sendo que a zona "baixa" apresenta os seguintes espaços:

[408] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

- O Largo Central que se encontra à cota de 5 metros e não apresenta declives acentuados.
- Os primeiros quarteirões contíguos ao Largo, que se encontram à cota de 10 a 20 metros, que se desenvolve para norte em direcção da ribeira e para o poente continuando a primeira plataforma.
- Para norte em direcção à nascente da ribeira e para o poente em continuação à segunda plataforma, desenvolve-se a terceira plataforma.

O corpo principal da cidade encontra-se nesta plataforma e nela foram construídos quase todos os edifícios que se ocupam das principais funções urbanas da urbe. Na zona "alta", entre as cotas de 20 a 30 metros, encontram-se três plataformas que deram origem respectivamente ao corpo da zona alta entre os 20 e 40 metros de cota, a uma zona intermediária entre os 40 e 90 metros, onde não foi possível a construção de edifícios . Uma zona entre os 90 e os 1000 metros, de que faz parte o promontório onde foi construída a fortaleza de S. Filipe. Na zona "baixa" o declive é pouco acentuado e a transição entre as plataformas é pouco perceptível e suave, o que deu uma cerca coerência ao espaço, enquanto a ligação entre as plataformas da zona "alta" permitiu soluções de continuidade entre as altas escarpas. Entre a zona "baixa" e a zona "alta" foram criadas rampas nos declives existentes, que têm cerca de 10 metros. Na zona "alta", para além da função habitacional, a construção predominante é a religiosa. (PIRES, 2007, 94 - 95). Tanto a forma e a estrutura urbana da Ribeira Grande estão relacionadas com os dois planos distintos, a "baixa" e a "alta" que formam os dois grupos dentro do aglomerado urbano, que se estruturou segundo os eixos sudoeste/nordeste que atravessa a cidade verticalmente, e o eixo noroeste/sudoeste que atravessa a cidade no sentido horizontal. São estes os eixos geradores da estrutura urbana, como se apercebe pela 1ª imagem da figura 45.

Explica-se também que o eixo longitudinal desenvolveu-se a partir da baía e direccionava-se para o interior do vale, ligando o porto à nascente da ribeira, seguindo sempre a linha de base do vale [409]. No seu trajecto, acompanhava o eixo da Rua Direita de São Pedro (hoje truncada) dividindo a cidade em duas partes: a margem esquerda,

[409] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

tendencialmente habitacional, e a margem direita, onde se encontravam instaladas as principais funções urbanas da cidade, o comércio e a administração. O eixo transversal que nasce no Largo do Pelourinho, junto ao Forte do Presídio, nas cercanias do local onde deve ter sido o ancoradouro, ruma para NE., contornando sempre a linha da costa em direcção ao Forte de São Lourenço, do qual ainda restam algumas ruínas. No seu trajecto, sobrepõe-se à Rua Direita da Cidade, que atravessa a zona habitacional de São Brás. A cidade "alta", implantada no cimo de um promontório, estruturou-se segundo um só eixo orientado para SO./NE. Este eixo, a Rua Direita ao Forte, unia virtualmente a Sé à Fortaleza de São Filipe. Esta zona terá sido das últimas a consolidar-se. Os eixos representados pelas três ruas "direitas", localizadas respectivamente nas zonas/bairros de São Pedro, São Brás e São Sebastião, são os principais elementos estruturadores da cidade. *Todo o conjunto era protegido, por um lado, pelas barreiras naturais das montanhas circundantes e, por outro, por um complexo sistema de defesa que tentou aproveitar ao máximo as condições oferecidas pelo relevo local*[410].

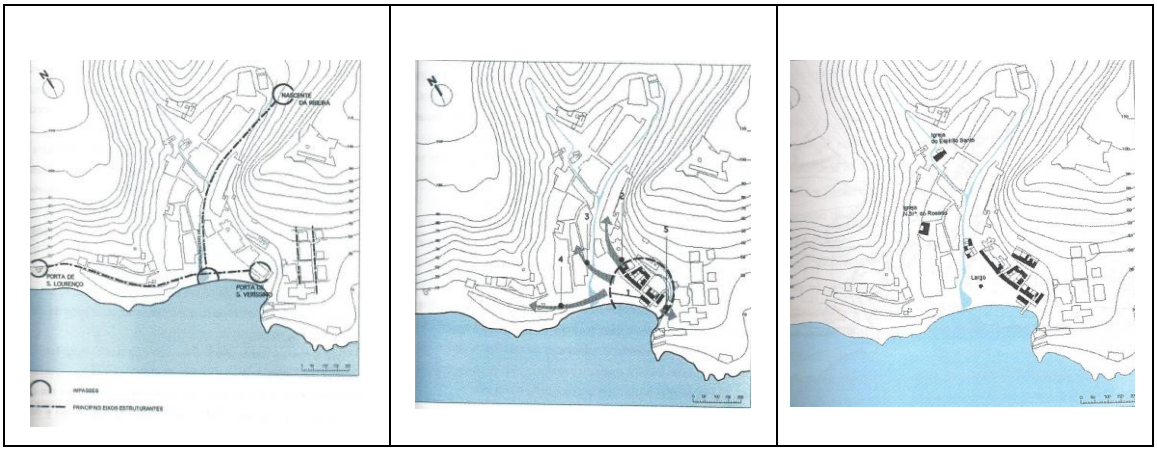


Figura 44 - 1ª Imagem: Eixos geradores da Cidade da Ribeira Grande. 2ª Imagem: Núcleo central da cidade. 3ª Imagem: Mapa do momento 0. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

O primeiro, que se desenvolve a partir da baía para o interior do vale e une o porto à nascente seguindo a linha de base do vale e acompanhando o eixo da rua Direita de S. Pedro, dividindo a cidade em duas partes: a margem esquerda, residencial, e a margem direita onde se encontram as instalações das principais funções administrativas e

[410] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

portuárias. O segundo, nasce no Largo do Pelourinho perto do Forte do Presídio, junto ao porto e dirige-se para o noroeste acompanhando a linha da costa em direcção ao Forte de S. Lourenço, sobrepondo-se à rua Direita da Cidade que atravessa a zona habitacional de S. Brás onde os Jesuítas se instalaram no século XVI. A zona "alta", de construção mais recente, meados do século XVI, está estruturado segundo um eixo de sentido sudoeste/nordeste que une a Sé Catedral à Fortaleza de S. Filipe. Os elementos estruturadores da "zona baixa" são a Costa, o Vale e a Ribeira que teriam moldado esta zona da cidade, enquanto na "zona alta" estes elementos e as circunstâncias do terreno não influenciaram a moldura do Bairro mas, resultaram sim, de intervenção humana. Duas condicionantes se apresentam como "barreiras físicas de implantação": o limite das escarpas, pois não se podia construir para além deste limite, e as limitações impostas pela ribeira devido à área de inundação (PIRES, 2007).

A área não construída ao longo do leito a jusante é de cerca de 100 palmos e aumenta conforme o alargamento da ribeira quando esta aproxima-se do mar. A "zona alta", que se encontra situada numa achada elevada, a sudeste, é limitada pela própria escarpa que se projecta no mar, a nordeste é limitada pela escarpa da achada seguinte onde se encontra implantada o Forte de S. Filipe. O limite a poente é o declive que une a plataforma de S. Sebastião ao Forte do Presídio e a sudeste, esta plataforma tem uma certa continuidade e faz a ligação ao principal eixo de acesso à então vila da Praia. Tendo em conta estes limites, podem ser consideradas as seguintes hipóteses de linhas de crescimento e de expansão da cidade, e distinguir as principais direcções de crescimento que a cidade seguiu, a partir do núcleo inicial mais antigo. Assim, tudo leva a crer que os eixos de expansão tomaram a direcção norte/nordeste a partir da margem direita da ribeira, com início no porto - ruas contíguas do Porto, do Calhau e da Misericórdia – e depois a nordeste, numa primeira fase, seguindo o curso da ribeira.

Devido à ausência de documentação que esclarece sobre a formação deste espaço, não se pode precisar os momentos da sua formação. Pode-se porém por a hipótese de que em 1495, com a construção da igreja do Rosário, a cidade já se tinha alastrado para esta zona. A partir do século XVI, para além ao eixo inicial do Porto e ruas contíguas do Calhau e da Misericórdia, um novo eixo configura a rua Direita de S. Pedro e a rua

Direita da Cidade, esta a montante da ribeira, e a segunda desenvolve-se a partir do núcleo central para o noroeste. Estas são os eixos estruturantes da cidade. A partir da segunda metade do século XVI, com a construção da Sé Catedral e do Palácio Episcopal, surge um novo bairro residencial, o bairro de S. Sebastião, que fecha o ciclo de crescimento da cidade, que se estruturou portanto segundo estes eixos, formando as suas áreas principais. Fernando Pires (PIRES, 2007) esclarece que devido à falta de documentos sobre os cinquenta anos após as descobertas, *"não foi possível determinar as datas e os períodos certos da formação dos principais anéis de expansão que se criaram depois da consolidação do núcleo embrionário da cidade"*, pelo que tenta fazer uma aproximação destas fases com base em relatos e descrições da época, que conseguiu apurar. Com apoio da documentação da época foi possível identificar as quatro etapas de crescimento da cidade que apresentamos a seguir:

A primeira fase, ou momento 0 (PIRES, 2007), representada na 3ª imagem da figura 45, corresponde à instalação do núcleo inicial e à sua consolidação, que se verificou nas três décadas que se seguem, 1460 a 1490. Os primeiros edifícios ligados ao porto foram construídos na margem direita. Nesta fase existiam pois a Igreja do Espírito Santo e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Apenas a Igreja da Nossa Senhora do Rosário se encontrava na margem esquerda como mostra a mancha da cidade desta época representada na 2ª imagem da figura 45. Na Ribeira Grande, a ocupação do espaço foi feita por adição de partes ao núcleo inicial, representado na imagem 3 da mesma figura, com a ocupação de todas os espaços disponíveis, sobretudo por imperativos das características geográficas, como já se referiu (PIRES, 2007).

No enquadramento histórico do documento elaborado por Mariz[411], ao referir-se à descoberta das ilhas de Cabo Verde e a sua primeira urbanização[412], alude à fase inicial da urbanização da Ribeira Grande e avança que deve ter tido lugar na zona portuária e ribeirinha, com as primeiras ruas a serem implantadas paralelamente à costa, com armazéns e com um pequeno baluarte, e, pouco mais tardio, uma câmara, igreja e

[411] O XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades decorreu em Salvador, Brasil, de 7 a 10 de Agosto de 2011, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. ... [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015].Disponível em: https://sites.google.com/site/socbrasileiracontemporanea/blog/xi

[412]Ibidem.

presídio, numa pequena praça como centro administrativo e comercial, ao modelo das outras urbanizações do ultramar Português nas ilhas atlânticas, que novos resultados a respeito das fases sucessivas de ganho de terreno para a praça central do pelourinho, através das mais recentes escavações de Cambridge em 2009 e 2010, e que resultados ainda a serem analisados e preparados para publicação por Chris Evans e Marie Louise Stig Sorensen[413], *"sugerem uma implantação gradual da mesma ganhando terreno ao delta do rio por fases, prolongando-se por séculos até ter chegado ao estado actual"*[414]. Ao mesmo tempo, na fase inicial do séc. XV e início do séc. XVI, ao norte e do outro lado da ribeira, ribeira acima, as primeiras casas senhorias foram construídas, no bairro de então chamado de S. Pedro, e com eles erguida a primeira igreja, a da Nossa Senhora da Conceição (veja Richter, 2009, Vol. I, e Carita, 2011). O modelo urbanístico correspondia aos modelos medievais tardios do reino, com as ruas direitas e a rua da Carreira[415].

A segunda fase, ou momento 1 (PIRES, 2007) representada na 1ª imagem da figura 46, corresponde aos primeiros cinquenta anos do século XVI, em que se verificam as grandes ampliações do parque habitacional, em que a Ribeira Grande é eleita a Sede do Bispado e a capital das ilhas. Foi a fase de arranque promissor, porém não se fizeram obras de vulto mas sobretudo *"boas casas de pedra e cal habitados por cavalheiros de Portugueses e Castelhanos"* albergando já mais de mil fogos, como afirma o anónimo, citado por Daniel Pereira[416]. Instalam-se os primeiros quarteirões a nordeste do núcleo inicial na margem direita e as primeiras da margem esquerda em direcção ao norte, até os limites do braço que alimenta a ribeira.

---

[413] EVANS, Christopher, SORENSEN, Marie Louise – Cidade Velha, cape Verd, Archiaeological Excavations (Preliminary Project Report). Praia. 2006. In O XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades decorreu em Salvador, Brasil, de 7 a 10 de Agosto de 2011, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. ... [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015].Disponível em: https://sites.google.com/site/socbrasileiracontemporanea/blog/xi

[414] Ibidem

[415] O XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades decorreu em Salvador, Brasil, de 7 a 10 de Agosto de 2011, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. ... [Em linha]. (s.d). [Consult a 22.01.2015].Disponível em: https://sites.google.com/site/socbrasileiracontemporanea/blog/xi...

[416] PEREIRA, Daniel - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Praia. ICL. 1988, p. 51.

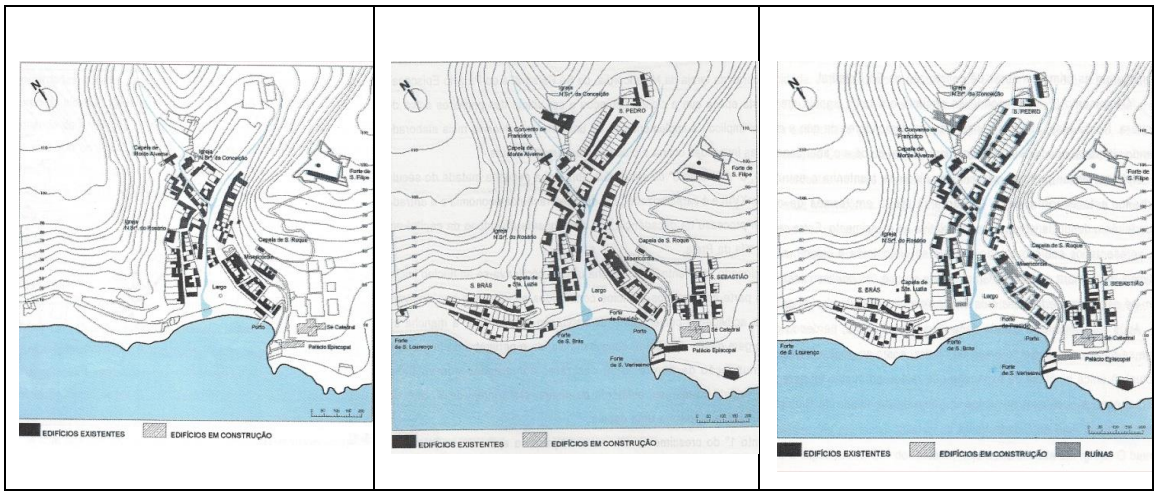


Figura 45 -1ª Imagem. Mapa do momento 1. 2ª Imagem: Mapa do momento 2. 3ª Imagem: Mapa do momento 3. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

A terceira fase ou momento 2 (PIRES, 2007) representada na 2ª imagem da figura 46, corresponde ao período que decorre entre a segunda metade do século XVI a meados do século XVII. Foi a época de maior crescimento e investimento no espaço urbano, em que foram realizadas as maiores obras da cidade – o início das obras da Igreja da Misericórdia, da Sé Catedral e do Palácio Episcopal. A igreja de Nossa Senhora da Conceição já fazia parte do mapa. A cidade, no entanto, passou a ser atacada por piratas o que obrigou a que um sistema defensivo mais eficiente fosse implementado. São ocupados os últimos terrenos disponíveis dentro do vale, a norte do braço da ribeira e fica completa a mancha da cidade. Começa também a ocupação das áreas a poente pelos padres jesuítas e também a zona onde se começou a construir a Sé, a nascente.

A quarta fase, o momento 3, representada na figura 3ª imagem da figura 46 é marcada pela desaceleração da economia e a consequente decadência que se agravou até à mudança da capital para a vila da Praia. Poucos edifícios se salvaram dos ataques da pirataria. Neste período, embora a estrutura do tecido urbano se mantivesse, mas já se encontrava bastante diferente no que respeita à ocupação dos quarteirões, o que indicia uma fase involutiva no crescimento. Com o abandono, desapareceram os quarteirões que se situavam a norte do braço da ribeira. A expansão a oriente não se realizou nesta época mas nos nossos dias, como se pode verificar no mapa actual da Cidade Velha, representada no Anexo Documental (anexo 4).

1.2 A construção orgânica e a estrutura da malha urbana dos Bairros.

A primeira zona ocupada em 1462 foi o largo do Pelourinho, representada na figura 47. Foi a génese da cidade. Seguidamente as ruas do Porto, do Calhau e da Misericórdia, partindo do ancoradouro para nordeste, foram instaladas as ruas contíguas, com instalações urbanas que pertenciam aos comerciantes, que eram construções de dois pisos, casas assobradadas onde funcionavam o comércio. Havia ainda albergues e bordéis. O Hospital e a igreja da Misericórdia ocupavam um espaço que terminava na rua da Praça. A Câmara e a Cadeia ficavam na rua da Misericórdia, rua perpendicular a esta (PIRES, 2007).

A primeira zona de expansão foi o Bairro de S. Pedro ou Figueira de Portugal, representada na 2ª imagem da figura 47, cujas edificações, como a capela de Nossa Senhora do Rosário, datam de finais do século XV. Este Bairro foi-se consolidando ao longo do século XVII. A rua da Carreira e da Banana onde residiam os funcionários régios foram os primeiros bairros a se deliniarem, sendo que a expansão deu-se depois para nordeste, onde se instalou o Hospício dos Jesuítas e o convento dos Franciscanos (PIRES, 2007) (ANEXO XII).

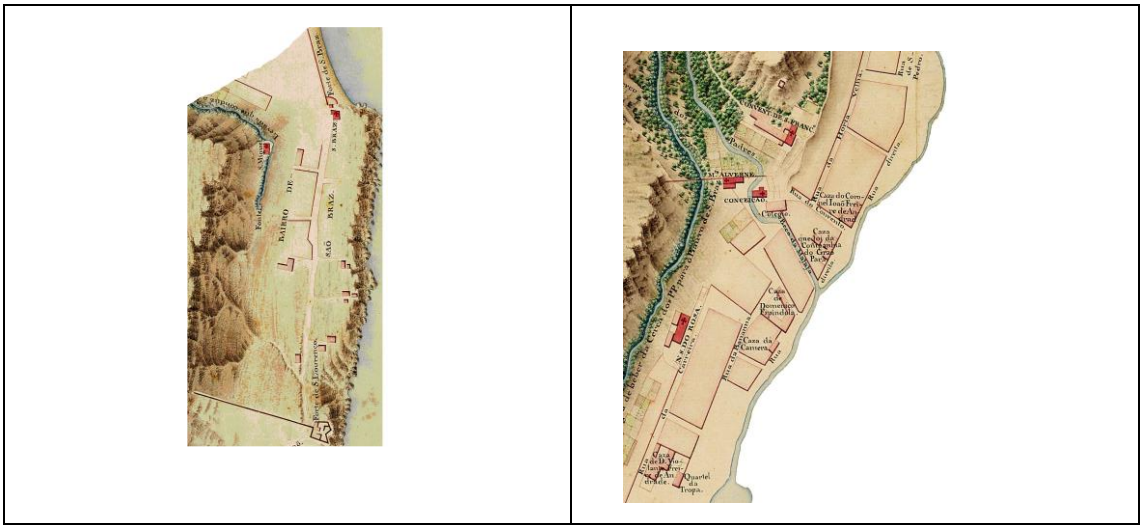


Figura 46 - 1ª Imagem: O Bairro de São Brás de António Carlos Andrea, 1778. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Havia duas ruas, a rua Direita e a rua da Horta Velha. Na planta de 1778 do engenheiro Andrea aparece a rua da Figueira de Portugal, segunda extensão do Bairro de S. Pedro,

na continuidade do antigo edifício da Câmara e da Cadeia, que começa no terreiro da Misericórdia em direcção a nordeste.

Os últimos Bairros a serem construídos foram o de S. Brás e o de S. Sebastião, representados na 1ª e 2ª imagens das figuras 48, respectivamente. O de S. Brás é atravessado pelo eixo estruturante representado pela rua Direita da Cidade que devia estar concluída pelos jesuítas, que chegaram em 1604, entre finais do século XVI e inícios de XVII. O Bairro de S. Sebastião foi iniciado com a construção da Sé e do Palácio Episcopal em 1556 e 1558. Estruturou-se a partir de uma rua direita, a rua Direita ao Forte, que se orientou da Sé para o Forte de S. Filipe, onde se encontrava uma porta de acesso à cidade (PIRES, 2007, 115)

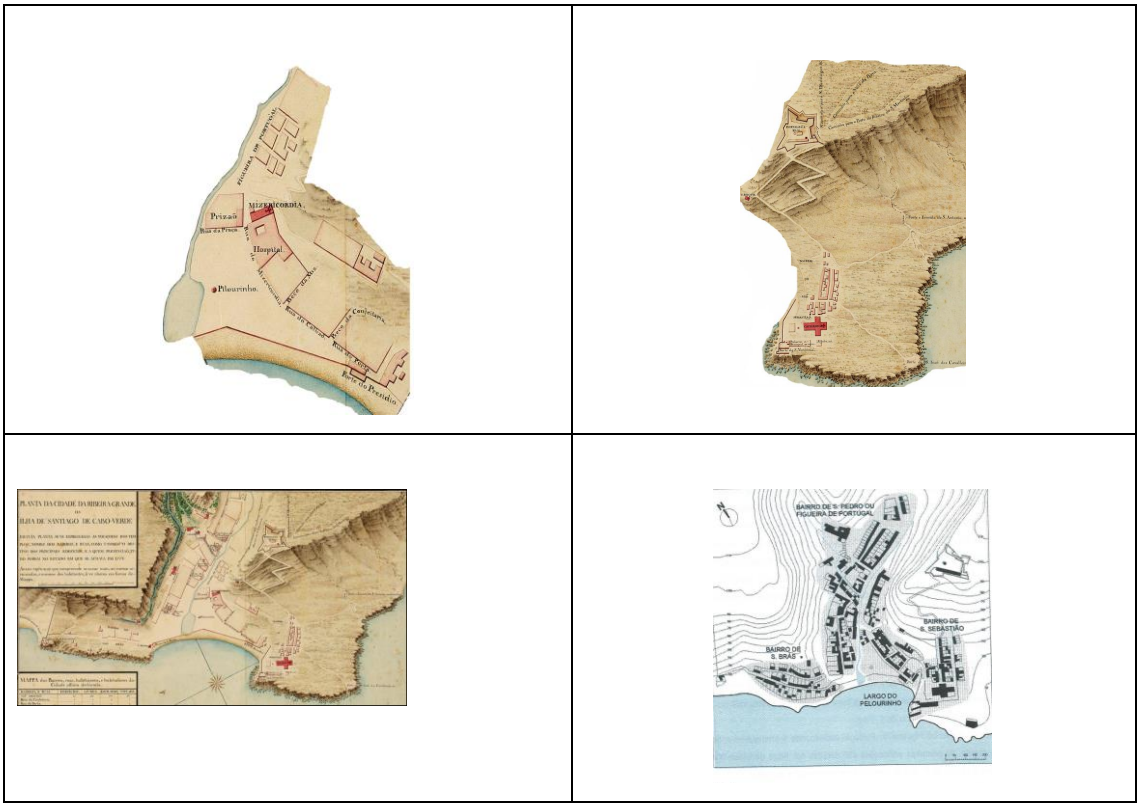


Figura 47 - 1ª Imagem: Largo do Pelourinho e o Bairro Figueira de Portugal ou S. Pedro de António Carlos Andrea. Fonte: AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. 2ª Imagem: Mapa do Bairro S. Sebastião de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [417]. 3ª imagem: Mapa da Cidade da Ribeira Grande de 1778 do engenheiro António Carlos Andrea. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [418]. 4ª Imagem: Os bairros da cidade da Ribeira Grande. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

[417] PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha.* 2ª Edição (Revista e aumentada). Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.
[418] Ibidem

No mapa de António Carlos Andrea de 1778 representado na 1ª imagem da figura 48, pode ser visualizada toda a cidade e os seus os diversos Bairros e o estado em que se encontravam os edifícios, que foi registado neste mapa. O 2º mapa, da autoria de Fernando Pires pode ajudar-nos a ter uma ideia global da cidade e podem ser visualizados os edifícios de cada bairro, do porto ao fundo do vale, a maioria enexistente actualmente. No anexo IV apresentamos a Planta da Cidade Velha de 1996, levantamento planimétrico, cedido a Fernando Pires (PIRES, 2007) pela Câmara Municipal da Praia, que apresenta o bairro de S. António. Por outro lado, o Documento "Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos[419]" faz a descrição e a caracterização física da cidade: *A cidade assentou as suas fundações segundo várias plataformas estruturantes, constituindo a primeira delas a do largo central, implantada à cota de 5 metros acima do nível do mar, ligando o núcleo ao ancoradouro*[420]. Nesta zona quatrocentista destacavam-se os edifícios da Igreja e do Hospital da Misericórdia, da Casa da Câmara e Cadeia (já desaparecidos) e ainda o Pelourinho (V.CV910602000008) destacam-se nesta plataforma, sendo que a segunda plataforma dá continuidade à primeira e encontra-se situada entre as cotas de 5 e 10 metros. Foi construída durante o séc. 16 e é onde se situam os primeiros quarteirões contíguos ao Largo, desenvolvidos tanto para o NE., quanto para O.. Perto desta zona situam-se mais a N., para lá da cota de 10 metros, as ruínas do Convento de São Francisco e, a NO., a plataforma de São Brás, *"a última parte desta zona da cidade a consolidar-se, onde viriam a instalar-se os jesuítas no adentrar do séc. 17"*[421]. Dada a coesão e homogeneidade apresentada pelo conjunto até aqui descrito, chamou-se esta área de "baixa". O segundo grupo de plataformas, identificado como a "zona alta", encontra-se situado entre as cotas de 20 e 100 metros a SE e a N.. Destaca-se o Bairro de S.

[419] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em Linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336
[420] Ibidem.
[421] Ibidem

Sebastião, dominado pelas ruínas da Sé e onde se encontrava o Palácio Episcopal. *Constituiu-se como zona de expansão da cidade e formou-se a partir das obras da Catedral que tiveram lugar nos finais de Quinhentos*. *Na última plataforma, situada acima dos 100 metros, encontra-se o reduto defensivo da cidade, o Forte de São Filipe também quinhentista.* A "zona baixa"[422], localizada no interior do vale, contém o corpo principal do burgo. Refere-se também neste documento, tal como nos outros já aludidos, que a cidade estruturou-se segundo dois eixos principais: o eixo SO./NE. que atravessa a cidade no sentido longitudinal e o eixo NO./SE. que a atravessa no sentido transversal. Este Documento apresenta imagens da cidade com a caracterização dos espaços mencionados que apresentamos na figura 49. Este documento refere ainda aos edifícios habitacionais da cidade apresentando a sua caracterização bem como imagens de edifícios típicos da rua da Banana e da Carreira e casas senhoriais, bem como a sua caracterização.

A respeito do assentamento da cidade explicita Mariz[423] que a cidade assentou as suas fundações segundo várias plataformas estruturantes, constituindo a primeira delas a do largo central, implantada à cota de 5 metros acima do nível do mar, ligando o núcleo ao ancoradouro. Nesta zona quatrocentista destacavam-se os edifícios da Igreja e do Hospital da Misericórdia, da Casa da Câmara e Cadeia (já desaparecidos) e ainda o Pelourinho (v. CV910602000008). A segunda plataforma dá continuidade à primeira e encontra-se situada entre as cotas de 5 e 10 metros. Formada durante o séc. 16, esta zona abrangia os primeiros quarteirões contíguos ao Largo, desenvolvidos tanto para o NE., quanto para O.. Nas suas proximidades situavam-se mais a N., para lá da cota de 10 metros, as ruínas do Convento de São Francisco e, a NO., a plataforma de São Brás, a última parte desta zona da cidade a consolidar-se, onde viriam a instalar-se os jesuítas no adentrar do século 17.

O Largo do Pelourinho, que aparenta ter sido o rossio inicial do burgo, é a primeira área de formação urbana, uma zona que se estruturou a partir do porto, sendo formada pelas ruas do Porto, do Calhau e da Misericórdia e pelos becos que as atravessam. A zona das Ruas da Carreira e da Banana, a O. do Largo do Pelourinho, terá sido a segunda a formar-se. É aí que se encontra a Igreja de Nossa Senhora

[422] Ibidem.
[423] Ibidem.

do Rosário, quatrocentista. Juntamente com as Ruas Direita de São Pedro, da Horta Velha e dos Conventos, situadas mais a N., compunham o bairro de São Pedro"[424]

O segundo grupo de plataformas, identificado como a zona "alta", encontra-se situado entre as cotas de 20 e 100 metros a SE e a N.. Nela destaca-se o Bairro de S. Sebastião, dominado pelas ruínas da Sé e onde se encontrava o Palácio Episcopal. Constituiu-se como zona de expansão da cidade e formou-se a partir das obras da Catedral que tiveram lugar nos finais de Quinhentos.



Figura 48 - 1ª Imagem: A entrada do vale. 2ª Imagem: O contraste entre a rudeza das falésias rochosas e a doçura da vegetação é hoje ainda visível. 2ª Imagem: O fundo do vale; 3ª Imagem. O vale visto do Forte. 4ª Imagem: O leito seco do vale. 5ª Imagem: O porto e a cidade actualmente. 6ª Imagem: A praça central. 7ª Imagem. Crianças passeando no leito seco da "Ribeira Grande". Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[424] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Na última plataforma, situada acima dos 100 metros, encontra-se o reduto defensivo da cidade, o Forte de São Filipe também quinhentista. A zona "baixa", localizada no interior do vale, contém o corpo principal do burgo. Estruturou-se segundo dois eixos principais: o eixo SO./NE. que atravessa a cidade no sentido longitudinal e o eixo NO/SE. que a atravessa no sentido transversal. A cidade está implantada na baía numa cota relativamente baixa, abaixo do nível do mar e a cidade desenvolveu-se em duas direcções: para o interior da cidade e ao longo da costa. Neste processo evolutivo resulta um tecido de implantação urbana de cerca de 50 hectares, cercado de montanhas, e aberto apenas para o mar. Aonde as falésias não protegiam a cidade, construções de protecção com portas e fortes foram construídos. As imagens das figuras 48, 49 e 50 ilustram a caracterização acima[425].





Figura 49 -1ª Imagem: O sítio histórico visto da capela do Conveno de São Francisco. 2ª Imagem: O coração histórico da cidade visto desta falésia. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/131.

Os bairros nasceram e cresceram a partir do sec XV:

"La ville est structurée autour de plusieurs plates-formes historiques. La rue reliant le port à la place du Pilori, fût le noyau d'implantation au XVe siècle, et constitue toujours le centre de la ville actuelle. La seconde plate-forme, aménagée au siècle suivant se prolonge sur les berges de la rivière

[425] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. Janeiro de 2008 .[Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

(rua Banana et rua Carrera). Toujours au XVIe siècle, c'est le plateau surplombant tout le canyon, à 120 mètres au dessus de la mer, qui est investi par l'imposante Forteresse São Felipe, relié à la ville pat la Rua Direita. Pour finir, au XVIIe siècle, le quartier de São Pedro prend forme en amont, puis les quartiers de São Brás et de São Sebastião sont établis sur les plates-formes surplombant la mer d'environ 20 mètres, de part et d'autre de la baie"[426].

O mapa da figura 51 representa os bairros históricos e a data de fundação de cada um. Por este mapa ficamos com uma ideia precisa de como se desenvolveu a cidade a partir do sec XV, e como se expandiu para o interior do leito da ribeira, que lhe deu o nome, e para o bairro de S. Sebastião.

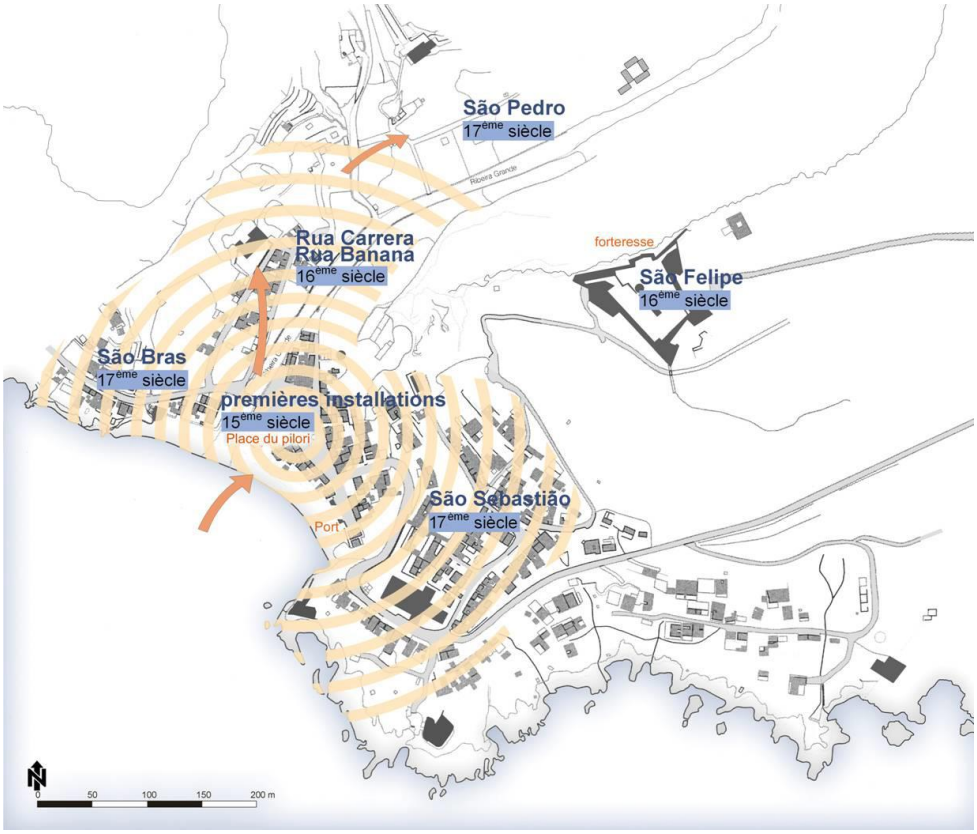


Figura 50- Bairros históricos da cidade. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[426] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Os bairros estão representados no mapa de Andrea de 1778, indicada na imagem da figura 51, e na imagem da figura 52 apresenta-se a época de instalação de cada uma, a expansão do sec.XV a XVI, e as instalações do sec XVII. No mapa da figura 52 pode-se verificar a localização das primeiras ruas e apreciar, pelas ilustrações, como se apresentam actualmente.

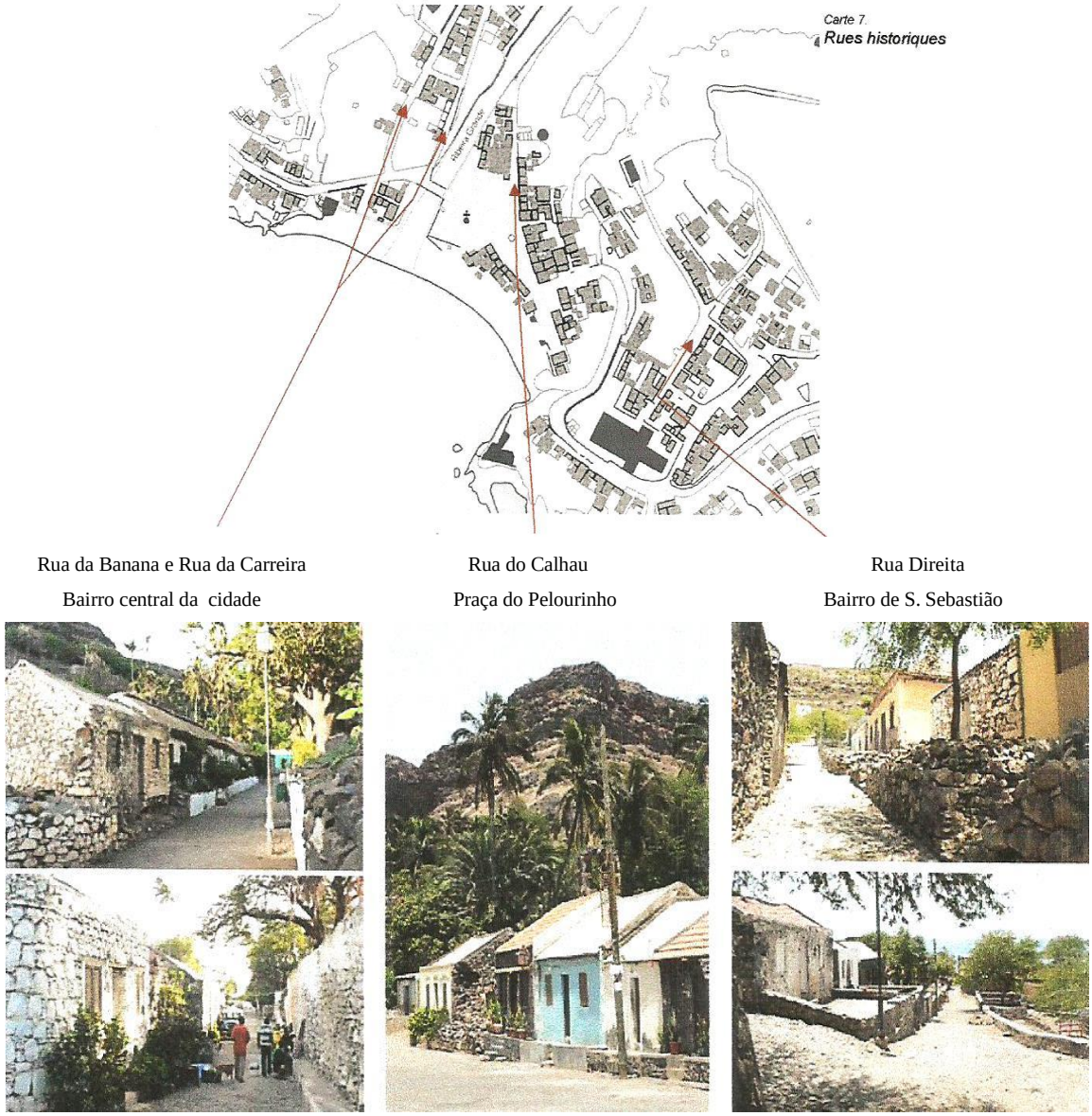


Figura 51 - Ruas históricas da cidade. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Como já referimos, a "zona baixa" da cidade, situada no interior do vale, está estruturada segundo duas direcções: a direcção SO/NE que liga o interior o porto à nascente da ribeira, seguindo o leito da ribeira, e a direcção transversal, que nasce na Praça do Pelourinho, ponto de ancoragem e centro nevrálgico da cidade, que segue a costa. Esta linha cruza a ribeira, e atravessa o Bairro de São Brás. A cidade "alta", implantada sob os contrafortes do planalto, desenvolveu-se segundo uma única direcção, SO/NE, que ligava virtualmente a Catedral e a Fortaleza de S. Filipe. Cada um destes sectores guardou o traço urbana da época, durante as quais desenvolveu-se a cidade e a sua toponímia. Diferencia o urbanismo medieval, marcada pela centralidade da Praça do pelourinho, um ordenamento mais tardio à volta das áreas rectilíneas e finalmente uma malha moderna no Bairro de S. Sebastião. Um outro elemento regulador do tecido urbano é o lote em que cada parcela tem cerca de (6,6 x 19,8 m)*"*[427]. Com efeito, cada um dos sectores guarda o traço urbano da época histórica em que se desenvolveu, assim como a sua toponímia. Encontramos um urbanismo medieval marcada pela centralidade da Praça do Pelourinho, um ordenamento mais tardio à volta dos eixos rectilínios e, finalmente, uma malha de ruas ortonormalizadas na zona de S. Sebastião. Da arquitectura civil, da qual quase nada restou, subsistem apenas, no Bairro de São Sebastião, algumas casas arruinadas, provavelmente do séc. 17 ou 18. Sabe-se, por algumas descrições, que as casas do Largo do Pelourinho eram de dois pisos: o térreo, dedicado ao comércio e o piso superior destinado à habitação do proprietário. Nas zonas mais nobres da cidade, como o Bairro de S. Pedro, ao longo da Rua da Carreira, as casas eram de pedra e cal e os lotes tinham sempre uma área cultivável. Existiam áreas verdes em todo o perímetro urbano, como comprova a composição dos lotes em que somente 1/3 era destinado à construção, reservando-se os restantes 2/3 para o cultivo de hortaliças ou árvores de fruto.[428] O espaço público não edificado é vasto e na zona do pelourinho é bastante amplo, como se pode ver na 1ª imagem da figura 53 (PIRES, 2007).

[427] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[428] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

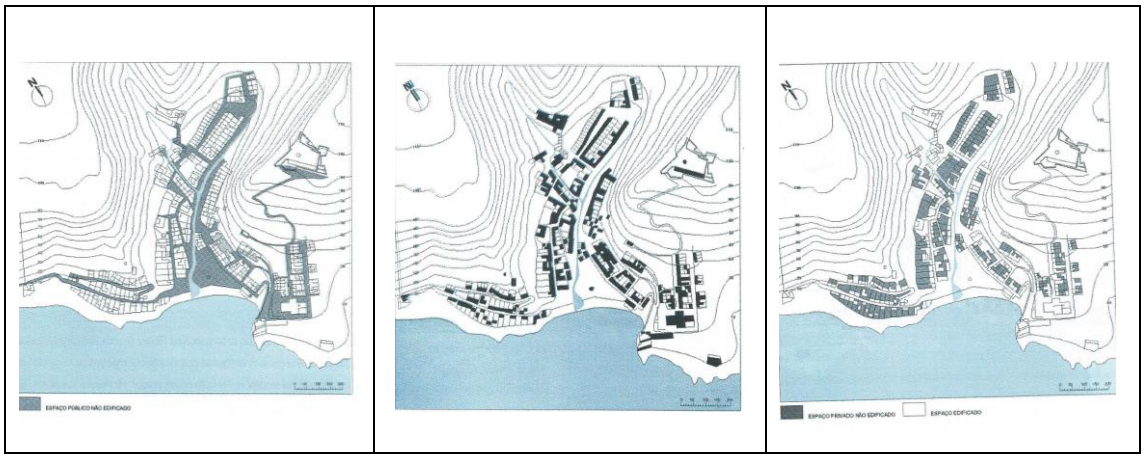


Figura 52 - 1ª Imagem: Espaço público não edificado. 2ª Imagem: Espaço edificado da cidade da Ribeira Grande. 3ª Imagem: Espaço privado não edificado. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

Os espaços públicos caracterizam-se pela sua continuidade, apenas impedida pelas barreiras naturais, confundindo-se com a rede viária muitas vezes. Os Largos predominam e não as praças. O Largo do Pelourinho que tem a configuração de um trapézio, ocupa parte do leito da ribeira é o espaço principal, em que a base menor é representada por um quarteirão que se situa a norte do Largo, e a base maior por uma linha que fica tangente à baía. A poente fica a ribeira e o início da rua Direita, e à nascente, uma frente formada pela rua da Misericórdia, do Calhau e do Porto. Este Largo tem cerca de 8.000 m2, tendo no centro o Pelourinho, que poderá ter sido colocada numa outra localização. Desempenha o papel de praça, representa a frente da cidade onde se localizavam a Câmara e a cadeia, o Presídio, que representam o Poder Municipal e Judicial. Desempenhava a função de porta de entrada da cidade, pelo que os principais comerciantes instalavam-se ali. Actualmente é um espaço de acolhimento para quem chega por terra. O terreiro da Misericórdia é também um espaço que congregava os moradores da cidade, pois a igreja serviu de Sé durante muito tempo. Situava-se no espaço onde se encontrava a igreja da Misericórdia. De forma rectangular estava aberto para o norte, tendo à nascente o edifício da cadeia com 140 palmos (30

m), a poente a igreja da Misericórdia com 80 palmos (17,6 m), tendo a frente sul 90 palmos (20 m). O Largo do Pelourinho era um espaço aberto para o exterior e o da Misericórdia para o interior[429]. Fernando Pires (PIRES, 2007) citando Daniel Pereira (PEREIRA, 1994, 107) apresenta o relato do Padre Barreira aquando os Jesuítas chegaram a Cabo Verde, que bem o caracteriza:

> *"Tomamos ao mesmo terreiro da Misericórdia, que é mui capaz e para ouvir a gente principal tem muitas janelas, em uma das quais esteve o Governador Fernão de Mesquitela, e nas outras outra gente da mais grada, assi eclesiásticos como leigos; sobre este terreiro cai uma varanda com uma escada para fora, por onde se sobe à cadeia; esta veio muito a propósito, assim para fazer dela doutrina, porque em baixo não dava a gente lugar para isso, …*" (PIRES, 2007, 161).

As ruas, as ruelas e os espaços pavimentados contribuem para a harmonia da cidade. A topografia e o número limitado de veículos faz de Cidade Velha uma cidade quase apenas para os que andam a pé, e pode-se passear com toda a calma nas ruas calcetadas. *"Les places, les ruelles, les sentiers, les bancs et les murets en pierre sont des éléments caractéristiques du paysage minéral de Cidade Velha"*. Com efeito, numerosas paredes de pedra muitas vezes à sombra, e bancos integrados nas paredes das casas são também outros lugares conviviais que convidam as pessoas a se sentarem[430]. As pequenas casas tradicionais construídas de blocos de basalto, sem reboco, têm uma pequena varanda exterior e passeio, que acolhe os moradores nas horas de lazer ou de actividades domésticas realizadas ao ar livre, como se pode verificar nas ruas da Banana e da Carreira mas também por toda a cidade. As imagens da figura 52 indicam algumas.

O Espaço edificado prolongava-se pelo vale da ribeira até as montanhas, como se pode observar na 2ª imagem da figura 53, havendo declives com passadeira para acesso às zonas mais altas. O espaço privado não edificado é também vasto pois as casas têm quintais ou pátios interiores grandes, como está indicado na 3ª imagem da mesma figura

[429] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, p.161).
[430] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

, para as lides da debulhação de cereais, para as lides caseiras e domésticas, para as horas de lazer e outras actividades (PIRES, 2007).

A estrutura da malha urbana da Ribeira Grande, que a seguir abordaremos, vai permitir que tenhamos uma visão mais ampla acerca da preocupação com a regularidade desta cidade, pela coroa portuguesa.

1. 3. A estrutura da malha urbana e a rede viária da Ribeira Grande.

A estrutura da malha urbana da Ribeira Grande apresenta alguns indícios de irregularidade. A malha da zona "baixa" é mais orgânica e a da zona "alta" é mais regular, podendo verificar-se três tipos de malha:

- A malha regular, nos quarteirões do Bairro de S. Sebastião;
- A malha orgânica em alguns quarteirões do bairro de S. Pedro;
- A malha tendencialmente regular, predominante no Largo do Pelourinho e no Bairro de S. Brás, zona leste da cidade.

No largo do Pelourinho há uma situação de perpendicularidade nas ruas contíguas da Misericórdia, do Calhau e do Porto, que são interceptadas por várias travessas e se encontram a cotas diferentes, dando uma certa "regularidade" à malha urbana nessa área. A malha regular no bairro de S. Sebastião pode verificar-se na preocupação de criar ortogonalidade nos quarteirões através do cruzamento rítmico de ruas paralelas e perpendiculares. No bairro de S. Pedro verifica-se que houve a necessidade de adaptação ao terreno acidentado, mas dentro de uma determinada métrica.

O restante tecido urbano apresenta, todo ele, indícios de regularidade, que podem ser exemplificados pelas seguintes situações:

- No Bairro de S. Brás, onde a estrutura dos quarteirões apresenta três blocos paralelos entre si, separados por duas ruas desniveladas, a rua principal a uma cota de 10 metros e a rua secundária a uma cota de 15 metros. A ligação é feita através de um declive a leste

e por uma travessa a poente. Verifica-se assim uma adaptação perfeita à configuração do terreno e *"observa-se, ao mesmo tempo, a preocupação em criar uma certa ordem no espaço demonstrada pelo paralelismo das ruas que estruturam os quarteirões"* (PIRES, 2007, 115).

- No Bairro de S. Pedro, a sul, verifica-se uma situação simultânea de paralelismo e perpendicularidade na rua da Carreira e na rua da Banana, que estão praticamente na mesma cota e interceptadas por duas travessas. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, provavelmente já existia antes do Bairro e, dado que fica a uma cota mais elevada, deve ter sofrido uma regularização quando a rua foi feita. Era considerada uma rua nobre e ali se encontravam as casas mais opulentas, os sobrados dos ricos e dos oficiais régios. No Bairro de S. Pedro verifica-se também a preocupação com a regularidade pois havia dois quarteirões paralelos separados por dois eixos verticais, que são a rua da Horta Velha, no interior, e a rua Direita no limite da ribeira (PIRES, 2007).

- Na zona baixa a rede viária é mais orgânica e tem como eixo orientador a rua Direita de S. Pedro que liga a zona "baixa" ao interior da zona urbana, que vai até à nascente da ribeira, em que o segundo eixo, é a rua Direita da Cidade. Esta começa na rua do Pelourinho, atravessa o Bairro de S. Brás e termina no Forte de S. Lourenço, no extremo poente da cidade. Da rua Direita partem grande parte das ramificações do sistema viário secundário que faz a distribuição do fluxo pelos quarteirões e assegura a continuidade da rede viária. É denominada "rede de estrutura arborizante" pois assemelha-se à configuração de uma árvore. É comum nas cidades muçulmanas em que se verifica uma hierarquização forte, sendo que as ruas matrizes aparecem na malha com perfis maiores e as secundárias com perfis menores. Da rua Direita da Cidade o perfil é bem definido, com 25 palmos, enquanto a rua de S. Pedro o perfil é mais sinuoso, variando de largura, sem ultrapassar os 30 palmos de largura. As ruas da Carreira e da Banana foram ruas de traçado planeado, o seu percurso é plano e linear, sendo a da Carreira àquela onde circulavam as carroças e os cavalos e, como tal, é larga, com 25 a 30 palmos. Devido à exiguidade da área de expansão e de instalação da cidade, verifica-se que há equilíbrio entre as vias de sentido nascente/poente e as de sentido norte/sul (PIRES, 2007).

O traçado das ruas acompanha o serpentear da ribeira e as condições geográficas do terreno, como se pode verificar na rua Direita de S. Pedro e na rua Direita da Cidade, respectivamente. Casos de situações de impasse devido às condições do terreno verificam-se na articulação entre o Largo do Pelourinho e o Bairro de S. Sebastião solucionada com uma rampa de ligação muito inclinada, bem como o caso da construção de uma escadaria entre o Bairro de S. Pedro e a rua do Convento de S. Francisco. A rede viária da parte "baixa" pode ser considerada contínua e bem adaptada ao terreno. A rede viária da parte "alta" foi estruturada segundo um sistema de malha reticulada a partir de um eixo principal, a rua Direita do Forte, que é atravessado por várias travessas formando uma reticula ortogonal plana. Todas as ruas têm 30 palmos de largura e as travessas 15 palmos, pelo que não se verifica hierarquização na diferenciação do tamanho das ruas e travessas. Verificam-se as mesmas dimensões e regularidade de ritmo nas ruas e travessas (PIRES, 2007). Concluindo, apresentamos a seguinte síntese:

> *"Núcleo urbano de raiz quinhentista definido pelos eixos estruturantes locais das diferentes zonas da cidade e pela padronização do loteamento. Na zona do Largo do Pelourinho destaca-se o espaço do próprio largo, cuja configuração é de um polígono trapezoidal irregular, e os vários quarteirões resultantes do eixo formado pelas Ruas do Porto, do Calhau e da Misericórdia e os becos da Confraria e da Misericórdia. Todos os quarteirões desta área são irregulares, assim como a padronização dos lotes no seu interior. No Bairro de São Pedro o tecido urbano já apresenta alguma tendência de regularidade, de que são exemplo os trajectos lineares das Ruas da Banana e da Carreira e os quarteirões duplos orientados para as Ruas da Horta Velha e Direita de São Pedro, em que o padrão do lote é bastante regular. A área de S. Brás é rasgada pela Rua Direita da Cidade, criando duas zonas distintas, ambas com malha pouco regular, o que se deve mais à irregularidade do terreno do que à intencionalidade do desenho. Por fim, na zona de formação mais recente, São Sebastião, é onde mais se evidenciam os elementos reguladores do tecido urbano: a Sé e a Rua Direita ao Forte. A Rua Direita da Cidade é ritmicamente interceptada por travessas, de que resultaram quarteirões regulares e lotes padronizados"*[431].

As ruas Direitas de S. Pedro, da Cidade e do Forte indiciam um sentido de ordem na formação do tecido urbano, que se relaciona com a ideia de rua. Estas têm 30 palmos.

[431] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Há ruas secundárias em relação a estas, que têm entre 20 a 25 palmos, e travessas, denominadas de "becos", quase sempre para resolver situações de impasse impostas pelo relevo (PIRES, 2007)[432].

1.4. Caracterização dos lotes e ocupação do solo.

O espaço construído é dominado pela casa de um piso, de planta rectangular com o lado maior orientado para a rua, sem compartimentação interna ou, por vezes, incluindo apenas um corredor e dois compartimentos laterais. A composição da fachada principal restringe-se à abertura de uma porta, quase sempre centrada, ladeada por uma ou das janelas. No alçado tardoz abre-se uma porta de acesso ao quintal. Com frequência, na frente da casa, organiza-se um pequeno pátio, que pode ser murado ou assentar numa plataforma sobreelevada, surgindo por vezes somente um banco corrido ao longo da parede, elementos estes que revelam uma zona de transição entre a vivência privada ou pública do espaço urbano. Algumas construções recentes em blocos de cimento reproduzem o tipo de casa tradicional de um piso, tanto em planta, como em alçado[433]. Os lotes tinham tamanhos e dimensões variados mas seguiam medidas e as normas da época. Assim, em vários pontos do desenho urbano da Cidade da Ribeira Grande há um conjunto formado por três lotes contíguos que medem cada um 30x90 palmos. Esta situação repete-se em vários locais de forma isolada ou integrada nos quarteirões. O lote que está na base de toda a formação dos quarteirões da Ribeira Grande é o "lote base" que mede 30 palmos de frente e 90 palmos de profundidade. A última variante era constituída por lotes de 90 palmos de frente que se encontram em quarteirões com mais de duas frentes e em situações de gaveto, que correspondem, na maior parte das vezes, a edifícios públicos. As medidas da profundidade dos lotes variam também. A partir do lote base de 90 palmos passa a ter 60 por diminuição, ou 120 palmos, por acréscimo, sendo que estes últimos aparecem junto às escarpas que limitam a cidade[434]. Há lotes

[432] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

[433] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[434] Este lote podia sofrer alterações na sua aplicação no terreno pelo que pode-se encontrar a variante lote e meio pela adição aos 30 palmos de frente de mais 15 palmos, que se encontram nos bairros de gente mais abastada, como o bairro de S. Pedro e nos quarteirões da rua da Carreira e da rua da Banana. Foi encontrada uma segunda variante em que dois

que fogem a estes padrões no núcleo central da cidade, como se verifica no Largo do Pelourinho, que correspondem aos primeiros edifícios construídos na cidade. Há lotes com a frente orientada para uma única rua e lotes em que a frente está orientada para duas ruas, lotes esses que estão dispostos em quadrados ou rectângulos, formando mais de duas frentes (PIRES, 2007).

No tecido urbano da Ribeira Grande é provável que haja uma matriz que sofreu adaptações devido aos constrangimentos geográficos. A "regularização" proporcionada pelo loteamento é suficientemente maleável para adaptar-se ao terreno mantendo-se as suas características básicas, sendo que o 2º módulo base do lote é que contém em si o "ideal" de regularidade urbana em que a cidade é "ordenadamente" distribuída. O conceito de "ordem" parece estar implicitamente ligado à noção de proporcionalidade da divisão interna da cidade e à sua distribuição regular padronizada, que é a medida da frente do lote, o que conta para a ideia da distribuição regular da cidade, por ser o elemento visível nas ruas. Assim, é mais frequente aparecer variações nas medidas de fundo (proximidade das ravinas) do que nas medidas de frente, que quase sempre seguem os padrões proporcionais de variação, ou seja, lote, lote e meio, lote duplo (PIRES, 2007), representados na imagem da figura 54.

módulos do "lote base", o lote duplo, que corresponde a uma frente de 60 palmos. Encontra-se na rua da Carreira, na rua da Banana e em S. Brás, em casas construídas pela Companhia de Jesus. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, 131.

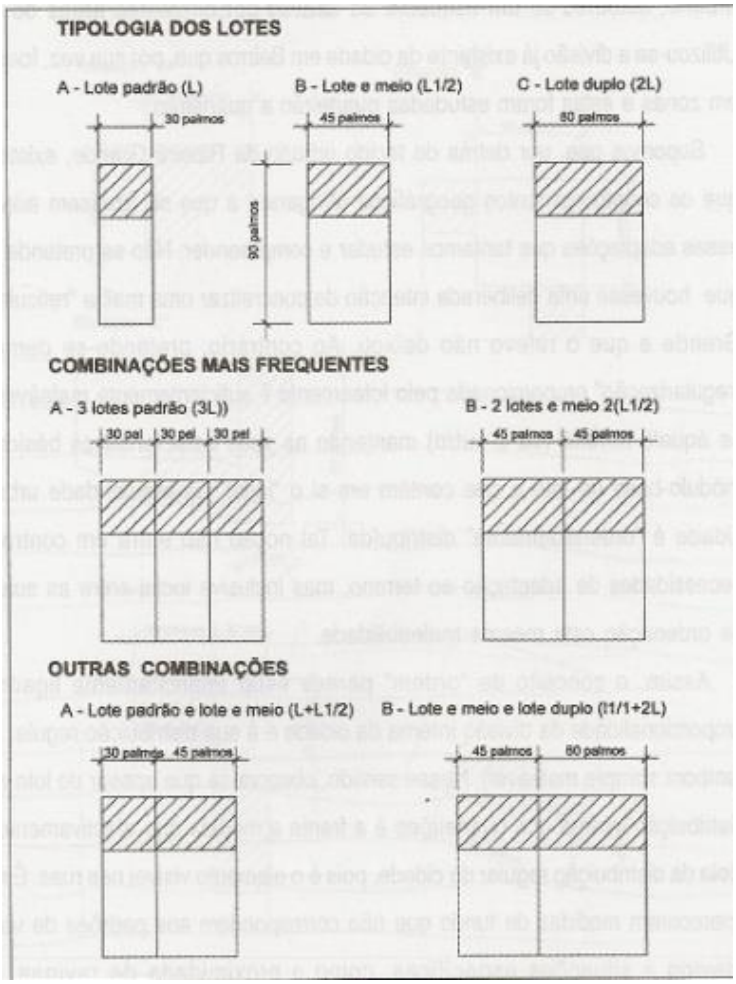


Figura 53 - Imagem da tipologia dos lotes. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

Na análise dos bairros é a medida de frente do lote o factor de identificação dos quarteirões. A malha urbana da Cidade Velha é constituída pelos seguintes bairros: O Largo do Pelourinho que tem 5 quarteirões – A, B, C, D e E; O Bairro de S. Pedro I que tem 3 quarteirões: S. Pedro I A e S. Pedro I B; o Bairro de S. Pedro II que tem 3 quarteirões – S Pedro II A, S. Pedro II B e S. Pedro II C; O Bairro de S. Pedro III que tem 4 quarteirões - S. Pedro III A, S. Pedro III B, S. Pedro III C e S. Pedro III D. O Bairro de S. Brás com quarteirões A, B e C e o Bairro de S. Sebastião com 6 quarteirões, A, B, C, D, E e F. O bairro de S. Sebastião é, de todos os bairros, o que se apresenta como mais regular no que respeita ao aspecto formal. Existiam 6 quarteirões neste bairro. O quarteirão A que está orientada para a rua Direita ao Forte que mede 120 palmos e tem duas ocupações de lote duplo 2 (2L). O quarteirão B, mede 240 palmos na

frente que fica para a rua da direita ao Forte. Tem quatro ocupações de lote base 4 (L) e uma ocupação de lote duplo (2 L). O lote C tem na sua frente principal uma ocupação de lote e meio (L ½), uma ocupação de lote duplo (2 L) e duas ocupações de lote e meio 2 (L ½). Os quarteirões D, F e G não chegam a ser quarteirões mas sim agrupamentos de três lotes de base que perfazem 90 palmos de frente, (com variação de 10 palmos entre eles, tendo sido considerados regulares). Lotes semelhantes foram detectados em todos os bairros com medida da frente de 90 palmos. O quarteirão E tem uma só frente orientada para o poente e mede cerca de 150 palmos de frente, tendo uma ocupação de lote duplo (2 L) e duas ocupações de lote e meio 2 (l ½) (PIRES, 2007).

Esta primeira análise feita aos quarteirões que constituem a malha urbana da Ribeira Grande, permite afirmar que o tecido urbano da cidade *"está longe de ser um produto aleatório, embora assim pareça"* e é possível vislumbrar em meio à aparente *"desorganização um claro efeito regulador que se fundamenta sobre as características do loteamento"* (PIRES, 2007, 151). O lote padrão, uma matriz flexível, que se encontra distribuído em praticamente todos os quarteirões da cidade é que produz o efeito regulador. O alinhamento das frentes que se verifica pela sequência em que a matriz se foi multiplicando no terreno é um outro factor dessa organização. Este modelo emergente seguiu-se às reformas implementadas no período Manuelino. As obras da Ribeira de Lisboa de 1498 que foram reproduzidos em algumas cidades portuguesas, nas ilhas dos Açores e da Madeira, nas praças do Norte de África e no regimento de S. Jorge da Mina são exemplos da implementação de normas destas reformas (PIRES, 2007)[435]. Com efeito, as rupturas entre o medieval e o moderno, na lógica emergente estão patentes na Ribeira Grande[436]. O programa do reordenamento urbano de Lisboa de 1498/99 abrangeu Lisboa e todo o território nacional. Assim, tudo leva a crer que esta

[435] Encontram-se no regimento de Lisboa, segundo Hélder Caritas (CARITA, 1990), referido por Fernando Pires, as sequências das frentes dos lotes do regimento em que se destaca a série 10-15-20-25-30 palmos embora se tenham evidenciado mais os módulos 15 e 25 palmos, que vão sofrendo variações consoante os sítios de aplicação. Fonte*:* PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, 151 .

[436] Fernando Pires cita as seguintes obras: CARITA, Helder - *Lisboa manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna e da Época Manuelina (1495-1521).* Lisboa. Livros Horizonte. 1999*;* CARITA, Helder - *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitéctónicos*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 1990.

forma de actuar exerceu influências no espaço urbano da Ribeira Grande pelo facto de haver um elemento padrão regular na malha urbana da cidade que se espelha nas métricas utilizadas na construção dos edifícios e nos elementos reguladores da malha, e as dimensões dos lotes. Em algumas áreas de Lisboa a métrica é de 30 palmos, a mesma que se encontra em Ceuta e no norte de África. No entanto, no Bairro Alto, Lisboa, a base métrica utilizada é de 30 palmos, a mesma que se encontra na Ribeira Grande. Em todas verifica-se na aplicação do módulo base uma certa flexibilidade que se encontra também na aplicação da profundidade dos lotes. A relação entre o fundo e a base é, na maior parte das vezes, apresentada por um duplo quadrado, que se encontra no Bairro Alto e na Ribeira Grande, embora nesta cidade a situação mais comum encontrada seja a de um lote representando um triplo quadrado. Os novos conceitos estéticos visavam o "bonito" que a "ordem", a "regularidade", o "ritmo" proporcionavam, evitando tudo aquilo que *"desfeya muito"*. Tentava-se encontrar as melhores relações entre as frentes e os fundos dos lotes e ao mesmo tempo afinavam-se as melhores relações de repetição no terreno destas proporções. Pode-se assim concluir que a cidade da Ribeira Grande é *"ordenada"* (PIRES, 2007, 154). A estrutura do loteamento possui uma matriz regular e os lotes dispõem-se no quarteirão perpendicularmente ao eixo da rua (PIRES, 2007).

Relativamente à ocupação do solo pelas edificações, as estruturas são também padronizadas dentro dos lotes. Assim, em toda a malha da cidade, a relação entre o eixo da rua e a edificação é quase sempre perpendicular acontecendo o mesmo entre o lote e o eixo da rua. A construção é feita em banda contínua e sem interrupções, da frente até o limite do lote, do que resulta a contiguidade entre as ruas. As interrupções são espaços ocupados por edifícios religiosos e militares, em posição de destaque e isoladas devido às suas funções. A ocupação é feita por figuras geométricas regulares, quadriláteros, em que a área edificada é um terço da área do lote em quase toda a malha urbana da cidade. O lote padrão é de 30x90 palmos e a área edificada de 30x30 palmos, ocorrendo raras excepções não chegando-se nunca a ocupar totalmente o lote (PIRES, 2007).

O espaço não edificado, o quintal, servia para o cultivo de árvores de fruto. O padrão das construções eram casas de um só piso exceptuando-se os do Largo do Pelourinho que tinham uma loja no rés-do-chão e a habitação no piso superior. Havia alguns

exemplos de casas assobradadas espalhadas pela cidade, poucas e pequenas, como se pode exemplificar pela seguinte descrição de Daniel Pereira (PEREIRA, 1988, 120) apresentada por Pires (PIRES, 2007,159) que refere que a casaria da cidade, "*tirando algumas casas de sobrado, eram poucas e pequenas, e que todo o mais era terreno de pedra e barro, com casas palhoças entre as achadas, o que para lugar que há de ter bispo, cónegos e governadores, de novo nada se fazia pois a maior parte dos materiais vinham de Portugal, incluindo os portais de pedra, o tijolo, etc"* (PEREIRA, 1988, 120) . Havia um grande espaço livre, mas com algumas variações na ocupação do solo das diferentes áreas: Largo do Pelourinho com 61% sendo os edifícios religiosos com 16%; Bairro de S. Pedro com 44% de área ocupada e 56% não construída. S. Brás com 30% de área construída e 70% não construída. S. Sebastião, 58% de área edificada e 42% de área livre tendo a Sé uma ocupação de 18,55%, cerca de 1408 m2. No total temos uma proporção de 75% de área não construída por 25% de área construída em toda a cidade, sendo 34,55% ocupados por edifícios religiosos do Largo do Pelourinho, e a Sé. Os outros edifícios religiosos não são mencionados.

Pelo exposto pode-se concluir que embora a cidade da Ribeira Grande desempenhasse todas as funções de uma capital, era uma cidade com fortes características rurais, caracterizada por ser um lugar fértil, pelo que a manutenção dos espaços ocupados com a agricultura está intimamente ligada à *"sustentabilidade da vida no burgo"* (PIRES, 2007,159). Além das várias plataformas usadas como elemento regulador do assentamento da cidade, um outro elemento regulador do tecido urbano é a padronização do lote, que embora pouco perceptível, está presente em praticamente todas as zonas da cidade. Concluindo, verificamos que *"A configuração mais comum é de 30 x 90 palmos, embora também apareçam de 45 x 90 ou 60 x 90 palmos*[437].

[437] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 2000. [Consult. a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

2. Espaços públicos – caracterização.

Os espaços públicos da Ribeira Grande caracterizam-se por serem espaços de continuidade, mesmo em locais em que se verificam barreiras físicas derivadas das condições geográficas, confundem-se com a estrutura viária na maior parte dos casos e são pouco definidos. Não há praças mas sim Largos. O Largo do Pelourinho, que ocupa cerca de 8.000 m2, ocupa parte do leito da ribeira. A sua forma aproxima-se à de um trapézio, tendo como base menor, o quarteirão situado a norte do Largo, e a base maior a linha recta tangente à baía, a poente a ribeira e o início da rua Direita, e a nascente uma frente formada pelas ruas da Misericórdia, do Calhau e do Porto. Tem no centro o pelourinho. Ocupa o papel de praça pois, para além de representar a frente da cidade, nesta praça estão localizados a Câmara, a Cadeia e o Presídio, que representam o poder local Municipal e do poder Judicial da cidade. É também a porta de entrada do porto e para quem chega por terra. Era também uma zona comercial, sendo hoje um espaço de acolhimento da cidade. O terreiro da Misericórdia, de forma rectangular, aberto para o norte, tendo 140 palmos (30 metros) de frente para o este, 80 palmos (17,6 metros) para o oeste e 90 palmos (20 metros) a sul. Tinha à nascente a Cadeia que media 140 palmos, a poente pela igreja com 80 palmos, tendo a frente sul 90 palmos (20 metros). Albergava a Igreja da Misericórdia que serviu de Sé durante muitos anos, o que lhe conferia uma certa importância. O Largo do Pelourinho era um espaço aberto ao exterior e o terreiro da Misericórdia estava voltado para o interior (PIRES, 2007,163). Fernando Pires (PIRES, 2017) conclui que, por um lado, *"... a Ribeira Grande visível, a que está implantada entre as montanhas, não era senão parte da "grande" Ribeira Grande, que se estendia por todo o mar que estava diante*", por outro, *" uma 'cidade porto' é sempre uma cidade dividida. Parte está lá, parte está no mundo"* (PIRES, 2007,182) [438]. Fernando Pires (PIRES, 2007), refere ainda que a cidade desenvolve-se e multiplica-se nos vastos espaços em que marca a sua presença, pelas trocas de mercadoria que propicia, pelas gentes que espalha e acolhe e que *"essa cidade grande ... é sempre maior do que o seu exíguo espaço. Logo, o também aparente*

[438] Fernando Pires refere que procurou conjugar a "história da cidade" e o "desenho" desta, a partir de pesquisas bibliográficas e de mapas de vários períodos, do século XV ao século XVIII. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, 71).

"constrangimento" da forma não pode ser lido de uma maneira redutora" (PIRES, 2007, 182). O porto foi o *"principal despoletador do processo urbano mas também o modelador, por excelência, da sua vivência."* (PIRES, 2007,182).

Referimo-nos já à sumptuosidade conferida à cidade da Ribeira Grande pelas Igrejas colocadas em lugares de destaque, à cidade rural pitoresca e verdejante que emerge do fundo do vale, à segurança que era mantida pelas fortificações que cercavam a cidade e aos baluartes colocados em lugares estratégicos, à ocupação e estruturação deste espaço, à caracterização dos Bairros, às edificações e às residências.

A cidade pode ser contemplada de vários ângulos que valorizam um ou outro trecho da cidade, apresentando sempre em cada trecho um panorama especial. A sua construção só foi possível pela adaptação da cidade à topografia local como verificaremos no item que se segue.

3. Adaptação da cidade à topografia local.

O processo de povoamento da Cidade da Ribeira Grande iniciou-se depois do dos Açores e da Madeira, mas está incluída no primeiro grupo de povoações fundadas no atlântico, embora o seu processo de povoamento tenha sido iniciado depois do daqueles arquipélagos do atlântico. O local onde foi instalada a cidade da Ribeira Grande cumpria as normas da época no que respeita às características fundamentais exigidas. Com efeito, entre o século XV e XVI, os núcleos urbanos da maioria das possessões portuguesas no atlântico situavam-se nas zonas litorâneas, em baías e enseadas. A construção de um porto assim o requeria, pois facilitava a comunicação com o exterior. A cidade da Ribeira Grande assemelhava-se às primeiras povoações do primeiro quartel do século XV. As estruturas do sistema defensivo localizavam-se em lugares altos, nos pontos extremos da baía onde se localizava o porto, apetrechadas com baluartes e fortes. A proximidade de cursos de água e a existência de rios ou ribeiras era um dos requisitos importantes. A par destas características, a topografia existente podia sofrer adaptações caso as requeridas condições fundamentais fossem cumpridas. No que respeita à implantação do povoado e à forma do núcleo, o factor mais determinante foi o relevo. "*As montanhas e escarpas que o cercam, se por um lado a protegiam dos ventos e para*

a defesa da cidade, por outro condicionavam a sua forma e a estrutura do seu crescimento" (PIRES, 2007,183). O processo de adaptação ao relevo propicia formas variadas das primeiras povoações. Tendo em conta o relevo, a área de implantação da cidade podia estender-se até cerca de 450 metros no sentido nordeste/sudeste e a menos de 150 metros no sentido nordeste/sudoeste, 10 a 15 metros acima do nível do mar. As montanhas chegam a atingir 120 metros de altura. A cidade é circundada por escarpas tendo uma única *"porta de saída para o exterior"* na zona "baixa" da cidade (PIRES, 2007). A cidade adaptou-se portanto à topografia local, sendo que a zona "baixa" apresenta os seguintes espaços:

- O Largo Central que se encontra à cota de 5 metros e não apresenta declives acentuados.
- Os primeiros quarteirões contíguos ao Largo, que se encontra à cota de 10 a 20 metros e que se desenvolve para norte em direcção da ribeira, e para o poente continuando a primeira plataforma.
- Para norte em direcção à nascente da ribeira e para o poente em continuação à segunda plataforma desenvolve-se a terceira plataforma.

Nestas plataformas está instalada o corpo principal da cidade e quase todos os edifícios que se ocupam das principais funções urbanas deste núcleo urbano. Na zona "alta", entre as cotas de 20 a 30 metros, encontram-se três plataformas que deram origem aos seguintes espaços:

- O corpo da zona alta entre os 20 e 40 metros de cota.
- Uma zona intermediária entre os 40 e 90 metros, onde não foi possível a construção de edifícios.
- Uma zona entre os 90 e os 1000 metros de que faz parte o promontório onde foi construída a fortaleza de S. Filipe (PIRES, 2007, 94 e 95).

Na zona "baixa" o declive é pouco acentuado, a transição entre as plataformas é pouco perceptível e suave e deu uma certa coerência ao espaço. Soluções de continuidade entre as altas escarpas foram recreadas com a procura de ligação, que imprime uma

certa continuidade entre as plataformas da zona "alta". Foram criadas rampas nos declives existentes que têm cerca de 10 metros entre a zona "baixa" e a zona "alta". Na zona "alta", a função predominante é a religiosa. Existem também habitações (PIRES, 2007, 94 e 95).

Os elementos estruturadores da zona "baixa" são a Costa, o Vale e a Ribeira, que moldaram esta zona da cidade, enquanto na zona "alta" estes elementos e as circunstâncias do terreno não influenciaram a moldura do Bairro mas, resultaram sim de intervenção humana. As "barreiras físicas de implantação" da cidade foram as escarpas e a área de inundação, pois não se podia construir para além destes limites. A área não construída ao longo do leito a jusante é de cerca de 100 palmos, e aumenta conforme o alargamento da ribeira quando esta aproxima-se do mar. A zona "alta", que se encontra situada numa achada elevada, é limitada a sudeste pela própria escarpa que se projecta no mar, a nordeste é limitada pela escarpa da achada seguinte, onde se encontra implantada o Forte de S. Filipe. O limite a poente é um declive que une a plataforma de S. Sebastião ao Forte do Presídio. Esta plataforma tem uma certa continuidade a sudeste e faz a ligação ao principal eixo de acesso à capital, a cidade da Praia (PIRES, 2007, 94 e 95).

Os trabalhos científicos acerca das matérias esplanadas neste e no item anterior são raros e quase inexistentes, pelo que apresentamos uma síntese da obra recente de Fernando Pires (PIRES**,** 2007).

4. A construção do espaço urbano da cidade da Ribeira Grande.

A construção da Cidade da Ribeira Grande iniciou-se logo após a descoberta. Pires (PIRES, 2007) afirma que embora tenha sido uma cidade efémera, a cidade da Ribeira Grande, no seu curto espaço de vida, soube representar o papel que lhe coube, que é importante pelas características específicas da sua localização e do seu espaço urbano. Ao contrário das cidades suas congéneres, do continente africano, foi uma cidade aberta, fundada com o intuito de fixação e colonização do território português em África.

A Cidade da Ribeira Grande sofreu modificações ao longo dos tempos. Consideram-se as seguintes fases de ocupação do espaço em Ribeira Grande, tendo em consideração as questões políticas e económicas que justificaram o investimento neste espaço:

- Na primeira fase, do achamento à consolidação do primeiro núcleo populacional no arquipélago, deu-se o ensaio do povoamento e decorre na segunda metade do século XV.
- Na segunda fase, a construção de Fortes e baluartes para a defesa do território e construções de edifícios religiosos e civis se concretizam.

Após o achamento, o rei procedeu à doação ao Infante D. Henrique, como atrás referimos, ainda em 1460, e consequentes prerrogativas e ao estabelecimento da figura do donatário. Nesta fase tinha a coroa como propósito o povoamento e a criação de uma estrutura económica própria que permitia o desenvolvimento do território. A capitania-donatária, unidade territorial que funcionava como suporte da estrutura administrativa, tendo como responsável o *capitão-donatário* foi criada e após as prerrogativas da carta de 12 de Junho de 1466, são ultrapassadas as dificuldades de povoamento e a posição de S. Tiago faz da ilha uma base que permitia incursões rápidas à costa africana e ligações com a Europa e, mais tarde, com as Américas e o Oriente, provocando o incremento do comércio. Assim aumentou a corrente migratória e verifica-se o consequente aumento da população. *"A fixação em Santiago acabou por resultar da lógica da implantação de um espaço mercantil, em que o mercador procurava a ilha pelas facilidades da prática do comércio legal e das isenções fiscais, e pela sua localização geográfica"* [439] (PIRES, 2007, 30). Pires (PIRES; 2017) corrobora a opinião dos demais autores que temos seguido amplamente, como António Carreira, Ilídio do Amaral, Daniel Pereira, António Correia e Silva, já citados, e é de opinião que a intenção do rei ficou gorada em parte, pois a criação da estrutura económica não resultou como se previra, na medida em que criou-se uma sociedade mercantil, formada por marinheiros, comerciantes e mercadores, agentes estes que viviam do comércio e das actividades portuárias, e que por este facto dispunham de uma grande mobilidade dentro do espaço que se ia criando

[439] PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

no atlântico, pelo que o tipo de povoamento por eles efectuado só poderia ser do tipo litoral e portuário. Como a intervenção do rei era indirecta, e foi feita através da instituição dos almoxarifes e contadores, com a concessão das prerrogativas solicitadas pelos donatários, estes passam a ter apenas poder administrativo judicial sobre o território.

Com a carta régia de 1472 que limitava o comércio, pelo que apenas podiam comerciar produtos da terra, *"o rei promovia o seu povoamento efectivo, na medida em que instituía um novo elemento o – produtor – e, com a fixação de unidades produtivas no local, criava condições para uma fixação mais permanente"* (PIRES, 2007, 31). Assim, enquanto a carta de 1466 potencializou a criação das actividades comerciais baseadas na intermediação, limitando assim a criação de unidades produtivas, a carta de 1472 actuou em sentido contrário, limitando as actividades comerciais e potencializando a criação de pólos de produção, obrigando os habitantes da ilha a optarem por outro tipo de actividades, sendo a agro-pecuária a mais indicada. A figura de "produtor" já existia pois a troca ou venda de produtos da terra já se fazia, mas passou a desempenhar um papel mais preponderante. As naus que comerciavam escravos abasteciam-se de "frescos" e "água", excedentes da produção local, ou produtos já preparados para tal, como o *pano de terra*, que equilibrava a economia das famílias e consequentemente, da ilha. Houve um maior incremento de produção com vista a aumentar o comércio de produtos locais, não só no porto da Ribeira Grande, mas também os com boa colocação na costa africana (PIRES, 2007).

Das medidas restritivas resultaram o desenvolvimento e incremento da produção agro-pecuária e a consequente entrada "forçada" de negros para trabalharem nessas unidades produtivas. A ocupação rural intensifica-se e a instalação nas melhores terras para a produção agrícola e para pastagens efectua-se então. Surgem então as povoações da Ribeira Grande e Alcatrazes e Praia na ilha de Santiago e a de S. Filipe na ilha do Fogo. Tudo leva a crer, que povoou-se por livre iniciativo dos habitantes de Santiago, e se revelou ser um grande produtor de algodão. Segue-se um período de consolidação e melhoramento da localização dos primeiros núcleos, pelo alastramento do povoamento para lugares que permitiam a prática da agricultura em melhores condições, dado que no

início a ocupação foi feita tendo em conta um bom porto de mar e acesso fácil a água potável. A deslocação da população para o interior nos espaços favoráveis à agricultura e a ocupação destes, dá origem à dispersão da população e o surgimento de núcleos mais dispersos, tendo as fundações sido feitas na orientação nordeste/noroeste (PIRES, 2007). Os principais povoados, Ribeira Grande, Alcatrazes e S. Filipe foram fundados no sec. XV mas a primeira foi a única da época que apresentava características urbanas, onde predominava a actividade comercial. Em meados do século XVI as vilas de S. Filipe e da Praia eram já caracterizadamente urbanas (PIRES, 2007).

O núcleo da Ribeira Grande desenvolve-se a partir do porto, portanto, sendo o núcleo central formado pelo porto e por um largo designado por Largo do Pelourinho, que tinha a forma de um trapézio irregular, limitado a nordeste pelo edifício da câmara onde funcionava também a cadeia e o almoxarifado. A sudeste estavam o ancoradouro e a baía, e a noroeste a área era limitada pelo lago formado pelas águas da ribeira parda. Já nesta altura, em 1495, encontrava-se em fase de construção a capela que viria a ser a igreja de Nossa Senhora do Rosário, após várias e sucessivas ampliações e em 1497 inicia-se a construção do Hospital a poente do pelourinho. O estatuto de vila foi-lhe concedida em 1512, tendo já uma vida social minimamente organizada, um poder local formalizado a funcionar, a câmara, e instituições de fiscalização e controle financeiros, o almoxarifado, instalações para assistência sanitária, o Hospital, e instituições religiosas, e a igreja (PIRES, 2007).

Na segunda fase, no final do século XVI, a descoberta da América em 1498, a abertura para o oceano Índico e a descoberta do Brasil em 1500, dão origem à ampliação do espaço das transacções e trocas comerciais e consequentemente ao aumento do tráfico de pessoas e bens, e a ilha de Santiago, ficando na encruzilhada das rotas oceânicas faz com que o porto da Ribeira Grande se faça a reexportação de escravos, aqui depositados para garantir uma maior segurança desta ”mercadoria”, o que se constituiu na principal actividade económica da ilha nos séculos XVI e XVII. Aparecem novos agentes comerciais a competir com a hegemonia portuguesa, e a pirataria cresce em oposição a essa hegemonia, pois o suposto “exclusivo” não era respeitado pelas outras nações. Instalou-se na ilha então um conjunto de infra-estruturas, que passou a ocupar a

centralidade da área que cobria as ilhas e toda a região denominada " Rios da Guiné". "Centralidade relativa" pois, estava altamente dependente dos acordos (Alcáçovas e Tordesilhas) celebrados com a Espanha, e dispositivos legais da coroa como a "exclusividade" do comércio com a Costa da Guiné, que não foi eficaz. Esboçados os primeiros sintomas de sua ineficácia, e ainda com o desvio do comércio de Santiago para a costa da Guiné, a consequente perda de centralidade faz a cidade entrar em crise, da qual nunca mais se recuperaria (PIRES, 2007).

No âmbito porém desta centralidade e enquanto funcionava, a coroa dirige os seus esforços para modernizar e dotar a Ribeira Grande de todas as infra-estruturas necessárias à manutenção do papel que desempenhava. A intervenção da coroa no espaço urbano começou no século XVI mas é na segunda metade do século XVI e no século XVII que se intensificou. Em 1513 a povoação que se iniciara no ancoradouro já era vila e tinha cerca de 114 vizinhos. A partir de 1520 a transacção de escravos para a América fez aumentar o movimento do Porto. Em 1533 foi elevada à categoria de cidade e sede do Bispado. Em 1555 contava já com 500 vizinhos e sede do bispado abrangia a costa da Guiné. Em 1556 começaram as grandes obras da cidade, instituições religiosas e defensivas. Na primeira metade de quinhentos, a igreja de Nossa Senhora do Rosário na rua da Carreira, no Bairro de S. Pedro, era o edifício mais importante. O bispo Frei Francisco da Cruz deu início à Igreja da Misericórdia e à Sé Catedral em 1556, que levou 130 anos a ser concluída devido às várias interrupções a que nos referimos já. O mesmo mandou construir o Palácio Episcopal por volta de 1574. O edifício da Câmara aparece localizada em vários pontos ao longo do tempo mas, no século XVIII, na planta de António Carlos Andrea, situa-se na margem esquerda da ribeira, no início da rua da Banana. O edifício da Prisão localiza-se nesta planta no Largo do Pelourinho, com a frente voltada para o edifício da Misericórdia onde funcionava o Hospital, iniciou-se na década de cinquenta do século XV e ficou pronta nos finais de XVI. As casas dos funcionários da coroa e ricos comerciantes eram as construções mais importantes. Em 1603 reiniciou-se a construção da Sé, tendo surgido nesta altura o Bairro de S. Sebastião. Assim, em 1626, os oficiais de Filipe II relatavam existirem três Bairros na cidade, o bairro de S. Brás, o Bairro de S. Pedro e o de S. Sebastião (PIRES, 2007).

O Bairro de S. Pedro era o maior e tinha três ruas: a rua de S. Pedro ou rua Direita que começava junto à costa e seguia em direcção ao Norte acompanhando o curso da ribeira. Mais duas ruas quase paralelas, a rua da Carreira e a rua da Banana, em direcção a nordeste. Julga-se serem as ruas mais importantes da época, onde viviam as pessoas mais abastadas do burgo, onde moravam os mais abastados. Ainda é de considerar a via dos Conventos, transversal à rua direita que unia esta à zona dos Conventos, que se situava a nordeste da cidade, e a rua da Horta Velha, que se situava no interior deste bairro, que começa no cruzamento da rua dos conventos e segue paralelamente à Rua Direita em direcção nordeste. O Bairro de S. Pedro, localizada a noroeste da cidade, no alto dos rochedos, tinha uma rua apenas, a rua Direita de S. Brás. Era o sítio mais sadio da Ribeira Grande porque estava orientado para o mar. Os padres da Companhia de Jesus que instalaram um colégio em Ribeira Grande, compraram lotes e construíram ali as suas moradias ente 1611 e 1613, e fazem uma importante descrição das propriedades dessa área. O Bairro de S. Sebastião foi o último a ser construído e fica situado a sudoeste da cidade, num promontório entre 30 a 40 metros acima do nível do mar. O Bairro foi construído à volta da Sé Catedral. A rua principal, rua Direita ao Forte, ligava a Sé Catedral à Fortaleza de S. Filipe. O Palácio Episcopal foi também construído neste bairro. O Largo do Pelourinho, onde se instalou o pelourinho, e possivelmente a primeira Câmara, foi a área onde se instalaram os primeiros povoadores e onde foram construídas as "casas sobradadas" que tinham "logeas" e armazéns no rés-do-chão. Era a zona comercial da cidade, ligadas às actividades do porto. Tinha três ruas. A rua da Misericórdia, onde ficava a Igreja da Misericórdia, a rua do Calhau e a rua do Porto, ruas contíguas, atravessadas pelos becos da Ilha e da Confraria. Começavam no Porto e terminavam no terreiro da Misericórdia (PIRES, 2007).

As "regras e os Instrumentos" utilizados na materialização dessa urbanização começaram a ser implementadas no último quartel do século XV e princípios do século XVI, quando o núcleo urbano da Ribeira Grande começou a consolidar-se. Foi neste período, mais precisamente em 1498, devido a grandes transformações económicas vividas na Europa, e consequente transformação cultural e estética daí resultantes, e ao aumento da emigração de outras partes da Europa para Lisboa, aos contactos com novos

espaços emergentes. Este movimento de pessoas e de mercadorias provocou uma maior procura de espaços neste centro urbano, pelo que foi preciso modernizá-la de modo a que respondesse às novas solicitações e às novas funções de centralidade e capital do império, bem como ao estatuto que tinha adquirido. D. Manuel I mandou realizar e implementar um programa de reordenamento da cidade de Lisboa que englobava um plano e medidas para o efeito, o regimento das obras da Ribeira de Lisboa, onde se encontravam expressas, com grande precisão, as determinações de ordem formal e métrica para as morfologias urbanas e para os diversos elementos constituintes dos edifícios, segundo Hélder Caritas citado por Fernando Pires (PIRES, 2007). Segundo aquele, a emergência de um novo discurso arquitectónico e urbano encontrava-se nos elementos espaciais e tipológicos o seu principal suporte e os efeitos de ordem, ritmo e medida são alcançados através do alinhamento de fachadas, repetição de vãos contínuos e outros elementos construtivos. Passa-se do pensamento bidimensional para o pensamento tridimensional em que se acentua a proporcionalidade entre a frente, a profundidade do lote e a altura do objecto e em que todo o cálculo é feito a partir de figuras geométricas do quadrado, do quadrado duplo e do rectângulo de base proporcional. Essa lógica métrica e estética foram definidas no regimento da Ribeira que foi compilada e tratada num códice que abrangia praticamente todas as actividades profissionais ligadas à construção e aos materiais, a normalização de peças, de medidas e de preços.

Estas normas e posturas vão ser aplicadas mais tarde nos territórios do Atlântico e do Índico, onde sofreram adaptações, o que gerou originalidade e flexibilidade. A expansão dessas ideias, levadas pelos mestres-de-obras para as possessões do Norte de África inicialmente (Castelo de Ceuta - 1509) foram implementadas depois em Funchal, na Madeira, onde o almoxarife tinha ordens para derrubar e adquirir lotes para esse efeito. Tudo leva a crer que seguiram-se as mesmas normas na cidade da Ribeira Grande, onde a preocupação com a formação e expansão do espaço urbano terá sido influenciada pelo exemplo de Lisboa, embora não seja possível estabelecer vínculos directos entre as duas experiências (PIRES, 2007).

A Defesa da cidade contra os piratas fez com que o rei mandasse construir infra-estruturas de defesa modernas. Em 1567 iniciou-se o investimento nestas infra-estruturas. Até à década de 80 havia apenas um baluarte e uma vigia e a defesa era feita pelos próprios comerciantes da cidade. Em 1580 a pirataria aumentou e com a união das coroas, o rei de Espanha enviou funcionários especializados para fazer o levantamento da situação com vista à elaboração de sistemas de defesa modernos. Destacamos o relatório de Francisco de Andrade de 1582, sargento-mor em Santiago; o relatório de Diogo Flores de Valdez que de passagem pela cidade, vindo de Cádis com destino à América, juntamente com o militar italiano Bautista Antonelli, fez o levantamento do sistema defensivo fazendo a introdução de melhorias nos baluartes existentes. É nesse relatório que surge, pela primeira vez, a sugestão da mudança do porto para a vila da Praia, que considerava ser melhor localizada, oferecendo também melhores condições de higiene e de segurança. Sugeriu a criação de uma armada para o patrulhamento das ilhas e da costa, dado que os franceses e ingleses haviam iniciado a sua instalação na Guiné, a fazer os seus próprios tratos com os reis locais (PIRES, 2007). A importância estratégica da ilha de Santiago na rota comercial para a Guiné, a Índia e para a América é realçada, e fez um esboço de um modelo de novos fortes e baluartes e indicou a sua localização. Em serviço do rei de Espanha, tinha a missão de fazer o levantamento do estado das fortificações de toda a América, do estrito de Magalhães às Caraíbas, para a elaboração de um sistema de defesa mais eficaz contra a pirataria francesa e holandesa; o relatório de João Barbosa, capitão das ilhas entre 1585 e 1588, feito em 1587, que o mesmo enviou a João Baptista Lavanha, que em 1596 era cosmógrafo principal do rei Filipe II, foi de grande valia. Era um plano que previa a construção de uma série de fortes e baluartes ao longo da costa a partir do Senegal até à Serra Leoa, estrategicamente localizadas e a constituição de uma marinha de guerra que patrulhasse a costa e defendesse a passagem entre o cabo Verde e as ilhas de Cabo Verde, chamada de *"la Garganta"*, na altura o única passagem entre o continente e as ilhas, a construção de duas 2 fortalezas, uma em Cabo Verde e outra na costa da Guiné. O plano era ambicioso e realizável mas nunca foi realizada completamente. Em 1587 os trabalhos realizados para defesa mostraram-se eficazes após a chegada do fortificador João Nunes, responsável pela fortificação de Santiago, nomeado a 12 de Junho de 1586, proveniente de Tânger, que trabalhou juntamente com Nicolau de Frias, António

Mendes e Filippe Terzi que tinham feito parte da campanha de D. Sebastião no Norte de África. Aos mestres-de-obras se deve a difusão das políticas reguladoras e centralizadoras imanadas da metrópole para os territórios do ultramar. Outros mestres-de-obras e técnicos ligados à defesa civil trabalharam na cidade da Ribeira Grande, em resposta a solicitações feitas pelos moradores após as investidas de piratas. O mestre João Nunes tinha realizado um excelente trabalho em Tanger. Devia construir uma nova fortaleza, que se pensa ser desenhado por Terzi, no sítio mais alto da cidade, para a defesa da cidade e o controlo à passagem pelo mar.

Outros técnicos haviam trabalhado antes nas grandes obras da cidade. Um deles, André Fernandes, tinha concebido o engenho que servia para tirar areia no rio Mondego, estava em Santiago em 1526, e pensa-se que estaria a sua presença relacionada com a construção da capela-mor da Igreja de Santa Maria da Praia. Outro técnico com o mesmo nome estaria ligado à construção da Igreja de Santa Maria da Praia, iniciada anos antes por Diogo Farelo, que foi contador, não se sabendo se é a mesma pessoa. O primeiro foi mestre-de-obras e mestre de pedrarias da fortaleza de Chaúl em 1531. Fernando Pires (PIRES, 2007) citando a obra "*Monumenta Missionária Africana, África Ocidental* (1500-1569) 2ª série, volume II, página 63, e o *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, Volume I, página 321, refere que João Nunes procedeu à construção de um sistema de defesa mais complexo, dado que apenas havia os baluartes da Vigia, da Ribeira e de S. Brás. Muralhas e portas de acesso localizadas estrategicamente foram construídas onde para evitar ataques por terra. Foi alargada também o sistema de defesa com a construção dos Fortes de S. Veríssimo, S. João dos Cavaleiros, Santo António e S. Lourenço e um conjunto de postos de vigia localizados que permitisse detectar qualquer aproximação de barcos. Depois de João Nunes, que fez a reforma do sistema defensivo e a construção de todo o sistema defensivo da cidade, vários técnicos passaram pela cidade mas não foi possível apurar os nomes que estão ligados às grandes obras como a Misericórdia, a Igreja da Misericórdia, o Hospital e a Sé Catedral, o Palácio Episcopal e o Convento de S. Francisco. Além de João Nunes, participou um outro técnico, Ruy Felgueiras, residente em Ribeira Grande que arrematou a obra da Igreja de Santa Maria da Praia. Pedro Nunes e Roque d'Abreu, pedreiros, fizeram as medições da igreja (PIRES, 2007).

O investimento estratégico no espaço engloba o século XVI e o século XVII e abrange o período de maior crescimento da cidade, devido à sua posição no quadro da rede comercial instalada no Atlântico, beneficiando do cruzamento de rotas tanto para a Índia quanto para a América e o consequente surgimento de condições económicas que permitiram um maior investimento no espaço urbano. Em 1617 instalou-se o capitão na Fortaleza de Cacheu e, chegou-se a ventilar a necessidade da mudança da sede do Governo-geral para Cacheu. Entretanto, é também neste período que começam a surgir os primeiros sinais de crise que mais tarde viria a atingir a Cidade, provocando a decadência que se acentua e atinge o seu auge nos finais deste século (PIRES, 2007).

A morte lenta da Ribeira Grande que durou mais de cem anos foi ferida de vez com os ataques de Jacques Cassard em 1712, poucos anos após a conclusão da Sé (foi concluída antes de 1705). Em 1754 o bispo abandonou a cidade, instalou-se em S. Nicolau e depois mudou-se para S. Antão, aonde permaneceu até à sua morte, como já referimos. Em 1764 os oficiais da Câmara expõem com ênfase ao rei a situação desastrosa em que se encontrava, sendo esta tida pelos mesmos como *"a segunda Tróia destruída"*. Cinco anos depois, a sede do Governo foi transferida para a Praia. A vila tinha o aspecto de um pequeno burgo. Joaquim Saldanha Lobo foi o primeiro governador a residir na vila da Praia (PIRES, 2007).

A terceira fase (séculos XVII e XVIII) é a que a Cidade da Ribeira Grande e a Cidade da Praia disputam o estatuto de capital. A Ribeira Grande, agora Cidade Velha, vai perdendo a centralidade enquanto a vila da Praia, oferece boas e melhores condições para a ser a nova capital. Alguns factores contribuíram para a decisão em mudar a capital para a vila da Praia: as características naturais excelentes; condições favoráveis à elaboração de uma defesa eficaz do porto e do sítio; a existência de várias ribeiras de água doce e a Fonte Ana, que se localizava perto do porto; na segunda década de Quinhentos, o desmantelamento da capitania do Norte e a instalação de parte da sua população nesta povoação e a consequente transferência da Câmara para esta, o que fez com que ascendesse automaticamente a vila; sendo um porto mais seguro, os pilotos passaram a frequentá-lo mais do que o da Ribeira Grande. O primeiro núcleo foi instalado na Praia Grande, para depois se localizar no cimo da Achada, que oferecia

melhores condições. A intensificação do movimento portuário provocou o aumento de transacções comerciais na vila da Praia. Foram instituídos os órgãos de controlo judiciais e administrativos (por volta de 1517 já tinha almoxarife e cerca de 10 anos depois nomeia-se o primeiro capitão da vila, o capitão Gomes Baleeiro). Em 1526 iniciou-se a construção da Igreja de Nossa Senhora da Graça, e as obras foram dirigidas por André Fernandes. Com a instalação da Igreja, e tendo o porto como principal catalizador do povoamento, eclodiu o processo de urbanização, tendo como pólo gerador o espaço disponível na achada à volta da igreja (PIRES, 2007). Tal como havíamos observado em relação a S. Sebastião na Ribeira Grande, em que a construção da Sé originou o bairro com o mesmo nome, na Praia repete-se a mesma situação. Assim, à volta da igreja surgiram as primeiras construções de casas pertencentes aos funcionários régios, mercadores, comerciantes e proprietários rurais, tudo isso alimentado pelo dinamismo da crescente actividade portuária. O processo de crescimento foi tão rápido que em 1572 a vila contava com cerca de 30 fogos e 447 almas de confissão, isso *"afora os que se ensinam para isso"*. Em 1582, a vila da Praia teria *"200 vezinhos que poderão ter mil escravos, entre machos e fêmeas, os 800 de confissão e os 200 que se doutrinam pêra yso, …"* [440]. Para além dos factores apontados acima, o porto da Praia era menos vigiada pelas autoridades fiscais e portanto mais procurada por aqueles que fugiam ao fisco. Esta primeira etapa da formação deste burgo caracterizou-se por um crescimento lento, que perdurou até meados do século XVI, em que se verifica uma desestruturação económica, social e urbana dos centros urbanos, devido à pirataria, que se prolongou até o século XVIII (PIRES, 2007).

Uma lenta retoma começa a esboçar-se no final de seiscentos do século XVII, e cada vez mais barcos estrangeiros procuravam o porto da Praia. "*Caíram as pretensões de Portugal e Espanha do Tratado das Tortesilhas, o atlântico deixou de ser um espaço ibérico e passou a ser compartilhado por outras potências. Aparecem as primeiras colónias francesas e o espaço internacionalizou-se"* (PIRES, 2007, 64). Enquanto a cidade da Praia renascia a da Ribeira Grande decaía: perdeu definitivamente a posição de entreposto de escravos. O alvará de 1652 decreta a possibilidade de mudança de

[440]"*Relacion de algunas cossas de las yslas de cabo Verde y del sítio dellas.* 1582. Archivo Nacional de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 122, doc. 180, pag 61. In PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

residência do bispo e do governador para a vila da Praia, onde cada vez mais os camponeses do interior se dirigiam para trocas de produtos no porto, fazendo com que renascessem as actividades comerciais da vila (PIRES, 2007).

Quando a Companhia de Grão Pará e Maranhão instalou-se na vila da Praia para melhor fiscalização das transacções comerciais, trouxe para vila a centralidade política e administrativa. O primeiro governador, Joaquim Saldanha Lobo, residiu na vila da Praia e não em Ribeira Grande. A população da Vila da Praia rondava os 1800 habitantes. Os moradores solicitaram que o rei concedesse à Vila de S. Maria da Praia foro de cidade e a elevação da mesma à categoria de capital das ilhas de Cabo Verde. A Ribeira Grande contestou o pedido e ganhou mais uma vez. A sugestão da mudança da capital para a Praia havia sido lançada por Diego Flores de Valdez em 1582, quando esteve de passagem por Brasil, solução apresentada para maior segurança devido aos ataques dos piratas, mas contestada pelos habitantes da Ribeira Grande (PIRES, 2007). Só em 1858, a 29 de Abril, a vila foi definitivamente elevada à categoria de capital. *Enquanto a Ribeira Grande foi capaz de subsistir manteve o estatuto de capital e quando foi finalmente transferida para a Praia os principais sustentáculos da sua centralidade já se tinham abalado* (PIRES, 2007, 67). Afirma-se ainda*: " A Praia afinal não disputou a sua "capitalidade" com a Ribeira Grande, pode dizer-se que a herdou"* (PIRES, 2007, 67). Afirma ainda PIRES (PIRES, 2007, 67) que a crise urbana na Ribeira Grande só surgiu depois de todos os outros sectores terem entrado em crise.

A cidade da Ribeira Grande, depois de ter sido capital do arquipélago, uma cidade aberta, fundada com o propósito de apoiar a colonização e a promover a fixação da população, a única fundada nos trópicos nesta época, foi abandonada e passou a designar-se de Cidade Velha.

> *"Apesar disso, a Ribeira Grande é uma cidade referencial no universo urbanístico português, embora a dimensão do seu significado supere a própria dimensão física do núcleo. Foi a primeira cidade a ser construída pelos portugueses nos trópicos, ou talvez a única da época se, por conveniência nossa, não incluirmos no nosso conceito as praças fortificadas do norte de África ou a "cidade fortificação" de S. Jorge da Mina"* (PIRES, 2007, 15).

5. Fases de desenvolvimento socioeconómico e urbano da Cidade da Ribeira Grande.

> *"Cidade, a partir de 1533, quando da instituição do bispado de Cabo Verde, a Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro socioeconómico, administrativo, militar e eclesiástico. Apesar disso, e de ser em meados do século XVI um dos entrepostos comerciais de maior relevo ao Atlântico, a cidade de Santiago era, no entanto, um pequeno burgo que, devido à sua localização geográfica, tinha poucas possibilidades de expansão*" (CABRAL, 2001, 226).

Aquando do povoamento da Ilha de Santiago, em 1460, a vila de António, pequena comunidade nas bordas do porto, no lado oriental, albergava os primeiros habitantes, homens do mar, negociantes, sendo as primeiras ruas, a rua do Porto e a do Calhau, indicadoras da sua ligação ao mar, à navegação. Devido ao desenvolvimento do seu porto, havia de experimentar, um aumento demográfico nos anos seguintes. Petições de várias individualidades ajudam a caracterizar este centro populacional no século XVI: em 1549 o contador dos Mosquitos pedia, numa carta a D. João III, que a Coroa se interessasse mais pela ilha de Santiago, e no mesmo ano, o Deão da Sé de Santiago, Gaspar de Silveira, descrevia a situação económica da cidade de Ribeira Grande e a relevância do seu porto, que representava desde as últimas décadas do século XV, *"o abrigo e o apoio indispensáveis para muitos dos navios que se dirigiam para a costa africana, Antilhas ou Brasil"* (CABRAL, 2001, 226). Iva Cabral (CABRAL, 2001) refere que o burgo situava-se entre montes e rochedos tão altos que não tinha outra vista senão a do mar. Estava dividida pela ribeira Maria Parda que nasce a duas léguas, que formava uma pequena lagoa *"de águas caídas"* antes de desaguar no mar. O porto era *"grande, mas pouco limpo e seguro dos ventos"*[441].

Foi à beira do porto que os seus primeiros moradores ergueram o pelourinho, símbolo da autonomia municipal, em frente à Câmara. A Igreja da Misericórdia e o Hospital da Misericórdia mais o Presídio foram construídos também neste espaço. O espaço urbano de ruas estreitas e becos de nomes descritivos, Calháu, rua da Praça, rua do Porto e rua

[441] BNL, ex. 207, doc. 88. In BRÁSIO, Padre António. *Monummenta Missionária Africana (África Ocidental)*. 2ª Série. Vol. IV. 1 de Agosto de 1625, p 160.

da Misericórdia, tinha o seu centro comercial onde viviam os mercadores vizinhos ou estantes que tinham *"logeas"* e armazéns no rés-do-chão de suas casas. Para além dos "vizinhos" que ali viviam, permaneciam na cidade os mareantes, *"os estantes"*, que ficavam na vila o tempo suficiente para abastecerem os seus navios.

A população aumentou e a cidade cresceu. A margem esquerda da cidade foi ocupada pelos bairros de S. Pedro e de S. Brás. Neste Bairro localizavam-se as residências da maior parte dos vizinhos e oficiais régios. Apresenta o exemplo de Gaspar Rodrigues que em 1558 foi escrivão da Correição, em 1563 foi tesoureiro dos defuntos, em 1569 foi almoxarife e em 1577 foi ouvidor e mordomo das Confrarias de São Pedro e de Nossa Senhora da Conceição. Tinha como vizinhos o tabelião público e judicial Domingos da Fonseca e André Dornelha, capitão de navio e "pratico" das coisas da Guiné (CABRAl, 2001). Homens honrados habitavam também a Rua da Carreira como Valentim Fernandes Lucas que vendeu ao capitão Diego Ximenes Vargas, um dos mais ricos vizinhos, algumas casas na Rua da Carreira por 280 000 reais. Este deixou de herança umas casas situadas na Rua da Banana a um moço mulato de nome António, seu filho ilegítimo, que veio a ser mais tarde o Padre António Fernandes Vargas. O vizinho Manuel Vaz do Pico tinha uma casa situada na rua principal da cidade que ia dar à igreja, que era a Rua da Banana, um ponto de encontro de diversões que "escandalizavam muitos dos pios moradores da cidade". Muitos dos herdeiros dos primeiros moradores tinham casas que alugavam ou vendiam aos récem-chegados. Anotamos alguns exemplos dessas transacções que comprovam serem estes moradores os homens poderosos da comunidade, apresentados por Iva Cabral (CABRAl, 2001) (documentos do Cartório Notorial e de António Brásio): Diogo Fernandes Carvalho, natural de Tavira (Algarve), mercador, residente em Santiago, em 1603 comprou por 80 000 reais umas casas na rua do Calhau a Luísa Gomes que, por sua vez, as tinha comprado uns anos atrás a um certo Cristóvão Bocarro (em 1515 encontra-se na Ribeira Grande o escrivão de navios João Bocarro e em 1545 foi nomeado para a feitoria de Santiago o escudeiro fidalgo, Luís Bocarro (CABRAL, 2001).

Um outro bairro, o de S. Brás, que se situava no alto de um rochedo, a ocidente da baía, era habitada pelos padres da Companhia de Jesus durante mais de 30 anos. Era o lugar

mais sadio da cidade pois estava *"desposto para o mar"*. Os referidos padres haviam comprado umas casas por 600 0000 reais aos herdeiros de Manuel Barbosa e em 1613, pardieiros que eram casas térreas a Maria Simoa, vizinha da cidade e viúva de Martim Sequeira, que foi capitão nas armadas do rei. Maria Simoa aparece como vizinha em 1610 no referido documento. Os dois estão referidos no *Cartório Notarial*, [442] e são referidos citados por Iva Cabral (CABRAL, 2001)[443]. Manuel Barbosa morreu entre 1594 e 1611, segundo este documento. As duas partes do bairro eram separadas pela Rua da Cidade que tinha 25 palmos de largura. Segundo o mesmo documento ali moraram o cavaleiro fidalgo da Casa Real, ouvidor-geral das ilhas e limites da Guiné, vizinho da Ribeira Grande, Manuel Dias Calheta, o padre António Dias de Andrade e o cónego Diego Callado.

Tudo leva a crer que o último bairro a ser construído foi o de S. Sebastião, que se situava num alto, a este da baía, onde foi construída a Sé. O bairro foi construído em torno das obras da Sé. No outeiro a poente ficava a Capela de S. Sebastião, santo protector das doenças palúdicas, que dizimavam a colectividade. Em 1593 foi construída no alto do monte deste bairro a Fortaleza de S. Filipe que serviu de instalação aos governantes das ilhas. Uma ladeira íngreme dava acesso ao Bairro e ao forte militar, que era por isso um lugar perigoso quando os inimigos, piratas e corsários, atacavam. Por este facto a autora considera que os habitantes seriam de menos posses e na documentação não aparecem muitos nomes de moradores do bairro, senão o do bispo que aí construiu o seu palácio. Há notícias que Francisco Gomes tinha aí uma casa que vendeu a Diego Ximenes Vargas, capitão que a deixa de herança ao mulato António e que Guiomar Lopes vizinha da cidade e pequena comerciante, morou neste bairro em 1610. A Cidade tinha também, como qualquer outra cidade-porto mercantil, os bairros periféricos onde moravam os brancos pobres, os pretos livres, os forros e os marinheiros desempregados. Iva Cabral (CABRAL, 2001) apresenta o exemplo do bairro dos Sapes

[442] ANTT, Cartório Notarial, 1594 Setembro-Outubro 10, fl. 66 v º, 20 de Setembro de 1594. Fonte: CABRAL, Iva – Ribeira Grande: Vida urbana, Gente, Mercância e Estagnação. In. *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Intituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde. 2001.

[443] AHU, Cabo Verde, Cx. 1, doc. 22, 8 de Junho de 1613. Fonte: CABRAL, Iva – Ribeira Grande: Vida urbana, Gente, Mercância e Estagnação. In. *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Intituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde. 2001.

onde moravam em 1626 metade da "gente pobre" da cidade. Os moradores da Cidade, pelos dados fornecidos por Pedro Guimarães, em 1513, apresentados por Iva Cabral (CABRAL, 2001), podem ser descriminados segundo a divisão racial e grupos já bem definidos, do seguinte modo: vizinhos homens honrados brancos (58); vizinhos negros (17); mulheres solteiras (4), mulheres negras (10); forasteiros; clérigos.

Carreira (CARREIRA, 1983) elucida-nos na "Análise da estrutura social da Ribeira Grande (sec XVI a primeiras décadas do sec. XVII) acerca da instalação dos brancos: *"Após a colonização com os primeiros donatários e homens brancos de linhagem, os brancos que chegavam a Santiago, vindos do reino, eram obrigados a habitar na rua do "Calháu"*, na Cidade da Ribeira Grande, até *"mostrarem limpeza do seu sangue"*. Portanto, a degeneração, nessa data, ainda no sec. XV, já era uma preocupação. A evolução da sociedade, nos séculos seguintes, caracterizava-se pela existência de poucos *"senhores"*. Por falta de sucessão alguns desapareceram, outros deixaram descendência mestiça que foi ocupando *"a posição dos seus ascendentes"* (CARREIRA, 1983)[444]. Havia, portanto, uma nítida separação entre os brancos puros, os cristãos, e os impuros ou judeus, e os pretos. Estes tinham de se subordinar aos brancos, pois eram escravos. O "Anónimo", citado por Carreira (CARREIRA, 1983), em 1784, havia dito que os homens brancos, naturais e principais da terra, descendentes dos primeiros povoadores, tinham *"casas bastante opulentas"* porque eram *"senhores"* da maior parte das terras da ilha de Santiago e que tinham recebido *"grandes mercês*" do Infante D. Fernando e de El-Rei D. Manuel, *"que se tratavam à lei da nobreza, tendo brasões de armas, que ainda hoje se manifestam em alguns monumentos"* (CARREIRA, 1983, 23).

Ilídio do Amaral[445] refere-se à colonização da Ribeira Grande e explica que foi muito diferente a colonização da Ilha de Santiago, em relação à Madeira e Açores, onde se organizou uma sociedade parecida com a portuguesa, dado que o clima de chuvas irregulares não permitia o cultivo de cereais, o trigo e a cevada, e frutos. Este facto constituía um problema para a fixação de colonos. Os colonos viviam de actividades

[444] CARREIRA, António - *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983.
[445] AMARAL, Elídio – Santiago de Cabo Verde – A Terra e os Homens. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª Série. Nº 48. Lisboa. 1964.

comerciais e a organização social era muito diferente, portanto, das demais colónias. Com a introdução do milho americano, cujo ciclo se desenvolve num período curto, semelhante ao período de chuvas na Ilha, de feijões e leguminosas, a fixação da população ficou facilitada. Explica Ilídio do Amaral (AMARAL, 1964) que as condições de salubridade e de localização revelaram-se das piores, condenando o núcleo a uma existência efémera. Mesmo assim, manteve-se até bastante tarde como capital eclesiástica, civil e militar, e uma das primeiras cidades do Ultramar Português. Gozou de dupla importância, política e comercial; por um lado era *"um ponto nodal da navegação do Atlântico"*, um entreposto mercantil, visitado por numerosos navios que aí iam deixar as suas mercadorias do Reino e receber escravos, couros e outros artigos, das ilhas e da Guiné (AMARAL, 1964). Ilídio do Amaral, citando Barcellos[446], refere que a importância comercial da Ribeira Grande está patente em documentos diversos, como a transacção de escravos, e que apenas entre 1513 e 1515 entraram um total de 2 966 escravos, sendo o montante total de 11: 092$840 rs, avaliados a 3$740 rs cada escravo, o que pressupõe que seriam para exportação. Para além de escravos, eram comercializados na Ilha, produtos da Guiné, cera e marfim, que os estrangeiros não podiam negociar. Havia na altura um grande movimento de embarcações entre a Guiné e a Ilha de Santiago. Exportava ainda a ilha, couros e peles de cabra, algodão, milho, e tecidos de diversas qualidades, farinha, biscoitos, azeite, figos e passas, e todos os utensílios domésticos, materiais de construção, artigos de vestuário e de luxo, que recebia de Lisboa. O fabrico de panos para escravos fazia-se para exportação e comércio de troca, na costa da Guiné.

Ilídio do Amaral (AMARAL, 1964) refere-se ao Piloto Anónimo do sec. XVI, apresenta escritos de Gaspar Frutuoso (1582-1591) e Freire André de Faro (1664)[447]. Estes deixaram descrições sobre a vida económica da cidade da Ribeira Grande no sec. XVI. Todos são unânimes em que, a agricultura se praticava no fundo dos vales onde se cultivavam árvores de fruto e coqueiros. O milho *maís* era o cereal que constituía a base da alimentação e ocupava uma posição importante na exportação. Ao milho juntavam-

[446] BARCELOS, Cristiano José de Sena - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Parte I. Academia Real das Ciências de Lisboa. 1899. In AMARAL, Elídio – Santiago de Cabo Verde – A Terra e os Homens. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª Série. Nº 48. Lisboa. 1964.
[447] Ibidem

se os feijões, semeados na mesma cova, e leguminosas. Produzia-se também a cana-de-açúcar, levada da Madeira, e arroz de regadio, o algodão para fabrico de panos, que servia de moeda de troca na Guiné. Frutas da metrópole foram ensaiadas mas eram "pouco sadias" como referem documentos deixados por G. Frutuoso. Frei André de Faro refere-se à produção de "carnes baratas". Valentim, outro citado pelo "Anónimo", refere-se ao coqueiro ou noz-da-índia, ao milho "*maís"* e à mandioca da América do Sul (AMARAL, 1964).

A Ilha de Santiago era na altura uma escala importante da navegação do Atlântico, uma verdadeira plataforma do comércio entre os três continentes e uma plataforma de ensaio e distribuição de plantas, de animais e de homens (escravos ladinizados)(AMARAL, 1964). O mesmo apresenta extractos de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (A. H.U., C.º Verde, Caixa1, 1606 a 1638) que explicam que "a organização da vida da ilha girava em torno do porto da Ribeira Grande", que em finais do século XVI teria *"200 vizinhos"*, cifra pouco significativa segundo o mesmo, que defende que se tratava de um centro importante de comércio de escravos, onde estes deviam existir em abundância, mas não contabilizados. Conclui que com este comércio muito lucrou a vila, permitindo-lhe entre 1461 e 1497 a acumulação rápida de riquezas e uma época de prosperidade e de evolução acentuada (AMARAL, 1964).

As casas eram construídas com pedra que mandavam buscar de Portugal. *"Com pedra da metrópole se foi edificando uma aglomeração colonial, de estilo português, com sua praça e pelourinho junto ao mar, protegida por uma linha de baluartes e muralhas"*. As casas eram bem construídas, de pedra e cal, habitadas por numerosos portugueses e castelhanos, alguns de boa linhagem. Uma carta da Câmara da Ribeira Grande para o Reino, com data de 15 de Abril de 1626, dá uma descrição minuciosa da que já era então cidade*: " há nella três bairros e duas Ruas pelo meyo d'elles, a saber, o de são Sebastião, o de São Braz, e o de Sam Pedro, as Ruas são a de são Pedro até o porto onde sorgem os navios, e a outra he a da Rua carreira e a Rua da banana onde a gente desta Cidade se accomodão medianam te"*[448].

[448] AMARAL, Ilídio do - *Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens.* Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª Sér. Nº 48. Lisboa. 1964.

Na Planta da cidade de 1769 essas casas estavam ainda representadas. Na de 1778 o autor marcou já as ruínas no mapa o que permite avaliar a decadência rápida da cidade a favor da Praia, povoação fundada em 1769, onde passou a residir o Governador a partir de 1770. A planta de 1778 indica que eram 125 os edifícios e 787 os moradores, sendo 495 livres e 292 escravos. O mapa apresenta também os bairros, e as ruas. O Bairro de S. Brás, o mais pequeno e que fica na zona setentrional, na zona central e mais baixa do vale, a que se chamava Figueira de Portugal, com cinco ruas e um beco, o Bairro de S. Sebastião, com quatro ruas e dois becos, onde ficava a Sé Catedral, o Palácio Episcopal e o Aljube, que ficava na base do promontório da Fortaleza de S. Filipe. O centro da cidade ladeava a ribeira, dispondo as casas nos dois lados. Na mesma planta estão mencionados ainda, os edifícios públicos, tais como a Câmara, a Misericórdia, a prisão e edifícios particulares, como a casa da D. Violante Freire de Andrade, a do Coronel João Freire de Andrade, a da Companhia de Grão-Pará que seriam importantes, pelo menos *"fora do comum do resto das edificações"*. Os grandes sobrados testemunhavam a riqueza e ostentação dos proprietários (AMARAL, 1964, 175 a 180).

Nos anos de boas chuvas a ribeira transbordava invadindo as casas. Houve situações desastrosas, em que as cheias violentas levavam casas e pessoas, além de animais, arrasava plantações, arrastadas pela corrente das águas. Com efeito, a ribeira do sítio de Maria Parda juntava-se à do Convento de S. Francisco dos religiosos capuchos, formando uma lagoa no centro da cidade junto ao mar. Apenas nos anos de fortes enxurradas, é que rompiam para o mar. Tal situação provocava insalubridade na cidade, enquanto essa água estagnada permanecia nesse local. A cidade era protegida pelo Norte por uma muralha que ia da vertente abrupta ao Forte de S. Lourenço que fica no cimo da arriba. No extremo Norte da baía ficava o Forte de S. Brás, do qual partia a muralha que ia até ao Forte do Presídio, que ficava no canto Sul do ancoradouro. A entrada à cidade fazia-se por uma porta que ficava sob uma rampa. Sob a arriba, que dominava o porto e a porta da cidade ficava o Forte de S. Veríssimo que tinha dois baluartes ligados a um pano de muralha. Para o Sul, os Fortes de S. João dos Cavaleiros e de S. to António. Neste local havia uma ermida. A Fortaleza de S. Filipe foi

construída no cimo do promontório da vertente sul do vale (AMARAL,1964, 175 a 180).

Em 1499, o contador André Rodrigues dos Mosquitos, numa carta dirigida a D. João III, pede à Coroa que se interesse mais pela ilha de Santiago, já que *"... tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela que vai em crescimento, por razão que toda a navegação do Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de S. Tomé para todos é repairo"* (AMARAL, 2001, 225 a 229). No mesmo ano, o deão da Sé de Santiago, Gaspar da Silveira, descrevia assim a situação económica da ilha: *"... o estado desta terra é estar muito rica em grande maneira porque não vem navio de Guiné que velho e menino antes que saia já vem com preço feito; de vinte e oito mil ficam à feitura desta; estão aqui duas naus antilhanas e os navios que esperam já lhe tem feito preço a trinta mil reaes todo o escravo..."* (AMARAL, 2001, 225 a 229). O oficial régio e o religioso estavam claramente a referir-se à situação económica da cidade da Ribeira Grande e à relevância estratégica de seu porto. Isto porque este representou, desde as últimas décadas do século XV, o abrigo e o apoio indispensáveis para muitos dos navios que se dirigiam para a costa Africana, Antilhas ou Brasil. Cidade a partir de 1533, aquando da instituição do bispado de Cabo Verde, a Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro sócio-económico, administrativo, militar e eclesiástico. Apesar disso, e de ser em meados do século XVI um dos entrepostos comerciais de maior relevo no Atlântico, a cidade de Santiago era, no entanto, um pequeno burgo que, devido à sua localização geográfica, tinha poucas possibilidades de expansão (AMARAL, 2001, 225 a 229).

Actualmente a antiga Cidade Velha é uma espécie de grande museu ao ar livre, situada a 15 km da Praia, com fortes vestígios do que foi a antiga capital de Cabo Verde. Tendo sido elevada novamente ao seu estatuto de cidade, chamada de Cidade de Santiago, que foi a primeira cidade fundada pelos portugueses em África, almeja ser uma cidade moderna e contemporânea, guardando porém os vestígios da antiga capital. Com efeito, após o estabelecimento de uma paróquia em 1462, Ribeira Grande passou a cidade em 1533 e desde então teve um papel preponderante no apoio à expansão portuguesa e no

desenvolvimento do comércio e da navegação de longo curso, como entreposto comercial de escravos e no aprovisionamento dos navios.

6. Intervenções arqueológicas e de restauro.

As primeiras intervenções arqueológicas e de restauração arquitectónica que se conhecem na Cidade Velha datam do ano 1960, realizadas pelo governo colonial português, da qual não há muitos registos científicos. As intervenções realizadas na cidade da Ribeira Grande de Santiago (anos 60), privilegiaram a arquitectura militar, e foram orientadas por Luís Benavente. Foram realizadas obras nas ruínas do Forte de São Filipe na Ribeira Grande. Este especialista entendeu o restauro de cada edificação como inserido num conjunto, defendeu e preparou também a proposta de inventário e classificação global do património religioso e militar tendo em consideração os princípios definidos pela Carta Internacional de Veneza de 1964, dado que foi um dos signatários desta carta[449].

Desde a década de 80 do século passado, que a cidade berço de Cabo Verde tem sido palco de inúmeras intervenções arqueológicas pontuais, sobretudo nalguns edifícios testemunhos da inquestionável importância da antiga vila da Ribeira Grande na Historia da Humanidade durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Caso de exemplo é a Sé Catedral em 1986 e 1989 respectivamente, em que as escavações arqueológicas foram levadas a cabo por uma equipa de arqueólogos portugueses liderados pelo arqueólogo Clementino Amaro. Posteriormente, sobretudo a partir dos finais da década de 90, sucederam-se várias outras intervenções arqueológicas e arquitectónicas, centrando-se na consolidação das ruínas a partir do processo de anastilosis, com o objectivo de garantir a autenticidade arquitectónica do edifício em causa. Todos esses trabalhos foram coordenados pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira e sua equipa, ao serviço do Instituto Português do Património Arquitectónico. A referida missão tinha como principal objectivo, a reabilitação arquitectónica daquele monumento seiscentista, e a recuperação de alguns espólios e túmulos da época, a partir de escavações

[449] Património de origem portuguesa. [Em linha]. 2012. [Consult. a 15.11.2015]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

arqueológicas. Os resultados desta intervenção foram importantes para o conhecimento de toda a extensão do edifício. No seu interior foram descobertos alguns enterramentos de membros do clero, e outros notáveis da ilha. São referidas àa intervenções arqueológicas noutros edifícios, como a Fortaleza Real de S. Felipe, e Convento/Igreja de São Francisco[450].

A elas podemos acrescentar as escavações arqueológicas realizadas a partir do ano 2002, com a segunda fase das intervenções na Fortaleza Real, Convento São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora de Conceição, Colégio dos Jesuítas, e Hospital/Igreja da Misericórdia. Em 1999, com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), começaram as intervenções arqueológicas e arquitectónicas no quadro do projecto de Salvaguarda do Património Histórico e Arquitectónico de Cidade Velha, financiada pelo governo espanhol. Este projecto visou alguns edifícios imponentes dentro do contexto monumental da cidade, caso da Fortaleza Real de São Filipe, Pelourinho, Rua da Banana, Igreja Nossa Senhora do Rosário e Convento/Igrejade São Francisco. No ano de 2005, procedeu-se à primeira fase do projecto de escavação arqueológica na antiga capela de Nossa Sra. de Conceição, Convento dos Jesuítas e Hospital/Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do IIPC, em colaboração com a Universidade de Cambridge (Inglaterra) e a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Essas intervenções foram parcelarmente concluídas já no decurso do ano 2006, com a vinda da mesma equipa, e teve como principal objecto a maximização dos resultados da primeira campanha. Acrescenta-se que a preocupação com o património arqueológico da Cidade Velha, hoje património da Humanidade, pelas evidencias matérias históricas, não é tarefa só dos nossos dias. Às intervenções acima exemplificadas, podemos acrescentar os trabalhos de seguimento das obras de colocação/canalização da rede de água, percurso Santa Clara – Cidade Velha/Praia, no ano de 1986, promovida pelo então governo de Cabo Verde, sob a égide construtiva de uma empresa italiana e acompanhada pelos técnicos do Ministério da Cultura[451]. Na sequência das obras de saneamento da cidade levadas a cabo pela edilidade local Câmara Municipal da Ribeira

[450] Ibidem
[451] O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade ... - IIPC. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

Grande de Santiago em finais de 2009, foram descobertas algumas evidências materiais moveis e imóveis que, de acordo com algumas conclusões prematuras, seriam vestígios do período áureo da vila e Ribeira Grande (Sec. XVI-XVII). O seu seguimento teve em consideração a lei de base do património cultural cabo-verdiano, e foi feito pelos arqueólogos cabo-verdianos afectos ao quadro do Instituto de Investigação e do Património Culturais, em parceria com a Unidade Arqueológica da Universidade britânica de Cambridge, muito prestigiada. Foi uma intervenção de emergência, muito embora tenha um carácter preventivo e de salvamento. Esta intervenção deu lugar mais uma vez à questão de se decidir entre conservar e preservar o legado patrimonial encontrado e pertencente a um dos períodos mais marcantes da história da Humanidade, o tráfico de escravos e o comércio triangular no atlântico, ou abandoná-la para que a normal dinâmica de desenvolvimento da cidade prosseguisse. O desafio foi, torná-la aos olhos dos visitantes como algo atractivo desde ponto de vista turístico e mitigar os impactos dessa destruição.

Estas intervenções contribuíram para o aumento e conhecimento do legado histórico da Cidade Velha, a possibilidade de comprovar as cronologias propostas pelos documentos escritos da época, "permitindo inferências de diversas naturezas" como as seguintes: No plano urbanístico, possibilitaram o conhecimento do traçado original da Rua da Banana e da Rua da Carreira que se localizam na plataforma adjacente ao nível do mar, comprovar a disposição original da praça central situada na rua de Calhau, necessitando esta porém de uma escavação mais exaustiva; No respeitante à arquitectura, foi possível saber-se as verdadeiras dimensões de edifícios como o convento/igreja de São Francisco, da divisão interna da Sé Catedral, da Fortaleza Real de São Felipe e da Igreja de Nossa Senhora de Rosário, e o conhecimento integral de toda a área da antiga capela de Nossa Senhora de Conceição e do Seminário dos Jesuítas[452].

Os restos móveis, moedas, crucifixos, manilhas, correntes, peças cerâmicas, foram importantes porque permitiram a transmissão de informações de cariz económico,

[452] O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

sóciopolitico, religioso e cultural. Testemunhos encontrados, ossos de animais e pólen das plantas podem permitir o ser estudo da flora e da fauna[453].



Figura 54 - Escavações arqueológicas realizadas Christopher Evans na cidade Velha. Fonte: O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade ... - IIPC. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.*

Para o especialista britânico, Christopher Evans, que liderava uma equipa de arqueólogos multinacional, os artefactos encontrados demonstravam uma grande variedade de estilos e de épocas, entre porcelana chinesa, peças típicas dos países nórdicos e africanos. Em Dezembro de 2009 os achados fabulosos da Alfândega foram dados à luz. Segundo Christopher Evans, o trabalho vai demorar décadas e décadas mas existia vontade política do governo em apoiar as escavações e os outros trabalhos arqueológicos[454].

A ideia de criação de um museu para expor o espólio depois de classificado é bem aceite pelas autoridades cabo-verdianas, que devem garantir os meios financeiros, através de parcerias no âmbito da classificação da Cidade Velha como Património Mundial. O seguimento foi feito pelos arqueólogos cabo-verdianos afectos ao quadro do Instituto de Investigação e do Património Culturais - IIPC , em parceria com a Unidade

[453] Ibidem
[454] Ibidem

Arqueológica da prestigiada Universidade britânica de Cambridge. Ao IIPC cabe inventariar os elementos do património material e imaterial; garantir o respeito para com os valores desse património e assegurar-se do desenvolvimento harmonioso do sítio e da sua paisagem; assegurar o seguimento do estado do sítio; garantir a supervisão das actividades de conservação; informar as populações sobre os valores e a importância do sítio; mobilizar parceiros técnicos e financeiros para conservação e valorização do sítio; coordenar as acções internacionais ligadas à conservação; supervisionar as actividades da Proim-Tur, concessionário nomeado para explorar o sítio; recrutar pessoal competente; conceder autorizações aos pesquisadores (arqueólogos); compilar a documentação e organizar o arquivo do sítio. Tratou-se de uma intervenção de emergência com carácter preventivo e de salvamento. Permitiu, no plano urbanístico, o conhecimento do traçado original das duas ruas localizadas na plataforma adjacente ao nível do mar, pelas intervenções levadas a cabo na Rua de Banana e Rua Carreira e foi comprovada a disposição original da praça central situada na rua de Calhau (Fig. 55), embora uma escavação mais exaustiva seja salutar[455].

A Câmara Municipal da Ribeira Grande, para além de mandar suspender as obras de saneamento, permitindo a realização dos trabalhos arqueológicos, participou, no âmbito das suas competências, em todas os trabalhos administrativos, os preparativos e as escavações, a classificação dos achados. Estes realizam-se pelo governo, com apoio das parcerias já referidas. A Câmara tem participado activamente em todas as realizações que se relacionam com a nomeação da Cidade Velha como Património da Humanidade. De entre as várias participações destacamos a que se realizou no âmbito da declaração da Cidade Velha como Património Nacional. Realizou-se a Conferência Internacional "Cidade Velha: o Futuro do Passado" entre os dias 2 e 5 de Outubro de 2007, no Convento de S. Francisco, nesta cidade. O evento foi organizado pelo Ministério da Cultura, através do Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC) de Cabo Verde e da Comissão de Candidatura da Cidade Velha a Património Mundial, a Comissão Instaladora da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, com o

[455]O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e a UNESCO[456]. Reconheceram que Cidade Velha – Ribeira Grande de Santiago, tem o valor universal excepcional para a inscrição na lista de Património Mundial da UNESCO. Um dos aspectos apontados para justificar a nomeação a Património Mundial é porque a cidade é um espaço urbano que sintetiza diferentes formas de urbanismo tardomedieval e renascentista lusitano, e por ter constituído um laboratório para a introdução de produtos e formas de exploração agrícolas procedentes de todos os continentes[457].

Duas Recomendações da Conferência interessam ser apontadas aqui: que tornava-se necessário atenuar o risco da perda de autenticidade e integridade do sítio e a da alteração de alguns dos seus elementos históricos constitutivos e característicos da referida cidade histórica e sítio de memória, assim como as pressões a que está submetido o património na actualidade; que era preciso garantir um plano de gestão que contemplasse a visão conjunta entre a administração e a população, dado que o futuro da localidade estava no seu património; que a sua preservação passava necessariamente pela colaboração entre as partes implicadas; que era possível conjugar tradição e modernidade, para posteriormente passar a desenhar os mecanismos para alcançá-la, com uma especial atenção na qualificação do espaço urbano. Assim, foi considerada a possibilidade da institucionalização daquele fórum com a designação de "Congresso Internacional da História e Património de Cabo Verde" com uma periodicidade trienal[458].

---

[456] Contou-se com a colaboração das embaixadas dos Estados Unidos, França e Portugal em Cabo Verde, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Universidade de Cabo Verde, a Fundação Bosch Gimpera – Universidade de Barcelona e a Secretaria de Cultura da Argentina – Mercosur Cultural. Os organizadores, os participantes e os "experts" de Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Costa de Marfim, Cuba, Espanha, Estados Unidos de América, França, México, Moçambique, Portugal, República Dominicana, Senegal e Uruguai. Fonte: O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade ... - IIPC. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair

[457] O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

[458] Lembra-se que a Cidade Velha ou Cidade da Ribeira Grande foi declarada Património da Humanidade pelo Decreto nº121/90 de 8 de Dezembro. A Lei nº102/III/90, no Art. 4º, define as "Obrigações do Estado e das Autarquias locais". O Decreto – Regulamentar nº2/2004 de 17 de Maio aprova os estatutos do Instituto de Investigação e do Património Culturais. No seu Art. 4º define as atribuições do instituto, na alínia c) do mesmo define a criação de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural, e na alínea d) a pesquisa, inventariação, cadastro e classificação do património cultural, bem como a sua salvaguarda e conservação. Fonte: O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

7. Estado de conservação do sítio.

O estado de conservação dos monumentos é muito bom[459]. Para a preservação destes monumentos, grandes investimentos foram feitos nos últimos dez anos, principalmente pela cooperação espanhola. A Capela de São Francisco foi dotada dum telhado e acolhe diversas manifestações culturais. Essas campanhas de restauro estiveram na base duma dinâmica de conservação que gradualmente tem vindo a incluir as habitações privadas. Os trabalhos de restauro têm permitido formar muitos operários. Além dessas recentes actuações, deve-se ter presente os trabalhos de recuperação de 1960, durante o 500º aniversário da descoberta do arquipélago. Estes trabalhos permitiram a reconstrução do recinto da Fortaleza Real de São Filipe e a reparação do revestimento das igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de São Roque. Todos os monumentos não foram restaurados. Alguns foram conservados no seu estado actual, como a Catedral, cujas ruínas foram objecto de limpeza e de estabilização com o apoio da cooperação portuguesa em 2004.



Figura 55– 1ª e 2ª Imagens: Ruína da Sé Catedral hoje está estabilizada. Fonte: O Património Arqueológico no solo urbano. Caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade ... - IIPC. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair***.**

Apenas algumas partes dos muros foram restabelecidos, para facilitar a leitura do volume. Os telhados da Catedral desapareceram, bem como o transepto Norte-Este. As

[459] O Património Arqueológico no solo urbano. O caso da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair*

aberturas e as bases dos pilares no cruzamento do transepto são ainda visíveis[460]. Esta ruína hoje está estabilizada como se pode observar nas imagens da figura 56.

8. Intervenções Arquitectónicas e Escavações Arqueológicas na "zona baixa" da cidade da Ribeira Grande.

As primeiras intervenções arqueológicas e de restauro arquitectónica, que se conhecem na cidade datam do ano 1960, realizadas pelo governo colonial português. Em 1989 puseram-se em marcha os trabalhos de escavação arqueológica na Sé Catedral, coordenados por um grupo de arqueólogos portugueses, de entre eles, Clementino Amaro. Os resultados desta intervenção foram importantes para o conhecimento de toda a extensão do edifício. No seu interior foram descobertos alguns enterramentos de membros do clero, e outros notáveis da ilha. A partir do ano 1998, financiado pelo governo português e sob a coordenação do Arquitecto Álvaro Siza Vieira, iniciaram-se as obras de restauração integral deste edifício que se dedicou à consolidação das ruínas a partir do processo de anastilosis, com o objectivo de garantir a autenticidade arquitectónica do mesmo. Em 1999, com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), começaram as intervenções no quadro do projecto de salvaguarda do património histórico e arquitectónico de Cidade Velha. No ano de 2005, procedeu-se à primeira fase do projecto de escavação arqueológica na antiga capela de Nossa Sra. de Conceição, no Convento dos Jesuítas, no Hospital e Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do IIPC, em colaboração com a Universidade de Cambridge (Inglaterra) e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, como já referimos.

Em 2009/2010, fez-se uma escavação arqueológica de emergência na Rua de Calhau pelo IIPC/CMRGS/Universidade de Cambridge. As escavações foram realizadas pelo especialista Cristophe Evans. Foram-se acentuando com o passar dos dias e ocuparam a zona do mercado e do centro da cidade, onde foram descobertas uma série de trincheiras e um manancial fantástico de artefactos arqueológicos.

[460] O Património Arqueológico da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.*

O arqueólogo britânico Evans, especialista americano que orientava os trabalhos arqueológicos, descobriu que a antiga Ribeira Grande de Santiago tinha dois portos, um deles no fim da parte sul do mercado, onde se localizava a Alfândega, a Casa dos Escravos e o alojamento dos "clientes." Mais para sul, descobriu um novo porto para pequenas embarcações, destinado talvez a mercadorias e serviços, o que levou a supor que a Ribeira Grande de Santiago era uma cidade mercantil com um mercado muito dinâmico. Para o especialista britânico, que liderava uma equipa de arqueólogos multinacional, os artefactos encontrados demonstravam *"uma grande confusão de estilos e de épocas"*, entre porcelana chinesa e peças típicas dos países nórdicos e africanos. Em Dezembro de 2009 os achados fabulosos da Alfândega foram revelados. Segundo o especialista, parece que o edifício foi incendiado depois de destruído, possivelmente quando Francis Drake atacou a cidade em 1585, pois encontraram restos dos pisos térreos chamuscados e até uma casaca militar, ainda com as medalhas e 150 balas de canhão, que seriam possivelmente disparadas por Francis Drake. No entanto, todo esse espólio deverá merecer estudos e posteriormente a sua apresentação[461].

9. Intervenções arqueológicas realizadas durante o governo colonial português e depois da independência de Cabo Verde (1975).

Durante o período colonial as intervenções arqueológicas realizadas na cidade da Ribeira Grande de Santiago privilegiaram a arquitectura militar e foram orientadas por Luís Benavente. As primeiras intervenções arqueológicas e de restauro arquitectónico que se conhecem na Cidade Velha, datam do ano 1960, realizadas pelo governo colonial português, das quais não há muitos registos científicos. Os primeiros estudos sobre a Sé foram realizados pelo arquitecto Alexandre Brás Mimoso, então Director do IGESPAR, em meados dos anos 80 (RAMOS, 2004). Desde a década de 80 do século XX que a cidade berço de Cabo Verde tem sido palco de inúmeras intervenções arqueológicas pontuais, sobretudo nalguns edifícios, testemunhos da importância da antiga vila da Ribeira Grande na Historia da Humanidade durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII:

[461] O Património Arqueológico da Cidade Velha. O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade **...** - IIPC [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12 11.2015]. Disponível em: *http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.*

a Sé Catedral em 1986 e 1989, em que as escavações arqueológicas foram levadas a cabo por uma equipa de arqueólogos portugueses liderados pelo arqueólogo Clementino Amaro. A partir dos finais da década de 90 sucederam-se várias outras intervenções arqueológicas e arquitectónicas centrando-se na consolidação das ruínas a partir do processo de anastilosis, com o objectivo de garantir a autenticidade arquitectónica do sítio. Foram orientadas pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira e sua equipa, ao serviço do Instituto Português do Património Arquitectónico (RAMOS, 2004). O edifício foi incendiado, depois de destruído, possivelmente quando Francis Drake que atacou a cidade em 1585, pois encontraram restos dos pisos térreos calcinados e até uma casa militar, ainda com as medalhas e 150 balas de canhão que seriam possivelmente disparadas por Francis Drake. No entanto, todo esse espólio tem ainda um futuro incerto[462].

Os resultados desta intervenção foram importantes para o conhecimento de toda a extensão do edifício. No seu interior foram descobertos algumas sepulturas de membros do clero e outros notáveis da ilha. Foram realizadas ainda intervenções arqueológicas na Fortaleza Real de S. Felipe, no Convento/Igreja de São Francisco. A partir do ano 2002, a segunda fase das intervenções beneficiaram a Fortaleza Real, o Convento São Francisco, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Igreja Nossa Senhora de Conceição, o Colégio dos Jesuítas, e o Hospital/Igreja da Misericórdia. A Fortaleza Real de São Filipe, o Pelourinho, a Rua da Banana, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento/Igreja de São Francisco receberam intervenções em 1999, com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento - (AECID), no quadro do projecto de Salvaguarda do Património Histórico e Arquitectónico de Cidade Velha, financiada pelo governo espanhol. No ano de 2005, iniciou-se a primeira fase do projecto de escavação arqueológica na antiga capela de Nossa Sra. de Conceição, no Convento dos Jesuítas e no Hospital/Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do IIPC, em colaboração com a Universidade de Cambridge (Inglaterra) e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Foram parcelarmente concluídas já no decurso do ano 2006, com a vinda da mesma equipa. Teve como principal objecto a maximização dos resultados da primeira campanha. Em finais de 2009, na sequência das obras de saneamento da

[462] A referida missão tinha como principal objectivo, a reabilitação arquitectónica daquele monumento seiscentista, e a recuperação de alguns espólios e túmulos da época, a partir de escavações arqueológicas.

cidade levadas a cabo pela edilidade local, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, foram descobertas algumas evidências de materiais móveis e imóveis. A Cidade Velha teria dois portos e um elevado número de igrejas e de casarões de dois pisos. Percebe-se agora melhor a riqueza desta cidade mercantil do século XV, que teve um período áureo nos séculos seguintes (XVI a XVIII), mas os sucessivos ataques dos piratas, dentre eles, os do britânico Sir Francis Drake, acabaram por destruir totalmente o centro da primeira cidade. As escavações foram realizadas pelo especialista Christopher Evans[463].

Os trabalhos foram-se acentuando com o passar dos dias e ocuparam a zona do mercado e do centro da cidade, onde foram descobertos artefactos arqueológicos e uma cidade antiga sob a cidade actual. O arqueólogo britânico que orientava os trabalhos arqueológicos descobriu que a antiga Ribeira Grande de Santiago havia dois portos, um deles no fim da parte sul do mercado, onde se localizava a Alfândega, a Casa dos Escravos e um alojamento. Mais para sul, descobriu um novo porto para pequenas embarcações destinado talvez a mercadorias e serviços, o que levou a supor que a Ribeira Grande de Santiago era uma cidade mercantil com um mercado muito dinâmico. Estas obras e as escavações arqueológicas realizadas permitiram descobrir uma desconhecida fisionomia da Ribeira Grande de Santiago, muito diferente da actual. Para o especialista britânico que liderava uma equipa multinacional de arqueólogos, os artefactos encontrados demonstravam uma grande variedade de estilos e de épocas, entre porcelana chinesa, peças típicas dos países nórdicos e africanos.

[463] Cidade Velha 1462: [0618] Escavações arqueológicas em ... . [Em linha]. 28 de Novembro de 2014. [Consult. a 10.12.2015]. Disponível em: *cidadevelha1462.blogspot.com/.../0618-escavacoes-arqueologicas-em-ci...*

Em Dezembro de 2009 os achados fabulosos da Alfândega foram dados a luz[464]. A ideia de criação de um museu para expor o espólio depois de classificado é bem aceite pelas autoridades cabo-verdianas, que devem garantir os meios financeiros, através de parcerias no âmbito da classificação da Cidade Velha como Património Mundial. O seguimento foi feito pelos arqueólogos cabo-verdianos afectos ao quadro do Instituto de Investigação e do Património Culturais, em parceria com a Unidade Arqueológica da prestigiada Universidade britânica de Cambridge. Estas intervenções contribuíram para o aumento e conhecimento do legado histórico da cidade, a comprovação das cronologias absolutas propostas pelos documentos escritos da época. Tratou-se de uma intervenção de emergência com carácter preventivo e de salvamento. Permitiu, no plano urbanístico, o conhecimento do traçado original das duas ruas localizadas na plataforma adjacente ao nível do mar, pelas intervenções levadas a cabo na Rua de Banana e Rua Carreira e foi comprovada a disposição original da praça central situada na rua de Calhau, embora uma escavação mais exaustiva seja salutar. A Câmara Municipal da Ribeira Grande para além de mandar suspender as obras de saneamento permitindo a realização dos trabalhos arqueológicos, participou, no âmbito das suas competências, em todas os trabalhos administrativos, os preparativos e as escavações, a classificação dos achados. Estes realizam-se pelo governo e com apoio das parcerias já referidas[465].

A cidade da Ribeira Grande distingue-se de entre os demais principais grupos do património arquitectónico das ilhas, e nela se encontram elementos mais significativos do património monumental de Cabo Verde, dos séculos XV a XVIII. Em 1990, o Governo de Cabo Verde publicou a Lei nº 102/III/90, um dos principais instrumentos produzidos até esta data, sobre a defesa, conservação e preservação do património cultural. Embora não tenha impedido a "agressão" sobre os principais centros urbanos das ilhas, é de saudar as intervenções que foram sucedendo, tanto nos edifícios de cariz religioso e civil, como militar. A maioria dessas intervenções ocorreu no sítio histórico

[464] Christopher Evans dizia que o trabalho ia demorar décadas e décadas mas existia vontade política do governo em apoiar as escavações e os outros trabalhos arqueológicos.

[465] Cidade Velha 1462: [0618] Escavações arqueológicas em ... . [Em linha]. 28 de Novembro de 2014. [Consult. a 10.12.2015]. Disponível em: *cidadevelha1462.blogspot.com/.../0618-escavacoes-arqueologicas-em-ci...*

da Cidade Velha e monumentos como a Sé Catedral, Fortaleza Real, Forte de São Veríssimo, entre outros localizados noutros sítios, que foram alvo de obras de restauro ao longo do decénio de 90.

Concluindo, verificamos que a partir da década de 80 do século XX, a cidade berço de Cabo Verde tem sido palco de inúmeras intervenções arqueológicas pontuais, sobretudo nalguns edifícios, testemunhos da importância da antiga vila da Ribeira Grande na Historia da Humanidade durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII: a Sé Catedral em 1986 e 1989, em que as escavações arqueológicas foram levadas a cabo por uma equipa de arqueólogos portugueses liderados pelo arqueólogo Clementino Amaro. A partir dos finais da década de 90 sucederam-se várias outras intervenções arqueológicas e arquitectónicas centrando-se na consolidação das ruínas a partir do processo de anastilosis, com o objectivo de garantir a autenticidade arquitectónica do sítio. Foram orientadas pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira e sua equipa, ao serviço do Instituto Português do Património Arquitectónico[466]. Os resultados desta intervenção foram importantes para o conhecimento de toda a extensão do edifício. No seu interior foram descobertos algumas sepulturas de membros do clero e outros notáveis da ilha. Foram realizadas ainda intervenções arqueológicas na Fortaleza Real de S. Felipe, no Convento/Igreja de São Francisco. A partir do ano 2002, a segunda fase das intervenções beneficiaram a Fortaleza Real, o Convento São Francisco, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Igreja Nossa Senhora de Conceição, o Colégio dos Jesuítas, e o Hospital/Igreja da Misericórdia. A Fortaleza Real de São Filipe, o Pelourinho, a Rua da Banana, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento/Igreja de São Francisco receberam intervenções em 1999, com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento - (AECID), no quadro do projecto de Salvaguarda do Património Histórico e Arquitectónico de Cidade Velha, financiada pelo

[466]Este especialista é de opinião que o edifício foi incendiado depois de destruído, possivelmente quando Francis Drake atacou a cidade em 1585 pois encontraram restos dos pisos térreos calcinados e até uma casa militar, ainda com as medalhas e 150 balas de canhão que seriam possivelmente disparadas por Francis Drake. No entanto, todo esse espólio tem ainda um futuro incerto. A referida missão tinha como principal objectivo, a reabilitação arquitectónica daquele monumento seiscentista, e a recuperação de alguns espólios e túmulos da época, a partir de escavações arqueológicas.Fonte: Cidade Velha 1462: [0618] Escavações arqueológicas em ... . [Em linha]. 28 de Novembro de 2014. [Consult. a 10.12.2015]. Disponível em: *cidadevelha1462.blogspot.com/.../0618-escavacoes-arqueologicas-em-ci...*

governo espanhol. No ano de 2005, iniciou-se a primeira fase do projecto de escavação arqueológica na antiga capela de Nossa Sra. de Conceição, no Convento dos Jesuítas e no Hospital/Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do IIPC, em colaboração com a Universidade de Cambridge (Inglaterra) e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Foram parcelarmente concluídas já no decurso do ano 2006, com a vinda da mesma equipa. Teve como principal objecto a maximização dos resultados da primeira campanha. Em finais de 2009, na sequência das obras de saneamento da cidade levadas a cabo pela edilidade local, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, foram descobertas algumas evidências de materiais móveis e imóveis. A Cidade Velha teria dois portos e um elevado número de igrejas e de casarões de dois pisos. Percebe-se agora melhor a riqueza desta cidade mercantil do século XV, que teve um período áureo nos séculos seguintes (XVI a XVIII), mas os sucessivos ataques dos piratas, dentre eles, os do britânico Sir Francis Drake, acabaram por destruir totalmente o centro da primeira cidade. As escavações foram realizadas pelo especialista Christopher Evans. Foram-se acentuando com o passar dos dias e ocuparam a zona do mercado e do centro da cidade, onde foram descobertos artefactos arqueológicos e uma cidade antiga sob a cidade actual. O arqueólogo britânico que orientava os trabalhos arqueológicos descobriu que a antiga Ribeira Grande de Santiago havia dois portos, um deles no fim da parte sul do mercado, onde se localizava a Alfândega, a Casa dos Escravos e um alojamento. Mais para sul, descobriu um novo porto para pequenas embarcações destinado talvez a mercadorias e serviços, o que levou a supor que a Ribeira Grande de Santiago era uma cidade mercantil com um mercado muito dinâmico. Foi considerado um *"achado arqueológico"*. Estas obras e as escavações arqueológicas realizadas permitiram descobrir uma desconhecida fisionomia da Ribeira Grande de Santiago, muito diferente da actual.

As pesquisas submarinas revelaram a existência de diversos restos de navios naufragados a uma certa distância da costa, que fazem lembrar a avidez e os dramas que tiveram lugar na baía, permitido remontar objectos de culto, pérolas de coral e bronze. Este património irá esclarecer, de forma contínua, a história do sítio. A zona marítima não figura da zona proposta à inscrição, uma vez que a lei de protecção do litoral

protege o conjunto das costas do arquipélago por um lado, e por outro, os restos dos navios naufragados encontram-se dispersos por todo o arquipélago [467].

10. Participação da Câmara Municipal na preservação do Património da cidade da Ribeira Grande.

A Câmara Municipal tem participado no trabalho de preservação e de políticas de salvaguarda do Património arqueológico através de:

- Um Gabinete conjunto Câmara Municipal – IIPC: A Câmara Municipal dispõe dum gabinete técnico que assegura, entre outros, o seguimento da evolução das construções. O sítio sendo inscrito a património nacional, o IIPC desempenha igualmente um papel proeminente no seguimento do mesmo. O IIPC e a Câmara Municipal criaram um «gabinete conjunto», para debate dos casos litigiosos de tomada de decisão em conjunto. Este gabinete conjunto reúne-se geralmente uma vez por semana. Entre os temas de debate figuram: as autorizações de construção e o desenrolar das construções; - a aprovação do plano urbanístico e dos seus regulamentos; a aprovação de novos planos de desenvolvimento urbano na zona protegida e na zona tampão[468].

- A Comissão de gestão participativa: A instalação deste comité nasceu do processo de formulação deste plano de gestão, devendo-se à sugestão das partes intervenientes durante as sessões de trabalho. A comissão deve permitir a integração da população no processo de seguimento e gestão, com a premissa de diminuir a tensão existente entre os gestores actuais (Câmara Municipal + IIPC) e a população, que embora sujeita à gestão, não está provida de meios para fazer passar a sua vez e voz nas decisões tomadas. O comité deve igualmente oferecer a possibilidade à Câmara Municipal, de compreender melhor a população e as suas expectativas, a fim de poder integrá-las na gestão como parceiros activos, ao invés de adversários sujeitos ao património. O comité deverá

[467] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande,. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10 10.2015]. Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

[468] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande,. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10 10.2015]. Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

garantir: -um diálogo mais abrangente entre a população e a Câmara Municipal – IIPC sobre as questões que se prendem com a evolução de Cidade Velha, - uma diminuição de tensão no tocante aos conflitos sobre as construções e a utilização do sitio, - uma maior conscientização dos valores do sítio por parte dos habitantes, - uma execução mais eficaz e transparente das actividades previstas no plano de acção[469].

A competência para a gestão de alguns monumentos foi delegada a uma agência privada (Proim-Tur), que recolhe os direitos de entrada na Fortaleza e assegura a manutenção dos monumentos. O salário do pessoal de gestão dos monumentos (24 membros) é pago pela Proim-Tur e provém dos direitos de entrada. Parte do montante que resulta do contrato de gestão do circuito turístico assinado com a Sociedade gerente Proim-Tur será reintegrada na gestão e na conservação do sítio a partir de 2010. A Proim-Tur terá assim um período de graça de 3 anos que deve permitir-lhe de investir na melhoria do circuito e na gestão, logo nos primeiros anos. A decisão do Governo de ceder a gestão do Circuito Turístico Integrado a um grupo privado teve como fundamento o facto de o IIPC não ter vocação para explorar economicamente um circuito turístico, que inclui entre outros a Pousada. Trata-se, tendo em conta as características únicas do Sítio Histórico no país, de obter um produto turístico dotado dum serviço de qualidade, onde o factor cultural seja determinante[470].

O Gabinete técnico da Câmara Municipal detém competências para: conceber os planos de gestão Municipal; desenvolver as infra-estruturas; gerir, no plano administrativo, os pedidos de autorização de construção; informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção; cuidar dos espaços de circulação e gerir a recolha do lixo. O Município e o IIPC reúnem-se uma vez por semana para: Analisar os pedidos de autorização de construção ou de alteração dos edifícios. O Comité Conjunto é formado pelo Município de Ribeira Grande / Gabinete técnico**;** IIPC Instituto de Investigação e do Património Culturais; Ministério da Cultura. Ao IIPC cabe: Inventariar os elementos do património material e imaterial; Garantir o respeito para com os valores desse património e assegurar-se do desenvolvimento harmonioso do sitio e da sua paisagem; Assegurar o Seguimento do estado do sitio; Garantir a supervisão das actividades de conservação -

[469] Ibidem
[470] Ibidem

Informar as populações sobre os valores e a importância do sitio; Mobilizar parceiros técnicos e financeiros para conservação e valorização do sitio; Coordenar as acções internacionais ligadas à conservação; Supervisionar as actividades da Proim-Tur; Recrutar pessoal competente; Conceder autorizações aos pesquisadores (arqueólogos); Compilar a documentação e organizar o arquivo do sítio[471].

O Gabinete conjunto Município / IIPC funciona da seguinte forma: o Ministério da Cultura nomeia o responsável do IIPC e supervisiona as actividades do IIPC em reuniões semanais. O Comité de gestão participativa devia ser estabelecido em 2008. O Município de Ribeira Grande, a Câmara Municipal, gere o conjunto do território no qual o sítio histórico se situa. No que diz respeito às decisões que têm impacto visual sobre o sítio, tal como a autorização de construção, cabe à Câmara Municipal examinar os pedidos conjuntamente com o IIPC, a quem cabe o parecer sobre o acordo. A Câmara Municipal estava dotada de competências para: Conceber os planos de gestão Municipal; Desenvolver as infra-estruturas; Gerir, no plano administrativo, os pedidos de autorização de construção; Informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção; Cuidar dos espaços de circulação e gerir a recolha do lixo[472].

O IIPC/Ministério da Cultura cujos escritórios se encontram a apenas 12 quilómetros de Cidade Velha, desempenha um papel importante no seguimento e na gestão do sítio. Ao IIPC cabia: Inventariar os elementos do património material e imaterial; Garantir o respeito dos valores desse património e assegurar-se do desenvolvimento Proim-Tur Agencia Privada de gestão do Património. A Proim-Tur é uma agência privada com competência para: gerir a exploração turística da Pousada de S. Pedro, da Fortaleza Real de S. Filipe, do Convento de S. Francisco da Zona do Pelourinho; Assegurar a manutenção dos 4 sítios; Recrutar e formar o pessoal de gestão; Garantir a qualidade das visitas e a segurança dos visitantes; Registar o numero dos visitantes; Colectar o direito de entrada na Fortaleza; Pagar o direito de exploração dos monumentos; promover o desenvolvimento harmonioso do sítio e da sua paisagem; Assegurar o Seguimento do estado do sítio; Garantir a supervisão das actividades de conservação;

[471] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande,. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10 10.2015]. Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[472] Ibidem

Informar as populações sobre os valores e a importância do sítio; Mobilizar os parceiros técnicos e financeiros para a conservação e valorização do sítio; Coordenar as acções internacionais ligadas à conservação; Supervisionar as actividades da Proim-Tur; Recrutar pessoal competente; Conceder autorizações aos pesquisadores (arqueólogos); Compilar a documentação e organizar o arquivo do sítio[473].

Gabinete conjunto Câmara Municipal/IIPC - A Câmara Municipal dispõe dum gabinete técnico que assegura, entre outros, o seguimento da evolução das construções. O sítio sendo inscrito a património nacional, o IIPC desempenha igualmente um papel proeminente no seguimento do mesmo. O sistema de seguimento está gradualmente implementado e precisa evoluir. O IIPC e a Câmara Municipal criaram um "gabinete conjunto", para debate dos casos litigiosos de tomada de decisão em conjunto. Este gabinete conjunto reúne-se geralmente uma vez por semana. Entre os temas de debate figuram: as autorizações de construção e o desenrolar das construções; a aprovação do plano urbanístico e dos seus regulamentos; a aprovação de novos planos de desenvolvimento urbano na zona protegida e na zona tampão[474].

A ideia da criação da Comissão de Gestão participativa nasceu do processo de formulação deste plano de gestão, devendo-se à sugestão das partes intervenientes durante as sessões de trabalho. A comissão deve permitir a integração da população no processo de seguimento e gestão, com a premissa de diminuir a tensão existente entre os gestores actuais (Câmara Municipal + IIPC) e a população, que embora sujeita à gestão, não está provida de meios para fazer passar a sua vez e voz nas decisões tomadas. O comité deve igualmente oferecer a possibilidade à Câmara Municipal, de compreender melhor a população e as suas expectativas, a fim de poder integrá-las na gestão como parceiros activos, ao invés de adversários sujeitos ao património. A instalação deste comité deverá garantir: um diálogo mais abrangente entre a população e a Câmara Municipal – IIPC sobre as questões que se prendem com a evolução de Cidade Velha; uma diminuição de tensão no tocante aos conflitos sobre as construções e a utilização do sitio; uma maior conscientização dos valores do sítio por parte dos habitantes; uma execução mais eficaz e transparente das actividades previstas no plano de acção.

[473] Ibidem
[474] Ibidem

O IIPC/Ministério da Cultura cujos escritórios se encontram a apenas 12 quilómetros de Cidade Velha, desempenha um papel importante no seguimento e na gestão do sítio. Ao IIPC cabe: Inventariar os elementos do património material e imaterial; Garantir o respeito dos valores desse património e assegurar-se do desenvolvimento. Para o funcionamento do Gabinete conjunto Câmara Municipal/IIPC, Câmara Municipal dispõe dum gabinete técnico que assegura, entre outros, o seguimento da evolução das construções. O sítio, sendo inscrito a património nacional, o IIPC desempenha igualmente um papel proeminente no seguimento do mesmo. O sistema de seguimento foi gradualmente implementado[475].

10.1. As habitações – intervenções da Câmara Municipal na sua preservação.

Relativamente às habitações[476], são traçadas as seguintes características dos tipos habitacionais da cidade:

> *"O espaço construído é dominado pela casa de um piso, de planta rectangular com o lado maior orientado para a rua, sem compartimentação interna ou, por vezes, incluindo apenas um corredor e dois compartimentos laterais. A composição da fachada principal restringe-se à abertura de uma porta, quase sempre centrada, ladeada por uma ou das janelas. No alçado tardoz abre-se uma porta de acesso ao quintal. Com frequência, na frente da casa, organiza-se um pequeno pátio, que pode ser murado ou assentar numa plataforma sobreelevada, surgindo por vezes somente um banco corrido ao longo da parede, elementos estes que revelam uma zona de transição entre a vivência privada ou pública do espaço urbano. Algumas construções recentes em blocos de cimento reproduzem o tipo de casa tradicional de um piso, tanto em planta, como em alçado*[477]*".*

Apresenta este documento[478] as imagens das construções realizadas recentemente e das tipologias mais antigas que se representam a seguir, nas imagens da figura 51.

[475] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande,. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10 10.2015]. Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[476] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336
[477] Ibidem
[478] Ibidem

A casa é autoportante sendo as paredes em alvenaria de pedra vulcânica (pedra rachoada ou calhau rolado) com argamassa de terra e caiadas, mais raramente com reboco pobre de cal e areia. As coberturas são realizadas com telhados de duas ou quatro águas revestidos por colmo ou telha de cerâmica, assente em vigamento de madeira e tectos com forro de entrançado de folha de coqueiro, e lintéis, soleiras e ombreiras em madeira com traves de reforço. Materiais utilizados na construção são locais: utiliza-se pedra vulcânica, madeira, cal, terra, areia, colmo (folha de coqueiro), telha cerâmica (canudo e marselha).

O documento apresenta exemplares de casas existentes na cidade para exemplificar os modelos referidos[479]. Este documento apresenta imagens da cidade com a localização dos edifícios referidos e dos espaços mencionados, que a seguir apresentamos:

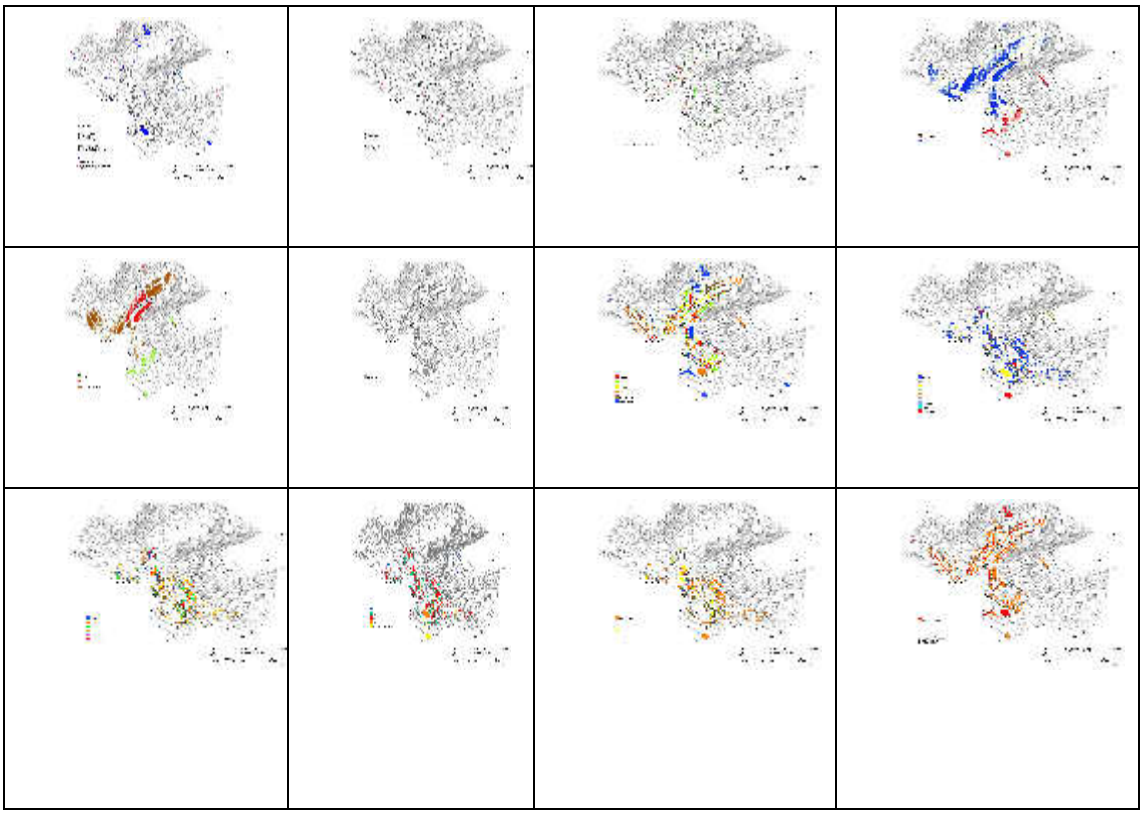


Figura 56 - Imagens da cidade com a caracterização dos espaços edificados mais significativos. Fonte: Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011 [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[479] Ibidem

Este documento[480] refere ainda aos edifícios habitacionais da cidade apresentando a sua caracterização bem como imagens destes. Apresenta as imagens das construções realizadas recentemente e das tipologias mais antigas, embora não estejam em melhores condições, que se representamos a seguir:



Figura 57 – Tipologias habitacionais antigas. Fonte: Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011 [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

A cidade de Ribeira Grande passou por um longo período de decadência que deixou marcas nas ruínas[481]. A Cidade Velha foi, de seguida, reconstruída no decurso do século XX sobre as ruínas de Ribeira Grande, através do uso de materiais disponíveis no local. Todavia encontram-se pedras importadas de Portugal integradas em algumas fachadas das habitações. Antes de serem recicladas nas habitações domésticas, estas pedras extraídas das ruínas dos monumentos serviram para marcar pilares, vergas e orlas. No conjunto das casas em pedra que hoje são bem visíveis, apenas algumas são muito remotas. A maioria das habitações foi reconstruída nas fundações originais, pelo uso das pedras das ruínas, o que confere um aspecto autêntico do ponto de vista da implementação e disposição dos materiais. O ritmo de construção conheceu um aceleramento no decurso dos últimos 20 anos e novos materiais surgiram, desfigurando algumas partes da localidade. Este fenómeno não é generalizado. Uma vez que algumas zonas encontram-se bem conservadas, tais como a Rua Banana/Rua Carrera. Outras

[480] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[481] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande.. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.10.2015].
Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed... Acedido a

zonas como São Sebastião, necessitam de intervenções importantes para eliminar as marcas desfasadas. A instalação da Câmara Municipal é uma mais-valia na tarefa actual do Ministério de Cultura, que através do IIPC, tem conseguido implementar as mudanças necessárias. Os projectos em curso são promissores. Existem habitações em bom estado com algumas degradações, menores, abandonadas, ou muito danificadas, além de outras em bom estado, mas carecendo de modificações como por exemplo, as cores, os materiais, os volumes, o alinhamento[482].

10.2. Restauro, valorização e conservação de habitações e monumentos.

A cooperação espanhola colocou à disposição um arquitecto a tempo inteiro, para a montagem dos "dossiers" técnicos. A primeira fase de grandes obras contemplou mais de vinte casas em 2008. Os financiamentos foram disponibilizados, os estudos concluídos e o concurso lançado desde Novembro de 2007. O arquitecto Álvaro Siza, responsável pelas linhas directrizes para a transformação das habitações inadaptadas, participou neste trabalho de recuperação. Os projectos já implementados, como o restaurante "Nos Origem" e a Pousada, primaram pela excelência. As intervenções previstas nos estudos de Siza na zona da Catedral e outras, mantiveram-se este nível de qualidade[483]. No respeitante à morfologia urbana explicita-se que a morfologia urbana original, com a sua praça central e as primeiras ruas, ainda se conserva. A toponímia do local manteve-se intacta e os monumentos que não foram invadidos pelas novas construções. A antiguidade e a história movimentada explicam o facto de alguns monumentos estarem em ruínas como o convento, o forte da beira-mar, a Catedral e outros desaparecidos, o Colégio dos Jesuítas e o Hospital, mas vários elementos arquitectónicos que datam dos séculos XV e XVI mantêm-se intactos. Os elementos que foram mais alterados foram as habitações, uma vez que a maior parte das habitações dos traficantes de escravos desapareceram, tendo sobrado apenas duas. Ainda se pode apreciar as pequenas casas nas muitas ruelas, entre outras, na rua Banana e na rua da

[482] Ibidem
[483] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande.. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.10.2015].Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

Carreira. Nos outros bairros, infelizmente assiste-se a modificações infelizes que foram feitas, resultado do crescimento demográfico ou por ausência de fiscalização, pois a instalação da Câmara Municipal só teve o seu início em 2005[484].

No respeitante à construção e ampliação das casas há algumas preocupações:

> *"A construção de novas casas e a ampliação das mesmas em vertical que não coaduna com o alinhamento das casas tradicionais alteraram o panorama arquitectónico. Mas, um vasto programa de reabilitação no domínio da arquitectura paisagística está em curso e conta com o apoio da cooperação espanhola. Cada bairro foi objecto de estudo por casa e por habitação, enfatizando as possibilidades de evolução e as necessidades de modificação ou mesmo de demolição em certos casos. Os trabalhos foram concluídos na Rua Banana e a próxima fase dos trabalhos abrangerá o bairro de São Sebastião, acima da Catedral. Os estudos técnicos foram concluídos e o concurso para as empresas foi lançado. Os trabalhos que dizem respeito às habitações iniciaram-se em 2008, sob a supervisão dos conservadores do IIPC (Ministério da Cultura) e dos serviços técnicos da Câmara Municipal[485]".*

Foi realizado, em concertação com o Reino de Espanha, um Plano de Reabilitação dos Bairros do Centro Histórico da Cidade Velha - Património Mundial, projecto "Plano de Transformação da Cidade Velha" que está a cargo do Gabinete do Arquitecto Álvaro Siza Vieira. Este definiu as características arquitectónicas das habitações, uma arquitectura tradicional. Já foram já reabilitados alguns quarteirões do Bairro de S. Sebastião, o mais populoso e que mais carece de tratamento. Pretende-se uma real melhoria da condição de habitabilidade da população e preservação do traço arquitectónico original das habitações. Assim, grande parte do Bairro de S. Sebastião já tem iluminação pública, com sistema de iluminação solar, com menos custos e evitando a proliferação de cabos eléctricos na cidade. Está em curso todo um Plano de Reabilitação dos Bairros do Centro Histórico da Cidade Velha - Património Mundial, projecto concertado com o Reino de Espanha. A aposta é na continuação da preservação do Património Natural em concertação com as Associações dos Agricultores Locais e a CMRGS enquanto entidade pública e tendo em consideração o Ponto 5 c) do programa que define:*"…de préserver, dans la gestion future du bien, la relation entre la ville et*

[484] Ibidem
[485] Ibidem

l'espace rural et naturel de la vallée, afin de conserver l'esprit et si possible le témoignage de la riche histoire agricole de Cidade Velha"[486].

O Ministério do Ambiente em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Rural vem desenvolvendo um amplo programa de valorização do mundo rural, nomeadamente na protecção das encostas e seu aproveitamento para melhorar a produção local Medidas adoptadas: Apoio na criação e dinamização das associações dos agricultures da Ribeira Grande; Formação dos agricultores (Escola Oficina da Cidade Velha); Criação de infra-estruturas de retenção de água, bem como formação na sua utilização; Construção de centros de transformação agro-pastoril; Incentivos á produção agrícola, com a criação de linhas de crédito específico; Incentivos à reintrodução das plantas autóctones e medicinais; Programa de criação do "Pulmão Verde" da cidade, com companhas de replantação das encostas[487].

10.3. Critérios de classificação do sítio.

Foram definidos os seguintes Critérios de classificação do sítio[488]:

- mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitectura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou do desenho de paisagem;
- mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;
- estar directamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal;
- ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitectónico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana;

[486] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande.. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.10.2015]. Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[487] Ibidem
[488] Ibidem

O Plano de Gestão do Sítio Histórico da Cidade Velha, Património da Humanidade 2008 – 2012 preve: a Conservação dos valores arquitectónicos e arqueológicos; Escavações arqueológicas de emergência na Rua de Calhau, Forte S. Veríssimo e intervenções arquitectónicas na Torre da Misericórdia. Para além deste existem outros Planos Municipais: O Plano de gestão urbanística de 2008; O Plano estratégico de desenvolvimento sustentável da Câmara Municipal; O Plano Director Municipal; O Plano de Recuperação e Transformação Arquitectural de Cidade Velha (2001-2008); o Diagnóstico e propostas para o desenvolvimento turístico de Cidade Velha (2007); Plano Ambiental Municipal; Gestão de pesquisas arqueológicas subaquáticas (2006 – 2008); O Plano de desenvolvimento turístico[489].

10.4. Conservação e gestão do património.

O Ministério da Cultura, através do IIPC, instituto que tem como atribuições a conservação do Património Nacional, é a entidade competente para a conservação e gestão do sítio. Todos os monumentos do Sitio Histórico e os monumentos emblemáticos foram já inventariados. A igreja da Nossa Senhora do Rosário, a Catedral, a Fortaleza Real de S. Filipe, o Convento de S. Francisco, a Zona do Pelourinho foram todos objectos de restauro e reabilitação, por conseguinte, consolidados para o futuro. Os pedreiros de Cidade Velha formados entre 1999 e 2005 no quadro dos trabalhos de restauro dos monumentos com o apoio da cooperação espanhola, dominam as técnicas de construção tradicionais. Por um lado, o IIPC adquiriu uma forte experiência em matéria de conservação do Património de Cidade Velha e por outro, tem vindo a aplicar esses conhecimentos em outros sítios do país[490].

Os membros dos serviços técnicos da Câmara Municipal estão muito cientes dos valores patrimoniais a preservar e despenham um papel primordial na fiscalização do sítio e no aconselhamento junto dos proprietários que fazem intervenções nas suas habitações. Os

[489] Plano de Gestão 2008 - 2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande.. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.10.2015].Disponível em: Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[490] Ibidem

trabalhos de escavação foram realizados na Catedral e nos locais de interesse arqueológico. Prevêem-se outras intervenções para a reabilitação de outros monumentos. As escavações são realizadas por via da colaboração entre os arqueólogos nacionais e internacionais. A Universidade " Jean Piaget " da Praia colabora com a Universidade de Cambridge e o British Museum, em matéria de pesquisas arqueológicas na Cidade Velha, formando anualmente os estudantes em arquitectura. Este novo comité de gestão, cuja criação prevê-se no plano de acção, deve suscitar uma participação activa da população no controle e na gestão do seu sítio. A população devia e deve: Respeitar o seu património; Endereçar o seu pedido à Câmara Municipal para qualquer modificação da sua habitação ou para construção de novas estruturas[491].

Até finais de 2007, a população não teve um papel activo e foi representada pelos eleitos do Concelho. A implementação do comité de gestão do sítio veio a reforçar a representatividade dos habitantes no processo de gestão.O Gabinete técnico da Câmara Municipal detém competências para: Conceber os planos de gestão Municipal; Desenvolver as infra-estruturas; Gerir, no plano administrativo, os pedidos de autorização de construção; Informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção; Cuidar dos espaços de circulação e gerir a recolha do lixo. O Município e o IIPC reúnem-se uma vez por semana para analisar os pedidos de autorização de construção ou de alteração dos edifícios.

O âmbito das intervenções, as actividades de cada órgão foram definidas; O IIPC devia[492]:

- Inventariar os elementos do património material e imaterial
- Garantir o respeito para com os valores desse património e assegurar-se do desenvolvimento harmonioso do sítio e da sua paisagem
- Assegurar o Seguimento do estado do sítio
- Garantir a supervisão das actividades de conservação
- Informar as populações sobre os valores e a importância do sítio
- Mobilizar parceiros técnicos e financeiros para conservação e valorização do sítio

[491] Ibidem
[492] Ibidem

- Coordenar as acções internacionais ligadas à conservação
- Supervisionar as actividades da Proim-Tur
- Recrutar pessoal competente
- Conceder autorizações aos pesquisadores (arqueólogos)
- Compilar a documentação e organizar o arquivo do sítio.

O Gabinete conjunto Município - IIPC tiveram tarefas definidas do seguinte modo: O Ministério da Cultura,
- Nomeia o responsável do IIPC;
- Supervisiona as actividades do IIPC (reuniões semanais);

Um Comité de gestão participativa a ser estabelecido em 2008 cuja criação prevê-se no plano de acção, devia ser criada com a finalidade de suscitar uma participação activa da população no controle e na gestão do seu sítio. A participação da população devia seguir as seguintes linhas de orientação:

- Respeitar o seu património
- Endereçar o seu pedido à Câmara Municipal para qualquer modificação da sua habitação ou para construção de novas estruturas.

O Gabinete técnico da Câmara Municipal tinha competências para: Conceber os planos de gestão Municipal; Desenvolver as infra-estruturas; Gerir, no plano administrativo, os pedidos de autorização de construção; Informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção; Cuidar dos espaços de circulação e gerir a recolha do lixo.

O Município e o IIPC tinham agendado uma reunião por semana para analisar os pedidos de autorização de construção ou de alteração dos edifícios[493].

11. Particularidades da descrição física e da análise da estrutura socioeconómica da Cidade da Ribeira Grande.

[493] Ibidem

A descrição física da cidade e a análise da estrutura social da Ribeira Grande e dos homens que nela viviam, em meados do século XVI e primeiras décadas do XVII, ajudam a conhecer melhor a prosperidade e a evolução da cidade. Documentos escritos entre meados do século XVI e início do XVII descrevem o pequeno burgo de então:

> *"... Situada entre montes e rochedos tão altos que não tem outra vista se não a do mar ... a capital das ilhas de Cabo Verde era dividida por uma ribeira chamada Maria Parda que, nascendo a duas léguas de distância, formava uma pequena lagoa «de águas caídas» antes de desaguar no oceano. O porto desta era «grande, mas pouco limpo e seguro dos ventos!"* (CABRAL, 2001, 226).

Foi fundada por homens vindos do mar e, por isso, intimamente ligada ao porto, do qual dependeu durante muito tempo para se alimentar e crescer. A cidade nasceu pois, junto à baía. Os primeiros moradores ergueram o pelourinho, símbolo da autonomia municipal, em frente à Câmara. Mais tarde construiu-se no mesmo local a Igreja, o Hospital da Misericórdia e o Presídio. Esse espaço urbano era formado por ruas pequenas e por becos. As ruas têm nomes descritivos como a do Calhau, da Praça, do Porto e da Misericórdia (CABRAL, 2001). Em 1949, o contador André Rodrigues dos Mosquitos, por sua vez, numa carta dirigida a D. João III, pede à Coroa que se interesse mais pela ilha de Santiago, já *que "... tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela que vai em crescimento, por razão que toda a navegação do Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de S. Tomé para todos é repairo ...!"* No mesmo ano o deão da Sé de Santiago, Gaspar da Silveira, descrevia assim a situação económica da ilha: *"... o estado desta terra é estar muito rica em grande maneira porque não vem navio de Guiné que velho e menino antes que saia já vem com preço feito; de vinte e oito mil ficam à feitura desta; estão aqui duas naus antilhanas e os navios que esperam já lhe tem feito preço a trinta mil reaes todo o escravo…"* (CABRAL, 2001, 225). O oficial régio e o religioso estavam claramente a referir-se à situação económica da cidade da Ribeira Grande e à relevância estratégica de seu porto. Isto porque este representou, desde as últimas décadas do século XV, o abrigo e o apoio indispensáveis para muitos dos navios que se dirigiam para a costa Africana, Antilhas ou Brasil (CABRAL, 2001).

Cidade, a partir de 1533, quando da instituição do bispado de Cabo Verde, a Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro sócio-económico, administrativo, militar e eclesiástico. Apesar disso, e de ser em meados do século XVI um dos entrepostos comerciais de maior relevo no Atlântico, a cidade de Santiago (Ribeira Grande de Santiago) era, no entanto, um pequeno burgo que, devido à sua localização geográfica, tinha poucas possibilidades de expansão. Centro antigo, parece-nos ter sido também, o centro comercial da cidade. Aí viviam os mercadores (vizinhos ou estantes). Alguns desses comerciantes tinham suas "logeas" e armazéns no rés-do-chão de suas casas. Era o caso de Afonso Antunes, mercador-estante, que, em 1598, possuía uma *"logea"* na Praça Velha, onde vivia, e de João Lopes "O Velho", mercador-vizinho, que, em 1608, tinha pausadas na rua do Calhau. Nessa parte da Ribeira Grande viviam ainda os mareantes que ficavam apenas o tempo necessário para abastecer os seus navios.

Mas era ainda nesse ponto inicial da vida urbana das ilhas, que muitos dos herdeiros dos primeiros moradores tinham casas que alugavam ou vendiam aos récem-chegados. Assim, Diogo Fernandes Carvalho, natural de Tavira (Algarve), mercador-residente em Santiago em 1603, comprou por 80 000 reais umas casas na rua do Calhau a Luísa Gomes que, por sua vez, as tinha comprado uns anos atrás a um certo Cristóvão Bocarro e, em 1545, foi nomeado para a feitoria de Santiago o escudeiro fidalgo, Luís Borraco**.** Com o aumento da população, o crescimento do espaço urbano fez-se na margem direita da ribeira Maria Parda, onde nasceram dois bairros: o de S. Pedro e o de S. Brás. O primeiro, situado no vale da ribeira, possuía três grandes ruas principais. A Rua de S. Pedro (ou Direita) que se inicia «no ponto onde surgem os navios» e seguia à margem da Maria Parda. Paralelamente a esta, ficavam a rua da banana, que terminava na Horta Velha, e a da Carreira, que ia dar à Igreja da Nossa Senhora do Rosário. Era neste bairro que se encontravam as casas mais opulentas, os sobrados mais ricos, já que aí que vivia a maior parte dos vizinhos e oficiais régios. Na rua de S. Pedro, viveram vários oficiais régios. Por exemplo, foi nela que viveu Gaspar Rodrigues, que em 1558 foi escrivão da Correição; em 1563, Tesoureiro dos Defuntos, em 1577, ouvidor e mordomo das Confrarias de São Pedro e de Nossa Senhora da Conceição. Vizinho desta rua era ainda o tabelião público e judicial, Domingos da Fonseca, e André Dornelha, capitão de navio

e «prático» das coisas da Guiné. A rua da Carreira era também habitada por homens honrados da cidade da Ribeira Grande. Assim, em 1613, Valentim Fernandes Lucas vendeu ao capitão Diogo Ximenes Vargas, um dos mais ricos vizinhos, certas casas na Rua Carreira por 280 000 reais, casas onde provavelmente morou o dito capitão. O mesmo Diogo Ximenes Vargas deixa de herança umas casas situadas na Rua da Banana a um moço mulato de nome António que mais tarde será conhecido por Padre António Fernandes Vargas que mais tarde ocupa um cargo eclesiástico no continente. Foi também nesse bairro que o vizinho Manuel Vaz do Pico teve uma casa situada na "rua principal da cidade" e que ia dar à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Nessa casa, certos vizinhos brancos, liderados pelo juiz da terra, Nicolau Rodrigues da Costa, faziam "Almoedas" e jogavam cartas aos domingos e dias santos. Esses encontros transformavam-se, às vezes, em autênticos "pagodes" que escandalizavam muitos dos pios moradores da cidade (CABRAL, 2001, 228).

O Bairro de S. Brás, situado no alto de um rochedo a ocidente da baía, era, segundo os padres da Companhia de Jesus, que aí viveram trinta e um anos, *"o sítio mais sadio da cidade"* já que estava *"desposto sobre o mar"*. Era constituído de duas partes divididas por uma rua, a da Cidade, que tinha de largo 25 palmos. Nesse bairro morou em 1598 o cavaleiro fidalgo da Casa Real, ouvidor-geral das ilhas e limites da Guiné, vizinho da Ribeira Grande, Manuel Dias Calheta. Viveu ali o padre António Dias Andrade e o cónego Diogo Callado. Foram os padres da Companhia de Jesus que ocuparam durante anos a maior parte das moradias desse bairro. Assim, em 1611, compraram aí umas casas por 600 000 reais aos herdeiros de Manuel Barbosa e, em 1613, pardieiros que foram casas *"térreas"* a Maria Simoa, vizinha da cidade e viúva de Martim Siqueira, que foi capitão nas armadas do rei. O último bairro a ser construído na cidade da Ribeira Grande parece ter sido o de S. Sebastião, situado no alto, a este da baía onde foi construída a Sé e o bairro foi-se formando em torno de suas obras. Para chegar ao bairro a partir do porto, era necessário subir uma ladeira íngreme. Por volta de 1593, no alto deste bairro construi-se a Fortaleza de S. Filipe, onde se instalaram os governadores das Ilhas de Cabo Verde. A edificação desse forte militar, no cimo desse novo espaço urbano, fez dele um lugar perigoso para viver *"nas ocasiões da entrada dos inimigos"* (CABRAL, 2001, 225). O acesso era difícil além de ser alvo de bombardeamentos de

navios corsários, nas ocasiões de guerra, por isso talvez fosse a morada de gente de poucas posses que trabalharam na Sé. Não foram encontradas na documentação nenhum nome desses moradores excepto o bispo que aí construiria o seu palácio. Sabe-se no entanto que Francisco Gomes teve uma casa na subida de S. Sebastião e que a vendeu ao referido mulato António. Guiomar Lopes, vizinha da cidade e pequena comerciante morou também, em 1610, neste bairro. No bairro de S. Brás morou o cavaleiro fidalgo da casa real, ouvidor-geral das ilhas e limites da Guiné, vizinho da Ribeira Grande, Manuel Dias Calheta e o padre António Dias de Andrade, o cónego Diogo Calllado, ambos da Companhia de Jesus que ocuparam a maior parte deste bairro. Além destas quatro partes, a Ribeira Grande tinha, como qualquer outra cidade mercantil, bairros periféricos que acolhiam os miseráveis brancos ou *'pretos livres'*, os foros e os marinheiros desempregados. Um destes bairros foi a Aldeia dos Sapes onde, segundo a própria Câmara, em 1626, *"... se agasalhava a metade da gente pobre desta cidade"* (CABRAL, 2001, 225).

Correia e Silva[494] refere que o povoado era *"uma base de armadores, escravos, pilotos e marinheiros e que um número significativo de moradores ricos é proprietário de navios que fazem a ligação entre o burgo e os diferentes Rios da Guiné. Apresenta nomes de donos de navios e esclarece que 'importa ver neles um signo da vinculação porto-cidade"* (CORREIA E SILVA, 2004, 143) e que são também reveladores da pujança comercial da vila, dado que, por serem proprietários de navios teriam uma considerável acumulação económica concluindo que haveria uma potente capacidade comercial instalada. Explica que a riqueza estava na razão directa do volume e da frequência das armações feitas para a Guiné, corroborando a mesma ideia expressa por Iva Cabral. Refere-se ao *Livro de Rendas* que pode elucidar-nos sobre a diferença do poder mercantil entre os vizinhos da vila apresentando o nome dos mais ricos – João Alemão, João Lopes Chainho, Fernão de Melo, Martins Mendes, Vicente Eanes entre outros (CORREIA E SILVA, 2004, 129).

No que se refere à descrição dos moradores da cidade, nomeia as ruas já descritas acima por Iva Cabral (CABRAL, 2001), refere que a rua do Calhau era destinada a residência

[494] CORREIA E SILVA, António Leão - *Combates pela História*. Edições Splenn. Praia. Fevereiro de 2004, 128 - 143.

dos *"Homens de nação"*, dos judeus, e dos *"recém-chegados cujas provas de limpeza de sangue não tivessem ainda dadas ou tomadas"*. Acrescenta que era uma área destinada aos equipamentos mercantis, administrativas e militares ligadas ao labor portuário bem como os armazéns, o almoxarifado, e onde se construiu mais tarde o forte de S. Veríssimo e de S. Brás. Descreve a Rua do Porto, a que fica na boca do porto, *"um punhado de casas nascidas frente à praia"* que segue obliquamente em direcção à nascente, o largo do pelourinho, a zona da vida social da cidade e da centralidade urbana, mas em nenhum momento refere-se ao tipo de habitações, senão quando se refere ao largo da Misericórdia, em que podemos deduzir a existência de casas assobradadas. Refere-se ainda à ampla praça de forma trapezóide que tem o Pelourinho no centro e acolhia as principais funções urbanas, à Casa e o hospital da Misericórdia, a mais nobre e prestigiada das irmandades da cidade, a antiga Câmara, a prisão. Contíguos ao referido largo surge um outro, o da Igreja da Misericórdia. Apresenta também citações de Brásio[495] que refere que segundo os escritos de um clérigo, para ouvir as alocuções religiosas, os senhores postavam-se às janelas de suas residências e afirma que *"a gente principal têm muitas janelas"*. Apresenta informações que deixam deduzir a existência de sobrados: *"sobre este terreiro cai uma varanda com uma escada para fora …".* Afora estas, Correia e Silva (CORREIA E SILVA, 2004) não apresenta mais informações que nos permitem concluir se, para além desta descrição muito geral de residências senhoriais e de pelo menos uma casa assobradada, mas não indica quais eram as tipologias existentes e como é que se distribuíam pela cidade. Apenas informa: *"A seguir, desenvolve-se uma longa rua que vai desde o Largo do pelourinho até a periferia urbana"*. Elemento omnipresente nas cidades tardo-medievais portuguesas, a Rua Direita da Ribeira Grande alberga em si importantes zonas residenciais como o bairro de S. Pedro ou Figueira de Portugal. Do lado ocidental da rua Direita localiza-se uma significativa área residencial, composta pela rua da Banana e da Carreira onde moravam morgados e grandes comerciantes da cidade. Havia edifícios religiosos, como a capela de Nossa Senhora do Rosário e a de Nossa Senhora da Conceição, sendo esta da preferência dos morgados por causa das doações que faziam. Apresenta a seguir, o bairro de S. Pedro em direcção ao norte, o convento dos franciscanos e a rua da Horta Velha e na periferia da cidade, afirma, devia ficar o bairro dos Sapes. Esclarece a este

[495] BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionária Africana*. (África Ocidental). Vol. II 81500-1569). Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 1963.

respeito: *"Sendo este topónimo tomado de empréstimo a um etnónimo referente a um grupo africano, cujos membros marcam presença na Ribeira Grande, parece-nos justo indagar se estamos perante indícios de formas espaciais de segregação étnica* (CORREIA E SILVA, 2004, 129) *".* Afirma que não tem dados que permitem essa afirmação. Refere sim, a Fernando Pires (PIRES, 2007), que apelida essa zona portuária de "cidade baixa" para a diferenciar espacialmente da "cidade alta" - os bairros de S. Brás, que *"pouco se conhece dos assentamentos que nele tiveram lugar"* e o de S. Sebastião.

Para além das informações dadas por Iva Cabral, Correia e Silva(CORREIA E SILVA, 2004), refere-se *"à malha renascentista"* da cidade baixa e da rua Direita que vai para o Forte, onde moravam muitos mercadores, apesar do acesso difícil pela subida de S. Sebastião (CORREIA E SILVA, 2004, 129). São essas informações que permitem situar algumas das casas e residências dos senhores da cidade. Quanto às outras classes sociais, os libertos, os livres, a única referência é a do Bairro dos Sapes. A cidade era um centro Comercial, Político e religioso. Desde dos primeiros anos foram nomeados os almoxarifes, escrivãos e meirinhos que escrituram o volume das transacções e cobravam os *"direitos"* devidos ao rei. Aos corregedores chegam antes do sec XVI, e o governador-geral, em 1587. A cidade também era um centro religioso e era rica em igrejas e ermidas. Ilídio do Amaral (AMARAL, 1964), citando Barcellos (BARCELOS, 2003), escreve a este propósito que devia oferecer um aspecto imponente, com uma Sé magnífica de cantaria que, iniciada no século XVI. No entanto, por volta de 1680 já estava em ruínas e ainda por acabar, o hospital e a igreja da Santa Casa da Misericórdia, Paço Episcopal e Seminário, duas igrejas, muitas ermidas e uma linha de fortificações, de entre outros pequenos empreendimentos. O Documento[496] apresenta os seguintes arquitectos que intervieram na construção da Fortaleza e de outros edifícios culturais da cidade (AMARAL: 1964): João Nunes (1586); José Coutinho (1696); José Soares da Rocha (1698); José Gomes Correia (1710); Cristovão Martins Figueira (1716); Simão dos Santos (1723); Manuel Germano da Mata (1765); António José de Santana (1766); António Carlos Andreas (1766); António Félix do Amaral (1769).

[496] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. A 20. 03.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Da Cronologia apresentada obtivemos informações a respeito das construções defensivas com indicação de algumas datas, relacionando-as com o ataque dos corsários e piratas e outros acontecimentos sociais e religiosos : em 1542 após os ataques de corsários franceses, apela-se à coroa para que se torne o porto da Ribeira Grande mais seguro; Em 1578, o pirata inglês Francis Drake aproxima-se do porto, dando caça a seis navios portugueses. *"1582 - Carta de Diego Florez de Valdez a D. Filipe I sugerindo a melhoria da defesa da ilha e a mudança do porto principal para a vila da Praia. A cidade conta 508 vizinhos, "5700 escravos de confissão, afora os menores" e para a sua defesa dispõe de três baluartes de vigia: o da Vigia, o da Ribeira e o de São Brás* (BRÁSIO, 1958)"; Em 1583 o desembarque de Emanuel Serradas e partidários de D. António Prior do Crato na vila da Praia permite-lhe assaltar a Ribeira Grande. A terra é *"saqueada de toda a riqueza que tinha"* (BRÁSIO, 1958); Em 1585 corsários ingleses, comandados por Francis Drake saqueiam a cidade. A população e as autoridades fogem e refugiam-se nos montes (BRÁSIO, 1958); Em 1586 há um apelo ao rei para que socorra a cidade - *"Torna-se necessário fortalecer o porto da Ribeira Grande, levantando-se os baluartes "que na entrada dela estavam", fazendo-se outro no porto de São Martinho e um forte no lugar da Achada, "que está mais alto que a Cidade e é o caminho que vai deste porto para ela". Pedido para que não se mude a capital para outro sítio* (BRÁSIO, 1958). Neste ano João Nunes assiste nas obras da fortaleza; a 1587 inicia-se a edificação da Fortaleza Real de São Filipe. É também o ano da Instituição do Governo Geral das Ilhas e do Distrito de Guiné com sede na Ribeira Grande; Em 1606, possuia a cidade cerca de 500 ou 600 vizinhos, mas a maior parte deles passa a viver em *"quintas que têm pela ilha"*. Faz-se alusão às tentativas frustradas de mudança da capital para a vila da Praia; A notícia de 1606 refere que havia há na *cidade "uma fortaleza de bom tamanho, e bastante provida, e fabricada de boas casas de pedra e cal"* (BRÁSIO, 1958); Já em 1614 o governador Nicolau de Castilho dá conta de que as fortalezas e os baluartes se achavam arruinados; Em 1619 a carta do governador, D. Francisco de Moura, a D. Filipe II refere também que a fortaleza estava muito arruinada, por ser *"de pedra e barro"* e necessitar de grandes reparos[497].

[497] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. A 20. 03.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Informa-se também acerca de uma reforma que foi realizada num "lanço de muro da banda do mar"; A informação de 1606 era de que havia na cidade *"uma fortaleza de bom tamanho, e bastante provida, e fabricada de boas casas de pedra e cal*"; Em 1614 o governador Nicolau de Castilho dá conta de que as fortalezas e os baluartes se acham arruinados. Em 1620 é a data do alvará de concessão de 100 cruzados por ano à Santa Casa da Misericórdia. "*Reclama a Câmara o cumprimento da ordem real pela qual ficavam destinados 600.000 réis para as obras da fortificação da ilha e o envio do arquitecto que nunca chegara a ir"*. Ataque holandês à cidade, em1628 com a pretensão de aí ser levantada uma fortaleza. Faz-se a reedificação dos muros da cidade; Em 1635, *"avoluma-se o número de naus holandesas que passam por Santiago, a caminho do Brasil, não se achando a ilha apetrechada para se defender. A crise económica acentua-se e as suas repercussões tornam-se cada vez mais evidentes"*. Em 1638 faz-se um pedido ao Reino, de carpinteiros e pedreiros para a reparação das fortificações. *"Em 1645 o governador João Serrão da Cunha dá conta da tentativa de saque da cidade feita pelos holandeses e apela para a necessidade urgente de obras para a defesa da cidade e da ilha"*. Em 1652 publica-se alvará para que o Bispo e o Governador residam, alternadamente, na vila da Praia. Em 1664 a ordenança da Ribeira Grande é constituída por 1280 soldados, sendo menos de 5% brancos e o restante negros e mestiços. José Coutinho é nomeado - nomeação como capitão engenheiro de Cabo Verde em 1696 / 1698. O Bispo D. Pedro Jacinto Valente abandona a sede do Bispado e fixa residência na ilha de Santo Antão. O ouvidor geral das Ilhas, Carlos José de Souto Matos, apela para que sejam reedificadas as cadeias da cidade (e da vila da Praia) que se achavam arruinadas[498].

Reportando aos ataques dos corsários e a construção e remodelação dos fortes, temos ainda que, "Em 1712 piratas franceses comandados por Jacques Cassard atacam e pilham a cidade. Os assaltantes incendiam os armazéns reais, a casa do Bispo e a do Governador; A fortaleza de São Filipe encontra-se arruinada". Publica-se uma Ordem régia para a remodelação da Cadeia nesta mesma data; Em 1724 a cidade foi abandonada e a maior parte dos seus edifícios encontram-se em ruínas e as fortalezas

[498] Ibidem

acham-se desguarnecidas e sem capacidade de defesa. A degradação aumenta. Em 1733 não existe casa para Alfândega "por estarem arruinadas todas as que algum dia serviram". Em 1735, um alvará que concede autorização à Câmara da Ribeira Grande do privilégio da venda de duas vacas a cada navio que aportasse à vila da Praia, para que se financiasse a reconstrução dos edifícios e fortalezas da cidade. A miséria da terra é total em1738. A maior parte da cidade está reduzida a "pardieiros razos" e as poucas casas que ainda se acham em pé encontram-se destruídas (Carta da Câmara da Ribeira Grande). Em 1761 o ouvidor-geral das ilhas, João Vieira de Andrade, fixa residência na Praia e envia relatório ao Rei em 1762 dando conta do péssimo estado da cadeia e fortalezas da Ribeira Grande. A abalada à cidade é real em 1763 -*"Esta cidade se acha inabitável de gente, porquanto todas as famílias principais da terra se acham assistindo nas suas fazendas, que têm no campo e têm deixado arruinar as suas casas da cidade"* (Bartolomeu de Sousa e Brito); A cidade encontra-se em total ruína em 1764 - *"não há cadeia nela, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a justiça, as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas"* (Carta da Câmara da Ribeira Grande). Em 1766 / 1779 é enviado o engenheiro António Carlos Andrea para Cabo Verde, onde dirigiu as obras de fortificação e efectuou diversos levantamentos cartográficos. 1769 - transferência da sede do governo para a vila da Praia, sendo governador Joaquim Salema Saldanha Lobo; nomeação de António Félix do Amaral como sargento-mor.

A elevação da vila da Praia a cidade (1858) votou Ribeira Grande à ruína total. Finalmente em 1762 o ouvidor-geral das ilhas, João Vieira de Andrade, fixa residência na Praia e envia um relatório ao Rei, no qual dá conta do péssimo estado da cadeia e fortalezas da Ribeira Grande. A informação de 1763 é esclarecedora - "Esta cidade se acha inabitável de gente, porquanto todas as famílias principais da terra se acham assistindo nas suas fazendas, que têm no campo e têm deixado arruinar as suas casas da cidade" (Bartolomeu de Sousa e Brito); A cidade encontra-se em total ruína e abandono, em 1764 pois *"não há cadeia nela, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a justiça, as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas"* (Carta da Câmara da Ribeira Grande); O engenheiro António Carlos Andrea é enviado para Cabo Verde, (1766/1779) para dirigir as obras de

fortificação e efectuou diversos levantamentos cartográficos A transferência da sede do governo para a vila da Praia aconteceu em 1769 quando era governador Joaquim Salema Saldanha Lobo; António Félix do Amaral é nomeado sargento-mor. A Proposta do governador Joaquim Pereira Marinho para a demolição da Sé e 1838 – a construção de uma nova, no Mindelo, (ilha de São Vicente) para onde se transfere a capital é de 1841. *"Apenas restos da igreja e do hospital da Misericórdia se mantinham de pé"* nesta data (BARROS, 1973). A Fortaleza real encontrava-se arruinada. O documento apresenta este extracto que caracteriza a cidade de outros tempos:

> *"A cidade n'outro tempo possuiu muitas e boas casas de pedra e cal, e até muitas de cantaria de Portugal; havia até casas acasteladas, no gosto da arquitectura do 16º século, resultado da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas, com os grandiosos maciços góticos; algumas ainda, arrostando as injúrias do tempo, ficaram de pé, como se fossem protegidas pelos brasões gloriosos, que lhe avultam sobre as vergas das suas portadas! ... hoje uma térrea choupana procurou abrigo debaixo da massa desta ou daquela torre [...]. Umas cabanas de pedra e barro cobertas de palha, constituem hoje toda a cidade"* (BARROS, 1973)[499].

A elevação da vila da Praia a cidade em 1858 fez com que se consumasse a total ruína da Ribeira Grande; A Cidade Velha foi construída nos séculos XV e XVI. Muitos arquitectos participaram na edificação desta cidade, nomeadamente, João Nunes (1586); José Coutinho (1696); José Soares da Rocha (1698); José Gomes Correia (1710); Cristovão Martins Figueira (1716); Simão dos Santos (1723); Manuel Germano da Mata (1765); António José de Santana (1766); António Carlos Andreas (1766); António Félix do Amaral (1769).

No seu período áureo, a cidade teve um cabido na Sé com dezasseis dignidades, o Deão, o Chantre, o Arcediago, o Tesoureiro-mór, o Mestre – escola e doze cónegos. Os elementos do cabido "eram doutos" e foram comparados com os de Portugal, pelo padre António Vieira que pregou ali em 1652. Vasco da Gama visitou a cidade durante sete dias em Julho de 1497 e também Martim Afonso de Sousa em 1530 (CERRONE, 1983).

[499] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. A 20. 03.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

12. Cidade da Ribeira Grande de Santiago, Património Universal – políticas locais e governamentais.

A Cidade Velha ou Cidade da Ribeira Grande foi declarada Património da Humanidade pelo Decreto nº121/90 de 8 de Dezembro. Foi estipulado que o sítio Histórico da Cidade Velha tem 2004.7 ha e a Zona Protegida, 209,1 ha. De entre as suas várias participações nos trabalhos de preparação da sua nomeação a Património Universal da Humanidade, destacamos a conferência que se realizou no âmbito da declaração da Cidade Velha como Património Nacional, a Conferencia Internacional "Cidade Velha: o Futuro do Passado", entre os dias 2 e 5 de Outubro de 2007, no Convento de S. Francisco, nesta cidade. Algumas recomendações desta conferência interessam ser apontadas aqui: tornava-se necessário atenuar o risco da perda de autenticidade e integridade do sítio e a da alteração de alguns dos seus elementos históricos constitutivos, característicos da referida cidade histórica e sítio de memória, assim como as pressões a que está submetido o património na actualidade; era preciso garantir um plano de gestão que contemplasse a visão conjunta entre a administração e a população ,dado que o futuro da localidade estava no seu património; a sua preservação passava necessariamente pela colaboração entre as partes implicadas; era possível conjugar tradição e modernidade, para posteriormente passar a desenhar os mecanismos para alcançá-la, com uma especial atenção na qualificação do espaço urbano.

Reportando à legislação, as "Obrigações" do Estado e das Autarquias locais, foram definidas pela Lei nº102/III/90, no Art. 4. Só mais tarde, o Decreto Regulamentar nº2/2004 de 17 de Maio aprova os estatutos do Instituto de Investigação e do Património Culturais. No seu Art. 4º, definem-se as atribuições do instituto; na alínia c) do mesmo define-se a criação de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural; na alínea d) a pesquisa, inventariação, cadastro e classificação do património cultural, bem como a sua salvaguarda e conservação. Como já referimos, a Câmara Municipal da Ribeira Grande criou vários organismos com vista a uma boa gestão do município, da zona histórica bem como para proporcionar a salvaguarda deste Património Mundial da Humanidade. É de realçar, neste âmbito, a criação de um Gabinete Técnico da Câmara Municipal e de uma Comissão de Gestão Participativa. A

ideia da Comissão de gestão participativa deste nasceu do processo de formulação do plano de gestão por sugestão das partes intervenientes durante as sessões de trabalho. É um Comité Conjunto que reúne o Município de Ribeira Grande, o Gabinete técnico, o IIPC, Instituto de Investigação e do Património Culturais, sob a tutela do Ministério da Cultura. Permitiu a integração da população no processo de seguimento e gestão, com a premissa de diminuir a tensão existente entre os gestores, a Câmara Municipal/ IIPC e a população, que embora sujeita às regras de gestão, não estava provida de meios para fazer passar a sua vez e voz nas decisões tomadas.

Como já referimos, o comité ofereceu a possibilidade à Câmara Municipal de compreender melhor a população e as suas expectativas, a fim de poder integrá-las na gestão como parceiros activos, permitindo uma maior conscientização dos valores do sítio por parte dos habitantes, bem como uma execução mais eficaz e transparente das actividades previstas no plano de acção, que foi definido pelo governo. A Câmara Municipal de Ribeira Grande gere o conjunto do território no qual o sítio histórico se situa. No que diz respeito às decisões que têm impacto visual sobre o sítio, tal como a autorização de construção, cabe à Câmara Municipal examinar os pedidos conjuntamente com o IIPC, a quem cabe o parecer sobre o acordo. Está dotada de competências para conceber os planos de gestão Municipal, desenvolver as infra-estruturas, gerir, no plano administrativo, os pedidos de autorização de construção, informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção, cuidar dos espaços de circulação e gerir a recolha dos resíduos sólidos. A competência para a gestão de alguns monumentos foi delegada a uma agência privada, a concessionária Proim-Tur, que recolhe os direitos de entrada na Fortaleza e assegura a manutenção dos monumentos.

É de referir que a Cidade Velha fazia parte da zona rural do Município da Praia. A Lei nº 63/VI/2005 de 9 de Maio cria o Município de Ribeira Grande de Santiago. No Art. 3º esta lei regulamenta a construção na zona histórica, e o Art. 25º, define a gestão do sitio histórico. Em consonância com a lei referida, foi afixado o Edital nº4/93 da Câmara Municipal da Praia, relativo às normas de construção no sítio histórico da então Cidade Velha. Os diplomas sobre a Zona Protegida, Zona "Non Aedificandi" e Zona Tampão terrestre foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros do Governo de

Cabo Verde nº 5/2009 de 16 de Março de 2009. Na mesma altura foi publicado o diploma governamental que classifica individualmente os monumentos do sítio histórico como Património Nacional pela Resolução nº 6/2009 de 16 de Março de 2009. No seu ponto 5 b) define os diferentes indicadores de seguimento urbano e arquitectural de acordo com os requisitos internacionais, com os níveis de importância e de urgência em relação aos trabalhos a serem realizados. O diploma sobre a protecção da Zona Marítima, Resolução nº 14/2009 2009, foi aprovado pelo Conselho de Ministros de Cabo Verde de 2 de Junho de 2009[500].

A cidade da Ribeira Grande distingue-se de entre os demais principais grupos do património arquitectónico das ilhas e nela se encontram elementos mais significativos do património monumental de Cabo Verde, dos séculos XV a XVIII. Em 1990, o Governo de Cabo Verde publicou a Lei nº 102/III/90, um dos principais instrumentos produzidos até esta data, sobre a defesa, conservação e preservação do património cultural. Embora não tenha impedido a "agressão" sobre os principais centros urbanos das ilhas,é de saudar as intervenções que foram sucedendo, tanto nos edifícios de cariz religioso e civil, como militar. A maioria dessas intervenções ocorreu no sítio histórico da Cidade Velha e monumentos como a Sé Catedral, Fortaleza Real, Forte São Veríssimo, entre outros localizados noutros sítios, que foram alvo de obras de restauro ao longo do decénio de 90. As pesquisas submarinas revelaram a existência de diversos restos de navios naufragados a uma certa distância da costa, que fazem lembrar a avidez e os dramas que tiveram lugar na baía, permitindo remontar objectos de culto, pérolas de coral e bronze. Este património serviu para esclarecer, de forma contínua, a história do sítio[501].

13. Preservação dos monumentos da Cidade da Ribeira Grande - estado de conservação do sítio.

[500] República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.10.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[501] Ibidem

Um dos constrangimentos mais apontados pelos versados sobre a Cidade Velha tem a ver com o desaparecimento dos vestígios escritos e materiais.

Daniel Pereira (PEREIRA, 2004), afirma que a Cidade Velha nunca terá tido muito mais do que os quinhentos fogos, que o Piloto Anónimo referiu-se a meados do século XVI, uma época em que *"infinitos cavaleiros portugueses e castelhanos"* habitavam *"casas de pedra e cal"*. Informa ainda que Chelmicky (CHELMICKY, 1841) refere-se à mesma época, salientando a existência de *"casas acasteladas ao gosto do século XVI, resultando da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas, com grandiosos maciços góticos, algumas ainda em pé, com brasão sobre as vergas das portadas"*[502] (PEREIRA, 2004, 41). Tudo desapareceu. Refere também que em 1844 José Joaquim Lopes de Lima, oficial da marinha, citado por António Brásio (BRÁSIO, 1958), alertou que a Sé Catedral que ainda estava de pé precisava de alguns reparos. Mas arruinou-se, devido ao abandono a que se sujeitou pelas autoridades da época. Parte do mármore recuperado após a demolição dos edifícios foi transportada para a cidade da Praia por via marítima e utilizada em construções diversas, públicas e privadas, segundo Travassos Valdez (VALDEZ, 1864), citado por Daniel Pereira (PEREIRA, 2004).

Largos anos se passaram e muitas vozes se levantaram acusando a pouca sorte da cidade. No prefácio de Marcos Cronológicos da Cidade Velha[503] (PEREIRA, 2009) regista-se que em Junho de 1986, Félix Monteiro[504] opina quanto ao destino da Cidade Velha afirmando que se devia consolidar o que restava dos edifícios para que se evitasse que continuasse a degradar-se até desaparecer como sucedeu com o Palácio Episcopal, o Hospital e a Igreja da Misericórdia de que restava apenas a torre sineira, em que a parte superior ia caindo aos bocados. O mesmo era de opinião que impunha-se a consolidação e a proibição *"sob graves penas"* se se tirasse uma única pedra do sítio. Acrescenta

[502] CHELMICKY, José Carlos Conrado de, E. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de – Coreografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórica da Província de Cabo Verde e Guiné. Lisboa. 1841 (2 Tomos). In PEREIRA, Daniel – *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago – Cabo Verde).* Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004.

[503]PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009.

[504] Monteiro, Félix – Prefácio de Marcos Cronológicos da Cidade Velha (Defesa do património; Arquivo Histórico; Cidade Velha; Restauro; Marcos Cronológicos). Junho de 1986. In PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009.

ainda: *" Façamos da Cidade Velha o que os outros não souberam zelar e conservar, a nossa Cidade Museu"*. Este apelo é seguido de tentativa de consciencialização pela riqueza e valor patrimonial da cidade, nestes termos*: " (...) os velhos e arruinados templos da ilha que possuem algum valor artístico e histórico merecem o nosso respeito e veneração (...) Não é que sejamos apologistas do saudosismo ou que desejemos petrificar-nos no passado, porque o tempo que já lá vai é água que não faz mover moinhos...*" (PEREIRA, 2009, 55). Félix Monteiro adverte que, no entanto, 25 anos depois a situação permanecia inalterável e agravada. No preâmbulo da mesma obra o autor refere-se ao Padre António Brásio[505] que havia afirmado: *"É insofismável que os bens culturais de cabo verde nunca mereceram grande atenção da parte das autoridades coloniais portuguesas"* e lembra que em 1960, por ocasião das comemorações do Quinto Centenário do Achamento das Ilhas de cabo Verde o padre António Brásio[506] escrevera*: " Como sucedeu ao imponente Coliseu de Roma, os templos da Ribeira Grande transformaram-se em pedreira pública, onde qualquer um podia ir, e ia, efectiva e imponentemente, arrancar as pedras sagradas das sacristias e dos altares, os cunhais lavrados, as cantarias das janelas e das portas (...). Essas pedras veneradas por aí andam agora espalhadas e profanadas um pouco por toda a parte"* (PEREIRA, 2009, 54).

Estas e outras vozes não tiveram eco. Entretanto, quando o governador Filipe de Carvalho proibiu, em 1922, a demolição dos restos ainda de pé da Sé Catedral, certamente tendo em conta os protestos que vinham desde o século anterior, a situação era "bem deplorável", o que se pode constatar no folheto do cónego Bouças com prefácio de João Lopes, em 1932, referido por Féliz Monteiro (PEREIRA, 2004). Segundo este, houve também vivos protestos da Diocese ao projecto de demolição da Sé em 1838, para além de comentários de visitantes ilustres, dos escritores Julião Quintinha e Augusto Casimiro e dos "Amigos da Cidade Velha". Estes prepararam na altura um documentário fotográfico sobre as ruínas da Cidade Velha, apresentado no Salão da Rádio Clube da Praia nas festas comemorativas da descoberta de Cabo Verde, 500º aniversário. O programa das festas incluiu a inauguração das obras de restauro da Fortaleza de S. Filipe. Ao mesmo tempo foi criado e nomeado um "Grupo de Estudo"

[505] BRÁSIO, Padre António - *Monumentos Sacros de Santiago. Cabo Verde*. Ano XI, nº 130, (1960) p. 28-31.
[506] Ibidem

que devia indicar os trabalhos preliminares que deviam ser executados no âmbito da investigação, desobstrução, consolidação ou restauro dos monumentos históricos da cidade (PEREIRA, 2004).

A situação degradante dos monumentos iniciou-se em meados do século XVIII, com a mudança capital da cidade Ribeira Grande para a cidade da Praia (CHAVES, 1948). A cidade ficou totalmente abandonada, tendo ficado tudo a mercê de uma população pouca sensibilizada para a preservação e conservação daquele património (BORGES, 2005). Segundo Chaves, a transferência do Governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, entre 1769 e 1776, foi a condenação oficial e definitiva da antiga capital do Arquipélago e o golpe de misericórdia na sua existência urbana e política de aglomerado populacional (CHAVES,1948, 48). No entanto, Daniel Pereira (PEREIRA, 2004). afirma que o Restauro da Fortaleza feito na sequência da nomeação do grupo "Amigos da Cidade Velha" por altura da celebração do 50º aniversário da descoberta de Cabo Verde, eliminou quase completamente os sinais de antiguidade, dos baluartes e dos cavaleiros, e as torres de vigia foram em parte descaracterizadas pois passaram a ser cobertas de telhas de barro. No âmbito destes trabalhos, o Pelourinho manuelino localizado no Largo da Câmara, de 1512, perdeu a base quadrangular que passou a ser octogonal. Foram realizadas também, obras na igreja de Nossa Senhora do Rosário, que não podem ser consideradas de restauro nem de consolidação, mas sim obras de reparação. Na altura, foram substituídos os azulejos de inícios do sec. XVI que revestiam as paredes interiores até ao teto, por azulejos novos, de motivos e cores diferentes. Segundo o mesmo investigador, a capela de estilo gótico resiste ainda, mas a escada em caracol que levava à torre sineira foi desmontada, o que pode ser uma perda, pois poderá ser utilizada em outras construções da cidade, tal como normalmente acontece. Assim constata-se que não poucos casebres da cidade ostentam cunhaleiras de mármore. Estes trabalhos foram realizados por Luís Benavente. A este respeito, Rita de Cássia Santos da Silva Ramos (RAMOS, 2009)[507] apresenta a opinião da arqueóloga Verónica Freire (FREIRE, Verónica dos Reis. *Africana*. Porto. Nºesp. [1].) que defende também, que em nenhum momento, as autoridades portuguesas demonstraram interesse em preservar o património construído em suas antigas colónias, apresentando a hipótese

[507] RAMOS; Rita de Cássia – Património e memória – Estudo de caso: a Ilha de Santiago – Cabo Verde. Lisboa. 2009.

de tal facto dever-se a necessidade de dar uma maior atenção a outros aspectos sociais, a necessidade de suprir as necessidades básicas da população num país em que a economia era débil, marcada por situações históricas de penúria, em que a preservação dos bens patrimoniais não constituía prioridade.

Refere que apenas na década de 60 (sec. XX), por ocasião das comemorações do quinto centenário da descoberta do arquipélago, houve uma certa preocupação em relação à preservação de alguns monumentos, em especial os situados na Cidade Velha. Esclarece no entanto que os trabalhos realizados neste âmbito *"resultaram em alteração de oposição aos traços originais dos monumentos"*e que houvecasos em que alguns traços originais dos monumentos desapareceram completamente. Afirma que contrariamente ao que aconteceu noutros países de língua oficial portuguesa, como Angola e Moçambique, Portugal não legou a Cabo Verde nenhuma estrutura de preservação (museus, bibliotecas, ou arquivos). Apresenta também o exemplo do caso dos azulejos do século XVI que revestiam o interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário "*que foram inexplicavelmente retirados e substituídos por outros vindos de Portugal, que pouco ou nada têm a ver com os originais, nem na cor nem nos motivos decorativos"* (RAMOS, 2009, 81). Após a independência de Cabo Verde esta postura não permaneceu na medida em que passaram a ser utilizadas medidas burocráticas consentâneas e a implantação de uma política de preocupação e acção ante o património do arquipélago, demonstrada pela publicação no Boletim Oficial de 23 de Dezembro de 1978, a criação de uma Comissão Nacional por despacho do Senhor Primeiro Ministro, presidida pelo Ministro da Coordenação Económica, e comissões locais, presididas por delegados de Governo em cada Concelho, com o objectivo de promover a defesa, a preservação e o restauro dos monumentos nacionais (RAMOS, 2009). Rita de Cássia Santos da Silva Ramos, apresenta o seu desacordo sobre a seguinte afirmação Pereira: *"Com efeito, se, numa primeira fase, se reconheceu a necessidade de apoiar a colonização das nossas ilhas, cedo (julgamos que já a partir de 1472) fomos deixados ao deus-dará para resolvemos nossos próprios problemas"* (PEREIRA, 1986, 99) lembrando que no ano de 1922, Amâncio Gracias, havia transcrito uma portaria datada de 30 de Março do mesmo ano, publicada pelo então governador Filipe Carlos Dias de

Carvalho, em que estavam patentes os interesses a favor da investigação e da conservação dos monumentos históricos de Cabo Verde (RAMOS, 2009).

O processo de recuperação das ruínas e dos monumentos da Cidade Velha iniciou-se pois nos finais do século XX. De 1989 até 1999 foram efectuados trabalhos arqueológicos, recolha de vários materiais e a limpeza do espaço da Sé. Muitos fragmentos de pedras aparelhadas encontram-se aí amontoados, uma parte não utilizada e portanto devolvida da cidade da Praia, outros fragmentos recuperados de construções remodeladas. Podem ser identificadas peças resultantes da fragmentação de colunas, arcos, degraus de escada, lintéis, entre outras. Segundo Daniel Pereira, sendo pacientes, uma tentativa de reconstituição levar-nos-ia a *"tentar fazer uma ideia da sumptuosidade das casas acasteladas ao gosto do século XVI"* a que alude Chelmicky (PEREIRA, 2009, 43). É de opinião que se devem consolidar as ruínas da Sé Catedral assim como a capela de S. Roque, reconstruída para servir de escola de lavores, o Convento de S. Francisco, o Hospital da Misericórdia de que sobra apenas a torre sineira, em que a parte superior vai caindo aos poucos, para evitar que desapareçam, como aconteceu com o Palácio Episcopal (PEREIRA, 2009). Daniel Pereira refere também que estas acções efectuadas em prol da recuperação dos monumentos históricos da Cidade Velha têm permitido reavivar a consciência nacional para a valorização e promoção deste legado de todos os cabo-verdianos (PEREIRA, 2004).

O abandono da cidade da Ribeira Grande fez portanto com que os edifícios militares e religiosos se fossem desmoronando, como, por exemplo, a antiga prisão. Não há documentos e pouco se sabe a respeito deste edifício. Os edifícios civis desapareceram na quase totalidade. (PEREIRA, 2004). Entretanto, a população que ocupava a cidade foi construindo habitações modestas, de alvenaria e coberta de folhas de coqueiro, aproveitando pedras e cantarias dos vários monumentos, incluindo as da Sé Catedral. Os espaços que eram zonas de habitações, como a norte do bairro de São Pedro, foram transformados em campos agrícolas e de plantação. Como afirmam alguns autores, de entre eles, Correia e Silva (CORREIA E SILVA, 2004), é preciso procurar a cidade que existiu e está soterrada debaixo da actual pois guarda no fundo dos seus escombros uma memória preciosa cuja riqueza nas ruínas estão longe de poder traduzir. Alguns

monumentos foram conservados no seu estado actual, como a Sé Catedral. As ruínas deste edifício tinham sido beneficiadas com limpeza e estabilização, com o apoio da cooperação portuguesa em 2004. Apenas algumas partes dos muros foram restabelecidas para facilitar a leitura do volume. Os telhados da Sé Catedral desapareceram bem como o transepto Norte-Este mas as aberturas e as bases dos pilares no cruzamento do transepto são ainda visíveis [508].

A partir de 1976 foram realizadas as primeiras intervenções pela Direcção Geral do Património (BORGES, 2005). Fizeram-se estudos e levantamentos das necessidades de recuperação dos monumentos. Os projectos centraram-se na reabilitação da Sé Catedral, da Fortaleza Real. Antes da independência de Cabo Verde, foram no entanto realizados alguns trabalhos de conservação e de restauro do património construído da Cidade Velha. A primeira intervenção ocorrida antes da independência nacional foi desencadeada nos finais dos anos cinquenta e início dos anos sessenta (BORGES, 2005). Afirma que há informações de que os primeiros trabalhos de restauro e conservação dos monumentos de Cidade Velha, incidiram sobre a reconstrução da Fortaleza Real de São Filipe e intervenções na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e que estes trabalhos, então executados, não seguiram nenhum plano e nem obedeceram a nenhum objectivo definido, com vista à salvaguarda do valioso património da cidade (BORGES, 2005, 45). Lourenço Gomes refere-se a estas intervenções e à *"remoção do pelourinho para a metrópole para ser restaurado em 15 de Novembro de 1962, o que veio a ocorrer em 1963"* (GOMES, 2006, 176). A reconstrução de alguns dos monumentos só foi levada a cabo com objectivo de "abrir frentes de trabalho para absorver a mão-de-obra desempregada, de forma a evitar que a população pobre do meio rural sucumbisse com a diminuição das chuvas dos anos 50 do século XX. Afirma Borges (BORGES, 2005), que comprova-se mais uma vez, a pouca sensibilidade do governo da época colonial em relação à preservação destes monumentos.

Depois da independência, e sobretudo actualmente, com a candidatura da cidade a Património da Humanidade intensificou-se o interesse pela conservação e revitalização das ruínas e dos monumentos históricos da Cidade Velha (BORGES, 2005). Uma maior

[508]Património mundial de origem portuguesa. [Em linha]. (s. d) [Consult. a 05.12.2013]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

atenção dada ao património nesta fase é compreendida por Rita de Cássia Santos da Silva Ramos (RAMOS, 2009) do seguinte modo*: " ... acreditamos que o passado, e a reafirmação da identidade cultural é uma das missões dos países quando se libertam de um período colonial"* (RAMOS, 2009, 27). Só no início dos anos noventa, e sobretudo com a apresentação da candidatura da Cidade Velha a Património Mundial da Humanidade à UNESCO[509] é que se verificaram mudanças de atitudes face ao património, pois trouxe incentivos, bem como a possibilidade de desencadear a sensibilização da população sobre a importância do património local desta cidade. Em 2000, foi iniciada a preparação do "dossier" de candidatura a Património Mundial, apresentado à UNESCO em 2008 e finalmente a 26 de Junho de 2009, a Cidade Velha, actual município de Ribeira Grande de Santiago, foi inscrita na lista dos sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. A 10 de Junho de 2009 foi também classificada como uma das Sete Maravilhas de origem Portuguesa no Mundo, após um concurso de votação pública, no qual participaram 27 monumentos edificados por Portugal no mundo[510].

O Governo de Cabo Verde e o Governo de Portugal realizaram em conjunto um acordo cultural na área do património arquitectónico e recuperação do património histórico, assinado na Cidade da Praia em 18 de Fevereiro de 1997. Em anexo, publica-se o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico, assinado na Cidade da Praia. Na sequência desta medida, o Governo Português publica o decreto nº 5/97 aprovando o protocolo. No artigo 2º do acordo do património cabo-verdiano, dá-se prioridade a Cidade Velha, bem como a consolidação das ruínas e as escavações arqueológicas. O artigo 3º trata da parte portuguesa que estabelece as acções e prazos, que corrobora com parte do artigo 2º. Portugal ficou com a responsabilidade de apoiar a formação técnica de quadros cabo-verdianos, o envio de documentação de arquivos portugueses, e a organização de acções de interesse comum. O artigo 4º dá competência à parte cabo-verdiana para formar a equipa técnica e mão-

[509] Ribeira Grande de Santiago - Breve História .[Em linha]. (s. d) [Consult. a 05.12.2013]. Disponível em: www.uccla.pt/membro/ribeira-grande-de-santiago.
[510] Ibidem

de-obra local que assegura o desenvolvimento do projecto, bem como o inventário de forma sistemática de todos os bens de interesse cultural, particularmente os da Cidade Velha. No acordo está expresso a vontade de reciprocidade, pretendendo-se estreitar os laços culturais que envolvem a investigação, a formação e o intercâmbio nos múltiplos domínios, como forma de proporcionar o enriquecimento mútuo. Rita de Cássia Santos da Silva Ramos (RAMOS, 2009) opina da seguinte forma acerca da iniciativa tardia de Portugal: *" Esta medida embora tardia, visto que o património secular da Cidade Velha em momentos conviveu com circunstâncias de saques por parte da população local que não demonstrava consciência da história e do valor das pedras retiradas, ainda assim é uma medida vista por nós como forma de salvar o que restou da origem da velha Cidade Velha"* (RAMOS, 2009, 77).

O período após a independência de Cabo Verde em que foram realizados projectos em cooperação com alguns países europeus, entre eles, Portugal e Espanha, teve pois melhores resultados no que respeita à preservação dos monumentos, mas tem sido muito lenta. No entanto, a situação, no que concerne a preservação de monumentos, nomeadamente os monumentos sacros, tem evoluído mais nos últimos anos e o estado actual do sítio é encorajador. Actualmente, o maior apoio para o projecto de recuperação do património histórico tem sido realizado pela Cooperação Espanhola e pela Cooperação Portuguesa. Segundo o documento, Cidade Velha-Plano de Gestão 2008-2012, o estado de conservação dos monumentos é muito bom. Este Plano foi elaborado no âmbito da preparação da proposta de inscrição de Cidade Velha na lista a Património mundial, com o apoio da UNESCO (Centro do património mundial e do Escritório regional de Dakar) e do Escritório dos Fundos e Programas das Nações Unidas na Praia – Cabo Verde, em Janeiro de 2008.

Grandes investimentos foram feitos nos últimos dez anos para a preservação destes monumentos, principalmente pela cooperação espanhola. Gradualmente tem vindo a incluir as habitações privadas nas campanhas de restauro[511]. Deve ser considerada

[511] República de Cabo Verde. 2008 - 2012.da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. Plano elaborado no âmbito da preparação da ...[.Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a10.05.2013] Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed.. 10.05.2013

responsabilidade acrescida para com o património herdado da Cidade Velha, na medida que esta herança não pertence somente às gerações futuras de Cabo Verde, mas a toda a geração futura dos seres humanos, o que leva a que seja dada uma mais elevada importância e consideração ao sítio, depois da nomeação concedida pela UNESCO (SEMEDO, 2010). Os protocolos assinados com a Agência Espanhola para Cooperação, responsável juntamente com o INIC – Instituto Nacional de Investigação Cultural, da parte de Cabo Verde, e do IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico, da parte portuguesa, permitiram intervir na preservação do património de Cabo Verde, nomeadamente na Cidade Velha, em acções concretas que dão visibilidade à acção política. De entre as medidas tomadas destaca-se o projecto desenvolvido para inventariar o património arquitectónico de Cabo Verde. Da lista do Inventário do Património Arquitectónico, constam patrimónios inventariados com informações técnicas, dados contextuais e iconográficos sobre o universo do património arquitectónico de carácter artístico, histórico, simbólico, tipológico ou morfológico da ilha de Santiago, que inclui a Cidade Velha/Cidade da Ribeira Grande de Santiago (RAMOS, 2009).

No documento "Cidade Velha, Cidade da Ribeira Grande" referido poor Rita de Cássia (RAMOS, 2009), constam as áreas e os imóveis inventariados e é-lhe dado uma importância particular. Na tipologia da arquitectura religiosa, figuram edifícios em estado de ruína, desaparecidos e em estado razoável, como se pode observar na imagem da figura 59 (RAMOS, 2009,73 e 74).

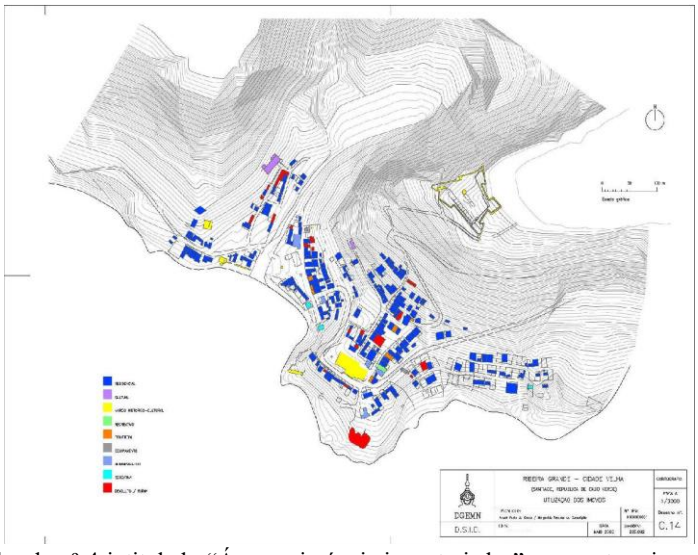


Figura 58 - O desenho de nº 4 intitulado "Áreas e imóveis inventariados" apresenta o inventário realizado em Maio de 2.000 por técnicos do DGEMN em Ribeira Grande. **Fonte**: RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso – a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 113 f. 2009. Tese de Mestrado.

Sé Catedral – classificado em seu estado de conservação na condição de bem que está em ruína;

Igreja Nossa Senhora do Rosário – classificado em seu estado de conservação como estando razoável;

Capela de São Roque – classificado em seu estado de conservação como mau;

Igreja da Misericórdia – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína:

Igreja de São Pedro – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína:

Igreja Nossa Senhora da Luz – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína;

Palácio Episcopal – classificado em seu estado como desaparecido;

Igreja Monte Alverne – classificado em seu estado como desaparecido;

Igreja Nossa Senhora da Conceição – classificada em seu estado como desaparecida.

Na tipologia de Arquitectura Militar, figuram:

Fortaleza de São Filipe – classificado no seu estado como bom e as ruínas consolidadas.

Forte de São Veríssimo – classificado no seu estado como bom e ruínas consolidadas.

Na tipologia de Arquitectura Civil, aparecem:

Casa da Janela Gótica / "Casa da Companhia de Jesus" – classificado no seu estado em estado de ruína.
Pelourinho – classificado como sendo razoável seu estado de conservação

Rita de Cássia[512] não corrobora da opinião de Pereira (PEREIRA,1986, 99) que aludira que desde 1472, que Portugal tenha deixado "ao Deus dará" a então colónia portuguesa de Cabo Verde e justifica a sua pretensão pelo facto de no ano de 1922, Amâncio Gracias[513] ter transcrito uma portaria datada de 30 de Março do mesmo ano, publicada pelo então governador Filipe Carlos Dias de Carvalho, em que Portugal demonstra interesses na investigação e na conservação dos monumentos históricos da Cidade Velha. Nos termos da portaria, um facto chama a nossa atenção a respeito das ruínas da Cidade Velha. Na altura, através de um despacho do Sr. Primeiro Ministro, publicado no Boletim Oficial nº 51 de 23 de Dezembro de 1978, foi criada uma Comissão Nacional presidida pelo Ministro de Coordenação Económica, e comissões locais, presididas por delegados de Governo em cada Conselho, com o objectivo de promover defesa, a preservação e o restauro dos monumentos nacionais (RAMOS, 2009).

No tocante à intervenção na Cidade Velha, segundo Carlos Carvalho, Presidente do Instituto Nacional de Investigação Cultural - INIC, a população sente-se orgulhosa do seu património e apresenta sentimentos ambíguos à questão, visto que a intervenção é uma intromissão directa na vida dos habitantes, comportamento que é típico da população ante intervenção de grande impacto e que tem interferência directa em suas vidas. Há também a preocupação e o mito, do que pode vir a acontecer com o destino da própria Cidade Velha (RAMOS, 2009).

O arquitecto Siza Vieira, aludido por Rita de Cássia (RAMOS, 2009) e responsável pela coordenação dos trabalhos de reabilitação e intervenção na Cidade Velha, em entrevista

[512] RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso – a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 113 f. 2009. Tese de Mestrado.
[513] RAMOS (RAMOS, 2007) refere-se a GRACIAS, João Baptista Amâncio. Imprensa Nacional. 1922, 122 -123.

à revista "Cooperação", afirma que o esforço feito pela população de Cabo Verde para salvar um património histórico tem aumentado um certo descontentamento da população residente na Cidade Velha, por estar proibida, através de decreto-lei, de efectuar qualquer intervenção no edificado, de melhorar as suas residências ou de construir novas casas, havia dois anos. Alude que, em finais do ano de 1980 a UNESCO, órgão responsável pelo património mundial envia um dos seus consultores, o arquitecto Paulo de Azevedo com objectivo de orientar a realização de um inventário dos bens culturais de Cabo Verde. Esta medida política constituiu um marco na valorização o património do arquipélago com vista a intensificar o futuro plano de acção do Governo de Cabo Verde em benefício do património cultural de Cabo Verde; O conselho de Ministros da República de Cabo Verde reuniu-se no dia 17 de Janeiro de 2008 para apreciar o "dossier" de candidatura da Cidade Velha a lista de património da humanidade, que foi apresentado pelo Ministro da Cultura do Governo de Cabo Verde, Manuel Veiga. Este afirmou, na sua apreciação, que para o povo cabo-verdiano "Cidade Velha já é património da humanidade", e frisou ter sido, a Cidade Velha, o primeiro entreposto da escravatura no mundo, lembrando que foi onde se construiu a primeira Sé Catedral ao Sul do Sahara e onde nasceu uma cultura, uma antropologia e a Nação Cabo-verdiana. Alude ainda que a informação apresentada pelo estudo realizado através da equipa do IGESPAR, consta que, já no séc. XVI, a cidade tinha o seu espaço urbano consolidado, assim como o seu sistema defensivo, que são as fortalezas da cidade. Refere-se ao estudo, em que a primeira etapa da expansão urbana equivale ao período que se estende da instalação do núcleo inicial aos finais do séc. XV, entre a segunda metade do séc. XVI, até meados do XVIII, corresponde à época de maior crescimento e investimento no espaço urbano. Neste período havia maior realização de parte do conjunto de igrejas: Igreja da Misericórdia, a Sé, o Palácio Episcopal, e que, de forma conclusiva, o estudo baliza que a segunda metade dos séculos XVII e XVIII, a cidade entra em processo de decadência e consequentemente ocorre o abandono, e Cidade Velha - Ribeira Grande deixa de ser a capital. Este tema, aludido por Ramos (RAMOS, 2009), apresenta os mapas referidos no Plano de Gestão da Ribeira Grande e apresenta o desenho nº C14 intitulado "utilização dos imóveis", em que os técnicos do DGEMN classificaram os imóveis e sua utilização" que a seguir indicamos na figura 60 [514].

[514] Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. A 25. 08.2015].

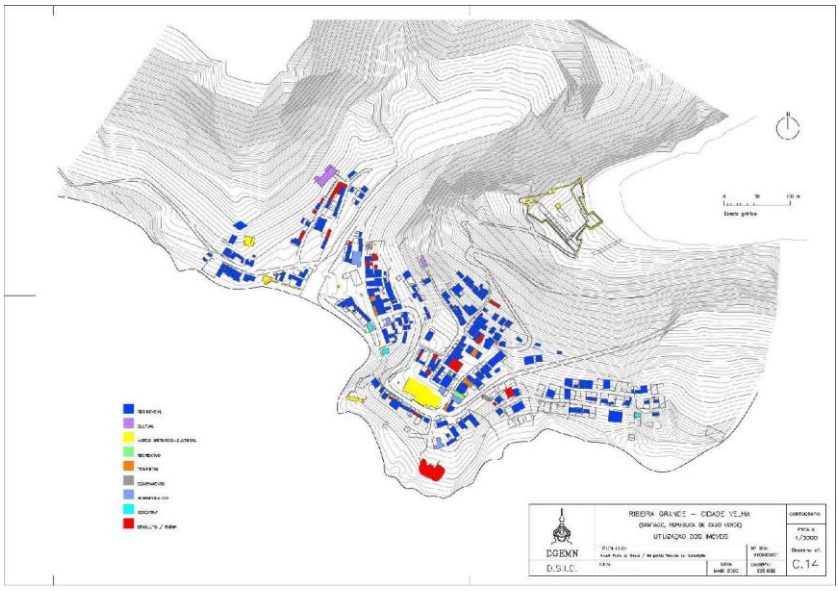


Figura 59 - Desenho de nº C14 intitulado "utilização dos imóveis". Fonte: RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso – a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 2009. 113 f. Tese de Mestrado.

No desenho com o nº C14 intitulado, "utilização dos imóveis", os técnicos do DGEMN classificaram os imóveis e sua utilização do seguinte modo:

Azul real: são imóveis residenciais

Roxo: cultural

Amarelo: marco histórico-cultural

Verde: recreativo

Laranja: comercial

Cinza: equipamento

Azul-turquesa: administrativo

Azul bebe: educativa

Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Vermelho: devoluto/ruína

Apresenta também o estudo mapeado pelo DGEMN, em que estão registados o estado de conservação da fachada destes edifícios, que Ramos caracteriza de *"uma situação estarrecedora"*e "*preocupante para qualquer autoridade no assunto"*. De facto, a imagem da figura nº 61[515] que a seguir apresentamos, dá prova disso.

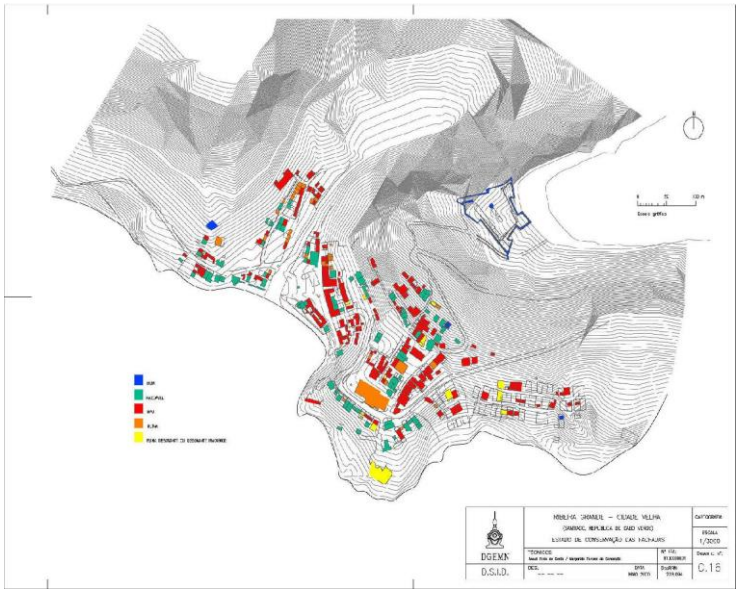


Figura 60- Desenho de nº C16, intitulado "Estado e conservação das fachadas". Fonte: RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso – a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 113f. 2009. Tese de Mestrado.

O desenho de nº C16, intitulado "Estado e conservação das fachadas", apresenta pois dados das fachadas dos edifícios, do conjunto em torno da Cidade Velha, com as seguintes indicações:

Azul: bom
Verde: razoável
Vermelho: mau
Laranja: ruína

[515]Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha – Monumentos. [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. A 25. 0.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Amarelo: ruína dissonante ou dissonante inacabado

O rico património do arquipélago de Cabo Verde é ainda pouco estudado, classificado e inventariado. Rita de Cássia Silva dos Santos Ramos (RAMOS, 2009), lembra que no ano de 1999 é assinado um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Salvaguarda do Ministério da Cultura da República de Cabo Verde e a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nomeadamente DGEMN (RAMOS, 2009). Outro passo de grande importância foi a criação do Ministério de Informação Cultural e Desporto, seguidamente, no mesmo ano, da Direcção Geral do Património Cultural, com objectivo de preservar os bens culturais, em que a intenção era, através de uma acção estratégica, desenvolver projectos que conservassem o património, e simultaneamente alargassem e alavancassem o turismo cultural no arquipélago[516]. É de opinião que compete ao Estado enquanto gestor e depositário do poder económico e político, gestor na promoção da imagem da ilha e Santiago, deve ter a preocupação alargar e dinamizar o turismo na ilha, reforçando-o, de maneira que este resultasse de forma expressiva face à crescente globalização nas economias" (RAMOS, 2009).

Apresenta como um dos desafios do Estado de Cabo Verde a actividade turística voltada para a questão patrimonial, mas afirma que este requer escolhas, exige um conjunto de situações condicionantes específicas tais como: escolhas de operadoras, gestão de parcerias, sendo o estado, o gestor maior na exploração do produto turístico, quebra dos elos fracos que canalize para o enfraquecimento e sucesso do sistema turístico, divulgação do património natural, edificado e sociocultural. Congratula-se com o então Presidente do INIC, Carlos Carvalho, que apresentou a ideia de que a intervenção, além de ser útil e necessária para a reabilitação, deve ser realizada antes que seja tarde, mas que entra em pauta a complexa indústria do turismo cultural e de massa. É de opinião que *"Hoje, já é quase obrigatório visitar a Cidade Velha, quer para os nacionais quer para os estrangeiros, e o seu número é cada vez maior. E isso cria-nos a vontade de fazer cada vez mais, por saber. E isso cria-nos a vontade de fazer cada vez mais, por saber que há pessoas que querem conhecer sua História"*

[516] FREIRE, Verónica dos Reis – A experiência cabo-verdiana do domínio do património. *Africana*. Porto. nº esp. [1] (Set.1993), p. 66. RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso – a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 113 f. 2009. Tese de Mestrado.

(*Cooperação* (Publicação quadrimestral de cooperação portuguesa). Lisboa. A 1, nº 1 (Nov. 2001), p.16) . A este respeito lembra que, sendo o turismo uma actividade de grande relevância na balança comercial dos países, o desafio está directamente ligado à estratégia política de gestão, tais como a defesa e valorização dos recursos naturais, históricos, culturais e humanos, bem como a elaboração de uma política de formação e qualificação dos serviços de intervenção turística, que possam conduzir a uma estratégia de promoção externa, capaz de conquistar clientes e mercados para o segmento proposto, que enquadre com uma política dinâmica, com metas que estimulem o investimento interno e externo para explorar as potencialidades turísticas no cariz do patrimonial da ilha de Santiago (RAMOS, 2009).

A Cidade Velha ou Cidade da Ribeira Grande de Santiago está protegida pelo Governo da República de Cabo Verde, através do Dec. Lei de 8 de Dezembro de 1990. Submeteu-se a uma inventariação levada a efeito pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais - DGEMN sob o nº CV 000101010001, na sequência de um estudo que classificou a Cidade Velha como conjunto no Inventário do Património Arquitectónico Nacional. O estudo realizado revelou que há monumentos que já não existem, e que alguns se encontram em risco. Foi criada uma " carta de risco" que permite nortear e administrar o que ainda existe para não se agravar ainda mais a situação. Nesta carta de risco constam os edifícios classificados como monumentos, incluídos no conjunto da Cidade Velha, a igreja de Nossa Senhora do Rosário do sec. XV e o Convento da Igreja de São Francisco, do sec. XVII. O estudo, de grande impacto para o Governo de Cabo Verde, desenvolvido pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN, consistiu em definir uma metodologia de identificação e criação de uma base de dados com rigor técnico, com vista a credibilizar as informações recolhidas. Antes deste estudo, pouco se podia fazer pois, não havia técnicos formados para gerir um sistema de tão grande impacto (RAMOS, 2009).

Esta preocupação das edilidades locais e do Governo vão de encontro a uma vasta legislação em matéria de preservação do património cultural, em que se inscreve a herança edificada, que vai de encontro aos impulsos internacionais que visam a salvaguarda de edifícios históricos, expressa na Carta Internacional sobre a Conservação

e a restauração de Monumentos Históricos (CIATMH) elaborada em Veneza no segundo Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos monumentos Históricos, que decorreu de 25 a 31 de Maio de 1964. A Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago tem feito um esforço enorme no sentido de preservar os edifícios que têm história, nomeadamente os Monumentos Sacros, bem como as habitações tradicionais, que deve ser continuado, com a introdução de projectos de reabilitação da memória colectiva, a reconstituição da vida quotidiana nesses espaços, uma valência que pode proporcionar um maior incremento do turismo e, em últimas instâncias, o desenvolvimento, na sua acepção mais ampla (SILVA, 2013)[517].

Dedicaremos o capítulo seguinte, ao estudo dos Monumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande, em que indicaremos a localização de cada um e analisaremos o interior e exterior destes monumentos, a sua funcionalidade e a simbologia que representam.

[517] SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis - *A Habitação enquanto Património dos Espaços rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. 2013. 279 f. Tese de Mestrado.

CAPÍTULO IV - Os Momumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago.

Na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, a construção de edifícios religiosos para servirem de espaços de culto dos moradores, tais como ermidas, igrejas e capelas, iniciou-se logo após a descoberta e o assentamento dos primeiros povoadores e com a chegada de missionários (SANTOS, 1995, 371).

A criação da diocese em 1533 teria motivado também a construção de edifícios religiosos. Na capitania com sede em Ribeira Grande foi construída a primeira capela, a Nossa Senhora da Conceição. Na capitania com sede em Alcatraz, área Norte/Leste da ilha de Santiago, doada a Diogo Afonso, existem alguns vestígios da herança arquitectónica de que se destacam a igreja e o adro da igreja de Nossa Senhora da Luz. Esta igreja degradou-se e foi abandonada. Apresentavam-se bastante degradados na 1ª,

2ª 3ª e 4ª imagens da figura 62, presentes em *Monumenta Missionária Africana*[518], tanto o edifício como as portas, que não estão datadas[519]. As imagens porém deixam pressupor que, esta igreja, já bastante danificada, em 1960, não estaria em funções.

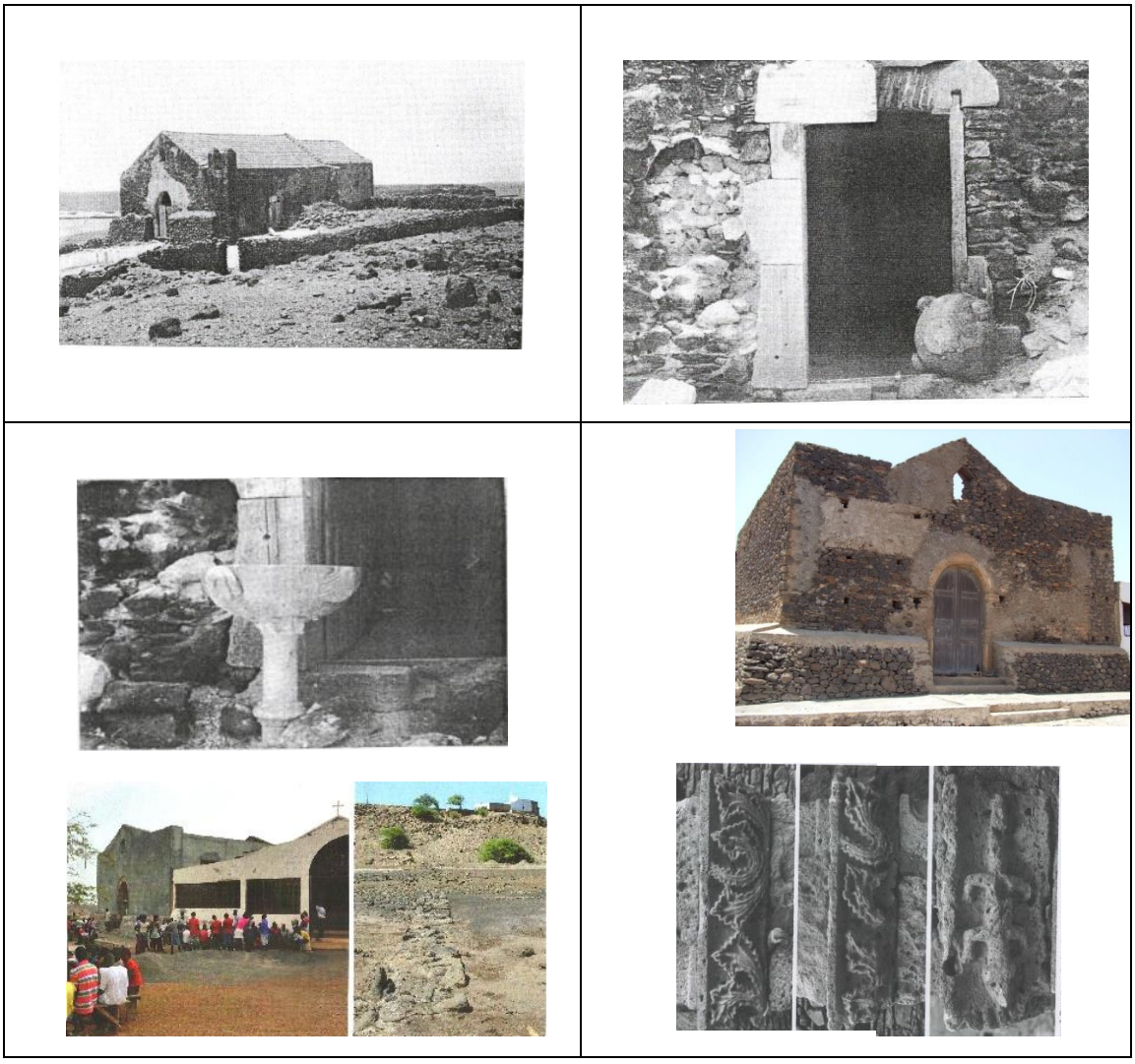


Figura 61 – 1ª Imagem. Alcatrazes (Santiago) - A igreja e o adro da igreja de Nossa Senhora da Luz (1960). Foto de A. Brásio[520]. 2ª Imagem: Porta lateral da igreja de Nossa Senhora da Luz (1960)[521]. 3ª Imagem: Pia Baptismal da Igreja de Nossa Senhora da Luz[522]. 4ª Imagem: A Igreja da Nossa Senhora da Luz. Fonte: Foto de 2013 realizada pela doutoranda, no âmbito do mestrado[523]. 5ª Imagem: Imagem da

[518] BRÁSIO, Pardre António - *Monumenta Missionária Africana*. África Ocidental (1600-1610). Agência Geral do Ultramar. Divisão de publicações e Biblioteca. C.S.Sp. Vol V. Lisboa. MCMLV.
[519] As mesmas imagens têm a data de 1960 nas ilustrações do seguinte documento: NEWMAN, Richard, SORENSEN, Marie Louise Stig, EVANS, Chris – *The Church of Nossa Senhora da Luz*. University of Cambridge. 2012.
[520] Fonte: BRÁSIO, Pardre António - *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1600-1610)*. Agência Geral do Ultramar. Divisão de publicações e Biblioteca. C.S.Sp. Vol V. Lisboa. MCMLV.
[521] Ibidem
[522] Ibidem
[523] Fonte: SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis - *A Habitação enquanto Património dos Espaços rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Tese de Mestrado.169 f. 2013.

antiga e da actual igreja de Nossa Senhora da Luz e da localidade[524]. 6ª Imagem: Pormenor dos frisos das colunas da antiga igreja[525].

A igreja de Nossa Senhora da Luz, já consolidada, ou reconstruída, representada na 5ª imagem da figura 62, numa foto de 2013, demonstra o interesse havido na sua preservação, na actualidade, embora pareça ser uma tentativa de fazer alguns arranjos e não uma consolidação do edifício. A 5ª imagem de 2012 apresenta-a em obras, já totalmente com novo reboco. Com efeito, uma campanha arqueológica teve lugar em 2012, por uma equipa da Universidade de Cambridge, liderada por Newmen, Sorensen e Evans[526] que trouxe à luz elementos relativos à sua construção e às várias fases da reconstrução desta igreja, elementos descobertos após as escavações e pesquisa arqueológica na nave da igreja que foram estudados, assim como pormenores da decoração do interior e do exterior, da pia baptismal, e das sepulturas.

Na Ribeira Grande porém o testemunho do passado histórico é constituído por um conjunto mais significativo de elementos da cultura material e imaterial. Edifícios onde funcionavam os serviços públicos da coroa, edifícios religiosos, os sobrados dos "senhores", e habitações que perfilavam nos dois lados da ribeira acima, bem como edifícios para a manutenção defensiva, davam à então Cidade da Ribeira Grande de Santiago, representada na figura 63.

[524] Fonte: NEWMAN, Richard, SORENSEN, Marie Louise Stig, EVANS, Chris – *The Church of Nossa Senhora da Luz*. University of Cambridge. 2012.
[525] Ibidem
[526] NEWMAN, Richard, SORENSEN, Marie Louise Stig, EVANS, Chris – *The Church of Nossa Senhora da Luz*. University of Cambridge. 2012.



Figura 62 - Imagem da Cidade da Ribeira Grande (sec. XV/XVI). Fonte: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. *[ca. 1635]*. ICON.i. – I.024.D.450. Fonte: Colecção Iconografia – gravura. Cabo Verde. HAU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Estudaremos nesta dissertação os edifícios religiosos, destacando os mais antigos, como as ermidas e capelas, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, que tem sido alvo de estudos e escavações arqueológicas, e o único que ainda presta culto e devoção, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Antes da nossa abordagem a estes elementos da cultura material, faremos alusão à Cristianização e Evangelização das Ilhas de Cabo Verde, enquadramento que permitirá melhor compreender o tema central desta dissertação

1. A Cristianização e a Evangelização das ilhas de Cabo Verde.

Nas primeiras urbes povoadas pelos portugueses no atlântico, procedia-se à construção de *"espaços do sagrado"*, logo no início do povoamento, que podia ser uma simples cruz ou pequenas ermidas e capelas. Para o alimento espiritual havia necessidade de membros do clero. Religiosos foram enviados logo no início da ocupação da ilha de Santiago. Desembarcaram juntamente com os primeiros povoadores, Fr. Rogério e Fr. Jaime, franciscanos do Convento de S. Bernardino da Autoguia, em Lisboa, que eram naturais de Catalunha, segundo fontes narrativas imprecisas registadas por Senna

Barcellos[527], citado na obra *"Igreja, Missionação e Sociedade"*[528]. Estes franciscanos teriam construído um pequeno oratório com materiais locais. D. Biatriz, tutora do administrador geral da Ordem de Cristo, D. Diogo, menor de idade, Duque de Viseu, apresenta ao vigário geral de Tomar o dominicano Fr. João, para servir na ilha de Santiago, não especificando porém a igreja onde pregaria e solicitando àquele vigário a confirmação definitiva deste clérigo. Era capitão-mor Rodrigo Afonso. Ordena o administrador geral que os moradores o obedecessem, pois representava a autoridade espiritual da Ordem de Cristo, e ao contratador Fernão Gomes, que lhe pagasse o ordenado.

A responsabilidade da evangelização das ilhas coube, à Ordem de Cristo[529]. Há notícias da Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre um requerimento do prior do convento de Tomar e geral da Ordem de Cristo, solicitando que os religiosos que se mandassem à Ilha de Santiago de Cabo Verde e às conquistas do Reino, para ensinar a gramática e a doutrina cristã em forma de seminário ou colégio, fossem da sua Ordem, acontecimento datado de 26 de Setembro a 1653, Lisboa (Obs.: m. est.; anexo: breve (traslado de capítulos) (cópia) e traslado do título do definitório[530]. O Papado, devido às lutas contra os Turcos, os Árabes ou Berberes, no Mediterrâneo, às tentativas diplomáticas para unificar as igrejas dissidentes do Oriente e às lutas religiosas surgidas na Europa, concederam ao monarca português o direito de conquistar todos os territórios na posse dos sarracenos, pagãos e infiéis e outros inimigos de Cristo, com vista a que passassem a pertencer ao estado português. Refere-se em *"História e Missionação*" [531] , citado por Maria Emília Madeira Santos e Maria João Santos[532], que este devia administra-los temporal e espiritualmente e que o Papado concedeu à Coroa Portuguesa latos poderes, presentes nas obrigações e deveres, direitos e privilégios às

[527] BARCELLOS, Christiano José de Senna - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* . Vol. I – 1899; Vol. II – 1900, Vol. III – 1905, Vol. IV – 1910. IBN, Documentos.
[528]SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001, p. 370-374.
[529] DIOCESE DE SANTIAGO-História da Igreja em Cabo Verde. [Em Linha]. (s. d.). [Consult. a 03.05.2013]. Disponível em: www.diocesesantiago.cv/?page_id=129
[530] AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 9.
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 257.
[531] BRÁSIO, António - *História e Missionação*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Vol. III. 1973, p. 29 .
[532]SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

missões e instituições eclesiásticas dos territórios descobertos e colonizados, tal como o direito de padroado, que foi concedido à ordem de Cristo, outorgado pelo papa pela Bula *RomanusPontifex* a 8 de Janeiro de 1458[533].

Ao rei de Portugal endereçavam-se as solicitações respeitantes a nomeações ou outras benesses que a Ordem de Cristo proporcionava. Exemplificamos com o *"REQUERIMENTO do médico-cirurgião e físico-mor da ilha de Santiago, João de la Palma, filho de João de la Palma, natural da cidade de Paris, Reino de França, graduado pela faculdade de Medicina pela Universidade de Salamanca e Paris, ao príncipe regente [D. Pedro] solicitando, em consideração dos seus serviços, dois hábitos da Ordem de Cristo e uma tença para as pessoas que casarem com suas duas filhas"*[534]. A Ordem de Cristo tinha a missão de prestar assistência religiosa à população, prover a construção de lugares de culto e enviar o suporte financeiro aos mesmos [535]. Até 1495 o representante da Casa Ducal de Beja, mestre da Ordem de Cristo, tinha a obrigação de enviar eclesiásticos aos territórios descobertos e ocupados.

A obra "Igreja, Missionação e Sociedade" [536] a partir de documentos da época[537] refere que as Ordens Religiosas estavam sob a administração de membros da família real desde a sua fundação. Indica-se que D. Beatriz, tutora de D. Diogo, da Ordem de S. Domingos, enviou Frei João para vigário da capitania de Rodrigo Afonso, nomeação confirmada canonicamente pelo vigário de Tomar. O seu salário estava sob o encargo do rendeiro da ilha, Fernão Gomes. Pouco se sabe sobre os poderes deste vigáriio. É provável que detivesse poderes semelhantes ao vigário da Madeira, autoridade administrativa e religiosa, pelo que a interferência de civis, nomeadamente dos capitães, era elícita. A manutenção do aparelho eclesiástico, o envio de missionários e a construção de igrejas foram confiados a partir desta data aos membros da casa de Avis,

[533] HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE. 2ª Edição. Vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[534] AHU-Cabo Verde, cx. 6, doc. 82. Obs.: docs. cosidos; anexo: informação (minuta) e docs. Comprovativos. AHU_CU_024, Cx. 6, D. 477.
[535] BRÁSIO, António - *História e Missionação*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Vol. III. 1973, p. 108.
[536] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[537] ANTT, Convento de Cristo de Tomar, códice B-51-52, fl. 22. In HGCV – CD, documentos 12 e 13, de 15 de Outubro de 1473, p. 41 e 43. In SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

governantes e perpétuos administradores da Ordem de Cristo. A D. João II, rei de Portugal, é concedido, pelo Papa, em 1550, a administração das Ordens de Santiago e Avis por falecimento de seu filho natural D. Jorge Lencastre. Pela bula de *Praeclaracharissimi* de 30 de Dezembro, os mestrados das três Ordens militares, Ordem de Cristo, Ordem de Santiago e Ordem de Avis, e respetivos bens, são incorporados à coroa portuguesa, pelo que o rei e os seus sucessores detinham a direção dos mesmos, como grão-mestres e administradores perpétuos. Assim, as ligações estreitas das igrejas ultramarinas com o reinado percebem-se, dado à espiritualização do poder político do Antigo Regime. A igreja católica intervinha não só na apresentação de dignidades e curas de igrejas mas também no pagamento dos clérigos, na fundação e dotação de novas igrejas, conventos ou outras instituições religiosos, na iniciativa de novas missões, sendo o rei o destinatário da maior parte das reivindicações e invocações do corpo eclesiástico ultramarino, que dependia portanto da coroa portuguesa. No topo da pirâmide estava o rei que intervinha e tutelava toda a atividade eclesial do arquipélago de Cabo Verde[538].

O Capítulo II , "Notícia da Erecção do Bispado de Cabo Verde, e dos Ex.mos Bispos que nele têm havido até ao presente tempo", da obra, NOTÍCIA COROGRÁFICA E CRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE[539], refere que o Bispado de Cabo Verde foi erigido pelo *"Senhor Rei Dom João III"* em 3 de Novembro de 1532, e confirmado pelo Sumo Pontífice, Clemente VII. Foi o segundo Bispado que teve Portugal no Ultramar, sendo o primeiro, o da Ilha da Madeira no ano de 1514 a que Cabo Verde era sufragâneo *"até que pouco depois se passou para a metrópole de Lisboa"*[540]. Depois deste se erigiram o de Angra, na Ilha Terceira, e o de S. Tomé, no ano de 1557; Os de Goa, Malaca e Cochim, na Índia, no ano de 1557; O de Angola, no

[538]SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*, 2ª Edição vol. II, Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001.

[539] NOTÍCIA COROGRÁFICA E CRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE (apresentação, notas e comentários por António Carreira). Edição do Instituto Caboverdeano do Livro. Lisboa. 1985.

[540] O Título do capítulo II, "Notícia da Erecção do Bispado de Cabo Verde, e dos Ex.mos Bispos que nele têm havido até ao presente tempo" da obra "NOTÍCIA COROGRÁFICA E CRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE, refere-se aos Anais do Conselho Ultramarino, parte não oficial, 2ª série, de Fevereiro de 1859, p. 91, onde foi publicado o Catálogo dos Bispos de Cabo Verde até aí, sendo 23 no total, que estão nos Apensos da mesma obra. Fonte: NOTÍCIA COROGRÁFICA E CRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE (apresentação, notas e comentários por António Carreira). Edição do Instituto Caboverdeano do Livro. Lisboa. 1985, p. 39.

ano de 1596; os do Brasil no ano de 1676, e os do Pará e Mariana, no ano de 1720. O Cabido da Catedral de Cabo Verde foi formado com 17 dignidades: deão, chantre, arcedíago, tesoureiro-mor e mestre-escola, cada um com a côngrua de 16 000 réis, e 12 cónegos com a côngrua de 12 000 réis cada um. Esta erecção foi feita antes do Concílio Tidentino, e por isso conservou sempre o privilégio de cabido isento, mantendo-se, os capitulares, na posse de nomear, todos os anos, deputados do mesmo corpo, para que, juntos com o vigário-geral, procedessem nas causas criminais do mesmo[541].

Documentos acerca da primeira fase do povoamento e a afectação dos religiosos às ilhas de Cabo Verde são raros. Informam também, que os religiosos tinham de ensinar a doutrina e propagar a fé como consta da Consulta que se refere ao Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, de 19 de Março de 1653, Lisboa, sobre o "*requerimento dos oficiais da câmara da Ilha de Santiago de Cabo Verde, pedindo que fossem enviados para aquela ilha religiosos da Companhia [de Jesus] ou outros religiosos em seu lugar, para a propagação da fé e o ensino da doutrina"* [542]. Foram também enviados religiosos da Ordem de S. Francisco como refere a *CARTA dos oficiais da câmara da cidade da Ribeira Grande, da Ribeira Grande, ilha de Santiago de Cabo Verde, ao rei D. Afonso VI, de 4 de Maio de 1657, regozijando-se com o envio dos religiosos da Ordem de São Francisco, chamados da Piedade, e informando do local onde ficaram instalados e das esmolas que se tributaram para o seu sustento enquanto não se consignavam suas ordinárias; enviaram o acto de aclamação a D. Afonso VI*[543]. Uma outra alusão aos religiosos da Ordem de S. Francisco está presente na *CARTA do governador de Cabo Verde, Pedro Ferraz Barreto, ao rei [D. Afonso VI], de 9 de Maio de 1657, sobre a chegada dos oito padres capuchos da Piedade às ilhas de Cabo Verde; as dissensões entre os membros do cabido pela ausência, desde há muitos anos, de um Bispo; da conveniência de se enviar um homem eclesiástico, de letras e virtude do Reino, para o governo do cabido da Sé de Santiago*[544].

[541] NOTÍCIA COROGRÁFICA E CRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE (apresentação, notas e comentários por António Carreira). Edição do Instituto Caboverdeano do Livro. Lisboa. 1985, p. 39.
[542] AHU-Cabo Verde, cx. 5, Doc. 4.
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 250.
[543] AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 57.
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 295.
[544] AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 64 e 65.
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 301. Anexo: carta (2ª via), relação.

Em 1608 publica-se o alvará para se fundar uma Casa Professa de Religiosos da Companhia de Jesus. Em 1621 havia na cidade *"até 200 casas de Portugueses mercadores"*, uma residência dos Padres da Companhia, a Casa da Misericórdia e o Hospital. Após a sua instalação, a Companhia adequiriu bens na cidade pelo que quando em 1626 se providenciou a "Relação dos bens imóveis e propriedades dos Padres da Companhia" com a sua respectiva localização havia: *"casas em que vivem com uma ermida [...] sitas sobre o mar", além de outras que alugam (Bairro de São Brás), "casas e horta do seminário que V. Magestade lhes deu", que também alugam (junto a Nossa Senhora da Conceição), todo o Bairro de São Pedro e a Aldeia dos Sapes, duas hortas e "uma fazenda grande a duas léguas desta cidade" (Carta da Câmara da Ribeira Grande a Filipe III)*[545].

Não raras vezes o cabido ficava desprovido de Bispo como refere a carta de 9 de Maio de 1657:*"CARTA do governador de Cabo Verde, Pedro Ferraz Barreto, ao rei [D. Afonso VI] sobre a chegada dos oito padres capuchos da Piedade às ilhas de Cabo Verde; as dissensões entre os membros do cabido pela ausência, desde há muitos anos, de um Bispo; da conveniência de se enviar um homem eclesiástico, de letras e virtude do Reino, para o governo do cabido [da sé de Santiago]"* [546]. Pelo falecimento de um Bispo aguardavam por muito tempo a sua substituição pelo que os moradores e governantes solicitavam o envio destes religiosos, muitas vezes fazendo valer as vicissitudes por que passava a cidade devido à falta de bispos e religiosos. A 5 de Maio de 1674 uma carta dos oficiais da câmara da cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago é dirigida ao príncipe regente D. Pedro "*informando da morte do Bispo de Cabo Verde, frei D.Fabião dos Reis, a nove de Fevereiro do mesmo ano, na mesma cidade, a nove meses de seu Bispado; e solicitando que a prover um novo prelado e recaindo sobre um religioso, que a eleição fosse de entre os religiosos da Província da Piedade"*[547].

[545] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 2. 000. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*

[546] AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 64 e 65
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 301. Anexo: carta (2ª via), relação.

[547] AHU-Cabo Verde, cx. 6-A, doc. 152 e 106. (Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS MISTAS, Cod.17, fl.147; anexo: despacho).

Após a separação da diocese da Madeira, muitos bispos, denominados pelo reino, não chegarama residir na Ribeira Grande, quando esta foi nomeada sede da diocese da África Ocidental em 1533. Muitas vezes os bispos que residiram na cidade envolviam-se em disputas com os poderes locais, que acrescida à distância ao reino fez com que perdessem interesse e regressassem ao reino. A carta[548] do Bispo de Cabo Verde, frei D. António de São Dionísio de 13 de Julho de1684, ao rei D. Pedro II, por exemplo, dava conta da difamação de que era alvo por parte do Deão da Sé de Santiago e do padre Estevão Freire. Informava também sobre *"o novo governador, Inácio da França Barbosa, do ouvidor-geral, Luís Rodrigues Belo e levantando suspeições sobre as patacas adquiridas pelo ex- governador, Manuel da Costa Pessoa; advertindo do estado de degradação da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, na vila de [S. Filipe], ilha do Fogo; queixando-se da sua situação, do que tem feito para as ilhas e os dinheiros que tem despendido na oferta de cálices às igrejas das ilhas Maio e Boavista, furtados por um corsário inglês, e nas obras da igreja de Cacheu; informando acerca da devassa tirada ao vigário da ilha do Fogo sobre quem pede medidas punitivas; comunicando sobre o antigo capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, Cristóvão de Gouveia [e Miranda], da sua atitude, após sindicância feita pelo ouvidor-geral, Francisco Pereira"*. Esta carta informava ainda *"da chegada de Cacheu do mestre João Gomes e da morte das peças mandadas buscar àquela povoação; da perda geral que teve a ilha de Santiago com aquelas importações, bem como o governador Inácio de França Barbosa, o antigo governador Manuel da Costa Pessoa e as pessoas envolvidas nos fretes; e sobre o regresso à Corte do prefeito das missões da Serra Leoa das ilhas de Cabo Verde, frei António de Truzillo".*

Um outro exemplo de contendas entre o poder local e o poder secular, pode ser notado na consulta (reformada) do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, de 15 de Abril de 1687, de Lisboa, sobre uma carta do ouvidor-geral de CaboVerde, Luís Rodrigues Belo, que se referia a um inventário que fez por morte do Bispo, Frei D. António de São Dionísio e *"sobre o incidente que houve neste particular em fazer valer e cumprir o*

AHU_CU_024, Cx. 6, D. 542.

[548] AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 25.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 576.

testamento deixado pelo defunto uma vez que o procurador da Mitra reclamava para si e para os ministros seculares o direito de administração e inventário daqueles bens, fazendo-os reverter a favor da igreja e reservando-os ao futuro Bispo sucessor"[549].

Os Jesuítas e os Franciscanos que se estabeleceram-se, em Cabo Verde, no séc. XVII, tiveram os mesmos problemas e acabaram por regressar também. A chegada dos padres da Companhia de Jesus em 1604, missão planeada durante a segunda metade do séc. XVI gorou-se pois, devido às tais hostilidades dos poderes locais e pela faltas de verbas, tendo optado por um sistema de autosustentação, baseado em aquisição de imóveis, terras e bens de raiz. O objectivo desta missão, a instalação de um seminário não se cumpriu devido a estas dificuldades. Passaram a deslocar-se cada vez mais à costa da Guiné. Enceraram a missão em 1642. Os Franciscanos, ordem mendicante, que substituiu os Jesuítas por volta da metade do mesmo século, integraram-se melhor na complexa sociedade daqueles tempos. Em 1640, Joana Coelha, nobre e natural da ilha de Santiago havia feito uma doação para a fundação e sustento do Convento de São Francisco[550]. Construiram uma igreja e um convento, onde residiram durante cerca de duzentos anos. No entanto, em 1754, o dormitório do Convento de São Francisco é destruído por um grande temporal. O Bispo D. Pedro Jacinto Valente abandona a sede do Bispado e fixa residência na ilha de Santo Antão.

Com a parcial ausência de bispos ao longo do séc. XVII, devido às dificuldades criadas pela aclamação de D. João IV e o declínio da Ribeira Grande após o ataque do corsário francês Jaques Cassard em 1712, originou a ausência de bispos ao longo do séc. XVII. Alguns s bispos decidiam residir fora da cidade, retirando-se à sua residência na Trindade. Em meados do século preferiram deixar definitivamente a Ribeira Grande, transferindo a sua sede para as ilhas de S. Nicolau e de Santo Antão, até à data em que a

[549] AHU-Cabo Verde, cx. 7- A, doc., cx. 7, doc., 64 e 51 (Observação: (ver AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls. 47v - 48, anexo: consulta e carta).
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 613.

[550] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 2000. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

sede do governo e da diocese da Ribeira Grande foi transferida para a cidade da Praia, em 1769[551].

As doações que se destinavam à Ordem de Cristo foram conferidas à Ordem dos Franciscanos, conforme o decreto de 11 de Dezembro de 1658: *DECRETO da rainha regente D. Luísa de Gusmão ordenando ao Conselho Ultramarino, que desse as ordens necessárias à Fazenda Real para que, na ilha de Santiago de Cabo Verde, se fizesse doação em dinheiro aos religiosos da província da Piedade para seu sustento e para o hospício, e cessasse a contribuição até então dada aos religiosos da Companhia [de Jesus]*[552]. No entanto, mais tarde, a provisão de confirmação dos Capuchos passou a ser da responsabilidade de Lucas de Abreu a 8 de Março de 1663, como se refere a seguir: *DESPACHO do Conselho Ultramarino mandando passar provisão de confirmação de padroeiro da capela more convento dos religiosos dos Capuchos de Cabo Verde, a Lucas de Abreu, obrigando-se-lhe às ordinárias que têm aqueles religiosos e sua sustentação*[553]. Há também notícias de um requerimento em que Frei Salvador Taveira, presidente do convento dos capuchos solicita esmola e malotagem a D. Pedro, príncipe regente da coroa portuguesa: *REQUERIMENTO do presidente do convento dos capuchos da Piedade da ilha de Santiago de Cabo Verde, frei Salvador Taveira, ao príncipe regente [D. Pedro] solicitando para si e para os religiosos do convento, do qual é também perceptor, esmola e matalotagem*[554].

Havia a obrigação de construir espaços de culto. Documentos[555] da época indicam que procedeu-se à construção da igreja do Espírito Santo em Ribeira Grande entre 1466 e

[551] XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[552] AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 91.
AHU_CU_024, Cx. 4, D. 324.

[553] AHU-Cabo Verde, cx. 5 – A, doc.137.
AHU_CU_024, Cx. 5, D. 362.
[ant. 1671, Outubro, ou 6]

[554] AHU-Cabo Verde, cx. 6, doc. 53. (Anexo: requerimentos).
AHU_CU_024, Cx. 5, D. 449.

[555] ANTT; CC, 1-12-120. Documento 80, de 22 de Maio de 1513. In SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

1470, por iniciativa de D. Fernando onde, segundo Senna Barcellos[556], muito cedo se prestou culto a Santo António, cuja imagem foi levada a esta cidade por Pêro de Guimarães, conforme informações fiáveis[557], citadas pelos mesmos autores. Outro documento[558] informa que D. Manuel, rei pio e piedoso, havia mandado construir um hospital, obra pia[559].

As dízimas sob a produção do arquipélago e das alfândegas bem como os legados de particulares, feitos ainda em vida ou doados em testamento, os bens dos residentes que faleciam sem testamentos ou sem herdeiros, constituíam a principal receita para a construção, manutenção e assistência económica dos lugares de culto e das obras pias. A arrecadação da dízima eclesiástica era feita a par dos outras impostos que revertiam para a coroa, e portanto, dependia da estrutura fiscal-financeira adoptada na altura. Citando documentos da época (ANTT, CC, II-93-105, 106 e 107, de 10 de Janeiro de 1521. Publicado *in* HGCV – CD, documento 65, de 16 de Fevereiro de 1537, p. 173)[560] os autores explicam que o almoxarife cuidava de arrecadar o tributo da igreja cedido à Ordem de Cristo e encarregava-se, alternando-se com o rendeiro, ao pagamento do eclesiásticos e das despesas da igreja. Citando C.R. Boxer, O Império Colonial Português, p. 259, refere que a dízima seria completada com subsídios, pensões ou outras formas de pagamento feitas ao almoxarife[561]. Citando ANTT, Livro das ilhas, fls. 131 v.ª – 133, informam que as doações de particulares, como os bens dos defuntos abintestados, eram uma fonte de rendimento para a igreja, bem como as obras pias, reconvertidas em capelas. Estes eram vínculos eclesiásticos explorados por um administrador que recebia uma renda fixa, ou então eram transformados em construções autónomas ou integrados em igrejas, como é o caso da capela mandada construir por

[556] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[557] ANTT; CC, 1-12-120. Documento 80, de 22 de Maio de 1513. In SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[558] ANTT, Chanc. D. Manuel, liv. 29, fl. 15. Documento 39, de 30 de Junho de 1497, p. 109. In SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[559] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374, In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[560] Ibidem
[561] Ibidem

Rodrigo de Vilharam na igreja do Espírito Santo da então vila de Ribeira Grande, na qual *"lhe cantassem todollos dias huma missa rezada e lhe fizessem çertas despesas e esmolas e dote"*[562].

Documentos da época (ANTT, CC, II-93-105 e 107) explicam que com a criação do bispado de Funchal em 1514, que abrangia as ilhas atlânticas e terras subordinadas à ordem de Cristo, Cabo Verde deixou de pertencer à jurisdição de Tomar, passando a depender daquele. O bispo provido enviava um visitador em seu nome para se inteirar da comunidade eclesiástica e das igrejas. Documentos coligidos no ANTT, CC, II-93-106, de 10 de Janeiro de 1536, indicam que em 1521, Frei João Perdigão, que desempenhava estas funções, pago por Álvaro Rodrigues, cujo salário subira de 15 000 reis para 17 250 reis, era assistido por Bastião Nunes, que o auxiliava a ministrar os sacramentos e a rezar os ofícios. O ordenado era pago anualmente. O pagamento dos salários dos eclesiásticos e o suporte financeiro para a construção das igrejas continuou a ser coberta pela coroa portuguesa[563]. A consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II de 17 de Janeiro de 1685, faz referência a um requerimento de réplica do Bispo de Cabo Verde, Frei D. António de São Dionísio,

> *"solicitando que à provisão que lhe fora dado para que se fizesse o pagamento de tudo o que lhe estivessem devendo de sua côngrua pelos direitos dos navios castelhanos que fossem à ilha de Santiago, e na falta deles, pelas barafulas em depósito de Cacheu desde que apresentasse declaração em como não recebeu das consignações dos dízimos da ilha de Santiago e dos das ilhas de Barlavento e certidão em como não houve sobejos na ilha da Madeira, onde se lhe consignaram seus ordenados, se dessem ordens para que daquela provisão se excluísse a cláusula e condição que se impôs demostrar certidão em como não fora pago dos rendimentos daquela ilha, e fosse pago pelos dinheiros dos direitos do depósito de Cacheu"*[564].

Os autores de *"Igreja, Missionação e Sociedade"*[565], referem ainda que foi criada diocese de Cabo Verde pela bula *Pro Excelellentiem* em 1533, e o provimento de D.

[562] Ibidem
[563] Ibidem
[564] AHU- Cabo Verde, cx. 7, doc. 39. Nesta há a seguinte observação: (ver AHU_CU_CONSULTAS DE PARTES, Cod. 49, fls.138v-139; anexo: consulta de 14 de Novembro de 1684). AHU_CU_024, Cx. 7, D. 586.
[565] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

Bráz Neto, como bispo de uma área geográfica vasta que englobava o arquipélago, a costa ocidental africana, do rio da Gâmbia ao cabo das Palmas e rio Santo André. Referindo-se à "História da igreja em Portugal" os mesmos autores indicam que não chegou a tomar posse por ter sido nomeado embaixador da Corte Portuguesa junto ao rei da França. O segundo prelado foi D. João de Parvi, confirmação outorgada por Paulo IIIº a 23 de Setembro de 1538, mas faleceu a 29 de Novembro de 1546, e que, no intervalo entre a morte deste e a nomeação de um novo bispo, o vigário do bispado, Frei Gaspar da Silveira, da Ordem de S. Domingos, dava conta ao monarca, em várias cartas, da riqueza da terra e da penúria das igrejas e do hospital, queixando-se que o rendimento que devia erigir e suportar as igrejas e manter o hospital era utilizado no trato de escravos, beneficiando particulares, e não o culto divino ou a assistência aos necessitados. Referem ainda que o terceiro bispo, D. Frei Francisco da Cruz, da Ordem dos Cónegos Regrantes, chegou à ilha depois de 1552 e foi o responsável pela construção da Sé, da casa da Misericórdia e do Paço Episcopal (Fortunato de Almeida - *História da igreja em Portugal*. T. II, liv. 2. Imprensa Académica. Coimbra. 1912, p. 972) [566].

A Bula do Papa Nicolau V[567] concede a faculdade ao rei de Portugal, D. Afonso V e aos seus sucessores, de realizar a "escravidão" sobre os sarracenos, os infiéis e os pagãos. Reescrevemos parte da Bula *"Dum Diversas"* promulgada a 18 de Junho de 1452 em Roma, e teve o cuidado de sublinhar o que vem a negrito:

> *"Nós, portanto, consideramos que os fiéis de Cristo devem resistir não só com a constância, mas também com a força, aos que insurgem contra a fé católica e intentam destruir a relegião cristã; (...) Nós, que unidos pelo comum amor divino, apelados pela caridade dos cristãos, obrigados pelo grave dever de cuidar daquilo que se refere à integridade e ao crescimento da fé pela qual Cristo, nosso Deus, derramou seu sangue, e querendo incutir seu vigor no ânimo dos fiéis e consolidar tua majestade régia neste santíssimo propósito* ***pelo teor das presentes letras te concedemos a faculdade de invadir, apoderar-se, derrotar e subjugar os sarracenos, os pagãos e outros infiéis, e escravizar***

[566] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, p. 370-374. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.
[567] VASHETTO, Bernardo P.O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) - à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.

os inimigos de Cristo[568]*, onde quer que estejam constituídos, seja em reinos, Ducados, Comunas, Principados e outros domínios, com terras, lugares, vilas, acampamentos e quaisquer outras posses, bens móveis e imóveis, constituindo em qualquer coisa ou denominadas com qualquer nome, detidos pelos mesmos sarracenos, pagãos infiéis, inimigos de Cristo e possuídos seja lá por quem for, seja príncipes, Ducados, Comunas, principados e outros domínios, como terras, lugares, vilas, acampamentos e posses, e de se apropriar e aplicar em perpétuo para ti e para os teus sucessores que forem Reis de Portugal e esses reinos, Ducados, Comunas, Principados, (p. 110) e outros domínios e posses dos mesmos, convertendo tudo isso para uso e utilidade tua e de teus sucessores com plena liberdade* (p.111*). Com esta premissa se desenvolveu rapidamente, a triste história da escravidão, na Costa Ocidental da África, antes do achamento das ilhas de Cabo Verde* (VASHETTO,1987,110 - 111) [569].

Retomando e citando o que o Padre Brásio[570] havia dito, escreve :

"Se o arquipélago se nos apresenta tão vário no aspecto, aliás fundamental, do povoamento humano (...) quer quanto ao elemento empregado quer quanto à data de fixação, desde os colonos italianos, algarvios, açorianos e madeirenses, até ao elemento guineense – este mesmo tão profundamente diferenciado – a sua evangelização sofreu inevitavelmente as consequências insuperáveis da precariedade do elemento étnico, dificuldades estas ainda de outras de primordial e específica importância: a dispersão das ilhas, privadas de meios normais, intensos e regulares de comunicação mútua, a carência crónica de missionários em número e qualidade, quer filhos da terra, quer vindos da metrópole"[571].

Afirma ainda que esta crise pode dizer-se endémica desde o descobrimento até hoje, acrescentando: "*O historiador e o missiólogo encontram-se ainda embaraçados, como talvez em parte nenhuma, para poderem seguir desde o início o processo catequisador do arquipélago, de 1460 até aos nossos dias"* (VASHETTO,1987, 227e 228). Reportando à estada dos religiosos da Ordem de Cristo, é de sublinhar que a

---

[569] VASHETTO, Bernardo P.O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) - à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.p. 110-111.

[570] BRÁSIO, Padre António – História e Missionação. Instituto de Investigação Científica de Angola. Vol. III. 1973, p. 23. In[570] VASHETTO, Bernardo P.O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) - à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.

[571] VASHETTO, Bernardo P.O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) - à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.

responsabilidade evangelizadora das ilhas pertenceu, desde os descobrimentos, à Ordem de Cristo. *"Em 7 de Junho de 1454 doava D. Afosno V à Ordem " Toda(a) espiritual administraçom e jurisdiçom" do mesmo modo que esta a tinha em Tomar, cabeça da mesma Cavalaria, sobre todas as praias, costas, terras e ilhas, conquistadas ou a conquistar no futuro, com a expressa obrigação de mandar "prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores que lhes ministrem os eclesiásticos sacramento* (VASHETTO,1987, 228) *"*. Nicolau V autorgou, pela bula Romanix Pontifex, em Janeiro de 1455, o que lhe fora suplicado pelo rei D Afonso V e D. Henrique, concedendo-lhes perpectuamente a posse material dos portos, terras, ilhas e mares já havidas ou a conquistar, desde os Cabos Bojador e Não, até aos Índios, com expresso poder de legislar, impor tributos e penas, edificar mosteiros e igrejas, reduzir os infiéis a perpétuo cativeiro,*"autorgando o privilégio de padroado espiritual, de que fala a carta afonsina de 7 de Junho de 1454. Cinco anos depois eram descobertas as ilhas"* (VASHETTO,1987, 228).

Acerca do século XV informa Vashetto que há raríssimos documentos, dado que o terramoto de 1755 destruiu, em Lagos, documentos da Casa da Guiné e os documentos preciosos da Casa da Mina. Os documentos que existem do sec. XVI ao sec. XVIII, pertencentes à Chancelaria da Ordem de Cristo, são referentes a meados do sec. XVIII (VASHETTO,1987,229). A respeito da fundação da Diocese de Cabo Verde refere que em 20 de Maio de 1532 D. João III enviou seu embaixador D. Martinho de Portugal para Roma para solicitar a fundação da Diocese de Cabo Verde. A Súplica de D. João III, cognominado o Piedoso, ao Papa Clemente VII, foi a 20 de Maio de 1532 para a criação de Bispados entre os quais o de Santiago. São criados também o Arcebispado do Funchal, da cidade de S. Jorge da Mina, nas partes da Guiné, e da cidade de Goa, na Índia (VASHETTO, 1987, 236).

Fontes narrativas imprecisas citadas na mesma obra[572], mencionadas por José de Senna Barcelos[573], referem que entre os primeiros povoadores, chegaram a Santiago, Frei Rogério e Frei Jaime, franciscanos do Convento de S. Bernardino da Autoguia de

[572] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2001. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia.
[573] SENNA BARCELLOS - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, p. 101-104.

Lisboa, naturais da Catalunha. Teriam construído, com materiais locais, um pequeno oratório. Senna Barcellos refere que na ilha do Fogo foi construída a igreja de S. Filipe, para onde foram enviados vários objectos de culto[574].

Em l508 estava já construída na Ribeira Grande a igreja do Espírito Santo, e em l526 dava-se início à construção da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora,[575] na vila de Praia de Santa Maria. Até à presente data, não há dados arqueológicos que permitem datar com fidelidade as primeiras construções e edifícios religiosas, segundo os investigadores. Senna Barcelos, citado por Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares[576], refere que a Igreja do Espírito Santo erigida na Cidade da Ribeira Grande de Santiago teria sido mandada construir entre 1466 e 1470, por iniciativa de D. Fernando e estaria já concluída, por volta de 1500, assim como a Igreja de S. Filipe na ilha do Fogo, pois em 1503 Rodrigo Vilharan deixa consignados vários bens para a ornamentação destas igrejas. Tudo leva a crer que o povoamento destas ilhas justificava a construção destes edifícios. Os encargos da construção e da dotação teriam pertencido à Ordem de Cristo, coadjuvado pelas dotações pias da sociedade local da época. Esclarece ainda que em 1493 D. Manuel, administrador da Ordem de Cristo, envia ao contador do mestrado desta, uma lista de objectos litúrgicos às igrejas existentes em Santiago e Fogo, entre os quais vestimentas, galhetas, um retábulo de S. Filipe, uma pedra de altar, castiçais, cálices, etc. Nesta altura outros edifícios religiosos teriam já sido construídos nos núcleos populacionais, como era a tradição. Membros do clero oficializavam os actos litúrgicos e sacramentais.

Reportando à missão dos capuchinhos em Cabo Verde é de referir que os Capuchinhos fazem parte de uma das três famílias da primeira Ordem Franciscana e uma das cinco ordens religiosas mais numerosa da igreja católica. É também fruto da Reforma, iniciada em 1525, pelo franciscano observante Mateus de Bascio, em Camerino, Ancon,

[574] ANTT; Chanc. D. Manuel, liv. 29, fl.15. *In* BARCELLOS, Christiana José de Senna - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* (Apresentação, notas e comentários de Daniel a. Pereira). IBN, Documentos. 4 Volumes. 2ª Edição. Documento 31, de 3 de Março de 1493, p. 81.

[575] Diocese de Santiago: História da Igreja em Cabo Verde. [Em Linha]. (s. d.). [Consult. a 03.05.2013]. Disponível em: www.diocesesantiago.cv/?page_id=129

[576] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001.

Itália, por Júlio de Médicis[577]. O Papa Clemente VII, Júlio de Médicis de seu nome próprio, foi o mesmo que criou a diocese de Santiago de Cabo Verde, aprovou a nova reforma com a Bula "Religionis Zelus", no dia 3 de Julho de 1528, em Viterbo, Itália. Após o Concílio de Trento, época da renovação da igreja, os Capuchinhos foram, ao lado dos Jesuítas, os pioneiros da apologia católica. Como missionários espalharam-se pela Europa, África, Ásia, e América (VASHETO, 1987, 265). Em Portugal, os capuchinhos estabeleceram-se no sec. XVII, vindos da França e da Itália, embora sem organizar Províncias. Eram conhecidos sob o nome de "Barbadinhos". Fundaram em Lisboa os Hospícios de Santo Amaro (1647-1837) e de Santa Engrácia (1689-1834), que foram, até à supressão das Ordens Religiosas, o quartel general da actividade missionária no antigo Congo (agora Zaire) e Congo (Brazaville)[578].

Vacheto apresenta a Acta de Propaganda Fide[579], de 5 de Novembro de 1636, da consulta que fez a APF, Acta, ANNO 1636-1637, vol. 12 p. 183, 5 de Novembro de 1636: "O iminentíssimo Senhor cardeal de Santo Onófrio (Onofre) que tinha ordenado *suspender a missão dos Frades Capuchinhos de Normandia às Ilhas de S. Cristóvão e Cabo Verde*, revogando aquela suspensão, ordenou o envio de uma carta já escrita para a mesma missão *pelo Delegado do Rei Cristianíssimo, que havia suplicado.*" O cristianismo estava pois ligado ao colonialismo*: "a cruz andava ligada à espada"*. No Capítulo "Confronto da Diocese de ontem e de hoje, no item 1 – O cristianismo no tempo do colonialismo Português, Vacheto acrescenta – *"Acerca do Colonialismo Português, devemos lembrar "O Padroado", "A concordata" e "O Estatuto Missionário". Padroado – conjunto de direitos e deveres que a Santa Sé de Roma*

577 VASHETTO, Bernardo P. O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.

578 O primeiro Capítulo Geral dos Padres Capuchinhos realizou-se em Albacina (Ancona), no ano de 1529, com 30 religiosos, sendo Ministro Geral Frei Bernardino de Asti. Fonte: VASHETTO, Bernardo P. O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987, p. 291.

579 Entre 1640 3 1670, 30 anos em que Portugal e Espanha estavam em contenda, este não querendo reconhecer a independência de Portugal, Santiago ficou 26 anos sem que as vagas fossem providas. Em 1622 foi fundada a congregação de "Propaganda Fide" com sede em Roma para ocupar-se de assuntos sobre a evangelização dos povos. Promoveu a ida de missionários para a Índia, a China e a África Ocidental. Fonte: VASHETTO, Bernardo P. O.F. M. Cap. - Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700). Edição Farol. Boston. 1987.

reconheceu a Portugal e à Espanha, motivados pelos esforços desenvolvidos por estes dois Países para a dilatação da fé cristã nos novos mundos"[580].

O "Padroado" era uma espécie de "Concordata", na qual as duas partes – A Santa Sé e os reis de Portugal e Espanha – se obrigavam mutuamente para a dilatação da fé. Os direitos e deveres, no que se refere ao Padroado Português, estão consignados em várias Bulas e Breves Pontifícios, desde o Papa Nicolau V (1452) e Paulo III (1534). Entre 1640 3 1670, 30 anos em que Portugal e Espanha estavam em contenda, este não querendo reconhecer a independência de Portugal, Santiago ficou 26 anos sem que as vagas fossem providas. Em 1940 foi assinado a concordata entre a Santa Sé e o Vaticano, a 7 de Maio de 1940 - era o 8º Centenário da independência e o 3º centenário da Restauração em 1640 após o domínio de 60 anos pelos Reis Espanhóis sob a coroa portuguesa. O documento foi elaborado com a finalidade de *"Regular, por mútuo acordo e de modo estável, a situação jurídica da igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado"* (VASHETO,1873, 291). Na mesma data foi assinado o *Acordo Missionário* com a doutrina e as disposições concordatárias a serem aplicadas aos territórios ultramarinos portugueses. Vacheto apresenta um resumo de alguns artigos: - *as missões católicas podem expandir-se livremente, para exercerem as formas de actividades que lhes são próprias* (art. 15); *Os Bispos, os vigários e Perfeitos Apóstólicos seriam todos de nacionalidade portuguesa* (art. 3º), devia ser *"ser cidadão português originário ou naturalizado*"; o pessoal missionário seria, em princípio, de nacionalidade portuguesa, mas, quando não os houvesse em número suficiente, "*Ordinários podiam chamar pessoal estrangeiro, obtido prévio acordo da Santa Sé e do Governo Português* (art. 2º)"; antes de proceder à nomeação a Santa Sé comunicava ao governo a pessoa escolhida devido *às "objecções de carácter político geral"*(art. 7º);

[580] Principais direitos do padroado:
- Apresentação, por parte dos Reis de Portugal e Espanha, para os Bispados e outros benefícios eclesiásticos; reserva aos missionários enviados ou reconhecidos pelos Monarcas da evangelização dos territórios pertencentes ao "Padroado";
- iniciativas da parte dos reis acerca da criação de novas dioceses; relações com Roma (Vaticano); instituição de Cabidos, Conventos e Mosteiros. Em contrapartida a obrigação de construir, reparar e conservar as Igrejas, Mosteiros, Conventos, Bispados;
- promover a côngrua sustentação dos clérigos dos clérigos diocesanos, que estivessem ao serviço dessas Igrejas;
- da nomeação dos eclesiásticos para o culto e a cura de almas;
- de conceder às Igrejas as alfaias indispensáveis.
Fonte: VASHETTO, Bernardo P. O.F. M. Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987, p. 291.

o pessoal missionário tinha direito a passagem ida e volta a Lisboa nos períodos legais de férias (art. 9º, 10º, 12º, 13º, e 14º) (VASHETO, 1873, 291). É muito importante sublinhar que era obrigatório o ensino da língua portuguesa nas escolas missionárias, *"ficando plenamente livre, em harmonia com os princípios da Igreja, o uso das línguas indígenas no ensino da religião católica"*, como expressa o artigo 16 (VASHETO, 1873, 292).

A Concordata e o Acordo Missionário foram aprovados pela Assembleia Nacional e o Presidente da República como lei do Estado, em 30 de Maio de 1940. Animadores destes documentos: Marechal António Óscar Fragoso Carmona, Presidente da República; Dr. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho; Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa. O novo "Estatuto Missionário" publicado pelo Decreto-lei nº 31207 de 5 de Abril de 1941, regulamenta o "Acordo Missionário de 1940" em substituição ao de 1926 do Ministro João Belo. As formalidades burocráticas ficaram mais complicadas e *"Agudizaram-se as relações entre o Estado e algumas igrejas do Ultramar"* sobretudo depois de 1961 com o início da luta armada nos territórios portugueses. Este estatuto cai com a independência destes territórios e a igreja ficou *"livre e desligada dos privilégios do Estado*". A Bula da ereção da Diocese de Santiago de Cabo Verde é de 31.01.1533 e foi exarada pelo Papa Clemente V, em Bolonha (VASHETO, 1873, 293). No Anexo V apresentamos uma cópia do mapa do antigo território da Diocese de Santiago e a lista de elementos da classe eclesiástica.

Em Cabo Verde, em l555, o rei autoriza a abertura de "uma escola de Latim e Moral" em Ribeira Grande[581]. Dado que tinha carácter de externato, e devido à sua insuficiência, o Bispo abriu um Seminário em l570 que, devido a dificuldades várias, apenas funcionou até l594. A l2 de Janeiro de l570 o rei D. Sebastião decretou a construção de um Seminário Diocesano, mas só o Bispo D. Frei Francisco de S. Simão é que viria a dar início à construção do Seminário e à da residência episcopal. Embora houvesse descontinuidade na formação, além do clero secular, procedente de Portugal, a Diocese contou, logo desde o início, com algumas dezenas de sacerdotes nativos formados localmente. Por volta de l520, havia cerca de 20 sacerdotes nativos. *"São*

[581] Diocese Santiago – História. [Em linha]. (s.d.) [Consult. a 10.11.2016]. Disponível em:diocesesantiago.org/site/index.php/diocese/histor

ainda exemplo disso os Padres Manuel Mendes e Nicolau Fernandes, naturais de Santiago e nomeados, aquele em l574 e este em l592, respectivamente, pároco de Santa Catarina do Mato e Cónego da Sé Catedral. Prova ainda dessa abundância é também a determinação consignada na portaria real de l608 que mandava dar precedência aos nativos na atribuição dos cargos eclesiásticos". Trabalharam na Diocese, além do clero secular (local e procedente de Portugal), nomeadamente em Santiago e Fogo, os Jesuítas, os Capuchos das Províncias da Soledade e da Piedade, bem como alguns sacerdotes Agostinhos e frades da Ordem Terceira de S. Francisco. Em l600 há notícias da existência das Freiras de Santa Clara na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

1.1 Igrejas e Paróquias[582] - sua fundação.

No que respeita às primeiras Paróquias[583], não se sabe exactamente a data da sua criação, mas é anterior à criação da própria Diocese, já que para a sede desta foi escolhida em 3l de Janeiro de l533, a Paróquia da Ribeira Grande, em Santiago. Explicita-se que, em l480, já se fala da erecção do segundo templo paroquial destas ilhas, localizada na ilha no Fogo. Em l534 S. Filipe já tinha um Pároco, o Padre Gil. A Paróquia de S. Lourenço, no Fogo foi criada em l556 e a 3 de Agosto de 1575 foi publicado um alvará para a afectação de um capelão em S. Antão. O documento em causa[584] ainda explicita:

> *"A Igreja da Misericórdia começaria a ser construída por volta de l556, mandado pelo Bispo Frei Francisco da Cruz que também mandou construir a Sé. Entretanto, por um documento datado de 20 de Maio de l572 --pelo qual, com o fim de ajudar o povo a sustentar o seu clero, o rei D. Sebastião mandava que os vigários e capelães das freguesias com menos de duzentos fogos recebessem 30$00 em mantimentos anualmente - se conclui que já na segunda metade do século XVI l56l existiam já doze das nossas actuais 30 Paróquias, a saber: Nossa Senhora da Graça, na vila da Praia; S. Nicolau Tolentino, na Ribeira de S. Domingos; S. Filipe, no Fogo; S. João da Ribeira do António, em Santiago; Nossa Senhora da Luz, dos Alcatrazes; (Primeiro Pároco em l4.7.l572); S. Jorge dos*

[582] Diocese Santiago – História. [Em linha]. (s.d.) [Consult. a 10.11.2016]. Disponível em:diocesesantiago.org/site/index.php/diocese/histor
[583] Ibidem
[584] Ibidem

Órgãos; Santa Catarina do Mato; S. Miguel da Ribeira dos Flamengos; S. Lourenço do Pico, na ilha do Fogo; S Tiago da Ribeira Seca (l3.l.l556) ; e a Paróquia da sede da Diocese que posteriormente (l800) seria dividida em duas: Nossa Senhora do Rosário e Misericórdia Portanto, 9 já só na ilha de Santiago"[585].

Em l800 são enviados sacerdotes para as ilhas de S. Nicolau, Maio e Boa Vista. A Paróquia do Maio (N S. da Luz) foi fundada provávelemente em l677, assim como a(s) da Boa Vista. Na primeira metade do século XIX seriam criadas as Paróquias de N.S. das Dores, na ilha do Sal *(l834 mais ou menos)*. Em finais do século XIX o aumento do número de sacerdotes permitiria a criação das Paróquias de S. João Baptista, em Santo Antão, de Nossa Senhora da Lapa, Queimadas, em S. Nicolau (criada por volta de l595), de Nossa Senhora do Monte, na Brava, de Santa Catarina em Cova Figueira, Fogo. No entanto, a Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, no Fogo, é do século XVII". Tudo isso, graças ao Seminário[586].

Existia um grande número de lugares de culto na Cidade de Santiago, mas não há consenso quanto ao número total. Pereira refere que foram construídas um total de 24 igrejas e capelas, (PEREIRA, 2004), de entre as quais a Igreja de S. Roque, a Capela de Santa Luzia, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Capela do Monte Alverne e a Igreja de S. Pedro, mas já não existem praticamente vestígios nem documentos escritos sobre estes edifícios. Alguns edifícios desapareceram totalmente, como o Antigo Palácio Episcopal, a igreja de S. Roque, *"hoje edifício descaracterizado"*, as igrejas de S. Pedro, Monte Alverne e Nossa Senhora da Conceição, e ainda a ermida de S. Luzia, à excepção de parte da torre sineira da igreja da Misericórdia que ficava ao lado do Hospital da Misericórdia, que localizavam-se na parte baixa da cidade. O hospício e as casas da Companhia de Jesus ficavam um pouco mais para o interior da cidade. Há já poucos sinais destes edifícios. Por volta do séc. XVII foi fundado o convento e a igreja de S. Francisco. Está de pé apenas a igreja, que foi restaurada. De indicar também a capelinha de S. Gonçalo situada na fortaleza, que está arruinada, a Sé Catedral que está situada no bairro de S. Sebastião, a 25 metros acima do mar, que *"debruçava-se sobre a cidade e dominava-a com a sua forte presença"*. Ao lado da Sé foi construído o Paço

[585] Ibidem
[586] Ibidem

Episcopal. Ficava localizado na parte mais a sul do Bairro de S. Sebastião. A urbanização feita posteriormente no local, com a construção de moradias em que se utilizaram materiais tirados do referido palácio, apagou boa parte dos vestígios deste edifício. Encontram-se ainda de pé, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e as ruínas da Sé Catedral (PEREIRA, 2004).

No entanto, Konstantin Alexander Richter**,** Doutorado em Ciências da Arte, docente da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, na introdução ao seu trabalho de pesquisa apresentado no XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais[587], opina acerca da indicação dada por Pereira (PEREIRA,2004) de que teriam sido construídas 24 igrejas, capelas e ermidas, na Cidade da Ribeira Grande, afirmando:

> *"Como e através de que documentação o historiador Daniel Pereira (2004, id) chega a confirmar que na antiga cidade da Ribeira Grande, existiam não menos que vinte e quatro igrejas e capelas" não é do nosso conhecimento, mas de facto a documentação disponível até a data refere-se a dezoito edifícios religiosos, que, além de igrejas,capelas e ermidas, incluindo a catedral, mais um convento e, de uso predominante para fins religiosos, junta no nosso entender um colégio e um palácio episcopal"*[588].

Refere que desses, um total de catorze já foram identificados através de ruínas e vestígios "*in loco",* restando quatro, dos quais nem se pode identificar claramente a localização nem se encontrou quaisquer outros sinais na Ribeira Grande, até à data. Demais pesquisas, análises e escavações arqueológicas pontuais poderiam assim ajudar a completar o quadro no futuro.

Afirma ainda que embora o número de edifícios religiosos nos pareça à primeira vista muito alto para uma cidade com um número reduzido de fogos, (o máximo de 500 fogos), o facto pode ser compreendido se se tiver em conta alguns factores: a sua posição sobressaliente no círculo de tráfego de escravos e derotas de expansão atlânticas; a sua importância como sede do bispado e diocese de CaboVerde, que

[587] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011.[Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[588] Ibidem

incluiu, além das outras ilhas do arquipélago, a vasta área da África Ocidental desde o actual Senegal até a Serra Leoa, designada por "rios da Guiné"; o sistema instituído de "capelas e morgados", forma de processo de herança familiar de bens de terras não divisíveis pelos herdeiros, de encargos caritativos e instituição de capelas pelas almas dos seus donos originais. Sublinha que neste caso concreto, *"só em poucos casos a capela de morgado, ou seja um conjunto de bens para celebrar missas, levou de facto à construção de um edifício de capela*". Afirma ainda que *"a razão inicialmente suposta, de que uma das principais causas do número elevado de edifícios religiosos na Ribeira Grande podia ter a ver com a latinização dos escravos vindos da costa da África, não foi confirmada, encontrando descrições em como tal ocorreu cada vez mais em massa e nas próprias embarcações ancoradas na baía frente à urbanização"* (PEREIRA, 2005, 260 - 261) [589].

Referindo-se a estes edifícios, ermidas, capelas e igrejas, que vêm mencionados em documentos *"por mais que uma designação, conforme a sua posição mais ou menos isolada em relação ao tecido urbano e a sua importância e função exercidas no decorrer do tempo"*, na tentativa da sua datação, explica que a maior parte foi construída ao longo dos séculos XV e XVI, que o primeiro deve ter sido a capela/igreja da Nossa Senhora da Conceição, servindo de oratório dos primeiros colonos. Refere que deve ter sido seguida pela capela de S. Sebastião, da qual só se encontrou uma única referência, e que deve teria sido construída entre 1470 e finais do século, que se localiza no bairro do mesmo nome, da qual até a data não foi possível identificar quaisquer vestígios[590]. Seguiu-se a construção da capela da Nossa Senhora do Rosário em 1495, *"provavelmente incorporada num solar de um fidalgo rico da Ribeira Grande, e alargada e inserida num corpo maior de igreja ao longo do séc. XVI"*, que servia *"aparentemente como sede de confraria dos crioulos, como tem acontecido também em*

[589] Fonte: MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[590] CORREIA E SILVA, António Leão – Dinâmicas de de Composição e Reconstrução de Espaços e Sociedades. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Vol. III. 2002, p. 21.In MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

Salvador da Baía, Brasil". Indica, que Carita[591]explica ainda que, provavelmente, a que foi erguida a seguir, a do Espírito Santo, mencionada em 1503[592] por Xavier Gomes (GOMES, 1966, 94) inicialmente confundida com a igreja da Conceição, *"foi, conforme as últimas conclusões obtidas, implantada no local da actual igreja da Misericórdia, numa altura em que a parte administrativa da Ribeira Grande foi instalada ao lado nordeste da actual praça do pelourinho"* [593].

Apresenta este autor os outros que foram construídos ao longo do séc. XVI: a ermida/capela de St.º António, construída cerca de 1520 a 1530, localizada na parte sul de entrada à vila, na zona do fortim com omesmo nome; a ermida/capela de S. Brás, por volta de 1542, ao norte do rio e adjacente à sua foz e ao fortim com mesmo nome; a ermida/capela de St.ª Luzia ou também designada de S. Miguel, construída entre 1550 a 1600, situada ao norte da ribeira, na achada em cima do bairro de S. Brás; a ermida/capela de S. Gonçalo, datada de cerca de 1587, dentro da fortaleza real de S. Filipe, coincidindo com a data da sua construção; a ermida/capela de St.ª Marta, de cerca de 1587 a 1600, inicialmente suposta a se encontrar ligada ao muro norte de protecção da vila, mas identificada pelo Prof. Carita[594], referindo este que num documento recentemente encontrado, como situando-se fora da zona urbana da vila, ao norte e no actual cemitério da actual Cidade Velha[595], da qual ainda não foram encontrados quaisquer vestígios *in loco*; e a capela de S. Roque e a igreja de S. Sebastião, ambas estimadas a serem construídas por volta de 1600, "*a primeira implantando-se abaixo da fortaleza real e acima da zona urbana central da Ribeira*

[591] CARITA, R. - *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade*. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011.(em vias de publicação).
[592] GOMES, C., Xavier, F - A diocese de Cabo Verde e o clero de Goa. In *Studia*. N.º 9. Lisboa. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. 1966, p. 93-118. In CARITA, R. - *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade*. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011. (em vias de publicação).
[593] CARITA, R. - *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade*. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011. (em vias de publicação). In MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr
[594] CARITA, R.- *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade*. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011 (em viasde publicação).
[595]CARITA, R.- *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade*. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011 (em viasde publicação). In MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

Grande, a segunda, ribeira acima, ao fim da área urbana e do bairro de S. Pedro, adjacente ao rio". Esclarece ainda que os únicos edifícios religiosos a serem iniciados ao longo dos aproximadamente os cem anos que se seguiram, quando a vila já estava em declínio, além do convento de S. Francisco, foram a capela de Monte Alverne, construída por volta de 1670 a 1680 ou antes, como oratório, ligada aos Franciscanos, situando-se ao lado oposto da ribeira adjacente, abaixo do Convento, e o seminário. Este nunca tendo sido concluído, mas calcula-se que tenha sido iniciado em 1702, ligado à área do Palácio Episcopal, na achada de S. Sebastião. Refere-se a Richter (Richter, op cit, vol. I, p. 291)[596] explicando que todos estes edifícios religiosos foram construídos seguindo-se a orientação canónica exigida a edifícios eclesiásticos até ao Concílio de Trento, no início da segunda metade do séc. XVI, pelo que apresentam um traço comum, o corpo de uma nave só, em caixa, sendo esta com altar-mor destacado pelo menor tamanho, com ou sem capelas e sacristias laterais adjuntas.

Todos os edifícios religiosos localizam-se em plataformas elevadas relativamente à instalação do tecido urbano, exceptuando a Igreja da Misericórdia. A Capela de Santa Luzia, as Igrejas da Nossa Senhora de Conceição e S. Roque, a Capela do Monte de Alverne, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal, que serviu de residência aos Bispos de Cabo Verde, o convento São Francisco e o Convento dos Jesuítas, localizavam-se em espaços em que a altitude é superior em relação ao espaço onde se situa o pelourinho, o centro da cidade, ou "cidade baixa", onde se situava a igreja e Casa da Misericórdia (PIRES, 2007). O plano de 1778 da Ribeira Grande, uma gravura de António Carlos Andrea, de que já nos aludimos, representada na figura 3, indica os edifícios da cidade da Ribeira Grande que confirmam que era uma cidade munida de todas as estruturas públicas necessárias, incluindo um hospital e um colégio. O ataque dos franceses (sec.XVI) deixou a cidade desfalcada.

[596] RICHTER, K. - *The historic religious buildings of Ribeira Grande.* Implementation of Christian models in the early colonies, 15th to 17th centuries, on the example of Cape Verde Islands. Vol. I & vol. II. Funchal: Universidade da Madeira. 2009. 318 p. & 333p. Tese de doutorado. In MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

Em 1763 a cidade achava-se *"inabitável de gente, porquanto todas as famílias principais da terra se acham assistindo nas suas fazendas, que têm no campo e têm deixado arruinar as suas casas da cidade*" (Bartolomeu de Sousa e Brito)[597]. Em 1764 a cidade encontra-se em total ruína, *"não há cadeia nela, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a justiça, as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas" (Carta da Câmara da Ribeira Grande)*[598]. Em 1769 efectiva-se a transferência da sede do governo para a vila da Praia, sendo governador Joaquim Salema Saldanha Lobo[599]. Assiste-se então à degradação geral da cidade. Alguns edifícios desapareceram. Em 1841 *"Apenas restos da igreja e do hospital da Misericórdia se mantinham de pé"* (BARROS, 1973). A fortaleza real encontrava-se arruinada. Apresenta este documento escritos de Chelmichi, em que compara a cidade com a dos séculos XV e XVI:

> *"A cidade n'outro tempo possuiu muitas e boas casas de pedra e cal, e até muitas de cantaria de Portugal; havia até casas acasteladas, no gosto da arquitectura do 16º século, resultado da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas, com os grandiosos maciços góticos; algumas ainda, arrostando as injúrias do tempo, ficaram de pé, como se fossem protegidas pelos brasões gloriosos, que lhe avultam sobre as vergas das suas portadas! ... hoje uma térrea choupana procurou abrigo debaixo da massa desta ou daquela torre [...]. Umas cabanas de pedra e barro cobertas de palha, constituem hoje toda a cidade; encontram-se com frequência degraus de mármore de Pero Pinheiro, que conduzem a uma porta de junco com ombreiras de pau carunchoso. Havia ali quatorze igrejas, mas hoje existem somente -a Sé que se vê agora (não obstante ser um belo monumento) destelhada no meio, - o Hospital da Misericórdia que está a cair - e um seminário que o último Bispo mandou continuar há poucos anos, este edifício de dois andares, e umas trinta janelas de frente, nunca ficou acabado, mas o bicho comeu toda a madeira que é de pinho, e em breve caindo em pedaços aumentará o caos das ruínas. No fundo a bordo da ribeira se levanta um modesto convento de frades capuchos [...] lá está solitário no meio das ruínas* (CHELMICHI, 1841)[600].

Em 1875 o bispo recusa a proposta do director das Obras Públicas de Cabo Verde para a demolição da Sé e reaproveitamento dos materiais para outras construções na vila da

[597] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 2000. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*
[598] Ibidem
[599] Ibidem
[600] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 2000. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*

Praia. Porém, em 1884 o Palácio Episcopal já não existia[601]. A maioria das ruínas hoje visíveis na cidade testemunham esta época. Atualmente, algumas ruínas e vestígios destes edifícios foram consolidados graças ao investimento do Governo de Cabo Verde em parceria com a Cooperação Espanhola e com a Cooperação Portuguesa, o que permitiu o restauro, a conservação e a gestão dos mesmos. No entanto, obras de restauração foram realizadas no passado quando Cabo Verde era colónia Portuguesa.

1.2. Herança edificada da "Cidade Velha" representativa da autoridade religiosa – preservação dos monumentos sacros mais representativos pelo Município de Santiago.

A Câmara Municipal da actual Cidade de Santiago segue as directivas incertas na Proposta do PDM – Plano de Desenvolvimento Municipal, Volume I, II e III, nos trabalhos de recuperação do sítio histórico e das localidades que envolvem este, pertencentes a este município. O desenvolvimento integral e harmonioso deve concorrer para a melhoria das condições de vida deste município e o alavancar do turismo. A elaboração deste Plano permitiu a elaboração de relatórios compilados nos três volumes já referidos. O Volume I, sob o título, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO, da Câmara Municipal da Cidade de Santiago, de 2011, no item "O Património Construído", refere que *"neste particular*", destacam-se a estrutura arquitectónica e a tipologia de algumas casas rurais e equipamentos públicos, que devem ser objecto de estudo e preservados. Refere o documento que propôs-se a protecção dos principais edifícios ou espaços, de acordo com os fundamentos do Decreto-lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, que merecem uma atenção especial. O Património Religioso da Cidade da Ribeira Grande é parte integrante do Património Construído desta cidade. Este faz parte do Património Cultural de Cabo Verde que abarca o Património construído e o Património imaterial, *"que se revestem de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana como refere o Artigo nº3 do Decreto-Lei nº 102/III/90, de 29 de Dezembro*", conforme o citado plano. Ambos têm

[601] Ibidem

interesse relevante para a preservação da identidade e da valorização da cultura cabo-verdiana. "*A arquitectura singular dos edifícios coloniais, bem como as tradições orais e outros, são fundamentais para identidade do município",* confere este documento.

Em 1990 o Governo de Cabo Verde, através do Decreto-Lei nº 120/90 de 8 Dezembro de 1990, declarou a "Cidade Velha" (actual Cidade de Santiago) Património Cultural Nacional e delimitou a zona Histórica. No item "Cidade de Santiago da Ribeira Grande - Património Construído" do documento define-se o Sítio Histórico da Cidade Velha e a sua Zona Tampão. A zona Histórica passa a ser designada de Zona Protegida após a resolução nº 5/2009 de 16 de Março, em que o Sitio Histórico e o Vale da Ribeira Grande perfazem uma área de 209,1 ha, e a Zona Tampão passa a ter a extensão de 1.795 ha. A zona non aedificandi inclui-se nesta. O Sítio Histórico da Cidade Velha e a sua Zona Tampão representadas na 1ª imagem da figura 64, passam a ter 2.341,8 ha. A esta área acrescentou-se em 2009 a Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico "Cidade Velha" que passou para cerca de 2.678,9 ha como indica a 2ª imagem da figura 64.

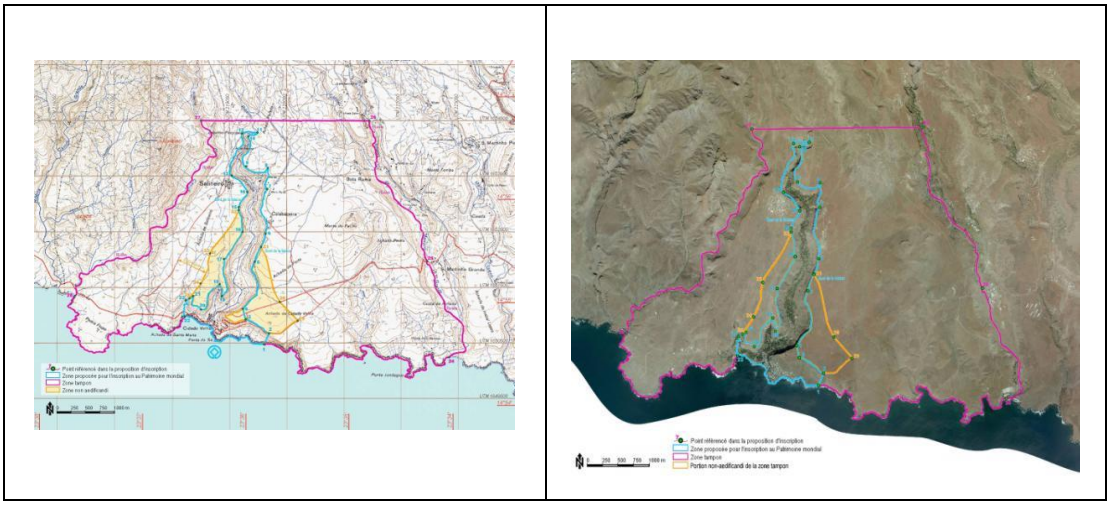


Figura 63 - Mapas das coordenadas geográficas das zonas a zona protegida (linha com cor azul); zona "No Aedificandi", (linha com amarela) e por último a zona Tampão (linha com cor rosa). Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

As "Áreas Não Edificáveis" (ANE) correspondem *"às áreas que carecem de protecção especial ou, sendo de interesse estratégico, são incompatíveis com certos usos"*. O sítio histórico é bem delimitado pelas margens da ribeira. *"Le bien est clairement délimité*

par le bord du ravin. Au niveau de l'embouchure, le bien est délimité par deux talwegs, un à l'ouest et un à l'est, puis par la mer au sud".

Os limites das áreas definidas e do sítio histórico estão representados nas imagens da fotografia aérea e do mapa, que revela os limites naturais bem marcados, nas imagens da figura 65.



A borda da falésia marca o limite da zona proposta pela inscrição

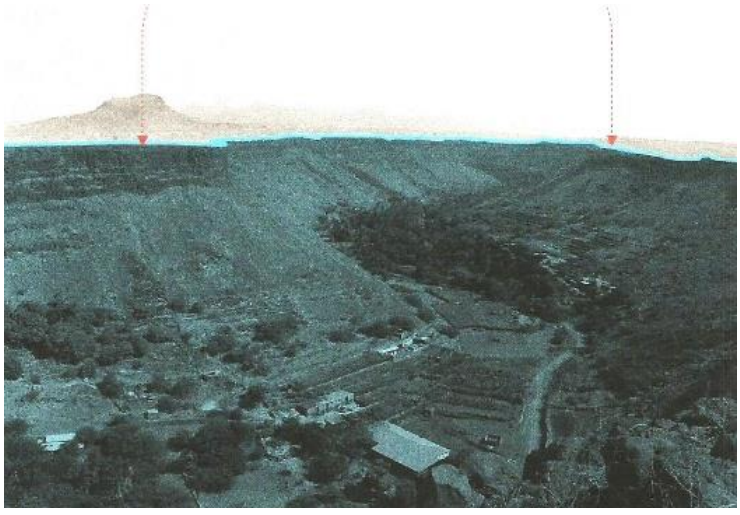


Figura 64 - 1ª Imagem: Foto aérea da cidade, 1/2000. Fonte: Agência Municipia, sob encomenda da Associação dos Municípios de Cabo Verde[602]. 2ª Imagem: Foto a 1/10000 - O limite do sítio e a correspondência com as características físicas naturais da área. Fonte: Cidade Velha Centre historique de

[602] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Na introdução do RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, VOLUME II,[603]sublinha-se *que "verifica-se a necessidade de disciplinar com enorme sensatez o regime de edificabilidade face à importante estrutura paisagística e ao espólio patrimonial existente, dando ênfase a um objectivo maior, conciliar o desenvolvimento com a necessidade de preservação do património cultural e natural, de forma a tornar Ribeira Grande de Santiago num município competitivo a nível nacional e internacional".* Propõe um sistema de ordenamento feito de acordo com as condicionantes identificadas na Planta de Condicionantes e nas Classes de Espaços, delimitadas na Planta de Ordenamento, nomeadamente: Classes, Canais e Equipamentos, Áreas Edificáveis e Áreas Não Edificáveis. Sublinha-se ainda: *"Os conteúdos do Relatório foram estruturados e definidos de modo a responder às exigências legais requeridas nos termos do Decreto-lei nº 1/2006 de 13 de Fevereiro, bem como as questões que são de ordem específica do município da Ribeira Grande de Santiago e do contexto urbanístico, económico e social em que este se insere"*[604].

O referido Plano do Município propõe a requalificação de todas as zonas urbanas identificadas e apresenta um plano detalhado das áreas não edificáveis (ANE). Foram ainda apontadas as seguintes áreas de desenvolvimento tendo em conta o desenvolvimento do turismo no município: Agrícola Exclusiva (AEX); Agro-Silvo-Pastoril (ASP); Verde Protecção e Enquadramento (VPE); Costeira (CO); Industria Extractiva (IE); Recreio Rural (RR). Propõe-se uma interligação e um desenvolvimento harmoniosos e sectotrial de todas as áreas unbanas deste minicípio. Estas áreas beneficiarão de programas sectoriais, anuais e plurianuais, que definirão a forma de actuação urbana no município, no quadro da realização do PDM RGS que será implementado segundo um programa de execução que prevê um financiamento municipal com apoio de parcerias, para a sua implementação. *"O programa de*

[603] Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago. RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – VOLUME II – MEMÓRIA DE ... Promotor: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO .....[Em linha]. 2008. [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em. www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-gra...

[604] O PDM é constituído por 3 volumes: o primeiro que faz o diagnóstico da situação do município, o segundo que propõe um plano de desenvolvimento para um horizonte de 12 anos, e o terceiro que contém mapas e documentos utilizados no segundo.

execução é aplicável a todas áreas do município. A administração municipal formulará programas sectoriais, anuais e plurianuais que definirão a forma de actuação urbana no município, no quadro da realização do PDM RGS. Estes programas irão incidir sobre as classes de espaços e os seus respectivos usos determinados no plano". Existe um programa de execução e financiamento das unidades de execução, dos equipamentos e das Infra-estruturas que está a ser implementado, com vista a atingir os objectivos traçados e esperados no horizonte do plano. Este engloba também os custos estimados que ajudam o município na procura de financiamento e no estabelecimento de parcerias para a implementação do plano. Quanto aos custos, estima-se que o valor de execução de todo o PDM RGS seja de cerca de 10,5 (dez) milhões de contos.

> *"Dados os montantes elevados, elegeu-se as prioridades a executar em função das carências e das propostas dedesenvolvimento identificadas no PDM RGS, a executar no horizonte de 12 anos, num valor de execução que ronda os 4,6 (sete) milhões de contos:*
> *a) Projectos Prioritários*
> *1. Planos cerca de 68 (sessenta e oito) mil de contos.*
> *b) Obras Prioritários*
> *1. Equipamentos cerca de 1 (um) milhão de contos;*
> *2. Infra-estruturas cerca de 3,5 (três) milhões de contos*[605] *".*

O programa de execução é aplicável a todas áreas do município e incidirá, segundo o plano referido, sobre as classes de espaços e os seus respectivos usos determinados no plano[606]. Segundo o mesmo plano, as intervenções prioritárias englobam um conjunto de linhas de acções orientadoras que servem de base para uma gestão territorial estratégica. Foram indicadas as seguintes intervenções prioritárias e estruturantes pelo PDM RGS:

[605] Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago. RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – VOLUME II – MEMÓRIA DE ... Promotor: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO . [Em linha]. 2008. [Consult. a 18.12.2015}. Disponível em: ... www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-gra...

[606] Estima-se que o valor de execução de todo o PDM RGS seja de cerca de 10,5 (dez) milhões de contos, com a seguinte distribuição:
a) Projectos
1. Planos cerca de 114 (cento e catorze) mil de contos.
b) Obras
1. Equipamentos cerca de 4,2 (quatro) milhões de contos;
2. Infra-estruturas cerca de 6,1 (seis) milhões de contos.
3. Programas Sectoriais cerca de 17 (dezassete) mil contos.

- Expansão e Requalificação Urbana que propõe o reforço da centralidade municipal do Centro Urbano, beneficiando a Cidade de Santiago, e Calabaceira e Salineiro, transformando-o no centro urbano por excelência, afectado de áreas de expansão, de equipamentos e de infra-estruturas[607]. Porque os montantes para a execução são elevados, foram definidas as prioridades a executar em função das carências e das propostas de desenvolvimento identificadas no PDM RGS, a serem executados no horizonte de 12 anos, em cerca de 4,6 (sete) milhões de contos. Foram identificados os seguintes Projectos Prioritários:

1- Planos - cerca de 68 (sessenta e oito) mil de contos.

2 - Obras Prioritários

a) Equipamentos cerca de 1 (um) milhão de contos;

b) Infra-estruturas cerca de 3,5 (três) milhões de contos.

Relativamente ao **Património Construído e Equipamentos[608],** considera o plano que no concelho existem valores de património construído de forte expressão que carecem de potencialização e ou requalificação e prevê as seguintes intervenções na zona Tampão: Ruínas da Capela de São Pedro; Ruínas da Capela de Santíssima Trindade; Antiga hidro-base Aeropostal de Calheta de São Martinho. ***Propõe-se ainda que sejam declarados Património Cultural Nacional de Cabo Verde e inseridos no Programa de Reabilitação gerido e financiado pelo IIPC*** [609]. Fora da zona Tampão estão previstos intervenções na Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande. O PDM RGS propõe ainda o investimento em equipamentos que considera estruturante para o desenvolvimento urbano do concelho, definindo a requalificação e ampliação dos equipamentos sociais como importantes.

[607] Plano Detalhado de Achada Bota Rama; Plano Detalhado de Bota Rama; Plano Detalhado de Santa Marta 1; Plano Detalhado de Santa Marta 2; Plano Detalhado de Pedra Flupo 1; Plano Detalhado de Pedra Flupo 2; Avenida interior: Pedra Flupo / Salineiro; Arruamentos de Salineiro, Pedra Flupo e Santa Marta. Ainda requalificação e desenvolvimento dos espaços urbanos exteriores (pavimentação das ruas e passeios, criação de praças, largos, entre outros), com prioridade para os Aglomerados Urbanos: São Martinho Grande Ma e Porto Mosquito, transformando-os em espaços com ambiente urbano de qualidade. Com as intervenções: Plano Detalhado de Achada Fundo Caiada; Plano Detalhado de Matança; e as outras indicadas acima. Fonte: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago. Fonte: RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – VOLUME II – MEMÓRIA DE ... Promotor: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO . [Em linha]. 2008. [Consult. a 18.12.2015}. Disponível em: ... www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-gra...

[608] Sublinhado nosso.

[609] Ibidem

Consideramos que este Plano vai de encontro às necessidades já há muito sentidas, tanto no que respeita aos projectos com vista à conservação e salvaguarda do Património Construído quanto às destinadas à reabilitação e construção de Equipamentos, e que a sua efectivação total beneficirá o turismo e a população local, que terá uma melhor condição de vida e poderá usufruir dos ganhos da urbanização.

2. O Património Sacro da cidade da Ribeira Grande - estudo analítico de cada um dos elementos deste conjunto.

O conjunto dos monumentos religiosos da cidade da Ribeira Grande, faz parte do Património Cultural de Cabo Verde. Estes edifícios devem ser aproveitados para a reativação do turismo e consequente implementação de projetos nesta área, pouco explorada ainda em Cabo Verde. A resolução nº 6/2009 de 16 de Março de 2009[610] declara que os monumentos históricos da "Cidade Velha" são Património Cultural Nacional de Cabo Verde. São parte integrante deste, os monumentos religiosos, que foram analisados no âmbito de um Diagnóstico[611] promovido pela Câmara Municipal de Santiago, que refireremos ao longo da análise aos edifícios religiosas do Município da cidade da Ribeira Grande, actual cidade de Santiago. Aludiremos também ao longo desta análise, a um conjunto de documentos mais representativos acerca desta matéria, que tivemos o cuidado de previamente seleccionar. Os muitos espaços de culto da cidade, apresentam estilos arquitectónicos dignos de realce, presentando as ermidas, capelas e igrejas, a Sé Catedral, que eram não apenas lugares de culto dos cristãos estacionados na ilha de Santiago, mas também de baptismo de escravos submetidos a um árduo trabalho, especificamente durante a construção destes espaços de culto, bem como a da cidade, no geral. A omnipresença da igreja era um facto bem visível, como confirma a seguinte passagem:

610 Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

611 CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...

"*L'architecture religieuse apparaît très tôt à Ribeira Grande, et nous a légué une série d'églises et de chapelles, dont la plupart sont encore visibles: l'église de Notre-dame do Rosário, le couvent de São Francisco, l'église et l'Hôpital Notre-dame de la Miséricorde, l'église de Notre-dame de la Conception, le collège des Jésuites, les chapelles de São Roque, Monte Alverne, de Santa Luzia et de São Pedro. La ville accueille la première cathédrale d'Afrique, qui domine l'ensemble par sa taille et son emplacement, et reflète la puissance de l'organisation religieuse. Cette omniprésence de l'église rappelle le rôle actif qu'elle a joué dans la traite négrière et son exploitation, en baptisant les esclaves et en leur apprenant des rudiments de portugais. Cette pratique appelée alors «latinisation» augmentait leur valeur marchande, et faisait des esclaves des «ladinos»*[612].

2.1 A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – localização, história, arquitectura, imaginária religiosa e arte sacra.

O relatório, Caracterização e Diagnóstico, Vol. I., da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago[613], refere que é o mais antigo edifício de Ribeira Grande ainda existente[614]. Está localizado no bairro da rua da Carreira e da Banana[615] e foi construída em 1495 no estilo manuelino (gótico português), encontrando-se em bom estado de conservação. Assinala-se que a chave da sua abóboda, tem um selo que representa a cruz da coroa portuguesa, tendo o frontispício rebocado e pintado a branco, colocando, desta forma, o portal e as janelas com moldura realçadas, que possui na fachada lateral robustos contrafortes, e entre eles, duas portas com moldura de pedra[616].

[612] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.
[613] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...
[614] CARVALHO, Carlos de, AKIBODÉ, Charles Samson, MORISET, Sébastien - Plan de Gestion 2008 – 2012 de Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande. 2008, pág. 13.
[615] CARVALHO, Carlos de, AKIBODÉ, Charles Samson; MORISET, Sébastien - Plan de Gestion 2008 – 2012 de Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande. 2008, p. 13.
[616] Ibidem



Figura 65 - Imagens da Igreja da Nossa Senhora do Rosário. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...

No relatório referido, as três imagens apresentadas nos dão uma excelente vista da entrada em escadaria e da fachada principal deste edifício, o interior, tendo ao fundo o altar-mor e sua ornamentação, o piso com túmulus epigrafados, sendo bem visível a azujelaria das paredes. Estas imagens estão representadas na figura 66.

2.1.1. Localização, história, implantação urbana e arquitectura.

Esta igreja localiza-se numa plataforma dominante relativamente à via pública e o acesso à igreja é feito através de adro murado. Escadarias compostas, nos degraus superiores, por pedras tumulares epigrafadas dão acesso ao adro, como se apercebe pela primeira imagem [617]. Nesta se celebravam a santa padroeira à semelhança do Brasil. Acredita-se que esta confraria teria sido muito prezada na cidade da Ribeira Grande. Esta teria mandado construir a igreja. É um dos edifícios mais antigos da cidade e de Cabo Verde. Conta portanto mais de 500 anos de vida e é um dos edifícios mais belos da cidade e em melhor estado de conservação. Foi um dos primeiros edifícios construídos na cidade da Ribeira Grande e a mais antiga de Cabo Verde (PEREIRA, 2004). Na planta de 1778 de Andrea, está indicada a sua localização com a indicação da letra M, como se pode visualizar na 1ª imagem da figura 67, uma cópia amplificada desta zona da cidade, o bairro de Figueira de Portugal ou S. Pedro, e na cópia do original da mesma planta, figura 68, que apresenta todo o bairro, as ruas e os edifícios. A rua da Banana e da Carreira ladeiam este edifício, que tem em frente o edifício da Câmara e que tem a fachada dianteira na rua Direita de S. Pedro. Contíguo a ele, o

[617]Património mundial de origem portuguesa. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 12.09.2015]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

Quartel, e à volta, edifícios habitacionais de alguns "senhores", como a Casa de Doménico Esplindola, e mais acima, a Casa da Companhia de Grão Pará, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja do Monte Alverne, o Colégio, mais acima ainda, a igreja e o convento de S. Francisco. Este é o bairro onde estão instalados um maior número de edifícios religiosos, construídos ao longo do sec. XVI, quando a cidade se expandiu pela rua Direita de S. Pedro, em direcção à maior nascente de água, onde se unem as duas nascentes, a de Maria Parda e a do Convento.

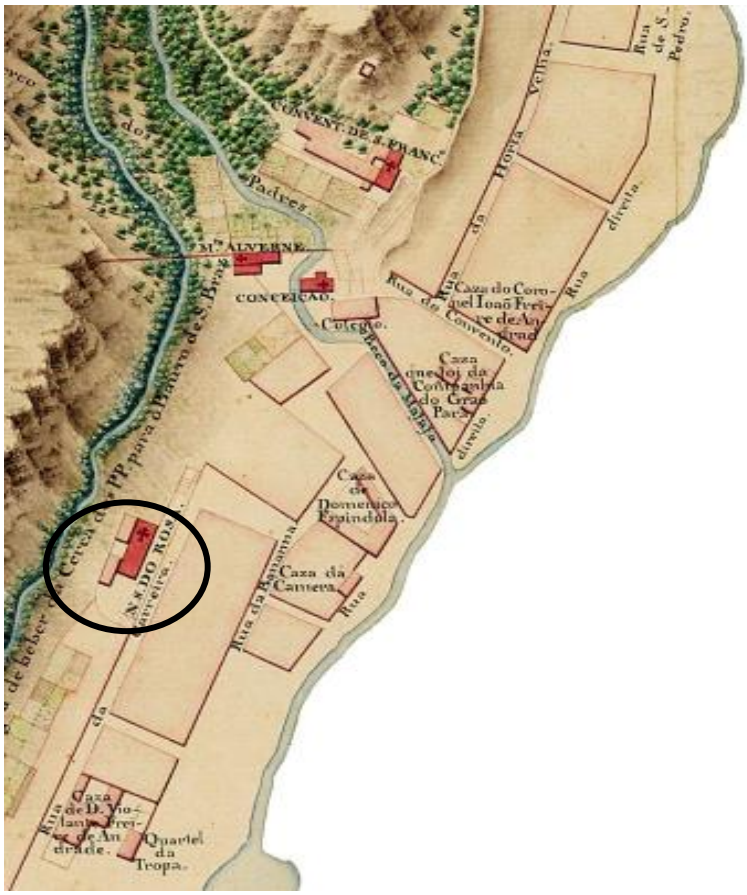


Figura 66 - Planta do bairro de S. Pedro. Fonte: *[Mapa da Cidade da Ribeira Grande]* de António Carlos Andrea, 1778. *[CART 024], [D 123]*. ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa[618].

A figura 68 revela, na legenda que a acompanha, os edifícios da rua de S. Pedro, sendo que a letra M representa a igreja de Nossa Senhora do Rosário.

[618] Cartografia anexa ao documento Cabo Verde, papéis avulsos, 1778, 6 de Outubro (Parecer do Conselho Ultramarino). Imagem digitalizada por AHU.

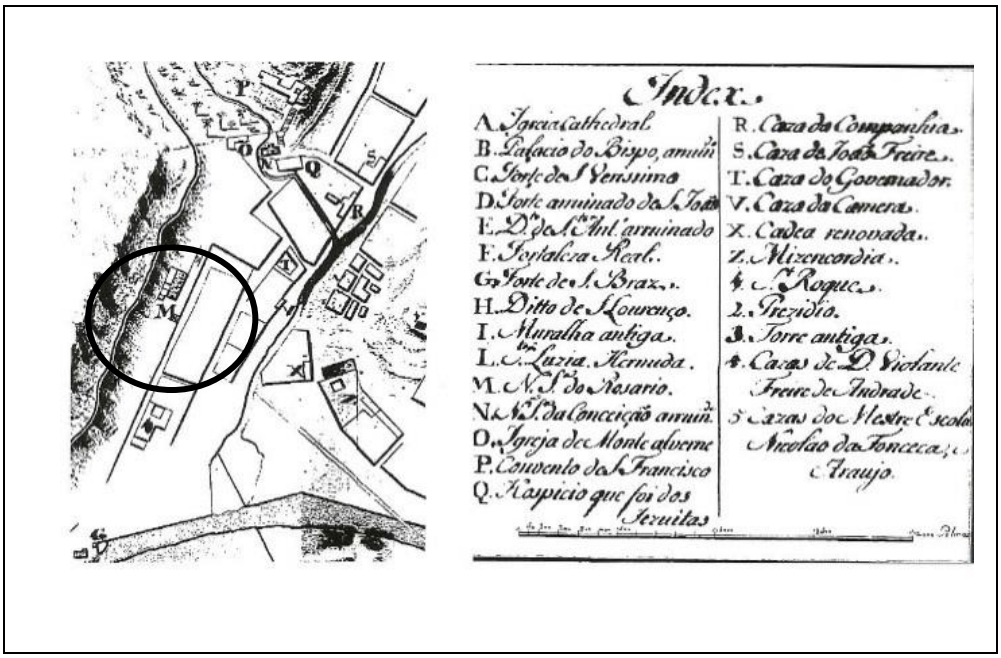


Figura 67 - Localização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – cópia ampliada de parte da planta de Andréia de 1778. Fonte: CHRISTOPHER EVANS, Marie Louis Stig Sorensen, et all (With contributions by C. Cessford, a. Hall & K. Seetah) - Cidade Velha, Cape Verde, Archeological Excavations. The 2007 Season.

Carlos Santos[619] alude que, provavelmente, não houve dificuldades na escolha do sítio para a edificação da igreja, pois a primeira zona de assentamento humano, o largo do Pelourinho, já se encontrava ocupada por obras que desempenhavam atividades económicas relacionadas com a vida marítima. Quanto à zona de implantação deste edifício defende que a área que precede o porto era muito perigosa no que dizia respeito à saúde devido a proximidade de um pântano, pelo que os responsáveis por esse edifício tiveram de optar por um espaço mais afastado e resguardado, que era um espaço periférico na época, distante da agitação social e comercial da urbe. Situava-se também longe das águas paradas que provocavam "doenças da terra", pelo que, refere o mesmo, que se estaria perante uma "fixação prática e estratégica, tendo em conta as condições naturais e cívicas oferecidas pelo território". No que respeita à contribuição desta construção para o alargamento do espaço urbano desta urbe, explana que a localização

[619]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225f. Tese. 2015.

da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi importante na dilatação do aglomerado. Assim como a igreja de Nossa Senhora da Conceição, este edifício *"criou uma nova zona de expansão da Ribeira Grande, desempenhando a função de pólo de atracção da então vila. A ela convergiram a rua da Carreira, constituindo o seu limite e, paralelamente a essa via, a rua da Banana e a rua Direita de São Pedro. Desta forma, o templo assumiu um papel determinante no crescimento e configuração da urbe, nomeadamente no surgimento de novas ruas, novas áreas abertas (o adro da igreja), e no adensamento do povoado, com uma história ainda recente"*[620].

No que respeita à arquitectura, Carlos Santos[621] indica que esta igreja tem uma planta retangular simples, e apresenta uma acentuada horizontalidade das massas, sendo a cobertura de duas águas em telha de marselha. É constituída por quatro corpos diferentes: nave, capela lateral, capela-mor e sacristia. A nave única, o corpo mais extenso desta igreja, tem 20 metros de cumprimento e 11 metros de largura. A iluminação é natural, e foi conseguida por meio da utilização de vãos laterais com capialço[622], e ainda porque, com o auxílio de outras aberturas existentes na frontaria principal, através de duas janelas, um óculo e uma porta, que se localiza na frontaria principal, e que serve também de articulação entre o exterior e o interior da igreja[623]. A fachada principal desta igreja,

> *"rematada em empena triangular, é de linhas clássicas muito simples, de gosto renascentista. O pano central do edifício encontra-se ladeado por cunhais de cantaria à vista e por uma torre de sinos, inserida no alinhamento da fachada, de secção quadrangular de estilo manuelino, muito densa e rústica, com porta e 4 vãos de volta perfeita. Em termos de linguagem arquitectónica, pensamos que esta torre sineira mostra alguns paralelismos com a torre da igreja de Santiago de Palmela*[624]*, nomeadamente, a mesma estrutura quadrada e a mesma*

[620] Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em linha]. 2012. [Consult. a 02.05.2016]. Disponível em: Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Grande ["Cidade Velha"]www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=172

[621] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. 2015. Tese de Mestrado.

[622] Corte que se faz obliquamente na parte superior das portas e janelas para dar mais luz às casas. Fonte: DicionárioUniversal. Língua Portuguesa. 5ª Edição (Nova Edição revista e actualizada). Texto Editora. 1999.

[623] Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em linha]. 2012. [Consult. a 02.05.2016]. Disponível em: Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Grande ["Cidade Velha"]www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=172

[624] Alude que a construção da igreja de Santiago de Palmela, de três naves, deveu-se ao infante D. João, filho de D. João I, por volta de 1443, tendo sofrido várias intervenções ao longo dos séculos XV e XVI. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel

organização das ventanas, pelo menos num dos lados. Observam-se ainda na fachada, um portal em cantaria lisa, de arestas chanfradas, de arco de volta plena, com impostas salientes, sobrepujada por cornija, duas janelas de verga reta, rematadas por um vão com mesmo traço e coroada por um pequeno óculo" (SANTOS, 2015).

Refere-se ainda que, para Pedro Dias[625], o "belo portal maneirista" da igreja é uma adaptação de Sérlio[626]. Carlos Santos (SANTOS, 2015) afirma que, pelos elementos artísticos que ostenta, não deixa qualquer tipo de dúvidas que se trata de uma capela ao estilo tardo-gótico, mais especificamente de estilo manuelino, construída nos finais de Quatrocentos. Aludindo a Daniel Pereira (PEREIRA, 2004) Carlos Santos (SANTOS, 2015) escreve que a imagem arquitectónica que se poderia ter, nos finais do século XV (c. de 1495), da igreja de Nossa Senhora do Rosário era muito diferente pois, nesta altura, essa construção religiosa, sede da confraria dos homens pretos da cidade da Ribeira Grande*"seria apenas uma pequena capela de estilo manuelino, sendo posteriormente ampliada e transformada, com algumas alterações consequência do tempo, na traça actual"* [627]. Os trabalhos de alargamento terão acontecido, pelos vestígios patentes, nomeadamente no portal de gosto clássico e nos azulejos que cobrem parte do interior do templo, a partir da segunda metade do século XVI. Refere ainda, baseando-se em escritos de Maria João Soares[628], que nos anos 80 de Seiscentos, durante o bispado de D. Frei António de São Dionísio (1675-1684), levantou-se a

Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. 225 f. 2015. Tese de Mestrado.

625 DIAS, Pedro - *Manuelino. À Descoberta da Arte do Tempo de D. Manuel I*. Lisboa. Civilização Portugal. 2005. In SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001, p. 473.

626 *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o Espaço do Atlântico*. Lisboa. Círculo de Leitores.1999, p. 117. .In (SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001, p. 473.

627 A respeito da confraria informa, baseando-se em Maria Madeira Santos, Maria João Soares, "Igreja, Missionação e Sociedade", in ob. cit., p. 473. Em 1577, existiam na cidade, para além das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e da Misericórdia, pelo menos as confrarias de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro. (Cf. Legado a duas confrarias da Ribeira Grande de 16.07.1577, publicado in MMA, 2ª série, vol. III, p. 80-81). As confrarias eram, nos territórios dominados, estruturas de enquadramento religioso da população, "organizadas em torno da veneração de um santo patrono, suportavam as obras nas ermidas, capelas ou igrejas, e promoviam as formas de culto entre a população […] através da celebração das missas [e] da realização de procissões próprias no dia do santo patrono [e] Corpus Christi". (Bethencourt, Francisco - "A Igreja". In História da Expansão Portuguesa. Vol. I. Navarra, Círculo de Leitores. 1998, p. 385). Fonte: Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos Santos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).* 225f. 2015. Tese de Mestrado).

628 SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001, p. 473.

hipótese de realizar novas obras de ampliação e beneficiação do edifício, pretendendo-se elevar esta igreja à categoria de Catedral, porque a atual Catedral não apresentava *"as devidas condições para exercer condignamente essa função"*. A capela foi erguida no lado do Evangelho,*"contacta com a nave única através de um pequeno arco quebrado em cantaria de pedra calcária, ladeada por dois relevos com motivos vegetalísticos"* e tem uma planta quadrada com 6,02m por 6,02 m. A sua cobertura, constituída por uma abóbada de nervuras, policromada, que nasce em mísulas com motivos geométricos no soco e cordas entrelaçadas na zona intermédia, sendo as chaves das nervuras, quatro no total, em pedra policromada, ornamentada com símbolos manuelinos, destacando-se a representação da Cruz de Cristo e da Ordem de Avis, simbolizada pela Cruz de Avis. Restos de pintura, que seriam talvez de tema vegetalista, estão presentes nas chaves das nervuras e nos panos da abóbada. Considera Santos (SANTOS, 2010) que a capela seria *"porventura o elemento mais interessante do conjunto arquitetónico, principalmente pelo seu significado artístico"*[629].

José Manuel Fernandes e Fernando Pires[630], que aludem a esta capela, referindo que poderá ter sido a capela-mor da primitiva igreja que deveria ter uma disposição perpendicular ao corpo atual. Neste sentido, avançam que é possível aceitar, embora com algumas reservas, que o arco quebrado cego, localizado no seguimento da capela manuelina, fosse inicialmente, a antiga sacristia. Este arco, correspondente a uma antiga entrada, foi emparedado possivelmente em 1940[631]. A capela-mor, ostentava no passado um retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário, como se pode verificar a partir de documentação relativa à herança de Diogo Ximenes Vargas, falecido à 5 de Janeiro de 1624[632]. "O próprio Diogo Ximenes Vargas deixou como herança, quando faleceu em 1624, a quantia de 120.100 réis ao templo para o retábulo, 40.000 réis para a lâmpada de prata e 28.000 réis para os vestidos das imagens de Nossa Senhora do Rosário e de

[629] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos Santos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).* 225f. 2015. Tese de Mestrado.

[630] Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em linha]. 2012. [Consult. a 02.05.2016]. Disponível em: Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Grande ["Cidade Velha"]www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=17

[631] Monumentos [Em linha] (s.d). [Consult a 02.09.2015]. Disponível em: www.monumentos.pt.

[632] GONÇALVES, Nuno da Silva - "A Igreja e a Cultura". In *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica.* Vol. III, (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Tomo II. Lisboa. Editorial Estampa. 2005, p. 395-399. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). 225 f.* 2015. Tese de Mestrado.

Nossa Senhora da Conceição"(Memória do Padre António Dias sobre a herança de Diogo Ximenes Vargas de 08.06.1647.) [633]É de salientar igualmente a existência de duas gravuras alusivas à cidade de Ribeira Grande, gravuras essas que mostram a igreja de Nossa Senhora do Rosário sob a forma de uma torre militar, que se destaca no bairro de São Pedro. A primeira, datada de 1655[634]211 e disponível no atlas do Marquês de Heliche, exibe uma torre de dois módulos ameados. A segunda, da autoria de Duplessis e produzida em 1699[635]212 mostra-a com a mesma configuração (SANTOS, 2010). É de planta retangular que tem 10,1 por 6,46 metros, cujo salão é iluminado por uma pequena janela situada no lado da epístola. Esta capela não apresenta arco triunfal. Estabelece comunicação com a nave, através de um desnível de cinco degraus. O exterior da capela-mor, em empena triangular, é bastante rústico, sem reboco e cego, contendo cunhais de cantaria de pedra calcária à vista, que quebram uma certa monotonia dessa fachada. A sacristia, foi edificada entre 1967 e 1969, em planta retangular[636].

Acerca das capelas Vera Mariz[637] dá-nos mais informações. Escreve que, no flanco esquerdo das paredes animadas até meia altura por um padrão azulejar azul, branco e amarelo, encontram-se duas capelas em arco quebrado, estando entaipada a que se encontra mais próxima do altar-mor, e a capela aberta localizada perto da fachada

[633] GONÇALVES, Nuno da Silva - "A Igreja e a Cultura". In *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica.* Vol. III, (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Tomo II. Lisboa. Editorial Estampa. 2005, p. 395-399.

[634] FERRARI, Leonardo, SÁNCHEZ, Rubio Rocío Sánchez, NÚÑEZ, Isabel Testón, et all - *Imágenes de un Imperio Perdido - Atlas del Marqués de Heliche [Material cartográfico]: Plantas de Diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y las Indias*, Mérida, Junta de Extremadura. 2004. Imagem 55. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). 225 f.* 2015. Tese de Mestrado.

[635] DUPLESSIS - Veue de la Ville de S. Iago Capitalle des Isles du Cap Vert. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par Beauchesne aux îles du Cap-Vert.* 1699, p. 59. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). 225 f*. 2015. Tese de Mestrado.

[636] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). 225 f.* 2015. Tese de Mestrado.

[637] Fonte: MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] . 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

principal, ladeada sensivelmente à altura da flecha por duas pequenas gárgulas. Para a mesma, a cobertura desta capela é talvez o elemento mais interessante da igreja, *"denunciando pela abóbada de nervuras decorada por fechos com as cruzes de Cristo e de Avis e ainda por uma esfera armilar, uma época de construção tardo-gótica contrastante com a respiração maneirista do portal principal".* Refere-se também a uma pia baptismal em cantaria com o monograma IHS (Iesus Hominum Salvator), vestígios de policromia ocre e um escudo com a cruz de Cristo na parede fundeira.É de opinião que estes aspectos morfológicos denunciam pelo menos dois momentos construtivos, sendo que *"o primeiro é testemunhado pela capela gizada numa continuação do gosto tardo-gótico, pela outra capela ou portal ogival entaipado e, possivelmente, pelo corpo cilíndrico que iremos observar igualmente no templo homónimo de Velha Goa"*. Seriam elementos inspirados na produção arquitectónico tardo-gótica portuguesa que se repetem um pouco por todo o antigo ultramar1460. O segundo momento de construção é atestado pelo portal e janelas do frontispício e pelas portas laterais. Para a mesma, até ao ano de 1514 *"esta igreja, como as restantes da Ribeira Grande, fez parte de um território declarado "nullius dioceses", um universo não integrado em qualquer diocese metropolitana. Todavia, num período áureo da relação entre a Ordem de Cristo e a Coroa Portuguesa, momento em que o rei acumulou as funções de governante da nação com as de administrador do militarismo de Cristo, D. Manuel I, movido pela necessidade de fortalecer a presença nacional nos territórios ultramarinos, viu a sua súplica ser atendida pelo Papa Leão X (1475-1521)"*[638].

[638] E acrescenta: Deste modo, a 12 de Junho de 1514, através da bula Pro excellenti praeminentia, foi criada no Funchal uma nova diocese com sede na igreja de Santa Maria cujo poder eclesiástico se estendia a todas as ilhas atlânticas, incluindo Cabo Verde. No entanto, poucos anos depois compreendeu-se que em benefício de um fortalecimento do padroado régio, ou seja, da administração eclesiástica fortemente controlada pelo poder temporal, e consequentemente do império ultramarino, seria necessário fomentar a criação de centros de poder eclesiástico local que ultrapassassem as fragilidades provocadas pela existência de uma capital diocesana longínqua como era o Funchal em relação a Cabo Verde. Assim, no ano de 1533 a súplica realizada em 1532 foi aceite pelo papado1462, nascendo, deste modo, o bispado de Cabo Verde cuja sede seria na ilha de Santiago. Fonte: MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] . 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

2.1.2. Construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário - História.

É comum entre os historiadores, apontar que a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída cerca de 1495, por pretos da terra e cristãos da Guiné. Baltazar Neves[639] refere que também a historiografia tradicional aponta que a igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande foi mandada edificar cerca de 1495, com o concurso dos "pretos da terra e cristãos de Guiné" que teriam sido provavelmente os primeiros confrades da opulenta irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que prosperou na cidade da Ribeira Grande. Alude a um documento de 1681 que relata a tentativa de alargamento da igreja da Misericórdia, em que todos os moradores da Ribeira Grande teriam ajudado com suas esmolas e escravos, sendo que o bispo concorria com 900$000 reis, os mordomos com 600$000, sem contar com acréscimo de 200$000 reis vindo de um legado pio em que a confraria da Nossa Senhora do Rosário, então considerada muito rica, concorreria com *"mais mil cruzados"*, como refere um documento consultado pelo mesmo [640]. Acresce ainda que a cerca da construção da igreja ao fazer a caracterização do estado do Arquipélago, em 1784, o "Amante da Pátria", ao fazer alusão à igreja do Rosário da Ribeira Grande assinalava que : *"A Igreja que tem mais esta Cidade […], he a de Nossa Senhora do Rosário, para cuja edificacaó, he tradiçaó commûa, que concorreraó os Pretos da Terra, como os Christaós de Guiné, a qual tendo no seu principio húa grande Irmandade, e bastantemente opulenta, hoje se acha naquella mesma decadência, que experimenta todos os mais da Ilha. Esta mesma Igreja sérvio algum tempo de húa das freguesias da Cidade; e também outro tempo de Sé Cathedral* [641]. Refere também que, por tradição, um dos principais objectivos desta confraria em todas as comunidades onde emergiu foi garantir as condições e meios para a alforria dos escravos e que mesmo que alicerçando em valores mais abrangentes, parece que a irmandade da Ribeira Grande teria nos escravos o fundamento da sua acção. Não se estranhando, portanto, que estes fossem os seus primeiros apoiantes, o que lhe permitira estabelecer uma relação vistosa no plano do

639 NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

640 AHU-CU, Cabo Verde, cx 6-A, doc.: 161, de 21/05/1681.In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

641 *Noticia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio thé o estado presente*. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, cód. 547 [n.º antigo: B. 8 – 60]. 1784. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

culto divino e religioso, em clara "concorrência" com as demais confrarias, entre as quais as de Nossa Senhora da Conceição, da Penha, de S. Clara e de S. Sebastião, salientando, no entanto, que a componente negra e escrava não figura, de forma evidente, nas fontes documentais, uma preocupação da igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande, como seria de esperar, supondo-se assim que a base de recrutamento preferencial da irmandade do Rosário, se tenha deslocado para os forros e filhos da terra mais proeminentes, que nela teriam encontrado um meio de legitimação e afirmação do seu ascendente económico e *status* social. Salienta que a par da Misericórdia, as confrarias de Nossa Senhora do Rosário e as do Santíssimo Sacramento foram consideradas como as mais ricas [642] e prestigiadas, de existência mais longa na cidade tendo recebido dotações régias[643] e legados testamentários e bens de particular valor, tais como propriedades agrícolas com todo o seu recheio (escravos, destiladores de aguardente, trapiches, gado) e dinheiro para a manutenção das igrejas e realização do culto, salientando ainda que com o empobrecimento e ruína total da confraria de Nossa Senhora da Conceição, nos últimos anos de Setecentos [644], a igreja do Rosário foi escolhida como guardiã das suas imagens e insígnias [645].

Acresce que, logo após a elevação de Cabo Verde a bispado, em 1533, foi necessário equiparar uma das igrejas da Ribeira Grande à Catedral e que as fontes documentais não explicitam os termos, nem qual foi a que mereceu esse privilégio, se seria a de Nossa Senhora da Conceição [646], ou a de Nossa Senhora do Rosário, então igreja paroquial. Conclui que na historiografia caboverdiana, esta igreja é, segundo designada por vezes como 'igreja pró-catedral'[647] . Explicita ainda que em "Noticia Corographica*"* relata-se que ela serviu de Sé, sem especificar em que período, mas que os indícios apontam

[642] AHU-CU, Cabo Verde, cx. 6-A, doc. 161. 21.05.1681. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[643] BRÁSIO, A., Monumenta Missionária Africana. 2.ª Série, Vol. III doc. 34, 48 e 49, p. 80, 126 e 127.
[644] AHU-Cód. 479, fls. 72 V.º- 73 V. 25.09.1779. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[645] SOARES, Maria João, «Há festa na cidade» – Festividades Religiosas e Cerimoial na Ribeira Grande", "*Studia*". Lisboa. Ministério da Ciencia e do Ensino Superior/Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Nº 58/59. 1996, p. 151. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[646] BRASIO, A. – *Monumenta Missionária Africana.* 2.ª Série. Vol. V, doc. 102, p. 303. No mesmo texto anota Brásio: "Não consta dos documentos conhecidos que a igreja da Conceição tenha sido Sé de Cabo Verde."
[647] "Carta do Bispo da Bahia a El-Rei (11/04/1552)". In BRÁSIO, A . - Monumenta Missionária Africana. 2.ª Série. Vol. II. Lisboa. AGU, 1963, doc. 130, p. 4440-4443, nota de rodapé n.º 4 [p. 441]. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

para que fosse entre a criação do bispado de Cabo Verde em 1533 e 1560, pois, a partir de então, a da Misericórdia passaria a desempenhar estas funções até 1693, data a partir da qual foi transferida para a 'Sé nova', acabada de construir pelo bispo D. Frei Vitoriano Portuense. Salienta ainda que, como uma das raras alusões à confraria do Rosário dos Homens Pretos da Ribeira Grande, D. António Coutinho de Lencastre, governador e provedor da Misericórdia, num documento de 7 de Julho de 1814, dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Forjaz escreve:

> *"No dia de hoje pellas trez horas da tarde, com pouca diferença, veio ás cazas da minha residência hum Official de Justiça (segundo penço) [648] com hum requerimento, e Despacho do Conselheiro Juiz Conservador da Irmandade de Snr[a] do Rosário dos Homens pretos, em que mandava respondece eu ao que lhe requeria hum dos meus Escravos chamado Valentim, cujo [nome] se acha incerto na Relação, que com o meu primeiro Officio transmiti a V. Ex.cia..."* [649].

Quanto aos bens desta confraria que justificassem ser uma das mais poderosas, Baltazar Neves não deixa de apontar o documento de arrolamento dos bens da Companhia dos Jesuítas em Santiago de Cabo Verde que confirma que também lhe pertencia "*Hús pardieiros que houveraõ de foro dos mordomos de nossa Senhora do Rozario desta cidade*"[650]e que o padre Farinha, ao referir-se às igrejas e confrarias da Ribeira Grande, informa que para além do convento de S. Francisco dos padres Capuchos da Província de Soledade, existia a igreja de Nossa Senhora do Rosário, cuja edificacão, é tradição comum, que concorreram *"os Pretos da Terra, com os Christaós de Guiné, a qual tendo no seu principio húa grande Irmandade, e bastantemente opulenta, hoje* [1784] *se acha naquella mesma decadência, que experimenta todos o mais da Ilha*». Também, segundo o Amante da Pátria, havia bastantes ermidas, mas a maior parte delas "*se achaó hoje arruinadas, e algúas cahidas de todo por terra*" [651].

---

[649] AHU-CU Cabo Verde, cx. 63, doc. 18, de [07?]/[07?]/1814. In In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012..

[650] BRASIO, A. - *Monumenta Missionária Africana*. 2.ª Série. Vol. V, doc. 52, p. 171. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012..

[651] Noticia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio thé o estado presente, 1784, Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, cód. 547 [antiga cota: B. 8 – 60]. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012..

Esta igreja teria recebido portanto, benefícios da população local. António Correia e Silva, em "A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros"[652] onde se escreve que em inícios do sec XVII, no testamento da Catarina Fernandes, mulher do proprietário rural Diogo Ximenes, que as escravas forras, Theodósia e Maria, mãe e filha, ficassem com a responsabilidade por varrer e guardar a igreja e de *"dar todas as segundas feiras do ano, um vintém de azeite para se alumiar a lâmpada de Nossa Senhora do Rosário"*, caso contrário poderiam perder a liberdade. Diogo Ximenes Vargas havia deixado como herança, quando faleceu em 1624, a quantia de 120.100 réis ao templo para o retábulo, 40.000 réis para a lâmpada de prata e 28.000 réis para os vestidos das imagens de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição[653]. Há portanto informações acerca do recheio da igreja nesta época, nomeadamente, um retábulo, uma lâmpada de prata, de 40.000 réis e 120.100 réis respectivamente, e duas imagens, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição, pois deixou 28.000 réis para a compra de vestidos para estas imagens. Esta informação permite também situar melhor a data da transferência da imagem de Nossa Senhora da Conceição para a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Portanto, em 1624, data da morte de D. Ximennes Vargas, a imagem de Nossa Senhora da Conceição já se encontrava nesta igreja, o que pressupõe que esta igreja já estava arruinada.

Baltazar Neves (NEVES, 2012) refere que portaria n.º 148 de 19 de Junho do 1866, indica que foi extinta a confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia do Santíssimo Nome de Jesus da Cidade da Ribeira Grande [654], avançando que em 1867, a então Junta da Paróquia daquela freguesia não se encontrava habilitada com os "*meios necessários para responder às necessidades urgentes do culto"* e do labor da igreja, na qual estava

[652] Correia e Silva, António Leão - *A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros*, in ob. cit., p. 349. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). 225 f.* 2015. Tese de Mestrado.

[653] Ibidem

[654] "*Tendo por portaria d'este Governo Geral n.º 148 de 19 de Junho do 1866 sido extincta a confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguezia do Santíssimo Nome de Jesus da Cidade da Ribeira Grande d'esta ilha"; e, "Attendendo a que a actual junta de parochia d'aquela freguezia se não acha habilitada com os precisos e necessários meios para occorrer ás necessidades urgentes do culto e fábrica da igreja, na qual estava estabelecida a episcopal; hei por conveniente determinar que os bens pertencentes áquella extincta confraria passem a ser administrados pela referida junta de parochia, afim de que pêlos rendimentos dos mesmos bens possa ella fazer face e prover aí despesas que as exigências do culto e da fábrica reclamarem. As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.Quartel general do governo da provinda, na cidade da Praia do S. Thiago, 20 de Setembro de 1867.= Joze Guedes de Carvalho e Meneses, governador geral"*. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

estabelecida a episcopal, que o governador José Guedes de Carvalho e Meneses, achou por conveniente determinar que os bens pertencentes àquela extinta confraria passassem a ser administrados pela referida junta de paróquia, *"afim de que pelos rendimentos dos mesmos bens possa ella fazer face e prover aí despesas que as exigências do culto e da fábrica reclamarem"* [655].

O Padre António Manuel Monteiro Silves Ferreira (Padre Ima), arquivista da Diocese explicou-nos que a extinção da confraria de Nossa Senhora do Rosário poderia estar relacionada com a transferência do Bispado para S. Antão e depois para S. Nicolau, na medida em que, os cónegos que normalmente tinham a iniciativa de as criar, incentivar e gerir, sendo transferidos para as ilhas mencionadas, levariam com eles a tradição desta prática e sua revigoração para as localidades onde passavam a permanecer, tanto é que em S. Antão se implantou a confraria de Nossa Senhora da Penha, que ainda funciona, e a de nossa Senhora do Rosário. Em S. Nicolau foram também criadas duas confrarias.

Esta igreja mereceu a atenção de Luís Benavente nos anos 60 do sec. XX, data em que obras foram realizadas. Acerca destas obras, após ter feito o historial da acção realizada por Portugal, com o fito de salvaguardar o Património Cultural de Cabo Verde, Vera Félix Mariz (MARIZ, 2013) opina*: "Apesar destes laivos de consciência patrimonial, seja por parte de cidadãos comuns, de clérigos ou do Governo, a verdade é que a conjuntura dos anos 60, como veremos, originou um crescente de sensibilização e a concretização de uma missão temporária por parte do arquiteto Luís Benavente (1902-1993), Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais na Metrópole"*[656]. Refere que datam destes anos 60, importantes acontecimentos de cariz político-social, cuja desacreditação far-se-ia, também, através da recuperação de alguns dos símbolos materiais da ancestralidade da administração portuguesa em Cabo Verde. Para a mesma, durante aquela década, o movimento para a independência das ilhas, o PAIGC,

[655] *Noticia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio thé o estado presente*. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, cód. 547 [antiga cota: B. 8 – 60]. 1784 . In. NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[656] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA*. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7**.** Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] . 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

encontrava-se *"revestido de uma força sem precedentes*" exemplificando a petição enviada pelo PAIGC ao governo português em 1960, a carta aberta de Amílcar Cabral de 1961 (Afonso, 1993, p.344). Explica que a ausência de resposta do regime e a consequente continuidade da política colonial portuguesa, o escalar de violência marca a segunda fase de luta do movimento independentista da Guiné e Cabo Verde e que deve-se ter em consideração também *"o facto de o ano de 1960 ter ficado marcado, numa leitura triunfalista da história, pelas celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique"* que coincidiram com o V Centenário da Descoberta das ilhas de Cabo Verde, cujas efemérides *"colocaram a tónica na ancestralidade da presença portuguesa e, consequentemente, nos testemunhos materiais mais grandiloquentes dessa herança: os monumentos".* Adianta ainda que, *"precisamente neste momento"* o Governador da Província, Silvino Silvério Marques (1918) solicitou ao arquiteto Luís Benavente, então Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais que estava, simultaneamente, ao serviço do Ministério do Ultramar, que se deslocasse à ilha de Santiago com o objetivo de estudar os monumentos da ilha de Santiago e da ilha da Boavista, e que criasse uma legislação protetora do património das ilhas. Vera Mariz (MARIZ, 2013) apresenta então um estudo com vista a ilustrar *"a natureza da campanha do arquiteto Luís Benavente em Cabo Verde"*, a partir da análise do caso do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na Ribeira Grande da ilha de Santiago, que passamos a sintetizar.

As primeiras palavras da mesma em relação à importância da igreja da Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande falam por si. Apresenta a Ribeira Grande como sendo *"a primeira cidade organizada pelos portugueses no Ultramar"*, e afirma que, *"não é de estranhar a inclusão do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, considerada o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, testemunho da obra de missionação portuguesa, no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver por Benavente em Cabo Verde, dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das ilhas"*. Lança um outro elemento, também importante para a sua análise. O facto*, "um dado que se reveste da maior importância para compreendermos a intervenção neste templo"*,de que dera conta o arquiteto Luís Benavente (BENAVENTE,1969), aquando da sua chegada à Ribeira Grande, em 1962, é que a igreja de Nossa Senhora da Graça

seria a mais antiga mas, e também a única *"cujo estado de conservação permitira a continuidade da sua abertura ao culto"*. No entanto, citando Benavente, que apresenta dados do levantamento realizado por ele mesmo, bem como pelas e fotografias da época, que indicavam que, naquele momento a torre sineira estava parcialmente destruída e totalmente descoberta. Refere-se ao altar-mor que era constituído por lápides sepulcrais emparelhadas *"patenteando ainda caracteres de escrita bastante anterior, à falta de respeito na realização de uma obra desta natureza"* (BENAVENTE, 1969), o flanco esquerdo do templo encontrava-se pressionado por pedra e entulho que havia caído da escarpa vizinha ao longo dos anos. Uma enorme pedra estava caída sobre a preciosa abóbada da capela tardo-gótica, e *"o interior estava manifestamente desfalcado em termos da cobertura azulejar"*. A "singela" Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi assim alvo de estudo por Luís Benavente, juntamente com o pelourinho da Ribeira Grande, o primeiro objeto de estudo do arquitecto Luís Benavente em Cabo Verde (MARIZ, 2012, 225-248).

Vera Mariz[657] passa então à análise da intervenção de Luís Benavente nesta igreja. Refere que denota-se à partida, *"um grande rigor da abordagem, estando o arquiteto preocupado com a totalidade de aspetos que fazem da igreja de Nossa Senhora do Rosário";* que mandou fazer o levantamento à escala 1/100; mandou proceder também à limpeza e organização do espaço circundante, e da fachada, por ter considerado fundamental a remoção de todo o entulho que foi caindo da encosta e se depositou perto da torre, durante séculos; tendo contactado também os proprietários das bananeiras que ocupavam o adro da igreja, sugerindo o transplante destas *"deixando assim a igreja respirar.* Avança que deu-se prioridade porém aos trabalhos de restauro da capela de S. Roque, porque esta, sendo de *"pequenas dimensões e portanto de reduzido custo"* (BENAVENTE, 1968), apesar do *"fulgor inicial motivado pela antiguidade e simbolismo da igreja de Nossa Senhora do Rosário",* dado que, sendo esta maior, os custos seriam também maiores, como indicação do Governador Leão Sacramento

[657] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7**.** Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] . 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

Monteiro (1886-1972) em 1968. A obra na igreja de Nossa Senhora do Rosário seria "de maior vulto e dispêndio". "*No programa de dotações para a recuperação dos monumentos nacionais de Cabo Verde, o arquiteto Luís Benavente calculou que o total da investigações e intervenções necessárias para a recuperação da igreja em causa, ascenderia aos 430.000$00, verba que só seria ultrapassada pelo restauro da manifestamente maior, a Fortaleza Real de S. Filipe* (MARIZ, 2013). Acrescenta que no ano de 1969, o projeto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi retomado até o ano de 1974, ano da queda regime salazarista. Foram realizadas as seguintes obras:

> *"... do exterior para o interior, procedeu-se à limpeza do adro e do espaço circundante, afastando-se as pedras que, ao longo do tempo, foram caindo da escarpa vizinha ao templo; completou-se a torre sineira, órfã de parte da sua face frontal e da totalidade da parede esquerda, ainda que não se tenha concluído a cobertura pensada para ser executada num formato piramidal, à semelhança de outras da mesma época; limparam-se e/ou substituíram-se os rebocos exteriores manchados pela ação do tempo, mas sem efeito conclusivo; partiu-se à marreta a pedra que, há cerca de cem anos, caíra da montanha vizinha e ameaçava a abóbada nervurada tardo-gótica; arrancou-se azulejo de modo a compreender a forma como este se adossava à parede; arrancaram-se as grades das janelas, cujo destino seria um museu nunca criado; e, finalmente, consolidou-se o tecto, intervindo-se no madeiramento e nas telhas existentes"*[658].

Opina acerca da metodologia de trabalho e teoria de restauro apresentados, defendidos e praticados pelo arquiteto Benavente, e o destaque que se lhe deu que testemunha mais uma *vez "o carácter trans-memorial e trans-contemporâneo da igreja afirmando que não obstante a sua importância enquanto activo centro espiritual ao longo dos séculos, ou testemunho da evolução estilística da arquitetura, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi, também, escola de obras"*. Lembra que esta obra de restauro deveria servir *"como escola para a formação de equipe",* formando-se assim, mão de obra para os trabalhos de restauro a realizar na Província, acrescentando que, deste modo, trabalhando, por exemplo, nas alvenarias necessárias, os habitantes locais estariam a dar

[658] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. [Em linha]. 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF] cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

continuidade aos trabalhos iniciados há muitos séculos pelos seus antepassados, aqueles que os mesmos que construíram e mantiveram o singelo templo da Ribeira Grande da ilha de Santiago (MARIZ, 2013).

Informa a autora que os trabalhos de restauro não foram totalmente concluídos durante a missão, que se realizou entre 1962 e 1974, pelo arquiteto Benavente. O estudo comparativo do projecto e do que se realizou conclui-se que a cantaria das sineiras da torre exterior foi concluída, mas a cobertura da mesma não o foi. Como justificativa, apresenta o facto de o próprio arquiteto ter reconhecido, em 1969, a dificuldade desta questão (BENAVENTE, 1969), *"provavelmente devido à inexistência de documentação auxiliar referente à época de construção deste elemento, ficando sujeita a estudos mais aprofundados"*. Não se concretizaram os seguintes trabalhos: a cobertura da torre sineira na sua totalidade, o arranque e organização das lápides sepulcrais, encontradas no interior e exterior da igreja, servindo de altar-mor ou escadaria, também não se concretizou na totalidade, bem assim o início de um repositório para um futuro Museu Lapidar e Arqueológico, segundo escritos de Benavente (BENAVENTE, 1970), que não estão datadas, segundo a mesma. Refere-se à cobertura azulejar policromada, em azul, amarelo e branco da igreja referindo que, *"quando o arquiteto responsável se deparou com a igreja em estudo, por descrição do próprio, os painéis encontravam-se incompletos, possuindo grandes faltas que devem vir de longa data"* (BENAVENTE, 1970), o que levou a que a *"Fábrica e Faianças e Azulejos Sant'Anna, de acordo com amostras dos originais",* executasse "*catorze mil trezentos e setenta e cinco azulejos num valor de 190.700$80* (BENAVENTE, 1972).

Comparando imagens de fotografias actuais e da época, Vera Mariz (MARIZ, 2012*)* assinala que apesar das falhas, a igreja de Nossa Senhora do Rosário estaria, no seu interior, totalmente coberta por azulejos*, "situação que não foi mantida após o destacamento e recolocação destes elementos, cuja distribuição alcança, apenas, a meia altura das paredes laterais, da fachada e acesso ao altar-mor*", e o padrão actual montado nos anos 60, não corresponde, *"pelo menos na totalidade, ao pré-existente",*

pelo que opina que foi "uma má montagem" ou possivelmente *"alguma liberdade de projecto"* (MARIZ, 2012)[659].

Refere-se a novos trabalhos de restauro integrados na terceira fase de trabalhos do "Proyecto de Desarrollo sostenido integral de Cidade Velha"- (PLADESVELHA) traçado pela Cooperação Espanhola em Cabo Verde, a partir do ano de 2000, que levantou vários problemas, de entre os quais, o do pavimento do interior da igreja que terá sido levantado, bem como as lajes sepulcrais que marcam o centro do espaço, para posteriormente, voltarem a ser recolocados, a que foram acrescentadas outras lajes, segundo Brito (BRITO, 2012, 119-120), salientando que foram realizadas sem qualquer critério, o que *"se depreende pelo facto da orientação de uma delas estar invertida em relação às restantes"*. Afirma ainda que as lajes sepulcrais que servem de escadaria de acesso ao adro foram mantidas, *"num gesto de clara insciência para com o valor das mesmas"*. Considera que mesmo assim, esta intervenção, bem como as anteriores, *"culminaram num momento fundamental para a história do local: a proposta de classificação da Cidade Velha, no ano de 2008, para Património Mundial"*. Referindo que a igreja de Nossa Senhora do Rosário fez parte, evidentemente, da proposta submetida à UNESCO em Janeiro de 2008, cita parte dos escritos de Carvalho (CARVALHO, 2008, 31), nomeadamente a seguinte descrição:

> *"L'église Notre-dame do Rosário est certainement le plus ancient bâtiment de Ribeira Grande encore sur pied et renferme un des rares exemples d'architecture gothique en Afrique subsaharienne (coupole de la chapelle latérale ...). Cette splendide chapelle de style manuélin constitue l'élément fondateur de l'église. Sa clef de voûte possède une estampille représentant la croix de la couronne royale portugaise. L'église, dont le corps principal a été construit dès 1495, repose sur un promontoire qui domine la rue Carrera. Cette église n'a jamais perdu sa vocation et rassemble*

[659] Fiel ao tema que propôs desenvolver, Vera Moriz acrescenta: Entrando nos momentos finais desta comunicação, é necessário termos em consideração que, se por um lado, o regime salazarista imbuído da sua ideologia nacionalista e colonial procurou, em períodos de contestação, sublinhar a legitimidade da presença portuguesa nos territórios ultramarinos através da recuperação e valorização do património histórico-artístico, eloquentes testemunhos memoriais de uma história secular, situação semelhante teve lugar após a independência daqueles locais. Fonte: MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. [Em linha]. 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF] cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

toujours la population de Cidade Velha pour les messes hebdomadaires. Son état de conservation est exceptionnel"[660].

Conclui, considerando que, nesta proposta à UNESCO, o valor artístico e histórico da igreja foi justamente valorizado pela inegável antiguidade da capela lateral tardo-gótica, contestando que, a par da classificação do seu estado de conservação como excelente, se deveria fazer referência aos restauros dos quais a mesma foi objeto. Vera Mariz citando e baseando-se no que a Unesco referiu a propósito da questão afirma: *"na avaliação da proposta submetida por Cabo Verde a indubitabilidade da sua autenticidade, para a qual terá contribuído o restauro da igreja em estudo, coordenado por Luís Benavente, "carried out with a degree of respect for authenticity wich has been judged to be mediocre"* (UNESCO, 2009, 32). Afirma ainda que esta classificação que parecia ter sido realizada pelo ICOMOS em 1992, se lhe afigurava excessivamente negativa dado*"as parcas informações conhecidas à época (e mais recentemente) do processo de restauro em causa".* Lembra que a propósito desta questão, a própria UNESCO defende que *"it must be admitted that this save the monuments from definitive ruin"* (UNESCO, 2009, p.32) .Escreve ainda: *"Ainda assim, a Cidade Velha foi, com mérito, classificada Património Mundial, sublinhando-se, na avaliação da proposta submetida por Cabo Verde a indubitabilidade da sua autenticidade, para a qual terá contribuído o restauro da igreja em estudo, coordenado por Luís Benavente"(MARIZ, 2013).*

Termina o seu estudo, sublinhando o facto do restauro realizado pelo arquitecto Luís Benavente, entre os anos de 1962 e 1974, segundo os preceitos da época e também preconizando princípios universalmente consagrados, contribuira para a valorização do património histórico-artístico de Cabo Verde. Considera que *"A consagração da Cidade Velha como Património Mundial é, sem dúvida, a derradeira demonstração da importância do projecto traçado por Luís Benavente que foi, de resto, o primeiro a propor a classificação do conjunto como monumento nacional".*

Num outro estudo mais amplo e aprofundado, Vera Mariz[661] apresenta os trabalhos realizados por Luís Benavente em Cabo Verde e na igreja de Nossa Senhora do Rosário,

[660] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s. d). [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

esclarecendo acerca da substituição dos azulejos, nomeadamente a técnica de restauro utilizada pelo mesmo.

Ao referir-se à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a missão do arquitecto Luís Benavente, Vera Mariz (MARIZ, 2013) faz uma incursão à História, aludindo à questão da criação da diocese de Cabo Verde, que pensa ser de particular interesse para compreendermos a importância da igreja de Nossa Senhora do Rosário, não só porque esta estava, evidentemente, abrangida pela autoridade eclesiástica de Funchal, *"mas sobretudo porque parte da sua memória"* estava *"inegavelmente ligada ao complexo processo de edificação de uma sede digna deste novo bispado africano"*. Lembra que o processo de construção da Sé Catedral da Ribeira Grande iniciou-se por volta do ano de 1558[662] com o bispo frei Francisco da Cruz mas que acabou por arrastar-se ao longo dos séculos devido à falta de verbas e à existência de muitas dúvidas relativas à sua localização e que, sem sede para o bispado de Cabo Verde, as pequenas igrejas da Ribeira Grande mantiveram-se ao longo dos séculos activas nas suas funções de assistência espiritual, sendo de sublinhar que a própria igreja de Nossa Senhora do Rosário foi apontada para Sé, no ano de 1681, porque enquanto a construção do templo mais importante da cidade não era concluída, as principais cerimónias litúrgicas decorriam na igreja da Misericórdia, que era considerada, pelo bispo, como sendo demasiado pequena. Assim, António de S. Dionísio sugeriu a D. Afonso VI (1643-1683) que se simplificasse o projecto para a catedral e, deste modo, se desse continuidade às obras, servindo-se, além das esmolas e donativos, das posses da confraria da igreja de Nossa Senhora do Rosário *"que hé hoje muy rica"*[663]. O bispo sugerira que, enquanto se procurava concluir as intermináveis obras da Catedral e se aumentava a igreja da Misericórdia, se fizesse uma nova capela na igreja pertencente à

---

[661] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. [Em linha]. 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF] cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

[661] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s. d). [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[662] BRÁSIO, António - *Monumenta Missionária Africana. Lisboa*. Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História. I2ª Série. Vol. II, 1963, p. 232, p. 249. In MARIZ; Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (2016). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[663] António Brásio - Monumenta Missionária Africana. Lisboa. Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História. I2ª Série. Vol. II, 1963, p. 232, p. 249. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (2016). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

referida confraria, para que esta funcionasse como Sé[664]. Assim, a igreja de Nossa Senhora do Rosário manteve-se *"liturgicamente activa ao longo dos séculos e que seria dotada de uma grande riqueza e dignidade, fruto da força da confraria à qual pertencia"*[665]. Assinala que no local é possível observar outros elementos que testemunham a importância deste templo, as lápides funerárias, a que se refere do seguinte modo: *"Entre as lajes sepulcrais que nos guiam da entrada ao altar-mor, encontramos as de D. Sebastião da Ascensão (c. 1555-1614), sétimo bispo de Cabo Verde, falecido em 1614, e de outros ilustres brasonados como Cristóvão Leitão Cabral e a sua mulher, falecidos em 1607".* Relativamente a estas lápides alerta ainda que, a determinada altura, outras foram lamentavelmente empilhadas, criando a escadaria que liga a Rua Carreira ao adro da igreja. Alude ainda, no final da introdução, que versa acerca do enquadramento do artigo, e a questão, no Estado Novo, da decisão em encetar projectos na área da restauração, lembrando que é importante recordar que esta igreja, à semelhança de toda a cidade da Ribeira Grande, foi alvo de grosseira destruição e saque nos séculos XVI e XVIII, tendo sido também votada a um abandono significativo na sequência da transferência da capital para a vila da Praia. Refere que, no entanto, na segunda metade do século XX, assiste-se *"a um momento de revitalização material e espiritual da Ribeira Grande de Santiago e, concretamente, da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos"*[666].

2.1.3. Devoção ao Rosário - A Confraria de Nossa Senhora do Rosário.

Nossa Senhora do Rosário era a padroeira dos homens pretos da cidade. Desde os Séculos XV e XVI, os negros já se congregavam nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, em Portugal[667]. A devoção à Nossa Senhora do Rosário era realizada somente pelos brancos. Tornou-se popular com a famosa batalha de Lepanto, em 1571, em que a vitória dos cristãos sobre os mouros passou a ser atribuída à proteção da Virgem. A

[664] Ibidem
[665] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (2016). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[666] Ibidem
[667] Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.10.2015]. Disponível em:
http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

devoção dos negros a esta santa é cheia de histórias e lendas[668]. Segundo alguns estudiosos, os Padres Dominicanos portugueses teriam utilizado a imagem desta santa para catequizar os povos africanos em plena África,

> *(…)"fazendo a relação sincrética da Virgem do Rosário com o Orixá Ifá, do Panteão Mitológico Africano, que era o oráculo dos homens e mesmo dos outros deuses, e possuía um colar de sementes de palmeiras que foi associado ao Rosário de Maria". Imbuídos de preconceitos, os que defendiam a escravidão negra usavam como argumento que os escravos eram bárbaros inclinados à bebida e ao furto, que usavam as festas religiosas para preservar os usos de sua terra de origem, sem ouvir Missas e os Sermões. Os negros, assim que chegaram a Portugal, fundaram associações secretas, nas quais elegiam Reis e Rainhas para rememorar os reinados existentes em seus países de origem"*[669].

No que respeita os factos históricos, o Rei de Portugal, Dom Miguel, já se referia à "Confraria dos Pretos" em 1496, o que para este historiador leva a acreditar que *"os negros, em terras lusitanas, aceitaram o catolicismo como forma de tentar manter, através do sincretismo religioso, as suas devoções"*. Com a criação dessas Irmandades religiosas, compostas sobretudo por cativos, os soberanos negros passaram a ser eleitos nessas agremiações. Refere que no Brasil, a devoção a Nossa Senhora do Rosário foi levada pelos primeiros escravos, e que há registos destas celebrações a partir de 1713. Explica que no Tijuco (Diamantina), a Irmandade dos Escravos adotou o nome de "Nossa Senhora dos Pretos, de São Benedito, Santa Efigénia e Santo António de Cartagena", e os registros da festa são datados de 1745, conforme livros do Arquivo do Palácio Arquiepiscopal. Esta celebração pelo clero local, *"como forma de manter os negros cativos, que se rejubilavam ao verem seus Reis coroados, as comemorações em louvor à Santa eram magníficas, repletas de danças e batuques"*[670].

---

[668] Conta-se que em um local da Costa Africana, a imagem da Nossa Senhora do Rosário teria aparecido nas águas do mar. Os homens brancos teriam ficado impressionados e feito homenagens para vê-la sair das águas, mas não obtiveram nenhum sucesso. Foi quando então, pediram ajuda aos negros, que ao tocarem e dançarem, comoveram a santa, que veio para a praia. Outra lenda conta que um negro cativo, ao vagar seu olhar para as águas do mar e triste com sua condição de escravo, começou a rezar em louvor à santa e teve as suas lágrimas transformadas em sementes, que serviram para confeccionar Rosários da Nossa Senhora. Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[669] A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[670] Ibidem

Neste documento refere-se ainda à repressão promovida no tempo dos reis de Portugal a esta celebração, e dá-se o exemplo da realizada em Pernambuco, em que os negros, escravos ou não, celebravam a Bandeira da Nossa Senhora do Rosário, sua padroeira,

> *"e faziam-no com um misto de preceitos religiosos e profanos, como se vê de uma que houve em Olinda em 1815, acompanhados pelos Irmãos e Irmãs da respectiva Irmandade, com toques de instrumentos, zabumbas, clarinetes e fogos-de-artifício, e que saiu mediante licença concedida pelo Ouvidor-Geral da Comarca, o Dr. Antônio Carlos Ribeiro Andrada Machado e Silva*"[671].

Sublinha-se que, esta actitude custou-lhe uma áspera reprimenda do Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, *"que em dois longos Ofícios a ele dirigidos, sobre o assunto, combateu os erros e abusos que outros lançaram à zombaria, vendo-os introduzir e arraigar-se, e para cuja destruição trabalhava há muitos anos"*[672].

As Confrarias religiosas dos homens brancos tinham a missão de fortalecer e nutrir a fé e prestar assistência social aos associados, enquanto as dos negros e mulatos, para além desta missão, tinham uma tarefa ainda maior, a da manutenção de sua identidade cultural, como forma de resistência, e que de nada valeram essas reprimendas, porque essas Confrarias em devoção à Nossa Senhora do Rosário, de forma direta ou disfarçada, continuam até nossos dias. "*O essencial dessas Confrarias ou Irmandades é a sua íntima conexão com as cerimônias de coroação dos Reis negros. Esses cerimoniais, de acordo com a tradição africana, iniciaram-se com a lendária figura de Chico Rei, ou Galanga, rei Congo dos Quicuios, que foi trazido como escravo para o Brasil, juntamente com sua corte, no princípio do século XVIII"*[673]. Este

[671] A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[672] Ibidem

[673] Diz a lenda que Chico, por ser um bom trabalhador e ter tido a sorte de pertencer ao um senhor caridoso, obteve a permissão de trabalhar em seus dias de folga em uma mina abandonada, onde encontrou um veio de ouro que o tornou um homem rico. Alforriou-se, fazendo o mesmo com seu filho e, pouco a pouco, com todo o restante de seu povo, chegando a formar um pequeno Estado Congo, dentro da sociedade mineradora, nos moldes da organização africana. A primeira festa organizada por Chico Rei em louvor à Senhora do Rosário ocorreu na Igreja de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário de Alto Cruz, na antiga Vila Rica, em 1747. As festividades do Congado, nome genérico dado aos diversos grupos vinculados ao culto dos Santos de devoção dos negros, aparecem então sob forma de reprodução simbólica da história tribal, com a coroação dos Reis de congo, as trocas de embaixadas e a representação das lutas entre as monarquias negras, e destas contra o colono escravizador. De Vila Rica, a tradição festiva africana disseminou-se por todo o território de Minas Gerais e também em alguns Estados do Brasil. Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

documento apresenta a descrição do acto de Coroação de um Rei do Congo, em Itamaracá, no ano de 1811. Assim descreveu Koster, o autor, o acto de Coroação de um Rei do Congo[674], em Itamaracá, no ano de 1811: *"Terminado o acto religioso, teve lugar a cerimônia de coroação, na porta de Igreja, sem mais outra formalidade que ajoelhar-se o Rei e receber sobre a cabeça a coroa real colocada pelas mãos do Pároco, voltando então o préstimo para o Engenho Amparo, na mesma ordem em que veio, e onde passou-se o dia festivamente, com lautas mesas e danças à moda africana".* As celebrações descritas, tanto as da coroação do rei do Congo como as de Nossa Senhora do Rosário, são bastante semelhantes às realizadas nas nossas ilhas pelos festejos de santos padroeiros, nomeadamente os rituais de reinados e mastros, como se pode depreender da leitura ao que se segue:

> *"A festa de Coroação e o culto à Nossa Senhora do Rosário era realizado sempre no mês de outubro, época de entre-safra[675]. Também havia a crença de que não se devia plantar mandioca em outubro, porque ela só daria folhas em prejuízo das raízes. Aos pretos eram concedidos então, alguns dias de folga e é graças a esses dias que o folclore negro se manteve. Na festa de Nossa Senhora do Rosário, os personagens principais eram: Rei, Rainha, Juiz de Vara, Juíza de Vara, Juiz de Ramalhete, Juíza de Ramalhete, Capitão de Mastro, Alferes da Bandeira. Os Pajens eram os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que, em serviço, trajavam-se com Opa. Ao finalizar a festa, aprecia um novo personagem, o Rei novo, com os demais cortesões. O Rei vestia-se de terno preto e uma faixa rosa a tiracolo. Rosa é a cor da fita de Nossa Senhora do Rosário. O distintivo real era uma faixa de quatro dedos de largura. A Rainha vestia-se de branco ou rosa e trazia um diadema na cabeça. … A Festa de Nossa Senhora do Rosário tem suas singularidades, dependendo da região, mas geralmente, ocorre nos meses de agosto, setembro ou outubro e é promovida pelas Irmandades e compõe-se de duas partes: a litúrgica, de conteúdo católico, incluindo Missas e outros ofícios religiosos; e a*

[674] Os Reis do Congo, segundo informações obtidas por Pereira da Costa, eram escolhidos por eleição geral procedida entre os próprios negros. Tinham a sua Corte, os seus Secretários, Mestre-de-Campo, Arautos, Serviço Militar, etc. Cada cabeça de Comarca possuía o seu Rei e Rainha e, após a eleição, era feita a Cerimónia Solene de Coroação e Posse no dia da festa de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[675] A função do Rei Congo, entretanto, não se limitava apenas ao recebimento de honrarias no dia de sua Coroação, ia muito além. Ele era o Rei sem trono e sem coroa, que intercedia pelo seu irmão de cor a seus guias: o espiritual era o padre, o tesoureiro era um branco. Mas o Rei tinha uma função importante: era o Presidente. Era muito respeitado e parece que viam nele um ser meio divino e meio humano. No Brasil Colônia e no Império isso representava um grande e inestimável auxílio á manutenção da ordem. Por isso as cidades, vilas e freguesias escolhiam anualmente seu Rei do Congo. Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... . Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

folclórica, constituída pela subida do mastro, a realização de espetáculos pirotécnicos e números musicais, e a presença dos reinados e suas guardas"[676].

Escreve-se ainda que a Festa de Nossa Senhora do Rosário é um importante elemento na integração do negro junto à sociedade brasileira. Assim, agrupados em torno de uma devoção, o povo escravo procurou manter a sua cultura e aspirava a sua valorização como ser humano, dotado de conhecimentos e sentimentos, que merecia ser tratado com dignidade[677].

Pelas descrições deste documento, cabem fazer-se comparações com as festas a santos padroeiros que ainda se celebram em Santiago e noutras ilhas, remeniscências provavelmente do que se realizava no sec. XV, XVI XVII e XVIII, em que algumas quase já se perderam entre nós, restando porém vestígios, enquanto outras sofreram modificações ao longo dos tempos e modernização, com a introdução de actividades mais modernas ou ligadas ao poder, depois da independência (1975) e depois da democratização do país (2009). Este estudo não cabe nesta dissertação, mas convém que pesquisas e estudos neste âmbito sejam realizados, especificamente acerca da celebração da Nossa Senhora do Rosário na cidade da Ribeira Grande, desde estes tempos recuados aos nossos dias.

Um outro apontamento elucida que[678] a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é, no Brasil, uma confraria de culto católico, criada para abrigar a religiosidade do povo negro, que na época da escravidão era impedido de frequentar as mesmas igrejas dos senhores. Mantém-se em seu calendário, uma devoção secular a Nossa Senhora do Rosário. A festa de Nossa Senhora do Rosário era conhecida como "a festa da Oraga", que quer dizer padroeira, designação que foi usada até o Concílio

[676] Essas guardas, por vezes denominadas Batalhão, são unidades religiosas ou grupos autônomos, com denominação articular e estandarte próprio, cujos aspectos rítmicos, indumentárias, movimentos e cantos são distinguidos entre oito grupos: o Candombe, o Moçambique, o Congo, os Marujos, os Catopés, os Cavaleiros de São Jorge, o Vilão e os Caboclos, também conhecidos como Tapuios, Botocudos, Caiapós, Tupiniquins, Penachos e Cabloclinos. Ao chegarem à Igreja, as guardas recebem a Benção e participam da Missa Festiva. Em alguns lugares, durante a Missa, são coroados o Rei e a Rainha do Congado, em outros, a coroa é vitalícia e hereditária. Após a Missa, os participantes saem, com seus Reis, num festejo alegre que percorre as ruas levando o ritmo dos tambores e as cores das roupas africanas. Os festejos também são espaços para o pagamento de promessas. "Se a Rainha alcança uma graça, ela pode arcar com as despesas da festa por um ou sete anos". Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha].]. (s. d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[677] Fonte: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha].]. (s. d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

[678] Fonte: Irmandade dos Homens Pretos – Wikipédia, a enciclopédia ...Irmandade dos Homens Pretos [Em Linha]. (s.d.) [Consul. [A 12.12.2014]. Disponível em: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_dos_Homens_Preto*

Vaticano II, quando as missas eram rezadas em latim e a ladainha cantada[679]. À semelhança do Brasil[680] os festejos e tradições a esta santa padroeira, celebravam-se provavelmente, na cidade da Ribeira Grande, na época esclavagista. Na igreja da Nossa Senhora do Rosário é actualmente festejada esta santa no dia 11 de Outubro. São ainda festejadas nesta Igreja, o Santíssimo Nome de Jesus a 31 de Janeiro, São Sebastião em Março, São Roque a 29 Agosto e o Domingos de Ramos em Abril. Há referências de que haveria sete irmandades na cidade da Ribeira Grande[681].

Também há escritos de historiadores que referem que esta igreja foi mandada construir pelos homens pretos da cidade. Estas informações são contestadas, nomeadamente por Nuno Rebocho[682] que defende:

> *"Cidade Velha – Ao contrário do mencionado em livros e documentos diversos (vg. "A importância histórica de Cidade Velha", Daniel A. Pereira, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004 e "Cidade Velha – Sítio Histórico, Séc. XV", PROIMTUR), a /Igreja de Nossa Senhorado Rosário dos Homens Pretos/ não pode ter sido mandada construir pela Irmandade dos Homens Pretos de Ribeira Grande, a ter-se em conta a vetustez do monumento. O templo foi erguido em 1493, segundo alguns autores – ou em 1495, segundo outros -, sendo a igreja mais antiga hoje existente em Cabo Verde e a sul do trópico de Câncer, feita em pedra especialmente vinda de Portugal, ostentando uma capela com teto manuelino, ogival (o único no continente africano) e possuindo restos da original azulejaria de fabrico português"* [683].

---

[679] Oração a Nossa Senhora do Rosário:
Ó Deus, cujo Filho Unigênito com sua Vida, Morte e Ressurreição,
nos alcançou o prêmio da Vida Eterna; concedei-nos, nós Vô-lo pedimos,
que, recordando estes Mistérios no Sacratíssimo Rosário daBem Aventurada Virgem Maria,
imitemos o que eles encerram e alcancemos o que prometem.
Por Nosso Senhor Jesus Cristo, Vosso Filho, na unidade do Espírito Santo. Amém.
Fonte: Irmandade dos Homens Pretos – Wikipédia, a enciclopédia ...Irmandade dos Homens Pretos [Em Linha]. (s.d.) [Consul. [a 12.12.2014]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_dos_Homens_Preto

[680] No primeiro domingo de outubro, quando é realizada a festa do Rosário, a igreja vive momentos de esplendor com missa solene, coroação de Nossa Senhora, almoço para a comunidade e irmandades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Nesse dia, o povo sai em procissão pelas ruas do centro, cantando e acompanhando a banda de música, as crianças vestem-se de anjos, cumprindo as promessas dos pais, os irmãos e irmãs carregam os andores, o rei e a rainha as coroas, lembrança dos reisados e congadas. Fonte: Irmandade dos Homens Pretos – Wikipédia, a enciclopédia ...Irmandade dos Homens Pretos [Em Linha]. 4 de Outubro de 1916. [Consul. a 12.10.2014]. Disponível em: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_dos_Homens_Preto - Texto de Maria José de Deus.*

[681] Fonte: Cidade Velha: património mundial nas proximidades da ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: www.afreaka.com.br/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-nas-proximida...

[682] IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. [Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

[683] Afirma também*: (...) não se trata da igreja /mais antiga/ construída em África: a mais antiga foi a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que inicialmente se chamou do *Espírito Santo*, que terá sido erguida em 1466 ou 1470, mas dela não existem hoje quaisquer vestígios – foi construída em pedra solta e barro, portanto menos rica e sólida, com baixela e alfaias de ouro e outras riquezas paramentais e religiosas (que foram pilhadas e algumas transferidas para a*

Refere ainda que a Irmandade dos Homens Pretos é decididamente posterior à fundação destas igrejas e que se ocupava inicialmente associação (instrumento) de defesa e solidariedade dos escravos africanos que começaram a chegar à ilha de Santiago depois de 1462 (data do início do seu povoamento), que a Irmandade reflete a ação da Igreja Católica sobre eles, embora sirva também e muito para preservar tradições religiosas camufladas dos escravizados vindos de diferentes partes de África, sobretudo dos "rios da Guiné". Opina que, nestas condições, a Irmandade dos Homens Pretos seria, originariamente, demasiado pobre, para poder mandar alçar este templo em pedra, por conseguinte, muito oneroso.

A este facto junta ainda o argumento de que, o facto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ter sido lugar de sepultamento disputado pelas famílias nobres, pelo menos até ao séc. XVII, data das pedras tumulares mais recentes na cidade encontradas, afasta a possibilidade de ser simultaneamente um lugar pertencente a uma Irmandade de Homens Pretos, escravos na grande maioria, e admite que os reinóis *"não eram obviamente dados a tamanhos 'democratismo*s' e, por outro lado, *"a primeira carga de escravos, cuja referência é feita por Gomes Eannes de Azurara, in "Chrónica dos Feitos da Guiné" (capítulo VII), foi em 1442, sendo embarcados para Lagos – data que medeia apenas 50 anos antes da construção da Igreja, tempo então demasiado curto para conceber que já houvesse este tipo de Irmandade"*[684]. Relaciona a existência das irmandades com a fuga de escravos, 'os fujões' que se refugiavam em zonas pouco acessíveis da ilha, que seria já uma "prisão", desde muito cedo, dando origem *"a uma forma de povoamento objetivo, o dos "badios" (palavra crioula que designa "evadidos" e designa os naturais da ilha de Santiago) "*, sendo a "fuga" *"a primeira manifestação de resistência (negação) à escravatura, na busca de uma liberdade*

cidade da Praia), recebendo inicialmente algumas das pedras tumulares de famílias nobres e possidentes de Ribeira Grande de Santiago (portanto de origem reinol) observáveis na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao que se sabe, a nobreza reinol e algumas famílias "pardas" (crioulas) disputavam nestas igrejas, e mais tarde na Sé, o lugar de sepultamento. Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponívelem: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

[684] A existir qualquer documento referente à Irmandade e à Igreja de Nossa Senhora do Rosário só, em princípio, se achará no acervo dominicano ou excecionalmente em qualquer documento avulso. Sendo certo que a Igreja Católica teve papel importantíssimo na colonização, não é conhecido que ela tenha em Cabo Verde apetências historiógrafas, se bem que só tenha que se vangloriar do seu passado. Fonte: Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 2014. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

ansiada"[685]. Para Nuno Reboco o aparecimento da irmandade terá a sua origem nesta massa de caçadores de "fujões" que, por esta via, teria uma *"uma capacidade associativa alentadora, quer em forma de defesa, de solidariedade e de apoio"*. A esta ideia escreve ainda que, a este grupo, juntaram-se *"os forros que foram aparecendo, a par de escravos senhores de escravos que se internavam, como "lançados", na região dos Rios da Guiné e que, ocupados no tráfico de escravos, resistiram melhor às condições do meio"*. Explica que a estes escravos juntou-se uma massa de descendentes de escravos, semilivres, que formava a "camada superior da plebe" que granjearam algum capital próprio para as suas iniciativas. *"Em fins do séc. XVII, inícios do séc. XVIII e até à extinção da Irmandade com o episódico desaparecimento da Ribeira Grande (o que acontece pouco depois da ascensão da Praia a capital do País – em 1770), a Irmandade é já constituída tão só por homens livres ("pardos") e assume plenamente a dignidade de ter igreja sua*[686]. Informa ainda que em 1612 há notícia de que havia em Ribeira Grande sete confrarias (Irmandades) nomeadamente a do Santíssimo Jácome, a do Bem-Aventurado S. Jacinto, a da Cruz, a das Almas do Purgatório, a da Santíssima Trindade, a do Nome de Jesus e a de Nossa Senhora do Rosário (que depois ganhou o nome de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos), de que era mordomo Diogo Sousa, a que se veio a juntar a do Santo Sacramento e outras. Conclui: "*Deve portanto concluir-se que a Irmandade, nascida na igreja de Nossa Senhora do Rosário e a partir de escravos e seus descendentes, só depois teve o nome de "Homens Pretos". E que, apenas depois dessa data, é que ela se apossou da Igreja de Nossa Senhora do Rosário".* Esta irmandade ter-se-á iniciado por uma

[685] Para a neutralizar, formaram-se grupos de "caça aos fujões" (de que há memórias documentais), alguns deles integrando escravos que também participavam nesta atividade extremamente lucrativa a qual terá dado origem a uma camada de "aristocracia escrava" (chamemos-lhe assim) de onde emergiu mais tarde a Irmandade dos Homens Pretos (já da confiança dos reinóis possidentes e por estes beneficiados). Há notícia de que os "fujões" se agruparam em alguns "quilombos" (lugares fortificados) onde resistiram de armas na mão aos seus perseguidores. Tal processo curiosamente também se afirmou, em anos posteriores, no Brasil, onde se formaram muitos e tendo duração variável. Mais operacional terá sido outro processo de neutralizar as fugas – a construção de muralhas rodeando a cidade e que ainda são hoje visíveis em /cutelos/ de Cidade Velha. Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 2014. [Consult. a 09.12.2015]. Disponívelem: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho.

[686] Acrescenta: *"De resto, a existência de clero negro era um facto visível em Ribeira Grande, fruto da crioulização começada a tecer pelo terceiro bispo da diocese criada em 1533 (31 Janeiro), D. Francisco da Cruz, e que merece especial referência do Padre António Vieira, em 1652, aquando da sua passagem por Ribeira Grande, a caminho do Brasil: "/Há aqui padres tão negros como azeviche. Mas só neste particular são diferentes dos de Portugal, porque tão doutos, tão morigerados, tão bons músicos que fazem inveja aos melhores das melhores Catedrais de Portugal".* Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de Janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

congregação "menor e desqualificada" que se afirmara progressivamente e *'insuflada'* pelos dominicanos[687] foi ganhando espaço aos poucos.

No respeitante à Ordem mendicante Dominicana, essencialmente urbana, foi fundada por Domingos de Gusmão (um cónego castelhano nascido em 1170 e falecido em Bolonha em 1221), depois da experiência obtida no combate aos cátaros e a sua falhada conversão: referida como Ordem dos Pregadores, surgiu no sul de França, apresentando-se de início como um ramo da Regra de Santo Agostinho (devido às limitações impostas pelo Concílio de Latrão, que proibia a criação de novas Ordens) e adotando então o voto de pobreza.

> *"À medida que os "pardos" e os 'homens da terra' foram ganhando posição, até por força da progressiva desintegração da sociedade reinol, a Irmandade reforçou-se até que, com o apoio de um bispo de extração dominicana, fez-se a principal confraria de Ribeira Grande, sediada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que aliás os Homens Pretos terão ajudado a construir (resta saber em que moldes o fizeram – que se saiba, não existe documentação)"* [688].

Conclui aludindo que, com a abolição da escravatura a irmandade tinha já uma enorme importância mas, a cidade, devido à perda do domínio das rotas marítimas estava *"já reduzido a muito pouco*", contudo a Irmandade tinha enorme importância em Ribeira Grande. Afirma que a cidade*"outrora imponente, concentrava num reduzido espaço um total de 24 igrejas (entre elas a igreja de S. Roque, a da Conceição, a de S. Pedro, a da Misericórdia, a Sé, a de Nossa Senhora do Rosário, acapela de Monte Alverne, a capela de Santa Luzia) e capelas, muito clero, enfim quase uma "Braga de Cabo Verde"*. Faz referência à Sede do Bispado que tinha, nestes tempos áureos, um cabido com o bispo, um deão, um pregador, um tesoureiro, um arcediago, um chantre, um

[687] Em 1221, com a aprovação das suas regras de funcionamento no primeiro Capítulo Geral da Ordem, ganhou um certo cariz democratizante no qual todos os cargos, do mais alto (mestre geral<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mestre-geral_da_Ordem_dos_Pregadores>) ao mais pequeno, sempre exigia a respetiva eleição, dando-lhe um caráter não elitista, muito voltada para a burguesia emergente, os pequenos artífices e operários. No anto, por bula do Papa Gregório IX (1233), a Regra Dominicana identificou-se com o Tribunal do Santo Ofício (Inquisição), tornando-se maligna arma de combate às correntes que eram tidas como hereges. Devota de Nossa Senhora do Rosário, foi muito influente em Cabo Verde e, de modo geral, nas colónias ultramarinas de Portugal e Espanha. Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 2014. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

[688] Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 2014. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

mestre-escola, um provedor, um vigário-geral e 12 cónegos. Refere que a esta estrutura eclesiástica *"havia que somar as Ordens, a Mesa da Consciência, os párocos das diferentes paróquias, o convento, o hospital, as Irmandades, os funcionários administrativos ao serviço da igreja; percebe-se a enorme dimensão da estrutura clerical e a importância que ela assumiu na sociedade de Ribeira Grande de Santiago".* E conclui:

> *"A Irmandade dos Homens Pretos, heterogénea na sua composição, terá assim aparecido talvez em fins do séc. XVI, animada por padres dominicanos radicados em Ribeira Grande de Santiago, que tiveram um papel importante na capitania e no povoamento. Digamos que a Irmandade surge com /complemento da ladinização/ dos escravos – é uma etapa superior da escravatura, mas integra apenas os escravos que mereceram a confiança dos proprietários. Não existem documentos que permitam balizar o seu surgimento. E quando a Ribeira Grande recebe – em 1610 – o seu sétimo bispo, Frei Sebastião de Ascenção, ordenado dominicano, a Irmandade teve enorme impulso, aproveitando-se da particular estima que o prelado tinha pela igreja de Nossa Senhora do Rosário – onde este bispo foi sepultado – como tinha pela Confraria dos Homens Pretos, nascida sob influência dominicana, enorme apoio. Deste modo, a Irmandade tornou-se então a principal congregação de "irmãos", correspondendo à circunstância de Nossa Senhora do Rosário se ter então tornado na principal igreja de Ribeira Grande"*[689].

A respeito das condições que levaram ao desenvolvimento da confraria citada, apresenta os seguintes factos históricos e situações vividas na sociedade da ilha: o processo de decomposição e decadência da sociedade reinol, devido a diversos factores, a partir dos fins do séc. XII, que a levam a perder o predomínio no tráfico negreiro; o facto marca a *"época filipina (são deste tempo as últimas pedras tumulares de que há memória)"* em que os senhores passam a aceitar misturar-se, sob rígidas condições, com a plebe que povoava as tabernas, a doca, os bordéis, o que já evidenciava a queda dos senhores, *"acossados pelos corsários e dispostos a cedências perante o 'inimigo interno'"*. Pensa que *"nesta altura, socorrendo-se da crise económica avassaladora, que a Irmandade se lança à ocupação de um templo que lhe é historicamente anterior. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário passa a ser "dos Homens Pretos"*[690]. Relativamente à data exata do nascimento da Irmandade dos Homens Pretos de Ribeira Grande de Santiago, é de

[689] Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

[690] Ibidem

opinião que não se sabe, mas que nunca poderia ser antes do séc. XVI, porque *"não existem documentos sobre ela (os escravos e seus descendentes eram analfabetos*)" mas que pode intuir-se que, na melhor das hipóteses, deve ter surgido, por influência dominicana, durante os anos quinhentos *"procedendo de pouco a Irmandade do mesmo nome criada em Lisboa, com as mesmas razões que lhe deram origem e antecedendo iguais Irmandades criadas no Brasil, em São Paulo e Bahia, nos sécs. XVII e XVIII". E acrescenta(…) é de admitir que a experiência cabo-verdiana tenha de algum modo servido, transmitida por algum escravo para lá levado, para impulsionar igual movimento brasileiro"*[691]. Acrescenta ainda que, estas Irmandades de Homens Negros, foram formas de resistência negra aos terra-tenentes, como o foram as revoltas e a fuga de escravos, havendo notícia da formação de dois ou três "quilombos" no interior do Município, como aconteceria no Brasil. Informa ainda que "a igreja de Ribeira Grande era profundamente escravocrata: não só padres eram donos de escravos como as suas receitas provinham essencialmente (direta ou indiretamente) do tráfico particularmente dos rios da Guiné.

Acresce, aludindo-se à "Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas missões nos anos de 1600 a 1609 e ao "processo de conversão e cristandade daquelas partes" [692]:

> *"Pelo menos, a igreja recusava-se a dar apoio às expressões anti-esclavagistas que começavam a aparecer, com algumas poucas excepções – por exemplo as do padre jesuíta Fernão Guerreiro, que se indignou e combateu alguns "excessos" transparecidos num seu significativo documento "/entre os muitos abusos que havia nesta terra, um grande se tinha no baptismo dos pretos que vêm da Guiné. Que como são muitos, se batizavam logo trezentos, quatrocentos e setecentos juntos; e como destes os mais são os que vão daqui para Índias, Brasil, Sevilha e outras partes, acontece que muitas vezes que pela pressa da embarcação que seus senhores lhes dão por não perderem a ocasião do tempo, o não deixam ter aos pobres para serem catequizados e instruídos na fé como convém…/" e o bispo D. Vitoriano Portuense que ousou intervir no tráfico negreiro com excomunhões, denunciando a superlotação de navios e as condições de embarque, como ausência de baptismo e de catequização dos escravos. São vozes isoladas que, mesmo assim, desencadearam protestos dos possidentes, do*

[691] Ibidem
[692] IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

Reino e da própria igreja – foi acusado de provocar graves prejuízos e de "excessos". Estas vozes timidamente progressistas surgiam a destempo para ter algum efeito"[693].

Explica que os "irmãos" da Irmandade eram, como o nome indica, pretos libertos que, tornados cidadãos, encontravam, na associação, um modo de ganhar algum relevo na sociedade. Tinham uma mesa da Irmandade, com os seus secretários, liderado por um mordomo que era eleito entre os mesários. No Brasil estes "irmãos" recebiam o nome de "malungos"[694]. Em Cabo Verde a palavra "mulongo", na ilha de Santiago e na ilha do Maio, transmite a ideia de quem é calmo, "de espírito baixo", que não se preocupa com nada, que não é agressivo, pelo contrário, é ("manso"- calmo), granjeia amizade e se dá bem com todos. Provávelmente estará relacionada com o perfil dos negros ou "pardos"da irmandade, pelas informações acima veiculadas por Rebocho e pela ideia que a mesma palavra veicula na(s) língua(s) moçambicana(s). É de lembrar que há referências de que existia, na cidade da Ribeira Grande, um bairro habitado por africanos da costa ocidental da África, o Bairro dos Sapes, de que não há vestígios e nem se sabe a localização certa[695]. Neste, os primeiros africanos a chegar à ilha, transmitiam-se provavelmente através da sua língua nativa, testemunhada por palavras de origem africana que ainda permanecem na língua cabo-verdiana, nossa língua, a língua crioula de Cabo Verde, a que já fizemos referência. Certamente que muitas palavras se perderam no tempo, pois a crioulização sobrepôs-se a todas as outras línguas que eventualmente se falassem em quinhentos e nos séculos XVI. A respeito do aparecimento e evolução do crioulo de Cabo Verde, e na sequência do que ficou dito no capítulo anterior, para além das ideias veiculadas por António Carreira e outros

[693] Ibidem

[694] Os idiomas bantu – segundo Prof. Kabengele Munanga, festejado antropólogo nascido no Congo e docente na Universidade de São Paulo– variam os seus substantivos por prefixação e seus principais plurais são *ba* – por exemplo – *ma* – de /mashona/, plural de /shona,/ ou /mashope/, plural de /mashope/– e *wa*. /Lungo/, em grande parte destes idiomas, dentre os quais o /quimbundo/, mais ou menos predominante entre os angolanos escravizados que chegaram ao Brasil, significa /amigo/, mas com sentido mais amplo que o que tem em português; /malungo/, por esta linha, seria /amigos/, companheiros, aqueles que, de algum modo, partilham algum momento significante de vida: a senzala, o transporte no mesmo navio, etc., etc. Fonte: IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos[Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em:
http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

[695] CABRAL, IVA – *Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação*. In História Geral de Cabo Verde. Vol. II. 2007.

historiadores, recentemente, José Carlos Mucangana[696] contestando as ideias de Carreira e outros historiadores e linguistas esplana:

> *"É que essa língua nova, que não era intermédia, nem forjada pela população de origem africana, nem de estrutura fonética moldada a uma matriz linguística pré-existente, tomou o nome de seus primeiros falantes, as crianças de colo, que já não eram crias ou crianças de leite e de peito, mas que ainda não tinham atingido a chamada idade da razão, num esforço de comunicar a sua sociedade pueril fraternal, desprovida de preconceito e mal definida em termos de taxa dérmica. Essa língua foi inventada e continuou a ser falada por todas as crianças, incluindo os filhos dos patrões e os filhos dos cativos, os que tinham pais da minoria portuguesa vindos da europa e os que tinham pais, vindos da África, das numerosas nações da Grande Guiné. Para desenvolver esta língua de gramática inata e simples as crianças recorreram às palavras portuguesas que ouviam à sua volta, repetindo-as, papagueando-as. A nova língua ficou pronta, quando a primeira geração de crianças atingiu a idade da razão e começaram umas poucas a estudar na escola do seminário, em português, e todas a trabalhar, em crioulo"*[697].

A discussão à volta da origem do crioulo de Cabo Verde, da explicação da palavra "crioulo" continua, sendo certo que a língua cabo-verdiana, de quinhentos aos nossos dias, não apagou palavras de origem africana, que ainda existem de forma viva nesta.

Retomando, sabe-se que desde os tempos primitivos houve no Brasil irmandades separadas para os brancos, negros e índios. Com o aumento da miscigenação, foram criadas irmandades para a quarta categoria racial, a dos pardos. Isto demonstrava a segregação racial e o exclusivismo social das irmandades no Brasil. As primeiras irmandades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, localizadas na Baía, estavam divididas em dois ramos, um para os brancos e outro para os negros. Mais tarde, foi criada a confraria separada para os pardos, em Salvador, dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Nos séculos XVI e XVII, as irmandades estavam divididas segundo a classificação racial, mas no sec. XVIII muitas irmandades de negros admitiam brancos como imãos, embora em geral estes pagassem uma entrada e uma anuidade mais altas, e fossem afastados dos cargos da Mesa. A Irmandadede Nossa Senhora do Rosário dos

[696]MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a cabo-verdianidade (3): Que significam as palavras crioulas e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo?. *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131. (Julho/Agosto de 2015), p. 26

[697] MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a cabo-verdianidade (3): Que significam as palavras crioulas e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo?. *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131. (Julho/Agosto de 2015), p. 26

homens e mulheres negros, era a confraria mais antiga e mais fechada do Brasil colonial, e também a mais popular e numerosa nas cidades brasileiras. A devoção dos afro-brasileiros à Nossa Senhora do Rosário poderia ser explicada pelo facto de os escravosa adorarem o Iemanjá, a deusa africana do mar. Em 1552, os primeiros missionários jesuítas, em Pernanbuco, deram início às primeiras confrarias para os escravos africanos recém-chegados da Guiné, sendo que a primeira confraria de escravos do Brasil foi dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Os irmãos ouviam juntos a missa na igreja dos Jesuítas, aos domingos e dias santos, e eram organizadas festas religiosas aos domingos durante a quaresma. O Papa Gregório XIII autorizou a organização de irmandades no fim do sec. XVI, com o objectivo de doutrinar os escravos recém-chegados, nos costumes e dogmas da religião católica. Em 1589, dois padres jesuítas que trabalhavam em missões nos engenhos de açúcar, no Nordeste do Brasil, criaram irmandades nas áreas rurais para os escravos dos engenhos[698].

Os reis portugueses encorajaram o trabalho das missionário entre os escravos pois era uma justificação para o tráfico de escravos. A instituição de irmandades era encarada pela Coroa como outro passo impotante na evangelização dos cativos. Em 1576 o rei promulga um decreto, ordenando que os dízimos cobrados aos africanos recém-convertidos fossem utilizados para as suas igrejas, as suas irmandades, os seus assuntos espirituais, pelo espaço de seis anos. Através das irmandades os negros conseguiam encontrar o seu lugar no sistema social e religioso, apesar da escravidão. As confrarias ofereciam algum consolo ao escravo no seu desgraçado estado, mas a religião condicionava-o a aceitar o jugo. Aos forros e escravos davam o *status* social e a mobilidade de que precisavam. Os serviços sociais destas sociedades de ajuda mútua constituíam as suas mais impotantes funções: para a morte; festas religiosas, danças; escolha de reis e rainhas, a partir de 1674 ao sec. XVIII (ser padre e receber uma melhor educação não era permitido)[699].

As irmandades ligadas às igrejas paroquiais e conventos proporcionavam um modesto rendimento aos vigários. Contribuiam na construção de igrejas e na sua manutenção.

[698] Irmandades - *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. (Coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva). Editorial Verbo. Abril de 1994, p. 445-447.
[699] Ibidem

Ofereciam empréstimos aos escravos que queriam comprar a sua liberdade ou ajuda financeira nos processos judiciais de alforria, contra os senhores ou herdeiros destes[700].

2.1.3.1 A instituição constituição de confrarias nas ilhas de Cabo Verde.

Reportando à Confraria dos Homens Pretos da Cidade Velha, não identificamos documentos antigos a respeito da sua fundação, dos estatutos e dos seus membros. A documentação que identificamos a respeito da *"Confraria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau"*, da *"Província de Cabo Verde"*[701], datada de 1819, poderá servir de estudo comparativo com os estatutos de confrarias portuguesas e brasileiras de quinhentos e seiscentos, podendo-se vislumbrar alguma semelhança com os prováveis estatutos das Confrarias da Cidade Velha, desta época[702]. Nesta versão, o Capítulo 1, artigo 1, alude-se às várias versões anteriores a esta, e sua validação pelo governo, o que pressupõe que estes estatutos foram sendo modificados com o tempo, de modo a adaptarem-se à evolução economicosocial da ilha e da freguesia em causa, e à finalidade da criação desta. Citamos o artigo 1º, para se ter uma melhor apreensão deste acontecimento, bem como pelas referências à sua fundação e ao seu fundador, pela história da mesma e pela indicação das datas mais importantes a ela relacionadas.

Estatutos da Confraria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau da Província de Cabo Verde"

Capítulo I

Da Irmandade, seus fins e seus recursos

---

[700] Irmandades - Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. (Coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva. Editorial Verbo. Abril de 1994, p. 445-457.

[701] Reportório Numérico. 1994. Série E4 – Igrejas e Irmandades. Série 4 – AL/E.4. Caixa 529 – Igrejas e Irmandades. Informações. Maio de 1819. S. G.G. (Secretaria Geral do Governo) - Processo e relatório do inquérito feito à irmandade o Santíssimo Sacramento da freguesia da Nossa Senhora do Rosário. 12cm; originais, Peça nº 3, 387 folhas. Caixa nº 529. Arquivo Histórico Nacional. Cabo Verde.

[702] Identificamos ainda no Reportório Numérico de 1994: Série E2 – Bispado de Cabo Verde; E3 – Autoridades Eclesiásticas. Caixa 528, pag. 325 e 326. Não analisaremos estes temas tratados nestes documentos que servirão também para um estudo mais aprofundado, não podendo nós ultrapassar o âmbito desta dissertação.

Artigo 1ª – Pelos presentes Estatutos é reorganizada, continuando sob a mesma denominação a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau, da Província de Cabo Verde, fundada em 1755, pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, confirmada em 18 de Setembro de 1782 pelo Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, remodelada em 20 de Março de 1787 e 19 de Março de 1795 pelo Bispo D. Frei Critovam de S. Boaventura e, finalmente, reformadas pelas Mesas Administrativas de 1881 e 1901, com aprovação do Governo da Província, em portarias, respectivamente, nºs 185, de 7 de julho, e 237, de 3 de Outubro, dos referidos anos; e atendendo às dificuldades que a agricultura encontra, nesta ilha, ao seu desenvolvimento, pela falta de capitais, e remodelada a forma de empréstimo de capitais , ao género das operações do crédito agrícola, com o fim exclusivo de proteger os irmãos agricultores , e criados os celeiros onde os mesmos irmãos poderão prover-se de sementes[703].

A este segue-se um artigo 1º e um artigo único, que traz os seguintes dizeres: *"Pelos seus fundamentos e história, esta irmandade funcionará como uma associação agrícola, de piedade, de beneficência e protecção à agricultura"*. Os artigos que se seguem até ao 4º, referem-se às obrigações religiosas da confraria. No Artigo 3º fica bem claro a finalidade para que foi reformulada: Artigo 3 ponto 5º - "*Subsidiar quaisquer estabelecimento de piedade ou beneficência, legalmente autorizados; 6º - "Emprestar aos irmãos para fins exclusivamente agrícolas, os capitais de que necessitarem e de que a instituição possa dispor; 7º - "Criar celeiros para uso dos irmãos e emprestar-lhes as precisas sementes; 8º - "Proteger a agricultura nacional"*. O Artigo 4º refere-se à constituição dos fundos em que se indicam para este fim, os lucros obtidos aos empréstimoa aos irmãos, aos abtidos dos seus celeiros, às importância das subscrições resultantes da inscrição dos seus membros, e aos donativos, heranças ou legados a seu favor. O capítulo II – *"Dos Irmãos" da irmandade, define os irmãos associados,* o Artigo 6º é bem claro: - *"Todas as pessoas de ambos os sexos no goso dos seus direitos civis, trabalhador(es) de regular vida e costumes podem fazer parte da irmandade, devendo as do sexo feminino que forem casadas apresentar a autorização por escrito de seus maridos e os menores idêntica autorização de quem legalmente os represente"*. Estes seriam os protectores. Os membros efectivos seriam todos os que se encontravam inscritos na data em que os estatudos começassem a funcionar. Seguem-se os restantes artigos que definem todos os preceitos (Artigo 8 a

[703] Reportório Numérico. 1994. Série E4 – Igrejas e Irmandades. Série 4 – AL/E.4. Caixa 529 – Igrejas e Irmandades. Informações. Maio de 1819. S. G.G. (Secretaria Geral do Governo) - Processo e relatório do inquérito feito à irmandade o Santíssimo Sacramento da freguesia da Nossa Senhora do Rosário. 12cm; originais, Peça nº 3, 387 folhas. Caixa nº 529. Arquivo Histórico Nacional. Cabo Verde.

18, e respectivos pontos) que os membros deviam cumprir. O capítulo III, "Dos empréstimos de capitais aos irmãos", define as normas da concessão do empréstimo, o capítulo V, "da Mesa Administrativa", indica a mesa administrativa, composta por um provedor, um juiz, três mordomos e cinco mordomos substitutos, as sua função, em que os órgãos exerciam gratuitamente as suas funções – art. 3º. Seguem-se as normas restantes dos capítulos que se seguem, referindo-se aos celeiros, sendo o último, o IXº, das disposições gerais e transitórias.

Os Estatutos desta irmandade, após a sua reorganização, foram publicados no Suplemento nº 16 ao B.O.(Boletim Oficial) nº 39, do Governo da Província de Cabo Verde, Anno de 1902, na Parte Official.

Apresentamos também a reescrição de parte do primeiro artigo, a fim de se ter uma ideia mais completa do trabalho que esta confraria desempenhava na sociedade da época, que poderá assemelhar-se às irmandades da Cidade Velha, que provavelmente se criavam para, à semelhança desta, apoiar as várias solicitações da sociedade civil, ocorrendo lá onde se verificassem dificuldades dos cidadãos, ajudando-os na mitigação ou resolução dos problemas que surgiam. Neste sentido, não seria de por de lado a participação dos negros, escravos já libertos, na construção e ou reconstrução da igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos da Cidade Velha, que estivessem associados a uma irmandade com tal finalidade. Os escravos não participariam das irmandades na época a que se refere o documento que apresentamos, pois o artigo é claro ao definir os seus membros *"Todas as pessoas de ambos os sexos no goso dos seus direitos civis"*, além de todos os muitos preceitos que tinham de cumprir, ficando os escravos de fora, portanto. Em quinhentos/seiscentos seria ainda difícil o escravo ser aceite numa confraria semelhante a esta que analisamos. Haveria em quinhentos e seiscentos confrarias que agrupassem negros escravos, mas não identificamos documentos que sustentem esta suposição[704]. Se os próprios órgãos administrativos desempenhavam as funções a que abnegadamente e gratuitamente se lhes atribuía, os seus membros também poderiam gratuitamente participar na construção ou reconstrução da igreja, bem como os fiéis em geral, incluindo os negros, pois o "juntar as mãos" para a realização de

[704] Seria de interesse que estudos aprofundados acerca das confrarias da Cidade Velha de quinentos e seiscentos se fizesse, a fim de termos conhecimentos com base científica sobre este tema, que ultrapassa o âmbito desta pesquisa.

"desejos"de individualidades, de um grupo, do povo ou da igreja é uma tradição antiga em Cabo Verde, que existe ainda, sobretudo em regiões mais rurais e/ou distantes, ou onde a solidariedade e a entreajuda são o apanágio da população carente. Documentos sobre este assunto fazem parte do Anexo Documental (Anexo VI-1e 2) que reunimos durante esta pesquisa.

Reportando ainda à devoção ao Rosário, à construção das igrejas, à padroeira Nossa Senhora do Rosário, bem como às confrarias do Rosário, algumas luzes são possíveis de deslumbrar pelo estudo comparativo com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho[705], do Brasil. Acerca da construção da igreja referida, os escravos negros e os foros haviam de ter participado na construção desta igreja, à semelhança do que acontecia na cidade da Baía no Brasil, em que os escravos contribuíram com o seu trabalho, com dinheiro proveniente do seu trabalho, e com trabalho efectuado nas obras da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Baía:

> *"A Igreja Rosário dos Pretos foi toda construída com trabalho dos negros cativos e forros. Eles quebravam pedra, carregavam madeira e vendiam seu trabalho para ganhar recursos para sua construção. Segundo Manuel Galvão, prior da Ordem, a edificação "foi feita com sangue, que não tinham um lugar para se recolher e rezar vinha do Pelourinho, depois da hora do Senhor, depois daquele trabalho todo, e trabalhavam na obra" (Jornal da Bahia, 26 de Outubro de 1975, pág. 3). Os negros escravizados trabalhavam durante a noite, único período disponível. Os forros contribuíam tanto com o trabalho quanto com os recursos financeiros"[706].*

Do mesmo modo, a irmandade religiosa da Ribeira Grande tinha sido iniciada no período colonial e provavelmente mantinha também uma relação entre os escravos, tanto no que se refere à própria religião, quanto às relações sociais e culturais. Pelo estudo da confraria de S. Nicolau e das do Brasil, fica claro que as principais actividades ligadas a estas associações eram financeiras, sociais, hospitalares, educacionais e funerárias.

> *"A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos era uma irmandade religiosa iniciada no período colonial que mantinha uma relação entre os escravos, tanto no que se refere à própria*

[705] A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho.[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n6_7_p119.pdf
[706] Ibidem

religião, quanto às relações sociais e culturais. As principais actividades ligadas a esta associação e disponíveis aos seus integrantes eram financeiras, sociais, hospitalares, educacionais e funerárias[707].

No Brasil, os negros e os escravos e alforriados (forros) eram particularmente devotos a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigénia, Santo Elesbão e alguns outros santos. Frei Agostinho de Santa Maria refere que desde os inícios do século XVII os escravos e forros veneravam Nossa Senhora do Rosário num altar da Sé da Bahia, em Salvador . Do mesmo modo que outros grupos desta colónia, os negros se organizavam em agrupações religiosas de ajuda mútua, as irmandades ou confrarias[708].

Acerca do catolicismo praticado pelos escravos e foros haveria também, provavelmente, uma certa semelhança.

"*O catolicismo, para os negros da irmandade, representava uma actividade social e não religiosa, como era esperado pelos seus senhores. Participar da Irmandade era um dos raros canais de ascensão social durante o período de escravidão. Através da Irmandade, um escravo poderia adquirir valorização profissional e qualificação social. A devoção ao Rosário foi uma prática mais comum entre os negros. Inicialmente os escravizados, depois os cativos e forros"*[709].

(...)

"Em 1872, a Irmandade estabeleceu oficialmente os seus compromissos junto aos seus associados. Sua principal finalidade era recolher donativos, jóias e esmolas para festejar e louvar a Virgem Nossa Senhora do Rosário. Poderia ser apresentado como irmão "toda pessoa que professar a Santa religião Católica, que tenha bons costumes e reconhecido gozo de perfeita saúde, mediante proposta de algum mesário, sujeita à aprovação ou reprovação da maioria da mesa[710]*"*

[707] Ibidem

[708] Ibidem

[709] A Irmandade teve sua primeira sede no início de 1685 e funcionou na antiga Igreja da Sé ou Santa Sé Catedral da Bahia. Em 1696, recebeu um terreno para a construção da Igreja, como doação de D. Pedro II. Este terreno era o local onde existia um barracão, que servia para reuniões diárias de negros. Em 1724, foi efectivada a posse oficial do edifício. Neste período surgiram conflitos de interesses entre a Irmandade do Passo e do Rosário dos Pretos, pois a primeira desejava apropriar-se do templo construído pelos negros (FÉLIX, 1995). Dois anos mais tarde, em 1726, foi confirmada por D. João V a aprovação e reconhecimento da Igreja. Em 1724, foi efectivada a posse oficial do edifício. Neste período surgiram conflitos de interesses entre a Irmandade do Passo e do Rosário dos Pretos, pois a primeira desejava apropriar-se do templo construído pelos negros (FÉLIX, 1995). Dois anos mais tarde, em 1726, foi confirmada por D. João V a aprovação e reconhecimento da Igreja. Em 1724, foi efectivada a posse oficial do edifício. Neste período surgiram conflitos de interesses entre a Irmandade do Passo e do Rosário dos Pretos, pois a primeira desejava apropriar-se do templo construído pelos negros (FÉLIX, 1995). Dois anos mais tarde, em 1726, foi confirmada por D. João V a aprovação e reconhecimento da Igreja. Fonte: igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ...[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

[710] Arquivo da Igreja cap. 2, artigo 3. BOOK OF PROCEEDINGS VOL. I – INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES – ALGARVE, 2011, 354. Fonte: igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ...[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

Esta irmandade havia solicitado a posse oficial da igreja onde funcionava e pelos seus sócios construída, solicitando a sua aprovação ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordem da Corte e Cidade de Lisboa, pelo que, esta situação teria acontecido também em Cabo Verde e em outros territórios colonizados por Portugal[711]. No entanto, nenhuma documentação identificamos que restringisse as irmandades da Ribeira Grande, e os da época, apenas aos brancos ,e outras apenas aos negros, como acontecia no Brasil, pela contingência de os negros do Brasil não puderem frequentar outras igrejas, como refere este documento:

> *"Apesar de estas descrições não apresentarem objecções à cor dos membros, existia outra cláusula que impedia a associação de membros que não fossem negros. E, ainda hoje, a Directoria da Irmandade só pode ser composta por negros. Manuel Galvão, membro da Irmandade, diz que "... não existe segregação racial dentro da Ordem: ela foi criada pelos Pretos para eles mesmos, porque não podiam entrar em nenhuma outra (Igreja)"*[712].

Como regiam as confrarias da Ribeira Grande quanto à aceitação de confrades negros? Não identificamos documentos que provassem haver uma nítida separação entre brancos e pretos, no que respeita ao acesso à igreja, nem acerca das regras para a inscrição dos associados na confraria da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade da Ribeira Grande, mas a de S. Nicolau não estipulava a entrega de uma jóia no acto da inscrição, nem o domínio do português, entre outras exigências, como era comum na inscrição da confraria da igreja da Baía:

> *"Era exigido dos seus seguidores, num português bastante colonial, "obrigação Christa que deve ter cada hum Irmão desta Santa Irmandade, cuidará muito em ser devoto da Virgem Santíssima, rezando*

---

[711] Somente em 10 de Outubro de 1781, a Irmandade pediu protecção real para a sua aprovação da Irmandade ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordem da Corte e Cidade de Lisboa. Também neste ano (1781), a confraria da Igreja foi concluída pelo mestre-de-obras Caetano José da Costa, apresentando acabamento em rococó, que ostentam torres com corruchéus chamegantes, características das igrejas construídas entre 1726-1820, pela nova apresentação da maneira de usar as linhas ondulantes (Inventário de Bens Móveis e Integrados da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, IPAC: 1989). Fonte: igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ...[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

[712] Fonte: Jornal da Bahia, 26 de Outubro de 1975, pág. 3. Fonte: igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ...[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

todos os dias a seo Rosário, confessando-se, e commungando todos os mezes na Capella da mesma Senhora, principalmente em o dia da sua festividade, e nos de qualquer Invocação da Puríssima Virgem Nossa Senhora. Assistirão em todos os Sábados a Ladainha, e nos Domingos os Terços, trazendo sempre bem ajustada à vida, exercitando-se nos Santos Costumes Cathólicos que se recitarem na ditta Capella, cumprindo com os Preceitos Divinos para que tenham o amparo e a proteção da Virgem Senhora, e cazo haja algum Irmão que falte a estes justos e pios deveres (o que de nenhum se espera) e passe a escandalozo e perverso, será chamado pela Meza e o Reverendo Capellão o advertirá Christamente." (Arquivo da Igreja, cap.2, artigo 5). No próprio arquivo da Igreja consta que para se tornar irmão era necessário apresentar, em até 30 dias, uma jóia de $15000, um termo de admissão e declaração de nome, nacionalidade, cidade, estado, cor, idade e residência.[713]*".*

A acção dos Jesuítas no Brasil permitiu a evangelização dos índios e negros, a criação de escolas de ler e escrever e de colégios[714].

Em Cabo Verde, muito cedo formaram-se clérigos da terra, os escravinhos de dentro de casa eram ladinizados, alguns aprenderam a ler e escrever, aprenderam a música e outros elementos da cultura portuguesa. Haveria aqueles, boçais, a grande maioria, que não tiveram a mesma sorte que estes[715]. Será que estes teriam autorização para frequentar as igrejas dos brancos, no início da ocupação das ilhas? Os escravos domésticos frequentariam as igrejas acompanhando os senhores ou juntar-se-iam aos boçais? Os brancos da terra, que muito cedo ocuparam cargos na Câmara Municipal, e outros pretos livres, tendo muitos obtido legitimação, concedida pelo rei, poderiam frequentar a igreja dos "brancos de souche", os homens de qualidade? Não identificamos nem encontramos documentos comprovativos durante as nossas pesquisas. Exigir-se-ia saber ler e escrever para se poder ser confrade? Caso a resposta fosse afirmativa, o panorama seria bem penalizante, pois os números de alfabetizados no continente africano são desencorajadores. Assim, acerca da responsabilidade das

[713] A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho.[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n6_7_p119.pdf

[714] Fonte: Jesuítas. Dicionário da História da colonização Portuguesa no Brasil (Coordenação de Nizza da Silva). Editorial Verbo. Abril de 1994, p. 451-454.

[715] Fonte: Jesuítas – Dicionário da História da colonização Portuguesa no Brasil (Coordenação de Nizza da Silva). Editorial Verbo. Abril de 1994, p. 451- 454.

missões pelo trabalho evengelizador dos índigenas, Kizerbo (KIZERBO, 1972)[716], aludindo-se ao século XX, salienta:

> *"Na realidade, a educação nestes territórios era concedida como o principal meio de assimilação, cujo objectivo oficial consistia em "nacionalizar a civilizar" os Negros. Neste campo, as missões, e sobretudo as missões católicas, foram invertidas, tal como aconteceu com a igreja em Portugal, de grandes responsabilidades. Distingue-se com efeito, o ensino oficial, destinado aos portugueses e assimilados, e o ensino de adaptação, anteriormente chamado de "ensino rudimentar", para os filhos dos índigenas. Trata-se de um ensino com base nos elementos de ler, escrever e contar, completado com as noções de artesanato ou de agricultura, mas isto em português. Tal ensino é confiado às missões"[717].*

Antes desta época, no início da colonização, seria muito pior, pelo que poucos seriam os indígenas com acesso às confrarias, caso se tivesse a arte de ler e escrever como obrigação. É de notar que em Portugal continental, no sec. XX, havia 40% de analfabetos e o número de alunos do secundário no continente era de 60% quando os jovens portugueses perfaziam apenas 3% da população estudantil do país, continente mais colónias[718]. No sec. XV seria bem pior o panorama. As possibilidades de acesso eram portanto diminutas para os negros, e grande a descrepância em relação aos brancos.

As obrigações religiosas e de teor moral, bem como a boa conduta social seriam provavelmente equivalentes, e próprios da sociedade da época. À semelhança de Cabo Verde, em simultâneo às celebrações religiosas, de missa cantada, sermão e sacramento, procissão e ladainha, ocorriam festejos[719] . Actualmente são festas em que se verifica um grande sincretismo entre as festas populares portuguesas e manifestações culturais de origem africana, como o batuque e o finaçon, o funaná, a tabanca, em Santiago, a primeira ilha a ser povoada por escravos no sec. XV, e as festas de romaria e o colá, nas restantes ilhas. Nestes tempos recuados, as festas realizadas na antiga Cidade Velha,

---

[716] KI-ZERBO, Joseph – *A História da África Negra* (Revista e actualizada pelo autor). Publicções Europa – América. 1972.

[717] Ibidem

[718]KI-ZERBO, Joseph – *A História da África Negra* (Revista evactualizada pelo autor). Publicções Europa – América, 1972.

[719] Ocorriam nove tardes sucessivas de novenas. A procissão devia sair da Igreja Rosário dos Pretos e seguir até as Portas de São Bento. Segundo Luiz Viana (1946), ainda em 1786, requeria os pretos devotos de Nossa Senhora do Rosário que lhes fosse dada à licença para realizarem durante três ou oito dias de festas mascaradas com danças e cantos no idioma Angola. Fonte: igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ... .[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

seriam provavelmente semelhantes às realizadas no Brasil, em Baía, mais precisamente, embora não se tenha a contribuição da cultura dos índios, como neste país, sendo a língua utilizada, a língua cabo-verdiana/o crioulo de Cabo Verde.

No que respeita ao enterro dos mortos, na fachada posterior da igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Rio de Janeiro, existe um antigo cemitério de escravos[720], que era habitual, nesta época. Não identificamos nenhum cemitério anexo à igreja de Nossa Senhora do Rosário da Cidade Velha. Porém, o pátio dianteiro desta igreja, tem uma única campa de um natural da cidade, um crioulo, o Senhor João de Barros, que foi professor e a campa de um bispo. Segundo segundo o Padre Ima (Emanuel) pela tradição da igreja católica da época, as sepulturas ficavam no salão e no adro das igrejas. Proibiu-se esta prática durante a época colonial e, dado que os fiéis fizeram resistência à nova lei, passou a ser construída uma pequena igreja em todos os cemitérios, motivando assim os fiéis à aceitação da nova prática. Portanto, nesta igreja far-se-ia o mesmo. No entanto, as pedras sepulcrais existentes actualmente dentro da igreja, no salão e no altar, teriam sido colocadas por Luís Benavente nos anos 60, apenas com fins decorativos (MARIZ, 2013). Não há mostras de sepulturas antigas aí colocadas no início da colonização. Na cidade da Praia, o cemitério localizava-se ao lado da igreja e só mais tarde, com a nova lei, foi construída o actual cemitério, afastado da igreja, num terreno vasto na Várzea da Companhia, que pertencia à Diocese e que passou para a Câmara Municipal, segundo o padre Ima (Emanuel). Acerca do hábito de se construir um local para o enterramento dos fiéis perto das igrejas, Lourenço Gomes[721] faz uma alusão a um local que se localizava perto da igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia. Citando Correia e Silva, em Espaços Urbanos de Cabo Verde (CORREIA E SILVA, 1988, 53) [722]que se refere que este cemitério era adjacente à Igreja, apresentando também a existência da sessão de 6 de Agosto de 1874 da câmara do concelho da Praia que*"induz a pensar na sua localização no terreiro das traseiras da Câmara, por conseguinte, nas proximidades do largo da igreja, a confrontar-se com*

[720] igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – Rio de Janeiro ... .[Em linha]. 17 de Fevereiro de 2015. [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: https://patrimonioespiritual.org/.../igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-da-antiga-se-rio-...

[721] GOMES, Lourenço – *Urbe, Memória e Crítica da Arte . Centro histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à catualidade*. Edições UNI-CV. Colecção Memória &Património. 2010.

[722] CORREIA E SILVA – *Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto*. Lisboa: CNCDP. 1998. In GOMES, Lourenço – *Urbe, Memória e Crítica da Arte . Centro histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à catualidade*. Edições UNI-CV. Colecção Memória &Património. 2010.

este largo". Apresenta mais duas informações acerca deste cemitério: uma que se refere de que numa sessão do concelho, numa altura em que a Câmara devia ser ampliada, se referira ao mesmo espaço, alertando "para os que se deveriam ter nos trabalhos das fundações", pedindo-se que se levasse em consideração a "medida das covas no antigo cemitério e a maior vigilância sobre a medida das mesmas"; outra dada por Chelmicki[723]que aceitava o local aludido como cemitério mas associava-o a *"um sítio aberto que se localizava perto da igreja onde se enterravam os mortos"*[724]. Fica assim claro que era hábito em Cabo Verde o enterramento dentro e no átrio das igrejas, no início da ocupação das ilhas, e que mais tarde (….) os mortas passaram a ser sepultados em cemitérios que se localizavam nas proximidades das igrejas.

Ainda a respeito do significado do rosário e das irmandades, há a ideia de que é possível pensar no significado do rosário enquanto articulador da religiosidade, da memória, de lutas diversas, da identidade e de resistências para negros escravizados e livres na Bahia e que o rosário, e a Mãe do Rosário, foram utilizados nas fugas individuais e coletivas, como auxílio na cura do banzo, nos momentos de reviver as alegrias e festas católicas já vivenciadas em África, especialmente no antigo reino do Congo, que já tinha experiência com o catolicismo e também, nas reivindicações de feriados e descanso onde os negros usavam para construir sua igreja própria[725]. Apontam-se os estudos de Nina Rodrigues e outros pesquisadores que classificaram de sincretismo[726] as estratégias religiosas utilizadas pelos negros para preservar sua religiosidade e raízes ancestrais. Sublinha-se neste documento que estes estudos, mesmo impregnados de teorias racialistas, nos ajudaram a avançar nesta discussão e hoje é possível defender um duplo pertencimento religioso, fenómeno que ainda causa

[723] CHELMICHI, José Conrado Carlos de – *Corografia cabo-Verdianan. Ou descrição Geográfico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde.* Tomo I. Typ. DEL. C. da CUNHA. Lisboa. 1821, p. 70,71,72. . In GOMES, Lourenço – *Urbe, Memória e Crítica da Arte . Centro histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à catualidade*. Edições UNI-CV. Colecção Memória &Património. 2010.

[724] Ibidem

[725] A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Do Pelourinho : memória ...[Em linha]. (s. d.) [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf

[726] Faz-se referência a Estudiosos como: Manoel Querino, Artur Ramos, Roger Bastides, Nina Rodrigues, Pierre Verger, Gilberto Freire, João J. Reis, Juana Elbein dos Santos Josildeth Consorte, Vivaldo da Costa Lima, Julho Braga etc.. Apresentam uma bibliografia considerável sobre as questões da religiosidade negra e os encontros religiosos; aponta-se também que estudos mais recentes abordam o duplo pertencimento religioso e discutem os novos segmentos da religião no Brasil, dentre eles: Maria de Lourdes Siqueira, Reginaldo Prandi, Vilson Caetano Souza dentre outros. Fonte: A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Do Pelourinho : memória ...[Em linha]. (s. d.) [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf

bastante polémica na academia e na sociedade em geral[727], segundo (SOUZA, 2003, 52) que ajuda a refletir sobre esta temática, quando ressalta:

> *"É certo que o sincretismo possa ser compreendido a partir dos diferentes usos e sentidos que ele encontra na história particular de cada grupo religioso inserido nesta sociedade moderna, utilizando a imagem de Prandi. Assim sendo, em alguns casos a fidelidade a certas práticas católicas pode significar "fidelidade a uma tradição africana"*[728].

A respeito deste tema, Baltazar Neves[729], referindo-se aos membros das Irmandades devotas, cita Miguel Oliveira, que alude que, como instituições ou associações para fins religiosos, só em meados do século XVI nasceriam "*confrarias de mesteirais regularmente organizadas, com o seu estatuto especial que se chamava compromisso"*[730]. Baltazar Soares Neves apresenta as ideias de Daniel-Fracis Laurentiaux («Culte et Confréries du Saint-Esprit aux Açores», Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XIX, 1983, p. 105) e de (PENTEADO, Pedro - Confrarias portuguesas na época moderna: problemas resultados e tendências da investigação. In Revista "Lusitana Sacra", 2.ª série, tomo VII, Lisboa, Universidade Católica, 1995, p. 15, nota de rodapé n.º 3.) referindo:

> *"Pedro Penteado acrescenta, que Laurentiaux deveria estar a referir "a uma associação que não foi juridicamente instituída pelo poder eclesiástico, nem dele dependia directamente. Talvez dentro desta lógica possamos entender o caso da confraria da Senhora da Lapa (Póvoa de Varzim). Em 1791, D.*

---

[727] Sublinha-se que vale a pena sublinhar que os estudos sobre sincretismo foram criados pelos acadêmicos, para dar uma resposta às novas configurações religiosas surgidas na sociedade brasileira. Outras leituras são possíveis, nessa perspectiva, me sinto mais confortável em designar de "dupla pertença religiosa" ao se tratar dessa temática polêmica em relação à da Irmandade. Destaca-se que a discussão sobre dupla pertença religiosa, sincretismo ou formas diferenciadas de viver a religião requer abertura, pesquisa e reflexão. Deve considerar a pluralidade de religiões que o território nacional apresenta e os processos civilizatórios que estão inseridos. As Religiões Indígenas, o Cristianismo nas suas variadas formas, as Religiões Negro Africanas, o Islamismo e outras ramificações que surgiram a partir dessas matrizes em território nacional forjaram novas formas de viver o sagrado em contextos diferentes. As generalizações podem camuflar o entendimento desses processos complexos. Considerando as especificidades de cada região do país, os estudos podem acrescentar elementos à reflexão partir das novas análises sobre as religiões brasileiras e seus entrelaçamentos. Fonte: A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Do Pelourinho : memória ...[Em linha]. (s. d.) [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf

[728] A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Do Pelourinho : memória ...[Em linha]. (s. d.) [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf

[729] NEVES, Baltazar – *Sistmas de solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500-1834).* Faculdade de Letras do Porto. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[730] OLIVEIRA, Padre Miguel - *História Eclesiástica de Portugal* (Actualizações do Padre Artur Roque de Almeida). Lisboa, Europa-América, 1994, p. 186. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012

Maria I outorgou um novo estatuto a esta corporação de homens do mar, em substituição do que tinha sido aprovado pelo Arcebispo de Braga, em 1761. Declarando-se protectora da confraria, a Rainha logrou transformá-la e dar-lhe o significativo título de Irmandade de Nossa Senhora de Assunção, isenta de jurisdição da paróquia e do Ordinário. (Para este propósito cf. o trabalho de Martins da Costa, «Real Irmandade de Nossa Senhora da Assunção da Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, Boletim Cultural, vol. XXX, 1993 n.ºs 1-2, p. 191). Entretanto, "este autor", continua Pedro Penteado, "apresenta como factor diferenciatório entre confrarias e irmandades a existência de fins sociais, os quais não se encontrariam nas confrarias, ligadas apenas a objectivos de culto e da prática da caridade, à semelhança do que sucedia com as irmandades."[731]

Opina, dizendo: *"Este critério parece-nos pouco sustentável. Para nós, o problema contínua em aberto, principalmente para saber quando se procede à distinção terminológica e se existe alguma relação entre este processo de distinção e o controlo das confrarias por parte da Coroa…Mas, concondando com Pedro Penteado, entendemos que o assunto está por esclarecer"*. Refere que, em relação a Cabo Verde, as confrarias ou irmandades religiosas, pelo menos, a partir do século XVIII, eram criadas pelas autoridades eclesiásticas, mas, deviam obedecer a um conjunto de preceitos administrativos, como sejam: aprovação dos estatutos, registo das suas acções junto dos serviços administrativos locais, utilização do selo administrativo, prestação de contas às autoridades civis, como faziam as irmandades de Santíssimo Sacramento da Nossa Senhora Graça, do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e dos "Reinados", da vila da Praia, na ilha de Santiago, das ilhas de Fogo e Brava, e S. Nicolau, respectivamente. O não cumprimento dos quesitos administrativos trouxeram, com frequência, conflitos entre as duas instituições …"[732].

Algumas confrarias dispunham de templos próprios dedicados ao santo patrono da respectiva profissão, como a igreja de S. José dos carpinteiros, em Lisboa, ou de Santo Espírito e de Nossa Senhora do Rosário, na Ribeira Grande[733], e outras, a maior parte, anichavam-se nas igrejas paroquiais das freguesias onde estavam situados os arruamentos dos respectivos ofícios, frisando Neves (NEVES, 2012): "*Nessas igrejas possuíam, quase*

[731] NEVES, Baltazar – *Sistemas de solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500-1834)*. 727 f. Faculdade de Letras do Porto. Tese de Doutoramento. 2012, p --
[732] NEVES, Baltazar – *Sistemas de solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500-1834)*. 727 f. Faculdade de Letras do Porto. Tese de Doutoramento. 2012.
[733] NEVES, Baltazar Neves – Sistmas de solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500-1834). 727 f. Faculdade de Letras do Porto. Tese de Doutoramento. 2012

sempre, capela privativa em que se venerava a imagem do orago e se diziam as missas de preceito e mais as devidas, nos termos do compromisso, em sufrágio dos confrades falecidos" [734]. Explica que, durante o período em análise, utilizou indiscriminadamente "Confraria" e "Irmandade", como era frequente proceder na época mas que, segundo Pedro Penteado, mais tarde, pelo menos, a partir do século XVIII, começaram pouco a pouco a proceder à uma distinção com base em diferentes critérios, desde os devocionais aos jurídicos. Apresenta a ideia exposta por Daniel-Fracis Laurentiaux, citando: *«Confrérie est un terme eclésiastique, integré a lá structure catholique, le terme Irmandade pourrait en indiquer L'independance»*[735]. Refere-se ainda a Pedro Penteado[736] que também esplana também acerca deste assunto.

> Muitas foram as irmandades devotas que emergiram na Ribeira Grande ainda nos séculos XVI e XVII. No entanto, não foi possível ter acesso a nenhum dos seus compromissos. Teve acesso, sim, aos de algumas irmandades que irromperam a partir do século XVIII. Não tendo acesso a documentos dos séculos XVI e XVII, destaca as irmandades do Santíssimo Sacramento das vilas da Praia de Santa Maria e da Ribeira Brava, em S. Nicolau, frisando que foram instituídas no século XVIII, pelo que não hveria dúvidas que os seus estatutos encerrassem as preocupações e concepções de todas as demais. Toma como exemplo as confrarias da ilha de S. Nicolau, dizendo que os *"preceitos gerais de entrada são representativos dos das suas congéneres, não só pela importância e pertinência como, sobretudo, por reflectir todas as discriminações à volta das irmandades e confrarias leigas e devotas, abordadas neste estudo"*[737].

---

[734] OLIVEIRA, Padre Miguel - *História Eclesiástica de Portugal* (Actualizações do Padre Artur Roque de Almeida). Lisboa. Europa-América. 1994, p. 186. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012

[735] CULTE ET CONFRÉRIES DU SAINT-ESPRIT AUX AÇORES - Arquivos do Centro Cultural Português. Vol. XIX. 1983, p. 105. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[736] PENTEADO, Pedro - Confrarias portuguesas na época moderna: problemas resultados e tendências da investigação. in Revista *"Lusitana Sacra"*. 2.ª Série. Tomo VII. Lisboa. Universidade Católica. 1995, p. 15, nota de rodapé n.º 3. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[737] Acrescenta que a irmandade do Santíssimo Sacramento de S. Nicolau foi implantada por volta de 1754, data a partir da qual os bispos passaram a residir em S. Nicolau e S. Antão, por inicitiva de D. Jacinto Valente, como referem documentos da época, nomeadamente em AHU-CU, Cabo Verde, cx. 102-A, doc. 137, de ?/?1809. Fonte: NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012. Fonte NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012:

No que respeita à devoção ao Rosário e à Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, após ter-se referido à escassez de documentos, explana acerca da lenda do ocidente cristão segundo a qual a devoção ao rosário se deva a S. Dominique o fenómeno relacionado com a confraria de Nossa Senhora do Rosário, tanto no reino como nos domínios deste, citando Monteiro[738]. Também, relaciona o movimento de reforma e a sua difusão pela Europa, e a consequente contestação às figuras santificadas pela Igreja Católica, ressalvando-se a de Cristo, e em que, o culto a Maria, ganhara novo reforço e novo papel, como elemento convergente da Contra-Reforma, fazendo que a veneração desta santa se transformasse em símbolo da identidade religiosa e de fidelidade, na luta contra os protestantes. Frisa ainda que no início da época moderna, a Igreja Católica estava marcada pelo espírito do Concílio de Trento (1545-1563), pela defesa do catolicismo frente ao avanço luterano, que revelava a sua inquietação com a distância que a separava dos fiéis, pelo que, o projecto da Reforma Católica penetrara na península ibérica devido ao espírito de missão. A evangelização pudera então contar com uma imagem que era símbolo da discordância entre católicos e luteranos: a Virgem Maria[739]. Explica ainda: *"Já por volta de 1470, o dominicano Alain de La Roche [740], fervoroso devoto da Virgem Maria, tomaria a iniciativa de instituir em Douai uma confraria sob invocação da Virgem, com a missão de rezar quotidianamente o "rosário"*[741].

[738] MONTEIRO, António Xavier de Sousa - *Código das Confrarias, Resumo do Direito ecclesiastico, civil, administrativo e criminal.* Coimbra. 1870, p. 212: «La confrérie du Rosaire s'est formée à l'époque où la dévotion du Rosaire fut introduite parmi les fidèles (débuts du XIIIe siècle) par le saint Fondateur de l'ordre des Prêcheurs (S. Dominique)». In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[739] Mais afirma que este "*publicaria ainda uma obra que despertaria a crença nos poderes do "rosário" como meio de obter graças e a protecção da Virgem Maria, sobretudo em Colónia e Habsburgo, em Alemanha e que o seu livro inspirara outras obras e missionários, em especial os dominicanos. Refere ainda que segundo a investigadora Catherine Vincent, em 1475, Jacob Sprenger, dominicano, caçador de bruxas e um dos autores do célebre Malleus Malleficarum, fundou a primeira confraria de devoção ao rosário, em Colónia, na Alemanha e que vinte anos depois, Alexandre VI, primeiro papa a mencionar o "rosário", aprovou a prática, que rapidamente se expandiu"*. Fonte: NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012

[740] VINCENT, Catherine - *Les Confréries médiévales dans le royaume de France, XIIIe-XIVe siécle*. Paris. Éditions Albin Michel. 1994, p. 118. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[741] Ibidem

Baltazar Neves[742] refere-se também à lenda difundida na Europa Ocidental Cristã que atribui a S. Domingo a devoção ao rosário, bem como a criação da confraria do mesmo nome[743] e alude que, em Portugal, Frei Nicolau Dias, um célebre pregador dominicano de finais do século XVI, é considerado o primeiro difundidor desta confraria, através de uma obra "*Livro do Rosayro de Nossa Senhora"* [744] que se tornou um clássico da literatura portuguesa nesta matéria e que é considerado, todavia, aquele que sistematiza e redige um verdadeiro manual da piedade cristã[745]. Sublinha que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos surgiu em Portugal, a partir de uma transformação gradativa, nascendo realmente das irmandades de brancos que já tinham a mesma invocação e que o esforço católico de integrar o escravo negro recém-chegado ao reino, atraiu-o para as confrarias, tendo os Dominicanos mais sucessos em fazê-lo ingressar nas associações dos seus conventos. Os negros participariam de início nas irmandades de brancos e, muito provavelmente, com apoio dos Dominicanos, paulatinamente passariam a reunir-se em núcleos separados, formando as suas próprias confrarias. Aventa a hipótese de, situações ligadas ao auxílio mútuo e à protecção e defesa dos interesses dos confrades, como os serviços de apoio a escravos, os tenham impelido a desligar-se dos brancos ou estes a se desligarem deles[746].

---

[742] NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[743] MONTEIRO, António Xavier de Sousa - *Código das Confrarias, Resumo do Direito ecclesiastico, civil, administrativo e criminal.* Coimbra, 1870, p. 212: - « La confrérie du Rosaire s'est formée à l'époque où la dévotion du Rosaire fut introduite parmi les fidèles (débuts du XIIIe siècle) par le saint Fondateur de l'ordre des Prêcheurs (S. Dominique) ». In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[744] *Livro do Rosayro de Nossa Senhora.* Feyto por o P. Frey Nicolau Dias, da Ordem do bemauenturado Padre Sam Domingos da Prouincia de Portugal. Impreffo com licença & authoridade do Confelho geral da Inquifiçam, & do Ordinario, & com priuilegio Real. Em Lisboa. Em Cafa de Francifco Correa, Impreffor do Serenifs. Cardeal Iff., 1573. Em nota refere que existe uma edição fac-similada, publicada pela Biblioteca National de Lisboa, em 1982, que foi trabalhada pelo mesmo. Fonte: NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[745] *Livro do Rosayro de Nossa Senhora.* Feyto por o P. Frey Nicolau Dias, da Ordem do bemauenturado Padre Sam Domingos da Prouincia de Portugal. Impreffo com licença & authoridade do Confelho geral da Inquifiçam, & do Ordinario, & com priuilegio Real. Em Lisboa. Em Cafa de Francifco Correa, Impreffor do Serenifs. Cardeal Iff., 1573. Afirma em nota que existe uma edição fac-similada, publicada pela Biblioteca National de Lisboa, em 1982, sobre a qual o autor aqui citado trabalhou. Fonte: NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

[746] Aludindo à evolução experimentada ao longo do tempo que a Nossa Senhora do rosário que fora senhora dos mares, rainha da paz e da guerra, e que durante as cruzadas ajudara os cristãos na luta contra os muçulmanos e continuaria actuando nas guerras santas entre católicos e protestantes, se no contexto da Reforma Católica a sua imagem e força estavam ainda ligadas à sua presença e intervenção nas batalhas, o espírito contra-reformista encontraria eco em uma devoção que punha em relevo questões importantes para a Igreja Católica: a devoção ao rosário, método de oração e meditação ensinado, segundo a tradição, pela Virgem Maria e em seu louvor . Esclarece ainda que a data e o local exactos da introdução do rosário na cristandade ocidental não são bem determinados, que se sabe-se, no entanto, que o colar de contas é originário da Índia brahmânica e do hinduísmo. Outrossim, o colar se assemelha às contas de âmbar que, por toda Grécia, Ásia e Norte da África, os homens nas mesas de café moviam através de seus dedos para acalmar seus nervos, como um cigarro, mas enquanto nestes países adquiriu um carácter laico, se converteu no Ocidente em um hábito exclusivamente

Ao relacionar a expansão ultramarina e a descoberta do Brasil com este fenómeno, aponta que o culto à Virgem tornava-se como bandeira da conquista espiritual portuguesa, funcionando como poderoso elo de ligação entre a cruz e a espada com a expansão ultramarina, refere-se a Boxer[747] para caracterizar o modo como não perdera nada da sua devoção, mas teve sim teve tendência a aumentar [748], enquanto no Brasil, a devoção ao "rosário" acabou por alcançar grande penetração entre os escravos, havendo várias irmandades de negros consagradas à Nossa Senhora do Rosário. Em África, sublinha, embora escasseassem informações sobre como esta devoção penetrara entre os negros e escravos, alguns autores defendem que os escravos de procedência banta, principalmente os de Angola e do Congo, tivessem sido os mais receptivos à esta devoção, porque encetaram contacto com a devoção à Nossa Senhora do Rosário, levada pelos colonizadores portugueses e primeiros missionários empenhados em convertê-los, e tinham-na como padroeira, atribuindo-se geralmente às cruzadas a extensão do uso do colar de contas, que haviam tomado dos muçulmanos, embora esta ideia pareça pouco exacta. Alude a um documento de 1610[749], em que o padre António Brásio afirma que no Congo não se registara tanta diligência na edificação da Igreja local, como o Vigário desejaria, e *"por nam tardar de sua parte nos officios de devoçaõ, determinou assentar a confraria do Rosario, antes de ser de todo acabada. Ordenou huã procissão: disse sua Missa cantada com musica, & charamellas de uso de Portugal, pregou & declarou ao pouo os priuilegios, & perdoes. Assistio elRey, & mandouse assentar por confrade com vinte mil reis de esmolla na moeda dos seus búzios, que atraz fica dito, o que são, & sua valia.*[750]*",* concluindo que na África

religioso. Fonte: NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

747 BOXER, C. - *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica.* Lisboa. L.Horizonte. 1997, p. 130. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

748 BOXER, C. - *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica.* Lisboa. L.Horizonte. 1997, p. 130. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

749 BRÁSIO, A. – *Monumenta Missionária Africana.* Vol. V. 1.ª Série, p. 612. In NEVES, Baltazar Neves – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834).* 727 f. 2012.

750 Ibidem

Ocidental ainda no século XIX fazia parte das insígnias do poder: "*o barrete, o sabre e o rosário do defunto.*" [751]

Conhecer a história da irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila da Ribeira Brava, da ilha de S. Nicolau e seu relacionamento com a da Ribeira Grande, que a antecedeu, revela-se importante para se compreender esta última. Baltazar Neves[752] elucica-nos que, a meados do século XVIII, registou-se uma forte movimentação a favor da transferência dos bispos e governadores para uma outra ilha mais salubre que não fosse a ilha de Santiago. Dado que S. Antão e S. Nicolau apresentavam melhores condições de salubridade ou por terem "*as melhores ares*" do que Santiago e que, tendo chegado em Cabo Verde em 1754, D. Frei Pedro Jacinto Valente mudou-se logo para a ilha de S. Nicolau, porém, depois de uma permanência de apenas nove meses em S. Nicolau, transferira a sua residência para S. Antão, em Fevereiro de 1755, onde viveu e veio a falecer em 1774. Elucida ainda que o seu sucessor, D. Frei Cristóvão de S. Boaventura, ao chegar a diocese em 1786, fez de S. Nicolau a residência permanente dos bispos e sede do bispado, em 1867, sendo que o fim e o regresso definitivo à cidade da Praia só se verificaria por volta de 1944. Explicita que as primeiras referências documentais sobre as confrarias em Cabo Verde surgem por volta de 1503, através de uma carta régia aos juízes da ilha de Santiago e do Fogo, respeitante a um morador em Santiago, por nome de Rodrigo de Vilharan, castelhano que, por não ter descendente que o pudesse herdar, *"determinara edificar huma capella na ygreja de Sancti Spiritu da Ribeira Grande da dicta ylha (…) á qual dotara e leixara cassi toda sua fasemda, que assi tinha em a dicta ylha, como a que tinha na ylha do Fogo*" [753]. Acresce que a partir do século XVII as confrarias se faziam representar em quase todas as ilhas de Sotavento, nomeadamente nas ilhas do Fogo e Brava, referindo-se a uma correspondência entre o governador Francisco de Paula Bastos e o bispo eleito D. João

[751] KI-ZERBO - Joseph, *História da África Negra*. Vol. I, 3.ª Ed. Mem-Martins-Portugal. Publicações Europa-América. 1999, p. 305.

[752] NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[753] "Carta régia aos Juizes da Ilha de Santiago e do Fogo, concedendo a Diogo Fernandez, morador na Ilha de Santiago, a administração de uma capela na igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande", in *História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical-Direção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 251, e publ. Fonte: BRÁSIO, A., vol. II, 2.ª série, pp. 99-102. [ANTT, doc. 92, de 25/05/1515, Chanc. de D. Manuel, Liv. 24, fl. 81 v D. 1-Liv. das Ilhas, fl. 154-154 v.]. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.

Moniz que demonstra que nestas havia, para além da confraria do Santíssimo Sacramento, a "*Associação devota, conhecida pela denominação vulgar de 'Reinados'*"[754]. Estas confrarias funcionaram como um tipo de movimento circular, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de acções económicas, promovendo, entre outros benefícios, a facilidade de empréstimo, com juros bonificados, para apoiar os irmãos ou confrades e tinham a responsabilidade de receber e cobrar os dízimos, foros e outros rendimentos que alimentavam os cofres das mesmas e das igrejas[755]. No que respeita à acção do poder político em benefício das confrarias escreve este historiador:

> *"Acresce que o poder político rogava-se defensor e protector dos interesses destas instituições, embora exigissem-lhes o cumprimento de determinados requisitos considerados indispensáveis para que fossem autorizados a exercer as suas acções: legalização e escritura pública, regulamentos, livros de registos e outros instrumentos em seu cuidado, os quais deviam ser todos selados e outorgados pelos serviços administrativos locais"*[756].

Acrescenta ainda que estes procedimentos eram de tal ordem importantes que o seu incumprimento poderia alimentar conflitos, como os ocorridos entre o governador e o bispo, supramencionados, por este último não ter mandado *"selar os Livros da Irmandade*" [757] dos "Reinados" da ilha da Brava. Acrescenta que, nas ilhas de Barlavento, com a chegada do bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente, em 1754, para a maior veneração do culto divino, mandou erigir a confraria do Santíssimo Sacramento em S. Nicolau e na ilha de S. Antão, "*as Irmandades, do Santissimo Sacramento, Santissimo Nome de Jezus, do Rozario, Conceição e das Almas*" [758], e que a todas, teve o cuidado de mandar elaborar os estatutos próprios.

No que respeita aos mentores espirituais e estatutários das confrarias, revela que o bispo D. Frei Jacinto Valente residiu em S. Nicolau em principio dos anos 50 do século

[754] AHN-Cabo Verde, SGG/A1/ ® E/0740/Liv., de 19/02/1843. In NEVES, Baltazar Neves – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500 – 1834). 727 f. 2012.
[755] NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[756] Ibidem
[757] AHN-Cabo Verde, SGG/A1/ ® E/0740/Liv., de 19/02/1843. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[758] AHU-CU, Cabo Verde, cx. 25, doc. 56, de 29/11/1755. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

XVIII (1754), tendo seguido para S. Antão em 1754 onde permaneceu durante o resto da sua prelazia. Durante a sua estadia naquela ilha, se erigira a "*Confraria do Santissimo Sacramento sita na Igreja Matriz d'esta Vila e Ilha de S. Nicolau*", vindo os seus estatutos a ser da responsabilidade do seu sucessor, Dom Frei Francisco de S. Simão, não acedidos pelo historiador, que informa porém que os de 1795, o Reverendíssimo bispo Dom Frei Pedro Jacinto Valente, "lhe deu o princípio", enquanto o seu sucessor, Dom Frei Francisco de S. Simão, lhe daria "*as letras da sua confirmação, datada em dezoito de Setembro de mil sete centos, oitenta e dois, e com ellas os seus primeiros Estatutos, e o seu primeiro Compromisso*". Tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento da mesma irmandade, cinco anos depois, S. Cristóvão de Boaventura, em 1787, de visita aquela instituição mandou introduzir algumas reformas aos seus estatutos, *"como tudo se vê no livro do Compromisso"*, mencionadas na introdução da proposta à nova revisão de 1795. Nesta data, sete anos depois da primeira revisão (1787), os estatutos sofreriam novas alterações, passando a constar de 16 capítulos aprovados por S. Cristóvão de São-Boaventura a 30 de Março de 1795.[759] As alterações estariam relacionadas com as questões sociais novas a que teriam de dar resposta ou a alterações no que respeita a novas atribuições. **A** partir do último quartel do século XVIII, a irmandade do Santíssimo Sacramento da vila da Ribeira Brava ganharia novo alento após uma certa estagnação, devido à transferência da sede do bispado para a ilha e pela criação ali do Seminário-Liceu*, "instituições que iriam trabalhar de mãos dadas"*. Ganharia também novos impulsionadores, como foram, designadamente, o padre Miguel, ainda no século XIX. Aliás, o padre Miguel chegou aos nossos dias como sendo seu fundador [760]. Ressalva que o autor da citada obra, esclareceu que, *"quando recolheu os depoimentos, não existia nenhuma informação sobre a fundação da referida irmandade, sendo por isso obrigado a recorrer à memória local. Entretanto, com muita frequência, as informações prestadas pela memória oral nem sempre são coincidentes quando confrontados com os documentos coevos, como ficou aqui demonstrado"*. Mas na verdade foi seu "Bem -

[759] "Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Ilha de S. Nicolau", AHN-CV, SGG, cx. 220, proc. N.º 4. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[760] LOPES FILHO, João - *Retalhos do quotidiano*. Lisboa. Caminha. 1997, p. 117. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

feitor", explicita, tanto pela existência de documentos coevos, quanto pela homenagem que a irmandade mandou fazer para eternizar a sua memória, colocando em sua sepultura uma campa funerária, com a seguinte inscrição: *A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO AO SEU BEMFEITOR VIGÁRIO MIGUEL ANTÓNIO DA SILVA, S. NICOLAU 19 DE JULHO DE 1889"***.** No século XX, um outro benfeitor e impulsionador da irmandade foi o cónego António de Oliveira Bouças, o último vice-reitor do Seminário-Liceu de S. Nicolau, que foi extinto em 1918[761].

> *"Estes dois clérigos, para além de serem referenciados como mentores da irmandade, por influência da sua missão, criaram, ainda na vila da Ribeira Brava, as associações da "Divina do Rosário da Maria". Consideradas "Associações de carácter religioso e mutualista", as "Divinas", segundo o Antropólogo João Lopes Filho, "eram constituídas por membros efectivos de ambos sexos com obrigação de uma pequena quota (mensal ou anual)" [762], sendo a admissão feita quase sempre pelo corpo associativo".*

A irmandade do Santíssimo Sacramento da vila da Ribeira Brava era uma sociedade masculina em que a mulher aparece relegada para um plano secundário, não obstante os estatutos conclamassem que "*todas as pessoas com que hajão as qualidades refferidas ou sejam homens, ou sejam mulheres, poderão entrar e ser acceites n'esta irmandade*"[763]. No que se refere à admissão de confrades, os estatutos de 1795 estabeleciam como critérios imprescindíveis duas condições básicas: que fossem pessoas de conhecida nobreza; que possuíssem cabedais[764]. Destas categorias sociais e em particular a dos escravos, os mesmos estatutos referem que sendo as qualidades acima mencionadas requeridas aos irmãos de qualquer confraria venerável, com mais razão as deviam haver nas*"que como esta é destinada ao serviço e assistencia do*

[761] NEVES, Baltazar Soares - *Seminário-Liceu de S. Nicolau, op. cit.,* p. 223 e ss. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[762] LOPES FILHO, João - *Retalhos do quotidiano*. Lisboa. Caminha. 1997, p. 117. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[763]"Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Ilha de S. Nicolau". In AHN-CV, SGG, cx. 220, proc. N.º4. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[764] Afirma que a condição de nobre podia ser adquirida, "*pelo sangue, ou pelo cargo ou pelo bom procedimento*"; a posse de cabedais era essencial porque permitia a que os confrades vivessem "*honradamente"* não constituindo para si nenhuma dificuldade *"dar as suas esmolas, para os exercícios de piedade e Religião a que as mesmas irmandades se destinão*." Fonte**:** NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

*Augustissimo Sacramento no altar", e*stabelecendo-se uma analogia entre o poder temporal (na terra) e o poder divino (no céu)[765] . Justificam estas exigências dizendo*:*

> *"…assim como os que servem, e acompanhão immidiatamente aos reis da terra, são os mais opolentos, destinados e honrados, do seu Reino, assim e do mesmo modo os que se destinão ao particular serviço, assistência e veneração do Rei dos Reis, contido realmente no Santissimo Eucaristico, devem ser dos bons. Dos nobres e dos abastados do Paíz* [766.]

Explica-se que, sob estes princípios basilares, todas as pessoas que demonstrassem ter essas qualidades, fossem homens ou mulheres, tinham acesso garantido a esta irmandade *enquanto n*ão poderiam ser admitidos *"os conhecidamente pobres, como: os mendigos que andão de porta em porta e outros similhantes; os que forem de má e escandalosa vida, como: os amancebados e bêbados; e os que tiverem a infâmia de facto, ou de delito, como: os ladrões, os Escravos, e outros".* Explica também que não podiam ser membros da confraria do Santíssimo Sacramento da vila da Ribeira Brava os pobres; os depravados; os desonrados e criminosos, e que os escravos situavam-se nesta última categoria, "*pois ser escravo era símbolo de "infâmia", de depravação, ou mesmo de "criminoso", como faz questão de esclarecer o texto supramencionado*". Ressalva que havia, porém, a possibilidade de ser autorizada a entrada dos escravos na irmandade: ter alcançado a sua liberdade pelos seus próprios meios "*por compra que d'ella se faz"* [767] e não concedida pelo seu senhor, "*por doação graciosa"*[768]. Acrescenta porém:

> *"Mesmo assim, as barreiras de acesso, além de serem bem apertadas, eram difíceis de superar: se estivessem entre os que alcançaram a liberdade por meios próprios a entrada seria facilitada, mas*

[765]AHN-SGG, cx. 220, Concelho de S. Nicolau – 1795 (Jan-Dezem. 1876) apresenta a seguinte justificação a estas exigências*: (…) assim como os que servem, e acompanhão immidiatamente aos reis da terra, são os mais opolentos, destinados e honrados, do seu Reino, assim e do mesmo modo os que se destinão ao particular serviço, assistência e veneração do Rei dos Reis, contido realmente no Santissimo Eucaristico, devem ser dos bons. Dos nobres e dos abastados do Paíz".* Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[766] AHN-SGG, cx. 220, Concelho de S. Nicolau – 1795 (Jan-Dezem. 1876). ." In. NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[767] AHN-SGG, cx. 220, Concelho de S. Nicolau – 1795 (Jan-Dezem. 1876). ." In. NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

[768] AHN-SGG, cx. 220, Concelho de S. Nicolau – 1795 (Jan-Dezem. 1876). ." In. NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

antes, fazendo prova de bens e de patriotismo: No primeiro caso em que a liberdade é irrevogável, poderão ser acceites os ditos libertos, tendo aliáz as circunstancia d'abastados e de servirem ou haver servido com louvor os cargos da Republica, ou de justiça, ou de guerras" [769].

Todavia, se estivessem enquadrados no segundo escalão, só poderiam ser admitidos depois da morte dos seus "patronos", pois estes podiam:

"Revogar a liberdade dada pelas causas apontadas na ordenação do livro quarto titulo sessenta e tres, paragrafo sétimo, os quaes podem acontecer, não serão demettidas em quantos os ditos seus patronos forem vivos; para que acontecendo tornarem á escravidão, não seja preciso injurial-os, também com a expulsão da Irmandade. Mas depois dos patronos morrerem e sendo elles de boa vida e costumes, abastados de bem, e empregados como se diz acima, nos cargos de justiça, ou guerras, poderão ser admitidos; pois não é justo, que quem os achão capazes de lhes obedecer como capitães e juízes se despreza de os acompanhar com opas d'irmãos [770]".

Aqueles que não tivessem bom comportamento poderiam ser "riscados" como como nas misericórdias. Podia acontecer que alguns dos irmãos, depois de aceites, caíssem em vergonhosos vícios de concubinatos, embriagues e outros semelhantes, pelo que estes seriam *"n'este caso chamados à meza e n'ella reprehendidos, e admoestados para a emenda, ate a terceira vez, de que fará auto; e não se emendando, serão riscados, e expulsos da Irmandade como incorregiveis"* [771]. Baltazar Neves (NEVES; 2012) refere que, sem quaisquer dúvidas, estaremos perante estatutos análogos, com as devidas adaptações. Conclui então:

(...) "é no mínimo invulgar que, em Cabo Verde, com o tempo, estas instituições, de complementos importantes de controlo social, particularmente da massa dos escravos, passaram a ser odiadas e até conotadas como fomentadoras de crimes. Por exemplo, em 1764, o ouvidor João Gomes Ferreira faz saber aos moradores de Santiago que, como forma de evitar "certos abuzos escandalosos, crimes, e transgressoens das Leys de Sua Magestade" [772]*, que de dia e de noite costumava haver nos "ajuntamentos de huns chamados Reis das Irmandades de Nossa Senhora do Rosario, da Penha, e do Livramento, e de Sam Sebastiam, a que dão o titulo de Cortes"* [773]*, actuando sem licença do*

[769] Ibidem.
[770] Ibidem.
[771] Ibidem.
[772] AHU-CU, Cabo Verde, cx. 28, doc. 33, de 17/04/1764. In. NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[773] Ibidem.

reverendíssimo bispo e contra a proibição da ordenação do reino, tinha tomado a decisão de as proibir e que "todas as pessoas que daqui em diante o fizer, sejam prezas" [774].

Referindo-se à confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a do Espírito Santo, da Ribeira Grande, revela que cumpriam funções religiosas de controlo social e se dedicavam a "construir" uma virtuosa actividade caritativa, contribuindo, ainda, para a manutenção, restauro e edificação de igrejas e capelas, através de recolha de esmolas para o efeito, "contrastante" com o qualitativo que o ouvidor acabara de as atribuir. E acrescenta:

"Como admitir que a confraria do Rosário da Ribeira Grande, seja integrada no rol das que funcionavam "sem licença de el Rey, sem licença de Excelcissimo e Reverendissimo Prelado, tudo contra a prohibição da Ordenação do reyno" se, com a criação do bispado, em 1533, fora escolhida para, até 1660, servir de catedral do bispado? Em 1764, o bispo D. Pedro Jacinto Valente, residente em S. Antão, para maior veneração do culto divino, continuava a erigir "as Irmandades, do Santissimo Sacramento, Santissimo Nome de Jezus, do Rozario, Conceição e das Almas" [775] . Como vêem, eram complementos importantes da Igreja Católica e, como tal, parece que o ouvidor agira de forma apressada, ou então não estava em sintonia com a realidade"[776].

Relativamente ao número de confrarias existentes na Cidade da Ribeira Grande, escreve que em 1577, existiam na cidade, para além das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e da Misericórdia, pelo menos as confrarias de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro[777]. Refere aindaque *"as confrarias eram, nos territórios dominados, estruturas de enquadramento religioso da população, organizadas em torno da veneração de um santo patrono, suportavam as obras nas ermidas, capelas ou igrejas, e promoviam as formas de culto entre a população […] através da celebração das missas [e] da realização de procissões próprias no dia do santo patrono [e] Corpus Christi"*[778].

[774] Ibidem.
[775] AHU-CU, Cabo Verde, cx. 25, doc. 56, de 29/11/1755. In. NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[776] Ibidem.
[777] SANTOS, Maria Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*, in ob. cit., p. 473. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.
[778] BETHENCOURT, Francisco - *"A Igreja" in História da Expansão Portuguesa*. Vol. I. Navarra, Círculo de Leitores. 1998, p. 38. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutoramento. 727 f. 2012.

2.1.4. Restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário conta com mais de 500 anos de vida e é um dos edifícios mais belos da cidade da Ribeira Grande e em melhor estado de conservação. Inicialmente era uma "*capela gótica de estilo manuelino de planta muito simples*" (PEREIRA, 2004, 8) para depois ser ampliada e passar a igreja em 1652. Nos anos quarenta do século XX foi entaipada uma entrada em arco quebrado na fachada lateral pela parte da paróquia[779]. Em 1962, realizou-se o levantamento desta igreja, seguindo-se o projecto de reconstrução, com nova torre piramidal, entre Setembro de 1967 e Maio de 1969. Procedeu-se também à construção de uma sacristia e à substituição dos azulejos originais por outros de fabrico recente. Estava prevista a colocação de azulejos novos no interior, seguindo o padrão dos existentes, o que de facto não se realizou. É a igreja mais notável da ilha[780].

No referente ao restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vera Mariz[781] refere que, a Ribeira Grande foi a primeira cidade organizada pelos portugueses no ultramar, e por isso entende-se a inclusão do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o templo mais antigo do arquipélago, um valioso testemunho da obra de missionação portuguesa, no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver pelo arquitecto Luís Benavente em Cabo Verde, dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das Ilhas. A *"singela"* igreja e o pelourinho da Ribeira Grande, foram os primriros a serem contemplados pelo arquitecto Benavente em Cabo Verde, conforme um documento apresentado a 22 e 24 de Setembro de 1962[782], tendo os trabalhos decorridos até o ano de 1973. Apresenta uma fotografia publicada no ano de 1944 n´O

---

[779] PIRES, Fernando, FERNANDES, José Manuel - Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em Linha] 02.10. 2012. [Consult. a 28.11.2015] Disponível em: Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Grande - HPIP *www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=172*

[780]Património mundial de origem portuguesa. [Em Linha]. (s. d). [Consult. a 10.12.2014]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

[781] MARIZ; Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[782] ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 de Setembro de 1962. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

Mundo Português[783]que comprova a realização de trabalhos depois de 1944[784], antes da intervenção de Luís Benavente, em que foram realizados alguns trabalhos nesta igreja, o entaipamento da abertura ogival existente no flanco esquerdo da igreja. Assim o comprova uma fotografia publicada no ano de 1944, n´"O Mundo Português", na qual a abertura ainda era visível. Vera Mariz (MARIZ, 2016) apresenta as imagens que justificam a sua opinião acerca deste assunto, representadas na figura 69.

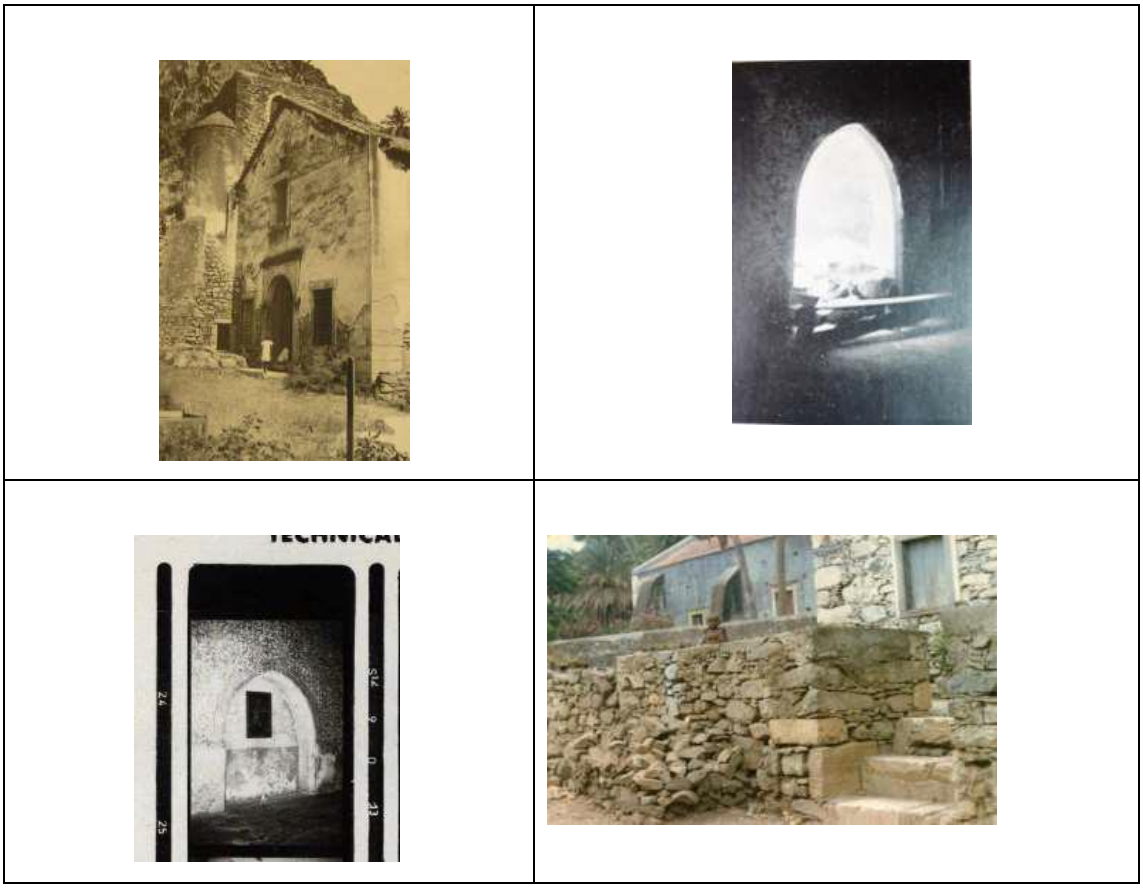


Figura 68 - 1ª Imagem: A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na primeira metade do século XX, 1929. Fonte: BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana,* 1963, p. 321[785]. 2ª Imagem: A entrada ou capela lateral desentaipada, c. 1944[786]. 3ª Imagem: A mesma entrada ou capela entaipada[787]. 4ª

[783] O Mundo Português. Vol. XI. 1944, s/p [entre p. 442 e p. 443]. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[784] José Manuel Fernandes e Fernando Pires referem que este entaipamento teve lugar no ano de 1940. In. PIRES, Fernando, FERNANDES, José Manuel - Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em Linha] 02.10. 2012. [Consult. a 28.11.2015] Disponível em: Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Grande - HPIP *www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=172* .
Fonte: MARIZ; Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[785] Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (2016) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[786] Ibidem

Imagem: Vista parcial do alçado lateral da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1981, sem o reboco que actualmente se observa. Fotografia cedida pelo arquitecto Alexandre Braz Mimoso[788].

Apresenta também alguns dados importantes para se compreender a atenção *"imediata"* concedida a esta construção nos anos 60 do século XX: o facto da tradição identificar o púlpito, que se desconhecia a localização, já nos anos 60, como sendo a que servira para o padre António Vieira (1608-1697)[789] aquando da sua passagem por Cabo Verde[790]. Aponta também o facto António José de Oliveira Bouças afirmar que o padre António Vieira pregou no púlpito da "derruída catedral de Cabo Verde", referindo-se à sé catedral da Ribeira Grande (António José de Oliveira Bouças, Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933, Praia, Minerva, 1933, p. 10) e que a mesma ideia é defendida por António Brásio (António Brásio, "Monumentos Sacros de Santiago", Cabo Verde nº130, 1960, p. 28).

Por seu lado, António José de Oliveira Bouças afirma que o Padre António Vieira pregou no púlpito da *"derruída catedral de Cabo Verde"*, referindo-se à Sé Catedral da Ribeira Grande (António José de Oliveira Bouças, Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933, Praia, Minerva, 1933, p. 10). A mesma ideia é defendida por António Brásio (António Brásio, "Monumentos Sacros de Santiago", Cabo Verde nº130, 1960, p. 28). Refere-se também aos escritos de Maria João Soares[791] acerca da presença do padre António Vieira em Cabo Verde. Não se faz qualquer alusão à Ribeira Grande, o que leva a uma certa dúvida no respeitante à passagem do padre António Vieira pela igreja de Nossa Senhora do Rosário. Neste ano

[787] Ibidem
[788] Ibidem
[789] Opina: Esta questão é, na nossa opinião, um tanto problemática uma vez que, apesar da hipótese advinda da antiga importância daquela igreja, a documentação, nomeadamente a carta do pe. António Vieira ao padre provincial do Brasil, refere que a chegada ao arquipélago foi feita através da vila da Praia no dia 20 de Dezembro de 16521474. Sabe-se também que ao longo de quatro dias o pe. António Vieira terá dito missa e pregado a doutrina e o baptismo de penitência, sem que 1472 Luís Benavente considera ser possível que o púlpito tenha sido roubado aquando do ataque francês liderado pelo almirante "du Gauttray". Cf. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[790] Acerca deste assunto aponta a seguinte obra de consulta: PEREIRA, Daniel - *A importância histórica da Cidade Velha*, Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004, p. XXIII; ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[791] Indica a seguinte bibliografia: *A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do Padre António Vieira na ilha de Santiago*. AA.VV. Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Braga. Universidade Católica Portuguesa. Província Portuguesa da Companhia de Jesus. 1999, p. 564-586.

de 1652 a Sé Catedral da Ribeira Grande ainda não estaria concluída e a igreja da Misericórdia servia como Sé, acrescenta.

Pela análise do levantamento realizado pelo arquitecto Benavente no ano de 1969, e de fotografias da época, explicita que a torre estava já parcialmente destruída e totalmente descoberta, o altar-mor era constituído por lápides sepulcrais emparelhadas *"patenteando ainda caracteres de escrita bastante anterior à falta de respeito na realização de uma obra desta natureza"*[792], o flanco esquerdo encontrava-se pressionado por pedra e entulho que caía da escarpa; *"uma enorme pedra estava caída sobre a preciosa abóbada da capela tardo-gótica e o interior estava manifestamente desfalcado em termos da cobertura azulejar"*. Luís Benavente havia constatado, segundo Vera Mariz (MARIZ, 2016), que a igreja tinha sido despojada de qualquer elemento de valor no seu interior, caso do púlpito anteriormente mencionado e da teia do altar-mor *"possivelmente de finos balaustres de bronze"*[793]. O arquitecto, tendo em conta estes dados, propôs iniciar os trabalhos com a limpeza e organização do espaço circundante, que consistiu na remoção de todo o entulho que ao longo dos séculos foi caindo da encosta e que à data se encontrava depositado junto da torre e das fachadas, e o estabelecimento de um contacto com os proprietários das bananeiras localizadas no adro da igreja no sentido destas serem transplantadas, deixando assim *"o monumento respirar"*. E confirma*: "No entanto, apesar deste fulgor inicial motivado pela antiguidade e simbolismo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, os critérios económicos sobrepuseram-se e o projecto de restauro acabou por não ter a aplicação imediata que se esperava"*. Refere que, segundo indicação do governador Leão Sacramento Monteiro (1920-2005), no ano de 1968, acabou por dar-se prioridade aos trabalhos de restauro da capela de São Roque, obra de custos inferiores e mais rápida, pois a campanha da igreja de Nossa Senhora do Rosário seria *"de maior vulto e dispêndio"*[794], como deixa claro o programa de dotações para a recuperação dos monumentos de Cabo Verde, em que o arquitecto Luís Benavente calculou que o total

[792] ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[793] Ibidem
[794] ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

das investigações e intervenções necessárias para a recuperação desta igreja ascenderia a 430.000$00, verba que só seria ultrapassada pelo restauro da manifestamente maior Fortaleza Real de São Filipe[795].

No entanto, no ano de 1969, o projecto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi retomado. O envio do projecto para Cabo Verde data de 1970. Neste ano, o governo provincial apresentou uma verba de mil contos para o restauro dos seus monumentos[796]. A partir deste ano, procedeu-se à limpeza do adro e do espaço circundante, afastando-se as pedras que ao longo do tempo foram caindo da escarpa vizinha ao templo; completou-se a torre sineira que perdera parte da sua face frontal e a totalidade da parede esquerda, mas sem se ter concluído a cobertura pensada para ser executada, à semelhança de outras da mesma época, num formato piramidal; limparam-se e/ou substituíram-se os rebocos exteriores manchados pela acção do tempo, embora sem efeito conclusivo; partiu-se à marreta a pedra que há cerca de cem anos caíra da montanha vizinha e ameaçava a abóbada nervurada tardo-gótica; arrancou-se azulejo de modo a compreender a forma como este se adossava à parede; levantaram-se algumas das lápides cujo destino, não concretizado, seria um museu; e, finalmente, consolidou-se o tecto, intervindo-se no madeiramento e nas telhas existentes. Os trabalhos decorreram até 1973[797].

Esclarece Vera Mariz que, no respeitante aos critérios orientadores desta campanha, o próprio arquitecto Luí Benavente anunciou no ano de 1967 que:

"Todos os trabalhos serão executados dentro das normas seguidas neste género de obra de acordo com a Carta Internacional para o Restauro e Conservação de Monumentos outorgada em Veneza em Maio de

[795] Indica a seguinte bibliografia: ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[796] ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 41, 28 de Janeiro de 1970. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[797] ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 10, 30 de Novembro de 1971; ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 16, 12. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

1964 pela comissão internacional[798] *de que o signatário fez parte, documentando-se as respectivas fases do trabalho no sentido de uma publicação demonstrativa da obra realizada*[799]*".*

Acrescenta ainda que efectivamente, como redactor e percursor de alguns dos princípios internacionalmente consagrados pelo documento produzido em Veneza, Luís Benavente advogou ao longo desta intervenção de restauro o significado cultural da igreja de Nossa Senhora do Rosário, templo que, sem ser uma obra-prima da arquitectura, é dotada de uma eloquência memorial incontornável, e que, por outro lado, não obstante o valor artístico, cultural e memorial da obra em causa, o arquitecto defendeu a continuidade da sua utilização, ou seja, a manutenção da sua utilidade para a sociedade, situação que defendeu desde os contactos iniciais, tendo sublinhado o facto de esta ser *"a única igreja que conseguiu chegar até aos nossos dias em estado que permitiu conservá-la ao culto"* [800]. Explica que, compreendendo a complexidade de um restauro, o arquitecto defendeu e praticou[801], tal como consignava a Carta de Veneza, o desenvolvimento prévio de um estudo histórico e arqueológico do monumento complementado pelo levantamento arquitectónico. Ao contrário do que se verificou em outras intervenções desenvolvidas na metrópole e mesmo nas colónias, neste caso o arquitecto não optou pela aplicação prática de um dos princípios condenados pelo documento por ele consultado, a unidade de estilo[802]".

Acrescenta que, pela descrição apresentada, o arquitecto procurou respeitar a capacidade única da arquitectura receber e acumular contributos de várias épocas, tendo valorizado tanto os elementos tardo-góticos como o portal maneirista, e que a questão referente à documentação de todas as fases do trabalho foi igualmente respeitada, como evidencia a variada documentação escrita e iconográfica que chegou até nós. Mas

[798]ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[799] A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] s/data. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[800] ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[801] Ibidem.

[802] Art.º11 da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, op. cit., p. 69-71. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

ressalva que não podemos louvar uma total obediência aos princípios consagrados no ano de 1964,

> *"pois deparamonos sobretudo com uma situação de compromisso denunciada pelo cumprimento da maioria, mas não completude, dos artigos daquela Carta. Afinal, apesar do artigo 9º referente ao restauro, defender a "marca do nosso tempo"*[803]*, o arquitecto Luís Benavente, em benefício de uma alegada verdade estética assegurada pela antiguidade, advogou, por exemplo, que no caso da telha para a cobertura esta deveria "patentear o aspecto antigo"*[804]*, bem como nos novos azulejos cuja produção deveria ser de "modo a não se conhecer o antigo do actual"1495*[805]*".*

No que respeita à substituição dos azulejos da igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vera Mariz esclarece que o arquitecto responsável se deparou com esta igreja e sabia, por testemunho do próprio, que os painéis encontravam-se incompletos, *possuindo "grandes faltas que devem vir de longa data"*[806], e por este motivo, a Fábrica de Sant'Anna executou, de acordo com amostras dos originais, catorze mil trezentos e setenta e cinco azulejos num valor de 190.700$80[807] que estariam prontos a embarcar para Cabo Verde a 15 de Fevereiro de 1973. No entanto, explica que, conforme depreendeu da análise das fotografias da época e da situação actual, *"a verdade é que, apesar destas falhas, a igreja de Nossa Senhora do Rosário teria o seu interior totalmente coberto de azulejos, aspecto que não foi mantido após o destacamento e recolocação destes elementos cuja distribuição alcança apenas a meia altura das paredes"*[808]. E acresce ainda:

---

[803] Indica o Art.º9 da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, op. cit., p. 69-71. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[804] ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 40, s/d. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[805] Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[806]ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 1, 14 de Janeiro de 1970. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[807] ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 21, 12 de Setembro de 1972. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (s.d.) . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[808] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

"Apesar de não conhecermos fotografias de todos os painéis e do arquitecto ter dado claras instruções no sentido de "fazer fotografia de um motivo completo para facilidade do empilhamento, escolha e assentamento" , a verdade é que o padrão montado nos anos 60 e 70 não corresponde, pelo menos na totalidade, ao pré-existente, parecendo derivar de uma má montagem ou de alguma liberdade de projecto. De facto, comparando o padrão que actualmente se encontra montado com os padrões e cercaduras do século XVII, percebemos que estes azulejos fazem parte, possivelmente, de um outro padrão de 6x6 azulejos, esse sim de utilização muito recorrente no período em causa. Por outro lado, comparando esse mesmo padrão com aquele que estaria aplicado antes do restauro no espaço correspondente ao púlpito, não obstante a fraca qualidade da fotografia, parece-nos possível identificar uma coincidência total"[809].

Indica que este padrão pode ser observado no AZ – Sistema de Referência & Indexação de Azulejo, com o número P-17-00604. Cf. AZ[810]. Apresenta como justificação a seguinte imagem, apresentada na figura 70.

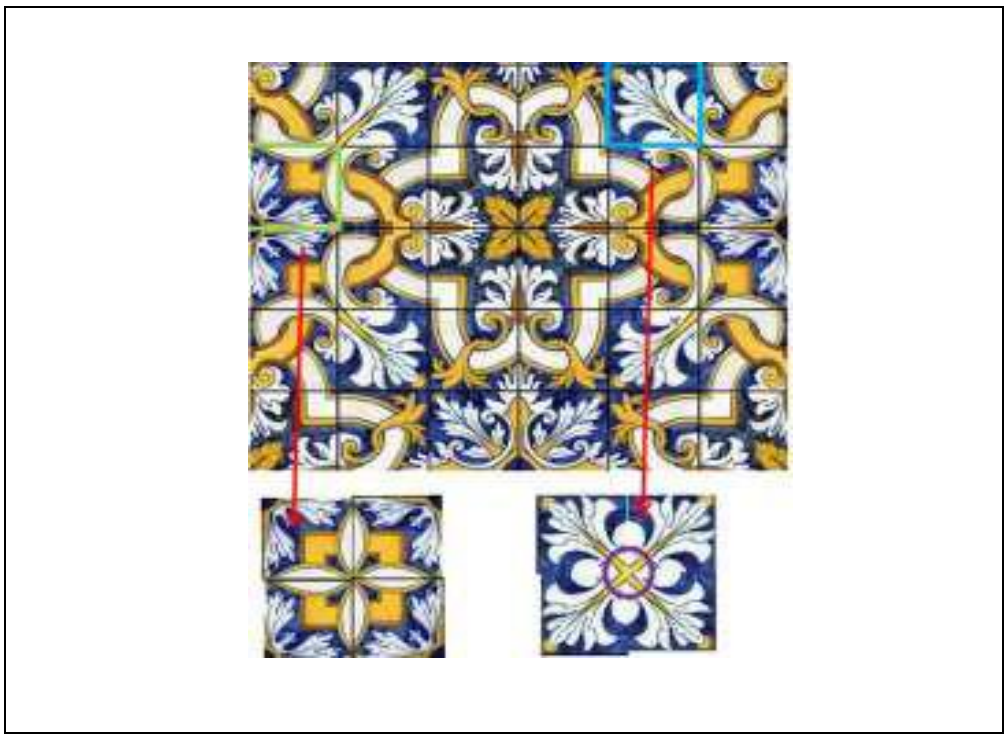


Figura 69 - Pormenor de um padrão de 6x6, azulejos bastante usado no século XVII. Imagem cedida pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões. Nº de inventário. P-17-00604. – p. 328. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a

[809] Ibidem

[810] Sistema de Referência & Indexação de Azulejo - Disponível em: http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/padrao_pesquisa.aspx.. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

Assinala que, para a cercadura, o azulejo utilizado parece ter sido o assinalado a verde, enquanto aquele possivelmente escolhido para o padrão está identificado a azul[811]**.** Refere ainda que a própria Fábrica Sant'Anna reconhece que os azulejos montados na igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande fazem parte da sua colecção "Colares"[812] mas que, como os próprios constaram, a montagem dos azulejos não terá sido a habitual[813] e, por este motivo, se depara com um padrão distinto daquele que seria o recorrente naquela colecção.

Um outro aspecto tratado por Vera Mariz (MARIZ, 2016) refere-se à metodologia de trabalho e critérios defendidos e aplicados por Luís Benavente que a mesma opina merecer destaque dado que *"testemunha o carácter transmemorial e trans-contemporâneo*" da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Para a mesma, para além da importância desta igreja enquanto centro espiritual activo ao longo dos séculos ou testemunho da evolução estilística da arquitectura colonial, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi também escola de obras de restauro de monumentos, ideia corroborada o arquitecto Benavente, que aludira que a campanha deveria servir precisamente *"como escola para a formação de equipe de mão de obra para os trabalhos de restauro a realizar na Província[814]. Deste modo, trabalhando, por exemplo, nas alvenarias necessárias, os operários locais estariam a dar continuidade aos trabalhos iniciados há muitos séculos pelos seus antepassados, os mesmos que construíram e mantiveram este singelo templo da Ribeira Grande".* Conclui, referindo que os trabalhos de restauro projectados por Luís Benavente não foram totalmente concluídos entre os anos de 1962 e 1973. Comparando os projectos gizados com a obra final, apesar da cantaria das sineiras da torre exterior ter sido concluída, a cobertura da mesma não o foi. E escreve:

[811] Indica que o padrão pode ser observado em, AZ – Sistema de Referência & Indexação de Azulejo, com o número P-17-00604, disponível em http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/padrão_pesquisa.aspx.
[812] Esclarece que estas informações foram-lhe transmitidas via correio electrónico pela D. Helena Tomás no dia 15 de Junho de 2012.

[814] ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

"A este propósito, não deixa de ser interessante observar o facto do próprio arquitecto ter admitido no ano de 1969, provavelmente devido à inexistência de documentação auxiliar referente à época de construção deste elemento, a dificuldade em resolver esta questão[815]*, ficando a sua conclusão sujeita a estudos mais aprofundados. Além da cobertura da torre sineira, o arranque e organização das lápides sepulcrais encontradas no interior e exterior da igreja servindo de altar-mor ou de escadaria também não se concretizou na totalidade*[816]*, como, de resto, aconteceu com a organização de um repositório*[817]*1506 para um futuro Museu Lapidar e Arqueológico*[818]*.*

Nas considerações refere a mesma que apesar da tentativa de implementação de medidas em prol dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago, não ter sido de modo algum exclusiva do Estado Novo, notou que,

"no período em causa houve, de facto, um incremento sem precedentes ao nível da concretização daquelas propostas, uma situação devedora do entendimento do valor memorial destes monumentos num contexto de contestação anticolonial e de aplicação de um programa centralizador de salvaguarda patrimonial.Tendo sido a única província ultramarina que respondeu ao repto lançado por Luís Benavente referente à recolha de elementos para o estudo e protecção dos monumentos portugueses do além-mar, Cabo Verde acabou por ser um dos territórios que mais beneficiou do desenvolvimento deste programa. Assim o confirmam, por exemplo, o inventário do património da Ribeira Grande (1971) mas, sobretudo, a elaboração – tardia é certo – do complexo projecto de legislação para o património histórico-artístico da província (1971), um documento especificamente pensado para Cabo Verde, caso único no universo investigado"[819]*.*

---

[815] ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. In. MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[816] Vera Mariz refere que não é correcto atribuir a Luís Benavente o levantamento e montagem da totalidade das lápides existentes no corredor central desta igreja. Segundo Martinho Robalo de Brito no ano de 2004, *"no corredor central foram levantadas as campas existentes e recolocadas de volta no mesmo sítio e foram acrescentadas mais outras, tendo completado todo o corredor central"* (Martinho Robalo de Brito, Reconversão Patrimonial do sítio histórico – Cidade Velha, Património Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de S. Filipe, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Cabo Verde, 2012, p. 119-120). Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[817] ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 40, s.d. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[818] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[819] Acrescenta: O estudo do caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário permitiu-nos concluir que em Cabo Verde, nesta época, a escolha dos monumentos para serem restaurados foi influenciada, sem dúvida, pelo significado histórico e relevância artística destes edifícios, bem como pela sua indexação a momentos fulcrais da História mas, sobretudo, pelos custos envolvidos. Por outro lado, as questões financeiras de uma província permanentemente afligida por crises sucessivas aliaram-se à falta de recursos humanos e acabaram por ditar uma acção de salvaguarda manifestamente reduzida quando em comparação com o universo conhecido por Luís Benavente. Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

Refere ainda que nos casos das obras concretizadas, notou também, uma larga e assumida aplicação dos princípios eternizados pela Carta de Veneza de 1964, bem como uma preocupação notável de Luís Benavente em relação à vertente social e humana dos restauros, e que estes aspectos *"foram, no entanto, maculados pela tentativa de velar a marca das intervenções, ocultando-se, de forma consciente e em benefício de uma leitura desambigua do valor simbólico destes monumentos coevos dos primeiros tempos da presença portuguesa em Cabo Verde, a marca da contemporaneidade"*.

Esta pesquisadora[820], para além de prestar esclarecimentos de teor científico que nos fazem compreender melhor o problema da substituição dos azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, muito criticada pela comunidade intelectual, por alguns historiadores, também aclara-nos acerca dos propósitos e do alcance da missão de Benavente, bem como os objectivos que não foram alcançados, indicando as razões.

Outras opiniões acerca dos trabalhos de Luís Benavente em Cabo Verde são expressas por Vera Mariz[821] que avança que, depois do início da missão em São Tomé e Príncipe, Luís Benavente estendeu a sua acção às ilhas de Cabo Verde no ano de 1962, dado que a mesma considerava ser, talvez, o programa mais complexo de intervenção patrimonial desenvolvido pelo arquitecto Benavente para o Ultramar, afirmando:*"Todavia, relativamente a este caso de salvaguarda do património azulejar português naquelas ilhas atlânticas durante o Estado Novo, interessa-nos abordar, por momentos, alguns precedentes que consideramos ser da maior importância na medida em que testemunham uma sensibilidade precoce para com os bens artísticos em estudo"*[822]. E explicita que em plena I República, no ano de 1922, o Governador de Cabo Verde, o Contra-Almirante Filipe Carlos Dias de Carvalho (1868-1934), havia ordenado, através do Boletim Oficial da Província, que se cumprisse a Portaria nº40 de 22 de Janeiro daquele ano, *"cujo tema se prendia com a conservação dos monumentos portugueses locais enquanto eloquentes testemunhos da memória e identidade nacional"*. Esclarece

[820] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016 . [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[821] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA. LISBOA. 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7.
[822] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

ainda que, *"numa das disposições apresentadas como vias para a valorização e travagem da destruição da Ribeira Grande de Santiago, vulgo Cidade Velha, o legislador classifica as ruínas da Sé, localizada no Bairro de S. Sebastião, como monumento nacional"* e proibira ainda *"arrancarem-se das suas paredes os azulejos que as cobrem"*. Afirma ainda que, *"não obstante esta manifestação de uma arreigada consciência patrimonial direccionada para os azulejos desta Sé"* (…) "*estes não chegaram até à actualidade",* atribuindo a culpa à acção humana: *"Na verdade, à acção humana foi, sem qualquer dúvida, um dos grandes factores que contribuíram para a ruína da Cidade Velha ao longo dos séculos, e terá sido, exactamente, graças a esta intervenção externa, a mesma que noutros casos do mesmo conjunto assegurou a conservação dos monumentos, que os azulejos da sacristia se perderam"*[823].

Esclarece ainda que, segundo o Arquitecto Benavente, que teve o seu primeiro contacto com a ilha de Santiago de Cabo Verde em 1962, datou o padrão polícromo em azul e amarelo, que forrava a totalidade da parede, que seria do início do século XVII, e seria constituído por dezasseis azulejos. Afirma ainda que, nesta mesma ocasião, o arquitecto avançara ainda com informações, que não pôde a mesma averiguar, que estes azulejos teriam sido levados por uma missão americana, e que se encontravam desde esta data, num museu nos Estados Unidos, sem que Benavente tivesse conseguido averiguar até então, "onde e em qual".

Para situar e contextualizar o fervor pela salvaguarda dos monumentos durante o Estado Novo e poder assim explicar a missão de Luís Benavente a Cabo Verde e sua intervenção na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e outros monumentos desta cidade, Vera Mariz (MARIZ, 2016) lembra que a utilização dos monumentos como *"testemunhos memoriais das glórias pretéritas"* pode-se considerar como um dos instrumentos utilizados pela estrutura política para assegurar e legitimar o Império Português, num período de alta contestação internacional do colonialismo europeu, e aponta as seguintes justificações: o regime estaria à procura de uma forma de legitimação da sua política ditatorial, nacionalista e colonial, sendo natural que os

[823] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

monumentos, fossem erguidos em momentos de glória da História de Portugal, e fossem o elo de ligação entre Passado e Presente. Explicita:

> *"no passado aqueles monumentos foram erguidos e celebrados como símbolos das glórias nacionais, caberia ao presente, a um regime consciente da sua missão, reabilitá-los materialmente e espiritualmente. Deste modo, havendo, na opinião de António de Oliveira Salazar (1889-1970) [2], uma "Nação a reconstruir", isto do ponto de vista político, económico, cultural, social e religioso, não é de estranhar que, a par das obras públicas, "a defesa do nosso património artístico" se tenha tornado "das maiores obras da Ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas"*[824].
>
> Refere-se à importância destas duas ideias basilares, ou seja, o imperialismo e a valorização dos monumentos como testemunhos históricos, e opina:

(…) *"seria expectável que, à semelhança do que se verificou na dita Metrópole, entre os anos 30 e 70 do século XX, conforme demonstrou Maria João Neto [3], se tivesse assistido à programação e concretização de um complexo projecto de salvaguarda patrimonial também nos territórios ultramarinos. Isto porque, afinal, nada materializaria com tanto rigor e impacto o majestoso período das Descobertas Portuguesas que se pretendia recordar e reviver num novo momento de excelência da História de Portugal, como os monumentos erguidos além-mar a partir do ano de 1415 com a conquista de Ceuta"*[825].

No entanto confirma que as realizações não foram de encontro às expectativas *"tão pouco mimicou o que se passava na Metrópole em termos de intervenção patrimonial",* devido ao desconhecimento e extensão dos domínios ultramarinos, dos empecilhos burocráticos e de questões financeiras. E conclui que, considerando o desfasamento temporal, o regime acabou por compreender que o restauro dos monumentos erguidos havia seculos atrás nos territórios ultramarinos, poderia ser um instrumento poderoso para demonstrar a herança portuguesa naqueles territórios, que reclamavam a sua independência, e assim sublinhar a legitimidade da continuação da contestada presença e administração portuguesa no Ultramar. Adianta que, *"depois de anos de incúria, ignorância e desinteresse por parte do Governo da Metrópole, não havendo, por parte do Ministério do Ultramar, qualquer definição relativa a este assunto, no ano de 1958,*

---

824 MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

825 De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

através do Decreto nº41:787 de 7 de Agosto, a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, foi, finalmente, incumbida do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos, preenchendo, deste modo, uma grave lacuna". Acrescenta que, dado que havia então, uma inegável consciência patrimonial direccionada da Metrópole para o Ultramar, bem como legislação e motivação política, era preciso identificar *"um técnico cujas capacidades permitissem coordenar um programa cuja complexidade seria, tendo em consideração as dimensões do Império Português, invariavelmente intrincado"*. A escolha recaíra sob o arquitecto Luís Benavente (1902-1993), Director do Serviço de Monumentos Nacionais, que transitara a 23 de Setembro de 1958, para o Ministério do Ultramar em comissão eventual, tendo como primeira missão estudar, em São Tomé e Príncipe, duas igrejas e duas fortalezas, ou seja, a igreja da Madre de Deus, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, a Fortaleza de São Sebastião e a de S. Jerónimo.

No que respeita à salvaguarda do património azulejar ultramarino durante o Estado Novo, que nos esclarece acerca das actividades de preservação realizadas por Luís Benavente, as decisões do governo português nesta matéria, e o alcance destas contribuições, Vera Mariz (MARIZ, 2016) aponta como importantes os contributos do Governo da Metrópole e de Luís Benavente. Ao se debruçar sobre a questão da protecção e valorização dos conjuntos azulejares encontrados nos territórios de "além-mar", analisa e reflecte acerca dos contributos dados pela esfera pública e privada, para o conhecimento e salvaguarda do património em estudo, no trabalho apresentado pela mesma no congresso internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau[826]. Salienta o *"pioneirismo, incontornável"* de Benavente que permitiu que encontrasse *"os primeiros sinais da sensibilidade de um indivíduo ao serviço do Governo para com o património azulejar português ultramarino"*. Descreve então os trabalhos realizados por este nas igrejas Madre de Deus em S. Tomé e Príncipe, esclarecendo que Benavente teria arrancado os azulejos desta igreja e tinha assim descoberto que esta tinha já recebido azulejos por três vezes, e se estudou os procedimentos anteriores. Pela mesma época, recebeu, na nave, em lugar do primitivo azulejo holandês "Enkele tegel", cantos

[826] Colóquio internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência. Lisboa, 21-23 de junho de 2012. In De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

'Ossekop'. E acrescenta: *"Conseguimos obter um inteiro que se encontra no Museu de azulejaria de Lisboa, por nós ali depositado"* [827]. Tanto a igreja Madre de Deus quanto a capela da Nossa Senhora do Bom Despacho, datada de cerca de 1617, foram sujeitas ao mesmo método de trabalho, que constava de prospecções iniciais, ou seja, levantamento dos azulejos antigos e reprodução, afirma a mesma. Refere ainda que, para a Igreja Madre de Deus foram efectuadas *"as prospecções necessárias, o arquitecto Benavente projectou aquelas que seriam as composições cujas criações datariam do período renascentista do templo, requisitando a sua reprodução, de acordo com as suas indicações e muito influenciado pela igreja homónima de Lisboa, à Fábrica Cerâmica Viúva Lamego, de acordo com as indicações do Arquitecto Benavente, ainda que, desta feita, a obra tenha sido executada pela Fábrica de Faianças e Azulejos Sant'Anna, para o altar -mor e arco-triunfal"* [828].

No referente à salvaguarda da azujelaria dos templos das ilhas de Cabo Verde, tema de nosso maior interesse, esclarece que, acerca *da "ausência dos azulejos que integrariam o conjunto da Sé de Cabo Verde, o arquitecto Luís Benavente teve, ainda, um fértil campo de acção na mesma Ribeira Grande: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos"*, localizado num promontório sobranceiro à rua Carreira, o monumento mais antigo da Ribeira Grande, que conta, no seu interior, com uma capela lateral *"cuja data de execução, conforme podemos averiguar pela sua abóbada nervurada, nos faz recuar até ao período tardo-gótico"*[829]. Afirma que em 1962, o arquitecto Benavente se depara com a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que esta contava ainda com as

[827] O da primeira constava de azulejo de barro vermelho vidrado toscamente a verde de cobre, trabalho este caracteristicamente português do século XVI, em lambris de pouca altura, no qual participava igualmente azulejo branco, de material idêntico. Recebeu depois no altar-mor azulejo de padrão em azul e amarelo colocado em diagonal, de motivos separados, por faixas de meio azulejo com lambrilhas nos cantos, idêntico ao da sua congénere em Lisboa, no coro baixo antigo, hoje servindo de passagem. Este foi colocado sobre a argamassa do primeiro, depois de caído ou arrancado. Está por nós documentado fotograficamente. Fonte: De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

[828] Acrescenta justificando a acção de Benavente em S. Tomé e Príncipe: Sem descurar a colocação dos azulejos no interior desta igreja da Madre de Deus, o arquitecto, aquando do recrutamento de um pedreiro para trabalhar nas obras de restauro dos monumentos de S. Tomé e Príncipe, sublinhou a importância deste, neste caso José Teixeira da Cunha, ter a aptidão necessária para assentar azulejo antigo, a par, por exemplo, da execução da cobertura com telha portuguesa. De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

[829] Acerca da conservação desta igreja Vera Mariz opina: Ao longo dos séculos, provavelmente devido à riqueza da Confraria de Nossa Senhora dos Pretos à qual estava associada, e que é recordada por António Brásio , esta igreja manteve-se num notável estado de conservação, sendo de sublinhar a sua aparente interrupção enquanto lugar de culto. Fonte: MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

paredes interiores cobertas de azulejos, ao contrário do que acontecera na Sé, mas sublinha existirem *"grandes faltas que devem vir de longa data"*. E esclarece:

> *"Neste caso, tratar-se-ia de um motivo policromado, em azul e amarelo, constituído por dezasseis azulejos, cuja data de execução dataria, possivelmente, do século XVII. Perante esta situação, ou seja, a pré-existência de azulejos, o problema das falhas em algumas das zonas e a necessidade de devolver à igreja a sua legitimidade enquanto eloquente testemunho da missionação portuguesa no além-mar, o arquitecto Benavente traçou um plano que passou pela execução de uma reportagem fotográfica do motivo, levantamento do mesmo para averiguar o modo de assentamento na parede, reprodução dos azulejos e, finalmente, a sua recolocação"*[830].

No que concerne à metodologia utilizada por Benavente, Vera Mariz[831] defende:

> *"Não obstante a metodologia aparentemente incontestável, a verdade é que esta intervenção, verdadeiramente iniciada a partir do ano de 1969, levantou uma série de problemas do ponto de vista da teoria do restauro. Antes de mais, num momento em que a Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios (1964), da qual o arquitecto fora redactor e signatário, já estava vigente, este defendeu que, ao invés de deixar visível a "marca do nosso tempo", a produção dos novos azulejos, a executar pela Fábrica e Faianças e Azulejos Sant'Anna, deveria ser de 'modo a não se conhecer o antigo do actual'. Por outro lado, e de forma contraditória, o trabalho final não foi, de todo, fiel à ideia de esconder a intervenção dos anos 60, sendo isto, pelo menos, notório para quem observa as fotografias pré-restauro e as referências anteriormente citadas. Isto porque, a verdade é que, aquando do restauro liderado pelo Arquitecto Benavente nesta igreja de Nossa Senhora do Rosário, o espaço interior outrora totalmente revestido de azulejaria policroma, não obstante os catorze mil trezentos e setenta e cinco azulejos num valor de 190.700$80 que a Fábrica de Sant'Anna afirma ter realizado, passou a ser, unicamente, revestido até meia altura"*[832].

Continua o esclarecimento de Vera Mariz (MARIZ, 2016), agora no respeitante à montagem dos motivos, que merecem também atenção. Afirma que e por um lado a primeira situação advinha de problemas económicos, a montagem seria a questão mais gritante pois o padrão que actualmente se repete não corresponde, pelo menos na totalidade, ao pré-existente, derivando, na nossa opinião, de uma má montagem ou de alguma liberdade de projecto porque, comparando o padrão que actualmente se encontra

[830] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686
[831] Ibidem
[832] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

montado na igreja em estudo, com os padrões e cercaduras do século XVII, apercebe-se que estes azulejos fazem, possivelmente, parte de um outro padrão de 6x6 azulejos, esse sim de utilização muito recorrente no período em causa, e que comparando esse mesmo padrão com aquele que estaria aplicado, antes do restauro, no espaço correspondente ao púlpito, lhe parecia possível identificar uma coincidência total. E conclui:

> *"De resto, é curioso observamos que a própria Fábrica de Faianças e Azulejos Sant'Anna, reconhece que os azulejos montados na igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande, fazem parte da sua colecção "Colares". No entanto, como os próprios reconhecem, a montagem dos azulejos não terá sido a habitual, criando um padrão distinto daquele que seria o recorrente na colecção em causa"*[833].

Acrescenta ainda ser importante referir, a propósito desta missão de Luís Benavente em Cabo Verde, e da integração da azulejaria nos seus programas de restauro dos monumentos ultramarinos, no ano de 1970, quando este arquitecto ainda se encontrava a trabalhar na igreja de Nossa Senhora do Rosário, *"data um testemunho incontornável para o estudo da salvaguarda do património azulejar nos territórios de além-mar, durante o Estado Novo"*. A este propósito, refere que, em Janeiro de 1970, a Agência Geral do Ultramar, a pedido da Fundação Calouste Gulbenkian, solicitou ao arquitecto Luís Benavente, enquanto técnico em comissão de serviço no Ministério do Ultramar, que elaborasse um esclarecimento relativo à existência de azulejaria portuguesa nos monumentos do além-mar e que este, estando já familiarizado com os casos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, discorreu brevemente acerca dos factos seus conhecidos. E, além das alusões aos casos relativos a Sé e igreja de Nossa Senhora do Rosário na Ribeira Grande de Santiago, bem como à igreja da Madre de Deus em São Tomé, o arquitecto referiu ainda à existência de conjuntos azulejares da igreja de Nossa Senhora da Nazaré em Luanda, da igreja e convento de Nossa Senhora do Carmo, na mesma cidade angolana. Os dois últimos templos, classificados como monumentos nacionais desde 1932 e 1945, respectivamente, estavam sob a alçada da Comissão dos Monumentos Provinciais de Angola, e que desconhecia, naquele momento, se os seus painéis representando o milagre de D. Fuas Roupinho, o combate da batalha de Ambuíla e a execução do rei do Congo, no caso da Nazaré, ou o azulejo de padrão do

[833] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

Carmo, tinham sido intervencionados durante o Estado Novo. Conclui que nesta época era possível encontrar muitos outros conjuntos azulejares nos monumentos de Angola, como são os casos, por exemplo, da Fortaleza de São Miguel, cuja construção inicial data do século XVI, ou da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, construção seiscentista. Sublinha então que, dada as intenções de salvaguarda do património azulejar português ultramarino expressas pelo Governo da Metrópole, na sequência do decreto centralizador de 1958, interessava sublinhar que esta acção, não obstante o seu valor, não se revestiu de um carácter único.

Esta pesquisadora refere-se também aos contributos da Fundação Calouste Gulbenkian e de João Miguel dos Santos Simões assinalando que o interesse manifestado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1970 em relação à produção azulejar portuguesa, que se integrava nos monumentos do Ultramar, acentuando que não foi um acto pontual e descontextualizado, mas sim o contrário[834]. Um projecto que previa a realização de um Corpus da Azulejaria Portuguesa, que foi aceite pela Fundação Calouste Gulbenkian. Nascera assim a Brigada de Estudos de Azulejaria, em que se previa que os estudiosos se debruçassem sobre o inventário, estudo e divulgação dos núcleos azulejares do Continente, Açores, Madeira e também do Brasil, portanto de grande abrangência. Aponta porém as ausências de outros núcleos fundamentais e que, faziam ainda parte do dito Império Português desta época. A este propósito realça os espaços beneficiados, a falha relativamente à ausência de Cabo Verde nestes trabalhos:

> *"Ainda assim, e não obstante as falhas óbvias, é importante referir que a actividade da brigada estendeu-se, igualmente, a Marrocos, onde terá havido contacto com a Societé Cooperative des Zelligueurs em Fez e pesquisa feita no Palácio Jamai em Meknes, Tunísia, conhecendo-se o espólio do Museu Nacional do Bardo, e Angola, nomeadamente na igreja de Nossa Senhora da Nazaré e na*

[834] A este propósito salienta então que "*a Fundação Calouste Gulbenkian contou, desde o ano de 1956, com o seu Serviço de Belas-Artes, conhecido então, como sublinhou Jorge Rodrigues [16], enquanto Serviço de Museu e Belas-Artes, cuja actividade no campo do estímulo à produção artística acompanhou, ao longo dos anos, o desenvolvimento da História da Arte em Portugal e, muito concretamente, os estudos do património azulejar nacional. Conhecendo, certamente, a importância da Fundação Calouste Gulbenkian e do referido Serviço, no panorama da promoção da arte e da sua investigação em Portugal, conforme relata Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara [17], João Miguel dos Santos Simões (1907-1972), figura maior do estudo da azulejaria, apresentou, no ano de 1957, ao Presidente do Conselho de Administração da instituição supra citada, um projecto incontornável para o estudo da salvaguarda do património azulejar português. De facto, nesta ocasião, o estudioso e teórico desta temática, apresentou um projecto ambicioso cujo objectivo passava, essencialmente, pela realização de um Corpus da Azulejaria Portuguesa.* Fonte: MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

capela de Nossa Senhora dos Navegantes, ambas em Luanda. Apesar deste projecto, gizado por Santos Simões e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, não ter abrangido a totalidade do universo azulejar português, deixando de fora, por exemplo os núcleos que vimos anteriormente, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe…"[835] .

A mesma conclui que devia sim apontar a incontornabilidade do projecto em causa, pois o inventário foi *"indubitavelmente*", o primeiro passo em qualquer programa de salvaguarda patrimonial, uma vez que não se poderia proteger o desconhecido e que, apesar da Brigada de Estudos de Azulejaria ter sido oficialmente extinta a 1 de Dezembro de 1969, devia considerar-se o facto da Fundação Calouste Gulbenkian se ter dirigido à Agência Geral do Ultramar que recorreu ao Arquitecto Luís Benavente, *"um sinal incontestável do caminho aberto por Santos Simões no âmbito dos estudos do património azulejar português além-mar"*[836].

Vera Mariz (MARIZ, 2016) refere-se também ao restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário escrevendo que, dado a Ribeira Grande ser a primeira cidade organizada pelos portugueses no ultramar, não é era estranhar *"a inclusão do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário – considerada como o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, um valioso testemunho da obra de missionação portuguesa – no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver pelo arquitecto Luís Benavente em Cabo Verde dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das Ilhas"*[837]. Explicita que, como testemunha o programa de obras a realizar, documento apresentado a 22 e 24 de Setembro de 1962, a *"singela"* igreja acabou por ser, a par do pelourinho da Ribeira Grande, o primeiro alvo de estudos do arquitecto Benavente em Cabo Verde, e que os trabalhos prolongar-se-iam até ao ano de 1973. Apresenta as imagens, reveladas na figura 71 que comprovam o que a mesma explana.

[835] MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686
[836] Ibidem
[837] Ibidem

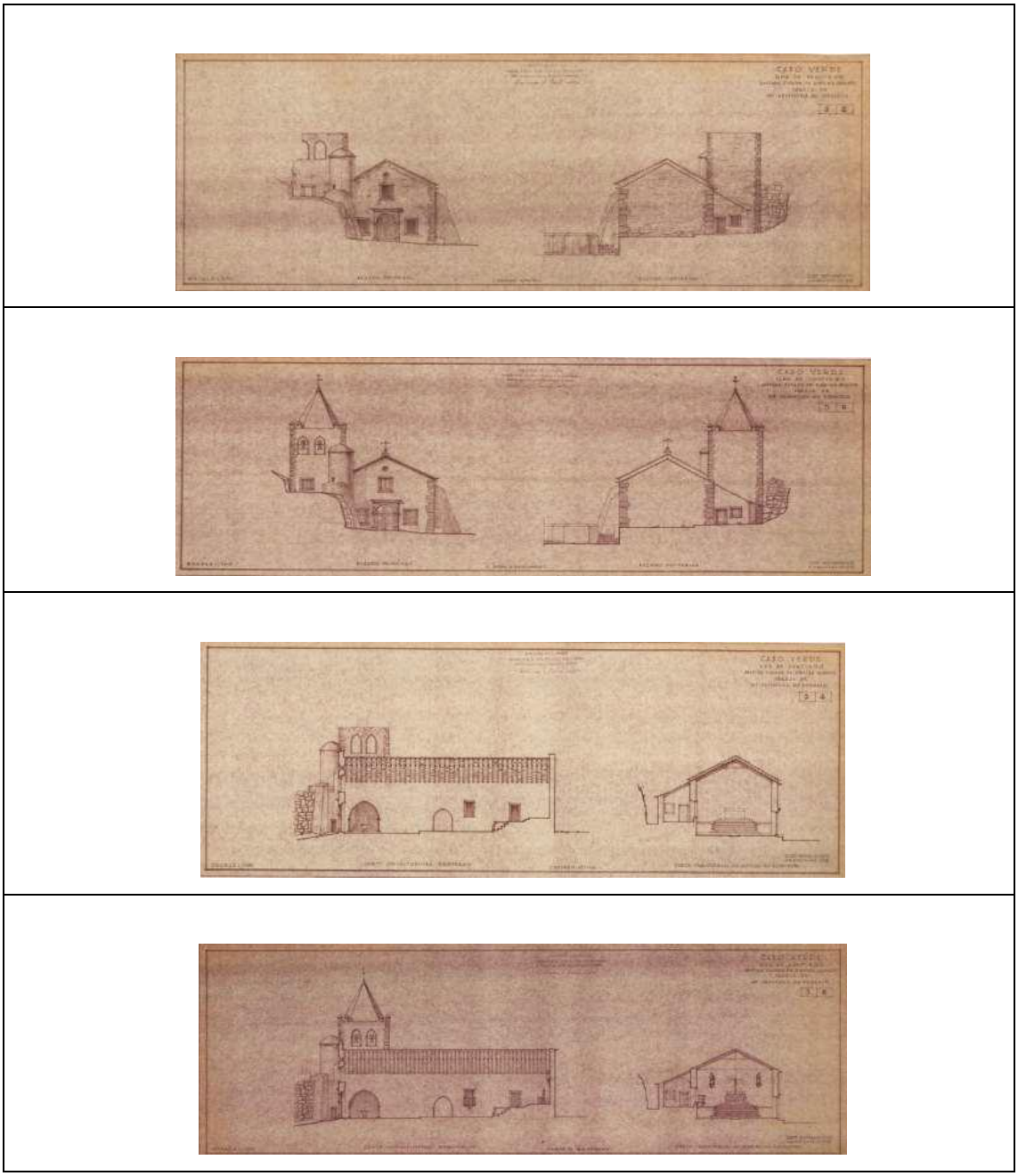


Figura 70 - 1ª Imagem**:** Levantamento do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário antes dacampanha de restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 31. - P. 323[838]. 2ª Imagem: Projecto de Luís Benavente para o restauro do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 44. P. 325[839]. 3ª Imagem**:** Levantamento com corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-mor antes do restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 40. – p. 324[840]**.** 4ª Imagem: Corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-

838 Fonte: MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

839 Ibidem

840 Ibidem

mor após as obras de restauro projectadas por Luís Benavente, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 50. – p. 325[841].

Lembra que antes desta intervenção, provávelmente já depois de 1944, foram realizados alguns trabalhos nesta igreja, tendo conhecimento do entaipamento da abertura ogival existente no flanco esquerdo da igreja.

Esta contribuição de Vera Mariz (MARIZ, 2016) contribui para se ter uma ideia mais vasta e aprofundada no que respeita à edificação e ao restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

2.1.5. Nomeação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário a Monumento Nacional – recheio e decoração.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[842], juntamente com a troca de correspondência entre o Governador Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, os pareceres dos engenheiros e arquitectos da Direcção Geral do Urbanismo e Comunicação, um documento dactilografado e com anotações a caneta de tinta, para além de indicar na primeira linha a declaração da Igreja da Nossa Senhora do Rosário pela portaria 1921/22 (vem escrito, Cidade Velha a Monumento Nacional e traz uma anotação a caneta, em cima – Igreja de Nossa Senhora do Rosário). Este documento apresenta também os despachos do Ministro do Ultramar acerca de propostas para a restauração da Fortaleza, e o seguimento dado a este na então Província de Cabo Verde. Com esta informação preciosa de 1922, (data em que se fez provavelmente a anotação deste documento), demonstra-se que, nesta data, a igreja havia sido declarada Monumento Nacional de Portugal, em pé de igualdade com outros da antiga Metrópole. Neste documento, há mais informações valiosas: refere-se a *"Igreja velha – Nª Senhora do R*osário" – *"Lá tem os painéis"*. A existência de painéis que, depreende-se, na data, ainda se encontrava na igreja, pois escreve-se: "*Lá tem os paineis".* Seriam painéis de azulejos, muito utilizados na época, que foram substutuídos, como referem os

[841] Fonte: MARIZ, Vera - De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. 2016. [consult. a 01.07.2017]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

[842] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT.. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

documentos, mas não se sabe o paradeiro dos exemplares retirados, pela igreja católica e pelo padre Ima, (Emanuel Freire). Outra informação valiosa é a que se refere a pedras tumulares - *"Arrancar 2 pedras tumulares"* – entre parenteses escreve-se - *" Só me resta o sepulcro. Depois das trevas resta-me a Luz. Estava do lado do Evangelho. Do lado da Epístola estava o Tesoureiro Mor, sem data,"* (ANEXO Documental: anexo VII). Deduz-se que havia-se dado ordem pelo autor deste documento para se arrancar as duas pedras tumulares de 2 sepulcros, restando apenas um, que estava no lado do evengelho, pois, do lado da epístola estava o do Tesoureiro mór, sem data. A respeito da capela manuelina desta igreja refere o documento*: "Foi uma homenagem do rei de D. Sebastião – Foi no tempo do Concílio de Trento e foi criado o Seminário" – Restaurar c/ a imagem de D. Sebastião e um altar"*[843]. Neste documento, ficamos a saber que a capela foi feita em homenagem a D. Sebastião, no tempo do Concílio de Trento, e que o autor do documento explica que pretendia que fosse restaurada e que tivesse uma imagem deste rei num altar. Pretendia-se também restaurar a torre da igreja. A frase, "*Foi no tempo do Concílio de Trento e foi criado o Seminário"*, confirma também que o Seminário foi criado na mesma altura, no tempo do Concílio de Trento.

No relatório de missão da Unesco, "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA[844]", realizada de 27 de Novembro a 27 de Dezembro de 1980, apresenta-se um estudo sobre a Cidade Velha, a que já nos referimos, faz-se a seguinte apreciação a esta igreja, tendo em consideração uma fotografia de 1929: *"Son état en 1929 révèle des problemès de dégradation en façade.Un ré-enduisage plus un badigeon de chaux réalisés il y a plusiers années lui confere toute sa splender dans la végétation luxuriante du lieu. Certes quelques problèmes d'humidité – qui peuvent être aisément maîtriser – apparaissent au niveau des fondations car l'edifice est relativement proche du réseau d'irrigation à ciel ouvert"*[845]. Faz - se também neste documento, uma apreciação às estatuetas e outros adornos da igreja.

[843] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT.. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[844] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.
[845] Ibidem
WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. Ficha nº 17, Reference 24, p. 54. 1980.

Apresentamos na figura 72 a primeira imagem antiga desta igreja, que parece ser anterior às obras de preservação realizadas, e uma imagem actual, após os vários trabalhos de preservação efectuados.



Figura 71 - 1ª Imagem: Imagem antiga da igreja de Nossa Senhora do Rosário, provávelmente de 1922. Fonte: Acervo documental da Curadoria da Cidade de Santiago. 2ª Imagem: Imagem actual da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo documental organizado durante a elaboração desta Dissertação - Fotografia realizada durante a pesquisa de campo, a 21 de Dezembro de 2015.

O Relatório de Luís Benavente também se refere aos trabalhos realizados nesta igreja no âmbito do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio do milénio da descoberta do arquipélago de Cabo Verde. Nos anos 60 do sec. XX, a igreja de Nossa Senhora do Rosário é beneficiada com importantes trabalhos de reconstrução sob a direcção de Luís Benavente. "*O edifício recebe nova cobertura, o remate piramidal é reedificado, outros pormenores da construção sofrem alterações, para além de caiar o edifício"*[846]. A figura 73 revela a planta antes e depois do restauro, realizada por Benavente.

[846] As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde. [Em linha]. 2012. [Consult. a 30.12.2014]. Disponível em: http://culturalcaboverde.blogs.sapo.pt/635.html. 23.10. 2012.

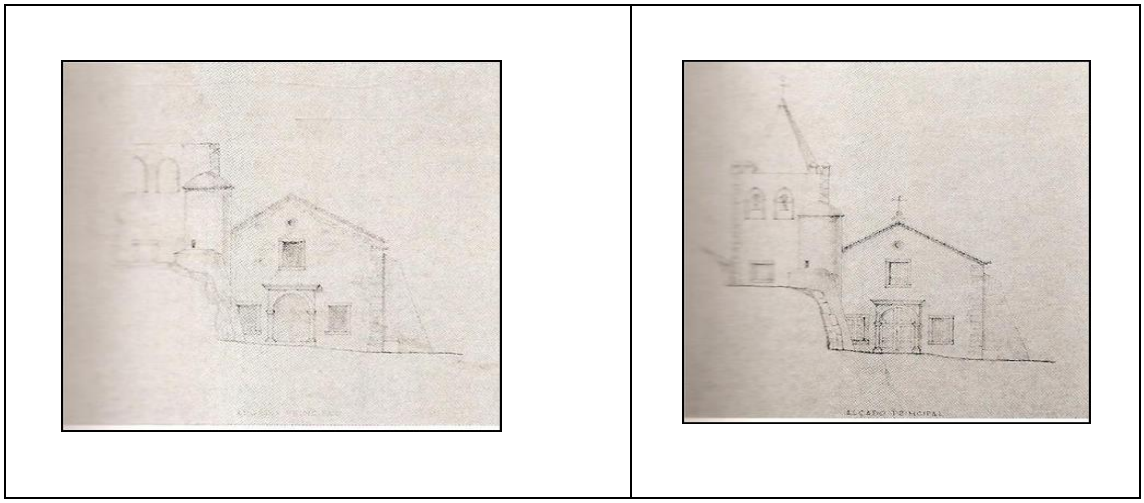


Figura 72 – 1ª e 2ª imagens: Capela do Rosário, Ribeira Grande, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Alçados antes e depois do restauro. Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. Instituto dos Arquivos Nacional/Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/Arquitecto. [Em Linha] 2012.[Consult a 30.12.2014]. Disponível em:]culturalcaboverde.blogs.sapo.pt376 × 398Pesquisar por imagens[847].

No Catálogo da Exposição – a Praia, de Lobo da Gama a Duarte Fontoura[848] apresenta-se a planta do Projecto de reparação da igreja de Nossa Senhora do Rosário, de 1969, como revela a 3ª imagem da figura 74, que apresenta o corte mostrando a fachada lateral esquerda e os fundos, o que nos dá uma ideia completa deste edifício.

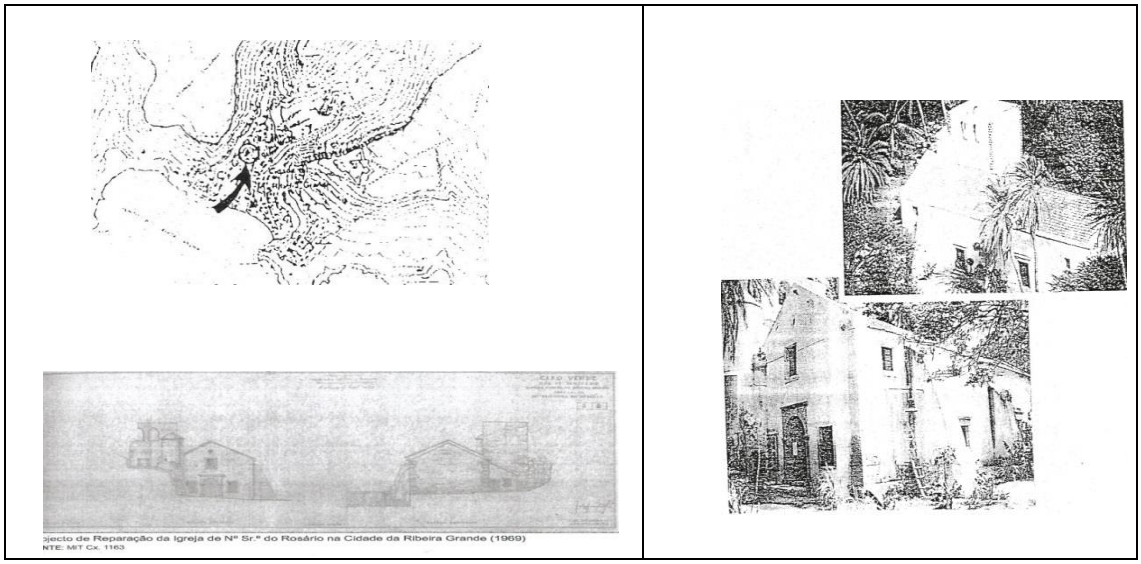


Figura 73 – 1ª e 2ª Imagens: Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Ficha nº 17, Reference 24, p. 54. 1980. 3ª Imagem: Projecto de reparação da igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande (1969). Fonte:

[847] Ibidem

[848] PEREIRA, Ana Mafalda Gomes Furtado - *Catálogo da Exposição – a Praia de Lobo da Gama a Duarte Fontoura: Principais transformações (1567-1974*). Instituto do Arquivo Histórico Nacional. Praia. 2011.

PEREIRA, Ana Mafalda Gomes Furtado - Catálogo da Exposição – a Praia de Lobo da Gama a Duarte Fontoura: Principais transformações (1567-1974) Instituto do Arquivo Histórico de Cabo Verde. 2011.

No documento "PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[849] apresenta-se a localização deste edifício e imagens de 1929 representadas na imagem da figura 75. Faz-se a seguir uma análise a este edifício religioso a partir destas fotos de 1929, que apresentamos nas imagens da figura 74 e 75. A imagem 2 e 4 ilustra o acesso principal actual que se faz pela lateral da fachada principal. Destaca-se que *"La campanile qui la flanque sur son angle Nord est plus ancien"*. Pela imagem 4 se quis revelar o seu estado de degradação, alertando para problemas de degradação na fachada, afirmando que *"Un ré-enduisage plus en badigeon de chaux"*, realizado havia muitos anos lhe conferia todo o seu explendor, entre a vegetação luxuriante do lugar.

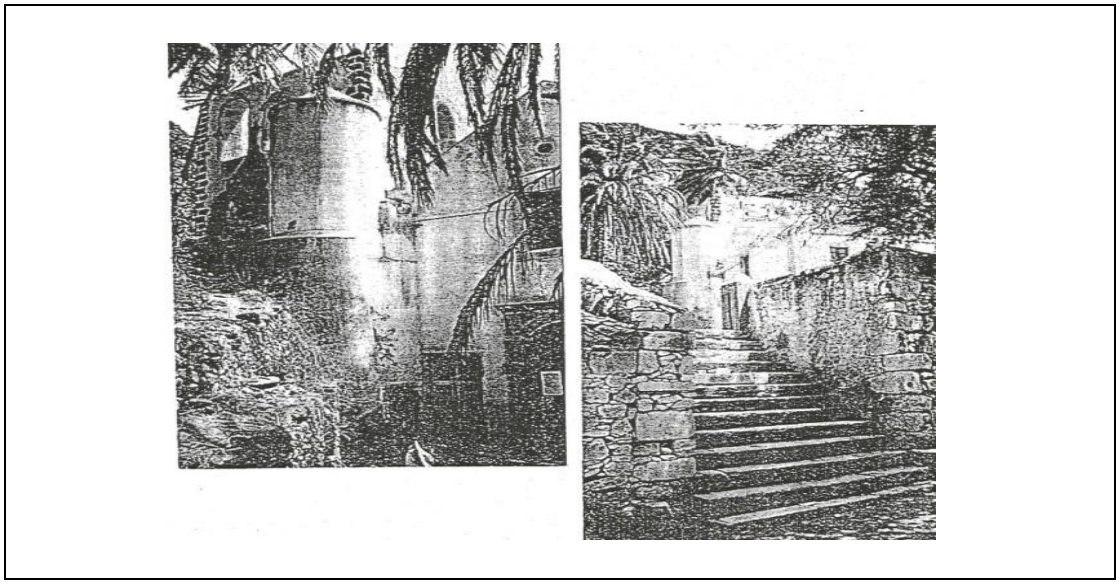


Figura 74 - Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário – escada de acesso e torre. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico de Cabo Verde. Ficha nº 17 e 18, Reference 24, p. 54. 1980.

Acrescenta-se ainda que há problemas de humidade que podiam ser ultrapassados e que aparecem ao nível das fundações, porque este edifício ficava relativamente próximo de uma área de canais de irrigação que se encontram a céu aberto. Para além da capela em

[849] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1980.

estilo gótico que é caracterizado, refere-se o mesmo documento a problemas de humidade que podiam tornar difícil a leitura da sua decoração.

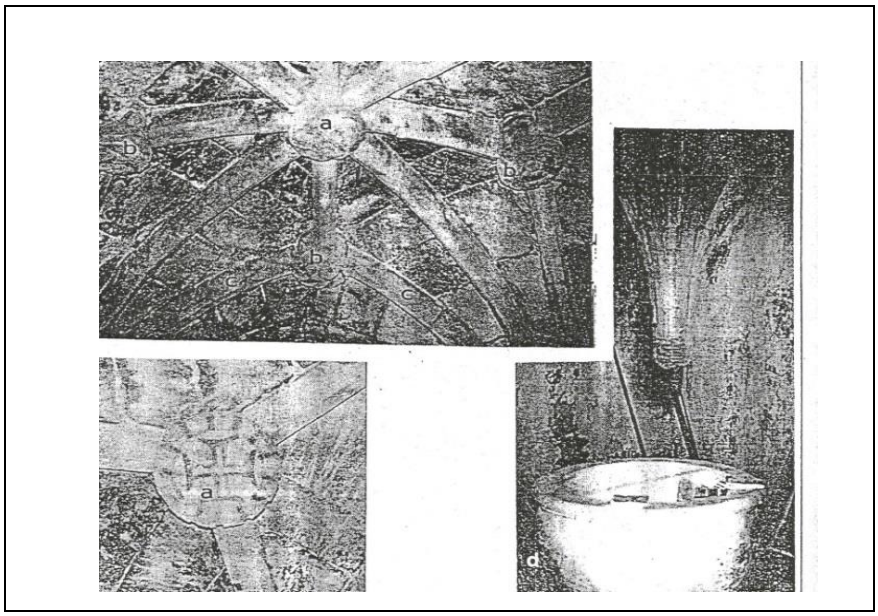


Figura 75 - Imagens da igreja de Nossa Senhora do Rosário de 1929. Fonte: WIECZOREK, Jean - Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico de Cabo Verde. Ficha 19. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1980.

Indica-se no mesmo, a pia baptismal em mármore branco, "que se dizia ser da Sé Catedral", apresentando a imagem da mesma, como confere a figura 76. Informa ainda este documento que uma magnífica colecção de estátuas policromadas que encontravam-se na altura, ainda bem ao abrigo da luz, na capela manuelina. Alerta que estes objectos, de rara beleza, são confecionados na maior parte por materiais orgânicos (madeira) que por definição, têm uma duração de vida bem inferior àqueles realizados em pedra ou outra substância orgânica estável e que *"a humidade sobretudo quando é acentuada pelo calor, é muito nocivo, arriscando a madeira de ser atacada por parasitas ou insectos que afectam a sua solidez e a decoração policromada, que pode ser impossível de reparação"*. Um melhor condicionamento e um estudo detalhado estavam previstos, no âmbito dos trabalhos a serem realizados.

Durante a nossa visita a esta Igreja fomos informados por funcionários da Curadoria da Cidade Velha, que a colecção de estátuas encontra-se no mesmo local.

O documento "Ribeira Grande, a cidade Velha"[850] apresenta imagens desta igreja (a cópia do documento a que tivemos acesso está em mau estado, não pudemos apresentar aqui as imagens). Constituiu-se de um conjunto de fichas que apresentam as seguintes imagens:

- Interior da capela lateral da igreja de Nossa Senhora do Rosário, ao que parece erguida em 1495 e integrada mais tarde na igreja.
- Pedra tumular (sec. XVI) de um bispo sepultado no interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.
- Pedra tumular brasonada no interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.
- Lápide funerária de 1603, de um cavaleiro fidalgo da Casa Real, no interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.
- Pedra tumular de um fidalgo no interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Este documento apresenta ainda os seguintes objectos de culto desta igreja: uma naveta que estava ainda em uso; um Turíbulo; o crucifixo da igreja; o Sacrário; duas imagens dos azulejos seiscentistas do interior da igreja (imagens em mau estado). Um conjunto de esculturas estão referidas, na sequência da apresentação destes objectos pertencentes à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pelo que deduzimos que pertencem actualmente à mesma igreja, embora tenham sido de outras igrejas, e para ali levadas e postas em boa guarda, como já referimos. Fazem parte deste conjunto:

> "*Escultura em talha oriunda de um dos edifícios religiosos da Cidade Velha*; *escultura em madeira oriunda de uma das igrejas da Cidade Velha; escultura em talha oriunda de um dos edifícios religiosos da Cidade Velha, provavelmente trazida pelos padres jesuítas; escultura em talha oriunda de uma das igrejas da Cidade Velha; escultura em madeira, provavelmente a mais antiga das encontradas na Cidade Velha e trazida pelos jesuítas (sec. XVII); escultura em madeira provávelmente oriunda de um dos edifícios religiosos da Cidade Velha"*[851]".

Estas esculturas são antigas e valiosas. Procuramos saber se estariam ainda na igreja, dado que algumas foram mandadas para Portugal, a fim de serem restaurados, como já

[850] Fonte: Dossier "Cidade Velha". Arquiviivo Histórico de Cabo Verde.
[851] Ibidem

mas não pudemos confirmar o seu regresso de Portugal. Os contactos que fizemos a este respeito, tanto na Curadoria como com o padre Campos não deram resultados positivos. A única informação que tivemos do guia, Senhor Francisco, é a existência de tijolos antigos num armazém que fica na parte superior do edifício da escadaria, que pode ser acedido pelas escadas que dão acesso às traseiras da igreja, mas não soube confirmar se os azulejos antigos e as talhas referidas estariam no mesmo local. Até á presente data, não se sabe portanto se foram restauradas nem se foram encaminhadas para Cabo Verde, restauradas ou não. Vera Mariz (MARIZ 2016) esclarece este assunto, como teremos ocasião de referir, ainda neste capítulo. Antes do restauro dos anos 60 a parte exterior do edifício apresentava-se totalmente com reboco e caiada de branco, como confere a 1ª imagem da figura 77. Actualmente tem o exterior com as pedras de cantaria dos cunhais à mostra, assim como as da torre, conferindo à igreja uma maior grandiosidade como se pode visualizar na 5ª imagem da mesma figura. Mantinha nesta época porém as pedras epigrafadas que cobriam os degraus da escadaria e o salão da nave, como conferem as imagens da mesma figura. A pia baptismal (3ª imagem da figura 77) que se encontra na capela gótica pertence à Sé.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma das mais antigas da Ribeira Grande, que chegou a servir de Sé e *"é tradição comum que concorreram os Pretos da Terra e os Cristãos da Guiné para a sua edificação"*[852]. No documento da proposta de inscrição da cidade Velha a Património da Humanidade corrobora-se com as ideias acima expressas:

> *"L'église Notre-dame do Rosário est certainement le plus ancien bâtiment de Ribeira Grande encore sur pied et renferme un des rares exemples d'architecture gothique en Afrique subsaharienne (...). Cette splendide chapelle de style manuélin constitue l'élément fondateur de l'église. Sa clef de voûte possède une estampille représentant la croix de la couronne royale portugaise. L'église, dont le corps principal a été construit dès 1495, repose sur un promontoire qui domine la rue Carrera. Cette église n'a jamais perdu sa vocation et rassemble toujours la population de Cidade Velha pour les messes hebdomadaires. Son état de conservation est exceptionnel"*[853].

[852] ANÓNIMO - *Notícia Corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa. ICL. 1985, p. 25.

[853] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

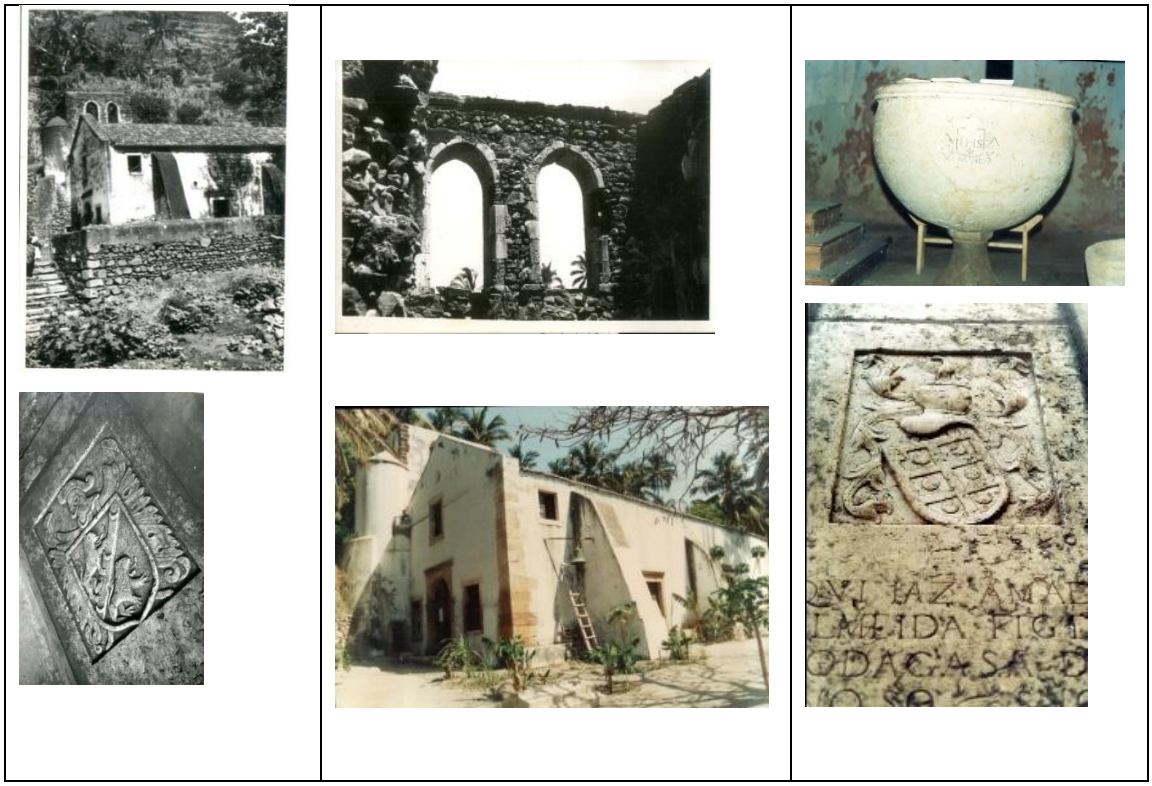


Figura 76 – 1ª a 3ª imagem: Fotos antigas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: fotogafias da cidade velha (s. d) - ALBUM c 6.265.06.311. Arquivo Histórico Ultramarino de Cabo Verde-A H U-C. V. 4º a 6º imagem: Imagens da pia baptismal, da igreja de Nossa Senhora do Rosário restaurada e de pedras tumulares epigrafadas. Fonte: fotogafias da Cidade Velha (s. d) - ALBUM c 6.265.06.311. Arquivo Histórico Ultramarino de Cabo Verde-A H U-C. V.

Este documento apresenta imagens bem elucidativas a acompanhar o seu texto, que apresentamos na figura 78.



Figura 77 – 1ª, 2ª e 3ª Imagens: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário localiza-se no vale, na rua da Carreira. Vistas da igreja na actualidade. 4ª Imagem: Teto em abóboda da capela. Fonte: Cidade Velha. Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

Apresentamos, de seguida, a análise desta igreja, do seu interior e exterior, de alguns elementos de composição mais representativos da mesma, das representações da imaginária religiosa e da arte sacra desta igreja.

2.1.6. Descrição e análise do interior e exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário - O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução - elementos da composição fundamentados e descritos no projecto.

Neste item tratamos da descrição e análise da igreja de Nossa Senhora do Rosário, com apoio de documentação colhida e da observação nossa, dado que rareiam documentos acerca desta igreja, nomeadamente a planta e a memória descritiva.

Não foi possível apresentar a planta original e elementos da memória descritiva da construção desta igreja. As nossas buscas, nas várias instituições portuguesas e cabo-verdianas que se dedicam a este assunto, foram infrutíferas. Na planta de Andrea de 1778, ampliada, distingue-se o espaço da sacristia, o espaço que corresponde à capela gótica e à torre sineira, como revela a imagem da figura 79.

Decidimos então fazer uma análise a partir destes mapas e de elementos colhidos durante a referida visita de estudos.

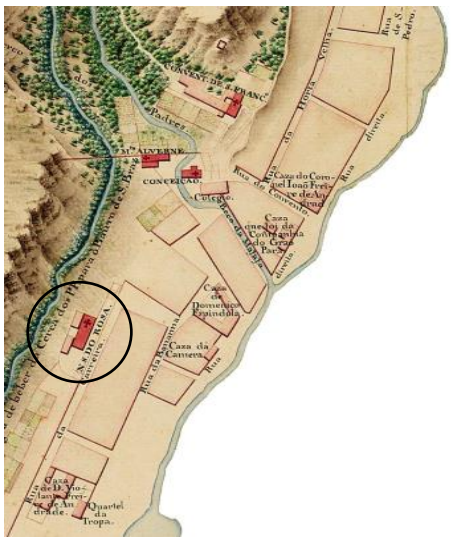




Figura 78 - 1ª Imagem: Localização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – cópia ampliada de parte de parte da planta de Andréia de 177. 2ª Imagem: Planta do bairro de S. Pedro. Fonte: *[Mapa da Cidade da Ribeira Grande]* de António Carlos Andrea, 1778. *[CART 024]*, *[D 123]*. ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

As nossas buscas em instituições nacionais e portuguesas foram infrutíferas. Apresentamos a planta da figura 80, realizada por K. Rivera, Walter António Cabral, em 2005[854], de um fotógrafo desconhecido, pertencente a K. Richter, que identificamos no Fundo fotográfico do IIPC. Nesta planta indica-se a nave da igreja, o espaço correspondente à sacristia, à capela gótica e a torre sineira, apresentando a escada hilicoidal, não havendo sinal da escadaria da entrada.

2.1.6.1. Descrição e análise da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Neste item tratamos da descrição e análise da igreja de Nossa Senhora do Rosário, com apoio de documentação colhida e da observação nossa, dado que rareiam documentos acerca desta igreja, nomeadamente a planta e a memória descritiva.

2.1.6.1.1. O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução: elementos da composição fundamentados e descritos no projecto.

Não foi possível avançar muito neste item porque não está disponível a planta original e a memória descritiva. Apresentamos porém uma exposição a partir da análise do interior e exterior com apoio de imagens que recolhemos durante as nossas pesquisas a esta igreja. Na falta de dados que permitissem explicar os elementos da composição fundamentados e descritos no projecto, passamos a apresentar a descrição do interior da igreja.

[854] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI

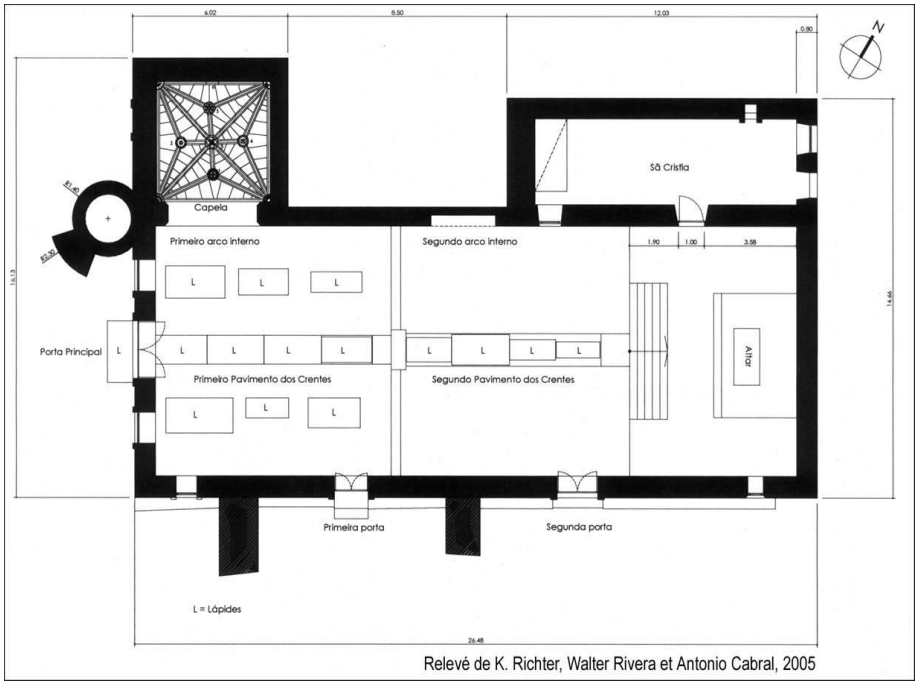


Figura 79 - Proposta para o teto da torre sineira por Luís Benavente, nos anos 60. Planta realizada por K. Rivera, Walter António Cabral, em 2005. Fundo fotográfico do IIPC: Fotógrafo desconhecido. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI

Esta planta, revelada pela imagem da figura 80, indica uma nave rectangular com 24 metros de cumprimento por 14 de largura, incluindo uma sacristia, a fachada da frente com 18 (?) metros, a capela gótica, que tem 4,52 m de fundo, um pátio exterior murado, a fachada lateral da esquerda com 5,90 metros, que começa nos fundos da capela gótica, que tem 4,5 metros, e continua até os fundos da sacristia. Contempla também, um pátio com 5,45 metros, um corredor de acesso com 12,8 metros na fachada lateral esquerda, que está fechada com uma porta. A fachada principal apresenta ainda uma escada helicoidal no exterior, à esquerda, ao lado da capela gótica, mas as medições não estão visíveis. A capela gótica apresenta o desenho da abóboda do tecto e podem ser visualizados os arcos internos. Há ainda um pátio exterior nos fundos, um grande pátio que ladeia a fachada principal e a fachada da direita. Esta planta não apresenta a escadaria de acesso que tem pedras tumulares epigrafadas, nem a torre sineira.

A planta apresenta uma porta principal de entrada, bastante ampla, mas sem medições, duas portas na fachada lateral da direita, e duas janelas, uma à esquerda da 1ª porta e

outra à direita da 2ª porta, duas janelas na sacristia, que dão para o exterior, e uma porta e uma janela que a ligam à nave. As portas e janelas não apresentam medições. Apresentam-se medições apenas do altar, 1,50+1,00+2,50, que delimita a sacristia e a porta de entrada da mesma.

O interior da nave apresenta-se dividida em dois espaços, sem arcos ou decoração, o que demonstra ser da época neo-clássica, o que corrobora com a teses de que foi uma construção posterior a da capela gótica. O primeiro espaço é descrito como o primeiro pavimento dos crentes, e o seguinte, o segundo pavimento dos crentes. No primeiro estão dispostos, 3 lápides à esquerda, três à direita e quatro ao centro, e no segundo, quatro lápides ao centro. Apresenta um altar sub-pedante ao fundo, a que se tem acesso por uma escadaria com cinco lances, e apresenta mais um lanço de escada a dar entrada ao altar e ao trono do altar.

2.1.6.1.2. Descrição do interior da igreja – Aspectos formais.

Na falta de dados que permitissem explicar os elementos da composição fundamentados e descritos no projecto, faremos este item baseando-nos nos elementos que colhemos nas visitas ao local. Passaremos a apresentar a descrição do interior e exterior da igreja, e do ambiente onde se integra esta igreja, a partir de elementos de recolha da visita de estudos que realizamos à mesma, em Dezembro de 2015, e em 2016.

Das visitas de estudo e pesquisa que efectuamos, verificamos que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta no interior, um salão em nave única, uma capela gótica à esquerda, um altar supedâneo, uma sacristia à esquerda do altar. No exterior apresenta um grande pátio que ladeia toda a fachada da frente e da lateral direita da igreja, que apresenta túmulos com pedras epigrafadas, e um distintivo.Este pátio é murado na totalidade, sendo a fachada dos fundos e a lateral esquerda de difícil acesso, estando parcialmente em escombros.

Iniciando pela descrição do interior da igreja, vereficamos que o teto é coberto de telha marselhesa, com madeiramento de madeira nobre, provavelmente o mogno, como se

pode observar na 1ª e 2ª imagens da figura 81. A madeira é bem aparelhada e envernizada. Observamos que existem, uma porta de entrada principal ampla, na fachada da frente, de madeira nobre, duas portas rectangulares e uma janela na lateral direita, de madeira nobre. No interior, uma capela gótica e uma porta em arco quebrado cego na lateral direita, uma sacristia que tem acesso por uma porta rectangular de madeira nobre. Observamos que existem, uma porta de entrada principal ampla, na fachada da frente, de madeira nobre, duas portas rectangulares e uma janela na lateral direita, de madeira nobre, uma capela gótica e uma porta em arco quebrado cego na lateral direita, uma sacristia que tem acesso por uma porta rectangular de madeira nobre. Um altar com escadaria em mármore de cinco lances que apresenta o pavimento revestido por uma pedra tumular (8ª imagem), apresenta um trono no meio, e tem um espaço reservado ao coro, que fica à direita. Estes pormenores estão representados nas imagens 3 a 10 da figura 80 e 1 a 4 da figura 81.



Figura 80 - Imagens do interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário: 1ª, 2ª e 3ª Imagens: O teto coberto de telha marselhesa com madeiramento de madeira nobre. 4ª e 5ª Imagens: Uma porta de entrada, duas portas rectangulares laterais e uma janela na lateral direita, de madeira nobre. 6ª, 7ª, 8 e 9ªimagens:

Um altar com escadaria em mármore e uma pedra tumular. 10ª Imagem: uma capela gótica e uma porta em arco quebrado cego na lateral esquerda. Fonte: Fotografias realizadas em Dezembro de 2015 no âmbito desta dissertação.

Um altar com escadaria em mármore de cinco lances que apresenta o pavimento revestido por uma pedra tumular (8ª imagem, figura 81), apresenta um trono no meio, e tem um espaço reservado ao coro, que fica à direita. Estes pormenores estão representados nas imagens 3 a 10 da figura 81 e 1 a 4 da figura 82.



Figura 81– 1ª, 2ª Imagens: Duas portas e uma janela na fachada lateral direita. 3ª e 4ª Imagens: uma sacristia que tem acesso por uma porta rectangular de madeira nobre e duas portas na fachada lateral da esquerda, sendo uma em arco quebrado, cego. Fonte: Fotografias realizadas em Dezembro de 2015.

No altar há ainda um pequeno púlpito à esquerda, perto da porta da sacristia, no lado da fachada onde se localiza a porta de arco cego, e no altar, à direita de quem entra, dispõem-se os assentos para o coro, bem como os instrumentos musicais (Figura 82).

2.1.6.1.3. O interior do edifício na planta e depois de executado.

O interior do edifício actual, após as obras realizadas nos anos sessenta do sec. XX por Luís Benavente, apresenta a capela gótica sem ligação com o exterior, uma porta cega, de estilo gótico, no mesmo lado, a seguir a esta capela, e o pavimento revestido de cimento avermelhado, tendo no meio pedras tumulares. Embora não estando na posse da memória descritiva da planta original, os dados já recolhidos acerca de obras realizadas nos anos 60 por Luís Benavente (MARIZ, 2016), permitem considerar estes aspectos como sendo modificações feitas à planta original.

O espaço religioso no interior deste edifício é amplo, de uma só nave, que apresenta um altar grande, a que se tem acesso por uma escadaria de cinco degraus que dá acesso

através de dois degraus a um altar. A sacristia fica do lado esquerdo do altar. O acesso é feito por uma porta de madeira nobre e tem uma pequena janela à direita de quem entra nela, todas revestidas de mármore. Um espaço especial para o coro que se instala no canto que fica à direita do altar. Não se vislumbra um baptistério neste altar. A pia baptismal que era pertença da Sé foi colocada na capela gótica.

Na decoração prima-se por imagens de santos e cruxifixos que se localizam em espaços bem específicos, tanto no altar como nas paredes laterais da igreja, uma nítida alusão a figuras bíblicas.

Da grande porta de entrada de madeira nobre se acede à nave da igreja. Acima desta há uma janela e acima desta ainda, uma clarabóia arredondada, todas elas revestidas de mármore. À esquerda de quem entra dispõe-se uma porta menor de madeira nobre, cercada de mármore, e à direita e esquerda desta, uma porta de madeira nobre em cada lado que dá acesso também ao salão da igreja. À esquerda de quem entra, já no salão, fica a capela gótica. Do lado direito de quem entra na igreja há mais duas portas, uma porta que se localiza na primeira metade da ala esquerda da parede lateral esquerda, e uma na segunda metade, que fica abaixo do altar, que dão acesso ao pátio lateral da igreja, e uma janela que se segue a esta porta, como revela a imagem da figura 80, todas revestidas de pedra da cantaria. Do lado da esquerda de quem entra, localiza-se a capela gótica a que se tem acesso por uma porta gradeada de ferro forjado e trabalhado. A meio do salão, deste lado da parede localiza-se uma porta em forma de ogiva, semelhante à da capela gótica, mas tem apenas função decorativa. No espaço entre esta e a parede, instalou-se uma mesa de madeira nobre que foi coberta por uma toalha azul.

O teto tem madeiramento de madeira nobre com reforço de traves do mesmo material, ao longo da sua parte superior. Visualizando todo o interior da composição, da grande porta de entrada, constatamos a disposição de duas portas rectangulares de madeira nobre do lado esquerdo de quem entra, cada uma disposta a meio da metade da parede lateral, e uma porta ogival lateral à esquerda da capela gótica, mesmo a iniciar o salão.Mais uma porta de estilo gótico dispõe-se na lateral esquerda, produzindo algum efeito decorativo e de quebra de monotonia na construção.

A visualização do interior a partir do altar, permite compreender a decisão de escolha do arquitecto, em manter as duas portas laterais anexas à porta principal, que conferem uma certa decoração da entrada da igreja, completada pela janela e a clarabóia, que espalha uma luminosidade amena à nave, acrescida da luz da janela, das porta laterais da parede da ala direita de quem entra na igreja. As seis lâmpadas do teto dispostas na vertical e na mesma altura, substituem esta amenidade durante a noite.

O altar sob pedante ocupa todo o espaço dos fundos da igreja. É constituído por uma escadaria larga que dá acesso ao altar, com corrimão emoldurado de mármore trabalhado, nos dois lados, em que se pode apreciar as figuras alegóricas próprias do estilo manuelino, porém já meio esvanecidas. A escadaria é totalmente revestida de pedras de mármore contíguas, dispostas uniformemente. Do altar sobe-se por duas escadarias para onde se localiza a mesa das cerimónias religiosas. Este, totalmente revestido com pedras de mármore, tem o pavimento praticamente preenchido por pedras tumulares, estando a mesa das cerimónias colocada em cima de uma delas. A completar o altar desta igreja, as paredes laterais da escadaria foram inteiramente revestidos de azulejos, com remate das paredes superiores e laterais feitas com pedras de mármore trabalhadas para o efeito. Neste espaço motivos próprios da época manuelina decoram o corrimão da escada dos dois lados. As paredes laterais e do altar estão também revestidas de azulejos apenas numa parte, sobressaindo em relação à altura das paredes do corrimão da escadaria, quebrando a monotonia, o que confere a este espaço a beleza e a uma certa sumptuosidade. Dado que no passado as paredes seriam totalmente revestidas de azulejos, como conferem os documentos, a sumptuosidade seria bem maior, própria da época. Actualmente as paredes restantes laterais, e da entrada e dos fundos da igreja, estão pintadas de branco.



Figura 82 – 1ª a 5ª Imagem: Pedras tumulares epigrafadas jazem no pavimento da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015. 5ª e 6ª Imagem: Provável pedra tumular com inscrições epigrafadas de António de Noli, descobridor das ilhas de Cabo Verde. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015. 7ª e 8ª imagem: – Revestimento azulejar e pavimento da Igreja da Nossa Senhora do Rosário[855]. 9ª Imagem: Padronagem da azujelaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário[856].

[855] Fonte Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino – o caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário. [PDF] CABO VERDE NO PROGRAMA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS .... [Em linha].(s.d.). [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em Disponível em: coloquiocvgb.files.wordpress.com529 × 395.

[856] Fonte: Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino – o caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário. [PDF] CABO VERDE NO PROGRAMA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS .... [Em linha].(s.d.). [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: coloquiocvgb.files.wordpress.com529 × 395..

O pavimento, revestido de argamassa de cimento e ocre de tom vermelho vivo, apresenta, na sua parte central, túmulos com pedras epigrafadas, justapostas, a partir da entrada do salão da igreja até à parte que dá acesso à escadaria do altar. Todas as pedras tumulares estão epigrafadas. Estão dispostos rectilineamente, da porta de entrada ao altar, os túmulos que se podem apreciar na imagem da figura 83. De entre as pedras tumulares estão as de Cristóvão Leitão Cabral e a sua mulher Dona Beatriz, datada de 1608; Amador de Almeida, falecido no dia 8 de Novembro de 1568; Dona Brígida da Gouveia, mulher de Fernão de Melo, que faleceu a 8 de Novembro de 1543; Manuel Barbosa, falecido em Novembro de 1598; D. Sebastião da Ascensão, sepultado junto ao altar de São Sebastião (1614). Outros bispos encontram-se sepultados na Sé e na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Após a renúncia de D. Frei Pedro Brandão, que nunca se deslocou a Cabo Verde para ocupar o seu posto, e deixou o bispado durante 14 anos sem a sua presença, com a justificação de serem *"mui nocivos os ares da Ilha de S. Thiago",* foi eleito em 1607 o bispo D. Luís Pereira de Miranda, filho de D. Luís Pereira de Miranda, senhor de Carvalhares, fidalgo da feira, clérigo secular e abade de Pombal. Foi nomeado pelo alvará de 8 de Agosto de 1607 e foi-lhe atribuído o ordenado de 400$000 réis, tendo direito a uma residência. Seguiu para o bispado em 1609 *"não sem grande trabalho d'El – rei",* tendo conseguido muitas regalias para o bispado, e também 40$000 réis para "para o fabrico da Sé". Faleceu cerca de um mês depois e foi sepultado na Sé Catedral (Barcellos, 1899, 198) [857]. O Padre Baltazar Barreira chegou a Santiago em 1604, faleceu a 4 de Julho de 1612 com 74 anos. Foi sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário, junto ao tabernáculo do altar. Tinha iniciado a ministrar aulas de gramática às crianças da cidade. As exéquias deste padre foram realizadas *com "a maior solenidade"* estando presentes o governador, a nobreza e o povo, vestidos de luto. A oração final foi proferida pelo vigário geral e provisor Rodrigo Annes Caroteiro (BARCELLOS, 1899, 205).

A lápide tumular de António de Noli (5ª e 6ª imagens, figura 83), descobridor das ilhas de Cabo Verde, estaria também nesta igreja, segundo Daniel Pereira que relata, na nota

[857] Barcellos, Christiano José de Senna (capitão tenente da armada) - *Subsídios para a História de Cabo Verde.* Iª Parte (Memória apresentada á Academia Real das Ciências de Lisboa). Por ordem e na Typographia Academia Real das Ciências. 1899. Lisboa. Cópia 00319 Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

35 da obra "Marcos Cronológicos"[858] quando se refere à substituição dos azulejos da igreja de Nossa Senhora do Rosário:

> *(...) "Cerca de 5 mil azulejos, que foram retirados, a mando de um arquitecto português, de apelido Benavente, sendo que muitos deles se terão quebrado nessa "delicada" operação. A ideia seria de enviá-los para Portugal, o que, felizmente não chegou a acontecer. Entretanto foram fixadas algumas cópias no lugar dos originais removidos, mas apenas a um terço de altura das paredes da igreja. Foi também nesta oportunidade, num acto que dificilmente se conseguirá explicar, que foi removida a lápide tumular de António de Noli, descobridor das ilhas mais orientais de Cabo Verde e primeiro capitão-donatário da ilha de Santiago, onde viveu, em permanência, quase 40 anos. Ainda no ano de 1949, segundo informações do padre Duarte, a lápide de Noli se encontrava no interior da igreja: "o seu túmulo actual jaz na actual igreja matriz da freguesia de Santíssimo Nome de Jesus (Nossa Senhora do Rosário), na capela-mor, do lado da epístola" (cf. Op. Cit., p. 15). Temos, assim, fundadas razões para acreditar que a mesma pedra tumular, depois de removida, foi fragmentada e utilizada como degrau das escadas de acesso principal do templo. Se o nosso juízo estiver correcto, parte desta pedra constitui o último degrau de quem sobe a escadaria, ou, alternativamente, a primeira de quem desce"*[859].

Como já referimos, a capela inicial construída em 1495 foi ampliada e passou a denominar-se de Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1652. *"À l'origine elle fut une chapellle de style manuelin. Agrandie, elle fut recouverte d' azulejos"*[860]. As obras realizadas para a transformação da capela contemplaram pois, a decoração da nova igreja. Ora, a decoração havia de seguir as tendências ornamentais portuguesas da época. Prevalecia em Portugal, a partir do século XIV o gosto mudéjar, com vasta utilização de azulejos mas só em finais do século XV é que foi mais incrementada a utilização de azulejos no revestimento de pavimentos e de paredes (BAPTISTA PEREIRA, 1999).

[858] PEREIRA, Daniel A..– *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.
[859] PEREIRA, Daniel A..– *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009, p. 67.
[860] Ribeira Grande, A cidade Velha. Fiche nº 16, Reference 24, p. 53.

Para José Meco[861], Portugal pode orgulhar-se de ter produzido os azulejos barrocos mais fantásticos, teatrais e cenográficos de toda a Europa, realizados na maior parte nas oficinas de Lisboa, uma imensa produção que atingiu uma "*difusão extraordinária por todo o território português continental e das ilhas atlânticas e antigas colonias como Angola e muito em especial, o Brasil onde forma uma das mais destacadas componentes do património artístico de raiz portuguesa".* Explicita que, a originalidade da azulejaria barroca em Portugal deve-se à adaptação perfeita destes aos mais variados espaços arquitectónicos, que resultou da medição rigorosa dos mesmos e da concepção especifica para cada caso, permitindo que os painéis figurativos, frequentes nesta época, não fossem quadros soltos, mas antes, composições perfeitamente integradas através da diversidade de pedestais, enquadramentos e outros adereços figurativos, tanto nas construções civis, onde *enriquecem "os átrios e escadarias, as diversas salas e corredores, as cozinhas, os terarcos e nos espaços dos jardins, logradouros, escadas, fontes, casas de fresco, alegretes, pombais",* como também nos edificios religiosos *"multiplicando-se pelas naves, capelas e sacristias das igrejas e, nos conventos, pelos restantes espaços, como portarias, claustros, salas de capitulo, escadas, corredores, refeitórios, jardins e cercas".* Refere que, por outro lado, a própria representação espacial constituiu um dos aspectos mais sugestivos dos azulejos barrocos na recriação de espaços fictícios através da perspectiva e da profundidade de campo dos painéis, que ampliam ou destroem o carácter mais fechado e rígido das estruturas arquitectónicas. E acresce: "Igualmente fascinantes são variedade e a volumetria dos complementos ornamentais que envolvem os diversos vãos e composições, com inúmeras sugestões escultóricas, por vezes autonomizando-se como as figuras de convite das entradas e escadas e as imagens de jardins, ou ainda a representação frequente de elementos arquitectónicos em "trompe l'oeil" nos espaços religiosos como portas janelas confessionários pulpitos, lavabos, chegando por vezes a revestir integralmente abobadas e cupulas dominadas pelas quadraturas arquitectónicas. Explicita também que, para a obtenção destes, contribuiu decisivamente a azulejaria barroca da pintura azul de oxido de cobalto, pigmento metálico de fácil dissolução

[861] A azulejaria barroca e a invencao do espaco | José Meco ... [Em linha]. (s. d.). [Consult a 25.08.2017]. Disponivel em: http://www.academia.edu/12044274/A_azulejaria_barroca_e_a_invencao_do_espaco

o que permitia a obtenção de variados tons, desde os mais diluidos e transparentes até aos mais densos e carregados, contribuindo este claro-escuro para a caracterização dramática das cenas, e a acentuação dos variados complementos e ornatos. Refere que esta cor azul da pintura dos azulejos barrocos, por outro lado, desempenhou também um original papel cenográfico, desmaterializando os edifícios através da fluidez e profundidade da mesma, quer revestindo integralmente os espaços, quer associando-se ao colorido das restantes artes, nomeadamente aos fulgores da talha dourada, numa combinação de ouro sobre azul bem característica do barroco português e luso- brasileiro.

Na Cidade Velha e na igreja de Nossa Senhora do Rosário não identificamos painéis, mas azulejos em alguns modelos referidos, que revestiam toda a nave desta igreja e que foram substituídos, nos anos 60, por Luís Benavente. No convento de S. Francisco há vestígios de revestimentos de azulejos também, há exemplares de azulejos da Sé Catedral, como já abordamos, mas não há muitas informações acerca de painéis antigos, como já referimos (MARIZ, 2016). A decoração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta o pavimento revestido de mosaicos e as paredes revestidas de azulejos, como se pode observar na 7ª e 8ª imagens da figura 83. O piso original foi revestido de tijoleira do vale do Tejo, de 1600, e os azulejos que revestem as paredes foram confeccionados pela oficina de Lisboa em 1640, segundo o documento da classificação da Unesco. Apresentamos, nos quadros I e II, a referida classificação.

Quadro I

Chão original em tijoleira e azulejos de parede da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Tijoleira do Vale do Tejo (?), 1600 (c.)
Azulejos de oficina de Lisboa, 1640 (c.)
Fotografia de Konstantin Richter, 2008
Nossa Senhora do Rosário da Cidade Velha.
Ilha de Santiago, Cabo Verde.
Santiago (Cabo Verde)
1600-00-00
Olaria portuguesa
2010-04-16
Património Unesco Cidade Velha de Cabo Verde
Konstantin Richter

Fonte: santiago-cidade-velha-igreja-nossa-senhora-do-rosario-dans-la-nef-11.jpg. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.06.2015]. Disponível em: www.voyagevirtuel.com1400 × 93.

Quadro II

Classificação da Imagem

Escultura
- Cerâmica
Artes Decorativas
- Azulejos
Personalidades
- Artífices e populares
- Mestres de obras reais e outros
Fotografia / imagem
- Costumes
- Personalidades
- Interiores
Arquitectura religiosa
- Igreja

Fonte: santiago-cidade-velha-igreja-nossa-senhora-do-rosario-dans-la-nef-11.jpg. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 20.06.2015]. Disponível em: www.voyagevirtuel.com1400 × 93.

As fotografias foram realizadas por Konstantin Richter em 2008. No interior da igreja, pode-se observar o revestimento actual das paredes, e a patronagem actual dos azulejos do mesmo, também presente no Altar-mor, representada na 6ª e 9ª imagem da figura 83.

2.1.6.2. Descrição e análise da obra arquitetónica na sua parte exterior.

Este edifício é constituído por uma fachada principal, uma fachada lateral da direita, uma fachada lateral da esquerda, que está actualmente obstruída na sua quase totalidade, e uma fachada posterior, de difícil acesso.

2.1.6.2.1. Descrição e análise da fachada principal.

A fachada principal, para além da porta de entrada, apresenta duas janelas laterais e uma no cimo da porta a que se segue na vertical um óculo. A porta principal é de madeira nobre envernizada, é ampla e em arco. Constituída por duas portadas que se fecham com uma fechadura com chaves está ladeada, por duas colunas de mármore e os respectivos capitéis. Toda ela é emoldurada com mármore. À entrada da porta, um batente em mármore que se encontra partido, um batente menor, tendo de cada lado uma peça de mármore, possivelmente uma pedra epigrafada que deve ser, provavelmente de um outro local ou de uma outra construção. Do lado esquerdo há uma porta que dá acesso a uma escada helicoidal. Ao alto, perfila-se a Torre desta igreja. Todos estes pormenores estão representados nas imagens da figura 84.



Figura 83 – 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 2ª Imagem: Escada de acesso à Torre da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 3ª Imagem: Fachada principal. 4ª Imagem. Porta principal de entrada da igreja. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Sob a capela ergue-se uma torre, de forma quadrangular. Desta Torre, ter-se-iam repelido ataques, pelos moradores, (SANTOS, 2015)[862]. Um pequeno armazém com materiais, tijolos antigos, possivelmente os que revestiam a igreja, (actualmente o solo é revestido de cimento avermelhado) que tem uma porta, que foi construída na base da torre.

[862] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII). Universidade Nova de Lisboa. 225 f. Setembro de 2015.Tese de Mestrado.

Carlos Santos[863] alude que há traços semelhantes da torre sineira desta com a igreja de Santiago de Palmela, segundo António Matos Fortuna[864] e outros investigadores. Refere que em termos de linguagem arquitectónica, "*esta torre sineira mostra alguns paralelismos com a torre da igreja de Santiago de Palmela , nomeadamente, a mesma estrutura quadrada e a mesma organização das ventanas, pelo menos num dos lados"*. Indica ainda a existência, na fachada, de um portal em cantaria lisa, de arestas chanfradas, de arco de volta plena, com impostas salientes, sobrepujada por cornija, duas janelas de verga reta, rematadas por um vão com mesmo traço e coroada por um pequeno óculo.

A Torre desta igreja tem um valor militar como era corrente na época. Mário Pereira[865] considera situações de utilização da torre no sec. XV/XVI: A torre isolada, que está na génese da residência senhorial fortificada, (como as da Vila Martim, Vilharigues ou Alcofra); As que protegiam construções religiosos (como Carquere, Ferrrerim ou Vila Nova de Muia); As que protegiam acessos a pontes (como acontece em Ucanha ou Sequeiros); E a torre como fazendo parte de um conjunto de elementos defensivos. Explicita que *"a torre revelou se como sendo a construção capaz de propiciar uma melhor defesa da cerca e do castelo* (…) *Desde as mais arcaicas, com planta poligonal ou circular, a torre, sobressaindo das muralhas da fortificação, teve, ate ao sec. XVI, um importante papel nos sistemas e conceitos defensivos"*[866]. Refere que tanto o seu papel no reforço e protecção de pontos sensíveis da muralha, como a sua importância no flanqueamento de entradas, na protecção de pontos fundamentais para a resistência da fortificação medieval, quer seja a torre couraça que desempenhava a função de protecção do acesso à agua, como acontecia com a Couraça de Lisboa e na muralha de Coimbra, quer seja a torre de menagem, a torre revelou-se ser uma construção capaz de

[863]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII). Universidade Nova de Lisboa. 225 f. Setembro de 2015.Tese de Mestrado.

[864] Fonte: FORTUNA, António Matos - *Monografia de Palmela*. Palmela. Grupo dos Amigos do Concelho. 1982. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII). Universidade Nova de Lisboa. 225 f. Setembro de 2015.Tese de Mestrado.

[865] PEREIRA, Mário - Da Torre ao Baluarte. In *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994.

[866] PEREIRA, Mário - Da Torre ao Baluarte. In *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994, p. 35.

propiciar uma melhor defesa da cerca ou castelo[867]. A 2ª imagem da figura 84 apresenta a escada helicoidal e a Torre da igreja.

A escadaria exterior que dá acesso à igreja é formada por 10 degraus, construídos por pedras epigrafadas de túmulos aí colocados sob paredes de alvenaria de basalto, que apresenta blocos grandes e pequenos, alguns pedaços de telha vermelha, e cimento, cal e areia na massa original, e cimento e areia na massa de remendos e consertos feitos na actualidade, ainda frescos e visíveis, apresentados na figura 85.



Figura 84 - Escadaria exterior que dá acesso à Igreja e exemplares de pedras tumulares epigrafadas desta (2ª e 4ª imagens: pedra tumular epigrafada de António de Noli, descobridor de Cabo Verde, segundo Daniel Pereira). Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

As paredes laterais desta escadaria são de alvenaria de basalto sem reboco, contendo pedras de ângulo de cantaria, algumas trabalhadas para outra finalidade, sendo portanto, visivelmente, de outras construções. Alguma massa de cimento e areia colocada por cima de forma desajeitada, só contribui para desvirtuar a parede original, como revelam as imagens referidas. Nestes trabalhos de consolidação ou reparação dever-se-ia respeitar o modelo original sempre, e utilizar materiais próprios para este efeito. Pedras tumulares epigrafadas dispostos lado a lado perfazem os lances da escadaria de acesso à Igreja. Um estudo detalhado devia realizar-se, para se saber a pertença de cada uma e a razão de terem sido utilizadas para tal efeito, nomeadamente se foi apenas pela boa utilização das pedras epigrafadas ou se haveria alguma outra razão. Convém lembrar

[867] PEREIRA, Mário - Da Torre ao Baluarte. In *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo de S. João da Foz. Setembro de 1994.

que a escadaria está totalmente revestida de pedras tumulares epigrafadas. Estas pedras tumulares epigrafadas pertenceriam a outros espaços de culto, ou provavelmente a um cemitério que estaria, no passado, anexa à respectiva igreja, ou pertenceriam a outras igrejas antigas, como, por exemplo, a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Esta situação seria normal, visto as igrejas antigas terem em anexo cemitérios, e serem também espaços de enterramento de dignidades da época, como já aludimos quando nos referimos às igrejas do Brasil, que tinham sido construídas com apoio das irmandades.



Figura 85 - 1ªe 2ª Imagens: Pátio da fachada principal e lateral direita e escada que liga o pátio lateral à rua da Carreira. 3º e 4ª Imagens: Pátio e acesso lateral ao pátio. 5ª Imagem: Escadaria secundária do pátio contendo pedras epigrafadas. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 201. 6ª Imagem: Pormenor das lajes sepulcrais que servem de degraus de acesso ao adro da igreja[868].

As pedras epigrafadas da escadaria secundária de acesso à igreja encontram-se actualmente muito esbatidas pelo tempo, as inscrições quase que desapareceram, como revela a 5ª imagem da figura 86. Porém, Vera Mariz (MARIZ, 2012) apresenta uma imagem mais antiga das mesmas, em que se pode aperceber algumas inscrições, como se pode constatar na 6ª imagem da mesma figura. A fachada principal e lateral tem uma escada que dá acesso a um pequeno átrio nas traseiras mas que se encontra obstruída por equipamentos materiais de construção. A escada lateral contendo peças de mármore epigrafadas já bastante esbatidas, tem uma porta em ferro forjado. Um acesso à lateral direita da igreja, encontra-se praticamente obstruída por plantações. Estes pormenores são visíveis nas imagens da figura 86.

[868] Fonte: MARIZ, Vera - O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1962-1974). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha] 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf.

Verifica-se uma certa falta de cuidados e de higiene ao redor desta igreja. Além de restos de obras realizadas, equipamentos já sem uso colocados no pátio inferior e nas traseiras deste edifício, amontoados de sobras de construções ou reparações feitas, plantações várias obstruem ainda mais o local. O ambiente que circunda esta igreja deverá ser recuperado, valorizando o edifício e salvaguardando também este bem único e simbólico desta cidade, e do país.

2.1.6.2.2. Escadaria de acesso à fachada posterior.

Pedras epigrafadas e peças de mármore de outros edifícios encontram-se na escadaria que dá acesso à parte exterior da torre e à fachada lateral esquerda e posterior (figura 87).



Figura 86 - Pedras de mármore talhadas no exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015**.**

Pedras de mármore talhadas utilizadas na escadaria que dá acesso à torre por fora, à fachada lateral esquerda e às traseiras da igreja, estão dispostas ao acaso, bem como nas paredes dos muros que cercam esta escada, e na calçada da mesma, exemplificam o fácil acesso e utilização deste material nas construções realizadas ao redor da igreja, como apresentam as imagens da figura 81. Esta fachada lateral é também agraciada com

a sombra de árvores de grande porte, da vegetação, é aprazível e de um sossego tranquilizador.

2.1.6.2.3. Acesso à Torre da Igreja, à fachada lateral esquerda e à fachada posterior.

Na fachada principal há uma porta que dá acesso à torre, representada na imagem da figura 88. Carlos Santos[869] ventila a hipótese da igreja de Nossa Senhora do Rosário ter servido, além da função religiosa, a função de torre militar ou posto de vigia, pois esta situação era bastante comum nos territórios ocupados ou sob influência portuguesa. Refere ainda que "na Ribeira Grande não se conhece qualquer referência à existência de uma residência do capitão, pelo que é de admitir que a igreja tenha desempenhado tal função, e afirma que pode haver mesmo alguns indícios disso. Com efeito, refere que na capela denominada de manuelina, vê-se, paralelamente aos símbolos manuelinos e da Ordem de Cristo, um escudo que pode representar as armas de uma figura nobre, que seria o senhor da torre. Apresenta como provas possíveis, duas gravuras alusivas à cidade de Ribeira Grande, que mostram a igreja de Nossa Senhora do Rosário sob a forma de uma torre militar que se destaca no bairro de São Pedro. Alude a uma gravura datada de 1655[870], disponível no atlas do Marqués de Heliche, exibe uma torre de dois módulos ameados que a mostra com a mesma configuração.

[869] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 178 f. 2015.

[870] Esta gravura tem a seguinte autoria: FERRARI, Leonardo, SÁNCHEZ, Rubio Rocío, NÚÑEZ, Isabel Testón, at all Carlos Sánchez Rubio - Imágenes de un Imperio Perdido. Atlas del Marqués de Heliche [Material cartográfico]: Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y las Indias, Mérida. Junta de Extremadura. 2004. Imagem 55.



Figura 87 – 1ª Imagem: Vista exterior da Torre da Igreja. 2ª, 3ª e 4ª Imagens: Porta de acesso à torre. 4ª Imagem: Pormenor da torre da igreja de Nossa Senhora do Rosário e vista da torre da igreja de São Tiago de Palmela. Fonte: Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt. 5ª Imagem: O teto da torre em abóboda . 6ª Imagem: Pormenor da escada elicoidal em mármore. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Uma porta dá acesso à entrada da torre que tem uma escadaria em caracol, toda ela construída com peças de mármore como revelam as imagens da figura 82. As paredes laterias estão revestidas de argamassa de cal e areia, vendo-se que no cimo, ao redor do tecto, há sinais de desgaste e de reboco caído. No interior da torre pode-se ver que uma parte do reboco caiu, deixando a olho nú que a construção se fez com recurso a alvenaria de pedra com argamassa de cimento, cal e areia, bocados de telha vermelha. Na parte inferior das paredes exteriores da torre existe um pequeno armazém, com portas de ferro a cadeado, onde se encontram muitas peças de tijolos, provavelmente retirados do revestimento do solo do salão da igreja. Os muros que cercam o pátio e o jardim, que ficam nesta fachada, estão em ruínas e obstruídas pela vegetação e plantação de cana do açúcar, como revelam as imagens da figura 89.



Figura 88 – 1ª, 2ª, 3ª Imagens: Escada de acesso à fachada lateral esquerda. 4ª e 5ª Imagens: Escada de acesso à fachada lateral direita e posterior da igreja. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

A escada que dá acesso aos fundos da igreja onde há uma porta de saída para o exterior da sacristia, é de construção recente e inacabada, de blocos de cimento e areia, sem reboco e sem pintura, como apresentam a quarta e 5ª imagens, da figura 89. Está praticamente obstruída e resta apenas parte de uma pequena plataforma. Para além de ser íngreme, é de muito difícil acesso por estar obstruída por escombros de obras antigas e recentes e bastante vegetação espontânea, mas também de plantações de cana do açúcar e amontoados de pedra resultantes talvez das paredes laterais do pátio desta fachada, em ruínas, como revelam as imagens da figura 90.



Figura 89 – 1ª Imagem: Pequeno átrio na fachada posterior da igreja em estudo, com escombros e restos de materiais utilizados em obras antigas e mais recentes. 2ª Imagem: Uma porta e uma janela da sacristia. 3ª Imagem: Pedras de mármore no cunhal das paredes e marcas de suportes utilizados durante a construção. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Degraus de blocos de cimento perfazem uma outra escada inacabada que desce a elevação permitindo aceder a um pequeno átrio anexo à fachada posterior. Nesta fachada posterior destaca-se uma porta que dá acesso à sacristia e uma janela, que foram guarnecidas com peças de mármore, também presente nos encunhais da construção, como revelam as imagens da figura 90.

Na construção original, na fachada lateral esquerda da igreja, há marcas de uma ligação entre a capela gótica e o pátio interior desta fachada, que foi tapado posteriormente, como revelam a primeira e a segunda imagens, da figura 91. Seria provavelmente um pátio com jardins como revelam os restos ainda visíveis, um muro em ruínas e algumas árvores, existindo também árvores que apareceram espontaneamente. A entrada para um pequeno átrio nos fundos deste edifício está obstruída, embora tenha recebido obras, cujas sobras se encontram no local à mistura com escombros das paredes arruinadas e de obras realizadas recentemente, talvez a construção da escada que dá acesso a este, que não tem continuação que permita subir. Só é possível ver parte do pátio interno da lateral esquerda e a entrada deste pelos fundos deste edifício, como revela a 3ª imagem desta mesma figura.



Figura 90 - 1ª Imagem: Fachada lateral esquerda onde há um pátio interno. 2ª Imagem: Imagens da fachada lateral esquerda actualmente, fechando a porta da capela gótica. 3ª Imagem: Entrada para o pátio interior pelos fundos. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Nestes espaços exteriores que ladeiam a igreja, várias peças de azulejos partidos, que revestiam as paredes da igreja, estão por entre os escombros antigos e recentes. Recuperamos alguns exemplares que apresentamos nas imagens da figura 91. Estas peças deviam ser recolhidas, catalogadas e apresentadas no museu local, juntamente a uma caracterização em texto, que deveria conter a origem do fabrico e demais informações que normalmente se apresenta em trabalhos deste tipo.

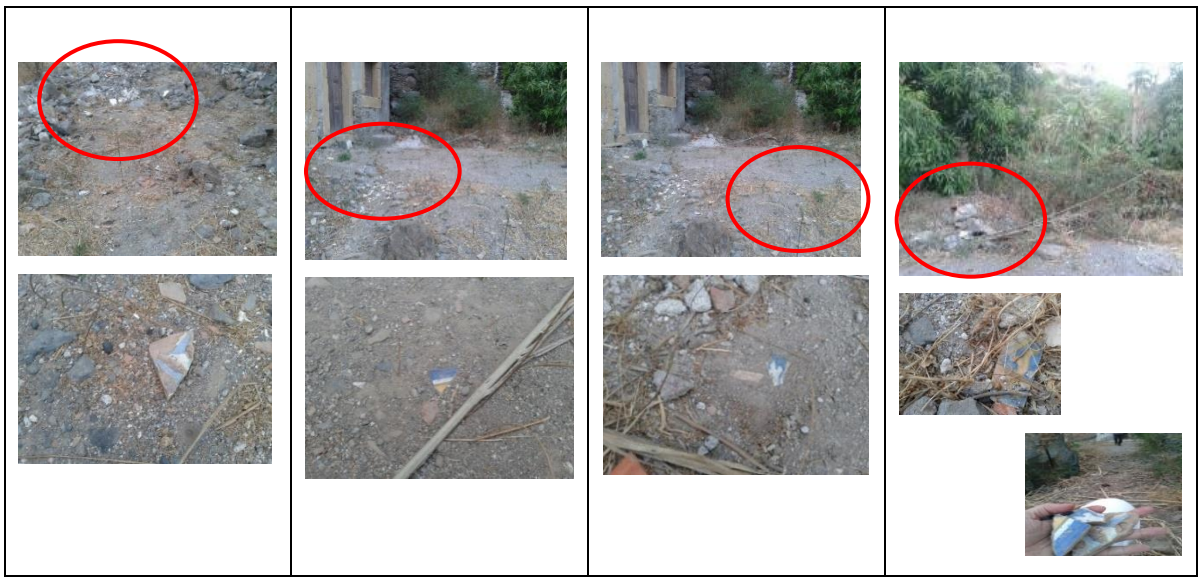


Figura 91 – Peças partidas de azulejos ao redor das traseiras da igreja e exemplares colhidos. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Desdobráveis publicitários desta igreja, apresentando estes elementos, e outros de interesse, poderiam também constituir um meio de promoção do turismo ligado a este edifício religioso.

Plantações (cana de açúcar, bananeiras, papaeiras e árvore de fruto, sobretudo mangueiras) e outras árvores, obstruem a passagem lateral esquerda que dá acesso aos fundos, como se pode observar na figura 93. Estes espaços estão ao abandono e sem nenhuma gestão da parte do edifício que fica contíguo às plantações, que vão ocupando o espaço da igreja, que se apresenta sem limpeza e higiéne, necessitando de reabilitação. Fica-nos uma imagem desolada deste espaço da igreja, falta de desvelo e conservação do pátio da fachada lateral esquerda e respectivos pátio interno e átrio, bem como os fundos.



Figura 92 – Imagens da fachada lateral esquerda da igreja com plantações. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

2.1.6.2.4. O pátio da fachada dianteira e da fachada lateral da direita.

Um largo pátio cerca a fachada lateral direita e a fachada principal desta igreja, tendo dois acessos. O acesso principal em escadaria, com peças de mármore epigrafadas, e uma na lateral esquerda, ambas com portas de ferro forjado. Neste pátio dispõem-se sepulturas de altas personalidades da cidade: o Padre Nicilau Gomes Ferreira, que possuía um sobrado à entrada da cidade, o único preservado e habitado por seus descendentes; o túmulo do Professor João de Barros, que se localiza próximo à escada que dá acesso à torre, um eminente cidadão, querido e apreciado por todos; e de 2

bispos, um e outro, anichados perto do muro dianteiro deste pátio, com uma boa distância a separá-los.



Figura 93 - Pátio dianteiro com sepulturas com pedras epigrafadas, um memorial ao Padre António Vieira, e um mural informativo. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Ao fundo, sob uma sombra de uma árvore anciã, dispõe-se um memorial ao Padre António Vieira, oferecido à Cidade pela UCLA, em 2014. Há ainda um mural com informações documentadas e ilustradas, que dispõe-se à entrada da igreja, como revelam as imagens da figura 94.

2.1.6.2.5. O Ambiente exterior próximo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Este edifício tem a fachada lateral da direita e o pátio voltados para a rua da Carreira. Esta fachada perlonga-se até ao fim da rua.



Figura 94 - Imagens da fachada exterior dianteira da igreja de Nossa Senhora do Rosário e da rua da Carreira, onde esta se situa. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Palmeiras e árvores frondosas do pátio lateral da igreja trazem sombra a esta rua e uma certa amenidade, conferida também pelo clima e quietude do lugar, como se pode verificar nas imagens da figura 95.

2.1.6.2.6. Casa contígua que fica na rua da Carreira.

As casas da rua da Carreira que foram remodeladas e restauradas, estão todas caiadas de branco ou pintadas. As casas abandonadas são numerosas. Algumas estão de pé e outras em escombros. Há um cofre dissimulado na construção de uma das paredes desta casa. Este espaço vem servindo como estendal de roupa, dos moradores das casas vizinhas a esta.

Dentro das ruinas, à mistura com os escombros das paredes em ruínas e algum lixo, ou objectos já sem serventia, pode-se observar muitas pedras de cantaria, espalhadas pelo local, nas paredes ainda de pé, caídas, e na dos fundos. É contígua a uma outra habitação, que ainda resiste ao tempo. As imagens da figura 96 são esclarecedoras desta situação. Foi possível também identificar, nesta casa arruinada, identificar um cofre de

barro (um pote de barro) embutido na parede dos fundos, que parece ter sido muito usual na época das descobertas, como revela o guia Francisco Moreira, e a quarta imagem desta mesma figura. Este hábito antigo que ainda prevalece nos locais recuados e nas zonas rurais, remontaria os anos quinhentos do sec XV e a época esclavagista.

Na pesquisa e trabalhos de intervenção arqueológica realizadas nesta casa vizinha à pertencente a D. Rosalina, pela equipa de Evans, encontraram o piso de uma casa que neste mesmo lote havia sido construída nos primórdios da ocupação desta zona. Esta casa foi construída pois, em cima de escombros e da fundação de construções antigas desta rua[871] (6ª imagem da figura 96).



Figura 95 - Habitação contígua à igreja de Nossa Senhora do Rosário contendo pedras de cantaria de outras construções nobres (1ª a 4ª Imagem), e um cofre de barro embutido numa das paredes, na 5ª imagem. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015. 6ª imagem – Piso antigo de uma casa construída antigamente neste espaço. Fonte: EVANS, Cristopher, Louis Stig Sorensen – *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavation* (With contributions C. Cessford, A. Hall & Seatah). The 2007 Season, p. 20-23.

Vestígios de pedra de cantaria pertencentes a edifícios culturais estão patentes numa das casas desta rua, que se situa em frente à Igreja. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário localiza-se na Rua da Carreira e as traseiras ficam na Rua da Banana, como revelam as imagens da figura 95, 96. Os dois lados da Rua da Carreira ficam casas tradicionais, todas contíguas. Estas apresentam, na maioria, uma varanda ou um murro de pedra na

[871] EVANS, Cristopher, Louis Stig Sorensen – *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavation* (With contributions C. Cessford, A. Hall & Seatah). The 2007 Season, p. 20-23.

dianteira. Árvores frondosas e palmeiras estão disseminadas pelas ruas (imagens 1, 2, 3 e 4 da figura 97). Dispersas pelas paredes ou no ângulo destas, pedras de cantaria de outras construções antigas são assiduamente identificadas nesta rua, a começar pelo muro lateral esquerdo da escadaria da igreja que desce em direcção à Rua da Carreira. A cantaria continua a fazer parte das paredes da casa contígua, à esquerda da escadaria, como revelam as imagens da figura 96 e 97. Pedras de cantaria encontram-se em todas as casas, quer inseridas nas paredes quer nos pátios, servindo de assento, de trave para portas, de suporte para atar animais de criação, de moinho para moer cereais (quinta imagem), e outros fins domésticos, como revelam as mesmas imagens da figura 97.



Figura 96 - Pedras de cantaria servindo de utensílio doméstico, próximo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na rua da Carreira. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Ficamos particularmente pasmados quando verificamos que uma pedra de cantaria que servira de batente de uma porta, jazia encostada à parede do quintal da casa que fica em frente desta Igreja, aguardando que se utilizasse como assento, ao lado de mais pedras de cantaria de diversos tamanhos e forma, como revelam as imagens da figura 97. Não é demais dizer, que esta casa está bem provida de cantarias. Esta casa é assiduamente visitada por turistas, mas dever-se-ia identificar outras situações semelhantes e dar mais ênfase à funcionalidade dada às pedras de cantaria, pela população local.

Ficamos também com a impressão que a cidade urbanizada e cosmopolita da Ribeira Grande dos secs. XV, XVI e XVII, com o abandono, se ruralizou, e os espaços de culto, arruinados, foram ocupados por plantações espontâneas e por terrenos agrícolas, as pedras de cantaria dos edifícios que se arruinaram foram utilizadas na construção de

outras casas, construídas mais tarde, e para utilização doméstica diversa, na construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, a única que se manteve de pé. Esta ficou circundada por plantações que invadiram a sua fachada da esquerda e impedem o seu funcionamento e a sua utilização na actualidade, bem como a circulação pela porta de saída desta fachada, a porta cega, que ligava a capela gótica ao pátio interior esquerdo, passagem fechada posteriormente com uma parede. As restantes portas que ficam nesta fachada, incluindo a da sacristia, única visível, mantêm-se fechadas. A entrada do pátio e do jardim interior da fachada lateral esquerda encontra-se obstruída. Por este motivo, ficamos sem saber de havia mais portas ou outras aberturas nesta fachada.

2.1.6.3. O interior da igreja: Imagem emoldurada da santa padroeira - O simbolismo da imagem da santa padroeira e dos objectos de arte sacra.

A imagem da santa padroeira, Nossa Senhora do Rosário, foi colocada na porta que se segue à porta da capela gótica, a porta cega. A moldura é rectangular, pintada a ouro, como revela a imagem da figura 98. Esta porta foi tapada com uma parede e pintada de rosa. Em frente estão dispostos, numa mesa revestida de toalha arrendada branca, outros santos.



Figura 97 – Imagem emoldurada de Nossa Senhora do Rosário e vista geral do arco quebrado cego inserido na nave (lado do evangelho). Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em 06.03.2016.

A imagem da santa padroeira foi colocada na porta gótica cega, pelo que podemos deduzir que a sua importância se tenha esvaziado nos dias de hoje, mesmo porque as imagens que se encontram no altar são as da Virgem Maria e a de Cristo, e também

porque normalmente a igreja é referida actualmente em documentos escritos e na linguagem oral, de Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A nomenclatura antiga, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos caiu em desuso, provavelmente após a queda e o desaparecimento da confraria da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que esteve na sua génese, segundo o padre Ima (Emanuel Freire). Resta o simbolismo que esta santa padroeira representa, que deve ser reactivado, para que se tenha o real significado dela na actualidade.

É visível a pintura da parede cega, que é semelhante à que existe na capela gótica. Estes pormenores estão patentes na figura 98. Carlos Santos[872] apresenta uma imagem de 2009 da santa padroeira, exposta num tripé e ladeada por dois vasos de plantas ornamentais. Actualmente estão expostos num altar que se encaixou nesta porta, três imagens de santos.

De entre os adereços desta igreja destaca-se, além da santa padroeira, a Nossa Senhora dos Homens Pretos, a pia baptismal que pertencia à Sé Catedral. Nas paredes laterais da igreja estão dispostas as imagens emolduradas da Via Sacra, em várias estações, como revelam as imagens da figura 99.



Figura 98 - Imagem das paredes do salão da igreja onde se dispõem as estações da Via Sacra. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, a 06.03.2016**.**

[872] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).*187f. 2015. Tese de Mestrado.

Todas as molduras são de madeira nobre em tom escuro e estão encimadas por um crucifixo de madeira nobre de cor escura, como revela a imagem da figura 99.

2.1.6.3.1. Elementos de arte sacra – o recheio da sacristia e da nave da igreja.

A sacristia é um compartimento rectangular, com o pavimento revestido de cimento e pintado de ocre vermelho, e as paredes estão caiadas de branco. Tem uma janela, com dimensão reduzida, do lado direito, toda ela revestida de pedra de cantaria. Uma mesa grande coberta de rendas está localizado na parede dos fundos, uma outra do lado direito, também coberta por uma toalha de renda, estando uma cadeira entre alas, em cima da qual repousa uma vasilha coberta. Encostada à parede do lado direito da entrada está um armário de duas portas, de madeira, dentro do qual se encontram, em prateleiras, vestes de culto. Ao lado há uma cadeira de madeira. Do lado esquerdo, os seguintes objectos estão expostos, encostados à parede, um cruxifixo grande e um cruxifixo pequeno. Ao lado destes, uma mesa coberta de toalha rendada. As paredes laterias estão adornadas com um cruxifixo, uma fotografia do papa, e há uma fotografia da Virgem Santa na porta do armário. Num armário encostado à parede da entrada da sacristia, do lado esquerdo, estão dispostos sete castiçais de tamanhos diferentes, e sob a mesa há um cálice e um turíbulo que suspendemos para uma melhor visualização, como revelam as imagens da figura 100. Sob o batente da janela, revestida de mármore trabalhado (aos modos da época), estão dispostos uma jarra e um cálice pequenos e objectos de uso. Um lavatório com uma bacia de inox prateada, está colocada no canto, entre a janela e as mesas referidas. Uma taça que foi um troféu ganho pela igreja está disposta sobre um armário de madeira que se encontra à direita da porta.

Na nossa visita de 21 a 23 de Dezembro de 2015, identificamos, na sacristia, os seguintes objectos de culto: um crucifixo de haste longa, um crucifixo menor, 3 castiçais grandes e quatro menores, uma vasilha de água benta e um turíbulo, representados na figura 100.

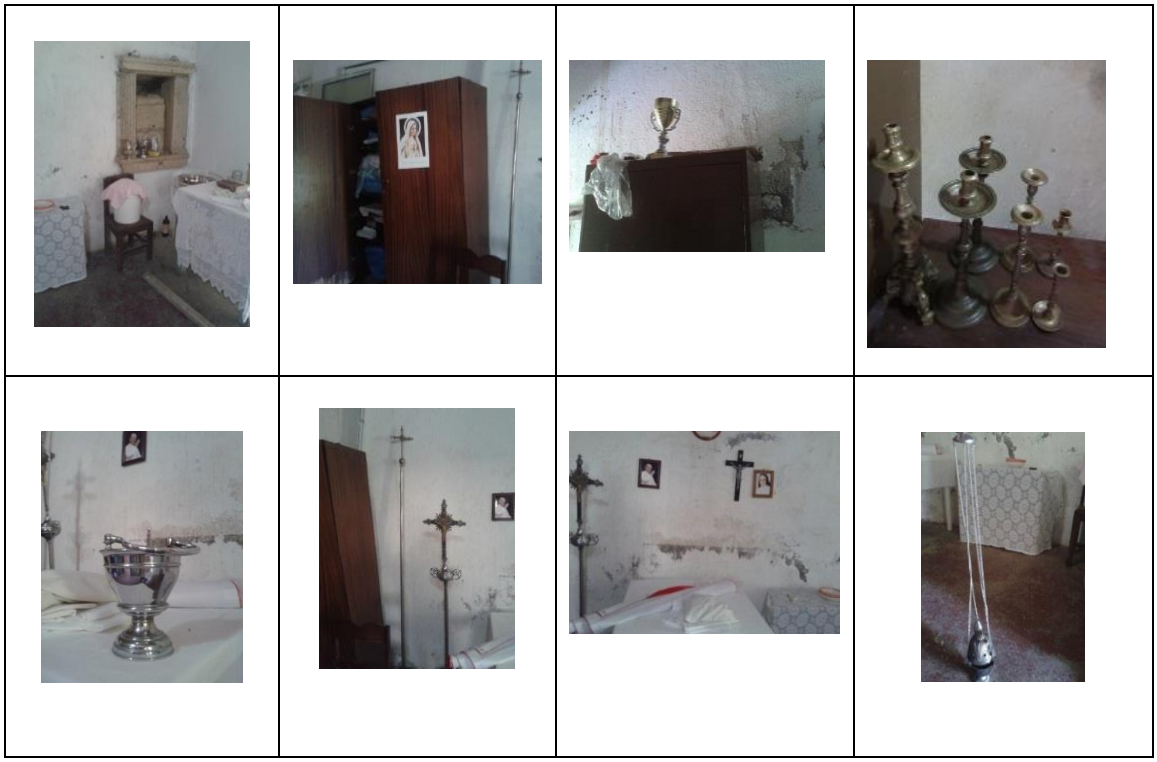


Figura 99 - Objetos de arte sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Nos documentos consultado no "Dossier Cidade Velha"[873], identificamos imagens de objectos sacros desta igreja: um cruxifixo e um turíbulo, representados na 1ª e 2ª imagens da figura 101, existindo actualmente mais uma cruz maior. Identificamos ainda uma naveta e um sacrário, representados na 2ª e 3ª imagens da figura 101, bem como imagens de santos, representadas na 6ª, 7º, 8º, 9º e 10º imagens, e imagens de Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e santo não identificado (imagens 11º, 12ºe 13º), levados para a metrópole para serem restauradas.

[873] Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).

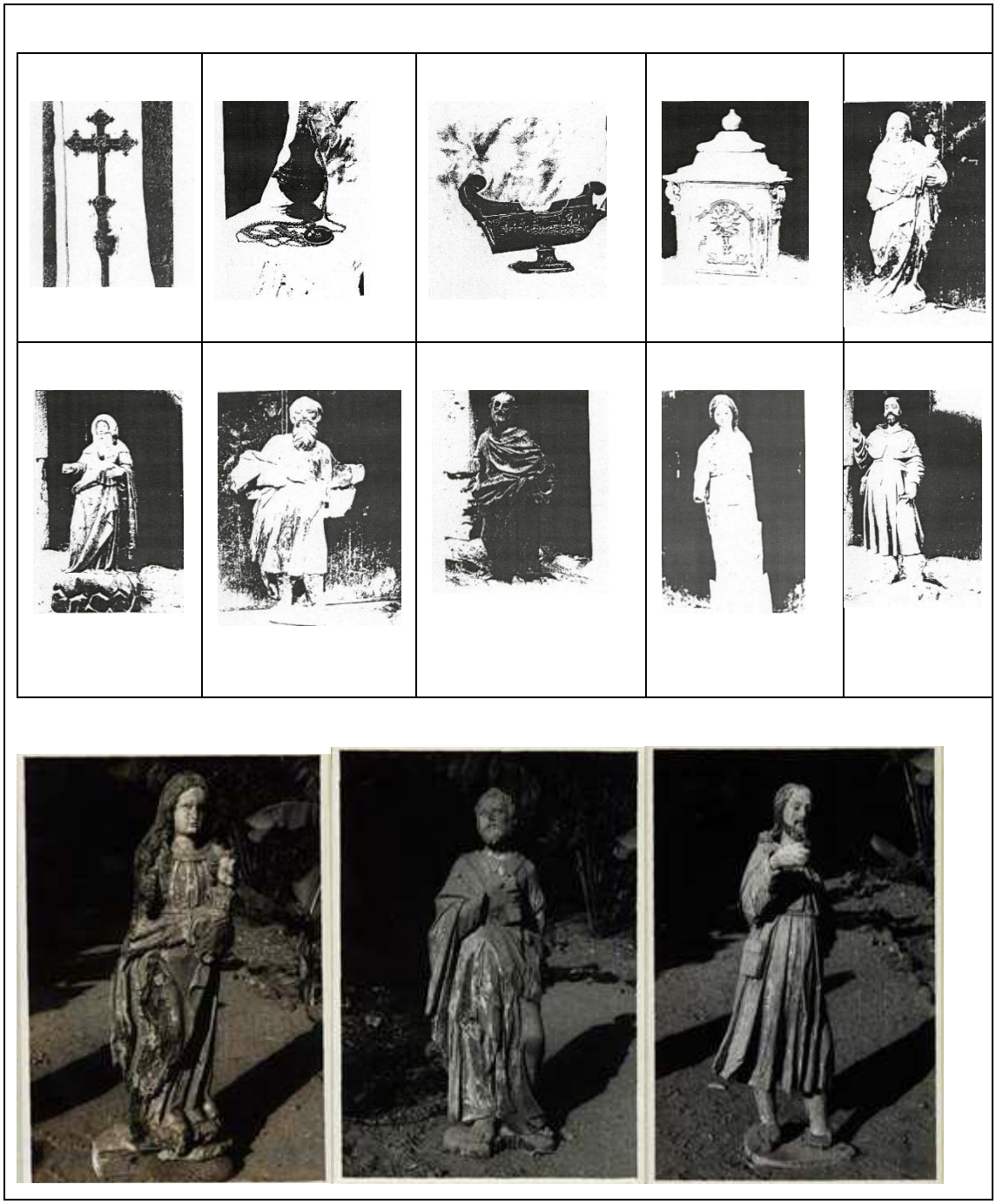


Figura 100 – Arte sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1ª Imagem: O cruxifixo. 2ª Imagem: O turíbulo. 3ª Imagem: A naveta. 4ª Imagem: O sacrário. Fonte: Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde, cidade da Praia (s.d.). 5ª, 6ª e 7ª imagens: Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e santo não identificado, encontradas na Ribeira Grande e levadas para a metrópole para serem restauradas. Fonte: ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10[874].

[874] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

O esclarecimento a esta situação é dada por Vera Mariz[875], que apresenta um conjunto de três imagens de santos, Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e um outro não identificado, como confere a mesma figura. A mesma confirma que o arquitecto Benavente havia dado atenção, no início da sua missão a Cabo Verde, ao património móvel de Cabo Verde, sendo que, com apoio do padre Jacinto, secretário da cúria diocesana desta igreja, elaborou um inventário de esculturas, pinturas e alfaias litúrgicas pertencentes a várias igrejas[876]. Após o levantamento inicial realizado por este arquitecto, tendo verificado que a maioria das peças datadas dos séculos XVII a XVIII[877], estavam em mau estado, promoveu o seu envio para a metrópole[878], a partir do início de Novembro de 1962. E confirma que os restauros das imagens religiosas, de uma tela da igreja da Santíssima Trindade e de algumas alfaias prolongaram-se até à década de 70, que foram realizados pelo Instituto José de Figueiredo[879] e pela empresa "Carlos de Almeida Decorador"[880]. Esclarece ainda que após a conclusão das intervenções necessárias, o arquitecto Benavente advogou a organização de uma exposição no Palácio Junqueira[881], sede da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. E acrescenta:

> *"Esta foi a forma encontrada pelo arquitecto para divulgar o património português ultramarino e, mais importante, a obra de valorização desenvolvida a partir da publicação do Decreto nº41 787 de 1958. No entanto, após a anuência inicial, o ministro do Ultramar acabou por cancelar a referida exposição, consequência do ensejo do governo de Cabo Verde[882] ver devolvidas, cerca de oito anos depois, as peças enviadas para a metrópole. Assim, Luís Benavente sugeriu que a referida exposição, "acto representativo e solene do início da recuperação e valorização do Património Histórico-*

[875] Ibidem
[876] ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[877] Ibidem
[878]ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 17, 15 de Novembro de 1962. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[879] ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 9, 10 de Fevereiro de 1969. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[880] ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, docs. 7, 6, 5 e 1 de 17 de Outubro de 1968, 7 de Abril de 1967, 6 de Abril de 1967 e 21 de Junho de 1967. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (2016). [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[881] ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1220, doc. 1, 24 de Junho de 1965. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[882] ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, docs. 17 e 15, 19 de Abril de 1969 e 25 de Abril de 1969; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de Fevereiro de 1970. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

Artístico da Província"[883]*, se realizasse em Cabo Verde*[884]*, que, segundo nos parece, não chegou a concretizar-se*[885].

Pelo exposto ficamos a saber que as imagens seguiram para Portugal serem restauradas foram enviadas oito anos mais tarde, que não se realizara a exposição concebida por Benavente, e que a exposição agendada devia realizar-se em Cabo Verde, mas não se confirma de facto se se realizou e se as imagens chegaram a Cabo Verde. No Programa de restauro de 72-73[886], Luís Benavente escreve acerca destas imagens pias, no ponto 8 - "Verificação do estado das imagens restauradas sob a nossa orientação":

"Consideramos que não deveríamos deixar mais tempo sem proceder à abertura das respectivas caixas, para verificação das condições em que se encontravam, pois apesar de bem embaladas sofreram cargas e descargas em Lisboa e na Praia e o tratamento que os estivadores usam dar às mercadorias é sempre de causar apreensões. Constatamos umas pequenas fracturas de dedos e roupagens a cuja colagem procedemos onde possível.

Em presença do sucedido deverá o Chefe da Repartição Provincial das Obras, determinar uma revisão mais cuidada para proceder a todos os retoques de que necessitarem"[887].

Sugere o desenhador Mello, que detinha dotes de pintor apreciável, e recomenda que se reforçassem as embalagens colocando-se chumaços forrados a trapo evitando qualquer movimento que causassem danos e evitassem estragos. No respeitante às imagens de Cristo crucificado, recomenda que fossem pregadas ao fundo pelas mãos e pés, com parafusos de dimensão que atravessasse a madeira do fundo e se prendessem em calços de forma a não os deixar deslocar. Devia-se aguardar o destino definitivo destas imagens. Porém, não se refere qual foi o destino delas.

Esta passagem do programa em causa deixa claro que, após o restauro, as imagens pias regressaram a Cabo Verde e foram verificados por Luís Benavente nos anos 70. No

[883] Apresenta a seguinte fonte: ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de Fevereiro de 1970. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[884] Ibidem
[885]MARIZ, Vera - A" memória do império" ou "o império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. 2016. [Consult. a 24.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290
[886] BENAVENTE, Luís - Programa para as obras de restauro do património Histórico de Cabo Verde, 1972-73. Cx. 1143. MIT. RPSOPAC. 1967. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[887] Ibidem

mesmo programa informa ainda que o conjunto de imagens pias encontrava-se numa dependência do 3º andar do edifício das Obras Públicas, *"o qual, devido à sua natureza de incombustabilidade devido aos materiais em que é executado julgamos em condições de conter tal recheio. Para isto solicitamos acordo superior".* Demonstrado fica assim também a preocupação deste arquitecto com a salvaguarda destes bens e sua deslocação ao destino primeiro. No ponto 9 -"Imagens e Retábulo para restauro"- escreve Luís Benavente:

> *" Encontra-se ainda na província, neste momento em péssimo estado necessitando tratamento adequado algumas peças nestas condições. Propomos que as mesmas sejam embaladas e remetidas a Lisboa endereçadas à Junta de Investigação do Ultramar, entidade que tem em depósito verba para restauro, enviada pela Província"*[888].

Havia portanto, nesta data, algumas peças em péssimo estado, imagens e retábulo, necessitando tratamento adequado.

Localizamos no salão paroquial da cidade da Praia, na paróquia de Nossa Senhora da Graça, numa sala dos fundos, embalados em cartões de papelão, num canto onde se reservam outras imagens antigas e danificadas, quatro das imagens que seriam provavelmente pertencentes ao lote acima referido, que apresentamos na figura 102. Esta imaginária em madeira, encontra-se carcomida e muito degradada, à merce de todas as situações advindas do clima da terra, sol, humidade, ar quente e seco em cerca de nove meses o ano ou húmido na época das chuvas. Alertamos ao Padre Ima para este facto, e de valiosas peças, tão antigas, que mereciam ser restauradas, dado que, a restauração projectada nos anos sessenta por Luís Benavente não se havia concretizado, provavelmente, pois, as mesmas certamente nunca seguiram para Portugal, dado o seu estado. Os locais onde estiveram armazenados, o Ministério das Obras Públicas, como ficou dito por Benavente, e mesmo o local onde se encontram actualmente as imagens que identificamos, de nada beneficiam a sua conservação.

[888] BENAVENTE, Luís - *Programa para as obras de restauro do património Histórico de Cabo Verde, 1972-73.* Cx. 1143. MIT, 1967, RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Questionamos ao Padre Ima se haveria algum interesse na preservação destas imagens e se haveria algum projecto para o efeito. Sugerimos que tivessem um outro destino e não um canto da sala onde se encontram outros elementos, e em cartões de embalagem. Sugerimos que a partir desse dia, passassem a merecer um melhor tratamento e cuidado, até que fosse decidido o que fazer.

Pensamos que estas imagens, reveladas na figura 102, depois de limpas, poderiam constar do Museu de Arte Sacra, que reuniria todos os elementos de Arte Sacra da Cidade Velha.

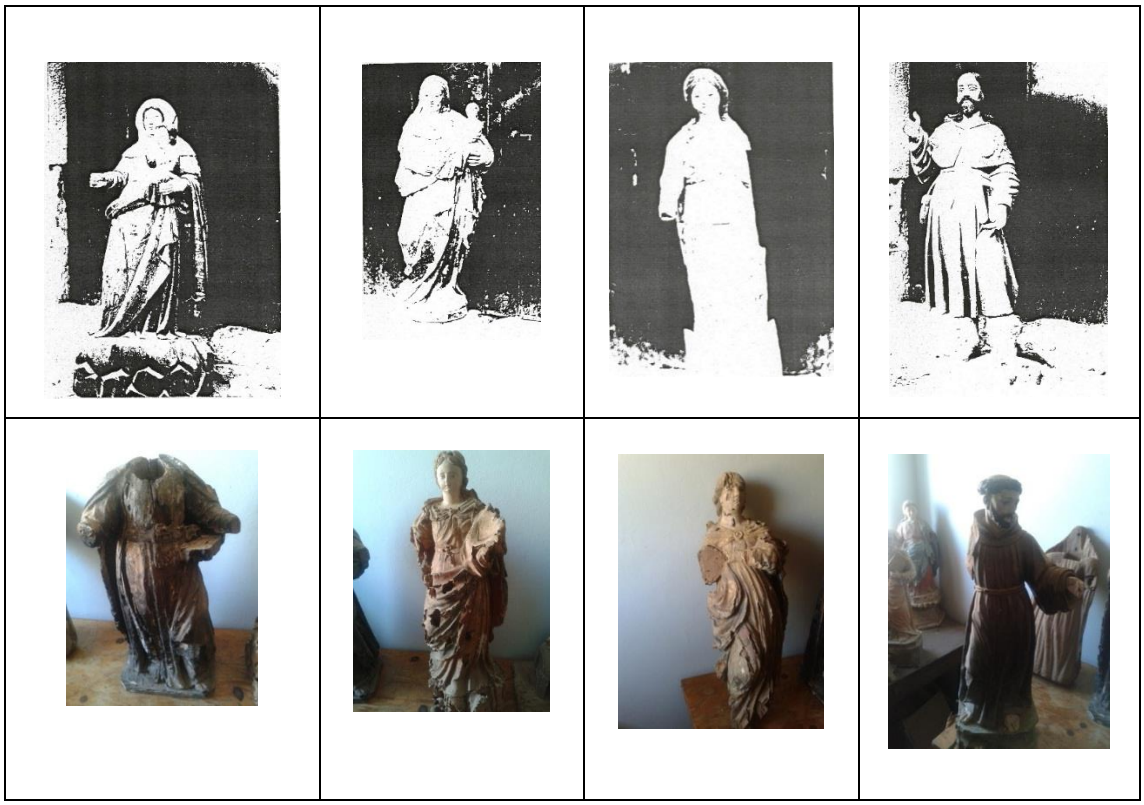


Figura 101 – Comparação entre imagens pias da igreja de Nossa Senhora do Rosário e as identificadas no Salão paroquial da Praia. Imagens 1 a 4. Fonte: Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde, cidade da Praia. Imagens 5 a 8. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.



Figura 102 – Objectos de Arte Sacra identificadas no Salão paroquial da Praia. Imagens 1 a 4. Fonte: Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

Ao comparar estas imagens com as que apresentamos acima, e as indicadas por Vera Mariz e pelo "Dossier Cidade Velha", apesar de algumas semelhanças anotadas, não foi possível tirar conclusões. Recomendamos que se faça um estudo mais especializado destas imagens. Não foi possível confirmar a localização das imagens restauradas nos anos 60/70, a mando de Luís Benavente.

Na igreja de Nossa Senhora do Rosário reuniram-se vários elementos da imaginária religiosa das outras igrejas mais antigas, nomeadamente, da Sé e da igreja de Nossa Senhora da Conceição. As imagens da igreja de Nossa Senhora da Conceição teriam sido guardadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que teria servido de Sé Catedral, assim como a igreja da Misericórdia, como já referimos. Não pudemos identificar elementos da imaginária religiosa da Misericórdia que teria sido enviada para a igreja de Nossa Senhora do Rosário e possivelmente para a de nossa Senhora da Graça, posteriormente.

Actualmente a imaginária religiosa que se encontra no salão paroquial da cidade da Praia, Paróquia de Nossa Senhora da Graça, pertence provavelmente à Sé, à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e à igreja de Nossa Senhora do Rosário. Estariam reunidas nesta última e depois enviadas para a Cidade da Praia, para a igreja de Nossa Senhora da Graça, como indicam as imagens da figura 103, que representa, de entre outras, imagens em madeira muito degradadas (seriam as trazidas pelos Jesuítas?) que identificamos no Salão Paroquial. Outros elementos teriam vindo directamente para a

Praia, como por exemplo, elementos decorativos do salão da igreja de Nossa Senhora da Graça.



Figura 103 - Imagens pias antigas de Arte Sacra guardadas do Salão Paroquial da Praia. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

Outras imagens antigas fazem parte deste conjunto, que aguarda por uma intervenção de recuperação e restauração, como se pode verificar pelas imagens da figura 104.



Figura 104 – Outras imagens antigas guardadas no Salão Paroquial. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

A decoração do Salão Paroquial é feita com recurso a imagens, dispostas na sala/escritório do Padre Ima e nas zonas de circulação, como se pode observar nas imagens da figura 105.

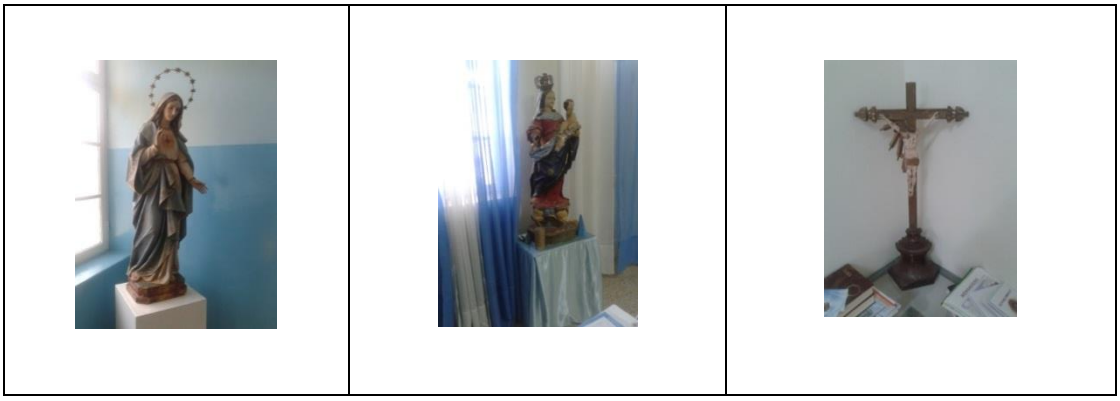


Figura 105 - Imagens que fazem parte da Decoração do Salão Paroquial da Praia. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

Há imagens antigas neste conjunto, mas não foi possível ter informações fededignas se seriam provenientes da Cidade Velha.

2.1.6.3.2. Elementos da Arte Sacra da Sé que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Na Igreja de Nossa Senhora da Graça estão dispostas no altar, à direita e à esquerda, dois grandes candelabros dourados, provenientes da Sé, representados nas imagens 1 e 2 da figura 106. Fazem parte da sacra da Sé. Foram colocados nesta mesma igreja, uma banqueta de prata, uma cruz de prata e seis castiçais de prata, usadas apenas em ocasiões especiais apenas, como por exemplo, nas ordenações, conforme informações prestadas pelo padre Ima (Emanuel), responsável pela paróquia de Nossa Senhora da Graça, e portanto, pelo Salão paroquial e pela biblioteca da mesma.



Figura 106 – Dois grandes candelabros dourados provenientes da Sé, localizados na Igreja de Nossa Senhora da Graça. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

O salão da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta quadros pintados, mas não há notícia de que seriam da Sé[889]. A decoração da igreja, esta sim, apresenta elementos na construção e decoração que seriam parecidos com os da Sé, como nos informou o Padre Ima (Emanuel), assinalados nas imagens da figura 106.





Figura 107 – O salão da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta quados pintados mas não há notícia de que seriam da Sé. A decoração da igreja apresenta elementos na construção e decoração que seriam parecidos com os da Sé. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

[889] GOMES, Lourenço – Urbe, memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à actualidade). Edições da UNI-CV. Colecção Memória & Património. 2010.

A decoração do altar terá também elementos decorativos da Sé, revelados na 1ª e 2ª imagens da figura 107. Também não há notícia de que as pinturas das laterais da nave, reveladas na 2ª imagem da figura 107, sejam da Sé[890].



Figura 108 – 1ª e 2ª imagens: A decoração do altar terá também elementos decorativos da Sé. 3ªe 4ª Imagens: As pinturas das paredes laterais da igreja de Nossa Senhora da Graça. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

As imagens da figura108 e 109 apresentam também o tecto com madeiramento de madeira nobre que suporta a cobertura de telha de marselha, bem como a iluminação natural conseguida pela colocação de janelas laterais. O altar, representado nas duas imagens, teria uma decoração em que se teria aproveitado elementos decorativos da Sé,

[890]Ver: GOMES, Lourenço – Urbe, memória e Critica da Arte – Centro Histórico da Praia: Extremo Sul (de 1840 aos nossos dias). Uni-CV. Colecção Memória & Património. 2010, 231-234.

segundo o padre Ima, assim como as paredes dos fundos da nave. O padre Ima estaria na posse de livros reveladores de tal facto, mas que não nos foi disponibilizado.

2.1.6.3.3. Elementos da arte sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Na igreja de Nossa Senhora do Rosário reuniram-se vários elementos da imaginária religiosa das outras igrejas mais antigas, nomeadamente da Sé e da igreja de Nossa Senhora da Conceição. As imagens da igreja de Nossa Senhora da Conceição teriam sido guardadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que teria servido de Sé Catedral, assim como a igreja da Misericórdia, como já referimos. Não pudemos identificar elementos da imaginária religiosa da Misericórdia que teria sido enviada para a igreja de Nossa Senhora do Rosário e possivelmente para a de nossa Senhora da Graça, posteriormente.

Actualmente a imaginária religiosa que se encontra no salão paroquial da cidade da Praia, Paróquia de Nossa Senhora da Graça, pertencem à Sé, à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e à igreja de Nossa Senhora do Rosário, como já referimos. Estariam reunidas nesta última e depois enviadas para a Cidade da Praia, para a igreja de Nossa Senhora da Graça, e outros elementos teriam vindo directamente para a Praia, como por exemplo, elementos decorativos do salão desta igreja.

Estes elementos são representantes da arte decorativa do ciclo manuelino que vigorou a partir do sec. XV, em que a ourivesaria sacra era pujante em Portugal (e os territórios que ocupou), *"mercê das riquezas que iam da África e do Oriente*", em que se destacam programas iconográficos que realçam elementos que definem o dogma fundamental do cristianismo. Um dos exemplos é a custódia de D. Manuel. Prevaleciam, no sec. XVI, os cálices – custódias[891]. O cálice da Igreja de S. Nicolau, que também analisaremos, é um dos exemplos de cálices-custódias identificados em Cabo Verde.

[891] PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte Portuguesa. Época Moderna (1500-1800)*. Universidade Aberta.1992.

2.1.6.3.4. Elementos fotografados no Museu Arqueológico da Praia pertencentes à arte sacra.

Nas pesquisas subaquáticas realizadas na Cidade Velha foram dados à luz vários objectos pertencentes à esfera militar, artigos domésticos e religiosos. Apresentamos a seguir as imagens do acervo do Museu de Arqueologia da Praia. Destas imagens, convém realçar no nosso trabalho, os elementos que fazem parte da arte sacra e também objectos pessoais que se referem à religião católica e ao culto.

2.1.6.3.4.1. Elementos fotografados no Museu Arqueológico da Praia pertencentes à Sé.

O Museu Arqueológico da Praia, que se localiza em Gamboa, na zona do porto antigo, atrás do Arquivo Histórico, apresenta uma exposição permanente de bens culturais respeitantes aos espólios de arqueologia submarina, constituído por elementos de barcos que sofreram naufrágios na baía da Ribeira Grande e em Cabo Verde, a partir do sec. XV.

A visita de estudo realizada neste Museu por nós a 12 e 13 de Dezembro de 2016, permitiu identificar elementos da Arte Sacra que fazem parte do conjunto exposto. Mais uma vez assinalamos a necessidade de se construir um Museu de Arte Sacra, de modo a eu se valorize mais os bens culturais religiosos e para que sejam melhor organizados e tenham mais visibilidade.

Numa sala ao ladoda sala principal, identificamos alguns elementos que devem ser melhor estudados e valorizados pois constituem peças únicas, e por isso valiosas e carregadas de simbolismo. A exposição da primeira sala mostra um conjunto de seis vitrines onde estão dispostas peças e um placar com a descrição de cada elemento, bem como a sua origem.

Encontram-se as peças à entrada do Museu de Arqueologia, sem nenhum letreiro ou tabuleta com a sua descrição ou indicação da sua proveniência, que provavelmente pertenceriam à Sé. Pelas imagens já apresentadas de peças da Sé que se encontravam amontoadas dentro do edifício, verificamos uma grande semelhança entre estas e as que identificamos no Museu, tanto pela sua grandeza como pela decoração manuelina que apresentam, pelo que provavelmente estas peças que se encontram à entrada pertenceriam também à Sé (figura 109).



Figura 109 – Peças à entrada do Museu arqueológico da Praia que provavelmente pertenceriam também à Sé. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2016.

Referimo-nos às duas primeiras imagens da figura 109. A 3ª imagem poderá também ser da Sé, dado à sua grandeza. Identificamos duas partes de uma mesma estrutura que se partira, parecida com uma pia baptismal de mármore, com a face exterior trabalhada e pintada a três cores, mas o tempo corroeu-a pelo que o relevo apresenta-se tão ténue que não foi possível identificar os motivos. Seria uma pia baptismal maior dos que já identificamos em que faltam peças que se perderam, depois de partida a referida pia.

2.1.6.4. Apresentação da imaginária religiosa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

No pequeno trono do altar da igreja de Nossa Senhora do Rosário, estão dispostos no centro, uma imagem esculturada de Nossa Senhora, sob um pequeno trono de madeira, em castanho escuro envernizado, simples e sem nenhuma decoração, ladeada à direita por uma imagem da Virgem Maria e à esquerda por uma imagem de Cristo. Estas

últimas são representações em cartaz e não estão emolduradas. Um crucifixo de madeira nobre, com uma decoração simples, que ostenta a figura de cristo crucificado, dispôs-se acima desta imagem. De cada lado da parede lateral do salão da igreja que fica contíguo ao altar, foi colocada uma estação da Via Sacra, estando as restantes ao longo destas paredes.



Figura 110 - 1ª e 2ª Imagens: O altar da igreja de Nossa Senhora do Rosário. 3ª Imagem: representação em cartaz da Virgem Maria; 4ª Imagem: Representação em cartaz da imagem de Critso. 5ª e 6ª Imagens: Estações da Via Sacra. Fotografias realizadas durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015. 7ª Imagem: A igreja engalanada para festividades[892].

A igreja é engalanada por ocasião das festividades religiosas com flores e velas como revela a última imagem da figura 110, o que confere ao espaço da nave um ar solene e alegre. É de frisar a sobriedade na decoração deste altar, que segue as linhas neoclássica, que não se harmoniza com a decoração da capela, de estilo manuelino, o que se compreende, pois, à capela inicial gótica que se anexou a esta igreja mais tarde, como já referimos.

[892] Fonte: Eglise Notre-Dame de Rosario Cidade Velha (Cap Vert). [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.08.2016]. Disponível em: ethnoclic.net400 × 300 ; ePORTUGUÊSe: Monumento tombado pela UNESCO: Sidadi em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.08.2016]. Disponível em:eportuguese.blogspot.com1600 × 1200.

Neste altar estão ainda dispostos um cadeirão de madeira nobre com decoração – o trono, e uma outra menor, à direita, perto da porta da sacristia.

2.1.6.5. Descrição da capela gótica.

Esta igreja apresenta na parede do lado do Evangelho uma capela tardo-gótica com influência manuelina, que mostra um arco quebrado, ladeado por duas gárgulas, e uma cobertura em abóbada de nervuras com fechos policromos. A capela gótica localiza-se à esquerda de quem entra no salão da igreja. Uma porta larga em forma de ogiva, toda revestida de mármore que apresenta uma portada de ferro forjado, até à meia altura da mesma, dá acesso ao seu interior (1ª imagem da figura 111). O tecto em cúpula apresenta 5 chaves que fazem a junção das nervuras. Estas iniciam-se a meio dos cantos das paredes, a meio da altura das paredes laterais, como revelam as imagens da figura 111. Estão dispostas nesta, a chave do reino de Portugal, a chave da coroa portuguesa, a chave da Ordem de Cristo, e o símbolo dos Templários está afixada na parede, ao fundo, como se pode observar nas imagens das figuras 111 e 112.



Figura 111 - **A** capela gótica da igreja de Mossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

Esta igreja de nave única tem um altar-mor supedâneo de cinco degraus. Nesta parte interior da Igreja, do lado do Evangelho, é possível contemplar pois o tecto de uma

pequena capela tardo-gótica com influência manuelina[893] que mostra um arco quebrado, ladeado por duas gárgulas, e uma cobertura em abóbada de nervuras com fechos policromos, elementos representados na imagem da figura 112.



Figura 112 - 1ª Imagem: Abóboda com nervuras. 2ª Imagem: chave com a representação da Cruz de Cristo. Fonte: Igreja do Rosário (cobertura em nervuras). Foto de Filipe Themudo Barata [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 07.08.2016]. Disponível em: www.hpip.org425 × 319Pesquisar por imagens

Um quadro com um crucifixo dispõe-se a meio da parede cega, estando acima desta, o símbolo dos Templários. Um conjunto de esculturas de santos está disposto em frente sobre mesas ornadas com toalhas de cor azul claro, estando a pia baptismal, e uma mesa rectangular com toalha branca a cobri-la, contendo um conjunto de santos. Um memorial e uma cadeira, completam o arranjo desta capela (figura 113).

[893] Património mundial de origem portuguesa. [Em linha]. 11 de Agosto de 2009. [Consult. a 10.12.2013]. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/



Figura 113 - Pormenores góticos da capela de Nossa Senhora do Rosário - 1ª, 2ª e 3ª Imagens: a capela gótica vista da lateral esquerda do salão; As chaves do teto e, um quadro com um crucifixo, e o conjunto de esculturas de santos. 4ª Imagem: o símbolo dos Templários. 5ª Imagem: Pormenor da porta de comunicação da capela com o salão da igreja, em ferro forjado. 6ª Imagem: O Memorial. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015.

A capela gótica apresenta um altar revestido de toalha azul onde estão dispostos os santos. Dentro da capela, ao lado esquerdo da pia baptismal, foi colocado um memorial com a seguinte inscrição: "Memória de D. Eugénia Gomes de Pina nascida (N) a 15-2-1852 e falecida (F) a 31-3-1903 e de Humbelina Barbosa de Miranda, nascida (N) a 31. 1.1983, e falecida (F) a 20-7-1922. Mandado Erigir por seu genro e marido como homenagem de profunda saudade". Em cima deste memorial foi colocado uma peça de mármore com uma parte partida parecendo ser parte de uma coluna, mas que é provável que não pertença a este memorial.



Figura 114 – 1º a 5ª imagens: Pormenores da azulejaria que reveste o salão e cantaria da escada do altar. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015 e Março de 2016. 6ª a 15ª Imagem: Tipologias da azujelaria que reveste as paredes do salão. 16ª Imagem: Mosaico que revestia o pavimento. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Dezembro de 2015 e Março de 2016; Tipologias da azujelaria que reveste as pardes do salão da igreja. Fonte: santiago-cidade-velha-igreja-nossa-senhora-do-rosario-azulejos-sur-mur-8.jpg. [Em Linha]. (s.d.) [Consult. a 12.08.2016]. Disponível em: www.voyagevirtuel.com1400 × 934Pesquisar por imagens

Pormenores que representam elementos da arquitectura manuelina na construção da capela e do salão da igreja, bem como da azujelaria que reveste a nave da mesma, e mosaicos que revestem o piso, estão representados na figura 112, 113 e 114. Recenciamos seis tipos de azulejos com padrões a azul e amarelo, que são originais, como está indicado nas imagens, uma a azul e amarelo original, tendo em cima azulejos mais recentes, colocados nos anos 60, como revelam as imagens da mesma figura, e um tipo de mosaico de cor acastanhada que reveste as zonas reservadas, que serviria para depósitos de ossadas antigas, e o pavimento, como revelam as imagens da figura 114. Estes depósitos estão localizados à esquerda e à direita do salão, na parte de cima, próximos do altar. Teriam sido esvasiados nos nos sessenta, quando a igreja foi beneficiada com obras, segundo o guia Francisco Moreira.

2.1.6.6. Revestimento azulejar da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Como já referimos, a capela inicial construída em 1495 foi ampliada e passou a denominar-se de Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1652. *"À l'origine elle fut une chapellle de style manuelin. Agrandie, elle fut recouverte d' azulejos"*[894]. As obras realizadas para a transformação da capela contemplaram pois, a decoração da nova igreja. Ora, a decoração havia de seguir as tendências ornamentais portuguesas da época. Prevalecia em Portugal, a partir do século XIV o gosto mudéjar, com vasta utilização de azulejos mas só em finais do século XV é que foi mais incrementada a utilização de azulejos no revestimento de pavimentos e de paredes. A princípio importados de Sevilha, os azulejos passaram a ser fabricados em Portugal em meados de quinhentos. A azulejaria de quatrocentos, é designada de azulejaria arcaica. Seguia as técnicas tradicionais mouriscas, de "corda seca" e de "aresta", e a decoração geométrica típica muçulmana adoptada inicialmente, foi lentamente dando lugar a esquemas figurativos e motivos renascentistas (PEREIRA BAPTISTA, 1999). Um dos exemplos apontados é o lavabo do Convento de Jesus em Setúbal que apresenta um revestimento pavimentar feito por volta de 1946, realizado com placas quadradas, as losetas, em que a decoração faz-se em cadeia.

[894] Fonte: Ribeira Grande, A cidade Velha. Fiche nº 16, Reference 24, p. 53. Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).

Como exemplos dos principais núcleos de azulejaria sevilhana são indicados os existentes na Sé Velha de Coimbra, no Palácio de Sintra, no Palácio de Bacalhoa, em Azeitão, na Cripta da Igreja de Jesus de Setúbal e na Casa do Capítulo do Convento da Conceição em Beja. A renovação da azulejaria portuguesa verifica-se a partir do século XVI com a aplicação de novas técnicas de fabrico, a majólica, e com a importação de azulejaria e faiança flamengas e italianas. Surge então uma linha de desenho erudito figurativo de grande qualidade, como por exemplo, obras de Francisco de Matos que apresenta os painéis da capela de S. Roque em Lisboa, de 1584, os de Marçal de Matos no Palácio de Bacalhoa, de 1565, bem como o Retábulo de Nossa Senhora da Vida, feito pelo mesmo, por volta de 1580, que se encontra no Museu Nacional do Azulejo. Vigorou também uma tendência geométrica que havia de triunfar no futuro. A partir desta época, o interior de espaços sagrados e profanos portugueses passaram a ser marcados mais pela sua vocação arquitectónica do que pela decoração azulejar, ou outra (BAPTISTA PEREIRA, 1999).

No último quartel do século XVI, o uso de patronagens decorativas generalizou-se, quer as de forte sabor erudito, que apresentavam o padrão de "ponta de diamante" importados de Sevilha, quer as mais simplificadas que caracterizavam-se o contraste entre as cores lisas das placas de azulejos (verde e branco ou azul e branco), que se designou de azulejaria de caixilho ou enxaqueta. Os exemplos mais importantes e interessantes estão em Évora, na Ermida de S. Brás, datada de 1575 e em Tomar, na nave da Igreja da Misericórdia, datada de 1549-95, em Santarém, na igreja de Marvila, de 1620 e na sacristia do Convento de Grijó. No século XVII, a par desta azulejaria vigorou a azulejaria de tapete que imitam os tecidos ricos de brocado, as rendas e até tecidos de origem indiana com decoração de aves e ramagens. Estas patronagens realizaram-se até depois da Restauração e os painéis figurativos teve um papel importante e crescente que anunciava *"a conversão à moda barroca da azulejaria portuguesa"*. As patronagens tradicionais que vigoravam ainda no início do 3º quartel do século XVII foram-se convertendo à moda azul e branco apresentando uma renovação nos motivos ornamentais que passaram a apresentar os grotescos, os vasos e ramos floridos, as carraças e os festões, ou as grinaldas usadas com frequência na decoração de tetos. É a azulejaria seriada que aparece com o final da guerra da Restauração, sobretudo nas casas nobres e classes de maior posse, com o renascer dos hábitos de luxo (BAPTISTA PEREIRA, 1999).

A análise da parede lateral da direita desta igreja deixa ver que está ornada de duas pias baptismais de mármore, encrostadas na parede que ladeia o altar. O altar está totalmente revestido de azulejos como revelam as imgens da figura 114. Nestas imagens é bem perceptível os azulejos a azul e amarelo referidos. Na parede lateral da direita e da esquerda da nave, pode-se identificar também uma boa parte da parede com revestimento de azulejos a azul e amarelo. No interior da igreja, pode-se observar o revestimento actual em que se identificam os azulejos acrescentados na parte superior dos mais antigos, bem como a patronagem actual dos azulejos do mesmo, também presentes no Altar-mor.

2.1.7. A celebração do Santíssimo Nome de Jesus.

O Município da Ribeira Grande tem actualmente duas freguesias, a do Santíssimo nome de Jesus e a de S. João Baptista. A celebração do Santíssimo Nome reveste-se de muita importância na Cidade Velha pois coincide com a Festa do Município. Fiéis católicos de toda a ilha de Santiago assistiram à tradicional missa do Santíssimo Nome de Jesus, padroeiro da Cidade Velha, a 31 de Janeiro deste ano (2016)[895].

A missa foi rezada nas ruínas da Sé Catedral. O pároco António Anorato Fernandes referiu que este ano a paróquia escolheu as ruinas da Sé Catedral para celebrar a missa por este ser também um local sagrado. *"Queremos que todos nós tomamos esse espaço como local sagrado de celebração de fé e encontro das pessoas com Jesus Cristo"*, disse. Deixou uma mensagem de alegria e fraternidade a todos os paroquianos e visitantes, neste ano especial, pois, é o ano de misericórdia, celebrada pela Igreja Católica. Pediu a todos que, à semelhança de Deus, sejam misericordiosos com os seus semelhantes[896]. A missa foi seguida de almoço e à tarde começou o segundo dia do festival de "Nho Santo Nomi" que reúne artistas de renome. Participaram também na

[895] Cidade Velha: Sé Catedral acolhe a missa do Santíssimo Nome de ...[Em linha]. (s. d.). [Consult. a 10.08.2016]. Disponível em: www.inforpress.publ.cv/.../122871-cidade-velha-se-catedral-acolhe-a-missa-do-santiss.
[896] Ibidem

edição 2016 de "Nho Santu Nomi", as Batucadeiras de Cidade Velha e artistas locais. Este ano, os fiéis acudiram à igreja e os sacerdotes reuniram-se na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de onde saía a procissão. O interior da igreja e a capela gótica estavam preparadas para a celebração, com os paramentos especiais para o dia festivo. A procissão seguiu para a Sé, onde foi rezada a missa. Nas imagens do dia desta celebração destacam-se os santos engalanados de flores brancas, amarelas e vermelhas, como se pode observar nas imagens da figura 115, que se fizeram desfilar durante a procissão, imagens de santos de outras igrejas, nomeadamente da Igreja de Nossa Senhora da Graça, que fica na cidade da Praia, a capital. É de destacar a presença de turistas durante as celebrações. É já habitual que muitos fiéis de outras paróquias se dirijam a esta cidade para estas celebrações, bem como emigrantes, vindos da diáspora, que escolhem visitar os familiares nesta data, pois as celebrações religiosas acompanham-se de várias actividades recreativas, culturais, em que festivais musicais constituem o auge das festividades.



Figura 115 - Imagens da missa do dia do Santíssimo Nome de Jesus, celebrada na Sé. Fonte: Fotografia realizada durante a nossa pesquisa, em Janeiro de 2016.

Nestas festividades, o Convento de S. Francisco, constitui palco de conferências como, por exemplo, a Exposição e Conferência internacional da Rota dos Escravos, realizada em 2013, de entre outras. A igreja de Nossa Senhora do Rosário toma para si as celebrações religiosas, a Praça do Pelourinho e o Centro Cultural têm sido os espaços eleitos para exposições várias, nomeadamente de artesanato no primeiro e de artefactos históricos no segundo[897]. Numerosas actividades marcam o dia do Município, pelo que os programas são geralmente extensos, tendo o seu início meses antes. De destacar as inaugurações de realizações municipais, as actividades desportivas, as feiras gastronómicas, agrícolas e de pequenas indústrias, como a do aguardente. Este ano a missa foi rezada na Sé, após uma procissão que partiu da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, como documentam as imagens apresentadas, um claro reconhecimento pela salvaguarda da Sé, e à importância que este monumento adquiriu com a nomeação da cidade a Património Universal

2.1.8. Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – instalação da réplica do púlpito usado pelo Padre António Vieira.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário requereu obras profundas de reabilitação, que são necessárias e urgentes, mas que podem ser realizadas gradualmente e por fases, devido ao seu elevado custo. Foram realizadas obras na primeira fase de reabilitação, entregues à Diocese pela Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago. Incluíram a melhoria do piso do átrio envolvente, o arranjo do ajardinamento[898], a instalação da iluminação eléctrica exterior, a construção do acesso para deficientes físicos e a colocação da réplica do púlpito onde pregou Padre António Vieira no sec. XVII, missionário jesuíta que esteve na Cidade Velha em 1652.

O *"cuidadoso e minucioso projecto*" e a construção de uma réplica do púlpito onde o Padre António Vieira pregou o sermão a S. João Baptista foi da ex-ministra da Cultura de Portugal, Drª. Gabriela Canavilhas, e foi da chancela da Embaixada de Portugal na

[897] Celebração das Festas do Santíssimo Nome de - Cidade Velha 1462. ...[Em linha].29 de Janeiro de 2016. [Consult. a 10.08.2016]. Disponível em: cidadevelha1462.blogspot.com/2013/.../0359-festas-do-santissimo-nome-de-jesus.htm...
[898] [0763] Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do ... [Em linha]. 29 de Janeiro de 2016. [Consult. a 10.10.2015]. Disponívem em: cidadevelha1462.blogspot.com/2016/01/0763-obras-de-reabilitacao-da...

Praia. O púlpito foi ofertado à Cidade Velha pela União das Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) que financiou o projecto. No átrio da igreja foi colocada uma placa alusiva a este evento, como já referimos[899].

2.1.9. Elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, actualmente dispostos na Igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde.

Como já referimos, na igreja de Nossa Senhora do Rosário reuniram-se vários elementos da imaginária religiosa das outras igrejas mais antigas, nomeadamente da Sé e da igreja de Nossa Senhora da Conceição As imagens da igreja de Nossa Senhora da Conceição teriam sido guardadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que teria servido de Sé Catedral, assim como a igreja da Misericórdia, como já referimos. Dos elementos da Arte Sacra que actualmente estão na igreja de Nossa Senhora da Graça, destacamos os que pertencem à de Nossa Senhora do Rosário.

2.1.9.1. Cálice Custódia com inscrição da igreja de Nossa Senhora do Rosário, que se encontra na igreja de Nossa Senhora da Graça.

Identificamos um Cálice Custódia dourado pertencente à igreja de Nossa Senhora do Rosário, que se encontra actualmente na igreja de Nossa Senhora da Graça (figura 116).

[899] Ibidem



Figura 116 - Cálice Custódia, em ouro maciço trabalhado, com a inscrição "N.S. do Rozário". Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda em Novembro de 2016, na igreja de Nossa Senhora da Graça.

Este Cálice Custódia, em ouro maciço trabalhado, tem uma inscrição na base, o nome da respectiva igreja, como revela a imagem da figura 117.



Figura 117 – Base do Cálice Custódia que ostenta a inscrição "N. S. do Rozario". Fonte: fotografia realizada em Novembro de 2016, na igreja de "Nossa Senhora da Graça", pela doutoranda.

Este cálice é usado apenas em ocasiões especiais. Encontra-se guardado num armário na sacristia da igreja de Nossa Senhora da Graça, onde estão dispostos outros bens.

2.1.9.2. Elementos da Arte Sacra da Sé, dispostas na igreja de Nossa Senhora da Graça.

Fazem parte da arte sacra da Sé que foram colocados Na Igreja de Nossa Senhora da Graça, uma banqueta de prata, uma cruz dourada e seis castiçais de prata, reveladas pela figura 118, usadas apenas em ocasiões especiais, como por exemplo, as Ordenações, conforme informações prestadas pelo padre Ima (Emanuel Freire). Fazem ainda parte deste conjunto, uma grande cruz dourada, com motivos de decoração em relevo, um

conjunto para a missa, e um cálice dourado, como indicam as imagens 1, 2, 3 e 4 da figura 118.



Figura 118 – Banqueta em prata maciça da igreja de Nossa Senhora do Rosário, que se encontra a igreja de Nossa Senhora da Graça. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda em Novembro de 2016, na igreja de Nossa Senhora da Graça.



Figura 119 - A banqueta de prata maciça, os castiçais pertencentes à Sé, que se encontram na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda em Novembro de 2016, na Igreja de Nossa Senhora da Graça**.**

Identificamos ainda os seguintes elementos da Arte Sacra da Sé que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça e são utilizadas apenas em cerimónias especiais: Uma banqueta de prata maciça, totalmente trabalhada, revelada na imagem da figura 119; um

conjunto de seis castiçais em prata maciça totalmente trabalhada que se acompanha da banqueta já descrita durante as cerimónias; uma grande Cruz doirada que provavelmente seja banhada em ouro, representada na 2ª e 3ª imagens da figura 120; um cálice em prata representado na 1ª imagem da mesma figura; e um conjunto utilizado durante a missa (ambula), representado na 4ª imagem, como revela a figura 120.

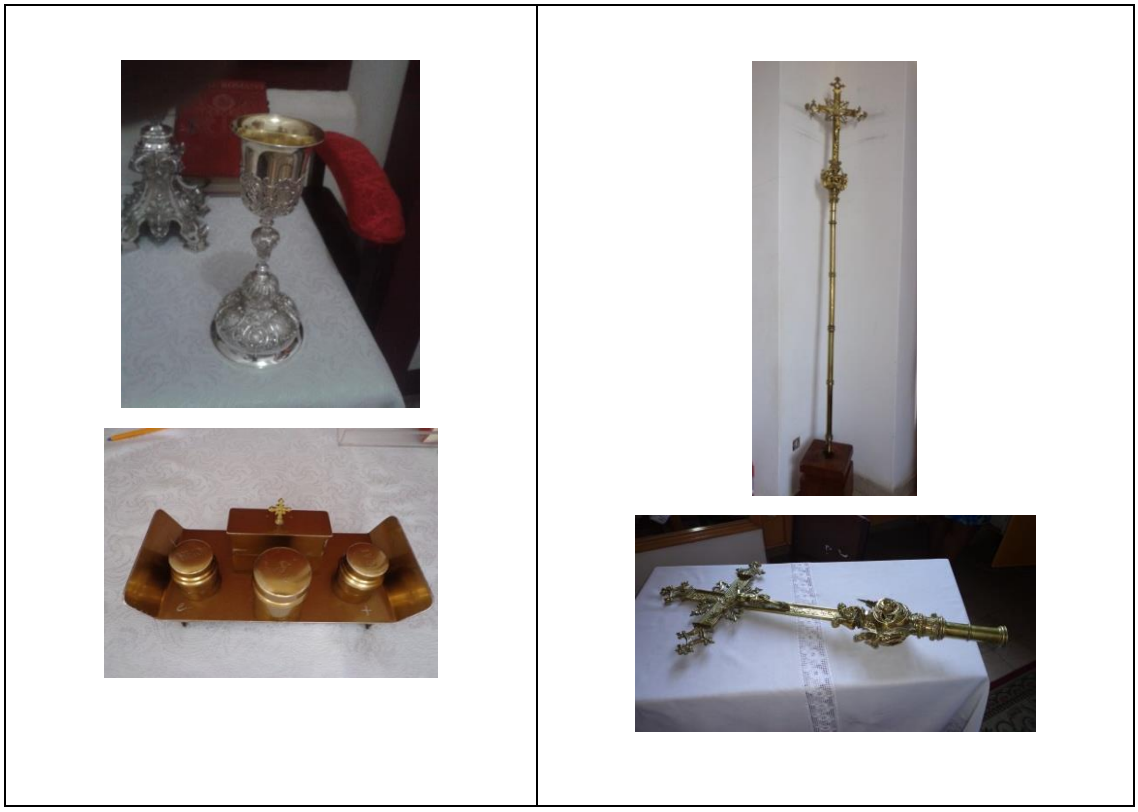


Figura 120 - Uma grande cruz pertencente à Sé que se encontram na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda em Novembro de 2016, na Igreja de Nossa Senhora da Graça**.**

Um outro cálice custódia de interesse que pertencia à Sé, encontra-se na Igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia. É um cálice cravejado de pedras preciosas, que se utiliza raramente, mas não tivemos acesso a este cálice, pelo que não apresentamos a respectiva imagem.

Outros elementos teriam vindo directamente da Sé que se demoliu, aproveitando-se as peças de cantaria, como já referimos, durante a construção da igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia.

2.1.10. Bens imóveis pertencentes à freguesia do *"Santíssimo Nome de Jesus, da ilha de São Thiago".*

O Padre Emanuel facultou-nos um inventário[900], o Livro de Registos dos bens da igreja católica de Cabo Verde. O Livro de Registo de Inventário Nº 1, "com princípio em 1 de Janeiro de 1920", a partir da página 4 até à página 17 (1 página corresponde a frente e verso de cada folha), pertencente ao Arquivo da Diocese de Sotavento, da cidade da Praia, contém a descrição de todos os bens das igrejas de Cabo Verde. Apresentamos assim, os bens que se referem à freguesia do Santíssimo Nome, de que a Cidade Velha e a igreja de Nossa Senhora do Rosário fazem parte.

O referido livro de registo inicia-se por um "Termo de Abertura", na 1ª página, em que se escreve no fim o seguinte: Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia. A seguir há o INVENTÁRIO onde estão escritos todos os bens móveis e imóveis - templos, imagens, prataria, utensílios do culto e arquivo, com a data de 1918. Esta página está numerada e apresenta uma assinatura ao lado direito. Os bens móveis e imóveis, pertencentes à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujo estudo nos detivemos mais, estão descritos a partir da página 15 deste livro. Estão indicados no livro de registo a que aludimos os bens imóveis, e os seguintes bens móveis, pela ordem seguinte:

3º - Uma imagem de S. Tiago que foi avaliada em cinquenta escudos.
4º - Uma imagem de S. Lourenço que foi avaliada em cinquenta escudos.
5º - Duas imagens do Santíssimo Nome de Jesus, uma nova e outra péssima que foi avaliada em dez escudos.
6º - Uma imagem de S. Pedro, sofrível, que foi avaliada em dois escudos.
7º - Uma imagem de Anjo da Guarda que foi avaliada em dois escudos.
8º - Uma dita de S. Roque que foi avaliada em nove escudos.
9º - Uma dita de Nosso Senhor Morto que foi avaliado em nove escudos.
10º - Umas ditas do Senhor dos Passos que foram avaliadas em oito escudos.
11º - Uma dita de Nossa Senhora do Rosário que foi avaliada em quatro escudos.

[900] Inventário. Diocese de Cabo Verde. 1918.

12º - Várias imagens de diversas invocações, sem valor.

13º - Seis castiçais de bronze que foram avaliados em três escudos

14º - Doze ditas de estanho que foi avaliado e um escudo e quarenta centavos.

15º - Quatro pedras d'aza que foi avaliadas em dois escudos.

16º - Quatro corporaes com as suas bolsas que foi avaliada(s) por um escudo.

17º - Cinco palas de linho que foi avaliada(s) em cinquenta escudos.

18º - Sete toalhas que foi avaliada(s) por um escudo.

19º - Dois frontais, sendo um incarnado e outro rocho que foi avaliada(s) em seis escudos.

20º - Oito sanguina(o)s? Que foi avaliado(s) em cinquenta escudos.

21º - Um missal que foi avaliado em dois escudos.

22º - Seis opas encarnadas que foi avaliada(s) em um escudo.

23º - Seis varas de pálio que foi avaliada(s) por um escudo e cinquenta centavos.

24º - Dois bancos novos que foi avaliada(s) em dois escudos.

25º - Três Capas de asperges , sendo uma branca, outra preta e outra rocha, que foi avaliada(s) em dez escudos.

26º - Três casulas sendo uma branca, outra rocha e outra de sebáste? que foi avaliada em três escudos.

27º - Três Sacras de madeira que foi avaliada em três escudos.

28º - Seis vasos de vidro para flores que foi avaliado(s) em um escudo e quarenta centavos.

29º - Um corta partícula de ferro que foi avaliado em um escudo.

30º - Uma ambula com três divisões para os santos.

31 – Um pichel em forma de relógio de metal que foi avaliado em cinquenta centavos.

32º - Uma caldeirinha de metal avaliado em um escudos.

33º - Duas cruzes procissionais, sendo uma de metal e outra de madeira que foi avaliadas em quatro escudos.

39º - Três sinos, um bom e dois rachados, avaliados em doze escudos .

40º - Uma sineta avaliada em cinco escudos.

41º - Uma estante grande avaliada em um escudo.

42º - Duas ditas pequenas para missal avaliadas em cinco escudos.

43º - Dois armários velhos para guarda dos paramentos, sem valor.

44º - Dois espelhos grandes, sem valor.

45º - Um si—sto/sigesto (?[901]) velho, avaliado em cinco centavos.

46º - Um caixa(s) para condução dos adulhos? avaliado em dois escudos.

47º - Uma enxada e uma pá, avaliados em um escudo e vinte centavos.

48º - Três véus de calise?, sendo um branco, outro roxo e outro encarnado.

49º - Uma caixa de madeira para esmola a lenha avaliada em trinta escudos.

PRATARIAS

50º - Uma corôa de prata de Nossa Senhora que foi avaliada em cinco escudos.

51º - Uma dita da Senhora dos Passos avaliada em cinco escudos.

52º - Um cordão de ouro com sua cruz avaliado em trinta escudos.

53º - Um rozario de ouro com sua cruz avaliado em trinta escudos.

54º - Um pichiel de prata com sua tampa avaliada em dez escudos.

55º - Uma custódia doirada avaliada em trinta e cinco escudos.

56º - Um turíbulo de prata com sua naveta e colher avaliado em dez escudos.

57º - Um Cálice liso de prata com sua patena e colher avaliado em dez escudos.

58º - Um dito lavrado com patena avaliado em dez escudos.

59º - Uma corôa pequena do menino de Nossa Senhora avaliada e cinquenta escudos.

60º - Um par de galheta de prata com seu prato avaliado em quatro escudos.

61º - Três ambulas para (os) santos óleos, de estanho, avaliadas em oitenta centavos.

São indicados ainda:

62º - Dezasseis livros de óbitos de vários anos.

63º - Dezoito livros de baptizados de vários anos.

64º - Oito ditas de casamentos de vários anos.

65º - Três ditas de pastoraes e provisões.

66º - Cinco ditas das confissões.

67º - Um dito de sessão da junta.

68º Dois ditas de receita e despesa.

69º Três ditas, sendo um de baptizados, outro de casamentos e outro de óbitos, de Janeiro de novecentos e quatorze a esta data.

Vários massos de oficiais, provisões e pastorais.

[901] Palavra elegível.

Os números 1 e 2 não foram considerados, e a lista mostra-se vazia nestes espaços. No fim, as seguintes informações e assinatura dos parácos*: "Não havendo mais nada a arrolar, se fez este auto que depois de lido e conferido, vae ser assinado pelo parocho e pelos indivíduos supra mencionados. – Data ul--- (?*[902]*) supra – (assinados)*
Parocho – Nicolau Gomes Ferreira –
Egydio Barbosa Barros – Joaquim Santouro Tavares.

Da lista constam pois as imagens de S. Tiago, S. Lourenço, duas do Santíssimo Nome de Jesus, uma de S. Pedro, uma do Anjo da Guarda, uma de S. Roque, uma de Nosso Senhor Morto, uma do Senhor dos Passos, uma de Nossa Senhora do Rosário, e várias de diversas invocações, com a avaliação correspondente em escudos.

As imagens de S. Roque e de S. Pedro seriam pertenças destas capelas e7ou ermidas correspondentes, guardadas nesta igreja? Estas imagens estarão ainda em uso? Farão parte deste conjunto as imagens que estão depositadas no salão Paroquial da Praia, de que já nos referimos? Estarão neste conjunto as imagens que deviam seguir para Portugal a fim de serem restauradas? Destas imagens fazem parte as que se encontram actualmente no salão paroquial da Praia? Só um estudo mais aprofundado poderia desvendar e esclarecer mais acerca deste assunto. Sugerimos que outros trabalhos de investigação sejam programados para que se esclareça cabalmente o assunto em causa, para que se aprofunde mais acerca das imagens antigas dos edifícios religiosos da Cidade Velha e da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Do 13º ao 49º ponto do inventário, estão descriminados vários objectos de culto e mobiliário desta igreja. A partir do ponto 50º a 61º estão indicados elementos de Arte Sacra em prata, nomeadamente as que já referimos que se encontram actualmente na Igreja de Nossa Senhora da Graça, as que se encontram ainda na igreja de Nossa Senhora do Rosário, já identificadas, e ainda coroas de prata e cordões de ouro - "*uma corôa de prata de Nossa Senhora que foi avaliada em cinco escudos; umas ditas da Senhora dos Passos avaliada em cinco escudos; um <u>cordão de ouro</u> com sua cruz avaliado em trinta escudos; um <u>rozario de ouro</u> com sua cruz avaliado em trinta*

[902] Palavra elegível.

escudos; uma corôa pequena do menino de Nossa Senhora avaliada e cinquenta escudos". Não foi possível saber o paradeiro destas coroas, nem dos cordões de ouro, nem dos rosários. Sugerimos que se continue a investigação neste sentido, num trabalho mais específico e aprofundado sobre esta matéria. Do ponto 62º ao 29º deste inventário, estão indicdos os vários livros de registo de casamentos, baptizados e demais da burocracia relacionada com a igreja. Não foi possível confirmar se todos estes elementos pertencem ainda a esta igreja de Nossa Senhora do Rosário, e se estão em uso.

Constam ainda deste inventário os bens imóveis, que antecedem a lista dos bens móveis, bem como os Legados Pios, todos da *"freguesia de Santíssimo Nome de Jesus da ilha de São Thiago*", e das outras do país. É mister que estudos aprofundados acerca destas matérias se realizem no sentido da valorização destes bens culturais.

Em resposta a um Ofício *do "M.mo, e Exc.mo Snrº Governador Geral de Cabo Verde, General António Pupsih",* de 3 de Abril, em que este solicitara informações acerca do estado actual das igrejas de Ilha de Santiago, uma entidade religiosa que não está identificada no documento da SGG – Secretaria Geral do Governo que consultamos[903]enviou ao mesmo, em Maio de 1819, uma relação do estado das igrejas, fábricas, alfaias, irmandades, tanto da Catedral como das paróquias da ilha de Santiago, bem assim do seu estado. Constavam das relações que uma entidade, o Cabido, exigira dos vigários e que estes o haviam enviado. Este ofício está assinado por seis pessoas no fim mas não há a identificação e/ou assinatura do autor do mesmo. Há apenas a referência no fim, no último parágrafo do ofício, antes das seis assinaturas, que foi um ofício da "*Cidade da Ribeira Grande de Cabo Verde, em Cabido"*, e a data de 28 de Maio de 1819. Fica assim claro que este ofício foi do Cabido da Cidade da Ribeira Grande.

Há informações acerca do estado actual (da época) das igrejas de São Nicolau Tolentino, de Santa Catarina do Mato, e da Nossa Senhora da Luz, esta em muito mau estado. As outras folhas estão em muito mau estado, pois são leves e transparentes, e colaram-se umas

[903] Fonte: Caixa 529, peça 1. 0,50 cm. 25 folhas. Originais manuscritos. Secretaria Geral do Governo. Maio de 1819. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

às outras, pelo que não foi possível decifrar o que vem escrito acerca das outras igrejas das restantes freguesias, incluindo as da freguesia do Santíssimo Nome a que pertence a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. As que apresentamos estão em melhor estado de conservação. O ofício em causa e as relações referidas estão representadas no Anexo VIII – 2.

2.1.11. Elementos da Arte sacra do Museu de Arqueologia da Praia.

No Museu de Arqueologia da Praia, onde estão dispostas todas as peças resultantes de pesquisas arqueológicas marinhas, realizadas em Cabo Verde e no porto da cidade da Ribeira Grande, a barcos que naufragaram neste porto e nos das outras ilhas, bem como no solo subaquático, identificamos os seguintes elementos pertencentes à Cultura, e especialmente à Arte Sacra, que se relaciona com a igreja católica e com a religião católica praticada na época.

2.1.11.1. Elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, dispostas no Museu de Arqueologia da Praia – Pias Baptismais.

Uma grande Pia Baptismal de mármore, fabricada a partir de um bloco de mármore escavado e trabalhado, provavelmente de meados do sec. XVII, na Península Ibérica se expõe neste museu. Esta grande Pia Baptismal foi recolhida em 2002 numa garagem em Chã de Areia, na cidade da Praia, onde servia de depósito de óleousado, conforme a tabuleta que a acompanha, representada na figura 121.O suporte usado na exposição, para suportar esta pia é um pneu velho, como revela a 2ª imagem imagem da mesma figura.

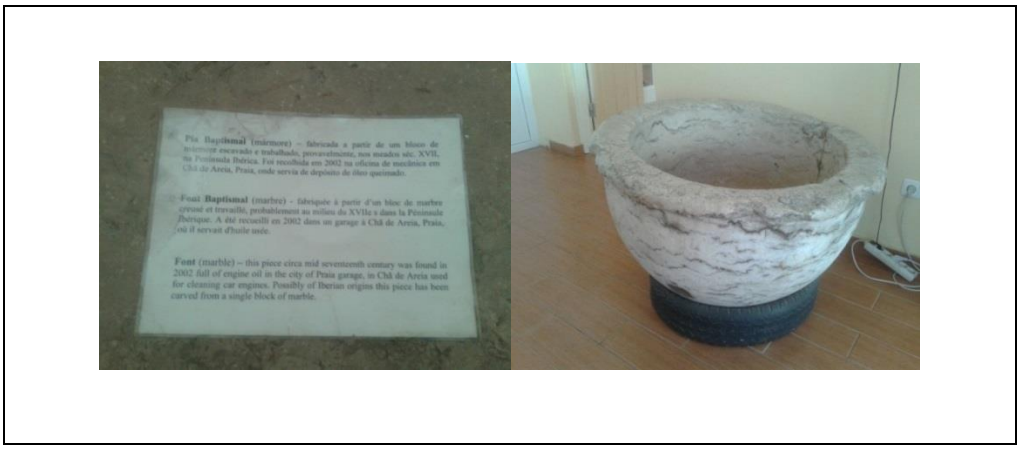


Figura 121 – 1ª Imagem: Informações sobre a Pia Baptismal de mármore, de meados do sec. XVII, na Península Ibérica. 2ª Imagem: Uma grande Pia Baptismal de mármore, fabricada a partir de um bloco de mármore escavado e trabalhado, provavelmente e meados do sec. XVII, na Península Ibérica. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Uma pia baptismal com decoração manuelina pode ser identificada de entre outros utensílios caseiros, como se pode verificar nas imagens da figura 122[904].



Figura 118 – Pormenores da decoração de uma Pia baptismal do Museu arqueológico da Praia e outros elementos culturais. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

[904] Encontra-se sobre uma bancada, tendo dentro cestos já bastantes degradados, "balaios de tenter" cereais (para separar os grãos do farelo, depois de esmagados em pilões, ou para se obter a farinha). Ao lado esquerdo depara-se com um bacio para quarto de cama, em esmalte, contendo dentro uma vasilha pequena de nome "buli" em língua cabo-verdiana(do verbo portugês bulir), que servia para reservar líquidos e usada para bater o leite coalhado para o fabrico artesanal da "manteiga de terra", muito apreciada ainda hoje. Observa-se ainda uma outra vasilha de vidro pequena. Do lado direito dispõem-se um pedestal de mármore já ruído pelo tempo e uma medida antiga de peso, de 10 kg, como revelam as imagens da figura 122.

O tamanho, a grandeza e a estrutura pesada, bem como a decoração destas pias, deixam deduzir que provavelmente haviam pertencido à Sé Catedral, teriam sido mandados da Cidade Velha para a capital, aquando da deslocação de peças da Sé, como já referimos, e, por não terem sido utilizadas, teriam ficado guardadas nos armazéns da Direcção de Infra-estruturas e Transportes, que se localizava em Chã de Areia, perto do porto da Praia.

2.1.11.2. Sacrário.

Identificamos também no museu em causa, um sacrário, disposto em cima de um grande cofre-forte, representado na imagem da figura 123, ambos sem nenhuma descrição. Estes, encontram-se rodeados de caixas contendo artigos diversos, uma mesa onde os funcionários preparavam e tomavam a sua refeição do meio-dia. As laterais e os fundos da sala de exposição, contém vários artigos armazenados, e um bebedouro à mistura com os elementos da cultura que referenciamos. Estes elementos não estão acompanhados de tabuletas com a descrição dos mesmos.



Figura 119 – Sacrário sobre um cofre-forte, expostos no Museu de Arqueologia. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016. 3ª Imagem: O sacrário. Fonte: Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde, Cidade da Praia. (s.d.).

O sacrário que identificamos no "Dossier Cidade Velha", no Arquivo Histórico de Cabo Verde, cidade da Praia, a 3ª imagem da figura 123, que não está datado, pertencente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, é semelhante a que está exposta no Museu arqueológico da Praia, mas seria preciso uma análise mais aprofundada para se afirmar que é o mesmo elemento. Este sacrário, pertencente provavelmente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, será um dos mais antigos da Freguesia do Santíssimo Nome.

Sugerimos que o valor cultural destas peças seja recuperado e que se lhes dê dignidade, o destino merecido, fazendo parte do Museu de Arte Sacra, que deverá acolher todos os bens culturais religiosos. Que seja criado o mais breve possível. O local onde se encontram estes bens actualmente não é o mais recomendado. Estes bens devem ser correctamente conservados e mais dignificados, até à criação de um museu para a Arte Sacra.

2.1.11.3. Elementos e adornos relacionados com a endumentária das armadas, adornos, objectos relacionados com a religião católica, e outros, dispostos no Museu de Arqueologia da Cidade da Praia.

No Museu Arqueológico identificamos ainda outros bens:

Na expositor "Especial Ouro", identificamos vários objectos religiosos em ouro maciço, o que revela o quanto o cristianismo se arreigara e era importante na sociedade da época. Apresentamos imagens de fios de ouro, fios de ouro com as respectivas medalhas, providas de pedras preciosas, um fragmento de um fio de ouro, braceletes, caixas de pó para senhora, na figura 124.



Figura 124 - Peças em ouro da vitrina "Especial Ouro" e respectivas descrições. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Destes sobressai uma medalha em forma de cruz, em ouro maciço, que apresenta motivos de decoração em esmeraldas e diamantes, revelada na figura 125, descoberta por acaso, próximo do local do naufrágio do navio Guadalupe, na ilha da Brava. Mantém ainda as esmeraldas mas desapareceram três dos diamantes.

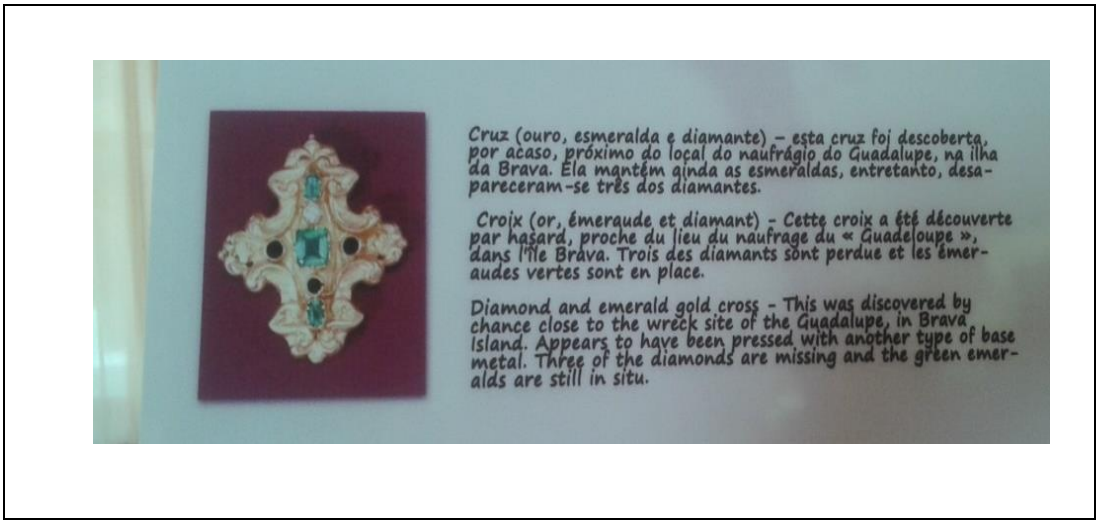


Figura 125 - Medalha em ouro que apresenta esmeralda e diamantes. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia, a 9 de Dezembro de 2016.

Um sino de prata maciça, usado provavelmente nos salões de acolhimento de passageiros, faz parte do expositor "Especial Prata"(figura 126). Na tabuleta que acompanha a imagem informa-se que existem algumas controversas quanto à proveniência deste sino. Seria do navio Harwell ou do navio holandes Leijmuiden, dado que este se encontra naufragado num local bastante próximo do primeiro, mas esta hipótese é de se ter em conta porque a parte interna do sino possui o seguinte carimbo – "XXX , da Casa Comercial do Amsterdão, da Holanda". Os sinos eram também usados em salões das instituições religiosas colectivas, como os conventos.



Figura 126 - Sino de prata pertencente ao conjunto de elementos de prata identificados no Museu Arqueológico. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

O expositor especial Marfim apresenta um dos exemplares dos 820 peças de marfim encontrados, pertencentes ao navio Princesa Louisa, que naufragara ao norte da ilha do Maio, na Baixa do Galeão, a 18 de Abril de 1743, quando fazia a rota Inglaterra/Índia. A imagem da figura 127 indica uma das referidas peças encontradas.



Figura 127 - Uma peça de marfim do conjunto de 820 identificados, pertencentes ao navio "Princesa Louisa". Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Do navio "Dromadaire", também naufragado a 19 de Fevereiro de 1762. Este navio de 520 toneladas, da Companhia Francesa da Índia, ia da França para a Índia, e houve 77 perdas humanas. Destacam-se os botões de punho utilizados na armada francesa de entre vários outros objectos de diversas utilidades, mas não se referindo precisamente ao nosso tema. As peças a que nos referimos estão representadas nas imagens da figura 128.



Figura 128 - Peças pertencentes ao navio "Dromadaire", naufragado a 19 de Fevereiro de 1762. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

De navios desconhecidos naufragados na Ilha de Santiago, no ancoradouro da Cidade Velha, entre 1500 e 1750. Desconhecem-se referências destas embarcações, a rota bem como o porto de partida e de chegada, mas as pesquisas subaquáticas realizadas deram a conhecer vários objectos, alguns de grande valor. De entre estes identificamos objectos pertencentes à arte sacra e outros objectos religiosos, representados nas imagens da figura 129: crucifixos e contas de coral, cruzes de bronze, provavelmente portuguesas, que teriam sido usadas para converter escravos africanos ao catolicismo, conforme informações da tabuleta informativa que acompanha o armário expositivo. As contas de coral eram normalmente usadas para confeccionar pulseiras, colares e para adornar vestidos.

Para além destes elementos que interessam ao nosso tema, vários outros utensílios estão dispostos neste expositor, como tigelas para refeições comunais, jarros de cerâmica, cachimbo de cerâmica, garrafas, de fabrico europeu, e manilhas de metal utilizadas para a compra de escravos pelos europeus, representados nas imagens da figura 129.



Figura 129 - Peças pertencentes a navios desconhecidos naufragados na Ilha de Santiago, no ancoradouro da Cidade Velha, entre 1500 e 1750. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Um outro navio que naufragou, S. Francisco, entre 1500 e 1750, em que não se pode encontrar dados acerca do mesmo, identificamos moedas de prata, vários objectos de uso comum, tigelas, pratos, cachimbos, um relógio, e apresenta também, um tampão e balas de canhão. Neste expositor identificamos um castiçal, que não está referenciada na respectiva tabuleta, e portanto não apresenta nenhuma descrição, mas seria de latão e

utilizada como porta velas e objectos, adornos de vestuários da armada, representadas na figura 130. Estes elementos demonstram quão vasta era a mercadoria que circulava, na época, pelas possessões europeias.

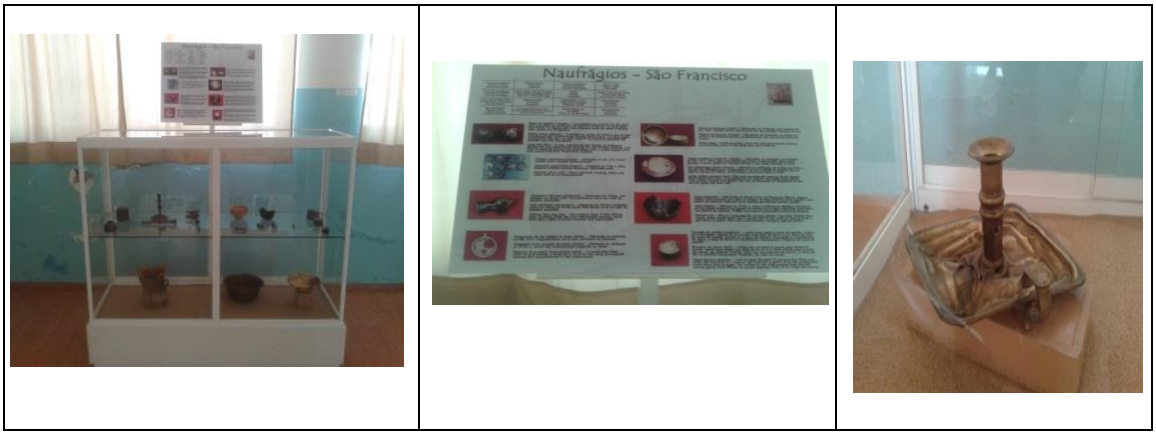


Figura 130 - Peças pertencentes ao navio S. Francisco (entre 1500 e 1750). Fonte Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

O navio Princes Louisa, naufragado a 16 de Abril de 1763, na Ilha do Maio, Cabo Verde, da Companhiadas Índias Holandesas, tinha a rota, Londres/Rambery, naufragou tendo havido 74 perdas humanas. Identificamos um fragmento de um pendente em ouro maciço, que se apresenta na tabuleta, ao lado de um botão de punho em ouro maciço, revelados nas imagens da figura 130.



Figura 131 – Peças pertencentes ao navio "Princes Louisa", naufragado a 16 de Abril de 1763, na Ilha do Maio, Cabo Verde. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Do navio "The Yorktown", de 566 toneladas, que naufragou a 6 de Setembro de 1850, na ilha do Maio, com a rota USA /Costa Ocidental da África, em que não houve perdas humanas, estão expostos vários objectos, uma roldana, uma seringa, usada provavelmente por um médico-cirurgião, uma tampa de cilindro de pólvora, provavelmente, um fragmento de bainha de espada, objectos em cerâmica, vasos e recipientes, em que se destacam as colheres de prata e fragmentos de um garfo de prata, com a inscrição " FRAILEY", talvez de um fabricante, e que seriam, provavelmente usados por um oficial do navio USS "Yorktown. As imagens da figura 132 revelam as peças encontradas neste navio, durante as pesquisas realizadas.

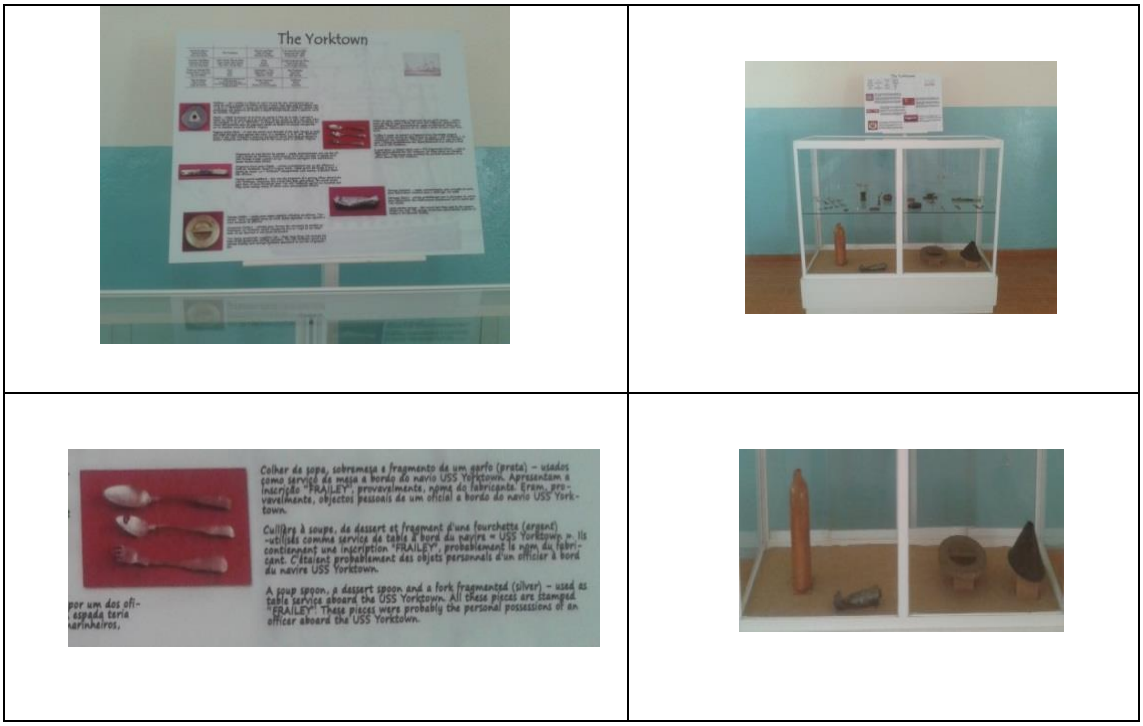


Figura 132 – Peças do navio "The Yorktown", de 566 toneladas, que naufragou a 6 de Setembro de 1850, na ilha do Maio. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Temos ainda a considerar o navio "Lady Burges", da companhia da Índia Oriental Inglesa, que tinha a capacidade de 820 toneladas, que naufragara a 20 de Abril de 1806, com a rota Inglaterra a Madras, na Índia, tendo tido 66(?) perdas humanas, provavelmente. Além de um emblema de latão usado pelos oficiais ingleses, moldes de balas para mosquete e pistola, garrafa de vinho do Porto cheia, um almofariz de vidro usado na fabricação de especiarias e medicamentos, um almofariz em bronze, um marcador de ângulos de navegação em latão, uma placa de bagagem em latão e um telescópio de latão, a tabuleta que acompanha a vitrine apresenta uma estatueta em latão que perdeu a sua base, e que era geralmemte banhada me ouro ou prata, fabricada provavelmente em Inglaterra, sendo uma das mercadorias mais procuradas na época, apresentada na figura 133.

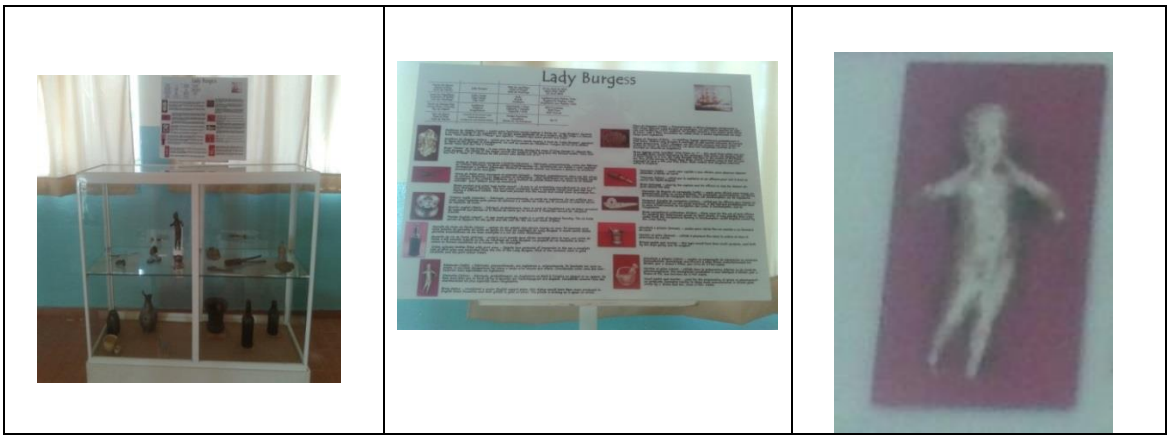


Figura 133 - Peças do navio "Lady Burges", da Companhia da Índia Oriental Inglesa que naufragara a 20 de Abril de 1806, com a rota Inglaterra / Madras, na Índia. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

2.1.11.4. Outros elementos identificados no Museu de Arqueologia da Praia.

No canto direito do Museu de Arqueologia, estão dispostos várias vasilhas e jarros de cerâmica, revelados nas imagens da figura 134, que foram recuperados durante as pesquisas subaquáticas efectuadas até à presente data.



Figura 134 - Vasilhas e jarros de cerâmica, recuperados nos portos onde navios naufragaram. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

No canto esquerdo da sala de exposições do Museu Arqueológico em causa, estão dispostos canhões e peças de artilharia, balas, identificadas na tabuleta "Canhão", onde se encontram as respectivas descrições técnicas, como se pode observar nas imagens da figura 135.







Figura 135 - Canhões e peças de artilharia recuperados no porto. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Meseu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

2.1.11.5. Elementos culturais dispostos no Museu de Arqueologia da Praia que se relacionam com a colonização das ilhas de Cabo Verde.

Além destes elementos relacionados à religião e à Arte Sacra, outras peças, também valiosas, estão expostas nesta sala contígua ao salão museu: destacamos uma panela de cobre, representada nas imagens da figura 136.



Figura 6 - Panela de cobre que servia provavelmente para cozer alimentos para os escravos que eram transportados para as colónias. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda no Museu de Arqueologia a 9 de Dezembro de 2016.

Esta panela, pelo seu tamanho, serviria provavelmente para cozer alimentos para os escravos que eram transportados para as colónias e foi encontrada durante as pesquisas subaquáticas empreendidas em Junho de 1999, no antigo ancoradouro da Cidade Velha, conforme a descrição da tabuleta que a acompanha.

Os elementos, representados no Museu Arqueológico da Praia, evidenciam a importância religiosa da Cidade Velha e do seu porto esclavagista, onde transitavam bens de consumo dos quatro continentes, Europa, África, Américas e Ásia.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga ainda de pé na Cidade Velha, reveste-se de grande interesse histórico, cultural e religioso, como se pode constatar pelo exposto neste capítulo. É salutar que mais trabalhos de investigação acerca de vários temas específicos, que se relacionam com a história, cultura e a religião desta igreja e da Cidade Velha sejam realizados, de modo a se aprofundar os vários aspectos

relevantes das mesmas. O documento Proposition d'Inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial[905]escreve assim, acerca da igreja de Nossa Senhora do Rosário:

> *"L'église Notre-dame do Rosário est certainement le plus ancien bâtiment de Ribeira Grande encore sur pied et renferme un des rares exemples d'architecture gothique en Afrique subsaharienne (coupole de la chapelle latérale). Cette splendide chapelle de style manuélin constitue l'élément fondateur de l'église. Sa clef de voûte possède une estampille représentant la croix de la couronne royale portugaise. L'église, don't le corps principal a été construit dès 1495, repose sur un promontoire qui domine la rue Carrera. Cette église n'a jamais perdu sa vocation et rassemble toujours la population de Cidade Velha pour les messes hebdomadaires. Son état de conservation est exceptionnel"*[906].

Os abjectos de Arte Sacra, pertencentes a esta igreja, que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça, estão bem conservados e são utilizados nas missas, sendo que os mais preciosos são utilizadas apenas nas sessões mais importantes, como por exemplo, nas ordenações. Os que se encontram no Salão Paroquial e que fazem parte do conjunto antigo da respectiva paróquia, imagens de santos, sendo uma em madeira, necessitam de uma intervenção, a fim de serem restaurados, para deste modo poderem testemunhar quão pias eram, e também, podendo servir como símbolos da religiosidade da época.

2.1.12. Arte Sacra de outras igrejas - O cálice de Lançarote Esteves.

Um cálice-custódia, **"O Cálice de Lançarote Esteves",** da época manuelina, faz parte do conjunto de elementos da Arte Sacra da igreja católica de Cabo Verde. É um elemento de grande importância e interesse, pelo que refrimo-nos à sua origem e história, e apresentamos a descrição do mesmo.

[905] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Propositido d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[906] Ibidem

2.1.12.1. Descrição do cálice de Lançarote Esteves.

O Cálice de Lançarote Esteves é de ouro maciço e do tempo de D. Manuel, rei de Portugal. Este cálice, representado na figura 137, pertence ao património da igreja matriz da Ribeira Brava, S. Nicolau. O jornalista, Kim - Zé Brito, entrevistou o pároco e o sacristão da igreja em causa e apresentou um artigo acerca deste cálice, a 30 de Abril de 1999.



Figura 7 – Cálice-custódia da Igreja da Ribeira Brava – Ilha de S. Nicolau. Fonte: Património - Igreja da Ribeira Brava. Magazine – Jornal a SEMANA, 30 de Abril de 1999.

Do artigo, destacamos a descrição do cálice. Este cálice é artisticamente esculpido da base à haste. Tem a seguinte inscrição: *"Por este Cálice deu Lançarote Esteves por sua alma".* Usa-se exclusivamente nas celebrações mais relevantes para não cair na vulgaridade.

Segundo o artigo em alusão, ninguém sabe ao certo a verdadeira origem deste cálice em ouro, nem como foi parar nesta igreja. Entrevistado pelo jornalista que escreveu o artigo, o padre Alexandre, disse estranhar a presença de uma obra-prima, como este cálice, que se acompanha apenas de uma nota descritiva, na igreja onde é pároco: *"É estranho, por isso mais difícil identificar a sua história, quanto mais sem documentos de suporte, a não ser uma nota descritiva"*[907]. Disse ainda duvidar se o Vaticano tenha conhecimento da existência deste cálice, para que podesse colaborar na sua identificação. Refere ainda que, na época, o Bispo da igreja católica de Cabo Verde, D.

[907] Património - Igreja da Ribeira Brava. Magazine – Jornal a SEMANA, (30 de Abril de 1999).

Paulino Évora, poderia autorizar uma pesquisa a este cálice, pois, o resultado deste estudo poderia ajudar a identificação do mesmo, que é considerado uma obra-prima e única do género, em Cabo Verde, a mais perfeita criada no tempo de D. Manuel. Refere ainda que o estudo dissiparia muitas interrogações, atribuindo-se uma *"maior transparência a esta obra-prima",* adiantou o jornalista do artigo. Alude ainda que o sacristão desta igreja, António Livramento, revelou que este cálice foi avaliado a 500 contos, em 1995, *"no tempo de Craveiro Lopes, marechale"* e que o Presidente da República, Aristides Maria Pereira, durante uma visita a esta igreja, considerou que este cálice *"é um património que tem um valor incalculável, principalmente pelo seu valor artístico e pelo seu sentido religioso",* pois nele foram esculpidos, detalhadamente, símbolos evangélicos, como a paixão de Cristo, para além de adornos em cada ponto do mesmo[908].

A nota descritiva encontrada também nesta igreja, não se referindo à proveniência da mesma, apresenta a seguinte descrição do cálice em referência:

" ... tem seis figuras de relevo na base: Nossa Senhora, Santiago Maior, S. João Evangelista; S. Salvador do Mundo, S. Pedro e S. Paulo. No centro, à volta da haste estão dispostos seis baldaquinos de estilo gótico e ladeados por seis fustes. À volta do copo, por baixo da inscrição, dispõem-se seis anjos em relevo, ostentando instrumentos da Paixão de Cristo: cravos, esponja, coroa de espinhos, cruz, coluna, azorrague"[909].

A concluir o artigo, o jornalista alude que este cálice é adorado e respeitado pelos fiéis em S. Nicolau, sendo possível que um dia seja colocado num futuro Museu de objectos religiosos a ser construído em S. Nicolau, avançando que o padre Alexandre, pároco da então vila, admite que isso seria com a condição de ser identificado como objecto sagrado, de modo que o visitante visse nele não apenas um objecto bonito.

Procuramos decifrar a origem deste cálice, como teria sido levada a S. Nicolau, e a possível identidade de Lançarote Esteves, o que nos trouxe mais luzes acerca deste elemento pertencente ao património sacro de S. Nicolau. Apresentamos as informações

[908] Ibidem
[909] Ibidem
Património - Igreja da Ribeira Brava. Magazine – Jornal a SEMANA, (30 de Abril de 1999).

obtidas na pesquisa que foi possível fazer no âmbito deste trabalho, e ficamos com a percepção de que muito mais seria de descobrir, num trabalho em que se ocupasse mais especificamente deste cálice.

2.1.12.2. A origem do cálice da igreja de S. Nicolau.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[910], juntamente com a troca de correspondência entre o Governador Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, os pareceres dos engenheiros e arquitectos da Direcção Geral do Urbanismo e Comunicação, os despachos do Ministro do Ultramar, e do seguimento dado a estes na então Província de Cabo Verde, acerca de propostas para a restauração da Fortaleza, identificamos um documento dactilografado, com anotações a caneta de tinta que, para além de indicar na primeira linha a frase "declaração da cidade Velha a Monumento Nacional pela portaria 1921/22 (numa anotação a caneta escreveu-se acima desta frase, – Igreja de Nossa Senhora do Rosário), e descreve-se, a seguir, as actividades (construções/reparações) que se deviam efectuar nesta igreja, dando também informações acerca de elementos pertencentes aos bens culturais, nomeadamente os religiosos. De entre os bens anotados, de que já fizemos referência, consta um cálice. Acerca deste, são dadas as seguintes informações que trancrevemos:

"O cálice de Lançarote era da Sé da cidade Velha e foi encontrado numa arca antiga com vários paramentos, a prata foi mandado fazer uma banqueta D. João V que tem 27 Kg e que está aqui (?) – S. Tiago – e a cruz era de uma banqueta que foi para Lisboa e que posteriormente foi amoldado ueta actual"[911].

Foi portanto identificado um cálice, nomeado no documento em causa por *"O Cálice de Lançarote*" e informa-se que era pertença da Sé da Cidade Velha, e tinha sido encontrado numa arca antiga, juntamente com vários paramentos, mas o autor, não

[910] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[911] Património - Igreja da Ribeira Brava. Magazine – Jornal a SEMANA. (30 de Abril de 1999).

identificado, não se refere ao local ou edifício religioso onde foi encontrada a arca. Dado que a pia baptismal da Sé encontra-se na igreja de Nossa Senhora do Rosário, a única da cidade em funcionamento, provavelmente o referido cálice estivesse ali também, nesta data.

Tudo leva a crer que neste documento se pretendia anotar os bens da igreja católica existentes na altura. Não pudémos desvendar os motivos desta iniciativa pois uma pesquisa aprofundada neste âmbito ultrapassaria o nosso objectivo, e a procura de documentos nesta área levaria algum tempo. No entanto, deduzimos que seria provavelmente um inventário mandado fazer, quando era governador Silvino Silvério Marques, já em plena República, em que se separaram os bens do Estado Português dos bens da igreja católica.

A prata referida seria também um bem da igreja, segundo o documento em causa, provavelmente o resultado de doações e outras da igreja católica. Da prata se fizera uma banqueta, a banqueta D. João V, de 27 kg, que se encontrava no mesmo local, referido como “aqui”, em S. Tiago. Pressupomos que estivesse provavelmente na Cidade Velha, mas não foi definido o local. Refere também o mesmo documento, a uma cruz de uma banqueta, que se tinha enviado a Lisboa, e que se amoldara à que se encontrava no mesmo local. Identificamos uma banqueta D. João V na igreja de Nossa Senhora da Graça que pertencera à Igreja de nossa Senhora do Rosário que corresponderá, a uma delas, provavelmente à primeira, a banqueta D. João V, mandada fazer com a prata aludida no documento em estudo, mas não tendo uma cruz amoldurada, não seria portanto a que recebeu a cruz da que foi enviada a Lisboa. São portanto 2 banquetas referidas no documento em causa, uma que estava em Santiago e a que foi enviada a Lisboa, mas apenas identificamos uma, a que pertence à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, já analisada, e que se encontra actualmente na igreja de Nossa Senhora da Graça.

O documento que analisamos, não se refere ao local onde se encontrava naquela época, apenas refere que a banqueta D. João V encontrava-se em Santiago, bem como uma cruz pertencente a uma banqueta enviada a Portugal que fora amoldada à banqueta

actual. Existia portanto uma banqueta D. João V em prata, em Santiago. Não pudémos ter acesso a documentos que informassem acerca do local ou igreja onde se encontram actualmente a outra banqueta, ou se foi enviada a outras igrejas, nas ilhas ou no território continental, e se a que se enviou a Lisboa, tivesse regressado ao ponto de partida, ou à igreja de Nossa Senhora da Graça.

Este cálice em causa, seria provavelmente ofertado, por Esteves Lançarote, à Sé. Não identificamos nenhum documento que comprovasse esta hipótese mas, pela associação da data do início da construção da Sé em S. Nicolau, 1888, a sua consagração, 1898[912], provavelmente teria sido levada nesta ou após esta data, no momento da ida do Bispo para a ilha referida. A sede do bispado foi transferida pelo bispo D. Faustino Moreira Santos para a capital, Cidade da Praia, em 1943/1944, onde passou a sediar-se o poder político-administrativo. Os bens da Sé Catedral, estando em S. Nicolau, deviam ser transferidas também para a igreja da Nossa Senhora da Graça, a nova sede do bispado. Não dispomos de informações que expliquem a razão da permanência do "Cálice de Lançarote" na igreja de S. Nicolau, onde se encontra ainda, na presente data. Caso ela tenha sido transferida à igreja de Nossa Senhora da Graça nesta altura, 1943/1944, teria sido levada novamente a S. Nicolau numa outra data, que não pudémos descortinar.

2.1.12.3. Quem era Lançarote Esteves.

Nas ordenações do rei D. Afonso V[913] (1786), na página 387, na rúbrica, *"Das arrematações que se ham-de fazer etc"*, identificamos uma personalidade com o nome de Lançarote Esteves, Doutor, que desempenhava o cargo de Juiz dos feitos d'el Rei, juntamente com o Doutor Gomes Martins, ambos presentes na cerimónia da leitura desta ordenança, (que tinha sido já publicada), D. Fernando Rodrigues, mestre da cavalaria de Avis e outros homens bons, nomeadamente o ouvidor da rainha, o desembargador de D. Fernando e dois licenciados. Foi escrivão, João Fernandes. O acto acontecera a 12 de Maio de 1444. A ordenação tinha sido feita em Santarém, nos paços

[912] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..
[913] Ordenaçoens do senhor rey d. Affonso v. 5 livros. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 10.14.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=APhztsL08nQC

do Bispo de Lisboa, que ficava fora da cidade, onde se encontrava sediado o rei, nesta altura. Foi redigida e publicada por Álvaro Gonçalves, *"chanceler mor do dito senhor"*. O assunto estava relacionado a uma contenda e sua resolução pela aplicação da lei vigente (*Das execuçoens que se fazem per a sentença*). Uma outra informação é-nos dada na lista dos Reitores dos séculos XIII a XVI da Universidade de Coimbra[914] onde consta que em 1384-86, uma personalidade de nome Lançarote Esteves, foi reitor desta Universidade, bem como em 1390. Outros documentos desta universidade fazem alusão a Lançarote Esteves[915].

Pelas datas, é mais provavel que a primeira personalidade seja a que provavelmente corresponda à personagem a que nos aludimos. Seria Lançarote Esteves uma personagem afecta aos serviços do rei durante as descobertas e a colonização e como tal, teria ofertado o cálice a uma igreja da Cidade da Ribeira Grande? Não identificamos documentos que comprovem esta hipótese, mas deduzimos que haveria uma relação forte entre esta personagem e o poder, e entre esta personagem e a igreja católica de Cabo Verde. As Crónicas de Zurara[916] aclaram este facto. No Capítulo XLIX, sob o título "*Comment Lançarote et les autres de Lagos demandèrent à l'Infant l'autorizations d'aller à la Guinée"*, nos idos anos quinhentos, faz-se alusão a Lançarote:

> *"Vous devez donc savoir que Lançarote, ce chevalier dont nous avons déjá parlé et qui était receveur des droits royaux à Lagos, alla, en compangnies des juges, de l'alcaide et des officiers municipaux, trouver l'Infant au nom de tous les notables de cettte ville et qu'íl lui parla en ce termes: (…)*
> *"Lançarote, ce chevalier dont nous avons déjá parle et qui était receveur des droits royaux à Lagos, alla, en compangnie des juges, de l'alcaide et des officiers municipaux, trouver l'Infant au nom de tous les notables de cettte ville et qu'íl lui parla en ce termes (…)*[917].

[914] Universidade de Coimbra - História - Reitores dos séculos XIII a XVI. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em: www.uc.pt › Sobre Nós › História

[915] Ler acerca deste assunto:
Colecçam dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da ... . [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em:https://books.google.cv/books?id=BizaWu5K6eYC; Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=j6JFAAAAcAAJ.; Jornal de Coimbra. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=OWlEAAAAcAAJ

[916] ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453)*. (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994.

[917] Ibidem

Lançarote era pois, cavaleiro e recebedor dos direitos do rei em Lagos, cidade do sul de Portugal[918] e, acompanhado de juízes, do alcaide e de oficiais municipais, encontrara-se e reunira-se com o rei, em nome de todos os notáveis desta cidade. Esclarece-se assim não só as funções de Lançarote como também o seu prestígio na cidade, dado que desempenhava esta função em nome de todos os nobres que depositavam nele pois, confiança plena. Percebe-se assim, a acção deste durante as viagens da descoberta e ocupação das ilhas atlânticas de Açores e da Madeira, da costa ocidental africana e de outras ilhas desta, contribuição que provavelmente teria continuado durante o século XV, até à descoberta e ocupação e exploração das Ilhas de Cabo Verde, descobertas em 1460/62.

Descrevem-se nestas Crónicas todas as situações vividas pelos portugueses na costa africana, entre o cabo Branco e o cabo de Tira, as perdas humanas e sobretudo a de Gonçalo de Sintra (morto na ilha de Naar que é vizinha da ilha de Tider) e, dado que os Mouros da ilha de Tira podiam perturbar os navios portugueses, Lançarote solicita ao rei a sua graça para armar navios contra estes, seja matando-os ou capturando-os, enfraquecendo a sua força e o seu poder, de tal maneira que os navios do rei pudessem navegar em todas as paragens sem nenhum estorvo (ZURARA, 1994, 160 -161). E acresce-se ainda que, se Deus conduzisse aquela empresa até à vitória, poderiam não somente destruir os inimigos, mas também fazer grandes valores em capturas graças à qual, o direito ao quinto do Rei, lhe traria grandes rendimentos e a eles, a sua parte da riqueza. Pedem autorização ao rei para encetarem a viagem durante o verão, que seria o tempo mais favorável [919].

No capítulo LIII, com o título "*Comment Lançarote tint conseil au cap Blanc"*ficamos a saber que Lançarote reúne-se com a tripulação, em conselho, no cabo Branco, o que revela a sua função de grande responsabilidade durante a expedição. Lançarote, devido à falta de notícias de Lourenço Dias e sua caravela que faziam parte da expedição à ilha de Tider, reúne toda a tripulação das nove caravelas restantes na praia, em cabo Branco,

[919] ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453).* (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994, p. 160 -161

a fim de aconselhar os membros da tripulação, orientá-los e organizar os mesmos para o prosseguimento da expedição[920].

Lançarote desempenha nesta fase dos empreendimentos das descobertas uma posição de grande proeminência e responsabilidade, chamando os navegadores portugueses à razão, pelo que desempenharia também um cargo de confiança do rei, a quem deviam obedecer.

Mais à frente, no capítulo LVIII com o título "*Des paroles que prononça Lançarote"* há alusão expressa de que Lançarote era capitão de uma expedição que, tendo perdido alguns mouros capturados, pretendia ir à vila de Tira para os deter e levar para a caravela:

> *"Le lendemain, tous les principaux étant rassemblés sur l'ordre du capitaine, comme on vous l'a déjá dit, et même tous les autres qui voulurent s'approcher, Lançarote dit: Puisque l'Infant notre maître a daigné me faire votre capitaine, d'ailleurrs selon votre plaisir et votre volonté, et que, pour cette raison, je represente ici sa persone, je vous remercie en son nom de toute la peine et de toute bonne volonté que j'ai vues chez vous tous en cette entreprise à laquellle vous êtes venus pour son servisse ....[921]"*

A expedição à ilha de Tider foi bem sucedida e Lançarote reúne-se com os outros (Soeiro da Costa, Vicente Dias, armadores, Gil Eanes, Martim Vicente, o piloto e João Dias, armador) para a divisão dos bens apreendidos, e para que cada um seguisse o caminho que bem quisesse. Estes pretendiam regressar a Portugal. Lançarote porém não pretendia regressar a Portugal com tão pouco. A este havia sido confiado o comando dos navios pelo Infante D. Henrique, nesta expedição[922].

---

[920] ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453*). (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994, p. 167.

[921]ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453).* (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994, p. 178 -179.

[922] ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453*). (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994, p. 318.

No capítulo LIX cujo título *é "Des paroles que prononça Gomes Pires et commment ils allèrent au pays de Guiné",* Gomes Pires expressa a sua intenção de ir à Guiné e ao rio Nilo (rio Senegal) a quem se junta Lançarote, dizendo que já tinha essa ideia, que era a sua principal intenção. Prosseguiram a viagem os seis, sendo um deles o mercador Vicente Dias. Chegaram ao país dos negros e ao rio Nilo, o braço africano do rio Nilo, (rio Senegal) como se acreditava na época. Lançarote e Álvaro Freitas e também Vicente Dias, apresionam mouros nas Canárias prosseguindo a expedição[923]. Mais tarde, regressam a Portugal.

Pelo exposto fica claro que Lançarote fazia parte da tripulação que explorava a costa ocidental africana, o que pressupõe que provavelmente teria também estado em Cabo Verde, e teria participado da ocupação e povoamento destas ilhas. Esta hipótese explicaria a existência do cálice com a inscrição *"Por este cálice deu Lançarote a sua alma",* frase que pressupõe também, que teria bebido deste cálice, na hora da sua morte. Não obtivemos nenhuma informação acerca da morte deste e não sabemos se teria falecido em Ribeira Grande, onde se localizava provavelmente o cálice em estudo, mas o resultado das nossas pesquisas serviram para aclarar mais a questão. Ou teria ofertado o cálice para a salvação da sua alma, outra hipótese também plausiva …?

A escolha da ilha de S. Nicolau para sede do Paço Episcopal e sede do Bispado a partir de 1867, poderá também estar relacionada com o cálice. O Cálice teria sido levado provavelmente para esta igreja, quando a Sede do Bispado modou-se para S. Nicolau, e aí teria permanecido quando a mesma foi transferida para a Cidade da Praia. A este propósito, o Bispo Dom Ildo Fortes, no acto de reconhecimento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Ribeira Brava (S. Nicolau) como Antiga Sé Catedral, disse: *"Foi de facto nesta ilha que, tendo acolhido os bispos a partir de 1786, mais tarde o Paço Episcopal e sede do Bispado a partir de 1867, se viria a edificar esta Igreja que serviria da Sede do Bispo, Sé-catedral do bispado de Santiago de Cabo Verde que abrangia as costas da Guiné [...]"*. E acrescenta que *"suportada por uma fundamentação científica, cuja produção esteve a cargo dos eminentes professores*

923 ZURARA, Gomes Eanes de - *CHRONIQUE DE GUINÉE (1453*). (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994, p 195 - 197.

Lopes Filho e Baltazar Neves, provou-se que de facto, em 8 de Maio de 1898, o templo de N.ª Sra. do Rosário, foi consagrado como Catedral da diocese, pelo bispo, D. Joaquim Augusto de Barros"[924].

A igreja de S. Nicolau foi Sé e acolheu bispos a partir de 1786, bem como os bens da Sé.

2.1.12.3.1. A banqueta D. João V.

Além do cálice de Lançarote em causa, o documento[925] refere-se também à prata de que se tinha mandado fazer uma banqueta de estilo D. João V, de 27 kg, que se encontrava na altura, provavelmente, na ilha de Santiago, e a uma cruz que pertencera a uma banqueta enviada a Lisboa, que posteriormente tinha sido amoldado a esta.



Figura 138 – 1ª Imagem: Banqueta estilo D. João V, em madeira entalhada, com 4 pés de garra com bola e assento revestido a tecido lavrado em tom bordeaux, com 46 cm de altura e 46 cm de diâmetro[926]. 2ª Imagem: Banqueta D. João V, um outro modelo[927].

D. João V, o magnânimo, teve um reinado de muito esbanjamento, pelo que os bens da coroa provenientes das possessões em África e no Brasil eram desperdiçadas, sobretudo

[924] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..

[925] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[926] Fonte: Banqueta estilo D. João V estofada em veludo brocado, c..Lote 118 - Banqueta estilo D.João V, em madeira entalhada com 4 ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 30.06.2016]. www.ernanileiloeiro.com.br/peca.asp?ID=19785&ctd=221&tot=854&tipo=.

[927] Fonte: Lote 118 - Banqueta estilo D.João V, em madeira entalhada com 4 ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 30.06.2016]oportunityleiloes.auctionserver.net/view-auctions/catalog/id/505/lot/126787/?url...

devido a doações ao Papado[928]. Compreende-se pois a existência de um estilo próprio deste reinado, de que a banqueta D. João V seria um exemplar. Nas imagens da figura 138 estão patentes dois modelos de banqueta D. João V. O exemplar existente actualmente na igreja de Nossa Senhora da Graça, a que nos referimos já, assemelha-se ao primeiro modelo. Sendo esta banqueta da igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi referida no documento que analisamos e, teria sido enviada também à igreja de S. Nicolau, provavelmente quando a sede do bispado se modou para a ilha de S. Nicolau, e mais tarde à igreja de Nossa Senhora da Graça, aquando da mudança da sede do bispado de S. Nicolau para a cidade da Praia. O padre Ima (Emanuel Freire) informou-nos que esta banqueta de prata, já analisada, encontra-se no Bispado de Nossa Senhora da Graça e que raramente se usa nas cerimónias da igreja, apenas em casos muito especiais.

2.1.13. Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – instalação da réplica do púlpito usado pelo Padre António Vieira.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário requereu profundas obras de reabilitação, embora necessárias e urgentes, apenas podem ser feitas gradualmente e por fases, como actualmente fez a Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, devido ao seu elevado custo. Foram realizadas obras na primeira fase de reabilitação, entregues à Diocese no prazo legal, pela Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago[929]. Incluíram a melhoria do piso do átrio envolvente, o arranjo do ajardinamento, a instalação da iluminação eléctrica exterior, a construção do acesso para deficientes físicos e a colocação da réplica do púlpito onde pregou Padre António Vieira no sec. XVII, missionário jesuíta que esteve na Cidade Velha em 1652. O *"cuidadoso e minucioso"* projecto e da construção de uma réplica do púlpito, onde o Padre António Vieira pregou o sermão a S. João Baptista, foi inaugorada pela ex-ministra da Cultura de Portugal, Drª. Gabriela Canavilhas. O púlpito foi ofertado à Cidade Velha pela União das Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) que financiou o projecto. No átrio da

[928] JOSÉ LELLO E EDGAR LELLO - Novo Dicionário Prático Ilustrado. Edição actualizada e aumentada por José Lello e Edgar Lello. Lello e Irmãos – Editores. Porto. 1972.
[929] [0763] Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do ... [Em linha]. 29 de Janeiro de 2016. [Consult. a 10.10.2015]. Disponíevl em: cidadevelha1462.blogspot.com/2016/01/0763-obras-de-reabilitacao-da...

igreja foi colocada uma placa alusiva a este evento, como já referimos[930]. Estes trabalhos melhoraram consideravelmente o pátio exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

2.1.14. Igrejas de interesse turístico de outras ilhas de Cabo Verde.

Em todas as freguesias das dez ilhas habitadas, foram edificadas ermidas, capelas e igrejas durante a época colonial.



Figura 139 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora da Luz, na vila do Porto Inglês, na ilha do Maio[931]. 2ª Imagem. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Sal-Rei, Boavista[932]. 3ª Imagem: Igreja de Achada Bel Bel[933]. 4ª Imagem: Igreja da freguesia de S. Salvador do Mundo, nos Picos, ilha de Santiago. 5ª Imagem. Igreja do Rabil, Ilh a da Boa Vista[934]. 6ª Imagem: Igreja de S. João Baptista, Fundo das Figueiras, Boavista[935]. 7ª Imagem: Ruínas da igreja de Nossa Senhora de Fátima, na Boavista[936]. 8ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Brava, em S. Nicolau[937].

[930] Ibidem
[931] Fonte: Ilha do Maio Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: topicos123.com800 × 533Pesquisar por imagens. Vista duma bela e antiga igrejaIlha do Maio Cabo Verde.
[932] Fonte: Lusophonie. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.ascpl.info450 × 300.
[933] Fonte: São Salvador do Mundo (Santiago) – Wikipédia, a enciclopédia livre. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: pt.wikipedia.org3264 × 2448Pesquisar por imagens. Igreja de São Salvador do Mundo, em Picos.
[934] Fonte: Images of the Cape Verde islands by photographers Pitt Reitmaier and Florian Duermer. Fonte: [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: : www.cabo-verde-foto.com/Foto-Display-1-e.aspx?ID.... 800 × 533.
[935] Fonte: Panoramio - Photo of Igreja de São João Baptista, Fundo de ... Fonte: [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.panoramio.com1024 × 683.
[936] Fonte: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Boavista - Cabo Verde.Cabo Verde, Ilha da Boavista – Exótica – Vastos areais, dunas ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.caboverdesite.com727 × 367.
[937] Fonte: antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]…..

De entre estas destacamos a Igreja de Nossa Senhora da Luz, na vila do Porto Inglês, na ilha do Maio, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Sal Rei, na ilha da Boavista, a Igreja de Achada Bel Bel, na ilha de Santiago, a Igreja do Rabil, Ilha da Boa Vista, a Igreja de S. João Baptista, em Fundo das Figueiras, Boavista, a igreja de nossa Senhora de Fátima, localizada na mesma ilha, a igreja de Nossa Senhora da Luz, que fica na vila do Porto Inglês, na ilha do Maio, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Brava, em S. Nicolau, representadas na figura 139. As ruinas são igualmente visitadas por turistas.A s principais vilas foram promovidas a cidade, como a vila de S. Filipe, a vila do Porto Inglês, a vila de S. Isabel, a vila da Ribeira Grande de S. Nicolau, a vila de S. Salvador do Mundo, pelo que estas igrejas passaram a ter maior protagonismo e importância, visto que passaram a ser igrejas dos novos centros urbanos, as novas cidades, que estão a ser infra-estruturadas e equipadas, com estruturas sociais próprias das cidades.

A igreja de Nossa Senhora da Graça, igreja Matriz da cidade da Praia, sede actual do bispado, uma pró-catedral, representada na primeira imagem da figura 139*, " foi concebida segundo uma planta em cruz latina"* e foi edificada entre 1894 e 1902. *"Hoje o seu valor, enquanto património histórico construído, resulta da beleza estética que empresta ao centro histórico ds cidade ou Plateau, inserindo-se, de modo harmonioso, no contexto de todo conjunto aí edificado"* (GOMES , 2010, 203)[938]. De destacar, nesta igreja, o altar, em que estão representados, a imagem da Nossa Senhora da Graça, que merece grande devoção dos citadinos, a imagem da Nossa Senhora de Fátima, e a do Sagrado Coração de Jesus, o painel pintado que representa a Ascensão de Cristo aos Céus que enquadra a imagem do Sagrado Coração de Jesus e o painel pintado representando a Assunção da Santa Padroeira, que enquadra a imagem da Nossa Senhora de Fátima, bem como o *Throno* onde se encontra a imagem de Cristo Cruxificado (GOMES, 2010, 203 - 237). É uma construção de influência tardo-barroca e neoclássica, exprimindo o romantismo arquitetónico (GOMES, 2010, 238).

[938] GOMES, Lourenço - *Urbe, memória e crítica da arte (Centro histórico da praia – Extremo Sul (de 1840 à actualidade).* Colecção Memória & Património. Edições da Uni-CV. 2010.



Figura 140 – 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora da Graça[939]. 2ª Imagem: Igreja de S. Salvador do Mundo, Tarrafal, S. Tiago[940]. 3ª Imagem: Igreja de S. Filipe, S. Filipe, ilha do Fogo[941]; Interior desta igreja[942]. 3ª Imagem: Igreja da Nossa Senhora da Conceição - Boavista[943].

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição[944] é uma igreja situada nas imediações de Povoação Velha, na Ilha da Boavista, em Cabo Verde, na base da encosta ocidental da chamada Rocha de Estância. Foi construída em 1828, sobre as fundações de uma capela mais antiga, datada de 1680. No seu interior, o coro encontra-se pintado de forma muito colorida, apresentando numerosas pequenas imagens de santos. A Igreja do Maio é uma das mais belas e antigas igrejas da ilha[945]. O interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em S. Filipe, na ilha do Fogo, ostenta um altar - mór decorado com gosto, nesta ilha, onde os descendentes de portugueses mantinham-se no topo da hierarquia social, no início da colonização portuguesa das ilhas de Cabo Verde. A Igreja dos Picos ostenta duas torres laterais na fachada principal, como se pode constatar também pelas imagens da igreja do Maio, de Santa Isabel na Boavista, a igreja de S.

[939] Fonte: File: Praia-Igreja Nossa Senhora da Graça (4).jpg - Wikimedia Commons. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: commons.wikimedia.org3648 × 2736Pesquisar por imagens. igreja Nossa Senhora da Graça (4)

[940] O MUNDO DELES – O Mundo Deles é um blog com relatos e dicas de ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: mundodelesblog.wordpress.com370 × 278; e Picos, Uma referência no interior de Santiago. [Em linha].(s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: picos-saosalvador.blogspot.com370 × 278.

[941] Fonte: São Filipe (Fogo) – Wikipédia, a enciclopédia livre. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: pt.wikipedia.org250 × 188Pesquisar por imagens. Igreja Nossa Senhora da Conceição.

[942] Fonte: São Filipe - Cabo Verde Foto Gallery - Photos of Cape Verde. [Em linha].(s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.ecaboverde.com. 125 × 93 - Photos of Cape Verde.

[943] Fonte: Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Cabo Verde) – Wikipédia, a .... pt. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: wikipedia.org5184 × 3456Pesquisar por imagens. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Cabo Verde).

[944] Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Cabo Verde). ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

[945] Fonte: Igreja de S. João baptista (da ilha do Maio). [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: www.panoramio.com/photo/224165

Salvador do Mundo, dos Picos, na ilha de Santiago, de S. Filipe na ilha do Fogo, como se pode verificar nas imagens da figura 139, 140 e 141, bem assim as igrejas de S. Nicolau e de S. Vicente, tal como acontece na maior parte das igrejas do interior das outras ilhas. Consideramos ainda a pitoresca igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Boavista, onde o turismo se desenvolveu nos últimos anos, a par da ilha do Sal. As pequenas igrejas, localizadas nestas ilhas onde o turismo está a ser desenvolvido actualmente, estão em bom estado de conservação, como revelam as imagens da figura 141. Podem ser pontos atractivos para o turismo, se preservadas assiduamente e inseridas em circuitos turísticos.



Figura 141 - 1ª Imagem: Igreja de S. João Baptista[946]. 2ª Imagem: Igreja de S. Maria na ilha do Sal[947]. 3ª Imagem: Igreja de Pedra de Lume[948]. 4ª Imagem. Igreja dos Espargos, na ilha do Sal[949].

A importância da igreja católica na sociedade das ilhas é visível pela existência também de pequenas igrejas e capelas em todas as freguesias do interior das ilhas maiores, como a ilha de S. Tiago, de S. Antão, do Fogo, de S. Vicente e de S. Nicolau. Estas pequenas igrejas e capelas marcam a paisagem rural e da periferia das cidades, pelo que a sua boa utilização para fins turísticos começa a ser considerado pelos municípios e pelo governo. Esta preocupação vai além das grandes tendências do turismo europeu da década de 90 cujo dinamismo ajudou a criar um melhor ambiente urbano nas cidades[950]. Em Cabo Verde, devido a esta especificidade, no que respeita o turismo cultural e ao turismo rural, com as suas várias valências, pode-se desenvolver estes, e paralelamente, o turismo religioso, em algumas destas ilhas.

[946] Fonte: Igreja de São João Batista (Boa Vista) – Wikipédia, a enciclopédia .... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: pt.wikipedia.org300 × 225Pesquisar por imagens.
[947] Fonte: Vista Aérea Da Praia De Santa Maria No Sal Cabo Verde Cabo Verde ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: pt.dreamstime.com240 × 160.
[948] Fonte: Pedra Lume Salt Crater (Ilha do Sal, Cape Verde): Top Tips Before You Go – TripAdvisor. [Em linha]. (s.d.). [Consult a 15.06.2016]. Disponível em: www.tripadvisor.co.uk550 × 373Pesquisar por imagens.
[949] Fonte: Cabo Verde fotos, galeria de Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult a 15.06.2016]. Disponível em: www.ecaboverde.com550 × 366Pesquisar por imagens. Espargos - Igreja Católica
[950] OLIVEIRA, Cristina, PINTO, Jorge Ricardo, FERREIRA, Luís (ORGS.) - *Turismo, património e inovação*. Edições afrontamento. 2011.

2.1.14.1. A igreja de Nossa Senhora do Rosário da vila da Ribeira Brava de S. Nicolau.

De entre as igrejas edificadas nas outras ilhas de Cabo Verde, destaca-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário, representada nas imagens da figura 142, localizada em Tarrafal de S. Nicolau, um importante município desta ilha. Esta igreja reveste-se de muita importância pela sua história. A 7 de Outubro, dia em que se comemora a padroeira do Município da Ribeira Brava de S. Nicolau, num acto consumado pelo Bispo da Diocese, Dom Ildo Fortes, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, foi reconhecida pela Diocese do Mindelo como a Antiga Sé-Catedral de Cabo Verde[951].





Figura 120 - 1ª Imagem: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm.. 2ª Imagem: Centro da cidade da Ribeira Brava onde se Localiza a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Câmara da Ribeira Brava oferece placa de mármore à antiga Sé ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: www.jsn.com.cv/.../4516-camara-da-ribeira-brava-oferece-placa-de-marmore-a-antig...

O Bispo Dom Ildo Fortes confirmou, baseando-se numa fundamentação científica[952], dos "eminentes" professores Lopes Filho e Baltazar Neves: «Foi de facto nesta ilha que, tendo acolhido os bispos a partir de 1786, mais tarde o Paço Episcopal e sede do Bispado a partir de 1867, se viria a edificar esta Igreja que serviria da Sede do Bispo, *"Sé-Catedral do bispado de Santiago de Cabo Verde que abrangia as costas da Guiné [...]"* Estes provaram que, de facto, em 8 de Maio de 1898, o templo de Nossa Sra. do

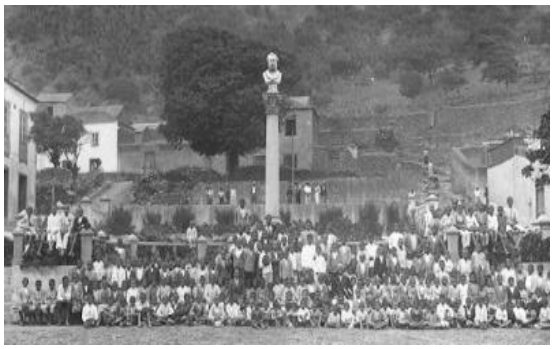
[951] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..
[952] A referida fundamentação científica, esteve a cargo dos eminentes professores Lopes Filho e Baltazar Neves.

Rosário, foi consagrado como Catedral da Diocese, pelo Bispo, D. Joaquim Augusto de Barros. A Diocese de Cabo Verde e Guiné foi criada em 1533, e esteve sempre instalada na antiga Ribeira Grande da ilha de Santiago mas, devido às más condições de salubridade desta cidade, alguns bispos não quiseram residir nela, sobretudo na época das chuvas devido às *"doenças da terra"*. Passaram a residir nas ilhas com melhores condições.

Assim, em 1786, o bispo D. Frei Cristóvão de S. Boaventura, estabeleceu-se em S. Nicolau, solicitando também, a transferência legal dos bispos e do Bispado para a ilha de S. Nicolau. *"Este Bispo, em carta datada de S. Nicolau, em 5/11/1788, endereçada à Rainha, expõe as carências da Diocese e as suas aspirações, sem esquecer de referir a necessidade imperiosa de mudar a sua sede para uma ilha mais salubre"*. Informa assim a rainha que: "*do ardente e doentio do clima são excetuadas quatro ilhas, duas povoadas, a saber: a de S. Antão e de S. Nicolau, e duas não povoadas, a saber: a de S. Vicente e Santa Luzia*"[953]. Na missiva o bispo afirma que havia uma Igreja em S. Nicolau, mas considerou que era indispensável fortalecer a implantação da Igreja nesta ilha, com a criação de novos edifícios de culto. Alerta o bispo que, para a construção de uma Igreja que cumprisse dignamente a missão de Catedral da diocese, podia-se utilizar o espólio de D. Frei Jacinto Valente, que se encontrava então na posse dos administradores da província. Em resposta à sua súplica foi informado que não havia *"ordens para se transferir, nem o governo, nem a Sé de Cabo Verde da ilha de S. Tiago para a de S. Nicolau*", permitindo que o Bispo residisse a maior parte do ano na ilha de S. Nicolau[954]. Esta informação consta da cópia de um "Aviso", expedido ao Bispo de Cabo Verde, a 20 de Outubro de 1803. A Ribeira Brava veio a ser escolhida para a instalação do Paço Episcopal, que foi mandado construir junto à Igreja da Nossa Senhora do Rosário. Consta que, por decisão do Frei Cristóvão, cada família de S. Nicolau deveria colaborar com a dádiva de uma garrafa de azeite de purgueira, cujo lucro final serviria para cobrir despesas várias, a fim de se minimizar os custos da instalação da Sede do Bispado em S. Nicolau.

[953] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..
[954] Ibidem

D. Fr. Cristóvão iniciou a construção de uma nova igreja em 1789, também sob invocação de Nossa Senhora do Rosário, no sítio da *Chãzinha*, mas esta igreja nunca foi concluída. Este Bispo faleceu em 20/06/1798 e, a seu pedido, foi sepultado na antiga Igreja de Nª Senhora do Rosário, a primeira a ser edificada nesta ilha. Esta igreja que era coberta de palha até meados do século XVIII, altura em que D. Fr. Jacinto Valente promoveu a sua recuperação e ampliação. Serviu de residência dos primeiros párocos (figura 143).



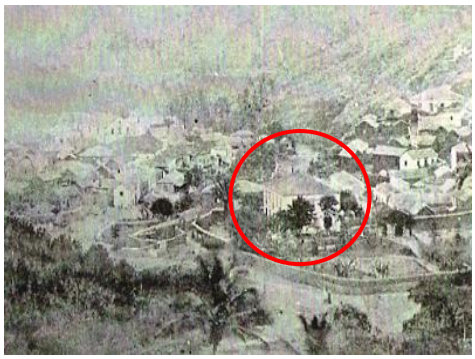


Figura 121 – 1ª Imagem: Primitiva localização da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na "Ladeira d'Greja", onde se sepultou o Frei S. Cristóvão. 2ª Imagem: Aspeto da Ribeira Brava, o novo templo com apenas uma torre - a do sino[955].

O seu sucessor, D. Frei Silvestre de Maria Santíssima, chegou à Diocese em 1803. Como a Igreja Matriz de S. Nicolau estava praticamente arruinada, decide a mudança da antiga Igreja Matriz da "ladeira da igreja", nome que o local conserva até hoje, para o principal largo da Ribeira Brava, como indicam as imagens da figura 143. Construiu esta igreja com as suas economias pessoais e com a contribuição da população da então vila. O início das obras foi a 18 de Janeiro de 1804 e foi concluída em 1811. Em 22/11/1813 faleceu o Bispo D. Fr. Silvestre faleceu, e foi sepultado na capela-mor da nova igreja que mandou construir. A imagem da figura 144 revela que o interior desta Igreja ostenta uma Capela-Mor no centro e seu altar e os dois altares laterais. O altar da capela-mór apresenta uma rebuscada decoração, tendo no meio uma imagem de Cristo Crucificado. Os altares laterais apresentam igualmente imagens de santos. Esta nova

[955] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..

igreja foi reedificada mais tarde pelo padre Miguel e por Teófilo José Dias, com apoio financeiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento.





Figura 122 - 1ª Imagem: Nova igreja, reedificada pelo padre Miguel e por Teófilo José Dias. 2ª Imagem: Interior da igreja com a capela mór e respetivo Altar e os dois altares laterais. Fotografia de José. J. Cabral [956].

Em 1867, a confirmação para a instalação da Sede do Bispado de Cabo Verde, coincide com a chegada do novo bispo, D. José Luís Alves Feijó. Vai ser, de facto, neste ano, que pela primeira vez um bispo pode assinar um documento oficial nos seguintes termos: "*Dada e passada em Nossa episcopal residência da Ilha de S. Nicolau, (…) aos 28 de Maio de 1867*". Este mesmo prelado teve o privilégio de abrir o Seminário-Liceu de Cabo Verde. Esta Igreja Matriz foi recuperada mais tarde, para servir de Sé-Catedral da Diocese, tendo sido inaugurada a 8 de Maio de 1898, pelo Bispo D. Joaquim Augusto de Barros. *"A Igreja Matriz será recuperada, tendo em vista as novas e mais elevadas funções que em breve lhe seriam inerentes. Desta vez, para servir de Sé-Catedral da Diocese, vindo a ser inaugurada em 8 de Maio de 1898, pelo Bispo D. Joaquim Augusto de Barros"*[957]. Refere-se ainda, que um documento datado de 1894, em que se acentua o impulso dinâmico atribuído pela intervenção de Ferreira da Silva e do povo da Ribeira Brava, informa acerca da colaboração da população na sua construção:

> " *… tendo o povo da vila da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau concorrido pelo seu trabalho manual e gratuito para a construção do edifício da Sé desta diocese, seguindo por aquela forma o*

[956] Fonte: antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. 13.10,2015. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..
[957] Ibidem

exemplo do digno prelado e do Vice-reitor do Seminário-Liceu, os quais por seu turno ofertaram materiais importantes para o mesmo fim, cooperando com as obras publicas da província para se levar a efeito a construção daquele templo, como é conveniente para o decoro e respeito pelos atos e crenças religiosas".

(….)

"Como demonstrado, este templo foi recuperado numa conjugação de esforços e necessidades que mobilizaram a intervenção não só do governo da província, a título financeiro, mas também e, obviamente, dos elementos do clero e da população da ilha. Contudo o mesmo conserva ainda alguns lances das paredes primitivas, como é o caso da base da torre sineira, na medida em que, na reconstrução não foram destruídas até ao alicerce"[958].

A segunda torre, que não fazia parte da traça primitiva, foi levantada nesta altura. Ferreira da Silva, alude à sua reconstrução do seguinte modo:

"*… começou-se a edificar a Sé-Catedral em 1888, sendo consagrada em Maio de 1898, com as mesmas dimensões que tinha a igreja antiga, obra de D. Frei Silvestre. Ficou com mais pé direito, com o teto estocado e ornado por florões de 'carton-pierre', a capela-mor bem ornada de mosaicos e um altar que é obra de arte, feito em Braga. A sacristia do Cabido e a casa capitular estão bem ornadas para paramentos e teto estocados, tem mais uma sacristia para o serviço paroquial, com a suficiente decência. Ficou com duas torres, que não são muito elevadas*"[959].

O bispo D. Faustino Moreira Santos transferiu a sede do bispado para a capital, Cidade da Praia, em 1943/1944, pois o poder político-administrativo estava sediado na ilha de Santiago.

Este edifício mereceu a seguinte caracterização pelos autores, Lopes Filho e Baltazar Neves:

"Do ponto de vista arquitetónico, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi concebida segundo uma planta característica dos templos cristãos da época, mas na cabeceira, em vez de uma cruz latina como era habitual, forma um T. Possui duas torres laterais e no alçado principal apresenta aberturas, portas e janelas concebidas em arco na parte superior, sendo a parte central rematada por um frontão triangular, revelando elementos que traduzem uma estética neoclássica.Tem elementos decorativos que conferem a beleza que ostenta o referido edifício, como, por exemplo: as pilastras

[958]Ibidem

[959] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. 13.10,2015. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..

trabalhadas com material endógeno, as molduras das aberturas destacando-se nas mesmas, o recurso com função de chave nos arcos, o círculo no frontal triangular, ladeado de dois outros triângulos que, nos dois lados do mesmo acompanham o formato circular"[960].

Acrescenta-se que a abertura reservada para colocar o relógio ostenta uma moldura também circular, como continuidade dos orifícios colocados nos coruchéus das duas torres quebrando-se a monotonia da parede lisa. Ressalta-se que houve uma clara intenção, através da decoração dos vidrais das janelas com colorações diferentes, que ao misturarem a luz penetrante no interior do edifício, atribui ao mesmo um carácter místico e sagrado. No respeitante às torres, ressalta-se que estas são ornamentadas com quatro elementos decorativos na parte superior, dois em cada torre, constituídos por acrotério e fogaréu, tendo o lado direito da torre uma cruz que termina em pináculo. Do lado oposto, encontra-se inserido no pináculo uma rosa-dos-ventos encimada pela imagem de um galo. A da direita é uma torre sineira e a da esquerda ostenta um relógio que ainda funciona. Acrescem os autores:

"No interior do templo encontram-se o coro, o amplo espaço da nave principal, assim como a capela-mor e as sacristias. A parede branca, como símbolo de pureza, realça as decorações dos dois altares, colocados no seu topo e que foram feitos em Braga. Merece destaque o altar-mor tendo como pano de fundo bem trabalhados ornatos, que lembram talha dourada, encimados pelo símbolo do antigo bispado[961]*. Ainda se mantêm nos respetivos espaços laterais os assentos destinados aos cónegos e em nível mais baixo, as bancadas utilizadas pelos estudantes internos do antigo Seminário-Liceu".*

Os autores começaram por abordar os aspectos históricos e arquitectónicos. No respeitante ao aspecto simbólico, para além dos aspetos decorrentes do sagrado, faz também parte da memória colectiva das gentes de S. Nicolau, a ilha ter sido a sede do Bispado de Cabo Verde e Guiné e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ter servido de Sé durante quase dois séculos. Alertam os autores, o facto de, na época, a população ser pequena o que tornava"bastante significativa a presença de muitos sacerdotes, que além

[960] Ibidem
[961] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. 13.10,2015. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..

da catequese e dos ofícios religiosos, foram os primeiros mestres-escolas, o que contribuiu para a profunda religiosidade deste povo" [962].

A placa em madeira, que tinha sido descerrada no dia 7 de Outubro de 1898 pelo Bispo D. Joaquim Augusto de Barros, na presença do Bispo de Mindelo, Dom Ildo Fortes, foi substituída por uma de mármore, oferecida pela câmara da Ribeira Brava. O acto aconteceu no próprio dia de São Nicolau, patrono da ilha, que coincide com o dia do município da Ribeira Brava, durante a eucaristia solene presidida pelo padre Ilídio da Graça, sacerdote natural desta ilha, que trabalha em Portugal[963].

Actualmente verifica-se mais dinamismo da igreja na remodelação, ampliação e reconstrução de igrejas, muitas vezes em prejuízo da preservação da planta original, pelo que, as contestações são bem vindas, evitando-se a desvirtuação dos monumentos sacros.

2.1.14.2. Preservação e ampliação de igrejas na actualidade - contestações pelo IIPC e investigadores.

A preservação e ampliação de igrejas, nos dias de hoje, tem dado azo a polémicas, que são visíveis em nos órgãos de comunicação social e na internet. O IIPC- Instituto da Investigação do Património Nacional, agora mais atenta à preservação da arquitectura original de alguns edifícios religiosos, tem procedido a embargos. Um dos casos polémicos foi a ampliação da igreja de Nossa Senhora da Luz, em S. Vicente, representada nas imagens da figura 145. Neste âmbito, a curadora do Mindelo, a historiadora Marina Santos, reagiu dizendo que a intervenção que a Diocese do Mindelo efectuou na Igreja Nossa Senhora da Luz, já provocou um choque arquitectónico, que adultera o edifício, que é o símbolo religioso mais marcante da história da ilha de S. Vicente. Esta professora universitária não tem dúvidas que *"as remodelações feitas na*

[962] antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. 13.10,2015. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..
[963] Câmara da Ribeira Brava oferece placa de mármore à antiga Sé ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: www.jsn.com.cv/.../4516-camara-da-ribeira-brava-oferece-placa-de-marmore-a-antig...

igreja corromperam o seu traçado artístico e retiraram, por isso, valor a essa obra do século XIX" [964].






Figura 123 - 1ª, 2ª e 3ª Imagens: Igreja de Nossa senhora da Luz, fachada da frente e ampliações dos fundos. Fonte: Igreja Padroeira do Mindelo, Discórdia - Esquina do Tempo. [Em linha]. 2012 .[Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: brito-semedo.blogs.sapo.cv/323798.html[965]. 4ª Imagem: Interior da igreja de Nossa Senhora da Luz. Fonte: Nossa Senhora da Luz | São Vicente | Paróquias | Diocese de Mindelo. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: diocesemindelo.org/pagina.php?id=307.

Marina Ramos afirma que não respeitaram a arte existente, que fez-se um edifício de dois andares na parte traseira, encimado por uma torre sineira que não respeita o traçado das torres anteriores[966]. *"Além disso, a nova construção dá uma ideia de uma planta em cruz, mas que só é vista a partir da fachada frontal. Quem está na zona traseira não tem essa perspectiva, muito pelo contrário, depara-se com uma construção em cubo, feita de régua e esquadro"*. Escreve ainda o mesmo: *"Devemos ainda realçar que se trata de uma igreja que tinha uma só nave e que agora ganhou essa configuração de planta latina em cruz".* Afirma ainda que foram eliminadas duas das quatro torres sineiras existentes e, além disso, o corpo principal dessa igreja centenária foi ligado a uma construção moderna que, não se harmoniza com o traçado antigo. Para esta historiada, corromperam o simbolismo artístico desse património histórico que vem seguindo a evolução da vida sócio religiosa mindelense. Explica que a igreja começou a ser edificada em 1845, pelo foguense António da Fonseca Rosado, que só foi dada por concluída em 1963, e que a construção da Igreja foi uma das condições impostas pela Coroa Portuguesa para que o foguense João da Fonseca Rosado colonizasse a ilha de S. Vicente, a partir de 1795. *"Esta igreja tem uma arte ecléctica, ou seja, não tem uma única corrente artística"*, opina a mesma.

[964] Escrito pelo editor da JSN, a 04 dezembro 2015, publicado em São Nicolau.
[965] Escrito por Brito Semedo, 9 Dez 12
[966] Historiadora Marina Ramos critica obras na igreja N. Srª da Luz ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 18.066.2016]. Disponível em www.asemana.publ.cv/spip.php?article82121

O interior desta igreja ostenta um altar - mór e dois altares laterais, em que a decoração da época está patente na 4ª imagem da figura 145. Ostenta vitrais góticos, arcos e ferraduras de inspiração islâmica, e elementos do período barroco[967], declara a professora. Marina Ramos[968] alude ainda que há vitrais góticos, arco em ferradura de inspiração islâmica, janelas francesas encimadas por um arco, colunas torcidas helicoidais de inspiração salomónica, pilastras com estrias doiradas do período barroco a decorar a igreja. As críticas desta historiadora foram feitas *"com o intuito de chamar a atenção das autoridades e dos particulares para o cuidado que pede toda e qualquer intervenção no património histórico"*[969].

A ampliação desta igreja corresponde à primeira fase de um plano que contempla, numa segunda fase, uma intervenção no respeitante à sua decoração com objectos de arte sacra[970]. Uma empresa de Braga, especializada em arte sacra, foi encarregue de restaurar a tela de Nossa Senhora da Luz. O altar-mor foi pintado com tinta especial e tinta de ouro. A igreja receberia também mais duas intervenções, o projecto de iluminação com base em energias renováveis que serviria para *"valorizar ainda mais a arte sacra que irá ser implementada"*, e o projecto de som, a ser instalado. O projecto rondou os 10 mil contos e contou com a contribuição da comunidade católica da ilha e de programas de angariação de fundos organizados pela paróquia, como é o caso do evento "Tenda de Santa Cruz – apoiando causas justas", realizado nos dias 3, 4 e 5 de Maio de 2013 . Um dos elementos da comissão de angariação de fundos refere-se a estas intervenções, alertando que aquele monumento histórico da cidade ia agora ter uma intervenção que lhe conferia maior dignidade, e explicando que em Cabo Verde não estamos habituados com intervenções de arte sacra nas Igrejas , mas que lá fora há muito disso. Refere ainda que os turistas entram dentro das Igrejas para verem a arte sacra, aludindo que nem sequer é tanto pelo culto religioso que se entra na Igreja, mas

[967] Procatedral de Nuestra Señora de la Luz (Mindelo) - Wikipedia, la ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 18.066.2016]. Disponível em: https://es.wikipedia.org/.../Procatedral_de_Nuestra_Señora_de_la.

[968] Historiadora Marina Ramos critica obras na igreja N. Srª da Luz ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 18.066.2016]. Disponível em: www.asemana.publ.cv/spip.php?article82121

[969] Abordado sobre as questões levantadas pela ex-directora da Escola Técnica do Mindelo, padre Lino explica que os trabalhos em curso visam melhorar as condições de funcionamento da Paróquia e descarta a ideia de que provocaram mudança ao nivel da configuração horizontal da igreja. O jovem pároco afirma que essa Pró-Catedral sempre teve e continua a manter a forma de planta em cruz, constituída pela nave central e as partes laterais, que simbolizam os "braços". Fonte: Igreja de Nossa Senhora da Luz: a primeira em Cabo Verde com ... [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: noticiasdonorte.publ.cv › Destaques.

[970] Igreja de Nossa Senhora da Luz: a primeira em Cabo Verde com ... [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: *noticiasdonorte.publ.cv › Destaques*.

pelo interesse em admirar este tipo de intervenção *"que enaltece a necessidade de se preservar os monumentos históricos da cidade"*. A intervenção na arte sacra da igreja constitui um ponto alto em termos de estética e de atractivo turístico na ilha, disse o mesmo. O Pároco da igreja, padre Lino, por sua vez, adiantou que a fachada será ornamentada com arte sacra. Na realidade, o turismo religioso é muito incipiente em Cabo Verde, pelo que projectos destes são de aplaudir e imitar em outras igrejas das restantes ilhas, de modo a se criar uma cadeia de visitas deste género, aproveitando datas as festas de romaria, para se ter mais um atrativo para os turistas. A ideia nasceu da necessidade de revalorização do edifício, construído no século XIX, que é um dos símbolos patrimoniais da cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente, como forma de se preservar a memória histórica desse edifício, explica. Esta igreja foi a primeira a receber uma intervenção deste género em Cabo Verde. O reconhecimentro de que esta igreja tinha sido Catedral e a nomeação da Sede da Diocese do Mindelo em 2013 pela bula *"Spiritali fidelium"*, pelo João Paulo II,[971] a consequente categoria de Pró Catedral, que a igreja de Nossa Senhora da Luz alvejou, explicariam o facto de ser contemplada com um projecto deste alcance, acrescenta.

Outra situação constrangedora para as personalidades ligadas à área do património e para o IIPC, foi ampliação da igreja de S. Amaro Abade, da cidade do Mangue,Tarrafal, ilha de Santiago[972], representada nas imagens da figura 146.

Uma informação veiculada por um órgão de comunicação digital, sobre Cultura - Património, do dia 18 de Abril dizia: *"foi ontem demolida, para espanto de muitos habitantes daquele concelho e não só. A demolição tem como fim a construção, no mesmo local, de uma nova igreja"*. Esta informação e outras foram desmentidas[973]. A demolição de parte da fachada principal foi embargada pelo IIPC, que deu azo a manifestação de opiniões divergentes pela sociedade civil da ilha e pelos moradores

[971] Procatedral de Nuestra Señora de la Luz (Mindelo) - Wikipedia, la ...[Em linha]. (s. d.). [Consult. a 18.066.2016]. Disponível em: https://es.wikipedia.org/.../Procatedral_de_Nuestra_Señora_de_la.
[972] Demolição Igreja do Tarrafal: Diocese alega segurança - - A Nação. Em linha]. 2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/2015/04/20/demolicao-igreja-do-tarrafal-diocese-alega-seguranca/
[973] Hoje é Dia dos Monumentos & Sítios: igreja do Tarrafal demolida | A Voz.[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em:www.avoz.cv › Cultura. http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=40398greja matriz de Santo Amaro

desta vila[974]. As obras começaram a 17de Abril de 2015, nas vésperas do Dia Mundial do Monumentos e Sítios, o que gerou uma onda de protestos vindo de muitas pessoas que não estavam de acordo com tal intervenção. A Diocese reconheceu, na sua página da internet que o simbolismo e o valor histórico religioso, mas que os monumentos têm e a necessidade de ser preservados, *"na maior integridade possível, mantendo as suas linhas estruturantes originais",* alertando para o facto de algumas igrejas do país terem de sofrer intervenções*, "quando está em jogo a segurança das pessoas em edifícios religiosos classificados como degradados"* .

Esclarece a mensagem que os aspectos arquitectónicos, históricos e outros serão integrados da melhor forma, mas que se impõem fazer alterações *"sempre na maior consonância possível com o que a história nos legou"*.



Figura 146 - 1ªImagem: Igreja de S. Salvador do Mundo. 2ª Imagem: Demolição da Igreja de S. Salvador do Mundo. Fonte: Demolição Igreja do Tarrafal: Diocese alega segurança - - A Nação. [Em linha]. 2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/2015/04/20/demolicao-igreja-do-tarrafal-diocese-alega-seguranca/

A 21 de Abril do mesmo ano, um artigo que advertia e se posicionava contra o modo como as imagens da igreja foram mudados para outro local, sem o devido cuidado que se requer, foi publicado no jornal *A Semana*, por um citadino conceituado[975]. Este articulista adianta que a igreja matriz de "Nho Santo Amaro Abade" do Tarrafal foi reconstruído em 1947 e inaugurada em 1954, e tem um salutar valor arquitectónico e

[974] Demolição Igreja do Tarrafal: Diocese alega segurança - - A Nação. [Em linha].2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/2015/04/20/demolicao-igreja-do-tarrafal-diocese-alega-seguranca/
[975] Igreja matriz de Santo Amaro Abade – Um símbolo da cidade de Mangui21 Abril 2015. . [Em linha]. 2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: www.asemana.publ.cv/spip.php?article109240

uma rica imaginária no seu interior, destacando-se as 14 (quatorze) estações da via-sacra da Paixão de Jesus Cristo, um coro e uma sacristia. Esta igreja situa-se bem no centro da cidade, nos arredores da praça do município. Em 2005, foi beneficiada com uma pequena obra de restauro, em que se fez a reposição do piso e do teto falso. O seu patrono é Santo Amaro Abade, celebrado no dia 15 de Janeiro, devido ao seu valor sacro. Nesta ocasião, os visitantes desfrutarem um pouco da beleza paisagística da cidade. [976]A festa de Santo Amaro coincide também com o dia do Município pelo que é assistida por representantes políticos locais e do governo.

Muito se tem escrito acerca do Património Cultural da Cidade Velha e do seu Património Sacro, que nos interesse particularmente. Destacamos a seguir algumas passagens de escritos que se debruçaram sobre esta cidade, património universal, enfatizando a necessidade da sua urgente preservação.

2.1.15. Preservação do sítio histórico da Cidade Velha e dos bens da igreja católica – o que dizem os documentos mais expressivos. Estudos realizados e vozes a favor a favor da preservação da Cidade Velha.

Revela-se de interesse o estudo de documentos redigidos a favor da preservação do sítio histórico da Cidade Velha, que trazem à luz as preocupações de entidades oficiais, de individualidades ligadas à antiga Câmara da Cidade Velha, e de grupos de cidadãos. Analisaremos alguns documentos previamente seleccionados, do conjunto recolhido para este efeito, que permitem também estar ciente da cronologia dos mesmos. Aludiremos especialmente a especialistas que se têm manifestado, redigindo estudos e artigos sobre a sorte da Cidade Velha.

Depois da independência nacional em 1975, a Unesco, perante a sensibilidade do governo da 1ª República (1975-2009) programou intervenções nesta cidade,

[976] Essa festa atrai todos os anos milhares de pessoas das mais diversas localidades da freguesia e de outros concelhos muitos com propósito firme de cumprirem alguma promessa outros nem tanto ou simplesmente para visitarem famílias e amigos e de se "exibirem" um fatinho novo um "show" à nossa moda como se diz na gíria popular. Fonte: Igreja matriz de Santo Amaro Abade – Um símbolo da cidade de Mangui21 Abril 2015. . [Em linha]. 2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: www.asemana.publ.cv/spip.php?article109240

encomendando estudos, elaborados por peritos internacionais. O Arquitecto Siza Vieira, no âmbito da cooperação entre Cabo Verde e Portugal é de frisar, e demais personalidades que aqui apontamos. O cidadão comum e os moradores da cidade arruinada, tiveram também voz actualmente, mas no passado, talvez tivessem algo a dizer, das suas tristezas e lamentos devido ao abandono da cidade, mas não houve eco destas possíveis manifestações de descontentamento. Não identificamos documentos, artigos ou outro registo escrito a respeito deste assunto. Temos sim, testemunhos actuais, que deixaram a sua opinião na imprensa escrita, em jornais e revistas, a respeito do abandono da cidade e dos trabalhos realizados actualmente para a salvaguarda dos bens culturais, especificamente aquando da nomeação da Cidade Velha a Património Universal.

Neste item faremos um estudo e apresentação dos documentos mais significativos publicados acerca da salvaguarda e do restauro da Cidade Velha, destacando os redigidos por Luís Benavente.

2.1.15.1. Relatório de missão de Paulo Azevedo: "Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde"[977].

O Relatório da missão de Paulo Azevedo a Cabo Verde é rico em informações**.** Neste relatório de Missão da Unesco, feito a pedido de Cabo Verde, de 27 de Novembro a 27 de Dezembro de 1980 , na parte I, define-se a missão como sendo para: a) aconselhar o Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos sobre a elaboração dum plano de conjunto para a preservação do Património Cultural do país; b) em ajudar o Ministério a fazer um inventário dos bens culturais a preservar e a restaurar. Na parte II sob o título, "Da destruição à Valorização", começa por referir que os bens culturais de Cabo Verde nunca mereceram grande atenção por parte das autoridades portuguesas,

[977] AZEVEDO, Paulo de - *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde*. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura. Ducumento Nº 01946). Unesco. Paris. 1981.
Ver também: http://hc. unesco. Org/fr./list/1310.

esclarecendo que, num ofício de Maio de 1850, o Bispo D. Patrício Xavier Moura queixava-se que os monumentos de Santiago estavam ao abandono referindo que algumas igrejas e capelas lhe pareceram cavalariças, *"cobertas de palha, com chão de terra batida, sem portas nem reboco"*. Apresenta a seguinte frase: Ribeira Grande, actual Cidade Velha, com *"edifícios quase demolidos e os que restavam cobertos de palha"* (Barcelos, parte V, p. 159). Refere também que os objectos de prata da Catedral Episcopal foram nesta época fundidos e transformados em moeda citando o mesmo autor (Barcelos, parte VI, p. 22) e que os grandes edifícios eram demolidos e as suas pedras de cantaria enviadas por barco para a cidade da Praia (Valdez, 1864, p. 113-114) não se poupando também o Episcopado, pois em 1875, o Secretário Geral do Governo solicitava junto do bispo, a autorização para demolir e aproveitar o seu material (BRÁSIO, 1960, p. 29). Refere ainda este documento que esta atitude foi modificada havia apenas duas décadas, aquando das comemorações dos cinco séculos da descoberta do arquipélago, ocasião em que se fizeram alguns trabalhos na Ribeira Grande, *(trabalhos esses em que as prioridades e orientações são discutíveis)*, explicando:

> "*O governador de então tinha nomeado um grupo de trabalho presidido pelo Eng. Tito Esteves, que começou a reconstrução dos muros da Fortaleza de S. Filipe. Este e outros trabalhos encontravam-se sob a orientação do arquitecto Luís Benavente, que, em missão do Ministério do Ultramar, foi quatro vezes a Santiago, entre 1960 e início da década seguinte. Na igreja de Nossa Senhora do Rosário, deslocou-se um pedregulho, que rolou para cima de uma das capelas laterais; a torre de menagem existente foi reconstruída sobre ele. No decurso dos trabalhos, os azulejos do sec. XVI que revestiam todo o interior da Igreja foram inexplicavelmente retirados para serem substituídos por barras de azulejos vindos de Portugal, e que imitavam os antigos. Perto de 7.000 azulejos originais estão amontoados na sacristia, enquanto os novos foram mal colocados na nave do templo. A escadaria helicoidal de pedra que dá acesso à torre ainda está desmontada. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi submetida a novos trabalhos em 1978, sob a padronagem da Caritas, quando alguns revestimentos foram refeitos, sem nenhuma orientação"*[978].

Os azulejos retirados estiveram pois, amontuados na sacristia. O mesmo documento refere que a Capela de S. Roque sofreu também uma intervenção. A abóboda foi refeita em betão mas o trabalho não foi acabado. Imagens pias da igreja de Nossa Senhora do Rosário e um quadro que data do fim do século XVIII foram enviadas a Lisboa, pelo

[978] Cidade Velha. Da Destruição à Valorização, p. 2, 3. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Ver também: http://hc. unesco. Org/fr./list/1310.

arquitecto Benavente, para serem restaurados. Um pequeno relatório datado de 8 de Setembro de 1967 apresenta a avaliação do custo dos trabalhos de restauro. Relata este que o trabalho nunca foi realizado. Realça o documento que apesar da realização desses trabalhos na Cidade Velha, *"nenhum edifício foi classificado como monumento pelas autoridades portuguesas".*

Acerca das imagens pias da igreja de Nossa Senhora do Rosário e de uma tela que data do fim do século XVIII, enviadas a Lisboa pelo arquitecto Benavente para serem restaurados, não identificamos documentos que provassem a sua localização actual nem testemunhos em Cabo Verde que soubessem do seu paradeiro. É de lamentar que as autoridades nacionais e a igreja católica não tenham ideia do paradeiro de tão valiosos elementos da cultura religiosa nacional. Já referimos a estas imagens pias e à tela, apresentando esclarecimentos de Vera Mariz (MARIZ, 2016), e outras imagens que identificamos durante as pesquisas realizadas no Salão Paroquial.

Na parte D, em que se enumeram os bens culturais móveis, no item esculturas religiosas informa-se que à medida que as igrejas e as capelas da Cidade Velha caíam em ruínas, as imagens pias foram conservadas na igreja de Nossa Senhora do Rosário sendo esta ao único património da arte religiosa que ficou no arquipélago que, embora pequeno é de valor. Alude-se às imagens pias que tinham sido enviadas a Portugal nos anos 60 por Benavente para serem restauradas. Informa-se que por altura da independência muitas imagens no seu estado primitivo foram encontradas nos armazéns das Obras Públicas. Acresce-se no documento: *"Não sabemos se realmente foram enviadas para Portugal ou se foram restituídas sem serem restauradas. Essas imagens, algumas delas excelentes, encontram-se hoje no sótão ou noutras dependências do Seminário da Praia, sem beneficiar dos cuidados necessários".* Já referimos acerca dessas imagens que se encontram no Salão Paroquial da Diocese da Praia. Outras estão também dispostas neste edifício, como se estivessem a decorar o ambiente.

Acerca das telas da Igreja da Praia e da Cidade Velha, no "item" Pintura, informa o referido documento: *"Nos altares laterais da catedral da praia existem duas telas de bom tamanho, uma delas assinada em Milão, em 1902, por S. Malderelli. Na Igreja de*

Nossa Senhora da Luz do Mindelo, uma tela do início do século serve de fundo ao altar principal. Sabe-se igualmente que uma tela da Santíssima Trindade, originária da Cidade Velha, que se presume ser do fim do sec. XVII, teria sido enviada para Lisboa a fim de aí ser restaurada, no início da dácada de 1960, mas não pudemos localizá-la" (p. 11).

Alude-se também que as outras igrejas não conservam imagens de valor senão a Igreja de S. João Baptista que conserva uma em madeira policromada, a Igreja de Nossa Senhora da Luz em Santiago que possui uma imagem em marfim desta santa, que estava na sede do Arcebispado, na Praia, e três boas imagens, duas da Virgem e uma de Nosso Senhor dos Passos da Igreja de Nossa Senhora da Luz, em Mindelo, ilha de S. Vicente. Relativamente aos retábulos de madeira informa que desapareceram, mas encontraram fragmentos de antigos altares maneiristas da Ribeira Grande, no sótão do Seminário da Praia, informando-se que talvez um único retábulo, o da Igreja da Ribeira Brava, em S. Nicolau, tenha sido conservado, mas esta ilha não foi visitada durante a missão de Azevedo. Acerca desta igreja refere-se que foi reedificada entre 1888 e 1898 e que o seu santuário foi ornado de mosaicos e de um altar feito em Braga (SILVA, 1898,10). Alude-se a alguns retábulos de pedra de cantaria que são muito interessantes na visão do autor, como o da capela da Trindade em Santiago, que conservava ainda vestígios da sua pintura primitiva, um pequeno altar existente na capela de de Nossa Senhora da Penha de França em S. Antão concluindo: *"Provavelmente existem outros. Esculturas de pedra actualmente postos por terra, na Igreja da Sé da Ribeira Grande encorajam esta hipótese"*. Existiam portanto, na Cidade Velha, esculturas de pedra que foram postas por terra.

No item "Adornos de igreja e arte decorativa" informa-se que quando D. Frei Pedro Jacinto Valente transferiu o arcebispado para S. Antão em Fevereiro de 1755, ordenara que se retirassem os adornos de Mitre (BARCELOS, parte II, p. 19-21) e que as peças maiores devem ter ficado na Cidade Velha, porque em 1855, com a catedral e a Sé em ruínas e o seu capítulo desorganizado, várias peças de prata foram fundidas para serem transformadas em dinheiro, a fim de se responder, na altura, às dificuldades dos cofres públicos. Refere-se que no relatório, apareceram vários lustres e candelabros, uma coroa

e uma cruz, pesando o todo 12.976 “oitavas” (BARCELOS, parte VI, p. 22). Informa-se que pouco resta destes ornamentos de igrejas e que o objecto mais importante era um cálice de ouro que se encontrava na igreja da Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau. Esclare-se que um documento importante para se compreender o que restava ainda da arte religosa do início do século seria o inventário de 1913, dos bens pertencentes à Igreja, que foi realizado por causa da separação da igreja do Estado, que este livro estava guardado na Direcção Geral das Finanças, mas não o conseguimos identificar nos serviços actuais das finanças, nem no Arquivo Histórico.

Na parte E que se refere ao Património Documental, informa-se que uma grande parte da documentação escrita sobre Cabo Verde foi destruída, e a que restava estava, em parte, dispersa e em perigo. Refere-se aos danos verificados nos arquivos da Alfândega, de que documentos foram enviados para Portugal, em 1818, uma parte seleccionada, que interessava a este país colonizador, tendo sido queimados os documentos acerca do comércio e tráfego de escravos, bem assim a destruição 100 livros do Arquivo Notorial da Ilha do Fogo que datava do sec. XVII. No respeitante aos Arquivos dos Serviços da Administração Civil, informa-se que é a mais importante colecção documental que se encontrava em Cabo Verde, que juntamente com outros livros da Biblioteca se encontravam num armazém das Obras Públicas, na Praia Grande (Gamboa), Cidade da Praia, sem a mínima segurança. Mais se informa que estes arquivos contêm mais de 900 volumes encadernados da correspondência oficial trocada com Lisboa e perto de 280 caixas de documentos diversos a partir do sec. XVIII, e que sobre esta colecção, o Padre António Brásio escreveu um artigo em 1967 na “Revista de Cabo Verde”, sendo que a “revista Claridade” dá também importantes informações sobre estes arquivos no seu número 6. Acresce que trabalhos de pesquisas nestas áreas sejam desencadeadas, para que se revelem tudo o que escondem estes arquivos.

Continuando, junta-se que os arquivos do Tribunal Judicial e das Conservatórias dos Registos das regiões de Sotavento e Barlavento são pouco conhecidos, que os Arquivos eclesiásticos foram ainda mais delapidados, encontrando-se disponível apenas a documentação posterior a 1942. Alude-se à deslocação intempestiva do bispo D. Pedro Jacinto Valente a S. Antão em 1754, ordenando que se vendessem os móveis e os

Livros da Biblioteca do Palácio Episcopal da Ribeira Grande (Barcelos, parte III, p. 19-21), à transferência do bispado para a ilha de S. Nicolau e sua instalação na cidade da Praia em 1942, altura em que toda a documentação do bispado tinha ficado no Seminário de S. Nicolau e, segundo se dizia, foi destruída por ordem do religiosos que ocuparam as suas instalações, não se podendo verificar esta afirmação. Os Livros de Baptismo foram salvos porque tinham sido incorporados no Registo Civil de 1917, ano da separação da Igreja Católica do Estado Português.

No respeitante às Bibliotecas, parte F, refere-se que a primeira biblioteca de Cabo Verde data de 1817 (AMARAL, 1964, p. 232) e que a primeira iniciativa tomada em 1811 (Barcelos, parte II, p. 230). A primeira havia sobrevivido até à altura, mas foi transformada, após a independência, no Centro de Documentação, no entanto, as suas instalações eram insuficientes, estando uma parte dos livros empilhados em depósitos do Ministério das Obras Públicas, na Praia Grande, cidade da Praia. Mais se informa que a cidade de Mindelo possuía também uma Biblioteca Municipal que encontrava-se fechada ao público na altura.

Actualmente todos os documentos e caixas referidas encontram-se no Arquivo Histórico de Cabo Verde, situado na antiga Alfândega, na Praia Grande (Gamboa) e no Instituto da Biblioteca Nacional, que numa instalação nova e espaçosa alberga todos os documentos referidos e os mais actuais. Visitamos e consultamos documentos nestas duas instituições, e soubemos pelos Presidentes respectivos, que para além do registo e catalogação destes documentos, sua divulgação, um projecto para a digitalização dos documentos antigos está em curso, para evitar o seu desaparecimento por danificação, sobretudo dos que se encontram em mau estado, mas é um trabalho moroso, que exige a participação da cooperação estrangeira, para além de formação de pessoal nas áreas devidas.

Refere ainda Azevedo, que depois da independência de Cabo Verde, em 1975, apesar das dificuldades por que passava o país e da urgência em solucionar *" graves problemas nacionais", "as autoridades ocuparam-se da questão"*. Alude que o Sr. Primeiro Ministro, por despacho de 23 de Dezembro de 1978, publicado no Boletim Oficial nº

51, de 23 de Dezembro de 1978, criou uma Comissão Nacional presidida pelo Ministro da Coordenação Económica, e comissões locais, que eram presididas pelos delegados do governo de cada concelho, que tinham a tarefa de promover a defesa, a conservação e o restauro dos monumentos nacionais. Outro acontecimento importante aludido neste documento foi a visita do Director Geral da Unesco a Cabo Verde, Sr. Dr. M' Bow em 1979 altura em que o Ministro da Educação e Cultura formulou o desejo da Unesco enviar um consultor para orientar a realização de um inventário dos bens culturais do país e a definição de um plano de acção governamental em benefício do património cultural. A missão realizada por um este, veio a responder àquela solicitação.

Azevedo indica o Património Cultural de Cabo Verde e o estado em que se encontrava. São indicados também, os vestígios arqueológicos e acidentes da natureza e os seguintes conjuntos arquitecturais urbanos: Ribeira Grande, Cidade Velha, S. Filipe, Praia, Mindelo, arquitectura rural, Morgadios, Capelas, bens culturais móveis, esculturas religiosa e outros.

No ponto A das recomendações, deste documento, com o título, *"Organização para a defesa do património"*, refere-se que a primeira iniciativa neste sector é de 1978, data da criação de uma comissão ministerial para a defesa, a conservação e a restauração dos monumentos nacionais. A principal função desta comissão, escreve o autor, era promover a institucionalização da preservação do património cultural no país. Refere ainda no ponto 5.5., que a primeira medida concreta seria a elaboração de uma legislação específica, o que não garante a preservação dos bens pelo que deviam ser completados com medidas administrativas e técnicas, e que a salvaguarda efectiva do património de uma nação exige uma organização mínima, que é capaz de identificar, catalogar e classificar os monumentos, de os conservar e restaurar, o que exige profissionais especializados, acrescentando: *"Na maioria dos países, estes serviços são subordinados aos Ministérios da educação e Cultura e contam com orçamentos compatíveis com as suas atribuições".* Devido aos fracos recursos do país que não sustentariam um programa da natureza que se exige, o mesmo propõe, as seguintes estratégias:

1º - Atrair a cooperação internacional e bilateral para o sector dos bens culturais;
2º - Procurar utilizar uma parte de recursos destinados à construção de novos edifícios públicos na cooperação dos monumentos e conversão em novas funções;
3º - Realizar campanhas populares para a recuperação dos monumentos comunais e adopção de subsídios para motivar os privados a conservarem os seus bens monumentais [979].

Propõe também que se desse prioridade à elaboração de um inventário rápido de todos os bens nacionais e suas condições de conservação. Lembra ainda que devido aos fracos recursos seria preferível escolher um grande número de monumentos relativamente pouco deteriorados e reintegrá-los *"numa utilização social do que realizar um ou dois grandes restauros" (p. 16).* Propõe também que as ruinas não fossem completadas mas consolidada evitando os custos elevados e *"excessivos"* dos restauros e também porque *"carecem de autenticidade" (p. 16).* Indica o *"Internacional Center for the Study of preservation and the Restoration of cultural Property – CCROM",* financiado pela Unesco, com sede em Roma, Itália, como sendo reputado e diversificado, como sugestão para a formação, pós-graduação de quadros, arquitectos, artistas plásticos, bibliotecários, etc.. E explicita *" É bom notar que, com a coordenação de alguns técnicos bem treinado, poder-se-ia mobilizar a contribuição de outros profissionais não especializados, como historiadores, arquitectos, pintores, mestres-de-obras e artesãos".*

Propõe a identificação e a elaboração de inventários de todos os bens culturais como sendo o primeiro passo para a preservação da memória dum povo, cujos objectivos podem ser classificados em três tipos que são:

a) Inventários de identificação;
b) Inventário de protecção;
c) Inventários científicos ou académicos;

[979]AZEVEDO, Paulo de - *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde*. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura. Ducumento Nº 01946). Unesco. Paris. 1981.

Acrescenta que trata-se de três níveis de aprofundamento do conhecimento do património dum país, sendo o inventário de identificação uma simples lista dos bens culturais caracterizadas com clareza; o inventário de protecção reúne dados necessários e suficientes para a protecção dos bens culturais, não apenas dados de identificação e localização mas dados obre a avaliação do estado de execução dos bens, sobre a tipologia a história e a técnica de execução que são desejáveis mas não indispensáveis; os inventários científicos ou académicos permite o conhecimento aprofundado dos bens com um fim académico[980]. Dado que a realização de um inventário de protecção requer porém uma estrutura mínima, sugere que em Cabo Verde numa primeira fase se elaborasse um inventário de identificação que seria feito pelo pessoal disponível no país, orientados por um arquitecto *"sensível ao problema"* mas que podia não ser especializado. *"Seguindo este ponto de vista, procuramos definir o universo cujo inventário seria necessário fazer e atrair a atenção para manifestações culturais pouco valorizadas numa visão académica elitista da cultura"*[981].

Alerta este consultor para a necessidade de preservação das capelas e pequenas igrejas*: "No que respeita às construções rurais, numerosos edifícios que estão actualmente subutilizados ou abandonados, como pequenas igrejas ou capelas, poderiam ser recuperados para abrigarem salas de aulas, sem prejudicar o seu uso religioso"*[982]. Alerta também para o facto do custo de restauro de um edifício não ser superior ao da construção dum prédio novo, especialmente nos países em vias de desenvolvimento,

[980] A maioria dos países hoje faz inventários de protecção para permitir a comparação dos resultados e a cooperação a nível europeu, o Conselho de cooperação cultural da Europa realizou um encontro em Palma de Mayorca, em 1965, a fim de uniformizar as fichas de monumentos e sítios e a partir desta, reunião muitos países realizam actualmente inventários de protecção, como é o caso do Brasil, usando metodologias semelhantes. Fonte: AZEVEDO, Paulo de - Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura). Ducumento Nº 01946. Unesco. Paris. 1981.

[981] No item como utilizar para preservar (p. 18) defende-se que a conservação dos monumentos impõe, antes de mais, uma constância de cuidados" (Carta de Veneza). A restauração é um recurso correctivo, um mínimo mal, utilizado apenas quando o monumento atinge um grau deterioração irreversível. Um programa de preservação dos monumentos está, pois, inevitavelmente ligado à utilização social destes. Se esta condição não for respeitada, as obras realizadas perder-se-ão em pouco tempo. No caso de imóveis urbanos, uma política a seguir seria adquirir e instalar nos monumentos abandonados ou deteriorados equipamentos comunais, especialmente de carácter cultural e/ou administrativo. Fonte: AZEVEDO, Paulo de - Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura). Documento Nº 01946. Unesco. Paris. 1981.

[982] Quanto aos edifícios maiores prevê: Edifícios maiores, como as casas grandes dos morgados, hoje desabitadas, como as da Achada Leitão de Baixo de Santiago, Maria Chaves e Monte Barro, no Fogo, poderiam ser convertidos em sedes de cooperativas agrícolas ou centros de assistência à população rural. Fonte: AZEVEDO, Paulo de - Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura). Documento Nº 01946. Unesco. Paris. 1981.

onde a mão-de-obra artesanal é barata, devendo-se acrescentar um custo adicional de urbanização da área, se se optar pela construção na periferia urbana.

No que se refere à Revitalização dos Centros Históricos indica o documento em causa que, à excepção da Cidade Velha, os centros históricos de Cabo Verde estão razoavelmente conservados e possuem uma certa vida urbana, que não apresenta os sintomas de deterioração e de conflito social que caracterizam muitos centros históricos das grandes áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, mas que esta situação poderá alterar-se, nas próximas décadas, por causa do rápido crescimento de algumas cidades, acelerada pelo processo de modernização do país, que se verificou depois da independência. Sugere-se: "*A preservação do carácter, da escala humana e da qualidade de vida dos seus habitantes e dos que as utilizam e a preservação dos valores históricos e culturais do passado; A manutenção da função habitat ao lado da administrativa, comercial e cultural é um factor importante para a preservação física e social dos sectores centrais das cidade*[983]*";*

Chama a atenção para a necessidade de, na elaboração dos planos directores dessas cidades, ser dada uma atenção especial ao plano de massa, que definirão as características volumétricas de todas as superfícies susceptíveis de serem construídas, visando manter a harmonia entre o novo e o antigo. Alerta para o seguinte: No centro histórico, as novas construções em terrenos vagos deverão evitar a cópia do antigo, mas respeitar a relação de volumes, texturas e cores do contexto do qual se inserem; Uma prática a que se deve imediatamente por termo é a construção de edifícios com avançadas para a rua que alteram as relações volumétricas destas e criam problemas para a arborização e a rede aérea de serviços.

Acerca da Ribeira Grande, Cidade Velha, especificamente, o documento em análise foi peremptório em afirmar*:*

> *"Qualquer intervenção na Ribeira Grande deverá ser precedida da elaboração dum plano para o conjunto. A função deste plano não é a de reconstruir a cidade antiga, mas a de resolver os seus*

[983] AZEVEDO, Paulo de - *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde*. (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura). Documento Nº 01946. Unesco. Paris. 1981.

conflitos actuais e orientar o seu crescimento futuro, respeitando os vestígios históricos. O rejuvenescimento das casas populares deverá limitar-se aos casos indispensáveis. É bom notar que as ruínas monumentais que emergem, por vezes, de um conjunto de arquitectura popular, por vezes da densa vegetação tropical, constituem um quadro pitoresco em si mesmo, que merece ser preservado". (...)

"Paralelamente à sua função actual de porto de pescadores, poderá desenvolver-se uma actividade turística, criando assim uma ocupação para muitos dos seus ocupantes actuais. O seu duplo interesse histórico e a proximidade da capital dão à Ribeira Grande boas perspectivas de desenvolvimento turístico"[984].

Afirma-se também que a localização dos equipamentos comunais e turísticos deveria ser indicada no plano director. No respeitante à consolidação dos edifícios culturais opina que bastaria limpar os locais e consolidar as ruínas. Adianta-se ainda que a única estrutura que estava em condições de ser restaurada era a igreja do Convento de S. Francisco, sendo que a remoção dos escombros das ruínas e eventuais prospecções deveriam ser feitas sob a orientação de um arqueólogo. Sustenta-se a necessidade da criação de um Museu:

"Os objectos salvos no decurso desta operação, assim como a cópia dos documentos, planos e fotografias da Cidade Velha poderão ser reunidos num museu de sítio que pode ser instalado nesta mesma igreja. Para isso bastaria refazer o tecto que resta do edifício no seu aspecto vetusto. As peças mais importantes, especialmente as esculturas que se encontram por terra na igreja, deverão ser também expostas neste museu. Os outros fragmentos de colunas, arcos, cornijas, etc. poderão ficar onde se encontram, porém, agrupados segundo as suas formas primitivas[985].

No respeitante à preservação dos bens mobiliários adianta-se que o maior perigo que ameaça estes bens é o roubo, a comercialização e a exportação clandestina e que o único meio eficaz de evitar estes males é a realização dum inventário exaustivo desses bens, ligando os seus proprietários à sua protecção. Adianta-se ainda que, para que estes bens cumpram plenamente a sua função cultural e educativa, recomenda-se que se reunam em museus, adiantando-se que já se tinha pensado nisso em 1871, criando a Biblioteca /Museu da Praia, (Amaral, 1964, p. 232). A biblioteca sobreviveu, mas não o museu, segundo o mesmo. Acrescenta: *"Nas recomendações relativas à Cidade Velha*

[984] Ibidem
[985] Ibidem

propusemos a criação dum museu de sítio na igreja do convento de São Francisco, onde seria reunida toda a memória da Ribeira Grande, incluindo as imagens pias e fragmentos de retábulos que se encontram actualmente no seminário da Praia, depois de convenientemente restaurados"[986]. Sugere-se um outro museu que seria interessante organizar, é o do *"Homem cabo-verdiano"*. Neste museu de caracter etnográfico seriam reunidos os vestígios da evolução sociocultural da nação. Não foi possível identificar as imagens pias e os fragmentos de retábulos que estavam no Seminário da Praia. Contactamos D. Paulino Évora, que foi Bispo, no edifício da cáritas na Achada de S. António e encaminhou-nos para o Salão Paroquial, onde sob a orientação do padre Emanuel Freire, identificamos várias outras imagens de santos pios, mas não havia sinal de tais fragmentos de retábulos.

Não descurando "a *salvaguarda da memória escrita"* realça-se a *"urgência em se organizarem arquivos centrais que reúnam e cataloguem toda a documentação histórica existente no país".* Sugere-se que esta documentação poderá ser aumentada mediante uma troca de microfilmes com os arquivos portugueses, em particular o Arquivo Histórico Ultramarino. Alerta-se também para o facto de em Portugal se encontrar também uma importante documentação fotográfica sobre a Ribeira Grande, organizada pelos "Amigos da Cidade Velha" para uma exposição, realizada em 1960 (Figueiredo, 1960). Elucida que, com a transferência regular dos seus membros para Portugal, este documento indispensável à compreensão da imagem da Cidade Velha *"também se foi"* [987]. Pelo exposto ficamos a saber que realizou-se uma exposição em Portugal em 1960. Afirma que imagens deste conjunto encontram-se em "CABO VERDE - Boletim de propaganda e Informação"[988]. O grupo "Amigos da Cidade Velha" tinha sido nomeado pelo Governador, como já referimos, para a preparação da efeméride, o primeiro centenário da elevação da vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade, realizada a 14 de Junho de 1958, nos Paços do Concelho da cidade da Praia. O programa incluía uma Romagem à Cidade Velha, a primeira cidade de Cabo Verde, realizada no dia 16 do mesmo mês, tendo-se celebrado a Missa Campal no Largo do

[986] Ibidem
[987] Ibidem
[988] CABO VERDE-Boletim de propaganda e Informação. Ano IX, Nº 105, 1958.

Pelourinho[989]. Esta missa foi proferida pelo Padre Campos, missionário do Espírito Santo, um sacerdote que tem dedicado a sua vida à igreja católica de Cabo Verde e que esteve a ocupar-se das paróquias do Santíssimo Nome de Jesus e de S. João Baptista, do Município da Ribeira Grande, desde 1956, dando atenção especial aos mais necessitados[990].

Este documento de Azevedo[991], traz mais-valias e recomendações úteis sobre a salvaguarda da Cidade Velha, e acerca dos edifícios religiosos, que nos interessou apontar aqui, pois são assuntos que acrescentam mais conhecimentos acerca deles, para além dos que já apreendemos até este momento. Nos estudos realizados actualmente, que propiciaram a nomeação desta cidade a Património Universal, ter-se-ia levado em consideração o "apport" do estudo do documento *"Cidade Velha. Da Destruição à Valorização"*, que pensamos ser de recomendar, a quem se dedique ao estudo deste sítio histórico, e porque identifica os bens da igreja, especificamente os edifícios religiosos e os elementos de Arte Sacra, importantes para a nossa dissertação. Trouxe algumas luzes a respeito destes assuntos, alguns dados da cronologia histórica e das actividades de preservação, e também questões e situações que se ligam a estes temas.

2.1.15.2. Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde (1969)[992] - Relatório de Luís Benavente; Anexo 1, do Dr. Geral de Economia, Engenheiro Ruy de Araújo Ribeiro.

O Anexo 1 do Relatório, um documento da autoria do Dr. Geral de Economia, Engenheiro Ruy de Araújo Ribeiro, apresenta a seguinte frase que caracteriza a cidade da época:

> *"A velha povoação é hoje constituída por restos mais que arruinados dos edifícios e construções das épocas atrasadas, jazendo entre humildes habitações de pescadores ou agricultores, em cujas*

[989] Ibidem
[990] FERREIRA, Hermínia Curado - *Padre campos – o Missionário do Espírito Santo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2016.
[991] AZEVEDO, Paulo de - *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde.* (Relatório de Missão). (Traduzido do original francês pela Direcção Geral da Cultura). Documento Nº 01946. Unesco. Paris. 1981.
[992] BENAVENTE, Luís (arquitecto) - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da província de Cabo Verde*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Setembro de 1969.

paredes esculpidas ou mesmo tumulares, que foram desviadas dos velhos monumentos que sagradamente já são pertença da História. E aqui, outro sentimento domina o visitante, o da tristeza por tal desbarato.

Legítimo ou não, este é o sentimento colhido"[993].

Refere o autor que tinha informações do arquitecto Benavente, de que se estava a proceder ao restauro do pelourinho e peças esculpidas de grande valor histórico e artístico mas que lhe parecia que não havia nenhum plano ou programa geral aprovado de protecção e defesa para a Cidade da Ribeira Grande que incluísse a reposição do seu traçado, o restauro das construções ou sua reconstituição, total ou parcelar que viesse a ser estudado e proposto por quem de direito. Refere que várias teses podiam surgir para reconstituição global ou parcelar, nomeadamente, a Sé ou o Mosteiro a repor, pela sua traça; ou que se alinhassem as peças no chão sabendo a sua origem; que não podia dar o seu parecer, pois era ignorante na matéria, afirmando porém: *"mas posso expor a necessidade de se preservar a Cidade Velha e sentir que isso é um importante imperativo Nacional, que não pode ser demorado, sem se correr o risco de uma delapidação total".* Seguidamente refere que era necessário assegurar os meios financeiros para os trabalhos a serem realizados, que a província teria a sua palavra a dar *"pois gostosamente"* asseguraria esses meios, desde que lhe fossem dados os auxílios na área das especialidades artística, histórica e artesãos competentes dado que aquele caso era pertença da Metrópole, que considerava estar-se perante um caso Nacional. Refere ainda que julgava que uma disposição legal de protecção devia ser imediatamente publicada. Termina do seguinte modo:

"Rogo a Vossa Excelência, Senhor Ministro, me revele a ousadia, mas julgo meu dever não deixar passar esta oportunidade sem solicitar a atenção de Vossa Excelência, para a conservação do que resta da Cidade da Ribeira Grande, por forma a que, dos seus restos espalhados, ainda possa fazer dela um Padrão valioso, de Homenagem aos Antepassados e de Fé aos Vindouros".

[993] BENAVENTE, Luís (arquitecto) - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da província de Cabo Verde*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Setembro de 1969, p.2.

Relativamente ao técnico responsável pelos trabalhos a serem realizados, aos custos e capacidade financeira, refere que o arquitecto Benavente estava *"em rara posição de se responsabilizar pelo programa que fosse aprovado pela sua Excelência e de o realizar em cooperação com o Governo Provincial, de acordo com as disponibilidades financeiras concedidas em cada ano orçamental"* o que assi assegurava o êxito do programa *"que ele bem desejaria que fosse marcado para o futuro próximo e longínquo pelo mesmo ministro".*

Este documento traz a data de 23 de Junho de 1969, Lisboa. Tem a assinatura de Ruy de Araújo Ribeiro, Director Geral da Economia.

2.1.15.2.1. Relatório acerca da Salvaguarda e Proteção do Património Artístico da Província de Cabo Verde, de Setembro de 1969, da autoria de Luís Benavente.

Na introdução ao Relatório acerca da Salvaguarda e Proteção do Património Artístico da Província de Cabo Verde, de Setembro de 1969, da autoria de Luís Benavente, este refere os seguintes documentos: O Anexo 1 ao seu relatório, do Exmo. Director Geral de Economia, Engenheiro Ruy Ribeiro; a Carta a Sua Exc. o Ministro do Exmo. Inspector Superior de Administração Ultramarina, Dr. Fernando Pereira Bastos. Sublinha que estes documentos originaram dois despachos de Sua Exc. o Ministro sendo: o 1º para que Benavente se pronunciasse sobre o anexo I, o que fez, e o 2º, um parecer sobre a "Carta" do Exmo. Inspector Dr. Fernando Pereira Bastos, que enviava naquele momento para apreciação. Considera que foi uma grande oportunidade o aparecimento daqueles dois documentos que versavam sobre o Património Histórico-Artístico de Cabo *Verde (*"pelo qual vimos pugnando há muito"), afirmando que após *"porfiadas tentativas"*, julgava que *"se tenha concertado"* para a possibilidade do início executivo dos trabalhos de restauro dos Monumentos da Província de Cabo Verde dado que se aceitou a deslocação de um colaborador para aí com aquela incumbência .

Fazendo uma retrospetiva refere que "em resultado" da recolha de elementos feita por ele mesmo, com vista à elaboração de projectos que possibilitassem o início dos trabalhos dos monumentos de Cabo Verde, sendo alguns já concluídos e outros em vias

de conclusão, para que houvesse sequência no trabalho, devia ser realizado sem interrupções quando fosse iniciado (BENAVENTE, 1969, 1). Refere também que por sua iniciativa - de Benavente – é que foi lançada na província, com vista a que fossem restaurados os seus elementos de valor, transportáveis, que fizeram com que imagens e outros fossem para sua recuperação em Portugal bem como o seu envio posterior ao local de origem. A primeira parte do envio, era constituída por imagens pias, uma pintura e o pelourinho da Cidade Velha - uma exposição destes elementos estava a ser organizada em Lisboa com vista a mostrá-la ao público como exemplo de valor cultural. E escreve:

> *"Diremos também que o Património Histórico-Artístico de Cabo Verde, apesar das delapidações sofridas pela acção do tempo e do homem, era de tal modo valioso que se impunha uma acção efectiva por intermédio de estudos continuados para aclarar e esclarecer de modo a ser possível no momento oportuno dar-lhe efectividade pela execução de obra quando tal se proporcionasse." (BENAVENTE, 1969, 2).*

Benavente havia apresentado um programa para tal fim, e afirmara que os conhecimentos adquiridos destes estudos realizados permitia avançar mais, e ter uma noção cada vez mais exacta do que se devia fazer nesta área, permitindo a articulação entre os relatórios elaborados, que era um passo necessário para a defesa do Património - Artístico de Cabo Verde. Devia considerar-se uma ligação íntima entre os relatórios e os pareceres que havia dado sobre o assunto.

O Relatório acerca da Salvaguarda e Protecção do Património Artístico da Província de Cabo Verde de 1969[994] que Luís Benavente elaborou, com base nos documentos citados e em cumprimento ao despacho de S. Exc. o Ministro apresenta: uma parte genérica com uma análise rápida do que existia e do que era preciso pôr em prática; e uma programação geral sumária (títulos). A 2ª parte de "feição executiva" descreve e expõe o que se realizava na altura, o modo positivo de agir em relação ao património e

[994] BENAVENTE, Luís (arquitecto) - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da província de Cabo Verde*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Setembro de 1969.

pormenores julgados úteis. Aponta pois, em *"Matéria sumária acerca do património histórico-artístico da Província de Cabo Verde, sua descrição e modo de o proteger, restaurar e valorizar",* pontos da primeira parte que considerava serem úteis. Aponta 73 pontos a serem tomados em conta, das quais podemos destacar as medidas a serem tomadas relativamente ao património da província, em que especifica: as técnicas, as administrativas e as locais. Descrimina os pontos que deviam ser tomados em conta:

O 1º - necessidade de um estudo no sentido do seu inventário, classificação e valorização do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde.
2º - continuação de esclarecimento e organização do Inquérito acerca do Património da província já em estudo de adiantamento acerca da ilha de Santiago.
3º – Verificação das condições de salubridade da zona da cidade da Ribeira Grande de Santiago, tomando-se as disposições necessárias no caso da existência de endemias ou outros factores que a possa tornar menos salubre.
4º - Obtenção de um chefe de trabalhos para se ocupar das obras de valorização e Restauro do Património Histórico-Artístico da Província.

A partir do ponto 5º centra-se na Cidade Velha, nomeadamente na necessidade do complemento da planta topográfica da cidade. Sugere a inclusão das parcelas "julgadas convenientes", a sua execução bem como a realização da planta cadastral com o objectivo de se proceder à identificação da posse da propriedade nesta localidade. Indica a seguir os trabalhos que deviam ser realizados: de desobstrução junto à igreja de Nossa Senhora da Graça; e trabalhos de preparação do restauro das igrejas - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Capela de S. Roque; colocação do pelourinho no devido lugar após restauração. Nos pontos seguintes indica os trabalhos a serem realizados na Misericórdia, na Fortaleza de S. Filipe, nos Fortes, e propõe um estudo da localização das verdadeiras construções da cidade de acordo e através de documentos fieis. Propõe também a definição do local, das verdadeiras construções de que era constituída a cidade, e sua reconstrução com materiais existentes depois de recuperadas as cantarias, englobando o bairro de S. Sebastião, onde se encontrariam a maior parte das cantarias da Sé; A fixação das ruinas da Sé e *"a consolidação do existente"* com vista à *"execução de um estudo gráfico de reconstituição com base no existente"*; Estudo de

casas dos séculos XVI e XVIII existentes a meio encosta no princípio da rua da Carreira, sua construção e utilização; Fixação das ruinas incluindo as da casa da janela gótica, que se apresenta incompleta; Restauro da capela da Santíssima Trindade e arranjo da sepultura episcopal vizinha, bem como o acesso ao local.

Propõe ainda a criação de um corpo de polícia local para resguardo de materiais para o trabalho e disciplina dos habitantes e de um regedor ou outro cargo que tivesse uma função administrativa civil, com a missão de manter o respeito entre a população. Propõe o restauro de capelas e igrejas da ilha, de entre as quais: a capela de Nossa Senhora da Conceição (Ribeira Grande), Nossa Senhora da Nazareth, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Esperança, a capela de S. Miguel e do lugar de Ponta Verde, da capela de Nossa Senhora das Graças em Chã de Tanque, sendo este um valioso exemplar do século XVI. No ponto 39 sugere o estudo da localização e elaboração do projecto para o Museu Arquivo para a exposição e guarda de "objectos e documentos da Província, de tal merecedores, incluindo os que já se encontravam restaurados. Propõe estudos para a adução da água e energia eléctrica, projectos de instalação de esgotos e drenagem de águas pluviais para este centro urbano. Prevê ainda a execução de pavimentação com basalto *"nos termos e aspectos antigo"*. No ponto 49, que se reveste também de maior importância para este nosso trabalho de pesquisa, sugere o estudo e restauro e reconstituição para fins utilitários do convento de S. Francisco. No ponto 50, igualmente importante, propõe a continuação da reabilitação da escultura e alfaias religiosas *"até completa reabilitação de todas as peças"*, após inquérito realizado em toda a ilha de Santiago. Propõe a instalação de serviços que pudessem ser instalados na Ribeira Grande em edifícios antigos que seriam reconstruídos, permitindo a fixação de habitantes, contribuindo para a valorização da cidade. Deixa bem claro na segunda parte que,

> *"... A obra que pretende encetar-se é uma obra de grande envergadura. No seu âmbito tem de englobar obras de várias naturezas que vão do completo restauro `a fixação e apresentação da ruina. Por esse motivo passaremos de agora em diante a designá-lo portanto como de "valorização" pois de facto ele não é senão com esse objectivo e para esse resultado. Pesquisar um conjunto construtivo derrubado, à excepção dos trabalhos de arqueologia, sobretudo a romana, é obra que pela primeira vez se realiza no nosso país, porque é o primeiro local de natureza histórica que surge nessas condições e de tal merecedor. Ainda pela razão devida à dimensão e à complexidade dos assuntos*

que nele têm de ser versados, o consideramos como dissemos, um trabalho de grande envergadura. (BENAVENTE, 1969, 2).

Nesta parte versa sobre os seguintes assuntos respeitantes à valorização da Cidade Velha, que deviam ser levados em conta:

- As garantias de condições de sanitárias.
- Assegurar a ausência de endemias: *"garantir as suas boas condições, estado este absolutamente necessário e essencial para permitir a presença do pessoal ocupando-se dos trabalhos que a hão-de valorizar"*. Importante também é esta medida para o turismo.
- Necessidade de um chefe de trabalhos, especializado em monumentos. Este procederia aos trabalhos de restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da capela de S. Roque. Seria uma ocasião para a criação de uma equipa para prosseguir o trabalho de outras obras do mesmo teor. Aponta os trabalhos a fazer nestes. Nos pontos seguintes indica os trabalhos a serem realizados na Misericórdia, na Fortaleza de S. Filipe, nos Fortes, e propõe um estudo da localização das verdadeiras construções da cidade de acordo e através de documentos fiéis.

Propõe estudos para a adução da água e energia eléctrica, projecto de esgotos e drenagem de águas pluviais para este centro urbano e prevê a execução de pavimentação com basalto *"nos termos e aspecto antigo"*. Propõe a instalação de serviços que pudessem ser instalados na Ribeira Grande em edifícios antigos que seriam reconstruídos permitindo a fixação de habitantes, contribuindo para a valorização da cidade mas *"não asilos e albergues que trariam ao conjunto depois de restaurado um aspecto de decrepitude com a qual se pretende acabar"* . No ponto 52, sugere a melhoria das artérias da cidade reconstruindo as antigas: da Porta da cidade junto à Fortaleza Real até à capela de S. Roque, construção de um terreiro no seu adro e depois na direcção do bairro de S. Sebastião e a rua que vai ao Bairro de S. Brás até à Porta da cidade.

Propõe nos pontos seguintes o restauro de pequenas igrejas e capelas da ilha de Santiago - S. João Baptista em Gouveia, Sta. Ana e Sto. António, no caminho de Pico

de Antónia, e revisão geral das peças arquitetónicas com interesse, a fim de serem consideradas como monumentos e abrangidos pela obra de valorização e restauro que pretende empreender. No ponto 57 propõe que durante estas realizações se fizessem pesquisas de imagens pias, pintura, objectos de culto, ourivesaria religiosa e profana e de todos os objectos de valia espiritual e material *"que por completo urge salvar e proteger, organizando simultaneamente a sua inventariação e preparação para classificação"*. No ponto 58 prevê, que após este trabalho realizado se devia fazer a sua classificação; a promoção da recolha e exposição, no Museu-Arquivo, de tudo que contribuísse para o seu enriquecimento, e que, no recheio desta instituição, estivesse incluída a documentação e história referentes aos monumentos classificados e restaurados.

Para o enriquecimento deste Museu, sugere a pesquisa em Portugal de motivos que tenham feito parte em exposições, especialmente até 1940, como estátuas de navegadores e outros, que pudessem interessar para reprodução ou cedência, que contribuissem para o enriquecimento e valorização do Museu-Arquivo Histórico da província de Cabo Verde – ponto 59. No ponto 60 sugere a organização gradual de Processos com vista à sua classificação como Monumentos, dos elementos que compõem o Património Histórico - Artístico da Província, em conformidade com a legislação; que se devia proceder à sua proclamação no Boletim da Província e no Diário do Governo.

Seguidamente refere-se ao estudo e restauro de monumentos de S. Vicente, nomeadamente o Fortim de'l Rei em Mindelo, a igreja de Nossa Senhora da Luz, a Alfândega Velha que seria conservada para servir de Museu, bem como as artérias e os edifícios de Mindelo. Propõe a seguir a realização de inquéritos em S. Vicente e em S. Antão para definir a existência de um Património Histórico – Artístico e a organização de um "dossier", em que participassem todos os elementos deste património, com vista ao seu estudo, valorização e classificação. O mesmo se devia fazer nas outras ilhas do arquipélago, para que se pudesse proceder ao seu estudo pormenorizado, sua valorização e classificação. No ponto 60 propõe ainda *"instalações convenientes e em lugar destacado do Museu para os arquivos especialmente a sua parte histórica"*

afirmando que *"a leitura de documentos neles existentes são elementos poderosos e imprescindíveis na investigação a propósito de monumentos e da sua história".* No ponto 72 sugere *"a manutenção de um pequeno grupo de pessoal resultante das equipas de obra de monumentos, apto para este género de trabalho, no sentido da sua conservação, não podendo ocupar-se de outra natureza de obra para se manter dentro da doutrina do restauro"*. Para finalizar, propõe a constituição de um Almoxarifado, o qual, superiormente orientado por especialistas, deveria ocupar-se da existência e conservação do Património Histórico-Artístico da Província. A sede seria no Museu-Arquivo e caso houvesse desdobramento deste em S. Vicente, uma delegação do Almoxarifado deveria existir nesta ilha.

No "Pos-Scriptum" realça que à 1ª parte do Relatório podiam ser acrescentados outros parágrafos adicionais, que o tempo e o andamento dos trabalhos permitissem, ou lições colhidas no andamento dos trabalhosque se mostrassem convenientes. Os casos apontados por escrito, ao serem resolvidos, passariam a ser historiados e documentados e apontadas como missões realizadas. Refere também que a ordem em que as realizações estão identificados no referido relatório, não segue nenhuma ordem nem prioridade para a execução dos trabalhos, mas apenas serviria para facilidade de identificação quando fosse necessário fazer qualquer citação a respeito do mesmo. Nesta parte versa sobre os seguintes assuntos respeitantes à valorização da Cidade Velha, que deviam ser levados em conta:

- em primeiro lugar as garantias de condições de sanitárias. Assegurar a ausência de endemias: *"garantir as suas boas condições, estado este absolutamente necessário e essencial para permitir a presença do pessoal ocupando-se dos trabalhos que a hão-de valorizar"*. E sublinha: "*Importante também é esta medida para o turismo".*
- Necessidade de um chefe de trabalhos especializado em monumentos. Este procederia aos trabalhos de restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da capela de S. Roque. Seria uma ocasião para a criação de uma equipa para prosseguir o trabalho de outras obras do mesmo teor.

Indica os trabalhos a fazer :

- a primeira, precisava de poucos trabalhos de alvenaria e que necessitava de poucas cantarias destinadas ao complemento de arcos de sineira, degraus de escada helicoidal e pouco mais;
- a segunda, mesmo pequena, precisava de trabalhos que iam *"desde os de alvenaria em fundações e elevação até o restante"*. Propõe que trabalhos fossem realizados neste edifício, que devia servir de "escola" e treino do pessoal. Acrescenta ainda que se devia realizar todo o trabalho de tosco e aguardar as cantarias que lhe eram destinadas.

Depois de concluídos estes trabalhos e de se ter uma equipa preparada que garantisse um bom rendimento da sua mão-de-obra, iniciar-se-ia então os restantes trabalhos, na igreja de Nossa Senhora da Luz e nas capelas do leste da ilha *"resolvendo-se então de um jacto, a revivência de tudo quanto se encontra localizado para essa zona de Santiago".* Refere-se seguir às casas modestas construídas pelos "autóctones" com utilização de cantarias, apontando que o maior problema que se punha naqueles trabalhos era o da cantaria, frisando: *"o que deste material se encontra embebido nas alvenarias das casas modestas será certamente pouco susceptível de recuperação pela demolição das casas e tem poucas condições e probabilidades para poder voltar aos seus lugares"* (BENAVENTE, 1969 22). É de opinião que estas cantarias, depois de recuperadas, iam servir para investigação, mas seria de pouca aplicação, dado que se encontravam quebradas, pois foram partidas propositadamente para facilidades de transporte e aplicação nas paredes destas casas e apenas pequenas peças foram utilizadas em soleiras de portas ou *"duvidosamente"* em ombreiras e pequenas vergas. Sugere que o que não fosse utilizado se encaminhasse para o "Parque" local, que explica mais à frente como será. Escreve que se devia evitar a caça às cantarias, mas que as necessárias ao restauro deviam ser preparadas pelo método normal, com material da pedreira, que devia ser identificada. E afirma, *"portanto, o primeiro grande e difícil trabalho será o de voltar a encontrar as pedreiras e pô-las novamente em condições de nelas se continuar a extracção de pedra de cantaria"*. E acrescenta: *"julgamos não estarem longe da antiga cidade"* (BENAVENTE, 1969, 23). Sugere a demolição ordenada e progressiva das casas modestas para a recuperação das cantarias. Afirma que, quaisquer outros documentos que tivessem, serviriam de documento de estudo, e

que todos os elementos seriam *"resguardados"* num "Parque" onde ficariam *"à vista"*, possibilitando *"sua rápida análise e classificação"*, acrescentando: *"Estes e os que em seguimento venham a ser encontrados poderão dar possibilidades pelas afinidades que patenteiem, da sua atribuição a determinadas construções existentes ou desaparecidas"*.

Benavente propõe pois, trabalhos de conservação e preservação, tendo em vista a valorização do património cultural da Cidade Velha, tendo traçado objectivos consoante as necessidades detectadas. Exceptuara os trabalhos arqueológicos mas pretendia *"pesquisar um conjunto construtivo derrubado (…) sobretudo a romana",* obra que pela primeira vez se realizava em Portugal. Estas directivas e sugestões deviam ser actualmente apreciadas e apropriadas pela Câmara Municipal da Cidade Velha e pelo IIPC, com victa á sua execução, para o bem do turismo em geral, e para o bem do turismo religioso, em particular, nesta cidade.

Refere-se também à reconstrução das casas antigas, à necessidade de ocupar o elemento humano pelo recrutamento de um profissional da área, assistente social ou outro que *"consolide o agrado e o espírito colaborativo dos habitantes, sem o qual ou perante recção, pouco ou nada se poderá fazer"*. Este deveria conceber e executar um programa evitando promessas vãs que podiam liquidar o seu prestígio caso não se cumprisse o prometido. Aponta como função deste, o de fazer evoluir o modo de vida dos realojados, sobretudo no que respeita à higiene, aspecto moral perante a sociedade, organização da família e sua manutenção, cumprimento de deveres cívicos e afirma: *"é necessário que o elemento humano acompanhe a obra de valorização nacional que este trabalho pretende atingir"* (BENAVENTE, 1969, 26).

Refere ainda que se devia dar uma ocupação constante aos moradores, pastores, pescadores e agricultores, que também se podiam ocupar-se do artesanato, que contribuiria para a sua fixação e contribuiria também para o interesse da cidade *"e se adaptaria à sua quietude local"*, (BENAVENTE, 1969, 27) acrescentando que os trabalhos em palha, sobretudo os chapéus de palha, apresentavam uma qualidade e uma perfeição *"que não é excedida pelos da América Central e Antilhas, por sinal altamente*

cotados na Europa". Refere que esta questão devia ser colocada ao departamento que se ocupava em valorizar a exportação, pois era indispensável para a manutenção do artesanato e de um rendimento para a manutenção da vida dos *"executantes"*. Propõe que o artesanato fosse um dos elementos de interesse como ofício para os habitantes da cidade.

Esta é outra questão que devia ser retomada pela edilidade da Cidade Velha na actualidade. Outros exemplos de artesanato antigo de valor podem seridentificados e valorizados, implementando-se a sua promoção, produção e venda aos turistas.

Para evitar que a cidade fosse ocupada por criadores de gado, com os seus currais de cheiro nauseabundo, prevê a reconstrução das casas no seu aspecto primitivo, mas com os interiores de acordo coma sanidade da época e ocupadas por lares, como nos tempos áureos, *"por quem as mereça e esteja de acordo com a sua valorização"*, não prevendo portanto despovoá-la dos seus moradores, mas sim adequar os moradores à nova cidade reconstruída (BENAVENTE, 1969, 28). A este respeito refere: *"Impõe-se portanto além dos edifícios, as novas casas e a previsão de quem as deverá habitar em toda a zona antiga da cidade"*. E afirmara*: "O trabalho de valorização da Ribeira Grande trará pois consigo uma redistribuição de terras, de casas e de execução de outras instalações, 'fora de portas', de acordo com os ofícios dos habitantes"* (BENAVENTE, 1969, 29).

Sugere a construção de estradas e outras entradas além das Portas da Cidade existentes, que permitissem a entrada de autocarros de turismo e carros pesados, e que, para isso, seria necessário a conclusão de levantamentos topográficos já realizados mas incompleto, porque era preciso a identificação de novas parcelas e sua ligação com a existente, formando um todo (BENAVENTE, 1969, 30). A realização do conjunto topográfico e a inserção do cadastro da propriedade, permitiria identificar convenientemente toda a zona de trabalho atingida pela valorização da Ribeira Grande. Deixa bem claro que não pretendia descrever a cidade mas afirma:*"pelo que aí hoje se encontra não poderá fazer-se a verdadeira ideia do que teria sido aquele centro urbano"*. Refere aos escritos antigos que testemunham ter sido a cidade da Ribeira

Grande, *"espelho e reflexo da nossa civilização, indo do fim do período medieval ao barroco do século XVIII"*. Mas descreve assim o que na época existia: *"... coisa alguma do que lá existe actualmente como vida e aspecto, se assemelha de modo nenhum ao que teria sido a antiga cidade. Os autóctones têm vindo a apagá-la pela impiedosa e prometida destruição da sua Sé, dos seus edifícios, das suas igrejas, enfim, por tudo quanto de bom ela teria patenteado* (BENAVENTE, 1969, 31) ".

Quanto ao estado em que a cidade se encontrava opina: *"Restam somente alguns elementos que escaparam a esses saques e o seu aspecto miserável de hoje não é mais do que a consequências de uma delapidação inexorável, criminosa e o qual ali se vê não poderá nunca ser tomado, nem sequer como pálido reflexo do que tenha sido a Ribeira Grande de Santiago, a primeira cidade erguida pelos portugueses no Ultramar* (BENAVENTE, 1969, 32). Finaliza do seguinte modo: *" Esta verdade leva a desejar que a obra que ali se realize possa ser um trabalho que patenteie o que ela foi, através da sua recuperação e valorização e que esta, a faça voltar à vida, de forma a poder mostrar que os portugueses de hoje, querem, por intermédio do salvamento dos seus bens de espírito, continuar a vida que através deles lhes foi legada pelos seus antepassados, de modo a poderem também transmiti-la aos vindouros"* (BENAVENTE, 1969, 32). Feito em Lisboa 25 de Setembro de 1969.

As sugestões e orientações de Luís Benavente são de apontar e realizar na actualidade. Embora muito se tenha realizado no âmbito da preparação para a nomeação desta cidade a Património da Humanidade, muito mais resta a ser feito, nomeadamente no que respeita à criação de um Museu Sacro, e à preservação e valorização dos monumentos religiosos e bens dos mesmos. Bem hajam as palavras de Benavente, tão expressivas e tão apropriadas para a época! Lamentamos que tenham sido letra morta durante vários anos, e que a degradação tenha tomado o lugar dos trabalhos sugeridos por este.

2.1.15.2.3. Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde (1969)[995] – Parecer de Luís Benavente.

No "Parecer" do Arquiecto Luís Benavente apontamos: Após ter-se detido em considerações acerca do estado das ruínas da cidade; de ter explicado que depois de ter estudado as mesmas, o que lhe proporcionou a sensação de manter sempre vivo o desejo de ver a cidade salva e valorizada como merece; de considerar a referida missão um dever imperioso *"para com tão brilhante página da Grandeza Nacional"*, afirma que teve *"imediatamente a noção do que representam as ruínas"* para os portugueses e explica que foi dentro dessa compreensão que elaborou um Plano genérico, decomposto em projectos parcelares tendo ele elaborado alguns, na medida em que havia a promessa de auxílio da Fundação Gulbenkian, que *"desvaneceu"* depois de *"baldados esforços"*. Deviam continuar a execução do Plano apenas com o orçamento da Província, apoiado pelo ministro.

Elucida que antes se havia dado início aos trabalhos, nomeadamente o restauro do Pelourinho da Ribeira Grande que devia embarcar dentro de pouco tempo e as imagens religiosas que restauradas, iam seguir para a província. Refere à restauração exterior da fortaleza Real de S. Filipe e que estavam elaboradas os projectos para a construções interiores desta que se encontrava em ruínas excepto a cisterna, bem como projectos de restauro de igrejas que faziam parte daquele conjunto de monumentos e também outros que se localizavam noutros locais da ilha de Santiago. Explica que todos aqueles trabalhos projectados ou o realizado na Fortaleza se integravam no **Plano elaborado no sentido da reabilitação dos Monumentos da Província de Cabo Verde[996]**.

Refere-se ao problema de recrutamento de um técnico para Cabo Verde, dado a disparidade de vencimentos com a metrópole e que uma nova modalidade sobre esta questão ia ser exposta, dentro de pouco tempo. Lembra que no Plano previa-se o complemento da topografia existente da Ribeira Grande, e também a execução da parte cadastral pois, sem estes elementos, não seria possível cumprir qualquer missão *"de*

[995] BENAVENTE, Luís (arquitecto) - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da província de Cabo Verde*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Setembro de 1969.
[996] Sublinhado nosso.

rasgo" na localidade, pelo que em conversa com o Governador, aventou a hipótese de ser feita este trabalho pelo engenheiro Agrónomo Eliseu, que era no momento Chefe dos Serviços de Educação. Demonstra a sua satisfação em como no mês de Outubro que se aproximava, ia iniciar-se o cadastro da ilha de Santiago. Salienta que só a existência de uma planta topográfica e cadastral poderia dar o necessário conhecimento da existência de muitas quintais e modestas casas de pastores e pescadores, que se encostam a monumentos ou se sobrepõem a casas antigas em ruínas, frisando que na pedra tosca das suas paredes cantarias lavradas, ou lajes tumulares se encontravam, e que estes são elementos *"pertença da História".* Salienta também que as ruínas das fortificações que sobram estavam ocupadas, tendo algumas currais, e noutros, havia plantações minúsculas. Acrescenta: *"Só depois de uma conveniente escalpelização por intermédio do cadastro, nos será possível tomar decisões acerca do que ali se encontra, do modo como restaurar, do que terá de reconstituir-se, ou manter-se numa propositada apresentação da ruina'"*. É de opinião **que se devia realizar a vivificação da cidade com as casas tal como eram e era possível deduzir, com a existência das autoridades devidas, de que o Pelourinho reposto no seu lugar é o símbolo, único modo de não se cair novamente na depreciação e na delapidação do que se houver realizado**[997] (de acordo com o Art. 5º da Carta Internacional de Restauro outorgada em Veneza em 1964). Refere que o assunto era, como dizia o relatório, um *"imperativo nacional"*, que já tinha conhecimento do que era possível fazer e que aguardava os trabalhos de topografia e de cadastrais para dar seguimento ao assunto que merecia aprovação superior. Além de referir que os trabalhos de recuperação estavam em *"bons moldes",* explica que merecia que **o orçamento da Província lhe dedicasse verbas que permitissem, num prazo de quatro anos, se pudesse pôr em prática o que havia para executar**[998]. Termina dizendo que o Governo da Província estava em boas mãos e que ficava a aguardar as decisões. Este documento tem a seguinte data: Lisboa, 18 de Julho de 1969.

[997] Sublinhado nosso.
[998] Ibidem

2.1.15.3. SÍNTESE do « PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA » de Jean-Pierre Wieczorek[999].

Em Junho de 1989, o arquitécto Jean-Pierre Wieczorek, em missão da Unesco, visitou as ilhas de Cabo Verde para examinar as possibilidades e modalidades da inscrição da Cidade Velha na lista das cidades Culturais Mundiais. Este técnico ficou impressionado, como refere este "dossier", pela riqueza cultural da Cidade Velha, mas fez entretanto notar que a situação da planificação e da organização não eram suficientes para uma aceitação pelas autoridades da cultura Mundial. Ainda refere este documento que a Unesco exigiria de Cabo Verde certas garantias para seu engajamento no que respeita à salvaguarda da conservação do sítio. Isto implicaria por uma parte, um trabalho público reforçado para que sensibilizase a população pela história e pelo significado da Cidade Velha, e por outro lado, uma concertação das partes responsáveis para estabelecer uma base de trabalho comum e planificado. Refere ainda o documento que um passo foi dado já, pois um especialista francês colaborou, trabalhando na definição do conteúdo de um estudo preliminar do desenvolvimento urbanístico da Cidade Velha, em que colaboraram também arquitetos do Ministério da Administração Local e Urbanismo, da Direcção Geral do Património Cultural e do Secretariado Administrativo da Praia. Este trabalho é o culminar dos dados definidos então e seria examinado de novo, na sua forma definitiva, pour Jean-Pierre Wieczorek, de acordo com os critérios da Unesco.

Na definição do Quadro, Estado e Finalidade deste documento, aponta-se como base do trabalho de Jean-Pierre Wieczorek, " A Operação Cidade Velha", de 1987, descreve-se a problemática geral da Cidade Velha. A pesquisa efectuada por este consultor da Unesco visava, com base neste documento, pôs a nu as bases da planificação respeitante aos monumentos que devem ser tomados em conta para o estabelecimento de um futuro plano geral no caso da Cidade Velha fosse nomeada uma Cidade Cultural Mundial. O objectivo do presente trabalho não é avaliar o projecto de 1977 mas de procurar tirar as consequências no que respeita o desenvolvimento da cidade, disse.

[999] WIECZOREK, Jean-Pierre - *PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA*. (Rapport etlabli à l' intention du Gouvernement de la République du Cap-Vert par l'órganisation des Nations Unies pour léducation, la science et la culture-Unesco). Nº 01943. 1989.

Afirma que constitui, para as diferentes partes concernentes, uma das bases de trabalho no momento das discussões a serem feitas que vão dar origem ao plano urbanístico. Aguardando este plano, o estudo preliminar devia servir de referência para julgar os projectos de construção. Podia ser utilizado para a feitura de uma brochura de informações, como sugeriu J.P.Wieczorek.

2.1.15.4. Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha[1000].

No « Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha » define-se o objeto deste estudo, e no ponto 1.1 deste, pode-se ler que em Junho de 1989 o arquiteto Jean-Pierre Wieczorek, em missão da Unesco visitou as ilhas de Cabo Verde para examinar as possibilidades e modalidades da inscrição da Cidade Velha na lista das cidades Culturais Mundiais. Este técnico ficou impressionado, como refere este "dossier" pela riqueza cultural da Cidade Velha mas fez entretanto notar que a situação da planificação e da organização não eram suficientes para uma aceitação pelas autoridades da cultura Mundial. Ainda refere este documento que a Unesco exigiria de Cabo Verde certas garantias para seu engajamento no que respeita a salvaguarda da conservação do sítio. Isto implicaria por uma parte um trabalho público reforçado para sensibilizar a população pela história e pelo significado da Cidade Velha, e por outro lado, uma concertação das partes responsáveis por estabelecer uma base de trabalho comum e planificado. Refere ainda o doc. que um passo foi dado já pois um especialista francês que colaborou trabalhando na definição do conteúdo de um estudo preliminar do desenvolvimento urbanístico da Cidade Velha em que colaboraram também arquitetos do Ministério da Administração local e Urbanismo, da Direcção Geral do Património Cultural e do Secretariado Administrativo da Praia. Este trabalho foi o culminar dos dados definidos então e seria examinado de novo, na sua forma definitiva, por Jean-

[1000] ROELS, Johan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials. Praia. Outubro de 1989.

Pierre Wieczorek[1001], de acordo com os critérios da Unesco. Na definição do quadro, o estado e a finalidade do trabalho escrito em causa, aponta que a base trabalho efectuado foi o Documento, "Operação Cidade Velha" de 1987, que descreve a problemática geral da Cidade Velha. A pesquisa efectuada pelo consultor da Unesco mostrou que o seu desenvolvimento, inicialmente previsto no seu texto (p. 9) é de facto indispensável. O estudo em causa contribui para isso. Visa por a nu as bases da planificação respeitante aos monumentos que devem ser tomados em conta para o estabelecimento de um futuro plano geral no caso da Cidade Velha venha a ter o título de Cidade Cultural mundial. O objectivo do presente trabalho não era avaliar o projecto de 1977 mas de procurar tirar as consequências no que respeita o desenvolvimento da cidade. O autor afirma que constitui, para as diferentes partes concernentes uma das bases de trabalho no momento das discussões a serem feitas que vão dar origem ao plano de urbanístico. Aguardando este plano, o estudo preliminar deve servir de referência para julgar os projectos de construção "remis" existentes ou revistos. Pode ser utilizado para a feitura de uma brochura de informações como sugeriu J.P.Wieczorek[1002].

No ponto 1.3. define que a situação da Cidade Velha é caracterizada pela decomposição e destruição (entre outras coisa pelas novas construções) de testemunhos históricos e culturais da antiga capital, à modificação das construções históricas, a um número crescente de novas construções não autorizadas a que se junta uma concepção errada do desenvolvimento e a falta de uma autoridade administrativa. O especialista avança: *" À l´aide des photos et de documents on peut mettre en évidence les signes d' une dégradation rapide qui aura bientôt raison d' autres constructions historique. La population s'est habitué à cette tendence; il arrive souvent que des restes de monuments soient utilizes pour la constrution dúne maison particulière"*. Indica também que os restos de construções históricas não são, aliás, nem assinalados nem protegidos. *"Alguns são irreconhecíveis, outras encontram-se em locais agrícolas, outras enfim fazem parte lamentavelmente da natureza"*. No que respeita à protecção dos

[1001] WIECZOREK, Jean-Pierre - *PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA.* (Rapport etlabli à l' intention du Gouvernement de la République du Cap-Vert par l'órganisation des Nations Unies pour léducation, la science et la culture-Unesco). Nº 01943. 1989.
[1002] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rapport avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

monumentos, a situação era alarmante e exige trabalhos concretos para evitar uma destruição mais ampla. No item, definição do Método de elaboração, no item Competências/(Parties Prenantes) propõe o seguinte: A elaboração deste estudo de desenvolvimento é um trabalho comum do Ministério de Administração Local, Urbanismo, da Direcção Geral do património Cultural e do Secretariado Administrativo da Praia. O Secretariado administrativo encarregar-se-á da sua realização[1003].

Este estudo pretende definir a direcção da planificação estabelecida pelas três partes administrativas responsáveis pelo projecto de reconhecimento da Cidade Velha, como Cidade Cultural Mundial. As operações que servem este objectivo deviam ser elaboradas, apresentadas e formuladas num catálogo, agrupando-os e tendo a função de caderno de encargos, afirma o autor. Na "Definição das Etapas" de trabalho explicita: "*Um plano geral informa, em primeiro lugar, da localização dos diferentes monumentos. As possibilidades de desenvolvimento do sítio, são apresentadas em seguida num plano de zonas, completadas por um esquema de regulamentação"*. Seguindo as instruções detalhadas correspondentes aos planos de cada zona e das condições de construção de cada zona de desenvolvimento. O estudo é completado por um catálogo dos trabalhos, que contêm as etapas concretas do trabalho, as necessidades e das exigências e as anotações da planificação do desenvolvimento do plano aludido.

Quanto aos destinatários alerta o mesmo: Este estudo deve ter valor de decreto para as três partes responsáveis pela planificação, figurar nos arquivos, e um exemplar deve ser endereçada a ARC, a Jean-Pierre Wieczoroc para avaliação. Os diferentes grupos que participavam no desenvolvimento deviam ser informados sobre o referido documento. No item "Quadro Histórico-Cultural", para além de dados históricos, aludiu-se à missão da Unesco realizada por Paulo Azevedo (1980), para depois se debruçar sobre o património cultural actual da Cidade Velha e seu estado actual, e ao conjunto urbano da cidade da Ribeira Grande. Conclui o autor :

[1003] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials. Praia. Outubro de 1989.

"Le changement de capitale, determine depuis 1612 pour son insolubritá et son manque de sécurité, sést efffeué dans la moitié du XVIII ème siécle. L´`eveque Fr. Pedro Jacinto Valente arrivent à Ribeira Grande en 1754, se retire dle Même jour et va résider à S. Antão, abandonnant l´Église monumentale, commencée deux siécles auparavant et le Palais Episcopal »[1004].

O Governador, Joaquim Saldanha Lobo, fez a mesma coisa em 1769, fixando-se na Praia, sob a ordem de Marques de Pombal. Em 1824, o padre D. Fr. Jerónimo procura revitalizar a cidade reedificando o Palácio Episcopal e construindo um seminário. Seu regresso inesperado para Portugal faz abortar a tentativa e começa um processo de destruição sistemática da cidade, os monumentos são demolidos, pedras talhadas são transportadas em barcos (VALDEZ, 1864, p. 239) para as obras públicas da Praia. Apenas um monumento subsistiu, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, que apresenta uma preciosa capela lateral gótica e uma colecção significativa de imagens pias. Afirma o autor: *"Entre as ruínas, estabeleceu-se, em casinhotos de pedra, desde pelo menos o fim do século XVIII, uma população de pescadores, que manifestam costumes tipicamente rurais. É esta população que mantém, num certo sentido, a Cidade Velha"* .

Este documento traz mais-valias e recomendações úteis sobre a salvaguarda da Cidade Velha, e acerca dos edifícios religiosos, e nos interessou apontar aqui, pois são assuntos que acrescentam mais conhecimentos acerca deles, para além dos que já apreendemos até este momento. Nos estudos realizados actualmente, que propiciaram a nomeação desta cidade a Património Universal, ter-se-ia levado em consideração este "apport" que pensamos ser de recomendar a quem se dedique ao estudo deste sítio histórico. Para a nossa dissertação, trouxe algumas luzes a respeito de assuntos já referidos e/ou a confirmação de alguns dados da cronologia histórica e das actividades de preservação, restauro e salvaguarda do sítio e dos monumentos religiosos, e outras relacionadas com os bens culturais, realizadas nesta cidade.

Ainda no ponto 1.3. explicita:*" À l´aide des photos et de documents on peut mettre en évidence les signes d'une dégradation rapide qui aura bientôt raison d'autres constructions historique. La population c'est habitué à cette tendence; il arrive souvent*

[1004] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials. Praia. Outubro de 1989.

*que des restes de monuments soient utilizés pour la constrution dúne meison particulière".*Regista também que restos de construções históricas não são aliás, nem assinalados, nem protegidos, algumas são irreconhecíveis, outras encontram-se em locais agrícolas, outras enfim fazem parte, lamentavelmente, da natureza. No que respeita à protecção dos monumentos, a situação era alarmante e exigia trabalhos concretos, para evitar uma destruição mais ampla. Depois de se ter debruçado sobre a história e a situação actual da Cidade Velha, através de um dignóstico completo, em que refere-se sobre o estado dos monumentos culturais, descreve, no item "Generalités sur la preservation du site de Cidade Velha" apontando :

« Le site et les édifices de Cidade Velha doivent être conserver car ils sont liés à des événements historiques et symboliques de première importance ». Lamenta o seguinte facto : *« malhereusement la dégradation de Cidade Velha s'est effétuée en l'absence de tout programme planifié cohérent. Le gouvernement du Cap-Vert devra promulguer des lois spéciales afin que des mesures à courte échéance soient prises á l'echelon national pour sauvegarder et proteger le patrimoine de Cidade Velha »* (p.5). No « Mise en garde sur le programme de préservation », pede que se tenha em conta : (…) *«la réussite d'un programme de conservation et de restauration demande non selement des moyens d'exécution suffisante, mais aussi la volonté de le mener à bien. Beaucoup d«autres facteurs entrent en jeu, notamment l'ogmentation de la population urbaine locale et les progrès de l'élevation effective ou escomptée du niveau de vie des habitants de Cidade Velha*[1005] .

Chama a atenção das autoridades para certos cuidados, recomendações ainda actuais e em implementação, de entre os quais:

- *« L' electrification, auront une incidence sur les programes de conservation du site meme et des environs de cidade Velha.*
- *Les unités siciales fonctionelles peuvent parfois perdre leur cohésion et parallèllement, les maisons anciènnes, à caractere historique, les unités artisanalles ou agricoles, pourraient être*

[1005] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (un rapport avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials. Praia. Outubro de 1989.

progressivement remplacées par des "boutiques" ou de petits immeubles d'habitation en béton armée, à l'intar de ceux installées sur le Plateau de Praia. Aux abords de la place centrale de Cidade Velha, dite "du Pilori", les façades, au niveau du rez-de-chaussée de certaines maisons enciennes, ont été rehaussées d'un étage et refaites dans un style moderne qui jure avec les maisons voisines, toutes de plain-pied, altérant ainsi le caractere des rues de l'espace environnant.

Alerta para situações que deveiam ser evitadas e geridas convenientemente:

- Trop souvent les programes d'aménagement Urbain modifient totalement la physionimie d'un site ou d' une ville. Des bâtiments forts intéressants du point de vue de leur architecturew peuvent être rasés s'ils n'ont pas été classes. Il ne s'agit pas d'epargner ou de mettre en valeur un édifice isolé (Sé, tour de la misericorde, église N.Sr. do Rosário, fortins s. Lourenço ou S. Antonio) sans tenir compte de son environnement. Le monumento preserve devient alors vestige anacrhorique, dénaturé par les nouvelles constructions et tous les rapports, historiques et ssthitiques, sont littéralement détruits ».

Propõe também a criação de :

- Um Comité de coordenação e ligação entre os diferentes actores :
- Direcção Geral do Património Cultural
- Direcção Geral do Ministério da Cultura
- Direcção da Planificação do Ministério da Educação
- Ministério de Desenvolvimento rural e da pesca
- Ministério da Administração Local e do urbanismo
- Laboratório experimental do Ministério da Construção
- Direcção do Centro de Promoção do Artesanato
- Direcção dos Arquivos Nacionais

Refere este documento que certos países em rápido desenvolvimento empreenderam programas incoerentes de conservação de sítios e de monumentos históricos, a fim de criar, num curto espaço de tempo, centros de atracção para a indústria de turismo que implementam, e muito tempo depois, preocupam-se então porque os bens de valor são destruídos. Este processo é, lamentamos, irreversível, afirma o autor, acrescentando:

Portanto, na Cidade Velha, independentemente das considerações económicas, uma maior atenção será dada a uma questão fundamental, a do meio qui será conveniente aos habitantes. Comporta numerosos aspectos, pelo que o estudo exigirá o concurso de sociólogos, historiadores, arquitectos, biologistas, e toda a panóplia de outros especialistas. Os que vão ocupar-se da conservação devem colaborar com a população na solução da melhoria qualitativa do meio ambiente. "Tout plan de sauvegarde sera intimement lié au quotidien de la communauté" (p. 7)[1006].

Afirma ainda que a competência do pessoal administrativo e técnico qui se encarregaria da conservação do sítio da Cidade Velha seria um dos imperativos de base e que, concebida pois numa óptica interdisciplinar, esta conservação seria confiada a responsáveis que se dedicariam inteiramente à sua resolução. No ponto V faz a apresentação do conjunto urbano da Cidade Velha, em que destaca a apresentação do sítio e dos equipamentos deste, ilustrado por 75 fichas, divididas em três capítulos principais, faz a identificação do património arquictetoral, a identificação do património etno-arquitectural, e por último, o reconhecimento da urbanização actual. Cada Ficha do inventário contém um número, o nome do edifício, sua localização, o nº de identificação em relação ao mapa geral do sítio. Algumas fichas "complementares" têm uma série de informações respeitantes ao edifício ou ao bem cultural: o estado de conservação, o tipo de imagem a fazer-se (manual, fotográfico ou fotogramétrica), as medidas de protecção necessárias e os riscos eventuais de degradação. Todas as fichas têm um espaço reservado à documentação complementar (desenho do terreno, esquema específico, gravura, fotografia …) e enfim, uma rúbrica no pé da página, onde figuram as observações gerais específicas ao edifício ou objecto estudado.

No ponto VI, "*Elaboração d'un plan d'amenagement Directeur de Cidade Velha et des environs"*, descreve-se o objectivo do estudo: *"A conservação e a valorização do património da cidade Velha requer não só uma tomada de consciência dos monumentos e edifícios importantes, em ruinas, a maior parte deles, mas também o reconhecimento*

[1006] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

do valor, sobretudo moral e simbólico do contexto onde se situam"[1007]. Apresenta um método analítico de análise morfológica dos diferentes tecidos urbanos que permitirá:

- revelar as qualidades de diferentes bairros do sítio da cidade Velha
- orientar as operações de conservação e valorizá-las para delimitar os sectores de intervenção e definir as regras às quais tais intervenções devem se submeter.

Afirma que o interesse dum estudo desta envergadura permitiria a apreensão de todas as componentes do tecido urbano actual mas também de retirar (por a nu) a riqueza da sintaxe urbana da Cidade Velha (p. 7 a 8). Refere ainda que a demolição de um edifício religioso ou militar, ou a construção de uma única pequena casa de habitação pode perturbar a coerência geral do sistema (p. 8): *" La démolition d'un édifice ancien (à caractere religieux ou militaire) ou la construcion d'une seule petite maison d'habitation, peut perturber la cohérence générale du système* (ver fichas nº 70,72,74,75, p. 8).Acrescenta:

> *"É preciso saber em que condições, é possível ajustar elementos novos à forma urbana actual ou de a decidir, sem trair a sua personalidade. Do mesmo modo é preciso saber quais são os limites a atender no sentido de fazer evoluir a face dos diferentes bairros ou zonas de influência da Cidade Velha sem a desfigurar. Assim hà necessidade de trabalhar em estreita colaboração com todos os intervenientes locais e nacionais que têm projectos sobre o sítio ou nas redondezas (p. 8). A necessidade de por em marcha um Plano Director (PAD) não é de construir a cidade antiga mas de resolver os seus conflitos actuais e de orientar o seu crescimento futuro respeitando não apenas os vestígios históricos mas de valorizar o quadro paisagístico muito pitoresco da Cidade Velha (p.8). Um Plano Director de 'aménagement' deve permitir a criação de uma unidade harmoniosa em que os aspectos socioculturais poderiam provocar processos de desenvolvimento local*[1008]*".*

Este arquitecto consultor da Unesco trabalhou com Senhor Jorge Teixeira, arquitecto da Direcção Geral do património Cultural e responsável das operações de coordenação do sítio da Cidade Velha, e o senhor Helmut Kuhlmann, arquitecto, e Elmar Kuhlmann,

[1007] Esclarece que, um meio misto como a Cidade Velha onde coabitam uma rica arquitectura antiga, com uma vida rural tradicional bem ritmada, um edifício, mesmo sob a forma de ruina, só terá toda a sua significação se relacionada ao vocabulário urbano ou citadino em que se encere, com coerência e unidade. Fonte: ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

[1008] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

arquitecto estagiário do secretariado da cidade da Praia. Uma divisão da área geográfica da Cidade Velha foi definida. Foi dividida em 8 zonas:

Zona 1 – Zona altamente histórica que contém a maior parte dos edifícios religiosos: Sé, torre da Misericórdia, igreja de Nossa Senhora do Rosário, o convento de S. Francisco, e os edifícios militares, Fortaleza de S. Filipe, fortes e muralhas (ver anexo 6). Nesta zona em que toda a construção moderna devia ser excluída, seriam tomadas em conta a localização dos vestígios existentes e a presença de construções modernas que não são expropriáveis. É nesta zona que se manifestariam todas as actividades de pesquisa, tais como pesquisa arqueológica, preservação e restauração de monumentos. Um perímetro especial salvaguardado de 500m seria criado à volta da Fortaleza de S. Filipe (ver ficha nº 41); Zona II, constituída pelo tecido urbano muito denso. Zona III, que é atravessada pela antiga via de acesso à fortaleza; Zona IV, que seria a possível zona de extensão; Zona V, de culturas e terraços de culturas; Zona VI, a da ribeira chamada Ribeira Grande; Zona VII que é a da praça do Pelourinho; e zona VIII, que é a do porto e da praia.

Na Zona VII, da Praça do Pelourinho, propõe-se que a praça seja perfeitamente definida pela sua área pavimentada, pois impunha-se às construções vizinhas, era de adoptar figuras homogéneas, pelo menos na zona contígua vizinha da praça, como o alinhamento das fachadas, a harmonia das alturas. No interior desta zona, as construções referentes à habitação deveriam respeitar as vistas sobre os elementos principais, nomeadamente, evitar a noção de edifício – ecrã, fechando e estorvando literalmente a vista sobre o sítio da Fortaleza real (ver ficha nº 74).Uma harmonia das alturas e dos tectos seria compatível com o Plano Director.

Todos os trabalhos a serem realizados nesta praça, seriam conduzidos em simbiose com as intervenções urbanísticas, feitas no sítio do porto e da praia (zona VIII) (pag. 10). Propõe-se a realização de um inventário do património não apenas dos edifícios do património religioso ou militar, mas também sobre as construções que pertencem às estruturas habitacionais, tais como as pequenas casas domésticas, assim como todas as construções anexas. Uma acção particular seria posto sobre as zonas I e II do sítio. Este

inventário implicaria a execução de um levantamento arquitectural detalhado acrescido de uma descrição dos materiais, dos detalhes da construção, e das condições físicas na qual encontram-se estas construções. A realização de tal inventário far-se-ia a partir de fichas-tipo elaboradas pela Direcção do Património Cultural e do Ministério da Administração Local e do Urbanismo (MALU). Apresenta na página 13 uma imagem da cidade.

Esclarece que se a documentação for insuficiente ou inexistente, pesquisas arqueológicas poderiam fornecer numerosas informações, na vizinhança da Sé, no sector de Nossa Senhora do Rosário, sobre o traçado da antiga via que conduz à fortaleza. O conhecimento familiar do edifício (até mesmo do sítio) adquirido assim, ajudaria a determinar os melhores métodos de restauração a aplicar[1009].

Propõe também a recuperação de uma parte das pedras existentes e sua identificação, medição e análise arqueológica e utilização em trabalhos de restauração, utilizando estes jovens que poderiam também participar no controle, sensibilização da população, realização de cartazes de informações, o estudo de um circuito para os visitantes. Refere-se à existência de um grupo de benevolentes, "Grupo de Pesquisa in loco"-(GRUPIL) que já possuía uma experiência pedagógica e mediática muito forte, que se interessava por actividades de informação, de pesquisa e de difusão de documentos sobre a Cidade Velha. As acções pedagógicas com os jovens permitiriam o desenvolvimento integrado da Cidade Velha, na medida que a mobilização da

[1009] Para o estudo propõe um exame arquitectónico e fotográfico no seu estado actual, que permitissem esclarecer certos pontos obscuros do monumento e da sua história que deverá ser feito com cuidado e a precisão possível e a documentação fotográfica de ser completada pelos croquis cotados e "clichés" fotogramétricos, para precisar as suas dimensões as características estruturais de certos detalhes. A seguir a este estudo preliminar terminado, devia-se examinar um grande número de problemas tais como: problemas históricos, artísticos, os princípios estruturais das construções, dados existentes nos edifícios, documentos gráficos, análise de pigmentos e de materiais utilizados. Pretendia-se fazer trabalhos de fotogrametria, de laboratório e de formação de quadros e jovens, estudantes do Liceu nestas áreas, que durantes as férias podiam ser enquadrados por professores de história e historiadores, arquitectos da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) destacando o aspecto pedagógico destas acções: *"L'operation aura pour but de dégager à partir de petits travaux de terrain concrets, une méthodologie pour la sensibilisation des jeunes aux valeurs et aux techniques de préservation du patrimoine"*(pag. 15). Pensava que, com o tempo, esta experiência poderia se renovar regularmente em forma de estágio e ciclos de formação "in situ", sendo que o sítio da Cidade Velha passaria a ser um estaleiro pedagógico piloto. Fonte: ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

população local estimularia o seu interesse em relação à defesa e valorização da herança cultural que lhe pertence[1010].

Ficamos a saber por este documento que um vídeo-filme de 30 mn foi realizado em 1987 sob o título: ex-vila da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde" (pag. 16). Estabelece um *"Programme de Preservation du site de Cidade Velha"*.

Nesta parte, é dito que quatro aspectos distintos eram de tomar em consideração para a execução deste programa: em primeiro lugar o estabelecimento do inventário de todas as construções válidas, em ruinas ou desmanteladas em que os elementos estão espalhadas na cidade e reutilizadas em casas domésticas conduzida por DGPC e o Ministério da Administração Local e do Urbanismo. O segundo, consistiria na consolidação dos principais edifícios ou partes de edifícios do local em que o testemunho fosse precioso para a continuação dos trabalhos (pag. 16). O terceiro era a reabilitação de um edifício que fosse o símbolo da cidade, que passaria a ser um espaço vivo, um lugar de representação cénica, conferências, exposições, um monumento escolhido pelo seu valor histórico-cultural que seria um espaço de estudo e de pesquisas, prolongamento das salas de aula, e um museu de sítio onde todos os elementos contando a antiga Ribeira Grande estariam aí presentes; a criação de um gabinete local de património cultural da cidade Velha (BLPC-CV) que seria composto por um grupo pluridisciplinar de especialistas intervindo em permanência para uns, ou de maneira pontual para outros, em função das actividades a serem conduzidas, orientada por uma equipa pluridisciplinar formada por um chefe de projecto, um assistente técnico, uma direcção permanente de enquadramento do local; coordenação de operações de sensibilização e informações à população local e às autoridades nacionais (pag. 17), um arquitecto a tempo parcial, um desenhador a tempo inteiro, um operador especialista de retirada de amostras manuais fotográfico a tempo parcial e um operador de fotogrametria por tempo determinado (quadro da cooperação internacional), um sociólogo a tempo parcial, e um historiador-arqueológico a tempo parcial. Especialistas do Instituto português do património cultural (IPPC) ou o Instituto

[1010] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

português de investigação científica tropical (IICT) podiam ser solicitados por autoridades cabo-verdianos, conforme as necessidades.

Propõe a instalação de um gabinete do património cultural (BLPC) se instalasse próximo da Catedral e adianta a sua área, custos e divisões. Propõe um plano de urgência com vista a atenuar a degradação dos principais edifícios da Cidade Velha[1011].

Relativamente aos monumentos sacros apontados neste documento propõe-se neste documento:

Sé Catedral: trabalhos de consolidação, proibir a entrada na área arqueológica, limpeza do sítio com arrastamento de terras e de fragmentos de telhas que cobrem as fundações, de modo a se encontrar o solo histórico, e recuperação de esculturas, elementos decorativos, pedras talhadas que se amontoam no solo dentro e à volta do edifício (ver ficha 15), que seriam numerados e inventariados e depois arrumados num lugar fechado garantindo a sua protecção, *"mise hors d'eau des fondations",* sua inspecção e consolidação caso necessário, e consolidação e protecção o coroamento das paredes para evitar as infiltrações de água das chuvas. Esta protecção provisória seria retirada quando o edifício fosse restaurado. Com apoio da cooperação portuguesa, especialistas desta área dariam também formação a jovens cabo-verdianos.

Ruinas do Seminário – consolidar as artes que subsistem da janela gótica, reconstituir o anglo da parede de pedra talhada, proteger a parede acima da janela (ficha nº 21).

No que respeita à Promoção do sítio da Cidade Velha, propõe-se que conjuntamente aos trabalhos de consolidação efectuadas nos diferentes edifícios,seriam organizadas visitas e que as informações seriam difundidas a nível local e nacional. Aconselha-se a instalação de um cartaz de informação em cada zona de conservação. Um cartaz sinótico com nota explicativa dos trabalhos e uma ou várias reproduções do edifício original, que resumisse o conjunto das operações, seria instalado na vizinhança da Sé e

[1011] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

do gabinete local. Afirma o autor que era uma ocasião para todos os alunos se familiarizarem com o sítio e seu património e respectiva explicação. Uma plaqueta mostrando o interesse e o futuro da Cidade Velha poderia ser difundido pelo Ministério do Turismo, ajudado por alguns promotores e grupos internacionais, que tivessem projectos sobre o polo da Cidade Velha[1012].

Nas recomendações propõe-se que se devia por em prática, a curto prazo, um Plano Director, bem como o papel pedagógico deste escritório local, com vista à defesa do património da cidade. Propõe também, um plano de emergência, para atenuar a degradação dos edifícios mais importantes (fichas 67 a 76), para que se pudesse preservar todos os elementos qu subsistiam, procedendo a consolidações de urgência, a fim de conservar a sua autenticidade histórica.

Nas Recomendações propõe-se ainda que, a longo prazo, para que esse facto cultural não fosse apenas teórico. Sugere a introdução nos programas de ensino geral este requisito, e também a formação de técnicos de alto nível. "A operação Cidade Velha" deveria ser o símbolo de uma necessidade de uma pedagogia popular, e recomenda a criação de *"uma Cidade Velha, num edifício histórico judiciosamente escolhido"*, que seria uma ferramenta pedagógica, depositária da memória de um povo cabo-verdiano. O complexo pedagógico e cultural devia contar, além de salas de exposição permanente, galerias de exposição temporária e espaços de animação ao ar livre, para a população local, para os da capital e visitantes estrangeiros, bem como a valorização da especificidade do seu saber fazer, a originalidade da sua história e da sua maneira de ser. Afirma que tal projecto só podeia ser estudado e implementado no quadro de um programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que o sítio da Cidade Velha, depois de requalificada, dever-se-ia por à sua disposição, numerosas programas educativos e de comunicação. A proximidade da capital e a forte concentração de uma população escolarizada seriam factores que contribuiriam para isso[1013].

[1012] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rappot avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.
[1013] ROELS, Jeahan et all - *Étude preliminaire pour le developpement urbanistique de Cidade Velha*. (Un rapport avec l´adoption souhaitée au sein des villes culturels mondials). Praia. Outubro de 1989.

As conclusões deste documento são encorajadores : *"Le peuple cap-verdien doit retrouver à Cidade velha l'histoire générale du pays et celle, quotidienne, de ses habitants. La "fenêtre culturelle" de Cidade Velha ne doit pas être uniquement un lieu d'accumulation et de contemplation de monumento et édifices rajeunis pour visiteurs avisés mis un cours d'histoire ludique*". Propõe também que Cabo Verde recorresse a um pedido, sob forma de cooperação bilateral com Portugal, e outros países, eventualmente sob a tutela da Unesco, bem como de assistência internacional no domínio da conservação, dada a quantidade e riqueza do seu património histórico e porque os seus recursos internos eram limitados.

Dado à sua actualidade, o documento que sintetizamos, deve ser seguido pelas autoridades de hoje, pois, poderá servir de orientação para os trabalhos ainda por realizar, dado que muito do que foi planeado já se realizou, mas muito há-de se realizar ainda, para que a Cidade Velha, após a sua classificação a património da Humanidade, alcance o patamar que merece.

2.1.15.5. Catálogo de Exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago[1014]- apresentação do catálogo por Jaime de Figueiredo e prefácio de António Ressano Garcia Lamas, Presidente do Instituto Português do Património Cultural.

A Exposição em causa, estava integrada nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e foi promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha[1015], Aníbal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire,

[1014] CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. (Exposição integrada nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha (Anibal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde). Edições Henriquinas. 21 de Julho de1960.

[1015] "Os amigos da Cidade Velha", no âmbito das suas actividades e do programa que definiram, divulgavam a história da Cidade Velha. No jornal "Cabo Verde" de Novembro de 1957, publicaram um trabalho de investigação com o título "O último Governador na Ribeira Grande". Fonte: "Os amigos da Cidade Velha". "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).

no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde, a 21 de Julho de1960[1016]. A Apresentação é da autoria de Jaime de Figueiredo[1017]. Pela eloquência do autor e pela evocação histórica veiculada na mesma, apresentamos o seguinte extracto:

> *"Lugar muito especial cabe no plano das comemorações do meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, que coincide com as comemorações nacionais do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, à evocação da antiga cidade da Ribeira Grande".*
> *Núcleo inicial do povoamento das ilhas achadas a sotavento, e sede da mais importante donatária em Santiago, a ribeira Grande representa e simboliza os primórdios da colonização.*
> *Ali ainda no século XV se lançaram as sementes originais da vida que com o tempo tão caracteristicamente viria a plasmar-se na terra crioula; na irradiação do seu âmbito de alargaram as raízes, se entreteceram os liames da nossa formação em contínuo florescimento adentro os liames da nossa formação em contínuo florescimento adentro do conjunto da comunidade lusíada.*
> *É assim a Ribeira Grande a mais antiga povoação portuguesa em terras de Ultramar, desde logo ligada à obra da expansão e evangelização"[1018].*

António Ressano Garcia Lamas, Presidente do Instituto Português do Património Cultural que prefaciou o livro, junta - se a outras vozes, no sentido da salvaguarda da cidade, e os seus benefícios, aludindo-se também à cooperação:

> *"Vem de há anos a intenção de Cabo Verde e Portugal colaborarem no estudo e valorização das ruínas da Cidade Velha, não só por constituírem uma paradigmática representação de património cultural comum, mas também porque reúnem características que podem estimular uma proveitosa reflexão conjunta sobre a própria problemática da recuperação e fruição pública de vestígios arquitectónicos e motivarão, através do envolvimento de especialistas e equipas técnicas de múltiplas*

[1016] Vera Mariz (MARIZ, 2016) havia referido a uma exposição que estava agendada, aquando das comemorações henriquinas, *V Centenário da morte do Infante D. Henrique,* e do *do meio Milénio do Achamento de Cabo Verde.*
[1017] Jaime de Figueiredo é autor do artigo "A Fortaleza de S. Filipe e o seu restauro" pulicado em Junho de 1959 no Jornal "Cabo Verde". Discursou na Romaria à Cidade Velha, cerimónia realizada no âmbito da celebração do centenário da elevação da Vila de S. Maria da Praia a cidade - Cidade da Praia, realizada a 14 de Junho de 1958. Fonte: CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. (Exposição integrada nas Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha (Anibal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde). Edições Henriquinas. 21 de Julho de1960.
[1018] CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. (Exposição integrada nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha (Anibal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde). Edições Henriquinas. 21 de Julho de1960.

valências, a troca de experiências e a abertura de contactos para outros projectos de cooperação"[1019].

A Sé, é considerado por este, como um " *grandioso marco da instalação da Cidade e da ocupação do Arquipélago pode constituir o pólo inspirador e estruturante da abordagem dos vestígios de toda a cidade".* Tinha sido eleita como prioritária pelo que traça algumas actividades desenvolvidas nesse âmbito, o levantamento dos elementos bibliográficos e iconográficos existentes em arquivos portugueses e de que a exposição patente e o respectivo catálogo davam conta. Isto demonstra o interesse que o Instituto português do Património Cultural na reflexão sobre a salvaguarda da cidade, tendo sobretudo em vista a valorização de castelos e de estações arqueológicas. Do empenho colocado na definição de uma metodologia correcta para abordagem do vasto problema da Cidade Velha resultou, a identificação da antiga Sé, como tema do primeiro projecto a desenvolver, em coordenação com a Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, aludida nos seguintes moldes: *"Tornando-o imediatamente útil para as actividades culturais e permitindo que em torno desse pólo se desenvolva a atenção em relação ao património histórico de Cabo Verde, conseguir-se-á certamente suscitar novos interesses por outros projectos semelhantes".*Como em qualquer projecto desta natureza, procedeu-se, primeiramente, ao levantamento dos elementos bibliográficos e iconográficos existentes em arquivos portugueses e de que a presente exposição e catálogo dão conta. Àquela actividade devia seguir-se *"uma campanha de pesquisas arqueológicas na zona da Sé com o objectivo de conhecer, o mais profundamente possível, os elementos remanescentes e fornecer as indicações estruturais e construtivas necessárias à viabilização do estudo prévio de arquitétura, entretanto desenvolvido e que foi considerado particularmente inteligente e feliz".* Apresenta publicamente os estudos realizados e as principais contribuições da parte portuguesa, sendo: Os primeiros estudos, iniciados há mais de três anos, do Arquitecto Alexandre Bráz Mimoso, Director do Departamento do Património Arquitectónico do IPPC; A investigação histórica, ilustrada na presente exposição, realizada pelo Dr. João

[1019] CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. Exposição integrada nas Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha, Anibal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde). Edições Henriquinas. 21 de Julho de1960.

Guilherme Loné Mendes Fagundes, do mesmo Departamento; O projecto de arquitectura, confiado à equipa do Arquitecto João Bento de Almeida; A campanha arqueológica que seria coordenada pelo Dr. Clementino Amaro, do Departamento de Arqueologia; Os estudos estruturais e a organização do processo construtivo, da responsabilidade do Professor José Manuel Nero, do Instituto Superior Técnico, com quem o IIPC estabeleceu um acordo, para o presente projecto. Agradece a colaboração da Direcção Geral da Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Gabinete de Relações Culturais Internacionais, da Secretaria de Estado da Cultura, no respeitante ao enquadramento do projecto e no suporte logístico das várias operações para a realização daquela exposição.

Esta publicação apresenta imagens iconográficas da cidade da Ribeira Grande e textos explicativos de cada. Destacamos o que acompanha a imagem do paço Episcopal que, define os factores que se relacionam com a prosperidade e decadência da cidade. O suporte para a sua prosperidade seria, a sua dimensão político-administrativa pois, durante muito tempo capital civil, eclesiástica e militar, depois de ter sido desde 1462 o centro urbano quase único do arquipélago; a sua função de porto de escala das rotas atlânticas e centro de tráfico proveniente da Costa da Guiné. Concorreriam para a sua decadência, a concorrência da vila da Praia, que se manifestou desde o início do sec. XVI, aliada às condições climáticas pouco favoráveis do vale da Ribeira Grande; os sucessivos ataques de corsários e de nações beligerantes (séculos XVI-XVII); a excessiva vulnerabilidade e especialização da sua economia, que não resistiu à perda do monopólio do comércio da costa de África. Conclui que a perda do monopólio do comércio de escravos da costa da Guiné, em meados do século XVII, está na origem da rápida decadência da cidade. *"O seu abandono prolongou-se ao longo do século seguinte, na sequência dos sucessivos ataques a que foi sujeita e da perda definitiva da sua importância comercial, política, militar e religiosa"*[1020].

[1020] CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. Exposição integrada nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha, Anibal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire, no Salão do Rádio Clube de Cabo Verde). Edições Henriquinas. 21 de Julho de1960.

2.1.15.6. "Cidade Velha nas mãos do arquitecto Siza Vieira"[1021].

A Entrevista "Cidade Velha nas mãos do arquitecto Cisa Vieira[1022]" faz parte do caderno "PATRIMÓNIO" da Revista Revista *"CIDADES"- UCCLA* (Junho de 2000, Ano 1, Nº 3). Foi concedida ao jornalista Luís Carvalho. Citamos parte desta entrevista que revela a importância dada por Cisa Vieira ao sítio histórico e o interesse em salvaguardá-la, bem como o que pensava acerca da sua provável nomeação a Património Universal. Apresentamos um extracto desta entrevista no Anexo Documental (anexo VIII - 1) a fim de se poder apreciar as suas ideias e melhor se avaliar as sugestões deste eminente arquitecto.

No artigo, *"Cidade Velha. Compatibilizar o desenvolvimento e a preservação do património*[1023]", Siza Vieira, ao ser questionado sobre a sua opinião quanto à proposta da classificação da Cidade Velha como Cidade Património Mundial, diria que seria difícil de imaginar mas que, por um lado *"é um caso único, absolutamente singular em África, com um passado histórico riquíssimo"*. Disse ainda que esse passado projecta-se nas construções e no ambiente humano. Afirma que há elementos concretos de grande valor observando que bastava que se pensasse nas Igrejas, conventos e construções de defesa, ou as ruínas que sobravam, o património submerso na baía ou no facto de ser uma cidade bem viva. (…) E também, a sua especial situação geográfica, bem como o especial ambiente humano que lhe dão um carácter único. Afirma, ainda no que respeita à candidatura da Cidade Velha a Património Universal: *"Acho que existem, se houver uma apreciação atenta da proposta, grandes possibilidades de ela ser considerada"*[1024].

[1021] ÚLTIMA PALAVRA – Cidade Velha. Compatibilizar o desenvolvimento e a preservação do património. *Cidade.* UCCLA.Ano 1. Nº 3, p. 86-90. (Janeiro de 20009).
[1022] Siza Vieira, eminente arquitecto português, participou nos trabalhos de preservação dos monumentos culturais desta cidade através da cooperação entre Portugal e Cabo Verde no âmbito dos trabalhos realizados com vista à apresentação da candidatura desta cidade a Património Universal. Fonte: ÚLTIMA PALAVRA – Cidade Velha. Compatibilizar o desenvolvimento e a preservação do património. Cidade. UCCLA.Ano 1. Nº 3, p. 86-90. (Janeiro de 2009).
[1023] ÚLTIMA PALAVRA – Cidade Velha. Compatibilizar o desenvolvimento e a preservação do património. Revista *"CIDADES"- UCCLA.* Junho de 2000, Ano 1, Nº 3, p. 86-90. (Janeiro de 20009).
[1024] A Cidade da Ribeira Grande foi nomeada a Património Universal em 2009.

2.1.15.7. "Operação Cidade Velha"[1025].

O Documento "Operação Cidade Velha" apresenta: OS OBJECTIVOS; A SITUAÇÃO ACTUAL. Nos objectivos refere o documento que a "Operação Cidade Velha" correspondia a um plano em que o objectivo principal residia na salvaguarda do património cultural que repousava nessa parte do território nacional. Já no parágrafo introdutório, Feliz Monteiro afirma que, (…) *"A consciência cada vez mais aguda do grande valor histórico do património cultural conhecido da Cidade Velha, aliada à presumível existência de outros tantos bens tanto na baía, como entre os escombros de antigas construções, estão na origem daquilo a que se convencionou chamar "OPERAÇÃO CIDADE VELHA"*. Indicam-se também os seguintes objectivos específicos*: Mobilizar a população local para a salvaguarda dos valores histórico-culturais da zona; Criar condições para que o património cultural de Cidade Velha venha a contribuir para o aumento da riqueza Nacional, recaindo os benefícios desse esforço em primeiro lugar sobre a população local; Proceder aos estudos e contactos com vista à inscrição do sítio e monumentos da cidade na lista do património mundial"*[1026].

Estes objectivos deixam claro que se pretendia levar avante um trabalho criterioso, de carácter científico com vista à valorização da cidade. A situação da Cidade Velha na época é descrita no referido documento, de que retiramos os seguintes apontamentos:

- a precariedade geral dos seus monumentos, estando estes na altura, em várias fases de degradação, desde falhas nas coberturas e problemas nas paredes, como as verificadas na igreja de Nossa Senhora do Rosário, até a quase desaparição de certos monumentos como o Forte de S. Sebastião.

- os prejuízos a que a degradação ambiental do vale tinha produzindo em alguns monumentos, bem como os danos devido a actuações menos correctas desenvolvidas

[1025] OPERAÇÃO CIDADE VELHA - "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).
[1026] Ibidem

até por departamentos estatais ou ligadas ao poder local, o que podia condenar a história do país.

- aponta-se a necessidade da criação de legislação nacional que deveria apoiar o regulamento de um plano para a zona, dado à extracção de pedras de calçada nas proximidades do Forte de S. Filipe, à ampliação de casas no largo do pelourinho e "fundamentalmente" à intenção de inscrever a Cidade Velha na lista do património mundial (p. 1).

- sugere-se um estudo sério de arqueologia subaquática devido a existência de uma rede de defesa militar, aos ataques perpetrados por Drake e Cassard;

- notava-se já um certo conflito de interesses que punha em confronto os interesses imediatos da população residente e a necessidade de conservação e valorização dos monumentos da Cidade Velha;

- na parte baixa da povoação verificava-se já que podiam ser encontrados restos de túmulos e pedras de mármore retirados de monumentos *"actuação responsável pela irreversibilidade da degradação de algumas construções e pelo desaparecimento total de alguns edifícios outrora importantes. É claro que a guiar a mão que provoca a degradação desse património está uma mente que não se encontra preparada para valorizar convenientemente o património que agride"*.

Refere este documento que a contradição população local/salvaguarda do património exige em primeiro lugar muita ponderação na resolução dos problemas que suscita. Sublinha ainda:

> *"A vertente sociológica do problema é, sem dúvida, importante, mas convém nunca perder de vista o objectivo central da operação que se traduz, como já se disse, na salvaguarda do património cultural da zona"*. A questão suscitava soluções equilibradas *que "mesmo sem contrariar a dinâmica social existente, são capazes de evitar obstáculos que doutra forma poriam em causa um esforço sério de salvaguarda do património em perigo"*[1027].

[1027] OPERAÇÃO CIDADE VELHA - "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.), p. 2-3.

Propõe-se a procura de um espaço próximo ao local de trabalho para a implantação dos pescadores e a libertação das ruinas para estudos posteriores (p. 2 e 3). Frisa ainda o autor *que "O apelo ao bom censo e a procura constante de entendimento entre as partes envolvidas parece ser a chave do problema",* tendo a Comunicação Social um lugar de destaque na criação de um bom relacionamento entre os vários entes que intervêm no local. Identificam-se, ainda que provisoriamente, os problemas que mais afectam o património cultural da Cidade Velha: Desequilíbrio ambiental; Conflito entre a população local e a necessidade de salvaguarda dessa parcela do património cultural nacional; Necessidade de estudos ligados à arqueologia; Legislação. Seguidamente são delineados, a metodologia adoptada na montagem da "Operação Cidade Velha" e soluções para alguns dos problemas identificados, de que apresentamos uma síntese:

"Pretende-se adoptar uma metodologia baseada na ideia de aproximações sucessivas". Esta permitiria que, a qualquer momento a equipa fosse capaz de desencadear as acções que se mostrassem necessárias, à satisfação de um determinado objectivo, sem que se tivesse que esperar por uma análise exaustiva da situação. Isto permitiria ter uma noção correcta do nível de decisões que se podia atingir em cada momento, sem comprometer a operação na sua globalidade. Com base nestes pressupostos o grupo subdividiu a "Operação Cidade Velha" em três fases: A primeira fase, em que foram desenvolvidos os trabalhos que permitiram a realização do plano de emergência, "Operação Cidade Velha" (p. 3). A segunda fase, que elaboraria anteprojectos e estudos para a salvaguarda do património móvel e imóvel da Cidade Velha. A 3ª Fase, que se encarregaria da procura de financiamento e implementação do plano[1028].

Esclarece o documento que o estudo elaborado em causa, enquadrava-se na 1ª Fase que contava ainda com acções, tais como: *"Propor medidas que embora não exigissem grandes verbas para a sua concretização, fossem capazes de atenuar a degradação crescente que se verifica em alguns monumentos da Cidade Velha; Lançar as bases para a organização das fases subsequentes"[1029]*. Apresenta propostas retiradas de

[1028]

[1029] OPERAÇÃO CIDADE VELHA - "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.), p. 3.

relatórios anteriores ao documento que afirma-se serem actuais. Antes porém, pretendeu dar uma ideia *"da forma como se estruturou o plano de emergência, traduzido graficamente na planta resultante da redução do levantamento aerofotogramétrico a escala 1.2.500, datada de 1969 e existente nos arquivos do M.D.R.P.* Das análises feitas nessa primeira fase, se concluiu que talvez devido à configuração do terreno, cada monumento importante gerasse um certo desenvolvimento à sua volta e criasse, por consequência, uma área de influência perfeitamente demarcável, pelo que subdividiu-se a povoação em várias áreas como se pode ver na página 12 e pelo quadro III que se apresenta a seguir.

Quadro III

Áreas definidas pelo relatório "Operação Cidade Velha".

Nº DE ÁREA	MONUMENTO GERADOR
A1	Igreja de Nª Sr.ª do Rosário
A2	Pelourinho manuelino
A3	Sé Catedral
A4	Resto de antiga muralha
A5	Três Fortes
A5 1	Vertente da Fortaleza Real de S. Filipe
A6	Fortaleza Real de S. Filipe
A7	Zona de expansão
A8	Encosta a consolidar
A9	S. Pedro

Fonte**:** "Operação Cidade Velha"." Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Indica-se a localização de cada uma das áreas definidas, bem como a sua caracterização sumária e apresentam-se a seguir as propostas (com sublinhado) a partir dos relatórios anteriores a este, e também outras propostas da responsabilidade do mesmo grupo (p. 6). São as seguintes:

Sé Catedral – Proibir a entrada na área arqueológica da Sé Catedral; evitar o desmoronamento de uma parede fissurada, do lado direito daquilo que seria a entrada principal da Sé, com escoramento metálico.
Seminário – Evitar o desmoronamento dos restos existentes; Delimitar a área da parte mais vulnerável das ruínas.
Misericórdia – Evitar desmoronamento dos restos existentes; Delimitar a área da parte mais vulnerável das ruínas.
Fortaleza de S. Filipe – Proibir a extracção nas imediações da Fortaleza.
Pelourinho – Delimitar a área de protecção do pelourinho evitando que se continue a utilizar a base do mesmo como assento; estudar as hipóteses de deslocação de bancos públicos no largo do pelourinho.
Igreja de Nª Sr.ª do Rosário – Evitar a utilização do adro para fins agrícolas; retirar os tampos dos túmulos que servem de degraus da escadaria que dá acesso ao adro da igreja; Reparar a cobertura.
Convento – Substituir a tabuleta existente; delimitar e proteger a área onde repousam os restos do convento.

Esclarece o documento que as acções propostas seriam financiadas pelo Direcção Geral da Cultura e que a mesma, através do Departamento de Salvaguarda de Monumentos e Sítios, que contariam com técnicos (p. 7). Em nota refere que seriam colocadas placas metálicas em todos os monumentos com informações a respeito dos mesmos.

Delineia-se a fase de preparação para as etapas seguintes com o título, "Bases para a Organização das Fases Subsequentes", que começa por explicar, que as informações que o grupo detinha naquele momento eram bastantes reduzidas para que se criasse um Gabinete Pluridisciplinar, com vista a desenvolver todas as operações que um trabalho sério de salvaguarda do património cultural de um aglomerado, com o peso histórico e cultural da Cidade Velha. Aponta as várias especialidades técnicas que a "operação" ia exigir, tal como a criação de *"uma boa equipa de arqueologia bem dimensionada na especialidade de arqueologia subaquática"*. Referem os autores que os trabalhos relacionados com o património edificado exigem um gabinete e que conta com técnicos com formação em vários domínios: Arquitectura – 1 técnico a tempo inteiro,

Engenharia (consultas), História, Desenho (2 desenhadores, pelo menos), técnico especializado em fotogrametria (consultor estrangeiro). Propõe, no domínio da salvaguarda do património edificado, a criação de um gabinete, que teria 1 arquitecto a tempo inteiro, 1 arquitecto a tempo parcial, 1 técnico especializado em fotogrametria, 1 sociólogo e 2 desenhadores. Em nota se esclarece que seria solicitada, conforme as necessidades, especialistas de outras áreas, como orçamentistas, topógrafos e outros (p. 8). Indica-se ainda uma lista de material destinado ao Gabinete (p. 9). Indica-se também o resumo das 3 fases já explicitadas[1030].

É de interesse apontar que este documento avança com uma proposta no domínio da salvaguarda do património edificado, a criação de um gabinete técnico com especialistas, o que se pode considerar uma óptima sugestão, que veio a realizar-se actualmente.

2.1.15.8. Síntese do prefácio do livro de Daniel Pereira, *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*[1031], escrito por Félix Monteiro.

No prefácio do Livro "Marcos Cronológicos da Cidade Velha" da autoria de Daniel Pereira, escrita por Féliz Monteiro, realizada na Semana de Defesa do Património, faza aná lise da situação em que se encontram as ruínas da Cidade Velha e refere-se aos documentos de valor histórico ainda existentes em Cabo Verde, num dia especial: *"Ora bem: tudo isso vem a propósito da Semana de Defesa do Património, em que participou com entusiasmo o autor deste livro e durante a qual foi analisada a situação em que se encontram as ruínas da Cidade Velha e os documentos de valor histórico ainda existentes em Cabo Verde[1032]*.

Félix Monteiro expressa, do seguinte modo, o seu desalento em relação à Cidade Velha:

[1030] OPERAÇÃO CIDADE VELHA. - "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.), p. 8.
[1031] PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto cabo-verdiano do Livro. 2004.
[1032] Ibidem

"As ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande são tão poucas e encontram-se em tal estado de degradação que bem podem levar o visitante desprevenido a ficar escandalosamente desiludido nos seus primeiros contactos, principalmente se se tratar de pessoa habituada a visitar outras cidades velhas ou mesmo lugares históricos com vestígios de construções antigas, restauradas ou simplesmente consolidadas"[1033].

Escreve em tom de desaprovação:

… "depois do primeiro choque" "a informação de que se trata da primeira cidade fundada pelos portugueses no Ultramar e que, além do mais, devido à sua posição estratégica no Atlântico, o seu porto foi ponto de escala obrigatória, primeiro na aventura das descobertas e, depois, no tráfico negreiro bem como nas lides comerciais entre a Europa e os restantes continentes, além de, concomitantemente, ter sido uma encruzilhada propícia aos ataques de piratas e corsários … passado o primeiro choque e iluminado pela História, sem dúvida que o visitante passará a ver com outros olhos não só o que resta das ruínas mas sobretudo o muito que elas testemunham e evocam"[1034].

Refere o autor que por esta cidade, e pela cidade da Praia depois, passaram alguns navegadores célebres e homens famosos bem como aventureiros, piratas e corsários implacáveis, e muitos e muitos milhares de escravos africanos em trânsito para as Américas além dos que ficavam na ilha, definitivamente ou não, pois a sua permanência maior ou menor, dependia, dos períodos de seca e da sua duração. Assim, além dos descobridores António da Noli e Diogo Afonso estiveram, o Pedro Álvares Cabral e Sebastian D´Elcano em S. Nicolau e na Ribeira Grande, Vasco da Gama e Cristóvão Colombo no porto da Praia.

Evoca que os *"mais prudentes"* passaram a preferir o porto da Praia de Santa Maria que fica a seis milhas da Ribeira Grande porque de Julho a Novembro o porto da Ribeira Grande escolhido por Noli para a localização da primeira vila fundada por este navegador na ilha, era muito desabrigado e doentio, devido aos pântanos que se formavam junto à praia na estação das chuvas[1035]; Vasco da Gama e Pedro Álvares

[1033] Ibidem
[1034] Ibidem
[1035] Evoca também Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral que a caminho da Índia passaram pelo porto da Praia e aí estiveram por alguns dias (a partir de 27 de Junho de 1947). Cristóvão Colombo na sua viagem de à América mandou emissários da cidade da Praia para o interior de Santiago para comprarem algumas cabeças de gado de cor preta que levaria de presente a chefes indígenas pois estes, por razões religiosas, lhes atribuíam virtudes especiais. Evoca também, um pequeno padrão que testemunha a passagem de Pedro Álvares Cabral por S. Nicolau, quando descobriu (oficialmente) o caminho marítimo para a Brasil e esteve fundeado no Porto da Preguiça, *"ao que parece, levado por*

Cabral que a caminho da Índia passaram pelo porto da Praia e aí estiveram por alguns dias (a partir de 27 de Junho de 1947). Cristóvão Colombo na sua viagem de à América mandou emissários da cidade da Praia para o interior de Santiago para comprarem algumas cabeças de gado de cor preta que levaria de presente a chefes indígenas pois estes, por razões religiosas, lhes atribuíam virtudes especiais. Um pequeno padrão que testemunha a passagem de Pedro Álvares Cabral por S. Nicolau quando descobriu (oficialmente) o caminho marítimo para a Brasil e esteve fundeado no Porto da Preguiça, *"ao que parece, levado por ventos contrários, se é que não pretendia aproximar-se do ponto de partida para a demarcação dos limites definidos pelo tratado de Tordesilhas"*. Que pelo porto da Ribeira Grande, de regresso a Espanha, passou do que restava da expedição que fez a primeira viagem de circum-navegação, comandada por Juan Sebastian D´Elcano, após a morte de Fernão de Magalhães nas Filipinas (p.2)[1036].

Opina sobre a Cidade da Ribeira Grande, dizendo que nunca teve o desenvolvimento correspondente à categoria de cidade *"que, por conveniência, se lhe atribuiu em 1532, quando o rei d. João III resolveu propor a criação da Diocese de cabo Verde, não só para facilitar a ordenação de sacerdotes nativos como também para melhor se coordenar a tarefa de evangelização da costa africana fronteira, de onde, aliás, chegaram muitos homens livres para se cristianizarem, isto para não falar dos guerreiros vencidos que se ofereciam para vir como escravos, para não serem*

---

ventos contrários, se é que não pretendia aproximar-se do ponto de partida para a demarcação dos limites definidos pelo tratado de Tordesilhas"; que pelo porto da Ribeira Grande, de regresso a Espanha, passou do que restava da expedição que fez a primeira viagem de circum-navegação, comandada por Juan Sebastian D´Elcano, após a morte de Fernão de Magalhães nas Filipinas (p.2).
Fonte: PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto cabo-verdiano do Livro. 2004, p. 2.

[1036] Atento aos acontecimentos e aos pormenores, relata o que teria acontecido que provocara a partida precipitada do porto pela expedição: " Porque o barco transportava para a europa uma boa quantidade de especiarias e a notícia bem podia atrair a atenção de possíveis piratas, ou provocar formalidades portuárias e diligências especiais da parte das autoridades aduaneiras e outras, D´Elcano resolveu declarar que vinha das índias Ocidentais e não do oriente. No entanto, depois de reabastecida de frescos e água, com relativa abundância, levantou ferro e fez-se de vela precipitadamente, deixando em terra uma lancha e os seus três tripulantes quando de bordo viu sinais que o convenceram de que os marinheiros encarregados de adquirir mais frescos, porventura embriagados com o produto de venda de especiarias roubadas no porão, inconscientemente teriam denunciado a procedência do barco e, possivelmente, relatado com certa emoção uma boa parte das peripécias da sua tormentosa viagem, tão longa e tão cheia de surpresas e ciladas que a tripulação até já confundia os dias da semana, como se viu à chegada – quarta ou quinta feira? Mas essa diferença dos dias da semana viria a ser justificada quando, em toda a Europa, se celebrou em grande entusiasmo o acontecimento sensacional que foi a primeira viagem de circum-navegação, a qual confirmou a esfericidade da Terra, aliás reforçada pelo facto, a princípio considerado estranho e absurdo, de o Diário de Bordo, à data da chegada a Cabo Verde, apresentar a diferença de um dia, não obstante a garantia de ter sido pontualmente escriturado desde a chegada a Espanha, sinal evidente de que haviam atravessado os vinte e quatro fusos horários em que se divide a esfera terrestre. Fonte: PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto cabo-verdiano do Livro. 2004, p.3.

devorados pelos seus inimigos antropófagos"(p.3). Refere também que a Cidade Velha, segundo o piloto anónimo, nunca terá tido mais do que quinhentos fogos, em meados do sec. XVI, quando já havia *"boas casas de pedra e cal habitadas por infinitos cavalheiros Portugueses e Castelhanos".* Apresenta uma citação de Chelmicky[1037] que se refere a *"casas acasteladas ao gosto do século XVI, resultado da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas, com os grandiosos maciços góticos, algumas ainda de pé, com brasões sobre as vergas das portadas"*[1038].

Lê-se neste documento, que tudo isso desapareceu, e que uma boa parte do mármore recuperado dos edifícios demolidos foi transportada para a cidade da Praia, por via marítima, para serem utilizadas em construções diversas, em edifícios públicos e particulares, segundo Valdez[1039]; que governador Felipe de Carvalho proibiu a demolição dos *"restos ainda de pé"* em 1922, apoiando protestos *veementes que se verificavam já no século passado, mas a situação já era bastante deplorável, como se infere das invectivas contidas num folheto do Cónego Bouças com prefácio de João Lopes* (1932) (p. 3). Evoca também os protestos da Diocese em relação ao projecto da demolição da Sé Catedral em 1836, apoiado por ilustres personalidades, e também o interesse e a dedicação do Grupo dos Amigos da Cidade Velha que *"preparou um eloquente documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade"*, que seria apresentado no Salão do Rádio Clube, por ocasião das festas comemorativas da descoberta de Cabo Verde, fazendo notar que corriam por conta do Grupo as despesas com as respectivas ampliações .

Este Documento, no item "Restauro", começa por informar que o programa das festas incluiu a inauguração das obras de restauração da Fortaleza de S. Filipe. Esta foi construída logo depois do saque de Drake em 1585 e que tinha as dotações devidas concedidas pelo rei (?). Ao mesmo tempo foi nomeado um Grupo de Estudo que se pronunciaria acerca dos trabalhos preliminares a serem executados, a investigações, consolidação ou restauro dos monumentos históricos.

[1037] CHELMICKY, José Conrado Carlos de – *Corografia Cabo-verdiana. Ou descrição Geográfico-Histórica da Província de Cabo Verde*. Tomo 1. Typ. De L.C. da Cunha. Lisboa. 1841.
[1038]PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto Cabo-verdiano do Livro. 2004, p 3.
[1039] VALDEZ, Travassos Francisco – *África ocidental – Notícias e considerações*. Editado por Francisco Artur da Silva. Lisboa. 1864.

Refere que teria havido um certo exagero no restauro da Fortaleza pois os sinais da antiguidade dos baluartes e cavaleiros *"ficaram praticamente eliminados"* e as torres de vigia *"erradamente"* foram cobertas de telhas de barro; que, no interior da fortaleza continuava soterrada o que restava das paredes dos quartéis, alojamento do governador, ermida, paiol de pólvora e armazém; a cisterna, mandada construir por D. João V, estava em bom estado de conservação, sem ter recebido qualquer beneficiação, apenas o reboco interior da abóboda havia caído, pelo que se podia ver *"os milhares de tijolos umbricados que solidamente a sustentam"* (p.4). Refere que, na mesma ocasião, foi consolidado o Pelourinho manuelino que fica no Largo da Câmara e aí foi posto pouco depois de 1512. A base que era quadrangular passou a ser octogonal. Foram realizadas obras na igreja de Nossa Senhora do Rosário que não foram consideradas como obras de restauro nem de consolidação mas antes, grandes obras de reparações. O autor estranha que os azulejos do início do século XVI que revestiam as paredes interiores até ao teto, tenham sido substituídos por azulejos novos, com motivos e cores diferentes. D
Realça que a capela lateral de estilo gótico, com cerca de quinhentos anos, resistia ainda ao tempo mas a escada de caracol da torre sineira apresentava os degraus desmontados correndo o risco de desaparecerem ou de serem utilizadas por particulares dado que *"não poucas os casebres da localidade que ostentam cunhaleiras de mármore"*. No que respeita os fragmentos de pedras aparelhadas que se encontravam amontoados na Sé Catedral e espalhados em vários sítios, parte delas devolvida da cidade da Praia, dado que não foram aproveitadas em meados do século XIX, como se previa, ou as que foram recuperadas de construções remodeladas, esclarece que não seria difícil serem identificadas os mármores que resultaram da fragmentação de colunas, arcos, degraus de escada, lintéis e outras peças, tentando reconstituí-las para que, pelo menos, se ter uma ideia do que se referia Chelmicky*, "da sumptuosidade das casas acasteladas ao gosto do sec. XVI".* É de opinião que a própria Catedral podia beneficiar deste trabalho dado que havia arcos reduzidos a menos de metade, que podiam desmoronar-se, e também outras partes deste edifício que podiam ser consolidadas, porque o seu restauro era inviável (p. 5). Opina acerca desta questão, referindo que esta solução parecia ser mais viável, evitando que as ruínas continuassem a degradar-se, até o seu total desaparecimento, sem deixar vestígios como havia acontecido com o Palácio Episcopal,

o Hospital e a Igreja da Misericórdia, que apenas se tinha a Torre Sineira, e em que, bocados da parte superior iam caindo (p. 5). Refere-se também à consolidação e restauro da Capela de S. Roque, do convento de S. Francisco, a Capela que foi *"reconstruída"* com a intenção de nela se instalar uma escola de lavores, bem como o conjunto das muralhas de defesa. Propõe medidas de conservação das ruínas, bem como o conjunto da defesa da cidade, constituída por fortes, ligados entre si por muralhas espessas, protegidas por escarpas, tendo três portas de acesso que se fechavam ao por do sol, que deviam ser consolidadas além de por a descoberto os seus muros, pondo nos devidos lugares os canhões e projécteis.

É de lembrar que, por altura do 1º centenário da elevação da vila de S. Maria a Cidade[1040] (Cidade da Praia), em 1958, incluiu-se no programa, actividades na Ribeira Grande, a "Cidade que desapareceu", e que por este facto foi palco de uma romagem. Assim, no Largo do Pelourinho, fizeram-se os discursos alusivos ao dia. O cortejo aos pontos principais da cidade, passando pela Sé Catedral foi um ponto alto. A Missa foi proferida pelo Padre Campos[1041].

Antes de passar à análise do livro "Marcos Cronológicos da Cidade Velha"[1042], Félix Monteiro afirma:*"Ora bem: tudo isso vem a propósito da Semana de Defesa do Património, em que participou com entusiasmo o autor deste livro e durante a qual foi analisada a situação em que se encontram as ruínas da Cidade Velha e os documentos de valor histórico ainda existentes em Cabo Verde"*[1043]. Analisando a obra, começa por esclarecer que, quanto aos documentos, o caos defrontado por Daniel Pereira só lhe permitiu recolher elementos do livro nº 42 do Antigo Arquivo da Administração Civil, sendo portanto legítimo esperar-se que, na edição seguinte, fossem mais numerosos os marcos cronológicos da Cidade Velha". Aponta ainda os seguintes aspectos:

- *"... o título da obra se refere apenas à sua ordem cronológica, pura e simples, sem qualquer intuito de fazer coincidir ou aproximar a sua data, precisa, dos períodos ou das situações em que porventura*

[1040] FERREIRA, Hermínia Curado – *Padre Campos – O Missionário do Espírito Santo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2016.
[1041] Cabo Verde – Boletim de propaganda e Informação. Ano IX. Nº 106. 1958, p. 19-21. In FERREIRA, Hermínia Curado – *Padre Campos – O Missionário do Espírito Santo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2016.
[1042] PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto Cabo-verdiano do Livro. 2004, p 5.
[1043] Ibidem

se desenhou, com maior ou menor nitidez, o evoluir da sociedade, o sentido da aculturação ou qualquer mudança radical na Administração" (p. 6).

- *"... se trata de relatos em princípio nem sempre isentos e não de relatórios oficiais periódicos, de esquema pré-estabelecido, visando o controle e o aperfeiçoamento da máquina administrativa. De qualquer maneira, documentos de utilidade indiscutível, na medida em que reflectem acontecimentos coevos, embora um ou outro possa ter sido deformado consoante o critério pessoal ou os interesses defendidos pelos seus subscritores"*[1044].

Acerca de assuntos não estudados por Daniel Pereira e que bem o mereciam, apontamos alguns que evocam acontecimentos históricos marcantes: dificuldades verificadas no início da ocupação; as mudanças devido ao tráfico de escravos; os efeitos da catequese e da evangelização dos escravos; o papel da igreja no seio da nova sociedade que começou a formar-se; a miscigenação e a ascenção social de mestiços; o aspecto sentimental das cartas de alforria e de testamentos contemplando descendentes mestiços, os servidores leais e dedicados; a ausência de discriminação racial nas escolas de ler e escrever, etc.

Sobre outro marco, a descoberta de Cabo Verde, refere Féliz Monteiro, que escapou ao próprio Sena Barcelos, é o da mudança de nacionalidade de Cabo Verde em 1476 durante a guerra de sucessão de Castela, quando Carlos de Valera, comandando uma frota de vinte e cinco unidades, se apoderou da Ilha de santiago e capturou António de Noli, moradores e escravos, levando-os para a Andaluzia. Noli tinha sido resgatado por mil dobrões de ouro, por mercadores genovezes, por quatro meses, acabando por ser libertado por ordem de Fernando de Aragão. Henrique de Guzman, duque de Medinasidónia, recebia entretanto o título de Senhor de Cabo Verde (V Crónivas de Henrique IV, de Alonso de Polencia)[1045].

A respeito da descoberta de Cabo Verde, refere que não devia aparecer como marco a data hipotética da descoberta de Cabo Verde, que é referida por Cadamosto, nem mesmo com o aval de Damião de Góis que foi guarda - mór da Torre do Tombo e cronista do reino a partir de 1545, para quem as ilhas de Cabo Verde foram descobertas em 1445 por Vicente de Lagos, Cadamosto e Noli*, " com licença do Infante ... em uma*

[1044] PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto cabo-verdiano do Livro. 2004, p 6.
[1045] Ibidem

nau que lhe mandou armar em Lagos". Refere-se também a um relato muito contestado: o relato foi feito por Diogo Gomes e Martim da Boémia por volta de 1482, dizendo que teria sido ele e António de Noli os descobridores de Cabo Verde que também é muito contestado, uma das razões é que na carta de doação de D. Afonso V ao Infante D. Fernando, de 3 de Dezembro de 1640, se atribuiu a descoberta unicamente a Noli [1046].

Este e todos os documentos aludidos até aqui, dão uma grande importância à preservação da Cidade da Ribeira Grande, à revitalização da cidade, dando uma ênfase maior à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sem deixar de referir os outros monumentos em ruínas, incluindo os monumentos sacros, sugerindo-se alguns estudos da Unesco, a realização de trabalhos com objectivos definidos e coordenados.

2.1.15.9. Relatório de G. Mester de Parajd (1984)[1047].

O Relatório G. Mester de Parajd, com o título," Protection du Patrimoine Culturel et Naturel", foi realizado, assim como a missão correspondente, no âmbito do Programa ordinário da Unesco para 1981-1983. Tinha como objectivo, a elaboração, em colaboração com o Ministério da Cultura de Cabo Verde um conjunto de propostas legislativas relativas à protecção do Património cultural e natural deste país. As propostas referidas, deviam abarcar, em especial, a legislação acerca dos bens culturais no domínio da sua exportação, transferência, valorização, pesquisas, sanções, direitos e obrigações dos proprietários e da administração do país.

Começa este relatório pela "Análise das Componentes do Património de Cabo Verde", apresenta uma análise de todas as componentes, sugerindo orientações urgentes, sobre dos todos os meios de proteção existentes, a indicação de todas as necessidades, incluindo a formação de quadros e a realização de um inventário dos bens culturais,

[1046] PEREIRA, Daniel A - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* . Instituto Cabo-verdiano do Livro. 2004, p. 7.
[1047] PARAJD, G. Mester de – *Protection du Patrimoine Culturel et Naturel*. (Document à diffusion restraite). Rapport Technique. RP/1983/47.6/04. Cap. Vert. Cooperation techhenique internationale et activités de préinvestissement. Unesco. Paris. 1984.

concluindo com as recomendações onde se apresentam as orientações gerais para a organização geral da protecção do Património do país, nomeadamente as Direcções de Serviços neste âmbito, no Ministério da educação e da Cultura – Direcção Geral da Cultura, com a definição dos objectivos e meios materiais dos serviços administrativos respectivos (inventários, arquivos, serviços técnicos), serviços de protecção e respectiva proposta legislativa descriminada. Este documento apresenta a seguir, a bibliografia francesa nesta área, e de seguida, propostas legislativas para as diferentes áreas respeitantes ao património. Finalmente apresenta uma proposta de organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura, uma planta actualizada do Centro Histórico do Plateau, Cidade da Praia, e ilustrações, um mapa da Cidade Velha com a indicação de monumentos, um mapa da ilha do Fogo com indicação da Cidade de S. Filipe e todas as outras localidades, incluindo a Chã das Caldeiras. Nas ilustrações apresenta uma escultura em madeira, da Igreja de nossa Senhora do Rosário, que apresentamos na figura 147.



Figura 147 - Uma escultura em madeira da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: PARAJD, G. Mester de – Protection du Patrimoine Culturel et Naturel. (Document à diffusion restrainte). Rapport Technique, RP/1983/47.6/04. Cap. Vert. Cooperation techhenique internationale et activités de préinvestissement. Unesco. Paris. 1984. Ilustrações.

Esta imagem pia representada na figura 147, parece-nos ser diferente das que já apresentamos, mas no relatório referido apenas encontramos a inscrição: Santiago: Cidade Velha. Objet mobilier. Sculture en bois. Não há mais referências.

2.1.16. Vozes que se levantaram, no passado e no presente, em defesa da preservação da Cidade da Ribeira Grande.

Das vozes que se levantaram em defesa da preservação da Cidade da Ribeira Grande, destacamos, de entre outros, Teixeira de Sousa, médico e escritor, que em Março de 1957, escreve um texto, sob o título "Cidade Velha – Cidade esquecida"[1048], com vista a intervir pela causa em apreço. Depois de descrever a cidade visitada por ele durante uma visita de prospecção da malária e outras endemias, Teixeira de Sousa tece duras críticas a respeito do abandono a que se votou a cidade da Ribeira Grande. Apresentamos alguns extractos do texto, para uma melhor apreciação do leitor:

> *"Mostraram-me a igreja onde pregou Padre António Vieira. Arrepiei-me todo ao lembrar-me da boa impressão que lhe causaram os cónegos pretos como azeviche que encontrou em Ribeira Grande, 'tam compostoa e doutos como no Reino'.*
>
> *Arrepiei-me sim, por constatar que nem a memória de Vieira, nem a do clérigo da cor de ébano, ou a de qualquer outro facto histórico na Cidade Velha.*
>
> *Ruinas, miséria e enfermidades, constituem hoje a única realidade deste logarejo que nem estrada possui em condições de ser visitado por quem algum interesse possa ali encontrar".*

Após ter-se referido ao Reverendo Canónico Don Natale que ensinava aos seus alunos, evocando o que este ensinava, *"Io mi ammazo, tu ti amazzi, egli si amazza …"*, e inspirando-se nestas palavras conclui:

> *"Também nós outros nos matamos. Matamo-nos, permitindo o desaparecimento das nossas relíquias históricas, como por exemplo a Cidade – Velha, que poderia ser hoje o lugar mais curioss para ser visitado por gente de sensibilidade.*
>
> *As pedras e colunas, atiradas aqui e além, até confragem no seu motismo. Quanta bravura e idealismo as arrastaram até estas parágens, onde a vida do homem ainda é um problema por solucionar.*

[1048] SOUSA, Henrique Teixeira de – *Cidade Velha, Cidade esquecida*. Março de 1957. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.).

Cidade Velha, cidade esquecida, quem te sepultou na memória dos vivos?"[1049].

Na *"Página dos Novíssimos"*[1050]de 10 de Setembro de 1985, publicado na Praia, um artigo sob o título, *"É necessário preservar o nosso legado histórico",* da autoria de Mário Rito Sousa Monteiro e Carlos Alberto Sousa Monteiro, começa-se por apresentar os monumentos mais significativos da cidade, após se terem dedicado a definir que eram preocupações do Partido e do Governo, a preservação desta cidade. Conclui-se que, a Catedral, e os monumentos da cidade Velha, bem como outros, em diferentes localidades e ilhas, assim como objectos de interesse histórico, necessitavam de protecção urgente antes que aparecessem mais construtores inovadores ou outros que resolvessem dar, estes objectos de interesse histórico como prendas a estrangeiros. Finaliza-se o artigo do seguinte modo: *"Temos a consciência de que há falta de arqueólogos, historiadores e de outros especialistas nacionais que possam trabalhar na descoberta e conservação de monumentos históricos, mas esse facto não deve servir de pretexto para que os serviços competentes, o poder local, a juventude, deixem que se faça vandalismo à nossa história"*[1051]. Questiona-se, para finalizar o artigo, qual poderia ser a participação estudantil e das organizações de massa na conservação do património histórico[1052].

As vozes que se levantaram, no passado e no presente, em defesa da preservação da Cidade da Ribeira Grande, muito contribuíram para a acção cívica neste domíneo, e tiveram também algum peso na tomada de decisão aquando da sua candidatura e nomeação a Património Universal, em 2009.

2.1.17. O que diz a comunicação social: alguns artigos significativos.

[1049] SOUSA, Henriqu Teixeira de – *Cidade Velha, Cidade esquecida*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março de 1957, p 1.
[1050]*Seló – Página dos Novíssimos*. Mindelo, S. Vicente (dois números). 1962.
[1051] MONTEIRO, Mário Rito Sousa, MONTEIRO, Carlos Alberto Sousa - É necessário preservar o nosso legado histórico. *Página dos Novíssimos.*(10 de Setembro de 1985).
[1052] Ibidem.

O Jornal "A Semana" no Caderno "Cultura" de 25 de Abril de 2003, página 17, anuncia no artigo "Consolidação das ruínas em Maio"[1053] que estas iriam sofrer obras de consolidação*:*

> *(...)"os trabalhos que vão ser realizados nas ruínas da Sé Catedral, e que acontece no âmbito do Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 1997 entre Portugal e Cabo Verde, consistem na consolidação das estruturas existentes por forma a dar-lhes a indispensável solidez. Só depois, afiança Braz Mimoso, arquitecto do IPPAR responsável pela obra, 'será possível o acesso a visitantes e, porventura, a realização episódica de festividades ou acontecimentos culturais que Cabo Verde julgue adequados'"*[1054]*.*

Frisou o jornalista que a intenção é não alterar o que existe pois, escreve que, explicara Braz Mimoso que *"mutuamente se reconheceu o carácter de excepção constituído pela magnífica beleza das ruínas, pretendendo-se, sim, consertar este valor que o tempo foi tornando um emblema*", uma ideia que combina com o plano de Siza Vieira, acrescenta ainda o mesmo. Previa-se que as obras, limpeza do local, levantamento de parte das paredes e de alguns arcos e outras medidas menos visíveis a olho nu, estivessem concluídas dentro de um ano, em Abril de 2004, que contava com a o ptrocínio da Cooperação Portuguesa, rondando o orçamento os 400 mil euros (44 milhões de escudos). Frisa ainda este jornalista que a Catedral ficaria a céu aberto, e que a cobertura do edifício só se faria numa fase posterior.

No jornal "A Semana", caderno "Correio das Ilhas", de 28 de Janeiro de 2005, p. 13, o artigo "Cidade Velha pode voltar a receber Igreja Matriz"[1055], tendo o seguinte subtítulo: *"A antiga vila da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, outrora chamada também Cidade de Santiago, pode voltar a receber a diocese de Santiago, quando for elevada a município",* o jornalista destaca os dizeres de D. Paulino Évora, antigo bispo da diocese: Uma ideia vista com *"naturalidade"* por D. Paulino Évora, já que a história da igreja nestas ilhas começou naquela localidade. Este prelado adiantou para o jornalista que as obras de recuperação levou-o a viver *"a raiz do nosso passado e do*

[1053] FORTES, Teresa Sofia - "Consolidação das ruínas em Maio". *A Semana - Caderno "Cultura*". (25 de Abril de 2003), p. 17.

[1054]

[1055] Cidade Velha pode voltar a receber Igreja Matriz. *A Semana - Caderno "Correio das Ilhas"* (28 de Janeiro de 2005), p. 13

nosso estar". O primeiro ministro de então, José Maria Neves, também referiu que tudo estava a ser feito para que o projecto Cidade Velha fosse concluído o mais depressa possível, tendo em conta a importância que o mesmo poderia ter para o futuro município, preservando-se o seu traçado. E acrescenta o jornalista o que o mesmo diz: " *Vamos trabalhar no sentido de tomar essas medidas o mais rapidamente possível para reabilitarmos a história desta cidade e utilizamos todo o património histórico que existe aqui, para promover Cabo Verde e para promover o seu desenvolvimento cultural e económico".*

Em "Horizonte" de 4 de Fevereiro de 2005, pagina 8,[1056] saiu o artigo, "Santíssimo Nome de Jesus foi Domingo - Cidade Velha recebe centenas de peregrinos, escrito pelo jornalista Alexandre Semedo". Apresentamos um extrato muito significativo a seguir:

> *"A parte religiosa começou bem cedo, com uma procissão, na qual figuram as imagens do Santíssimo Nome, da Nossa Senhora do Rosário – Sua Mãe, entre outras imagens, no percurso da Sé Catedral (em reabilitação) à Igreja Matriz. Centenas de fiéis participaram no cortejo em que pontificavam dezenas de juízes - muitos deles emigrantes – trajando vestes de ocasião, e ramalhetes de flores nas mãos calejadas de busca de sustento. Por entre o ribombar de estralejar de foguetes , cânticos, rezas e o acompanhamento da Banda Municipal da Praia, os fiéis, orientados pelo pároco das freguesias do Santíssimo Nome de Jesus (Cidade Velha) e S. João Baptista, padre Campos, palmilharam as ruas, travessas e ribeiras de onde se caldou a cabo-verdianidade e se ladinizou escravos da Costa da África".*

O jornal "A SEMANA - Especial Cultura", de 20 de Outubro de 2002, deu à estampa o artigo, "Projecto de Salvaguarda e Reabilitação do Património - Cidade Velha, em registo audiovisual"[1057]. Relata-se:*"A segunda fase do projecto de reabilitação do património da Cidade Velha, hoje rebatizada com o antigo nome de Ribeira Grande, foi já concluída e dotou o local com um centro interpretativo de apoio à Fortaleza Real de São Filipe, um espaço do audiovisual e de informação para o visitante e turistas que pretendam conhecer melhor a história de Cabo Verde".* Informa-se ainda que o centro seria equipado com um painel televisivo que divulgaria "spots" informativos e

[1056] SEMEDO, Alexandre - Santíssimo Nome de Jesus foi Domingo - Cidade Velha recebe centenas de peregrinos. *Horizonte* (4 de Fevereiro de 2005), pag. 8

[1057] TSF - Especial Cultura - Projecto de Salvaguarda e Reabilitação do Património - Cidade Velha em registo audiovisual. *A SEMANA - Especial Cultura*. (20 de Outubro de 2002), p.4.

documentários, em quatro línguas, sobre a Cidade Velha, e que disporia ainda de um posto de informação e de apoio para os turistas, un snack – bar, casas de banho e um espaço para promoção e venda de *"souvenirs"* e outros produtos da indústria cultural de Cabo Verde.

Informa ainda este artigo de jornal que a segunda fase do projecto, que se inaugorou a 19 de Outubro de 2002, pelo Primeiro-ministro Gualberto do Rosário, foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação (AECI), no valor de 20 mil contos e que a realização estava a cargo da empresa espanhola INYPSA, a quem foi delegada a execução das obras pels AECI, e pelo Gabinete da Cidade Velha, tutelado pelo Ministro da Cultura. Este projecto estaria a dar persecução aos trabalhos iniciados em Novembro de 1999, que privilegiaram, na época, as prospeções arqueológicas ao mesmo tempo que se dava início aos trabalhos de reabilitação dos vários edifícios que integram a área histórica da Cidade Velha, nomeadamente a Fortaleza de São Filipe. Esclarece-se que segunda fase do projecto, para além de algumas prospeções arqueológicas que já tinham sido realizadas, propunha a criação de um centro de apoio ao mesmo edifício, e que a terceira fase comtemplaria intervenções na Ribeira, no Convento de São Francisco e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esperava-se que dentro de dois anos, em 2002, estivessem prontos os trabalhos de recuperação das ruínas e de alguns monumentos históricos, que fosse uma cidade com infraestruturas básicas, com desenvolvimento social, e que a população passasse a ter um nível de vida superior, com a implementação real dos vários projectos em forja.

Em "Kriolidade", publicação de sexta feira, 13 de Abril de 2007, p. 3, Gláucia Nogueira escreve acerca da "Apresentação dos resultados de escavações arqueológicas"[1058]:

> *"Foi apresentado na Universidade Jean Piaget, terça-fira, 10, o relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2006 e 2007 na Cidade Velha, por uma equipa de especialistas da Universidade de Cambridge, Reino Unido, em parceria com o British Museum, Uni - Piaget e Ministério da Cultura de Cabo Verde, através do Instituto da Investigação e do Património Cultural*

[1058] NOGUEIRA, Gláucia – Património. Apresentação dos resultados de escavações arqueológicas. *Kriolidade*. (13 de Abril de 2007), p. 3.

(IIPC). Slides foram apresentados por Konstantin Ritcheter da Uni- Piaget, que dão conta dos trabalhos no antigo colégio jesuíta e sua capela, na Igreja e hospital da Misericórdia e numa casa particular".

As análises laboratoriais realizadas aos elementos encontrados no Colégio dos Jesuítas, ossos humanos e dentes mostram a presença de africanos e de europeus nórdicos bem como a presença de grande quantidade de pregos o que atesta ter havido neste espaço um cemitério e que se utilizavam caixões nos enterros. Foram encontrados outros achados: lápides, fragmentos de azulejos, objectos de cerâmica da Ásia, Europa, e África, predominando exemplares desta última. Achados revelam também a grande extenção da igreja da Misericórdia. O objectivo do projecto era constatar os diversos períodos da construção da Cidade Velha, ao longo do tempo, e treinar os alunos do Piaget, disse Ritcheter, enquanto que Carlos Carvalho, Presidente do IIPC, lamenta que nenhum profissional especialista havia acompanhado os trabalhos.

No artigo sob o título, *"CIDADE VELHA – Importante é guardar a alma, que tendo em Caixa – O trabalho da comissão não terminará com a entrega do "dossier" de candidatura"*[1059], destacamos o que o jornalista refere acerca do que disse Charles Akibode aceracda preservação da Cidade Velha: " é *uma visão futura da Cidade Velha". "Depois que ela estiver classificada como património da humanidade, que medidas serão tomadas para salvaguardar essa cultura? É nisso que temos de pensar ao elaborar o dossier",* defende o historiador. Outro extrato importante: *"... temos de ouvir todas as sensibilidades. Tem de ser um trabalho bottom-up"*. Há a preocupação com o futuro da população, pelo que esta devia ser ouvida, não podia ser um trabalho de gabinete, pois *"afinal elas é que são o futuro deste espaço"*. Destaca ainda o jornalista, ao que esclarece Charles Akibode: *"Não devemos nos preocupar só com o passado pois o trabalho de recuperação de monumentos feito até aquele momento era excelente",* mas refere que se devia zelar pela harmonização das construções porque havia uma excessiva *"betonização"*, com muitas construções novas, sem pintura e com o tectos de betão, sem telhado, o que mais chamava a atenção quando se olhava da Fortaleza para baixo[1060].

[1059] NOGUEIRA, Gláucia – Património - IDADE VELHA – Importante é guardar a alma. (Tendo em Caixa o título: O trabalho da comissão não terminará com a entrega do "dossier" de candidatura). *Kriolidade.* (13 de Abril de 2007), p. 2.
[1060] Ibidem

2.1.18. Actualização do Plano de Gestão (2013-2017).

Actualmente procedeu-se à actualização do Plano de Gestão (2013-2017)[1061] com vista a adequá-la aos novos desafios, nomeadamente aos impostos pela nomeação a Património Mundial pela Unesco. Este plano adianta que *"A conservação, preservação e divulgação dos valores patrimoniais e culturais, aliada ao turismo pode constituir um pilar fundamental para a sustentabilidade socioeconómico do Sítio Histórico de Cidade Velha, Património Mundial"*. Explicita-se neste Plano que:

> *"Num primeiro momento propõe-se uma abordagem ao Sítio Histórico, procurando evidenciar as suas forças e fraquezas, ameaças e oportunidades. Posteriormente a elaboração do documento que servirá de base, enquanto instrumento de gestão do bem Património Mundial, tendo sempre por meta os seguintes objectivos: a melhoria das condições de vida da população; gestão e valorização do Sitio Histórico da Cidade Velha; a preservação e conservação dos valores patrimoniais, arquitectónicos e arqueológicos; salvaguarda do Património Imaterial"*[1062].

É de se considerar ainda que um estudo do impacto do turismo na Cidade Velha, património mundial prevê:

- Analisar o percurso do Sítio Histórico desde a classificação (2009) à atualidade (2013).
- Evidenciar os efeitos da Classificação do Sítio Histórico a Património Mundial.
- Promover a valorização e potencialização de todos os recursos patrimoniais.
- Apresentar as principais vantagens da classificação do sítio.
- Perspectivar o desenvolvimento local a partir da exploração sustentável dos recursos patrimoniais.
- Promover o Sítio Histórico enquanto um dos principais atractivos da ilha de Santiago.
- Criar uma feramenta para as tomadas de decisões, no âmbito do planeamento turístico.

Destacamos que, tendo em vista o alavancar do turismo nesta cidade, os dois pontos agendados acerca dos recursos patrimoniais e da promoção deste Sítio Histórico revestem-se de suma importância . Este estudo demostra-se ser de capital importância,

[1061] Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago. RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – VOLUME II – MEMÓRIA DE ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: ... www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-gra...

[1062] Ibidem

na medida em que permitirá conhecer os efeitos da Classificação da Cidade Velha a Património Mundial e do turismo, e aponta propostas para um melhor aproveitamento dos recursos existentes em prol do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida da população desta cidade .

Há projectos em curso que estão sendo realizados no âmbito do Plano de Gestão 2013-2017, com base no estudo do impacto do turismo na Cidade Velha em que se destacam, na primeira fase:

- Transformação visual da cidade e melhorar o acesso ao património: um projecto que é a continuação da melhoria da sinalectica e das informações disponibilizadas aos visitantes da Cidade Velha, Património Mundial, com a identificação dos monumentos mais emblemáticos da cidade, bem como a contínua transformação visual e urbanística dos bairros, com as intervenções a nível de reabilitação das habitações e dos espaços públicos. Acrescenta-se a criação de rotas e itinerários turístico-culturais, ligados ao património natural, imaterial, gastronómico, etc.;

- Construção de 20 casas de banhos: este projeto contribui para um melhor saneamento do meio e melhoria de qualidade de vida das populações, um dos desígnios da própria UNESCO, no quadro da atribuição do título de Património Mundial, ao Sitio Histórico da Cidade Velha;

- Reabilitação da cobertura das casas da rua Banana e da rua do Calhau (fase de conclusão).

- Agenda cultural da Cidade Velha: Criação de uma agenda cultural do Sítio Histórico da Cidade Velha, Património Mundial. Pretende-se com este projecto proporcionar uma experiência diferente aos visitantes que passam não apenas pelo conhecimento e fruição do património construído, como também, por uma maior interacção entre estes e a comunidade local, através das actividades culturais que se pretendem promover. Esclarece-se que:

"A dinamização do Sítio Histórico enquanto polo cultural, objectivo principal deste projecto, irá contribuir certamente para a promoção do sítio histórico, bem como para a melhoria das condições de vida dos seus moradores, com geração de negócios a volta do turismo cultural e do conceito de economia da cultura, despertando para a necessidade de preservar e valorizar todo o património existente"[1063] .

A segunda fase do projecto que pretende "Conhecer e divulgar Cidade Velha, Patrimonio Mundial". Este projecto define os seguintes objectivos:

- Sensibilizar toda a população do Município, e de outras localidades da Ilha de Santiago para o conhecimento do património local, e para a importância da sua preservação, valorização e divulgação.

- Despertar um olhar crítico e optimista da população, face aos desafios e novas dinâmicas de desenvolvimento baseado nos recursos patrimoniais, e no caso da Cidade Velha as implicações relativas à sua entrada na lista do Património Mundial da UNESCO.

Na descrição enfatiza-se que *"o património pode ser usufruído, reconhecido como um legado, constituindo a riqueza cultural, a memória, que nos distingue de outras culturas" e que "o respeito e a compreensão sobre a própria herança são instrumentos de protecção e valorização dos bens culturais, possibilitando ao indivíduo uma leitura de sua cidade e da trajectória histórico-cultural onde está inserido"* . Mais se explana ainda, lembrando que os testemunhos deixados na antiga cidade da Ribeira Grande – Cidade Velha, constituem um importante legado cultural que importa conhecer, dar a conhecer e sensibilizar para a necessidade de lutar pela sua preservação. Informa-se que este projecto surge para dar continuidade ao processo de sensibilização já efectuado junto da população local nos anos transactos, abrangendo outras localidades da Ilha de Santiago. Refere-se que, neste sentido, a conservação, preservação e divulgação dos valores patrimoniais e culturais, aliadas ao turismo, que pode constituir um pilar fundamental para a sustentabilidade socioeconómico do Sítio Histórico de Cidade Velha - Património

[1063] Ibidem

Mundial, são compatíveis com uma atitude consciente, que valoriza, acima de tudo, a defesa da herança colectiva, conclui este documento.

Iniciativas em curso, no âmbito da gestão deste sítio histórico, destacam-se, pelo que apontamos as seguintes : (Re) definição de um modelo de articulação entre o poder central e local, na definição de funções em matéria de gestão dos bens patrimoniais, possibilitando um melhor planeamento e gestão; estimulo à criação de associações de defesa do património, possibilitando a preservação do legado patrimonial e sua transmissão a gerações vindouras; valorização do saber fazer local nos diferentes domínios (gastronomia, produção de aguardente, artesanato etc.); incentivo à pesquisa e cooperação com universidades e centros de investigação em projectos científicos que tenham como foco o Sítio Histórico. Foram também indicados, neste âmbito, a necessidade de implementar os seguintes projectos: Projecto 1. Reabilitação do Forte Santo António; Projecto 2. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Cidade Velha, Património Mundial; Projecto 3. Agenda Cultural da Cidade Velha, Património Mundial; Projecto 4. "Património é Nós"; Projecto 5. Concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra ; Projecto 6. Estudo do Impacto do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial".

É de realçar neste documento, o projecto de “Elaboração do Plano de Salvaguarda da Cidade Velha, Património Mundial”, e o projecto “Concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra”, que vem responder a um vazio existente, e que será certamente acarinhado e, sobretudo, dará um ânimo novo ao turismo local, com vantagens para o rendimento das famílias desta cidade e para o país. Com efeito, o turismo é tido como a alavanca do desenvolvimento de Cabo Verde, um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento das ilhas, sendo a cidade da Ribeira Grande um dos polos principais[1064].

2.1.19. Desenvolvimento do Turismo - Percurso Museológico.

O turismo é tido pois, como a alavanca do desenvolvimento de Cabo Verde, um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento das ilhas, sendo a cidade da Ribeira Grande um dos polos principais. Com efeito, com vista a dar corpo a este pressuposto, no

[1064] Ibidem

RELATÓRIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – VOLUME II – MEMÓRIA DE ORDENAMENTO (2011)[1065], inclui-se um Percurso Museológico, como revela a imagem da figura 147.

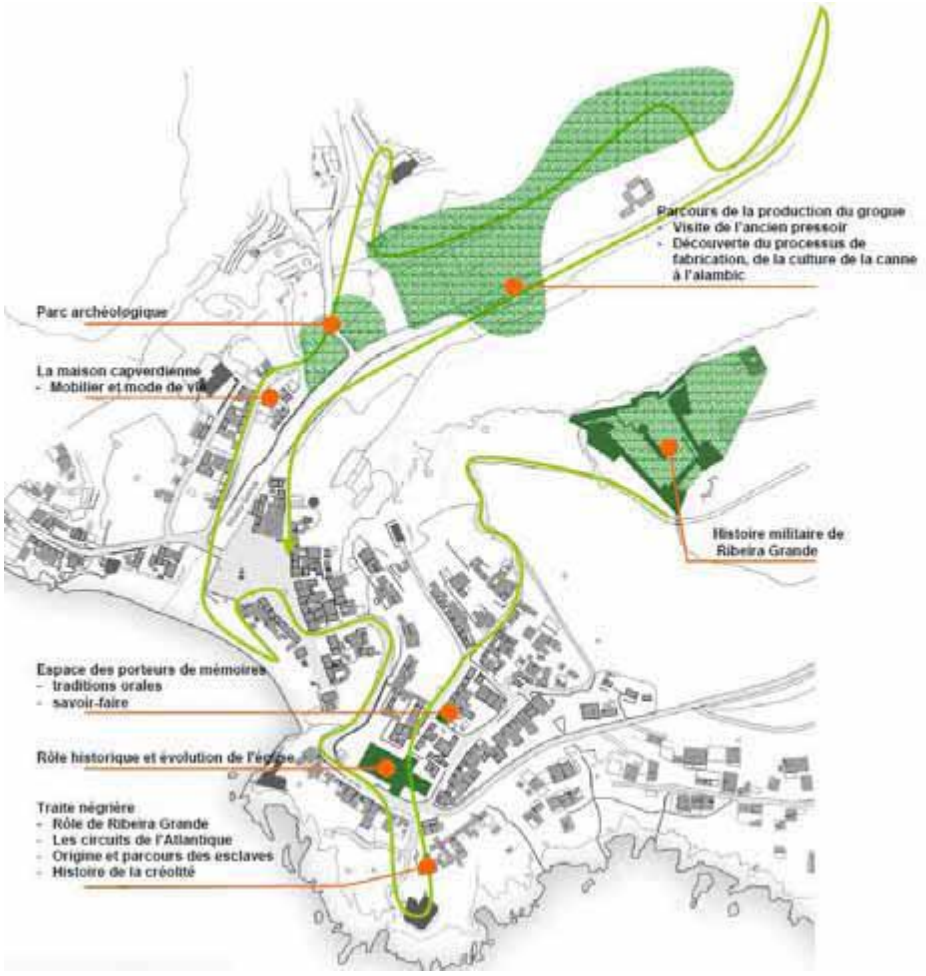


Figura 147 - Percurso Museológico. Fonte: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol II Relatório de ... [Em linha].2012. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-grande-de-santriag...

Este percurso engloba várias áreas culturais, como se pode apreender pela legenda que a acompanha. Sugerimos que se dê mais ênfase aos monumentos Sacros e que se crie um percurso ligado ao turismo religioso, de modo a valorizar os edifícios religiosos desta cidade, trazendo mais turistas que se interessam por esta área.

O item Turismo (TU) do referido plano, através do Projeto 059, explicita que à zona turística correspondem as áreas com vocação turística pelas suas características naturais,

[1065] Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol II Relatório de ... [Em linha].2012. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-grande-de-santriag...

por serem adjacentes a núcleos edificados com potencial turístico ou por constituírem zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTI) delimitadas na Planta de Ordenamento.

Os objectivos específicos definidos neste projecto visam:

- Segundo as orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento e do EROT de Santiago, pretende-se que o turismo seja um dos principais eixos de desenvolvimento socio-económico do município. A sua história, património e cultura riquíssima e o alto valor paisagístico do litoral, são propícias para o desenvolvimento das actividades ligadas a este sector, nomeadamente "Turístico – Residencial" (sol e praia, desportos náuticos) e "Turístico – Cultural" (Património da Humanidade: Sitio Histórico da Cidade Velha e sua Zona Tampão, Percurso museológico, Eventos e Congressos). Propôs-se também:

- A afetação da área de expansão turística da Achada Barnel, Achada Cruz (que sera objecto de Plano de Desenvolvimento Urbano) e a ZDTI da "Santiago Golf Resort" (Costa Achada Calheta) - Decreto-Regulamentar nº 9/98 de 31 de Dezembro;
- A ocupação e edificação de baixa densidade nas zonas de afectação turísticas e aposta no equilíbrio entre a paisagem e os empreendimentos turísticos a implementar;
- Requalificação dos espaços públicos (becos, arruelas, caminhos, ruas, praças) por onde passa o "Percurso Museológico" definido e proposto no documento: Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande de Cabo Verde – Proposta de Inscrição na lista de Património Mundial (Janeiro de 2008) e Plano de Gestão Sitio Histórico da Cidade Velha e sua Zona Tampão (2008-2012);

- Requalificação dos caminhos municipais (vicinais) existentes nas zonas altas para que possam ser utilizados em segurança e conforto, como roteiro turístico;

Este projecto irá permitir que os monumentos sacros estejam enquadrados num roteiro turístico bem organizado, que dará mais visibilidade aos edifícios religiosos do sítio histórico. Seria também desejável um percurso turístico exclusivamente aos monumentos sacros, a fim de se desenvolver o turismo religioso no centro histórico da

Ribeira Grande, em complemento ao projeto 5; a concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra.

A cidade Velha, detentora de muitas ermidas, capelas e igrejas, das mais antigas, da época das descobertas, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal, o Convento Franciscano, Misericórdia, um grande número de edifícios religiosos concentrados num espaço reduzido da cidade, e outras edificações como as capelas da Via Sacra, construídas ao longo da ribeira, merece que neste sítio se desenvolva o turismo religioso, com percursos bem organizados que, associados a actividades turísticas relacionadas às festas religiosas, seriam projectos de sucesso nacional e internacional. Sugerimos ainda os seguintes percursos:

- Um percurso à capela de S. Gonçalo, no Forte de S. Filipe, à SÉ e ao Palácio Episcopal.

- Um percurso às ermidas e capelas, e especificamente às relacionadas com os fortes.

- Um percurso à provável localidade da instalação das capelas da Via Sacra[1066]e às igrejas e edifícios religiosos desta área: Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja de Nossa Senhora da Conceição; Colégio dos Jesuítas; Convento de S. Francisco.

2.1.20. Legislação acerca da preservação do sítio histórico da Ribeira Grande.

O Governo e o Município têm sido atentos em legislar sobre esta matéria e outras afins, sem a qual não seria possível a implementação dos projectos aludidos e outros. Alguma Legislação Nacional, decretos e regulamentos, e deliberações municipais foram publicados nos últimos anos, em que destacamos, alguns artigos relacionados com a conservação do património do sítio histórico da Ribeira Grande, nomeadamente a Criação do Município da Ribeira Grande**,** a Protecção da Zona Histórica e a Gestão do sítio histórico.

[1066] Pesquisas arqueológicas são desejáveis a fim de se localizar com exatidão o local de construção das capelas da Via Sacra.

Lei nº 637/VI/2005 de 9 de Maio[1067]:

– Art 1 Criação e sede -1 - é criado, na ilha de Santiago, o Município da Ribeira Grande de Santiago; 2 – O Município da Ribeira Grande tem a sua sede na Cidade de Santiago de Cabo Verde, antiga Cidade da Ribeira Grande.

- Art. 2 Limites do Município - 1 - O artigo 2 define que o Município da Ribeira Grande de Santiago compreende as localidades das Freguesias de Santíssimo Nome de Jesus e de S. João Baptista; 2 – Os limites do Município da Praia passam a compreender apenas as localidades da freguesia de Nossa Senhora da Graça.

- Art 3 – Protecção da Zona Histórica – É proibida a construção de qualquer equipamento social ou habitacional no perímetro histórico da Cidade de Santiago de Cabo Verde, sem a competente autorização do departamento governamental responsável pela área da cultura, através do serviço de salvaguarda do património histórico[1068].

- Art 13 b) Transferência para o Município da Ribeira Grande de Santiago dos direitos sobre os edifícios e outros bens do Município da Praia situados na área das Freguesias de Santíssimo Nome de Jesus e de São João Baptista, que passam a integrar o Município da Ribeira Grande de Santiago.

- Art. 25 – Gestão do sítio histórico – A gestão do sítio histórico da Cidade de Santiago de Cabo Verde, delimitado pelo Decreto nº 101/90, de 8 de Dezembro, poderá ser confiada a uma administração especial, nomeada nos precisos termos da Comissão Instaladora. (Aprovada em 25 de Abril de 2005 e promulgada em 19 de Abril de 2005)[1069].

Foram publicados os seguintes decretos regulamentares e deliberações:

Decreto – Regulamentar nº 2/2004 de 17 de Maio que aprova os Estatutos do Instituto da Investigação e do Património Culturais que compreende um Conselho Científico os

[1067] A Lei nº 63/VI/2005, Cria o Município da Ribeira Grande de Santiago. B.O. nº 19, de 9 de Maio de 2005, I Série. Fonte: Leis aprovadas 2000-2011 - Assembleia Nacional de Cabo Verde. [Em linha]. 2005. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.parlamento.cv/biblioteca/GDPublicacoes1.aspx?imagemId=12

[1068] Sublinhado a negrito nosso.

[1069] Sublinhadoa negrito nosso.

seguintes serviços: A Direcção de Administração e Finanças (DAF), A Direcção de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) e a Direcção de Salvaguarda do Património (DSP) - B.O nº 14 – 1ª série de 17 de Maio de 2004. No capítulo 1 das Disposições gerais, secção IV, Art. 15 define-se o Conselho Científico: O conselho científico é o órgão de orientação e coordenação científicas que vela pela produção, diversificação e qualidade da investigação sócio-cultural, bem como pelos princípios que deverão nortear a conservação, a restauração, a utilização e a promoção do património cultural móvel e imóvel, material e imaterial.

No capítulo 1 das Disposições gerais, no artigo 18 é definido a competência do conselho científico: a) Pronunciar-se sobre o programa de actividades do IIPC (Instituto da Investigação e do Património Culturais) e as áreas prioritárias de investigação; b) Aprovar os regulamentos e os projectos de investigação, individuais ou colectivos; c) emitir parecer sobre as propostas de celebração de acordos, convénios e protocolos de cooperação com instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras; c) elaborar planos anuais e plurianuais de investigação; (…) f) Acompanhar, facilitar e apoiar as acções de investigação científica e de salvaguarda do património; A Direcção de Ciências Humanas e Sociais, artigo 27, é um serviço encarregado de desenvolver e promover a investigação sócio-cultural nos domínios compatíveis. O artigo 28 define as suas competências em que destacamos a alínia g) – Proceder a estudos interpretativos no domínio antropológico e me diversas áreas conexas ou afins, visando estabelecer cientificamente os reais contornos da antropologia cabo-verdiana. Na secção IV, artigo 29 define a natureza da Direcção da salvaguarda do Património: "… encarregado de coordenar, fiscalizar, e executar acções respeitantes à salvaguarda, protecção, desenvolvimento e promoção do património cultural móvel e imóvel. O Art. 30 define as suas funções: a) Apoiar e fomentar a criação e o funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural; b) Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação e classificação do património cultural e organizar acções tendentes à salvaguarda e conservação; c) Promover e assegurar a preservação e defesa dos bens pertencentes ao domínio arqueológico, d) Propor, nos termos da lei, a expropriação de bens classificados que corram grave risco de degradação ou de utilização inadequada, bem como de imóveis situados nas respectivas zonas de protecção que prejudiquem a conservação dos bens imóveis classificados ou o seu

enquadramento e utilização; e) Assegurar, através de equipas constituídas para o efeito, a salvaguarda do património considerado em risco de deterioração imediata; f) colaborar com os municípios, associações e particulares em assuntos relacionados com a salvaguarda do património; j) Propor o restauro de objectos de interesse cultural; n) Promover a classificação de monumentos e sítios nacionais, urbanos, paisagísticos e outros;o) Promover estudos, elaborar projectos, fazer o acompanhamento técnico e fiscalizar as obras em edifícios isolados ou conjuntos que tenham valor universal ou interesse nacional; p) Cuidar da salvaguarda, protecção e conservação dos monumentos e sítios classificados; r) Desenvolver e apoiar acções de divulgação, valorização, promoção dos monumentos e sítios nacionais, bem como o seu aproveitamento turístico-cultural; s) Promover e assegurar a preservação e defesa dos bens pertencentes ao domínio arqueológico nacional; t) Acompanhar, promover e participar na coordenação e fiscalização dos trabalhos arqueológicos terrestres e subaquáticos, bem como na sua salvaguarda e valorização.

Quanto a deliberações temos:

- DELIBERAÇÃO Nº 012/AM/09[1070]. MUNICIPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Por proposta da Câmara Municipal, e nos termos da alínea a) do nº 1, Base XVII, do Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, conjugado com as disposições previstas no artigo 81º da Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, a Assembleia Municipal reunida na sua Sessão Ordinária de 21 de Maio, deliberou aprovar, por unanimidade dos presentes, as Medidas Preventivas a vigorar no Município enquanto aguarda a elaboração do Plano Director Municipal do Município de Ribeira Grande de Santiago. Cidade Velha, 21 de Maio de 2009. O Presidente da Assembleia Municipal, José António dos Santos Semedo.

- 1. Medidas Preventivas. Contextualização: A Assembleia Municipal de Ribeira Grande de Santiago aprovou, através de deliberação datada de 28 de Novembro de 2008, a determinação para a elaboração do Plano Director Municipal da Ribeira Grande

[1070] [PDF]Download – CMRGS. [Em linha]. 2014. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.cmrgs.com/wp-content/uploads/2014/01/Medidas-Preventivas.pdf

de Santiago, integrado no processo de planeamento municipal em curso na ilha de Santiago, definindo no seu Caderno de Encargo para a elaboração do plano, como uma das primeiras tarefas, a elaboração das Medidas Preventivas.

O Decreto-Legislativo 1/2006, de 13 de Fevereiro, dispõe na sua Base XX, alínea 1) que "o órgão competente para determinar a elaboração ou actualização de instrumentos de gestão territorial pode estabelecer que uma área, ou parte dela, que se presuma vir a ser abrangida por esse instrumento seja sujeita a "Medidas Preventivas", destinadas a evitar alteração das circunstâncias e condições existentes que possam comprometer a execução do plano ou empreendimento ou torna-la mais difícil e onerosa. Estas podem consistir designadamente na proibição, limitação ou sujeição a parecer vinculativo, abrangem as acções necessárias para que os objectivos a atingir sejam o mais determinado possível, de acordo com as finalidades do plano. O estabelecimento de Medidas Preventivas por motivo de elaboração de um Plano Urbanístico, determina a suspensão da eficácia deste na área abrangida por aquelas medidas. As áreas a abranger pelas medidas preventivas deve ter a extensão necessária à consolidação de uma estrutura urbana adequada as estratégias de desenvolvimento definidas para o município. Encontram-se excluídas do âmbito de aplicação das presentes medidas preventivas, as acções validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como aquelas em relação às quais já exista informação prévia favorável valida. Contudo, quando se verifique que a acção em causa prejudica, de forma grave e irreversível os objectivos do plano, a anterior disposição poderá ser afastada.

- 2. DELIBERAÇÃO Nº 012/AM/09[1071]. MUNICIPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Por proposta da Câmara Municipal, e nos termos da alínea a) do nº 1, Base XVII, do Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, conjugado com as disposições previstas no artigo 81º da Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, a Assembleia Municipal reunida na sua Sessão Ordinária de 21 de Maio, deliberou aprovar, por unanimidade dos presentes, as "Medidas Preventivas" a vigorar no Município enquanto aguardar a elaboração do Plano Director Municipal do Município de Ribeira Grande de Santiago. Objectivos:

[1071] [PDF]Download – CMRGS. [Em linha]. 2014. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.cmrgs.com/wp-content/uploads/2014/01/Medidas-Preventivas.pdf

Para o cumprimento dos Objectivos e Medidas definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) do município da Ribeira Grande de Santiago, foi lançado um concurso público para a elaboração do PDM, o qual foi adjudicado no dia 05 de Novembro de 2008, com a assinatura do contrato entre a câmara municipal e a empresa vencedora do concurso, dando crédito à equipa técnica, para levar avente a elaboração do mesmo. A finalidade desta tarefa é a definição das medidas preventivas constantes no presente documento, de forma a evitar mais compromissos urbanísticos nas áreas prioritárias ao desenvolvimento urbano do município que se pretende definir no Esquema de Desenvolvimento. Face ao risco de ocorrência de licenciamentos ou autorizações que possam comprometer a elaboração do PDM, torna-se essencial o estabelecimento de medidas preventivas que acautelem a possibilidade de execução de futuras construções, que possam de alguma forma limitar a implementação futura do PDM da Ribeira Grande de Santiago. Pelo facto do PDM ser de reconhecido interesse público, os prejuízos que possam provir do estabelecimento das medidas preventivas possam resultar são social e economicamente mais relevantes dos que os danos que das medidas preventivas ora estabelecidas poderão eventualmente advir para os particulares.

Metodologia para Elaboração das Medidas Preventivas: As presentes medidas preventivas resultam do cruzamento seguintes documentos e trabalhos de campo: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) do município da Ribeira Grande de Santiago, Janeiro de 2008; Plano Ambiental Municipal da Ribeira Grande de Santiago (PAM), Abril de 2007; Vários estudos relativos a Ribeira Grande de Santiago, no âmbito da candidatura da Cidade Velha ao Património Mundial (Proposition d'inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial, Janvier 2008); Visitas ao terreno, nos dias 23, 24 e 25 de Novembro de 2008; Reuniões com o Presidente e o Vereador pelo Pelouro de Urbanismo da CMRGS; Reunião de trabalho com o Gabinete Técnico Municipal no dia 20 de Abril de 2009; Reuniões de esclarecimento com a Coordenadora do Projecto "AMS 2535".

No que respeita à Legislação Aplicável, escreve-se: Da documentação consultada destacam-se as legislações por sector, aplicáveis ao ordenamento e planeamento do território, e os planos sectoriais em vigor, nomeadamente: Ambiente e Paisagem

Natural - Dec. Lei.º 22/98, de 25 de Maio, que aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projectos de construção, à insonorizarão e às condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento nocturno de diversão; Dec. Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro, que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial; Dec. - Lei n.º 5/2003, de 31 de Março que define o Sistema Nacional de Protecção do Ar; Dec.-Lei n.º 6/2003, de 31 de Março que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras; Decreto n.º 31/2003 de 1 de Setembro, que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana; Dec.- Lei n.º 29/2006, de 6 de Março, que estabelece o regime jurídico da avaliação do Impacto Ambiental dos projectos, públicos ou privados, susceptíveis de produzirem efeitos no meio ambiente; Resolução n.º 14/2005 de 25 de Abril que aprova o Segundo Plano de Acção para o Ambiente, PANA II, no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do Ambiente; Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho que Define as Bases da Politica do Ambiente; Dec.- Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o regime jurídico das Áreas Protegidas; Dec.- Lei n.º 44/2006, de 28 de Agosto, que introduz algumas alterações ao Dec.- Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, mediante rectificação da alínea c) do artigo 13º, alteração do n.º 5 do artigo 10º e aditamento do n.º 2 ao artigo 12º.

Apontam-se ainda: 4.2. Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico: Dec.Legislativo nº 2/2007, de 19 de Junho que define os princípios e normas de utilização de solos, tanto pelas entidades públicas como pelas entidades privadas; Dec.-Legislativo nº 3/2007, de 19 de Junho que regula a Expropriação de Imóveis e de Direitos a este relativos pela extinção da titularidade do expropriado e concomitante transferência desta para o Estado, autarquias locais ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas, por causa de utilidade publica mediante justa indemnização; Dec.-lei nº 85/IV/93 de 16 de Julho que define as Bases do Ordenamento do Território Nacional e o Planeamento Urbanístico; Dec. lei nº 1/2006 de 13 de Fevereiro que aprova as Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico; Resolução 39/2008 de 24 de Novembro do 2008 que aprova as linhas gerais de

orientação dos EROT´s das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão; Equipamentos e Infra-estruturas: Dec.Lei n.º 22/2008 de 30 de Junho que aprova o Estatuto das Estradas Nacionais; Dec. Lei nº 26/2006 de 6 de Março que actualiza a classificação administrativa e gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como a definição dos níveis de serviço das mesmas; Dec.- Lei n.º 75/79 define o regime jurídico das licenças e concessões de utilização dos Recursos Hídricos; Dec.- Lei n.º 7/2004, de 23 de Fevereiro que estabelece as normas de descargas das águas residuais.

No concernente ao **Património**[1072]são referidos: Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro que estabelece as Bases do Património cultural e natural. Medidas Preventivas: Aprovadas a proposta de Medidas Preventivas que consiste no agrupamento dos documentos referidos nos pontos anteriores, de acordo com os diferentes tipos de sector a aplicar: Ambiente: Medidas Gerais: a) Dado ao impacto negativo das acácias americanas (mas propriamente as Prosopis Juliflora) no desgaste das características do solo e na preservação das águas subterrâneas, deve-se evitar a sua expansão e sempre que possível substituir a formação existente por espécies vegetais endémicas e adaptáveis ao meio ambiente; b) Implementar campanhas de sensibilização, informação e formação da sociedade civil, das associações comunitárias e cooperativas, relativamente as novas técnicas de produção agropecuária em conformidade com as metas de gestão sustentável do meio ambiente definidas no PAM da RGS.

São apontadas as seguintes Medidas Especificas: a) Para evitar os impactos ambientais (ambiente e solo) que advêm do uso de matérias tóxicas (pneus e outros), deve-se sensibilizar, formar e informar aos produtores de aguardente na Ribeira de Cidade Velha, acerca das vantagens do uso de combustíveis bio degradáveis na produção; b) Com base na legislação em vigor, é proibida a extracção de inertes no leito das ribeiras, nas praias e nas águas interiores no município da Ribeira Grande de Santiago, com a excepção da Pedreira de João Varela (Inertes de Cabo Verde, Purga Nova) mediante a autorização emitida no ano 2001 pela Direcção Geral do Ambiente e licenciada pela Câmara Municipal da Praia, respectivamente; Será permitido a extracção de inertes no Monte Volta a Volta (Pedreira Central de Britagem, São João Baptista) de acordo com o

[1072] Sublinhado nosso.

disposto na legislação, mediante licença e autorização prévia da Direcção Geral do Ambiente, da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e da equipa directora do PDM; **d) Sendo a pastagem uma actividade incompatível (danificação dos jardins, poluição ambiental, perigo na circulação rodoviária, etc.) com o uso urbano, é proibido a pastagem no centro urbano (Sitio Histórico da Cidade Velha).**

Foi ainda tido em consideração o **Planeamento e Ordenamento do Território: Medidas Gerais: a) Não é permitido a aprovação de Planos de Desenvolvimento Urbano, excepto o Plano de Desenvolvimento Urbano do Sitio Histórico da Cidade Velha e a sua Zona Tampão; b) Para evitar o aparecimento de construções espontâneas, é primordial que haja um reforço da fiscalização pela Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago; c) Pelo facto da maioria dos terrenos serem privados, recomenda-se a adopção de uma política de aquisição de terrenos para futuras operações urbanísticas dentro da área de expansão (ver Esquema de Desenvolvimento), e o estabelecimento de parcerias público-privadas em matéria de construção de habitações a baixo custo de forma a atender as necessidades da procura para habitação; d) Só é permitida a construção dentro do limite dos Núcleos habitacionais existentes (ver Esquema de Desenvolvimento); e) É proibida a construção em zonas de risco e nas suas respectivas faixas de protecção (ver planta de Condicionantes), cujo declive e a instabilidade natural do solo constituem perigo a instalação de edificações e/ou actividades; f) É proibida a construção nas áreas de domínio público das autarquias locais de acordo com o art.11 do Decreto-lei nº 2/2007 de 19 de Junho de 2008**[1073]**.** Medidas Especificas: a) Na eventualidade de se decidirem elaborar os Planos Detalhados nas localidades de Achada Salineiro, Calabaceira Achada Poça, Achada Sabe, Lém Sancho, João Varela e Porto Mosquito, deve ser dado conhecimento prévio a equipa redactora do PDM; b) Com a excepção das localidades referidas na alínea a), é interdita a elaboração de Planos Detalhados; c) Não é permitido aos proprietários dos terrenos efectuarem o reparcelamento e loteamento das suas respectivas propriedades, sem a autorização prévia da autarquia de Ribeira Grande de Santiago; **d) As operações de planeamento urbanístico, restauração, reconstrução, demolição, desmontagem e construção**

[1073] Sublinhado a negrito nosso.

dentro do Sitio Histórico da Cidade Velha, da Zona Tampão e da Zona "non aedificandi" deverão respeitar o disposto no Plano de Gestão do Centro Histórico da Cidade Velha 2008 – 2012, aprovado na Resolução nº 7/2009 de 16 de Março[1074].

No que se refere a Infra-estruturas e Equipamentos: Medidas Gerais: a) A aprovação de projectos de infra-estruturação fica condicionada ao disposto no Decreto-Lei n.º 29/2006, de 6 de Março; b) É proibido a construção de habitações nas áreas reservadas a implantação de infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos; c) Todas as obras de construção civil que objectivem o dimensionamento, a instalação, a remodelação e/ou a alteração das redes de infra-estruturas e equipamentos, terão de ser executadas de forma a preservar as características tipológicas destas; d) As novas construções a executar na proximidade dos equipamentos administrativos deverão ser projectadas de forma a salvaguardar as características tipológicas destes; e) É proibida a construção nas faixas de protecção das infra-estruturas públicas existentes (ver plantas de condicionantes); f) Todas as obras de infra-estruturação ou construção civil na proximidade das áreas onde existam equipamentos (escolas, jardim de infância, polidesportivos, centro de saúde, posto policiais, ….) e infra-estruturas técnicas e viárias (furos, poços, reservatórios de água, deposito, ….) deverão ser alvo de fiscalização de forma a evitar que provoquem estragos e/ou paralisação no funcionamento destes. Medidas Especificas: a) A transferência do campo de tiro sito na localidade de São Martinho para um novo local a definir, deverá ser precedida de um parecer técnico a emitir pela equipa redactora do PDM.

Foram previstas medidas gerais para a gestão do Património Natural e Cultural, em que se destacam**:**

É proibido qualquer actividade que prejudique o património arquitectónico, arqueológico, histórico e cultural do concelho. Medidas Especificas: a) É proibido qualquer actividade que danifique ou altere a vocação actual do Vale da Ribeira Grande, coincidente com a Área Verde de Protecção e Enquadramento proposto no Esquema de Desenvolvimento; b) Devido a importância histórico-cultural do

[1074] Sublinhado a negrito nosso.

Sitio Histórico da Cidade Velha, qualquer actuação dentro do seu limite deve ser dada conhecimento prévio a equipa redactora do PDM[1075]; c) Dado o valor paisagístico e morfológico do fragmento rochoso de Chã de Igreja, qualquer actividade danosa que afecte a sua preservação deverá ser dado conhecimento prévio a equipa redactora do PDM; d) Devido a importância histórica do Porto Natural de Lambisqueiro como um ponto de entrada do Sal e Carvão na ilha de Santiago, enquanto não for realizado o inventário e estudos do mesmo, não serão autorizados qualquer actividade que possam danificar as características naturais do lugar; e) Dado o valor e benefício económico e ambiental que podem provir do cultivo da Purgueira (Jatropha), tanto na medicina tradicional como na produção de bio diesel, enquanto não for delimitado a sua área de plantação não são autorizados o arranque ou translação do conjunto, localizadas ao longo da via de interligação entre as localidades de Salineiro e Santa Ana. Enquadramento Jurídico: Medidas Preventivas - é um instrumento de regulamentação do território, definido na Base XX do Decreto-lei nº 1/2006 de 13 de Fevereiro, delibera que o órgão competente para determinar a elaboração ou actualização de instrumentos de gestão territorial pode estabelecer que uma área, ou parte dela, que se presuma vir a ser abrangida por esses instrumentos seja abrangida por "Medidas Preventivas". No respeitante à aplicação, vinculação e validade, escreve-se: Âmbito de Aplicação - As presentes Medidas Preventivas visam salvaguardar as características naturais do solo, é aplicável à toda área do plano, cuja delimitação territorial engloba todo o município da Ribeira Grande de Santiago; Vinculação: As presentes Medidas Preventivas, após aprovação pela entidade competente e sua publicação, terá a natureza de um Regulamento Administrativo, ou seja, as suas disposições serão vinculativas a todas entidades públicas e privadas intervenientes na área do plano; Validade: O prazo de vigência destas Medidas Preventivas terá a duração de dois anos sem prejuízo da respectiva prorrogação, por um prazo não superior a um ou até que seja aprovada o PDM. Estipula-se também o Embargo: a) Qualquer obra de construção e os trabalhos realizadas, que desrespeitem as proibições, condicionantes ou pareceres vinculativas decorrentes das medidas preventivas, ainda que licenciados ou autorizados pelas entidades competentes, podem ser embargadas ou demolidos ou, sendo o caso, pode ser ordenada a reposição da configuração do terreno e da recuperação do coberto vegetal

[1075] Sublinhado nosso.

segundo projecto a aprovar pela Administração; b) Compete ao presidente da câmara ordenar o embargo, a demolição, a reposição da configuração do terreno ou a recuperação do coberto vegetal, referidos no número anterior. Relativamente à Publicação deste documento e a entrada em vigor do mesmo, estipula-se: As presentes Medidas Preventivas, após a sua aprovação pela Assembleia Municipal, deverão ser publicadas no Boletim Oficial e outros órgãos de comunicação que se considerar necessária. Entrada em Vigor: As presentes Medidas Preventivas entram em vigor imediatamente após a sua publicação no Boletim Oficial[1076].

Estão presentes acima, algumas leis, decretos e deliberações que permitem a salvaguarda do património cultural e as que se referem a outros sectores a ele relacionados, cuja "boa saúde" se reflecte no primeiro. A Legislação Nacional e Municipal publicada nos últimos anos, tem permitido a implementação dos Planos Municipais em cumprimento, mas há necessidade de se acompanhar a pressão existente actualmente nesta área, dinamizar e diversificar as acções referidas no documento em causa, bem como as ofertas turísticas, para que o desenvolvimento do turismo flua sem constrangimentos, trazendo mais rendimento para os empresários, densificando a oferta de emprego, contribuindo assim para que o país dê o salto necessário, contornando a crise e preparando um futuro mais risonho para os jovens, faixa em que o desemprego graça nos últimos anos.

2.2. As ruinas da Sé Catedral.

> *"As ruínas da até agora única Catedral de Cabo Verde marcam indelevelmente a memória colectiva dos cabo-verdianos, com toda a sua carga simbólica" (PEREIRA, 2000, XXI).*

O Relatório, Caracterização e Diagnóstico da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago[1077], refere que deste edifício resta apenas parte da fachada. O último arco ruiu em 2002. Refere ainda que a Sé Catedral é um símbolo marcante da história de Cabo

[1076] [PDF]Download – CMRGS. [Em linha]. 2014. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.cmrgs.com/wp-content/uploads/2014/01/Medidas-Preventivas.pdf

[1077] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...

Verde. Localiza-se no bairro de São Sebastião e encontra-se em bom estado de conservação. Foi a primeira Catedral a ser construída em África[1078], e é ainda hoje a única Sé de Cabo Verde. É um dos mais emblemáticos e imponentes edifícios do período colonial[1079]. Este documento apresenta as imagens que representam as ruínas existentes actualmente, presentes na figura 149.



Figura 149 - Ruínas da Sé Catedral. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha].2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...

Luís Benavente elabora uma "Planta Geral de Reconstituição da Sé da Ribeira Grande de Cabo Verde", e enfrenta dificuldades nesta tarefa, pelo avançado estado de degradação da Sé. Conclui que todo o conjunto urbano da antiga e arruinada capital de Santiago devia ser preservado[1080]. A Igreja da Misericórdia (levantamento de 1962) e a Capela de São Roque (projecto de 1966-67) sofrem intervenções em 1969, realizadas por Luís Benavente[1081].

2.2.1 Localização e história.

A Catedral localiza-se no extremo da plataforma onde se instalou o Bairro de S. Sebastião, como apresentam a 1ªe a 2ª imagens da figura 150.

[1078] Ibidem
[1079] CARVALHO, Carlos de; AKIBODÉ, Charles Samson; MORISET, Sébastien - *Plan de Gestion 2008 – 2012 de Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande*. 2008, pág. 13.
[1080] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336
[1081] Ibidem

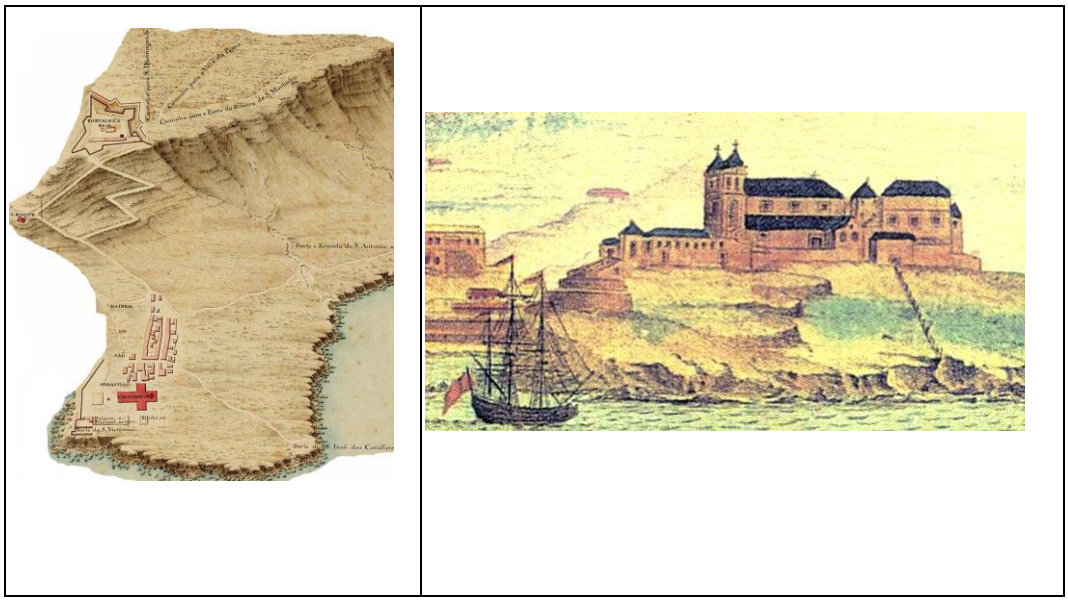


Figura 150 - 1ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Sebastião, parte do mapa de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa[1082]. 2ª Imagem: Fragmento da litografia de 1864, permitindo apreciar a grandeza imponente da Catedral. Fonte: VALDEZ, Francisco Travassos - *Africa Ocidental – Noticias e considerações*. Editado por Francisco Arthur da Silva. Tomo 1. Lisboa. 1864.

A 1ª e 2ª imagens da figura 150 (1778 e 1864 respectivamente) para além de definirem a localização da Catedral e dos edifícios que se enquadravam na mesma área, demonstram toda a sua grandeza e imponência, próprias de uma Sé, cujas regalias eram consentâneas com o território sob a sua jurisdição, e suas funções, que se espraiavam a toda a costa ocidental da África portuguesa da época. Pelas imagens pode observar-se que o edifício da Catedral é constituída pelo corpo principal do edifício, a escadaria que dava acesso à entrada que apresenta a meio percurso um pedestal, como se indica nas imagens da figura 150 e 151. Na segunda imagem da figura 151 (sec. XVIII) visualiza-se ainda, ao lado da Catedral, o Aljube e o Palácio Episcopal já arruinados, e no extremo da falésia, o Forte de S. Veríssimo. O Bairro de S. Sebastião perfila-se do lado oposto, sendo a Rua Direita do Forte a que começa na Sé e sobe a plataforma em direcção ao Forte, bifurcando-se em dois caminhos vicinais, um à esquerda que dá acesso à Capela de S. Roque, um outro que chega a meio da falésia, prosseguindo para a direita até ao Forte, do lado oposto que, em ziguezague, perfaz a letra M, já perto do Forte, no ponto de encontro com o da esquerda.

[1082] Cartografia anexa ao documento Cabo Verde, papéis avulsos, 1778, 6 de Outubro (Parecer do Conselho Ultramarino. Imagem digitalizada por AHU). In. PEREIRA, Daniel. A. - *Marcos Cronológicos de Cabo Verde*. 2ª Edição (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

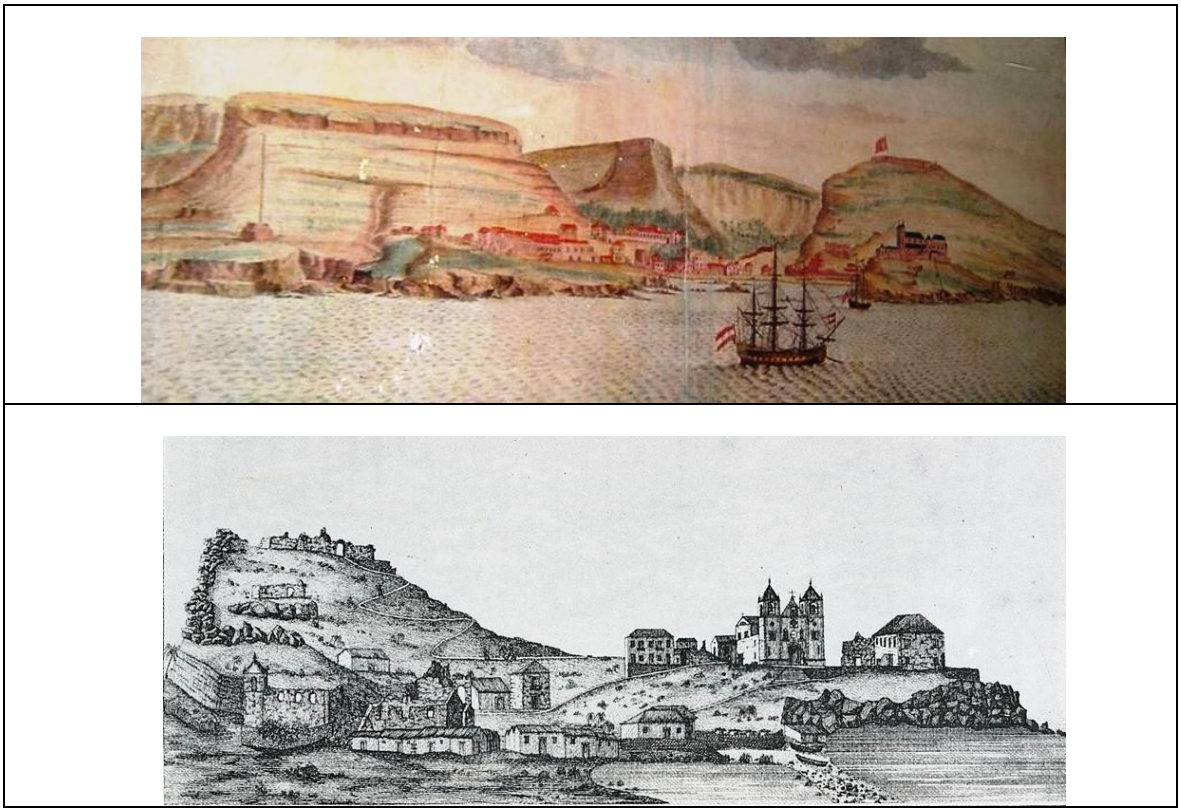


Figura 151 - 1ª Imagem: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450. Fonte: Colecção Iconografia – gravura. Cabo Verde. HAU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. 2ª Imagem: Lithographie extraite d'une publication de 1864. VALDEZ, Francisco Travassos - *Africa Ocidental – Noticias e considerações*. Editado por Francisco Arthur da Silva. Tomo 1. Lisboa. 1864.

A 1ª imagem (1635) da figura 151 deixa claro que a cidade da Ribeira Grande era na época (inícios do sec. XVII) um centro cosmopolita, com edifícios que caracterizavam uma vida florescente de um centro comercial dinâmico. Assim, do lado direito da Catedral perfila-se o Palácio Episcopal, do lado esquerdo edifícios grandiosos como a Igreja e o edifício da Misericórdia, a Câmara, igrejas, o Colégio dos Jesuítas, o convento de S. Francisco. Sobrados e outros edifícios são visíveis também no Bairro de S. Brás, nesta imagem. A 2ª imagem (1864), que representa a Sé e a sua entrada em escadaria que ocupava todo o declive, também visível na segunda imagem da figura 152, que apresenta o Palácio Episcopal e o Aljube, totalmente em pé, mostrando toda a volumetria destes edifícios. Visualiza-se também, a Rua direita do Forte, estando a zona despida ainda de casas, o que prossupõe que o bairro formou-se mais tarde, a Fortaleza e a sua porta de entrada, e perto do porto, a Rua do Calhau contígua à Rua do Porto, que foram as primeiras da cidade, edifícios e moradias. Resta a dúvida relativamente à pintura de 1864, que talvez fosse feita a partir de imagens já existentes

do Aljube e do Palácio Episcopal, pois o mapa de 1778 de Andrea apresenta-as em ruinas[1083]. A não ser que tivessem sido restauradas após esta data, mas não identificamos documentos comprovativos desta possibilidade.

A Catedral da Ribeira Grande, iniciada por volta de 1555 ou 1556, em cima da achada de S. Sebastião, ao sul da área central e do porto da vila, levou quase 150 anos para ser concluída e, "azaradamente", somente uma década depois, foi de tal forma danificada pelos ataques do corsário francês Jaques Cassard, que nunca mais, apesar deprovisoriamente retalhada, chegou ao seu estado original. Levantada em forma de cruz latina e com as características de igreja-salão, a sua posição exposta, assim como a sua data avançada de construção, levaram a fortes oposições dentro do próprio corpo eclesiástico da vila. O seu tamanho desmesurado assim como os seus elevados custos, situação agravada pelas constantes faltas de verbas e pela Sé vacante por várias décadas, por sua vez ajudaram a dificultar a sua conclusão. Foi só graças aos esforços do bispo D. Frei Vitoriano Portuense, que finalmente, por volta de 1693, a Sé passou a ser instalada na mesma, saindo finalmente da igreja da Misericórdia. Várias alterações e adaptações no corpo da igreja, no transepto e na capela-mor devem ter tido ocorridas ao longo da sua edificação, *"mas das quais nem os documentos nem os vestígios dão informação clara e congruente",* conforme escreve Vera Mariz[1084].

Rareiam informações a respeito da construção e de como decoreram as obras deste edifício, da ornamentação e dos religiosos afectos à Sé. O seu tamanho desmesurado assim como os seus elevados custos, situação agravada pelas constantes faltas de verbas e pela Sé vacante, por várias décadas, por sua vez ajudaram a dificultar a sua conclusão, e foi só graças aos esforços do bispo D. Frei Vitoriano Portuense que finalmente, por volta de 1693, a Sé passou a ser instalada no edifício correspondente[1085].

[1083] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 27 de Julho de 2011. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[1084] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7**.** Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] (s.d.). 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

[1085] Ibidem

Documentos da época prestam informações valiosas sobre a Sé. De Coimbra, em Dezembro de 1824, uma carta ao Governador de Cabo Verde, Ignácio António da Fonseca Benevides, com a assinatura no pé da página de José Policiano de Castilho, refere que a Cidade da Ribeira Grande estava quase tudo a arruinar-se mas ainda existia porque, *"há ali a Sé, um Com.te de Capuchos, e a Mesiricordia. Esta tem um rendimento perto de 3 mil cruzados que equivalem ' pela barateza de tudo' a mais de Sé em lisboa. Esclarece que não havia na cidade um médico, um cirurgião "Boticante"*. Refere que que quase não havia gente, acrescentando: *"Tal Hosp. Al da Misericórdia deve ser, se ainda o não foi, mudada para a "Villa da Praia"*. E anuncia o principal, *"em observância das respeitáveis Ordens da academia":* (…) *"apesar das mais sabias Instruções, bem perdidas serão todas as despezas, q.e se fizerem com Cabo Verde se q.m lá for mandado, não for consumado em teórica e prática, e se am m. mo tempo não tiver m. to zelo e actividade; devendo em todo o caso estabelecer-se ""Autorid". Competente, com q. m se corresponda, e de q. m vá recebendo as ocupações Instrucções"*[1086].

Pressupõe-se que seja um religioso o autor desta carta, dado que, o que anuncia, seria "*em observância das respeitáveis Ordens da academia",* e o tom da carta, que nos parece ser de aconselhamento, em que o autor sugere o perfil que devia ter uma entidade, para melhor administar as ilhas de Cabo Verde. Uma Carta ao rei, sobre a triste situação da Catedral, por falta de cónegos, e da Sé também, solicitando que fossem providos algumas das cadeiras que estavam vagas, a fim de que os ofícios divinos pudessem continuar a ser ministrados *"com aquella decência que era necessária para edificar os Povos d'aquellas ilhas que ali costumavam concorrer solenidades do anno, a assistir a celebração dos sagrados Mistérios, naquele único coro que há em toda aquella Província, a única parte em toda a ilha onde eles se podem celebrar"*[1087]. Apenas 8 das 17 cadeiras estavam providas e*"essas mesmas em pessoas que que não podem suprir os encargos que lhes são anexos, porque dois deles se achavão ausentes, e quasi sem esperanças de voltarem; que os mais huns por velhos, outros por doentes quasi habituais, estavão inabilitados para o serviço da mesma Sé"*.

[1086] Ibidem
[1087] AHU-Cabo Verde, cx. 24, doc. 14.
AHU_CU_024, Cx. 24, D. . 1814

Na mesma, refere-se ao pedido da construção de um Seminário à custa do Bispo, excepto alguns materiais que o rei devia enviar de Portugal, e que para a sustentação do mesmo *"se podia lançar mão do produto de algumas cadeiras que se encontravam vagas"*, sugerindo que cinco podiam ser providos, e com o montante das quatro outras se sustentasse o seminário, até que houvesse recursos da realeza. Apresenta-se uma lista com os reverandos que considerava aptos, sendo mais capazes os primeiros da lista. Acrescenta-se que já havia mandado informar o Secretário da Repartição da Ordem de Cristo, que lhe enviou para ser dado visto pelo Doutor Procurador-Geral das Ordens sobre a sua proposta, visto que aquele que foi concedido a 6 de Maio de 1825 (Lisboa). Assina, Joaquim Manoel Garcia de Castro Brito. Ao pé da página a inscrição: *Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias*. *Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37*. Esta carta também seria da autoria de um religioso da Ordem pois adianta que todas as propostas que fizera na carta tinham o visto do Doutor Procurador-Geral das Ordens, numa página anexada a esta, regista-se o assunto, e no fim, vem a frase: *Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias. Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37*[1088].

Em 1592, Filipe III pediu ao bispo de Cabo Verde informações sobre o local da sua construção, dado que tinha ouvido dizer que não só era grande, como também ficava muito afastada, e dada à sua situação, com o desembarque de corsários na ilha, a poderiam usar para se fortificarem e atacarem a cidade, como havia acontecido no passado. Sublinha Dias (DIAS, 2000, 115), que em 1626, decorriam obras nesta edificação da Sé e o rei mandava que a partir desse ano, fosse o bispo a superintendê-las, continuando em obras em 1645. Cinco anos depois, os jesuítas tinham emprestado mil telhas para a sua cobertura, facto que, na opinião do autor, indicia o fim dos trabalhos essenciais[1089]. Em 1688, a 21 de Fevereiro, em Lisboa, a CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, refere-se ao requerimento do Bispo de Cabo Verde, Frei D. Vitoriano do Porto, feito com base nas informações do antigo governador, Inácio da França Barbosa, que solicita uma licença para reduzir a planta do

[1088] ibidem
[1089] AHU-Cabo Verde, cx. 24, doc. 14.
AHU_CU_024, Cx. 24, D. . 1814

edifício da Sé Catedral de modo a poder concluir a obra iniciada havia mais de cento e dez anos e retomada sem sucesso por morte do seu antecessor, Frei D. António de São Dionísio[1090].

A 10 de Dezembro de 1691, em Lisboa, há uma CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, a respeito da carta do Bispo de Cabo Verde, Frei D. Vitoriano Portuense, que agradece a resolução tomada para o pagamento do montante em dinheiro consignado às obras da Sé de Santiago, que dava conta do andamento das mesmas. Na mesma refere-se aos extraordinários sucessos alcançados na execução das obras e se projectava que os trabalhos "da parte da capela" estariam finalizados pelo Natal[1091]. A CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, a 17 de Janeiro de 1685, foi sobre o requerimento dos religiosos capuchos da Província de Soledade do convento de S. Francisco da ilha de Santiago de Cabo Verde, solicitando o pagamento dos dinheiros devidos da ordinária que anualmente lhes são atribuídos e consignados nos rendimentos da Alfândega Real, pelo rendimento da cidade [de Ribeira Grande], ou de qualquer outra parte, para continuarem as obras do convento, ou então dar-se-lhes os materiais necessários para os trabalhos em curso[1092]. Em 1681, a 21 Maio, de Cabo Verde, a CARTA do cabido da ilha de Santiago ao príncipe regente D. Pedro, alude à necessidade da reedificação da Sé,

> (…) *"pela forte pressão que lhes impõe o facto de não terem um espaço apropriado para a celebração e actividades do culto com o aumento da população religiosa, além da igreja da Misericórdia; e sobre os melhoramentos das condições que poderiam ter se se lhes auxiliasse na continuidade daquela grandiosa obra iniciada há mais de cento e dez anos pelo antigo Bispo de Cabo Verde, frei D. Francisco da Cruz, dando-se-lhes, quanto mais não seja pela redução do projecto da planta inicial, o necessário para a sua conclusão*"[1093].

[1090] AHU-Cabo Verde, cx. 7- A, doc. 101.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 636

[1091] AHU-Cabo Verde, cx. 7- A, doc. 132.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 668.
Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls. 75; anexo: carta

[1092] AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 38.
AHU_CU_024, Cx. 7, D. 585.
(Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS DE PARTES, Cod. 49, fls.136-136v)

[1093] AHU-Cabo Verde, cx. 6 - A, doc. 161.
AHU_CU_024, Cx. 6, D. 543.

Em 1676, a 22 de Abril, houve uma CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do Bispo de Cabo Verde, D. António de São Dionísio, solicitando um relógio, um pontifical e mais ornamentos para os serviços religiosos da igreja da Sé, bem como uma provisão para receber do depósito da ilha de Santiago, parte da quantia do dinheiro concedido ao Bispo seu antecessor, Frei Fabião dos Reis.

A localização proposta para a construção da Sé e o sobredimensionamento do mesmo, deu origem a várias objecções (PEREIRA, 2004, XXI). Os poderosos locais puseram vários obstáculos à realização dos trabalhos, nomeadamente, a pretexto de que a Catedral estava situada fora do *"corpo da cidade"*. A respeito desta polémica, Daniel Pereira (PEREIRA, 2009, 137), referindo-se ao padre Brásio (BRÁSIO, Padre António. Vol V, Doc. 72, p. 235-236) apresenta uma passagem da carta de João Pereira Corte Real ao rei Filipe III, a 17 de Janeiro 1630, em que afirma que não tinha sido *"bem informado a princípio da pouca capacidade desta ilha "Santiago" e destrito e do pouco rendimento que cá havia para se fazer aqui uma Sé com tanto Clérigo e capelão e um Bispo, em cidade que não chega a aldeia, mas donde são quinze ou dezasseis homens de Portugal os cidadãos e com os da terra crioulos não chegam a 35, sendo os cónegos, Clérigos e sacerdotes o tudo de que esta terra está povoada e a esse respeito cada dia usurpada a jurisdição real e avexados os vassalos* (…)*"* (BRÁSIO, 1979, 235-236).

Foi um projecto custoso, construído em parte com pedras importadas de Portugal, considerado demasiado ambicioso, o edifício era mal protegido, e um pouco fora do centro da Cidade. A construção da Catedral exigiu muito tempo, e dinheiro para e aquisição de materiais de construção, e para a sua decoração. Cerca de 145 anos depois, por volta de 1701-02, os trabalhos foram concluídos a expensas do bispo Frei D. Vittoriano Portuense. As obras ficaram paradas durante cerca de 130 anos. Mas a Sé Catedral deu o seu brilho à cidade por muito pouco tempo. Poucos anos depois, em 1712, foi saqueada e danificada por corsários franceses comandados por Jacques Cassard. Ficou devastada. Os próprios sinos da Catedral foram *"vilmente derrubados e despojados por mãos sacrílegas"* e *"emudeceram"* (PEREIRA, 2004). Hoje restam apenas as paredes que insistentemente se mantêm em pé, para testemunhar os ataques a

que foi exposto este edifício, bem como os tempos áureos da Cidade da Ribeira Grande. O saque à cidade foi avaliado em cerca de 3 milhões de libras esterlinas. Actualmente as ruínas da Sé *"podem bem ser consideradas como se fossem um palco a céu descoberto"*(PEREIRA, 2004, XXI). Com as sucessivas ataques e com a transferência da capital para a cidade da Praia, a Sé rapidamente começou a degradar-se e a arruinar-se (PIRES, 2007). É um edifício muito apreciado por turistas pela sua grande grandiosidade. É o centro de maior interesse histórico do bairro de S. Sebastião.

Vera Mariz [1094] detem-se em dados históricos a respeito da Sé Catedral ou Igreja do Santíssimo Nome de Jesus da Ribeira Grande de Santiago. Refere que, conforme foi desvendado por José Manuel Fernandes, esta ruína era a "paixão" de Luís Benavente. Indica que em 1967 estimou a fixação das ruínas "no sentido de evitar a sua perda total", no montante de 50.000$00, mas que o estudo da documentação e a observação do monumento levava-a a crer que o único trabalho feito nesta ocasião teria sido o levantamento de azulejos que ali se encontravam, possivelmente da autoria de Gabriel del Barco (1649 - antes de 1708) , e que pelo menos, desde 1922, vinham sendo arrancados. Lembra que, já na segunda metade da década de 80, a equipa de escavações liderada por Clementino Amaro, do Instituto Português do Património Cultural, recolheu novos fragmentos de azulejos, cujas características, segundo José Meco, permitem a sua atribuição a Gabriel del Barco. Alude, também, aos azulejos de um possível painel figurativo que foram depois expostos na exposição, "Encontro de Culturas – Oito Séculos de Missionação Portuguesa", realizada no ano de 1994, no mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa. Estes azulejos no entanto, não são figurados ou referidos no catálogo da amostra, conclui a mesma. Relativamente ao retábulo destinado à capela-mor da Sé, obra de vulto, que terá sido encomendada, conforme revelou Sílvia da Silva Ferreira, a José Rodrigues Ramalho, no ano de 1705, não tinha qualquer referência, sendo possível, segundo a mesma, que este tenha sido saqueado e/ou destruído aquando dos ataques liderados por Jacques Cassard no ano de 1712. O projecto de reconstrução sonhado por Luís Benavente terá ficado totalmente

[1094] MARIZ, Vera - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL *CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA.* LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7**.** Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] (s.d.). 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

inviabilizado pela desmontagem de pedras das ruínas, em meados dos anos 60, ou já no início da década seguinte, conclui.

No que respeita a edificação da Sé Catedral, um "grandioso templo", escreve-se que esteve dependente de frágeis e inconstantes esmolas, penas pecuniárias de condenados e da fazenda real. Refere-se também que durante a sua construção, este edifício esteve sujeito à insatisfação e dúvidas suscitadas pela sua localização periférica em relação ao centro urbano, e explicita:

> *"No ano de 1681, mais de cem anos após a morte de D. Frei Francisco da Cruz (?-1571), promotor desta campanha, acreditava-se que "Esta obra hé imposiuel acabarsse hoje (…) e nunqua se fara nem terá fim". Na verdade, o processo iniciado no ano de 1556 acabou por arrastar-se morosamente até ao início do século XVIII, tendo resultado numa imponente igreja de nave única com capela-mor destacada, um transepto de dois tramos com capelas laterais adossadas e duas torres sineiras na fachada. No ano de 1712 o templo foi violentamente saqueada pelos corsários liderados por Jacques Cassard (1679-1740)"*[1095].

Explica-se ainda que, durante o Liberalismo, segundo o monsenhor Oliveira Bouças, o seu valor enquanto monumento de interesse nacional foi desconsiderado e acabou por ser *"apeado, gastando-se mais naquela vandálica destruição do que seria necessário para a sua reparação"*. Confirma-se, com apoio de documentos da época, que de acordo com documentação recuperada por António Brásio no ano de 1875, o Director das Obras Públicas da Província de Cabo Verde, havia considerado que o restauro da Sé seria demasiado dispendioso, e que era preferível utilizar as suas cantarias na construção de novos templos, *"deixando-se desmoronar o dito edifício"* e que, nesta mesma ocasião, colocara-se também a hipótese de demolir este templo[1096].

[1095] Cidade Velha, Património Mundial. Por uma questão do Património ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 28.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-por-uma-questao-do-patrimonio-cultu...
[1096] Ibidem



Figura 152 - 1ª Imagem: Fotografia antiga das ruinas da Sé. Fonte: Fotogafias da Cidade Velha - ALBUM c 6.265.06.311. Arquivo Histórico Ultramarino de Cabo Verde. AHU-C.V. 2ª Imagem: Vista das ruínas a partir do côro da Catedral. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra...

A Sé Catedral arruinada, é apresentada numa imagem antiga, e em imagens mais recentes, assim como a Planta da mesma, que deixam apreciar o volume das ruinas existentes (em negro), bem como a parte do edifício que desapareceu, nas duas imagens da figura 152.

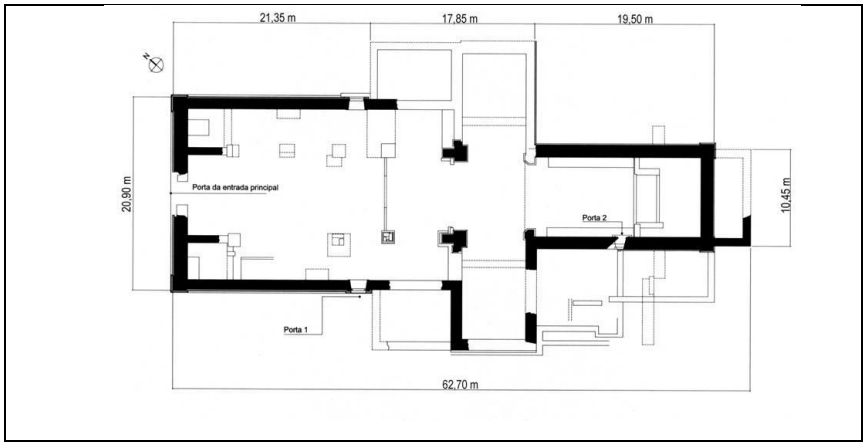


Figura 153 - Vista do conjunto das ruinas na Planta da Catedral. Fotografia de Walter Riveira et António Cabral[1097].

[1097]Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

A planta que apresentamos na figura 153, é da autoria de Walter Rivera e António Cabral. Nesta, assinalam-se as ruinas existentes, mas não está datada.

A Sé Catedral destaca-se de entre os outros edifícios religiosos. As obras tinham sido iniciadas cerca de 1556, ao tempo do episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, responsável pela edificação de vários outros edifícios como o Paço Episcopal, a que refere Pedro Dias (Dias, 2000, 115), revelando que, em 1592, Filipe III pediu ao bispo de Cabo Verde informações sobre o local da sua construção, dado que tinha ouvido dizer que não só era grande, como também, ficava muito afastada e porque dada à sua situação, desembarcando corsários na ilha como já acontecera, a poderiam usar para se fortificarem e atacar a cidade. Em 1620 a coroa ordena ao Bispo que dêsse continuidade às obras da Sé[1098]. Decorreriam obras nesta edificação e o rei mandava que a partir desse ano fosse o bispo a superintendê-las, continuando em obras em 1645 e que, cinco anos depois, os jesuítas tinham emprestado mil telhas para a sua cobertura, facto que, na opinião do autor, indicia o fim dos trabalhos essências[1099].

Em 1774 há um despacho do Marquês de Pombal para a reedificação do Palácio Episcopal. Entretanto, em 1838, o governador Joaquim Pereira Marinho faz uma proposta para a demolição da Sé e construção de uma nova, na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente) para onde se pretendia transferir a capital (BARROS, 1973). Pedras da Sé foram enviadas para a cidade da Praia, para servirem em outras construções. Já em 1630, acusa-se o governador João Pereira Corte Real a pouca capacidade da Ilhade Santiago para albergar uma Sé com tantos clérigos, capelães e Bispo, *"em cidade que não chega a ser aldeia"* e onde os cidadãos são quinze ou dezasseis homens de Portugal que somados aos crioulos da terra não chegam a 35[1100] .

Uma carta ao rei sobre a triste situação da Catedral por falta de cónegos e da Sé solicitando que fossem providos algumas das cadeiras que estavam vagas a fim de que

[1098] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*

[1099] Ibidem

[1100] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*

os ofícios divinos pudessem continuar a ser ministrados *"com aquella decência que era necessária para edificar os Povos d'aquellas ilhas que ali costumavam concorrer solenidades do anno, a assistir a celebração dos sagrados Mistérios, naquele único coro que há em toda aquella Província, a única parte em toda a ilha onde eles se podem celebrar"*. Apenas 8 das 17 cadeiras estavam providas e *"essas mesmas em pessoas que que não podem suprir os encargos que lhes são anexos, porque dois deles se achavão ausentes, e quasi sem esperanças de voltarem; que os mais huns por velhos, outros por doentes quasi habituais, estavão inabilitados para o serviço da mesma* Sé"[1101]. Na mesma, refere-se ao pedido da construção de um Seminário, à custa do Bispo, excepto alguns materiais que o rei devia enviar de Portugal e que para a sustentação do mesmo *"se podia lançar mão do produto de algumas cadeiras que se encontravam vagas"*, sugerindo que cinco podiam ser providos e com o montante das quatro outras se sustentasse o Seminário, até que houvesse recursos da realeza. Apresenta-lhe uma lista com os reverandos que considerava aptos sendo mais capazes os primeiros da lista. Acrescenta que já havia mandado informar o Secretário da Repartição da Ordem de Cristo, que o enviou para ser dado visto pelo Doutor procurador Geral das Ordens sobre a sua proposta, visto esse concedido em Lisboa, a 6 de Maio de 1825. Assina. Joaquim Manoel Garcia de Castro Brito. Ao pé da página vem escrito – Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias - Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37 [1102].

Caracterizando a Catedral a "Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial"[1103] põe em relevo as suas particularidades, e as obras de restauração realizadas:

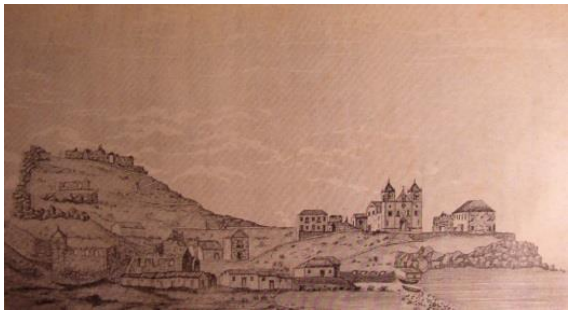
> *"C'est une cathédrale caractéristique de la renaissance tardive composée d'une nef et d'un double transept. La croisée du transept marque la séparation entre la nef et le chœur, qui est plus étroit. Le sanctuaire et les deux clochers qui encadraient la porte principale ne sont plus visibles, mais les grands pans de murs restants, qui ont fait l'objet de travaux de préservation, permettent d'apprécier l'échelle colossale de ce projet. Les ruines de la cathédrale ont été dégagées et les murs conservés*

[1101] Ibidem
[1102] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm
[1103] Ibidem

dans le cadre de la champagne de restauration des monuments réalisée avec lesoutien de la coopération portugaise en 2004"[1104].

Algumas partes das paredes foram reconstruídas parcialmente para permitir ao visitante de melhor apreciar ao volumetria deste edifício. Segundo este documento, a próxima etapa compreenderia o tratamento da paisagem à volta do edifício, que permite dar mais visibilidade às ruinas existentes[1105]. A imagem seguinte da figura 153 não só destaca a Sé Catedral numa ilustração que a revela na sua forma intacta, como também, um conjunto de outros edifícios civis e militares, salientando a Fortaleza Real de S. Filipe, no alto duma das três colinas sobranceiras à Ribeira Grande (PEREIRA, 2009,183). Observando a terceira imagem, provavelmente dos anos 60, do sec. XX, verifica-se que sobravam ainda nestes anos uma boa parte das ruínas destes edifícios, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal e o Aljube.

Analisando a 3ª imagem da figura 154, provavelmente do sec XX, verificamos que actualmente é bem menor o que resta das ruinas da Sé, não apenas o tamanho mas também a altura de algumas paredes deste edifício, que se mantiveram de pé.



[1104] Ibidem

[1105] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

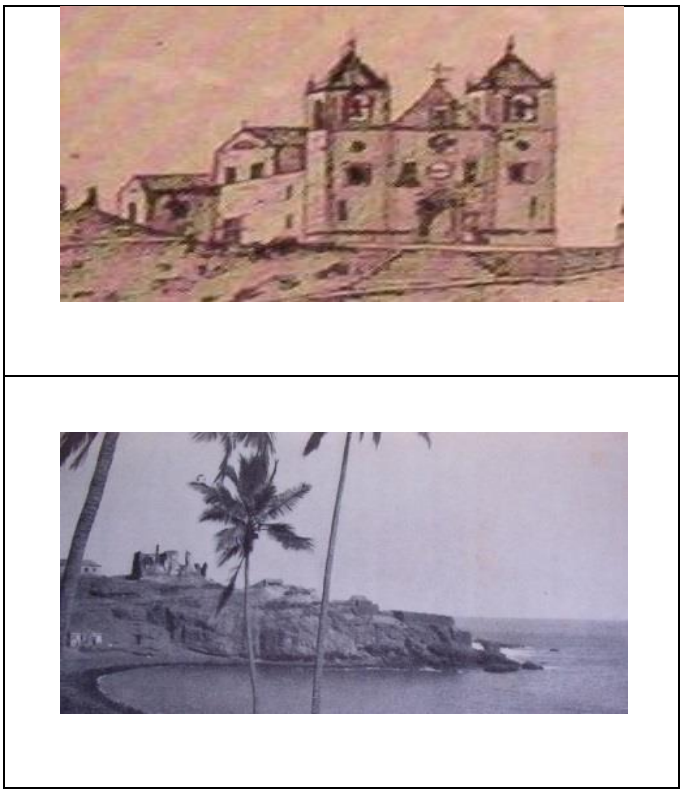


Figura 154 - 1ª imagem: Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e do Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. [sec. XIX – ca 1864] [desenho TRAVASSOS VALDEZ]. Fonte: Curadoria da Cidade Velha. 2ª imagem: A Sé Catedral (1864). Fonte: Imagem gentilmente cedida pela Curadoria da Cidade Velha. Imagem do IIPC. 3ª imagem: Ruínas da Sé Catedral e do Palácio Episcopal, (provavelmente do sec. XX). Fonte: Curadoria da Cidade Velha.

É uma Catedral do renascimento tardio, composto de nervura e um duplo transcepto. O cruzamento do transcepto marca a separação entre a nervura e o côro, que é mais estreito. O santuário e os dois arcos que enquadram a porta principal não são visíveis, mas os grandes panos das paredes restantes, que foram agraciadas com trabalhos de preservação, permitem apreciar a grandeza colossal deste projecto. As ruinas da Catedral foram limpas e as paredes foram consolidadas, no quadro da campanha de restauração dos monumentos, com o apoio da cooperação portuguesa, em 2004[1106].

Algumas partes das paredes foram igualmente reconstruídas para permitir ao visitante apreciar melhor a grandeza deste edifício.

[1106] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

A Proposta de inscrição da cidade no Património Universal[1107] caracteriza-a do seguinte modo:

> *"C'est une cathédrale caractéristique de la renaissance tardive composée d'une nef et d'un double transept. La croisée du transept marque la séparation entre a nave e o coro, qui est plus étroit. Le sanctuaire et les deux clochers qui encadraient la porte principale ne sont plus visibles, mais les grands pans de murs restants, qui ont fait l'objet de travaux de préservation, permettent d'apprécier l'échelle colossale de ce projet. Les ruines de la cathédrale ont été dégagées et les murs conservés dans le cadre de la champagne de restauration des monuments réalisée avec le soutien de la coopération portugaise en 2004[1108]".*

Vera Mariz[1109] referindo-se a Carita[1110] refere que a Sé *"Foi erigida em forma de cruz latina e tem as características de igreja-salão, a sua posição exposta, como a sua data avançada de construção levaram a fortes oposições dentro do próprio corpo eclesiástico da vila. Provavelmente, várias alterações e adaptações no corpo da igreja, no transepto e na capela-mor ocorreram ao longo da sua edificação, não existem documentos ou vestígios que dêem informações claras".* A Sé da Ribeira Grande, iniciada por volta de 1555 ou 1556, em cima da achada de S. Sebastião, ao sul da área central e do porto da vila, levou quase 150 anos para ser concluída e, azaradamente, somente uma década depois foi de tal forma danificada pelos ataques do corsário francês Jaques Cassard, que nunca mais, apesar de provisoriamente retalhada, chegou ao seu estado original. Levantada em forma de cruz latina e com as características de igreja-salão, a sua posição, estando exposta, assim como a sua data avançada de construção levaram a fortes oposições dentro do próprio corpo eclesiástico da vila. O seu tamanho desmesurado assim como os seus elevados custos, situação agravada pelas constantes faltas de verbas e pela Sé vacante por várias décadas, por sua vez ajudaram a

[1107] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[1108] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janeiro de 2008. [Em Linha]. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

[1109] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1110] CARITA, Rui – Património edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo verde, Património da Humanidade. São Miguel. Câmara municipal da Ribeira Grande. 2011 (em vias de publicação).

dificultar a sua conclusão, e foi só graças aos esforços do bispo D. Frei Vitoriano Portuense que finalmente, por volta de 1693, a Sé passou a ser instalada na mesma, saindo finalmente da igreja da Misericórdia. Várias alterações e adaptações no corpo da igreja, no transepto e na capela-mor devem ter tido ocorridas ao longo da sua edificação, mas das quais nem os documentos nem os vestígios dão informação clara e congruente [1111].

A Sé Catedral destaca-se de entre outros edifícios religiosos. As obras deste edifício tinham sido iniciadas por volta de 1556, durante o episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, responsável pela edificação de vários outros edifícios, como o Paço Episcopal. O seu tamanho desmesurado assim como os seus elevados custos, situação agravada pelas constantes faltas de verbas e pelo facto de estar sem vigário por várias décadas, ajudaram a dificultar a sua conclusão, e foi só graças aos esforços do bispo D. Frei Vitoriano Portuense que finalmente, por volta de 1693, a Sé passou a ser instalada, saindo finalmente da igreja da Misericórdia. Rareiam informações a respeito da construção e de como decoreram as obras deste edifício, do seu recheio, dos religiosos afectos à Sé.

Embora o parecer de alguns responsáveis fosse que o edifício era mal protegido, e um pouco fora do centro da Cidade não impediu a sua conclusão. Foi um projecto custoso, construído em parte com pedras importadas de Portugal, considerado também demasiado ambicioso. Hoje restam apenas as ruínas já consolidadas, que insistentemente se mantêm em pé, e que testemunham os tempos áureos da Cidade da Ribeira Grande. Actualmente as ruínas da Sé *"podem bem ser consideradas como se fossem um palco a céu descoberto"*(PEREIRA, 2004, XXI). É um edifício muito apreciado por turistas pela sua grandiosidade. É o centro de maior interesse histórico do bairro de S. Sebastião. Na primeira imagem da figura 155 é visível a Ribeira Grande na sua fisionomia actual, tendo ao fundo as ruínas da Sé Catedral. Comparando esta imagem com as da mesma figura, poder-se-á ter uma ideia da sua degradação.

[1111] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr





Figura 155 – 1ª Imagem: Vista actual da Cidade da Ribeira Grande e da Sé Catedral[1112]. 2ª Imagem: Ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha. 3ª Imagem: Imagens da primeira intervenção na igreja da Sé realizada com apoio da Cooperação Portuguesa[1113].

Apresentando imagens que permitem estabelecer comparações da Sé da Cidade Velha e a Sé de Portalegre, da Sé de Angra do Heroismo, refere o catálogo, "A Cidade Velha: Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha", que a concepção do edifício obedeceu a um programa muito difundido na época, particularmente pela Companhia de Jesus, que é caracterizada pela simplicidade e despojamento decorativo das fachadas da arquitectura "chã", marcada pela frieza que lhe conferem as concepções funcionais dos arquitectos militares"[1114].

O Relatório "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA" [1115] apresenta a planta da Sé com a localização da capela de S. José e dos alçados, fotografias e o desenho das ruínas, sua localização, e observações a respeito das mesmas, que pensamos ser importante, para que se possa ter a verdadeira noção de como a mesma se mostrava nesta altura. Elucida-nos acerca do volume deste edifício e da sua grandeza, que se compadecia com a categoria de Catedral da vasta Diocese que representava. As observações são feitas com base em imagens de 1929. As imagens e observações permitem também estabelecer uma comparação com a realidade actual,

[1112] Fonte: Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha]. 2008. [Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed..
[1113] Fonte: Imagens Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha]. 2008.[Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...
[1114] RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. (Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha. Cabo Verde. Praia. Cabo Verde. Outubro de 1989). Fotocópia do original - DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal.
[1115] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA[1115]. Unesco. In "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

com imagens feitas após a consolidação actual (2009), e ter uma ideia da degradação desta época à actualidade.

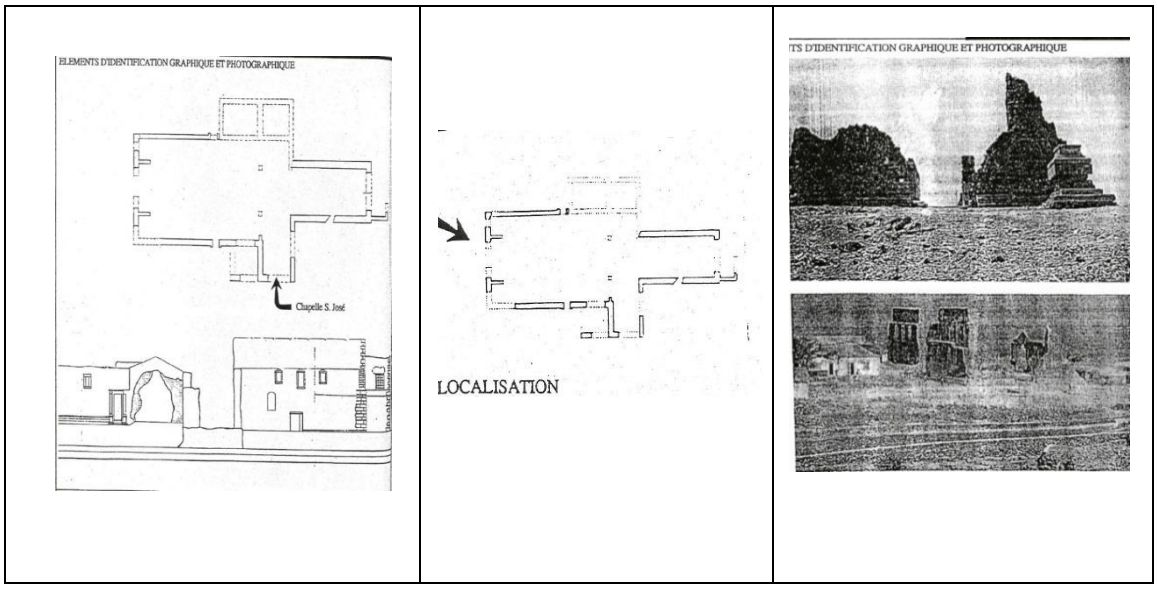


Figura 156 – 1ª Imagem: A planta do edifício e a localização da capela de S. José. As ruinas existentes em 1929. 2ª Imagem –Planta identificando a vista da entrada principal orientada para o noroeste. Nesta planta assinalam-se as partes inteiramente destruídas a pontilhado. 3ª Imagem: As ruinas existentes em 1929. Ficha nº 4[1116].

A 2ª imagem da figura156 indica a planta de localização, a porta principal do edifício e a localização da capela de S. José, a 1ªimagem apresenta uma planta assinalando as partes inteiramente a pontilhado, indicando portanto as ruínas que sobravam em 1929. Descreve-se neste documento a construção em 1929, apresentada na 3ª imagem da figura 156 : *"Hormis de pierres de soubassement, l'ensemble des pierres de bellle facture (en provenenance de Portuga) servant dà soulinhér l'entrée, les fenêtres, les linteaux et les corniches ont disparu. Celles-ci ont été récuperées et puis ré-insérées dans l'habitation domestiques. Le pedestal situe en avant de la façade d'entrée a été dépouillé en partie de ces mêmes pierres d'apareil"*[1117]. Descreve-se que as bases dos pilares situados no cruzamento do trancepto eram ainda identificaveis; a destruição parcial da capela que se situa no transepto do Sudoeste e também do transcepto do Noroeste. O tecto desapareceu totalmente. Os remates de certas paredes deixavam ver ainda as amarrações les de peças de madeiramento que suportavam a cobertura. Das abóbadas apenas sobravam o indício, nomeadamente perto da capela de S. José. A 3ª

[1116] Fonte:WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.
[1117] Ibidem

imagem da figura 156 apresenta as duas abóbodas situadas no cruzamento do trancepto que estavam ainda presentes no edifício, mas a maior parte das chaves desapareceram provavelmente, ou estariam dispersas em pequenas construções modernas, enquanto outras bem cuidadas foram amontoadas no solo a Nordeste e Noroeste, tendo-se em vista a restauração eventual da Sé, como se refere neste documento de 1980.

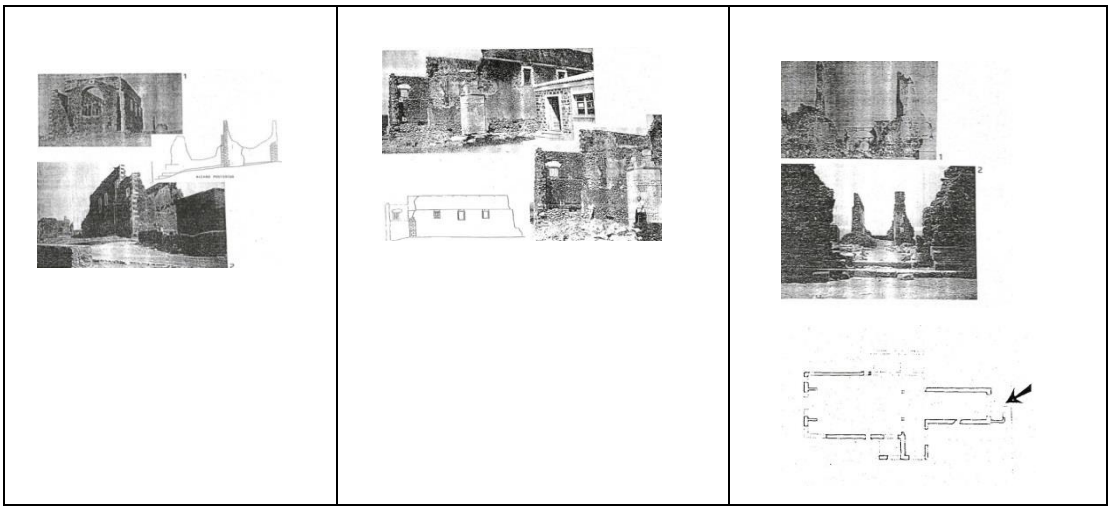


Figura 157 - 1ªa 6ª imagens: As duas abóbodas situadas no cruzamento do trancepto estavam ainda presentes mas a maior parte das chaves desapareceram. (Ficha nº 5). 2ª Imagem: Outras pedras de cantaria bem cuidadas foram amontoadas no solo tendo em vista a restauração eventual da Sé. 3ªImagem - O esquema da planta em pontilhado da fotografia 2 mostra que o arco desapareceu assim como uma pequena construção feita para aumentar o coro na parte posterior[1118].

O esquema da fotografia 2 (Ficha nº 5) mostra o arco ao centro da fachada posterior em que as chaves do arco desapareceram, provavelmente estariam dispersas nas pequenas construções mais modernas. As imagens da figura 159 revelam o arco ao centro da fachada posterior na fotografia de 1929 e o seu total desaparecimento, assim como uma pequena construção feita para aumentar o côro na parte posterior. Apresenta-se também a planta de localização mostrando a entrada posterior e revela também no chão as pedras que formavam o arco. As duas linhas horizontais são os traços de antigas pranchas da construção anexa que fechava a parte elevada do altar-mór da Catedral.

Indica-se nesta ficha do documento em causa, que juntammente com a operação de conservação, seria executada obrigatoriamente um levantamento arquitectónico preciso de todos os detalhes existentes na altura, a que se juntaria uma descrição dos materiais,

[1118] Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Praia. Cabo Verde. 1980.

os detalhes de “mise em oeuvre” e das condições físicas em se encontrava a construção. Por esta informação confere-se que estava previsto uma reconstrução da Sé, razão pela qual a Unesco teria encomendado o estudo de Jean- Pierre WIECZOREK, datado de 1980.

O autor continua e estudo minucioso da Sé que sintetizamos, com base nas imagens apresentadas pelo mesmo. Na figura 158 a porta lateral e paredes estavam intactas. Por esta imagem se pode compreender porque se previa : *“ Le relevé precise et detaillé de tous les éléments constituant les points forts de l’archicteture, linges d’assises ou de soubassements, chaînages d’angles, jambages et linteauxx ...) “*. Este trabalho permitiria a reconstrução das peças que faltavam, ou de volumes que estavam dispersos.

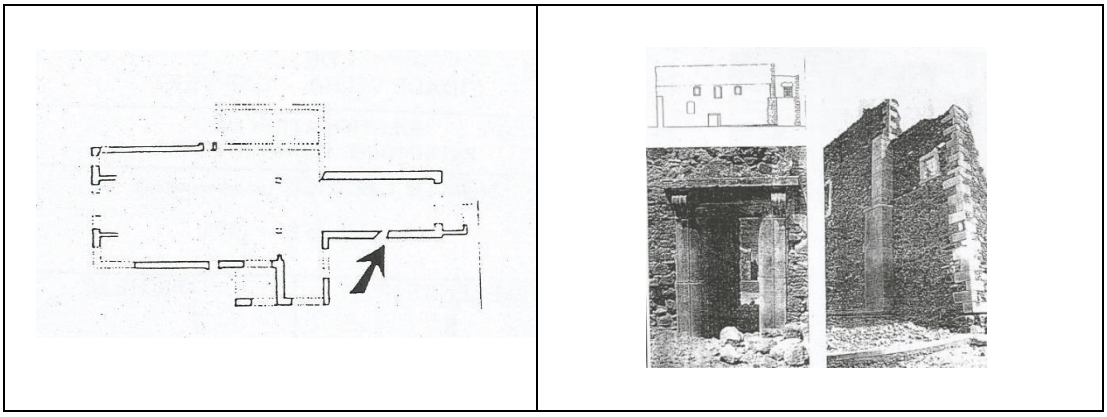


Figura 158 – 1ª e 2ª Imagens: Porta lateral e paredes intactas - Ficha 8. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. “Dossier” Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

A vista da elevação nordeste com a porta de entrada lateral praticamente intacta, estão patentes na 2ª imagem da figura 158. Apresenta-se também a referida planta. Nas quatro imagens da Sé da figura 159, apresentam-se imagens de plantas que mostram as portas e da porta lateral localizada a noroeste, que estava praticamente intacta.

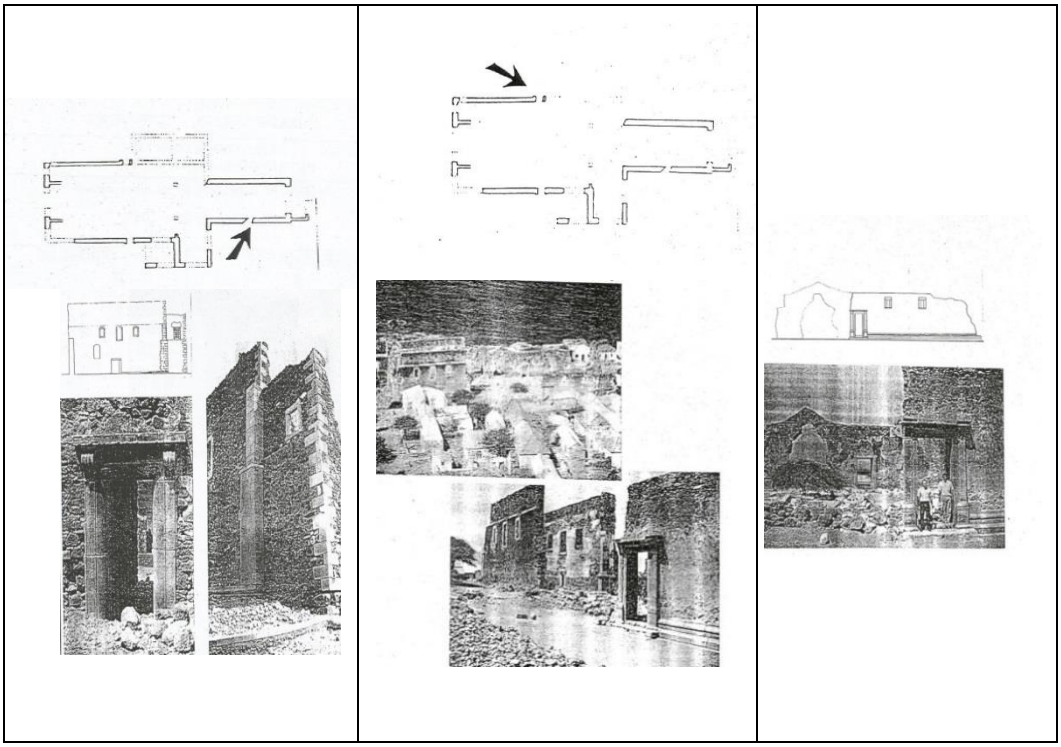


Figura 124 - 1ªImagem: Planta de localização da porta lateral direita. Porta lateral e paredes intactas - Ficha 8. 2ª, 3ª,4ª e 5ª imagens. Paredes e portas laterais praticamente intactas. Ficha nº 9. A porta lateral localizada a noroeste está praticamente intacta. Ficha 10[1119].

O desenho que representa as imagens da Sé comprovam o estado recuperável deste edifício em 1980. O documento é perentório ao sugerir que este facto seria um testemunho precioso para a reconstrução da Sé.

A vista do interior da nave a partir do coro é revelada pela 4ª imagem da figura 159, que indica que na coluna da esquerda, vê-se o início do arco em tijolos. Na foto da direita uma discussão com a população local tendo em vista uma operação de salvaguarda do sítio. Na 1ª imagem da figura 159 para além da planta de localização da capela de S. José, pode-se apreciar as ruínas desta capela em 1929. Na altura em que se redigiu o documento apenas restavam traços no solo das paredes e das bases das colunas. Mostra-se também o início das abóbodas que eram construídas de tijolos.

[1119] Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

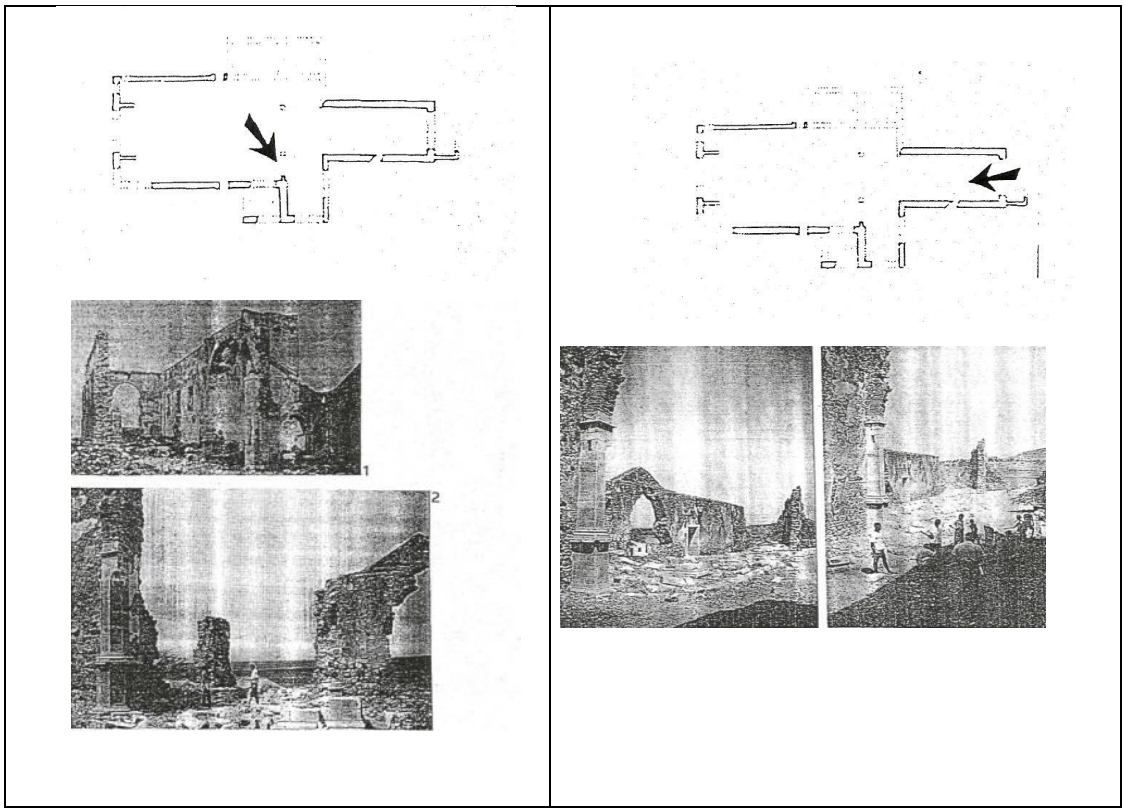


Figura 160 – 1ªImagem – Localização da capela de S. José. 2ª Imagem: 2 vistas das ruínas da capela de S. José. 3ªe 4ª Imagens: Localização da nave vista do coro. 5ª Imagem: Uma vista do interior da nave a partir do coro. Ficha nº 12. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980[1120].

Na 2ª imagem da figura 160, apresenta-se uma vista do interior da nave a partir do côro e muitas pedras espalhadas pela nave. No conjunto de pedras amontuadas via-se a peça do início do arco em tijolos. Da capela de S. José, na foto de 1929, apenas restava a coluna como se pode identificar na 1ª imagem da mesma figura. Uma recomendação nesta parte deste documento sugere que a partir destes dois documentos, 1929 e 1980, distantes de um do outro de cerca de 60 anos, e dos traços inscritos no solo, podiam ser simulados os desenhos das abóbodas, tal como existiam na construção.

[1120] Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

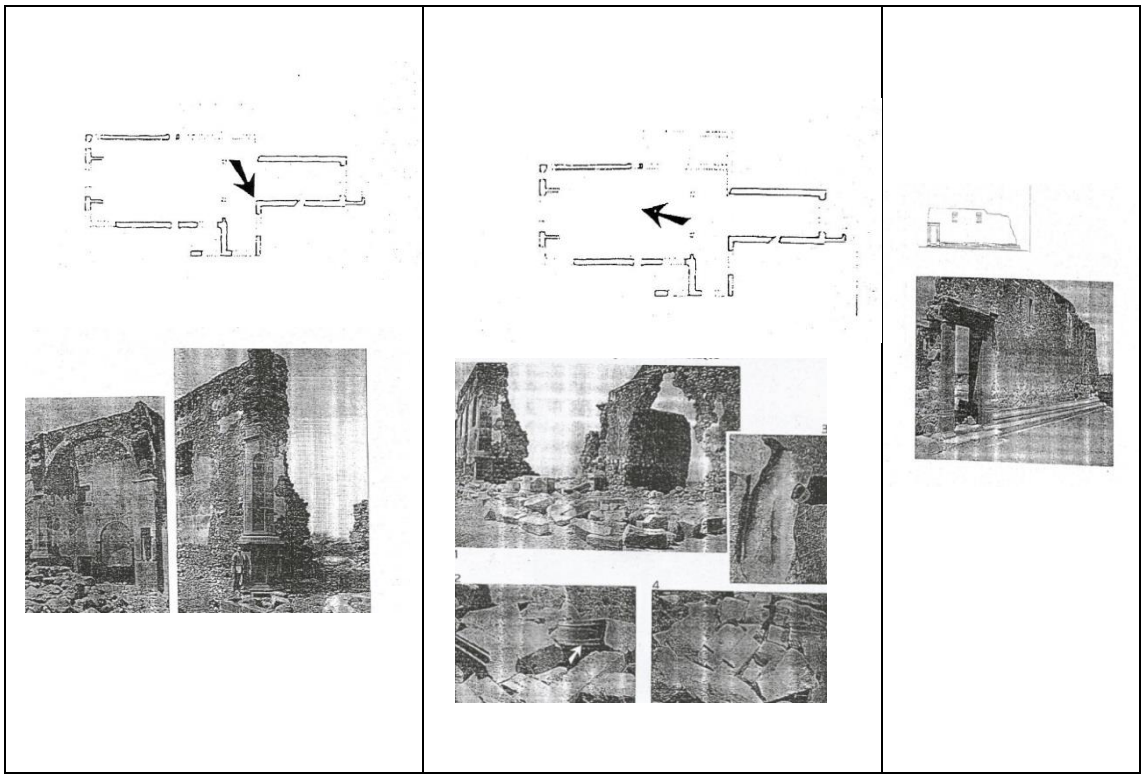


Figura 161 – 1ª e 2ª Imagens – Localização da linha da coluna e da nave. 2ª e 3ª Imagens: O edifício estava perfeitamente horizontal o que prova um suporte bom no solo. Ficha nº 13 e 14. 4ªe 5ª Imagens: Localização da nave onde se encontravam amontoadas as pedras de cantaria localizadas no interior. 6ªImagem: Peças lavradas encontram-se num amontoado de pedras de cantaria. Ficha nº 15. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

A linha em que repousava o conjunto do edifício estava perfeitamente horizontal, o que prova um suporte bom no solo que serviria de base e de nível de referência aquando das operações de consolidação e eventualmente de restauração, como revelam as imagens da figura 161.

A maior parte das pedras estavam no solo podendo reconhecer-se uma parte das pedras da chave da abóboda. Admite-se no documento, que antes de se proceder a uma analistose, era preciso fazer um trabalho de catalogação e inventário de cada pedra por um especialista de preservação e restauração de edifícios, que possuísse uma conhecimentos sólidos de história, e que fosse familiarizado com os materiais e técnicas antigas de construção. Não pudemos identificar documentos que comprovassem que a Sé tenha sido reconstruída após esta data, 1980, em que se apresentou o documento que quisemos sintetizar, contudo se tal tivesse acontecido e se se tivesse mantido a sua gestão, salvaguardando o edifício, teríamos hoje um exemplar raro e único em África,

testemunho da existência da Sede do Bispado, que abrangia um vasto território, as ilhas de Cabo Verde e os territórios da África sob o domínio da coroa portuguesa, no sec. XV/XVI.

2.2.2. Arquitectura da Sé.

Carlos Santos[1121] apresenta uma descrição Arquitetónica e Artística das ruínas da Sé apoiando-se na reprodução da obra feita pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura, e nos estudos concebidos pelo arquiteto João Bento de Almeida, que se basearam na referência supracitada, bem como noutros elementos iconográficos, procurando uma aproximação da aparência que tinha a Sé nos princípios do século XVIII, antes do seu abandono definitivo.

Este edifício tem 62,70 metros de comprimento, três naves de desenvolvimento longitudinal, com cinco tramos, transepto onde se abrem duas capelas laterais profundas de cada lado, uma capela-mor bastante alongada, de remate reto e uma sacristia no topo. A partir da litografia anónima de c. 1864, já apresentada, pode-se formar uma ideia geral da fachada principal do edifício. Organizada segundo um eixo de simetria, encontrava-se dividida em três secções verticais por meio de pilastras, correspondendo, no interior, às três naves da construção. No eixo rasgava-se uma porta de verga reta rematada por um pequeno frontão triangular, ladeado por uma moldura em relevo-alto. Acima do portal rasgavam-se dois vãos em arco de volta perfeita ladeando uma rosácea. A catedral era coroada por um frontão reto, assente numa cornija, cujo tímpano mostrava um pequeno vão dos sinos emoldurado. Havia uma cruz no vértice[1122].

As secções laterais eram marcadas por duas torres sineiras que acrescentavam a verticalidade ao edifício. As torres, com cunhais formadas por pilastras, eram de planta quadrangular e estavam divididas em dois registos, através de uma cornija. O primeiro registo, de maiores dimensões, exibia três aberturas alinhadas verticalmente para a iluminação da escada, de tamanhos distintos, abrindo-se primeiramente uma fresta, seguindo-se uma janela de verga recta emoldurada, e finalmente um pequeno óculo. No

[1121] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1122] Ibidem

segundo registo, abria-se, em cada uma das quatro faces, vãos sineiros, fechados em arco de volta plena. As torres apresentavam na parte superior, coruchéus coroados por pináculos, nos ângulos e no centro[1123].

Nesta descrição procura-se uma aproximação à aparência que tinha a Sé nos princípios do século XVIII, antes do seu abandono definitivo, destacando que *"a igreja tem 62,70 metros de comprimento, três naves de desenvolvimento longitudinal, com cinco tramos, transepto onde se abrem duas capelas laterais profundas de cada lado, uma capela-mor bastante alongada, de remate reto e uma sacristia no topo"*. Destaca-se os seguintes aspectos: a formação uma ideia geral da fachada principal do edifício que foi organizada segundo um eixo de simetria, e encontrava-se dividida em três secções verticais, por meio de pilastras, correspondendo, no interior, às três naves da construção; Neste eixo rasgava-se uma porta de verga recta, rematada por um pequeno frontão triangular, ladeado por uma moldura em relevo-alto. Acrescenta-se ainda que, acima do portal, rasgavam-se dois vãos em arco de volta perfeita ladeando uma rosácea. Um frontão reto, assente numa cornija coroava a catedral, e o tímpano deste mostrava um pequeno vão dos sinos, emoldurado. No vértice havia uma cruz. Continuando a descrição refere-se que as secções laterais eram marcadas por duas torres sineiras que acrescentavam a verticalidade ao edifício:

> *"As torres, com cunhais formadas por pilastras, eram de planta quadrangular e estavam divididas em dois registos através de uma cornija. O primeiro registo, de maiores dimensões, exibia três aberturas alinhadas verticalmente para a iluminação da escada, de tamanhos distintos, abrindo-se primeiramente uma fresta, seguindo-se uma janela de verga reta emoldurada e finalmente um pequeno óculo. No segundo registo, abria-se, em cada uma das quatro faces, vãos sineiros, fechados em arco de volta plena. As torres apresentavam na parte superior, coruchéus coroados por pináculos, nos ângulos e no centro"*.

Apresenta as seguintes imagens da Sé que revela a figura 162.

[1123] Ibidem

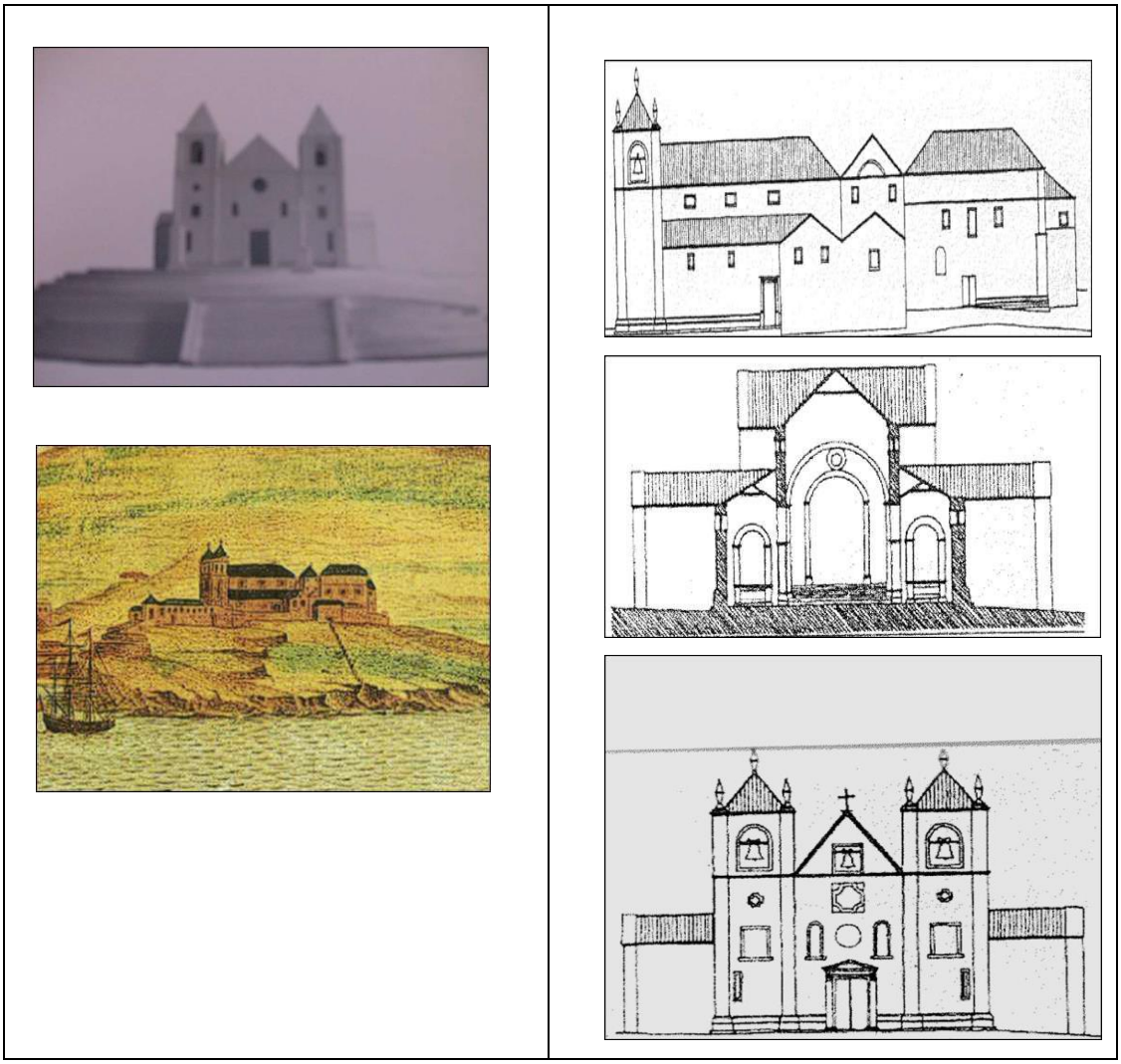


Figura 162 – 1º, 2º e 4ª Imagens: Vistas da Sé – fachada principal e alçado lateral direito. 3ª Imagem: A Sé em inícios do sec XVIII. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII). Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015**.**

Utilizamos as imagens e análise da Sé de Jean-Pierre Wieczorek[1124], também as apresentadas por Carlos Santos[1125] para a interpretação e descrição deste edifício, e apresentamos algumas a seguir, pois permitem ter uma ideia da volumetria do edifício antes de entrar em ruínas, de modo a avaliarmos melhor a degradação da mesma.

[1124] WIECZOREK, Jean-Pierre - *Programme de Sauvegarde du Site de Cidade Velha*. UNESCO. 1989.
[1125] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Carlos Santos[1126] refere que a partir da gravura de Joannes Van Keulen e por uma fotografia de princípios do século XX , da autoria de Frank, presente na imagem da figura 162, verificou que as três naves do templo mostram alçados e volumes distintos, mas infelizmente as paredes que suportavam a altura do corpo central já não existem, o que dificulta uma melhor análise desta fotografia, esclarece. Lembra ainda este que esta fotografia mostra as marcas do arranque da cobertura da nave lateral, que era muito baixa, em comparação com a da capela-mor, e a do cruzeiro, referindo-se aos resultados publicados por Konstantino Alexandre Richter[1127]. Explica que na imagem publicada em Travassos (VALDEZ, Francisco Travassos, *África Ocidental: Notícias e Considerações*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864.), pode-se identificar que a fachada lateral é muito baixa, não obstante algumas reservas, pois nessa época a cidade encontrava-se já bastante arruinada. A respeito da imagem de Travassos, o mesmo dá a seguinte opinião:

> *"Na imagem publicada em Travassos, observa-se também que a fachada lateral é muito baixa, não obstante algumas reservas, pois nessa época a cidade encontrava-se já bastante arruinada. A fachada lateral sul é interpretada a partir do levantamento arquitetónico realizado pelo Arquiteto João Bento de Almeida e os trabalhos desenvolvidos pela faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra. Ostenta um desenvolvimento horizontal, que mostra, ao longo do pano correspondente à nave, dois registos. No primeiro, observam-se três aberturas, um portal de verga recta com cercadura em relevo-alto, sobrepujada por uma cornija, suportada por mísulas no nível inferior e duas pequenas janelas retangulares de verga recta colocadas no nível superior. No segundo, vêm-se três janelas retangulares colocadas na área que pertence ao clerestório. As capelas laterais, de frontão triangular, exibem três aberturas de verga recta num nível superior. Nessa mesma zona, implanta-se o cruzeiro que se encontra mais atrasado em relação ao resto da fachada"*[1128].

[1126] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1127] RICHTER, Konstantin Alexander - *The historic religious buildings of Ribeira Grande. Implementation of Christian models in the early colonies, 15th till 17th century, on the example of Cape Verde Islands*. Tese de Doutoramento em Ciências da Arte. 2008. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1128] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

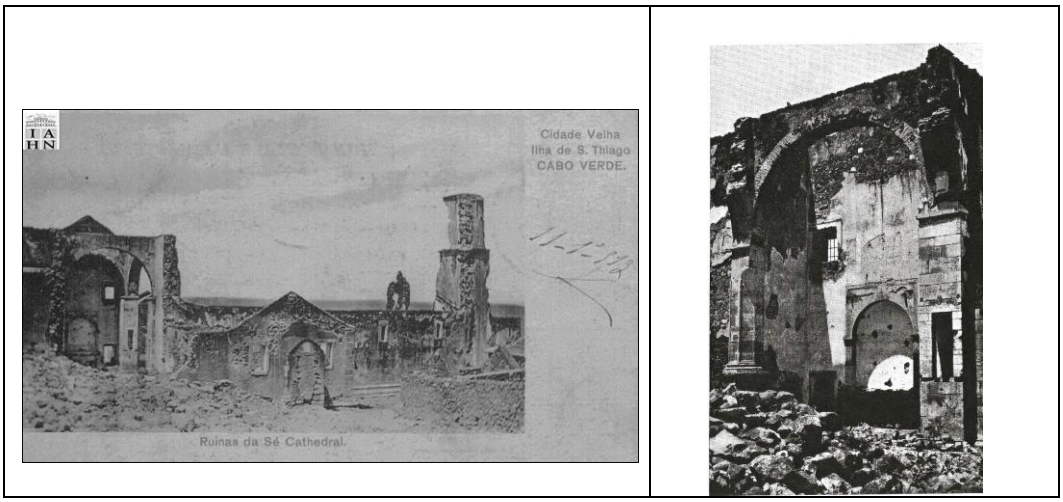


Figura 163 – 1ª Imagem: Fotografia de princípios do século XX. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015. 2ª Imagem: Capela de S. José. Fotografia de do sec. XX. Fonte: BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Africana Missionária. África Ocidental*. Agência Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca. Vol II. 2ª Série. Lisboa. MCMLVIII[1129].

A fachada lateral sul foi interpretada, segundo Carlos Santos[1130], a partir do levantamento arquitetónico realizado pelo Arquiteto João Bento de Almeida e os trabalhos desenvolvidos pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra. Esta fachada ostenta um desenvolvimento horizontal, como apresentam as imagens das plantas apresentadas na figura 164 que mostra, ao longo do pano correspondente à nave, dois registos.

> *"No primeiro, observam-se três aberturas, um portal de verga reta com cercadura em relevo-alto, sobrepujada por uma cornija, suportada por mísulas no nível inferior e duas pequenas janelas retangulares de verga recta colocadas no nível superior. No segundo, vêm-se três janelas retangulares colocadas na área que pertence ao clerestório. As capelas laterais, de frontão triangular, exibem três aberturas de verga recta num nível superior. Nessa mesma zona, implanta-se o cruzeiro que se encontra mais atrasado em relação ao resto da fachada"*[1131].

[1129] In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1130] Ibidem
[1131] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

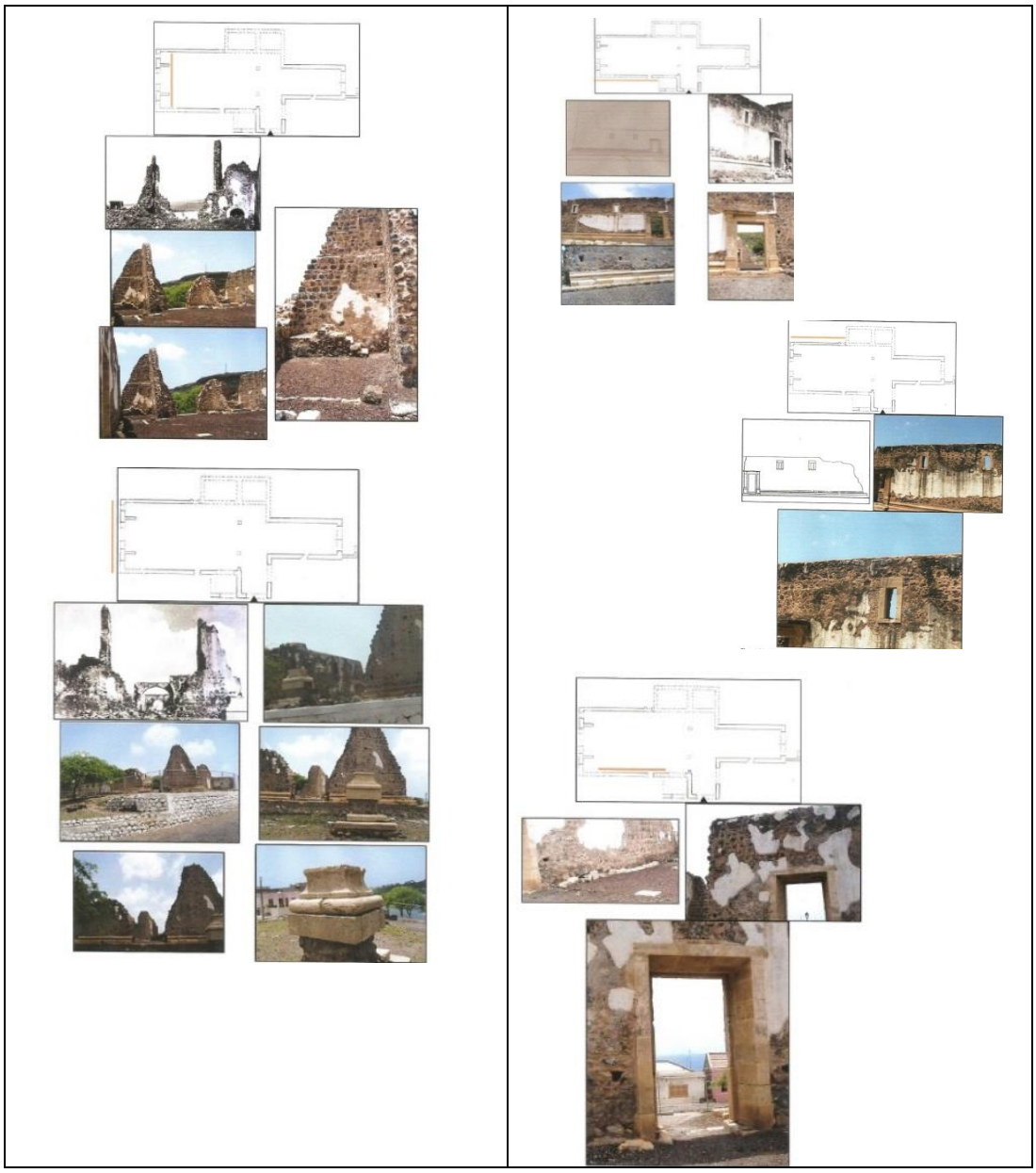


Figura 164 – Planta de localização da fachada dianteira, da lateral esquerda e direita da Sé, e vistas das mesmas. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Pode-se visualizar que, no extremo da fachada lateral sul, ergue-se a capela-mor, que apresenta no interior o coro e o altar-mor, e a casa da tribuna, como revelam as imagens da figura 165. A capela-mor tem planta retangular e é bastante profunda e, a separar a nave da capela-mor, há um desnível marcado por um degrau em cantaria, coroado pelos restos do arco triunfo, como revelam as imagens da figura 165.

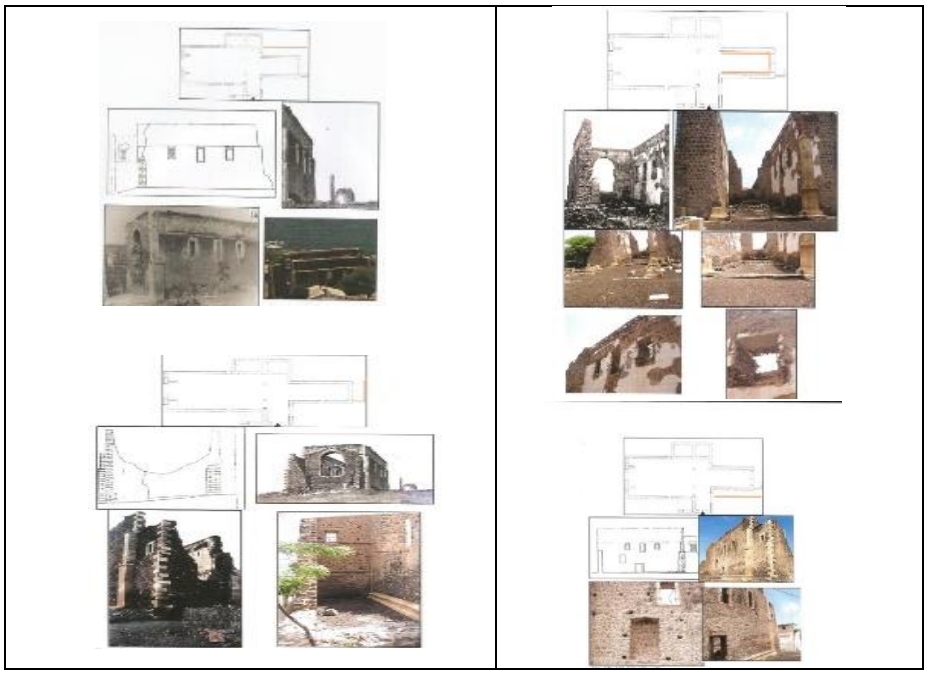


Figura 165 - 1ª, 2ª , 3ª e 4ªconjunto de Imagens – Planta da Sé destacando a capela-mór e as respectivas ruínas. Vistas das ruinas da capela-mor. Fonte: DOS SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz. A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Indica que, neste espaço, sobressai uma janela retangular de peito, ladeada por duas pequenas janelas quadrangulares de peito, colocadas junto a um friso, iluminando o interior e que, no nível inferior, há uma porta de verga recta com vão oblíquo e uma janela entaipada de arco abatido, no lado direito. Refere-se ainda à casa da tribuna que exibe apenas uma única abertura quadrada, de verga recta, que se rasga num nível superior. Descreve também a fachada lateral norte que é simétrica em relação à fachada oposta, com excepção da zona da capela-mor, que apresenta apenas as janelas no nível superior. A fachada traseira é cega. As imagens da figura 165 apresentam estas situações apontadas por Carlos Santos.

O interior da Sé, é amplo, constituído por três naves que formam um duplo quadrado, sendo a central mais alta e mais larga do que as laterais. As naves são interrompidas por um duplo transepto. Verificam-se duas capelas laterais em cada um dos lados. A capela-mor tem planta retangular, bastante profunda, como pode ser visualizado nas imagens da figura 166. A separar a nave da capela-mor existe, a nível do pavimento, um desnível marcado por um degrau em cantaria, coroado pelos restos do arco triunfal. O interior da Sé da Ribeira Grande é um espaço amplo, constituído por três naves, que formam um

duplo quadrado, sendo a parte central mais alta e mais larga do que as laterais. As naves são interrompidas por um duplo transepto. Há duas capelas laterais em cada um dos lados, como revelam as imagens da figura 166.

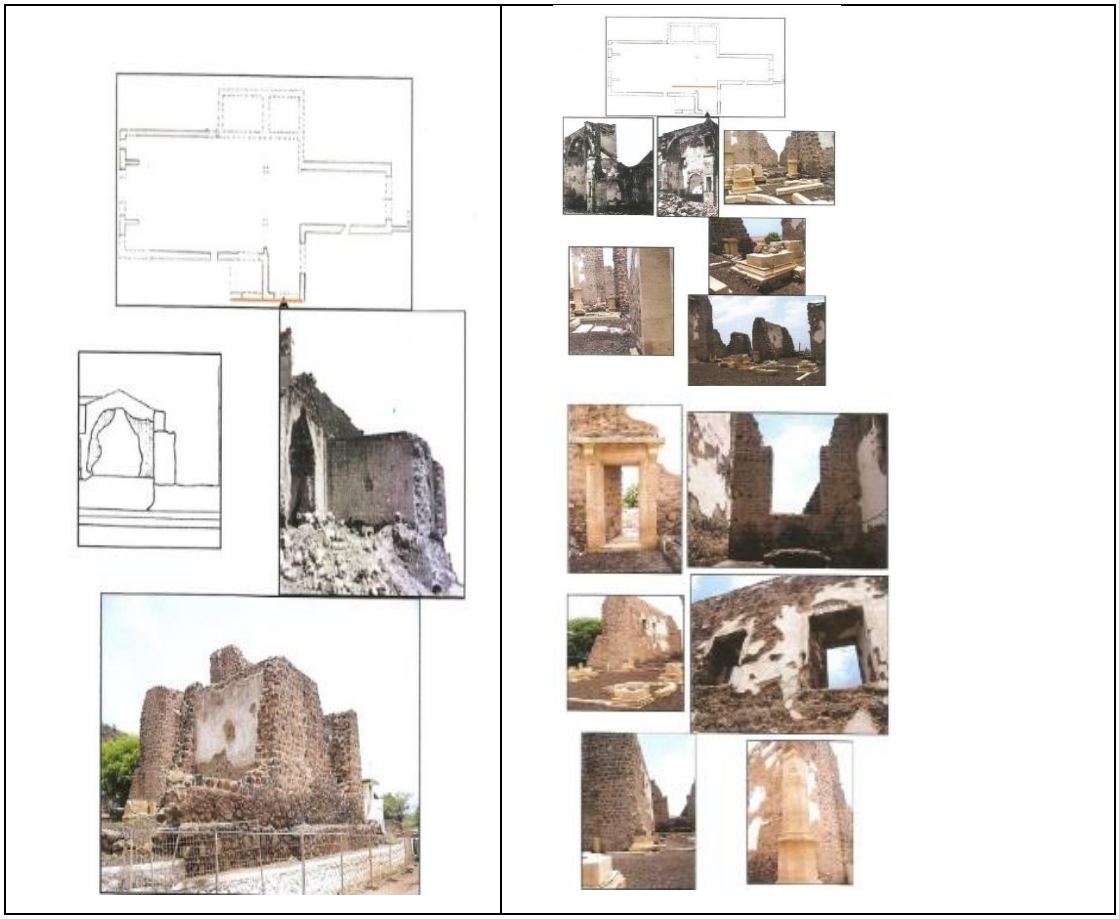


Figura 166 – Descrição da Sé. Fachada lateral das capelas laterias. Plantas e vistas do interior e das capelas laterais. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*). Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

No Documento, Ribeira Grande – A Cidade Velha[1132], apresentam-se também imagens das ruínas da Sé e respectivas plantas, os alçados, do levantamento de 1998, dos Arquivos do IIPC, bem como uma do edifício, a terceira imagem, em que se pode apreciar a sua volumetria, que nos dá a ideia do seu aspecto imponente, grandioso e severo. É despido de ornamentos, muito comum a edifícios religiosos da época, que se realça ainda mais, porque localizava-se numa plataforma com nível superior à então vila (figura 167)

[1132] RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha. Cabo Verde. Praia, Cabo Verde. Outubro de 1989. Fotocópia do original DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal.

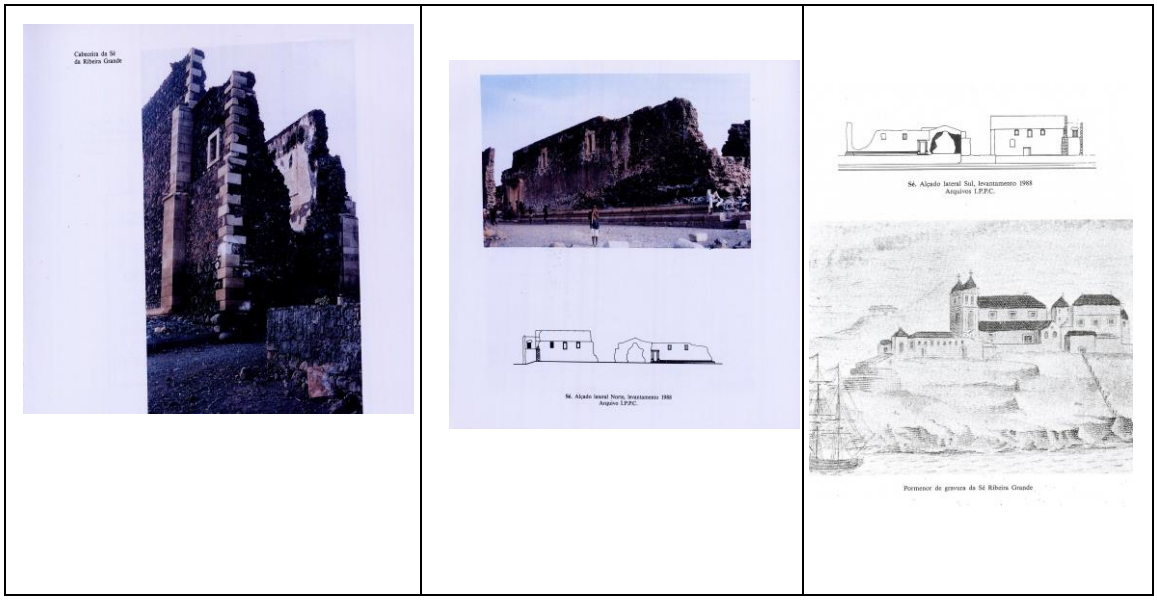


Figura 167 – Imagens das ruínas da Sé Catedral. Fonte: RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha. Cabo Verde. Praia, Cabo Verde – Outubro de 1989. Fotocópia do original DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal.

Comparando as imagens estudas pelos documentos que acabamos de sintetizar, com as mais actuais, pode-se ter uma ideia da degradação que sofreu a Sé, destas datas aos nossos dias.

A 1ª imagem da figura 168, anterior à independência nacional (1975) apresenta uma coluna de mármore e pedras de cantaria juncadas ao solo. Na 5ª imagem é visível o estado global da degradação da Sé antes de 1975 e o espaço ocupado antes pelo Palácio Episcopal e o Aljube, preenchida por pequenas casas tradicionais. Na 3ª imagem, em comparação com a 1ª e 4ª imagem, é visível o pouco que sobra das pedras de cantaria, que se juncavam no piso da Sé, pelo que se pode comprovar que a quantidade de pedras de cantaria diminuiu muito, o que leva a deduzir a sua utilização em outras obras, como se constata na 6ª imagem. A 4ª e 5ª imagens comprovam alguma degradação a que se submeteram as ruínas com o passar do tempo, comparadas com a 1ª e 2ª da mesma. A 4ª imagem revela Ruinas da Sé mostrando e muitas pedras de cantaria que jaziam no solo, a 2ª, um pormenor da parede lateral esquerda em ruína, através da qual se vê a Fortaleza de S. Filipe e a 6ª imagem que revela pedras de cantaria da Sé e de outros edifícios, aproveitados em outras construções .



Figura 125 – 1ª Imagem: Parte da coluna da capela-mór tendo pedras de cantaria no solo por entre escombros. 2ª Imagem: A Sé antes da consolidação feita pela cooperação espanhola, em parceria com o governo de Cabo Verde[1133]. 3ª Imagem: Parte das ruínas, em que se pode observar a mesma coluna ainda intacta e o interior com as paredes em pé, após a sua consolidação[1134]. 5ª Imagem: pormenor da parede lateral em ruína que deixa ver a Fortaleza de S. Filipe; 6ª Imagem: Pedras de cantaria da Sé e outros edifícios aproveitados em outras construções[1135].

Na pesquisa que realizamos à Sé Catedral a 06.03.2016, apreciamos o trabalho de consolidação realizado pela cooperação espanhola, as técnicas modernas de consolidação utilizadas (imagem 1 a 6), a capela de S. José e a nave limpas e arejadas, o piso coberto com uma camada de jorra de cor negra (imagem 4 a 8), porém as ruinas mostram uma volumetria inferior a 1929 (imagem 1 a 11), não havendo nenhuma abóboda, nenhum arco ou chave em pé, como revelam as imagens do interior da nave (imagem 3 a 9). Apenas uma coluna se mantém ao lado da capela de S. José mas ainda assim, mais degradada que em 1929 (imagem 4,5 e 6) da figura 169.

[1133] Fonte: CABO VERDE . Fotos de Cristian Bossou Picôt. Éditions Delroisse-SERBAM. 916-58/BOS ca. Dêpot legal nº 1028. ISBN 2 – 85518-119-4. Arquivo Histórico da Praia. Cabo Verde. (Publicação posterior a 1975, pag. 8).
[1134] Fonte**:** Imagem realizada durante a nossa pesquisa ao local, em 2013.
[1135] Fonte: ALBUM CARTOGRÁFICO – CABO VERDE. Comissão de cartografia (1883-1936). Arquivo Histórico de Cabo Verde.



Figura 169 – Imagens actuais da Sé. As paredes laterais, a nave, e a capela de S. José. Fonte. Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019.

As paredes e portas, a porta lateral do nordeste, referidas por Jean-Pierre Wieczorek no "PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA" estão em bom estado de conservação e consolidadas. Destacamos as imagens do altar-mór representada na imagem 10 da figura 169 . As portas e janelas também referidas por Jean-Pierre Wieczorek estão perfeitas como revelam as imagens da figura 169 (imagem 1 a 4). A coluna em pé e há porções das restantes portas e janelas, a parte que sobra do cruzeiro, que se encontra adiantada da fachada dianteira, apresentam pormenores do renascimento tardio, assim como noutros elementos espalhados no interior e exterior, pertencentes à Capela de S. José e à Sé, como revelam as imagens da figura 169 e 170.



Figura 170 - As portas e janelas das paredes das fachadas laterais ainda de pé. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019**.**

A volumetria das ruinas que sobram estão também expressas nestas imagens, que deixam bem claro que são menores do que as imagens de 1929, tanto na nave como na capela de S. José e dependências laterais, no altar-mór e em todas as fachadas da Sé.

A base do pedestal onde se encontrava a cruz está de pé, mas desprovido de quase toda a cantaria, sobrando apenas três degraus na base e algumas pedras de cantaria no cimo, ainda com a sua forma original.



Figura 171 - As portas e janelas, as colunas e o pedestal trazem pormenores do renascimento tardio: pormenores das portas, das colunas, elementos de parte do cruzeiro ainda de pé. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019.

A escadaria de entrada que fica num leve declive, foi submetida a escavações e revestida com material para a sua protecção. Todas as imagens referidas estão representadas na figura 171.



Figura 172 – 1ª Imagem: Trabalhos arqueológicos no átrio e escadaria de entrada da Sé. 2ª a 6ª Imagem: pedras de cantaria trabalhadas no interior e exterior, espalhadas e amontoadas. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019.

Tanto no interior como no exterior amontoam-se pedras de cantaria em que se pode identificar peças talhadas pertencentes à capela e outras acomodações da Sé, como revelam as imagens da figura 1170, 171 e 172. Estas peças deviam ser recolhidas, identificadas e catalogadas, dando-se-lhe um destino outro. Uma Casa Museu seria de se instituir para se expor todas as peças, bem identificadas, acompanhadas do desenho da parte da obra a que pertencem e localizadas na estrutura própria de cada uma. Seria uma ocasião para se reaver em imagem a Sé com o seu altar-mór e capela, e a grande nave, com o átrio de acesso embelezado pela grande cruz. Infelizmente não nos é possível analisar este elemento simbólico pois não identificamos por entre os escombros peças que poderiam pertence-la, nem tivemos acesso a uma imagem da mesma.

A construção da Sé foi realizada com pedras de basalto a que se juntou pedras pequenas de mármore e pedaços de telha vermelha, e o reboco foi realizado com argamassa de areia e cal, como se pode visualizar nas imagens da figura 175. Toda a Sé foi guarnecida com reboco de areia e cal. Foi totalmente caiada de branco no interior, o que é visível nas imagens da mesma figura.



Figura 173 - 1ª a 4ª imagens: A construção da Sé foi realizada com pedras de basalto a que se juntou pedras pequenas de mármore e pedaços de telha vermelha, e o reboco foi realizado com argamassa de areia e cal. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019.

Nas paredes exteriores pode-se visualizar pedras de mármore no cunhal, frisos de mármore trabalhado guarnecendo o pé da parede, presentes nas imagens 1, 3 e 5 da figura 174. No exterior amontoam-se também pedras de cantaria na lateral das paredes e na lateral da entrada que dá acesso à fachada da frente, que está voltada para o porto e para o mar. As pedras de cantaria são utilizadas pelos moradores das casa do lado, tanto como patamar de entrada da porta do muro que cerca as casas, nas paredes, servindo também para se sentarem. A parede lateral da esquerda de quem entra está consolidada e cercada por uma parede de meia altura e, neste espaço reservado, os vizinhos fazem a criação de porcos como revelam as imagens 1 e 3 da mesma figura. É uma situação que vai contra as normas estipuladas pela Câmara Municipal, que tem tido dificuldades em aplicar as várias normas criadas para salvaguarda deste e de outros monumentos da cidade, numa luta Árdua, pois não se tem consciência da salvaguarda dos monumentos da cidade. A entrada em escadaria que dá acesso à rua que ladeia a Sé e que a separa das casas do bairro, está calcetada com pedras roladas e pequenas pedras de mármore, que dão mais harmonia e se coaduna com o ambiente de cantaria da Sé. Esta situação está presente na imagem 6 da figura 174.



Figura 174 – Vistas do ambiente exterior à Sé. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019.

As dependências laterais da Sé, a sacristia e um outros compartimentos, já não estão de pé. Esta área está em escombros, mas os vestígios da escadaria que descia em direcção à rua nesta fachada lateral é cortada por um paredão da nova estrada, que sobe e se dirige à cidade da Praia. Identificamos a escadaria lateral, já degradada actualmente, uma

pedra de cantaria que suportava a porta de saída partida, mas no seu devido lugar. Outra porta de saída lateral a partir da nave da Sé, que é oblíqua, ainda de pé também tem pedras de cantaria a revesti-la, como se pode visualizar nas imagens da figura 174. No fragmento da litografia de 1864, última imagem desta mesma figura, as escadas de acesso lateral, assim como a escada de acesso à entrada principal, estão representadas no seu todo, ligando a Sé à parte baixa da cidade. Dado que não havia estrada no local, estas escadas davam uma aparência diferente do ambiente ao redor da Sé, contribuindo para a sua majestosa figura, o que actualmente não acontece, pois ficou decepada de uma parte substancial dos acessos já referidos.



Figura 175 - 1ª a 6ª imagens - Dependências já arruinadas na lateral direita da nave. Portas de acesso a estas e à nave com pedras de cantaria. Pedras de cantaria no interior e exterior da Sé. A Sé Catedral – Escadaria de acesso à fachada dianteira e escadas de acesso lateral. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019. 7ª Imagem: Fragmento da litografia de 1864 et de la da gravura de

1635 permitindo apreciar o acesso dianteiro da Sé. Fonte: VALDEZ, Francisco Travassos - *África Ocidental – Noticias e considerações*. Tomo 1. Lisboa. 1864[1136].

Pedras de cantaria estão espalhadas dentro e fora da Sé mas uma chamou a nossa atenção, pois tem emoldurada uma cruz e está "abandonada" nesta área em ruinas, numa situação de puro descaso, como revela a imagem 6 da figura 176. Alertamos a quem de direito que o roubo de bens desta natureza é comum em todos os países, e em África, e que não podemos esquecer que, manter a segurança aos bens materiais é um dever consagrado em todas as normas já criadas e publicadas em Cabo Verde, pelo que urge o seu cumprimento. Pedras tumulares estão dispostas no altar-mór e na nave. Foram reveladas nas pesquisas arqueológicas. Fotografamos o túmulo e a pedra tumular de algumas entidades e a de um bispo que apresentamos juntamente com imagens recolhidas, abaixo representadas na figura 176.



Figura 176 – 1ª a 3ª Imagem: Lápides e túmulos epigrafados localizados na Sé. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s. d.). 4ª Imagem: Lápide localizada na Sé. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa pesquisa à Sé a 06.03.2019**.**

[1136] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

- Pedra tumular do IIº Bispo de Cabo Verde D. João Parvi (1540-1546) que era francês que foi um dos achados das escavações arqueológicas na capela - mór da Sé. De destacar o pormenor do brasão de D. João Parvi que foi o 1º Bispo a residir em Cabo Verde.

- Pedra tumular do capitão-mor da Ribeira Grande, António José Xavier, natural do reino, também reveladas durante as escavações arqueológicas.

- Uma Lápide Tumular também encontrada durante as escavações arqueológicas correspondente à sepultura do Coronel Dias da Moura e esposa D. Josepha Carvalho e Alvarenga *"que sendo aqui seppultada jamais se abre para jazerem os seus ossos juntos athé o último dia"* , é a inscrição desta lápide.

- Uma lápide tumular de D. Ana da Luz Barradas de 1826, certamente fidalga. Tem a seguinte inscrição: Para ninguém mais se enterrar, senão seu marido e depois nunca mais eternamente se poderá bulir nesta sepultura. Falleceo em 22 de Maio de 1826. As imagens destas pedras tumulares estão presentes na figura 176.

Apresentamos também nesta figura a imagemda lápide do Coronel Dias da Moura e esposa D. Josepha Carvalho e Alvarenga, retirada de um Album[1137] anterior à consolidação actual realizada, que mostra a pedra tumular por entre outras de cantaria, ao acaso (5ª imagem). Após a consolidação da Sé todas as pedras tumulares epigrafadas estão dispostas no espaço correspondente à nave, perto da capela-mór. Os trabalhos de consolidação da Sé permitem hoje apreciar um monumento mais organizado o que contribui para uma melhor avaliação pelo visitante.

No Documento Projecto Cidade Velha[1138]apresentam-se algumas imagens da Sé, equivalentes às já analisadas, de entre as quais as pedras epifrafadas de túmulos e imagens pertencentes ao recheio deste edifício. Não as apresentamos aqui, por estarem em mau estado. Destacamos as que fazem parte do conjunto:

[1137] CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s. d).
[1138] PROJECTO CIDADE VELHA. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico Nacional. Cabo Verde. (s. d.).

- Planta da ruína existente da Sé. A pontilhado as partes inexistentes na época, mediante foto.
- Desenho do Alçado Esquerdo existente e foto.
- Desenho do Alçado Direito existente e foto.
- Imagem da Sé.
- Parte de uma escultura - (imagem de um anjo?).
- Pedra tumular do IIº Bispo de Cabo Verde D. João Parvi (1540-1546), francês, identificado durante as escavações arqueológicas na capela – mor da Sé.
- Pormenor do brasão de D. João Parvi, o 1º Bispo a residir em Cabo Verde.
- Sepultura do capitão-mor da Ribeira Grande, António José Xavier, natural do reino, encontrado durante as escavações arqueológicas.
- Lápide Tumular encontrada durante as escavações arqueológicas.
- Azulejos de finais do século XVII/princípios do século XVIII, encontrados durante as escavações arqueológicas efectuadas no interior da Sé Catedral.
- Pia baptismal da Catedral, com a indicação que se encontrava na igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Apenas a imagem do anjo, encontra-se em melhor estado de conservação. Infelizmente as imagens dos azulejos estão em muito mau estado e não as apresentamos aqui.

A última consolidação da Sé permitiu ter um espaço bem conservado e vedado, mais consentâneo com a importância deste edifício, e com as exigências do turismo actual, como se pode aferir pelas imagens da figura 177.



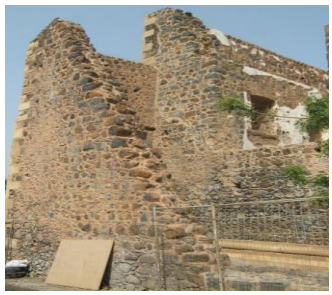


Figura 177 - 1ª Imagem: Interior da igreja da Sé Catedral. 2ª Imagem: a Sé Catedral após a última preservação com apoio da cooperação espanhola. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha].

2008. [Consult. a 24.11.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ...www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

2.2.3. A construção da Sé – longos anos de interrupção das obras.

A Sé Catedral foi edificada pelo bispo D. Frei Francisco da Cruz, no bairro de São Sebastião, pois este bairro mostrava-se mais favorável para a implantação de um edifício destas dimensões. Tem mais de 60 metros de comprimento. O início da sua construção foi no ano 1556, conquanto as obras tivessem sido suspensas por volta de 1592 e ficado paradas durante cerca de 130 anos. A sua construção só ficou concluída por volta de 1700, com as suas torres sineiras, capelas laterais, e as três naves. Contudo, podemos salientar que ao retomar a sua reconstrução 130 anos depois, houve alterações ao primeiro plano de reconstrução (PEREIRA, 2004). Foi edificada pelo III mo Bispo Dom Frei Vitoriano, Portuense, o duodécimo deste Bispado, porque ainda que tinha já sido principiado pelo III mo Dom Frei Francisco da Cruz, 3º Bispo de Cabo Verde, que não continuou, *"pelos embargos com que a isso impuseram os cidadãos, com motivo de ficar de fora do corpo da cidade, e só aí pode edificar o palácio Episcopal, ficando a Sé embargada até ao tempo do sobredito III mo Dom Frei Francisco Vitoriano, que o veio fazer no mesmo sítio em que o III mo Dom Frei Francisco a tinha principiado"*(CARREIRA, 1985). Pedras tumulares são testemunhas de personalidades que foram sepultadas aí, que testemunham também a existência de uma elite abastada que se posicionava no topo da pirâmide social da época. Embora Ribeira Grande nunca tenha tido um desenvolvimento físico correspondente à categoria de cidade, por conveniência, atribuiu-se-lhe este estatuto, em 1533, quando o Rei D. João III pressionou Roma para criar o bispado de Cabo Verde. O principal objetivo era facilitar a ordenação de sacerdotes nativos; uma melhor coordenação das tarefas de evangelização da costa africana fronteira e proporcionar uma conjuntura que facilitasse uma maior dinâmica urbana e económica, surgindo de imediato e com naturalidade a necessidade da fundação de uma Sé*"*(CARREIRA, 1985).

Localizada no bairro de São Sebastião, numa das zonas de expansão e mais elevada da cidade, sobranceira ao porto e afastada da ribeira, por vezes pestilenta, a Sé, que constituiu entre a época dos descobrimentos e ocupação, ao século XVIII, a maior

empresa construtiva do aglomerado e de todo o arquipélago de Cabo Verde, é uma obra que assumiu, à escala local e não só, proporções de monumentalidade, ocupando, segundo as medições de Fernando Pires (PIRES, 2010), uma área total de 1408 m2. Este escreve:

> *"Visando encontrar uma justificação para o título avançado neste capítulo "A Sé: Conturbada e Monumental", pode-se sublinhar que se está perante uma construção que se arrastou por longos anos – iniciadas por volta de 1556, as obras decorriam ainda em Setecentos–, teve inúmeras interrupções, levantou dúvidas relativamente à sua localização, e desafiou as várias fases de crises económicas, religiosas, políticas e sociais, ou seja, faz eco da história da própria cidade"*[1139].

Por outro lado, refere que a monumentalidade do projeto pode estar relacionada com uma tentativa de projecção da Igreja, e fama pessoal póstuma, comandada pelo bispo D. Francisco da Cruz, e pela elite local, numa altura em que a cidade vivia um dos seus períodos económicos mais positivos, fruto da prosperidade do mercado de escravos; que está relacionada também com as políticas arquitetónicas dos portugueses para as sés; que o plano inicial da Sé da Ribeira Grande enquadrava-se nas novas Sés Joaninas edificadas em Portugal, em que se destacam as de Miranda do Douro, Portalegre e Leiria, devendo-se considerar ainda as sés de Goa (1562 - 1631), Angra do Heroísmo (1570 - 1640) e de São Tomé e Príncipe (1576), iniciadas durante o reinado de D. Sebastião. Refere ainda que os bispados destes territórios foram fundados nos anos 30 do século XVI, durante o reinedo de D. João III[1140].

Refere também Carlos Santos[1141] que a construção da Sé está relacionada também com as políticas arquitetónicas dos portugueses para as Sés. Define quatro fases na sua construção: a primeira relaciona-se com a fundação da diocese (1533) e a necessidade de haver uma Sé na área de jurisdição religiosa da diocese criada ; a segunda que é marcada por um grande interregno na construção dessa empresa, que acompanhou o

---

1139 PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007, p. 159. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

1140 SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

1141 Ibidem

clima de crise vivido no território; a terceira, a sua efetiva edificação; e a fase caracterizada pela vida efémera da Sé, seu abandono e ruína.

Com a criação da diocese de Cabo Verde, a igreja da Misericórdia da Ribeira Grande foi erguida à categoria de Catedral. No entanto, em 1549, Frei Gaspar da Silveira relatava ao monarca que a população da ilha de Santiago mostrou-se disponível e determinada na construção de uma nova Catedral. Dado que a construção de um edifício majestoso previa uma grande despesa, concorreram para esta empresa uma ajuda financeira pois, a coroa não poderia dispender todo o montante. Carlos Santos[1142], citando documentos da época, apresenta os apoios que deviam postos à disposição ao longo das obras: 500 cruzados *"pertencentes à sua fábrica"*, e que estariam na posse de dois comerciantes do trato da Guiné; no ano de 1558, durante o seu bispado, o rei D. Sebastião concebe uma esmola de 100 000 réis anuais, a ser entregue ao recebedor da obra pelo almoxarifado da ilha de Santiago, Rui Dias Castelo Branco, para as obras; quatro anos depois, o rei determina que fosse entregue para à fábrica da Sé da Ribeira Grande, 100 000 réis anuais, durante três anos[1143], constituindo-se numa ajuda essencial visto que a obra representava uma grande despesa para os cofres da metrópole. Outras dotações se seguiram. No entanto, em 1592, D. Filipe II de Portugal, ordena que a construção da Sé, "se não proceda", adiantando como justificação, para além da "demasiada grandura", o lugar, por estar longe da cidade e numa encosta, não dava segurança em caso de ataque de corsários. Refere ainda que, de acordo com Sena Barcelos (BARCELOS, 1898), até à morte do bispo D. Francisco da Cruz, a construção apresentava avanços significativos, dado que além dos alicerces, a capela tinha as paredes meio erguidas, apresentando as seguintes medições da capela: 22 palmos de alto, ou seja 4,84 metros, a parede da nave 3,30 metros, vão da capela tinha 16,50 metros de cumprimento por 7,81 metros de largura, o cruzeiro tinha 28,16 metros de comprimento por 6.16 metros de largo, e que deu-se início a três arcos em cada parte do cruzeiro, correspondendo a três altares. Esclarece que o edifício seria levantado, apoiando-se num plano de três naves, com o comprimento de 29,26 metros do cruzeiro para baixo e com 16,72 metros de largura. A partir de 1590, a construção da Sé entra

[1142] Ibidem

[1143] Carta de Frei Gaspar da Silveira a El-rei de 27.10.1549. In Monumenta Missionária Africana. , 2ª série. Vol. II, p. 401-403.; Alvará à Sé de Cabo Verde de 02.04.1558. In Monumenta Missionária Africana. 2ª Série. Vol. II, pp. 464-465; Mercê ao cura e ajudador da Sé de 02.04.1568. In Monumenta Missionária Africana. 2ª Série. Vol. II, p. 545-546.

num período de interregno que se estende para lá de um século, marcado por muitas tentativas frustradas no sentido de a continuar, marcado também por desvios constantes das quantias que estariam destinadas às obras da mesma (PIRES, 2007).

Os conflitos de interesse entre a sociedade local e o bispado também fizeram parte desse período da construção, ou interrupção da Sé. O desvio de dinheiro para a construção e a falta de donativos, associada à situação de decadência, estariam também na base da não continuação das obras. Uma carta do monarca, de 15 de Outubro de 1603, solicitava que fosse retirada ao Bispo D. Frei Pedro Brandão a quantia de 9 000 cruzados ou o que sobrava ainda, e que o montante fosse entregue *"à pessoa que o capitão [Brás Soares] daquela ilha nomear"*. Nem o tesoureiro nem o provedor dos defuntos, ou outros oficiais, teriam direitos sobre o valor, pois a ordem era para que *a "obra da Sé vá por diante conforme ao que está assentado"*[1144]. Essa exigência resultava da intervenção da consulta da Mesa da Consciência (1601), devido a acções negativas praticadas pelo citado bispo, incluindo o desvio de cerca de 9 000 cruzados, arrecadados para as obras da Sé, e que foram destinados a um comerciante como crédito[1145]. Em 1612 novas medidas para se avançar com os trabalhos após notificações sobre o estado da Sé, apresentadas pelo bispo D. Frei Sebastião de Ascensão não surtem efeitos desejados, e mais uma vez sem qualquer consequência. Em 1615, Filipe II ordena que se limitasse o tempo em que da construção, caso contrário não se lhe afectaria os 9000 cruzados que se arrecadariam para a fazenda da coroa. esta obra [da Sé] com efeito e que não se acabando dentro dele, se não deem mais para ela os [...] nove mil cruzados e se arrecadem para minha fazenda], citando documento da época [1146] (SANTOS, 2015). Carlos Santos (SANTOS, 2015) deslinda as várias peripécias em que se envolveu a construção da Sé.

[1144] Obras da Sé de Cabo Verde de 15.06.1603. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª série. Vol. IV, p. 25. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015; Em 1605, ainda o processo do depósito permanecia indefinida. Regimento do governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva de 09.11.1605. Fonte: *Monumenta Missionária Africana.* 2ª série. Vol. IV, p. 81-87. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1145] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João, *"Igreja, Missionação e Sociedade*". Vol. II, p. 396. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1146] Construção da Sé de Cabo Verde de 30.06.1615. Fonte: Monumenta Missionária Africana. 2ª Série. Vol. VII, p. 643. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Vera Mariz[1147] a partir de escritos de Richter[1148] e Carita [1149] refere*:*

> *"Foi erigida em forma de cruz latina e tem as características de igreja-salão, a sua posição exposta como a sua data avançada de construção levaram a fortes oposições dentro do próprio corpo eclesiástico da vila. Provavelmente várias alterações e adaptações no corpo da igreja, no transepto e na capela-mor ocorreram ao longo da sua edificação, não existem documentos ou vestígios que dêem informações claras"*[1150].

2.2.4. Restauro da Sé.

As ruínas da Sé Catedral foram removidas e os muros conservados no âmbito duma campanha de restauro dos monumentos, realizada com o apoio da cooperação portuguesa em 2004. Neste âmbito, algumas partes dos muros foram reconstruídas de forma parcial para permitir ao visitante *"uma melhor aferição das suas dimensões colossais"*. O tratamento da paisagem em redor do edifício e a valorização das ruínas estavam previstos para a fase seguinte do projecto[1151]. As últimas obras foram realizadas no âmbito da nomeação da cidade a Património da Humanidade, em parceria do governo de cabo Verde com a cooperação espanhola, a partir de 2004.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[1152], juntamente com a troca de correspondência entre o Governador Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, os pareceres dos engenheiros e arquitectos da Direcção Geral do Urbanismo e

---

[1147] MARIZ, Vera - XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. [Em Linha]. 2011.[Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1148] RICHTER, K. - *The historic religious buildings of Ribeira Grande.* Implementation of Christian models in the early colonies, 15th to 17th centuries, on the example of Cape Verde Islands. Vol. I & vol. II. Funchal. Universidade da Madeira.Tese de Doutorado.2009. p. 318 p. & p. 333.

[1149] CARITA, R.- *Património Edificado da Cidade Velha.* A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade. São Miguel: CM da Ribeira Grande. 2011 (em viasde publicação).

[1150] MARIZ, Vera - XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. [Em Linha]. 2011.[Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1151] PEREIRA, Fernando António Baptista – Património Mundial de origem portuguesa [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 24.12.2014]. Disponíveol em: www.igespar.pt. Patromónio/origemportuguesa/187/

[1152] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe.. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Março 1959-Abril de 1961.

Comunicação, os despachos do Ministro do Ultramar, e do seguimento dado a este, na então Província de Cabo Verde, acerca de propostas para a restauração da Fortaleza, há um documento dactilografado e com anotações a caneta de tinta. No Documento aludido, acerca dos monumentos Culturais da Cidade Velha e outros assuntos relacionados, fazem parte do conjunto "Troca de correspondência", mas que se apresenta sem data, e sem assinatura (MIT. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Caixa 399. Julho de 1970), que apresentamos no Anexo Documental (Anexo VII), constam as seguintes tarefas/informações relativamente à Sé:

- pôr à vista o rodapé da Sé.
- Há três Bispos no arco do cruzeiro da Sé – Debaixo da Sé (Cardeal Cerejeira. Tese: Clenardo teria estado em casa de umm destes bispos (correcção a letra caligráfica – em casa de cada um destes Bispos). Em letra caligráfica, a seguir vem a frase – (nunca cá esteve. Foi camareiro).

A primeira informação evidencia que este documento, que não vem assinado e não está datado, havia sido escrito por uma entidade que desempenhava altas funções ou que estivesse com responsabilidades nos trabalhos de restauro, porque dá sugestões precisas e directas. Por outro lado, dá a informação de que havia três Bispos no arco ao Cruzeiro, indicando-se até a tese que se referia ao assunto e a pessoa mais próxima do autor, que certamente podia esclarecer mais o assunto, o Cleonardo, que foi Camareiro. Mostra o interesse, de quem elaborou este documento, na recolha de informações verdadeiras acerca do assunto, acerca dos túmulos dos Bispos, elementos de interesse para a cultura da Cidade Velha, que possibilitou um reavivar do passado, e deixa mais informações acerca da memória da Sé.

O Plano de Gestão 2008-2012[1153] da cidade, no item "Arquitectura religiosa" refere que,

"A cidade acolhe a primeira Catedral de África, que se impunha pela sua dimensão e localização, que reflectem o poder da organização religiosa. Esta omnipresença da igreja faz lembrar o papel activo da mesma no tráfico negreiro e a sua exploração no baptismo dos escravos e na instrução para

[1153] Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha] 2008. [Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

aprendizagem do português rudimentar. Esta prática denominada «ladinização» fez aumentar o valor comercial dos escravos «ladinos".

2.2.5. Caracterização da Sé - descrição arquitetónica e artística.

A Sé Catedral é do Renascimento tardio. Compõe-se de uma nave e de um duplo transepto. O cruzamento do transepto marca a separação entre a nave e o coro, que é mais estreito. O santuário e as duas torres de sino que enquadravam a porta principal mas já não são visíveis. Parte do cuzeiro está de pé, mas desprovido de quase toda a cantaria, sobrando apenas três degraus na base e algumas pedras de cantaria no cimo. A escadaria de entrada que fica num declive, foi submetida a escavações e revestida com material apropriado para a sua protecção.

A igreja-salão caracteriza-se por um espaço unitário e isótropo (homogeneamente iluminado) também procurado pela estética renascentista. A adopção da nave única abobadada com capelas laterais está patente na igreja de S. Francisco em Évora. A igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém que foi planeada por Boitaca e concluída por João de Castilho representa a adopção da plena isotropia[1154] em que se verifica uma continuidade espacial em todas as direcções, o abandono da hirarquia das nervuras, segundo a sua função estética tradicional, pela eliminação das ogivas[1155].

Ao referir-se às aproximações arquitetónicas da Sé Catedral da Ribeira Grande, explica Carlos Santos[1156] que esta se insere no quadro dos templos erguidos por D. João III, tanto na metrópole como também nos vários domínios portugueses, localizados em África, América do Sul e Ásia e que a Sé da Ribeira Grande é considerada, por unanimidade, uma grande obra arquitetónica a nível tipológico, encontrando-se próxima das Sés de Miranda do Douro (c. 1552), Portalegre (c. 1556) e Leiria (c. 1559), suas contemporâneas, sendo todos projetos despojados, abertos, contínuos, amplos,

[1154] PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte Portuguesa-Época Moderna (1600-1800)*. Universidade Aberta. 1992, p 38.
[1155] Ibidem
[1156] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

uniformes e símbolos do seu tempo[1157]. Compara esta Sé com as referidas, partindo dos planos quinhentistas e não das alterações posteriores que este sofrera. Começa por comparar a implantação urbana da mesma com as outras, aludindo que as Sés de Miranda do Douro, de Portalegre e da Ribeira Grande constituem pontos de referência, podem ser avistadas a longa distância e encontram-se abrangidas por construções militares – intramuros em Miranda e Portalegre e pelos baluartes de São Veríssimo e São João dos Cavaleiros em Ribeira Grande, sendo que a Sé de Leiria se situa fora das muralhas medievais e numa cota baixa, o que facilitou a expansão extramuros da cidade[1158]. Ressalva o facto das paredes que suportavam a altura do corpo central da Sé da Ribeira Grande já não existirem, o que dificulta uma melhor análise e a a situação do território insular, que é mais complexa, pois apresenta uma geografia irregular, reduzida e desprovida de muralhas contínuas, pelo que a escolha do sítio deve-se à disponibilidade de um terreno plano capaz de dar resposta às proporções pretendidas para a construção, que devia ficar afastado da costa. Essas construções, com exceção de Leiria, substituída pelo castelo Gótico, mas igualmente importante, constituem pontos de referência e observação nos espaços urbanos. Quanto à planimetria, as quatro construções apresentam "um ar de família", *"assinalada pela dimensão, e desenvolvimento dos diferentes corpos – naves, transepto e cabeceira"*. Explica ainda que todas as sés ostentam desenvolvimento longitudinal e têm praticamente com as mesmas dimensões, mas enquanto as Sés localizadas em Portugal, contêm naves da mesma altura, ou seja, são igrejas-salão, na Sé de Cabo Verde as coberturas das naves erguem-se a alturas distintas, sendo a nave principal mais alta que as laterais, aproximando-se antes da Sé de Angra do Heroísmo, começada um pouco mais tarde, em 1570, e finalizada por volta de 1642. Explicita:

> *A este respeito lembramos que já durante a centúria de Quatrocentos se verificam alterações espaciais da tradição mendicante que concorriam para a fusão do espaço interno da nave verificando-se em algumas sés o alteamento dos arcos divisórios das naves até ao desaparecimento do clerestório ou o espaçamento da implantação dos suportes desses arcos,*

[1157] Ibidem

[1158] SANTOS, Cátia Margarida Jorge dos - *As Sés Joaninas: Arquitetura Episcopal na Segunda Metade do Século XVI*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Coimbra. Faculdade e Ciência e Tecnologia. 119 f . 2009. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

enquanto outras acusavam um cloro desvio ás normas com a adopção da nave única abobadada com capelas laterais, como a de S. Francisco em Évora[1159].

Esclarece ainda, que há diferenças também no número de tramos, pois enquanto a de Leiria, Miranda do Douro e Portalegre apresentam quatro tramos cada, o edifício da Ribeira Grande mostra cinco tramos, o que a aproxima das construções sacras levantadas em cruz latina, erguidas na Baixa Idade Média ou no tempo de D. Manuel, de que são exemplos as sés do Funchal, de Coimbra ou do Porto. Informa ainda que as capelas principais das sés metropolitanas joaninas são todas retas e com alguma profundidade, sendo a de Leiria é a mais profunda porque a igreja não apresenta um coro alto. Chama a atenção pelo facto desta empreitada ter acontecido mais tarde, no decorrer do século XVII. A Sé da Ribeira Grande no entanto, mostra uma capela-mor de grande profundidade, em duplo quadrado um modelo que segue a típica capela-mor em túnel, linguagem artística visível também na igreja de Santa Maria de Belém, atribuída ao arquiteto Jerónimo de Ruão, que começou a ser erguida em 1565 e foi concluída em 1572, na igreja de São Salvador de Grijó, Vila Nova de Gaia, começada em 1572, na igreja de São Vicente de Fora, Lisboa, em que a primeira pedra é lançada em 1582, e na igreja de Santo Antão-o-Novo, Lisboa, é iniciada, pelos jesuítas, em 1591.

No que respeita à estética e organização das fachadas, explicita que todas elas apresentam divisões correspondentes as naves dispostas no interior, incluindo aqui a Sé de Angra do Heroísmo, e apesar das alterações, fato limitador ao estudo empreendido. Conclui, apresentando as imagens das plantas respectivas, que constam na figura 178, que o elemento que marca a distinção dos vários módulos das fachadas destas sés são as pilastras, visíveis em Leiria, Mirando do Douro, Portalegre e Angra do Heroísmo, e que as semelhanças são mais fortes entre as Sés da Ribeira Grande e de Angra do Heroísmo, *"pois exibem uma cornija que percorre na horizontal a fachada, servindo de marcação separadora entre os frontões e o pano principal das igrejas e a divisão das torres"*[1160].

[1159] PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte Portuguesa-Época Moderna (1600-1800).* Universidade Aberta. 1992, p 38.
[1160] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

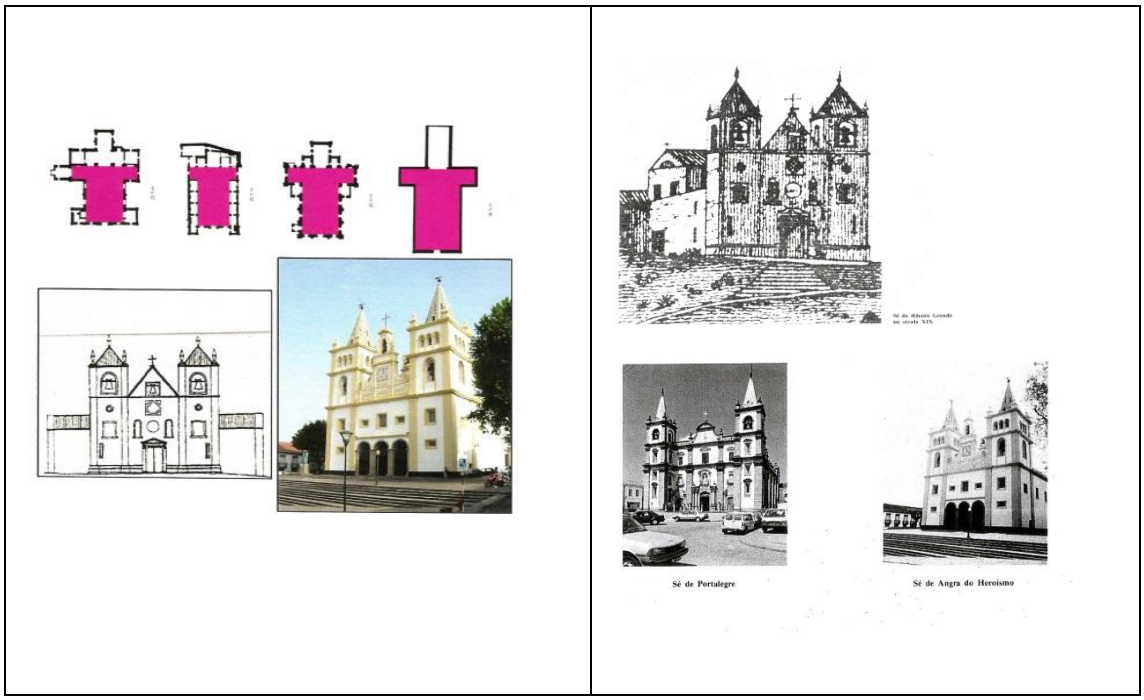


Figura 178 - 1ª Imagem: Comparação entre a Sé da Ribeira Grande numa imagem do sec XIX, com Sés da mesma época. Plantas das respectivas Sés[1161]. 2ª Imagem: A Sé da Ribeira Grande, de Portalegre e de Angra do Heroísmo[1162].

Refere ainda: *"As semelhanças são mais fortes, nesse aspeto, entre as Sés da Ribeira Grande e de Angra do Heroísmo, pois exibem uma cornija que percorre na horizontal a fachada, servindo de marcação separadora entre os frontões e o pano principal das igrejas e a divisão das torres".* E esclarece-se: *"A concepção do edifício obedece a um programa muito difundido na época, e particularmente através da Companhia de Jesus.* Acrescenta-se que a simplicidade e o despojamento decorativo das fachadas são aspectos característicos desta arquitectura "chã", que era "*muito marcada pela frieza que lhe conferem as concepções funcionais dos arquitectos militares"*. Exemplifica –se com a apresentação das imagens da Sé de Portalegre e da Sé de Angra do Heroismo, comparando-as com uma imagem da Sé do sec. XIX, presentes na mesma figura.

Vera Mariz[1163] citando Richter e e Carita [1164] refere que, provavelmente, várias alterações e adaptações no corpo da igreja, no transepto e na capela-mor ocorreram ao

[1161] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1162] RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha. Cabo Verde. Praia, Cabo Verde – Outubro de 1989. Fotocópia do original DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal.

longo da sua edificação, mas não existem documentos ou vestígios que dêem informações claras.

2.2.5.1. Construção da Sé - Elementos culturais de decoração que fazem parte do recheio da Sé.

A documento "RIBEIRA GRANDE – A Cidade Velha – CABO VERDE[1165] refere-se também ao início da construção da Sé, cerca de 1556, data do episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, responsável pela edificação ou reformas de vários outros edifícios, como o Paço Episcopal, à objecção havida por estar num local pouco protegido, a suspenção das obras em 1592, por esta razão, e porque também o edifício parecia excessivamente grande.

Não deixa de aludir ao novo impulso dado a esta construção, no início do século seguinte, a sua conclusão por volta de 1700, e o saque que sofreu em 1712, perpectrado por corsários que a deixaram bastante danificada, tendo estes pilhado parte do seu recheio. Com feito, o ataque da cidade pelos piratas e corsários trazia graves consequências para a cidade. As igrejas e edifícios religiosos que eram poupados antes, passaram a ser pilhados também. Durante o saque de Cassard a 4 de Maio de 1712, para além de levar as munições de bronze da Fortaleza e de danificar as de ferro, invalidando-as, levou também mais de 110 peças de escravos, entre foros e cativos, *"os sinos da Sé e de quantas igrejas existiam na cidade, quanta prata e vasos sagrados havia neste edifício, e por fim o Santo Cruxifixo do Santo Lenho"*, todos os cálices das igrejas que existiam na cidade, *"afora todas as coisas que o povo escondera nas igrejas e conventos, cuidando que ali estariam seguros, todas as fazendas que pelas casas*

[1163] MARIZ, Vera - XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. [Em Linha] 2011. .[Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1164]CARITA, R.- *Património Edificado da Cidade Velha*. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade. SCM da Ribeira Grande. 2011 (em vias de publicação).

RICHTER, K. - *The historic religious buildings of Ribeira Grande.* Implementation of Christian models in the early colonies, 15th to 17th centuries, on the example of Cape Verde Islands. Vol. I & vol. II. Funchal. Universidade da Madeira. Tese de doutorado. 2009. 318 p. & 333p.

[1165] "RIBEIRA GRANDE – A Cidade Velha – CABO VERDE. Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.).

acharam, mesas, escritórios, contadores, leitos, tudo o que tinha metal não escapou". *"A cidade foi paulatina e definitivamente abandonada".* Para além destes bens da Sé e outras igrejas, os sinos, os vasos sagrados de prata, o santo cricifixo e demais bens não identificados, que foram roubados durante o ataque de Cassard, um conjunto de bens e artefactos religiosos são identificados no *"Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruinas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago,* de entre os quais alguns pertencentes à Sé Catedral, em que se destacam a inscrição no remate do arco da capela-mór (1696), uma vista exterior da capela-mór com o arco abside [1166].

Identificamos imagens que fazem parte do espólio artístico e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande, indicados no "Dossier Cidade Velha ", do Arquivo Histórico de Cabo Verde. Restos de um anjo, e a parte inferior de um outro, presentes no « Étude Preliminaire pour le Developement Urbanistique de Cidade Velha »[1167], que apresentamos nas images da figura 179. Assim, num documento que faz parte do "Dossier Cidade Velha, do Arquivo Histórico de Cabo Verde, intitulado "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio artístico, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande" identificamos as imagens que apresentamos na figura 179: *"o que resta de um anjo outrora adossado às paredes da Sé"*; uma *"Imagem pertencente à Sé"*; Uma pedra tumular do sec. XIX e restos de um capitel, entre os destroços das ruinas da Sé Catedral.

[1166] SILVA, Aníbal Barbosa da et all - *"Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruinas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago". Edições Henriquinas-Achamento de Cabo Verde". (*Exposição integrada nas Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha).
MCMLX.CAT ca. 966.58. Biblioteca do Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[1167] ROELS, Johan et all - *Étude Preliminaire pour le developement urbanistique de Cidade Velha en rapport avec l'adoption souhaitée au sein des villes culturalles mondiales* . Praia.Outubro de 1989.

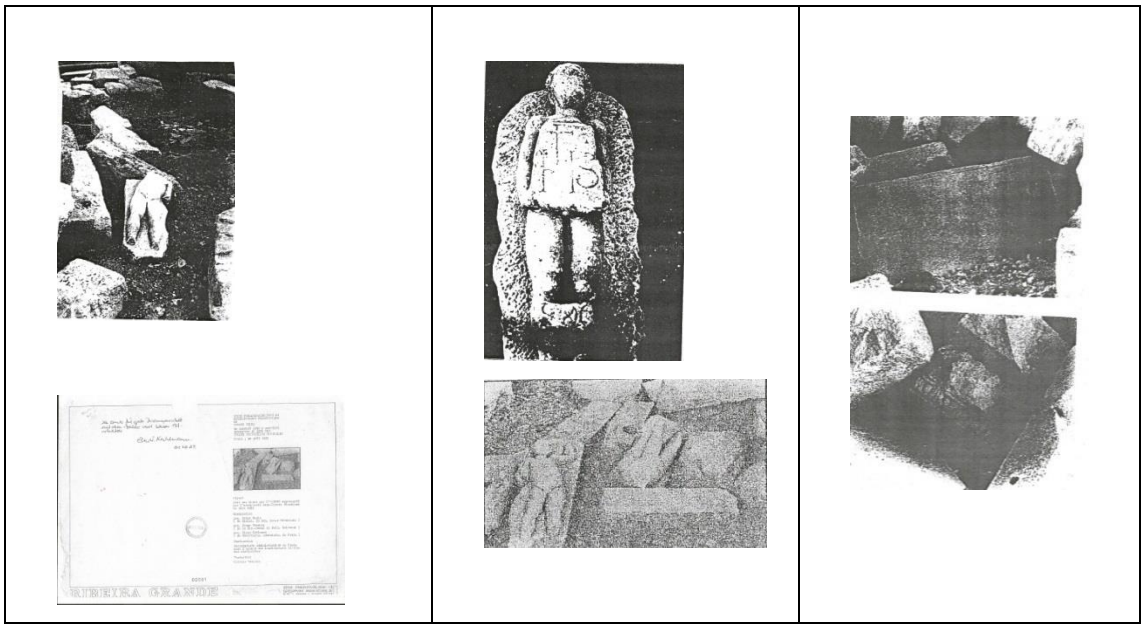


Figura 179 - 1ª, 2ª, 3ª e 6ª imagens – Imagens do estado da Sé. Fonte: "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio artístico, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande". "Dossier Cidade Velha " do Arquivo Histórico de Cabo Verde. 4 e 5ª Imagens: Restos de um anjo, a parte inferior de um outro. Fonte: Étude Preliminaire pour le Developement Urbanistique de Cidade Velha, en rapport avec lódaption souhaitée au sein des villes culturalles mondiales[1168].

Restos de um anjo, a parte inferior de um outro, estão na primeira página do documento, "Étude Preliminaire pour le developement urbanistique de Cidade Velha en rapport avec l'adoption souhaitée au sein des villes culturalles mondiales"[1169]. No mesmo documento já aludido, "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio artístico, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande", identificamos ainda imagens das pedras tumulares epigrafadas da Sé, já aludidas, imagens de azulejos de finais do século XVII/princípios do sec. XVIII, identificados durante as escavações arqueológicas efectuadas no interior da Sé, sem datação, de que apresentamos apenas uma, a mais visível, (a outra está em muito mau estado) na imagem da figura 180.

[1168] ROELS, Johan et all - *Étude Preliminaire pour le developement urbanistique de Cidade Velha en rapport avec l'adoption souhaitée au sein des villes culturalles mondiales* . Praia.Outubro de 1989.
[1169] Ibidem

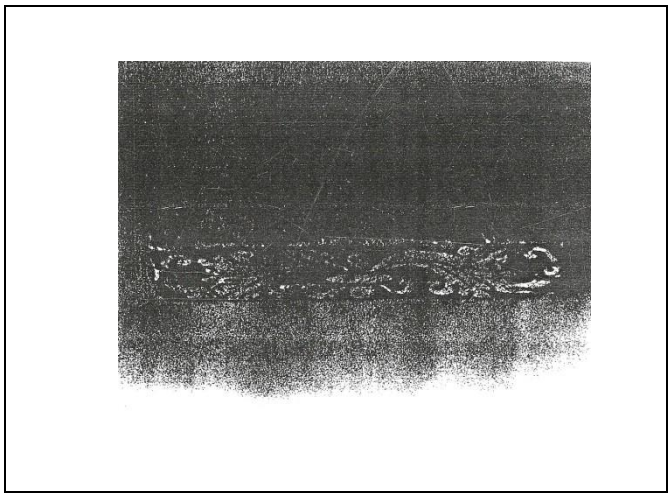


Figura 180 - 1ª imagem: Azulejo de finais do século XVII/princípios do sec. XVIII encontrados também durante as escavações arqueológicas efectuadas no interior da Sé. Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio artístico, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

A Sé Catedral era um grandioso templo como se pode ver pela sua planta *"mas destituído de qualquer ornato"*. A organização do espaço interior foi modificada, e foram acrescentadas exteriormente duas capelas laterais a poente do transepto, dois espaços rodeando a sacristia, e um outro, no prolongamento da capela-mor (PEREIRA, 2004). Foi edificada pelo bispo D. Frei Francisco da Cruz, no bairro de São Sebastião, pois este bairro mostrava-se mais favorável para a implantação de um edifício destas dimensões. Tem mais de 60 metros de comprimento, ocupando, segundo as medições de Fernando Pires (PIRES; 2010, 159), uma área total de 1408 m2. O início da sua construção foi no ano 1556, mas as obras foram suspensas por volta de 1592 tendo ficado paradas durante cerca de 130 anos. A sua construção só ficou concluída por volta de 1700, com as suas torres sineiras, capelas laterais, e as três naves. Contudo, ao retomar a sua reconstrução 130 anos depois, houve alterações ao primeiro plano de reconstrução (PEREIRA, 2004). A monumentalidade do projeto pode estar relacionada com uma tentativa de projecção da Igreja e fama pessoal póstuma do bispo D. Francisco Cruz. A construção da Sé esrtá relacionada com o período de fausto pois a cidade vivia um período de abastança devido ao comércio escravocrata e também com as políticas arquitetónicas da época para a construção de sés em Portugal[1170]. A sua edificação ficou ligada à figura do III mo Bispo, Dom Frei Vitoriano Portuense, o duodécimo deste

[1170] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Bispado, *"porque ainda que tinha já sido principiado pelo III mo Dom Frei Francisco da Cruz, 3º Bispo de Cabo Verde"*, que não o continuou *"pelos embargos com que a isso impuseram os cidadãos, com motivo de ficar de fora do corpo da cidade, e só aí pode edificar o palácio Episcopal, ficando a Sé embargada até ao tempo do sobredito III mo Dom Frei Francisco Vitoriano, que o veio fazer no mesmo sítio em que o III mo Dom Frei Francisco a tinha principiado"*(CARREIRA, 1985). Pedras tumulares são testemunhas de personalidades que foram sepultadas aí, que testemunham também a existência de uma elite abastada no topo da pirâmide social da época (CARREIRA, 1985).

A primeira Sé das ilhas de Cabo Verde teve, ao longo da sua vida, momentos conturbados, podendo-se distinguir a partir dos dados disponíveis quatro conjunturas distintas, correspondendo a quatro fases: a primeira relaciona-se, naturalmente, com a fundação da diocese (1533) e consequentemente, a necessidade de haver Sé na sua área de jurisdição religiosa; a segunda é marcada pelo grande interregno na construção dessa empresa, acompanhando o clima de crise vivido no território; o terceiro, a sua efetiva edificação; e por fim, a sua vida efémera e abandono/ruína. Para a construção de tão enorme difício os moradores colaboraram com doações para além de beneficiências da coroa. Exemplificando, aponta o caso de um documento datado de Julho de 1577, em que um morador da ilha de Santiago, deixou em testamento 20 000 réis à Sé da Ribeira Grande além de outros legados destinados a outras igrejas da ilha[1171]. Apontam-se quatro conjunturas distintas durante a construção da Sé a que correspondem quatro fases: a primeira que se relaciona com a fundação da diocese (1533) e a consequente necessidade de uma Sé na área desta jurisdição religiosa; a segunda que é marcada pelo grande interregno na construção dessa empresa, devido ao clima de crise vivido no território; a terceira que corresponde à sua efetiva edificação; a e quarta, a vida efémera e o abandono/ruína do edifício[1172].

[1171] Provanças de D. Frei Fabião dos Reis para o Bispo de Cabo Verde de 26.02.1671. I*n. Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 298-305. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1172] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Em 1712 a cidade foi atacada e saqueada por corsários franceses, tendo a Sé sido também saqueada e os sinos desapareceram, ficando o edifício em ruínas, a céu aberto. Este ataque deixou a cidade largamente danificada e com os sucessivos ataques e a transferência da capital para a cidade da Praia, a Sé Catedral rapidamente começou a degradar-se e a arruinar-se[1173].

2.2.6. Caracterização arquitectónica e artística da Sé – o restauro de 2004.

A Sé Catedral é do Renascimento tardio. Compõe-se de uma nave e de um duplo transepto. O cruzamento do transepto marca a separação entre a nave e o coro, que é mais estreito. O santuário e as duas torres de sino que enquadravam a porta principal já não são visíveis. A caracterização deste espaço demonstra a sua grandiosidade: Repetição de 2.2.3.

> *"C'est une cathédrale caractéristique de la renaissance tardive composée d'une nef et d'un double transept. La croisée du transept marque la séparation entre la nef et le choeur, qui est plus étroit. Le sanctuaire et les deux clochers qui encadraient la porte principale ne sont plus visibles, mais les grands pans de murs restants, qui ont fait l'objet de travaux de préservation, permettent d'apprécier l'échelle colossale de ce projet"*[1174].

As ruínas da Sé Catedral foram removidas e os muros conservados no âmbito duma campanha de restauro dos monumentos, realizada com o apoio da cooperação portuguesa em 2004. Neste âmbito, algumas partes dos muros foram reconstruídas de forma parcial para permitir ao visitante *"uma melhor aferição das suas dimensões colossais",* facto observável nas imagens da figura 181.

[1173] Ibidem
[1174] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm



Figura 126 – 1ª Imagem: Interior da igreja da Sé Catedral[1175]. 2ª Imagem: Ruinas da catedral em que se distinguia na cidade da Ribeira Grande pela sua grandiosidade. 3ª Imagem: Vista das ruínas a partir do coro da Catedral[1176].

O tratamento da paisagem ao redor do edifício e a valorização das ruínas estavam previstos para a fase seguinte do projecto[1177]. Esta intervenção vai de encontro ao que defendeu Daniel Pereira que é de opinião que a consolidação da Sé Catedral com vista a perpetuar a sua presença na actualidade e para a posteridade, aumentou a importância deste monumento e contribuiu para a valorização do conjunto histórico da Cidade da Ribeira Grande de Santiago (PEREIRA, 2004).

2.2.7. Restauro da Sé – anos 60, 70, 88/89 a 90, 1991 a 93 e 1999.

Luís Benavente[1178] havia elaborado uma *" Planta Geral de Reconstituição da Sé da Ribeira Grande de Cabo Verde"*, representada na figura 182, mas enfrentou dificuldades para conseguir o seu restauro, devido ao avançado estado de degradação do edifício, que requeriria custos avultados. Conclui nesta campanha que *"todo o conjunto urbano da antiga e arruinada capital de Santiago devia ser preservado"*. Estudou e

[1175] Fonte: Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha]. 2012. [Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

[1176] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[1177] Património mundial de origem portuguesa. Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

[1178] MARIZ, Vera - O XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades Salvador.Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em linha]. 2011. [Consult a 22.01.2015]. Disponível em: ...https://sites.google.com/site/socbrasileiracontemporanea/blog/xi... .

levantou o traçado da antiga linha da Muralha da Cidade da Ribeira Grande, com suas portas, fortins, troços de muralha, etc. Foram realizadas as seguintes intervenções por este em 1969: A Igreja da Misericórdia, cujo levantamento se realizou em 1962 e a Capela de São Roque de que havia um projecto de 1966-67.

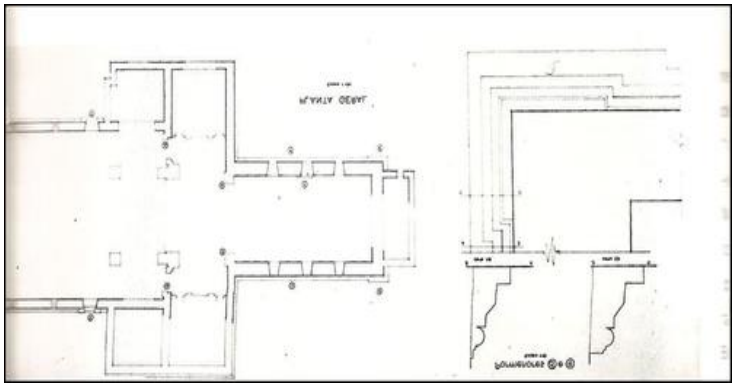


Figura 182 – Sé da Ribeira Grande, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Planta de reconstituição. Fonte: As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. Instituto dos Arquivos Nacional/ Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/ Arquitecto[1179].

No entanto, não consegue realizar intervenções na Sé Catedral da Cidade porque seis anos depois dessa intenção, começaram a desmontar muitas das pedras das ruínas, inviabilizando o projecto, conforme a testemunha, Alice Benavente, citada por Vera Mariz[1180], que informa ainda que esta cidade era a paixão de Benavente[1181].

O processo de recuperação das ruínas e dos monumentos da Cidade Velha teve continuidadeems finais do século XX. De 1989 até 1999 foram efectuados trabalhos arqueológicos, de recolha de vários materiais e a limpeza do espaço da Sé. O projecto de recuperação do património histórico realiza-se em parceria da Cooperação Espanhola e da Cooperação Portuguesa. As escavações arqueológicas fornecem dados que enriquecem a herança histórica e patrimonial. As realizadas na Sé, em 1989/90 e em 1991 e 1993, são particularmente importantes, pois, descobriu-se a organização do alicerce e a técnica de construção da Sé, foram postos em evidencia vários elementos

[1179] Ibidem
[1180] Ibidem
[1181] Ibidem

estruturais da Sé, tais como –bases de pilares, degraus, pequenos muros, dois degraus de acesso à torre sineira e um piso em lápides tumulares, sepulturas algumas com lápides tumulares; no limite entre a nave central e o "transept" foi descoberta a base balaustrada que separa a parte nobre da Sé e o altar-mor da nave central; toda a área do baptistério: base da pia baptismal; foram postos a descoberto o túmulo do primeiro bispo residente em Cabo Verde, os túmulos do capitão – mor António Xavier, de Dona Ana da Luz Barradas e ainda uma campa rasa de formato antropormófico; uma quantidade enorme de espólios não muito significativos, tais como moedas, botões, fragmentos metálicos (tipo palito) contas em vidro e osso, alfinetes, tampas de garrafas com decoração, fragmentos de cerâmica de vários tipos e outros elementos[1182].

Reportando à Sé Catedral e o seu passado histórico, é de se apontar que era corrente que os bispos tomarem posse e as igrejas ficassem "órfãs", isto é, não se deslocavam ao local após a tomada de posse. Assim a Diocese de Ribeira Grande esteve sem bispo num total de 150 anos. O 2º bispo nomeado e o 1º a chegar a Cabo Verde foi D. João de Évora, de nacionalidade francesa, que foi lente na Universidade de Coimbra. Conhecia bem o grego, o latim e o hebraico. Faleceu em Ribeira Grande e foi sepultado na Sé. A ideia da construção da Sé Catedral aparece pela primeira vez em documentos de 1549, numa carta de Frei Gaspar. O 3º Bispo, D. Frei Francisco Cruz foi quem iniciou os trabalhos bem assim a Misericórdia. Era um homem dinâmico, "conhecido por homem santo". Leccionava latim a algumas crianças pobres com a convicção que ia torná-los padres. Com efeito, a Catedral foi construída mas as obras tiveram longos anos ao abandono, recomeçou-se para se abandonar tantas vezes porque não era da vontade dos membros do cabido devido à distância que o separava da habitação deles. Ficou concluída em 1693. A acção educativa da Igreja estendia-se à população, aos pobres e escravos. O Bispo D. Frei Francisco da Cruz (1547-1571) leccionava os ignorantes na sua própria residência. Teve como alunos os dois primeiros escritores cabo-verdianos, André Alvares Almada e André Donelha (CARREIRA, 1985).

[1182] CABO VERDE – FORTALEZA, GENTE Y PAISAGEM. (Seleccion de textos e fotografias de Carlos garcía Peña). Ediciones de Cooperacion para el Desenrollo de Cooperacíon Internacional. (s. d).

As acções efectuadas em prol da recuperação dos monumentos históricos da Cidade Velha têm permitido consolidar a consciência nacional para a valorização e promoção deste legado nacional de todos os cabo-verdianos.

2.3. A Igreja e o Hospital da Misericórdia.

Iniciou-se a construção da Igreja e do Hospital da Misericórdia em 1555, por D. Frei Francisco da Cruz, terceiro bispo de Cabo Verde[1183]. Encontra-se localizado no Bairro da Rua Calhau e está em ruínas, tendo perdido grande parte das suas paredes externas, mantendo porém a torre sineira (figura 183).



Figura 183 - Ruínas da Igreja/Hospital da Misericórdia. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra

Encontra-se em bom estado de conservação. É de salientar o facto de ser o único edifício religioso localizado na cota baixa da vila[1184].

2.3.1. Localização e história.

[1183] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra

[1184] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

A Igreja e Hospital da Misericórdia localiza-se na zona baixa da cidade na rua da Misericórdia a que se segue a rua do Calhau e a rua de S. Pedro que termina no forte do Presídio. Do lado esquerdo situava-se a Prisão que perfazia a rua da Prisão em ângulo recto à rua da Misericórdia. A Praça do Pelourinho ficava mesmo em frente, no grande espaço poligonal da praça do Pelourinho limitado à esquerda pela ribeira e em frente pela muralha do mar, continuação do forte do Presídio, como revelam as imagens da figura 184 .

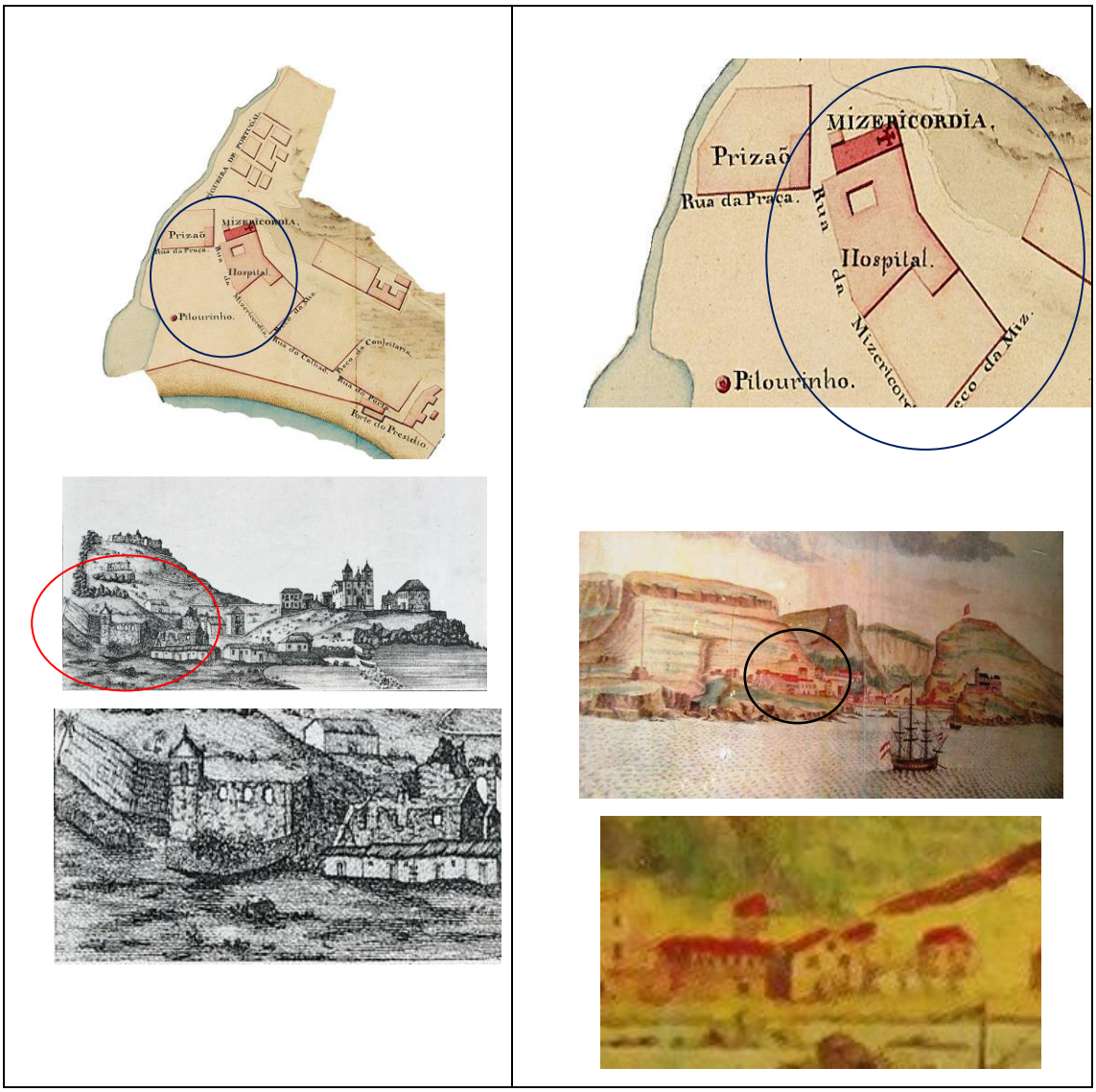


Figura 184 – 1ª e 2ª Imagens: Localização da igreja da Misericórdia. Fonte: Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e do Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. [sec. XIX – ca 1864] [desenho TRAVASSOS VALDEZ]. 3ª a 4ª imagem: O edifício da Misericórdia e sua torre Fonte: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450. Fonte: Colecção Iconografia – gravura. Cabo Verde. HAU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Carlos Santos[1185] apresenta a Torre da Igreja da Misericórdia socorrendo-se de duas gravuras, presentes na figura 185.





Figura 185-1ª Imagem: Ruínas da Torre da Igreja da Misericórdia (1919). Fonte: Ruínas da igreja da Misericórdia (1919), IAHN[1186]. 2ª Imagem Imagem antigas da Torre da igreja da Misericórdia (1929). Fonte: Ruínas da igreja da Misericórdia (1929). MMA, 2ª Série. Vol. III, p 64. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015 .

Nestas imagens é visível que a Torre apresentava uma maior volumetria, sendo que a primeira apresenta-a praticamente intacta, com reboco e pintada de branco, podendo-se apreciar uma torre coroada por um coruchéu e um janelão. Éuma fotografia que apresente toda a igreja em ruínas e a torre, mais parte das paredes da igreja. Na primeira nota-se que as paredes do edifício desapareceram, mas a torre mantém-se de pé.

[1185]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1186] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Da igreja restam hoje apenas as ruínas da torre sineira de secção quadrada, em que se pode identificar um vão de volta perfeita e cunhais em cantaria. A localização da igreja e Hospital da Misericórdia da Ribeira Grande segue as normas da época. Assim, Carlos Santos refere que, conforme Rafael Moreira[1187], a igreja inseria-se no complexo arquitectónico formado pela Casa de Despacho, Hospital e residência dos funcionários, ficando o templo, geralmente, com a fachada voltada para a rua principal, à semelhança do que se verifica em Lisboa. A escolha do lugar recaía sobre espaços centrais e com uma boa visibilidade e importância na paisagem urbana, que ocupava pois, *"eixos viários, largos, praças e rossios", "que reflectia territorialmente todo o seu carácter social e jurídico"*, ficando distante da Sé matriz e das paróquias, mas perto da Câmara e do pelourinho. Referindo a José Ferrão Afonso[1188], lembra ainda que as Misericórdias assumiam uma relação íntima com o espaço público, expressa não somente no plano físico do núcleo construído, mas também, como *"um continuum vivo"*, agregando os habitantes, a história e a cidade. A 1ª e 2ª imagens da figura 184 deixam claro que estas normas foram utilizadas na implantação urbana da Igreja e Hospital da Misericórdia da Ribeira Grande.

O documento "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[1189], redigida em 1989, 60 anos após terem sido feitas as fotografias apresentadas (fotografias de 1929), apresenta 2 fotografias, que estão em mau estado, em que pode aperceber-se as ruinas já bastantes degradadas. Refere-se no mesmo que era urgente executar uma série de levantamentos manualmente e fotografias da Torre da Misericórdia para que pudesse ser memorizado no seu espaço. Neste se afirma que foi construída, cerca de 1555, por D. F. Francisco da Cruz. A imagem que apresenta indica também, a localização da Igreja e da casa da Misericórdia. A observação que acompanha a imagem refere que o edifício perdeu 2/3 do seu volume assim como o

[1187] MOREIRA, Rafael - *As Misericórdias: um património artístico da humanidade*. Catálogo de Exposição 500 anos das Misericórdias Portuguesas. Lisboa. 2000, p. 134-215. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015

[1188] AFONSO, José Ferrão - *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdias do Entre-Douro-e-Minho: Arquitectura e Paisagem Urbana*. *Barcelos.* Santa Casa da Misericórdia. 2012, p. 22. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015 .

[1189] WIECZOREK, Jean-Pierre -*PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA*. Unesco. "Dossier Cidade Velha". 01493. Arquivo Histórico nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

telhado, se se comparar o que existia em 1929. Na altura, na parte que sobrara podia-se ler as marcas de pinturas antigas, pelo que se sugere um levantamento preciso destes elementos que acrescentariam dados históricos e artísticos à documentação. Alerta-se neste documento *para "grandes problemas de segurança e o perigo deste testemunho desaparecer porque as paredes da fundação (embasamento) estavam colocadas de maneira grosseira e as pedras de ângulo não estavam na vertical e se apresentavam separadas, (fora do prumo, não estavam na vertical)".* Esta comparação está patente no esboço do edifício de 1929, em que se pode confirmar que houve perdas consideráveis. Apresenta-se também o esboço da fundação da base da Torre.

O dossier de candidatura[1190] apresenta uma imagem mais recente em que a volumetria das ruínas da Torre da igreja é menor que actualmente, o que pressupõe ter havido uma certa degradação depois da data apontada no "Programme de Souvegarde du site de Cidade Velha"[1191].

Em «Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial »[1192], alude-se a este edifício nestes termos: *"Le bâtiment est aujourd'hui en ruine et a perdu une bonne partie de ses murs de façade ainsi que la toiture du clocher, qui apparaissait encore sur une photo d'archive de 1929. Les recherches archéologiques entreprises par l'université Piaget de Praia en partenariat avec l'Université de Cambridge vont permettre d'apporter un éclairage intéressant sur la structure originale de l'édifice".* Este documento apresenta ruínas que nos parecem ainda mais degradadas, e alude-se a investigações arqueológicas que deviam ser realizadas dentro de pouco tempo, e que trariam novas luzes acerca destes edifícios. O Documento "Projecto Cidade Velha" apresenta também a imagem das *"ruínas solitárias da torre sineira"* que *"evocam a presença da igreja da misericórdia",* semelhantes às já aludidas, referindo-se *a "à triste sorte deste edifício".*

[1190] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm
[1191] Ibidem
[1192] Ibidem

No que respeita a localização e expressão urbana dos edifícios da Misericórdia, Joana Balsa[1193] refere-se a dois trabalhos que consultou: o estudo de Rafael Moreira e a publicação que resultou de duas comunicações apresentadas ao Congresso "A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do Mundo de Expressão Portuguesa, uma de Francisco Queiroz e outra de Ana Margarida Portela. No que respeita às Misericórdias e à expressão do seu espaço, refere que é fundamental diferenciar os primitivos espaços ocupados, os preexistentes e as construções de raiz. Indica que após a fundação, as Misericórdias instalaram-se em espaços pertencentes a outras instituições. Eram edifícios preexistentes com uma localização urbana determinada, que em nada a Misericórdia podia influir e que variava em função da natureza tipológica dos edifícios, e que as Sés e igrejas matrizes, pela sua natureza e função, localizam-se geralmente no centro das cidades e vilas, afirmando que são por si sós, elementos geradores de dinâmicas locais muito importantes, quer religiosas quer sociais. No entanto, explica que outros espaços, como conventos, capelas e ermidas, podem estar dispersas na malha urbana e algumas vezes até mais afastados das principais zonas. Esclarece que em muitas situações a confraria optou por permanecer nestes locais, adaptando ou reconstruindo os edifícios e, portanto, a caracterização da sua localização não é a mesma que a de um edifício construído de raiz. Assinala que nestes casos a situação seria parcialmente diferente, porque algumas vezes as confrarias tiveram que utilizar terrenos e casas cedidos para o efeito. Esta não terá sido no entanto, a situação mais comum. Refere que, após o período de consolidação das confrarias e a recolha de alguns meios financeiros, muitas Misericórdias começaram a construção das suas novas instalações e que neste processo tornava-se relevante a escolha do local onde instalar a nova Casa da Misericórdia. Assinala que é inegável que estas confrarias se pautavam por critérios de centralidade no interior do aglomerado urbano, escolhendo as zonas privilegiadas e socialmente mais relevantes para erigirem as Casas da Misericórdia[1194].

[1193] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1194] Ibidem

Segundo Joana Balsa Pinho[1195], para Rafael Moreira[1196] os locais escolhidos eram "*afastadas da Sé, matriz e paróquia e mais próximas do pólo cívico da Câmara e pelourinho"* , que explica esta questão referindo que, para a análise desta realidade, deve-se ter em conta uma questão de escala e a respectiva dimensão dos núcleos urbanos pois, as Misericórdias estavam difundidas por todo o país, das grandes às pequenas sedes de concelho, que não se podem comparar, dado que a escala dos últimos indicados é muito reduzida, e porque não existia uma clara diferenciação entre o centro do poder religioso e o centro do poder civil. Mas, afirma que, mesmo quando estas considerações se podem fazer, nem sempre a realidade corresponde à proposta de Rafael Moreira[1197] e que, o caso que mais se destaca nesta problemática é Braga. Acresce que em alguns casos a Casa da Misericórdia *"terá desempenhado importante papel na regularização dos rossios, adros, ou campos extramuros"*, e que estes eram considerados espaços públicos, tal como as estruturas militares, e que, embora não havendo como documentá-los, a sua implantação no espaço urbano o indicia claramente[1198].

Apresenta uma situação bastante peculiar que gera-se quando a fachada lateral do edifício se volta para a praça, e explica que, neste caso encontrámos uma particularidade exemplificada por Abrantes, Almodôvar e Alverca. Mas esclarece que, considerando vários factores, nomeadamente relacionados com o processo de evolução e transformação do edifício, nenhum é tão satisfatório para justificar este facto, como a intenção de marcar uma presença urbana, através de uma concepção e execução mais cuidada da fachada dando-lhe maior protagonismo. Explica que, nestes três casos, a fachada lateral abre para uma praça. Acrescenta que, noutras circunstâncias, quando o arruamento é estreito, o próprio edifício define um pequeno adro, geralmente pelo recuo da fachada da igreja relativamente ao arruamento, e que, o objectivo é ganhar desafogo

[1195] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1196] MOREIRA, Rafael – As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as comemorações dos 500 anos das Misericórdias.Lisboa. 2000.

[1197] MOREIRA, Rafael – As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as comemorações dos 500 anos das Misericórdias.Lisboa. 2000.

[1198] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

face aos edifícios circundantes, a maioria preexistentes. Apresenta como exemplos Coruche, Santarém e Torre de Moncorvo. Afirma ainda que, com os arruamentos verificam-se situações bastante interessantes como, determinado posicionamento ao modo de fondale, para um maior impacto urbano, em determinadas artérias urbanas como, por exemplo, em Tavira[1199]. Apresenta vários exemplos no continente, mas não se refere às Misericórdias dos territórios de "além mar". Confere, no entanto, que a localização urbana das suas instalações nem sempre foi uma variante que as Misericórdias puderam controlar, mas que a preferência por um local central reflectia uma necessidade das Misericórdias. Refere também que as Casas da Misericórdia evidenciam uma expressão urbana discreta, ocupando, na generalidade dos casos, parcelas de ruas ou quarteirões, não se destacando em altimetria de outros edifícios e apresentando fachadas desornamentadas e com pouco vãos. Aponta ainda que a presença das Misericórdias ficou também marcada urbanisticamente ao nível da toponímia. E afirma ainada que, com poucas excepções, os arruamentos perto do local onde se localizam os edifícios sede das Misericórdias levam sempre o seu nome: Rua da Misericórdia, Calçada da Misericórdia, Travessa da Misericórdia, Beco da Misericórdia, entre outros, situação que se verifica no Barreiro, Vimieiro, Santiago do Cacém, Sardoal. Na Cidade Velha também se verifica esta situação: a rua da Misericórdia que ladeia a Igreja e o Hospital da Misericórdia.

No concernente à concepção espacial, Joana Balsa[1200] indica que a Casa da Misericórdia é um conjunto arquitectónico de cariz assistencial, construído para sede de uma confraria da Misericórdia, e composto por igreja, sacristia, casa do despacho, cemitério, enfermarias/hospital, casa da cera, casa das tumbas, entre outras dependências, que se organizam num conjunto edificado mais ou menos coerente, mas com relações de dependência funcional e social muito relevantes. Destaca alguns conjuntos, exemplos paradigmáticos e que em alguns casos, o conceito de conjunto, reflecte-se perfeitamente nas características da arquitectura construída como a Azinhaga, que representa um conjunto arquitectónico formado por igreja, hospital e outras dependências, ou seja,

[1199] Ibidem

[1200] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

uma Casa da Misericórdia de arquitectura quinhentista, mantendo algumas das soluções e características primitivas, nomeadamente a articulação espacial dos vários elementos que compõem a casa, molduras dos vãos, escadas de acesso, alpendres no piso superior protegendo os acessos ao interior. De destacar que o interior dos compartimentos e da igreja foi alterado, não se podendo aferir a sua planimetria original . Apresenta um outro exemplo diferente, mas também significativo que é Guimarães, um conjunto formado por igreja, sacristia e edifício contíguo de razoáveis dimensões de três pisos, articulados por pátio interior ; fachada principal unitária, mas composta por três corpos: os dois laterais, com remate em empena com cruz no vértice e ladeado por pináculos, dando à composição algum equilíbrio; a igreja destaca-se por ter fachada em cantaria. Esclarece no entanto: *"As plantas actuais das Casas da Misericórdia, que reflectem esta organização espacial, entendidas na sua globalidade são um fenómeno cultural, histórico e evolutivo; resultam de um processo de evolução da própria confraria (de cada confraria), da sua actividade assistencial e das condições inerentes à mesma, das alterações à liturgia, aos cultos e à espiritualidade"*[1201]. E acrescenta que algumas Casas da Misericórdia apresentam apenas um número reduzido de divisões: igreja, sacristia, casa do despacho e arrumos. Explica ainda que em alguns casos, este facto está directamente relacionado com a gestão de hospitais preexistentes que funcionavam de forma autónoma à Casa da Misericórdia. Adianta, no entanto, que o mais comum era encontrar num mesmo espaço ou em espaços relacionados funcionalmente, a igreja, sacristia, a casa do despacho, as enfermarias do hospital, o celeiro, a casa das tumbas e outras dependências. Acrescenta que nem sempre o conjunto foi pensado como um todo e em muitos casos a remodelação dos edifícios acrestava uma diferenciação sobretudo entre o hospital e o edifício que reúne as restantes dependências, tal como sucede no Barreiro, Coruche e Fronteira[1202].

Conclui que a disposição dos vários elementos numa planimetria concreta, assegurando as necessárias relações funcionais e sociais não seguia nenhum esquema rígido além do que enunciou e que a igreja assumia uma preponderância, devido à sua dimensão proporcionalmente aos outros espaços e pela sua função; as restantes dependências

[1201] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1202] Ibidem

organizavam-se contiguamente; a localização da sacristia podia ser à esquerda ou à direita da igreja, de acordo com a implantação urbana do edifício e com a situação dos arruamentos; a localização da casa do despacho podia ser em edifício comum à sacristia, nas planimetrias mais simplificadas, ocupando esta o piso térreo e aquela o piso superior (como em Nisa); frisa que, no entanto, nem sempre as áreas são coincidentes: a sacristia é geralmente de menores dimensões, ficando o restante espaço para outras dependências, como em Arouca, Louriçal, ou podia localizar-se em zonas diferenciadas do edifício, no eixo da igreja junto à nave (em Benavente, Montemor-o-Novo), no eixo da igreja, na parte posterior da capelamor (como em Silves), mas que, no entanto, o mais comum é a localização lateral à igreja. Destaca então três modos de organização espacial: Organização paralela: igreja e dependências adossadas a um dos alçados laterais da igreja, quase sempre com a mesma profundidade desta e com o mesmo eixo organizativo interno, podendo ter dois andares; Organização perpendicular: igreja e dependências adossadas a um dos alçados laterais mas com um eixo de desenvolvimento perpendicular ao da igreja em que a construção adossada tem geralmente planta rectangular; Organização em eixo: igreja e dependências organizadas em eixo, na parte posterior da capela-mor . Acresce que esta caracterização organizativa serve-nos de modo indicativo pois em muitas situações a realidade é bastante mais complexa. Por último, destaca a existência de duas igrejas num mesmo conjunto, para além das habituais dependências da Casa da Misericórdia, casos de Alvito e Bragança, que não afloramos por não haver nenhum relacionamento com a situação verificada na Ribeira Grande de Santiago, que tem organização perpendicular (1ª e 2ª imagens da figura 184).

Acerca da construção das casas das Misericórdias no século XVI, Joana Balsa[1203] apresenta informações documentais que se referem às motivações que levam as confrarias a optar pela construção de raiz. Refere que, o principal motivo referido documentalmente é a pequenez do edifício ocupado pela Misericórdia, que não permitia a implementação das suas actividades que se refere à pequenez das igrejas, a que se podem juntar-se outras relacionadas com as características específicas do espaço*:*

[1203] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

"insuficiente, antigo, degrado, localização urbana ... sempre tendo em vista que deveria desempenhar uma função concreta". A decisão de construção de raiz de uma Casa da Misericórdia era tomada pelo provedor e oficiais, em reunião, e registada em acta, por isso existem alguns testemunhos documentais desta decisão, como acontece em Braga e Guimarães, explicita. Afirma:*"A construção de um edifício de raiz para sede da confraria da Misericórdia não foi uma iniciativa prioritária; a prioridade era a ocupação de um edifício que servisse de suporte à acção da confraria, reunião dos oficiais e irmãos para a tomada de decisões, celebração dos ofícios e posteriormente, assistência a pobres e doentes".* Salienta que, quando, no decorrer da evolução das Misericórdias, se decidiu a construção de raiz de um edifício, esta opção estava relacionada com as debilidades físicas do espaço até então ocupado. Um outro aspecto que destacou neste ponto é o facto que, em muitas circunstâncias, os edifícios tenham crescido de forma orgânica, não pensada e organizada, e ia-se ampliando à medida das necessidades e possibilidades, às necessidades de novos espaços ou de dar nova utilização a espaços antigos, possibilidades de adquirir terrenos ou casas, de obter certas doações, ou de construir os edifícios. Indica que, em alguns casos, este processo demorou dezenas de anos[1204].

Explicita Carlos Santos[1205] que a Misericórdia foi instituída em 1497, através de um documento, que nos informa que o rei D. Manuel I determinou que todos os bens das pessoas que falecessem na localidade sem deixar herdeiros e testamento, seriam entregues ao ministrador ou recebedor do hospital, e que deviam ser aplicados depois nas *"obras e ornamentos [do hospital] e coisas que lhe pertencerem"* na Misericórdia da Ribeira Grande. Deliberou que os bens e as fazendas teriam de ser o*"mais proveitosos e rendosos"* possível, o que pressupõe que as obras do hospital já estavam em andamento. Havia pois um grande empenho e urgência na construção do edifício pela coroa, tendo este dotado o hospital de maior autonomia financeira. Refere ainda que as Misericórdias são o resultado de uma herança deixada pelos hospitais medievais, e o Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa, instituída entre 1491 e 1501, segundo José

[1204] Ibidem
[1205]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos -*A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

Ferrão Afonso[1206]. A igreja e a Casa da Misericórdia, com o seu Hospital, foi pois fundada pelo III mo Bispo Dom Frei Francisco da Cruz. Os moradores contribuíram com *"copiosas esmolas"* para a sua construção. Muitos a fizeram herdeira de todos os bens que haviam amealhado, até mesmo muitos morgados, pelo que, as principais terras ou fazendas da época, ou eram da igreja, ou foreiras, ou *"obrigadas por hipotecas"*. Os edifícios desta instituição, a igreja e o Hospital de Todos os Santos, como se designava anteriormente, foram construídos no local onde antes se localizava a igreja do Espírito Santo e resultou da ampliação desta igreja. Baseando-se no fundo de Luís Benavente e de Richter, a respeito da igreja da Misericórdia, Vera Mariz[1207] aponta que a igreja e o hospital da Misericórdia, situados no local da anterior capela de Espírito Santo e adjacente hospital designado até então de Todos os Santos, foram conseguidas através de ampliações das mesmas, após a chegada do bispo D. Francisco da Cruz em 1551, o mesmo tendo dado início à construção da Catedral e do Palácio Episcopal. A igreja, continuando com a orientação canónica da anterior capela, serviu como Sede da Diocese e Sé da Ribeira Grande até finais do século seguinte, fase na qual se ia finalizar a construção da Catedral"[1208].

2.3.2.Caracterização arquitectónica e artística da igreja da Misericórdia.

A Igreja teria um corpo modesto, com pouco volume, sua planta é longitudinal e tem uma nave única e cobertura de duas águas (fotografia de princípios do século XX . IAHN - Catálogo de postais antigos, Cidade Velha). Pode-se observar na fotografia de princípios do século XX, presente na primeira imagem da figura 185, uma torre coroada por um coruchéu, com um espaço aberto que indicava a presença de um janelão, um pequeno muro de forma triangular, no interior, e a marcação da existência de um piso

[1206] AFONSO, José Ferrão - *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdias do Entre-Douro-e-Minho: Arquitectura e Paisagem Urbana*. Barcelos. Santa Casa da Misericórdia. 2012, p. 22. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1207] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1208] Ibidem

interno, possivelmente o coro-alto. A envolver as ruínas da igreja, observa-se um conjunto de muros caídos, que representam eventualmente as enfermarias[1209].

Carlos Santos[1210] refere-se ao depoimento do padre Baltasar Barreira de 22 de Julho de 1604[1211], que escreve que o edifício era *"muito capaz"* e com *"muitas janelas", tendo "uma varanda com escada para fora por onde se sobe à cadeia"*[1212]. Apresenta ainda um documento datado de 26 de junho de 1649, do provedor da Santa Casa da Misericórdia, Pedro de Barros, que nas argumentações que apresenta para realizar obras no complexo pertencente à confraria, mais concretamente o encerramento de uma porta que estabelecia ligação com o coro, refere que a igreja dispunha de escadas, varandas ladrilhadas em tijolos, balaústres e uma tribuna com capacidade para receber o provedor e os irmãos.

Numa fotografia de princípios do século XX, apresentado por Carlos Santos[1213], presente na primeira imagem da figura 182, pode-se observar uma torre coroada por um coruchéu, com um espaço aberto que indicava a presença de um janelão, um pequeno muro de forma triangular, no interior, e a marcação da existência de um piso interno, possivelmente o coro-alto. A envolver as ruínas da igreja, observa-se um conjunto de muros caídos, que representam eventualmente as enfermarias[1214]. A Igreja teria um corpo modesto, com pouco volume, sua planta é longitudinal e tem uma nave única e cobertura de duas águas, conforme o mesmo. Da igreja restam apenas as ruínas da torre sineira de secção quadrada. A torre ostenta ainda cunhais em cantaria e um vão de volta perfeita.

[1209] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.
[1210] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1211] Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 22.07.1604. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. IV, p. 41-48. In PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1212] Ibidem
[1213] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.
[1214] Ibidem

Refere que a igreja da Santa Casa do Misericórdia mediria 76,5 palmos de cumprimento por 37 de largo informações dadas pelo bispo D. Frei António S. Dionísio[1215] e compunha-se da igreja, da Casa da Santa da Misericórdia e do hospital. A igreja tinha a fachada principal virada para a rua da Misericórdia, não muito longe do terreiro principal como era norma. Desta forma a igreja, a casa do despacho e o hospital "que de ordinário se chamava dos cavalos", formavam um grande retângulo alinhado em forma de "U" com um pátio central, utilizado na assistência dos necessitados[1216]. Quanto à disposição dos edifícios pertencentes ao conjunto, a igreja e o hospital estavam lado a lado, separados contudo por dois lanços de escada. Explica que a planta de 1778, do engenheiro António Carlos Andrea, elaborada um século mais tarde, apresenta-nos o complexo da Irmandade com uma aparência de um grande retângulo, mas não apresenta todos os elementos citados pelo provedor Pedro de Barros na sua memória descritiva.

Em relação à escolha do sítio, observa-se que a Misericórdia de Santiago procurou enquadrar-se afastada da Sé, sua contemporânea, e relativamente perto da Igreja paroquial Nossa Senhora do Rosário. Pela observação da planta da cidade da Ribeira Grande, de António Carlos Andreis de 1778, constata-se que o complexo formado pelos edifícios pertencentes à Santa Casa da Misericórdia encontravam-se implantados junto ao terreiro da Misericórdia que tinha o aspecto de um pequeno retângulo, aberto para o norte e não muito afastado do largo do pelourinho, símbolo do poder municipal, da alfândega e do porto. Explicita: *"Essa política de inserção urbana tinha como grande objetivo marcar uma posição forte na vida da urbe, fixando-se o mais próximo possível do que realmente era importante"*, o porto e da alfândega, que representavam a atividade comercial, de onde conseguiam não só acolher os doentes como também defender as donzelas, os escravos, os presos, os roubados, os marinheiros e os

[1215] Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 465-468. In BARCELOS, Cristiano José Sena – Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. 2ª Edição. Vol. I, Parte I, p. 121.

[1216] AHN-CV, RPRF, Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia. Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 3 V.º- 11 V.º de 26.06.1649. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

herdeiros[1217], e a câmara, cadeia e pelourinho, símbolos do poder judicial e municipal[1218].

> *"Essa mesma organização urbana, ligada à Santa Casa da Misericórdia, verifica-se, por exemplo, em São Tomé (c. 1519), onde a Misericórdia com o seu hospital, interligava-se num primeiro momento, finais do século XV e princípios do século XVI, com a torre do capitão, a Sé, e mais tarde a alfândega, a câmara e a cadeia, erguidas ao longo de Seiscentos, ambos localizados num amplo terreiro[1219]; em Luanda (c. 1575), onde a igreja e o edifício da instituição formavam, conjuntamente com o palácio dos Governadores, um largo e importante núcleo na cidade alta[1220]; na ilha de Moçambique, cuja Misericórdia, igreja e hospital, fundados desde o século XVI, estabelecem comunicação com o largo do pelourinho, também denominado largo do teatro e com a alfândega, considerados ainda hoje um espaço central da cidade*"[1221].

Quanto aos espaços construídos, Carlos Santos[1222], referindo-se ao Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia[1223] refere que de um lado se encontrava-se a igreja e do outro o hospital, separados por dois lanços de escada que, com a casa do despacho " a casa dos cavalos", formavam um grande retângulo alinhado em forma de "U" que dava para um pátio central, que era utilizado na assistência aos necessitados[1224] , segundo uma Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada *in MMA,* 2ª série, vol. VI. Este refere ainda que a igreja teria 76,5 palmos de

---

[1217] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - Igreja, Missionação e Sociedade. Fonte: *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Vol. II, p. 492. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1218] Ibidem

[1219] MADEIRA, Teresa - Estudo Morfológico de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. Fonte: Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa. CNCDP. 1998, p. 254-255. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1220] MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva - *Luanda a Cidade e a Arquitectura*. FAUP. Porto. Tese de Doutoramento. 2000; SILVEIRA, Luís da - *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa.1956. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1221] Fonte: Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia. AHN-CV, RPRF. Setembro de 1768 [N.º 1], fl. 3 V.º- 11 V.º de 26.06.1649. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1222] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - Igreja, Missionação e Sociedade. Font:. *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Vol. II, p. 492. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1223] Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia. AHN-CV, RPRF. Setembro de 1768. [N.º 1], fl. 3 V.º- 11 V.º de 26.06.1649. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1224] Carlos Santos refere que a planta de 1778 do engenheiro António Carlos Andreis, elaborada um século mais tarde, não apresenta, na sua memória descritiva, todos os elementos citados pelo provedor Pedro de Barros, e apresenta-nos no seu mapa, o complexo da Irmandade com uma aparência de um grande retângulo. Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

comprimento por 37 de largo, medidas aludidas pelo bispo D. Frei António S. Dionísio[1225].

Referindo-se a Moreira[1226] explica a localização do templo, a igreja tinha a fachada principal virada para a rua da Misericórdia, não muito longe do terreiro principal como era norma. Afirma que, desta forma, as Misericórdias assumiam uma relação íntima com o espaço público, expressada não somente no plano físico do núcleo construído, mas também, como "um continuum vivo", agregando os habitantes, a história e a cidade[1227]. Misericórdia era formada pela união entre a igreja, a Casa da Santa da Misericórdia e o hospital. No que respeita ainda à localização, a Misericórdia de Santiago procurou enquadrar-se afastada da Sé, sua contemporânea, e relativamente perto da Igreja paroquial Nossa Senhora do Rosário. Pela observação da planta da cidade da Ribeira Grande, de António Carlos Andreia de 1778, constata-se que o complexo formado pelos edifícios pertencentes à Santa Casa da Misericórdia encontravam-se implantados junto ao terreiro da Misericórdia que tinha o aspecto de um pequeno retângulo, aberto para o norte e não muito afastado do largo do pelourinho, símbolo do poder municipal, da alfândega e do porto. Essa política de inserção urbana tinha como grande objetivo marcar uma posição forte na vida da urbe, fixando-se o mais próximo possível do que realmente era importante, isto é, do porto e da alfândega, que representavam a atividade comercial, de onde conseguiam não só acolher os doentes, como também defender as donzelas, os escravos, os presos, os roubados, os marinheiros e os herdeiros e a câmara, cadeia e pelourinho, símbolos do poder judicial e municipal", conclui o mesmo, citando "Igreja, Missionação e Sociedade"[1228]. Acrescenta, citando Teresa Madeira[1229], e Isabel Maria Nunes da Silva Martins[1230], que

[1225] Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª série. Vol. VI, p. 465-468. Cristiano José Sena Barcelos, ob. cit., 2ª edição, vol. I, parte I, p. 121. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1226] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. Fonte: *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração.* Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1227] José Ferrão Afonso, *ob. cit*., pp. 18-19. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1228] SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João - *Igreja, Missionação e Sociedade*.Fonte: História Geral de Cabo Verde. Vol. II, p. 492. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1229] MADEIRA, Teresa - Estudo Morfológico de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. Fonte: *Universo Urbanístico Português* 1415-1822. Lisboa. CNCDP. 1998, p. 254-255. In

esta mesma organização urbana verifica-se, por exemplo, em São Tomé (c. 1519), onde a Misericórdia com o seu hospital, interligava-se num primeiro momento, finais do século XV e princípios do século XVI, com a torre do capitão, a Sé, e mais tarde a alfândega, a câmara e a cadeia, erguidas ao longo de Seiscentos, ambos localizados num amplo terreiro e em Luanda (c. 1575), onde a igreja e o edifício da instituição formavam, conjuntamente com o palácio dos Governadores, um largo e importante núcleo na cidade alta. Do mesmo modo, na ilha de Moçambique, Misericórdia, igreja e hospital, fundados desde o século XVI, estabelecem comunicação com o largo do pelourinho, também denominado largo do teatro, e com a alfândega, que são considerados ainda hoje um espaço central da cidade[1231].

No capítulo II, que versa sobre a História e Património das Misericórdias, em que se refere aos aspectos essenciais da história das Misericórdias, nomeadamente a sua fundação e difusão, e caracteriza a sua acção e o modo como estes elementos se relacionam com os aspectos artísticos e arquitectónicos, aborda as especificidades das confrarias da Misericórdia como encomendantes de objectos artísticos, tema que não sistematizado até àquela data pela historiografia, destacando o que a produção artística das Misericórdias tem de mais característico e que se relaciona com o carisma da confraria, com a sua história e acção caritativa. No primeiro ponto escreve acerca das Confrarias da Misericórdia em Portugal, sua fundação e difusão, em que destacamos os seguintes aspectos a seguir mencionados, que se revestem de relevância para a nossa dissertação:

> *"A história das Confrarias da Misericórdias um dos temas que se relaciona com vários motivos, designadamente, o carácter filantrópico das Santas Casas, a ideia de que esta era uma forma assistencial exclusivamente portuguesa, a data de criação das confrarias; a data de criação das*

SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1230] MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva - *Luanda a Cidade e a Arquitectura*. Tese de doutoramento. FAUP. Porto. 2000; SILVEIRA, Luís da - Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, Lisboa, 1956. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

[1231] MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva - *Luanda a Cidade e a Arquitectura*. Tese de doutoramento. FAUP. Porto. 2000; SILVEIRA, Luís da - Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, Lisboa, 1956. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2016.

confrarias coincide com o reinado de D. Manuel I, época dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, considerado um dos períodos mais relevantes da História de Portugal"[1232].

Salienta o facto destas motivações terem incentivado a que este tema fosse largamente debatido em estudos mais ou menos longos, e de maior ou menor profundidade, seguindo abordagens mais ou menos científicas. Ainda neste sub-capítulo, alerta que não podemos esquecer que as Misericórdias são instituições com mais de 500 anos, que ainda hoje permanecem em acção e que a sua organização, modo de funcionamento, prática assistencial, se modificou desde a fundação da primeira Misericórdia até à actualidade, em articulação com a evolução política, social, económica e cultural do país e do mundo. E acrescenta que, por isso, os ideais evangélicos da caridade deram lugar à filantropia, beneficência e solidariedade, aos pobres e cativos, aos idosos e crianças, às albergarias, às unidades de cuidados continuados e creches, entre outros. E acrescenta*: "Isto não significa que não existam permanências ideológicas e de prática, apenas que se reconhece à situação uma grande complexidade bem patente em alguns estudos que se têm realizado", indicando outras leituras acerca deste assunto"*[1233].

No ponto seguinte, que se refere à instituição da confraria da Misericórdia de Lisboa, alude que a instituição da irmandade e confraria da Misericórdia de Lisboa iniciou o processo de criação e difusão das Confrarias da Misericórdia e que a primeira Misericórdia foi fundada no dia 15 de Agosto de 1498, numa capela do claustro da Sé de Lisboa, *"sob o titollo e nome e envocaçom*" de Nossa Senhora a Virgem Maria da Misericórdia. Como orago e dia de festa, celebrada a 2 de Julho, foi escolhida a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel *"por que naquelle dia Nossa Senhora fez misericórdia com Sancta Isabel"*. Refere-se também à acção da rainha D. Leonor a favor desta confraria. Afirma que a fundação das Misericórdias deve ser entendida dentro de um amplo contexto religioso e social de transição de finais da Idade Média para a Idade Moderna, e que a sua multifacetada acção convoca questões relacionadas com o conceito de pobreza e de assistência, com a prática e a função da caridade e da esmola, com a renovação e as características da espiritualidade da época, como formas

[1232] Ibidem

[1233] Ibidem

de afirmação política e social, com a função das confrarias de leigos, entre outras questões .

No que respeita à difusão das Confrarias da Misericórdia, explica que, após a fundação da confraria da Misericórdia de Lisboa, foram constituídas e organizadas outras Misericórdias em outros locais do país e do espaço além-mar ocupados pelos portugueses, seguindo a mesma lógica. Afirma que o processo de difusão, motivado por vários factores, foi bastante célere e abrangeu uma área geográfica vasta, um dos mais importantes para esta rápida expansão inicial, destacando o empenhamento pessoal de D. Manuel I neste processo, que se realizou através da redacção de documentos, do envio de oficiais régios que localmente incentivarem à formação das confrarias e da atribuição desta tarefa a funcionários administrativos. Apresenta o exemplo de uma carta do rei ao município do Porto a 14 Março 1499, em que este evidencia a sua vontade em ver instituída a confraria da Misericórdia em todas as vilas do reino, tendo Lisboa como modelo. Afirma que, o facto de algumas das primeiras instituições ocorreram em locais com uma maior ligação à casa real e ao rei (Beja, Évora Santarém, Montemor-o-Novo), comprova esta situação[1234].

Quanto aos privilégios concedidos pelo rei, aponta a exclusão de desempenho de cargos concelhios, pagamento de impostos municipais ou participação em procissões, obrigações impostas pelos concelhos aos seus moradores. Assinala que à medida que as confrarias se iam fundando, exigiam os privilégios das suas congéneres, demonstrando com documentos da época. Aponta outros factores que teriam influenciado a rápida difusão das Misericórdias , como sejam, o seu carácter assistencial, pois a acção desenvolvida pelas confrarias iria dar respostas a situações que as instituições de assistência ligadas ao poder local temporal e ao poder local espiritual, se mostravam incapazes de solucionar .

No que respeita ao crescimento e consolidação desta instituição em Portugal, do ponto de vista geográfico e institucional, refere que as Misericórdias foram alargando o seu campo de acção e os serviços prestados, estimando-se que durante os finais do século

[1234] Ibidem

XV e no século XVI, haviam sido fundados cerca de duzentas e sessenta confrarias da Misericórdia em Portugal continental. Relativamente ao modelo, assegura que a acção destas confrarias foi de tal modo adaptado e adaptável às necessidades e vivências de cada época, que se manteve até aos dias de hoje com grande vitalidade, o que ajuda a explicar o movimento ininterrupto de fundações do século XV ao XX. Explica que as características sociais e económicas dos finais século XV colocaram novas questões e exigiram novas respostas das instituições de assistência. Assim, nas últimas décadas da centúria de Quatrocentos inicia-se um processo denominado reforma e modernização das instituições de assistência promovido pela coroa e na qual se destaca a reorganização das instituições assistenciais de origem medieval, o Regimento das Capelas e Hospitais, a criação das Misericórdias e o Regimento das Capelas e Hospitais, procurava impor a fiscalização régia sobre o cumprimento das vontades testamentárias e sobre a gestão de capelas, confrarias, hospitais e albergarias através dos contadores das Comarcas. Apresentando uma vasta bibliografia , explicita ainda que, enquanto confrarias assistenciais, as Misericórdias portugueses seguiram padrões europeus comuns marcados pela influência religiosa católica, mas evidenciando algumas particularidades regionais. Explica que, no caso de Portugal, essas particularidades referem-se ao cumprimento de um programa abrangente, as 14 Obras de Misericórdia, e a uma autonomia face à tutela da igreja. Esta experiência foi exportada mas, não deixa de ser um modelo local, subsidiário dos contributos italianos que desenvolveram os modelos assistenciais adoptados pela Europa na Época Moderna (grandes hospitais, rodas, hospitais de expostos, concessão de dotes, recolhimentos, Misericórdias). No entanto, as confrarias da Misericórdia portuguesas distinguem-se das suas congéneres da Europa do Sul, nomeadamente das Misericórdias de Espanha e de Itália; pois em Portugal assumiram-se como o elemento organizador da assistência nos territórios nacional e além-mar. Afirma que não existem Misericórdias semelhantes às portuguesas, ao nível da função e organização, fora da área de administração ou influência de Portugal, inclusivamente que Isabel dos Guimarães Sá afirma que *"as diferentes confrarias com invocação ou designação de Misericórdia existente na Europa do Sul tinham pouco em comum entre elas [...] nenhuma se assemelhava às confrarias portuguesas do mesmo nome, com as quais partilharam a invocação e pouco*

mais" ou seja, que *"a designação de Misericórdia obedece mais a uma invocação do que a um tipo específico de confraria"*[1235].

No respeitante à acção, devoção e arte da Misericórdia, Pinho Balsemão[1236] refere-se em primeiro lugar à organização, salientando que Misericórdias portuguesas eram constituídas essencialmente por leigos, assumindo-se desde sempre não como *"instituições clericais mas criação da actividade cristã dos leigos"* . Alude ainda: ao estatuto especial que detinham como confrarias de cariz religioso, mas laicas, sob protecção e jurisdição régia, reforçada pelas determinações do Concílio de Trento ; que estavam sob a autoridade episcopal apenas para questões relacionadas com o culto ; que a acção das confrarias era regulamentada pelo Compromisso, que descrevia minuciosamente os objectivos, as normas de funcionamento, os cargos, o modo de organização e gestão, assim como as actividades a implementar , lembrando que na actividade caritativa das Santas Casas salientava-se uma dupla dinâmica: uma que direccionava a confraria para o exterior, consubstanciada na assistência aos necessitados através do cumprimento das Obras de Misericórdia; e outra vocacionada para o interior da confraria, para uma proposta espiritual a ser vivida pelos confrades, tendo por base a penitência.

Quanto à "Prática assistencial" informa que a actividade caritativa das Misericórdias, no seu todo, incluindo as suas múltiplas vertentes, tinha uma dimensão assistencial propriamente dita e outra de cariz religioso *"mas apenas entendível no âmbito da caridade"*. Aponta, consultando Correia (CORREIA, 2000) que da acção assistencial das Misericórdias, em sentido estrito, destacam-se a recolha de esmolas necessárias para a prática da caridade, a assistência a pobres doentes ou doentes presos (visitar em casa ou no hospital, dar pousada, comida, esmolas, medicamentos, promover a visita do médico e do capelão, vestir); assistência a presos pobres (visitar, dar comida, vestir), pobres envergonhados (visitar, dar esmolas); enterramento dos condenados à morte (acompanhamento processional até ao local de execução, recolha dos restos

[1235] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1236] Ibidem

mortais)[1237]. A actividade assistencial, tida como intensa pela autora, era complementada e entroncava numa também diversificada acção espiritual. Refere ainda que da acção cultual e celebrativa, destacavam-se as celebrações litúrgicas, com ênfase para os sufrágios das almas de defuntos, irmãos, benfeitores e condenados bem como as procissões com forte carácter devocional e penitencial. Marca a existência de dois momentos fortes: a Quaresma e o dia da Visitação, estando a primeira ligada à espiritualidade da confraria e a segunda ao seu quotidiano, sendo que ambas vão influenciar as práticas e os objectos devocionais desenvolvidos pelas Misericórdias[1238].

Dado que as Misericórdias foram importantes na definição de um sistema assistencial nacional, o Estado decide promover um controlo "mais circunscrito" às suas actividades. Em 1835, o Estado exige orçamentos anuais das Misericórdias, ordena aos governadores civis que verifiquem as contas dos hospitais e Misericórdias, e que procedam à fiscalização dos seus bens e da sua administração. Em 1836, os administradores dos concelhos passam também a ter competência para o controlo da contabilidade das confrarias. A 22 de Junho de 1866, o Estado promulga a lei da desamortização de bens das Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Irmandades, Confrarias, Recolhimentos, Hospitais e Misericórdias . Assim, os bens de mão-morta, os bens que não podiam ser transmitidos ou alienados, passam a estar sujeitos ao direito comum, o património das Misericórdias não necessário às actividades caritativas foi vendido em hasta pública e o seu valor convertido em títulos do Estado. Explicita acerca deste assunto: as Catedrais e colegiada representavam os edifícios, e consequentemente, as instituições religiosas mais importantes e prestigiadas em cada uma das cidades; às Misericórdias recém fundadas, através dos seus promotores, dava-se a oportunidade de se associarem a elas; Os Franciscanos eram a única ordem religiosa associada às Misericórdias com a utilização dos seus conventos como locais iniciais de instalação da confraria, provavelmente devido ligações entre os promotores destas confrarias e estes conventos; de igual modo, e tendo como datas de fundação, 1499, 1505, 1519 respectivamente, ou seja, ainda em vida da Rainha D. Leonor, pelo que este facto não estaria alheia a esta relação. Foram ocupadas maioritariamente

[1237] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1238] Ibidem

capelas e ermidas. Em alguns casos estas construções religiosas estavam sem culto no momento da ocupação, em outras estavam relacionadas com confrarias e posteriormente iam ser anexadas às Misericórdias. Esclarece[1239] ainda, que as confrarias do Espírito Santo são vistas por alguns autores como antecessoras directas das Misericórdias e que sabe-se que muitas confrarias do Espírito Santo foram anexadas às Misericórdias, mas que existem bastantes diferenças entre ambas ao nível da estrutura organizativa e funções religiosas e cultuais. Considera a situação bastante complexa e assinala, *"parece não existir um padrão"*, mas, no entanto, apresenta uma análise individual de cada caso, acerca de situações que se verificavam no continente.

No que respeita à Misericórdia em Cabo Verde, aos seus rendimentos e manutenção, Baltazar Neves[1240] escreve que em relação às misericórdias, de uma forma geral, todas dependiam não só dos bens legados pelos instituidores, como dos encargos de missa pela salvação das almas dos defuntos. Porém, tal não significa que prescindissem de outras fontes de rendimento. Assim, não se surpreende que, segundo ainda Laurinda Abreu, tendo em conta o quadro que se viveu desde as primeiras décadas do século XVII, os apelos das misericórdias à generosidade régia fossem cada vez mais ténues, mas que, em relação a Cabo Verde, na realidade, estamos perante uma situação delicada porque, enquanto a Misericórdia de Lisboa recebe esmolas do Arquipélago de Cabo Verde, a da Ribeira Grande de Santiago vive momentos de apuros. Para o mesmo, duas respostas poderiam estar na base desta contradição: a primeira, constituída por duas vertentes anteriores à fundação da Misericórdia da Ribeira Grande: em primeiro lugar, sempre fora prática comum, os nobres e pessoas de muitas posses legarem parte dos seus bens à Misericórdia de Lisboa, como recompensa e garantia de salvação de suas almas do inferno; em segundo lugar, pela legislação vigente, também anterior à criação da Misericórdia em Cabo Verde, obrigava-se que os dízimos, multas e várias outras formas de benefícios fiscais fossem encaminhados à irmandade de Lisboa.

[1239] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1240] NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.

Refere ainda que com o impulsionamento da Misericórdia em Cabo Verde, em meados do século XVI, estas medidas não foram desactivadas, e que, talvez fosse por isso, que houve um movimento de apoio, por parte da Coroa, em direcção à Misericórdia de Santiago, concedendo-lhe expressivas esmolas, em especial, durante o último quartel do século XVI e início do século XVII, o que não deixava de representar, no entanto, uma contradição, já que seria mais adequado utilizar as existentes localmente. Refere que, a segunda fundava-se, certamente, na pobreza congénita do Arquipélago, em que a Coroa se via obrigada, periodicamente, a encaminhar apoios às vítimas das fomes, das epidemias, dos ataques de pirataria e de assaltos dos corsários que, regular e impunemente, afrontavam os habitantes das ilhas e, em particular, a Ribeira Grande, na ilha de Santiago; que muitas medidas foram tomadas para melhorar, não só a situação catastrófica da Província, como para tentar regularizar os serviços de socorros, o que ajuda a perceber que, nessa data, em Cabo Verde, houve a preocupação de mandar regulamentar a administração dos socorros, permitindo que todos os interesses justos fossem atendidos, para que a ausência de critérios não permitisse, *"qualquer abuso proveniente da indolencia ou eguismo, bem como as especulações deshumanas que mais uma vez tem explorado ali as calamidades"*, segundo Michel Mollat. Com certeza, o objectivo seria estabelecer um certo equilíbrio social, explica o mesmo. Apresenta o apelo que faz Michel Mollat para não se perder de vista o seguinte conselho de Maquievel: *"tenir le peuple dans la pauvreté pour qui'l reste calme"*. Refere ainda que, em Santiago, como em todas as ilhas do Arquipélago, de um modo geral, as fomes, consequências das cíclicas e prolongadas secas, periodicamente dizimavam e reduziam a população de forma violenta. No entanto, afirma que a solução do fenómeno da fome nunca fora pacífico entre as autoridades e as populações locais: na ausência de medidas que atenuassem a crise, o descontentamento generalizava-se e suscitava a cólera dos pobres contra as autoridades, e contra os especuladores que, sempre que houvesse fome, procuravam tirar partido da situação. Avança que, perante as calamidades, os fins das confrarias eram subvertidas e os seus bens despojados em benefício dos seus provedores, mas que estas práticas não foram exclusivas das confrarias em Cabo Verde. Segundo o mesmo, para Jacques Revel[1241], já durante a Idade Média, estas corporações

[1241] REVEL, Jacques – A invenção da sociedade. Edição Portuguesa. DIFIL. Lisboa. 1990. In NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.

padeciam de abusos dos seus administradores, situação que manteve ou piorou durante os séculos posteriores . Alude que, ganhando carácter universal, nos territórios sob administração colonial portuguesa, esta vigarice remota, transformou-se na questão mais chocante de todas as misericórdias e das confrarias em geral. Apresenta o que António Pacheco[1242], ao analisar os aspectos de solidariedade social na Índia Portuguesa dizia: que o destino dos fundos da "casa dos Cathecumenos", havia muito que ficaram só para luxo, isto é, para o custeio do estabelecimento e mantença dos seus funcionários. E conclui:

> *"Enquanto aos da Casa de Misericórdia, há muito estavam convertidos em afilhadagem e apanagio d'administrações facciosas […] e a applicação dos seus fundos se conforma com o objectivo da instituição, e finalmente se teem feito n'ella os melhoramentos, que a saã e ortodoxa doutrina e o progresso dos estabelecimentos de benefeciencia, hoje nos ensina, e que em todos os paízes civilisados se teem posto em practica. Confirma-se mais uma vez, que não é o inventor de uma máquina quem, normalmente, o monta e a põe a funcionar, mas sim o operário. É nas mãos deste que todas as experiências se revelam: boas e más. De facto, todos desejavam montar o cavalo, mas alimentá-lo para poder manter a firmeza, eram contas do outro"rosário"*[1243] .

No respeitante à extinção e desmantelamento da Misericórdia, Joana Balsa Pinho[1244] esclarece:

> *"O sistema utilizado foi o da obrigatoriedade da venda e a aplicação do produto em títulos de dívida pública, mas o processo de alienação escolhido foi o pior possível. É que a lei determinava que se realizasse o inventário de todos os prédios rústicos e urbanos, foros, censos, quinhões e pensões cuja relação se remetia ao poder central. Era este que anunciada a venda no Diário do Governo, procedia posteriormente à alienação em hasta pública na capital do distrito e sem a intervenção das misericórdias. Determinava-se também que, se não houvesse comprador, o preço seria reduzido em 10% sucessivamente até ao mínimo de um décimo do seu valor ou cinco vezes o seu rendimento"*[1245].

[1242] António Pacheco
[1243] NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.
[1244] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1245] Ibidem

Refere que, com a implantação da República, as Misericórdias continuam a ser tratadas como associações de beneficência laicas. Como tal, o Estado considerava-se com o direito de aprovar as Comissões Administrativas que as geriam. No ano de 1911, todas as Misericórdias tiveram de reformar os seus compromissos, na sequência do Decreto-Lei de 20 de Abril, da Separação do Estado e da Igreja. Este limitou ao máximo de 30 anos a duração dos encargos pios, e obrigou as corporações de assistência, incluindo as Misericórdias, à redução das despesas cultuais até um terço dos seus rendimentos, e a dois terços do que habitualmente gastavam com o culto. Refere ainda que, este processo, ocorrido desde a segunda metade do século XIX, teve algumas vezes consequências negativas para o património arquitectónico das Misericórdias, nomeadamente para alguns dos edifícios construídos durante o século XVI: deficiente conservação e manutenção dos espaços e do património integrado, abandono, venda, demolição e alteração para novos usos. O património artístico móvel e arquivístico também ficou prejudicado; em muitos destes casos o património é vendido e os documentos, pela sua natureza mais frágil, dispersos. O património móvel e documental que não se perdeu, foi integrada em outras instituições culturais, tais como, arquivos distritais, municipais ou de outras Misericórdias, igrejas paroquiais e museus locais. São dessacralizadas e descaracterizadas, exterior e/ou interiormente, e foram atribuídas novos usos os edifícios das Misericórdias. Foi portanto um período complexo, com repercussões arquitectónicas. E explicita: *"Estas transformações nos edifícios, e/ou o seu desaparecimento, vão ter impacto na definição da realidade arquitectónica das Misericórdias; em muitos exemplos é impossível identificar com certeza a planimetria original, assim como, elementos como fachada principal, organização espacial, decoração, coberturas, entre outros"*[1246].

Com a implantação da República, as Misericórdias continuaram a ser tratadas como associações de beneficência laicas. O Estado tinha o direito de aprovar as Comissões Administrativas que faziam a gestão destas instituições. Explicita que, em 1911 todas as Misericórdias introduziram reformas aos seus compromissos, aquando da Separação do Estado e da Igreja, devido ao Decreto-Lei de 20 de Abril, que limitou a duração dos

[1246] [1246] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

encargos pios num máximo de 30 anos, e obrigou as corporações de assistência à redução das despesas cultuais até um terço dos seus rendimentos, e a dois terços do que habitualmente gastavam com o culto, incluindo as Misericórdias. Afirma que, esta situação que teve lugar a partir da segunda metade do século XIX, teve algumas vezes consequências negativas para o património arquitectónico das Misericórdias, nomeadamente, para alguns dos edifícios construídos durante o século XVI: deficiente conservação e manutenção dos espaços e do património integrado, abandono, venda, demolição e alteração para novos usos. Assinala também que o património artístico móvel e arquivístico também ficou prejudicado, em muitos destes casos o património é vendido e os documentos, pela sua natureza mais frágil, dispersos, sendo que, nas situações em que o património móvel e documental não se perdeu, integrou outras instituições culturais: arquivos distritais, municipais ou de outras Misericórdias, igrejas paroquiais e museus locais[1247].

Os bens da Misericórdia da Ribeira Grande teriam provavelmente o mesmo fim que as casas de misericórdia do continente português. Reportando à construção da Igreja e o Hospital da Misericórdia, é de referir que foi construída na mesma época que a Sé. Esta resistiu durante mais tempo. Actualmente restam as ruinas da torre, restauradas.

2.3.2.1. Arquitectura das casas das Misericórdias no século XVI: tipologias.

Joana Balsa Pinho[1248], ao analisar os trabalhos realizados acerca da tipologia das Misericórdias, nomeadamente a de Paula Noé (NOÉ, Paula - As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica [1249]), concluiu que a definição e caracterização as especificidades tipológicas apresentadas por algumas igrejas das

[1247] [1247] PINHO, Joana Balsa - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1248] Joana Balsa Pinho.ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1249] NOÉ, Paula – Património Arquitectónico. Igrejas de Misericórdia. 2010; NOÉ, Paula - Ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo. In Joana Balsa Pinho.ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

Misericórdias estão estabelecidas desde meados do século XX, mas que considerava pertinente o desenvolvimento de investigações com outras abordagens e critérios, privilegiando um entendimento do fenómeno arquitectónico, no contexto das Misericórdias como um organismo social e cultural. Assim, procedeu ao levantamento sistemático e exaustivo de todos os edifícios que se integraram em determinados critérios pré-definidos para poder caracterizar e aferir de forma segura a representatividade de cada tipologia construtiva e variantes, e procurou integrar a tipologias das igrejas das Misericórdias no contexto da arquitectura portuguesa quinhentista, estudar relações de influência e modelos, o que levou a que avaliasse as especificidades identificadas pela bibliografia, verificar se determinados elementos arquitectónico são específicos ou apenas característicos das igrejas das Misericórdias e em que, e como, efectivamente, estas construções se diferenciam da restante produção arquitectónica quinhentista. Acerca da arquitectura das casas das Misericórdias no século XVI, apresenta informação documental que se refere as motivações que levam as confrarias a optar pela construção de raiz. Refere que o principal motivo referido documentalmente é a pequenez do edifício ocupado pela Misericórdia que não permitia a implementação das suas actividades que se refere à pequenez das igrejas, a que se podem juntar-se outras relacionadas com as características específicas do espaço: "insuficiente, antigo, degrado, localização urbana ... sempre tendo que deveria desempenhar uma função concreta". A decisão de construção de raiz de uma Casa da Misericórdia era tomada pelo provedor e oficiais, em reunião, e registada em acta; por isso existem alguns testemunhos documentais desta decisão, como acontece em Braga e Guimarães . *"A construção de um edifício de raiz para sede da confraria da Misericórdia não foi uma iniciativa prioritária; a prioridade era a ocupação de um edifício que servisse de suporte à acção da confraria: reunião dos oficiais e irmãos para a tomada de decisões, celebração dos ofícios e posteriormente assistência a pobres e doentes".* Salienta novamente que, quando, no decorrer da evolução das Misericórdias, se decidiu a construção de raiz de um edifício, esta opção estava relacionada com as debilidades físicas do espaço até então ocupado. Um outro aspecto que destacou também neste ponto é o facto que, em muitas circunstâncias, os edifícios foram crescendo de forma orgânica, não pensada e organizada, e ia-se ampliando à medida das necessidades e possibilidades; necessidades de novos espaços ou de dar

nova utilização a espaços antigos, possibilidades de adquirir terrenos ou casas, de obter certas doações, de construir os edifícios; em alguns casos este processo demorou dezenas de anos[1250].

Ao referir-se aos vários trabalhos escritos sobre a Misericórdia, afirma que um outro domínio que não pode ignorar as Misericórdias é a História da Arte e que nestes vários séculos, as Santas Casas, foram reunindo um extenso património artístico, fruto da sua acção encomendante e proveniente de benfeitores, e da anexação de outras instituições. Refere também que há cerca de duas décadas iniciou-se um processo de consciencialização da importância deste vasto e variado património que desencadeou um conjunto de iniciativas de preservação, valorização e dinamização do espólio artístico das Misericórdias. Dedicou o primeiro capítulo da sua dissertação ao estado do conhecimento e investigação sobre a produção arquitectónica das Misericórdias no século XVI. Neste estudo aponta que recorrereu a fichas analítico-descritivas e a tabelas para sistematizar toda a informação de cada edifício, *"a édita e a inédita",* remetendo sempre para a obra em questão, as linhas de pesquisa seguidas e o conjunto de conhecimentos que outros investigadores desenvolveram, e que constituíram o ponto de partida do trabalho que desenvolveu. Refere-se a uma vasta bibliografia que separa os temas, o histórico, o artístico, etc, mas dá ênfase a uma obra que é histórica. No entanto, na parte apresentada na sua dissertação, acerca da pintura, esculturas e talha nas Santas Casas da Misericórdia portuguesas (séculos XVI – XXI) que se integra no volume X de Portugaliae Monumenta Misericordiarum[1251], a mesma não menciona a Santa Casa da Misericórdia de Cabo Verde.

Das obras que se referem a questões relacionadas com a caracterização da produção arquitectónica das Misericórdias durante o século XVI, destaca que o estudo mais

[1250] Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1251] PAIVA, José Pedro (coord.) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 10 (no prelo). In Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

aprofundado sobre esta questão é da autoria de Rafael Moreira[1252], e denomina-*se "As Misericórdias: um Património Artístico da Humanidade"* que foi publicado em 2000 no catálogo *"500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração"*[1253]. São cerca de trinta páginas dedicadas a debater a arquitectura das igrejas das Misericórdias. Defende que este estudo é o mais abrangente e global, em termos geográficos e cronológicos, procurando uma síntese. Rafael Moreira[1254] considera o tema da tipologia arquitectónica das igrejas das Misericórdias *"um dos capítulos mais densos e originais – mas incompreensivelmente, talvez o menos estudado – dentro da história da arquitectura portuguesa e do mundo luso, sem paralelo no resto do mundo"*[1255]. Realça que António Nogueira Gonçalves[1256], em consequência do trabalho desenvolvido no âmbito do inventário artístico, publicado em 1953, pela Academia Nacional de Belas-Artes, analisou várias Igrejas das Misericórdias do centro do país, e que desta análise, o autor concluiu que estas igrejas "apresentam-se umas, com um aspecto de tipo particular, outras com o geral de qualquer igreja"[1257]. Neste contexto, o autor definiu o que entendia por arquitectura "habitual nas Misericórdias do baixo Mondego", nomeadamente, utilizando a expressão igreja do "tipo de Misericórdia"[1258]; e acrescenta que, estas *igrejas "do tipo de misericórdia apresentam de essencial: larga nave, três retábulos na parede do topo da cabeceira, inseridos em arcos "abertos no topo da mesma nave"*; estes retábulos são designados por capelas, podendo aparecer

[1252] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

[1253] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

[1254] Ibidem

[1255] Explicita que o estudo de Rafael Moreira foi precedido de outros importantes contributos para a definição da tipologia específica das igrejas das Misericórdias. Nas imagens que apresenta, verifica-se a existência de traços comuns mas de outros próprios de cada edifício. Fonte: MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração.* Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. 2000. In Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1256] Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1257]GONÇALVES, António Nogueira - O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra. *Revista Ocidente*. Lisboa. Editorial Império. Vol. LXVI.313. Maio de 1964, p. 223. In Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1258] Ibidem

fundidos numa composição única, estando sempre *"levantados sobre um envasamento que forma plano alto e ao qual se sobe por duas escadas laterais ou só por uma medial"*[1259]. Após ter estudado várias obras que se referem à Misericórdia e características arquitectónicas das edificações, conclui Balsa Pinho[1260] que a definição e caracterização das ditas especificidades tipológicas apresentadas por algumas igrejas das Misericórdias que estão estabelecidas desde meados do século XX, mas que considerava pertinente o desenvolvimento de investigações com outras abordagens e critérios, tal como a que apresentava, privilegiando um entendimento do fenómeno arquitectónico no contexto das Misericórdias como um organismo social e cultural. Para isso, considerava fundamental algo que não se verifica nos estudos já realizados: o levantamento sistemático e exaustivo de todos os edifícios que se integrem em determinados critérios pré-definidos, para poder caracterizar e aferir de forma segura a representatividade de cada tipologia construtiva, e variantes. Foi também relevante para a mesma, integrar as tipologias das igrejas das Misericórdias no contexto da arquitectura portuguesa quinhentista, e estudar relações de influência e modelos, ou seja, avaliar as especificidades identificadas pela bibliografia, se determinados elementos arquitectónico são específicos ou apenas característicos das igrejas das Misericórdias e, em que, e como, efectivamente, estas construções se diferenciam da restante produção arquitectónica quinhentista. É um pressuposto que vai de encontro ao nosso tema e a apresentamos aqui, em breves palavras.

Assim, no respeitante ao *"Desenvolvimento das tipologias (século XVI – XVIII)"* apresenta o contributo de Rafael Moreira[1261], publicado sobre a forma de artigo *no "Catálogo da Exposição 500 das Misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração"*[1262], um estudo que propõe uma leitura sobre a definição e

[1259] CORREIA, Vergílio, GONÇALVES António Nogueira, - Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa .1953, p. XXVII e 151. In Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1260] Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1261] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

[1262] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia.

desenvolvimento das tipologias arquitectónicas destes edifícios. Indica que este estudo tem o mérito de ser o primeiro e mais consistente texto escrito sobre esta temática concreta, mas que em alguns casos é difícil a sua compreensão, pela dispersão das ideias, pela imprecisão dos termos utilizados para a descrição arquitectónica e para a designação de edifícios; que em todo o artigo não há referências documentais nem bibliográficas para as atribuições, e muitas afirmações não são exemplificadas.

Citando Moreira[1263] explicita ainda que a segunda metade do século XVI seria o período caracterizado pela *"definitiva fixação e enriquecimento pela incorporação de outros contributos"* mas que existiram também a adopção de outras tipologias em simultâneo como Porto, Guimarães, Aveiro e Faro; que a fase clássica, correspondente ao século XVII, é caracterizada por Rafael Moreira[1264] como o período de difusão do modelo a grande escala, mas sem rasgos criativos e que o século XVIII, é a época em que *"a tipologia clássica entra em crise e é abandonada e substituída pelos modelos mais variados e atraentes do barroquismo"*, e que muito pouco têm a ver com o modelo definido no século XVI; que este movimento generaliza-se por todo o país, originando a fase ecléctica. Alude ainda a uma outra questão pertinente, a definição clara da chamada igreja *"tipo Misericórdia"*, que Rafael Moreira (MOREIRA, 2000) explicitara em pontos autónomos, no seguimento do que foi escrito por outros autores, mas que, ao longo do texto, interpreta de outra forma, apresentando questões levemente afloradas por este, que ganham nova importância no contexto da investigação que ela encetara, e que necessitam de respostas: *"localização urbana dos edifícios e uso de espaços preexistentes; relacionam-se com um posicionamento específico face ao espaço construído que assumiu vários contornos ao longo da história das Misericórdias, com o assumir de uma identidade de grupo e com opções arquitectónicas concretas".* Conclui dizendo que o estudo que propusera justificava a necessidade de uma abordagem global ao fenómeno da produção arquitectónica das Misericórdias, que se assente num levantamento sistemático dos edifícios e que foque outros temas que vão mais além de

Lisboa. 2000. In Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1263] Ibidem

[1264] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

uma caracterização tipológica que complementaria o que já se havia escrito até agora acerca da Misericórdia em Portugal e da arquitectura dos edifícios do sec. XVI desta instituição.

Concluindo, Joana Balsa Pinho[1265], no respeitante à arquitectura dos edifícios religiosos e igrejas da Misericórdia, e o Desenvolvimento das tipologias (século XVI – XVIII), apresenta o contributo de Rafael Moreira (MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade) publicado sobre a forma de artigo no catálogo da "Exposição 500 das Misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração", um estudo que propõe uma leitura sobre a definição e desenvolvimento das tipologias arquitectónicas destas igrejas. Esclarece que Rafael Moreira procura acompanhar o processo de definição das tipologias das igrejas das Misericórdias, fazendo a sua caracterização. O autor considera a concepção planimétrica, volumétrica e espacial das igrejas "tipo Misericórdia" como uma tipologia autónoma, encarando-a, a par das igrejas jesuíticas, uma das criações mais originais da arquitectura portuguesa da centúria de quinhentos. E opina: *"Este estudo tem o mérito de ser o primeiro e mais consistente texto escrito sobre esta temática concreta; no entanto, em alguns casos é difícil a sua compreensão, pela dispersão das ideias, pela imprecisão dos termos utilizados para a descrição arquitectónica e para a designação de edifícios. Em todo o artigo não há referências documentais nem bibliográficas para as atribuições e muitas afirmações não são exemplificadas"*[1266].

Explicita ainda que a segunda metade do século XVI seria o período caracterizado pela "definitiva fixação e enriquecimento pela incorporação de outros contributos"[1267] mas que no entanto, existiram também a adopção de outras tipologias em simultâneo como Porto, Guimarães e Aveiro e Faro. Para a mesma a fase clássica, correspondente ao

[1265] confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 2013. [Consult. a 22 de Julho de 2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1266] confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 2013. [Consult. a 22 de Julho de 2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.
[1267] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000, p. 151-171. Fonte: Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

século XVII, e é caracterizada por Rafael Moreira[1268] como o período de difusão do modelo a grande escala, mas sem rasgos criativos. Indica, por último, o século XVIII, a época em que "a tipologia clássica entra em crise e é abandonada e substituída pelos modelos mais variados e atraentes do barroquismo", e que muito pouco têm a ver com o modelo definido no século XVI e explicita que este movimento generaliza-se por todo o país, originando a fase ecléctica.

Analisou um artigo de Rafael Moreira[1269] que assume grande importância por ser o único estudo sobre as características arquitectónicas das igrejas da Misericórdia do século XVI a finais do século XVIII; e por ter identificado as várias tendências tipológicas, paralelas e sequenciais, existentes durante este período, partindo de um conjunto de igrejas das confrarias. No entanto, e partindo dos contributos deste estudo, refere que apercebemo-nos que o século XVI foi o período de maior experimentação de modelos, pela utilização simultânea e/ou sequencial de tipologias, incluindo campanhas de obras que alteram a tipologia inicial criando uma nova. Neste contexto, opina: "consideramos importante que a análise seja sistemática, por isso integramos todos os exemplares arquitectónicos quinhentistas e redefinimos as cronologias dos edifícios, com base em dados documentais seguros; não esquecendo os alterados ou desaparecidos, sempre que existirem fontes para o seu estudo; só assim será possível identificar as tendências arquitectónicas no contexto das Misericórdias e a importância de cada uma delas durante o século XVI e aferir a existência de tipologia específica, tipologia preferencial, tipologia residual. Alude ainda que este levantamento sistemático permitiria ainda uma caracterização fiável da arquitectura produzida pelas Misericórdias ao nível da planimetria, concepção espacial, cobertura, equipamento e decoração.

[1268] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.
[1269] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

Outra questão pertinente analisada pela mesma é a definição clara da chamada igreja "tipo Misericórdia", esclarecendo que Rafael Moreira[1270] explicita em pontos autónomos, no seguimento do que foi escrito por outros autores, mas que ao longo do texto interpreta de outra forma. Esclarece que questões levemente afloradas pelo autor, ganham nova importância no contexto da investigação que encetou e que necessitam de respostas, tais como: localização urbana dos edifícios e uso de espaços preexistentes; relacionam-se com um posicionamento específico face ao espaço construído que assumiu vários contornos ao longo da história das Misericórdias, com o assumir de uma identidade de grupo e com opções arquitectónicas concretas. Para finalizar, alude ainda que o seu estudo justifica a necessidade de uma abordagem global ao fenómeno da produção arquitectónica das Misericórdias, que assente num levantamento sistemático dos edifícios e que foque outros temas, que vão mais além de uma caracterização tipológica, trabalho realizado pela mesma.

No âmbito da sua pesquisa, acerca das Misericórdias portuguesas e a Arquitectura, alude esta especialista que o Compromisso, documento regulador da actividade das Misericórdias, deixa transparecer essa necessidade desde o primeiro momento, pois define um conjunto de acções a decorrer num espaço construído. Acresce que o Compromisso posterior, impresso em 1516 e difundido por várias Misericórdias do país, apresenta uma alusão mais explícita, e no seu entender mais consolidada, ao edifício a utilizar pela Misericórdia: " [...] outros seram obrigados os ditos irmãos hyr a casa da dita Confraria tres veses no anno de necessidade quando forem na terra pera serviço da dita Confraria". Refere que é a primeira referência num Compromisso à "casa da dita Confraria", ou Casa da Misericórdia, termo que denominará os edifícios ocupados pelas Misericórdias, designação mais utilizada na documentação quinhentista, e que consubstancia um conjunto arquitectónico com características próprias[1271]. Assim,

[1270] MOREIRA, Rafael - As Misericórdias: um património artístico da humanidade. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia. Lisboa. 2000.

[1271] Esclarece que esta preocupação das Misericórdias de disporem de um espaço construído para o desempenho de algumas das suas funções e para a gestão da sua actividade, é também visível noutra documentação coeva, para além dos Compromissos. E também no movimento de ocupação de edifícios que ocorreu em todo o país após a fundação das confrarias, pois ter um edifício permitialhes implementar a sua proposta caritativa e devocional e foi uma das suas primeiras preocupações. Fonte: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 2013. [Consult. a 22 de Julho de 2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

todas as confrarias, após a sua instituição, mais ou menos formal, procuraram um local para se instalarem.

Refere também que raramente a instituição da Misericórdia coincidiu com a construção do edifício[1272]. A ocupação de edifício preexistente seguido de construção de raiz ou ocupação de edifício preexistente, e campanha de remodelação desse edifício, são as duas principais tendências da relação estabelecida pelas Misericórdia quinhentistas com o espaço construído. Uma outra tendência apresentada, embora semelhante às anteriores, apresenta-se como uma variante: existe tal como anteriormente a ocupação de um edifício preexistente após a fundação da confraria, que é seguido por uma construção de raiz e posteriormente o retorno a um outro edifício preexistente, de tipologia distinta e construído para uma funcionalidade também distinta. Explicita que este processo, nas suas diferentes tendências, tem reflexos nos vestígios arquitectónicos actualmente existentes, bem como no que podemos inferir a partir deles ao nível da caracterização arquitectónica, tipologias e localização geográfica destes edifícios, pelo que se pode deparar com uma enorme variedade de situações quanto à realidade arquitectónica das Misericórdias – confrarias instaladas em antigos conventos, igrejas das Misericórdias destruídas ou adaptadas a outras finalidades, edifícios com elementos arquitectónicos de períodos artísticos anteriores ao século XVI, etc. – que estão relacionadas com este processo, afirma. Indica que a ocupação de edifícios preexistentes teve dois momentos importantes, embora diferentes entre si, quanto à cronologia, tipologia dos edifícios ocupados e motivações. O primeiro momento é próximo à fundação das confrarias, que se estende de finais do século XV e por todo o século XVI, que é o caso da fundação da Misericórdia da Ribeira Grande; o segundo momento decorre durante o século XIX, início do século XX[1273].

[1272] Na maior parte dos casos que identificámos para o século XVI, e tendo em conta que muitas vezes não existem elementos relativos a esta questão, das cerca de 260 Misericórdias fundadas neste período, 66, cerca de 26%, ocuparam inicialmente um edifício preexistente e que não foi construído para albergar a confraria da Misericórdia. Só mais tarde promoveram uma construção de raiz com essa finalidade ou procederam a obras profundas de remodelação dos edifícios ocupados. Fonte: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 2013. [Consult. a 22 de Julho de 2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

[1273] Relativamente à ocupação de espaços dentro de conjuntos arquitectónicos, destaca os casos das grandes cidades de Lisboa, Porto, Bragae Coimbra, cujas Misericórdias se instalaram em capelas nos claustros das catedrais (Anexo I [fichas] correspondentes). E outros quatro casos um pouco distintos, mas semelhantes formalmente, o de Évora, Tavira e Lamego que ocuparam capelas nos conventos de São Francisco e o de Guimarães que se instalou na capela de S. Brás no claustro da colegiada de N. Sra. Oliveira. Anexa as fichas correspondentes. Fonte: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 2013. [Consult. a 22 de Julho de 2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

2.3.2.2. Tranferência da Misericórdia da Ribeira Grande.

Reportando à construção da Igreja e o Hospital da Misericórdia é de referir que foi construída na mesma época que a Sé. Com a degradação dos meios de vida na Ribeira Grande o Hospital da Misericórdia é transferida para a Cidade da Praia (1819). Baltasar Neves[1274] afirma*: "A transferência das instituições sociais de solidariedade para a Praia coincide, de certa forma, com a mudança de atitude até então defendida".* E explicita que as primeiras propostas para a sua transferência para a vila surgem nos finais do século XVIII e, a posteriori, retomadas pelo governador-provedor D. António Coutinho de Lencastre, mas que foi, no entanto, o seu sucessor Pusich, quem, com aprovação dos irmãos da Misericórdia, a 12 de Março de 1819, ordenaria a execução da ideia, propondo, ainda, a sua incorporação no hospital militar já ali existente.

Para esse efeito, assumiria a Santa Casa *"todas as despesas necessárias e dietas e curativos",* recebendo os vencimentos dos soldados por inteiro, como era habitual. Sem embargo, estas decisões não mereceram, de imediato, o acolhimento nem do ouvidor-geral nem da população local, por não corresponderem aos ideais dos instituidores. Só que, durante muito tempo, mesmo tratando-se de gerações diferentes, quando o tema girava à volta de apoio aos serviços de assistência e caridade, as autoridades nunca convergiam. Se o bispo propunha algo a favor, o governador negava, se a atitude partia deste, o ouvidor impugnava, assim sucessivamente.

Deste modo, logo que nasceu a proposta de transferência do hospital para a vila da Praia, imediatamente, o ouvidor-desembargador, João Cardoso e Almeida Amado fez saber ao rei a sua discordância, justificando que *"huma tal mudança do Hospital encontra a vontade e memoria dos instituidores, não convenho nella, nem no estabelecimento de huma Enfermaria na Praia"*[1275]. Acrescenta que ainda, nos finais do século, parece que o sistema socioeconómico emergente na ilha de Santiago não se

[1274] NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834*). Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.
[1275] NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012, p. 366.

encontrava solidamente estruturado, como se deixa visualizar pelo Regimento de Amador Raposo, de 27 de Julho de 1587. Como tal, os subsistemas da sociedade, também, enfermavam de alguns constrangimentos. Para alterar a "desordem" ainda reinante, Raposo, nomeado provedor de várias associações sócio religiosas, foi incumbido de mandar realizar o arrolamento de todas as povoações e lugares existentes em cada uma das ilhas, de prestar uma atenção particular ao provimento das capelas, registando o lugar em que se situavam, bem como os nomes dos instituidores e dos seus administradores.

Acresce que, com a chegada de Amador Raposo, as instituições ou capelas só tinham validade depois da confirmação régia, a qual era consentida sob forma de carta ou alvará, e que, a partir de então, os corregedores passaram a ter essa alçada, razão pela qual se constituíram centenas de morgadios na ilha de Santiago, dos quais se ignoram as datas e os nomes de muito dos seus instituidores, por terem desaparecido os livros da corregedoria[1276]. Apresenta os seguintes bens da Misericórdia apresentados nos quadros IV e V:

Quadro IV

Bens deixados pelos testadores

[1276] BARCELLOS, Senna - *Subsídios para a História da Guiné e Cabo Verde*, Vol. I. 2ª Edição. 1958, p. 157. In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012, p. 366.

Data	Nome do vínculo	Local	Instituidor	Características	Fonte
1503	Capella de *Sancti Spiritu*	Igreja da RG	Rodrigo de Vilharan		[Barcellos]
?	Garcia	S. Domingos		Terras de sementeira, tendo a SCM direito de senhorio	AHU-CV-RPSF, Liv. de Acórdãos da SCM, Setembro de 1768 [1.º]
?	Santa Clara	C. Velha			
1562/ (1572?)[1277]	Nora		Duarte Rodrigues	Terras de Sementeiras	
1567	Picos de Casa	Picos (S. Catarina)			
1569	Boca Larga	Órgãos	Rodrigo da Silveira	Terras de Sementeiras	
1583	Capela do Castelo	S. João Baptista		Terras de sementeira…	AHU-CU, Cabo Verde, cx. 42, doc. 34, de 08/08/1784
1768 (1600?)	Ribeira da Barca	S. Catarina	Feliciano Viegas de Pita	Terras de sementeiras	
?	S. Cristóvão [1278]	Freguesia de Santiago			IAHN-CV, RPSF, Liv. de Acórdãos da SCM de Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 22 V.º.-24 V.º.
1784	João Garrido	S. Domingos	Tristão Rodrigues	Terra de sementeira (S. Domingos), casas térreas nos bairros de S. Brás e S. Pedro (RG)	AHU-CU, Cabo Verde, cx. 42, doc. 37, de 25/08/1784

Quadro V

Capelas e morgados pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

[1278] IAHN-CV, RPSF, Liv. de Acórdãos da SCM de Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 22 V.º.-24 V.º. . In NEVES, Baltazar Soares – Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834). Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012, p. 366.

Quadro V

Capelas e morgados pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

Data de instituição	Vinculo/Capela	Local	Instituidor	Administrador	Bens				
					Imoveis		Escravos (peças)	Gado vacum	
					Terrenos	Casas			Vacas
1531	Ribeira da Barca	S. Catarina	FVP		Sim	Sim	26	50	
1562	Nora (C1)	S. Domingos	Duarte Rodrigues		Sim	Sim	40		114
	(C2)								77
	(C3)								
	(C4)								
07/05/1567	Pico da Casa	Picos		João Freire de Andrade					
13/04/1583	do Castello	Freg. S. João Baptista	Gregório Lourenço				Sim		
Antes de 1645	Martim de Sequeira								
01/04/1684	Serrado	?	Afonso Vicente de Afonseca						
12/11/1768	Garçotes		LLB		Sim		13	77	
1768	Boaventura		Catarina Monteiro Queiroz						
12/11/1768 (1600?)	R. da Barca	S. Catarina		JST (admª)	Sim	Sim	26	80	
1784	João Garrido	S. Domingos	TRB	Damazio R. Barreto			ND		
1814	Pico Pires [?]	S. Filipe-Fogo					ND		
1819	Águas Podres	Ribeira da Barca		João Freire de Andrade					
?	**Flamengos**	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro IV e V. Fonte: NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834)*. Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.

São pois identificados os seguintes vínculos e respectivos testamentários, o local e a data, bem como as características do vínculo:

- Data: (?); Nome do vínculo: Capela do Santo Espírito; Local: em Igreja da Ribeira Grande (1503); Testamentário: Rodrigo de Vilharam; Características: (?); Fonte: (Barcellos)

- Data (?); Nome do vínculo: Garcia; Local: em S. Domingos; Testamentário: (?) Características: Terras de sementeira, tendo a SCM direito de senhorio; Fonte: (AHU-CV-RPSF, Liv. de Acórdãos da SCM, Setembro de 1768 [1.º]).

- Data: (?); Nome do vínculo: Santa Clara; Local: Cidade Velha.

- Data: 1562/ (1572?)[1279]; Nome do vínculo: Nora, local: (…); Testamentário: Duarte Rodrigues, Características:Terras de Sementeira; Fonte: : (?)

- Data 1567; Nome do vínculo: Picos de Casa; Local: S. Catarina; Testamentário (?); Fonte (?)

- Data: 1569; Nome do vínculo:Boca Larga; Local: Orgãos; Testamentário: Rodrigo da Silveira Características: terras de sementeira

- Data: 1583; Nome do vínculo: Capelas do Castelo; Local: S. João Baptista; características: terras de sementeira; Fonte: AHU-CU, Cabo Verde, cx. 42, doc. 34, de 08/08/1784

- Data 1768 (1600?); Nome do vínculo: Ribeira da Barca S. Catarina; Instituidor: Feliciano Viegas de Pita; Características: terras de sementeira

- Data: 1784; Nome do vínculo; S. Cristovão; Local Freguesia de Santiago; Fonte: IAHN-CV, RPSF, Liv. de Acórdãos da SCM de Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 22 V.º.-24 V.º.

- Data: 1784; Nome do vínculo: João Garrido; S. Domingos; Instituidor: Tristão Rodrigues; Características:Terra de sementeira (S. Domingos), casas térreas nos bairros de S. Brás e S. Pedro (RG); Fonte: AHU-CU, Cabo Verde, cx. 42, doc. 37, de 25/08/1784.

Apresenta também a distribuição das confrarias em Cabo Verde que detinham a responsabilidade de apoiar socialmente a sociedade e as Capelas e Morgados pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. Não apresenta elementos culturais religiosos da Misericórdia, como sejam as imagens pias, e os que se reservam para o culto, ou equipamentos e mobiliário da Misericórdia da Ribeira Grande.

provavelmente foram submetidas às mesmas medidas, já referidas, adoptadas no continente. Como o clima social era de intolerância e descriminação, envolvendo toda a sociedade santiaguense, Baltasar Neves[1280] refere que questiona-se se aos escravos (uma franja representativa dos moradores) era permitida a entrada directa nas confrarias, ou se podiam beneficiar também das obras caritativas desta instituição e das confrarias existentes na Ribeira Grande, e nas outras ilhas onde as havia.

2.3.3. Degradação e restauro da Igreja e da Casa da Misericórdia.

Em 1620 publica-se um alvará de concessão de 100 cruzados por ano à Santa Casa da Misericórdia, mas em 1784 a Misericórdia encontrava-se já degradada, e em 1841 *"apenas restos da igreja e do hospital da Misericórdia se mantinham de pé"* (BARROS, 1973) . Se a consolidação deste e de outros edifícios culturais tivesse sido realizado mais cedo, hoje teríamos um conjunto mais significativo de monumentos o que beneficiaria a cidade e o país. As fotografias antigas já apresentadas, servem para que se possa ter a memória do que havia, reconstruir o passado da cidade e avaliar a sua riqueza e a sua importância.

A degradação da Misericórdia da Ribeira Grande está relacionada com a degradação da cidade. Assim, a documentação da época refere-se à carta do Bispo de Cabo Verde, D. António de São Dionísio ao príncipe regente D. Pedro[1281], informando do miserável estado em que se acha aquela cristandade, e que convinha reedificar ali o hospício, enviando clérigos reformados do recolhimento do Espírito Santo da cidade de Lisboa, para a sua missionação. Refere-se também ao comportamento de alguns visitadores, cónegos e clérigos da Sé *"que se davam aos mais excessivos procedimentos, roubando as igrejas, mancomunando-se com negros e desrespeitando o prelado*", pelo que solicitava o apoio do poder executivo na sua punição e advertindo também ao cuidado que se devia ter com "a povoação de Cacheu pela facilidade com ali se rouba"[1282]. A carta do provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago de Cabo

[1280] NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.
[1281] AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls.18; (anexo: carta).
[1282] AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls.18; (anexo: carta).

Verde de 30 de Junho de 1682, ao príncipe regente D. Pedro, refere que estes solicitam uma provisão para executarem quaisquer pessoas que tivessem dívidas com esta irmandade, *"sem embargo de quaisquer privilégios que tivessem, por estarem impedidos pelo governador Manuel da Costa Pessoa, de passar monitórias e fazer diligências pelo juízo eclesiástico para requerer a sua arrecadação"*[1283] .

A decadência da Cidade da Ribeira Grande afectou a Igreja e o hospício, pelo que soluções para a reedificação destes edifícios e uma retoma do seu funcionamento anterior foram avançados. A 3 de Julho de 1752, do mês de Julho, em Lisboa, a CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre carta de 8 de Agosto de 1750, do provedor e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago de Cabo Verde, informando do miserável estado em que se transformou aquela Casa, e apontam os seguintes constrangimentos: enfermarias e igreja sem o necessário para acudir os enfermos; a igreja desprovida dos seus ornatos; a redução das rendas devido à pobreza da ilha; a perda dos foros, pela ruína das casas, por falta de moradores; a perda de propriedades por falecerem seus proprietários sem deixarem herdeiros e por falta da água; os juros perdidos por falecerem seus devedores e fiadores e por não haver compradores das hipotecas; acerca da resolução de comum acordo que tomaram; a convocação de toda a irmandade da ilha para a eleição do capitão-mor, João Pereira de Carvalho, para provedor, o capitão de cavalos, João Delgado Figueira, para tesoureiro, e o sargento-mor, Francisco Rodrigues da Guerra, para escrivão,

> "*por forma a revisarem com autoridade e zelo o estado e reedificação que propunham à Santa Casa da Misericórdia, e elegendo mais irmãos da Mesa; e sobre a proposta avançada, para minimizar os prejuízos desta instituição, em por, de três em três anos, à arrematação por maior lanço, as propriedades que eram emprazadas por alguns provedores com pouco rendimento, indo contra as verbas dos testadores que as deixavam"*[1284].

[1283]Ibidem
[1284]AHU-Cabo Verde, cx. 24, doc. 14.
AHU_CU_024, Cx. 24, D.1814

A Misericórdia recebia donativos vários como documenta e explicita Carlos Santos[1285]. A documentação da época refere-se à CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre carta do Bispo de Cabo Verde, D. António de São Dionísio, informando do miserável estado em que se achava aquela cristandade, e que convinha reedificar ali o hospício enviando clérigos reformados do recolhimento do Espírito Santo da cidade de Lisboa, para a sua missionação. Refere-se também ao comportamento de alguns visitadores, cónegos e clérigos da Sé "que se davam aos mais excessivos procedimentos, roubando as igrejas, mancomunando-se com negros e desrespeitando o prelado, pelo que solicitava o apoio do poder executivo na sua punição; e advertindo do cuidado que se devia ter com a povoação de Cacheu pela facilidade com ali se rouba" [1286]. A CARTA do provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago de Cabo Verde de 30 de Junho de 1682, ao príncipe regente D. Pedro, refere que estes solicitam uma provisão para executarem quaisquer pessoas que tivessem dívidas com esta irmandade, "sem embargo de quaisquer privilégios que tivessem, por estarem impedidos pelo governador Manuel da Costa Pessoa, de passar monitórias e fazer diligências pelo juízo eclesiástico para requerer a sua arrecadação" .

A decadência da Cidade da Ribeira Grande afectou também a Igreja e o ospício, pelo que soluções para a reedificação destes edifícios e uma retoma do seu funcionamento anterior foram avançadas. A 3 de Julho de1752, Julho, Lisboa, a consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre carta de 8 de Agosto de 1750, do provedor e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da ilha de Santiago de Cabo Verde, informando do miserável estado em que se transformou aquela Casa, em que apontam os seguintes constrangimentos: enfermarias e igreja sem o necessário para acudir os enfermos; a igreja desprovida dos seus ornatos; a redução das rendas devido à pobreza da ilha; a perda dos foros pela ruína das casas por falta de moradores; a perda de propriedades por falecerem seus proprietários sem deixarem herdeiros e por falta da água; os juros perdidos por falecerem seus devedores e fiadores e por não haver compradores das hipotecas; acerca da resolução de comum acordo que tomaram; a

[1285] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015, pag. 73 a 76.
[1286] AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls.18; anexo: carta.

convocação de toda a irmandade da ilha para a eleição do capitão-mor, João Pereira de Carvalho, para provedor, o capitão de cavalos, JoãoDelgado Figueira, para tesoureiro, e o sargento-mor, Francisco Rodrigues da Guerra, para escrivão, *"por forma a revisarem com autoridade e zelo o estado e reedificação que propunham à Santa Casa da Misericórdia, e elegendo mais irmãos da Mesa; e sobre a proposta avançada, para minimizar os prejuízos desta instituição, em por, de três em três anos, à arrematação por maior lanço, as propriedades que eram emprazadas por alguns provedores com pouco rendimento, indo contra as verbas dos testadores que as deixavam"*[1287].

A Misericórdia que tinha como anexo o Hospital, foi uma das melhores de toda a África nessa época. Recebia tributo das naus que demandavam o porto. Quando a cidade decaiu sofreu igualmente as consequências da queda do tráfico de escravos.

A decadência da cidade estava também expressa na destes edifícios, que se mantiveram de pé quando a cidade toda já se encontrava em ruínas, facto que levou a que uma carta endereçada ao Governador de Cabo Verde Ignácio António da Fonseca Benevides, em 1924, de Coimbra, assinada por José Policiano de Castilho sublinhasse que*: "A Cidade da Ribeira Grande estava quase tudo a arruinar-se mas ainda existe porque "há ali a Sé, um Cov.to de Capuchos, e a Mesiricordia. Acrescenta a carta ainda: "Esta tem um rendimento perto de 3 mil cruzados que equivalem 'pela barateza de tudo' a mais de Sé em Lisboa*. Esclarece que não havia na cidade um médico, um cirurgião *"Boticante"* e que quase não havia gente acrescentando: *Tal Hosp. al da Misericórdia deve ser, se ainda o não foi, mudada para a "Villa da Praia"... "em observância das respeitáveis Ordens da academia"*. E anuncia *"o principal"*: *"apesar das mais sabias Instruções, bem perdidas serão todas as despezas, q.e se fizerem com cabo Verde se q.m lá for mandado, não for consumado em teórica e prática, e se am m.mo tempo não tiver m.to zelo e actividade; devendo em todo o caso estabelecer-se ""Autorid" Competente, com q. m se corresponda, e de q. m vá recebendo as ocupações Instrucções*[1288]. Uma outra correspondência de 29 de Maio de 1797, refere que já estava em execução a assistência

[1287] AHU-Cabo Verde, cx. 6- A, doc. 111 e 120.
AHU_CU_024, Cx. 6, D. 510.
Caixa 50 Doc 30
(Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS DE CABO VERDE E S. TOMÉ, Cod. 478, fls.18; (anexo: carta).

[1288] AHU- Cabo Verde
Caixa 38 Doc. 31

de pobres doentes da enfermaria da Praça com 12 leitos, supridos pela Santa Casa da Misericórdia *"segundo indiquei a vossa excelência em carta de nove de dezembro do ano passado,…".* A tónica põe-se no que a seguir vem na carta "*e sejam bem recompensados deste procedimento nas bençons que tem merecido a sua execução e participação de hum bem que tão inhumanamente se lhes vedava".* Pressupõe-se que houvesse provavelmente, ausência deste *"bem"*, que servia para socorro dos mais necessitados, conforme a vocação desta instituição. Na mesma carta alude-se ao término do caminho daquela Praça para a cidade, e as dificuldades dos trabalhos, que seria pois o caminho da Fortaleza até à cidade: *Os caminhos desta Praça para a cidade entulhados de pedras arrojadas dos vulcoens e que as tornam difíceis, e escabrosos se achai a custa de muito trabalho a ponto de concluírem-se.* No lugar da assinatura à direita, no fim desta carta, vem escrito: "*A Ilha"* [1289].

No que respeita ao recheio da Igreja e do Hospital da Misericórdia da Ribeira Grande de Santiago, Carlos Santos[1290], refere que em 1619, a igreja da Misericórdia de Santiago tinha os ornamentos "velhos e rotos" e que os livros de "canto chão, e canto de órgão", para além de estarem rotos, tinham ainda muitas folhas em falta. Refere também que ao longo de Setecentos, a Misericórdia entra em decadência, acompanhando assim a tendência da cidade indicando que, em 1700, não estava em condições para celebrar ofício por falta de Capelins; em 1737, achava-se em miserável estado e os seus devedores arruinados de tal forma que não era possível realizar culto, curativo e auxílio aos pobres e dar cumprimento dos legados dos benfeitores ; em 1784, tinha *"falta de tudo, até do próprio sustento",* e as casas e enfermarias ameaçavam ruir . Nesse sentido, foi com naturalidade que surgiu a proposta, em 1819, para transferir a Santa Casa da Misericórdia para a então vila da Praia, confirmada em 1833. Segundo Sena Barcelos[1291], os rendimentos da Misericórdia rondavam os 4 000 $000 reis, provenientes de 1:100$000 reis de foros das terras concebidas pelo rei, de juros de dinheiro e divisas activas, e com essa importância seria possível edificar um novo hospital com a sua ermida.

[1289] AHU-Cabo Verde
[1290] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1291] BARCELOS, Cristiano de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Vol. I. Parte I. 1899.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[1292], deparamos com um documento dactilografado e com anotações. Neste documento, que consta do nosso Anexo Documental (anexo VII) há informações acerca da Misericórdia, que citamos a seguir:

> *A Misericórdia da Cidade Velha tinha os mesmos privilégios da de Lisboa.*
> *"Leonel Cardoso – inspector de fazenda. Escreveu um relatório importante e falava na Misericórdia de Cabo Verde.*
> *No tempo de José de Sousa Santos, pai de Sousa Machado. O pai foi Secretário de Fazenda.*
> *Este Leonel Cardoso foi depois guarda-livros dele. Teria uma filha[1293]."*

Demonstram estas informações, que são pela primeira vez aludidas num trabalho científico, o interesse do autor na identificação de indivíduos e individualidades que pudessem ajudar na recolha de mais informações acerca da Cidade Velha e dos monumentos do sítio. Dado que o Ministro do Ultramar havia solicitado informações acerca da Fortaleza ao Governador, deduzimos que este documento tenha sido redigida com tal intento, embora não traga nenhum endereço. Talvez estivesse anexo a uma ofício, mas como o encontramos solto, no meio dos ofícios desta troca de correpondência. Pelo que se pode interpretar, a Misericórdia de Cabo Verde teria as mesmas regalias que a de Lisboa. Leonel Cardoso, inspector da Fazenda, tinha escrito um relatório importante e falava na Misericórdia de Cabo Verde, no tempo de José de Sousa Santos que foi Secretário de Fazenda, pai de Sousa Machado. Leonel Cardoso foi depois guarda-livros daquele e teria uma filha. Indica-se que tinha uma filha, certamente no intuito de a contactar e saber mais acerca do tal relatório. Haveria, portanto, muito interesse em obter informações acerca da Misericórdia nesta altura. No entanto não identificamos documentos que comprovassem que tivesse sido beneficiada por obras de restauração nas campanhas realizadas a que já referimos. Os trabalhos de arqueologia recentes, e de restauro, trazem porém informações acrescidas.

[1292] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.
[1293] Ibidem

2. 3. 3.1. Restauro da Torre da Misericórdia.

O restauro da torre da Misericórdia[1294] foi realizada em Novembro de 2010, no âmbito do Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios[1295]. Foi realizada o levantamento do estado de conservação dos materiais pétrios, artificiais e metálicos e constatada o seu mau estado de conservação, para depois ser realizada a consolidação da ruína existente, como revelam as imagens da figura 186.

Os trabalhos de escavações para a verificação da cota original do aparelho construtivo puseram a nu as paredes originais da Torre, que estavam subterradas, em que se pôde notar o reboco e a pintura, como revelam as imagens da figura 186.





Figura 186 - 1ª Imagem: Levantamento dos materiais pétrios, artificiais e metálicos. 2ª Imagem: As ruinas da Torre da Misericórdia antes da sua consolidação[1296].

Após a limpeza a seco dos elementos parietais, da remoção de argamassa inadequada do aparelho construtivo, e aplicação de biocida em todas as superfícies, procedeu-se à limpeza húmida dos elementos parietais, ao preenchimento dos vazios estruturais, a reposição do aparelho construtivo em áreas lacunares, estucagem final das juntas,

[1294] TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA. CIDADE VELHA. CABO VERDE. Relatório Técnico Preliminar. Guardiães da Cidade Velha: Programa de sensibilização Social na Cidade Velha. Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Intervenção de Conservação e Restauro da Torre da igreja da Misericórdia e Restauração da Torre da Igreja da Misericórdia da Cidade Velha – Cabo Verde. Edição Restauradores sem Fronteiras. Novembro de 2010.
[1295] Ibidem
[1296] Ibidem

limpeza e consolidação da estucagem, bem como a consolidação dos revestimentos. A limpeza e verificação da cota original do aparelho construtivo deixou a nu o reboco do alçado posterior, em que se pôde observar os diversos extratos e materiais de enchimento, a estrutura do corpo da igreja adossado à Torre e no alçado principal, (imagem 1 a 4 da figura 187), e uma sondagem levou a que ficasse à vista o pavimento primitivo a uma cota de 20 cm (imagem 6 da mesma figura), que foi subterrado de seguida.

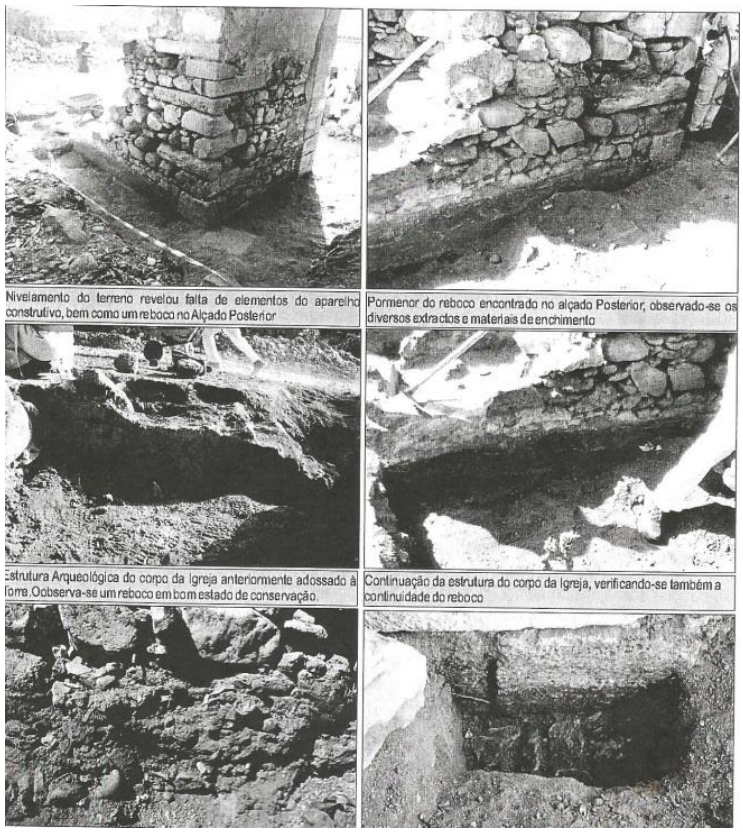


Figura 187 –Trabalhos preliminares – limpeza e verificação da cota original do aparelho construtivo[1297].

A janela sineira do alçado lateral esquerdo estava em mau estado de conservação, tendo-se procurado reforçar a totalidade do arco, pela aplicação de um cimbre de espessura reduzida, que descarrega as forças no interior dos paramentos verticais, através da introdução de pemos roscados, como revelam as imagens 4 e 5 da figura 187.

[1297] Fonte: TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA. CIDADE VELHA. CABO VERDE. Relatório Técnico Preliminar. Guardiães da Cidade Velha: Programa de sensibilização Social na Cidade Velha. Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Intervenção de Conservação e Restauro da Torre da igreja da Misericórdia e Restauro da Torre da Igreja da Misericórdia da Cidade Velha – Cabo Verde. Edição Restauradores sem Fronteiras. Novembro de 2010.

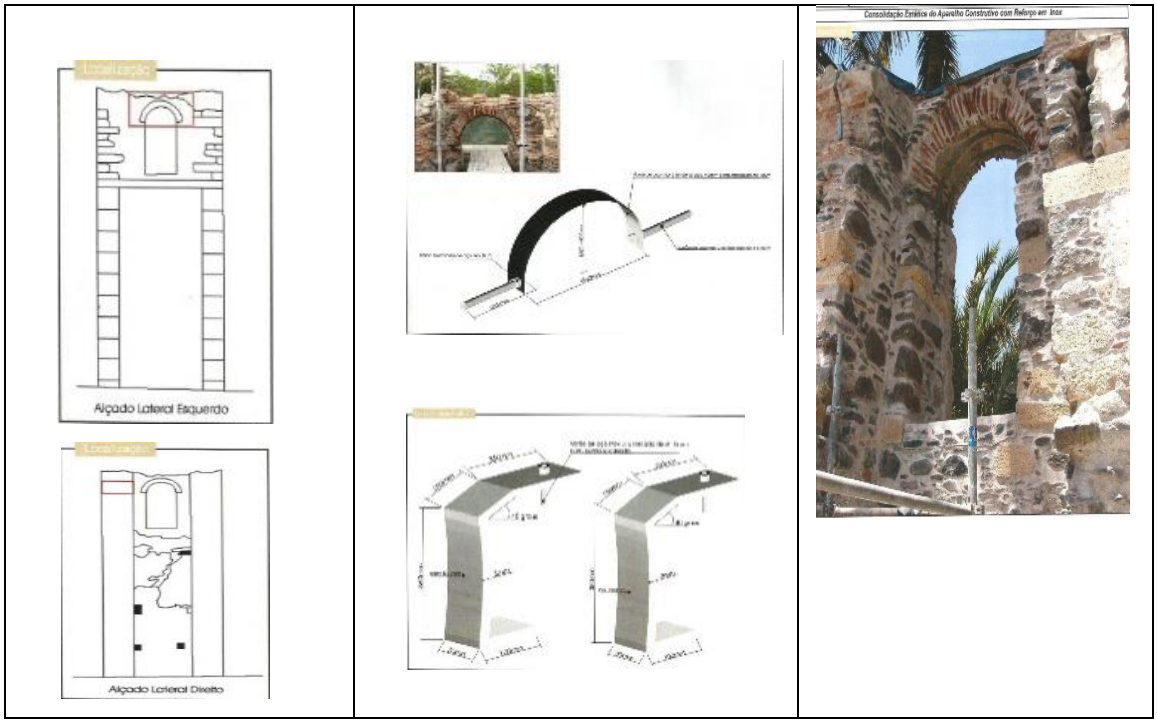


Figura 188 - 1ª Imagem: reforçar a totalidade do arco pela aplicação de um cimbres de espessura reduzidas. 2ª, 3ª e 4ª imagens: Consolidação estática do aparelho construtivo com reforço em inox[1298].

Realizou-se também a consolidação estática do aparelho construtivo com reforço em inox, bem como a fachada principal, com revelam a 2ª e 3ª e 4ª imagens da figura 188. Foi realizada também a consolidação da fachada e um tratamento aos elementos metálicos que perderam a sua função, através da sua localização e utilização de técnicas apropriadas a cada um, consoante o estado de conservação que apresentavam, como indicam as imagens da mesma figura.

[1298] Fonte: TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA. CIDADE VELHA. CABO VERDE. Relatório Técnico Preliminar. Guardiães da Cidade Velha: Programa de sensibilização Social na Cidade Velha. Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Intervenção de Conservação e Restauro da Torre da igreja da Misericórdia e Restauron da Torre da Igreja da Misericórdia da Cidade Velha – Cabo Verde. Edição Restauradores sem Fronteiras. Novembro de 2010.

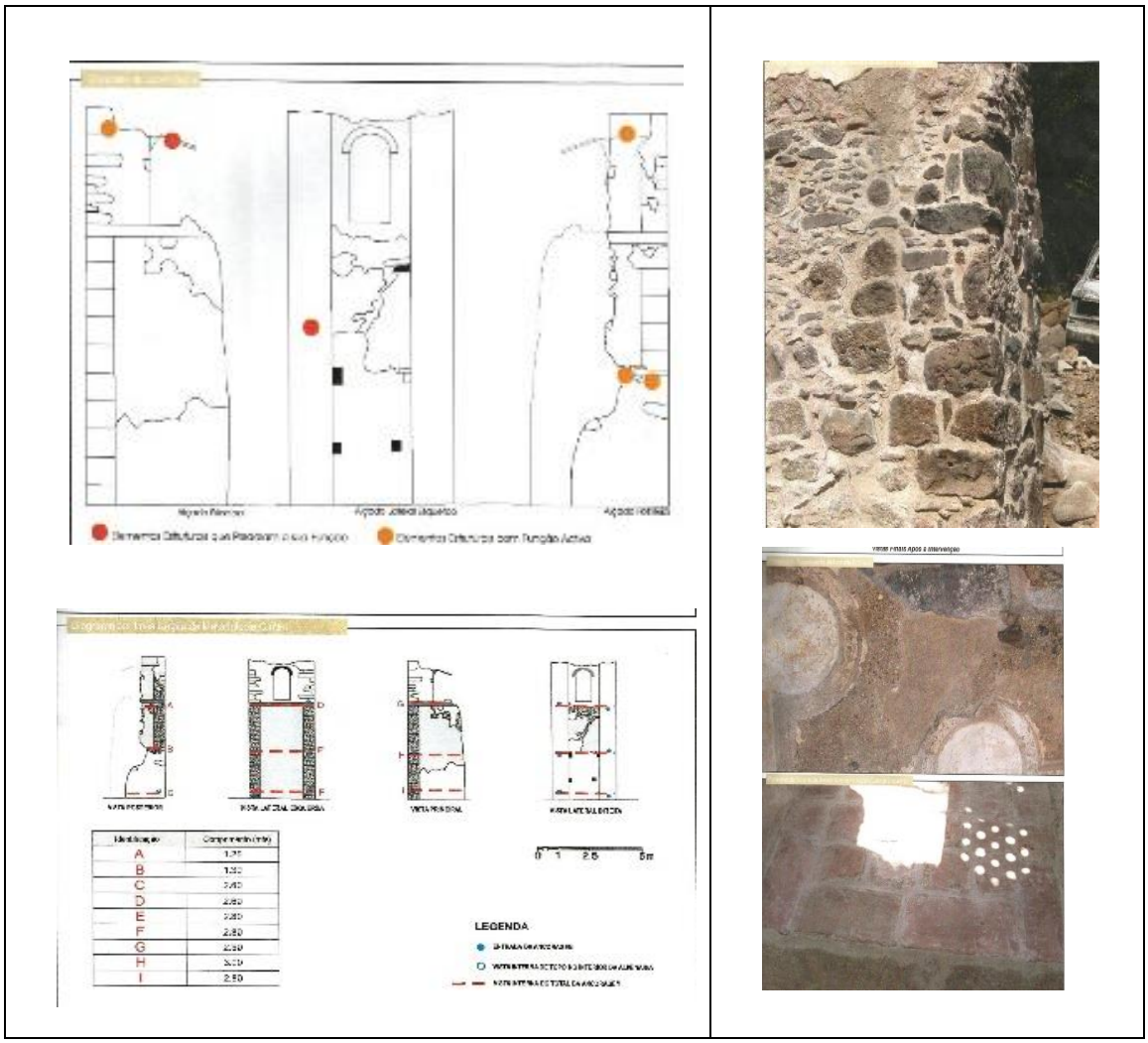


Figura 189 - 1ª imagem: um tratamento aos elementos metálicos. 2ª imagem: Vistas após consolidação[1299].

Podem ser apreciadas as vistas da Torre da Misericórdia após a intervenção, na mesma figura (2ª e 4ª imagens), bem como os trabalhos realizados para a salvaguarda deste edifício. Sendo uma ruína muito visitada, após as intervenções, passou a ter mais visibilidade o que motiva ainda mais os visitantes, que podem inteirar-se da sua história e da sua valorização actual, pela fixação de painéis apropriados.

[1299] Fonte: TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA. CIDADE VELHA. CABO VERDE. Relatório Técnico Preliminar. Guardiães da Cidade Velha: Programa de sensibilização Social na Cidade Velha. Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Intervenção de Conservação e Restauro da Torre da igreja da Misericórdia e Restauron da Torre da Igreja da Misericórdia da Cidade Velha – Cabo Verde. Edição Restauradoes sem Fronteiras. Novembro de 2010.

2.4. Capela de S. Roque (séc. XVI) – localização e história.

Esta capela é um edifício sólido de pequenas dimensões e de planta rectangular. Encontra-se em bom estado de conservação[1300], como apresenta a imagem da figura 190.



Figura 190 - Capela de São Roque. **Fonte**: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Localiza-se um lugar de destaque na paisagem da cidade, pois encontra-se numa cota alta da cidade, próximo da Fortaleza Real de São Filipe, no bairro de Monte Sossego.

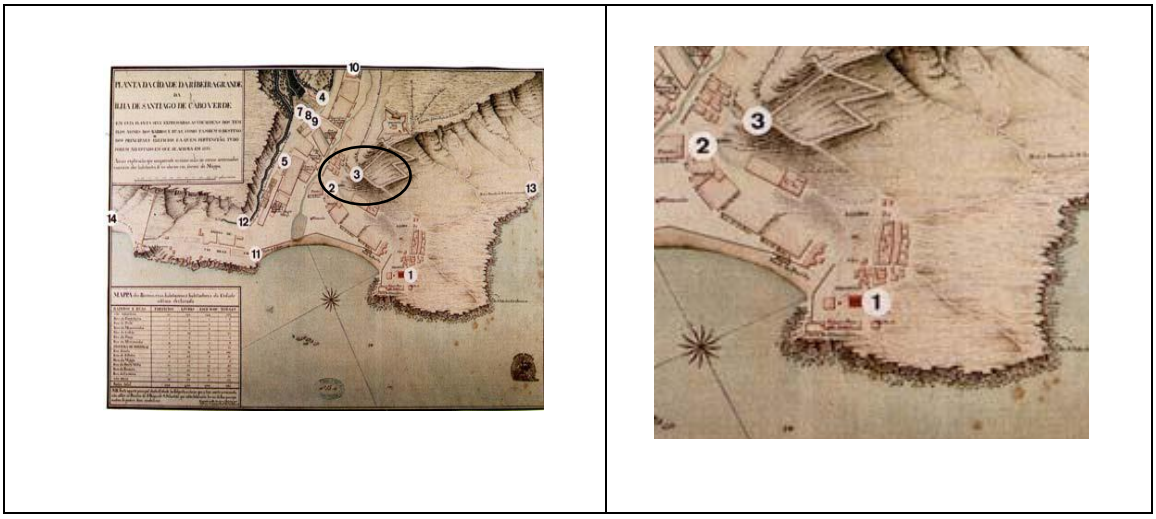


Figura 191 – Localização da Capela de S. Roque. Fonte: Mapa de António Andréia. Arquivos do IIPC[1301].

[1300] CARVALHO, Carlos de; AKIBODÉ, Charles Samson; MORISET, Sébastien - *Plan de Gestion 2008 – 2012 de Cidade Velha*, Centre Historique de Ribeira Grande. 2008, p.13.
[1301] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.[Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

Do mapa da figura 191, destacamos o largo do Pelourinho e a Rua da Misericórdia, onde se encontram a Igreja e Hospital da Misericórdia, e o actual Bairro do Monte Sossego, que se localiza acima, no sopé da falésia. A legenda da mapa referido indica em 1, a Cathédrale, em 2, a Igreja da Misericórdia e em 3 a Igreja de S. Roque, que será a antiga capela do mesmo nome, ampliada. É a única igreja deste bairro. É um edifício humilde no aparato, com revestimento em estuque crispado. A fachada tem um portal sem moldura que está decorado no topo por um frontão. Inclui-se no conjunto de edifícios que recebeu obras de restauro realizadas nos anos 60, pelo 500º aniversário da descoberta do arquipélago[1302].

2.4.1. Restauro da Capela de S. Roque.

As campanhas de Luís Benavente[1303], nos anos sessenta, contemplaram a Capela de S. Roque[1304], por ser uma intervenção de custos mais baixos relativamente a trabalhos a serem realizados nos outros monumentos, nomeadamente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ou a Fortaleza de S. Filipe. Nesta altura, esta capela encontrava-se muito arruinada, tendo sofrido bastante com *"mão do homem que ali tem ido buscar materiais, especialmente as cantarias"*[1305]. A escolha deste monumento para dar início aos trabalhos de restauro de Luís Benavente foi ditada pelas pequenas dimensões do templo, prevendo-se, portanto, que a sua recuperação não exigisse grandes somas de dinheiro[1306]. A *"capela quinhentista"* estava praticamente destruída no ano de 1967[1307],

[1302] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[1303] MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] s/data. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

[1304] A escolha deste monumento para dar início aos trabalhos de restauro de Luís Benavente foi ditada pelas pequenas dimensões do templo, prevendo-se, portanto, que a sua recuperação não exigisse grandes somas de dinheiro (ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968.) , estando estimados gastos na ordem dos 350.000$00 (ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967). Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s. d). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[1305] ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 42, 25 de Janeiro de 1967. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s.d). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[1306] ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968. In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s.d). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

[1307] ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 42, 25 de Janeiro de 1967.In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s.d). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.

pelo que Benavente decidiu refazer a estrutura na sua quase totalidade, tendo a obra terminado no mês de Dezembro de 1972[1308]. Vera Mariz[1309] apresenta as imagens que apresentamos na figura 192, que demonstram a capela antes de ser entaipada e depois da intervenção realizada.





Figura 192 - 1ª Imagem: A capela de São Roque, na Rua Direita ao Forte, em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. Fonte: António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 1963, p. 309[1310]. 2ª Imagem: A mesma capela com o aspecto conferido pela intervenção projectada por Luís Benavente. Fonte: SIPA, Foto.00521914, p. 309[1311].

O emparelhamento das cantarias seria desta data também. A obra foi concluída após o final do ano de 1972. Mais tarde a capela teria sido coberta e rebocada[1312].

A capela de S. Roque foi restaurada nos anos sessenta, e como já referimos, as intervenções foram realizadas sob a orientação do arquitecto Luís Benavente. Relativamente a estas intervenções de restauro e salvaguarda, os documentos recolhidos no Arquivo Histórico de Cabo Verde dão prova disso. Com efeito, o Director Geral da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações e a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, enviam ao Governador-geral da Província, um exemplar do projecto de restauro da Capela de S. Roque, composto por uma memória descritiva, medições, orçamento e desenhos, bem como cópia da informação nº 159/UH/67, de 26 de Agosto de 1967, enviadas de Lisboa. Traz um carimbo de entrada na Província, com

[1308] ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de Dezembro de 1972.In MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] (s.d). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[1309]MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] s/data. [Cons. a 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[1310] Fonte: MARIZ, Vera - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha] s/data. [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290.
[1311] Ibidem
[1312] Ibidem

o nº 430 de 28 de Agosto de 1967, e outro carimbo da Repartição Provincial dos Srviços de obras Públicas A. E. Cadastro, com o nº 3180, a data de 03.10.1967 e assinatura do Director Geral[1313].

Uma correspondência trocada entre entidades ligadas ao restauro desta capela, do Governador de Cabo Verde, bem como o envio do processo para aprovação, indica que a 10 de Fevereiro de 1967 Luís Benavente havia enviado este projecto de restauro para aprovação (41/67, LB/IA) tendo em anexo as plantas, sugerindo o envio de mais pormenores após a aprovação. Teve um despacho favorável do M. Pimentel dos Santos da Direcção dos Serviços do Urbanismo e Habitação, a 20.02.67, com a assinatura de António V. Pinto Coelho, de 13 de Fevereiro de 1967, que indica que seriam desenhados alguns pormenores (os da sacristia, das cantarias dos pináculos e da Cruz a desenhar à escala natural, e outros) do projecto. Não identificamos nenhum documento ou mapa que tivesse estas indicações. Vem assinado no fim pelo 2º Oficial, com "Está Conforme", e assinado por Maria Fernanda Baptista, com a data de 23 de Fevereiro de 1967. Foi dado conhecimento pelo Ministério do Ultramar, na pessoa do Director Geral e Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicação, através do ofício 1638/121/UH, Proc. Nº Ac – 15, ao governador da província, um exemplar do projecto citado composto por memória descritiva, 12 desenhos e cópia da informação 41/UH/67, a 7 de Março de 1967. Assina M. Pimentel dos Santos com a informação de que se considerava de aprovar o projecto, convindo completá-lo (nota de entrada 861 Proc. Nº 13/371967 da repartição provincial dos Serviços de Obras Públicas e A. Cadastro)[1314]. Um ofício ao Ministro do Ultramar (nº 927/520) do governador da província, Leão do Sacramento Monteiro, Capitão de Fragata, de 28 de Março de 1967 , referindo-se ao ofício nº 163871217UH de 7 daquele mês, da Direcção de Obras Públicas e Comunicações, informa que considera de aprovar o projecto em causa, apresentado pelo arquitecto Luís Benavente que devia ser completado com orçamento para que se pudesse promover a obtenção de fundos para as obras, talvez pela Fundação Gulbenkian. Assina o Governador. Em anexo a esta nota, uma página com o parecer concordante de José Luís Abecassis de 19-8-67 tendo em baixo o Despacho - aprovação

[1313] Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande – Ilha de Santiago. Caixa 1799. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Julho de 1970.
[1314] Ibidem

com assinatura de Rui Patrício e assinatura do mesmo de 22-8-67. O projecto de restauro da capela foi enviada de Lisboa, por Luís Benavente, a 14 de Agosto de 1967,. Tendo em atenção o teor da nota, pretendia o governador solicitar à fundação Gulbenkian a comparticipação já prometida desta entidade, para a recuperação *"de tão valioso documento"*. Em anexo ainda, o aval, de 23 de Agostode 1967 de D. S. U. H. nota 159/67, em que sublinhamos a última frase: *"Julgo-o em condições de aprovar e em caso de concordância, de o enviar à Província"*. Assina António V. Pinto Coelho, seguido do 2º Oficial da secretaria da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação.

A memória descritiva do restauro da capela de S. Roque, data de 25 de Janeiro de 1967, e tem a assinatura de Luís Benavente. A 10 de Fevereiro é submetida à aprovação. O Despacho da aprovação assinada por M. Pimentel dos Santos é de 20 de Fevereiro de 1967. O Governador, Capitão-de-fragata, Leão do Sacramento Monteiro aprova o projecto de restauro aludido, a 23 de Março de 1967 e encaminha-o ao Ministro do Ultramar, com a indicação de que devia completá-lo com um orçamento, para que se providenciasse a obtenção de fundos pela Fundação Gulbenkian, para a execução da obra.

O "Projecto de reconstituição e reconstrução da Capela de S. Roque ", datado de 1964, contempla a fachada dianteira, que tem a moldura de um frontão na porta principal. Pode-se observar a fachada lateral da direita e da esquerda, os cortes e alçados em que pode aperceber-se a volumetria interior, o corpo de uma nave só, em caixa, sendo esta com altar-mor destacado, nas imagens da figura 193[1315].

[1315] Ibidem

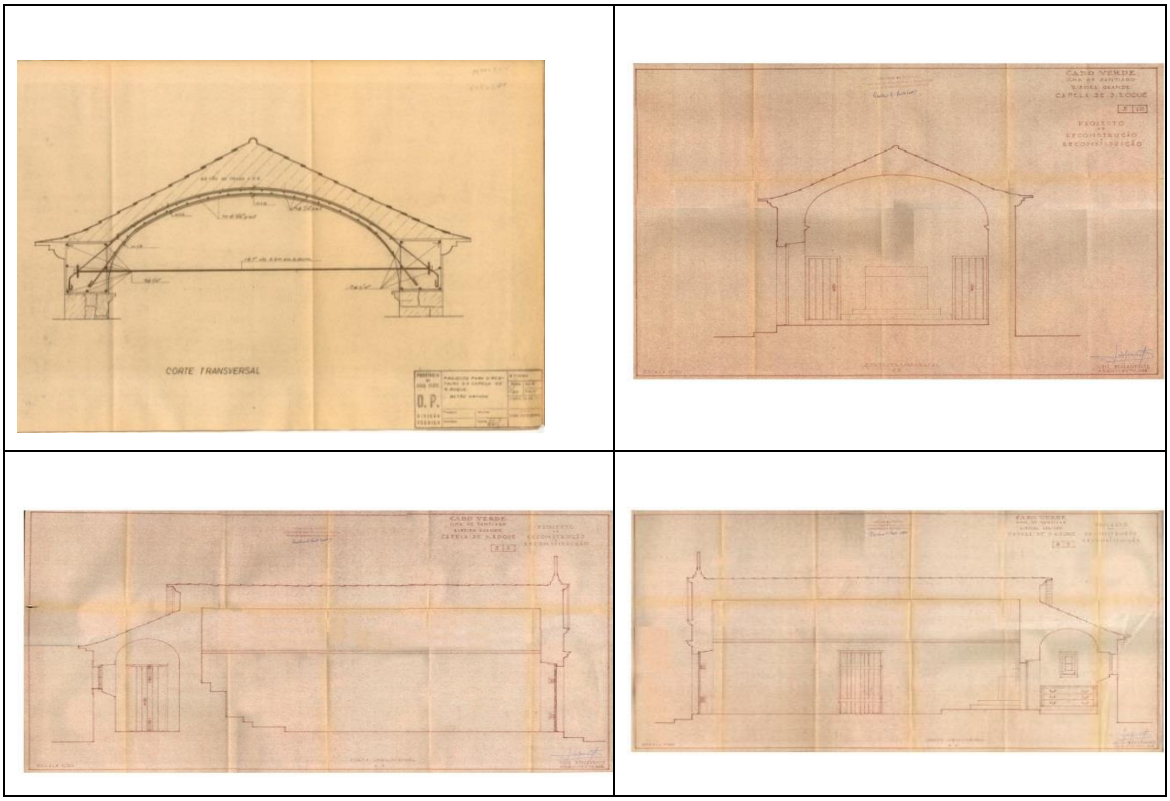
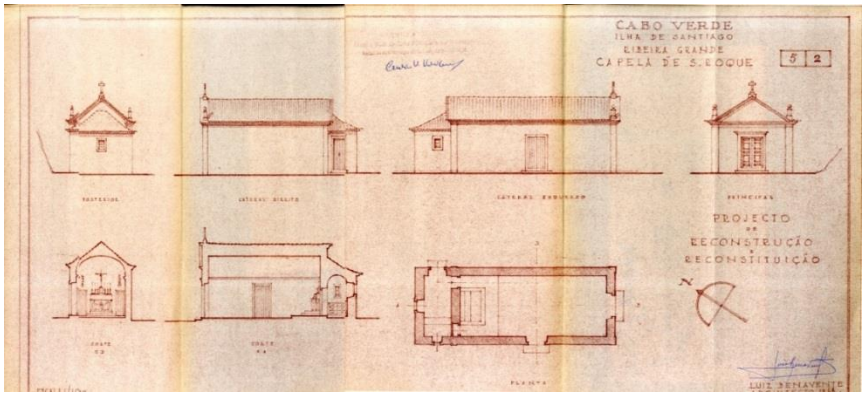


Figura 193 – Projecto de restauro da Capela de S. Roque na antiga cidade da Ribeira Grande. Fonte – Projecto de restauro da Capela de S. Roque na antiga cidade da Ribeira Grande – Ilha de Santiago. *[1 cm.]* MIT. (originais e cópias). Cx. 1143. Arquivo Histórico Nacional. Cidade da Praia. Cabo Verde. Janeiro a Março de 1967.

Ao projecto de reconstituição e reconstrução, juntou-se um mapa da ilha de Santiago com a indicação da Cidade Velha e demais vilas, o projecto que traduzia o estado actual desta capela, presente nas imagens da figura 194. É de salientar que na data, esta capela já estava com parte das parede lateral direita e dos fundos desmoronadas, como se pode verificar na 2ª imagem da mesma figura.



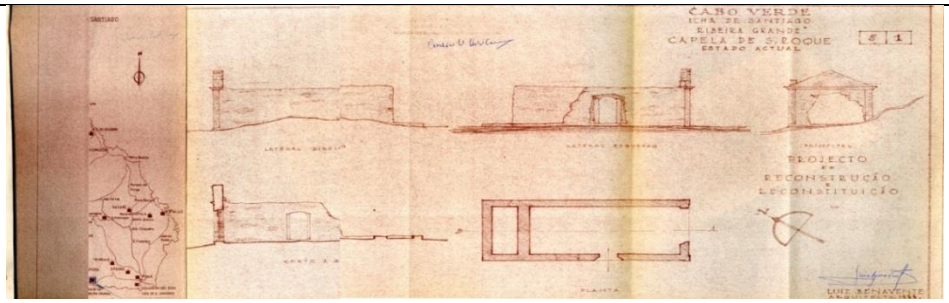
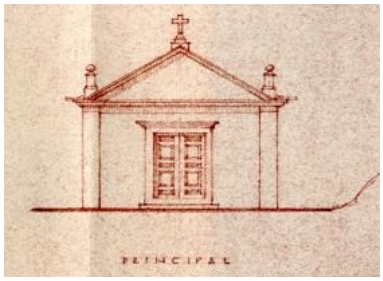


Figura 194 – Projecto da capela de S. Roque na antiga Cidade da Ribeira Grande. Fonte: Projecto da capela de S. Roque na antiga Cidade da Ribeira Grande – Ilha de Santiago *[1 cm.]* MIT.. Cx. 1143. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. Janeiro a Março de 1967.

Comparando o projecto de reconstituição e reconstrução da capela, com o edifício existente actualmente, nota-se que a cruz que encimava o frontão já não existe, nem as decorações que se localizavam nos vértices laterias do frontão, como revelam as imagewns da figura 195. A porta de entrada seria almofadada de madeira nobre o que ainda se verifica. O corte CD mostra o interior com um recheio parco mas distingue-se uma grande cruz ladeada de 3 castiçais grandes para cada lado, e provavelmente um quadro/painel de azulejos no altar, o que hoje já não se observa. Mantém-se a construção, realizada de acordo com a planta original, como refere a memória descritiva. Não há notícia do recheio antigo desta capela.

Esta planta faz parte do projecto da Capela de s. Roque e provém do Ministério das Colónias – Gabinete de Urbanização Colonial. Contempla as plantas, os alçados e cortes, na escala 1:100. Foi elaborada pela Direcção de Obras Públicas e Comunicações, na D.S.U.H., e contempla uma memória descritiva. Nesta, o item 1º, que define o Programa da construção, refere-se que o programa desta capela compreende a nave para 45 a 50 pessoas, uma capela-mór, uma pequena sacristia e um altar votivo.





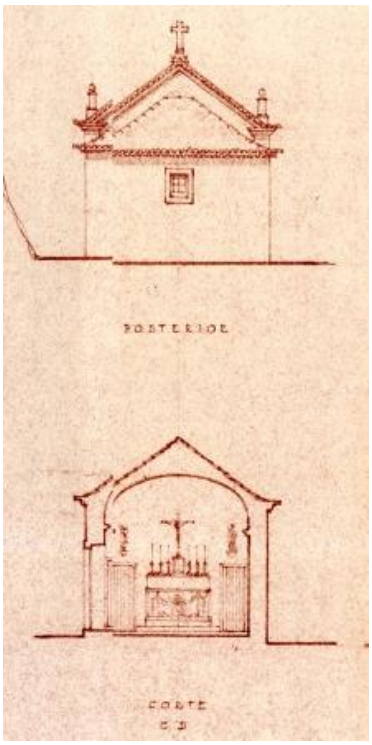




Figura 195 – 1ª, 2ª, 3ªe 4ª Imagens: Fachada principal e posterior da Capela de S. Roque. Localização da capela de S. Roque e fachada principal e lateral esquerda[1316]. 1ª e 5ª Imagens: Capela de S. Roque na actualidade – fachada principal e vista lateral esquerda[1317].

A respeito da localização, que vem explícito no item 2, que define que a sua localização, seria fixada de acordo com os planos de urbanização de cada terra, e que a orientação que se devia ter em conta na construção do altar-mór devia, sempre que possível, orientar-se a oriente, *"bem ora isso não seja uma exigência"*, de acordo com os preceitos da igreja católica. A descrição do projecto conta com a descrição das fundações, com as plantas, os alçados, os pavimentos, paredes e tectos, a ventilação, as

[1316] Fonte: Projecto de restauro da Capela de S. Roque na antiga cidade da Ribeira Grande – Ilha de Santiago. 1 cm. (originais e cópias). Cx. 1143. MIT. Arquivo Histórico Nacional. Cidade da Praia. Cabo Verde. Janeiro a Março de 1967.
[1317] Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

cores a empregar nos paramentos do interior. No 4º ponto, em que se define o carácter da construção, na alínea a), e a economia na alínea b), reforça-se a ideia de que é um tipo de construção apropriado a capelas modestas, que só convém a aglomerados populacionais de reduzido número. Foi elaborado pelo arquitecto José Manuel F. M. Galhardo Zilhão. Tem um visto de João A. Aguiar e uma assinatura do Director, Rogério A. Cavaca. No Anexo Documental apresentamos o conjunto destes documentos (Anexo IX).

Carlos Santos[1318] refere que a partir do inventário dos bens do Chantre Diogo Calado, redigido em 1643, apercebemo-nos que este templo já havia sido erguido, uma vez que a a existência da construção é confirmada de forma oficial, através da relação do estado da Diocese de Cabo Verde, publicada em 1671 [1319]. É caracterizada como sendo uma pequena capela de planta retangular, bastante modesta, que se insere na tipologia de igrejas que apresentam uma organização espacial simples, com nave única, e sacristia adoçada à capela-mor, onde os volumes do interior são visíveis a partir do exterior. O frontispício exibe apenas um pano, que é rasgado por uma porta axial de verga reta, responsável pela iluminação, juntamente com uma pequena porta colocada na fachada lateral esquerda, encimada por um frontão triangular recto[1320].

Esta capela foi reconstruída pois, nos anos 60[1321] por uma equipa dirigida por Luís Benavente, na época colonial, como prova um documento de 1970. Luís Benavente, a 20 de Julho de 1970, em Lisboa, redige um documento que vem com a sua assinatura, em que informa que esta capela encontrava-se rodeada de um bosque e que foi erguida num terreno inclinado, sem que se tivesse o cuidado de proceder à regularização do terreno, pelo que a água das chuvas penetrava no altar-mór danificando-o, assim como as paredes. A água entrava também pela cúpula da abóboda, alagando o interior por completo. Alerta para a necessidade de se cuidar deste elemento arquitectónico como

[1318] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1319] Provanças de D. Frei Fabião dos Reis para Bispo de Cabo Verde de 26.02.1671. In. Monumenta Missionária Africana. 2ª Série. Vol. VI, p. 298-305.In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1320] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1321] Projecto de restauro da Capela de S. Roque na antiga cidade da Ribeira Grande – Ilha de Santiago. 1 cm. (originais e cópias). Cx. 1143. MIT. Arquivo Histórico Nacional. Cidade da Praia. Cabo Verde. Janeiro a Março de 1967.

merecia, devido *"aos seus predicados".* Fez um levantamento traduzido em escala, para servir para um estudo que beneficiasse esta capela, que anexa ao documento. Sugere neste documento que se devia, em primeiro lugar, fazer o recalço das paredes exteriores, de modo a implantar a construção, numa zona inteiramente de nível, trabalho que devia ser feito em troços curtos, determinados no local. As medições e orçamentos, elementos que serviriam para analisar permenorizadamente, o que era necessário executar para a sua recuperação, estão anexos ao projecto[1322].

Na memória descritiva do projecto de restauro da capela de S. Roque, o arquitecto Luís Benavente começa por referir que, dentre os elementos arquitectónicos de interesse constantes na antiga Ribeira Grande, destaca-se a capela de S. Roque, um pequeno templo do século XVI de *"verdadeira feição renascentista na sua expressão eminentemente portuguesa",* que tem uma planta rectangular, com uma incorporação lateral, a sacristia. Afirma que encontrava-se quase completamente destruída, não apenas pelo tempo mas também *"pela mão de homem que ali tem ido buscar materiais, especialmente cantarias"*. Benavente elaborou um projecto com vista a um restauro *"tão perfeito quanto possível"*, a fim de ser recosntruída *"em todos os seus pormenores"*. Submete o projecto à aprovação afirmando: *"Pretende-se, no momento actual a aprovação do projecto, à qual corresponderá à elaboração de uma sequência detalhada de elementos que julgamos de incluir ao que agora se apresenta".* Esta memória descritiva está assinada por Luís Benavente e datada de 25 de Janeiro de 1967.

Não encontramos na caixa correspondente[1323] as Medições e o Orçamento. No entanto, já nos referimos a um memorando e acerca deste projecto, a que se refere Paulo Azevedo, no seu Relatório de Missão[1324]. Este contudo, não adianta os dados do orçamento deste. No entanto, no Programa para as obras de restauro de Luís Benavente de 1972-73[1325], informa este arquitecto que a obra estava concluída na sua estrutura e aguardava a execução e colocação de cantarias, tais como as de que dispunha, e que ser-lhe-iam feitos pequenos acertos no respeitante ao *"actual aspecto por concluir, no*

[1322] Ibidem
[1323] Ibidem
[1324] AZEVEDO, Paulo – *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde*. (Traduzido do original francês. Direcção Geral da Cultura). Unesco (Relatório de Missão). Paris. 1981.
[1325] BENAVENTE, Luís - Programa para as obras de restauro do património Histórico de Cabo Verde. Cx. 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1972-73.

sentido de alterar os actuais rebocos de natureza indevida"[1326] tendo recebido os que lhe competiam ter. Pelo exposto, provavelmente que o reboco tenha sido substituído por outro mais adequado, mas não pudemos confirmar se estes trabalhos programados foram realizados[1327].

Nas nossas pesquisas no Arquivo histórico, Torre do Tombo, bibliotecas portuguesas da área e Ministérios afins actuais (MIT – Ministério de Infra-estruturas e Transportes/Ministério dos Transportes), no nosso país e em Portugal, não identificamos o orçamento em causa. Deste modo, cingimos a nossa análise aos documentos disponíveis, que se complementam e nos deixam uma noção mais vasta e alargada da reconstrução desta capela.

2.5. O Convento e igreja de S. Francisco.

Iniciada em 1657, o Convento de S. Francisco serviu de local de culto e de formação. Localiza-se no bairro do Convento. Foi, durante muito tempo, um local de recolhimento dos frades capuchos. Foi atacado e parcialmente destruído por piratas franceses em 1712. Encontra-se em bom estado de conservação[1328].



[1326] Ibidem

[1327] No mesmo programa estão informações acerca de obras a serem realizadas na Igreja de Chã de Tanque, Ilha de Santiago, na Igreja de Nossa Senhora da Luz, na ilha de S. Vicente, na Muralha do Mar e Fortaleza de S. Filipe na Cidade Velha. Refre-se também à Ilha do Maio, visitada nesta altura, e às prioridades do programa durante a implementação da mesma. Há também referências acerca das imagens pias a serem mandadas para restauro, em Lisboa, de que já referimos. Fonte: BENAVENTE, Luís - Programa para as obras de restauro do património Histórico de Cabo Verde. Cx. 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1972-73.

[1328] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. . [Em linha].2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ... www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015

Figura 196 - Convento S. Francisco e sua área envolvente. Fonte: : CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

As imagens da figura 196 apresentam as ruínas da igreja e do convento que o cercam, inseridos no seu espaço ambiental, em que se pode identificar a sua localização e a vista do vale verdejante que está à frente, as encostas íngremes que ladeiam o vale, para além da imagem da fachada principal da igreja, consolidada, e outras dependências do convento.

2.5.1. Localização e história da igreja e do Convento de S. Francisco.

O convento e igreja de S. Francisco localizam-se no bairro de S. Pedro, numa elevação sobranceira ao vale, como se pode constatar nas imagens da figura 196. A primeira imagem, o mapa do Bairro de S. Pedro de António Andreia[1329], apresenta o convento perto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja do Monte Alverne, mas afastada. A imagem da figura 197, apresenta-a no conjunto urbano da cidade, por entre outros edifícios e igrejas. É uma Gravura a buril, aguarelada[1330], de Joannes van Keulen, da Escola holandesa, em que se dá destaque aos edifícios religiosos e aos edifícios nobres com os telhados vermelhos a sobressaírem na paisagem verdejante. O Convento se destaca na paisagem, como refere Carlos Santos[1331].

[1329] Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa.
[1330] Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450. Fonte: Colecção Iconografia – gravura. Cabo Verde. HAU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.
[1331] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII)*. Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

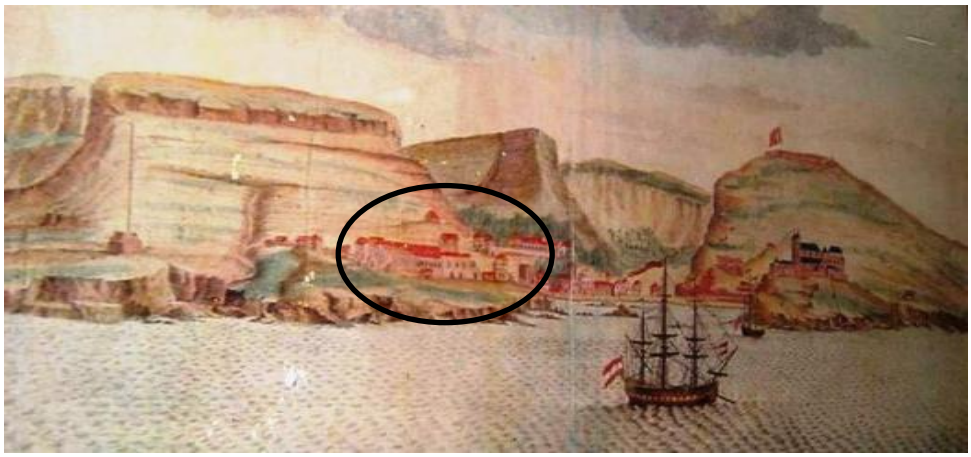


Figura 197 - 1ª Imagem:Imagem em que se encontra representada o convento de S. Francisco. Fonte: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450Colecção Iconografia – gravura. Cabo Verde. HAU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

O mapa de Andreas de 1778 apresenta a Igreja e o Convento citados acima das instalações para os padres, ribeira acima, depois do colégio dos Jesuítas, do lado oposto à rua da Horta, afastado e sobranceiro a uma elevação, como se pode verificar nas imagem da figura 197.

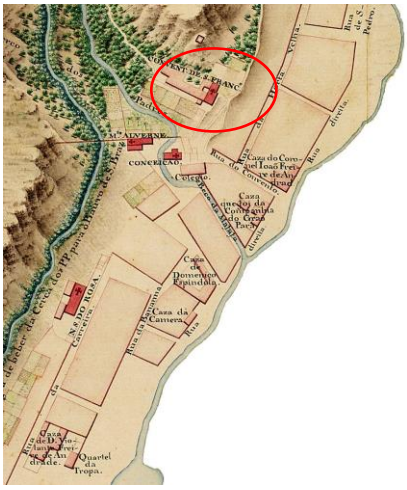




Figura 198 – 1ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea. Fonte: 1778 CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. 2ª Imagem: Gravura a buril, aguarelada, 46x63,8cm. Joannes van Keulen. Escola holandesa. [ca. 1635]. ICON.i. – I.024.D.450. Arquivo Histórico de Lisboa.

Esta localização é também apresentada por Carlos Santos[1332] pela a presentação do mapa de Andrea de 1769 e pelo de 1778, esta última conferindo ao Convento e igreja, o seu devido destaque, como se pode observar nas imagens da figura 198. Apresenta também imagens bem elucidativas da localização deste edifício, apresentadas na figura 199.

A Igreja e Convento de S. Francisco foram mandadas construir a partir de 1640 por Joana Coelha, rica proprietária natural da ilha de Santiago, tendo a mesma doado os terrenos para a construção destes edifícios. Há notícia de que uma escola chegou a funcionar nestes edifícios. Localiza-se na zona norte do antigo bairro de São Pedro, abaixo da Achada Salineiro, na zona setentrional deste sítio. A construção do Convento e da Igreja de São Francisco foi feita a meia encosta, numa paróquia isolada e rodeada duma densa vegetação, conmo se pode constatar pelas imagens da figura 199.

[1332] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

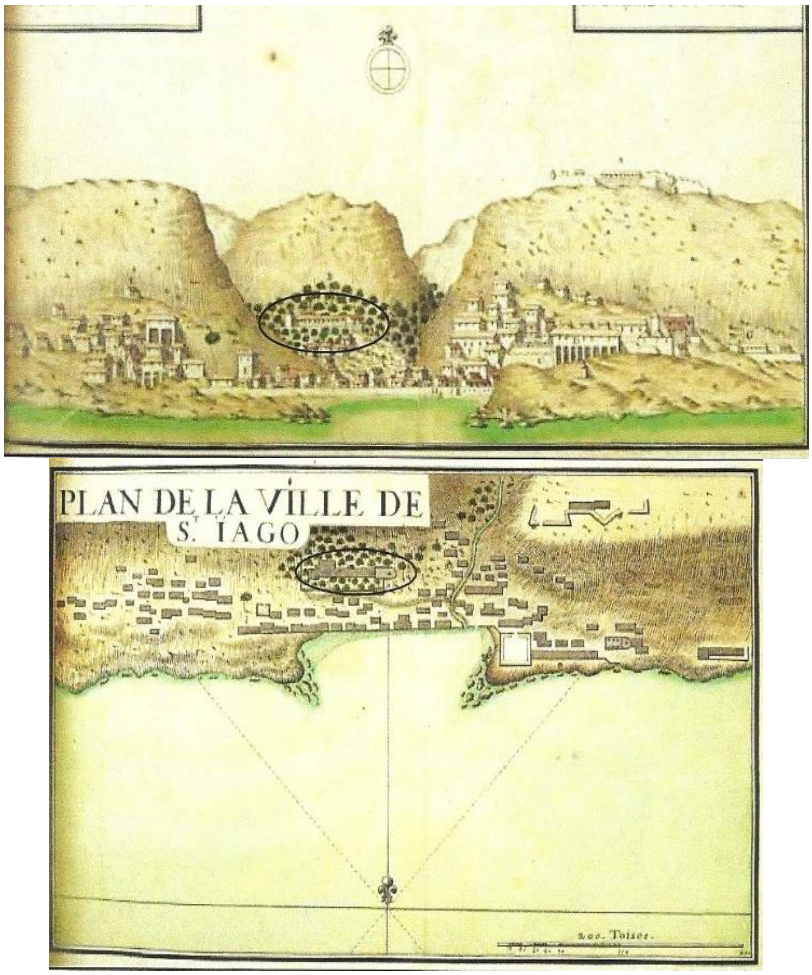


Figura 199 – 1ª Imagem: Destaque do convento de São Francisco a partir da Planta da Cidade da Ribeira Grande, da Ilha de Cabo Verde (1769), do Engenheiro António Carlos Andrea[1333]. 2ª Imagem: Destaque do convento de São Francisco a partir da Planta da Cidade da Ribeira Grande (1778)[1334]. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

É uma igreja longitudinal, composta duma só nave que estava ligada ao Convento de S. Francisco hoje em ruína. A igreja passou a ser usada para diversas manifestações culturais, tais como, actividades sociais, concertos, conferências e exposições, depois de importantes obras de restauro efectuadas em 2001 e 2002, com apoio da cooperação espanhola. As ruínas do convento foram estabilizadas com colunas de argamassa (capping) pelo que os visitantes podem hoje apreciar o volume da estrutura do edifício. Os padres capuchinhos tinham estes edifícios sob a sua guarda. Em 1754 foi arruinado em parte por um grande temporal, mas manteve-se de pé, o que prova a solidez desta

[1333] Ibidem
[1334] Estas imagens não se acompanham das respectivas fontes, na versão a que tivemos acesso.

construção. Foi praticamente abandonada desde meados do século XIX (PEREIRA, 200, 8-14). Imagens antigas, possivelmente dos anos sessenta, representadas na figura 202, apresentam o convento em ruínas, bem como a igreja, que se mantinha no entanto de pé, como revela a figura 200.





Figura 200 - 1ª Imagem – Igreja e convento de S. Francisco e o vale que o circunda. Fonte: Fotografia C. 6.265.06.311. ALBUM. Arquivo Histórico Ultramarino de Cabo Verde-A H U-C. V. 2ª Imagem: Vistas do convento de S. Francisco. Fonte: Fotografia cedida pelo Arquivo Histórico de Cabo Verde.

A construção do convento e da igreja de S. Francisco começou em 1657, numa elevação, num lugar isolado e cercado de uma densa vegetação. Em 1636, uma missão que tinha como responsável máximo, Frei João da Esperança, e mais dois religiosos, Frei Manuel do Espírito Santo e Frei Vicente da Conceição, que estavam autorizados a avançar com as obras do convento. Esta iniciativa não foi avante e ocuparam-se da igreja da Nossa Senhora da Conceição[1335].

Haveria, segundo Carlos Santos[1336], dois lugares diferentes para a construção do Convento e Igreja de S. Francisco, que seriam na propriedade do morgado dos Mosquitos, onde se instalaram logo que chegaram, onde deveriam construir uma casa, celas e oficina. O local não oferecia boas condições, pois navios iam prover-se de água

[1335] Fundação dos Terceiros Franciscanos na ilha de Santiago (1636-1640). Fonte *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. V, p. 303-310. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.
[1336] Carta da Junta das Missões de 04.07.1657. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 111-112. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

e havia mau cheiro, pelo que deviam ser acomodados noutro sítio, mais afastado, como era hábito destes religiosos. A rainha D. Luísa de Gusmão serviu de intermediária entre estes e o governador para tentar solucionar o problema[1337].

Carlos Santos[1338], apresentando passagens de documentos da época, indica que em 1661 iniciou-se a construção do convento de São Francisco da Ribeira Grande e foram construídas a igreja e o dormitório[1339], "*situação confirmada por Frei André de Faro na sua relação sobre as missões da Guiné, ao referir "que os frades da primeira missão tinham aí, há três anos edificado um convento*. A obra teve custos elevados, pois todos os materiais essenciais para a sua construção tiveram de ser importados de Portugal *"como a cal, madeira, telha, partais e cantarias"* e *"não havendo na terra materiais para se principiar e prosseguir o Convento, veio naquela ocasião uma caravela de Mondego carregada de madeira e juntamente outra de Lisboa, que trazia cal e telha"*. Os religiosos tiveram a preciosa ajuda dos moradores para sustentarem os custos da obra e colaboraram também para o sustento dos religiosos. Estes acudiram *"com tudo o necessário para as obras, como para o sustento dos religiosos"*[1340]. A este respeito, apresenta a seguinte passagem da crónica da Província da Soledade: *"entrou-se a trabalhar na obra com tal ardor, que além dos ricos, concorreram para ela com semanas inteiras de jornada, as mulheres, e mesmo os meninos, andavam à porfia, a quem serviriam no carreto dos materiais*". Concluída o Convento, as finanças da cidade ficaram depauperadas, faltando verba para pagamento dos funcionários. Anos depois, a estrutura encontrava-se em estado avançado de deterioração, segundo uma carta do rei D. Pedro II, e sem ajuda pois os moradores tinham colaborado com ajudas para as obras e para a decoração da igreja, da capela e da sacristia. Nesta época, o bispo franciscano D. Frei António Dionísio ordenou a alguns religiosos que reedificassem o edifício que

[1337] Faz referência a Carta da rainha Dª. Luísa de Gusmão ao governador Pedro Ferraz Barreto de 02.05.1658. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 124-125. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1338] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1339] Alude à fundação do convento da Soledade na cidade da Ribeira Grande, em 20.09.1657. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 121-122. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1340] Relação de Frei André de Faro sobre as missões da Guiné (1663-1664). Fonte: *Monumenta Missionária Africana*. 2ª Série. Vol. VI, p. 178-191. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

se encontrava em ruínas. A solução encontrada foi a de retirar dos direitos dos navios castelhanos de passagem para se abastecerem de escravos, de 300.000 réis em cada dois anos, para as despesas das obras[1341]. Em 1680 as obras ficaram definitivamente concluídas, o edifício só recebeu portadas e retábulos. Hoje, a igreja encontra-se em razoável estado de conservação, graças às intervenções realizadas em 2001 e 2002, com o apoio da cooperação espanhola. As ruínas do convento estão estabilizadas.

Ao fazer a caracterização tipológica e arquitectónica da igreja de S. Francisco, afirma Carlos Santos (SANTOS, 2015), que este edifício é um reflexo dos princípios construtivos da Província da Piedade[1342], referindo que o templo partilha uma qualidade formal austera e humilde. Afirma que se constata um forte apelo à simplicidade sobre o observador, caraterísticas típicas da arquitectura dos capuchos, expressas na sobriedade e clareza da organização dos templos, que se articulavam com as condições de vida insular.

Indica o mesmo, as seguintes dimensões da igreja: 8,53 metros de largura, por 16,50 metros de cumprimento, contabilizados desde a porta de acesso, até à parede que corresponde ao início do arco de triunfo. Refere que estas medidas estão próximas dos 7 X 17 metros encontrados por Medinas. Esta nave é coberta por uma falsa abobada de berço, que se alonga da fachada principal até à parede que dá início à capela-mor, espaço com 6,65 metros por 5,45 de largura. Assemelha-se a outras igrejas pertencente aos capuchos. Tem uma única nave, configurando-se num duplo quadrado, o comprimento da capela-mor (6,65 metros), não corresponde à largura do corpo principal do edifício (8,53 metros). A igreja tinha "*três altares, inclusive o mor",* sacristia

[1341] ANDRADE E SILVA - *Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa*. 1675-1683, p. 341. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

[1342] A Província da Piedade, pertencente aos capuchos, chegou a ter (até 1672) quarenta e um conventos e dois hospícios, um na Ribeira Grande, Cabo Verde, sobre a invocação de Nossa Senhora da Piedade, e outro em Lisboa, localizado na casa do Palácio do Duque de Cadaval, tinha regras específicas de construção e localização dos seus edifícios. Em Cabo Verde, sabe-se que, logo a seguir a subdivisão da Província em duas, em 1672, o território passou para a responsabilidade da província da Soledade. Contudo, os estatutos utilizados para as edificações da província de Soledade eram os mesmos da Província da Piedade, e ambas seguiam de perto as da Arrábida, província fundada com o auxílio de um religioso ligado à Província da Piedade, sendo por isso normal que tivessem seguindo as mesmas premissas ideológicas. Tais estatutos eram estabelecidos para a erecção das igrejas e dos conventos. Uma das primeiras determinações da província ordenava que todos os conventos deveriam ser "pobres, pequenos e recolhidos, situados longe das vilas e cidades, para que os religiosos neles moradores, não fossem "molestados com visitas de pessoas seculares". Fonte: SANTOS, Carlos Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

encostada à capela-mor que era *"menos mal",* e um coro, estando de acordo pois, com as premissas construtivas da Província da Piedade, que estabelece três altares, sendo o principal, destinado a receber a imagem de São Francisco ou Santo António, colocada na capela-mor, e outros dois inseridos nos extremos do arco triunfal. Carlos Santos[1343] refere que esta norma é comprovada no local, pois ainda é perfeitamente visível a demarcação de um pequeno altar de secção rectangular, no lado do Evangelho, bem como dois nichos rematados em arco de volta plena, rasgados nas paredes da nave, destinados a receberem os respectivos santos, não identificados. Alude que provavelmente terá existido também um altar no lado da epístola. A invocação que vigorou em Santiago foi a de São Francisco. O patrono da igreja era o capitão Luís de Abreu, empregando, por escritura de 10 de Julho de 1662, "para a fábrica dela […] 50.000 reis cada ano". O mesmo trecho menciona a existência de um coro[1344].

A fachada principal, de pano único, apresentava um portal axial retilíneo como revela a planta na 1ª e as ruínas na 3ª imagem da figura 201.

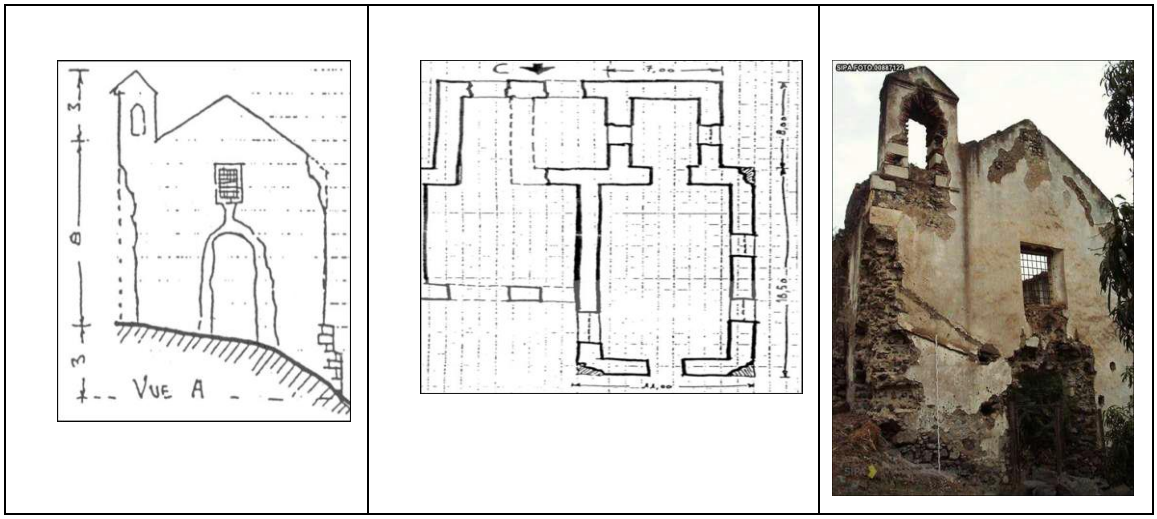


Figura 201 – 1ª e 2ª Imagens: Planta da Igreja de S. Francisco da igreja[1345]. 3ª Imagem: Fachada principal da Igreja de S. Francisco[1346].

[1343] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. UNIV . 225 f. Setembro de 2016
[1344] Ibidem

1345 Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. UNIV . 225 f. Setembro de 2016.

1346 Ibidem

Na área central, a rematar o portal, nota-se um grande vão retangular com grades em ferro que se encontrava, como era comum, sobrepujada por um nicho, observável a partir de uma fotografia feita nos anos 90. *"A coroar o frontispício do edifício, observa-se uma empena triangular, envolvida por um pequeno campanário, com janela em arco de volta perfeita encimada por uma cornija e sobrepujada por um pequeno frontão triangular",* representadas nas imagens da figura 201 e 202.



Figura 202 – 1ª e 2ª Imagens: Fachada principal da igreja de S. Francisco[1347]. 3ª Imagem: Pedras de cantaria na construção das paredes[1348].

Indica ainda que na fachada actual do templo, não é visível, aquele que é um dos elementos mais caraterísticos das construções realizadas pelos capuchos, que é a simetria, e que os antigos frontispícios dos conventos de Nossa Senhora da Esperança, Portimão (c. 1541), de Santo António, Loulé (c. 1547) e Santo António de Redondo (c. 1609), todos pertencentes a Província Piedade, exibem uma estética próxima da igreja de Cabo Verde. Conclui que a igreja da Ribeira Grande, juntamente com os conventos referenciados, seguiram de perto o modelo projectado pela arquitetura capucha, que apresenta as seguintes características: uma fachada marcada, por um arco, uma janela central, revelada pela imagens das figuras 201 e 202, encimada por um nicho destinado a receber uma imagem, possivelmente de barro, e um frontão triangular, com a sua cruz, existência de pelo menos uma torre sineira e dois cunhais de pedra.

1347 Ibidem

1348 Ibidem

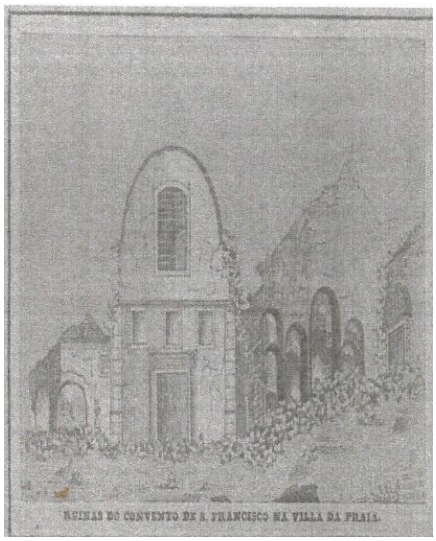


Figura 203 – Igreja e convento de S. Francisco. Fonte: MDE Gravura nº 92.683[1349].

Quanto à fachada lateral da igreja correspondente à epístola, possui quatro janelas de verga reta, sendo uma na zona do já desaparecido coro-alto, duas no corpo da nave e a última na capela-mor.

A imagem da figura 203[1350] apresenta ruínas do edifício, já desprovido do tecto, mas que deixa apreciar ainda as características arquitectónicas e artísticas, embora não apresente a data, para que se pudesse saber a época a que se refere.

[1349] PEREIRA, Ana Mafalda Gomes Furtado - *Catálogo da Exposição – A Praia de Lobo da Gama a Duarte Fontoura: Principais transformações (1567-1974).* Instituto do Arquivo Histórico Nacional. Praia. 2011.
[1350] Ibidem



Figura 204 – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5º Imagens: Vistas das fachadas laterais da igreja de S. Francisco[1351]. 6ª e 7ª Imagens: Capela-mór da igreja de S. Francisco[1352].

O pano do lado do evangelho é praticamente cego, apenas rasgado por uma única janela retilínea, com maiores dimensões, e a parte traseira do edifico é rasgada um por janelão de arco de volta redonda, encimada por uma empena recta, como indicam as imagens da figura 204 e 205.

[1351] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.
[1352] Ibidem



Figura 205 - Interior da igreja de S. Francisco. Fonte: DOS SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz. A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.

Os espaços conventuais, estando em ruínas, não foi possível analisá-los a partir dos modelos produzidos pelos conventos dos capuchos, explica Carlos Santos[1353]. Refere ainda que, de acordo com Medinas[1354], as instalações correspondentes aos dormitórios, eram ocupados por 15 a 20 celas, todas de pequenas dimensões e localizando-se no piso nobre. Quanto ao urbanismo, refere que geralmente, os conventos franciscanos na metrópole, nas cidades insulares atlânticas e na colónia brasileira, estavam localizados fora do núcleo populacional, mas próximos da implantação urbana existente, em zonas de acesso fácil, tendo por trás as cercas, respeitando assim as normas presentes nos estatutos. Explica que privilegiavam ainda uma localização contígua a cursos de água ou de nascentes, condições que favoreciam a aposta em plantações, utilizada não apenas como fonte de alimentação, mas também para o desfrute das comunidades de religiosos. As construções funcionavam por um lado como pólos de atividade missionária, por outro, de desenvolvimento e expansão urbana[1355].

[1353] Ibidem

[1354] MEDINAS, Victor Joaquim Fialho – *Arquitectura Capucha da Piedade*. Dissertação de mestradoem História e Arte.. Lisboa. FCSH-UNL. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.

[1355] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.

O Documento "PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[1356] apresenta também uma imagem (em mau estado) do que sobrava das ruínas do convento e igreja de S. Francisco *"mandado construir por D. João IV para acolher os missionários capuchinhos"*.

Vera Moriz [1357]refere que com a chegada da missão dos Franciscanos à Ribeira Grande em 1657, a inicial ideia de se instalarem na área das propriedades dos padres da Companhia de Jesus foi logo substituída, através de uma doação de um terreno, mais por cima e recuado, ao pé da achada Maria Parda. Foram construídas a igreja, dormitórios e claustro do convento. As obras ficaram prontas em poucos anos. Refere que estes edifícios foram danificados nos ataques de 1712, e mais tarde, por um grande temporal, em 1754, e que, o abandono após o término da missão Franciscanos, durante a segunda década do século XIX, fez com que se degradasse. Por outro lado, em "Ribeira Grande – A Cidade Velha"[1358] afirma-se que a Torre sineira deste edifício é um dos raros testemunhos que confere uma conotação religiosa a este edifício, construído em tijolos, e que a torre possuía ainda os suportes dos eixos do cabeçalho do sino, conforme conferem as imagens 2, 3 e 4 representada na figura 205, que também apresenta a planta de localização do convento, presente na 1ª imagem. Apresenta a localização do edifício, descreve ainda o edifício na data da feitura do documento, em que adianta que as pedras que ligavam a fachada principal com as paredes laterias tinham sido desmanteladas, e que a estabilidade do conjunto residia apenas na boa resistência do material. Acrescenta que, quando se fez o trabalho (1986), a volumetria do corpo do edifício principal estava ainda visível, mas o revestimento do solo e os ornamentos tinham desaparecido completamente. Alerta o mesmo para os problemas de segurança na entrada principal, onde as pedras brancas que constituíam o corpo do lintel tinham desaparecido e os tijolos que constituíam a parte posterior do lintel estavam desirmanados, ameaçando

[1356] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

[1357] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina.. Em Linha].[Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1358] "RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA*"* – Dossier Cidade Velha. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. (s.d.).

deslocar-se. Alerta também pela necessidade de "corte e proibição" do acesso ao edifício.

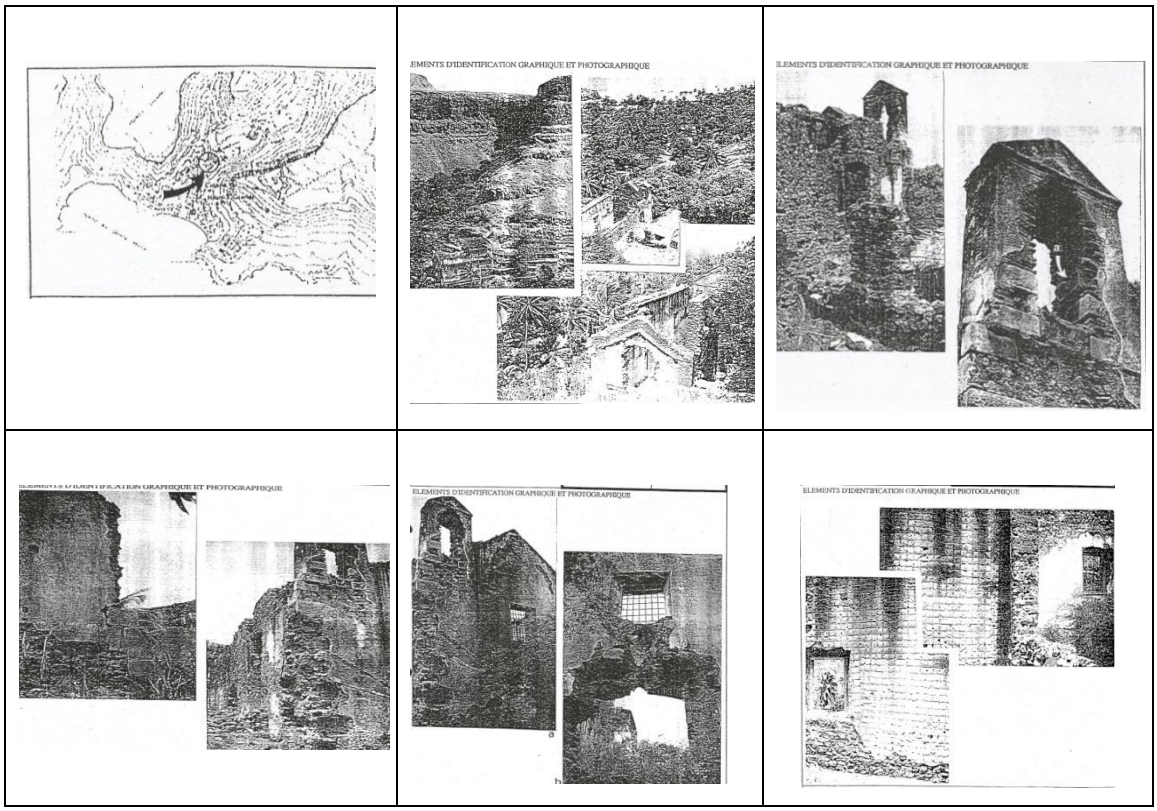


Figura 206 - Imagens do Convento e igreja de S. Francisco. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

Este documento apresenta ainda fotografias de tramas regulares que provam que a totalidade das paredes eram decoradas com azulejos de que só restavam na altura, pequenos e esparços fragmentos espalhados pelo solo, como se pode constatar pela imagem nº 6 da figura 206. Nas observações, refere o documento, que a partir destes elementos levantados durante a missão, poder-se-ia estimar uma intervenção de urgência, em que se definiriam o material apoio, as quantidades de materiais de construção necessárias, a volumetria do edifício, a fim de se preparar uma campanha de levantamentos fotogramétricos. O documento apresenta também a localização do edifício, a parte do edifício que ainda existia e as ruínas da época, representadas na figura 206, que indica a sua volumetria original e o desgaste que na época se verificava. A degradação continuou, o que se pode confirmar pelas imagens que mostram o que hoje existe.

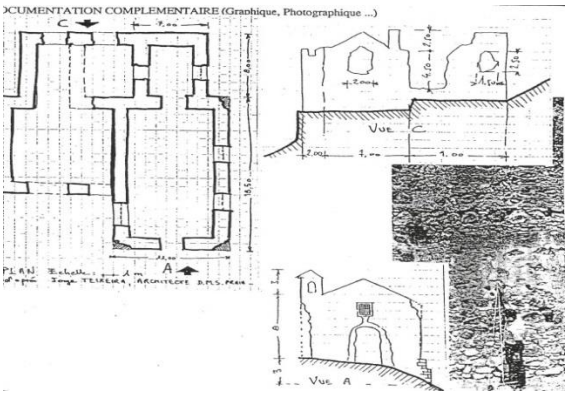




Figura 207 – 1ª Imagem: Planta e alçados da Igreja de S. Francisco[1359]. 2ª Imagem: Interior do Convento de S. Francisco - O Altar - Mor[1360].

Esta imagem, mais completa, assinala o cumprimento e a altura total das paredes e do edifício, as medições de todas as componentes do edifício, no Corte C e apresenta no Corte A a largura, a altura total.

"A Escola e os Descobrimentos - Olhares sobre Cabo Verde" apresenta também uma planta com medições destes edifícios[1361], uma imagem antiga, o desenho das ruínas em que se verificam que já se encontrava degradada (figura 207). A primeira imagem deixa ver que localiza-se na encosta de um vale, um grande pátio que cerca o edifício que ainda se encontra de pé, parte das ruínas e a área envolvente verdejante.

[1359] Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.
[1360] Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* Tese de Mestrado. 187 f. 2010.
[1361] A ESCOLA E OS DESCOBRIMENTOS - OLHARES SOBRE CABO VERDE. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa. Julho de 1995, p. 1 a 11.

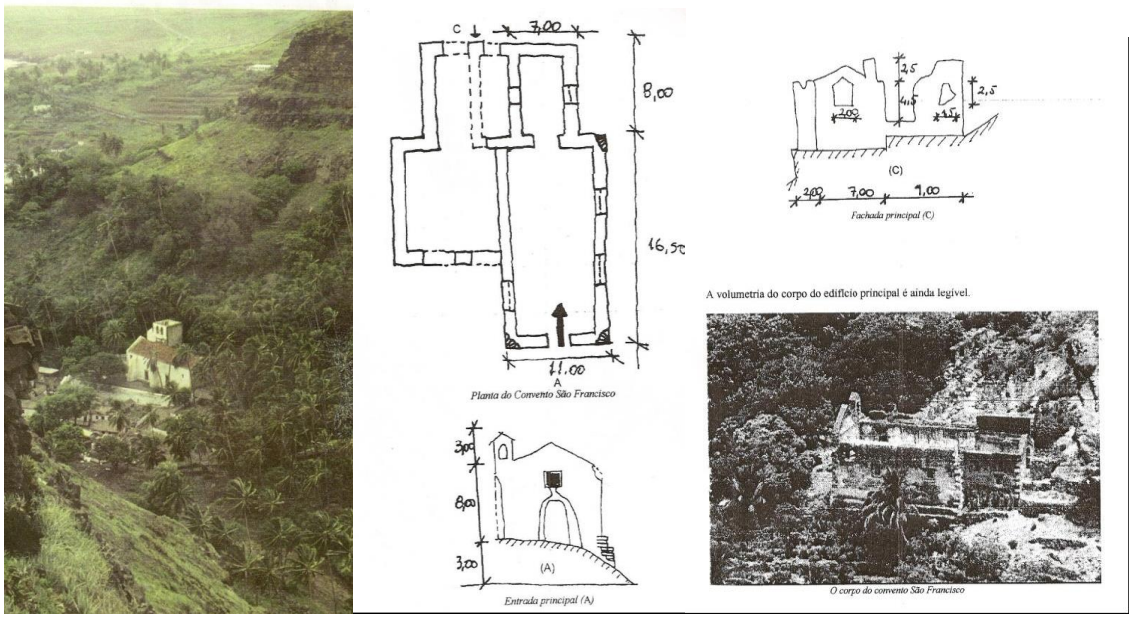


Figura 209 – 1ª Imagem – Convento e Igreja de S. Francisco. 2ª Imagem - Planta do convento e igreja de S. Francisco. 3ª Imagem - Uma imagem antiga do edifício. Fonte: A Escola e os Descobrimentos - Olhares sobre Cabo Verde. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa. Julho de 1995, p 1 a 11.

Na figura 210 apresentamos imagens actuais, e imagens do exterior, o ambiente ao redor, realizada após a última fase de trabalhos de preservação.



Figura 210 - 1ª Imagem - A Igreja de S. Francisco e a sua Torre Sineira. Imagem actual após a preservação. 2ª Imagem - Piso de um compartimento em ruínas, com mosaicos e canalização de água a atravessar o piso. Plantações e mangueiras no sítio, entre as ruínas. 3ª Imagem - As ruínas do Convento cercadas por plantações e mangueiras, uma cerca improvisada nas ruínas e vacas a pastar. Fonte: fotografia realizada durante a visita ao local, em Dezembro de 2015, no âmbito desta Dissertação.

Na segunda imagem deste conjunto, é possível ver a o piso com mosaicos e canalização de água a atravessá-la, bem como as ruínas cercadas por plantações e mangueiras, e na terceira, uma cerca de pedra onde pastam vacas, entre as ruinas, pelo que apercebe-se que a população se apropriou do local para prática da agricultura, criação de gado, e para outros usos com fins domésticos ou de rendimento. Os mosaicos que sobram são

de cor acastanhada e estão pouco perceptíveis, pois estão à mistura com uma camada de pó da mesma cor, pelo que assinalamos na imagem da figura 210 alguns.

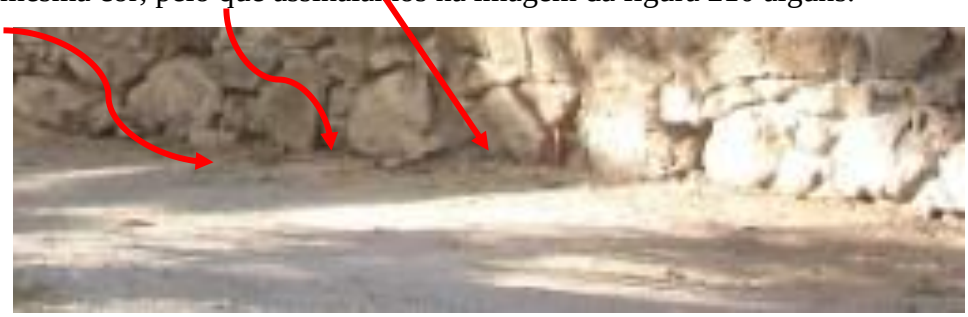


Figura 210 - As ruínas do Convento com mosaicos de cor acastanhada que revestem um dos pavimentos de um compartimento do convento de S. Francisco. Fonte: fotografia realizada durante a visita ao local, em Dezebro de 2015, no âmbito desta Dissertação.

2.5.2. Restauro da Igreja de S. Francisco e sua funcionalidade.

As ruínas do convento e igreja de S. Francisco são um dos pontos de referência para os turistas e visitantes, e constituem uma das etapas obrigatórias para quem visita a cidade da Ribeira Grande (PEREIRA, 2004).



Figura 211 –1ª e 2ª Imagens: Localização do Convento e da Igreja de São Francisco no ambiente e paisagem. 3ª e 4ª Imagens: Vistas exteriores da igreja . 5ª Imagem: Vista interior da igreja. 6ª e 7ª Imagens: Ruínas do convento[1362].

[1362] Fonte: Cidade Velha. Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha].2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

A equipa da cooperação espanhola em parceria com o Governo de Cabo Verde, fez uma intervenção de fundo nestes edifícios, visando a sua recuperação e a conservação dos mesmos. O interior foi remodelado e está em bom estado de conservação como apresenta a imagem da figura 211. O exterior recebeu também obras de consolidação, como se pode apreciar nas imagens 1, 2 e 3 da figura 212.



Figura 212 - 1ª Imagem – Parte Frontal do convento. 2ª Imagem - Exterior do Convento. 3ª Imagem - Parte Oeste do Convento. Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* Tese de Mestrado. 187 f. 2010**.**

Estes importantes trabalhos de restauro realizados em 2001 e 2002 pela cooperação espanhola, permitiram que a igreja fosse actualmente utilizada para diversas manifestações culturais, como actividades educativas, concertos, conferências, exposições. As ruinas do convento e a igreja são actualmente acessíveis aos visitantes que podem ler a volumetria do corpo do edifício da igreja[1363]. Após a consolidação, a igreja tornou-se pois um edifício funcional. São realizadas conferências e outras actividades culturais neste edifício, de âmbito governamental e municipal.



Antes - depois antes - depois

[1363] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

Figura 213 – Imagens da Igreja de S. Francisco antes e depois da sua consolidação. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Janvier 2008. [Em Linha]. 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

Entre 1999 e 2003 foram realizados portanto, trabalhos de consolidação nos monumentos da Cidade Velha que beneficiaram a igreja de S. Francisco, como conferem as imagens da figura 213, que demonstram como estava a igreja antes destes trabalhos e depois da consolidação. A comparação entre as imagens mais antigas com as mais recentes, da mesma, deixa claro que o desgaste foi-se acentuando com o tempo, pois não foram tomadas medidas atempadamente para a sua restauração e utilização.

2.6. As ruínas do Colégio dos Jesuítas (séc. XVII) – a igreja do colégio.

O Colégio dos Jesuítas, um edifício que tinha cerca de 15 metros de comprimento por 5 de largura, a 400 metros do mar, de que restam apenas parte das paredes exteriores, encontram-se em mau estado de conservação. Os vestígios do que foi o colégio, localiza-se perto das ruínas da que foi a sede da Companhia de Grão Pará e Maranhão, no bairro de São Pedro[1364].



Figura 214 - 1ª e 2ª Imagens: Ruínas do Colégio dos Jesuítas. 3ª Imagem: Sede da Companhia de Grão Pará e Maranhão. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-grande ...

[1364] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

As imagens apresentadas na figura 214 conferem que, deste edifício bem grande, restam apenas ruínas e que a degradação deste edifício foi enorme.

2.6.1. Localização e história, características arquitectónicas e artísticas.

O Colégio dos Jesuítas localiza-se numa área onde se instalaram vários edifícios religiosos, nomeadamente a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a primeira da cidade, a igreja do Monte Alverne, e mais acima, a igreja e convento de S. Francisco. Nesta área localizam-se também edifícios particulares nobres, em que se pode tomar como exemplo, a Casa do Coronel João Freire de Andrade, que ficava na rua do Convento, estando no outro lado da mesma rua, a casa da Companhia de Grão Pará e Maranhão, como se pode visualizar nas imagens da figura 215.

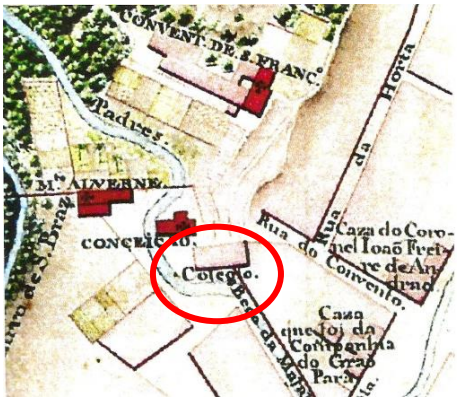




Figura 215 - 1ª Imagem: Parte do Mapa da Cidade Velha de António Carlos Andrea[1365]. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa[1366].

O Colégio dos Jesuítas, também referido como Colégio/Seminário dos Jesuítas[1367], *"indicado somente pelos mapas do séc. XVIII, do Engenheiro António Carlos Andrea e*

[1365] Fonte: CART. 024 D. 123, ACL-AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Portugal.
[1366] Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season.

identificado in loco pelo autor em 2004", é um edifício estreito e comprido que fica a poucos metros a sul da área da igreja da Nossa Senhora da Conceição. *"As escavações arqueológicas em 2007 confirmaram a sua planta assim como a suposição inicial de se tratar de um edifício mais antigo, reaproveitado ou até reconstruído pelos padres da Companhia após a sua chegada a Cabo Verde em 1604",* refere, citando Evans *(Evans et all, 2007, p. 19)"*[1368].

Referindo-se a este e a todos os edifícios eclesiásticos da Ribeira Grande, Vera Mariz[1369] adianta, com base no que Richter escrevera (Richter, op cit, vol. I, p. 296, 297).

A todos os edifícios eclesiásticos na Ribeira Grande é comum a sua construção conforme as tipologias dos modelos pré-existentes no reino e nas outras ilhas atlânticas,conforme as épocas, com os detalhes das partes construtivas e ornamentais (janelas, portas, arcos, abóbadas, pedestais, colunas, frisos, azulejos) ao gosto da época e com materiais vindos pré-fabricados das oficinas do reino, embora a riqueza dos detalhes assim como a própria finalização dos edifícios em si seja de predominante execução mais pobre. Os próprios locais de implantação dos edifícios apresentam uma certa irregularidade urbana e destacam-se dessa forma, adaptando-se às necessidades e condições locais-históricas e à topografia peculiar da Ribeira Grande, das demais urbanizações das ilhas atlânticas, também através do seu número elevado e destaque em relação ao tamanho da própria vila[1370].

Konstantin Alexander Richter[1371], refere-se ao projecto internacional, "*O itinerário dos Jesuítas pelas Ilhas Atlânticas",* promovido pela UNESCO, no âmbito do Fórum, Universidade e Património. Este projecto de colaboração, envolvia as Universidades de Portugal, da Madeira e dos Açores, do Brasil e de Cabo Verde. Konstantin Alexander Richter[1372] foi director do Forum UNESCO em CaboVerde, entre 2003 e 2006, investigou a respeito das evidências físicas da passagem dos Jesuítas pela Ribeira Grande, durante a primeira metade do séc. VXII. Na altura do início do projecto, apenas tivera acesso a três mapas urbanos do Engenheiro Português António Carlos Andrea, todos da segunda metade do séc. XVIII. Com apoio destes mapas, pelas pesquisas feitas

---

[1367] Projecto Cidade Velha – "Dossier Cidade Velha". Arquivo histórico de Cabo Verde. (s.d.).
[1368] Ibidem
[1369] Ibedem
[1370] MARIZ, Vera - XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr
[1371] Ibidem
[1372] Ibidem

no local, e recolha de dados e de levantamentos topográficos, pôde identificar o Colégio dos Jesuítas. Este arqueólogo refere que vestígios de duas partes de muros, visíveis numa área agrícola, a poucos metros a norte, indicou a existência de mais um edifício de maior dimensão. Ao Comparar mapas, sobreposição topográfica e documentos bibliográficos, ficou confirmado que o edifício era a igreja Nossa Senhora da Conceição. A recolha contínua no local, resultou na identificação de vários elementos de construção e ornamentação, nomeadamente de fragmentos de azulejos, telhas e tijolos de pavimento, datáveis de finais do séc. XV, início séc. XVI, assim como pedaços de argamassa em abundância. *"Esta combinação de edifícios e artefactos indicou uma área religiosa de importância histórica maior, e ficou claro que somente escavações arqueológicas em larga escala seriam capazes de desvendar todas as evidências"*[1373].

Documentos referem-se também à construção de um Seminário na altura da construção do Palácio Episcopal. Assim, a 12 de Janeiro de 1570 foi decretada a construção do Seminário Diocesano. Entretanto, o Bispo Frei Francisco de S. Simão só deu início à sua construção bem como a da Residência Episcopal em Abril de 1783. Já em 1555 uma provisão do rei autorizava a abertura, na Ribeira Grande, de uma escola de latim e moral, em regime de externato. Como esta se mostrava insuficiente, o Bispo procedeu à abertura de um verdadeiro Seminário, que se fechou em 1594, devido a dificuldades financeiras e de pessoal. Apesar disso, resultados positivos se notaram, pois em 1574, o Padre Manuel Mendes, natural de Santiago, é apresentado como pároco de Santa Catarina do Mato, e em 1592, Nicolau Fernandes, também de Santiago, é nomeado Cónego[1374].

Muito pouco se sabe a respeito da construção do Seminário e das suas provisões. Na Carta ao rei sobre a triste situação da Catedral, por falta de cónegos e da Sé, solicitando que fossem providos algumas das cadeiras que estavam vagas, refere-se também ao pedido da construção de um Seminário *"à custa do Bispo excepto alguns materiais que*

[1373] Ibidem

[1374] MARIZ, Vera - XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. In A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

o rei devia enviar de Portugal e que para a sustentação do mesmo se podia lançar mão do produto de algumas cadeiras que se encontravam vagas" sugerindo, que cinco podiam ser providos e com o montante das quatro outras se sustentasse o seminário até que houvesse recursos da realeza. Apresenta-se uma lista com os reverendos que se considerava aptos, sendo os mais capazes os primeiros da lista. Acrescenta-se que já se tinha mandado informar o Secretário da Repartição da Ordem de Cristo, que enviou o pedido para ser dado visto pelo Doutor Procurador Geral das Ordens, sobre a sua proposta, visto este concedido a 6 de Maio de 1825 (Lisboa). Assina, *Joaquim Manoel Garcîa de Castro Brito.* Ao pé da página – Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias - Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37.

Na mesma, refere-se ao pedido da construção de um Seminário à custa do Bispo excepto alguns materiais que o rei devia enviar de Portugal e que para a sustentação do mesmo *"se podia lançar mão do produto de algumas cadeiras que se encontravam vagas"* sugerindo que cinco podiam ser providos e com o montante das quatro outras se sustentasse o seminário até que houvesse recursos da realeza. Apresenta-lhe uma lista com os reverandos que considerava aptos sendo mais capazes os primeiros da lista. Acrescenta que já havia mandado informar o Secretário da Repartição da Ordem de Cristo que lhe enviou para ser dado o visto pelo Doutor Procurador-Geral das Ordens sobre a sua proposta, visto esse concedido a 6 de Maio de 1825 (Lisboa). Assina, Joaquim Manoel Garcîa de Castro Brito. Ao pé da página vem escrito o seguinte: Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias - Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37. Todas as propostas que fizera na carta tinham o visto do Doutor procurador Geral das Ordens, e numa página anexada a esta, regista-se – o assunto e no fim a frase - Foi voto o Deputado Conselheiro Joaquim José Guias e o indicativo - Da Mesa da Consciência e Ordem – Reg. Ao af 155, de L 37. Este registo indica que o assunto da carta já tinha sido mandada, provavelmente, à Mesa da Consciência da Ordem de Cristo, para aprovação.

O Documento "Projecto Cidade Velha"[1375], traz uma imagem apenas das ruínas do *"Seminário (Colégio) construído pelos jesuítas no sec. XVIII"*, em mau estado de conservação, que mostra uma das paredes ainda de pé.

No "PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA[1376] informa-se que, da janela de estilo manuelino, em bom estado de conservação, que a fotografia de 1929 mostrava. Apenas restava uma parte da "chambrante gauche" (chambranle – enquadramento de uma porta ou de uma janela ou chaminé) formada por un cordão na sua base e por uma decoração com duas cabeças. Acrescenta o autor que as fotografias de 1929 se podia utilizar para o estudo analítico que se impunha, como acontecia em certos casos similares, que estes documentos antigos mostram as modificações ou as degradações que o edifício sofreu, e delas se pode depreender a rapidez da degradação do edifício, desventrada dos "ses parure architecturale"- decoração arquitectónica - pelos habitantes da localidade, como conferem as imagens da figura 216.

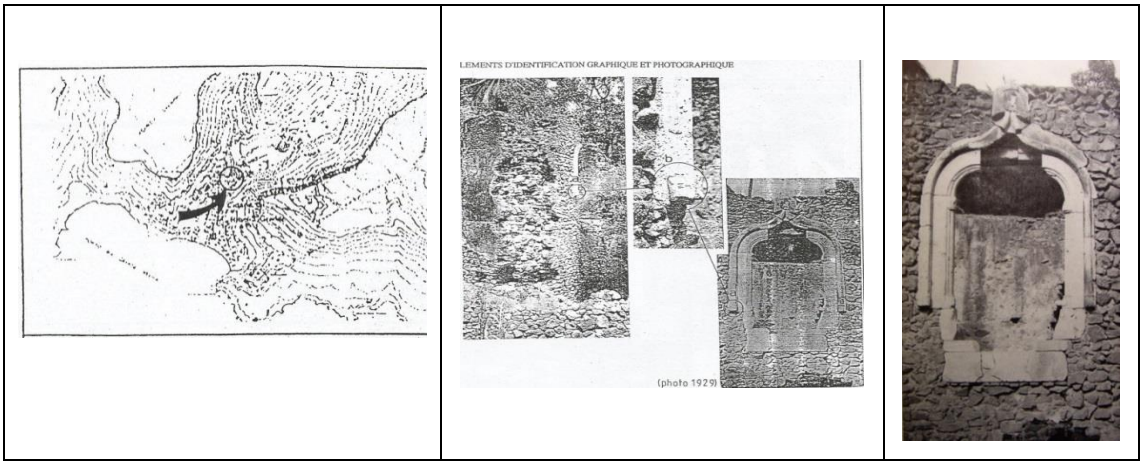


Figura 216 – 1ª Imagem: Planta de localização do Convento. 2ªImagem: Particularidades da construção e janela de estilo manlino do Convento. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980. 3ª Imagem: Janela de estilo manuelino do Convento. Fonte: Acervo Documental da Curadoria da Cidade Velha.

A primeira imagem da figura 216, apresenta a localização destes edifícios. A 2ª imagem é de 1929, e na 3ª desta figura, uma imagem mais nítida facultada pela Curadoria da Cidade Velha, destacamos a janela gótica, em que se pode apreciar a sua beleza artística na totalidade. Nesta, os elementos que a caracterizam se apercebem melhor. Podem ser

[1375] Projecto Cidade Velha – "Dossier Cidade Velha". Arquivo histórico de Cabo Verde. (s.d.).
[1376] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

apreciadas ainda a degradação do edifício e os escombros na 2ª imagem da mesma figura.



Figura 217 - Janela gótica do Colégio dos Jesuítas. Fonte: ALBUM C. 6.265.06.311. Arquivo Histórico Ultramarino de Cabo Verde - A H U - C.V. Disponível no Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Uma imagem mais recente do que as da figura 216, apresenta a janela danificada, restando apenas uma pequena parte, que confirma o seu estilo manuelino, como confere a figura 217, bem como a sua degradação.

Quanto às características arquitectónicas, Carlos Santos[1377] descreve duas propostas para a planta do Colégio dos Jesuítas, sendo a primeira, não concretizada, projectada pelo visitador Sebastião de Araújo, em que o mesmo escreve que, *"assume um relevo importante nas produções artísticas da Ribeira Grande, na medida em que, a proposta arquitectónica do colégio teve em conta as condições encontradas no território, seguindo assim de perto as ideais determinadas depois de 1575, que tinham como princípios básicos de arquitectura, a flexibilidade e adequação ao meio, os hábitos edificatórios do sítio e aos fatores económicos*[1378]". O segundo projecto, da autoria do Padre Baltasar Barreira, foi realizado nos primeiros anos da chegada dos jesuítas à ilha

[1377] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos . *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.
[1378] MARTINS, Fausto Sanches - *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759, Evolução Cronológica, Intervenção Artística e Articulação Espacial*. Tese de Doutoramento. 1994. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos . *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.

de Santiago. O edifício deveria erguer-se em torno de um pátio quadrado com varandas ao redor*, "de maneira que o lanço que cair sobre o mar tenha cinco ou seis cubículos",* visível nas imagens da figura 218, que apresenta as Plantas do projecto para o colégio (1629), sendo o primeiro piso e segundo piso na primeira e segunda imagens, a 3ª imagem representando a Planta do primeiro piso com as alterações do autor, a partir da planta original, e a 4ª imagem, a Planta do segundo piso, também com as alterações do autor, a partir da planta original.

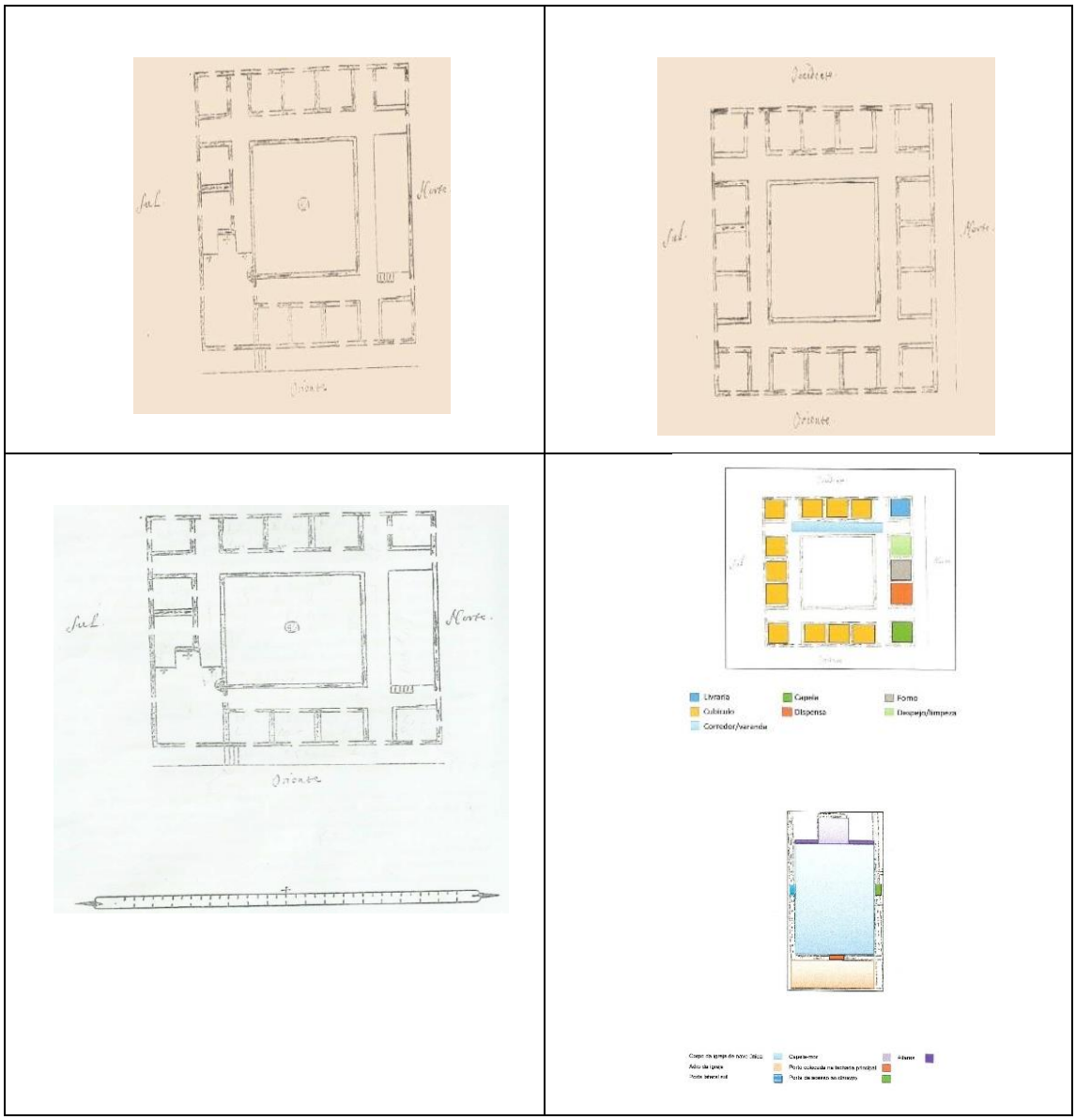


Figura 218 - 1ª e 2ª Imagens - Plantas do projecto para o colégio (1629), primeiro piso e segundo piso. IAN/TT. 3ª Imagem - Planta do primeiro piso. Alterações do autor a partir da original. 4ª Imagem - Planta

do segundo piso. Alterações do autor a partir da original. 5ª Imagem: Igreja do colégio. Alterações do autor a partir da original[1379].

A 5ª imagem representa a Igreja do colégio com as alterações do autor a partir da original[1380]. O frontispício da igreja devia fazer-se *"para a banda da cidade, que fica a oeste-noroeste".* A 3ª imagem, que representa a Planta do primeiro piso com as alterações do autor a partir da original, traz a seguinte legenda: 1 – Igreja; 2- Classes; 3- Casa do Perfeito; 4 – Rocha; 5 – Cal e telha; 6 – Portaria para carro; 7 – Madeira; e tábuas; 8 - adegas; 9 – Latrina; 10 – Despejo da Sacristia e igreja; 11 – Sacristia; 12- Pátio; 13- Fonte; 14- Corredor; 15 – Escada de acesso.

A igreja ocupava um espaço reduzido em relação à totalidade do projecto. Tinha uma nave única, três capelas, sendo uma principal, que era pouco profunda e separada da nave por um arco cruzeiro, e mais duas laterias que encontravam-se separadas da capela-mor por um gradeamento de madeira, podendo constar nela um jazigo.

O mesmo autor (SANTOS, 2015) refere-se também projecto do padre Baltasar Barreira, realizado logo nos primeiros anos da chegada dos jesuítas à ilha de Santiago, mais precisamente, a 11 de Maio de 1609. Seria construída em Ribeirão Correia, sobre o mar, local pertencente à fazenda de São Martinho. Deveria erguer-se em torno de um pátio quadrado com varandas ao redor*, "de maneira que o lanço que cair sobre o mar tenha cinco ou seis cubículos".* Nesta proposta o padre tem o cuidado em dividir os diferentes espaços de modo a que *"a gente de fora"* não entrasse nas áreas internas, nomeadamente no pátio e casas. O colégio teria ainda, para além de oficinas destinadas a agasalho *"da gente do nosso serviço"*, cozinha e despensa, uma horta que serviria não só de sustento como também impedimento de passagem ao longo dos cubículos, *"porque as vezes as negras não estão bem compostas"*.

[1379] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos . *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.
[1380] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos . *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. UNIV 225 f. Setembro de 2016.

Não identificamos o recheio da igreja do Colégio dos Jesuítas durante as nossas pesquisas, nem obtivemos nenhuma indicação de que, elementos deste recheio, estivessem guardados em outras igrejas da cidade.

2.6.2. Escavações arqueológicas.

Foi identificado como sendo provavelmente relacionado com o Seminário dos Jesuítas, o sítio III, na campanha arqueológica de 2006, confirmada na campanha de 2007, ambas realizadas pela equipa de Cambrighe e da Universidade Jean Piaget[1381]. Imagens detas campanhas estão representadas na figura 219.



Figura 127 - Escavações no Colégio dos Jesuítas. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

O sítio, representado nas imagens da figura 220, deixa-nos aperceber que o piso original do colégio está abaixo do actual piso, devido ao depósito de aluviões e pode ainda constatar-se parte do calcetamento deste, como revelam as imagens já referidas. Perto deste, uma outra escavação, ao lado do edifício da Companhia de Grão Pará e

[1381] EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season.

Maranhão, também estudado nesta campanha, estão representados nas imagens da mesma figura.



Figura 128 - Escavações na parede do edifício da Companhia de Grão Pará e Maranhão. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

A Companhia de Grão Pará e Maranhão foi estabelecido no sec XVIII, por negociantes de Portugal e norte do Brasil, e detinha o monopólio do comércio de escravos entre o Brasil e a costa africana da Guiné. Tinha enormes privilégios económicos. O piso do edifício da Companhia de Grão Pará e Maranhão está a cerca de 3, 20 metros de profundidade e o piso de Nossa Senhora do Colégio dos Jesuítas está a 1,20 metros mais alto do que o da Companhia. A parede desta ruína têm cerca de 7 metros de altura por cerca de 5 de largura, em que se vê ainda restos de pintura. Fragmentos encontrados durante as escavações já referidas (Igreja de Nossa Senhora da Conceição estudada na mesma campanha) revelaram a existência de vasos e louças de porcelana, de vidro e marfim, pedras preciosas, que são provas de que na Cidade da Ribeira Grande transitavam comerciantes e mercadores, que aí levavam produtos de alta qualidade utilizados pelos nobres e grandes proprietários, que também se dedicavam ao comércio de escravos[1382]. Devido à sobriedade da vida do colégio, provavelmente que estes elementos de época, não eram utilizados.

[1382] EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

2.7. As ruínas da Igreja da N. S. da Conceição (séc. XV/XVII).



Figura 221- Imagem antiga das Ruínas da Igreja da N. S. da Conceição. **Fonte**: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha].2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

2.7.1. Localização e história.

Raros são os documentos que se referem à história desta igreja, pelo que recorremos às campanhas arqueológicas realizadas em 2006, 2007 e 2015, nas ruínas desta igreja, a fim de obtermos algumas luzes acerca da mesma. Estas campanhas comtemplaram também outros edifícios religiosos da Cidade Velha.

Esta igreja, considerada *"a primeira igreja construída nos trópicos"* está localizada no bairro de São Pedro, como se pode verificar nas imagens da figura 221 e 222. Fica próximo à Igreja do Monte Alverne e ao Colégio dos Jesuítas, como apresentam a primeira e segunda imagens da figura 222.

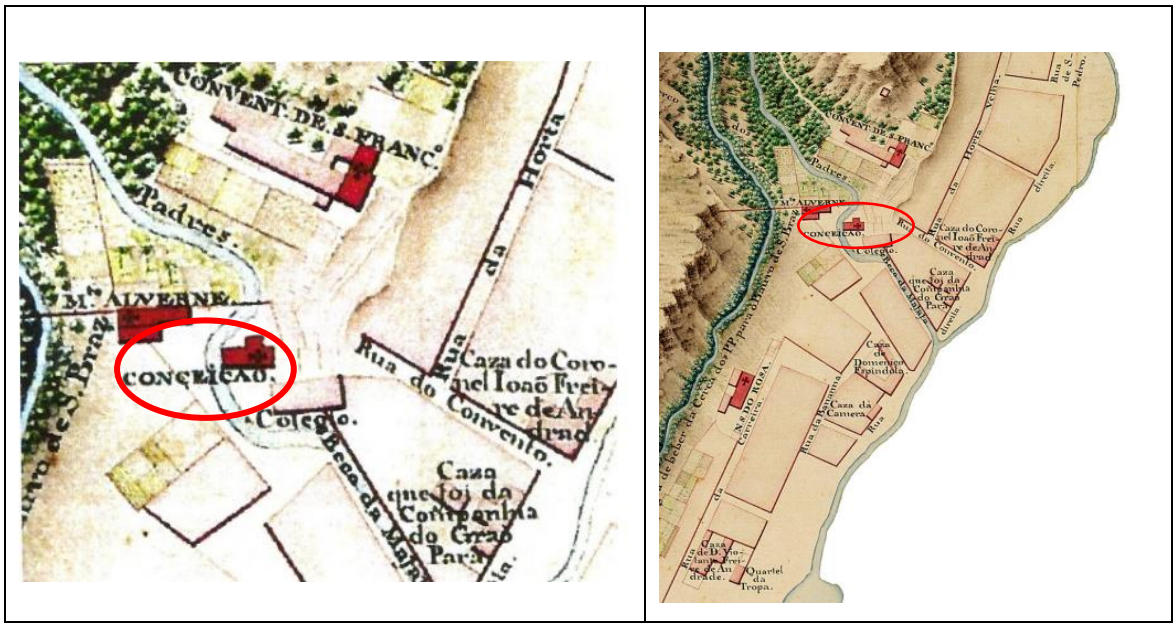


Figura 222 - 1ª Imagem: mapa da Cidade Velha . António Carlos Andrea[1383]. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa[1384].

O mapa de Andrea de 1778 está assinalada com a letra N e traz, nos apontamentos escritos, que nesta época já estava em ruinas. A primeira e segunda imagens da figura 222 apresenta-a no vale da ribeira, numa zona verdejante, que se alonga até o convento e igreja de S. Francisco e à nascente da ribeira. A sua edificação data de 1462.

O Relatório, Caracterização e Diagnóstico[1385] apresenta imagens anteriores aos trabalhos de arqueologia realizados actualmente, em que se indicam as paredes desta igreja, cujas fundações encontravam-se imperceptíveis, devido aos terrenos agrícolas existentes neste local. Sugerem-se também neste documento, obras urgentes de restauro, *"dado o valor incalculável destas ruínas que fazem parte do património da humanidade"*[1386].

[1383] Parte do mapa de Ribeira Grande de António Andrea mostrando o correspondente índice. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin at all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season.

1215 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 24.11.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ...www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1385] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 24.11.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ...www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1386] Ibidem



Figura 223 – 1ª Imagem: Campanha arqueológica de 2015. Fonte: Power Point (Richard Evans). Curadoria da Cidade Velha. (s.d.). 2ª imagem: Mapa de Ribeira Grande com dados escritos. Fonte: mapa da Cidade Velha . António Carlos Andrea[1387]. 3ª imagem – Campanha arqueológica de 2015. Fonte: Power Point (Richard Evans). Curadoria da Cidade Velha.(s. d.).

Antes havia uma ermida neste local, que foi reedificada. Uma Carta endereçada ao rei, acompanhada de cópia de todas as anteriores, que versavam sobre a sua reedificação, bem como documentos que expõem problemas relacionados com a capela de Nossa Senhora da Conceição e sua reedificação[1388]. Esta Carta refere que o Governador de Cabo Verde, em carta de 24 de Abril *"do anno próximo passado"*, representou no concelho que na ilha de Santiago havia, uma ermida de Nossa Senhora da Conceição, a mais antiga, que estava em pardieiro, esclarecendo ainda:

[1387] Parte do mapa de Ribeira Grande de António Andrea mostrando com o correspondente índice. Fonte: AHU. In Cidade Velha, cape Verde, archaeological Excavations the 2007 Season. Christopher Evans and Marie Louis Stig Sorensen with JD Hill ans Konstantin Richter (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah).In, EVANS, Cristopher, SORENSEN, Louis Stig et all. - *Cidade Velha, cape Verde. Archaeological Excavations.* The 2007 Season.

[1388] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe.. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.

(...)"sendo da proteção da vereníssima casa do Infantado" e que *"pela fazenda da Vossa Majestade se mandam dizer sessenta missas nesta capela, mas depois da ruina da mesma, os cónegos rezavam estas missas na Sé, estando a imagem da Senhora numa outra ermida, a de Nossa senhora do Rosário, pelo que lhe parecia que se devia ir depositando o latipendio que a sua majestade mandava dar para as missas para a reedificação da capela de Nossa Senhora da Conceição"*[1389].

Alude que não lhe parecia justo *"se acabe por huma vez a memoria e a devoção"*, porque os moradores da ilha, *"levando-lhe suas ofertas lhe deixavão algumas peças de ouro por falecimento, que não tem sido pouco o que tudo anda disperso por varias mãoz, e com indecência ..."*, indicando que não havia um inventário, nem um zelador para cuidar destas doações, pelo que, punha tudo isso na mão da Sua Majestade para que determinasse o que fazer. Acrescenta que, ouvido o Procurador, este disse que era necessário saber-se que, como a capela pertencia à Sua Majestade, era obrigação que cuidasse dela. Acrescenta ainda:

"Mas posto que se deve pedir esta informação ao Governador sempre lhe pode declarar que logo deve cuidar por em arrecadação e resguardo tudo o que tiver a mesma cappella; e fazendo fazendo vender os móveis que não eram necessários para o seu ornato, empregando-se o montante arrecadado na reedificação da mesma; e que quando não bastem possa dispender alguma porção da Fazenda Real, só para após livre de indecência; porque quando Vossa Magestade não seja obrigada a estes concertoz, se buscaria os meios de satisfazer a quantia a fim dispensada"[1390].

Acrescenta também, que nunca deixou de mandar dizer as missas de obrigação, porque *"se deve cumprir e por própria autoridade não pode aplicar para obras a importância de esmola deixada positivamente para este encargo"*[1391]. Refere ainda esta carta, que o Procurar Geral havia expedido a ordem do Governador que, em carta de 29 de Junho daquele ano. Dizia que a Ordem se lhe havia dirigido, que averiguando verificara que a capela pertencia à Real Coroa, que foi erigida pelo Infante D. Henrique, e era tradição rezar por alma deste, uma missa em cada sábado, com a ordinária de sessenta mil reis no rendimento próprio da Alfândega, tendo enviado *"uma adição"*, em cópia. O Procurador

---

1389 EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season.

1390 Ibidem

1391 Ibidem

volta a acentuar que a capela era a primeira a ser construída na cidade, antes da Sé, da Misericórdia, do Convento ou da *Povoação "e de que não era assento nem clareza por ser aqulla Illa invadida duas vezes doz Francesez, que queimarão os Cartórios antigos da ditta cidade"*[1392]. As peças que constavam de uma relação, feita pelo Procurador, pertencentes à capela, ficariam em arrecadação. Pede à Sua majestade autorização para se reedificar a capela com os fundos existentes, que advinham das ofertas, nomeadamente as esmolas ofertadas pelos devotos, que providenciasse o envio dos foros em falta, pelos tesoureiros[1393].

Há referência também a cartas do Governador à sua Magestade em que lhe solicitavam que enviasse *"ofiçiaes de pedreiro, de carpenteiro"* que habitualmente eram degredados, que os mantivesse em saúde e os enviasse no primeiro ocasião, bem como autorizasse a utilização de presos na ilha que fossem pedreiros, canteiros, carpinteiros, que faziam telhas, tijolo e cal, para a reedificação da Ermida de Nossa Senhora da Conceição e para o Palácio Episcopal. Por esta informação pressupõe-se que as obras realizadas nestes dois edifícios foram feitas na mesma altura. Esta carta tinha sido antecedida de outra, e tem a data de Lisboa, 25 de Setembro de 1779, assinatura de João Alberto Castelbranco. As Cópias de documentos referidos nesta carta estão na mesma caixa, e são: do Governador António de Valle de Sousa e Menesez, de 21 de abril de 1778; de António de Valle de Sousa e Menesez, de 29 de junho de 1779; do regimento da Alfândega. Em anexo, na mesma caixa, uma outra do Concelho Ultramarino de 25 de Setembro de 1779, que acompanha o envio desta à Sua Majestade. O Governador António de Mendonça Meneses concede visto à carta de pedido de oficiais, solicitado a 4 de Agosto de 1779. A decisão foi de vender os móveis e utilizar o montante para a reedificação deste edifício religioso mas nunca deixassem de dar as missas[1394]. Destes documentos, de suma importância [1395] apresentamos no Anexo Documental, Anexo X – 1, 2 e 3, as mais relevantes:

[1392] Ibidem
[1393] Ibidem
[1394] Cartas de 24 de Abril de 1778, 25 de Junho de 1779 e 4 de Agosto de 1779. Anexo X – 3. Fonte: AHU Cx. 39. Doc. 5,4 e Cx. 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779.
[1395] Fonte: AHU Cx. 39. Doc. 5,4 e Cx. 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779.

- Carta do Governador acerca do pardeeiro da Ermida de N. S. da Conceição

- 25 de Setembro de 1779 - Cartas à Sua Majestade enviadas pelo governador de Cabo Verde de que já estavam feitos os pardeeiros da Ermida de N. S. da Conceição

- Solicitação de pedreiros, carpinteiros e outros ofícios que estivessem degredados na ilha de Santiago. Assina o Governador António de Valle de Sousa e Menezes.

- Aprovação do pedido. Palácio de Queluz, 14 de Agosto de 1780, com a rúbrica da Rainha Nossa Senhora[1396].

Na mesma caixa, o despacho de 23 de Agosto, com a resolução de Sua Majestade. Das peças que constavam de uma relação feita pelo Procurador, pertencentes à capela, e que ficariam em arrecadação, não obtivemos nenhum documento além deste, e não soubemos mais nada a respeito, nas pesquisas que efectuamos. No Anexo Documental, Anexo X – 1 e 2, apresentamos uma cópia de Regimentos da Alfândega que trazem, respectivamente, as indicações do quantitativo dispensado a esta Igreja, e os bens em ouro e prata a ela pertencentes. Os bens apontados nestes regimentos são os seguintes:

- Regimento da Alfândega tit. 17, cap. 4 & 26[1397].

Neste regimento constam as seguintes informações: *"Infante D. Henrique a quem se deve o primeiro descobrimento destas Ilhas deixou cinquenta e duas missas cada ano pela sua alma a que se constituiu esmola no tendimento próprio da alfândega como se mandou declarar por carta de vinte e cinco de Setembro de mil seiscentos e setenta"*.

- No mesmo regimento constam ainda o seguinte: "Ditto Regimento da Alfândega cap. 104: *"Ao Deão devo dar 180 mil reis = oitenta do benefício = setenta pelas missas do Infante Dom Henrique que = vinte mil reis por pregar na mesma da Sé. Hoje cento e vinte mil reis de ordenado, fora o mais ...)"*[1398].

- Seguidamente o regimento em causa apresenta uma *"Relação das peças em ouro e prata pertencentes à Nossa Senhora da Conceição da cidade da Ribeira Grande, Ilha de Santiago de Cabo Verde"* [1399] que trsz uma assinatura no fim, indicada a seguir:

Regimento da Alfândega cap. 104.

[1396] Documentos sobre a Igreja e hospital da Misericórdia e outros monumentos e outros assuntos relativos à ilha de Santiago podem ser consultados em: AHU Cx. 80. Doc. 2. Março de 1825; AHU. CX. 63. Doc. 4. 12 de Janeiro de 1814.
[1397] Fonte: Caixa 39. Doc. Nº 5,4 e Caixa 36. Doc. 30 e 26

[1398] Ibidem
[1399] Ibidem

Relação das peças em ouro e prata pertencentes à Nossa Senhora da Conceição da cidade da Ribeira Grande, Ilha de Santiago de Cabo Verde.

Ouro

Um afogador de ouro esmaltado com aljofres finos, pedra verde e esmaltado com um opera de seis oitavas e três grãos.

Dois relicários com aljofre fino, com peso de três e meia oitavas

Três feitios de imagens da mesma Senhora esmaltado com aljofre fino com peso de dez oitavas

Uma Verónica com quatro oitavas finos com peso de uma e meia oitava

Duas gargantilhas de aljofre fino com contas de ouro com peso de dez oitavas e sete grãos

Uma pena de ouro com grão de alforge com peso de três e meia oitavas

Três meadas de aljofre fino com peso de dez oitavas

Três ditos de aljofre meudo com peso de catorze e meia oitavas

Um alfinete de prata , cabeça de aljofre com peso de sete grãos

Uma maçaneta de alampada de prata com peso de sete oitavas.

Além destes bens, referimos também às imagens pias que foram guardadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário devido à ruina da Igreja de Nossa Senhora da conceição, conforme informação veiculada por historiadores e investigadores já referidos, como Vera Mariz (MARIZ, 2011).

2.7.2. Campanhas arqueológicas 2006/2007 e 2015 - resultados para a igreja de Nossa Senhora da Conceição.

A respeito das campanhas realizadas no Colégio dos Jesuítas e na igreja de Nossa Senhora da Conceição, o projecto, "Recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na

Cidade Velha"[1400], apresentado no Fórum da Unesco[1401], elaborado pelo arqueólogo e investigador, Konstantin Richter, diz assim no seu enquadramento:

> *"A recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas e da Igreja/Capela de N.ª Senhora da Conceição, estando na mesma área de intervenção e sendo essa a primeira Igreja/Capela a ser erguida na Cidade Velha, e assim provavelmente o primeiro edifício religioso a ter sido construído pelos europeus nos trópicos, valoriza, consolida e simboliza uma época de maior importância para o desenvolvimento mental e espiritual de Cabo Verde, no que tem sido o berço dos cabo-verdianos, o centro da rota marítima entre África e o novo mundo por vários séculos, tratando-se do tempo de monopólio do tráfico de escravos entre os continentes, no que tem sido a primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos"*[1402].

Os resultados esperados eram animadores e iam de encontro às expectativas. Esperava-se obter uma visão mais clara e pormenorizada "in loco" do que era o centro das actuações dos Jesuítas, durante a sua estadia em Cabo Verde, e da Capela da Nossa Senhora da Conceição, assim como um melhor e mais aprofundado conhecimento dos edifícios religiosos da Cidade Velha, em geral. Além disso, pretendia-se consolidar e criar melhor acesso a uma memória importante da sua história. Frisa-se neste documento[1403] que, como efeito secundário, há uma redefinição e ordenação, uma melhor ligação duma parte importante do espaço entre a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento de S. Francisco[1404]. As escavações realizadas em 2007 por

[1400] Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde *www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur*

[1401] Tempo total previsto do projecto desde início das escavações: Aproximadamente 3 anos.

[1402] Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde *www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur*

[1403] O Documento traz a seguinte nota: Nota da Edição - Esta 3.ª versão consiste numa versão reestruturada e aperfeiçoada da 1.ª e da 2.ª, após a vinda dos Arqueólogos do Departamento Arqueológico de Cambridge (UK) a Cabo Verde. O projecto original, nos seus objectivos e finalidades, porém mantém-se válido, tendo basicamente só mudado em termos de desenvolvimento temporal. O acréscimo de verbas que advêm daí, irá ser suportado por receitas vindo de angariações de fundos financeiros através do Departamento Arqueológico de Cambridge (UK). Fonte: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde *www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur*

[1404] Proposta de finalidades subsidiárias de investigação: Reconstrução histórica ambiental baseada em provas de terra, de antes da ocupação humana, ocupação primordial e ocupação colonial; Comparação arqueológica continua através de escavações de casa/edifício local (se possível da mesma época); Investigação sociológica da população de Cidade Velha; Investigação aprofundada sobre os Jesuítas em Cabo Verde, assim como investigação comparativa relacionada aos outros edifícios religiosos. Fonte: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde *www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur*

Evans[1405] e sua equipa, puseram a nu o pavimento e parte das paredes da igreja como revelam as imagens da figura 224 e 225.





Figura 129 - Vista das escavações arqueológicas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

Túmulos epigrafados foram também descobertos[1406]. O túmulo de Fernão Fiel de Lugo, cavaleiro fidalgo, almoxarife da villa da Praia de 1528 a 1529, que foi também almoxarife das rendas e direitos reais de S. Tiago em 1524, e Juiz ordinário da cidade da Ribeira Grande em 1553, que era também vendedor de escravos para a Nova Espanha (1556).

[1406] Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde *www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur*







Figura 225 – Escavações arqueológicas na igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

O túmulo de Duarte Rodrigues, sua mulher e herdeiros, uma lápide que foi encontrada partida mas que seria provavelmente armador, e um fragmento de uma lápide, provavelmente de Duarte Rodrigues, sugerida numa tentativa de decifração/transcrição, pois apenas duas letras – RO - , indiciam ser este o nome.







Figura 226 – Túmulos epigrafados da igreja de Nossa Senhora da Conceição e tentativas de transcrição dos mesmos. Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

As imagens da figura 226, apresentam os túmulos e fragmentos encontrados, cuja análise definitiva está ainda em curso. A descoberta das lápides permitiu o consenso quanto à data provável da construção da capela.

Escavações realizadas em 2006 e 2007[1407] em que foram encontrados fragmentos de nervuras de uma cúpula, revelaram a existência de uma elaborada capela lateral provavelmente da primeira metade do sec. XVI, em que o seu interior pode muito bem ter sido posteriormente revestido de azulejos. Fragmentos de azulejos foram descobertos tanto na campanha de 2006 como na de 2007, sendo as de 2006 semelhantes aos de 2007, quanto aos desenho.

[1407] EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**



Figura 227 - Exemplos de fragmentos de azulejos (I E. - 2007). Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

Um pequeno e estreito atapetado de azulejos em branco, azul e amarelo foi descoberto numa das escavações realizadas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, semelhante ao encontrado em 2006, como revelam as imagens da figura 227 (1ª imagem)



Figura 228 - Exemplos de fragmentos de azulejos (2006). Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

A Decoração também é semelhante. Estes tapetes de azulejos devem reportar ao mesmo edifício, no caso, a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Foram encontradas duas peças de azulejos unicolores, de cor verde, presumivelmente do sec. XVI, e azulejos com relevos, provavelmente dos séculos, XV / XVI, de tipo Mouriscos, sendo mais raros que os azuis, amarelos e brancos. Foram revelados 11 exemplares em 2006 e 10 em 2007, contudo, com motivos diferentes também, como revelam as imagens da figura 228.

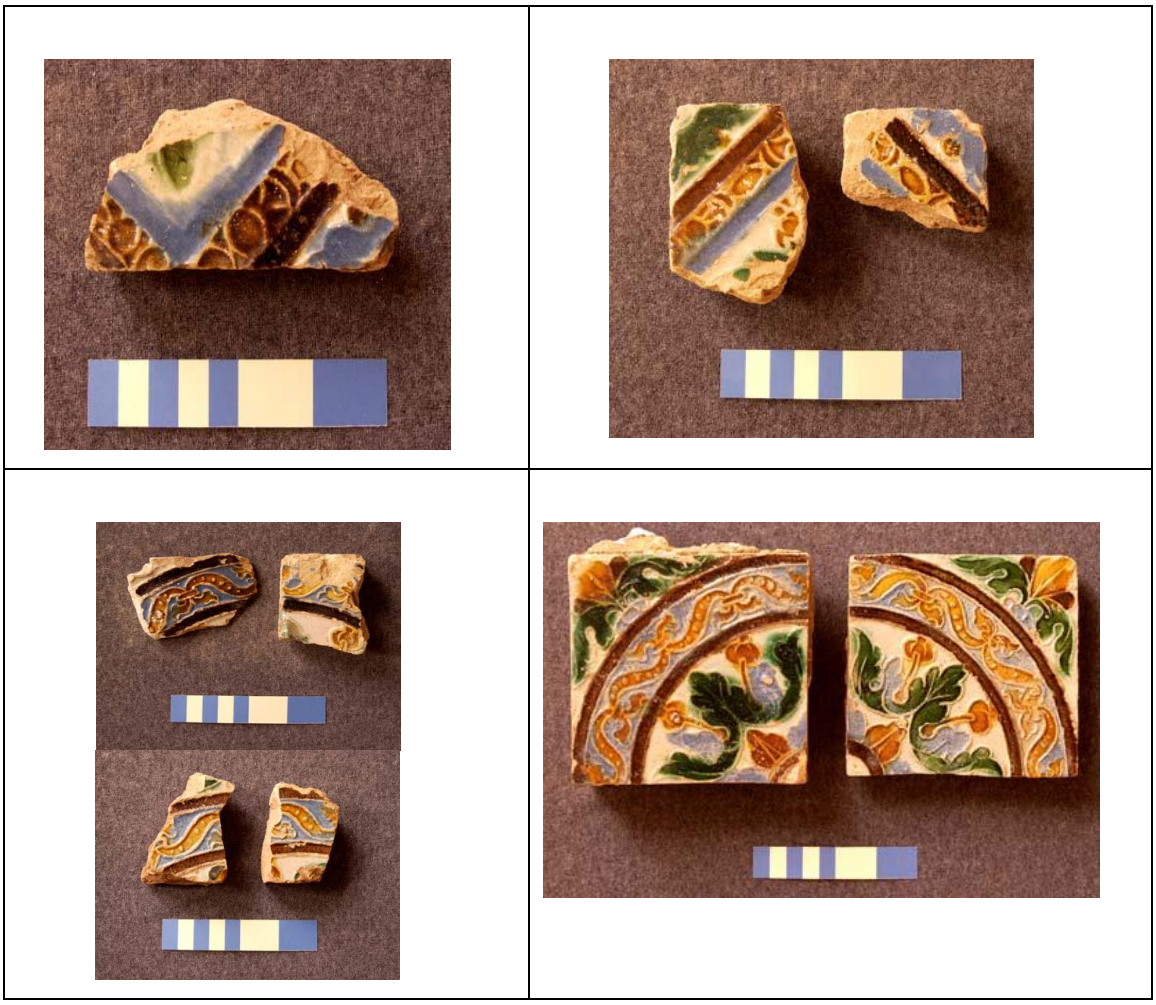


Figura 229 - Exemplos de fragmentos de azulejos com relevos (secs. XV/XVI) descobertos na Igreja de Nossa Senhora a Conceição (I.D [92] I.G [121]; I.E [63] I.E [101]). Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

O documento frisa: *"Meanwhile, since the location of these tiles may be indicative of earlier structures underlying or destroyed by the excavated ones, it is important to provide full details of their contexts"*. Apresenta pois o seguinte quadro que,

acompanhado do mapa da figura 231, nos possibilita ter uma ideia mais precisa dos locais onde decorreram as escavações em 2006 e 2007, no perímetro da igreja de Nossa Senhora da Conceição. A continuação destes trabalhos permitirá certamente saber o local de instalação destes azulejos, que estão indicados na figura 231, e no quadro VI, sendo certo que o altar-mór estaria bem guarnecido, tanto em quantidade como em qualidade de azulejos da época.

Quadro VI

Detalhes dos azulejos com relevos (2007)

Site sítio	**Context Contexto?**	**Number número**	**Weight peso (g)**	**Comentário Comment**
ID	92	1	122	Relief pattern azulejo relevo padrão
ID	93	2	1000	Two complete tiles 'Moorish' type dois azulejos completos tipo maurisco
IE	63	3	150	Fragmentos
IE	102	2	500	Tipo Maurisco 'Moorish'
IG	121	2	120	Azulejo com relevo padrão Relief patter

Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

Juntou-se o mapa da distribuição dos exemplares de azulejos identificados, representado na imagem da figura 230. No que respeita a objectos de culto da igreja, da arte sacra,

não há indicação que se tenham encontrado. No entanto, foram descobertos em 2006, 27 contas de rosário (terço) em marfim e mais dois em 2007.

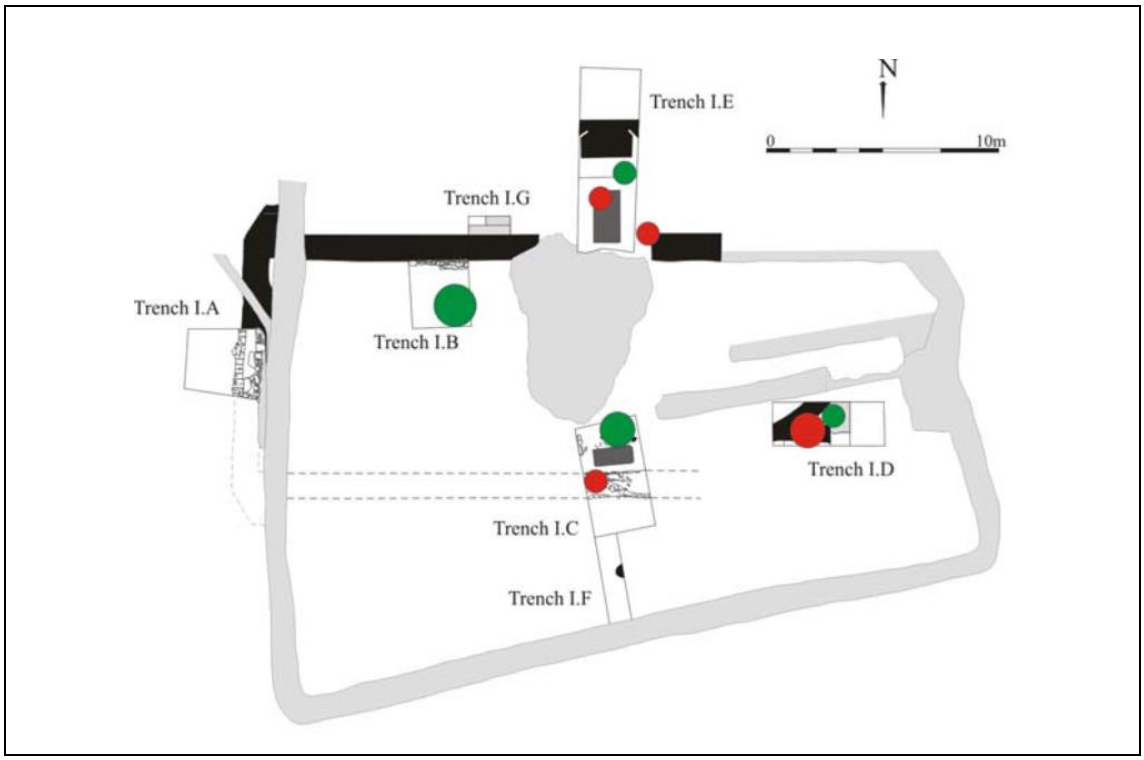


Figura 230 – Localização de azulejos: em vermelho - Localização de azulejos com relevo (A.D. - 1500 aproximadamente); Em verde – localização de azulejos monocromático verde (A.D. 1550 – 1600). Fonte: EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**.**

As escavações na igreja de Nossa Senhora da Conceição, para além de azulejos ainda revelou a existência de objectos de vidro (53 peças), de marfim (2 peças), metal (82 peças), ossos humanos e de animais, ossos de peixe, (42 Peças), dos séculos XV, XVI e XVII; e metal, cachimbos, pedras de mármore, pedras de sepulturas, telhas, tijolos, pedras preciosas. Foram também reveladas louças de barro e de vidro, louça fina requintada, peças de vasos em cerâmica e cerâmica de vidro dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, incluindo do período Ming (Kraak Porcelaine), 1 peça, e do período Kangxi, 1 peça. Este espólio foi organizado com vista ao seu estudo e posterior apresentação. Uma apresentação foi realizada no Centro Cultural da Cidade de Santiago a 12 de Abril de 2016, na celebração do dia do município desta cidade. Na campanha de 2015, que contemplou a zona baixa da cidade, a igreja de Nossa Senhora da Luz em Alcatrazes e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, foram feitas descobertas importantes, como já referimos a respeito das duas primeiras. No respeitante à Igreja de

Nossa Senhora da Conceição, após os trabalhos de limpeza e desobstrução dos alicerces, o pavimento de mosaicos ficou a céu aberto (1ª e 2ª imagens) e diversos fragmentos de mosaicos, azulejos, louças, objectos de metal, vidro, barro e outros descobertos, para posterior estudo, presentes na 3ª imagem, assim como pedras epigrafadas de sepulturas, como revela a figura 231.

A respeito do edifício, Carlos Santos[1408] refere que a igreja de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente designada de Espírito Santo, é considerada, segunda a tradição histórica, agora apoiada em resultados arqueológicos, um dos primeiros templos construídos em Cabo Verde. Segundo o mesmo, a invocação do Espírito Santo é o reflexo da importância que o culto tinha na ilha de Santiago e nas outras ilhas assistidas pela Ordem de Cristo.

A data da edificação dessa igreja, situa-se entre 1466 e 1470, sendo infelizmente a documentação referente a esta igreja escassa e fragmentada, o que dificulta a sua análise[1409]. Em resultado de escavações arqueológicas ocorridas em 2005, 2006, realizadas na área de implantação da igreja de Nossa Senhora da Conceição, foram descobertos restos de azulejos do século XV e princípios do século XVI[1410]. O responsável pela sua materialização foi o infante D. Fernando.

[1408] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. 2015.
[1409] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. 2015.
[1410] EVANS, Christopher , SORENSEN, Marie Louis - *Cidade Velha, Cape Verd, Archaeological Excavations (Preliminary Project Reports)*, 2006. Documento cedido pelo IIPC.



Figura 231 - Área e pavimento da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fragmentos de objectos descobertos na campanha arqueológica de 2015. Pedras epigrafadas de túmulos descobertos. Fonte: Power Point (Richard Evans). Curadoria da Cidade Velha.(s.d.).

Em 1502, a igreja de Espírito Santo ficou de receber uma capela, mas em 1515, as obras dessa capela ainda não tinham começado; a 22 de Maio de 1513, esta igreja abriu as suas portas para receber a visita do corregedor de Cabo Verde, cumprindo assim a vontade do monarca, o que deixa entender que se tratava, nesse período, do principal templo erguido no povoado. O corregedor informa ao rei que a igreja foi construída *"a custa do povo"*, com excepção da capela e sacristia que a Sua Alteza mandou fazer[1411]. Faz uma leitura bastante detalhada do edifício:

[1411] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado.187 f. 2015.

(...) "a dita igreja está muito bem consertada, a saber, a capela maior, muito bem olvelada e telhada, e posto no altar-mor um retábulo, e assim a cabo do arco [de triunfo] da dita capela, dois altares, cada uma de sua parte, com cada um seu retábulo, todos muito bronzeados, e assim a igreja toda acafelada e caiada de cal branca e telhado novo, e assim é feita uma sacristia na ilharga da capela maior"[1412].

Dado que o edifício não dispunha de ornamentos, de vestimentas e de cálices, pede-se ao rei para *"prever no que vir que é serviço de Deus e seu"*[1413]. Dos retábulos mencionados, o do altar-mor e os dois da capela, um para cada altar, *"todos muito bronzeados"*, não há notícia. Quanto ao arco de triunfo da referida capela, as campanhas de arqueologia revelaram a existência de fragmentos da mesma, mas não as visualisamos.

Por outro lado, o artigo intitulado "Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos" de Ana Gerschenfed[1414], de 11.11.2015, revela que na ilha de Santiago, escavações arqueológicas estavam a desvendar o passado histórico de Cabo Verde[1415], que foi transformada numa placa giratória do comércio mundial de escravos no século XVI por Portugal. Explicita-se: *"Quem visita a Cidade Velha pela primeira vez pode ser perdoado por não reconhecer nesta povoação aprazivelmente ensonada o grande entreposto comercial que foi em tempos, no cruzamento das rotas do tráfico de escravos do Atlântico".* É assim que a autora começa o relato das escavações arqueológicas lideradas em Cabo Verde, por dois cientistas da Universidade de Cambridge, Reino Unido, que deveria ser publicado, dentro de pouco tempo, na revista *Current World Archaeology*.

Em colaboração com colegas cabo-verdianos e portugueses, estudantes e trabalhadores locais, Marie Louise Stig Sørensen e Christopher Evans têm trabalhado, desde 2007,

---

[1412] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado.187 f. 2015.

[1413] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado.187 f. 2015.

[1414] GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s. d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

[1415] GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s. d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

não só para resgatar do esquecimento a mais antiga construção religiosa europeia a ser erguida nos trópicos, como também, parte do passado histórico da população cabo-verdiana (ver figura 232). No relato acerca desta igreja, afirma a autora que *"É um sítio onde toda a gente, e também a maioria das plantas e dos animais, vieram de fora",* e salienta que *"aquilo que começou por ser um local estratégico para o comércio com a África subsariana, transformou-se, no século XVI, num centro global de comércio de escravos africanos, principalmente com destino à nova colónia portuguesa do Brasil"*[1416].





Figura 232 - 1ª Imagem: O arqueólogo Cristopher Evans, durante as escavações, com vários elementos locais da equipa. Ao fundo, à esquerda, a arqueóloga Marie Louise Stig Sorensen[1417]. 2ª Imagem – vista do piso da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Power Point (Richard Evans). Curadoria da Cidade Velha. (s. d.).

Sorensen[1418], num comunicado da Universidade de Cambridge refere *que "estas ilhas foram um ponto de partida para a primeira vaga de globalização, integralmente baseada no tráfico de escravos",* e que os portugueses transformaram as ilhas num dos principais centros do tráfico transatlântico de escravos, trazendo com eles plantas cultiváveis, animais domésticos e pessoas — comerciantes, missionários e "milhares e

[1416] GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

[1417] Fonte: GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

[1418] GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

milhares" de escravos. Os escravos eram seleccionados e vendidos antes de serem despachados para as plantações espalhadas por todo o mundo atlântico. Afirma ainda que "uma vez que o arquipélago de Cabo Verde se situa mais ou menos a meio caminho entre a costa de África Ocidental e o Brasil*, "a descoberta do Brasil e o estabelecimento de plantações ali fez explodir o comércio que passava por Cabo Verde".* Acrescenta que *"a Cidade Velha, instalada num pequeno vale fluvial pautado por campos de cana-de-açúcar e palmeiras, foi a primeira cidade que Portugal fundou em África, na sua aventura dos Descobrimentos. E durante 300 anos, foi não só a capital de Cabo Verde, como também chegou a ser a segunda cidade mais rica do império português"*[1419].

O jornal "O Público" avança ainda que em 2006, Sørensen e Evans foram convidados pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde a realizar escavações na Cidade Velha com o apoio do Ministério da Cultura de Cabo Verde, explicam os dois cientistas, no seu texto ainda por publicar[1420]. O principal objectivo consistia em localizar a Capela da Nossa Senhora da Conceição, que se pensava ser a igreja original da Cidade Velha, e que seria candidata a ser uma das primeiras igrejas cristãs dos trópicos. Evans[1421] avançou a este órgão de comunicação, num *email*, que Konstantin Richter, historiador de arquitectura da Universidade Jean Piaget, tinha reparado numa plataforma com argamassa que batia certo com o mapa que indicava a localização da igreja. Seguidamente localizaram a fachada da igreja e realizaram duas campanhas de escavações preliminares, tendo concluído que tinham encontrado a igreja. Estes cientistas que haviam beneficiado do *"empurrão"* dado pela UNESCO, deram por finda a escavação e a conservação do monumento, que passará a poder ser visitado pelo público. Os primeiros vestígios da Capela da Nossa Senhora da Conceição remontam à década de 1470, e uma construção de maiores dimensões é datada de 1500, explicita-se ainda neste comunicado, que realça:*"construída por volta de 1500, a sua porção mais complicada é o coro situado na extremidade oriental, onde se erguia o altar-mor, e que foi sofrendo múltiplas reconstruções devido aos estragos causados pelas cheias*

[1419]GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

[1421] Ibidem

sazonais". Refere que Evans[1422], afirmou neste comunicado, que conseguiram recuperar a totalidade da planta de superfície da igreja, incluindo a sacristia, a capela lateral e a varanda lateral, e que o monumento realmente é notável. Apresentamos na figura 233 as imagens esclarecedoras publicadas juntamente com o artigo em menção, em que se pode observar o sítio após as escavações, mosaicos que revestiam o piso, túmulos e lápides com inscrições, azulejos que revestiam as paredes, bem como a equipa de trabalho durante as escavações.





Figura 233 – 1ª Imagem: O túmulo de D. Fernão Fiel de Lugo dado à luz durante as escavações. 2ª imagem: Lápides de traficantes de escravos portugueses revelados durante a escavação[1423].

A respeito dos trabalhos arqueológicos que decorreram, muito se divulgou o acontecimento em jornais nacionais e internacionais. Apresentamos o resumo de dois artigos de jornal, um semanário de Cabo Verde e um jornal *"on line"* da ilha de S. Nicolau, porque mais informações e elementos de interesse apresentaram.

O Jornal "A Semana" do dia 11 de Dezembro de 2014, no artigo intitulado, *"Cidade Velha: Arqueólogos encontram vestígios da primeira igreja construída na África*

[1422] Ibidem

[1423] Fonte: GERSCHENFED, Ana - Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 13 Novembro de 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

subsaariana"[1424] refere que estas escavações foram iniciadas em 2006 e que nesta fase de trabalhos os arqueólogos localizaram a antiga capela do Espírito Santo, o altar-mor da Igreja, o túmulo de D. Fernão Fiel de Lugo, algumas faianças, botões e outras peças de grande valor para a história da Cidade Velha e de Cabo Verde, que seriam expostos ao público posteriormente. Os trabalhos de pesquisas prosseguiram até o dia 13 de Dezembro de 2014[1425]. Apresenta este jornal a imagem do sítio, presentes nas imagens da figura 234.

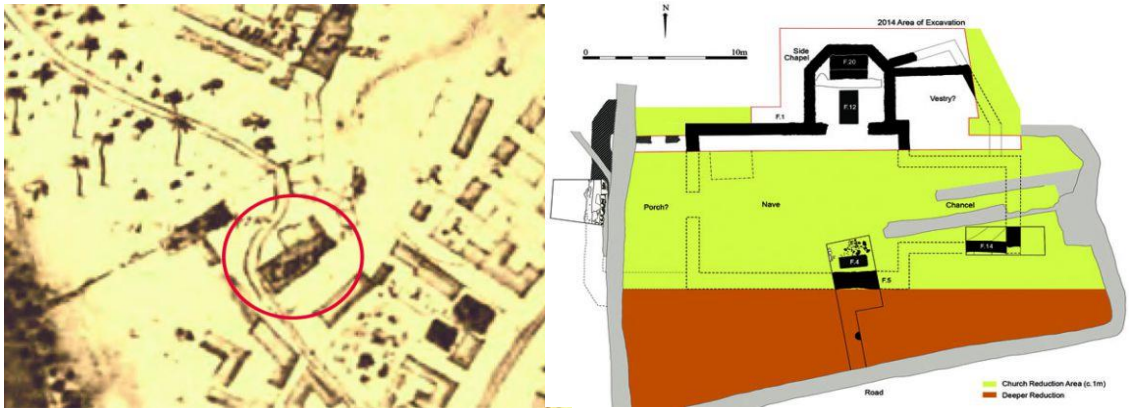


Figura 234 - 1ª Imagem: Localização da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: REBOCHO, Nuno - Em Cidade Velha, Cabo Verde: *CULTURA – Jornal Angolano de Arte e Letras*. 11 de Janeiro de 2015. 2ª Imagemm: Áreas de escavação realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: CHRISTOPHER

Informa este jornal, que da equipa faziam parte estagiários da Universidade Jean Piaget e da Universidade de Cabo Verde. Os arqueólogos foram acompanhados pelo guia turístico Francisco Moreira, bem como um jornalista da BBC (British Broadcasting Corporation). Técnicos do Instituto de Investigação e do Património Culturais (IIPC), da Curadoria da Cidade Velha e da Câmara Municipal da cidade da Ribeira Grande de Santiago estavam a acompanhar os trabalhos. O jornalista lembrou que a Cidade Velha foi eleita eleita uma das "Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo", e foi classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.

[1424] O Sub-título do artigo diz: Vestígios da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a primeira construída na Ribeira Grande de Santiago e na África subsaariana por uma equipa de arqueólogos da Universidade de Cambridge de Inglaterra, liderada por Cristopher Evans. Fonte: Cidade Velha: Arqueólogos encontram vestígios da primeira igreja construída na África subsaariana. 11 de Dezembro de 2014 [Em linha]. 2014. [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em: *www.asemana.publ.cv/spip.php?article105564&ak=*

[1425] Cidade Velha: Arqueólogos encontram vestígios da primeira igreja construída na África subsaariana. 11 de Dezembro de 2014 [Em linha]. 2014. [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em: *www.asemana.publ.cv/spip.php?article105564&ak=1*

Sob o título "Áreas de escavação realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição" o *Jornal Angolano de Arte e Letras,* no capítulo "*CULTURA"* 11 de Janeiro de 2015[1426], refere-se às escavações realizadas e apresenta a localização desta igreja, bem como o croqui que indica as áreas de escavações, representadas na 3ª e 4ª imagens da figura 234.

Por sua vez, um artigo do Jornal on-line de São Nicolau- JSN[1427], de 13 de Dezembro de 2015, informou que Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, em parceria com o Instituto do Património Cultural e a Curadoria da Cidade Velha tinha exposto, desde quarta-feira, dia 11 de Novembro de 2015, um conjunto de peças arqueológicas da Igreja de Nossa Senhora de Conceição, encontrados na sequência das escavações realizadas, em 2014 e 2015, por uma equipa da Universidades Nova de Lisboa e da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. O artigo aponta que, entre os artefatos expostos, estão azulejos que revestiam as paredes da Igreja de Nossa Senhora de Conceição, peças de cerâmica de Portugal, da África e de Cabo Verde, ferros, ossos humanos e de animais, que fazem a história da Cidade Velha, berço da nação cabo-verdiana. Os artefatos estavam patentes ao público no Centro Cultural da Cidade Velha de onde deveriam ser transportados para o sítio onde está localizada a Igreja. O edil da Cidade Velha, Manuel de Pina, avançou que os artefactos deveriam ser transportados para o sítio onde está localizada a Igreja, logo após a edificação de um museu que poderá impulsionar o turismo local, e que a cidade estava repleta de histórias por descobrir. Considerou também que algumas zonas de escavações, como a do Convento, poderiam ser declaradas como um campo arqueológico, desde que o Estado se predispusesse a indemnizar os agricultores que trabalham nos campos agrícolas que se encontram nestas zonas. O autarca lembrou que muitos turistas procuram o município pela sua riqueza cultural e arquitetónica e garantiu que os trabalhos de escavações iam continuar com a equipa de Cambridje e da Universidade Nova de Lisboa, juntamente com outros parceiros.

[1426] REBOCHO, Nuno - Em Cidade Velha, Cabo Verde. *CULTURA – Jornal Angolano de Arte e Letras*. (11 de Janeiro de 2015).

[1427] JSN – Jornal de S. Nicolau, Sexta, 13 de Novembro 2015.

Konstantin Alexander Richter[1428], Doutorado em Ciências da Arte investigador que trabalha na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, no seu comunicado dado à luz no XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, sob o título, "A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS", referindo-se a Barcelos citado por (PEREIRA, 2005, 39) escreve que *"A primeira capela, a da N.ª S.ª da Conceição, da cidade da Ribeira Grande, teria sido mandada edificar pelo Infante D. Fernando, entre 1466 e 1470, erguida sobre invocação do Espírito Santo"*. Explicita que, de acordo com o projecto deliniado de escavações, foram realizadas todos os trabalhos arqueológicos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A fase inicial de construção indicada por fontes bibliográficas é que teria sido iniciada entre 1466 e 1470, tendo apresentado a de Barcelos (SENNA BARCELOS, 2003, vol. I, p.39). A partir de escritos de Xavier Gomes[1429], o mesmo explica ainda que inicialmente houve uma certa confusão na identificação desta igreja, pois a invocação mencionada, tendo sido a do Espírito Santo, levou a alguma dúvida inicial, se a capela/igreja da Nossa Senhora da Conceição terá sido a mesma que a do Espírito Santo, mencionada ao longo da primeira fase de urbanização da Ribeira Grande, e um pouco mais tarde, sendo especificamente a primeira vez, em 1503 . Afirma porém, que recentes discussões entre o autor e o Prof. Rui Carita[1430] da Universidade da Madeira, Portugal, em que se socorrera dos resultados mais recentes obtidos através das escavações arqueológicas de Cambridge na zona portuária, levaram à conclusão que de facto se tratava de dois edifícios religiosos distintos. A igreja do Espírito Santo terá sido incluído na metade do séc. XVI, pertenceria à igreja adjacente ao hospital da Misericórdia, localizada na zona central e camarária da Ribeira Grande, como aliás era costume nas urbanizações

[1428] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].

[1429] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1430] CARITA, Rui – Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde. Património da Humanidade. São Miguel. (em vias de publicação). In MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].

portuguesas daquela época, como refere Carita[1431]. A sua construção seria posterior à fase da instituição de oratórios, construções provisórias feitas logo com a chegada dos primeiros colonos em 1462, como era habitual nos locais de assentamento recém-descobertos.

A igreja da N.ª S.ª da Conceição terá sido a primeira a ser levantada em pedra e cal, *"numa zona algo recuada porém adjacente às primeiras casas senhoriais a serem construídas na fase inicial da urbanização"*. Servia de local de oratório para os habitantes, os senhores que se instalaram na área do bairro de S. Pedro. Esta igreja matriz da Ribeira Grande terá tido a sua primeira fase de construção e alargamento, que se prolongou até por volta de 1500, para além das fases de ornamentação e reconstrução[1432].

No que respeita ao projecto arqueológico inicial e à identificação da igreja, refere que o projecto arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, surgiu aquando da realização do projecto internacional, *O itinerário dos Jesuítas pelas Ilhas Atlânticas*, promovido pela UNESCO, no âmbito do Fórum – Universidade e Património. Este projecto de colaboração envolvia as Universidades de Portugal, da Madeira e dos Açores, do Brasil e de Cabo Verde. O autor, director do Forum UNESCO em CaboVerde, entre 2003 e 2006, investigou a respeito das evidências físicas da passagem dos Jesuítas pela Ribeira Grande, durante a primeira metade do séc. VXII. Na altura do início do projecto, apenas tivera acesso a três mapas urbanos do Engenheiro Português António Carlos Andrea, todos da segunda metade do séc. XVIII. Com apoio destes mapas e pelas pesquisas feitas no local, e recolha de dados e de levantamentos topográficos, pôde identificar o Colégio dos Jesuítas[1433]. Vestígios visíveis de duas partes de muros numa área agrícola a poucos metros a norte indicou a existência de mais um edifício de maior dimensão. Ao Comparar mapas, sobreposição topográfica e documentos bibliográficos, ficou confirmado que o edifício era a igreja Nossa Senhora

[1431] Ibidem
[1432] Ibidem
[1433] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

da Conceição. A recolha contínua no local resultou na identificação de vários elementos de construção e ornamentação, nomeadamente de fragmentos de azulejos, telhas e de tijolos de pavimento datáveis ao fim do séc. XV, início séc. XVI, assim como pedaços de argamassa, em abundância. *"Esta combinação de edifícios e artefactos indicou uma área religiosa de importância histórica maior, e ficou claro que somente escavações arqueológicas em larga escala seriam capazes de desvendar todas as evidências"*[1434].

Relativamente à metodologia do projecto, a autora explica que, devido à importância dos vestígios históricos do local, o autor deliniou um projecto arqueológico inicial, tendo alertado a Universidade de Cambridge do Reino Unido do achado. Uma colaboração entre a Unidade Arqueológica de Cambridge (CAU) e o Departamento de Arqueologia da Universidade de Cambridge (RU), do British Museum de Londres, do IIPC/Ministério da Cultura de Cabo Verde e da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, permitiu uma aproximação arqueológica, que foi ajustada e alargada posteriormente. O projecto envolve vários anos de escavações[1435].

Foram realizadas duas fases de escavações na área, de duas semanas cada, uma em 2006 e outra em 2007. Estas incluíram várias outras de menor vulto, e intervenções de reconhecimento, dentro e nas imediações da área urbana de Ribeira Grande. Em 2009 e 2010, foram realizadas duas fases de intervenções arqueológicas de salvamento no núcleo urbano central, e mais duas fases de escavações, sendo que uma decorreu em 2011, na igreja Nossa Senhora da Luz de Alcatrazes (séc. XV), que fica a sudeste da ilha de Santiago. Estas realizações completam o quadro das intervenções promovidas até ao presente. A equipa de arqueólogos em 2006 e 2007 foi composta pelos arqueólogos de Cambridge sob orientação do Director Executivo da CAU, Chris Evans,

[1434] Ibidem

[1435] As escavações iniciais de reconhecimento nas duas áreas de intervenção (Conceição e Jesuítas) foram delineadas para definir a forma dos edifícios, os níveis de assentamento e os possíveis vestígios. Baseado nesses achados inicias, a equipe de pesquisa e intervenção calcula que mais duas largas fases de escavação serão necessárias para expor toda a área e conservar os vestígios das partes construtivas dos edifícios desvendadas, como um parque arqueológico dentro da zona designada pela UNESCO como Património da Humanidade. Outros objectos de estudo serão a pesquisa documental acompanhante, análises dos achados e sua interpretação, assim como as análises através de provas do solo. Os resultados da pesquisa vão ser documentados em dois volumes científicos, dos quais o primeiro está a ser finalizado para edição. Fonte: MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult.a12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

e da Professora Marie Louise Stig Sorensen, do Departamento de Arqueologia, o curador arqueológico do British Museum, JD Hill, dos técnicos do IIPC/Ministério da Cultura de Cabo Verde, e pela coordenação local do autor do projecto, Cristopher Evans, com suporte dos estudantes da Universidade Jean Piaget e de trabalhadores locais. A formação contínua de elementos da equipa no terreno foi um objectivo complementar importante[1436].

Dois relatórios preliminares das escavações que indicam os resultados dos achados foram concluídos. O primeiro volume da publicação preconizada estava a ser finalizado no momento da citada conferência, com vista à sua publicação[1437]. Da execução deste projecto, obtiveram-se os seguintes resultados: As duas fases de escavações realizadas tornaram possível ter-se uma ideia mais precisa da tipologia dos edifícios identificados, suas estruturas e os níveis de assentamento dentro da urbanização; Foram também definidos o local da área de intervenção, os níveis construtivos dos edifícios ao longo dos antigos muros de terraço, sendo identificados os locais adicionais de valor arqueológico. Conforme descrição feita nos relatórios preliminares de Cambridge, as escavações na igreja da Nossa Senhora da Conceição, num total de sete trincheiras abertas, definiram a forma da planta base, através do achado do muro oeste (fachada principal), o muro de retorno ao sul, demais vestígios de muros, incluindo um muro de abside semi-circular, na área leste da capela-mor e, ao norte, a área da capela lateral indicada nos mapas históricos. Várias fases de construção da nave principal ficaram reconhecíveis, datadas através de azulejos de cerca de 1500. Maiores áreas de enterros parecem anteceder o nível de pavimento no centro da nave, que parece ser antecedido por áreas maiores destinadas a enterros, em que identificou,

> *"uma lápide de um funcionário régio da Ribeira Grande, do escrivão Diogo Rodrigues Homem, da sua esposa Catarina de Paiva e de seus herdeiros, datada de 1528. As áreas de enterros se encontram em estado desordenado e assim, ainda resta a dúvida se a lápide do funcionário régio se encontra de facto in situ. Outra lápide, a do almoxarife Fernão Fiel de Lugo, datada sendo de 1557 e*

[1436]MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1437] Ibidem

aparentemente in situ; foi desvendada na trincheira dentro da capela lateral ao norte. Pedaços de uma segunda lápide foram encontrados, virados ao contrário e empilhadas num monte de pedregulho, tendo sido provavelmente utilizados como degraus de escada, identificadas como sendo do armador Duarte Rodrigues e pré-datando a do almoxarife. As lápides foram mantidas seladas, esperando por futuras intervenções e análises".

Dois degraus em pedra levam aquilo que supostamente foi a base do altar da capela lateral, sendo flanqueado no pano do muro a seu lado direito e esquerdo com azulejos da segunda metade do séc. XVII "in situ". A maioria dos azulejos e fragmentos dos mesmos encontrados nas trincheiras são do tipo tapete, incluindo frisos e rodapés, sendo datáveis entre 1600 a 1680, de origem das fábricas de Lisboa. Só um número reduzido de azulejos monocromáticos, de entre 1500 a 1600, de origem de Sevilha ou Lisboa, assim como muito poucos azulejos tipo aresta (ou cuenca) e de corda seca, considerados como azulejos hispano-mouriscos de origem de Sevilha, forma encontrados, datando de entre 1500 a 1550"[1438]. Outros achados, como pregos de ferro, e reconheceu-se que *"o seu número aumentou nas camadas perto dos níveis dos enterros, sugerindo a possibilidade de que, além de construções em madeira e de mobília, caixões em madeira podiam ter sido utilizados"*. Um número reduzido de moedas de origem portuguesa foi encontrado, de meados do séc. XVIII. A análise aos ossos e aos dentes das reminiscências da área dos enterros indicam uma mistura de origem africana e caucasiana. O número de cadáveres de jovens e crianças ultrapassa a metade do número total dos restos recolhidos. Ao lado da cerâmica africana foram encontrados pedaços de cerâmica envidraçada, que incluíram fragmentos da dinastia Ming, assim como cerâmica produzida no norte da Europa e na península Ibérica. Outros materiais de construção foram recuperados tais como pedaços de pedra calcária e de mármore, pedaços de telhas e de pavimento em barro, argamassa de areia e calcário. Nas provas de solo não se obtiveram os resultados esperados no que respeita a tipos de sementes e vestígios de plantas que permitissem datá-las[1439].

[1438] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1439] Ibidem

As conclusões apresentadas, referem que as escavações arqueológicas confirmaram a existência de uma estrutura física substancial da igreja, a presença de materiais de Cabo Verde e outras regiões geográficas. Ficaram também visíveis várias fases de construção e de reconstrução através destas escavações. Os resultados das escavações sugerem que a dimensão total da estrutura do edifício seria de 9.00m de largura e 18.00m de cumprimento, e provavelmente terá tido uma altura compatível de um edifício de um e meio a dois andares. A planta base da estrutura seria do tipo de igreja-caixa, com a parte do altar-mor destacada e em menor dimensão, tendo uma capela, aparentemente abobadada, e sacristias laterais anexas do lado norte, os cantos do alçado frontal reforçados por contrafortes. O seu altar-mor encontra-se na direcção leste, *"conforme as exigências para todas as igrejas antes das novas directrizes do Concílio de Trento meados do séc. XVI"*. A discussão em vigor de considera-la como sendo a primeira igreja construída de pedra e cal nas latitudes tropicais, durante o início da expansão portuguesa e da globalização, embora haja o exemplo da igreja-basílica de Santa Maria em Axum, actual Etiópia, costruída provavelmente de 1.400 e situada sensivelmente nas mesmas latitudes*, "se incorpora na ideia da primeira experiência de modelos cristãos medievais executados em terras tropicais longínquas do reino na formação do mundo atlântico inicial"*[1440]. Afirma a autora que estudiosos como George Brooks, Peter Mark, José da Silva Horta, Francisco Bethencourt ou Tobias Green, entre outros, sublinham a importância que as interacções entre modelos pré-concebidos e forças locais, assim como pressões globais, tiveram na formação de sociedades híbridas no mundo atlântico, *"tendo sido Cabo Verde a primeira experiência de crioulização e portanto, a igreja da Nossa Senhora da Conceição, o modelo das demais",* foi construída *"na tradição das igrejas medievais euro-ibéricas, mas através da força laboral de escravos no início da emergente mistura de culturas e raças"*[1441]. Afirma ainda que *"Os resultados obtidos através das intervenções arqueológicas sublinham a importância que este templo terá tido durante o primeiro período de urbanização da Ribeira Grande"*[1442]. Adianta que futuras escavações vão esperançosamente ajudar a desvendar uma parte importante da

[1440] Ibidem
[1441] Ibidem
[1442] Ibidem

história da África Ocidental através da definição compreensiva da estrutura em Cabo Verde conhecida como *"a primeira igreja construída nas latitudes tropicais*"[1443].

O Documento, "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[1444]apresenta uma imagem desta capela, indicando que é a mais antiga erigida entre 1466 e 1470. Pode-se verificar na imagem, parte das paredes ainda de pé, mas a maior parte desta já se encontrava em ruínas.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[1445], juntamente com a troca de correspondência entre o Governador Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, os pareceres dos engenheiros e arquitectos da Direcção Geral do Urbanismo e Comunicação, os despachos do Ministro do Ultramar e do seguimento dado a este, na então Província de Cabo Verde, acerca de propostas para a restauração da Fortaleza, um documento dactilografado e com anotações a caneta de tinta traz informações acerca da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em letras dactilografadas, com anotações em letra caligráfica a tinta (ver Anexo Documental, anexo VII) . Vem uma anotação a lápis, que parece ser uma correção (Imagem de) de Nossa Senhora da Conceição; novamente em escrita caligráfica – da Cidade Velha. A frase seria - a igreja fundada pelo Infante D. Henrique; vem corrigida com letra caligráfica – O Infante D. Henrique - mandou construir a Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Cidade Velha; Nesta igreja todos os sábados se celebrava missa por alma do Infante (Estatuto de Cabido), seguida de um asterístico (*).No fim da página vem a explicação do arterístico – *Seria interessante descobrir os alicerces*. Por esta informação ficamos a saber que esta igreja teve estatuto de Cabido. Não podemos confirmar a época em que manteve este estatuto. (Ver Anexo Documental, anexo VII).

[1443] MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1444] WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980

[1445] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.

Por outro lado, o documento está redigido de modo a que de deduz que são informações prestadas a uma entidade, que não se revela, e de assuntos de interesse acerca da Cidade Velha, dos bens culturais existentes, que existiam e que foram "achados", no sentido de se ter uma lista completa. A preocupação parece ser a de anotar tudo, com pormenores. Há também no mesmo documento informações sobre outras igrejas que referimos no item apropriado, e sobre a Fortaleza, a Misericórdia e a igreja de Nossa Senhora do Rosário, sobre os bens, relíquias de algumas igrejas do arquipélago.

Durante a nossa visita ao local da implantação da igreja de Nossa Senhora da Conceição, pudemos reconhecer os trabalhos arqueológicos já realizados até à presente data, conferir o relatório de Cristopher Evans e as imagens já publicadas neste, e em outros documentos, observar e estudar o sítio e o ambiente que o rodeia, realizar imagens nossas, que melhor ajudam a compreender a nossa elaboração escrita acerca desta igreja.

A entrada da igreja está bem visível, e com um muro de pedra para vedação e protecção a circundar o sítio, como revelam as figuras 235 e 236. As paredes da face dianteira, que seguem as fundações, também estão visíveis, bem como as pedras de cantaria trabalhadas que dão acesso à entrada da igreja, e parte dos mosaicos que revestiam o piso, conforme a primeira e a segunda imagens da figura 235. As paredes laterais mostram que foram construídas com blocos de basalto e argamassa de cal e areia, comprovadas nas imagens nº 3 da figura 235 e as da figura 238. Na primeira imagem da figura 235, há blocos de mármore que ficam na entrada, que se pode verificar pelas ranhuras e trabalhos que permitem montar uma porta de entrada e fechá-la, parecido com outro que localizamos na rua da Carreira, em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário. A segunda apresenta exemplares de mosaicos e azulejos, e a terceira, as paredes grossas feitas com argamassa de cal e areia.



Figura 235 – Imagens das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Acervo pessoal organizado durante as pesquisas ao local de 21 a 23 de Dezembro de 2015.

Da entrada obtivemos uma imagem, a primeira da figura 235, que presenta todo o salão da igreja e parte da capela lateral esquerda. As paredes laterais e dos fundos estão visíveis, bem como parte do murro que cercava esta igreja, como é observável nas imagens da mesma figura. Na primeira imagem está também patente o piso, que certamente era totalmente revestido de mosaicos, tendo ainda uma boa parte destes. Assemelham-se aos que revestiam o piso da igreja de Nossa Senhora do Rosário, mas só estudos na área poderão confirmar a sua proveniência e fabrico. As outras dependências desta igreja encontram-se visíveis também. Nesta igreja estariam sepultados muitos "senhores", pois testemunham este facto, as várias lápides de mármore, que figuram nas imagens 3, 4, 5, 6 e 7 da figura 236, em algumas estão ainda visíveis as inscrições e grafias da época, de entre as quais a de D. Fernão Fiel de Lugo.

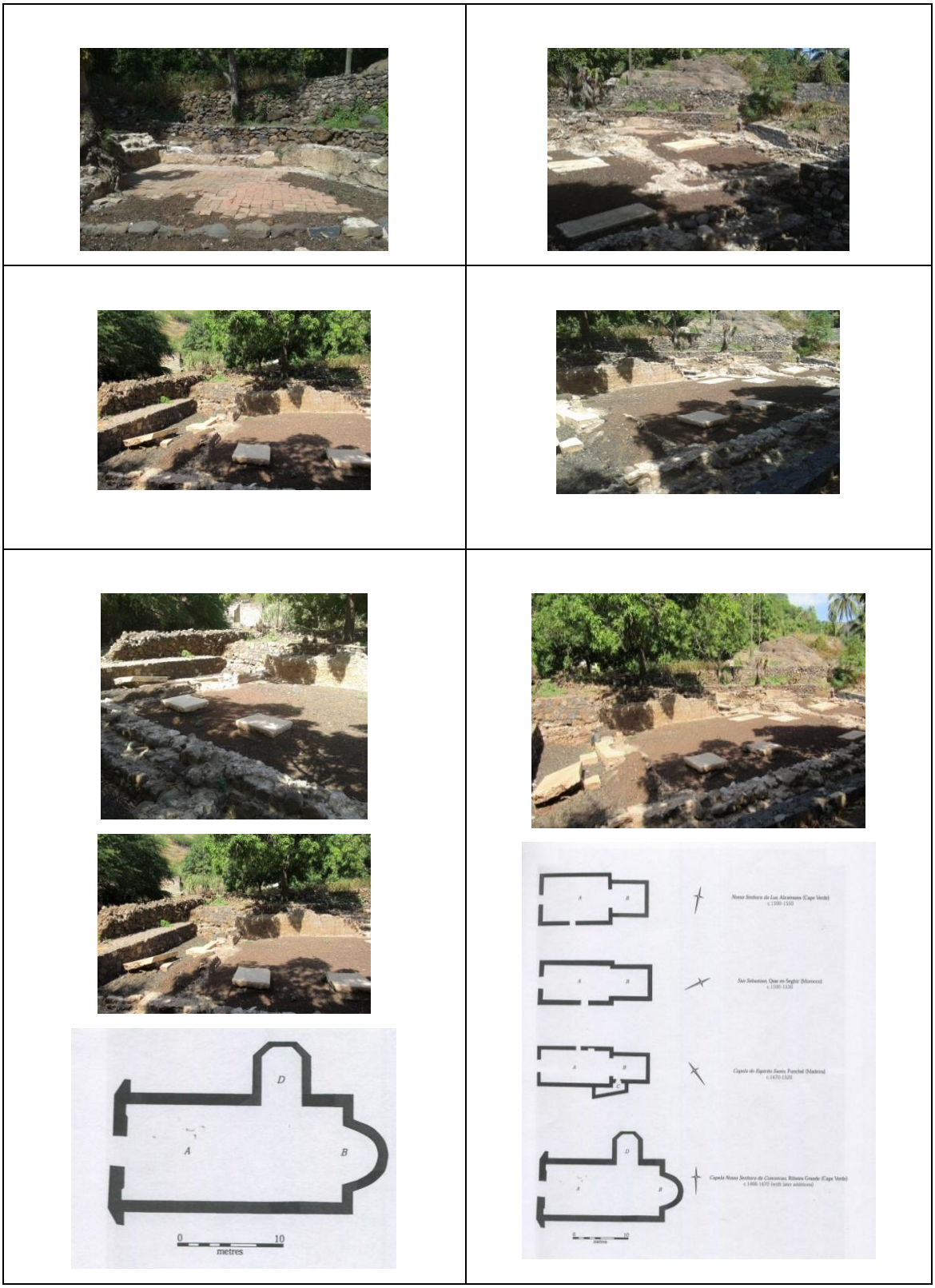


Figura 236 – Imagens de 1 a 7: Ruínas da igreja de Nossa Senhora da Conceição: vistas da nave, da capela lateral e pedras epigrafadas de túmulos. Fonte: Imagens realizadas durante as nossas pesquisas ao local, de 21 a 23 de Dezembro de 2015. 8ª Imagem: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. 9ª Imagem: Comparação entre as plantas das primeiras igrejas portuguesas construídas em África. Fonte: NEWMAN, Richard, Sorensen, Marie Louise Stig, Evans, Chris – The Church of Nossa Senhora da Luz, Alcatrazes, Cape Verde. Archeological and Architectural investigations. University of Cambridge. 2012.

As ruínas da capela lateral e a sacristia são visíveis, ao fundo. Pela imagem nº 1, 2 e 3 da figura 236 vêem-se as paredes laterais de forma circular, que ainda sobram, e na terceira imagem pode-se visualizar a sua porporção, e que apresenta o piso mais elevado do que os restantes compartimentos da igreja. Seria uma capela lateral a que se refere Evans[1446]*: "Conseguimos recuperar a totalidade da planta de superfície da igreja, incluindo a sacristia, a capela lateral e a varanda lateral e agora temos um monumento realmente notável".* Este arqueoólogo, para além de se referir aos trabalhos realizados, adianta que haveria um coro onde se erguia o altar – mor. Escreve o mesmo: *"Obviamente construída por volta de 1500, a sua porção mais complicada é o coro situado na extremidade oriental, onde se erguia o altar-mor, e que foi sofrendo múltiplas reconstruções devido aos estragos causados pelas cheias sazonais"*[1447]*(…)* "*Dois degraus em pedra levam aquilo que supostamente foi a base do altar da capela lateral, sendo flanqueado no pano do muro a seu lado direito e esquerdo com azulejos da segunda metade do séc. XVII 'in situ'*[1448].

A capela lateral ainda com parte das paredes é visível ao fundo, nas três vistas apresentadas nas três últimas imagens da figura 236.

Foi revelada a planta desta igreja, numa comparação com as primeiras igrejas portuguesas construídas em África realizada pela equipa Richard Newman, Marie

[1446] Igreja desenterrada na Cidade Velha na revista Current World ... [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article114397&ak=1

[1447] Em 2006, Sørensen e Evans foram convidados pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde a realizar escavações na Cidade Velha com o apoio do Ministério da Cultura daquele país. O principal objectivo consistia em localizar a Capela da Nossa Senhora da Conceição, que se pensava ser a igreja original da Cidade Velha — e, como tal, candidata a ser uma das primeiras igrejas cristãs dos trópicos, explicam ainda os dois cientistas no seu texto ainda por publicar. "Konstantin Richter, historiador de arquitectura [da Universidade Jean Piaget] tinha reparado numa plataforma com argamassa que batia certo com o mapa que indicava a localização da igreja", disse Evans ao PÚBLICO num email. "A seguir, localizámos a fachada da igreja e realizámos duas campanhas de escavações preliminares. E concluímos que sim, que tínhamos encontrado a igreja". Fonte: Igreja desenterrada na Cidade Velha na revista Current World ... [Em Linha. [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article114397&ak=1

[1448] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011.[Consult.a12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1448] WIECZOREK, Jean- Pierre - *PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA.* Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

Louise Stig Sorensen e Chris Evans, que participaram na campanha arqueológica realizada em 2012, na igreja de Nossa Senhora da Luz, em Alcatrazes[1449].

Nesta comparação são indicados as plantas e sua descrição: A - uma nave em caixa; B – o santuário; C – a sacristia; D – A capela lateral. Observamos que a igreja de Nossa Senhora da Conceição não apresenta a sacristia nesta planta, e que o santuário tem uma forma arredondada, diferente portanto ao santuário das outras igrejas, a de Nossa Senhora da Luz, de Alcatrazes (1500-1550), a de San Sebastian, em Qsar es - Sehguir, Marrocos (1500-1530), a Capela do Espírito Santo, em Funchal, Madeira, (1430-1520), a única que apresenta uma sacristia. Na comparação estabelecida entre as plantas de estruturas mais simples, como a planta original da igreja de Nossa Senhora da Luz, em Alcatrazes(1500-1550), e a planta da igreja de Nossa Senhora da Conceição, descervem-se as diferentes fases de reconstrução da mesma, bem como a de San Sebastian, em Qsar es - Sehguir, Marrocos (1500-1530) (figura 236)[1450].

Por outro lado, os túmulos descobertos, de entre os quais os representados nas imagens da figura 236, são de interesse pois apenas alguns tinham direito a serem sepultados nas igrejas. Seriam altos dignatários e "mercadores", os "moradores" que tinham direito a serem sepultados nas igrejas. As inscrições reveladas nas imagens da figura 238 e as demais encontradas, estarão a ser estudadas e decifradas.

Os fragmentos encontrados durante as últimas escavações ao local estão também a ser estudados. Outros vestígios foram identificados, faiança do continente europeu e asiático, olaria e elementos da cultura africana, ossaria, pregos, botões, e outros objectos de grande valor para a história e a cultura desta cidade, sujeitos a estudos. Serão expostos no futuro.

[1449] NEWMAN, Richard, Sorensen, Marie Louise Stig, Evans, Chris – *The Church of Nossa Senhora da luz, Alcatrazes, Cape Verde*. Archeological and Architectural investigations. University of Cambridge. ALC 11. 2012.
[1450] NEWMAN, Richard, Sorensen, Marie Louise Stig, Evans, Chris – *The Church of Nossa Senhora da luz, Alcatrazes, Cape Verde*. Archeological and Architectural investigations. University of Cambridge. ALC 11. 2012, 8-9.

"*Outros achados foram pregos de ferro, e o seu número aumentou nas camadas perto dos níveis dos enterros. Isto sugere a possibilidade de que, além de construções em madeira e de mobília, caixões em madeira podiam ter sido utilizados. Alem disso, um número reduzido de moedas foi encontrado, sendo de origem portuguesa datando de por volta de meados do séc. XVIII. Análises de ossos e dentes das reminiscências da área dos enterros indicam uma mistura de origem africana e caucasiana. Surpreendentemente, o número de pessoas jovens e crianças ultrapassa a metade do número total dos restos recolhidos. Ao lado de assim chamada cerâmica africana, pedaços de cerâmica envidraçados incluíram fragmentos da dinastia Ming, assim como cerâmica produzida no norte da Europa e da península Ibérica. Demais materiais de construção (pedaços de pedra calcária e de mármore, pedaços de telhas e pavimento em barro, argamassa de areia e calcário) foram recuperados.*"[1451].

Não há referências acerca de objectos sacros, apenas de contas do rosário encontrados nas sepulturas[1452]. No entanto, refere o documento em causa que as provas de solo trarão também resultados relativamente a tipos e datas determináveis de sementes e de vestígios de plantas[1453].



Figura 237 - Ruínas da igreja de Nossa Senhora da Conceição – exemplar de azulejos. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa visita ao local de 21 a 23 de Dezembro de 2015.

Os azulejos que revestiam as paredes, visíveis no local, foram devidamente protegidos durante as últimas escavações, como se pode constatar pelas imagens da figura 237.

"A maioria dos azulejos e fragmentos dos mesmos encontrados nas trincheiras são do tipo tapete, incluindo frisos e rodapés, sendo datáveis entre 1600 a 1680, e de origem das fábricas de Lisboa. Só

[1451] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_III Aprimeiraigrejaconstr

[1451] Ibidem

[1452] NEWMAN, Richard, Sorensen, Marie Louise Stig, Evans, Chris – *The Church of Nossa Senhora da luz, Alcatrazes, Cape Verde*. Archeological and Architectural investigations. University of Cambridge. ALC 11. 2012, 8-9.

[1453] Ibidem

um número reduzido de azulejos monocromáticos, de entre 1500 a 1600, de origem de Sevilha ou Lisboa, assim como muito poucos azulejos tipo aresta (ou cuenca) e de corda seca, considerados como azulejos hispano-mouriscos de origem de Sevilha, forma encontrados, datando de entre 1500 a 1550[1454]*".*

As imagens da figura 237 revelam alguns exemplares de azulejos já identificados que seriam dos séculos XV e XVI[1455]. As imagens pias policromadas que se encontravam guardadas na igreja de Nossa Senhora do Rosário e seguiram para Lisboa, a fim de serem restauradas, seriam apenas desta igreja ou também da igreja de Nossa Senhora da Conceição? Não encontramos provas documentais acerca disto, apenas que esta igreja, a de Nossa Senhora do Rosário, guardava artefactos da Sé e de outras igrejas, nomeadamente da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, como já referimos.





Figura 238 – A circundar a igreja árvores de grande porte e diversas plantas. Fonte: Imagens realizadas durante a nossa visita ao local, de 21 a 23 de Dezembro de 2015.

A circundar a igreja, árvores de grande porte e plantas várias, que dão uma beleza especial ao sítio, rodeado de altas elevações, que protegem-na da ventania, fazendo

[1454] Ibidem
[1455] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015].Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr
[1455] Ibidem

deste lugar um espaço ameno e aconchegante, como revelam as imagens da figura 238. As enxurradas fortes das chuvas seriam o único problema, pois poderiam danificar o que resta deste edifício, já protegido, no entanto, por murros. Dever-se-á tirar proveito deste ambiente e das plantações agrícolas que envolvem esta igreja, na promoção do turismo através da criação e promoção de um percursoa este edifício, e a outros que se localizam neste mesmo local, nomeadamente, a Igreja do Monte Alverne, o Convento a igreja de S. Francisco, e o Colégio dos Jesuítas.

O terreno onde se situam as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Conceição pertencia ao estado português, durante a colonização. Após a independência de Cabo Verde em 1975, estes terrenos foram atribuídos aos moradores, em posse útil, para prática da agricultura. O projecto das escavações só teve lugar porque a Câmara Municipal endiminizou os agricultores, a quem se dera posse deste terreno[1456]. Outros edifícios religiosos e de habitação localizam-se neste vale, e estarão igualmente subterrados e ocupados por agricultura e plantação de árvores de fruta, ou por outra actividade de rendimento. As escavações devem prosseguir com apoio da Unesco, para que se dê à luz os outros edifícios, através de projectos exequíveis, com apoio da Câmara Municipal.

Konstantin Alexander Richter[1457] confirma ser esta igreja a primeira a ser construída em Ribeira Grande,

> *(...) "após provável instituição de oratórios, logo com a chegada dos primeiros colonos em 1462, em forma e construção provisórias, como aliás era de costume nos locais de assentamento recém-descobertos pelas rotas de expansão"[1458]*. Tudo indica *que "de facto a igreja da N.ª S.ª da Conceição terá sido a primeira a ser levantada em pedra e cal, numa zona algo recuada, porém adjacente às primeiras casas senhoriais a serem construídas na fase inicial da urbanização, servindo como local de oratório para os habitantes senhoriais instalados na área do bairro de S. Pedro"[1459]*.

[1456] Informação prestada pela Curadoria da Cidade Velha e pelo guia turístico, Francisco Moreira.
[1457] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr
[1458] Ibidem
[1459] Ibidem

A respeito da construção da mesma, explica que a igreja matriz da Ribeira Grande terá tido a sua primeira fase de construção e alargamento prolongada até por volta de 1500, não incluindo as demais fases de ornamentação e reconstrução, sendo por longo tempo a "*povoação"* mais importante do arquipélago do então Cabo Verde (Gomes, Xavier, op cit, *id*). Nesta igreja, teriam sido celebradas sessenta missas, pela alma do Infante D. Henrique, o Navegador, pagos pela tesouraria real (Senna Barcelos, op cit, Vol. II, p. 74). No respeitante ao funcionamento e duração das actividades da igreja, informa que as missas tiveram lugar até pelo menos o início do séc. XVI, mas a sua importância perdurara até o séc. XVIII, tempo no qual a sua manutenção iniciou a ser negligenciada, com as suas riquezas, alfaias e os ornamentos sido espalhados pelas mãos de várias pessoas. Refere-se às tentativas de reconstrução durante a segunda metade do séc. XVIII, não se sabendo se terão realizadas com sucesso,

> *(...)"mas certo é que o 'pequeno templo' (id) foi extinguindo da memória dos habitantes das ilhas não muito tempo após. Vários funcionários régios e donos de terras de Santiago, assim como numerosos vizinhos, aqueles que possuíram bens originais, sustentaram as confrarias e distribuíram sumptuosamente as suas riquezas, pediram nos seus testamentos para que os seus corpos fossem enterrados na igreja da N.ª S.ª da Conceição (Madeira Santos et al, op cit, vol. II,p. 289)"*[1460].

As escavações[1461] que tiveram lugar, foram realizadas mediante um projecto. Dois relatórios preliminares das escavações foram concluídos, detalhando os resultados dos achados, e o primeiro volume de publicação sobre o projecto estaria a ser concluído, com vista à sua publicação. O sucesso alcançado neste projecto é de se aplaudir,

[1460] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1461] As escavações de reconhecimento: Duas fases de escavações na área, de duas semanas cada, foram realizadas em 2006e 2007. Estas escavações incluíram várias outras de vulto assim como intervenções de reconhecimento, dentro e nas imediações da área urbana de Ribeira Grande. Em 2009 e 2010, duas fases de intervenções arqueológicas de salvamento no núcleo urbano central assim como duas fases de escavações, a decorrer em 2011, na igreja Nossa Senhora da Luz de Alcatrazes, também do séc. XV, situada no sudeste da ilha de Santiago, completam o quadro das intervenções realizadas até a data. A equipa em 2006 e 2007 foi composta pelos arqueólogos de Cambridge sob orientação do Director Executivo da CAU, Chris Evans, e da Profa. Marie Louise Stig Sorensen do Departamento de Arqueologia, o curador arqueológico do British Museum, JD Hill, dos técnicos do IIPC/Ministério da Cultura de Cabo Verde, assim como da coordenação local do autor e suporte dos estudantes da Universidade Jean Piaget e de trabalhadores locais. Formação contínua no terreno foi um objectivo complementar importante. Fonte: MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS.* XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

esperando que encoraje a Unesco a continuar a financiar outros projectos de igual ou maior alcance, de modo a se realizarem escavações e estudos nas outras áreas de edificação religiosa que merecem esta atenção e noutras áreas edificadas, onde existam monumentos de carácter defensivo, habitacional e demais, que demonstrem ser de interesse nacional e internacional.

Os resultados obtidos na implementação do projecto foram óptimos. As escavações realizadas nas duas fases previstas *"providenciaram*" uma ideia mais precisa da tipologia dos edifícios e suas estruturas, assim como dos níveis de assentamento dentro da urbanização. Foram ainda definidos o local da área de intervenção e os níveis construtivos dos edifícios ao longo dos antigos muros de terraço, identificando locais adicionais de valor arqueológico. Citando Richeter Evans (EVANS ET ALL, 2006 e 2007) confirma que as sete trincheiras abertas durante as escavações definiram a forma da planta base, através do achado do muro oeste, a fachada principal da igreja, sendo identificados ainda *"o muro de retorno ao sul, demais vestígios de muros, incluindo um muro de abside semi-circular na área leste da capela-mor e, ao norte, a área da capela lateral indicada nos mapas históricos. Várias fases de construção da nave principal ficaram reconhecíveis, a qual podia ser datada, através de azulejos, de sendo por volta de 1500"*[1462]. No que respeita as lépides identificadas opina:

> *"Maiores áreas de enterros parecem anteceder o nível de pavimento no centro da nave, o qual inclui uma lápide de um funcionário régio da Ribeira Grande, do escrivão Diogo Rodrigues Homem, da sua esposa Catarina de Paiva e de seus herdeiros, datada de 1528. As áreas de enterros se encontram em estado desordenado e assim ainda resta a dúvida se a lápide do funcionário régio se encontra de facto "in situ". Outra lápide, a do almoxarife Fernão Fiel de Lugo, datada sendo de 1557 e aparentemente in situ, foi desvendada na trincheira dentro da capela lateral ao norte. Pedaços de uma segunda lápide foram encontrados, virados ao contrário e empilhadas num monte de pedregulho, tendo sido provavelmente utilizados como degraus de escada, identificadas como sendo do armador Duarte Rodrigues e pré-datando a do almoxarife*[1463]*".*

[1462] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS*. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1463] Ibidem

Informa que as lápides foram mantidas seladas, esperando por futuras intervenções e análises. As escavações arqueológicas confirmaram a existência da estrutura física substancial da igreja assim como a presença de matérias de Cabo Verde e outras regiões geográficas, tendo ficado visíveis várias fases de construção e reconstrução, através das mesmas. Os resultados das escavações sugerem que a dimensão total da estrutura do edifício seria à volta de 9.00m de largura e 18.00 de cumprimento, e teria provavelmente, uma altura que equivale um e meio a dois andares.

> *"A planta base da estrutura foi do tipo de igreja-caixa, com a parte do altar-mor destacada e em menor dimensão, com capela, aparentemente abobadada, e sacristia laterais anexas ao lado norte e os cantos do alçado frontal reforçados por contrafortes. O seu altar-mor encontra-se direccionado em direcção a leste, conforme as exigências para todas as igrejas antes das novas directrizes do Concílio de Trento meados do séc. XVI"*[1464].

Relativamente à possibilidade desta igreja ser reconhecida pelo seu valor cultural, sendo a primeira a ser construída nos trópicos, defende:

> *"A discussão em vigor de sendo a primeira igreja construída de pedra e cal nas latitudes tropicais durante o inicio da expansão portuguesa e da globalização, embora termos o exemplo da igreja-basílica de Santa Maria em Axum, actual Etiópia, datada de por volta de 400 após Cristo e situada em sensivelmente mesmas latitudes, se incorpora na ideia da primeira experiencia de modelos cristãos medievais executados em terras tropicais longínquas do reino na formação do mundo atlântico inicial. Estudiosos como George Brooks, Peter Mark, José da Silva Horta, Francisco Bethencourt ou Tobias Green, entre outros, sublinham a importância que essas interacções, entre modelos préconcebidos e forças locais assim como pressões globais, tiveram na formação de sociedades híbridas no mundo atlântico, tendo sido Cabo Verde a primeira experiência de crioulização e portanto, a igreja da Nossa Senhora da Conceição o modelo das 11 demais, a ser construída na tradição das igrejas medievais euro-ibéricas mas através da força laboral de escravos no início da emergente mistura de culturas e raças"*[1465].

[1464] MARIZ, Vera - *A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS.* XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador. Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponívelem:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

[1465] Ibidem

2.8. As ruínas da Ermida do Monte Alverne (séc. XVI / XVII).

Esta ermida tem uma planta rectangular e dois compartimentos. Localiza-se no bairro do convento. As paredes laterais estão ainda de pé. Como se pode observar na imagem da figura 239.



Figura 239 - Ruínas da Ermida do Monte Alverne. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

É visível, no segundo compartimento das ruínas, uma pequena divisão a meia altura, *"encastrado no terreno"*, logo atrás do altar. Estas ruínas encontram-se em bom estado de conservação, como se pode observar nas imagens da figura 239.

2.8.1. Localização e história.

As ruínas desta igreja ficam a pouca distância da igreja de Nossa Senhora da Conceição, de onde tiramos a imagem que apresentamos na figura 240. Na realidade, as igrejas encontram-se a curta distância um dos outros, fazendo desta cidade um dos exemplos de como a fé se professava na época.

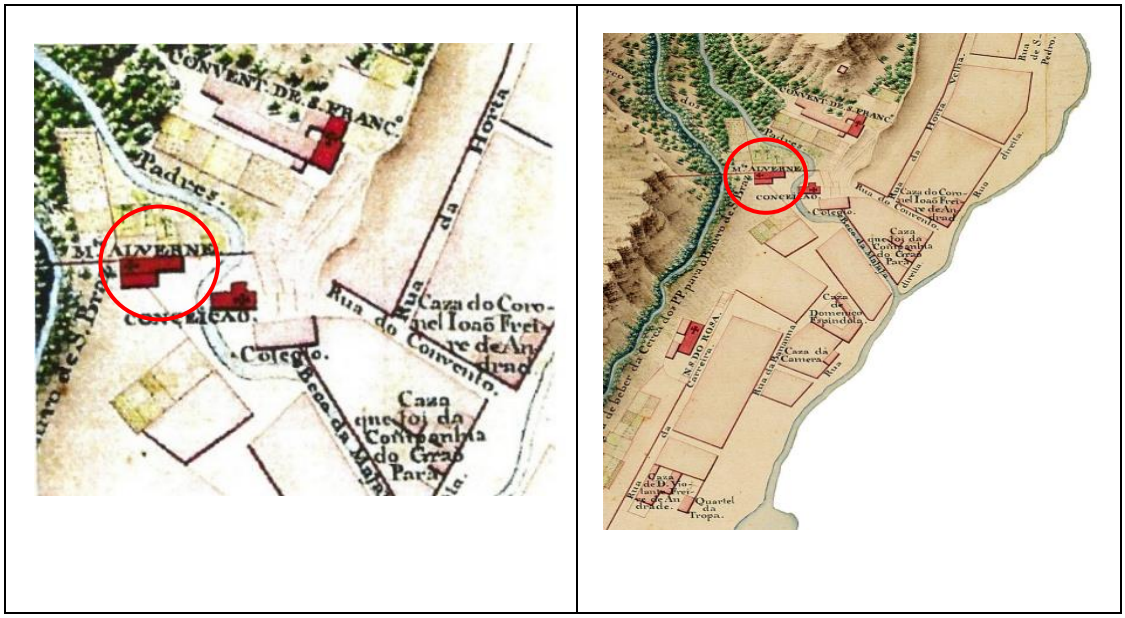


Figura 240 – 1ª Imagem: mapa da Cidade Velha . António Carlos Andrea[1466]. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778[1467].

O Documento "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande"[1468] apresenta vestígios deste edifício, referindo-se à capela do Monte Alverne, em que se pode ver parte das paredes ainda de pé, com uma volumetria maior, mas cercadas por plantações e vegetação, que ocuparam o espaço e modificaram a paisagem, que é bastante verdejante. Imagem semelhante encontra-se em outros documentos, mas estão em mau estado, como a que está visível na segunda imagem da figura 241, que apresenta na primeira, uma imagem mais actual, em que a volumetria é menor.

[1466] Parte do mapa de Ribeira Grande de António Andrea mostrando com o correspondente índice. EVANS, Cristopher, SORENSEN, Marie Louis Stig, RICHTER, Konstantin et all (with contribution by C. Cessford, A. Hall & A. Hall & K. Seetah). Cidade Velha, Cape Verde. Archaeological Excavations. The 2007 Season**. Verificar**

[1467] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

[1468] Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).



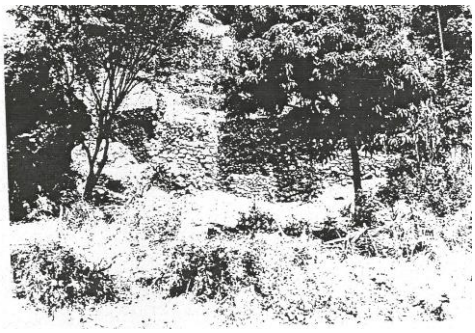


Figura 241 - 1ª Imagem: Ruínas da igreja do Monte Alverne[1469]. 2ª Imagem: Ruínas da capela do Monte Alverne[1470].

A igreja do Monte Alverne terá sido construída provavelmente, pelos frades capuchos de Santiago. Em 1671 ainda estaria por construir, pois o relatório do estado da Diocese de Cabo Verde assim indica, conforme explana Carlos Santos[1471], apoiando-se em documentos da época. A sua construção deve situar-se nos anos 70 ou 80 de seiscentos, sendo, por isso, coeva da edificação da igreja e convento de São Francisco, afirma ainda Carlos Santos[1472]. Esclarece também, que devido à completa ausência de fontes documentais escritas sobre essa obra, não é possível traçar uma leitura aprofundada, mas que está indicada na planta da cidade da Ribeira Grande de 1769, da autoria de António Carlos Andrea, que a projecta com a cabeceira orientada a este, sendo um templo de estrutura rectangular, alongada e estreita. Procurando o mesmo estabelecer uma comparação com os outros edifícios religiosos de pequena grandeza, afirma que, socorrendo-se da mesma planta, observa-se que a igreja de Monte Alverne apresentava maiores dimensões do que as capelas de São Pedro, de Santa Luzia e de São Roque.

Alguns documentos fazem referência a este edifício mas tratando-a de ermida. Não sabemos quando é que recebeu obras que possibilitaram a sua ampliação, e quando é que passou a ser capela. Não identificamos documentos que se referissem ao seu estado de conservação no passado, e restauro, nem acerca do seu recheio.

[1469]Fonte: Imagem realizada pela doutoranda em Dezembro de 2015.
[1470] Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).
[1471] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).* Universidade Nova de Lisboa. 178 f. Tese de Mestrado. Setembro de 2015.
[1472] Ibidem

2.9. As ruínas da Igreja de S. Luzia (sec. XVI/XVII).

A capela de S. Luzia localiza-se no bairro de São Braz[1473]. As ruínas que sobram estão em mau estado de conservação, como revelam as imagens da figura 242.



Figura 242 - Ruínas da Igreja de S. Luzia. Fonte - CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Este edifício religioso faz parte do conjunto patrimonial que se encontra em mau estado de conservação[1474].

2.9.1. Localização e história.

O mapa de Andrea de 1778 indica-a em S. Brás, como revela a imagem da figura 243. É uma igreja de modestas proporções. Tem cerca de doze por dez metros e é composta por uma planta rectangular, subdividida em três compartimentos. Conserva parte das paredes laterais (figura 243).

[1473] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.
[1474] Ibidem

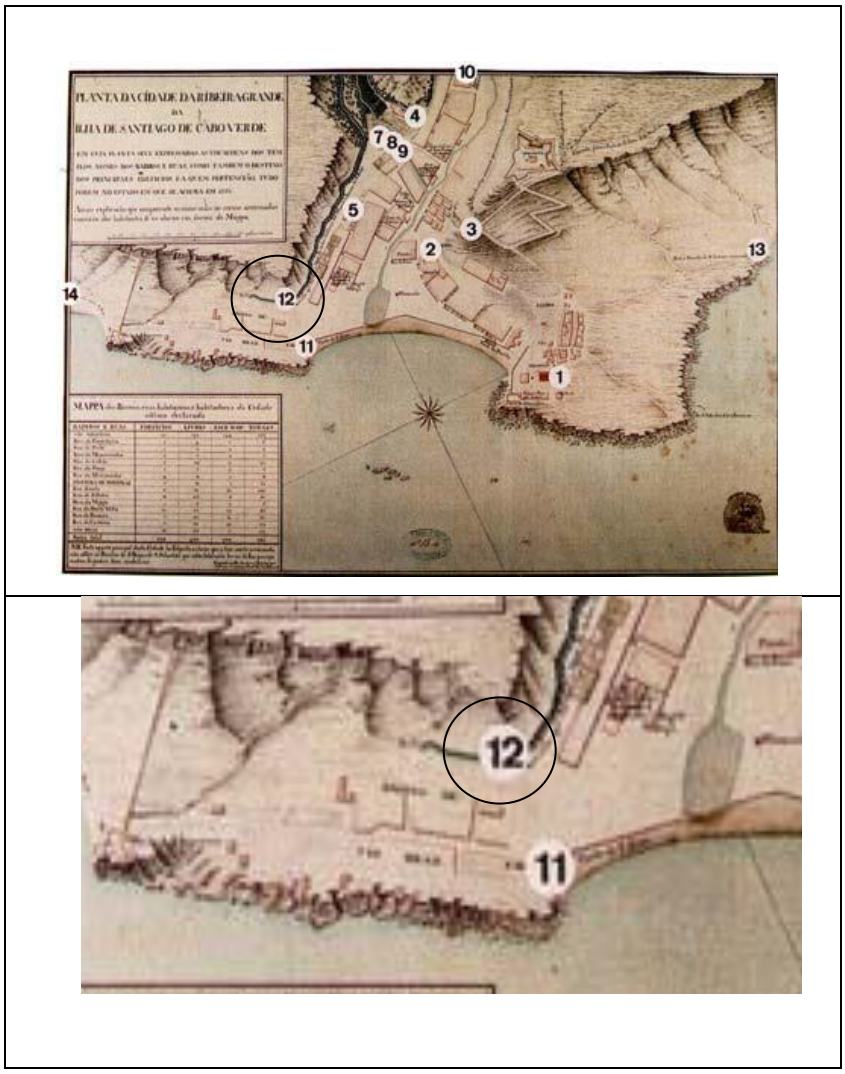


Figura 243 – 1ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos da Ribeira Grande. Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778[1475]. 2ª Imagem: Localização da Ermida de S. Luzia. Fonte: Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778[1476]. Arquivos do IIPC [1477].

Pelas imagens pode-se perceber que foi construída com recurso a pedras de cantaria nos cunhais, como se pode observar na 1ª imagem da figura 244, não se sabendo se seriam materiais de outras construções.

[1475] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH . Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.
[1476] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.
[1477] Legenda**:** 1. Cathédrale; 2. Eglise de la Miséricorde; 3. Eglise de S. Roque; 4. Couvent de São Francisco; 5. Eglise de Notre-Dame do Rosário; 6. Palais episcopal;7. Eglise de Monte Alverne; 8. Eglise de Notre-Dame de la Conception; 9. Collège des Jésuites; 10. Eglise de São Pedro; 11. Chapelle de São Brás; 12. Ermida de Santa Luzia;13. Ermida de Santo Antonio; 14. Ermida de Santa Marta; 15. Chapelle São Gonçalo. In CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

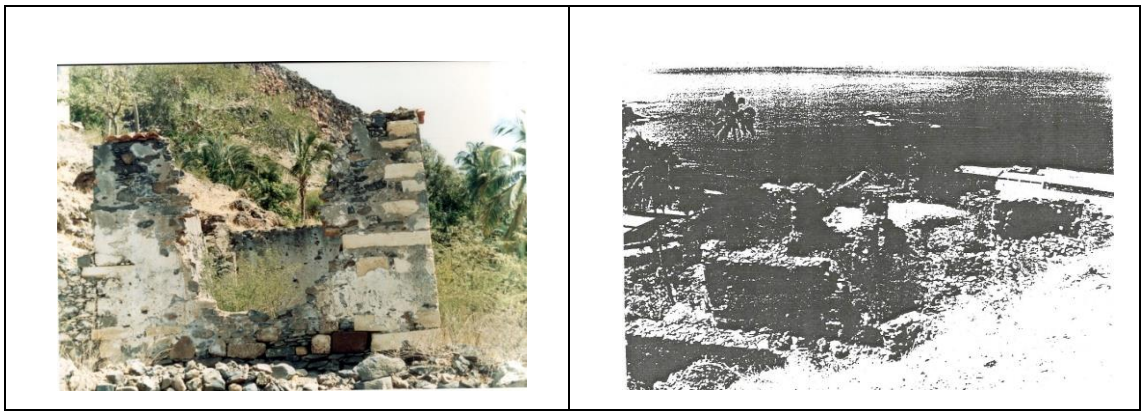


Figura 244 – 1ª Imagem: Ruínas da ermida de S. Luzia. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. Ediciones decooperacíon para el Desarrollo (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s. d.). 2ª Imagem: Ruínas da ermida de S. Luzia. Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Alguns documentos, como o "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA" [1478] apresentam uma imagem, em que se pode ver a volumetria desta pequena capela, as paredes laterais e dos fundos ainda de pé, tendo a fachada dianteira já bastante arruinada. Estas imagens estão em mau estado. A que se mostra mais nítica é a do documento "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande"[1479](2ª imagem da figura 244).

Carlos Santos[1480] indica que esta ermida, localizada em S. Brás já não aparece na planta de Andrea de 1769 e 1778, mas que a capela de Santa Luzia é referida na planta de Leonardo Ferrari (1655) e na planta de Duplessis (1699).

As ruínas a que temos direito hoje estão mais degradadas e o volumetria da construção é bastante menor, se compararmos as duas imagens da figura 244.

[1478] WIECZOREK, Jean- Pierre - *PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA*. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.
[1479] Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d).
[1480] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitectura (Séculos XV a XVIII).* Universidade Nova de Lisboa. 178 f. Tese de Mestrado. Setembro de 2015.

Não identificamos nenhuma informação respeitante a aspectos arquitectónicos e artísticos deste edifício nem de quando passou a ser capela. Nada pudemos apurar no que respeita ao seu recheio.

2.10. Ermida de S. Brás.

A Ermida de S. Brás localizava-se no bairro do mesmo nome, como indicam as imagens da figura 245, onde os jesuítas construíram casas para residirem. Fica próximo do forte de S. Brás. Este forte fica em frente ao de S. Veríssimo.

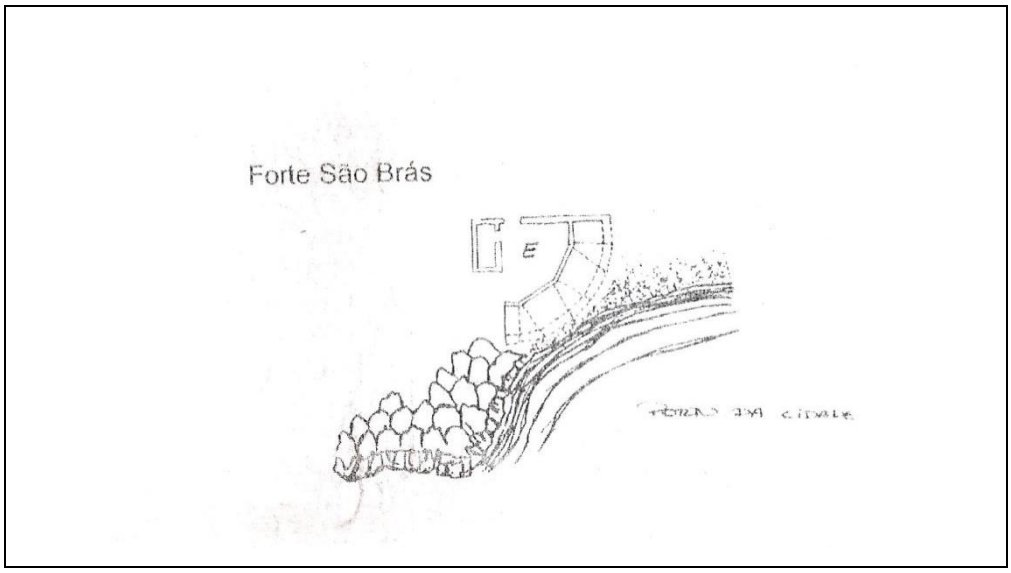


Figura 245 – O Forte de S. Brás. Fonte: Fonte: Barcelos, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a História de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. (Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira). IBNL. Documentos. 2003, p. 62. In. SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* Tese de Mestrado. 187 f. 2010.

A planta do engenheiro António Carlos Andrea[1481], representada na figura 243, indica-a junto ao forte São Brás e próximo da costa. Actualmente não restam vestígios desta ermida.

2.10.1. Localização e história.

[1481] Fonte - CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Sabe-se que em 1626[1482], faz-se a "Descrição da Ribeira Grande", referindo os três bairros (São Sebastião, São Brás e São Pedro) e as ruas que há *"pelo meio dele*s" (a de São Pedro que vai até o porto e a rua da Carreira e a da Banana, *"onde a gente desta cidade se acomoda medianamente"*).



Figura 130 - 1ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos da Ribeira Grande. Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778[1483]. 2ª Imagem. Localização da capela de S. Brás. Fonte: Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778[1484]. Arquivos do IIPC[1485].

Faz-se também a "Relação dos bens imóveis e propriedades dos Padres da Companhia" com a sua respectiva localização, em que se menciona a ermida de S. Brás, localizada *"sobre o mar"*: *"casas em que vivem com uma ermida [...] sitas sobre o mar", além de outras que alugam (Bairro de São Brás), "casas e horta do seminário que V. Magestade lhes deu", que também alugam (junto a Nossa Senhora da Conceição), todo o Bairro de São Pedro e a Aldeia dos Sapes, duas hortas e "uma fazenda grande a duas léguas desta cidade" (Carta da Câmara da Ribeira Grande a Filipe III)[1486].*

[1482] Monumentos [Em linha] (s. d). [Consult a 02.09.2015]. Disponível em: www.monumentos.pt.
[1483] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.
[1484] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.
[1485] Legenda: 1. Cathédrale; 2. Eglise de la Miséricorde; 3. Eglise de S. Roque; 4. Couvent de São Francisco; 5. Eglise de Notre-Dame do Rosário; 6. Palais episcopal;7. Eglise de Monte Alverne; 8. Eglise de Notre-Dame de la Conception; 9. Collège des Jésuites; 10. Eglise de São Pedro;11. Chapelle de São Brás; 12. Ermida de Santa Luzia;13. Ermida de Santo Antonio; 14. Ermida de Santa Marta; 15. Chapelle São Gonçalo. In CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.
[1486] Ibidem

Carlos Santos[1487] alude que as notícias sobre esta capela são praticamente inexistentes, e citando [1488]o padre Baltazar Barreira, refere que, em 1610, este mencionara que estava localizado no bairro de São Brás, numa "ladeira íngreme de pedra", estanto já em ruínas. Alude também que era de planta longitudinal e cabeceira simples[1489]e que foi erigida na década de 40 do século XVI, numa época em que não haveria nenhum assentamento urbano nesta zona. Sugere que a construção desta ermida pode ter sido o acontecimento responsável pelo nome dado ao bairro, que tem a mesma designação. Carlos Santos[1490] explica ainda que o contexto do seu surgimento é muito peculiar, por estar associado às doenças da garganta que afetavam a população da cidade, tanto que, após a sua construção *"deu saúde na terra [Ribeira Grande]"* como noticiara Jorge Vaz em 1542. Refere ainda, que em 1626, a câmara local, ao comunicar que o templo onde os jesuítas *"exercitem os ofícios divinos é muito largo e espaçoso"*, o que deixa transparecer que este edifício era propriedade dessa Companhia. Alude ainda, que a obra não terá sido nem larga, nem espaçosa, e refere que, a acreditar nos companheiros de Inácio de Loyola, a ermida seria *"tão pequena que não tem onde estar"*[1491]. Sugere que a construção do forte foi posterior, e que esta ermida foi o primeiro e único templo usado pelos jesuítas em Cabo Verde, pois não chegaram a edificar a sua própria igreja.

No que se refere ao recheio desta ermida, apenas temos a alusão de Carlos Santos[1492] que se refere a um documento de 1644, em que se indica que o ouro e a prata da ermida, não contabilizando os ornamentos, eram avaliados em mil cruzados.

[1487] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII*).Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1488] Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 06.05.1610. Fonte: *Monumenta Missionária Africana*, 2ª Série. Vol. IV, p. 406-408. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1489] Alude que a capela de Santa Luzia é referida na planta de Leonardo Ferrari (1655), na planta de Duplessis (1699) e nas plantas de António Carlos Andrea (1769 e 1778). Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1490]SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1491] Libelo da Câmara de Cabo Verde contra os padres da Companhia de Jesus de 1626. Fonte: Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit*., p. 359-361. In SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1492] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.

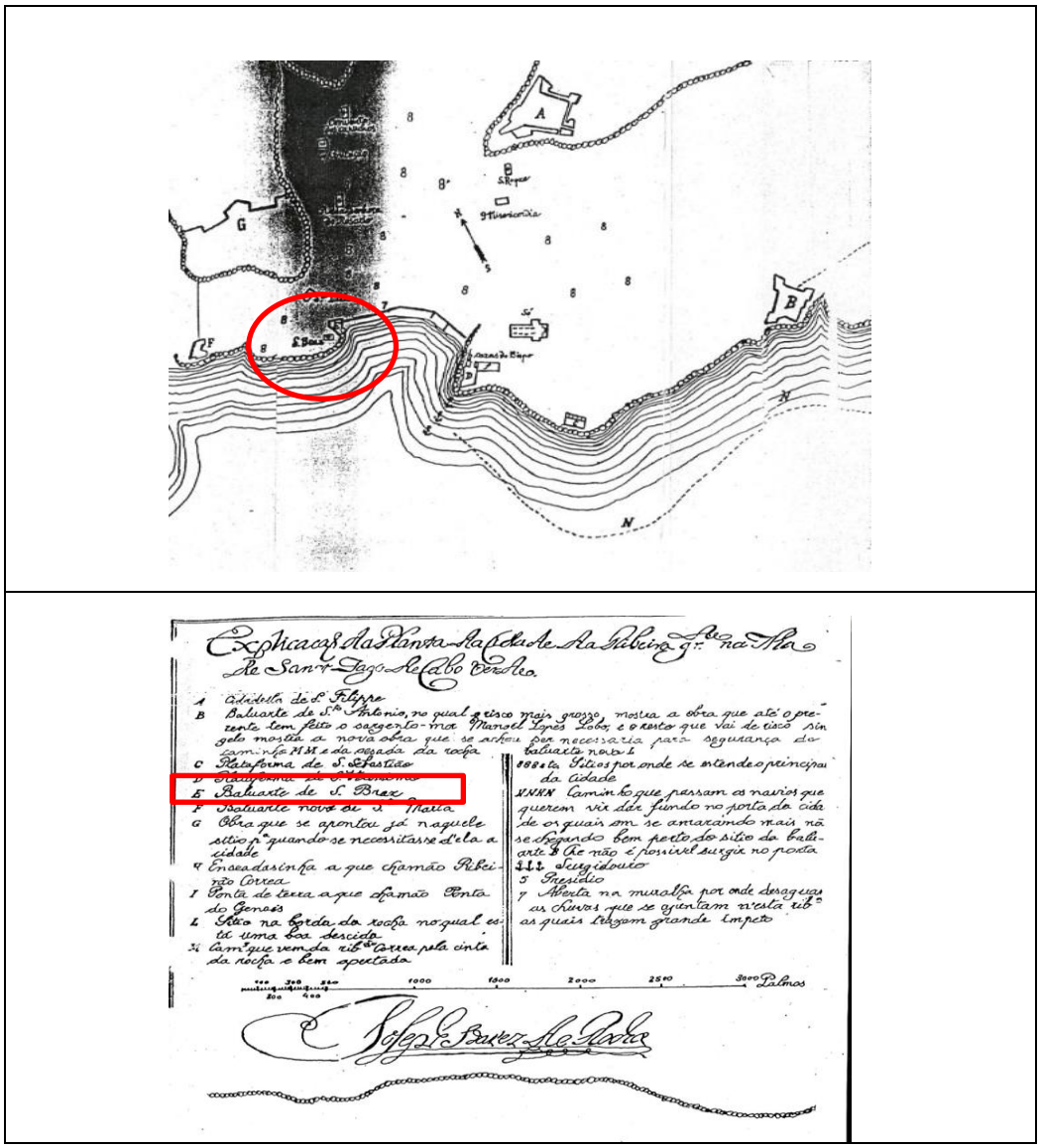


Figura 247 - 1ª Imagem: Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa. Forte de S. Brás. 2ª Imagem: Explicação da Planta da Ribeira Grande coma indicação dos monumentos para a defesa Fonte: BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Lisboa. Academia Real das Ciências*. Parte II. 1900, p. 2.

Está indicado no mapa da figura 247 o baluarte de S. Brás, de modo que, provavelmente, teria sido construída na mesma época, por invocação ao santo padroeiro[1493], S. Brás[1494]. A explicação da planta tem a assinatura de Lopes Soares, mas não está datada.

[1493] No dia 3 de fevereiro, lembramos a vida São Brás, venerado tanto no Oriente como no Ocidente. O Busto-relicario que se conserva em Zaragoza, nasceu na Armênia, no século III. Foi médico e bispo em Sebaste. Como médico, usava dos seus conhecimentos para resgatar a saúde, não só do corpo, mas também da alma, pois se ocupava em evangelizar os pacientes. No tempo deste santo aconteceu uma forte perseguição religiosa, por isso, como santo bispo, procurou exortar seus fiéis à firmeza da fé. Por sua vez, São Brás, que era testemunho de segurança em Deus, retirou-se para um lugar solitário, a fim de continuar governando aquela Igreja, porém, ao ser descoberto por soldados, disse: "Sede benditos, vós

Não se sabe a altura em que a ermida se arruinou, mas nas plantas do Engenheiro António Carlos Andrea[1495], já referidas, está representada.

2.11. Ermida de S. Marta.

A Ermida de Santa Marta faz parte do conjunto de edifícios religiosoa da Cidade Velha, que se localizam fora do sítio histórico, como revela a imagem da figura 248.



Figura 248 – Zona de S. Marta, Cidade Velha. Fonte: Mapa da Cidade Velha - Cidade Velha. Cidade Velha900 × 563Pesquisar por imagem. Mapa da Cidade Velha, imagem aérea. Janeiro de 2012.

2.11.1. Localização e história.

me trazeis uma boa-nova: que Jesus Cristo quer que o meu corpo seja imolado como hóstia de louvor". Morreu em 316. Quando as perseguições começaram sob o Imperador Dioclecius (284-305), São Brás fugiu para uma caverna onde ele cuidou dos animais selvagens. Anos mais tarde, caçadores o encontraram e o levaram preso para o governador Agrícola, da Capadócia na Baixa Armênia, durante a perseguição do então Imperador Licinius Lacinianus (308-324). São Brás foi torturado com ferros em brasa e depois foi decapitado. Fonte: São Brás - Arautos do Evangelho [Em Linha] Consult. a 08.08.2017]. Disponível em: www.arautos.org › ARTIGOS.

[1494] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Lisboa*. Academia Real das Ciências. Parte II. 1900, p. 2.

[1495] Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778.

Esta ermida localizava-se na localidade de Santa Marta, fora do sítio histórico, como já referimos, e está indicada na planta de António Andrea, representada na figura 249.

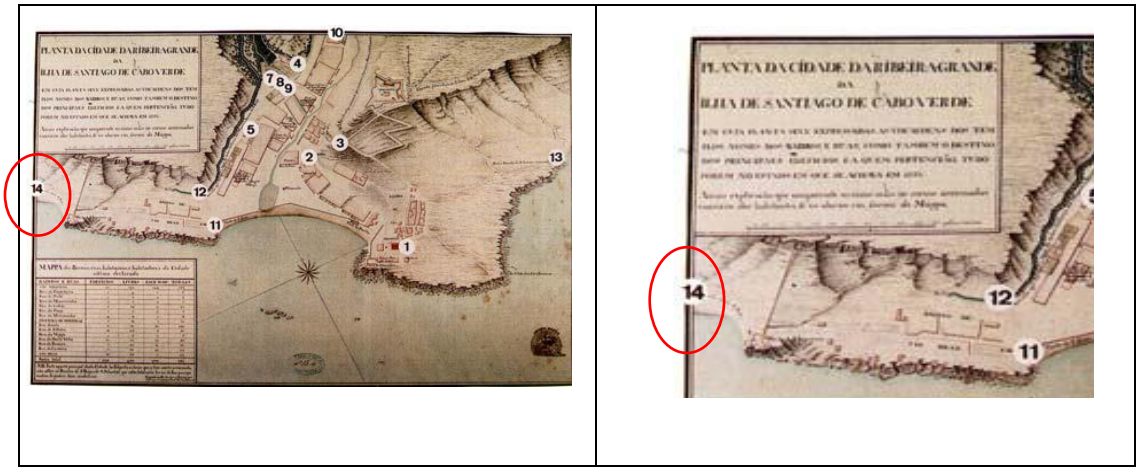


Figura 249– Localização da capela de Marta[1496]. Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778. Localidade de S. Marta[1497]. 2ª Imagem. Localização da capela de Santa Marta. Fonte: Mapa do Bairro de S. Brás de António Carlos Andrea, 1778. Arquivos do IIPC[1498].

Rareiam documentos que se referem a esta ermida. Actualmente não restam vestígios deste edifício religioso. Identificamo-la também no mapa com a indicação de edifícios para a defesa da cidade, de Sena Barcelos[1499], em que a letra F corresponde ao baluarte de S. Marta, representada nas imagens da figura 249. O mapa acompanha-se de uma explicação como revela a 2ª imagem da mesma figura. A explicação da planta tem a assinatura de Lopes Soares, mas não está datada. A ermida de S. marta localiza-se perto do baluarte do mesmo nome.

Não identificamos informações históricas relativas à ermida de S. Marta, mas provavelmente ter-se-ia construído na mesma época que a construção do forte, como era

[1496] Legenda - 1. Cathédrale; 2. Eglise de la Miséricorde; 3. Eglise de S. Roque; 4. Couvent de São Francisco; 5. Eglise de Notre-Dame do Rosário; 6. Palais episcopal;7. Eglise de Monte Alverne; 8. Eglise de Notre-Dame de la Conception; 9. Collège des Jésuites; 10. Eglise de São Pedro;11. Chapelle de São Brás; 12. Ermida de Santa Luzia;13. Ermida de Santo Antonio; 14. Ermida de Santa Marta; 15. Chapelle São Gonçalo. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1497] Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

[1498] Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1499] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa. Academia Real das Ciências. Parte II. 1900, p. 2.

habitual, por invocação a S. Marta, santa que é invocada para que ajude os fiéis a desempenharem seus deveres cristãos com diligência e responsabilidade[1500].

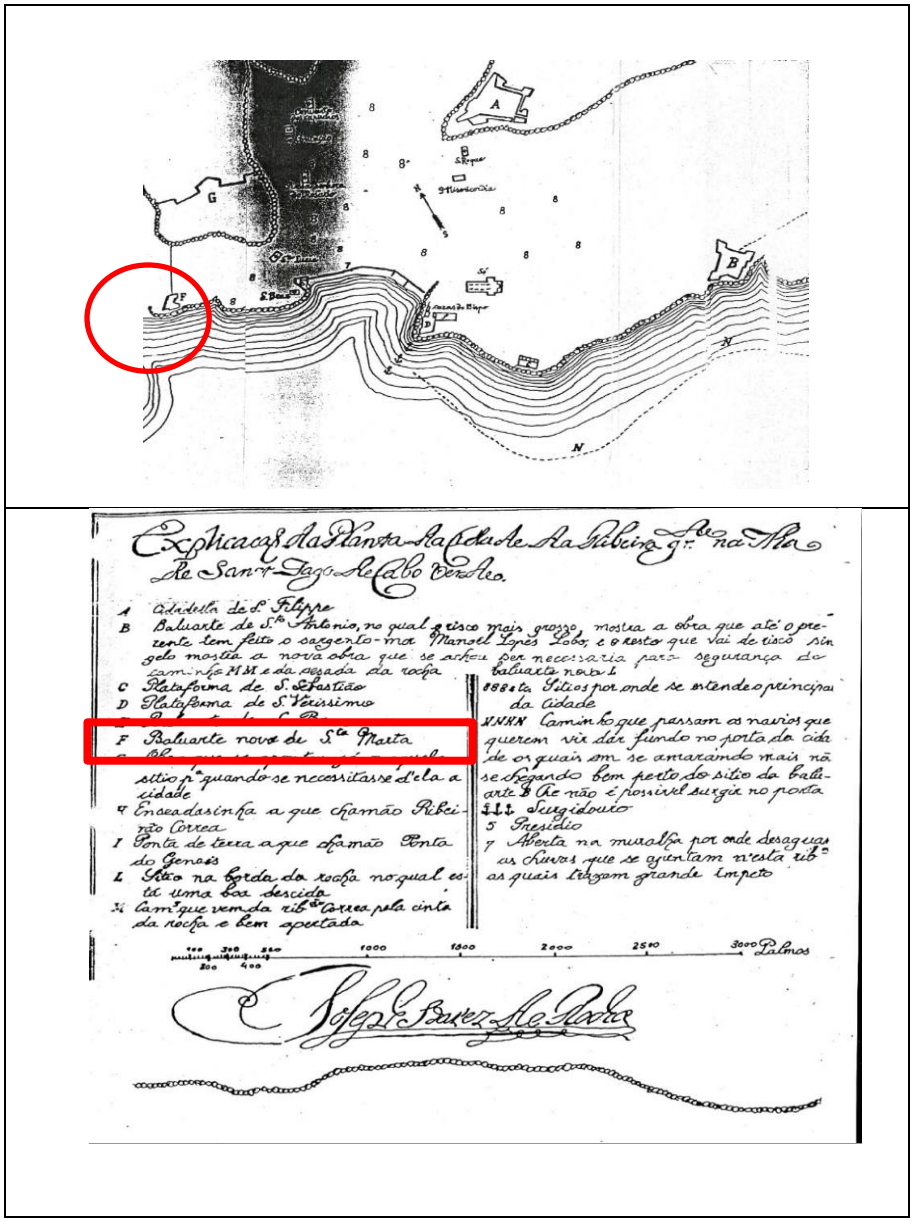


Figura 250 - 1ª Imagem: Planta da Ribeira Grande com a indicação dos monumentos para a defesa. Forte de S. Marta. 2ª Imagem: Explicação da Planta da Ribeira Grande com a indicação dos monumentos para a defesa. Fonte: BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa. Academia Real das Ciências. Parte II. 1900, p. 2.

[1500] Santa Marta é representada vestida de azul ou verde, com uma cruz, um avental, e levando consigo um molho de chaves ou uma tocha. Ela está em atitude de serviço. Esta discípula de Jesus é geralmente invocada pelos fiéis para pedir sua intercepção ante as coisas urgentes e difíceis, pois foi através de suas súplicas que obteve de Jesus a graça de que seu irmão Lázaro voltasse à vida. A Santa, que sempre mostrou um grande afã de serviço, é também invocada para que ajude os fiéis a desempenharem seus deveres cristãos com diligência e responsabilidade Fonte: Hoje a Igreja Católica celebra Santa Marta, padroeira das ... - ACI Digital. REDAÇÃO CENTRAL, 29 Jul. 15 / 12:19 pm (ACI). [Em Linha]. [Consult. a 07.08.2017]. Disponível em: www.acidigital.com › Notícias › Perfis.

Estes pequenos edifícios religiosos revestem-se de interesse e importância e fazem parte do património cultural da cidade. As ruínas a que temos direito hoje estão mais degradadas e o volumetria da construção é geralmente bastante menor.

Não identificamos durante as nossas pesquisas, nenhuma informação respeitante a aspectos arquitectónicos e artísticos deste edifício. Nada pudemos apurar no que respeita ao seu recheio.

2.12. Capelas da Via Sacra.

No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe[1501], juntamente com a troca de correspondência entre o Governador Silvino Silvério Marques e o Ministro do Ultramar, acerca de propostas para a restauração da Fortaleza, identificamos um documento dactilografado e com anotações. Este documento, traz informações acerca das Capelas da Via Sacra, que tinham sido construídas no leito da Ribeira. Transcrevemos integralmente esta informação: "*Havia no leito da Ribeira as capelas da Via Sacra. As paredes deram o muro das hortas. Podia-se reconstruir umas e dizer "isto é uma das capelas …" As outras assinalar-se-iam"*[1502]. Por esta informação importante, ficamos a saber que existiam estas capelas da Via Sacra, mas embora não se indique o número delas, deduzimos que seriam muitas, pois pretendia-se construir *"umas"*, o que indica um número elevado, senão, um grande número, reforçando ainda esta informação com a frase, "*as outras assinalar-se-iam",* o que prova, mais uma vez, que seriam muitas capelas. Este documento não vem assinadao e não sabemos quem e porque foi elaborado. No Anexo Documental VII apresentamos uma cópia deste documento.

No Anexo Documental I - 6 e I - 15, apresentamos uma cópia de documentos relativos ao restauro da Fortaleza de S. Filipe, que podem trazer algumas luzes acerca da data do documento do Anexo VII e de quem a teria elaborado, na entativa de se datar as ruínas

[1501] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.
[1502] Ibidem

das Capelas da Via Sacra e de saber se ainda existiam nos anos 60, em que se realizaram as campanhas de restauro de Luís Benavente..

Vamos analisar o documento do Anexo Documental I – 6, e I – 15. No Despacho Nº 16 do Governador Silvino Silvério Marques, de 5 de Setembro de 1959[1503] que consta no Anexo Documental I – 6, o Governador faz a nomeação de um grupo de trabalho para a promoção das ruínas da Cidade Velha. Neste despacho o Governador refere, que a intensão do Governo era promover a conservação das ruínas da Cidade Velha, e fazer as ligeiros restauros que *"porventura"* se impunham. Refere também o mesmo que a fisionomia da própria povoação da época deveria ser tratada *"por forma a integrar-se naturalmente no lugar Monumental em que se encontrava enquadrava"*, e que, por outro lado, havia a necessidade *"de coligir*" tudo o que à história da Cidade Velha se referia.

São nomeados de seguida os seguintes cidadãos para integrar o Grupo de Trabalho: Presidente: Engenheiro Tito Lívio da Cruz Esteves, Chefe da Repartição Provincial das Obras Públicas; Dr. Bento Levy, Director Técnico da Imprensa Nacional; Dr. José Marques de Oliveira, Vice-Reitor da Secção do Liceu Gil Eanes da Praia; Cónego José Correia; Jaime de Figueiredo, 3º Oficial da Estatística Geral. Este Grupo de Trabalho devia:

a) Estudar as ruínas da Cidade Velha por forma a conseguir a sua conservação, e onde seja possível a sua restauração, e a valorizá-las sob os aspectos hustórico e turístico.

b) Estudarem o arranjo da povoação actual por modo a integrar-se no conjunto histórico e turístico.

c) Coligirem todos os dados históricos obteníveis sobre a Cidade Velha para publicação de um Guia da Cidade Velha.

d) Estudarem e proporem as medidas a tomar para valorizar sob o aspecto turístico aquele conjunto.

[1503] Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Para finalizar o despacho, o Governador Silvino Silvério Marques solicita que o Grupo de Trabalho relatasse o seu trabalho até ao fim do mês que decorria, o mês de Setembro de 1959.

O documento do Anexo Documental I - 15 é um Ofício do Governador da Província de Cabo Verde de 23 de Setembro de 1959[1504] ao Grupo de trabalho nomeado por Despacho do Governador nº 16 do mesmo mês. No Ofício de 23 de Setembro de 1959, do mesmo Governador, dirigido ao Grupo de Trabalho, nomeado por despacho Nº16 do mesmo, transcreve-se o Ofício nº 162/959 do Gabinete de Informação Ultramarina de 16/9/59 à Comissão Executiva (para as celebrações Henriquinas e do 500º aniversário da descoberta de Cabo Verde) em que solicita a esta Comissão que envidasse esforços para que se tornasse viável a realização de um Estudo *"em vista ao que merecesse a pena restaurar e o possível dispêndio"*, pelos Serviços das Obras Públicas. Segue-se o despacho do Governador de 19/9/59, no sentido da execução do solicitado pela Comissão Henriquina endereçada ao Grupo de Trabalho bem como a preparação da respectiva resposta.

Por estes documentos e sua análise podemos considerar que, provavelmente, o documento em estudo (Anexo Documental VII) tenha sido elaborado pelo Grupo de Trabalho referido no despacho de 1959. Haveria provavelmente a possibilidade de se restaurar uma das Capelas da Via Sacra na campanha realizada por Luís Benavente nos anos sessenta. Podemos deduzir que o documento do Anexo Documental VII, que não está datado nem assinado pode, provavelmente, ser o resultado do trabalho solicitado pelo Governador Silvino Silvério Marques ao Grupo de Trabalho por ele nomeado.

2.12.1. Localização e história.

Em 1626, faz-se a Descrição da Ribeira Grande, referindo os três bairros (São Sebastião, São Brás e São Pedro) e as ruas que há *"pelo meio dele*s" (a de São Pedro que vai até o porto e a rua da Carreira e a da Banana, *"onde a gente desta cidade se*

[1504] Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

acomoda medianamente"). Faz-se a "Relação dos bens imóveis e propriedades dos Padres da Companhia" com a sua respectiva localização, em que se menciona a ermida de S. Brás, localizada *"sobre o mar"*, e as casas e hortas que pertenciam aos jesuítas:

> *"casas em que vivem com uma ermida [...] sitas sobre o mar, além de outras que alugam (Bairro de São Brás),* ***casas e horta do seminário*** *que V. Magestade lhes deu, que também alugam (junto a Nossa Senhora da Conceição), todo o Bairro de São Pedro e a Aldeia dos Sapes, duas hortas e uma fazenda grande a duas léguas desta cidade" (Carta da Câmara da Ribeira Grande a Filipe III)*[1505].

Carlos Santos (SANTOS, 2015) refere-se a um outro projecto para a construção do Colégio dos Jesuítas, do padre Baltasar Barreira, realizado logo nos primeiros anos da chegada dos jesuítas à ilha de Santiago, mais precisamente, a 11 de Maio de 1609. Seria construída em Ribeirão Correia, sobre o mar, local pertencente à fazenda de São Martinho. Deveria erguer-se em torno de um pátio quadrado com varandas ao redor, *"de maneira que o lanço que cair sobre o mar tenha cinco ou seis cubículos".* Nesta proposta o padre tem o cuidado em dividir os diferentes espaços de modo a que *"a gente de fora"* não entrasse nas áreas internas, nomeadamente no pátio e nas casas. O colégio teria ainda, para além de oficinas destinadas a agasalho *"da gente do nosso serviço"*, cozinha e despensa, **uma horta que serviria não só de sustento como também impedimento de passagem ao longo dos cubículos**, *"porque as vezes as negras não estão bem compostas"*.

O Colégio foi construído, no entanto, no local onde o localizamos, perto da igreja de Nossa Senhora da Conceição, tendo-se seguido o mesmo modelo, com hortas para o sustento dos padres.

Identificamos pois, hortas do Colégio/Seminário dos Jesuítas que se *localizava "junto a Nossa Senhora da Conceição"*onde, provavelmente se localizavam as Capelas da Via sacra.

[1505] Fonte: Monumentos [Em linha] (s d). [Consult a 02.09.2015]. Disponível em: www.monumentos.pt.

Podemos também deduzir que seriam 14 estações localizadas em capelas ou não, pois podiam também ser apenas sinalizadas. A Via Sacra, já no sec.XV, compunha-se de 14 estações: *"A Via-sacra ou Caminho da Cruz, é um caminho de oração muito importante, pois tem como objectivo principal levar as pessoas a meditarem naquilo que é fundamental no cristianismo: o mistério pascal de Jesus Cristo, a sua morte e ressurreição. Os últimos passos de Jesus na terra são representados por uma série de imagens da sua Paixão, morte e sepultura, nas catorze estações que compõe a Via-sacra"*[1506].

À Via Sacra se chama também de Via crusis. A Via Sacra representa a via seguida por Jesus Cristo até o calvário[1507]. Existem diversas meditações de autores espirituais sobre a via crucis ou via sacra. Dentre elas, as que foram utilizadas em Roma, durante os últimos anos, foram: Via Cruciscom a Mãe, 2006; Via Crucis do cardeal Ratzinger, 2005; Via Crucis de João Paulo II, 2004; Via Crucis de João Paulo II, 2000; Via Crucis de Karol Wojtyla, de 1976, e ainda são conhecidas as vias-crúcis de são Josemaría Escrivá e a Via Cucis de Ernestina Champourcin, de 1952. Por volta de 200 anos atrás, a Igreja Católica decidiu adicionar a décima quinta estação, para que os cristãos recordassem que seu Salvador havia vencido a morte, e que a Via Crucis não termina na morte mas sim na vida nova. Quando associado à Via Crucis, Jesus é especialmente venerado sob o nome de Nosso Senhor dos Passos[1508].

[1506] Via sacra – Sua Origem e significado. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

[1507] A via-crúcis[1] (do latim Via Crucis, "caminho da cruz") é o trajeto seguido por Jesus carregando a cruz, que vai do Pretório até o Calvário. O exercício da via-sacra[2] , como também é chamada, consiste em que os fiéis percorram, mentalmente, a caminhada de Jesus a carregar a Cruz desde o Pretório de Pilatos até o monte Calvário, meditando simultaneamente na Paixão de Cristo. Tal exercício, muito usual no tempo da quaresma, teve origem na época das Cruzadas (do século XI aoséculo XIII): os fiéis que, então, percorriam, na Terra Santa, os lugares sagrados da Paixão de Cristo, quiseram reproduzir, no Ocidente, a peregrinação feita ao longo da Via Dolorosa em Jerusalém. O número de estações, passos ou etapas dessa caminhada foi sendo definido paulatinamente, chegando à forma atual, de quatorze estações, no século XVI [3] . O papa João Paulo II introduziu, em Roma, a mudança de certas cenas desse percurso não relatadas nos Evangelhos, por outros quadros narrados pelos evangelistas. A nova configuração ainda não se tornou geral. O exercício da via-sacra tem sido muito recomendado pelos Sumos Pontífices, pois ocasiona frutuosa meditação da Paixão do Senhor Jesus. Esta reflexão é baseada em quatorze estações ou etapas, em que cada uma apresenta uma cena da Paixão a ser meditada pelo discípulo de Cristo:1.Estação: Jesus é condenado à morte; 2. Estação: Jesus carrega a cruz às costas; 3. Estação: Jesus cai pela primeira vez; 4.Estação: Jesus encontra a sua Mãe; 5.Estação: Simão Cirineu ajuda a Jesus; 6. Estação: Verônica limpa o rosto de Jesus; 7. Estação: Jesus cai pela segunda vez; 8. Estação: Jesus encontra as mulheres de Jerusalém; 9. Estação: Jesus cai pela terceira vez;10. Estação: Jesus é despojado de suas vestes; 11. Estação: Jesus é pregado na cruz; 12. Estação: Jesus morre na cruz; 13.Estação: Jesus é descido da cruz; 14. Estação: Jesus é Sepultado; 15. Estação: Jesus ressucita dos mortos. Fonte: Via sacra – Sua Origem e significado. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

[1508] O Divino Espírito Santo. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. [Em linha]. [Consult. a 06.02.2016. Disponível em: www.obradoespiritosanto.com

A devoção da Via-sacra teria nascido em Jerusalém. Maria teria percorrido várias vezes o caminho que seu filho Jesus seguiu, desde a casa de Pilatos até ao lugar do Santo Sepulcro, conta uma lenda transmitida oralmente pelos primeiros cristãos. Esta lenda contava ainda, durante o primeiro século do cristianismo, que ao verem Maria a fazer estes percursos, começaram a juntar-se alguns dos primeiros cristãos para a acompanharem. Esta devoção, a realização deste percurso, foi sendo progressivamente adoptada pelos peregrinos que visitavam Jerusalém, que passaram a percorrer piedosamente a Via Dolorosa, que vai da casa de Pilatos, ao Calvário e ao Santo Sepulcro. Esta prática converteu-se num hábito, que qualquer peregrino devia cumprir, a partir do século IV. Devido à ocupação da Terra Santa pelos muçulmanos e também às grandes distâncias que era necessário percorrer, esta devoção passou, no século XIII, a ser realizada nas comunidades cristãs dispersas pelo mundo, não no lugar original, a Via Dolorosa, e assim, a Via-sacra estendeu-se a toda a Igreja latina, sobretudo a partir do século XV. Nesta altura, o número de estações era variável, sendo fixado definitivamente em catorze estações, pelo Papa Bento XIV, no século XVIII. Este incentivou também os sacerdotes a enriquecer as suas igrejas, com as representações da Via-sacra. Esta devoção pode ser rezada durante todo o ano litúrgico, mas adquire um significado especial durante a Quaresma, principalmente na sexta-feira Santa. Esclarece-se neste documento:

> *"Em Roma, é o Papa que nesse dia à noite dirige as estações, desde o Coliseu de Roma. Foi nesse lugar que morreram muitos dos primeiros mártires da história do Cristianismo. Pode ser feita no interior de uma Igreja, mas de preferência deve ser realizada a caminhar, pois ao percorrer as catorze estações, tomamos mais consciência da nossa condição cristã: seguir Cristo. Ao mesmo tempo, de certo modo é como se estivéssemos a fazer uma peregrinação espiritual à Terra Santa"* [1509].

A Via-sacra é composta por catorze estações. Inicia-se a devoção com a condenação de Jesus à morte, a primeira estação, e termina com o corpo de Jesus a ser colocado no sepulcro (14ª estação). Actualmente surgiram algumas Via-sacras que incluem a décima quinta estação, em que se valoriza a ressurreição de Jesus, complemento imprescindível da sua morte. *"O Caminho da Cruz é proposto aos fiéis, não como uma mero*

[1509] Ibidem

ensinamento histórico, para que os cristãos aumentem a sua cultura e o seu saber, mas antes para mover a piedade, fomentar o amor a Deus e a chama da oração. Portanto, o cristão não deve folhear a Via-sacra como se de um livro histórico se tratasse, mas deve aumentar os seus actos de fé, esperança e caridade, mediante o percurso do Caminho da Cruz"[1510].

Por sua vez, o documento[1511] informa que a VIA-SACRA, ou VIA CRUCIS, é um exercício religioso muito usual no tempo da Quaresma, no qual medita-se em 14 Estações, a Via Dolorosa, ou seja, a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo. Teve origem na época das Cruzadas, por volta dos séculos XI e XIII. Os fiéis que percorriam os lugares sagrados da Paixão de Cristo na Terra Santa, quiseram reproduzir no Ocidente a peregrinação feita ao longo da Via Dolorosa em Jerusalém. O número de Estações ou etapas dessa caminhada foi sendo definido paulatinamente, chegando à forma atual, de quatorze estações, no século XVI. O Papa João Paulo II introduziu, em Roma, a mudança de certas cenas desse percurso não relatadas nos Evangelhos por outros quadros narrados pelos evangelistas. O exercício da Via-sacra tem sido muito recomendado e praticado pelos Sumos Pontífices, pois ocasiona frutuosa meditação da Paixão do Senhor Jesus.

Por Via-sacra entende-se um exercício de piedade, segundo o qual os fiéis percorrem mentalmente com Cristo o caminho que o levou do Pretório de Pilatos até o monte Calvário; compreende catorze estações ou etapas, cada qual apresenta uma cena da Paixão a ser meditada pelo discípulo de Cristo. Desde de 1300, os franciscanos da Custódia da Terra Santa, todas as sextas-feiras à tarde, conduzem uma piedosa procissão rezando a Via-sacra, para acompanhar os passos de Jesus a caminho da execução no calvário[1512]. Cada estação está representada por uma imagem condizente, como podemos verificar na figura 251.

[1510] Via-sacra: origem e finalidade | Fé Católica de Sempre. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: https://fecatolicadesempre.wordpress.com/.../via-sacra-origem-e-finalidad...
[1511] Ibidem
[1512] Ibidem

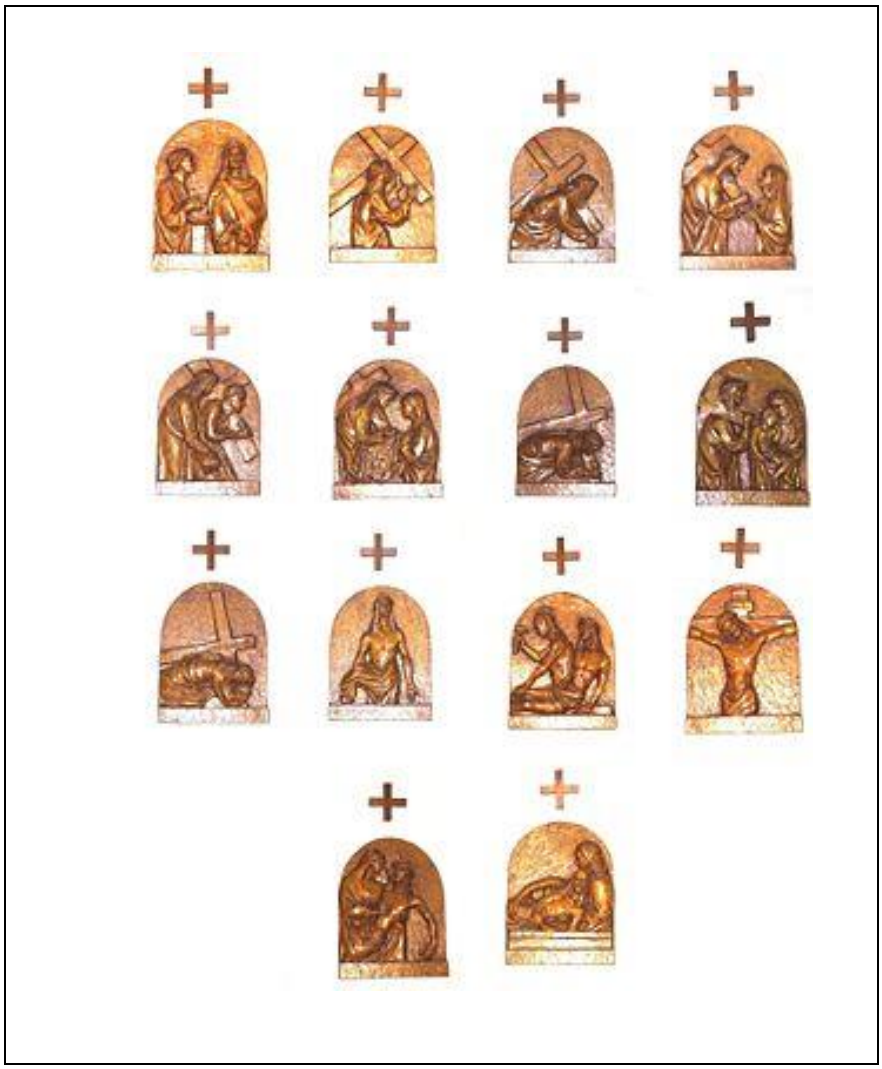


Figura 251- Representações das estações (ou *passos*) da Via Sacra. Fonte: Via-sacra: origem e finalidade | Fé Católica de Sempre. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: https://fecatolicadesempre.wordpress.com/.../via-sacra-origem-e-finalidad...

Há muitas orações da via sacra, cada uma venerando o seu santo devoto. No Vaticano, o percurso da Via Sacra realiza-se no Coliseu de Roma, onde as estações estão dispostas, como revelam as imagens da figura 252.



Figura 252 – Via Sacra do Vaticano. Fonte: Via-Sacra, índice. [Em linha]. (s. d.). Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.vatican.va/news_services/liturgy/.../index_via-crucis_po.html.

A chamada Via Dolorosa[1513], em Jerusalém, é uma rua na cidade velha de Jerusalém, que começa na Portão do Leão e percorre a parte ocidental da cidade de Jerusalém, terminando na Igreja do Santo Sepulcro[1514].

De acordo com a tradição cristã, foi por este caminho que Jesus Cristo carregou a cruz. A rua possui nove das catorze estações da cruz. As cinco últimas estações estão no interior da Igreja do Santo Sepulcro. Entretanto, é impossível que Jesus tenha passado por ela, já que a rua não existia, antes de um século após sua morte. O percurso tradicional começa perto da Porta de Santo Estevão (Porta do Leão), na Escola Primária Umariya, onde se situava a fortaleza Antónia, e segue para poente (Oeste), em direcção da Igreja do Santo Sepulcro. Este percurso teve a sua origem numa procissão organizada pelos franciscanos no século XIV[1515].

[1513] Via Sacra - Arautos do Evangelho | Via dolorosa[Em linha]. (s. d.). [Consult a 15.08 2016]. Disponível em: www.arautos.org/via-sacra/

[1514] Existem outros percursos como o da procissão de Quinta-Feira Santa bizantina, que começa no alto do Monte das Oliveiras, pára no Jardim de Getsemani, entra na cidade antiga pela Porta do Leão e segue o trajecto tradicional em direcção ao Santo Sepulcro.No século VIII existiam mais estações, principalmente ao longo da parte sul da cidade antiga, na casa de Caifás, no Monte Sião, no pretório e, só depois, no Santo Sepulcro. Fonte: Via Sacra - Arautos do Evangelho | Via dolorosa[Em linha]. (s. d.). [Consult a 15.08 2016]. Disponível em: www.arautos.org/via-sacra/

[1515] A segunda estação encontra-se próxima dos restos de uma construção romana, conhecida hoje em dia por Arco do Ecce Homo, em memória das palavras (Ecce Homo) de Pôncio Pilatos, quando mostra Jesus Cristo à multidão. A terceira estação comemora a primeira queda de Jesus Cristo. Hoje em dia, o local tradicional está marcado por uma pequena capela pertencente ao Patriarcado Arménio de Jerusalém. A quarta estação comemora o encontro entre Jesus e sua mãe. Hoje em dia, no local existe um pequeno oratório. Sobre a arquitrave de uma porta existe um inscrição que comemora o encontro entre Jesus Cristo e Simão Cireneu, a quem os romanos ordenam que carregue a cruz até o Gólgota. A sexta estação, que comemora o encontro entre Jesus e Verónica, quando esta limpa a sua face com um tecido que fica com as suas feições, é hoje em dia assinalado por uma igreja pertencente ao rito greco-católico. A sétima estação assinala a segunda queda de Jesus. Hoje em dia este local está assinalado por uma coluna na esquina da Via Dolorosa com a Rua do Mercado. A oitava estação comemora o encontro de Jesus com as mulheres de Jerusalém. Hoje em dia o local é assinalado por uma cruz enegrecida pelo tempo, esculpida na parede de um mosteiro ortodoxo. A nona estação comemora a terceira queda de Jesus. Hoje em dia o local está assinalado por uma coluna da era romana, à entrada de um mosteiro copta. A décima estação comemora o lançamento por sortes das vestes de Jesus. A décima estação comemora o lançamento por sortes das vestes de Jesus. Fonte: Via Sacra - Arautos do Evangelho | Via dolorosa[Em linha]. (s. d.). [Consult a 15.08 2016]. Disponível em: www.arautos.org/via-sacra/

Via Dolorosa é o caminho percorrido por Jesus desde o seu julgamento até a sua crucificação e morte. Esta via percorre as ruas da Cidade Velha e tem nove "estações de parada" ao ar livre, e cinco dentro da Igreja do Santo Sepulcro, que é tradicionalmente reconhecido pelas religiões cristãs como o local da morte, enterro e ressurreição de Jesus, e onde Cristo recebeu a cruz. É seguida de outras estações[1516].



Figura 253 - 1ª e 2ª Imagens: A Igreja da Flagelação e a Igreja da Condenação. Fonte: Sandi Patti. Via Dolorosa - Ministério do Turismo de Israel. [Em linha]. (s d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.goisrael.com.br › Informações Turísticas › Temas Cristãos. 3ª Imagem: Esquema da Via Dolorosa em Jerusalém. Fonte: Imagens da Via Dolorosa. Via Dolorosa – Jerusalém. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.sacred-destinations.com-360 ×. 4ª Imagem: Placa de uma estação (8ª estação). Fonte: Sandi Patti. Via Dolorosa - Ministério do Turismo de Israel. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.goisrael.com.br › Informações Turísticas › Temas Cristãos. 3ª Imagem: O percurso da procissão;

A melhor maneira de conhecer a Via Dolorosa é entrar na Cidade Velha de Jerusalém pela Porta dos Leões. Segundo a tradição cristã, este foi o caminho seguido por Jesus carregando a cruz[1517] ao sair do julgamento. As catorze "estações", foram demarcadas

[1516] Sandi Patti. Via Dolorosa - Ministério do Turismo de Israel. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.goisrael.com.br › Informações Turísticas › Temas Cristãos

[1517] "A Cruz é um antigo instrumento bárbaro de suplício, usado por vários povos para executar os condenados à morte. JESUS recebeu a sua Cruz, um grosso e pesado madeiro que apoiou em seu ombro. Fonte: Sandi Patti. Via Dolorosa -

por placas que indicam as diversas estações, onde ocorreram os incidentes com Jesus, como revelam as imagens da figura 253. Na Via Dolorosa em Jerusalém, há uma, a Capela da Flagelação. Duas capelas, a Igreja da Flagelação e da Igreja da Condenação, representadas na figura 253, situadas em ambos os lados de um lindo pátio, representam a 2ª Estação da Via dolorosa. E esclarece-se:

> *"À direita está a Capela da Fagelação, restaurada pela Barluzzi, entre 1927-29. Perto está a Capela da Condenação e Imposição da Cruz, parte de cujo solo é o Lithostratos (pavimento Romano) que se estende para o Convento das Irmãs de Sião. O mosteiro é o local do "Studium Biblicum Franciscanum" e tem um pequeno museu arqueológico que contem uma coleção de objetos recuperados de Santuários de cristãos na Palestina. Neste local encontram-se soldados judeus bem armados "guardando" a saída do túnel arqueológico de Jerusalém".*

Reportando à Via Sacra que compreende catorze estações ou etapas[1518], em que cada qual apresenta uma cena da Paixão a ser meditada pelo discípulo de Cristo, sabe-se que, desde de 1300, os franciscanos da Custódia da Terra Santa, todas as sextas-feiras à tarde, conduziam uma piedosa procissão rezando a Via-sacra, para acompanhar os passos de Jesus a caminho da execução no calvário. O documento "Via Sacra - Sua Origem e Significado " [1519] deixa-nos saber que:

> *"A devoção em realizar este percurso, foi sendo progressivamente adoptada pelos peregrinos que visitavam Jerusalém, que passaram a percorrer piedosamente a Via Dolorosa, que vai da casa de Pilatos, ao Calvário e ao Santo Sepulcro. Fazer este percurso, converteu-se num hábito que qualquer peregrino devia cumprir, isto a partir do século IV. Devido à ocupação da Terra Santa pelos muçulmanos e também às grandes distâncias que era necessário percorrer, esta devoção passou no século XIII, a ser realizada nas comunidades cristãs dispersas pelo mundo e já não no lugar original, a Via Dolorosa. A Via-sacra estendeu-se a toda a Igreja latina, sobretudo a partir do século XV. No entanto, nesta altura, o número de estações era variável, sendo fixado definitivamente em catorze*

Ministério do Turismo de Israel. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.goisrael.com.br › Informações Turísticas › Temas Cristãos.

[1518] A Via-sacra pode ser feita no interior de uma Igreja, mas de preferência deve ser realizada a caminhar, pois ao percorrer as catorze estações, tomamos mais consciência da nossa condição cristã: seguir Cristo. Ao mesmo tempo, de certo modo é como se estivéssemos a fazer uma peregrinação espiritual à Terra Santa. In Schoenstatt Aveiro: Via Sacra - Sua Origem e Significado. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

[1519] Schoenstatt Aveiro: Via Sacra - Sua Origem e Significado. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

estações, pelo Papa Bento XIV, no século XVIII que ao mesmo tempo incentivou os sacerdotes a enriquecer as suas igrejas, com as representações da Via-sacra"[1520].

Por esta informação podemos deduzir que, no sec. XV, esta celebração teria sido realizada também na cidade da Ribeira Grande, o que nos traz alguma luz acerca da provável existência de capelas da Via Sacra no leito da Ribeira Grande, nesta época. Fica a incógnita de saber porque a construção destas capelas num lugar que periodicamente era ocupado pelas águas das chuvas, e em que, uma nascente de água permitia haver água permanentemente a correr nesta área, a nascente de águas verdes, mais a nascente do Convento, que se juntavam. Deduzimos que as capelas seriam construídas na margem da ribeira, onde hoje ainda existem hortas e paredes antigas, que seriam edifícios, mas ainda não identificados. O documento[1521] refere-se a paredes que passaram a constituir o muro das hortas – *"As paredes deram o muro das hortas"*. Portanto, as hortas foram construídas posteriormente às Capelas da Via Sacra. A partir do sec. XVII, com a construção do Colégio dos Jesuítas e do Convento dos Franciscanos, foram feitas as respectivas hortas. Estes dados podem indicar que as Capelas da Via Sacra foram construídas, provavelmente, antes do sec. XVII. No entanto, na altura em que o documento[1522] em causa foi escrito, ainda havia algumas que podiam ser restauradas, sugerindo-se a sinalização das outras. O referido documento não está datado mas temos a data da Processo de Restauro da Fortaleza de S. Filipe, Março 1959-Abril de 1961, do qual o documento em causa faz parte, o que pode, provavelmente, indicar que entre 1959 e 1961, em que Luís Benavente orientou trabalhos de restauro na Cidade Velha que se perlongaram até os anos 70 (anos 60 -70), haveria ainda algumas capelas da Via Sacra de pé, que poderiam ser restauradas, no âmbito das campanhas realizadas pelo mesmo.

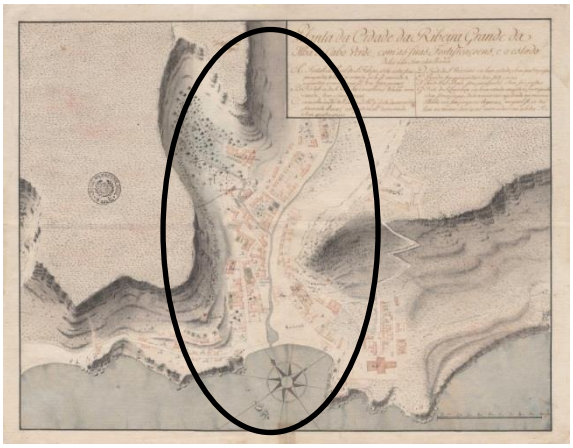
O número de capelas não está indicado no documento, mas, pelos elementos informativos já recolhidos nos documentos consultados, podemos deduzir que seriam as mesmas da Via Dolorosa, havendo estações sinalizadas ou que haveria 14 estações todas elas em capelas, pois, pela interpretação da frase acima referida - "*havia no leito*

[1520] Ibidem
[1521] Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.
[1522] Ibidem

da Ribeira as capelas da Via Sacra. As paredes deram o muro das hortas. Podia-se reconstruir umas e dizer "isto é uma das capelas …" As outras assinalar-se-iam". Constatamos que provavelmente, eram muitas as capelas e todas estavam degradadas. Mas não se refere ao número exacto das estações. Inicialmente, não havia um número exacto de estações, como já verificamos. Mas devia-se reconstruir algumas e sinalizar as outras, que não tivessem sido reconstruídas. Caso esta hipótese tivesse sido a situação verificada, teríamos provavelmente uma Via Sacra na Ribeira Grande, parecida com a Via Dolorosa de Jerusalém, em que há estações onde foram construídas capelas e estações marcadas com uma sinalização. Não identificamos documentos que comprovassem o restauro das ditas capelas, apesar dos nossos esforços.

Da nossa pesquisa efectuada à Ribeira Grande em Março de 2016, com a intenção de encontrar algum vestígio das ditas capelas, verificamos que as margens do leito da ribeira foram ocupadas por moradores, que são proprietários de várias hortas. Apenas algumas paredes e escombros se encontram na margem direita do leito da ribeira, contudo não há evidencias nenhumas de que seriam parte de algum edifício relegioso, ou das ditas capelas. Estes elementos ainda não foram sujeitos a escavações e não estão identificados.

Na Planta de Andrea de (1669), representada na figura 254, que se acompanha de uma explicação, as capelas da Via Sacra não estão representadas.



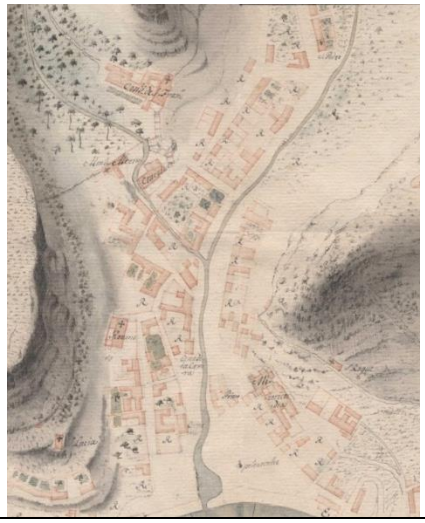




Figura 254 - Mapa da Ribeira Grande com as suas fortificações e o estado delas e sua artilharia. Fonte: AHU – CARTm – 024, D. 0119. Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

Na Planta do sec. XVIII (1778), representada na imagem da figura 255, as capelas da Via Sacra não estão também representadas, como se pode constatar na ampliação e na explicação da mesma. Provavelmente estas capelas estivessem em ruínas nesta época, ou não houvesse vestígios das mesmas.

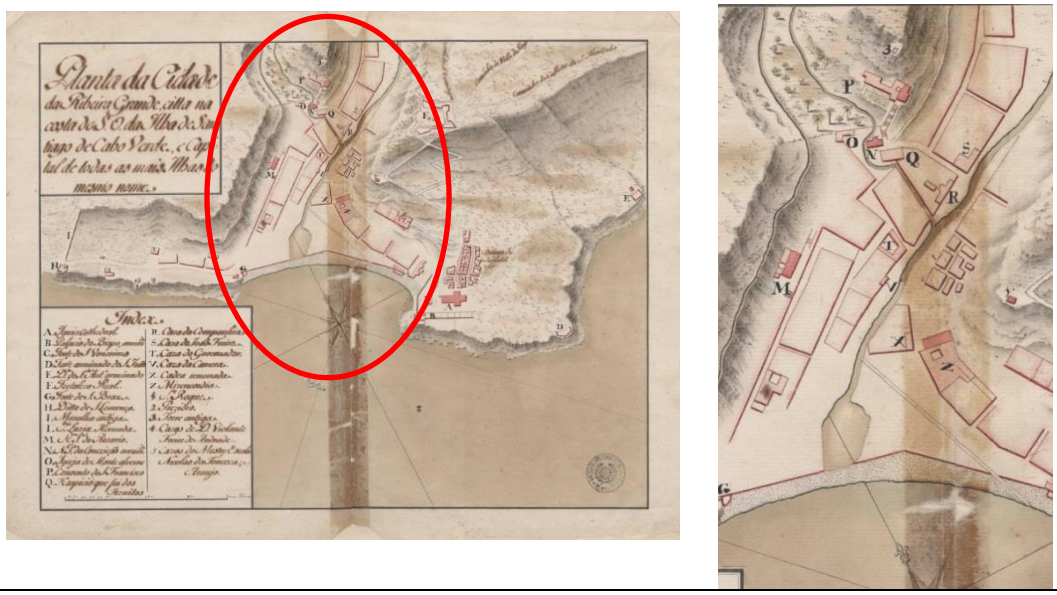




Figura 255 - Mapa da Ribeira Grande de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

Imagens antigas dão uma ideia da extensão da ribeira, que se estendia por um espaço grande, que ia desde a nascente à parte baixa da cidade, e que habitações e edifícios civis e religiosos perfilavam-se nas duas margens, desde o porto às nascentes, como revela a imagem da figura 258. Não há indicações neste, da existência das capelas da Via Sacra.(ANEXO XII)

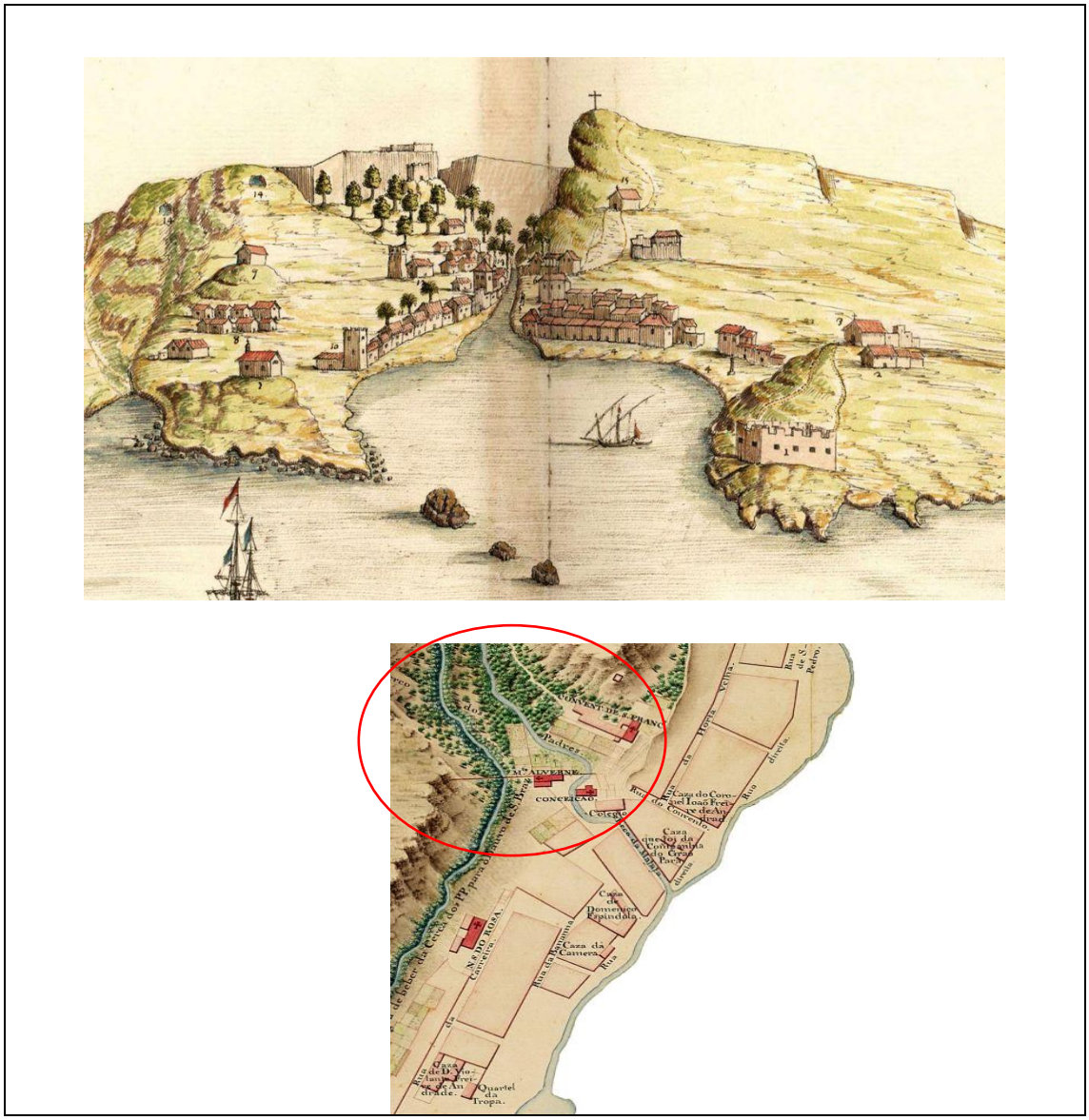


Figura 256 – Imagem da Ribeira da Cidade da Ribeira Grande em toda a sua extensão. Fonte: Antiga Ribeira Grande, Cidade Velha, ilha de Santiago, Cabo Verde. Vista aguarelada. Atlas de Leonardo de Ferrari, 1655. Arquivo Militar de Estocolmo, ... Pormenor_da_Planta_de_la_Ciudade_Cabo_Verde.jpg. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 16.04.2017]. Disponível em: Genealogia FB. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778[1523].

Nesta representação da Cidade da Ribeira Grande da figura 256, do sec. XVII, estão dispostas, nas margens da ribeira, muitos edifícios alinhados perpendicularmente, mas não há nenhuma indicação de edifícios religiosos, nem que as Capelas da Via Sacra fizessem parte das ruas que ladeiam a ribeira da cidade. Provavelmente estas capelas

[1523] Fonte: CART 024, D 123, ACL-AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

teriam sido construídas posteriormente, pois como já ficou dito, foi a partir do sec. XVII, que as celebrações da Paixão de Cristo passaram a ser celebradas não apenas em Jerusalém mas também no mundo católico. Poderiam também ser construídas nos primeiros anos do povoamento da cidade da Ribeira Grande, dado que os reis católicos, mais próximos do papado do que os outros países da Europa, por influências deste (Ordem de Cristo – sec XV) ou das ordens religiosas (Jesuítas e Franciscanos – sec. XVII/sec XVIII), poderiam ter construído as capelas da Via Sacra. No sec. XVII/XVIII estas capelas já estavam provavelmente em ruínas, havendo apenas as paredes que foram utilizadas pelas hortas, provavelmente as hortas que pertenciam ao Convento dos Franciscanos e do Colégio e Hospício dos Jesuítas, localizados nesta zona, a Cerca dos Padres, (2ª imagem da figura 256). A ribeira do Convento passa nesta zona e vai juntar-se à ribeira grande que se dirige para o mar. Um outro braço de ribeira desce num canal construído em direcção ao Bairro de S. Brás, onde havia também uma Cerca, como revela a mesma imagem.

Intervenções arqueológicas[1524] realizadas no perímetro das margens da ribeira (duas secções realizadas, que eram pequenas (2.20/3.00;1.50/2.00 m) e profundas (de 1,80 e 4.00 respectivamente) não dão conta de construções religiosas da época quinhentista em frente, nesta zona, apenas a existência de pedras de cantaria e fragmentos de azulejos, mas não foram identificadas outros elementos culturais.

As capelas da Via Sacra, sendo quatorze, estariam dispostas, provavelmente, ao longo das duas margens da ribeira ou apenas numa? As pesquisas arqueológicas trarão estas respostas.

Sugerimos que se intervenha com urgência nas margens da ribeira, pois estas capelas são de grande interesse religioso e histórico-cultural.

[1524] EVANS Cristopher, SORENSEN, Louis Stig – *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavation* (With contributions C. Cessford, A. Hall & Seatah). The 2007 Season, p. 18-19.

O historiador Daniel Pereira[1525] refere-se à existência de 24 igrejas na Cidade da Ribeira Grande nos séculos XV/XVI, sendo contestado por Cristopher Evans, como já referimos. Neste nosso trabalho, preocupamo-nos em identificar estas 24 igrejas, sabendo porém que a cidade, sendo Sede do Bispado, como tal, teria muitas ermidas, capelas e igrejas. Estivemos atentos durante a nossa pesquisa e, acerca desta informação, consultando historiadores e técnicos da curadoria da Cidade de Santiago, obtivemos uma ideia unânime, que também professamos. A de que Daniel Pereira[1526] estaria a referir-se a edifícios religiosos, que englobaria as capelas particulares de "senhores", que as construíam dentro das suas propriedades, por serem abastados o suficiente, muitas vezes cumprindo promessas, ou por outras razões relacionadas com a sua fé, situação idêntica também encontrada em Portugal e no Brasil. Não foi possível identificar documentos antigos que se referem a estas pequenas igrejas, que facultassem informações acerca destes edifícios religiosos, pelo que recomendamos que trabalhos de arqueologia que tratem especificamente destes edifícios se realizem, para que se tenha uma ideia precisa da sua importância e do seu valor histórico.

Para além das ruínas de edifícios religiosos, incluindo as igrejas, capelas e ermidas já apontadas, outras igrejas do município que ficam fora do sítio histórico, foram tidas em conta no PDM da actual cidade de Santiago. Assim, na Proposta no referido PDM[1527]há referência ao Património construído, em que se destacam a estrutura arquitectónica e a tipologia de algumas casas rurais, e alguns equipamentos públicos, que devem ser objecto de estudo e preservados, segundo este documento. Propôs-se então, a protecção dos principais edifícios ou espaços, de acordo com os fundamentos do Decreto-lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, em que merecem uma atenção especial os Monumentos Religiosos. Foram então identificados os que se seguem:

[1525] PEREIRA, Daniel A. – Marcos cronológicos da Cidade Velha. 2ª Edição (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.
[1526] Ibidem
[1527] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015

2.13. As Ruínas da Capela de São Pedro.

Esta capela de pequenas dimensões, localiza-se no bairro de São Pedro. Apenas conserva um único murro das paredes exteriores, como revelam as imagens da figura 257. Encontra-se em mau estado de conservação[1528].



Figura 257 - Ruínas da Capela de São Pedro. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015.

Pelas indicações do IPC - Instituto do Património Cultural de Cabo Verde, necessário se tornam estudos de investigação científica, dado os indícios do seu valor patrimonial.

2.13.1. Localização e história.

O mapa de Andreia de 1778 indica a localização desta igreja, como se pode observar nas imagens da figura 258.

[1528] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015.



Figura 258 – Localização da capela de S. Roque[1529]. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015[1530]

O Documento, "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[1531], revela as ruínas desta capela, quando ainda o edifício estava de pé, podendo ver-se a sua volumetria, faltando-lhe porém o telhado, as portas e janelas. No documento, "Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande"[1532], apresenta-se uma imagem que nos parece ser a mesma, estando em melhor estado de apresentação, presente na imagem da figuira 259. Estas ruínas (imagem em mau estado) tinham um volume bem maior do que a que temos hoje.

[1529] Legenda: 1. Cathédrale;2. Eglise de la Miséricorde;3. Eglise de S. Roque; 4. Couvent de São Francisco; 5. Eglise de Notre-Dame do Rosário; 6. Palais episcopal;7. Eglise de Monte Alverne; 8. Eglise de Notre-Dame de la Conception; 9. Collège des Jésuites; 10. Eglise de São Pedro;11. Chapelle de São Brás; 12. Ermida de Santa Luzia;13. Ermida de Santo Antonio; 14. Ermida de Santa Marta;15. Chapelle São Gonçalo. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015[1529]

[1530] CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

[1531] Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[1532] WIECZOREK, Jean- Pierre - *PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA*. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493. Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

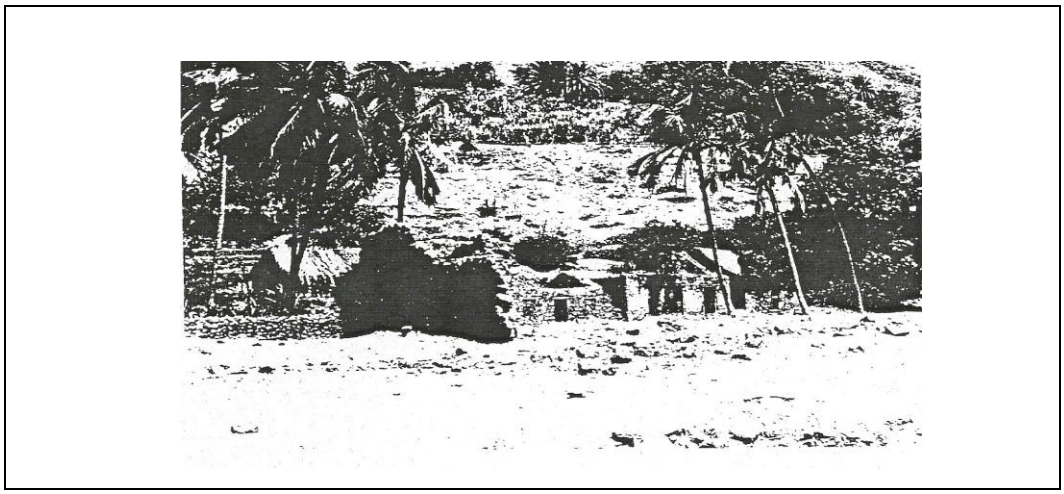


Figura 259 – Ruínas antigas da capela de S. Pedro. Fonte: Fotografias dos monumentos (estado actual) e do seu espólio, e reproduções de gravuras antigas da ex-cidade da Ribeira Grande. "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde.(s. d.).

Esta capela, tal como as outras identificadas, e as ermidas, são pouco estudadas ainda, pelo que não há documentos recentes que versam matérias relacionadas com a sua construção, nem estudos acerca deles. Sabemos que muitas igrejas foram construídas após a edificação de uma capela, como por exemplo, a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Outras capelas seriam sujeitas a reedificação passando então a igreja. Esta situação aconteceria em todo o território português a partir do sec. XV e XVI. Se de início, apenas era possível construir ermidas e capelas, lugares de culto que foram marcos da evangelização portuguesa, com o passar do tempo, com o aumento da população e o avanço da colonização, a necessidade de aumentar o espaço dos lugares de culto, daria lugar à construção de igrejas.

2.14. Ruínas da Capela da Santíssima Trindade.

Pelas indicações do IPC (Instituto do Património Cultural de Cabo Verde) necessário se tornam também estudos de investigação científica, dado os indícios do valor patrimonial deste edifício.



Figura 260 - Ruínas da Capela de Santíssima Trindade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

As ruínas da Capela de Santíssima Trindade são de modestas proporções. A sua planta é rectangular. De todos os monumentos que constituem o sítio histórico, é o que se encontra mais distante e o que está em pior estado de conservação. Localiza-se no vale de Ribeira Grande, logo a seguir ao Bairro de São Pedro.

2.14.1. Restauro da Capela de Santíssima Trindade.

Esta capela foi restaurada por uma equipa dirigida por Luís Benavente, na época colonial, como prova um documento de 1970. Alerta o mesmo, para a necessidade de cuidar deste elemento arquitectónico como merecia, devido *"aos seus predicados".* Luís Benavente, a 20 de Julho de 1970, em Lisboa, redige um documento que vem com a sua assinatura, em que informa, que esta capela encontrava-se rodeada de bosque e que foi erguida num terreno inclinado, sem que se tivesse o cuidado de proceder à regularização do terreno, pelo que a água das chuvas penetravam no altar-mor danificando-o, e nas paredes também. A água entrava também pela cúpula da abóboda alagando o interior por completo. Fez um levantamento traduzido em escala, para servir para um estudo que beneficiasse esta capela, que anexa ao documento em referência. Sugere, neste documento, que se devia, em primeiro lugar, fazer o recalço das paredes exteriores, de modo a implantar a construção numa zona inteiramente de nível, trabalho que devia ser feito em troços curtos, determinados no local. Anexa as medições e orçamentos, elementos que serviriam para analisar pormenorizadamente o que era necessário executar, para a sua recuperação.

Na Memória Descritiva da capela da Santíssima Trindade[1533], realizada por Luís Benavente, com vista à sua restauração, indica o mesmo, que esta capela foi construída no sec. XVII, que localiza-se num local pertencente à Diocese, não se sabendo se estava nesta época arrendada ao estado. Apresentava-se *"sem guarnecimento"*, verificando-se que uma cimalha havia desaparecido completamente. Efectuou então o levantamento, em que indica os seguintes trabalhos a serem efectuados: o recalço das paredes exteriores, que permitisse implementar a construção numa zona inteiramente de nível, que se devia realizar em troços curtos, a ser determinado no local. Apresenta medições e orçamentos para a realização desta obra, que torna possível analisar pormenorizadamente o que era preciso executar, para a devida recuperação *"de tão curioso elemento arquitéctónico".* Assina Luís Benavente a 20 de Julho de 1970, em Lisboa.

Constam das medições as seguintes pontos e os seguintes quantitativos: Movimento de terras; Escavação na zona posterior da capela para seu desafogo - 144m3; Escavações para realce das paredes e fundação do muro de suporte: 19,000m3; Remoção de terras escavadas para o vasadouro - 19,00m3. Um total de 163,00m3. No respeitante à alvenaria, foi realizado um volume de 24,00ml, sendo o "beton" ciclopédico nas fundações de 16,00ml, o muro de suporte, 16,50 m3, o recalçe das paredes da capela, 24,00m3. Executou-se também uma cimalha em Alvenaria de pedra com 0,40 de balanço e 0,25 de espessura média de 24,00 m3.

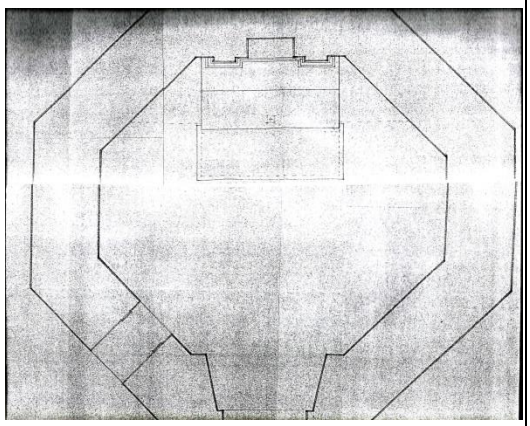
Quanto aos revestimentos realizados na abóboda, no exterior e no interior, após a limpeza e picagem, foi um total de 332,00m2, o reboco e permeabilização do mesmo 100,00ml e fez-se ainda um roda-pé com duas fiadas de azulejos de faiança e pintura, com 0,28 de altura, num total de 15,00ml. O frontal de altar foi revestido com azulejos e levou pintura, num total de 5,50 m2, e caiação das paredes interiores e exteriores da abóboda, com impermeabilização, num total de 350,00m2.

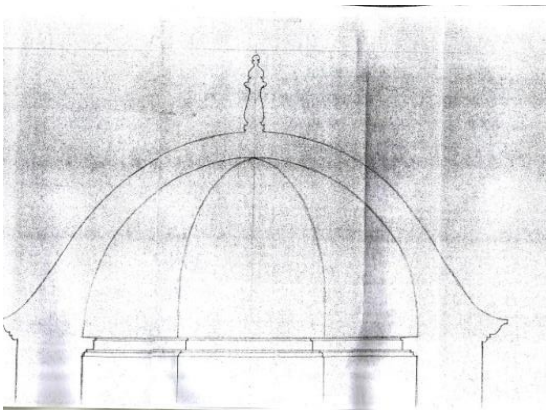
Diversos outros trabalhos foram realizados, como a limpeza e consolidação dos pináculos, limpeza das cantarias, da cantaria do Altar, o conserto da porta exterior

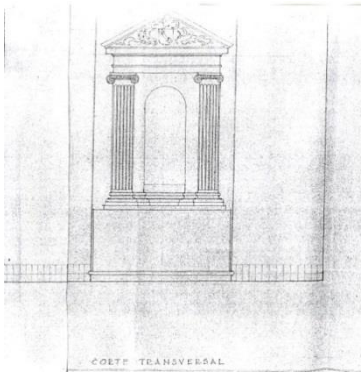
[1533] Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande – Ilha de Santiago. Originais e cópias. [1cm]. Caixa 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Janeiro – Março de 1967.

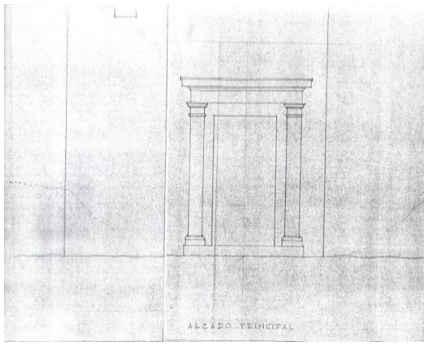
almofadada, além de colocação de fechaduras novas e outras ferragens, a pintura desta, o calcetamento em redor da capela com basalto/lajes sobre massame, e a construção de uma valeta em betão, forrada com basalto no muro de suporte (0,60 m de largura). O custo total destes trabalhos de reparação foram de um total de 75.678$00.

Pelo exposto deduzimos que esta capela, totalmente restaurada, ficou em boas condições de uso. Esta memória descritiva está assinada por Luís Benavente, tem a data de 30 de Julho de 1970, e vem acompanhada das plantas respectivas, representadas na figura 261[1534](cópias com redução das plantas originais)[1535]. No Anexo Documental, anexo X-1, 2, 3 e 4, apresentamos uma cópia destes documentos.









[1534] Fonte: Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande – Ilha de Santiago. Originais e cópias, 1cm. Julho de 1970. Caixa 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[1535] O original desta planta está em mau estado de conservação e muito pouco nítida.

Figura 261 - Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande. Fonte: Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande – Ilha de Santiago. Originais e cópias, 1cm. Julho de 1970. Caixa 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo.

Um orçamento e medições do projecto de restauro desta capela, de 30 de Julho de 1970, foi por nós identificado no Arquivo Histórico da Cabo Verde, pelo que sabemos que as medições do Iº capítulo perfazem o total de 19,000 m3 de obras de escavação e alvenaria, no exterior posterior *"para seu desafogo"*, e remoção de terras, 163,00 m3; as do 2º capítulo, 24,00m3 de obras de alvenaria e 24 ml de execução de cimalha em alvenaria; as do 3º Capítulo, 100,00 m2 de obras de reboco a realizar e 15, 00 ml de roda-pé e acabamentos, mais 350,00 m2 de obras de caiação das paredes interiores e exteriores, e pintura manual do Frontal de Altar em azulejo de faiança; no 4º capítulo, dos diversos, constam 48,00m2 de trabalhos de limpeza, limpeza das cantarias do altar, conserto da porta exterior almofadada e calcetamento, 20 ml respeitantes a um betão para a valeta forrada a basalto no muro de suporte. O montante total requerido para as obras foi de 75.678$00. Apresentamos no Anexo Documental, anexo X - 2, uma parte destes documentos referentes às plantas desta igreja[1536].

Pelas medições e pelo orçamento deste projecto, ficamos a saber os trabalhos de restauro programados para esta capela. Estes serviram para conhecermos alguns pormenores que se referm aos elementos culturais religiosos desta capela, nomeadamente: a existência de Frontal de Altar em azulejo de faiança, no IIIº capítulo; limpeza das cantarias do altar, no IVº capítulo. Nos trabalhos definidos no Programa de Luís Benavente[1537] para as obras de restauro de 1972-73, nada se menciona a respeito desta capela.

2.15. A Igreja Paroquial de São Martinho Grande.

Esta igreja localiza-se em São Martinho Grande e situa-se num pequeno monte entre a

[1536] Projecto de restauro da capela da Santíssima Trindade na antiga Ribeira Grande – Ilha de Santiago. (originaia e cópia); 1 cm. Cx. 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Julho de 1970.
[1537] BENAVENTE, Luís - *Programa para as obras de restauro de 1972-73*. Cx. 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1972-73.

silhueta do aglomerado. Desta pode-se contemplar o panorama do meio circundante (figura 262).



Figura 262 - Igreja Paroquial de São Martinho Grande. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Uma escadaria dá acesso ao espaço exterior, que foi parcialmente coberto por um elemento completamente descontextualizado, que obstruiu a vista do frontispício da igreja. Na reabilitação desta igreja dever-se-á manter integralmente o projecto original[1538].

Durante as nossas pesquisas não identificamos mais documentos acerca desta igreja.

2.16. Capela de São João Baptista.

Esta capela localiza-se em São João Baptista. O seu corpo central é ladeado por duas torres sineiras de planta rectangular, como se pode observar na imagem da figura 263.



Figura 263 - Capela de São João Baptista. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1538] GRA grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Um elemento que cobre parcialmente o espaço exterior, completamente descontextualizado, obstruiu o frontispício da igreja, pelo que o objectivo do PDM é que a reabilitação deste património mantenha integralmente o projecto original.



Figura 264 – Capela de S. João Baptista. Fonte: Album "CABO VERDE". Foto de Cristian Bossou Picôt. Éditions Delroisse. SERBAM. 916-58/BOS ca. Dêpot legal nº 1028. ISBN 2 – 85518-119-4, (Publicação posterior a 1975), p. 9. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Praia. Cabo Verde.

Uma imagem antiga, representada na figura 264, deixa claro que esta advertência tem sentido pois, a colocação deste elemento, mudou completamente a paisagem, obstruindo também a visão da fachada principal desta igreja, cuja arquitectura é simples, mas que se impõe nesta paisagem rural.

2.17. Capela de Belém.

Esta capela desempenha também um papel importante no contexto religioso desta localidade. Encontra-se em bom estado de conservação[1539].

Esta capela está completamente rebocado e pintado a branco. Assemelha-se à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Revela um traçado colonial, possuindo na fachada lateral robustos contrafortes, como revelam as imagens da figura 265. Localiza-se em Belém, no município de Santiago (Ribeira Grande).




Figura 265 - Capela de Belém. Fonte - CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Possui também um elemento que cobre parcialmente o espaço exterior, obstruindo a vosão do frontispício da igreja, pelo que na reabilitação deste património, dever-se-á manter a integralmente o projecto original. Enquanto lugar de culto desempenha também um papel importante no contexto religioso desta localidade. Encontra-se em bom estado de conservação[1540].

2.18. Altar da Santíssima Cruz.

Localizado no bairro que lhe dá o nome, este altar é de pequenas proporções, como revela a imagem da figura 266 .

[1539] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1540] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: ww w.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.



Figura 266 - Altar da Santíssima Cruz. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Desempenha também um papel importante no contexto religioso enquanto lugar de culto. Encontra-se em mau estado de conservação[1541].

O Património Construído que fica fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade, inclui as capelas e igrejas que fazem parte do conjunto dos monumentos culturais do município da Ribeira Grande. Apresentamos a seguir a planta onde se indicam os monumentos religiosos que ficam fora do perímetro do sítio histórico, na figura 267, que traz fotografias de cada um destes edifícios e a respectiva localização. O mapa indica também outros monumentos culturais da mesma zona, espaço ou localidade.

[1541] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.



Figura 267 - Planta de Património Construído Fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

No quadro que se segue (quadro VI), apresentamos a síntese do Património Construído do Município, em que se descreve o estado de cada um, e se separa o Património Construído existente, e seu estado de conservação, proposto pelo PDM. Neste quadro, a capela de S.Pedro e a da Santíssima Trindade fazem parte do Património Construído proposto pelo PDM[1542].

[1542] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

QUADRO VI

Património Construído do Município

		Tipologia	Interesse	Estado de Conservação	Localidades
Património Construído Existente	Monumentos Religiosos				
	1	Igreja da N. S. do Rosário	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiag -Bairro de S. Pedro
	2	As ruínas da Sé Catedral	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Bairro de S. Sabastião
	3	As ruínas da Igreja / Hospital da Misericórdia	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Bairro de Rua Caiada
	4	Capela de S. Roque	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Bairro de Monte Sossego
	5	Convento S. Francisco e sua área envolvente	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Barro do Convento
	6	Ruínas do Colégio dos Jesuítas e Sede da Companhia de Grão Pará e Maranhão	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago - Bairro de S.Pedro
	7	Ruínas da Igreja da N. S. da Conceição	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago - Bairro da Rua Carreira e Banana
	8	Ruínas da Ermida do Monte Alverne	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Bairro do Convento
	9	Ruínas da Igreja de S. Luzia	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago - Bairro de S. Braz
	Monumentos Militares				
	10	Fortaleza Real de São Filipe e a sua área envolvente	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago - Achada Forte
	11	Ruínas do Forte S. Veríssimo	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago - Bairro de S. Sebastião
	12	Ruínas do Forte de S. Lourenço	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago –Bairro de S. Braz
	13	Ruínas do Forte de Santo António	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago – Bairro de Sucupira
	14	Ruínas da Torre de Vigia	Arquitectónico, Histórico	Mau	Salineiro – Bairro de Achada Salineiro
	Monumentos Civis e Espaços Públicos				
	15	Muralhas de protecção da Cidade localizadas no bairro de São Braz	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago – Bairro de S. Braz
	16	Pelourinho e o seu largo	Arquitectónico, Histórico	Bom	Cidade de Santiago – Bairro da Rua Caiada
	17	Muralha antiga e muro da protecção da Cidade	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago – Bairro da Rua Caiada e Lém Cachoro
	Zona protegida Subaquática				
	18	Sítio Histórico "Cidade Velha"	Histórico	Mau	Cidade de Santiago
Património Construido Proposto	Monumentos Religiosos				
	19	Ruínas da Capela de São Pedro	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago–Bairro de S.Pedro
	20	Ruínas da Capela de Santíssima Trindade	Arquitectónico, Histórico	Mau	Cidade de Santiago – Bairro do Vale de Ribeira Grande
	21	Igreja Paroquial de São Martinho Grande	Histórico	Bom	São Martinho Grande
	22	Capela de São João Baptista	Histórico	Mau	São João Baptista
	23	Capela de Belém	Histórico	Bom	Belém
	24	Altar da Santíssima Cruz	Histórico	Mau	Salineiro - Bairro da Santíssima Cruz
	Monumentos Civis				
	25	Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande	Arquitectónico, Histórico	Mau	Caiada
	26	Antiga hidrobase Aeropostal de Calheta de São Martinho	Histórico	Mau	Calheta de São Martinho
	26	Pousada Nacional de São Pedro	Arquitectónico	Bom	Cidade de Santiago - Bairro de São Pedro

Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

O Património Imaterial deste município é constituído por várias manifestações culturais, de entre as quais, as festas religiosas, que se celebram anualmente nas igrejas do Município da Ribeira Grande, em louvor a santos padroeiros. Estas festas são muito acarinhadas pelos munícipes, sendo o auge a celebração da missa ao santo patrono. A

festa de romaria, simbiose de ritos e culturas, em que o religioso e o profano coabitam, comemora-se em quase todas as localidades deste concelho, como indica o quadro VII e o Quadro VIII:

QUADRO VII

Festas de Romaria do Município de Santiago

Cidade de Santiago	A festa do Santíssimo nome de Jesus	31 de Janeiro
	São Sebastião	Março
	Nossa Sr.ª do Rosário	11 de Outubro
	São Roque	29 Agosto
	Domingos Ramos	Abril
	Espírito Santo	13 de Maio
Calabaceira	S. Paulo	31 de Junho
	Imaculada da Conceição	Julho
João Varela	São Pedro	29 de Junho
	Santíssima Cruz	Maio
	Nossa Sr.ª Socorro	Março
Salineiro	Sr. do Bom Caminho	Maio (em Gouveia)
	Nossa Sr.ª da Apresentação	Novembro
Achada Barnel	Nossa Sr.ª do Bom Pastor	Novembro
Porto Mosquito	Santo António	Junho
Belém	Nossa Sr.ª da Luz	Dezembro
Pico Leão	S. João	24 de Junho
S. João Baptista Santana	Nossa Sr.ª de Santa Ana	Julho
São Martinho Grande	Nossa Sr.ª Livramento	Novembro

Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Estas celebrações, perfazem, juntamente com outros elementos, como a língua cabo-verdiana, que se forjou neste espaço logo no início da ocupação da ilha de Santiago, o património imaterial do concelho, um conjunto diversificado. Para que se tenha uma ideia mais real destas festas, apresentamos a seguir o quadro VIII que indica as igrejas e as capelas das paróquias onde estas devoções têm lugar:

QUADRO VIII

Festas Religiosas do Município da Ribeira Grande de Santiago

Paróquias	Festas Religiosas
Igreja de Cidade Velha	Santíssimo nome de Jesus - 31 de Jan; São Sebastião -Mar FEV; Nossa Sr.ª do Rosário 11 de Out; São Roque – 29 Ago; Domingos Ramos - Abril
Capela de Calabaceira	Espírito Santo - 13 de Maio
Capela de João Varela	S. Paulo - 30 de Junho, Imaculada da Conceição - Julho
Capela de Salineiro	São Pedro - 29 de Jun; Santíssima Cruz – Maio; Nossa Sr.ª do Socorro - Mar
Capela de Achada Barnel	Sr. de Bom Caminho - Maio
Capela de Alto Gouveia	Nossa Sr.ª da Apresentação - Nov.
Capela de Porto Mosquito	Nossa Sr.ª do Navegadores - Out.
Capela de Mosquito da Horta	Nossa Sr.ª do Bom Pastor - Ago.
Capela de Belém	Santo António - Jun.
Capela de Pico Leão	Nossa Sr.ª da Luz - 15 de Dez
Capela de Santana	Nossa Sr.ª de Santa Ana - 26 de Jul.
Capela de S. João Baptista	São João - 24 Jun.
Igreja de São Martinho Grande	Nossa Sr.ª Livramento – Dez, Santa Teresinha Nossa Sr.ª do Bom Pastor - Nov.

Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Nesta cidade entrelaçaram-se as culturas africanas e europeias, dando origem a uma nova cultura, a mestiça ou crioula. As práticas sociais, os rituais e eventos festivos, são actividades habituais, em que a população é participativa e engajada[1543].

3. Conclusões e considerações - declaração do sítio Histórico da Cidade Velha.

O Decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro de 1990, promulgada a 27 de Novembro de 1990, pelo então Ministro da Cultura, David Hopffer Almada, e por Pedro Pires,

[1543]CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Presidente da República, declara o sítio Histórico da Cidade Velha, e apresenta em anexo um mapa com os limites deste sítio, considerado Património Nacional, com a indicação dos monumentos culturais, incluindo os monumentos religiosos, que apresentamos na figura 268 . O mapa não se acompanha de legenda.

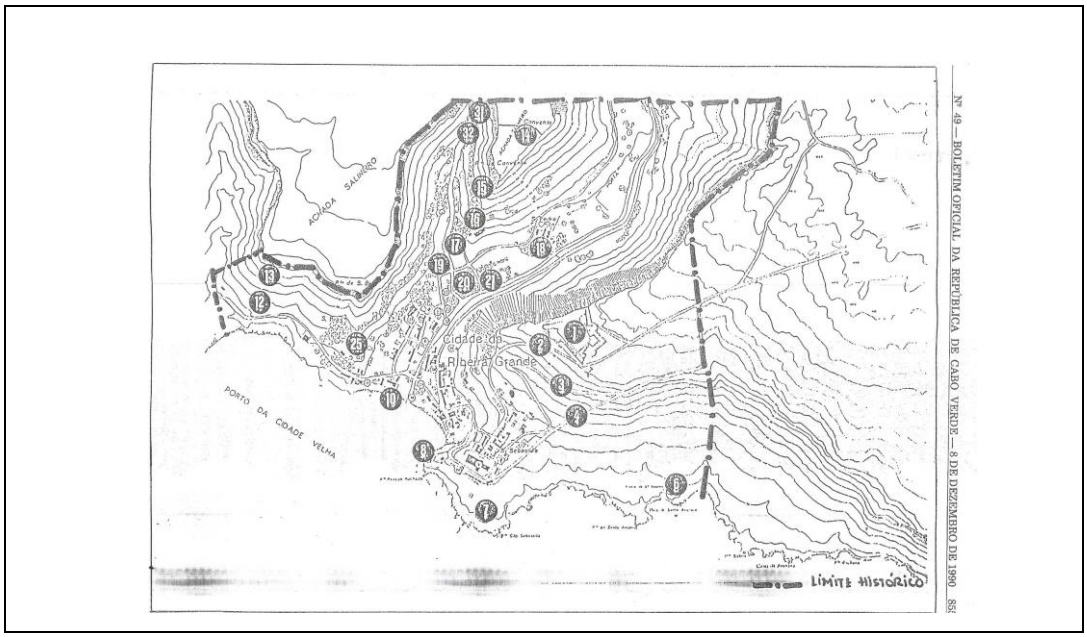


Figura 268 – 1ª Imagem: Mapa com os limites deste sítio considerado Património Nacional, com a indicação dos monumentos culturais. Fonte: Boletim Oficial da República de Cabo Verde, nº 49, 8 de Dezembro de 1990.

O referido decreto foi efectivado, devido à necessidade de criação de um instrumento legal, que permitisse um melhor enquadramento de acções, visando a salvaguarda das ruínas e do conjunto histórico da cidade. Refere, no seu preâmbulo, ao papel histórico que a "Cidade Velha" desempenhou a partir do sec. XV no inter-relacionamento de povos e de culturas entre a Europa, a África e as Américas, a sua importância como berço da cabo-verdianidade, o seu valor cultural e patrimonial, em particular, o das suas ruínas[1544].

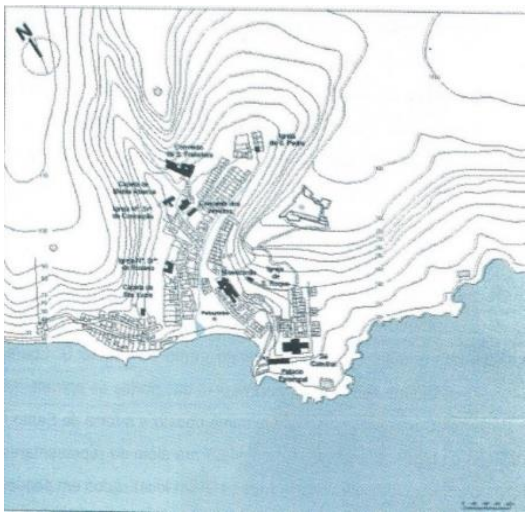
A cidade da Ribeira Grande chegou a conhecer, dos séculos XV a XVIII, várias obras de cunho religioso, contudo, com pouca expressão artística e histórica. A Ermida de São Brás, a capela de Santa Luzia, a capela de São Roque, a capela de São Sebastião, a ermida de São Pedro, a igreja de Monte Alverne, a capela de São João Baptista e a

[1544] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

ermida de São Gonçalo, enquadram-se nessa conjuntura[1545]. Alguns destes edifícios, que se localizam dentro do sítio histórico, já beneficiaram de obras de restauração, como tivemos ocasião de referir, mas há muito ainda a se fazer nesta área, e muitas a serem comtempladas, sendo necessário uma gestão eficaz das beneficiadas, prevenindo-se contra degradações futuras, procurando a sua manutenção e utilização. As pequenas igrejas e capelas que se situam fora do sítio histórico merecem uma maior atenção do Município e do Ministério da Cultura, no sentido da sua reabilitação e conservação[1546]. Devem também merecer mais atenção de estuduiosos e cientistas, promovendo-se o estudo arquitectónico e artístico dos mesmos, bem como o do seu recheio.

Estudos e publicações têm dado relevo aos edifícios religiosos, pelo que seleccionamos alguns, que são revelados nos mapas abaixo representados na figura 269.





1 – Sé Catedral; 2 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário;
3 – Igreja e Convento de S. Francisco; 4 – Torre da Misericórdia

[1545] SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*.Tese de Mestrado. 187 f. Setembro de 2015.
[1546] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

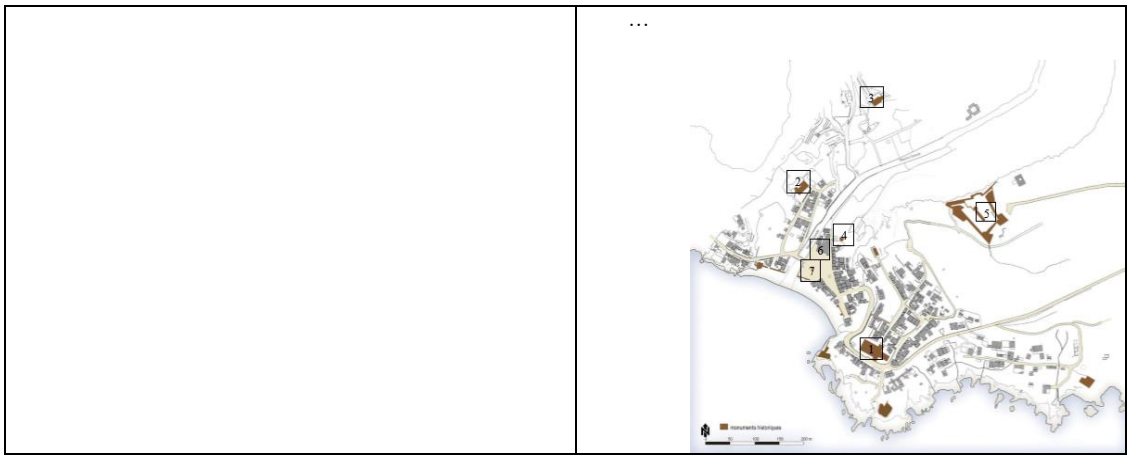


Figura 269 – 1ª Imagem - Mapa com a localização identificada com fotografias do local de cada espaço de culto da Cidade Velha. Fonte: VIEIRA, Maria João – *Catálogo - Capelas e Igrejas*. 1990. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 2ª Imagem: Mapa da localização dos edifícios religiosos. Fonte: PIRES, Fernando – *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha - Análise Histórico - Formal do Espaço Urbano (sec XV – Sec. XVIII)*. Edições da Uni-cv. 2007. 3ª Imagem: Localização da Sé Catedral, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja e Convento de S. Francisco e da Torre da Misericórdia. Fonte: RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 113 f. Tese de Mestrado. 2009.

A primeira imagem faz parte de uma pesquisa dos edifícios religiosos da Ribeira Grande de Maria João Vieira[1547], de que resultou o catálogo correspondeste. O Mapa da localização dos edifícios religiosos de Fernando Pires[1548] é também de interesse, pois assinala todos os principais edifícios religiosos. O mapa da localização da Sé Catedral, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja e Convento de S. Francisco e da Torre da Misericórdia, da autoria de Ramos[1549], assinalando também alguns edifícios religiosos representativos, e os edifícios militares.

A figura 270 apresenta um mapa, que está presente em "Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha, Cabo Verde"[1550], com todos os edifícios religiosos da cidade, já identificados na época.

[1547] Fonte: VIEIRA, Maria João – *Catálogo - Capelas e Igrejas*. 1990. Arquivo Histórico de Cabo Verde.
[1548] PIRES, Fernando – *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha - Análise Histórico - Formal do Espaço Urbano (sec XV – Sec. XVIII)*. Edições da Uni-cv. 2007
[1549] RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Departamento de História. 113 f. Tese de Mestrado. 2009.
[1550] EXPOSIÇÃO: RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. CABO VERDE. Fotocópia do original DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal. Praia. Outubro de 1989.

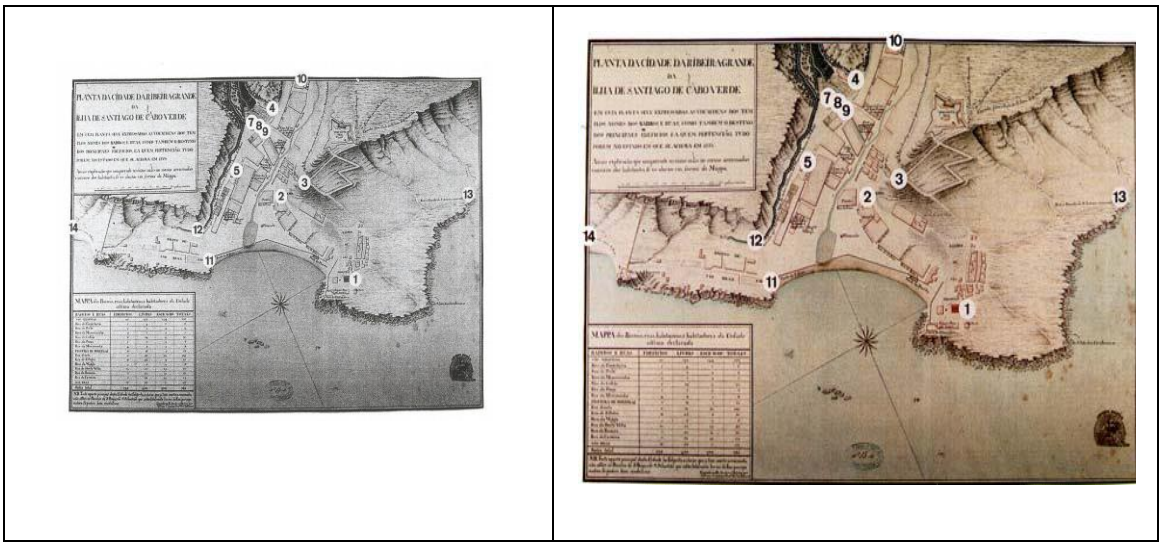


Figura 270 – 1ª Imagem: Edifícios religiosos da cidade Velha[1551]. Fonte: Imagem feita a partir de um mapa realizado com base num diagrama realizado sobre uma planta de 1778 (GEAEM)[1552]. 2ª Imagem: Localização dos edifícios religiosos. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa[1553].

Estão apresentados neste mapa 14 edifícios religiosos, assim como no de Pires[1554]. No catálogo de Isabel Lobo[1555] estão representados 27 edifícios culturais, dentre os quais os 14 religiosos. A *"Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial"*[1556] apresenta também 14 edifícios religiosos, os mesmos já referidos, e tece as seguintes considerações em relação aos edifícios religiosos do sítio histórico da cidade da Ribeira Grande:

> *"L'architecture religieuse apparaît très tôt à Ribeira Grande, et nous a légué une série d'églises et de chapelles, dont la plupart sont encore visibles: l'église de Notre-dame do Rosário, le couvent de São Francisco, l'église et l'Hôpital Notredame de la Miséricorde, l'église de Notre-dame de la Conception, le collège des Jésuites, les chapelles de São Roque, Monte Alverne, de Santa Luzia et de*

[1551] Legenda: 1- Sé; 2 - Igreja da Misericórdia; 3 - Igreja de S. Roque; 4 - Convento de S. Francisco; 5 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 6 - Paço Episcopal (ao lado de 1, a Sé Catedral); 7 - Igreja do Monte Alverne; 8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição; 9 - Hospício dos Jesuítas; 10 - Igreja de S. Pedro; 11 - Capela de S. Brás; 12 - Ermida de Santa Luzia; 13 - Ermida de S. António; 14 - Ermida de Santa Marta.

[1552] Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha Cabo Verde. Praia, Cabo Verde – Outubro de 1989. Fotocópia do original DL 30 1 1990 073252. Biblioteca Nacional de Lisboa. Portugal.

[1553] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

[1554] PIRES, Fernando – *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha - Análise Histórico - Formal do Espaço Urbano (sec. XV – Sec. XVIII)*. Edições da Uni-cv. 2007.

[1555] LOBO, Isabel – Catálogo. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).

[1556] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

São Pedro. La ville accueille la première cathédrale d'Afrique, qui domine l'ensemble par sa taille et son emplacement, et reflète la puissance de l'organisation religieuse. Cette omnipresence de l'église rappelle le rôle actif qu'elle a joué dans la traite négrière et son exploitation, en baptisant les esclaves et en leur apprenant des rudiments de portugais. Cette pratique appelée alors «latinisation» augmentait leur valeur marchande, et faisait des esclaves des «ladinos»"[1557].

A Ermida de S. António, e a Ermida de Santa Marta não fazem parte dos mapas presentes no documento, "Relatório Diagnóstico"[1558] que analisamos. O conjunto considerado pelo documento em causa apresenta 12 edifícios edifícios religiosos antigos e 4 edifícios construídos mais recentemente, o Altar da Santíssima Cruz, a Capela de Belém, a Igreja de S. João Baptista e a Igreja de S. Martinho Grande, que ficam fora do sítio histórico, como já esclarecemos.

A nossa análise permitiu que recenceássemos 14 edifícios religiosos referidos nos mapas e estudos já referidos, a capela de S. Gonçalo e as prováveis 14 Capelas da Via Sacra, que se localizariam na margem da ribeira. Lembramos que referimo-nos, nesta dissertação, à Capela de S. Gonçalo, que se localiza na Fortaleza de S. Filipe e servia ao Governador, e à capela de S. António, que servia provavelmente aos elementos da guarda do forte de S. António, no IIº Capítulo desta dissertação.

A Planta de Património Construído dentro do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade, destaca os edifícios religiosos, que tal como os outros elementos da cultura material, que estão ilustradas por fotografias, como revela a imagem da figura 271.

[1557] Ibidem
[1558] CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha].2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

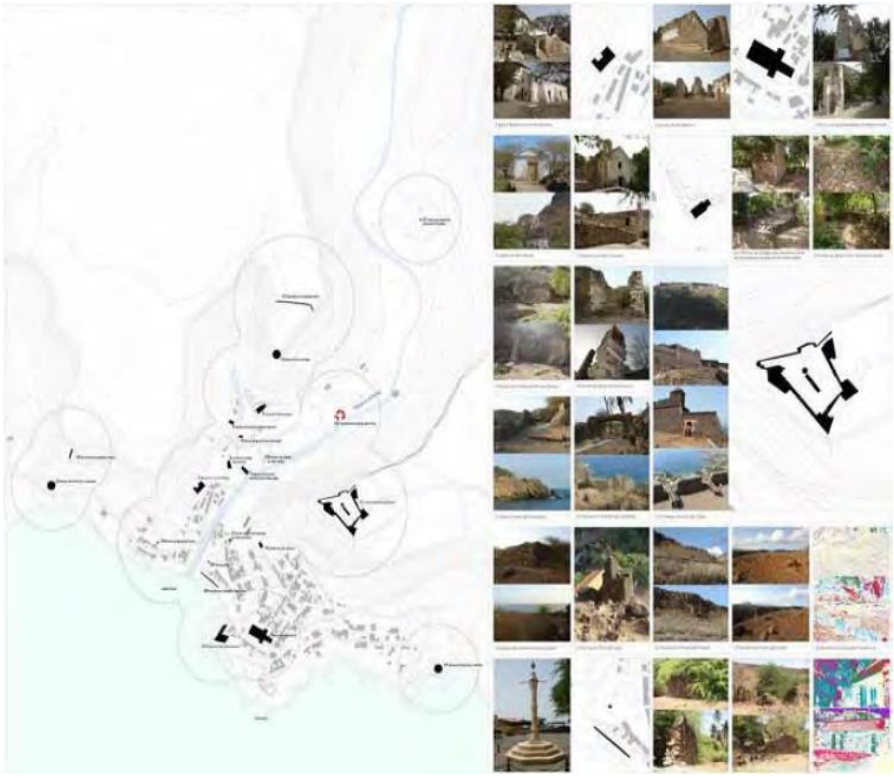


Figura 271 - Planta do Património Construído dentro do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha].2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Apresentamos também o conjunto dos Monumentos Culturais em que se incluem os edifícios religiosos, nas imagens da figura 272, que mostra também o panorama geral da cidade, com a indicação das localizações de cada edifício religioso.

Monumentos da Ribeira Grande

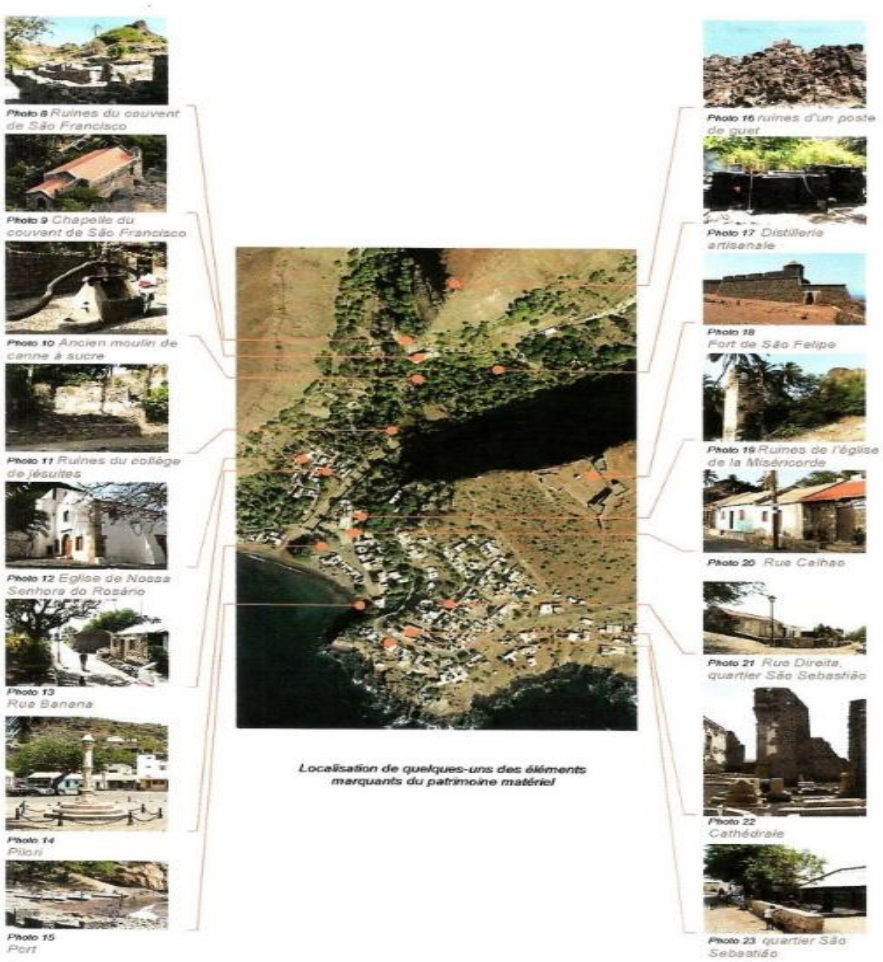


Figura 272 - Alguns Monumentos incluindo os religiosos. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

Quanto ao património cultural, o município possui uma história que transcende as esferas do país. Pelo facto, foi considerado Património da Humanidade pela UNESCO no dia 26 de Junho de 2009.

Para além dos edifícios religiosos do sítio histórico e dos que se localizam fora deste sítio, algumas capelas faziam parte de propriedades agrícolas de senhores abastados, e de edifícios civis da cidade. As capelas pertencentes às propriedades dos grandes senhores não estão identificados e não se sabe o número total delas, embora a narrativa histórica se refira a algumas. No que respeita aos que fazem parte de monumentos civis religiosos, aludiremos à capela do Palácio Episcopal.

4. O edifício da Sede do Bispado (séc. XVI) - a capela do Palácio Episcopal.

A Sede do Bispado foi construído na mesma altura em que se edificou a Sé Catedral (1555/56)[1559]. A 8 de Novembro de 1774, um despacho de Marquês de Pombal, autoriza a reedificação do Palácio Episcopal, anteriormente abandonado pelo bispo D. Frei Valente[1560]. A 22 de Fevereiro de 1755 o Bispo D. Pedro Jacinto valente abandona a sede do bispado e o Palácio Episcopal e foi residir na ilha de S. Nicolau, depois, na ilha de S. Antão, onde permaneceu até morrer.

4.1. Construção e Arquitectura do Palácio Episcopal.

Barcellos[1561] informa que o Palácio, não se primava por uma boa arquitetura, era um magnífico edifício que media 193,5 palmos de comprimento, 55 de largura e 41 de altura. Tinha o telhado a quatro águas, com a altura de 17 palmos sobre a cimalha, e a fachada principal estava voltada para sul, recebendo luz por oito janelas de sacada, com varandas na frente, no primeiro andar. O acesso a este andar fazia-se por escadarias, uma situado no extremo leste, sobre um maciço de alvenaria, de 20 palmos de alto e 24 palmos de comprimento. A largura da escada e do patim era de 15 palmos, tendo o

1559 Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

1560 Tratou-se de um embargo dos bens do citado bispo na sequência da sua morte que foi decretado através de uma carta régia com a mesma data pois presumia-se que teria contribuído para a ruína do Palácio Episcopal que abandonou quando decidiu transferir a sede do bispado para a ilha de Santo Antão, onde passou a residir a partir de 22 de Fevereiro de 1755.Fonte: Barcelos, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a História de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. (Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira). IBNL. Documentos. 2003, p. 62.

1561 Barcelos, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a história de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. (Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira). IBNL. Documentos. 2003, p. 62.

último 12 palmos de comprimento. Informa ainda, que sobre este maciço, elevavam-se duas colunas de pedra de 12 palmos e, sobre estas, se apoiava a cobertura do patim, de onde se entrava no vestíbulo, por uma porta em forma ogival, tendo inferiormente a esta, à superfície do solo, uma outra, que fazia comunicação com duas salas espaçosas do primeiro andar e com outras dependências. Uma outra porta, colocada inferiormente à segunda janela da sacada, a contar do extremo oposto, no oeste, estabelecia a comunicação com duas salas espaçosas do primeiro andar e com outras dependências. O edifício tinha 13 compartimentos e sete janelas que abriam para o pavimento térreo. No andar nobre havia duas salas de vestíbulo, 7 quartos para o bispo e família, uma câmara e duas antecâmaras espaçosas***. "Logo ao transpor-se o vestíbulo, sobre a esquerda, ficava a segunda antecâmara, onde era a capela***"[1562]. Identificamos pois, mais uma capela, a que fazia parte do Palácio Episcopal. Este edifício contava ainda com uma cozinha, na parte oeste deste, que media 37 palmos de frente por 19 de altura e 555 de largura, que comunicava interiormente com os dois pavimentos do palácio. Este edifício tinha ainda 3 janelas laterais de sacada no andar nobre e duas no térreo. Mais a oeste, a 65 palmos da cozinha, ficavam as *"enxovias"* (prisão térrea e subterrânea) do Aljube (Prisão), que se compunham de duas casas de 34 palmos de comprimento e 32 de largura cada, e ainda 3 quartos para o carcereiro. Grandes colunas de pedra elevavam-se do solo, nas quatro faces do edifício, sobre as quais apoiavam os vigamentos principais do andar nobre e do telhado[1563].

Por volta de1824, o bispo D. Frei Jerónimo tenta revitalizar a cidade da Ribeira Grande, e quis reedificar o Palácio Episcopal, tentando também construir um seminário, mas o seu regresso inesperado para Portugal, como deputado, abortou esta ideia. É de notar que nestes apontamentos ao Palácio Episcopal, se dá informações acerca do Seminário. O mesmo Bispo havia solicitado,

> *"(...) ao soberano congresso, em vista do plano geral da reforma regular pela extinção dos religiosos de S. Francisco, que mandasse entregar-lhe o convento para um seminário, incluindo a cerca, a horta, e as ordinárias e mais emolumentos que a fazenda nacional costumava dar todos os*

[1562] Sublinhado nosso.
[1563] Barcelos, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a história de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira. IBNL. Documentos. 2003, p. 62.

anos para a conservação do convento e sustentação dos religiosos, aplicando-se a horta para passal dos bispos …"[1564].

Por esta ficamos a saber do muito interesse deste bispo por um Seminário, procurando todos os meios possíveis para a sua criação, e efectivação do seu desejo. A partir desta data, desencadeou-se um processo de destruição do palácio, que, no dizer de Barcelos (BARCELOS, 2003), *" naufragara a última tentativa de fazer ressurgir a antiga cidade"*[1565]. Este palácio, provavelmente nunca se edificou completamente, e começara a degradar-se, antes de ter sido acabada, no dizer de um testemunha ocular, citado por Augusto de Barros[1566], que transcrevemos:

(…)"havia ali 14 igrejas, mas hoje existem somente a Sé, que se vê agora (não obstante ser um belo monumento) destelhado no meio – o Hospital da Misericórdia que está a cair – e um Seminário que o último bispo mandou continuar há poucos anos; este edifício de dois andares, e umas trinta janelas de frente, nunca ficou acabado, mas o bicho comeu toda a madeira que é de pinho, e em breve caindo em pedaços aumentará o caos das ruinas"[1567].

Daniel Pereira[1568] faz a seguinte anotação: *"Essa obra do Seminário passou por diversas fases no decurso de muito tempo. Esta última era a derradeira tentativa de recuperar e pôr a funcionar, objectivo que se gorou com o retorno do Bispo D. Frei Jerónimo do Barco ao reino, em 1826, na sequência da sua eleição para o Congresso Nacional"*[1569].

Em 1884 o Palácio Episcopal já não existia, não obstante o despacho de 1774 que determinava a sua reedificação[1570].

[1564] Ibidem
[1565] BARCELOS, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a história de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. (Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira). IBNL. Documentos. 2003, p. 331.
[1566] BARROS, Augusto – *Conferência sobre a Antiga Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago* (dactilografado). Maio, 1973. In PEREIRA, Daniel A. - Marcos Cronológicos da Cidade Velha. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009.
[1567] Ibidem
[1568] PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 8.
[1569] Ibidem
[1570] BARROS, Augusto – Conferência sobre a Antiga Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago, (dactilografado). Maio, 1973. In PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 8.

Este edifício, a Sede do Bispado, que está enquadrado à direita da imagem da figura 273, faz parte do património cultural, juntamente com outros monumentos, já não são visíveis actualmente, porque estão sobrepostos por construções mais ctuais.

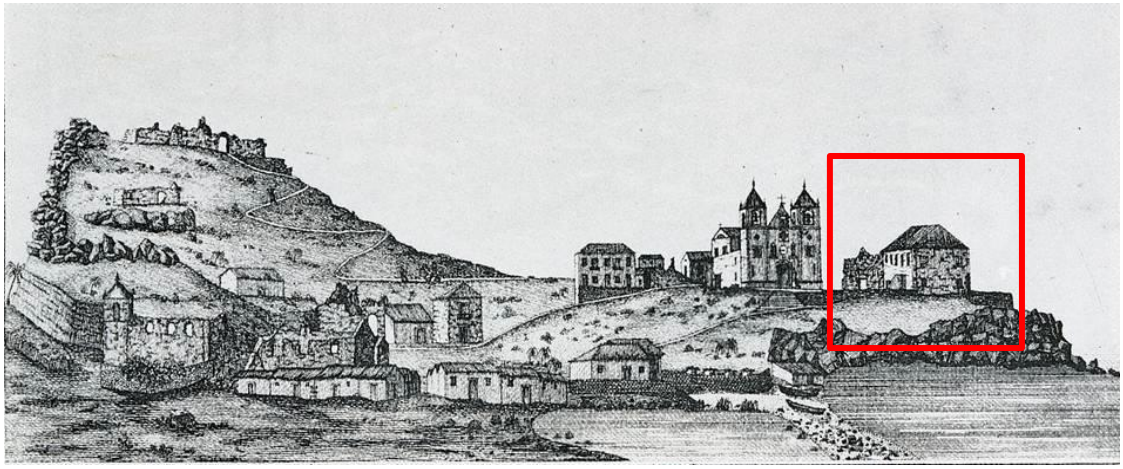


Figura 131 - Litografia ilustrando a sede do bispado. Fonte: VALDEZ, Travassos Francisco - *África Ocidental – Noticias e considerações*. Tomo 1. Lisboa.(Enquadramento a vermelho do palácio Episcopal)[1571].

Este edifício fundado em 1574 desapareceu completamente. A Construção do Palácio Episcopal foi iniciada paralelamente à da Catedral, a poucos metros a oeste da mesma. O volumoso edifício do Palácio Episcopal, de planta longínqua e de dois andares, com biblioteca e um aljube adjacente, serviu primordialmente de residência aos bispos até meados do séc. XVIII, tendo sido reconstruído após as pilhagens e sua devastadora queima em 1712 por Cassard, degradando definitivamente graças ao seu abandono à partir da segunda metade do mesmo século.

É um o volumoso edifício, de planta longínqua e de dois andares, com biblioteca e um aljube adjacente, que serviu primordialmente de residência aos bispos até meados do séc. XVIII . Situava-se próximo da Sé Catedral, na parte meridional do promontório de São Sebastião. O bairro de S. Sebastião mostrava-se mais favorável a implantação de um edifício destas dimensões, com mais de 60 metros de comprimento. A sua construção só ficou concluída por volta de 1700, com as suas torres sineiras, capelas laterais, e as três naves. Ao retomar a reconstrução depois de 130 anos, alterações foram

[1571] AKIBODE, Charles Samson, MORISET, Sébastien, CARVALHO, Carlos de - *Cidade Velha: Centre Historique de Ribeira Grande, Cap Vert*. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. Cidade de Santiago. 2008.

introduzidas ao primeiro plano de reconstrução, influenciadas pela mudança de gostos na arquitectura (PEREIRA, 2004). Assim, foi modificada a organização de espaço interior, acrescentadas exteriormente duas capelas laterais a poente do transepto, dois espaços rodeando a sacristia, e um outro no prolongamento da capela-mor. Em 1774 um despacho do Marquês de Pombal aprova a reedificação do Palácio Episcopal mas não se sabe se tal se efectivou. Actualmente nada resta deste difício. Na construção das pequenas moradias que foram construídas em cima dos escombros deste edifício foram aproveitadas materiais deste[1572].

A respeito deste edifício, e das habitações construídas no espaço da sua edificação, o documento "Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial" [1573]faz a seguinte referência: *"La gravure du XVIIIe siècle montre le Palais Episcopal, situé à proximité de la cathédrale, sur la partie la plus méridionale du promontoire São Sebastião. Cette imposante bâtisse, érigée en 1574 a complètement disparu, et les petites maisons d'habitation se sont substituées à cet édifice[1574]".*

A localização deste edifício é apresentado no "PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA"[1575], assim como a planta do que tinha sido reconstituído havia pouco tempo pelo "Grupo do Mercado" de Portugal, bem como o estudo, os trabalhos de pesquisa e os desenhos. Este grupo ocupava-se de estudos de arquitectura e planeamento. Sugere-se que o mesmo se fizesse aos outros edifícios importantes do sítio. Apresenta-se também uma gravura do século XVIII, informando que, nessa altura, a urbanização havia apagado completamente os traços do edifício, substituídas por pequenas casas de habitação, que haviam retirado deste o essencial dos materiais. No mesmo documento, nas fichas que se referem ao estudo das habitações tradicionais, apresentam-se fotografias que estão presentes na figura 274, que mostram exemplos de habitações que guardam pedras retiradas dos escombros ou ruinas do sítio, colocadas *" lá où les cailloux aux formes arrondise, montées á sec, ne pouvaient plus*

[1572] PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 8.
[1573] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm
[1574] Ibidem
[1575] Ibidem

assurer la solidité de la maçonnerie". Neste documento faz-se o seguinte reparo: *"En demantelant ainsi les plus grands édifices religieux, civils ou militaires anciens, 'ingorance' ou même l'indiference générale de la population locale a fait disparaître des chapitres entiers de son histoire"*[1576].

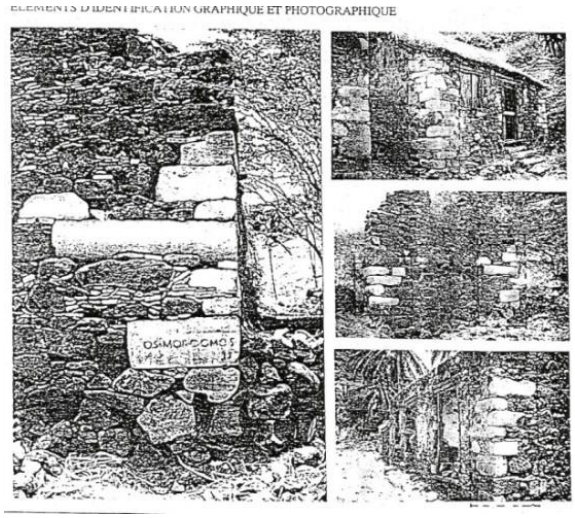


Figura 274 – Habitações que guardam pedras retiradas dos escombros ou ruinas do sítio. Fonte: WIECZOREK, Jean- Pierre - PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA. Unesco. "Dossier" Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

As plantas e o desenho do edifício e da sua localização mostram um edifício grandioso e imponente, como revelam as imagens da figura 275.

[1576] Ibidem

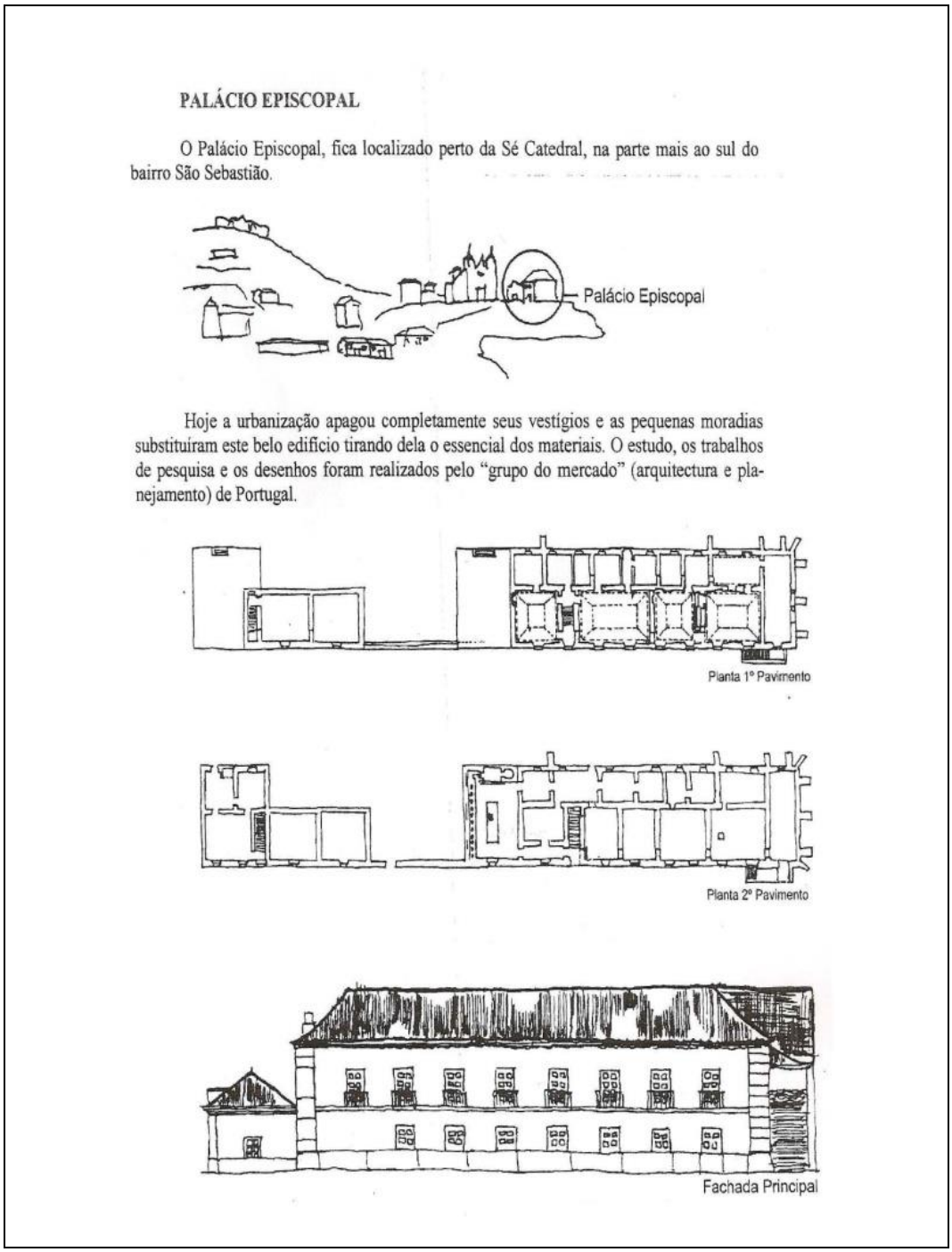
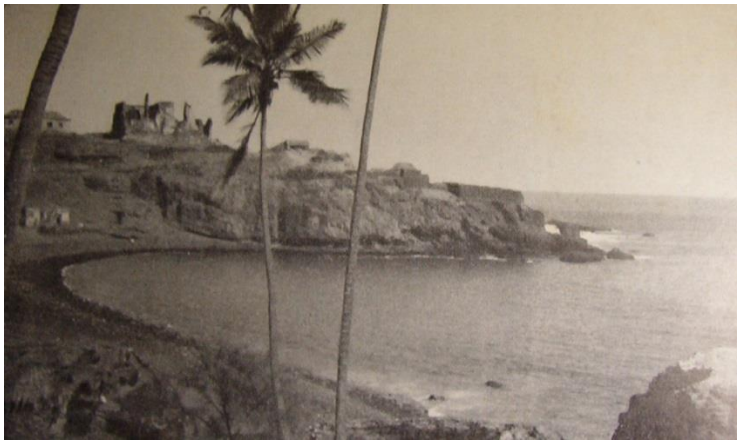


Figura 275 – Localização do Palácio Episcopal. Planta do 1º e 2º pisos e da fachada principal do Palácio Episcopal[1577].

[1577] Fonte: Barcelos, Cristiano José de Sena – *Subsídio para a História de Cabo Verde e Guiné*. II Vol. 2ª Edição. Apresentação, notas e comentários de Daniel Pereira. IBNL. Documentos. 2003, p. 62. In. SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* Tese de Mestrado. 187 f. 2010.

Imagens antigas revelam as ruínas da Sé e do Palácio Episcopal, quando ainda estava em ruínas, como a que apresentamos na figura 276. Actualmente casas tradicionais construídas pelos habitantes, moldam uma nova paisagem no local.



Falta 1 imagem e bibliografia

Figura 132 – 1ª Imagem: Ruínas da Sé e do Palácio Episcopal. Fonte: Acervo documental da Curadoria da Cidade Velha. 2ª Imagem: Construção do bairro de S. Sebastião. Fonte: Fotografia de Franc. Arquivo pessoal de Daniel Pereira[1578].

Em "Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert" [1579] são exibidos a planta da fachada e o corte deste edifício, que apresentamos na imagem da figura 279.

[1578]Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[1579] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

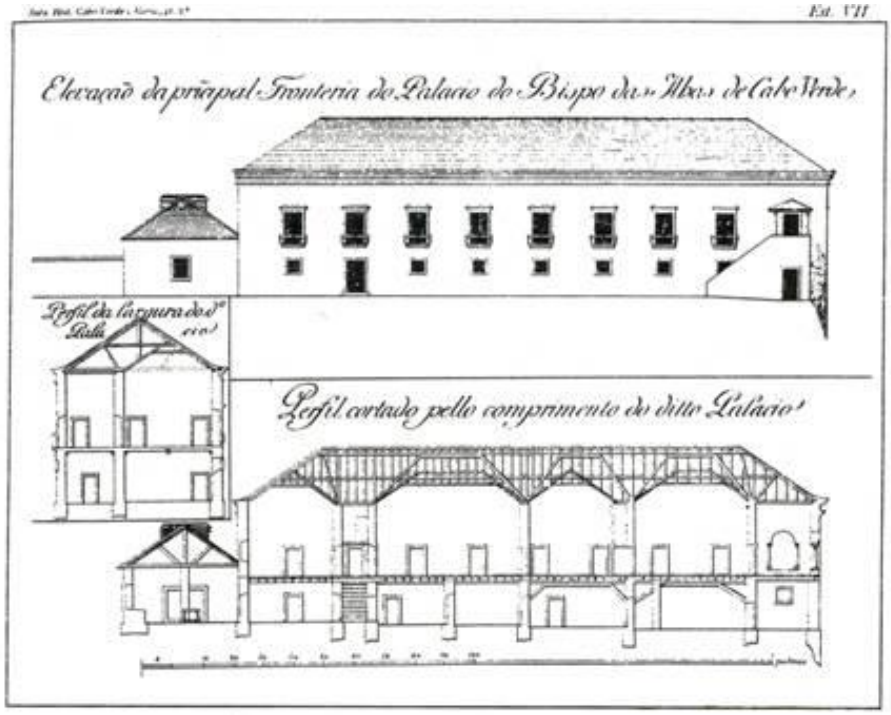


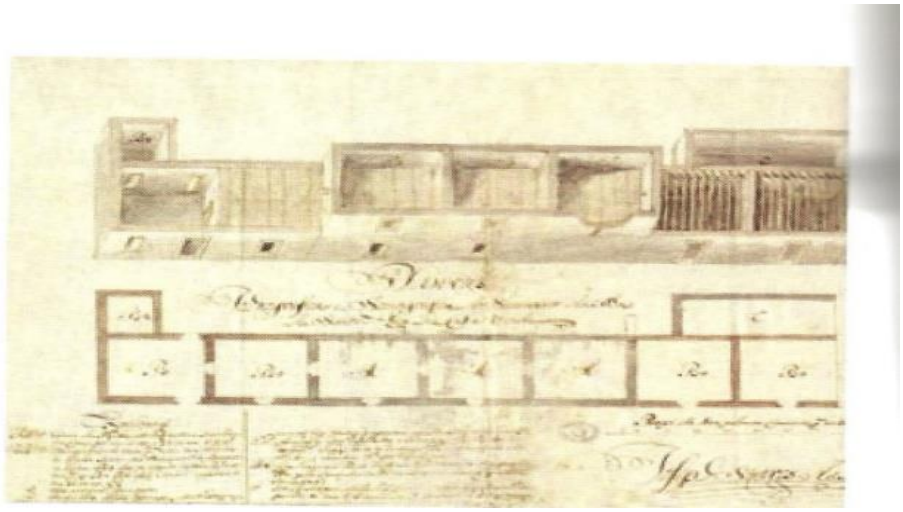
Figura 277 – Fachada principal e corte do Palácio Episcopal. Fonte: Fundo dos arquivos numéricos do IIPC[1580].

Neste documento faz-se ainda o seguinte reparo: *"En demantelant ainsi les plus grands édifices religieux, civils ou militaires anciens, 'ingorance' ou même l'indiference générale de la population locale a fait disparaître des chapitres entiers de son histoire"*[1581].

4.1.1. Plano arquitectónico do Palácio Episcopal - reedificação.

Daniel Pereira[1582] manda consultar a planta deste edifício, que apresentamos na figura 278, e que traz algumas luzes acerca da sua reedificação.

[1580] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm
[1581] Ibidem
[1582] PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 8.



Explicação

AA Etc. Cazas do Aljube, e tinhão outras semelhantes por cima como se vê em EEE'

BB Etc. Obra feita de novo para com os sobrados do Aljube das quaes a Caza B3 está-se v dada e as Cazas B4.B4. estão somente vigadas, como se vê em G.G.

C. Obra antiga como pateo.

B. Parte dos passos episcopaes, dentro dos quaes começão huns frontaes que repartem aq

C. E.' Sobrados que estão destelhados e prasaes E3.E3. sem madeiramentos e ripas tudo já edificação do dito Aljube; e a outra E' está (…)

B. 8 Caza da qual havia de correr huma varanda da janella (…)

P. Sítio que se tirou delle uma janella e na mesma Caza E' e na parede 6. e em E3 na pare há outras ruínas.

Petipé de 100. palmos Craveiros, para (…)

Joseph Soares (…)

Figura278 – Plantas Icohnográfica e Scenográfica, do Seminário da Ilha de Sanct Iago do Cabo Verde *[c.a. 1824]*. Fonte: AHU- ACL- ICON-024[1583].

Devemos ter em atenção a explicação desta planta da figura 278, que revela a existência de: AA - das Casas do Aljube que tinham outras semelhantes em cima (EEE); BB - "as obras feitas de novo"nos sobrados do Aljube; a casa B3 vigada e sobradada e as Casas B4, apenas vigadas; (C) a obra antiga do pátio; B - parte dos paços Episcopais dentro dos quais há um frontal que repartem a sala; C. E. – sobrados que estão destelhados e "praseas" E3. E3, sem madeiramento e ripas tudo já do tempo da edificação do dito Aljube; e a outra É esta (…); B8 Casa da qual havia de correr uma varanda da janela

[1583] PEREIRA, Daniel A. – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e Aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 184.

(…); P – Sítio que se tirou dele uma janela e na mesma Casa É e na parede 6 e em E3 na parede 2 também há ruinas; Petipé de 100 palmos está seguido da seguinte referência: Craveiros, para (…); Joseph Soares é o nome que vem escrito no fim da explicação da planta.

A interpretação desta explicação clarifica que as Casas do Aljube tinham dois pisos, com a mesma configuração, e que havia obras novas nas casas do Aljube e no pátio. A Casa B8 que teria uma varanda e na E que se tirou uma janela. O petipé era de 100 palmos. Uma parte deste edifício estava em ruinas. De notar a referência a *"uma parte dos Paços Episcopais dentro dos quais há um frontal que repartem a sala"*[1584]. O frontal dividia a sala mas não há mais informações acerca deste.

5. Conclusões do Relatório Diagnóstico[1585] acerca da Cidade da Ribeira Grande.

As conclusões deste Relatório Diagnóstico[1586], que propôs fazer a análise e a caracterização dos principais sectores físicos, territoriais, socioeconómico e das infra-estruturas do município de Ribeira Grande, destacam-se *"os pontos fortes que constituem oportunidades que devem ser aproveitadas e reforçadas para promover o desenvolvimento e os pontos fracos, que devem ser contornados para evitar que se transformem em ameaças ao processo de desenvolvimento"*[1587]. O Relatório Diagnóstico apresenta uma síntese da situação actual respeitante aos sectores do PDM RGS considerados mais importantes. No que se refere à situação actual, na análise geofísica do Concelho de Ribeira Grande de Santiago, verificou-se que a ala norte do município é constituída por zonas de relevo montanhoso, como o Pico de Antónia a que se segue na parte intermédia por grandes vales como por exemplo a Ribeira de Fundura, a Ribeira de São João, a Ribeira de Santa Ana, etc. A ala sul, constituída por superfícies

[1584] PEREIRA, Daniel A. – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e Aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009, p. 184.

[1585] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

[1586] Ibidem

[1587] Ibidem

mais aplanadas, apresenta, de vez em quando, algumas elevações, o que confere uma diversidade paisagística, um potencial que pode ser aproveitado para o desenvolvimento turístico que se preconiza. A análise territorial deixa claro que nos territórios interiores, a expansão urbana deverá passar pela delimitação das "bolsas construídas"[86], *que "deverão localizar-se nas zonas intersticiais, o espaço disponível para eventuais procuras da função habitacional, entre o conjunto de edifícios localizados no espaço agrícola, apoiando-se, na estrutura viária e nos caminhos"*, a opção de delimitação de áreas de expansão urbana parece ser a mais valida, exceptuando-se as localidades de Salineiro e Calabaceira, em que se deve ter em consideração a proximidade ao Centro Urbano - Cidade Velha e da sua zona tampão, a futura estrada estruturante litoral ocidental que conta com o desvio pelo sítio histórico e a sua localização em achadas. O termo "bolsas construtivas" não é o mesmo que *"expansão urbana"*, *"que lhe é diferente no sentido e nos resultados"*[1588], assinala o documento. Quanto aos territórios litorais, a análise das quatro principais zonas, a Cidade de Santiago, Gouveia, Porto Mosquito e São Martinho Grande, territórios litorais, têm em comum o contacto com o mar.

No que respeita à Cidade de Santiago, o seu crescimento urbano dependeu de vários factores, desde a sua formação, a circunstância geográfica detém um considerável peso. O tecido urbano da Cidade de Santiago desenvolve-se por 2 eixos perpendiculares entre si, sendo um em direcção à Ribeira Grande, e o outro coincidente com a frente litoral - EN3-ST-05, convergindo no Bairro da Rua Calhau, ocupando este, a centralidade deste local. *"Em relação ao aumento do espaço urbano nos territórios litorais, num município com grandes períodos de estagnação e crise que caracterizam a sua história, verifica-se a necessidade premente de melhorias substanciais e qualitativas do espaço urbano, e esse deverá ser o caminho a seguir em termos de política urbana em detrimento de delimitação de grandes extensões de áreas de expansão urbana"*[1589].

[1588] Ibidem

[1589] CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Foram considerados, em relação ao Património, dois, classificados a nível do município. O Parque Natural da Serra do Pico de Antónia e a Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico "Cidade Velha". O PDM propôs ainda mais oito Monumentos Naturais e uma Paisagem Protegida, porque há um conjunto de elementos naturais que conferem ao território municipal um elevado valor paisagístico e geológico. Quanto ao património cultural, o município possui uma história que transcende as esferas do país. Pelo facto, foi considerado Património da Humanidade pela UNESCO no dia 26 de Junho de 2009.

No Sítio Histórico da Cidade de Santiago foram já previamente identificados 9 Monumentos Religiosos, 6 Monumentos Militares e 2 Monumentos cívicos, e o PDM propõe mais 2 monumentos fora deste sítio e 7 no Sítio Histórico[1590]. "*No que se refere ao património cultural, o município possui uma história que transcende as esferas do país",* escreve-se neste documento.

Existem dois patrimónios naturais classificados a nível do município: o Parque Natural da Serra do Pico de Antónia e a Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico "Cidade Velha". Dada a existência de um conjunto de elementos naturais que conferem ao território municipal um elevado valor paisagístico e geológico, o PDM propôs ainda mais oito Monumentos Naturais e uma Paisagem Protegida.

O sítio histórico da Cidade Velha foi considerado Património da Humanidade pela UNESCO, no dia 26 de Junho de 2009.

6. Conclusão acerca do número de ermidas, capelas e igrejas do sítio histórico da Cidade Velha.

Na análise que efectuamos acerca dos edifícios religiosos da Cidade Velha, identificamos a capela de S. Gonçalo, a capela de S. António, a primeira inserida na

[1590] Ibidem

Fortaleza de S. Filipe e a segunda, perto do Forte de S. António. Identificamos os catorze edifícios religiosos presentes em vários documentos e mapas, nomeadamente no mapa de Andrea, que já apresentamos. Neste mapa estão indicados os seguintes edifícios religiosos: 1 - Sé; 2 - Igreja da Misericórdia; 3 - Igreja de S. Roque; 4 – Igreja e Convento de S. Francisco ; 5 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 6 – (Capela do) Paço Episcopal ; 7 - Igreja do Monte Alverne; 8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição; 9 – Igreja do Colégio dos Jesuítas; 10 - Igreja de S. Pedro; 11 - Capela de S. Brás; 12 - Ermida de Santa Luzia; 13 - Ermida de S. António; 14 - Ermida de Santa Marta. Ficamos também a saber da existência das "Capelas da Via Sacra", sem contudo poder afirmar o número delas, embora se saiba que são catorze estações, e pode ser que nem todas estivessem inseridas em capelas. Seriam no entanto várias, conforme prova o documento apresentado, e localizar-se-iam nas margens da ribeira. Não há informações exatas sobre a localização de tais capelas nos documentos vários que examinamos. Inquiridas acerca da existência destas capelas, o Senhor Francisco Moreira, técnico da Curadoria da Cidade Velha, guia turístico e guardião dos monumentos religiosos da paróquia, afirmou que nunca ouvira falar destas capelas, nem havia sabido de documentos que se referiam a elas. Mencionou apenas as estações da Via Sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o que nos levou a supor que, provavelmente, as estações que se localizavam na ribeira, tivessem sido transferidas para a referida igreja, mas não obtivemos informações concretas e acertadas sobre isso, nem da data provável em que esta situação teria ocorrido.

Seriam portanto 15 edifícios religiosos, incluindo a capela de S. Gonçalo, não esquecendo que algumas ermidas passaram a capelas e estas a igrejas, como ficou apontado na nossa análise. Actualmente podemos considerar portanto 15 edifícios religiosos identificados dentro do sítio histórico da Cidade Velha:

- 2 Ermidas - Ermida de Santa Luzia; e Ermida de Santa Marta;
- 4 capelas - capela de S. Gonçalo (Forte de S. Filipe), a capela de S. António, a Capela de S. Brás, a Capela do Paço Episcopal.

- 8 Igrejas - Igreja e Casa da Misericórdia; Igreja de S. Roque; Igreja e Convento de S. Francisco; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja do Monte Alverne; Igreja de Nossa Senhora da Conceição; Igreja do Colégio dos Jesuítas; Igreja de S. Pedro.
- A Sé (capela de S. José).

Acrescentaremos as "Capelas da Via Sacra"(provavelmente 14).

Contabilizamos portanto, um total de 15 edifícios religiosos existentes (ermidas, capelas e igrejas) mais 14 prováveis capelas da Via Sacra, que se localizam dentro do sítio histórico da Cidade Velha. Todos estes edifícios religiosos encontram-se arruinados actualmente, exceptuando a igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde se celebram ainda as missas. Dado o seu valor simbólico, esta igreja foi devidamente analisada no capítulo anterior. Referimos também à igreja de S. Sebastião (1470) as que não foi considerada no dossier de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade nem no conjunto de edifícios religiosos incluídos no Património referido pela Câmara Municipal da Cidade da Ribeira Grande de santiago, actual Cidade de Santiago.

Se considerarmos os monumentos religiosos de todo o Município, juntamos aos 15 edifícios identificados e as prováveis capelas da Via Sacra, mais 5 edifícios religiosos que ficam fora do sítio histórico, sendo eles, a Igreja paroquial de S. Martinho Grande, a capela da Santíssima Trindade, a capela de S. João Baptista, a capela de Belém e o Altar da Santíssima Trindade. Perfazem, actualmente, um total de 20 edifícios religiosos no município da Ribeira Grande, sendo quinze localizados dentro do sítio histórico e cinco, fora deste sítio. Alguns mereceram intervenções e restauro, e estão consolidados. Da boa promoção e gestão destes pelo Município e Curadoria, depende o alavancar do turismo nesta cidade.

As 14 "Capelas da Via Sacra" que provavelmente existiriam, deverão ser identificadas com apoio de intervenções arqueológicas, a fim de se ter a certeza da sua existência e localização, e venham a acrescentar mais valor a este sítio histórico, aumentando o seu potencial turístico.

É de desejar o incremento do turismo religioso nesta cidade que, para além dos vários outros atributos a ela confiados e apontados ao longo deste trabalho de pesquisa, é a cidade que tem um maior número de edifícios religiosos do país, e os mais importantes, como as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição, a Sé e o Palácio Episcopal.

7. Políticas e programas de valorização e promoção.

Cidade Velha está fortemente enquadrada na memória colectiva do cabo-verdiano, como sendo o berço da nacionalidade crioula[1591]. A promoção do bem é pois naturalmente assegurada pelos programas escolares. O património cultural foi largamente inventariado, documentado e conservado, e grandes esforços foram feitos no sentido de facilitar as visitas (caminhos de acessos, sinalética, informações sobre alguns sítios). Este programa é financiado pela Unesco. Estas informações permitirão o desenvolvimento de diversos programas pedagógicos, de promoção e valorização das componentes naturais e históricas do sítio[1592].

Este sítio histórico tem uma sala de exposições que precisa ser aumentado e desenvolvido, pois ainda não cobre todas as riquezas deste sítio, mas só se fará após a inventariação do seu património imaterial. Este projecto está inscrito no Plano de Acção de 2008-2012. Uma das ideias em curso actualmente é a criação de um percurso museal na cidade, em vez de se concentrar toda a informação apenas num grande museu, o que permitiria igualmente o desenvolvimento de um circuito turístico ainda mais rico, que seguiria os museus, os elementos do património imaterial identificados, e antigos caminhos, que serão recuperados por ocasião das pesquisas arqueológicas. A promoção do sítio é também regularmente assegurado por eventos culturais organizados na cidade, bem como filmes e reportagens realizados nesta cidade[1593].

[1591] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

[1592] Ibidem

[1593] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm

Está previsto o estabelecimento de um Museu Nacional de Cabo Verde no município da Ribeira Grande, a edição de livretes de vulgarização para as escolas e para os visitantes, e de seguida a entrada de todas as informações num "site da internet" do IIPC. Sugerimos a edição de livretes para divulgação de circuitos para os monumentos religiosos já apontados por nós, bem como informações organizadas e sistematizadas destes no site do IIPC, e acerca destes circuitos, de modo a contribuírem para uma maior projecção dos Monumentos Sacros e contribuirem para potencializar o turismo religioso neste sítio histórico. Podemos também encontrar imagens dos monumentos da Cidade Velha em muitos selos, e de trapiches desta localidade numa nota bancária de 500$00, como forma de promoção deste sítio histórico, e dos bens materiais e imateriais que contém [1594].

Livretes com informações acerca de factos históricos e religiosos de cada Monumento Sacro e correspondentes imagens serviriam de complemento, e abarcar-se-iam assim, na totalidade, as informações prestadas aos visitantes.

6.1. Programa de salvaguarda e inventariação de peças de cantaria e elementos culturais pertencentes aos edifícios religiosos pela Curadoria da Cidade Velha.

A Curadoria da Cidade Velha, no âmbito dos projectos de salvaguarda dos monumentos culturais e seu recheio, tem em andamento o recenseamento e catalogação dos monumentos culturais e de seu recheio. Técnicos especializados têm a responsabilidade de introduzir num site, cada peça já recenseada, mantendo o inventário em dia. Estas informações nos foram prestadas na visita e pesquisas realizadas na Curadoria da Cidade Velha, em Maio de 2017. As referidas peças foram recolhidas e encontram-se no átrio da Curadoria, como se pode observer nas imagens da figura 279, que apresenta também, alguns exemplares por nós seleccionado, pois representam exemplares da arte quinhentista enviada à Cidade Velha, e demonstram a grandeza e importância que se dava à decoração dos monumentos nesta época.

[1594] Ibidem



Figura 279 – Salvaguarda e inventariação de peças de cantaria e elementos culturais pertencentes aos edifícios religiosos pela Curadoria da Cidade Velha, dispostas no átrio da curadoria da Cidade Velha. Fonte: Fotografias realizadas pela doutoranda em Maio de 2017.

De entre estes elementos, estão peças pertencentes a alguns edifícios religiosos, nomeadamente, à Sé Catedral. Sugerimos a feitura de livretes, com peças descriminadas de cada edifício religioso, e a montagem figurativa das mesmas no respectivo monumento, e sua divulgação turística. Poderiam ser divulgados nos espaços informativos concebidos em cada circuito turístico dos Monumentos Sacros, já sugeridos.



Figura 280– Sala de exposições da Cidade Velha. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Propositido d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

Uma sala de exposições representada na imagem da figura 280 dá possibilidades à população local e aos turistas nacionais e internacionais que apreciem, temporariamente, elementos culturais da Cidade Velha, nomeadamente os pertencentes à cultura material, de que fazem parte os relacionados com os Monumentos Sacros.

6.2. Gestão do sítio e seguimento.

A gestão do sítio[1595] é da responsabilidade do Município, do IIPC, e de uma agência privada que faz a gestão turística de uma parte dos monumentos e equipamentos de apoio.

Um grupo de pessoas têm a responsabilidade de trabalhar para uma boa gestão do sítio, contabilizados em cerca de quarenta e cinco trabalhadores em 2012, sendo doze, para a gestão das ruas, limpeza e conservação, e ainda, quatro agentes do IIPC que, no quadro do Comité conjunto participam na na gestão e seguimento do sítio, e vinte e quatro funcionários da agência privada de gestão turística. Este número não inclui os privados

[1595] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

que contribuem para um bom funcionamento do sítio, acompanhando os visitantes, acolhendo-os nos hotéis, ou a higiéne e limpeza das ruas onde habitam.

6.2.1. Seguimento – indicadores para medição do estado de conservação.

Quanto aos indicadores do estado de conservação do sítio no geral[1596], incluindo o ambiente natural, os monumentos arquitecturais e as habitações nesta data (2012), pode-se apreender que as habitações que punham problemas, foram suavisados com a implementação dos projectos já referidos.

Os monumentos receberam uma atenção muito importante da parte dos conservadores, podendo evoluir muito pouco nas próximas décadas. O quadro ambiental está também bem protegido bem como a morfologia, embora construções ilegais tenham surgido no fundo do vale.

O seguimento deve concentrar-se nas habitações, pois a situação evolui muito depressa. O principal indicador é a percentagem de habitações inapropriados no plano arquitectónico, mas diminuiu após a implementação do programa de consolidação, realizada a partir de 2008.

A primeira ferramenta eficaz de seguimento é a carta do estado de conservação de 2007, que será actualizada regularmente. A carta do estado de conservação indica a evolução do sítio. A proporção de casas necessitando de intervenção arquitectural era de 55%, sendo que algumas casas necessitavam apenas de uma leve reparação. Uma das acções planificadas para 2008 foi a reestruturação do sistema de informações ligadas a cada uma das casas, para que sejam reunidas as informações de cadastro, os pedidos de autorização para a construção e as recomendações feitas pelo Comité Conjunto[1597].

[1596] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.
[1597] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Propositido d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial.. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

Das visitas às casas que receberam trabalhos neste âmbito, em 2016 e 2017, com o guia turístico senhor Francisco, em Abril de 2017, verificamos que houve melhorias consideráveis, nomeadamente a construção de casas de banho e de cozinhas, além da remodelação total, havendo ainda algumas por terminar.

6.2.2. Os "dossier's" e os inventários mais recentes.

Um pré-inventário foi feito em 1990, financiado pel Unesco, com a assistência técnica do "expert" Jean-Pierre Wieczorek[1598]. Um total de 75 fichas cobriu o conjunto dos monumentos, bem como alguns espaços públicos e algumas habitações representativas da habitação popular. Um outro inventário foi realizado pela cooperação espanhola em 2004, que incluía os monumentos. Este é retomado em 2008, no quadro do inventário nacional dos bens de Cabo Verde, financiado pela Unesco[1599]. A Unesco financiou também um inventário do património imaterial da Cidade Velha, que permitirá inventariar com a ajuda de *« porteurs de mémoire »* do sítio, as riquezas do património imaterial, trabalho pilotado pelo IIPC em 2008[1600].

7. O Turismo Religioso – potencialidades e participação na melhoria de vida da população local.

A Legislação Nacional e Municipal, publicada nos últimos anos, têm permitido a implementação dos Planos Municipais, mas há necessidade de se acompanhar a pressão existente actualmente nesta área, dinamizar e diversificar estas acções, bem como as ofertas turísticas, para que o desenvolvimento do turismo flua sem constrangimentos, trazendo mais rendimento para os empresários, densificando a oferta de emprego, contribuindo assim para que o país dê o salto necessário, contornando a crise e

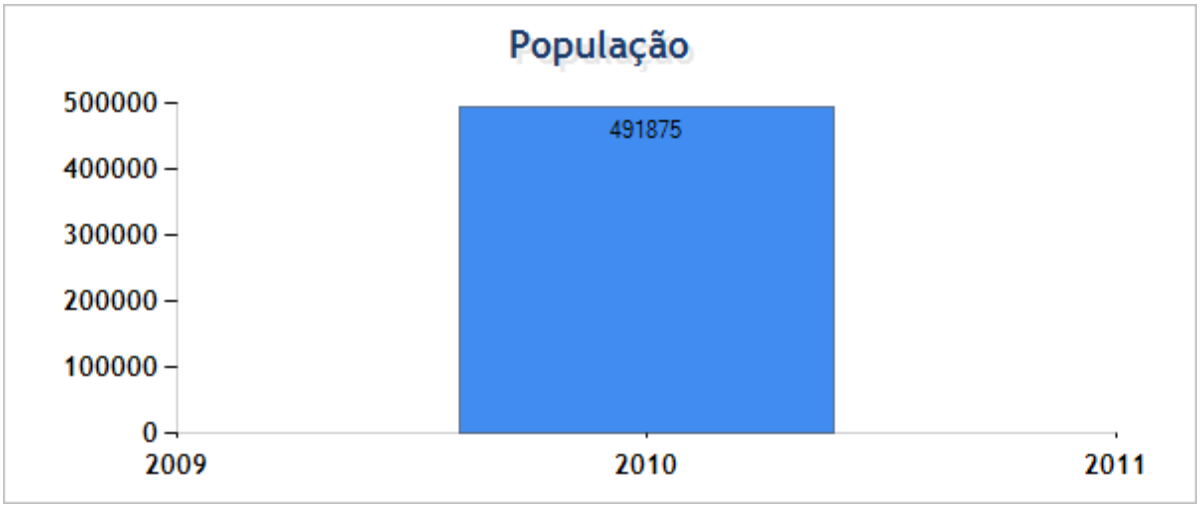
[1598] Ibidem
[1599] Ibidem
[1600] A documentação do sítio encontra-se no IIPC, onde se arquivam todas os relatórios, trabalhos de pesquisa, inventário, as cartas e as fotografias do sítio. Muitos arquivos do sítio histórico da Cidade Velha estão esplhados pelo mundo, de entre outros, nos arquivos nacionais e religiosos de Portugal e de Espanha. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfm.

preparando um futuro mais risonho para os jovens, faixa em que o desemprego graça nos últimos anos.

Com efeito, em 1990 foram recenseados 2425 habitantes na freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, revelando uma acentuada vitalidade da pirâmide demográfica; em 1997, a agricultura e a pesca mantêm-se como actividades económicas dominantes, registando-se ainda quatro unidades de avicultura, seis de fabrico de aguardente, cinco de comércio a retalho e dois botequins; Em 1999 o Inquérito Demográfico restrito à Cidade Velha regista 1316 habitantes[1601]. O recenseamento de 2010 contou 491.875 habitantes residentes[1602] em Cabo Verde, sendo que o desemprego vem aumentando nos últimos anos, devido à crise mundial, atingindo o valor mais elevado em 2012, como apresentam as tabelas e os quadros seguintes, que indicam também as fontes e os anos respectivos de recenseamento geral e parcial.

Gráfico I

População 2009/2010



Fonte: Ine.cv. [Em linha]. 2012. [Consult. a 13.08.2016]. disponível em: www.ine.cv/.

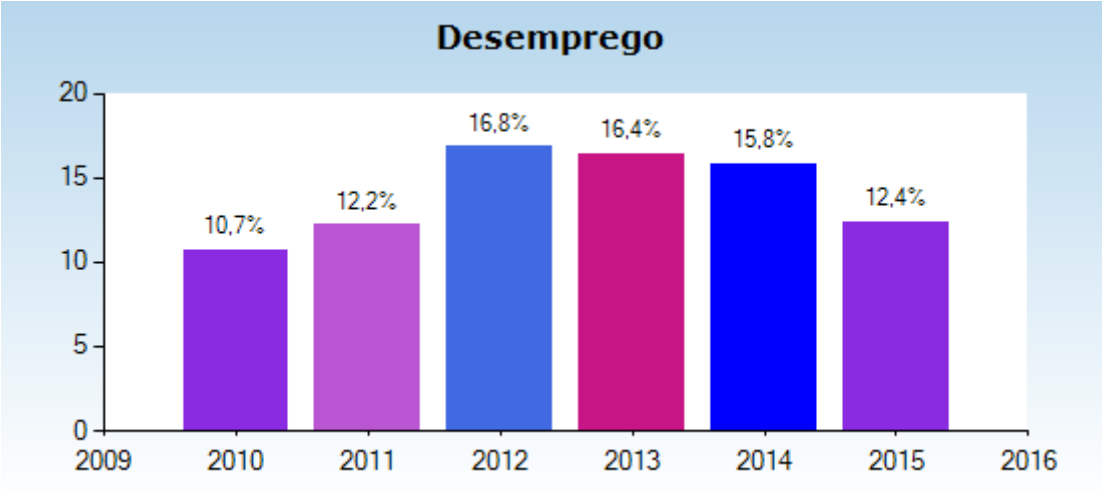
[1601] Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha].2016. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

[1602] Recenseamento 2010. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. disponível em: www.ine.cv/

Em 2015 o desemprego atingiu a taxa mais baixa a nível nacional (12,4%) mas com variações por ilhas. Na mesma ilha, os concelhos apresentam taxas diferenciadas (gráfico II).

Gráfico II

Desemprego 2010/2015



Fonte: Ine.cv. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/.

As conclusões acerca do desemprego na camada jovem são reveladas pelo quadro X, a seguir apresentado.

Quadro X

Desemprego na camada jovem.

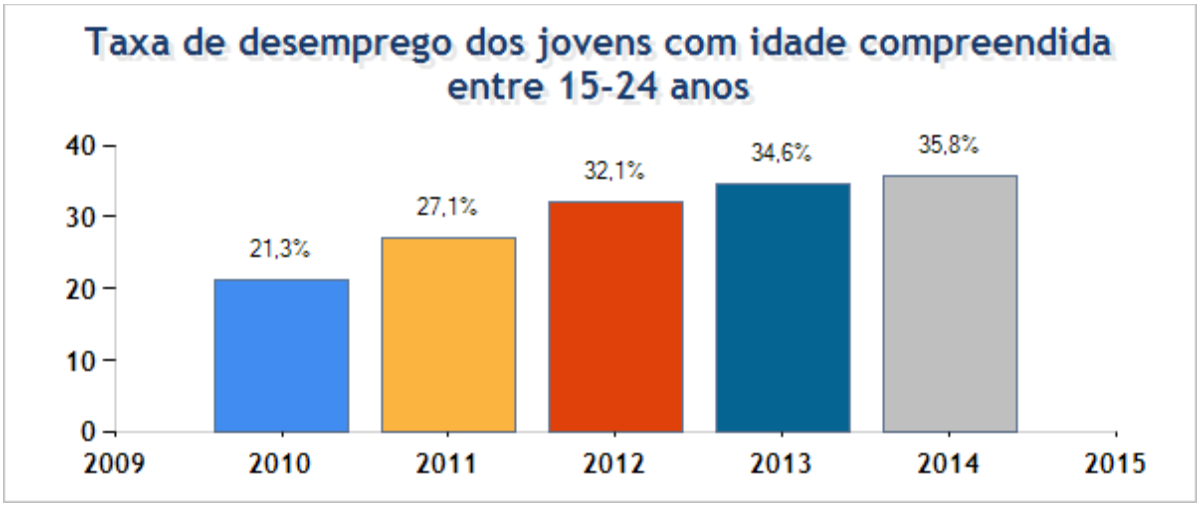
Ano	Valor	Data Publicação
2010	10,7%	30.12.2007
2011	12,2%	25.09.2012
2012	16.8%	26.04.2013
2013	6,4%	11.04.2014
2014	15,8%	24.03.2015
2015	12,4%	13.05.2016

Fonte: Ine.cv. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/.

O desemprego na camada jovem de 15 a 24 anos, por ano, porém, a em Ribeira Grande atinge uma taxa mais elevada, como se pode verificar no Gráfico III e no quadro XI.

Gráfico III

Taxa de desemprego dos jovens com idade compreendida entre 15-24 anos



Fonte: Ine.cv. [Em linha].2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/

Quadro XI

Zonas mais afectadas pelo desemprego

Período	Valor	Fonte	Data da Publicação
2010	21,3%	INE – Censos 2010	29.02.2012
2011	27,1%	INE	24.09.2012
2012	32,1%	INE	24.03.2014
2013	34,6%	INE	11.04.2014
2014	35,8%	INE	11.04.2014

Fonte: Ine.cv. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/

As zonas mais atingidas pelo desemprego em 2015 são as rurais, em que as mulheres são mais afectadas, como apresenta o quadro XII. Ribeira Grande de Santiago atinge uma das taxas mais elevadas, a nível nacional.

Quadro XII

Taxa de desemprego (%) por concelho, meio de residência e sexo (IMC – 2015)

Concelho	Urbano			Rural			Cabo Verde		
	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos
Ribeira Grande	12,8	5,9	9,7	10,6	17,7	12,6	11,2	12,7	**11,7**
Paul	10,8	10,4	10,6	5,5	16,5	8,7	6,5	14,7	**9,1**
Porto Novo	11,5	12,9	12,1	5,0	12,3	7,4	8,8	12,7	**10,3**
S. Vicente	17,6	13,0	15,5	0,0	9,2	3,7	16,0	12,8	**14,5**
Ribeira Brava	14,8	2,1	9,3	10,5	11,4	10,8	11,6	7,9	**10,4**
T. de S. Nicolau	8,8	8,9	8,8	2,8	3,6	3,0	6,8	7,8	**7,2**
Sal	7,2	9,3	8,1	0,0	11,7	4,8	6,6	9,5	**7,8**
Boavista	19,3	15,2	17,6	10,6	10,8	10,6	17,1	14,2	**15,9**
Maio	11,0	9,6	10,4	9,8	12,8	11,1	10,3	11,5	**10,8**
Tarrafal	14,6	9,4	11,8	12,1	2,6	6,7	13,2	5,3	**8,8**
Santa Catarina	12,9	12,2	12,6	14,5	3,6	9,1	14,0	6,5	**10,3**
Santa Cruz	22,4	21,0	21,7	6,6	7,4	7,0	11,7	12,3	**12,0**
Praia	18,4	13,0	15,7	*	*	*	18,4	13,0	**15,7**
S. Domingos	4,5	7,4	5,9	3,4	4,2	3,7	3,7	5,1	**4,3**
S. Miguel	8,8	5,9	7,3	8,1	1,7	5,0	8,4	3,6	**6,0**
S. S. do Mundo	8,1	11,7	9,7	2,2	8,1	5,0	3,0	8,5	**5,6**
S. L. dos Órgãos	8,3	13,7	11,5	7,8	9,7	8,4	7,9	10,6	**8,9**
R. G. de Santiago	12,3	9,9	11,2	9,1	8,7	8,9	9,6	8,9	**9,3**
Mosteiros	4,8	10,0	6,8	1,3	5,9	2,5	2,7	8,1	**4,4**
S. Filipe	10,9	6,6	9,0	6,5	20,4	12,2	8,1	14,6	**10,9**
S. C. do Fogo	5,8	11,3	7,9	0,9	0,8	0,8	1,8	2,5	**2,1**
Brava	16,0	10,8	14,0	19,7	22,8	20,7	18,5	18,5	**18,5**
Total	**15,9**	**12,4**	**14,2**	**7,9**	**7,9**	**7,9**	**13,5**	**11,2**	**12,4**

*De acordo com a atualização cartográfica realizada em 2013, o concelho da Praia é no seu todo urbano

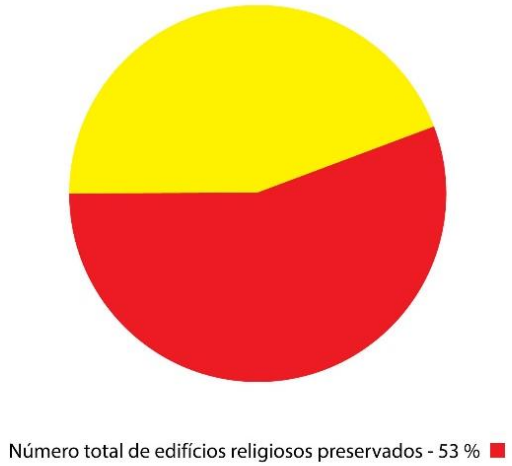
Fonte: Ine.cv. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/

A preservação e promoção do património cultural no geral, e do património sacro, poderá permitir a potencialização e o desenvolvimento do turismo religioso, que pode constituir um meio para a criação de riqueza e, consequentemente, de rendimento para os jovens, contribuindo para que nos próximos anos se reverta o panorama actual.

Dos quinze edifícios religiosos existentes, oito edifícios religiosos receberam trabalhos de preservação: Sé Catedral, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Colégio dos Jesuítas (janela gótica), Torre da Igreja da Misericórdia, Convento de S. Francisco, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Capela da Santíssima Trindade e Capela de S. Roque, cerca de 53% do total, como revela o gráfico seguinte:

Gráfico IV

Edifícios religosos preservados

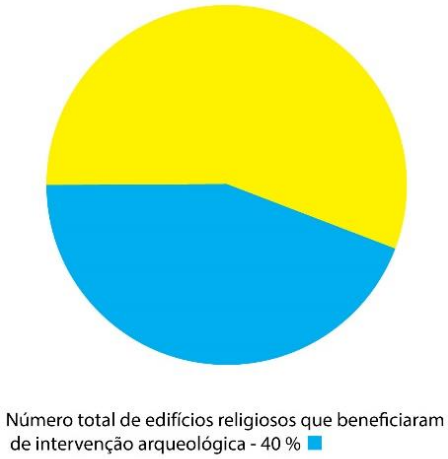


Fonte: Gráfico realizado pela doutoranda, no âmbito desta dissertação.

Seis edifícios religiosos foram contemplados com intervenções arqueológicas: Sé Catedral, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Capela de S. Gonçalo (Fortaleza de S. Filipe), Capela de S. António (forte de S. António), Colégio dos Jesuítas, Torre da Igreja da Misericórdia, perfazendo cerca de 40% do total, como apresenta o gráfico V.

Gráfico V

Edifícios religiosos que beneficiaram de intervenções arqueológicas



Fonte: Gráfico realizado pela doutoranda, no âmbito desta dissertação.

Por estes gráficos fica claro que, as intervenções arqueológicas e os esforços de preservação dos edifícios religiosos que já foram realizados em Ribeira Grande são importantes, mas devem ser continuados, com vista a uma maior valorização desta cidade, e de Cabo Verde, no âmbito nacional e internacional.

De encontro a este tema, Lopes Filho[1603] escreve:

> *"Tratando-se de um importante marco das histórias de Cabo Verde e de Portugal, será escusado salientar-se o interesse em preservar todos os elementos deste conjunto [da Ribeira Grande] passíveis de ilustrarem o desenvolvimento de um passado comum.*
> *Considerando que se trata de um espaço urbano com características próprias (resultantes da sua evolução), ele não pode constituir uma unidade autónoma e segregada do conjunto e do tecido social, devendo, antes, assumir uma vivência que o mantenha activo e integrado no quotidiano actual.*
> *Assim, na reabilitação deste espaço a partir de uma preocupação sociocultural, umas das questões dominantes incide no facto de não se circunscrever àquilo que tradicionalmente se considera histórico, pois abrange a perspectiva de também possibilitar a promoção da qualidade de vida local, impedir a progressiva degradação arquitéctónica e urbanística e contribuir para que nele se continue a processar e fluir a vida, sem a qual os monumentos não serão mais que cenários"*[1604].

Devem ser valorizados os edifícios religiosos da Cidade Velha, que merecem ser potencializados ainda mais na actualidade, incrementando-se o turismo religioso, a criação de mais riqueza neste município, e a consequente melhoria de vida da sua população, correspondendo assim aos esforços realizados, no passado e no presente, com vista à sua preservação.

[1603] LOPES FILHO, João – Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde. In *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Instituto Superior de Educação. República de Cabo Verde. Praia. 2003.
[1604] LOPES FILHO, João – Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde. In *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Instituto Superior de Educação. República de Cabo Verde. Praia. 2003, p. 323.

CONCLUSÃO

A elaboração desta dissertação permitiu, antes de tudo, responder à questão central que visava primeiramente clarificar a possibilidade de se evidenciar o valor patrimonial dos edifícios religiosos, e enquadrar estes no conjunto dos edifícios que fazem parte do património edificado da então Cidade da Ribeira Grande de Santiago, nomeadamente os edifícios religiosos, e também os militares e civis, enquanto bens que representam a herança edificada em Cabo Verde. Partimos assim do pressuposto que, nas sociedades contemporâneas, tem havido um interesse pelo património, especificamente pelos edifícios religiosos, sua preservação e valorização.

A elaboração deste trabalho veio enriquecer e aprofundar os estudos do património na época contemporânea. Pudemos demonstrar, no primeiro capítulo, que os edifícios religiosos existentes na actual Cidade de Santiago, antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago, surgiram num contexto sociopolítico e religioso que propiciou a construção de espaços de culto no início da ocupação da ilha de Santiago e, mais tarde, a edificação de ermidas, capelas e igrejas, que foi possível devido à instalação da vida urbana na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, durante a consolidação da primeira fase do povoamento, que decorreu na segunda metade do século XV. Assinalamos que no século XVI, o aumentou da população na Ilha de Santiago, onde se instalou uma sociedade escravocrata, que havia de se afirmar em Cabo Verde e durar até ao sec. XIX, bem como a instalação da Sede do Bispado (1533), na cidade da Ribeira Grande, impulsionaram a construção de mais edifícios religiosos, especialmente os de grande estatura, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal, o Seminário, mas também ermidas, capelas e igrejas, em que se destacam a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição, sendo esta a primeira a ser construída, e outros edifícios religiosos, tal como o Colégio dos Jesuítas, o Convento de S. Francisco, e numerosas "capelas" ligadas a propriedades agrícolas, edificadas pelos "senhores "destas propriedades. As habitações destes "senhores" espelhavam o seu *"status"* social. O "Anónimo

havia dito, (NCCBCV,Série A. Nº III. Lisboa. 1784) que os homens brancos, naturais e principais da terra, descendentes dos primeiros povoadores, tinham *"casas bastante opulentas"* porque eram *"senhores"* da maior parte das terras da ilha e *"que se tratavam à lei da nobreza, tendo brasões de armas, que ainda hoje se manifestam em alguns monumentos"* (CARREIRA, 1983, 23). A pirataria e o corso, atraídos pela posição estratégica e a dinâmica económica das ilhas a partir do século XVI, impulsionaram a construção de fortificações e do Forte de S. Flipe. Vários edifícios religiosos foram sendo implantados do sec. XVI ao sec. XVIII/XIX, sob a responsabilidade da Ordem de Cristo, e civis pela coroa portuguesa. Com a intensificação da ocupação rural e os "senhores" instalaram-se nas melhores terras para a produção agrícola, os grandes morgados edificaram as suas habitações senhoriais tendo muitas delas capelas. A Ribeira Grande de Santiago experimentou um aumento significativo da sua população e S. Filipe, na ilha do Fogo, que se povoou por livre iniciativa dos habitantes de Santiago, revelou-se ser um grande produtor de algodão que se exportava em grande quantidade. O povoado de S. Filipe, fundado nos finais do século XV, já tinha o seu capitão donatário em 1513, quando se assinalava já a existência de uma igreja na ilha, o que pressupõe a existência de um núcleo populacional importante (BARCELOS, 1889). Desenvolveu-se então um núcleo populacional com uma estrutura económica que visava um apoio à Ribeira Grande de Santiago e, em 1922, a vila, que era o centro administrativo mais importante da ilha, ganhou o estatuto de cidade. Nesta ilha, as famílias brancas, os *"reinós"*, e descendentes dos antigos povoadores europeus, habitavam nos sobrados, que posteriormente, com o fim da escravatura da sociedade escravocrata, foram passando para as mãos de outros proprietários não brancos, os mulatos, que substituíram os brancos na hierarquia social. As famílias comuns viveram durante muito tempo em habitações mais modestas, assim como os mestiços que não sendo empreendedores, não conseguiram ascender à classe social mais elevada, ocupada pelos mulatos. Podem salientar-se aspectos do quotidiano das famílias e os respectivos níveis de vida e estatutos sociais, através da sua casa, sendo na época, a existência de capelas nas propriedades dos senhores, uma tradição comum entre os mesmos, situação vivenciada em todas as ilhas habitadas.

Ficou claro neste trabalho que é possível identificar e estudar na ilha de Santiago, na ilha do Fogo, e nas outras ilhas colonizadas mais tarde, no decurso dos séculos XVI/XVII, XVIII e XIX, bens culturais, na forma de edifícios religiosos, cujo interesse, enquanto

património cultural, impõem a sua preservação e valorização, à luz de paradigmas da época contemporânea relativos à herança edificada. Apuramos ainda que os edifícios religiosos representam uma herança do passado destas ilhas, bem como do quotidiano dos seus habitantes, e podem fazer parte de roteiros turísticos, quando seleccionados segundo o seu contexto e interesse histórico-cultural e religioso, quando demonstrados como exemplos vivos da fé cristã e da religiosidade da época.

Referimos no primeiro capítulo que a evolução socioeconómica e cultural destas duas ilhas, possibilitou a instalação do primeiro burgo em Ribeira Grande, e fez emergir também, desde os primórdios da ocupação desta ilha, edifícios religiosos tais como ermidas, capelas e igrejas, para servirem de espaços de culto dos moradores e assim criarem as condições para o desenvolvimento do cristianismo, a começar pela ilha de Santiago, com a chegada de missionários e com a criação da Diocese em 1532 (SANTOS, 1995, 371). A acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura do primeiro espaço povoado da ilha de Santiago foi importante no início da colonização e desenvolveu-se nos séculos seguintes, moldando uma sociedade escravocrata, cujas implicações deixaram marcas profundas na sociedade das ilhas, que pode ser considerada católica, a quase 100%, na actualidade. Toda a evolução histórica ocorrida contribuiu para o aparecimento de imponentes edificações religiosas que, nos variados casos, representam momentos áureos da História de Cabo Verde e da igreja católica, o prestígio da igreja católica, das elites, e também a degradação das mesmas, que exprimem a reconhecida decadência ocorrida a partir de finais do século XVI e séculos seguintes, bem como condições de vida mais desfavoráveis dos habitantes das ilhas.

Aludimos neste capítulo à acção da igreja e das instituições religiosas na cobertura do primeiro espaço povoado da ilha de Santiago, explicitando que na primeira fase de povoamento, a igreja é das primeiras instituições a estender a sua acção e a cobrir todo o espaço povoado. Entretanto, o estabelecimento da igreja no início da década de 80, de Quinhentos, excepto na ilha de S. Antão, é fraco, dado à ocupação humana muito escassa do território. As ilhas do Norte, do Oriente e a ilha Brava estavam escassamente povoadas em finais da centúria de 1500. O bispo enviava os religiosos periodicamente para efectuarem visitas às ilhas menos povoadas, pelo que os clérigos

não tinham residência fixa nestas ilhas, onde predominava a criação de gado. O espaço territorial estava dividido por circunscrições religiosas, as freguesias. A evangelização das ilhas de Cabo Verde, sob a responsabilidade da Ordem de Cristo, sofreu, inevitavelmente, nas ilhas de Cabo Verde, *"as consequências insuperáveis da precariedade do elemento étnico, dificuldades estas acrescidas ainda da dispersão das ilhas que não tinham sequer os meios normais, intensos e regulares de comunicação mútua, a carência crónica de missionários em número e qualidade, quer filhos da terra, quer vindos da metrópole"* (VACHETTO, 1987, 228). Esta situação prolongou-se durante a permanência dos portugueses nas ilhas. A evangelização foi entregue à Ordem de Cristo desde os primórdios da ocupação das ilhas, cuja acção relatamos, aludindo a alguns pormenores acerca dos conflitos entre a igreja e o poder instituído, o dos capitães e morgados. Referimos de seguida ao "Progresso da cidade da Ribeira Grande" e à sua degradação e decadência, que abrangeu toda a sociedade e também a igreja e as suas instituições, espelhada no abandono e consequente degradação das mesmas, a começar pela Sé. Graças ao arcebispado fundado no ano de 1533, por decisão do Rei D. João III, teve uma grande importância administrativa e contribuiu para a construção de uma rede atlântica de distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Ganhou grande importância e dinamismo com a descoberta das Américas em 1492, do Brasil em 1550, e teve então uma grande importância estratégica com a incrementação do comércio escravocrata entre a África, a Europa e o Brasil. Os relatos da época, meados do século XVI, também deixam crer que o crescimento da Cidade da Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório, conhecendo nesta altura o seu período áureo, entretanto bastante efémero (CABRAL, 2001). Com a descoberta das Américas em 1492 e do Brasil em 1500, a cidade torna-se importante e muito dinâmica, devido às transacções comerciais entre os três continentes, Europa, América e África. O Tratado das Tortesilhas de 1494, fazia de Portugal o detentor do monopólio do comércio atlântico dos escravos capturados na África Ocidental e, pôde assim, dominar e estender o seu domínio pelo espaço atlântico e costas africanas. Depois de considerações acerca da caracterização da sociedade da época, dedicamo-nos à história da evangelização das ilhas e à construção de espaços de culto, tentando uma cronologia dos acontecimentos históricos relacionados a este tema. A primeira igreja a ser construída em 1462, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, e logo a seguir a Câmara foi instalada em 1497. Em 1512 já funcionava a câmara dos deputados e em 1533 a cidade é elevada a sede da Diocese. Passa a ser portanto a Sede do Episcopado, o centro do poder civil, militar e religioso. A fase da opulência da

cidade da Ribeira Grande porém foi efémera, devido à concorrência estrangeira na costa da Guiné. A valorização da cidade resultava do comércio externo, mas devido à forte concorrência dos outros países da europa, decaiu muito, o que provocara sérios problemas financeiros à ilha de Santiago, que se ressentia muito em face das flutuações que se verificavam pois, todo o desenvolvimento socioeconómico da ilha a ele se encontrava ligado. Por isso, os moradores reagiam muito mal *"contra uma ou outra medida mais lesiva adoptada pelo poder central"* (CARREIRA, 1982, 134). Foram graves as consequências das mudanças prorrogadas pela coroa. O colapso económico-financeiro, não advira de imediato, mas a partir de então a Cidade da Ribeira Grande começa a entrar num processo de decadência. As consequências são múltiplas e manifestam-se em todos os sectores da vida da ilha. A quebra do movimento comercial provocou a diminuição das receitas e a diminuição do fluxo de *"colonos"* para a ilha, não apenas "*os entrados na condição de livres como os trazidos compulsoriamente, como escravos, do continente africano"* (CARREIRA, 1982, 139 - 140). Após um período áureo, século XVI a XVII/XVIII, a cidade decaiu em consequência da queda do comércio de escravos e porque as contribuições alfandegárias deste negócio passaram a ser cobradas nos portos de embarque de escravos, na costa ocidental da África. A fase de expansão termina por volta da década de 60 de sec. XVI. Foi cerca de um século e meio de prosperidade. Com cada vez menos importância económica, a cidade da Ribeira Grande perdeu o estatuto de capital em 1769 e a consequente perda de importância administrativa a favor da cidade da Praia de St.ª Maria, que oferecia melhores condições. Nas últimas décadas do sec. XVIII a decadência era geral. No século XIX, o fim da escravatura (…) dava mais um golpe à já fraca e debilitada economia das ilhas. Os edifícios militares, religiosos arruinaram-se, entrando a cidade *"em colapso"* no século seguinte. Os edifícios civis desapareceram por completo. Porém, os vestígios militares de Ribeira Grande permitem compreender os interesses comerciais que ditaram a defesa *"desta praça-forte"*, bem provida de pequenos fortes localizados em zonas estratégicas e pela Fortaleza de S. Filipe. Apresentamos uma síntese de trabalhos científicos realizados sobre este tema.

O declínio da cidade deveu-se, para além do decréscimo do comércio com a costa da Guiné, ao clima, à localização pouco favorável do porto, aos ataques repetidos dos corsários e frotas inimigas, à proibição do comércio de escravos, ao monopólio das Companhias e

também ao abandono a que o arquipélago ficou votado durante a governação Filipina. Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro socioeconómico, administrativo, militar e eclesiástico. A Cidade Velha, a actual Cidade de Santiago da Ribeira Grande, é o berço da *"cabo-verdianidade"*, que se assentou num vale verdejante, às bordas do mar, onde se forjou e nasceu a língua cabo-verdiana. É a primeira cidade construída pelos europeus na África subsaariana e nela estão os primeiros monumentos culturais do arquipélago de Cabo Verde, que são testemunhos de seu passado. A capital instalou-se na Cidade da Praia, e a antiga capital, a Ribeira Grande, que teve um importante papel na ilha e que tinha jurisdição na costa ocidental da África, passou a ser apelidada de Cidade Velha, após a sua decadência e abandono a favor da cidade da Praia, a nova capital, onde passou a residir o Governador a partir de 1770.

Aludimos seguidamente à sociedade escravocrata de Cabo Verde, sua génese e especificidades, à formação da sociedade, da língua cabo-verdiana, à aculturação, às tradições populares e práticas proibidas, e o papel da igreja católica no combate a estas manifestações culturais, bem assim a mobilização dos rendeiros para a organização de revoltas contra os morgados e as autoridades locais (sec. XVII a XX), incentivados pelos *"padres da terra"* durante os conflitos entre Miguelistas e Absolutistas, a fim de enquadrarmos e contextualizarmos o estudo das edificações religiosas. Sublinhamos que a actuação da igreja abrangia todas as camadas sociais da população, os senhores e escravos, e mais tarde *"os forros"* e os *"naturais"* da ilha[1605]. Lembramos também que o clero era detentor de uma cultura humanista enquanto a maioria dos civis e militares era iletrada. O clero defendia e difundia os valores morais, espirituais e culturais. Dedicou-se ao ensino das primeiras letras o que contribuiu para uma ampla difusão da cultura. Esta influência era exercida durante as cerimónias religiosas, sobre os adultos e menores de ambos os sexos, pela prédica, pelo sermão e pela confissão (CARREIRA, 1984). Acerca da identidade nacional e cultural verificamos que o contacto entre várias culturas permitiu que nas ilhas se forjasse, a partir do sec. XV, uma cultura própria. Apresentamos ideias de Cabral e outros

intelectuais acerca destes temas. Aludimos também neste capítulo à sociedade e a cultura cabo-verdiana (sec. XV a XVIII/XIX) e ao papel da igreja na formação da sociedade e da cultura cabo-verdianas. *"À influência do clero, mesmo do ponto de vista psicológico não escapava ninguém: os Donatários, os Morgados, os oficiais militares, os filhos-família, os escravinhos, a famulagem das casas-grandes, os escravos e mais tarde o próprio povo"* (CARREIRA, 1984, 52-53). A presença da igreja católica muito influenciou a cultura cabo-verdiana, nomeadamente na formação da língua cabo-verdiana e valores ocidentais, como explicitamos, apresentando sínteses de estudos elaborados sobre este tema. No dizer de Ilídio Cabral Baleno (BALENO, 1993) *"Na verdade, sem essa presença ostensiva da igreja cada um tenderia a dar vazão às suas práticas e rituais religiosos".*

Detivemo-nos nestes temas para melhor enquadrarmos o estudo dos Monumentos Sacros, tema principal desta dissertação. No mesmo sentido, abordamos ainda neste primeiro capítulo, brevemente, a questão das práticas e costumes da cultura cabo-verdiana proibidas pela igreja católica e o papel da igreja católica no combate a estas manifestações culturais, bem assim a mobilização dos rendeiros para a organização de revoltas contra os morgados e as autoridades locais (sec. XVII a XX).

No segundo Capítulo referimo-nos à importância e simbolismo que representam os Monumentos Culturais da cidade de Ribeira Grande de Santiago. Destes, estudamos os monumentos construídos para a defesa da cidade da Ribeira Grande, em que realçamos a Fortaleza Real de S. Filipe. Abordamos a questão do restauro da Fortaleza de S. Filipe, as intervenções arqueológicas realizadas e os achados recuperados. Detivemo-nos nos trabalhos realizados e nos resultados satisfatórios no que respeita a Fortaleza e no que respeita à Capela de S. Gonçalo. A alusão à Ermida de S. Gonçalo em alguns documentos, quando se referem ao século XV e XVI, pode ser um indício de que foi depois ampliada, passando a chamar-se de capela nos séculos seguintes. Não localizamos documentos que comprovem quando teria havido esta mudança. No conjunto dos materiais recuperados nas escavações arqueológicas à Fortaleza apontam-se os achados referentes à capela de S. Gonçalo, e indicamos os fragmentos encontrados que pertencem à capela de S. Gonçalo. Dois fragmentos de azulejos que teriam adornado a capela de S. Gonçalo foram identificados, sendo estas *"com decoração*

geométrica de sanefa azul e flor de quatro pétalas sobre fundo branco, que são próprias das produções portuguesas, sevilhanas e toledanas do sec. XVI". Assinalamos também a presença de seis fragmentos de mármore encontrados na capela de S. Gonçalo. Dois fragmentos de azulejos que teriam adornado a capela de S. Gonçalo foram identificados, sendo estas *"com decoração geométrica de sanefa azul e flor de quatro pétalas sobre fundo branco, que são próprias das produções portuguesas, sevilhanas e toledanas do sec. XVI"*. Assinalamos também a presença de seis fragmentos de mármore encontrados na capela de S. Gonçalo. Referimos também à capela de S. António. O projecto de requalificação do Forte de Santo António foi promovido no âmbito do protocolo estabelecido entre a Curadoria da Cidade Velha e a Câmara da Ribeira Grande de Santiago, e contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Os alunos e professores estiveram em Cabo Verde, de 27 de Abril a 22 de Maio de 2015, para fazerem escavações arqueológicas e recuperar alguns espólios da época, sendo que os resultados podem contribuir para reforçar a história e informações existentes. Apresentamos também imagens dos pequenos fortes e demonstramos a sua importância turística. No que respeita ao restauro da capela de S. Gonçalo indicamos que foi restaurada aquando do restauro da Fortaleza, em que analisamos e apresentamos uma síntese. Depois de descrever o edifício, já no final do documento, indica-se que se devia assinalar com um cruzeiro o local onde ficava a capela de S. Gonçalo com uma imagem deste santo e uma inscrição que desse uma nota histórica e de interesse em frente ao café. Este documento é de 8 de Março de 1960 e está assinado por Rodrigo Guilherme Sampaio Viola, representante dos arquitectos e Armando Girão, Engenheiro Director, fazendo estes parte da Comissão de Revisão. A finalizar o 2º capítulo, apresentamos a seguir a Proposta do PDM da Câmara Municipal de Santiago, que se refere aos Monumentos Civis e Públicos existentes, em que se destaca o Pelourinho, e os que devem fazer parte do Património Construído da cidade que contempla: A Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande que localiza-se junto à estrada que dá acesso à localidade de Ponta do Sol. É um belíssimo exemplar de arquitectura colonial. A antiga Hidrobase Aeropostal de Calheta de São Martinho que encontra-se em ruínas e em mau estado de conservação; A Pousada Nacional de São Pedro. Este edifício localiza-se no bairro de São Pedro, na Cidade de Santiago. É uma pequena infra-estrutura hoteleira desenhada pelo arquitecto português Álvaro Siza Vieira, e inaugurada em 2003.

Iniciamos o Capítulo III explanando acerca da fundação, progresso e decadência da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Debruçamo-nos sobre a cidade da Ribeira Grande de Santiago, a sua fundação, progresso e decadência, a fim de contextualizarmos o aparecimento, construção e restauro dos Monumentos da Cidade da Ribeira Grande, referindo-nos especificamente aos Monumentos Sacros desta cidade. Com base em documentos e estudos sobre esta cidade procuramos demonstrar como é que o primeiro aglomerado populacional, a Vila de António, evoluiu e se expandiu no item, "Da Vila de António à Cidade da Ribeira Grande". Explicitamos com base em estudos, plantas, mapas e imagens (pinturas e fotografias) que o processo de povoamento da Cidade da Ribeira Grande iniciou-se depois do dos Açores e da Madeira mas está incluída no primeiro grupo de povoações fundadas no atlântico. A ribeira e o vale onde se estendeu a urbe tinham uma vegetação densa e possibilitavam a agricultura e a pecuária, a pesca e a utilização de outros animais marinhos e de aves. A proximidade de cursos de água e a existência de rios ou ribeiras era um dos requisitos importantes. A par destas características, a topografia existente podia sofrer adaptações caso as requeridas condições fundamentais não fossem cumpridas. No que respeita à implantação do povoado e a forma do núcleo, o factor mais determinante foi o relevo. As montanhas e escarpas que o cercam protegiam-no dos ventos e eram essenciais para a defesa da cidade, mas, por outro lado, condicionavam a forma e a estrutura do seu crescimento. A adaptação ao relevo propicia formas variadas das primeiras povoações. Caracterizamos a zona "baixa" e a zona "alta" da cidade. Apresentamos mapas de todos os bairros e descrevemos o modo como se desenvolveram bem como os edifícios culturais implantados em cada um, com a respectiva cronologia, sempre que possível. Referimos à caracterização dos lotes e ocupação do solo. Referimos à "regularização" proporcionada pelo loteamento, ao conceito de *"ordem",* à adaptação da cidade à topografia do local, as características da malha urbana da cidade, continuamos definindo as fases de construção do espaço urbano da cidade da Ribeira Grande, a fim de se poder compreender melhor como se desenvolveu a cidade e onde, quando, como e porque foram construídos os edifícios religiosos.

Referimos às intervenções arqueológicas, nos anos 60 por Luís Benavente, de 1986 a 1989, de que não há notícia ou registo escrito; anos 60 por Luís Benavente; Sec. XX por Siza Vieira e pela cooperação espanhola e o governo de Cabo Verde, que permitiram saber

mais acerca da zona "baixa" da cidade, da Fortaleza Real, e dos edifícios religiosos: Convento São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora de Conceição, Colégio dos Jesuítas, e Hospital/Igreja da Misericórdia. Detivemo-nos também na identificação da participação da Câmara Municipal na preservação do Património da cidade da Ribeira Grande. Aludimos, para finalizar, às particularidades da descrição física e análise da estrutura socioeconómica da Cidade da Ribeira Grande. Fizemos a descrição física da cidade e a análise da estrutura social da Ribeira Grande e dos homens que nela viviam, em meados do século XVI e primeiras décadas do XVII, que ajudam a conhecer melhor a prosperidade e a evolução da cidade e sua degradação. No que respeita à preservação dos monumentos da cidade da Ribeira Grande e ao estado de conservação do sítio, verificamos que um dos constrangimentos mais apontados pelos versados sobre a Cidade Velha tem a ver com o desaparecimento dos vestígios escritos e materiais. Aludimos às fases de degradação e a vozes de contestação, que se manifestaram contra o abandono da cidade: Félix Monteiro; os "Amigos da Cidade Velha" por altura da celebração do 50º aniversário da descoberta de Cabo Verde; o folheto do cónego Bouças com prefácio de João Lopes, em 1932, referido por Pereira (PEREIRA, 2004); Siza Vieira, arquitecto português.

No CAPÍTULO IV estudamos e analisamos "Os Monumentos Sacros da Cidade da Ribeira Grande de Santiago". Estudamos todos os edifícios religiosos, destacando os mais antigos, como as ermidas e capelas, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, que tem sido alvo de estudos e escavações arqueológicas, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o único que ainda presta culto e devoção. Detivemo-nos na análise da primeira igreja construída, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e na mais antiga ainda de pé, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Antes da nossa abordagem a estes elementos da cultura material, fizemos alusão à Cristianização e Evangelização das Ilhas de Cabo Verde, enquadramento que permitiu melhor compreender o tema central desta dissertação. Aludimos à Cristianização e a Evangelização das ilhas de Cabo Verde, de forma breve e sucinta, referindo aos primeiros espaços de culto, construídos na ilha, com a chegada dos primeiros povoadores e sublinhamos que a responsabilidade da evangelização das ilhas coube, à Ordem de Cristo. A

igreja católica intervinha não só na apresentação de dignidades e curas de igrejas mas também no pagamento dos clérigos, na fundação e dotação de novas igrejas, conventos ou outras instituições religiosos, na iniciativa de novas missões, sendo o rei o destinatário da maior parte das reivindicações e invocações do corpo eclesiástico ultramarino, que dependia, portanto, da coroa portuguesa. No topo da pirâmide estava o rei que intervinha e tutelava toda a actividade eclesial do arquipélago.

Definimos a cronologia da criação das paróquias das outras ilhas. Com base em documentos da época traçamos a cronologia da edificação dos edifícios religiosos, as ermidas, capelas e igrejas e a história da construção de cada um. Referindo-se a estes edifícios, ermidas, capelas e igrejas, que vêm mencionados em documentos, explica-se que a maior parte foi construída ao longo dos séculos XV e XVI, que o primeiro deve ter sido a capela/igreja da Nossa Senhora da Conceição em 1462, servindo de oratório dos primeiros colonos. Uma outra investigadora (MADEIRA SANTOS, 2001) refere que deve ter sido seguida pela capela de S. Sebastião, da qual só se encontrou uma única referência e que deve teria sido construída entre 1470 e finais do século, aludindo que se localiza no bairro do mesmo nome, e da qual até a data não foi possível identificar quaisquer vestígio. Seguiu-se a construção da capela da Nossa Senhora do Rosário, em 1945, segundo Correia e Silva (CORREIA E SILVA, 2002, 21). Apresenta este os outros que foram construídos ao longo do séc. XVI: a ermida/capela de S. António, construída cerca de 1520 a 1530, localizada na parte sul de entrada à vila, na zona do fortim com o mesmo nome; a ermida/capela de S. Brás, por volta de 1542, ao norte do rio e adjacente à sua foz e ao fortim com mesmo nome; a ermida/capela de S. Luzia ou também designada de S. Miguel, construída entre 1550 a 1600, situada ao norte da ribeira, na achada em cima do bairro de S. Brás; a ermida/capela de S. Gonçalo, datada de cerca de 1587, dentro da fortaleza real de S. Filipe, coincidindo com a data da sua construção; a ermida/capela de S. Marta, de cerca de 1587 a 1600, inicialmente suposta a se encontrar ligada ao muro norte de protecção da vila, mas identificada pelo Prof. Carita, citado por esta autora, situando-se fora da zona urbana da vila, ao norte e no actual cemitério da actual Cidade Velha (CARITA, 2011), da qual ainda não foram encontrados quaisquer vestígios *in loco*; e a capela de S. Roque e a igreja de S. Sebastião, ambas estimadas a serem construídas por volta de 1600. Esclarece ainda que os únicos edifícios religiosos a serem iniciados ao longo dos aproximadamente os cem anos que se

seguiram, quando a vila já estava em declínio, além do convento de S. Francisco, foram a capela de Monte Alverne, construída por volta de 1670 a 1680 ou antes, como oratório, ligada aos Franciscanos, situando-se ao lado oposto da ribeira adjacente, abaixo do Convento, e o Seminário. Este nunca tendo sido concluído, mas calcula-se que tenha sido iniciado em 1702, ligado à área do Palácio Episcopal, na achada de S. Sebastião. Explica que todos estes edifícios religiosos foram construídos seguindo-se a orientação canónica exigida a edifícios eclesiásticos até ao Concílio de Trento, no início da segunda metade do séc. XVI, pelo que apresentam um traço comum, o corpo de uma nave só, em caixa, sendo esta com altar-mor destacado pelo menor tamanho, com ou sem capelas e sacristias laterais adjuntas (RICHTER, 2009, 291). Todos os edifícios religiosos localizam-se em plataformas elevadas relativamente à instalação do tecido urbano, exceptuando a Igreja da Misericórdia. A Capela de Santa Luzia, as Igrejas da Nossa Senhora de Conceição e S. Roque, a Capela do Monte de Alverne, a Sé Catedral, o Palácio Episcopal, que serviu de residência aos Bispos de Cabo Verde, o convento São Francisco e o Convento dos Jesuítas, localizavam-se em espaços em que a altitude é superior em relação ao espaço onde se situa o pelourinho, o centro da cidade, ou "cidade baixa" onde se situava a igreja e Casa da Misericórdia (PIRES, 2007). Acerca do número total de edifícios religiosos, apresentamos os dizeres de Chelmichi que refere a 14 igrejas existentes na cidade da ribeira Grande (CHELMICHI, 1841).

Abordamos também o tema, "A criação e evolução da Igreja Católica em Cabo Verde" a fim de se perceber melhor a contribuição desta instituição religiosa na formação e desenvolvimento da sociedade das ilhas. Assim, podem ser consideradas duas fases na história da Cristianização em Cabo Verde. A primeira, das origens, 1460 a 1553, data da erecção da Diocese de Santiago de Cabo Verde. A segunda, a fase da Igreja constituída, de 1533 em frente. Na segunda fase pode ser considerada a existência de dois períodos: o da Ribeira Grande, de 1533 a 1866, o de S. Nicolau, de 1866 a 1940. Neste período pode distinguir-se um acontecimento importante, de 1866 a 1918, data do declínio e da extinção do Seminário de S. Nicolau. O segundo acontecimento, de 1920 a 1940, data em que se verificou o declínio da igreja.

Debruçamo-nos seguidamente no item ”Herança edificada da Cidade Velha representativa da autoridade religiosa – preservação dos monumentos sacros mais representativos pelo Município de Santiago”, em que a Câmara Municipal desempenha um papel importante. A Câmara Municipal da actual Cidade de Santiago segue as directivas incertas na Proposta do PDM – Plano de Desenvolvimento Municipal, Volume I, II e III do Relatório, nos trabalhos de recuperação do sítio Histórico e das localidades que envolvem este, pertencentes a este município. O desenvolvimento integral e harmonioso deve concorrer para a melhoria das condições de vida deste município e o alavancar do turismo. Consideramos que este plano vai de encontro às necessidades já há muito sentidas, tanto no que respeita aos projectos com vista à conservação e salvaguarda do Património Construído quanto aos destinados à reabilitação e construção de equipamentos, e que a sua efectivação total beneficiará o turismo e a população local, que terá uma melhor condição de vida e poderá usufruir dos ganhos da urbanização.

O quarto capítulo foi dedicado ao tema “Monumentos Culturais da Cidade da Ribeira Grande de Santiago: o Património Sacro da cidade, estudo analítico de cada um dos elementos deste conjunto”. Aludimos ao longo desta análise, a um conjunto de documentos mais representativos acerca desta matéria, que tivemos o cuidado de previamente seleccionar. Os muitos espaços de culto da cidade apresentam estilos arquitectónicos dignos de realce, presentando as ermidas, capelas e igrejas, a Sé Catedral, o convento, o Colégio, o Palácio Episcopal, a Misericórdia e a sua igreja. A omnipresença da igreja era um facto bem visível.

Demos uma grande atenção à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e debruçamo-nos no estudo da história, arquitectura, imaginária religiosa e arte sacra desta igreja. Iniciamos pela localização e história desta igreja apoiando-nos em documentos mapas e imagens da época e actuais, obtidas durante a nossa pesquisa e realizadas por nós durante as visitas de estudo ao local. Referimos à Localização,

implantação urbana e arquitectura deste edifício. Na planta de 1778 de Andrea está indicada a sua localização com a indicação da letra M, como se pode visualizar na 1ª imagem da figura uma cópia amplificada desta zona da cidade, o bairro de Figueira de Portugal ou S. Pedro e na cópia do original da mesma planta, a 2ª imagem, que apresenta todo o bairro, as ruas e os becos que seleccionamos e apresentamos. No que respeita à arquitectura, aludimos à caracterização arquitectónica realizada por Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos Santos (SANTOS, 2015).

Desta caracterização destacamos a da capela-mor: a capela foi erguida no lado do Evangelho e *"contacta com a nave única através de um pequeno arco quebrado em cantaria de pedra calcária, ladeada por dois relevos com motivos vegetalísticos"*. Tem uma planta quadrada com 6,02 m por 6,02 m. A sua cobertura constituída por uma abóbada de nervuras, policromada, que nasce em mísulas com motivos geométricos no soco e cordas entrelaçadas na zona intermédia, sendo as chaves das nervuras, quatro no total, em pedra policromada ornamentada com símbolos manuelinos, destacando-se a representação da Cruz de Cristo e da Ordem de Avis, simbolizada pela Cruz de Avis. Restos de pintura que seriam talvez de tema vegetalista estão presentes as chaves das nervuras e nos panos da abóbada. Considera que a capela *seria "porventura o elemento mais interessante do conjunto arquitectónico, principalmente pelo seu significado artístico"*. José Manuel Fernandes e Fernando Pires (PIRES, 2010) que aludem a esta capela, referindo que poderá ter sido a capela-mor da primitiva igreja, que deveria ter uma disposição perpendicular ao corpo actual. Neste sentido, avança que é possível aceitar, embora com algumas reservas, que o arco quebrado cego, localizado no seguimento da capela manuelina, fosse inicialmente, a antiga sacristia. Este arco, correspondente a uma antiga entrada, foi emparedado possivelmente em 1940. A capela-mor, ostentava no passado um retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário, como se pode verificar a partir de documentação relativa à herança de Diogo Ximenes Vargas, falecido a 5 de Janeiro de 1624. É de planta rectangular que tem 10,1 por 6,46 metros, cujo salão é iluminado por uma pequena janela situada no lado da epístola. Esta capela não apresenta arco triunfal. Estabelece comunicação com a nave, através de um desnível de cinco degraus. O exterior da capela-mor, em empena triangular, é bastante rústico, sem reboco e cego, contendo cunhais de cantaria de pedra calcária à vista, que quebram uma certa monotonia dessa

fachada. A sacristia, foi edificada entre 1967 e 1969 em planta rectangular (SANTOS, 2015). Detivemo-nos em alguns "items" que serviram para uma melhor compreensão a respeito da veneração à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nomeadamente: Devoção ao Rosário - A Confraria de Nossa Senhora do Rosário; A constituição de confrarias nas ilhas de Cabo Verde. Referimos seguidamente ao restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário por Luís Benavente nos anos sessenta, o que permitiu que fosse a única ainda de pé onde se celebram todas as actividades religiosas até aos nossos dias.

Procedeu-se também à construção de uma sacristia e à substituição dos azulejos originais por outros de fabrico recente. Estava prevista a colocação de azulejos novos no interior, seguindo o padrão dos existentes, o que de facto não se realizou. Nos anos quarenta do século XX foi entaipada uma entrada em arco quebrado na fachada lateral pela parte da paróquia. Em 1962 realizou-se o levantamento desta igreja seguindo-se o projecto de reconstrução, com nova torre piramidal, entre Setembro de 1967 e Maio de 1969. É a igreja mais notável da ilha. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário conta com mais de 500 anos de vida e é um dos edifícios mais belos da cidade e em melhor estado de conservação. De seguida referimos à nomeação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário a Monumento Nacional e fizemos referência ao seu recheio e decoração. Um documento identificado no processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe, apresenta a data de 1922 como sendo a da declaração desta igreja a Monumento Nacional de Portugal, em pé de igualdade com outros da antiga Metrópole. Neste documento há mais informações valiosas: a existência de painéis; pedras tumulares de bispos e senhores da época e esposas - *"Arrancar 2 pedras tumulares"* – entre parenteses escreve-se - *" Só me resta o sepulcro. Depois das trevas resta-me a Luz. Estava do lado do Evangelho. Do lado da Epístola estava o Tesoureiro Mor, sem data,"*; A respeito da capela manuelina desta igreja refere o documento*: "Foi uma homenagem do rei de D. Sebastião – Foi no tempo do Concílio de Trento e foi criado o Seminário" – Restaurar c/ a imagem de D. Sebastião e um altar.* Neste Documento ficamos a saber que a capela foi feita em homenagem a D. Sebastião no tempo do Concílio de Trento, e que o autor, que supomos ser o Governador Silvino Silvério Marques ou alguma entidade religiosa, pretendia que fosse restaurada e que tivesse uma imagem deste rei num altar. Pretendia-se também restaurar a torre da igreja.

Na Descrição e análise do interior e exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, tratamos da descrição e análise da igreja desta igreja, com apoio de documentação colhida e da observação nossa, dado que rareiam documentos acerca desta igreja, nomeadamente a planta e a memória descritiva. Não foi possível apresentar a planta original e elementos da memória descritiva da construção desta igreja. As nossas buscas, nas várias instituições portuguesas e cabo-verdianas que se dedicam a este assunto, foram infrutíferas. Recorremos à planta de Andreia de 1778, que ampliada, pode-se distinguir o espaço da igreja. No item Descrição e análise do interior e exterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, tratamos da descrição e análise da igreja de Nossa Senhora do Rosário, com apoio de documentação colhida e da observação nossa, dado que rareiam documentos acerca desta igreja, nomeadamente a planta e a memória descritiva. Não foi possível apresentar a planta original e elementos da memória descritiva da construção desta igreja. As nossas buscas, nas várias instituições portuguesas e cabo-verdianas que se dedicam a este assunto, foram infrutíferas. Recorremos à planta de Andreia de 1778, que ampliada, pode-se distinguir o espaço da igreja. Na falta de dados que permitissem explicar os elementos da composição fundamentados e descritos no projecto, baseamo-nos nos elementos que colhemos nas visitas ao local, bem como a descrição do interior e exterior da igreja, e do ambiente onde se integra esta igreja, a partir de elementos de recolha da visitas de estudo que realizamos a esta igreja. Elaboramos o item, "O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução - elementos da composição fundamentados e descritos no projecto", com apoio da planta da cidade de Andreia de 1778. Não foi possível avançar muito neste item como mandam as regras, porque não estão disponíveis a planta original e a memória descritiva. As nossas buscas em instituições nacionais e portuguesas foram infrutíferas. Apresentamos a planta da figura 66, realizada por K. Rivera, Walter António Cabral, em 2005, pertencente ao Fundo fotográfico do IIPC, de um fotógrafo desconhecido. Na planta de Andrea de 1778, ampliada, distingue-se o espaço da sacristia, o espaço que corresponde à capela gótica e à torre sineira. Na Descrição do interior do edifício, detivemo-nos em alguns aspectos mais importantes, como seja o revestimento azulejar da igreja de Nossa Senhora do Rosário, que foi modificada e alterada nos anos 60 aquando daa obras realizadas por Luís Benavente. Referimos que a capela inicial construída em 1495 foi ampliada e passou a denominar-se de Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1652. As

obras realizadas para a transformação da capela contemplaram pois, a decoração da nova igreja. As tendências ornamentais portuguesas da época foram estudadas, nomeadamente da azulejaria em Portugal. Apresentamos exemplos de cada uma das fases existentes, e indicamos que a azulejaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário seguiu os padrões da época, demonstrando com imagens os padrões utilizados, e analisamos os azulejos que foram postos em substituição aos originais. Apresentamos a caracterização dos mosaicos e azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os respectivos quadros analíticos e classificação do monumento, da azulejaria e dos mosaicos, recorrendo a trabalhos científicos (RICHETER, 2008). A decoração desta Igreja apresenta pois, o pavimento revestido de mosaicos, e as paredes revestidas de azulejos desta época, que demonstramos através de imagens apresentadas[1606]. Referimos as tendências ornamentais portuguesas da época complementadas por outras que identificamos. Referimos ao restauro desta igreja e às técnicas e metodologias seguidas por Luís Benavente nos anos 60 do sec. XXI (MARIZ, 2016). Prosseguimos com a "Descrição e análise da obra arquitetónica na sua parte exterior".

Descrevemos "O pátio da fachada dianteira e da fachada lateral da direita". Comparamos o estado actual do edifício com a planta apresentada realizada por K. Rivera, Walter António Cabral, em 2005. A planta original corresponde ao edifício mas apresenta-se a igreja, actualmente, em parte degradada e com alterações. E marcamos as diferenças encontradas. Destacamos que o acesso principal em escadaria, com peças de mármore epigrafadas, e uma na lateral esquerda, ambas com portas de ferro forjado. Neste pátio dispõem-se sepulturas de altas personalidades da cidade, o Padre Nicolau Gomes Ferreira, que possuía um sobrado à entrada da cidade, o único preservado e habitado por seus descendentes, o túmulo do Professor João de Barros, que se localiza próximo à escada que dá acesso à torre, um eminente cidadão, querido e apreciado por todos, e de dois bispos, uma e outra, anichadas perto do muro dianteiro deste pátio, com uma boa distância a separá-los. Ao fundo, sob uma sombra de uma árvore anciã, dispõe-se um memorial ao Padre António Vieira, oferecido à Cidade pela UCLA, em 2014. Ficamos com a impressão que a cidade urbanizada e cosmopolita da Ribeira Grande dos séculos. XV, XVI e XVII, com o abandono, se ruralizou, os espaços de culto, arruinados, foram ocupados por

plantações espontâneas e por terrenos agrícolas, as pedras de cantaria dos edifícios que se arruinaram foram utilizadas na construção de outras casas construídas mais tarde, na construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, a única que se manteve de pé, e que ficou circundada por plantações que invadiram a sua fachada da esquerda e impedem o seu funcionamento e a sua utilização na actualidade, bem como a circulação pela porta de saída desta fachada que ligava a capela gótica ao pátio interior esquerdo, passagem fechada posteriormente com uma parede. Ficou-nos uma imagem desolada, pela falta de desvelo e conservação do pátio da fachada lateral esquerda e respectivo pátio interno e átrio, bem como os fundos.

O simbolismo da imagem da santa padroeira, Nossa Senhora do Rosário, e dos objectos de arte sacra ocupou um espaço importante nesta dissertação. A imagem da santa padroeira foi colocada na porta gótica cega pelo que podemos deduzir que a sua importância se tenha esvaziado nos dias de hoje, mesmo porque as imagens que se encontram no altar são as da Virgem Maria e de Cristo, e também porque normalmente a igreja é referida em documentos escritos e na linguagem oral de Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A nomenclatura antiga, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos caiu em desuso, provavelmente após a queda e o desaparecimento da confraria da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que esteve na sua génese, provavelmente, como sugeriu o padre Ima (Emanuel), pároco da igreja de Nossa Senhora da Graça, nosso informante. Resta o simbolismo que esta santa padroeira representa que deve ser reactivado, para que se tenha o real significado dela na actualidade. A imagem da santa padroeira foi colocada na porta gótica cega pelo que podemos deduzir que a sua importância se tenha esvaziado nos dias de hoje, mesmo porque as imagens que se encontram no altar são as da Virgem Maria e de Cristo, e também porque normalmente a igreja é referida em documentos escritos e na linguagem oral de Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A nomenclatura antiga, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos caiu em desuso, provavelmente após a queda e o desaparecimento da confraria da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que esteve na sua génese, provavelmente, como sugeriu o padre Ima (Emanuel), pároco da igreja de Nossa Senhora da Graça, nosso informante. Resta o simbolismo que esta santa padroeira representa que deve ser reactivado, para que se tenha o real significado dela na actualidade.

Identificamos os “Elementos da Arte sacra da Sé” que se encontram na Igreja de Nossa Senhora da Graça: uma banqueta de prata, uma cruz de prata e seis castiçais de prata, representados por imagens, usadas apenas em ocasiões especiais apenas, como por exemplo, as Ordenações, conforme informações prestadas pelo padre Ima; uma grande cruz dourada, com motivos de decoração em relevo, um conjunto para a missa e um cálice dourado, também representados por imagens. Os motivos de decoração das paredes laterais e do altar foram analisados e verificamos que alguns destes elementos seriam semelhantes aos da Sé e provavelmente trazidos para esta igreja, incorporados na construção da mesma, segundo o padre Ima, mas não há documentos que comprovem esta suposição. Verificamos também que o salão da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta painéis mas não há notícia de que seriam da Sé. A decoração da igreja, esta sim, apresenta elementos que seriam parecidos com os da Sé, como nos informou o Padre Ima, que foram assinalados nas imagens das figuras apresentadas. Identificamos também alguns elementos fotografados no Museu Arqueológico da Praia pertencentes à arte sacra. Encontram-se as peças sem nenhum letreiro ou tabuleta, com a sua descrição ou indicação da sua proveniência. Pelas imagens já apresentadas de peças da Sé, que se encontravam amontoadas dentro deste edifício, verificamos uma grande semelhança entre estas e as que identificamos no Museu, tanto pela sua grandeza como pela decoração manuelina que apresentam, pelo que provavelmente estas peças pertenceriam também à Sé. Identificamos duas peças degradadas em que se pode identificar esculturas da época quinhentista e uma estrutura maior, em 2 peças partidas. Mais uma vez assinalamos a necessidade de se construir um Museu de Arte Sacra de modo a eu se valorize mais os bens culturais religiosos e para que sejam melhor organizados e tenham mais visibilidade. Em “Representação da imaginária religiosa da igreja de Nossa Senhora do Rosário”, descrevemos as imagens do altar em que se destaca a simplicidade, o que contrasta com a capela gótica de estilo manuelino. É de frisar a sobriedade na decoração deste altar, que segue linhas simples. Identificamos seis tipos de azulejos com padrões a azul e amarelo, que são originais, como está indicado nas imagens apresentadas, tendo em cima azulejos mais recentes, colocados nos anos 60, como revelam as imagens, e um tipo de mosaico de cor acastanhada que revestia o pavimento, ainda visível em zonas reservadas, que serviriam antigamente para depósito de ossadas antigas, segundo o guia Francisco Moreira, como revelam as imagens apresentadas. O recheio da

sacristia e da nave da igreja mostra elementos da arte sacra, e identificamos: um cruxifixo e um turíbulo, apresentados com suporte de imagens que realizamos, existindo actualmente uma cruz maior. Identificamos ainda uma naveta e um sacrário. Imagens de santos em escultura de madeira fazem parte do conjunto da arte sacra desta igreja, que constam também em documentos referidos.

Pesquisamos no sentido de saber o paradeiro destas imagens, que havíamos referido antes, dizendo que provavelmente teriam seguido para Portugal juntamente com o pelourinho para restauro, nos anos 60/70, enviadas por Benavente, não obtendo informações fidedignas que tal acontecera e que tivessem sido enviadas novamente. Esclarecemos no entanto a situação com apoio de trabalhos científicos acerca deste tema (MARIZ, 2016). Das imagens pesquisas no salão paroquial da cidade da Praia, imagens em madeira e outras, não identificamos estas, mas há um conjunto de imagens antigas que apresentamos, que parecem ser provavelmente da época quinhentista, mas não estão datadas nem guardadas em lugar sadio. Sugerimos que a igreja em colaboração com o IIPC providencie a sua colocação em lugar mais digno, a sua catalogação, datação e o restauro das mesmas. Sugerimos também que passassem a merecer um melhor tratamento e cuidado, até que fosse decidido o que fazer. Pensamos que estas imagens poderiam constar do Museu de Arte Sacra que reuniria todos os elementos de arte sacra da Cidade Velha. Identificamos também os elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, actualmente dispostas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde. Um Cálice Custódia com inscrição "Igreja de Nossa Senhora do Rozário", encontra-se actualmente na igreja de Nossa Senhora da Graça, que é usado apenas em ocasiões especiais, informação prestada pelo padre Ima (Emanuel Silves Ferreira). Este Cálice Custódia, em ouro maciço trabalhado, tem uma inscrição na base, que é totalmente trabalhada, que tem a inscrição do nome da respectiva igreja, como revela a imagem que apresentamos. Este cálice costódia é encimado por uma cruz, tem uma inscrição na base, o nome da respectiva igreja – *"N. S. DO ROZARIO".* É um dos cálices mais requeridos nas cerimónias de relevo, havendo uma cravejada de ouro e diamantes, usado raras vezes, mas que não tivemos autorização para ver. Passamos à identificação de elementos da Arte Sacra da Sé, dispostas na igreja de Nossa Senhora da Graça: dois grandes candelabros dourados, ricamente adornados, provenientes da Sé; uma cruz dourada e seis castiçais de prata; uma grande cruz dourada, com motivos de decoração em

relevo; um conjunto para a missa; um cálice dourado; Uma banqueta de prata maciça, totalmente decorada; uma grande cruz doirada que provavelmente seja banhada em ouro; um cálice em prata; e um conjunto utilizado durante a missa; um cálice cravejado de pedras preciosas, que se utiliza raramente, mas não tivemos acesso a este cálice, pelo que não apresentamos a respectiva imagem. Todos estes elementos foram fotografados por nós e apresentados.

Actualmente a imaginária religiosa que se encontra no salão paroquial da cidade da Praia, Paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde fizemos as nossas pesquisas, sob indicação do Bispo de Cabo Verde, Paulino Évora, que contactamos, pertencem à Sé, e provavelmente haverá elementos que seriam da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da igreja de Nossa Senhora do Rosário. A decoração da igreja da Nossa Senhora da Graça, apresenta elementos que seriam parecidos com os da Sé. Identificamos os Elementos de arte sacra, o recheio da sacristia e da nave da igreja da Nossa Senhora do Rosário e comparamos os elementos identificados com a lista dos Bens Imóveis pertencentes à freguesia de *"Santíssimo Nome de Jesus da ilha de São Thiago",* que se encontra no Livro de Registos dos bens da igreja católica de Cabo Verde. O Livro de Registo de Inventário Nº 1, *"com princípio em 1 de Janeiro de 1920",* dá a respectiva avaliação em moeda da época de cada um dos elementos. Fazem parte desta lista um conjunto de imagens de santos, não se sabendo se correspondem aos que existem actualmente nesta igreja, outros haveres da igreja, castiçais e outros, e ouro e prataria pertencentes a esta freguesia, que apresentamos. No Museu de Arqueologia da Praia estão dispostos elementos da Arte Sacra da Sé e da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Uma grande Pia Baptismal em mármore, fabricada a partir de um bloco de mármore escavado e trabalhado, provavelmente de meados do sec. XVII, na Península Ibérica, se expõe neste museu; pias baptismais decoradas com motivos quinhentistas, e um sacrário. Estes elementos devem merecer um melhor tratamento e devem ser mais dignificados, até à criação do museu já referido. Outros elementos e adornos relacionados com a indumentária das armadas, adornos e objectos relacionados com a religião católica, e outros, estão dispostos no Museu de Arqueologia da Cidade da Praia. Expositores de elementos em prata, ouro e marfim mostram elementos de Arte Sacra, que aludimos. No expositor "Especial Ouro", identificamos vários objectos religiosos em ouro maciço, o que revela o quanto o cristianismo se arreigara e era importante na sociedade da época. Apresentamos

imagens de colares em ouro, colares em ouro com as respectivas medalhas, providas de pedras preciosas, um fragmento de um fio de ouro, braceletes, caixas de pó para senhora e outros. Destes sobressai uma cruz de ouro maciço com esmeraldas e diamantes, revelada na figura apresentada, descoberta por acaso, próximo do local do naufrágio do navio Guadalupe, na ilha Brava. Mantém ainda as esmeraldas mas desapareceram três diamantes. Há ainda cruzes de vários tamanhos em ouro; crucifixos e contas de coral; As cruzes de bronze, provavelmente portuguesas, teriam sido usadas para converter escravos africanos ao catolicismo. As contas de coral eram, normalmente, usadas para confeccionar pulseiras, colares e para adornar vestidos.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga ainda de pé na Cidade Velha, reveste-se de grande interesse histórico, cultural, religioso e simbólico, como se pode constatar pelo exposto neste capítulo. É salutar que mais trabalhos de investigação acerca de vários temas específicos que se relacionam com a história, a cultura e a religião, desta igreja e da Cidade Velha sejam realizados, de modo a se aprofundar os vários aspectos relevantes desta igreja e desta cidade.

Aludimos à Arte Sacra de outras igrejas. Analisamos o Cálice de Lançarote Esteves. Este Cálice é de ouro maciço e do tempo de D. Manuel, rei de Portugal. Pertence ao património da igreja matriz da Ribeira Brava, S. Nicolau, e foi apresentado pela imagem patente num artigo de Kim-Zé Brito de 30 de Abril de 1999. Destacamos a descrição do cálice. *Este cálice* é artisticamente esculpido da base à haste. Tem a seguinte inscrição: *"Por este Cálice deu Lançarote Esteves por sua alma".* Usa-se exclusivamente nas celebrações mais relevantes para não cair na vulgaridade. Acompanha-se de uma nota descritiva*"*. Apresentamos dados colhidos no referido jornal no sentido de caracterizar este cálice, e identificar Lançarote Esteves. No último ponto referimos às Igrejas de interesse turístico de outras ilhas de Cabo Verde, em que destacamos algumas das que foram construídas no interior da ilha de Santiago e nas outras ilhas do Barlavento e Sotavento. Fizemos uma menção especial à igreja de Nossa Senhora da Graça, igreja Matriz da Cidade da Praia, sede actual do bispado, uma pró-catedral, que *" foi concebida segundo uma planta em cruz latina"* e foi edificada entre 1894 e 1902. *"Hoje o seu valor, enquanto património histórico construído, resulta da beleza estética que empresta ao centro histórico da cidade ou*

Plateau, inserindo-se, de modo harmonioso, no contexto de todo conjunto aí edificado" (GOMES, 2010, 203). Realçamos as igrejas que têm merecido trabalhos de ampliação muito questionados por não terem em conta a planta original: Igreja de Nossa Senhora da Luz na ilha de S. Vicente, a igreja de S. Salvador do Mundo, em Santiago, para além da igreja de Nossa Senhora do Rosário da vila da Ribeira Brava de S. Nicolau, que foi Catedral quando a sede do Bispado foi mandado para esta ilha, e a de S. Filipe na ilha do Fogo, ambas notáveis pelo altar rico em elementos culturais da época que representam.

As pequenas igrejas, localizadas nas ilhas onde o turismo está a ser desenvolvido actualmente, estão em bom estado de conservação. Podem ser atractivos para o turismo se preservadas assiduamente e inseridas em circuitos turísticos. Actualmente verifica-se mais dinamismo da igreja na remodelação, ampliação e reconstrução de igrejas, muitas vezes em prejuízo da preservação original, pelo que as contestações são bem-vindas, evitando-se a desvirtuação dos monumentos sacros. Referimos brevemente à preservação e ampliação de igrejas na actualidade a fim de dar destaque às contestações do IIPC e de investigadores acerca destas intervenções. Referimos também ao que dizem os documentos mais expressivos acerca da preservação do sítio histórico da Cidade Velha e dos bens da igreja católica. Destacamos os seguintes: Cidade Velha - Destruição e Valorização da Cidade Velha; Relatório – Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde; Relatório do Dr. Geral de Economia, Engenheiro Ruy de Araújo Ribeiro e o Parecer de Luís Benavente (BENAVENTE, 1969); SÍNTESE do « PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA » de Jean-Pierre Wieczorek (1989); Catálogo de Exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago (1960); apresentação do catálogo por Jaime de Figueiredo e prefácio de António Ressano Garcia Lamas, Presidente do Instituto Português do Património Cultural (2004); O Artigo "Cidade Velha nas mãos do arquitecto Siza Vieira" ; "Operação Cidade Velha" , do "Dossier" Cidade Velha, Arquivo Histórico de Cabo Verde; Síntese do prefácio do livro de Daniel Pereira, "*Marcos Cronológicos da Cidade Velha"*, escrita por Félix Monteiro (2004). É de realçar, no documento, "Elaboração do Plano de Salvaguarda da Cidade Velha, Património Mundial", o projecto, "Concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra", que vem responder a um vazio existente, muito esperado, e que será certamente acarinhado e que, sobretudo, dará um ânimo novo ao turismo

local, com vantagens para o rendimento das famílias desta cidade, e para o país. O Percurso Museológico, a ser implementado no âmbito dos projectos constantes no actual Relatório do Plano Director Municipal, será também uma mais-valia, pensamos.

Referimos também ao Percurso Museológico e ao desenvolvimento do turismo. Este percurso engloba várias áreas culturais, como se pode depreender na legenda que acompanha a imagem que escolhemos. Sugerimos que se dê mais ênfase aos Monumentos Sacros e que se criem percursos ligados ao turismo religioso, de modo a valorizar os edifícios religiosos desta cidade, trazendo mais turistas que se interessam por esta área, melhorando assim o modo de vida da população. Sugerimos os seguintes percursos: um percurso à capela de S. Gonçalo, no Forte de S. Filipe, à Sé e ao Palácio Episcopal; um percurso às ermidas e capelas especificamente às relacionadas com os fortes; um percurso à provável localidade da Via Sacra e às igrejas e edifícios religiosos desta área: Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja de Nossa Senhora da Conceição; Igreja do Monte Alverne, Igreja de S. Pedro; Colégio dos Jesuítas; Convento de S. Francisco.

Aludimos em seguida aos decretos regulamentares e deliberações da Câmara Municipal da Cidade dea Ribeira Grande, aludindo às que se referem ao sítio histórico. Destacamos a respeito do Património: Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro que estabelece as Bases do Património cultural e natural. Medidas Preventivas e Medidas Especificas; d) As operações de planeamento urbanístico, restauração, reconstrução, demolição, desmontagem e construção dentro do Sitio Histórico da Cidade Velha, da Zona Tampão e da Zona "non aedificandi" deverão respeitar o disposto no Plano de Gestão do Centro Histórico da Cidade Velha 2008 – 2012, aprovado na Resolução nº 7/2009 de 16 de Março. O Turismo (TU) é referido através do Projecto 059, e explicita que à zona turística correspondem as áreas com vocação turística pelas suas características naturais, por serem adjacentes a núcleos edificados com potencial turístico ou por constituírem zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTI) delimitadas na Planta de Ordenamento. Segundo as orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento e do EROT de Santiago, aponta-se que o turismo seja um dos principais eixos de desenvolvimento socio-económico do município. A sua história, património e cultura riquíssima e o alto valor paisagístico do litoral, são propícios para o desenvolvimento das actividades ligadas a este sector, nomeadamente "Turístico – Residencial" (sol e praia, desportos náuticos) e

“Turístico – Cultural” (Património da Humanidade: Sítio Histórico da Cidade Velha e sua Zona Tampão, Percurso museológico, Eventos e Congressos); Apresentamos todas as leis que permitem a salvaguarda do património cultural e as que se referem a outros sectores a ela relacionados, cuja “boa saúde” se reflecte no primeiro. Sugerimos e sustentamos que a preservação do património cultural no geral, e do património sacro, poderá permitir a potencialização e o desenvolvimento do turismo, pode constituir um meio para que criação de riqueza e, consequentemente, de rendimento para os jovens, contribuindo para que nos próximos anos se reverta o panorama actual.

Para finalizar este ponto aludimos ao Projecto de preservação de Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Com efeito, um estudo está a ser realizado com vista à remodelação desta igreja, com a participação do IIPC e da igreja católica. O projecto está a ser elaborado pelo que não se divulgou ainda. No entanto o padre Ima referiu-se a ela, dizendo que ainda não tinha lido o documento mas estar-se-ia a pensar no espaço para o coro onde estivera na planta original, isto é, ao fundo da igreja e não no altar, onde se improvisara, num espaço na lateral direita da mesma. Congratulamo-nos com a notícia pois, vai de encontro a uma das nossas sugestões, mas uma requalificação de fundo deve ser feito a fim de que esta igreja tenha a dignidade que merece.

Seguidamente, analisamos as ruinas da Sé Catedral e todos os outros edifícios religiosos da cidade, começando pela localização e história de cada um, passando a analisar o interior e exterior de cada edifício que se encontra de pé ainda, e analisando as ruínas, procurando documentos que se referem ao edifício, plantas e outros, que permitiram a reconstrução da história dos mesmos. Fizemos a localização deste edifício e a descrição de factos históricos relacionados com a construção, reedificação deste edifício. As imagens apresentadas (1778 e 1864 respectivamente) e os mapas para além de definirem a localização da Catedral e dos edifícios que se enquadravam na mesma área, demonstram toda a sua grandeza e imponência, próprias de uma Sé, cujas regalias eram consentâneas com o território sob a sua jurisdição, e suas funções, que se espraiavam a toda a costa ocidental da África portuguesa da época. A Sé Catedral arruinada é apresentada numa imagem antiga e em imagens mais recentes, que identificamos, assim como a planta da mesma, que

deixam apreciar o volume das ruinas existentes (em negro), bem como a parte do edifício que desapareceu. Analisamos estudos, apresentamos sínteses, que permitiram ter uma ideia bem precisa deste edifício no que respeita à sua história, a sua caracterização artística e arquitectónica, bem como a sua degradação e salvaguarda, no âmbito da nomeação da cidade a Património Universal, pela cooperação portuguesa e espanhola, já referidos, para além de outras intervenções realizadas antes destas, durante o governo colonial português e após a colonização, pela cooperação nacional entre Portugal e Cabo Verde. Analisamos e apresentamos também sínteses de estudos realizados acerca da Sé, nomeadamente o Relatório "PROGRAMME DE SAUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA". Com apoio em documentos e iconografia a respeito da Sé, Carlos Santos (SANTOS, 2015) apresenta uma descrição Arquitectónica e Artística das ruínas da Sé, apoiando-se na reprodução da obra feita pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitectura, e nos estudos concebidos pelo arquitecto João Bento de Almeida, que se basearam na referência supracitada, bem como noutros elementos iconográficos, procurando uma aproximação da aparência que tinha a Sé nos princípios do século XVIII, antes do seu abandono definitivo. Analisamos e apresentamos sínteses do estudo realizado por Carlos Santos (SANTOS, 2015) que analisou o interior deste edifício através de imagens seleccionadas que comparou. No Documento, Ribeira Grande – A Cidade Velha (RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA: Publicação editada por ocasião da Exposição, Ribeira Grande – A Cidade Velha. Cabo Verde. Praia, Cabo Verde – Outubro de 1989), apresentam-se também imagens das ruínas da Sé e respectivas plantas, os alçados, do levantamento de 1998, pertencentes aos Arquivos do IIPC, bem como uma do edifício, a terceira imagem, em que se pode apreciar a sua volumetria, que nos dá a ideia do seu aspecto imponente, grandioso e severo, despido de ornamentos, muito comum a edifícios religiosos da época, que se realça ainda mais, porque localizava-se numa plataforma com nível superior à então vila. Comparando as imagens estudas pelo documento que acabamos de sintetizar com as mais actuais, pode-se ter uma ideia da degradação que sofreu a Sé desta data aos nossos dias. Passamos à caracterização Sé - descrição arquitectónica e artística. Ao referir-se às aproximações arquitectónicas da Sé Catedral da Ribeira Grande Carlos Santos (SANTOS, 2015) explica que esta se insere no quadro dos templos erguidos por D. João III, tanto na metrópole como também nos vários domínios portugueses, localizados em África, América do Sul e Ásia e que a Sé da Ribeira Grande é considerada, por unanimidade, uma grande obra arquitectónica e a nível tipológico encontrando-se próxima das sés, de Miranda do

Douro (c. 1552), Portalegre (c. 1556) e Leiria (c. 1559), suas contemporâneas, sendo todos projectos despojados, abertos, contínuos, amplos, uniformes e símbolos do seu tempo. Compara esta Sé com as referidas, a partir dos planos Quinhentistas e não das alterações posteriores que esta sofrera. Referimos também: aos elementos culturais de decoração que fazem parte do recheio da Sé, que permitem a caracterização artística da mesma, com base em documentos, fotografias e imagens; a construção da Sé, os grandes interregnos na execução das obras; ao restauro da Sé, que foi realizado na época colonial e pós-colonial por Portugal, nos anos 60, 70, 88/89, 1922 e 1989-99, e os do sec. XXI pela cooperação portuguesa e espanhola. Demos também particular atenção aos trabalhos de restauro realizados no passado e no presente, nomeadamente os realizados por Luís Benavente nos anos 60 e 70, com apoio da planta elaborada e utilizada por ele e documentos a respeito, deste e de outros investigadores.

O terceiro edifício a ser analisado foi a Igreja e o Hospital da Misericórdia. Referimos à sua localização e história. Foi feita com base em fotografias e pinturas da época, ressalvando uma, que pode não ser fidedigna. Apresentamos também sínteses de estudos acerca deste tema. Aludimos à degradação e restauro da Igreja e da Casa da Misericórdia que está relacionada com a degradação da cidade, e também ao seu recheio. Podem ser apreciadas as vistas da Torre da Misericórdia após a intervenção para a sua salvaguarda, que apresentamos bem como as respectivas imagens e sínteses de trabalhos escritos indicados. Aludimos que os rendimentos da Misericórdia rondavam os 4000$000 reis, provenientes de 1:100$000 reis de foros das terras concebidas pelo rei, de juros de dinheiro e divisas activas, e com essa importância seria possível edificar um novo hospital com a sua ermida. Nesse sentido, foi com naturalidade que surgiu a proposta, em 1819, para transferir a Santa Casa da Misericórdia para a então vila da Praia, confirmada em 1833 (BARCELOS, 1905). Para finalizar esta análise detivemo-nos no restauro da torre da igreja da Misericórdia, a única ruína que sobra de toda a estrutura que existia, que incluía o hospital e a igreja. O restauro da torre da Misericórdia foi realizado em Novembro de 2010, no âmbito do Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Podem ser apreciadas as vistas da Torre da Misericórdia após a intervenção realizada, bem como os trabalhos realizados para a salvaguarda deste edifício, pelas imagens que apresentamos e o estudo realizado acerca destas intervenções.

Apresentamos seguidamente a análise da Capela de S. Roque (séc. XVI). Referimos à localização e história desta capela, com base em documentos da época e da planta de Andrea de 1778. É um edifício humilde no aparato, com revestimento em estuque crispado. Inclui-se no conjunto de edifícios que recebeu obras de restauro realizadas nos 60, pelo 500º aniversário da descoberta do arquipélago. Foi restaurada por uma equipa dirigida por Luís Benavente, na época colonial, como prova um documento de 1970. Comparando o projecto de reconstituição e reconstrução da capela com o edifício existente actualmente, nota-se que a cruz que encimava o frontão já não existe, nem as decorações que se localizavam nos vértices laterias do frontão, presentes na planta original, como revelam as imagens actuais que apresentamos. O corte CD que apresentamos mostra o interior com um recheio parco, mas distingue-se uma grande cruz ladeada por 3 castiçais grandes para cada um dos lados e provavelmente um painel de azulejos no altar. Mantém-se a construção, realizada de acordo com a planta original, como refere a memória descritiva. Aludimos também ao Convento e igreja de S. Francisco e à localização e história deste edifício. Iniciada em 1657, o Convento de S. Francisco serviu de local de culto e de formação. Localiza-se no bairro do Convento. Foi, durante muito tempo, um local de recolhimento dos frades capuchos. Foi atacado e parcialmente destruído por piratas franceses em 1712. Encontra-se em bom estado de conservação. Referimos à história da construção deste edifício e aos padres franciscanos (SANTOS, 2010). Hoje, a igreja encontra-se actualmente em razoável estado de conservação, graças às intervenções realizadas em 2001 e 2002, com o apoio da cooperação espanhola. Apresentamos um resumo da caracterização tipológica e arquitectónica da igreja de S. Francisco realizada por Carlos Santos (SANTOS, 2010), afirmando o mesmo que este edifício é um reflexo dos princípios construtivos da Província da Piedade, referindo que o templo partilha uma qualidade formal austera e humilde e se constata um forte apelo à simplicidade sobre o observador, características típicas da arquitectura dos capuchos, expressas na sobriedade e clareza da organização dos templos, que se articulam com as condições de vida insular. Indica o mesmo as características arquitectónicas e artísticas deste edifício e as dimensões da igreja. Apresentamos mapas, plantas e fotografias que serviram de apoio à caracterização, localização e história deste edifício. Apresentamos imagens nossas que apresentam o edifício na actualidade, após a consolidação realizada pela cooperação espanhola. O restauro da Igreja de S. Francisco permitiu a sua funcionalidade na actualidade.

Aludimos às escavações arqueológicas realizadas neste edifício. Foi identificado como sendo provavelmente relacionado com o Seminário dos Jesuítas, o sítio III, na campanha arqueológica de 2006, confirmada na campanha de 2007, ambas realizadas pela equipa de Cambridge e da Universidade Jean Piaget. Fragmentos encontrados durante as escavações, já referidas (Igreja de Nossa Senhora da Conceição estudada na mesma campanha) revelaram a existência de vasos e louças de porcelana, de vidro e marfim, pedras preciosas, que são provas de que na Cidade da Ribeira Grande transitavam comerciantes e mercadores que aí levavam produtos de alta qualidade utilizada pelos nobres e grandes proprietários que também se dedicavam ao comércio de escravos (RICHTER, 2006).

Detivemo-nos mais no estudo das ruínas da Igreja da Nossa Senhora da Conceição (séc. XV/XVII). Na localização, história e estudo arquitectónico e artístico desta igreja apoiamo-nos em imagens antigas e outras mais recentes, realizadas durante os trabalhos de intervenção arqueológica. Na campanha realizada por Konstantin (RICHTER, 2006) à zona do Colégio dos Jesuítas contemplou escavações à igreja de Nossa Senhora da Conceição, a primeira dos trópicos. Como raros são os documentos que se referem à história desta igreja, recorremos às campanhas arqueológicas realizadas em 2006, 2007 e 2015 realizadas nas ruínas desta igreja, a fim obtermos algumas luzes acerca da mesma. Estas campanhas comtemplaram também outros edifícios religiosos da Cidade Velha. Referimos assim às Campanhas arqueológicas 2006/2007 e 2015, e os resultados para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente, ao estudo e à elaboração da sua planta original. Túmulos epigrafados de “senhores” da época, foram descobertos. A descoberta das lápides permitiu o consenso quanto à data provável da construção deste edifício. Escavações realizadas em 2006 e 2007 em que foram encontrados fragmentos de nervuras de uma cúpula revelaram a existência de uma elaborada capela lateral, provavelmente da primeira metade do sec. XVI, em que o seu interior pode muito bem ter sido posteriormente revestido de azulejos. Fragmentos de azulejos foram descobertos tanto na campanha de 2006 como na de 2007, sendo as de 2006 semelhantes aos de 2007, quanto ao desenho. Apresentamos amostras. Apresentamos a descrição da igreja e imagens que realizamos durante as visitas de estudo efectuadas, em que procuramos analisar o espaço que foi sujeito aos trabalhos arqueológicos. Os azulejos que revestiam as paredes, e mosaicos que revestiam o piso,

visíveis no local, foram devidamente protegidos durante as últimas escavações. Apresentamos e analisamos também alguns artigos de jornal e imagens que veiculam informações acerca destas escavações, que demonstram o impacto que teve a descoberta desta igreja. Konstantin Alexander Richter (RICHTER, 2006) confirma ser esta igreja a primeira a ser construída, "após provável instituição de oratórios, logo com a chegada dos primeiros colonos em 1462, em forma de construções provisórios, como aliás era de costume nos locais de assentamento recém-descobertos pelas rotas de expansão", e alude que, tudo indica que "de facto a igreja da N. S. da Conceição terá sido a primeira a ser levantada em pedra e cal, numa zona algo recuada porem adjacente às primeiras casas senhoriais a serem construídas na fase inicial da urbanização, servindo como local de oratório para os habitantes senhoriais instalados na área do bairro de S. Pedro" (RICHTER, 2006).

Seguidamente passamos à análise dos outros edifícios religiosos, incluindo os que se encontram fora do perímetro do sítio histórico que irão beneficiar de um tratamento especial no actual Plano Director da Câmara Municipal, com vista à sua recuperação e inclusão nos projectos que se relacionam com o desenvolvimento do turismo da Câmara Municipal da Cidade de Santiago. Assim, analisamos as ruínas da Ermida do Monte Alverne (séc. XVI / XVII). Com base em documentos da época, analisamos estas ruinas, começando pela localização e história e fazendo um estudo detalhado possível, consoante os documentos, mapas e fotografias colhidos. É visível, no segundo compartimento das ruínas, uma pequena divisão a meia altura, *"encastrado no terreno"*, logo atrás do altar. Encontra-se em bom estado de conservação; As ruínas da Igreja de S. Luzia (sec. XVI/XVII): A capela de S. Luzia localiza-se no bairro de São Brás. As ruínas que sobram estão em mau estado de conservação. Carlos Santos (SANTOS, 2010) indica que esta ermida de S. Brás já não aparece na planta de Andrea de 1769 e 1778, mas que a capela de Santa Luzia é referida na planta de Leonardo Ferrari (1655), na planta de Duplessis (1699). Esta capela faz parte do conjunto patrimonial que se encontra em mau estado de conservação; Ermida de S. Brás que localizava-se no bairro do mesmo nome, onde os jesuítas construíram casas para residirem. A planta do engenheiro António Carlos Andrea, indica-a junto ao forte São Brás e próximo da costa. Actualmente não restam vestígios desta ermida. Aludimos à sua história; Ermida de S. Marta que localiza-se na localidade de Santa Marta, fora do sítio histórico, como indica a planta de António Andrea.

Referimos à sua localização e história com base em documentos da época mas rareiam documentos que se referem a esta ermida. Actualmente não restam vestígios deste edifício religioso. Estes pequenos edifícios religiosos revestem-se de interesse e importância turística e fazem parte do património cultural da cidade.

Apresentamos ainda um estudos das Capelas da Via Sacra que existiram na cidade, localizadas nas margens da ribeira que desagua no mar. Obtivemos informações a respeito da existência de capelas da Via Sacra em primeira mão no Arquivo Histórico de Cabo Verde, ao pesquisarmos a respeito da capela de S. Gonçalo, que se localiza no Forte de S. Filipe. No processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe (Cx. 399. MIT. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961) identificamos documentos que se referem à existência de capelas da Via Sacra na margem da ribeira da Cidade da Ribeira Grande de Santiago e a outros edifícios religiosos, mas não está datado nem apresenta o nome do autor. Encetamos pesquisas e em nenhum outro Manual de História ou trabalhos científicos acerca da Cidade da Ribeira Grande havíamos encontrado informações acerca destas capelas, nem o Bispado e os páracos, ou anciãos desta cidade tiveram notícia destas capelas. É a primeira vez que este documento é analisado e confrontado com outros da época e da actualidade, no sentido de se apresentar um esclarecimento acerca de tais capelas. É o único documento que se refere a estas capelas, trazendo também informações importantes acerca de outros edifícios religiosos, civis e militares, referidos e analisados por nós nesta dissertação. Apresentamos um estudo comparativo referindo à Via Sacra do Vaticano e também à chamada via dolorosa, em Jerusalém, que é uma rua na cidade velha de Jerusalém, que começa na Portão do Leão e percorre a parte ocidental da cidade de Jerusalém, e apresentamos imagens. Apresentamos ainda informações acerca de estudos arqueológicos realizados no local das Capelas da Via Sacra, que existiram na cidade, localizadas nas margens da ribeira que desagua no mar.

As capelas da Via Sacra, sendo catorze, estariam dispostas provavelmente ao longo das margens da ribeira, e “os muros deram as hortas”, como se refere no dito documento, provavelmente do Colégio dos Jesuítas, como comprovamos. Teriam sido construídas antes da chagada dos Jesuítas, realizada no sec. XVII. Não foi possível identificar outros documentos antigos que se referem a estas pequenos

edifícios, e que facultassem informações acerca destes, pelo que recomendamos que trabalhos de arqueologia que tratem especificamente destes edifícios religiosos se realizem, para que se tenha uma ideia precisa da localização de cada uma, da sua importância e do seu valor histórico.

Para além dos edifícios e das ruínas e igrejas já apontadas, outras igrejas do município, que ficam fora do sítio histórico, foram tidas em conta no PDM da actual cidade de Santiago: As Ruínas da Capela de São Pedro; As Ruínas da Capela de Santíssima Trindade que foi restaurada por uma equipa dirigida por Luís Benavente, na época colonial, como prova um documento de 1970 de Luís Benavente, a 20 de Julho de 1970 que analisamos e apresentamos; A Igreja Paroquial de São Martinho Grande; A Capela de São João Baptista; A Capela de Belém. Desempenham um papel importante no contexto religioso enquanto lugar de culto. Estes edifícios devem merecer um trabalho de salvaguarda que mantenha a planta original, para que se conservem e tenham interesse turístico. Todos eles merecem um estudo mais aprofundado.

Apresentamos também a planta onde se indicam os monumentos religiosos que ficam fora do perímetro do sítio histórico e um quadro com a síntese do Património Construído do Município. A festa de romaria, simbiose de ritos e culturas, em que o religioso e o profano coabitam, comemora-se em quase todas as localidades deste concelho, pelo que indicamos o quadro VI e o Quadro VII que indicam as festas de romaria celebradas e os locais onde se celebram. Para além dos edifícios religiosos do sítio histórico e dos que se localizam fora deste sítio, algumas capelas faziam parte de propriedades agrícolas de senhores abastados, e de edifícios civis da cidade. As capelas pertencentes às propriedades dos grandes senhores não estão identificados e não se sabe o número total delas, embora a narrativa histórica se refira a algumas. No que respeita aos monumentos civis religiosos, aludimos à capela do Palácio Episcopal. à capela (séc. XVI). Referimos à construção e arquitectura do Palácio e da capela do Palácio Episcopal. Este edifício fundado em 1574 desapareceu completamente. Referimos à sua localização e história para além das características arquitectónicas. Este edifício, a Sede do Bispado, faz parte do património imaterial, juntamente com outros monumentos que já não são visíveis actualmente. Aludimos a seguir ao

Património submarino, aos vestígios de objectos sacros da zona protegida subaquática, do sítio histórico da "Cidade Velha", e às leis que foram publicadas para protecção dos bens que se encontram na plataforma submarina, a Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico "Cidade Velha", que inclui-se na Zona Tampão, e uma Convenção sobre a Protecção do Património Subaquático (Decreto nº 6/2008, de 28 de Julho).

Aludimos ao estado actual de conservação dos monumentos culturais da Cidade Velha que é muito bom, devido aos enormes meios investidos nos últimos dez anos, principalmente pela cooperação espanhola, a fim de se salvaguardar o sítio histórico. Apresentamos uma lista de bens culturais religiosos da freguesia do Santíssimo Nome de Jesus, constante no Livro de Registos que se encontra na Biblioteca do Salão Paroquial, que contém todos os bens móveis e imóveis de todas as freguesias do país, comparando-os com os bens ainda existentes que pudemos identificar. Muitos bens não estão identificados por ser um trabalho moroso e específico que demanda um trabalho mais aprofundado, numa investigação específica para este tema. Concluímos que por este inventário, pode deduzir-se a grandeza da riqueza que as igrejas desta época ainda ostentavam, embora se refira à falta de doações. Certamente nos anos mais recuados e mais prósperos, ainda tinham pertences de valor e arrecadavam mais receitas e doações, que permitiam a manutenção de ytodos os edifícios religiosos. Não podendo, porém, arcar com as despesas para evitar que se arruinassem, e porque, as que estavam sob a tutela da coroa, as despesas deviam ser da fazenda real, os edifícios religiosos estavam, a maior parte delas em ruinas, a julgar pelas informações colhidas nestes inventários. O estado de abandono da Cidade Velha propiciou o desmoronamento de seus edifícios culturais em que se incluem os edifícios religiosos.

Apresentamos uma conclusão acerca do número de ermidas, capelas e igrejas do sítio histórico da Cidade Velha. Assim, na análise que efectuamos acerca dos edifícios religiosos da Cidade Velha, identificamos a capela de S. Gonçalo, a capela de S. António, que estão inseridas ou próximas dos Monumentos para a defesa, a primeira na Fortaleza de S. Filipe e a segunda perto do Forte de S. António. Estes receberam intervenções arqueológicas. Identificamos os catorze edifícios religiosos presentes em vários documentos e mapas,

nomeadamente no mapa de Andrea, citado pelos demais, que são: 1 - Sé; 2 - Igreja da Misericórdia; 3 - Igreja de S. Roque; 4 – Igreja e Convento de S. Francisco; 5 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 6 – Paço Episcopal ; 7 - Igreja do Monte Alverne; 8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição; 9 – Colégio dos Jesuítas; 10 - Igreja de S. Pedro; 11 - Capela de S. Brás; 12 - Ermida de Santa Luzia; 13 - Ermida de S. António; 14 - Ermida de Santa Marta. A igreja de S. Sebastião, provavelmente construída em 1470, não apresenta vestígios e é referenciada apenas uma única vez (História Geral de Cabo Verde, 2001), não estando incluída no conjunto dos edifícios pertencentes ao Património do Município da Ribeira Grande, nem no "Dossier de Candidatura a Património da Humanidade" que consultamos.

Ficamos também a saber da existência das "Capelas da Via Sacra" sem contudo poder afirmar o número delas, embora se saiba que são catorze estações e que, pode ser que nem todas estivessem inseridas em capelas. Seriam no entanto várias, conforme prova o documento apresentado, e localizar-se-iam nas margens da ribeira. Não há informações exactas sobre a localização de tais capelas nos documentos vários que examinamos. Inquiridas acerca da existência destas capelas, o Senhor Francisco Moreira, técnico da Curadoria da Cidade Velha e guardião da paróquia dos monumentos religiosos, afirmou que nunca ouvira falar destas capelas nem havia sabido de documentos que se referiam a elas. Mencionou apenas as estações da Via Sacra da igreja de Nossa Senhora do Rosário o que nos levou a supor que provavelmente as estações que se localizavam na ribeira tivessem sido transferidas para a referida igreja, mas não obtivemos informações concretas e acertadas sobre isso, nem da data provável que esta situação teria ocorrido. Seriam portanto 15 edifícios religiosos, não esquecendo que algumas ermidas passaram a capelas e estas a igrejas, como ficou apontado na nossa análise. Actualmente podemos considerar, dos 15 edifícios religiosos identificados:

- 2 Ermidas: Ermida de Santa Luzia; e Ermida de Santa Marta;
- 4 capelas: Capela de S. Gonçalo, a Capela de S. António, Capela do Paço Episcopal, Capela de S. Brás.

- 8 Igrejas - Igreja e Casa da Misericórdia; Igreja de S. Roque; Igreja e Convento de S. Francisco; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja do Monte Alverne; Igreja de Nossa Senhora da Conceição; As ruínas do Colégio dos Jesuítas (séc. XVII) – a igreja do colégio; Igreja de S. Pedro.
- A Sé (capela de S. José).

Acrescentaremos as "Capelas da Via Sacra" (provavelmente 14). Se considerarmos os monumentos religiosos de todo o município, juntamos aos 15 edifícios identificados as prováveis capelas da via-sacra, mais 5 edifícios religiosos que ficam fora do sítio histórico, sendo eles, a Igreja paroquial de S. Martinho Grande, a capela da Santíssima Trindade, a capela de S. João Baptista, a capela de Belém e o Altar da Santíssima Trindade. Perfazem um total de 20 edifícios religiosos no município actualmente, incluindo as arruinadas, tendo que se acrescentar mais as 14 "Capelas da Via Sacra", que provavelmente existiriam, e a provável Igreja de S. Sebastião, quando se consolidarem os dados que apresentamos sobre estes últimos edifícios.

O capítulo quinto foi dedicado às igrejas de outras ilhas de Cabo Verde, sua preservação e ao tema referente à implementação do desenvolvimento do turismo religioso. Em todas as freguesias das dez ilhas habitadas, foram edificadas igrejas desde os primórdios da ocupação e durante a época colonial. De entre estas igrejas destacamos a Igreja de Nossa Senhora da Luz, na vila do Porto Inglês, na ilha do Maio, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Sal Rei, na ilha da Boavista, a Igreja de Achada Bel Bel, na ilha de Santiago, a Igreja do Rabil, Ilha da Boa Vista, a Igreja de S. João Baptista, em Fundo das Figueiras, Boavista, a igreja de nossa Senhora de Fátima, localizada na mesma ilha, a igreja de Nossa Senhora da Luz, que fica na vila do Porto Inglês. As ruinas de ermidas, capelas e igrejas são igualmente visitadas por turistas. Destacamos também igrejas de outras paróquias das ilhas do Barlavento e do Sotavento. Realçamos que a importância da igreja católica na sociedade das ilhas é visível pela existência também de pequenas igrejas e de capelas em todas as freguesias do interior das ilhas maiores, como a ilha de S. Tiago, de S. Antão, do Fogo, de S. Vicente e de S. Nicolau, que apresentamos, bem como nas outras ilhas. Estas pequenas igrejas e capelas marcam a paisagem rural e da periferia das cidades, pelo que

a sua boa utilização para fins turísticos começa a ser considerado pelos municípios e pelo governo. Esta preocupação vai além das grandes tendências do turismo europeu da década de 90 cujo dinamismo ajudou a criar um melhor ambiente urbano nas cidades. Em Cabo Verde, devido a esta especificidade, no que respeita ao turismo cultural e ao turismo rural, com as suas várias valências, pode-se desenvolver este, e paralelamente, o turismo religioso, em algumas destas ilhas. Realçamos a igreja de Nossa Senhora do Rosário da Vila da Ribeira Brava de S. Nicolau e a Igreja de Nosso Senhor do Mundo na ilha de Santiago e de Nossa Senhora da Luz, na ilha d S. Vicente, que foram ampliadas dando origem a muita polémica, que girou à volta da necessidade de se manter a planta original, cujos actores, o IIPC, especialistas em história e a sociedade civil, muita tinta fizeram correr na imprensa escrita e digital.

Aludimos à Legislação acerca da preservação e gestão do sítio histórico da Ribeira Grande, apresentando as leis, os decretos regulamentares e as deliberações publicadas no âmbito da criação do sítio histórico, da salvaguarda da cidade e dos monumentos culturais onde se incluem os Monumentos Sacros.

O turismo religioso foi abordado como um possível polo de desenvolvimento do Município de Santiago (Ribeira Grande). É de realçar a Elaboração do Plano de Salvaguarda da Cidade Velha, Património Mundial, e o projecto "Concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra", que vem responder a um vazio existente, muito esperado e que será certamente acarinhado, sobretudo, dará um ânimo novo ao turismo local, com vantagens para o rendimento das famílias desta cidade e para o país. O item Turismo (TU) do referido plano, através do Projeto 059, explicita que à zona turística correspondem as áreas com vocação turística pelas suas características naturais, por serem adjacentes a núcleos edificados com potencial turístico ou por constituírem zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTI) delimitadas na Planta de Ordenamento. É um projecto a ser implementado e com objectivos específicos definidos. Seria também desejável um percurso turístico exclusivamente aos monumentos sacros, a fim de se desenvolver o turismo religioso no Centro Histórico da Ribeira Grande, de acordo com o projecto 5, do último PDM, Concepção e Montagem do Museu da Arte Sacra, já referido. Com a caracterização da cidade no que respeita à alta taxa de desemprego nas zonas rurais, e ao desemprego jovem, que caracterizamos com

base em tabelas e quadros do INE, que apresentamos, concluímos que a preservação do Património Cultural no geral, e do Património Edificado, onde se enquadram os Monumentos Sacros, poderá permitir a potencialização e o desenvolvimento do turismo, pode constituir um meio para a criação de riqueza e, consequentemente, de rendimento para os jovens, contribuindo para que nos próximos anos se reverta o panorama actual.

Em conclusão dissemos que a presença de construções bem representativas do passado de Cabo Verde, nomeadamente as edificações religiosas, justificou o esforço de patrimonialização da Ribeira Grande de Santiago. Pelo seu valor histórico, cultural, religioso e simbólico, realçamos e fizemos um estudo aprofundado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1495; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a primeira a ser construída (1462), a Sé Catedral iniciada em 1556, pelo episcopado de D. Frei Francisco da Cruz; a igreja convento de São Francisco mandada construir a partir de 1640 (PEREIRA, 2004, 22-24), como monumentos com evidente interesse histórico-cultural, dando também uma atenção especial à Fortaleza de S. Filipe, integrante do sistema da defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago. Desse grupo de construções com valor patrimonial faz parte o Pelourinho, símbolo da justiça real que localiza-se na zona baixa do porto, edificada em 1512, que mereceu também uma menção.

Realçamos os trabalhos de recuperação dos monumentos culturais em curso, e as perspectivas futuras, no que respeita à preservação e valorização dos edifícios religiosos, a sua relação com o desenvolvimento do turismo, que tem servido da aceleração do trabalho de recuperação e conservação do sítio histórico da Cidade Velha, nomeadamente dos edifícios religiosos, que merecem ser valorizados, as ermidas, as capelas, as igrejas, em que destacamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a de Nossa Senhora da Conceição, a Sé Catedral, o Convento de S. Francisco, e o Colégio dos Jesuítas, edifícios civis e militares, em que se destaca a Fortaleza e o Pelourinho, e outros edifícios habitacionais consolidados, algumas casas tradicionais e alguns sobrados da Cidade da Ribeira Grande. O Palácio Episcopal, edifício que desapareceu completamente, que reveste-se de um grande simbolismo e tem história, é assinalado pela sua importância.

Sugerimos o desenvolvimento do turismo religioso na Cidade da Ribeira Grande, actual Cidade de Santiago, e em todas as ilhas, a criação de circuitos turísticos voltados para os edifícios religiosos, a criação de museus religiosos, actividades apresentadas com vista a reverter a situação actual de falta de emprego jovem, criando assim actividades de rendimento para a melhoria de vida da população da Cidade Velha.

Esperamos que este trabalho seja profícuo, que seja um contributo para um conhecimento mais aprofundado da Cidade da Ribeira Grande (Cidade Velha) e dos seus bens culturais, no geral, e mais especificamente, dos edifícios religiosos desta cidade, Património da Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

I – Publicações Periódicas (revistas e jornais)

ANÓNIMO – Notícia corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. *Edição da Revista de Diogo Cão. Inéditos Coloniais*. 1937. Série A. Nº III. Lisboa. 1784.

BRÁSIO, António - Descobrimento, Povoamento evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. *Studia.* Nº 10, (1962), p. 83-97.

BRÁSIO, Padre António - Monumentos Sacros de Santiago. Cabo Verde. Ano XI, nº 130, (1960) p. 28-31.

CABRAL, Amilcar - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional. *Raízes*. Mindelo – S. Vicente. Nº 4, (1978), p. 33-76.

COMEMORAÇÃO DO 1º CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DA VILA DE S. MARIA A CIDADE - *Cabo Verde – Boletim de propaganda e Informação*. Ano IX, nº 106, 1958, p. 19-21.

CORREIA E SILVA, António Leão - Praia: A lenta Emergência de uma capital. *Cultura*. Praia. Cabo Verde. (2 de Julho de 1998), p.197.

CARREIRA, António - A Capitania das Ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios. *Revista de História Económica e Social*. Nº 19. Lisboa, Sá da Costa. 1987.

Cidade Velha pode voltar a receber Igreja matriz. *A Semana – Caderno "Correio das Ilhas"* (28 de Janeiro de 2005), p. 13.

Cidade Velha. Compatibilizar o desenvolvimento e a preservação do património. *Revista "CIDADES" – UCCLA*. Junho de 2000. Ano 1, Nº 3, p. 86-90.

FERNANDES, Valentim – "Description de la côte occidentale d'Afrique" (1508-1510), por Th. Monod, Teixeira Mota, R. Mauny. *Memória*. Nº 11. CEGP. Bissau. 1951.

FERREIRA, Isabel Lopes – As condições geo-económicas específicas do arquipélago no desempenho pelo indivíduo biologicamente mestiço. *Revista África-Debate*. (Setembro de 1999). Nº 1, p --- PARECE Q ESTÁ NO SITE

FORTES, Teresa Sofia – "Consolidação das ruínas em Maio". Jornal "A Semana" – Caderno "Cultura". (25 de Abril de 2003), p. 17.

GOMES, C., Xavier, F. - A diocese de Cabo Verde e o clero de Goa. *Studia*. N.º 9. Lisboa. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. (1966), p. 93-118.

MARIANO, Gabriel - Do Funco ao sobrado ou o Mundo que o mulato criou. *Ensaio da Cultura cabo-verdiana*. Lisboa.1991. página VERIFICAR

MONTEIRO, Mário Rito Sousa, MONTEIRO, Carlos Alberto Sousa – É necessário preservar o nosso legado histórico. Página dos Novíssimos. 10 de Setembro de 1985.

NOGUEIRA, Gláucia – Património. Apresentação dos resultados de escavações arqueológicas. Krioulidade.(13 de Abril de 2007), p. 3.

NOGUEIRA, Gláucia – Património – CIDADE VELHA – Importante é guardar a alma. Kriolidade. (13 de Abril de 2007), p. 2.

MUCANGANA, José Carlos – Subsídios para a cabo-verdianidade (3): Que significam as palavras crioulas e papear? Qual foi a origem, em Cabo Verde, da língua que ficou a ser designada por crioulo?. *ARTILETRA* (a caminho dos 25 anos). Jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura. Ano XXIV. Nº 130/131. (Julho/Agosto de 2015), p. 26.

NEVES, Baltasar - A igreja e as raízes da identidade cabo-verdiana. *Africana*. Porto. Universidade Portucalense. Centro de Estudos africanos e orientais. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. (2008), p. 281 a 296.

PATRIMÓNIO - IGREJA DA RIBEIRA BRAVA. *Magazine – Jornal a SEMANA*. (30 de Abril de 1999).

PENTEADO, Pedro - Confrarias portuguesas na época moderna: problemas resultados e tendências da investigação. Revista *"Lusitana Sacra"*. 2.ª série. Tomo VII, Lisboa. Universidade Católica. (1995), p. 15, nota de rodapé n.º 3.

RIBEIRO, Orlando - A Ilha do Fogo e as suas erupções. Junta de Investigação do Ultramar - *Memórias*, Série Geográfica. 2º Edição. 1960.

SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis – Habitações tradicionais: tipologias e suas especificidades - Casos bem-sucedidos de preservação em Cabo Verde (cidade de Santiago - Ribeira Grande, cidade de S. Filipe - ilha do Fogo). *Revista Desafios*. Cátedra Amílcar Cabral. Edições da Uni-CV. Novembro de 2014. Nº2, 256-290.

SOUSA, Teixeira - Sobrados, Lojas e funcos - Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo. Praia. Cabo Verde. *Claridade*. Nº 8 (1958), p. 2-8.

SOUSA, Henrique Teixeira de - A Estrutura social da Ilha do Fogo. *Claridade.* Nº 7. 1940, p. 42 a 45.

TSF – Especial Cultura. Projecto de Salvaguarda e Reabilitação do Património – Cidade Velha em registo áudio-visual. *Jornal "A Semana" – Especial Cultura*. (20 de Outubro de 2002), p. 4.

TORRÃO, Maria Manuel – Subsídios para a História Gral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo. *Revista Studia*. Lisboa. (1991), p. 157-176.

II – Relatórios:

1 – Relatórios escritos (suporte papel).

- AZEVEDO, Paulo – *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde* (Traduzido do original francês). Direcção Geral da Cultura. Unesco (Relatório de Missão).Paris. 1981.

- BENAVENTE, Luís - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde*. Lisboa. 1969.

– PARAJD, G. Mester – *Protection du patrimoine Cultural et naturel (Document à diffusion restreite. Rapport thecnique RP/1983/4/7.6/04)*. Cap Vert. Cooperation techenique international et activités de préinvestissement. Unesco. Paris. Nº de série: FMR/CH/84/163. 1984.

- ROELS, Johan et all - *Étude Preliminaire pour le developement urbanistique de Cidade Velha en rapport avec l'adoption souhaitée au sein des villes culturalles mondiales* . Praia. Outubro de 1989.

- TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA. CIDADE VELHA. CABO VERDE. Relatório Técnico Preliminar. Guardeães da Cidade Velha: Programa de sensibilização Social na Cidade Velha. Curso de Auxiliares de Conservação e Manutenção de Sítios. Intervenção de Conservação e Restauro da Torre da igreja da Misericórdia e Restauração da Torre da Igreja da Misericórdia da Cidade Velha – Cabo Verde. Edição - Restauradores sem Fronteiras. Novembro de 2010.

- RIBEIRO, Rui de Araújo - *RELATÓRIO DO DR. GERAL DE ECONOMIA*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1967.

- WIECZOREK, Jean- Pierre - *PROGRAMME DE SOUVEGARDE DU SITE DE CIDADE VELHA*. Unesco. “Dossier” Cidade Velha. 01493 – Arquivo Histórico Nacional. Praia. Cabo Verde. 1980.

2 - Relatórios (suporte electrónico):

- CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 24.11.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ...www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

- PROJECTO PDM - RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. Relatório do Plano Director Municipal – Volume II – MEMÓRIA DE ... Promotor: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO .....[Em linha]. 2008. [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: ... www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-gra...

- PLANO DE GESTÃO DA CIDADE VELHA, CENTRO HISTÓRICO DE RIBEIRA GRANDE. Janeiro de 2008.[Em linha]. 2008. [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-grande-de-santiag..

Projecto PDM-Ribeira Grande de Santriago Vol II Relatório de ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-grande-de-santriag...

III – Estudos:

1 – Estudos (suporte papel).

- CIDADE VELHA. DA DESTRUIÇÃO À VALORIZAÇÃO. “Dossier Cidade Velha”. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 01493. (s.d).

- “OPERAÇÃO CIDADE VELHA”. “Dossier Cidade Velha”. Arquivo Nacional de Cabo Verde. 01493. (s.d).

- “RIBEIRA GRANDE, A CIDADE VELHA”. “Dossier Cidade Velha”. Arquivo Nacional de Cabo Verde. 01493. (s.d).

2 - **Estudos (suporte electrónico).**

Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d’inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

ESTUDO DO IMPACTO DO TURISMO NA CIDADE VELHA, PATRIMONIO MUNDIAL. Curadoria da Cidade Velha promove jornada de reflexão “Cidade ... [Em linha]. 12.11.2014. [Consult. a 20.05.2016]. Disponível em: www.inforpress.publ.cv/.../105608-curadoria-da-cidade-velha-promove-jornada-de-r

MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título “Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina.. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

MARIZ, Vera Félix - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ...[Em linha]. (2016). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

MARIZ, Vera Félix - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha]. 2012. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

MARIZ, VERA - O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1962-1974). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha] 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha]. 2008. [Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed..

IV – Documentos em Arquivos:

1 - Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

AHU Cx. 39. Doc. 5,4 e Cx. 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779

AHU Cx. 80. Doc. 2. Março de 1825

AHU. CX. 63. Doc. 4. 12 de janeiro de 1814.

AHU-Cabo Verde, cx. 5 – A, doc.186 e 184.

AHU_CU_024, Cx. 5, D. 393.

Anexo: pareceres, requerimento e cartas.

AHU-Cabo Verde, cx. 6 - A, doc. 160.

AHU_CU_024, Cx. 6, D. 541.

Obs.: ver AHU_CU_CONSULTAS MISTAS, Cod. 17, fls. 333-333v.

AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 56.

AHU_CU_024, Cx. 7, D. 597.

AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 56.

AHU_CU_024, Cx. 6, D. 541

Obs.: ver AHU AHU-Cabo Verde, cx. 6 - A, doc. 160.

_CU_CONSULTAS MISTAS, Cod. 17, fls. 333-333v.

AHU-Cabo Verde, cx. 7, doc. 44 e 56.

AHU_CU_024, Cx. 7, D. 591. (Anexo: carta)

AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 9.

AHU_CU_024, Cx. 4, D. 257

AHU-Cabo Verde, cx. 5, Doc. 4.

AHU_CU_024, Cx. 4, D. 250.

AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 57.

AHU_CU_024, Cx. 4, D. 295.

AHU-Cabo Verde, cx. 5, doc. 64 e 65.

AHU_CU_024, Cx. 4, D. 301.

AHU-CU, Cabo Verde, cx 6-A, doc.: 161, de 21/05/1681.

AHU-CU Cabo Verde, cx 37, doc 27, de [31]/[07]/ 1778

AHU-CU Cabo Verde, cx 50, doc 30, de [29]/[05]/ 1797

AHU-CU Cabo Verde, cx. 63, doc. 18, de [07?]/[07?]/1814.

AHU-CU, Cabo Verde, cx 6-A, doc.: 161, de 21/05/1681.

AHU-CU Cabo Verde, cx 63, doc 4, de [12]/[01]/ 1814

AHU-CU Cabo Verde, cx 83, doc 31, de [24]/[01]/ 1826

AHU Cabo Verde, cx 86, doc 25, de [05]/[12]/ 1826

AHU Cabo Verde, cx 80, doc 2, de [02]/[12]/ 182

AHU Cabo Verde, cx 86, doc 25, de [05]/[12]/ 1826

AHU Cabo Verde, cx 86, doc 39, nºs 4,5 de [25]/[09]/ 1779

AHU Cabo Verde, cx 36, doc 26 e 30 [25]/[09]/ 1779

AHU Cx. 39. Doc. 5,4 e Cx. 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779.

AHU Cx. 80. Doc. 2. Março de 1825

AHU. CX. 63. Doc. 4. 12 de Janeiro de 1814

AHU-Cabo Verde, cx. 6- A, doc. 111 e 120.
AHU_CU_024, Cx. 6, D. 510.
AHU-Cabo Verde, cx. 24, doc. 14.
AHU_CU_024, Cx. 24, D.1814

Regimento da Alfândega, Tit. 17, Cap. 4 & 26. AHU
Regimento da Alfândega, Tit. 17, Cap. 1 & 26. AHU

2 - Arquivo Histórico de Cabo Verde

- BENAVENTE, Luís – Programa para as obras de restauro de 1972-73. Caixa 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1972-73.

- Estado actual das igrejas, fábricas, … Cx. 529, peça 1. SGG (Secretaria Geral do Governo). 0,5cm. Originais manuscritos. 25 f. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Maio de 1819.

- Processos e Projectos do MIT (Ministério das Infra-estruturas e Transporte):

Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Projecto de reconstituição e reconstrução da capela de S. Roque. Cx. 1143. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Praia. Cabo Verde.

Projecto da capela da Santíssima Trindade, na antiga cidade de Ribeira Grande – Ilha de Santiago. Originais e cópias, 1cm. Janeiro – Março de 1967. Caixa 1143. MIT. RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Projecto de reconstrução de interiores da Casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de urbanismo. [1 cm]; cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

3 - ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT; Chanc. D. Manuel, liv. 29, fl.15.

- Ordenaçoens do senhor rey d. Affonso V. 5 livros. [Em linha]. (s.d). [Consult. a 10.14.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=APhztsL08nQC

V - Outras Fontes Impressas

1- Legislação

a) Legislação (suporte papel).

- Boletim Oficial da República de Cabo Verde (B.O.) nº 49 de 8 de Dezembro de 1990.

- Boletim Oficial da República de Cabo Verde (B.O.) nº 19, de 9 de Maio de 2005, I Série. Lei nº 63/VI/2005, Cria o Município da Ribeira Grande de Santiago.

- Estatutos da Confraria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau da Província de Cabo Verde. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente.

- Estatuto da Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Ilha de S. Nicolau (cópia sem correcções). Fonte: Processo e relatório do inquérito feito à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário – 1899/1925. 12 cm. Originais. 387 folhas. SGG – Secretaria Geral do Governo. Caixa 529, peça 3. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Suplemento ao B.O. Nº 39 do Governo da província de Cabo Verde, de 1902. Publicação do Estatuto da Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Ilha de S. Nicolau Fonte: Processo e relatório do inquérito feito à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário – 1899/1925. 12 cm. Originais. 387 folhas. SGG – Secretaria Geral do Governo. Caixa 529, peça 3. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

b) Legislação (suporte electrónico).

- Leis aprovadas 2000-2011 - Assembleia Nacional de Cabo Verde. [Em linha]. 2005. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.parlamento.cv/biblioteca/GDPublicacoes1.aspx?imagemId=12

. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março 1959-Abril de 1961.

2) Reportório Numérico:

Reportório Numérico: Série E2 – Bispado de Cabo Verde; E3 – Autoridades Eclesiásticas. Caixa 528, pag. 325 e 326. 1994.

Reportório Numérico: Série E4 – Igrejas e Irmandades. Série 4 – AL/E.4. Caixa 529 – Igrejas e Irmandades. Informações. Maio de 1819. S.G.G. (Secretaria Geral do Governo); Processo e relatório do inquérito feito à irmandade o Santíssimo Sacramento da freguesia da Nossa Senhora do Rosário. 12cm; originais, Peça nº 3, 387 folhas. Caixa nº 529. Arquivo Histórico Nacional. Cabo Verde. 1994.

3 - Inventário

INVENTÁRIO. Biblioteca da Diocese de Nossa Senhora da Graça. Praia. 1918.

Inventário dos bens culturais da Cidade Velha (em realização). Curadoria da Cidade Velha.

Acrescentar

3 – Album

- "CABO VERDE". Fonte: Foto de Cristian Bossou Picôt. Éditions Delroisse. SERBAM. 916- 58/BOS ca. Dêpot legal nº 1028. ISBN 2 – 85518-119-4. (Publicação posterior à independência - 1975), p. 9. (s. d).Arquivo Histórico de Cabo Verde. Praia. Cabo Verde.

- CABO VERDE – FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. Fonte: Ediciones de cooperacíon para el desarrolo. Agência Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina Cáceres Gutierrez – arqueólogos). (s.d.).

ALBUM CARTOGRÁFICO – CABO VERDE. Comissão de cartografia (1883-1936). Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s.d.).

4 – Ofícios

Ofícios sobre o restauro da Fortaleza de S. Filipe – Correspondência entre entidades da Província da Cabo Verde e o Governo de Portugal; entre o Governo da Província de Cabo Verde e a Direcção Geral das Obras Públicas.

- Ofício do Engenheiro Tito Esteves ao Gabinete de Informação Ultramarina. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Ofício do Gabinete de Informação Ultramarina ao Engenheiro Tito Esteves Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Ofício do Engenheiro Tito Esteves ao Gabinete de Informação Ultramarina ao Presidente das Comemorações Henriquinas. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofícios entre o Director Geral das Obras Públicas, o Governador da Província de Cabo Verde e o Secretário do Conselho. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofício entre o Governador da Província de Cabo Verde e a Direcção Geral das Obras Públicas:

- Informação proposta do Chefe da Secretaria com o orçamento para o restauro da Fortaleza de s. Filipe. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Despacho Nº 16, do Governador Silvino Silvério Marques, de 5 de Setembro de 1959 – Nomeação de um grupo de trabalho para a promoção da conservação das ruínas da Cidade Velha. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofícios entre o Governador da Província de Cabo Verde e o Ministério do Ultramar. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofício entre o Governador da Província de Cabo Verde ao Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofício entre o Governador da Província de Cabo Verde e o Governador Geral do Estado da Índia. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Parecer de Eugénio Sanches da Gama e despacho favorável de Adriano Moreira acerca da segunda fase do restauro da Fortaleza de S. Filipe, de 02.12.1960. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Parecer de Eugénio Sanches da Gama e despacho favorável de C. Abecassis acerca da proposta para o restauro da Fortaleza de S. Filipe, e do arquitecto José Amorim, de 20 de Julho de 1959. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofício de Armando Girão de 24 de Fevereiro de 1960 (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Parte de uma informação proposta do arquitecto José Luís Amorim sobre o restauro da Fortaleza de S. Filipe, de 20 de Junho de 1959, com o Parecer de Eugénio Sanches da gama e despacho de C. Abecassis (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Parte do projecto do restauro da Fortaleza de S. Filipe com o parecer de Eugénio Sanches da Gama e despacho de C. Abecassis de 01.03.1960 (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ofício do Governador da Província de Cabo Verde de 23 de Setembro de 1959 ao Grupo de Trabalho nomeado por despacho Nº 16 do mesmo mês. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Sinopse do envio de ozalites ao Ministério do Ultramar, enviada pela Direcção geral das Obras Públicas e Comunicações, e nota de cobertura. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Documentos oficiais sobre o restauro da capela de S. Roque. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm. (originais e cópias). Caixa 399. MIT. Março-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

VI – Catálogos

- Catálogo da Exposição do Documentário Fotográfico sobre as Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago (exposição integrada nas comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, promovida pelo grupo dos Amigos da Cidade Velha (Aníbal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado, Francisco Delgado Freire), no salão da Rádio Clube de Cabo Verde. Edições Henriquinas. 21 de Junho de 1960.

- Catálogo – Capelas e Igrejas. Fonte: Vieira, Maria João. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 1990.
– Catálogo. Arquivo Histórico de Cabo Verde. (s. d.). Fonte: LOBO, Isabel. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- *Catálogo da Exposição – a Praia de Lobo da Gama a Duarte Fontoura: Principais transformações (1567-1974*). Fonte: PEREIRA, Ana Mafalda Gomes Furtado. Instituto do Arquivo Histórico Nacional. Praia. 2011.

VII – Regimento

Regimento da Alfândega, Tit. 17, cap. 4 & 26. AHU
Regimento da Alfândega, Tit. 17, cap. 1 & 26. AHU

Estatística

a) **Estatística: suporte digital**

www.Ine.cv

VIII - Dissertações

BORGES, Aidil de Carvalho Martins Barbosa - *O Património Ecológico e Arqueológico da Cidade Velha: Subsídios para o uso sustentável dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Turístico*. Tese de Mestrado. 199 f. 2005.

Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho - As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06. 2017]. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf

MARIZ, Vera Félix - *O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1962-1974).* Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha]. 2012. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

NEVES, Baltazar Soares – *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde – Santa Casa da Misericórdia, Confrarias e Poder (1500-1834).* Tese de Doutoramento. 225 f. 2012.

RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. 113 f. Tese de Mestrado. 2009.

SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII).*Tese de Mestrado. 225 f. Setembro de 2015.

SEMEDO, Natalino Lopes Vaz - *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde.* Tese de Mestrado. 187 f. 2010.

SILVA, Maria do Rosário Fontaínhas dos Reis - *A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos: Casos de estudo nas ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde*. Tese de Mestrado.169 f. 2013.

IX - Estudos Clássicos

BARCELLOS, Christiano José de Senna (capitão tenente da armada) - *Subsídios para a História de Cabo Verde*. (Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa). Vol. IIª Parte. Por ordem e na Typographia Academia Real das Ciências. Lisboa. Cópia 00319 Biblioteca Nacional de Cabo Verde. 1899.

BARCELLOS, Cristiano José de Senna - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira. Vol I. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional. 2003.

BRÁSIO, Padre António - *História e Missionação*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Vol. III. 1973.

BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental*). 2ª Série. Vol. I, Doc. 56. Lisboa. 1958.

BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana. (África Ocidental) (1600-1610).* Agência Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca. C.S.S.P. Vol V. Lisboa. MCMLV.

BRÁSIO, Padre António. *Monummenta Missionária Africana (África Ocidental)*.Vol. V. Academia Portuguesa de História. Lisboa. 1974.

BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental*). (1500-1569). Vol. II. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 1963.

CABRAL, Ilídio Baleno – Condicionalismos adversos à ocupação – participação para a génese da cultura cabo-verdiana. In *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa. Vol. I. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal, Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Cultural. Cabo Verde, Praia. 2001.

CHELMICKI, José Conrado Carlos de – *Corografia Cabo-verdiana. Ou descrição Geográfico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde.* Tomo I. Typ. de L.C. da CUNHA. Lisboa. 1841.

FEIJÓ, João da Silva - *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde* (apresentação e comentários de António Carreira). Colecção "Estudos e Ensaios". Instituto cabo-verdiano do Livro. 1983.

FEIJÓ, João da Silva - *Ensaio económicas sobre as ilhas de Cabo Verde – 1797.* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo V. Lisboa. 1815.

FERNANDES, Valentim – *Description de la côte occidentale d'Áfrique (1508-1510),* (por Th. Monod. Teixeira da Mota, R. Mauny). Memória nº 11, CEGP. Bissau. 1951.

VALDEZ, Francisco Travassos – África ocidental – Notícias e considerações. Tomo 1. Lisboa. Editado por Francisco Artur da Silva. 1864.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronique de Guinée (1453).* (Traduite & annoncé par Léon Bourdon & presenté par Jacques Paviot). Editions Chandeigne. Paris. 1994.

X - Mapas Gerais e Plantas

- A Cidade Velha localiza-se ao sul da ilha de Santiago. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Antigo território Diocesano de Santiago de Cabo Verde, conforme a Bula do Papa Clemente VII de 31 de Janeiro de 1533. Fonte: VACHETTO, Bernardo P. – *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz da documentação histórica (1460-1700).* Edição Farol. Boston. 1987.

- Assentamento da Cidade da Ribeira Grande com seu aparato de defesa. Gravura aguarelada. Dim. aprox. 22x17 cm. Sec. XVII. AHU. Fonte: República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. Plano elaborado no âmbito da preparação da ... [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.012.2013]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed.

- Bairros históricos da cidade. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscripti on sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Carta da Europa Central e do Nordeste da África. Fonte: Lázaro Luís – [Carta da Europa Central e nordeste de África]. Dim. aprox. 61 x 43 cm. *[Ca 1573]*. ACL. Acessível em, Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Castelo de S. Filipe, de Setúbal. 1954. Fonte: Arquivo Geral de Simancas. Valladolid. M.P. e D. XIX – 130 Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d.); Rés-do-chão do Castelo de S. Filipe de Setúbal. 1954. Fonte: Arquivo Geral de Simancas. Valladolid. M.P. e D. VII – 135. Fonte: CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña.). (Carlos Garcia Peña, Jorge de Juan Ares y Yasmina cáceres Gutiérrez – arqueólogos). (s. d.).

- Eixos geradores da Cidade da Ribeira Grande; Núcleo central da cidade. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

- Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de sudeste. Fonte: *[Panorâmica de sudeste]*. *[Escala 1/200]*. Assinatura de Luís Benavente. Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. Escala *[0,5 cm];* originais e cópias. (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de Sudoeste. Fonte: *[Panorâmica de Sudoeste]*. Escala *[1/2000*]. (Assinatura de Luís Benavente e de uma outra entidade, a azul, em cima e em baixo). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde

- Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de noroeste. Fonte: *[Panorâmica de noroeste*] (cópia reduzida). Escala *[1/500*]. (Assinatura de Luís Benavente). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Março 1959-Abril de 1961 Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Fortaleza de São Filipe, Ribeira Grande, Ilha de Santiago. Planta Geral. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacional/ Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/Arquitecto.

- Largo do Pelourinho e o Bairro Figueira de Portugal ou S. Pedro de António Carlos Andrea. Fonte: AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Localização do arquipélago de Cabo Verde (a 560 Km do promontório cabo verde, no Senegal). Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Mapa do Bairro S. Sebastião de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Mapa da Cidade da Ribeira Grande de 1778 do engenheiro António Carlos Andrea. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Mapa do momento 0; Mapa do momento 1; Mapa do momento 2; Mapa do momento 3. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

- Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Localização da Fortaleza. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

- Localização das estruturas militares de Ribeira Grande. Fonte: Gravura de Antonio Carlos Andreas, 1778. Arquivos do IIPC. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Localização das estruturas de defesa numa imagem da Cidade Velha, vista a partir da Fortaleza. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Localização do Forte de S. António. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

- O Bairro de São Brás de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Os bairros da cidade da Ribeira Grande. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

- Planta dos dormitórios. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Plantas da Fortaleza com o desenho das obras a serem realizadas. Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Planta da cidade da Ribeira Grande; Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT.Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Planta de localização da Fortaleza. Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Planta de localização da Fortaleza e uma da ilha de Santiago, sinalizando a cidade da Ribeira Grande. Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Planta de Património Construído Fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO.* VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra**.**

- Planta da cidade da Ribeira Grande de 1778 de Carlos António Andrea. Fonte: Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

- Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Cabo Verde com as suas fortificações, e o estado delas e da sua artilharia. Manuscrita, aguarelada Dim. aprox. 41x32. Escala *[C.A. 1769]*. Inventário Cartográfico. Fonte: Acessível no AHU. *[Cartm _ 024, D. 0119]*.

- Planta da vila de Santiago: *[Plan de la ville et des Forts de St. Yago]*. Jacques Nicolas Bellin. Paris. Fonte:Acessível no AHU. *[ca – 1747*]. Iconografias. Forte Real de São Filipe – 004181.

- Planta da Fortaleza da autoria de Luís Benavente. Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Planta da Fortaleza com indicações escritas das intervenções. Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

- Planta Geral da Fortaleza de S. Filipe com a indicação das construções interiores e da cisterna. Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais. (Originais e cópias). Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Planta Geral da Fortaleza. Fonte: *[Planta Geral da Fortaleza*]. (Com indicação da entrada de água potável). Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

- Planos dos Fortes. Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo, do Presídio, de São Brás e de S. Lourenço. Fonte: *[Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo e de Presídio, de São Brás e de São Lourenço]*. *[Cart. 024]*. *[D 122]*. AHU –ACL. Aguarelas de 1770, arquivos numéricos do IIPC.

- Plano dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio. Fonte: *[Planos dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio]*. *[Cart. 024]*. *[D 446. AHU – ACL]*. Cabo Verde. Papéis avulsos. 15 de Julho de 1770.

- Plano da Fortaleza com zonas de intervenção. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

- Plano da Fortaleza - Áreas de actuação arqueológica. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).

- Rota do comércio de escravos do sec. XV ao sec. XVII. Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdfI

- Trabalhos realizados no pátio da Fortaleza: a este da capela um alinhamento de pedras sobressai sob os restos originais do fecho este. Planta da Fortaleza com a indicação dos trabalhos arqueológicos. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

XI – Iconografia

- Antiga Ribeira Grande, Cidade Velha, ilha de Santiago, Cabo Verde. Vista aguarelada. Atlas de Leonardo de Ferrari, 1655. Arquivo militar de Estocolmo. Fonte. Pormenor_da-Planta_de_La_ Ciudade_ Cabo_Verde.jpg.[Em linha]. (s.d.).[Consult. a 16.04.2017]. Disponível em. Geneologia FB.

- Assalto de Drake a Santiago. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo. Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s.d).

- Cidade da Ribeira Grande. Panorâmica. Fonte: [Gezigt van de reede voor de stadt S. Jago]. séc. XVIII. Joannes van Keulen. Acessível em AHU - Lisboa. Colecção Iconografica. *[E. 450]*. *[Estampas I. IV]*.

- Imagem da Cidade da Ribeira Grande (sec. XV/XVI). Fonte: Gravura a buril, aguarelada, 46X63,8 cm. Joannes van Keulen. Escola Holandesa [c.a. 1635]. iCON.i. – 1.024.D.450. Colecção Iconográfica – gravura. Cabo Verde. AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa.

- Imagem da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Fonte: República de Cabo Verde. 2008 - 2012. Plano da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 20.10.2015]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed...

- Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda e Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. Fonte*: [Desenho TRAVASSOS VALDEZ] [sec. XIX – ca 1864]*. Acessível em: PEREIRA,

Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. 2009.

XII - Obras Gerais e Auxiliares

A ESCOLA E OS DESCOBRIMENTOS - OLHARES SOBRE CABO VERDE (Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses). Lisboa. Julho de 1995.

ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In. SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação). *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. IIIº Vol. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. Praia. 2002.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*. T. II, liv. 2. Imprensa Académica, Coimbra. 1912.

AMARAL, Ilídio de – *Santiago de Cabo Verde. A terra e os Homens*. JIU. Lisboa.1964.

AMARAL, Ilídio do - Cabo Verde Introdução Geográfica. In *História Geral de Cabo Verde*, 2ª Edição vol.1. Inst. De Invest. Cient. Tropical. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural. Praia. 2002.

AMARAL, Ilídio do - *Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens.* Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª Sér. Nº 48. Lisboa. 1964.

AMARAL. Ilídio - Cabo Verde – Introdução Geográfica. In *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa. 2ª Edição vol. I. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural. Praia. 2001.

ANDRADE, Elisa – *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta " à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris. Ed. L'Harmattan.1996.

ANÓNIMO - *Notícia Corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa. ICL. 1985.

ANÓNIMO - *Noticia Corográphica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio thé o estado presente*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Reservados, Cód. 547 [n.º antigo: B. 8 – 60]. 1784.

ARES, Jorge Juan, GUTIÉRREZ, Yasmina Cáceres. Restabelecimento do passado: 1 – Intervenções arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe. In *Cabo Verde – Fortalezas, gente e paisagem*. (Selecção de textos e fotografias de Carlos García Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.l.). (s. d.).

AKIBODE, Charles Samson, MORISET, Sébastian, CARVALHO, Carlos de – Cidade Velha. Centre Historique de Ribeira Grande. cap. Vert. Proposotion d'inscription sur la lista du patrimoine mondial. Cidade de santiago da Ribeira Grande. 2008.

AZEVEDO, Paulo – *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde* (Traduzido do original francês. Direcção Geral da Cultura). Unesco (Relatório de Missão).Paris. 1981.

BALENO, Ilídio – Povoamento e formação da Sociedade. *In História Geral de Cabo Verde.* Vol. 1. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural. Cabo Verde. Praia. 1991.

BALENO, Ilídio - Condicionalismos adversos à ocupação – participação para a génese da cultura cabo-verdiana. In *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa. Vol. 1. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal, Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Cultural, Cabo Verde. Praia. 2001.

BARROS, Augusto – *Conferência sobre a Antiga Cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago*. Maio de 1973 (dactilografado).

BENAVENTE, Luís (arquitecto) - *Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde*. "Dossier Cidade Velha". Arquivo Histórico de Cabo Verde. Setembro de 1969.

BENAVENTE, Luís - *Programa para as obras de restauro do património Histórico de Cabo Verde*, 1972-73. Cx. 1143. MIT, 1967, RPSOPAC. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

BENAVENTE, Luís – *Carta internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos*. (Versão Portuguesa sobre o texto original do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos monumentos Históricos. Veneza, 25-31 de Maio de 1964). 1997.

BETHENCOURT, Francisco - "A Igreja". In *História da Expansão Portuguesa*. Vol. I. Navarra, Círculo de Leitores. 1998.

BOXER, C. - *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica.* Lisboa. L. Horizonte. 1997.

CABO VERDE - FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones de Cooperacíon para el Desarrollo (Seleccíon de textos y fotografias: Carlos Garcia Peña). Agência de Española de Cooperacíon Internacional. (s. l). (s. d).

CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*. Vol. I. Ed. Seara Nova. Portugal. 1979.

CABRAL, Iva – Ribeira Grande: Vida urbana, Gente, Mercância e Estagnação. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. Vol. II. 2ª Edição. Instituto de Investigação Científica Tropical. Portugal. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde. 2001.

CARITA, Rui – *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI.* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1944.

CARITA, Rui - *Património Edificado da Cidade Velha. A antiga Ribeira Grande de Cabo Verde, Património da Humanidade. São Miguel*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 2011(em vias de publicação).

CARREIRA, António - *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).* Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1983.

CARREIRA, António - *Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações.* Biblioteca Ulmeiro. 1977.

CARREIRA, António – *O Crioulo de Cabo Verde - Surto e expansão*. Lisboa. 1984.

CARREIRA, António – *Portugueses (Os) nos Rios da Guiné (1500-1900)*. Edição do autor. Lisboa.1984.

CARVALHO, Carlos de, AKIBODÉ, Charles Samson, MORISET, Sébastien - *Plan de Gestion 2008 – 2012 de Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande*. Praia. 2008.

CHAVES, Luís - *Pelourinhos do Ultramar Português*. Lisboa. Agência Geral das Colónias.1948.

CERRONE, Frederico – *História da Igreja em Cabo Verde (Subsídios): 450 anos da Igreja em Cabo Verde*. Edição do autor. Mindelo. 1983

CORREIA E SILVA, António Leão – *Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto*. Lisboa. CNCDP. 1998.

CORREIA E SILVA, António Leão - Espaço, ecologia e economia interna - o demográfico. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição. Vol. I. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001.

CORREIA E SILVA, António Leão - *Combates pela História*. Edições Splen. Praia. Fevereiro de 2004.

CORREIA E SILVA, António Leão – Dinâmicas de Composição e Reconstrução de Espaços e Sociedades. In *História Geral de Cabo Verde*. Vol. III. 2ª Edição. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2002.

CORREIA E SILVA, António Leão. COSTA, Fernanda Dias e all - *Espaços Urbanos de Cabo Verde – O Tempo das cidades Porto.* Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. ADFA. CNCDP. 1998.

CORREIA, Fernando da Silva - *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa. 1944.

DIAS, Pedro - *História da Arte Portuguesa no Mundo*. (1415-1822). Navarra-Espanha. Círculo de Leitores. 1999.

DIAS, Pedro – Manuelino e Neo-Manuelino. *In O Neo-Manuelino e reinvenção dos descobrimentos*. Lisboa. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IIPAR). 1994.

EVANS, Christopher, Sorensen, Marie Louis Stig – *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations* (With contributions by C. Cessford, A. Hall &K. Seetah). The 2007 Season.

EXPOSIÇÃO: RIBEIRA GRANDE – A CIDADE VELHA. CABO VERDE. Fotocópia do original DL 30 1 990 073252. Biblioteca nacional de Lisboa. Portugal.Outubro de 1989.

FERREIRA, Hermínia Curado - *Padre Campos – o Missionário do Espírito Santo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2016.

FERREIRA, Manuel - *No Reino de Caliban*: *Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Lisboa. 1º Vol. Seara Nova. 1975.

GOMES, Lourenço – *Urbe, Memória e Crítica da Arte. Centro histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à actualidade)*. Edições UNI-CV. Colecção Memória &Património. 2010.

GONÇALVES, Nuno da Silva - A Igreja e a Cultura. In *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica* (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Vol. III. Tomo II. Lisboa. Editorial Estampa. 2005, p. 204-220, p. 395-399.

HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE. 2ª Edição. Vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001.

KI-ZERBO, Joseph – *A História da África Negra*. (Revista e actualizada pelo autor). Publicações Europa – América. 1972.

LOPES FILHO, João – Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde. In *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Instituto Superior de Educação. República de Cabo Verde. Praia. 2003.

LOPES FILHO, João - *Retalhos do quotidiano*. Lisboa. Caminha. 1997.

LOPES FILHO, João – Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde. In *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Instituto Superior de Educação. República de Cabo Verde. Praia. 2003.

MADEIRA, Maria Emília Santos, SOARES, Maria João - Igreja, Missionação e Sociedade. In *HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*. 2ª Edição. Vol. II. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia. 2001.

MALAFAIA, Ataíde Eurico - *Pelourinhos Portugueses: Testamento de Inventário Geral*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Lisboa.1997.

MARIANO, Gabriel - *Do Funco ao sobrado ou o Mundo que o mulato criou*. Ensaio da Cultura cabo-verdiana. Lisboa.1991.

MARTINS, João Augusto - *Madeira, Cabo Verde e Guiné.* Lisboa. 1981.

MATOS, Artur Teodoro de (Coordenação de) – *A colonização Atlântica*. Editorial Estampa. Lisboa. 2005.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa - *Código das Confrarias, Resumo do Direito eclesiástico, civil, administrativo e criminal.* Coimbra. 1870.

MOREIRA, Rafael – A Artilharia em Portugal na segunda metade do século XV (Texto adaptado por Rafael Moreira de "Artilharia Portuguesa das tapeçarias de Arzila". In *A Arquitectura Militar na expanção Portuguesa. Comissão Nacional para as Comemorações Portuguesas*. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1944.

NEVES, Baltazar Soares - *Para História do Ensino em Cabo Verde: O caso do Seminário-Liceu de S. Nicolau*. Porto. CEAUP. 2001.

NEWMAN, Richard, SORENSEN, STIG marie louise, EVANS, Chris – *The Church of Nossa Senhora da Luz*. University of Cambridge. 2012.

OLIVEIRA, Cristin, PINTO, Jorge Ricardo, FERREIRA, Luís (ORGS.) - *Turismo, património e inovação*. Edições afrontamento. 2011.

OLIVEIRA, Padre Miguel - *História Eclesiástica de Portugal* (Actualizações do Padre Artur Roque de Almeida). Lisboa. Europa-América. 1994.

PARAJD, G. Mester de – *Protection du Patrimoine Culturel et Naturel*. (Document à diffusion restraite). Rapport Technique, RP/1983/47.6/04. Cap. Vert. Cooperation techenique internationale et activités de préinvestissement. Unesco. Paris. 1984.

PEREIRA, Daniel A. - *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago - Cabo Verde)*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004.

PEREIRA, Daniel A. – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 2ª Edição (revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.

PEREIRA, Daniel A.. - *Estudos da História de Cabo Verde*. (2ª Edição, revista e aumentada). Praia. Alfa-Comunicações. 2005.

PEREIRA, Daniel A.. – *Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo*. Alfa Comunicações. Praia. Cabo Verde.2005.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo - *As Revoltas (Política e Cultura).* Praia, Cabo Verde. Edição da Imprensa Nacional de Cabo Verde. 2013.

PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte Portuguesa. Época Moderna (1500-1800).* Universidade Aberta. 1992.

PEREIRA, Mário – Da Torre ao Baluarte. In *A Arquitectura Militar na expanção Portuguesa. Comissão Nacional para as Comemorações Portuguesas*. Porto, Castelo da Foz. Setembro de 1944.

PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

RAMOS, Rita de Cássia Silva dos Santos - *Património e Memória - Estudo de caso: a Ilha de Santiago - Cabo Verde*. Lisboa. 2009.

RIBEIRO Orlando – *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1955.

RIBEIRO, Orlando - *A Ilha do Fogo e as suas erupções.* Junta de Investigação do Ultramar - Memórias, Série Geográfica. 2º Edição. Lisboa. 1960.

RODRIGUES, Moacir - *Cabo Verde – Festas de romaria, Festas Juninas.* Mindelo. Maio de 1997.

SEMEDO, José Maria, TURANO, Maria R. – Cabo Verde – *O Ritual das festas da bandeira da Ilha do Fogo*. IIPC. 2007.

SILVA, Aníbal Barbosa da et all - *Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruinas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago"*. (Exposição integrada nas Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, e promovida pelo Grupo dos Amigos da Cidade Velha). Edições Henriquinas-Achamento de Cabo Verde. CAT ca. 966.58. Biblioteca do Arquivo Histórico de Cabo Verde. MCMLX.

SILVA, K. V. - *Dicionário de conceitos históricos*. Contexto. São Paulo, Brasil. 2006.

TEIXEIRA DA MOTA - *"As Rotas Marítimas Portuguesas no Atlântico de Meados do Século XV ao Penúltimo Quartel do Século XVI".* Do Tempo e da História. Vol. III. Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos. Lisboa. 1970.

TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique - *Entre duas bandeiras*. Publicação Europa-América. Colecção Sec. XX. 1994.

TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique - *Cidade Velha, Cidade esquecida*. "Dossier" Cidade Velha. Arquivo Histórico de Cabo Verde. Março de 1957.

VASHETTO, Bernardo P.O.F.M.Cap. - *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz de uma documentação histórica (1460-1700)*. Edição Farol. Boston. 1987.

Webgrafia

A azulejaria barroca e a invencao do espaco | José Meco ... [Em linha]. (s. d.) [Consult a 25.08.2017].Disponivel:em:http://www.academia.edu/12044274/A_azulejaria_barroca_e_a_invencao_do_espaco

A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa ... [Em linha]. (s. d.). [Consult. A 20.10.2015]. Disponível em: A Devoção a Nossa Senhora do Rosário | Irmandade de Nossa... [http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

A gestão do Património Arqueológico em Sítios de Memoria; caso da Cidade Velha Património Mundial. [Em linha]. (s.d). [Cons. a 30.04.2017]. Disponível em: Description: Controlo interno do património do Estado : o caso da ... oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP.../Description

A Hidrobase da Calheta de São Martinho - 1927, [Em linha]. (s.d.). [Consult.a 20 Jun. 2010]. Disponível em: WWW: URL http:// amantedarosa.blogspot.com/2008/05/cams-51.html>

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Do Pelourinho: memória...[Em linha].(s. d.) [Consult. a 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_santana.pdf

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho: memória. [Em linha]. (s. d.) [Consult. 21.06.2016]. Disponível em: www.africaniasc.uneb.br/pdfs/neb./br/ pdfs/n

A Interpretação do Património Cultural- Pelourinho ou Picota da "Cidade Velha" Património da Humanidade. [Em Linha], (s. d.). [Consult. a 15.05.2015]. Disponível em: www.iipc.cv/ficheiros/2 _artigo_Martinho.pdf.

antiga sé-catedral de nossa senhora do rosário - Tarrafal de São ...[Em linha]. 13.10. 2015. [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: submarinocaboverdiano.blogspot.com/.../se-catedral-de-nossa-senhora-do-rosario.htm..

arquitectura, património e turismo : o caso Cidade Velha em Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 05.07.2015]. Disponível em: catalogo.ubi.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=97019.

Arquitetura, património e turismo: o caso da Cidade Velha Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 15.08.2015]. Disponível em: ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1928.

As intervenções de Luís Benavente em Cabo Verde - Cultural Cabo Verde. Instituto dos Arquivos Nacional/ Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/ Arquitecto. [Em Linha] (s. d.). [Consult a 30.12.2014]. Disponível em:]culturalcaboverde.blogs.sapo.pt376 × 398Pesquisar por imagens

Aula de Literatura Portuguesa: Neo-ReaIismo. [Em linha]. 2008-2012. [Consult. a 20.10.2014]. Disponível em: auladeliteraturaportuguesa. Blogspot.com/2008/12/neorrealismo.html.

Banqueta estilo D. João V estofada em veludo brocado, c..Lote 118 - Banqueta estilo D. João V, em madeira entalhada com 4 ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 30.06.2016]. www.ernanileiloeiro.com.br/peca.asp?ID=19785&ctd=221&tot=854&tipo=.

Cabo Verde fotos, galeria de Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult a 15.06.2016]. Disponível em: www.ecaboverde.com550 × 366Pesquisar por imagens. Espargos - Igreja Católica

Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português .... [Em linha] (s.d.). [Consult. a 30.12.2015]. Disponível em: coloquiocvgb.files.wordpress.com529 × 395

CABO VERDE NO PROGRAMA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: coloquiocvgb.files.wordpress.com529 × 395.9ª Imagem: Padronagem antiga (em baixo) e actual (em cima) da azulejaria da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

[PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha] (s.d.). 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

[PDF] Câmara da Ribeira Brava oferece placa de mármore à antiga Sé ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: www.jsn.com.cv/.../4516-camara-da-ribeira-brava-oferece-placa-de-marmore-a-antig...

Cabo Verde*llhas da Morabeza, Amílcar Tavares.com

CMRGS. [Em linha]. 2014. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.cmrgs.com/wp-content/uploads/2014/01/Medidas-Preventivas.pdf

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 24.11.2015]. Disponível em: Projecto PDM-Ribeira Grande de Santiago Vol I ...www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

Celebração das Festas do Santíssimo Nome de - Cidade Velha 1462. ...[Em linha].29 de Janeiro de 2016. [Consult. a 10.08.2016]. Disponível em: cidadevelha1462.blogspot.com/2013/.../0359-festas-do-santissimo-nome-de-jesus.htm...

Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha] (s.d). [Consult. a 16.10.2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336

Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janvier 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

Cidade Velha, Património Mundial. Por uma questão do Património ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 28.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-por-uma-questao-do-patrimonio-cultu...

Cidade Velha: património mundial nas proximidades da ...[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: www.afreaka.com.br/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-nas-proximida...

Cidade Velha: património mundial nas proximidades da ...[Em linha]. (s.
d.). [Consult. a 18.12.2015]. Disponível em: www.afreaka.com.br/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-nasproximida...

Cidade Velha: Sé Catedral acolhe a missa do Santíssimo Nome de ...[Em linha].(s. d.). [Consult. a 10.08.2016]. Disponível em: www.inforpress.publ.cv/.../122871-cidade-velha-se-catedral-acolhe-a-missa-do-santiss

Colecçam dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da ... . [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em:https://books.google.cv/books?id=BizaWu5K6eYC;

Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em:https://books.google.cv/books?id=j6JFAAAAcAAJ.

Controlo interno do património do Estado : o caso da ... [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 23.08.2016]. Disponível em : oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP.../Description.

De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente. [Em linha]. (s. d) . [consult. a 01.07.2017]. Disponível em:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686

Demolição Igreja do Tarrafal: Diocese alega segurança - A Nação. [Em linha]. 2015. [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: anacao.cv/2015/04/20/demolicao-igreja-do-tarrafal-diocese-alega-seguranca/Description.

DIOCESE DE SANTIAGO-História da Igreja em cabo Verde. [Em Linha]. (s. d.). [Consult. a 03.05.2013]. Disponível em: www.diocesesantiago.cv/?page_id=129

Diocese Santiago - História. [Em linha] (s.d) [Consult. a 22.11.2016]. Disponível em: diocesesantiago.org/site/index.php/diocese/histor

Eglise Notre-Dame de Rosario Cidade Velha (Cap Vert). [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 14.08.2016]. Disponível em: ethnoclic.net400 × 300 ;

ePORTUGUÊSe: Monumento tombado pela UNESCO: Sidadi em Cabo Verde. [Em linha]. [Consult. a 14.08.2016]. Disponível em:eportuguese.blogspot.com1600 × 1200.

Esquema da Via Dolorosa em Jerusalém. Fonte: Imagens da Via Dolorosa. Via Dolorosa — Jerusalém. [Em linhal. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível

Fernando Pires, José Manuel Fernandes. Igreja de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. [Em Linha] 02.10. 2012. [Consult. a 28.11.2015] Disponível em:Igreja de Nossa Senhora do Rosário-RibeiraGrandeHPIPwww.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=172

Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de Fortificação da Cidade. Ribeira Grande ["Cidade Velha"], Ilha de Santiago, Cabo Verde. Arquitetura militar. [Em linha]. 2012 [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: Fortaleza Real de São Filipe e Sistema de...-HPIP. www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=165.

Fortificação > Forte Real de São Filipe - Fortalezas.org. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 20.12.2015]. Disponível em: fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=530&muda_idioma...

Fortificações [Em linhal. (s.d.) [Consult a 15.10.2015]. Disponível em: Fortificação > Forte Real de São Filipe Fortalezas.org. fortalezas.org/?ct=fortaleza&id fortaleza=530&muda_idioma...

Gerschenfed, Ana, Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos [Em linha]. (s. d.). [Consult. 13 Nov. 2015]. Disponível em: http://www.publico.pt/ciencia/noticia/desenterrada-em-cabo-verde-a-igreja-mais-antiga-dos-tropicos-1713994

Historiadora Marina Ramos critica obras na igreja N. Srª da Luz ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 18.066.2016]. Disponível emwww.asemana.publ.cv/spip.php?article82121

Hoje a Igreja Católica celebra Santa Marta, padroeira das ... - ACI Digital[Em Linha]. 29 Jul. 15 / 12:19 pm (ACI) [Consult. a 07.08.2017]. Disponível em: www.acidigital.com › Notícias › Perfis .

Hoje é Dia dos Monumentos & Sítios: igreja do Tarrafal demolida | A Voz.[Em linha]. (s.d.). [Consult. a 20.06.2016]. Disponível em: www.avoz.cv › Cultura. http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=40398greja matriz de Santo Amaro

Hoje a Igreja Católica celebra Santa Marta, padroeira das ... ACI Digital[Em Linha]. 29 de Jul. 15/12:19 pm (ACI) [Consult. a 07.08.2017]. Disponível em: www.acidigital.com (Notícias) Perfis.

Igreja de Nossa Senhora da Luz, fachada da frente e ampliações dos fundos. Fonte: Igreja Padroeira do Mindelo, Discórdia - Esquina do Tempo. [Em linha]. 2012 . [Consult. a16.06.2016]. Disponível em: brito-semedo. Blog.sapo.cv/323798.html.

Igreja de Nossa Senhora da Luz: a primeira em Cabo Verde com ... [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: noticiasdonorte.publ.cv › Destaques.

Igreja de S. João Baptista (da ilha do Maio). [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 15.06.2016]. Disponível em: www.panoramio.com/photo/224165

Igreja desenterrada na Cidade Velha na revista Current World ... [Em Linha]. (s. d.). [Consult. a 12.12.2015].Disponível em: http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article114397&ak=1

Igreja do Rosário (cobertura em nervuras). Foto de Filipe Themudo Barata [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 07.08.2016]. Disponível em: www.hpip.org425 × 319Pesquisar por imagens.

Igreja do Rosário (cobertura em nervuras). Foto: Filipe Themudo Barata [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 07.08.2016]. Disponível em: www.hpip.org425 × 319Pesquisar por imagens.

IGREJA/*Nuno Rebocho, Por dentro da África */. 23 de janeiro de 2014. Cabo Verde: uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. [Em linha]. 23 de Janeiro de 2004. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

Ilha do Maio Cabo Verde. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: topicos123.com800 × 533Pesquisar por imagens. Vista duma bela e antiga igrejaIlha do Maio Cabo Verde.

Imagens da Via Dolorosa. Via Dolorosa – Jerusalem. Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.sacred-destinations.com-360 ×

Images of the Cape Verde islands by photographers Pitt Reitmaier and Florian Duermer. Fonte: [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: : www.cabo-verde-foto.com/Foto-Display-1-e.aspx?ID.... 800 × 533.

Ine.cv. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. Disponível em: www.ine.cv/

Irmandade dos Homens Pretos – Wikipédia, a enciclopédia ...Irmandade dos Homens Pretos. [Em Linha]. (s.d.) [Consul. A 12.12.2014]. Disponível em: http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/nossa-senhora-do-rosario/

Joana Balsa Pinho. ulsd066903_td_Joana_Pinho. As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura ...[Em linha]. 2013. [Consult. a 15.06.2017. Disponível em: confrarias da Misericórdia e a - Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9686/1/ulsd066903_td_Joana_Pinho.pdf.

Jornal de Coimbra. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=OWlEAAAAcAAJ

Leis aprovadas 2000-2011 - Assembleia Nacional de Cabo Verde. [Em linha]. 2011. [Consult.a22.08.2016]. Disponível em: www.parlamento.cv/biblioteca/GDPublicacoes1.aspx?imagemId=12

Luís Benavente. < Arquivos de Pessoas Singulares < Arquivos Pessoais, Familiares e Empresariais. Tipo: Fundo Dimensão: 160 cx.; 234 pt. Datas: 1889-1990, predominantemente 1925-1990. Associação dos Amigos da Torre do Tombo. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1614

Lusophonie. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.ascpl.info450 × 300.

MARIZ, Vera - A PRIMEIRA IGREJA CONSTRUÍDA NAS LATITUDES TROPICAIS. XIº Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades. Salvador, Brasil. 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina.. [Em Linha]. 2011. [Consult. a 12.02.2015]. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_IIIAprimeiraigrejaconstr

MARIZ, Vera Félix - A" memória do império" ou o" império da memória": a salvaguarda ... [Em linha]. (2016). [Cons. A 20.06.2017]. Disponível em: repositorio.ul.pt/handle/10451/24290

MARIZ, Vera Félix - ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: PERCURSOS DO SABER E DA CIÊNCIA. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-989-742-004-7. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. [Em linha]. 2012. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

MARIZ, VERA - O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1962-1974). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha] 2013. [Consult. a 30.11.2015]. Disponível em: [PDF]cabo verde no programa de salvaguarda do património ... https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf

Monumentos [Em linha] (s d). [Consult a 02.09.2015]. Disponível em: www.monumentos.pt.

Nossa Senhora da Luz | São Vicente | Paróquias | Diocese de Mindelo. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 16.06.2016]. Disponível em: diocesemindelo.org/pagina.php?id=307.

Núcleo urbano da vila da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade da Ribeira Grande. Cidade da Ribeira Grande/Cidade Velha - Monumentos [Em linha]. 2000. [Consult. a 12.10.2015]. Disponível em: *http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336*

O XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais sob o título "Diversidades e (Des)igualdades decorreu em Salvador, Brasil, de 7 a 10 de Agosto de 2011, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina. [Em linha]. 2011.[Consulta22.01.2015].Disponívelem:...https://sites.google.com/site/socbrasileiracontemporanea/blog/xi... .

O Divino Espírito Santo. [Em linha]. [Consult. a 06.02.2016]. (s.d.). [Em linha]. [Consult. a 06.02.2016. Disponível em: www.obradoespiritosanto.com

Obras de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em linha]. (s. d.). [Consult. a 10.08.2015]. Disponível em: cidadevelha1462.blogspot.com/2016/01/0763-obras-de-reabilitacao-da...

O MUNDO DELES – O Mundo Deles é um blog com relatos e dicas de ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: mundodelesblog.wordpress.com370 × 278

Picos, Uma referência no interior de Santiago. [Em linha].(s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: picos-saosalvador.blogspot.com370 × 278.

Ordenaçoens do senhor rey d. Affonso V. 5 livros. [Em linha]. (s.d.) [Consult. a 10.14.2016]. Disponível em: https://books.google.cv/books?id=APhztsL08nQC

Panoramio - Photo of Igreja de São João Baptista, Fundo de ... Fonte: [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.panoramio.com1024 × 683.

PAPIA CABO VERDE: décembre 2014. [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em:http://www.papiacaboverde.com/2014_12_01_archive.html

Património mundial de origem portuguesa. [Em linha]. 11 de Agosto de 2009. [Consult. a 10.12.2013].Disponível em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/187/

Pedra Lume Salt Crater (Ilha do Sal, Cape Verde): Top Tips Before You Go – TripAdvisor. [Em linha]. (s.d.). [Consult a 15.06.2016]. Disponível em: www.tripadvisor.co.uk550 × 373Pesquisar por imagens.

Praia-Igreja Nossa Senhora da Graça (4).jpg - Wikimedia Commons. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: commons.wikimedia.org3648 × 2736Pesquisar por imagens. igreja Nossa Senhora da Graça (4).

Procatedral de Nuestra Señora de la Luz (Mindelo) - Wikipedia, la ...[Em linha]. (s. d.). [Consult. a 18.066.2016].Disponível em: https://es.wikipedia.org/.../Procatedral_de_Nuestra_Señora_de_la.

Projecto PDM-Ribeira Grande de Santriago Vol II Relatório de ... [Em linha]. 2012. [Consult. a 22.08.2016]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/41-projecto-pdm-ribeira-grande-de-santriag...

Projecção da Direcção Geral de Estatísticas. Ribeira Grande de Santiago (concelho de Cabo Verde)... [Em Linha]. Novembro de 2012. [Consult. a 06.05.2015]. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Ribeira_Grande_de_Santiago_(concelho_de Cabo

Rebocho, Nuno - Cabo Verde. Cidade Velha: património mundial nas proximidades da Praia. [Em linha].(s. d) [Consult. a 09.10.2015]. Disponível em: www.afreaka.com.br/.../cidade-velha-patrimonio-mundial-nas-proximida...

Recenseamento 2010. [Em linha]. 2016. [Consult. a 13.08.2016]. disponível em: www.ine.cv/

REFLEXO DA CIDADE VELHA – uBibliorum: [Em linha]. (s.d.). [Consult. A 28.10.2016]. Disponívelem.:https://ubibliorum.ubi.pt/.../Tese%20Cidade%20Velha2013%20Tatiana%20Pavliuc.pd..

REFLEXO DA CIDADE VELHA by Pedro Cabral on Prezi. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 26.03.2016]. Disponível em: [PDF]caso da Cidade Velha - Apheleia Project.

Ribeira Grande de Santiago. Plano de Acção 2008-2012. [Em Linha]. 2008. [Consult. 21.10.2014]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed..

RODRIGUES, Sandra – Cultural Cabo Verde. MUSEUS. Tentativas de criação de museus em Cabo Verde no período colonial. [Em Linha]. 24.10.12. [Consult. a 15.01.2017]. Disponível em:. culturalcaboverde.blogs.sapo.pt

Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Boavista - Cabo Verde.Cabo Verde, Ilha da Boavista – Exótica – Vastos areais, dunas ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.caboverdesite.com727 × 367.

Sandi Patti. Via Dolorosa - Ministério do Turismo de Israel. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.goisrael.com.br › Informações Turísticas › Temas Cristãos

santiago-cidade-velha-igreja-nossa-senhora-do-rosario-azulejos-sur-mur-8.jpg. [Em Linha]. (s.d.) [Consult. a 12.08.2016]. Disponível em: www.voyagevirtuel.com1400 × 934Pesquisar por imagens.

santiago-cidade-velha-igreja-nossa-senhora-do-rosario-dans-la-nef-11.jpg. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 20.05.2015]. Disponível emwww.voyagevirtuel.com1400 × 934.

São Brás - Arautos do Evangelho [Em Linha]. (s.d.). [Consult. a 08.08.2017]. Disponível em: www.arautos.org › ARTIGOS.

São Filipe - Cabo Verde Foto Gallery - Photos of Cape Verde. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: www.ecaboverde.com. 125 × 93 - Photos of Cape Verde

Schoenstatt Aveiro: Via Sacra - Sua Origem e Significado. . [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

Tentativas de criação de Museus em Cabo Verde. [Em linha] 2012. [Consult. a 12.05.2016]. Disponível em: Cultural Cabo Verde. culturalcaboverde.blogs.sapo.pt

uma pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. [Em linha]. 2014. [Consult. a 09.12.2015]. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/cabo-verde-a-igreja-do-rosario-dos-pretos-por-nuno-rebocho

Universidade de Coimbra - História - Reitores dos séculos XIII a XVI. [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 13.06.2016]. Disponível em: www.uc.pt › Sobre Nós › História

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha). [Em Linha]. [Consult. a 12.12.2015]. Disponível em: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde www.unipiaget.edu.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojpfur

Via Sacra - Arautos do Evangelho | Via dolorosa[Em linha]. (s. d.). [Consult a 15.08 2016]. Disponível em: www.arautos.org/via-sacra/

Via sacra – Sua Origem e significado. [Em linha]. (s. d). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: schoenstatt50aveiro.blogspot.com/.../via-sacra-suas-origens-e-significado...

Via-Sacra, índice. [Em linha]. (s. d.). [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: www.vatican.va/news_services/liturgy/.../index_via-crucis_po.html.

Via-sacra: origem e finalidade | Fé Católica de Sempre. [Em linha]. Data. [Consult. a 06.02.2016]. Disponível em: https://fecatolicadesempre.wordpress.com/.../via-sacra-origem-e-finalidad...

Vista Aérea Da Praia De Santa Maria No Sal Cabo Verde Cabo Verde ... [Em linha]. (s.d.). [Consult. a 14.07.2016]. Disponível em: pt.dreamstime.com240 × 160.

ANEXO DOCUMENTAL

I - Ofícios sobre o Restauro da Fortaleza de S. Filipe - Correspondência entre entidades da Província de Cabo Verde e o Governo Português, entre o Governo da Província e a Dir. Geral das Obras Públicas. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

1 – Ofício do engenheiro Tito Esteves ao Gabinete de Informação Ultramarina. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Exmº. Sr. Director do Gabinete de Informação

Ultramarina

LISBOA

791/001

Em referência ao ofício nº 259, de 21 do corrente mês, tenho a honra de informar V. Exª. que no presente momento, de concreto, sobre o assunto, há o seguinte:

1. Encontra-se em elaboração o projecto do restauro da Real Fortaleza de S.Filipe, cujas ruínas foram ultimamente objecto de estudo por parte do Sr. Arqº. José Luís Amorim (D.S.U.H.) da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, à qual, já em 14 de Fevereiro passado, por ofício nº 150, se havia cometido a execução daquele projecto.

2. Está nomeado um Grupo de Trabalho (despacho nº 10, no B.O. nº 36, de 5 de Setembro do corrente ano, cuja cópia, inclusa, remeto a V. Exª.) para tratar, especialmente das coisas da Cidade Velha.

Nesta conformidade, supõe-se que o auxílio da União Nacional, que mais uma vez nos cumpre agradecer, poderia encaminhar-se primeiro para as obras do restauro citado e seguidamente para o que se aconselhar se faça.

Espera-se que o projecto respeitante à Fortaleza seja recebido na Província dentro de pouco tempo.

Apresento a V. Exª. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Agrimensura e Cadastro, na Praia, 26 de Novembro de 1959.

O Chefe dos Serviços,

Vital Esteves

1011

2 – Ofício ao Sr. Director do Gabinete de Informação Ultramarina ao Eng. Tito Esteves. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

GABINETE DE INFORMAÇÃO ULTRAMARINA
AVENIDA D. CARLOS I, 146-1.º D.
TELEFONE 66 40 72
LISBOA

N.º 259/959

Ref.ª D/MGR

Exmº. Senhor Engenheiro Tito Esteves

Com os seus melhores cumprimentos deseja o Gabinete de Informação Ultramarina ser esclarecido como se encontra tratado o interesse que a Província tem na recuperação da Cidade Velha.

Em 16 de Setembro escreveu-se ao Governo da Província o qual respondeu dizendo que o assunto estava afecto à Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações com quem vai entrar em contacto.

Este ofício dirige-se, naturalmente, ao distinto Chefe dos Serviços das Obras Públicas da Província a pedir a sua opinião do técnico competente. A intenção do Gabinete filia-se na convicção e esperança de que pode fazer alguma coisa no sentido de dar uma achega para a sua viabilidade.

Com antecipados agradecimentos

Lisboa, 17 de Novembro de 1959.-

- GABINETE DE INFORMAÇÃO ULTRAMARINA, -

- O DIRECTOR, -

(Luiz Terry)

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, A. E CADASTRO
Entrada N.º 1524 Proc. N.º
Em 21/11/1959

A resposta deve mencionar a nossa referência

24/11/59

3 – Ofício do Eng. Tito Esteves ao Presidente das Comemorações Henriquinas. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Presidente da Comissã

das Comemorações Henriquinas e do Meio
Milénio do Achamento de Cabo Verde
Praia

13 Agosto 9

D/ML

URGENTE

1 - Atento o despacho de Sua Exª. o Governador exarado sobre o ofício nº 3332/541/UH da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações - Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação - de 6 do corrente mês, para efeitos de informação, tenho a honra de remeter a V. Exª. cópia da "informação nº 206/UH - Restauro da Fortaleza de S.Filipe - Cabo Verde" com a transcrição do parecer da referida Direcção-Geral e do despacho de Sua Exª. o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

2 - Inclusas, tenho, ainda, a honra de remeter a V. Exª. cópias dos ofícios deste Governo nºs. 366 e 550, respectivamente de 18 de Abril e de 12 de Junho do corrente ano.

Apresento a V. Exª. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

O Chefe dos Serviços,

Tito Esteves
Engenheiro Chefe

4 – Ofícios entre o Dir. Geral das Obras P. ao Governador de Cabo Verde e o Secretário do Concelho. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

DIRECÇÃO-GERAL DE OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO

OF. N.º 3332/541/UH

PROC. N.º Ac 15
MLM/MR

1033
11 Agosto 59

Senhor Governador de Cabo Verde

Excelência:

Em referência ao ofício nº. 550, de 12 de Junho último e para cumprimento da última parte do despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino de 28 de Julho findo, tenho a honra de enviar a V.Exª. cópia da informação nº. 206/UH - RESTAURO DA FORTALEZA DE S.FILIPE CABO VERDE - com o parecer desta Direcção-Geral e do despacho ministerial acima referido.

Assim, solicito a V.Exª.informação acerca do referido assunto.

Lisboa, 6 de Agosto de 1959

A BEM DA NAÇÃO
O DIRECTOR-GERAL

Eugénio Sanches da Gama

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, A. E CADASTRO
Entrada N.º 1043 Proc. N.º 001
Em 12 / 8 / 1959

Mod. B-3

O Ref.

JLA/CJH

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

DIRECÇÃO-GERAL DE OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO

À Secção Técnica para fazer a despacho seguinte

OF. N.º 3078 /568/ UH

PROC. N.º

Roga-se na resposta indicar os números e letras supra.

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE 23/7/60

15 7 239 6 CABO VERDE

EXCELÊNCIA: Obras Públicas

Em aditamento ao ofício nº. 1010/189/UH e em referência ao ofício nº. 503, de 5 de Maio último, dessa Província, tenho a honra de agradecer o envio do levantamento desenhado do pontão de acesso à Cidade da Ribeira Grande, mas esclareço que também convinha, e muito, para efeitos do estudo da 2ª. fase das obras da Fortaleza Real de S.Filipe, um levantamento semelhante do Pontão Sul do acesso à mesma Fortaleza.

A BEM DA NAÇÃO

O DIRECTOR-GERAL

Lisboa, 1 de Julho de 1960

Eugénio Sanches da Gama

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, A. E CADASTRO
Entrada N.º 1578 Proc N.º
em 16/7/1960

ofício nº 945 de 1/8/60

MLM/CJH

D. O. Públicas / gerenciadas
Dir-geral
Eugénio Sanches da Gama
17 de Dez 1960

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

DIRECÇÃO-GERAL DE OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO

Ofício nº 770 para o Ministério, desta data. 28/2/61

SENHOR GOVERNADOR DA PROVINCIA
DE
CABO VERDE

OF. N.º 6294/1295 UH

PROC. N.º Ac 15

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO DO GABINETE
Entrada 73
Em 16 de Fevereiro de 1961
Processo N.º
O Encarregado da Correspondência

Roga-se na resposta indicar os números e letras supra.

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência seja respondido conforme a inclusa minuta, e solicitar se digne autorizar o cativo de 6.000$00 (seis mil escudos) para o pagamento dos trabalhos (estimativa).

EXCELENCIA:

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina de 6 do corrente, tenho a honra de enviar para conhecimento de V.Exª. uma cópia da informação nº. 495/UH/60 - RESTAURO DA FORTALEZA REAL DE S.FILIPE EM SANTIAGO - 2ª.FASE DAS OBRAS - com as transcrições do parecer desta Direcção-Geral e do despacho ministerial de concordância acima citado.

27/2/61

Acompanha a referida informação uma memória descritiva e justificativa, de 8/3/60, e os desenhos nºs. 7 a 9.

A Secção de Contabilidade
28/2/61

Concordo
28/2/61

A BEM DA NAÇÃO
O DIRECTOR-GERAL

Lisboa, 17 de Dezembro de 1960

Eugénio Sanches da Gama

Cx 399 MIT
Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe Mor 1959 - AS 1961 0,5 cm; originais e cópias

S. R.

PROVINCIA DE CABO VERDE

CONSELHO DE GOVERNO

N.º 26/ 40 /961

Praia, 18 de Abril de 1961

Excimo. Senhor

Engº-Chefe dos Serviços das Obras Públicas A. e Cadastro

Ciente. 18/4/61

PRAIA

Tenho a honra de devolver a V. Excia. o adjunto processado referente ao "Restauro da Fortaleza de S.Filipe", vindo com um projecto de portaria que, submetido ontem à apreciação da Secção Permanente do Conselho de Governo, mereceu da mesma parecer favorável que Sua Excelencia o Governador homologou.

Apresento a V.Excia. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

O Secretário do Conselho,

/Honorato Ferreira L.Benrós/

PROVINCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, A. E CADASTRO
Entrada N.º 672 Proc. N.º
Mar. 18/4/1961

5 - Ofício entre o Governador da Província de Cabo Verde e a Dir. Geral das Obras Públicas - Informação proposta do Chefe da Secretaria com o orçamento para o restauro da Fortaleza. Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

SERVIÇO DA REPÚBLICA

CÓPIA

----------INFORMAÇAO Nº----------

Ao Exmº. Senhor Engenheiro-Chefe dos Serviços de Obras Públicas, A. e Cadastro. ----------

----- Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos efeitos, o presente orçamento para a conclusão das Obras de Restauro da Fortaleza de S.Filipe da cidade Velha.----

----- Todos os trabalhos a realizar constam do respectivo mapa de medições, e importam em cento e cinquenta e nove mil escudos - 159 000$00.----------

----- Secção de Construção da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, A. e Cadastro, na cidade da Praia, aos 6 de Abril de 1961.----------

---------- O DESENHADOR, (assinado) José Freire -------

PARECER DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHEFE DOS SERVIÇOS:

-- 1. Deu-se assim, cumprimento ao despacho de Vossa Excelência de 21 de Março sobre a inclusa informação nº 9 da S.de Contabilidade.----------

-- 2. Não foi incluída no presente orçamento qualquer importância para o pagamento das ferragens do portão Sul pelo que tenho a honra de propor a Vossa Excelência seja feita a distribuição de 165 contos.----------

---------- 6-4-61 (assinado) Tito Esteves ----------

DESPACHO DE SUA EXCELÊNCIA O GOVERNADOR:

----- " Concordo e aprovo. Prepare-se portaria de distribuição.
----- 6-4-61- (Rubricado) S.S.Marques."----------

= = = = = = = = = = = = = ESTÁ CONFORME = = = = = = = = = = =

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Agrimensura e Cadastro, na Praia, 7 de Abril de 1961.

SERVINDO DE CHEFE DE SECRETARIA,

-(Edmundo de Oliveira Ramos)-

6 – Despacho Nº 16 do Governador Silvino Silvério Marques de 5 de Setembro de 1959 – Nomeação de um grupo de trabalho para a promoção da conservação das ruínas da Cidade Velha. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

PROVINCIA DE CABO VERDE

REPARTIÇÃO PROVINCIAL
DOS
SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS,
AGRIMENSURA E CADASTRO

SERVIÇO DA REPÚBLICA

V.º

DESPACHO Nº 16

É intenção do Governo promover a conservação das ruínas da Cidade Velha, e fazer as ligeiras restaurações que porventura se imponham. A fisionomia da própria povoação actual deverá ser tratada por forma a integrar-se naturalmente no lugar Monumental em que se encontra enquadrada. Há por outro lado a necessidade de coligir tudo o que à história da Cidade Velha se refira.

1. Com tal objectivo nomeio os Senhores Engenheiro Tito Livio da Cruz Esteves, Chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, que preside, Dr. Bento Levy, Director Técnico da Imprensa Nacional, Dr. José Marques de Oliveira, Vice-Reitor da Secção do Liceu Gil Eanes da Praia, Cónego José Correia e Jaime de Figueiredo, 3º oficial da Estatística Geral, para em Grupo de Trabalho:

a) Estudarem as ruínas da Cidade Velha por forma a conseguir a sua conservação, e onde seja possível a sua restauração, e a valorizá-las sob os aspectos histórico e turístico.
b) Estudarem o arranjo da povoação actual por modo a integrar-se no conjunto histórico e turístico.
c) Coligirem todos os dados históricos obteníveis sobre a Cidade Velha para publicação de um Guia da Cidade Velha.
d) Estudarem e proporem as medidas a tomar para valorizar sob o aspecto turístico aquele conjunto.

2. Deve o Grupo relatar o seu trabalho até ao fim do corrente ano.

7 – Ofícios entre o Governador da Província de Cabo Verde e o Ministério do Ultramar. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

366

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA:

1 - Em referência ao ofício nº 1203/209/UH, de 19 de Março findo, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações- Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação - tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um ozalide da planta da Fortaleza Real de S.Filipe, na escala de 1:500, único elemento que pôde ser encontrado nos arquivos da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, mas que o julgamos bastante elucidativo e de merecimento para o fim em vista da restauração daquela Fortaleza.

2 - Inclusas, ainda, duas fotografias. Outros elementos estão sendo apurados que serão remetidos com a possível urgência.

3 - Entretanto, muito agradeço a Vossa Excelência se digne mandar inventariar tudo que sobre o assunto ofereça utilidade, especialmente, documentos que possam existir no Arquivo Histórico Militar e Torre do Tombo, relativamente à Fortaleza em causa, ou outras, da época dos Filipes, de traça semelhante, quanto mais, este Governo certamente não poder ir além da remessa de mais fotografias das actuais ruínas e das plantas e alçados destas.

Apresento a Vossa Excelência os meus cumprimentos,

A bem da Nação

Residência do Governo de Cabo Verde, 18 de Abril de 1959.

O GOVERNADOR,

SILVINO SILVÉRIO MARQUES

MAJOR DO C.E.M.

550

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR.

EXCELÊNCIA:

Em aditamento ao meu ofício nº 366 de 18 de Abril passado, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência:

a) - dezoito fotografias mostrando os aspectos mais salientes das actuais ruínas da Fortaleza Real de S.Filipe, devidamente identificadas;

b) - dois ozalides da planta da Fortaleza: um assinalando a localização daqueles aspectos e o outro os cortes;

c) dois ozalides mostrando estes e os alçados, mais típicos, actuais.

Muito agradeço os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido da obtenção urgente do projecto das obras de restauração em vista.

Apresento a Vossa Excelência os meus respeitos cumprimentos.

A BEM DA NAÇÃO.

Residência do Governo de Cabo Verde, 12 de Junho de 1959.

O GOVERNADOR,

SILVINO SILVÉRIO MARQUES
MAJOR DO C.E.M.

946

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA:

Em referência ao ofício nº 3078/568/UH, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações - Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação - tenho a honra de enviar a Vossa Excelência os ozalides, em duplicado, do levantamento (planta, alçado e corte) do portão Sul da Fortaleza Real de S.Filipe.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Residência do Governo de Cabo Verde, // de Agosto de 1960.

O GOVERNADOR,

SILVINO SILVÉRIO MARQUES
TENENTE CORONEL DO C.E.M.

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA:

Em referência ao ofício nº 3078/568/UH, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações - Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação - tenho a honra de enviar a Vossa Excelência os exalides, em duplicado, do levantamento (planta, alçado e corte) do portão Sul da Fortaleza Real de S.Filipe.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Residência do Governo de Cabo Verde, de Agosto de 1960.

O GOVERNADOR,

SILVINO SILVÉRIO MARQUES
TENENTE CORONEL DO C.E.M.

8 - Ofício do Governador da Província de Cabo Verde ao Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

925

Exmº. Senhor Presidente da Comissão
Executiva da União Nacional.

LISBOA

1 - Em referência ao ofício nº 162, da presente série, do Gabinete de Informação Ultramarina, tenho a honra de informar V. Exª. que este Governo está altamente interessado num conjunto de obras, com vista:

a) à resuauração da Fortaleza Real de S.Filipe;

b) à conservação das ruínas existentes de outros antigos edifícios da Cidade Velha e

c) ao arranjo da actual povoação por forma a oferecerem-se condições de atracção ao turismo e um ambiente de dignidade ao que existente das edificações antigas a conservar.

2 - Oportunamente, tivemos a honra de expor, sobre o assunto, a Sua Exª. o Ministro do Ultramar o que se tencionava fazer, estando a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comubicações, procedendo a estudos para a elaboração do projecto do restauro da fortaleza citada.

3 - É-me extremamente grato patentear a V.Exª. o meu reconhecimento pelo valioso apoio que se dignou dispensar-nos e logo que estejamos de posse dos orçamentos dos trabalhos informaremos V.Exª do seu custo.

Apresento a V.Exª. os meus melhores cumprimentos.

A BEM DA NAÇÃO.

Residência do Governo de Cabo Verde, 25 de Outubro de

9 - Ofício do Governador da Província de Cabo Verde ao Governador- Geral do Estado da Índia. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

1140

SENHOR GOVERNADOR-GERAL DO ESTADO DA ÍNDIA

EXCELÊNCIA:

G O A

Estando este Governo altamente interessado em promover o arranjo da povoação da Cidade Velha, especialmente o restauro e aproveitamento, que possível, das suas ruínas, afigura-se-nos de grande utilidade para o fim em vista estarmos de posse do relatório da Comissão incumbida de estudar as ruínas de Velha Goa, e de outros elementos de reconhecido merecimento sobre obras do seu restauro.

Nestes termos, tenho a honra de solicitar a fineza da remessa, com a possível urgência, de tudo que sobre o assunto Vossa Excelência, em seu elevado critério, entenda nos possa ser útil.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Residência do Governo de Cabo Verde, de Novembro de 1959.

O GOVERNADOR,

SILVINO SILVÉRIO MARQUES
Tenente Coronel do C.E.M.

10 – Parecer de Eugénio Sanches da Gama e despacho favorável de Adriano Moreira acerca da segunda fase do restauro da Fortaleza real de S. Filipe, de 02.12.1960. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx.

399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

P A R E C E R

Julgo dignas de concordância as razões apontadas na presente informação, e para efeito de ideias definitivas sobre a distribuição interior do abrigo-café e mais pormenores em que se entenda deverem ser melhorados, não julgo necessário o envio a Província, mas antes preferível a audição do Snr. Governador que se encontra em Lisboa.

495 /60

Lisboa, 2-12-1960 a) Eugénio Sanches da Gama

D E S P A C H O

Concordo. 6-XII-60 a) Adriano Moreira

RESTAURO DA FORTALEZA REAL DE S.FILIPE, EM SANTIAGO, CABO VERDE
(2ª. FASE DAS OBRAS)

JLA/CJH 495 /60

ANTECEDENTES: Em Janeiro do corrente ano elaborou esta DG/SUH o estudo de restauro da Fortaleza em epígrafe.

Dada a urgência que então o Governo da Província tinha em iniciar os trabalhos de construção civil respectivos, adoptou-se o critério de dividir os referidos estudos em fases, de modo a entregar imediatamente à Província os elementos necessários para começar as obras, embora ficando ainda o estudo de alguns problemas

sença de outros trabalhos que nos estavam entregues com maior urgência, como ainda de levantamentos parciais pormenorizados que foram nessa altura pedidos à Província.

CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS: Presentemente, em obediência ainda ao critério inicial, propomos que se envie à Província mais os elementos que a seguir se descrevem:

ANTEPROJECTO DO ABRIGO CAFÉ

Este anteprojecto, cuja elaboração acompanhámos, embora necessite ainda de certos refinamentos de pormenor, que serão feitos quando do estudo do projecto definitivo, julgamos que está em condições de ser enviado à Província para esta se pronunciar quanto ao partido e programa adoptados.

PORMENOR DO PORTÃO SUL

Este portão foi estudado, procurando-se uma réplica tanto quanto possível semelhante ao portão primitivo.

Deverá empregar-se na sua construção madeira de undianuno, ou semelhante, da Guiné. Convém ser executado o mais possível manualmente por modo a que o seu aspecto não se possa ressentir da intervenção de ferramentas que não existiam na época original.

As dobradiças e aldraba deverão ser executadas de ferro forjado. Se para este efeito, em Cabo Verde, não existir artífice competente para executar este trabalho, deverá esta parte de serralharia civil ser encomendada na Metrópole.

PORTÃO DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE

Em nossa opinião o vão que constitui este portão deverá ficar desguarnecido de caixilho, conservando-se apenas as ombreiras, Isto porque, presentemente, não se justifica que esta porta, importante e único acesso à Cidade Velha, seja fechada.

Lisboa, 25 de Novembro de 1960

O ARQUITECTO

a/ José Luís Amorim

= D.S.U.H.:
Concordo com estes elementos -
seu envio ao Governo de Cabo Verde.
28.Nov.60 a) Armando Girão

---------- ESTÁ CONFORME ----------

Secretaria da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, em 15 de Dezembro de 1960

O 1º. OFICIAL

Miguel Duarte Silva

11 – Parecer de Eugénio Sanches da Gama e despacho favorável de C. Abecasis acerca da proposta para o restauro da Fortaleza real de S. Filipe, do arquitecto José Luís Amorim, de 20 de Julho de 1959. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

PARECER

No que diz respeito à primeira parte da questão posta, como se trata de uma obra a integrar nas comemorações henriquinas, para as quais por certo haverá verba, julgo de autorizar o que é sugerido.

Em segundo lugar e no que diz respeito ao destino a dar-lhe opino pela pousada.

Será esta a única forma de a tornar conhecida em S.Antão, particularmente se for dotada de comodidades modernas, nomeadamente de ar condicionado.

Como Museu, tenho a impressão que, além do mais, não haveria volume suficiente de relequias a guardar, salvo se tal fortaleza fôr de exíguas dimensões.

A sua conservação é também mais simples como pousada.

E o restauro deverá em meu entender fazer-se respeitando as suas dimensões originais, contràriamente ao que penso se fez num fortim que existe em Cacheu.

Penso, mas não sei ao certo se assim foi.

Lisboa, 27/7/1959

a) Eugenio Sanches da Gama

DESPACHO

Quanto à microfotografia, o Núcleo de Documentação Técnica já devia estar em condições de a efectuar, e deverá ser-lhe cometida.

Quanto ao mais, ouça-se o Governo da Província.

28/VII.59

a) C.Abecasis.

RESTAURO DA FORTALEZA DE S.FILIPE CABO-VERDE

206

JLA/MR

A - OS DOCUMENTOS EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO DO ULTRAMAR

Os documentos existentes no Arquivo Histórico do Ultramar, que analisamos detidamente e dos quais tiramos os apontamentos julgados convenientes, compõem-se de alguns manuscritos e plantas de várias fortificações, entre as quais a Fortaleza Real de S.Filipe. Todos estes documentos são da segunda metade do século XVIII e dão-nos uma idéia do estado ruinoso em que, naquela época, se encontrava já a Fortaleza de S.Filipe.

Como os Serviços de Microfotografia daquele organismo se encontram paralizados por falta de verba, conviria, na nossa

opinião, que esta Direcção-Geral/S.U.H. contratasse um fotógrafo especializado neste género de trabalhos para copiar parte destes documentos que, julgamos, devem acompanhar o Projecto de Restauro da Fortaleza.

A nossa máquina fotográfica (de amador) não tem condições para focar com nitidez a curtas distâncias e ainda "sem luz eléctrica".

3 - DESTINO A DAR À FORTALEZA

Conviria definir em que moldes serão feitas as obras de Restauro da Fortaleza, o destino que lhe vai ser dado e como se pensa conservá-la depois de restaurada.

Nós atrevemo-nos a propor que, dada a carência de estabelecimentos hoteleiros em Cabo-Verde, no recinto interior da Fortaleza, sem destruir nem prejudicar o seu traçado, fosse construída uma Pousada. Haverá no entanto que definir o número de quartos e outros condicionamentos a que a sua construção obedeceria mas sobretudo convinha averiguar se esta idéia é viável no aspecto funcional, turístico e económico.

A construção de um museu talvez não fosse também descabido, mas afigura-se-nos, economicamente, com menos probabilidades de realização.

Sobre este assunto propomos que o Governo da Província seja consultado, pedindo-se-lhe que, a propósito das dúvidas que temos se pronuncie como julgar conveniente.

Lisboa, 20 de Julho de 1959

O ARQUITECTO

José Luis Amorim

12 – Ofício em que Armando Girão de 24 de Fevereiro de 1960 (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

43

- D.S.U.H.:

1.- Este processo tem a urgência resultante de Cabo Verde pretender, e muito bem quanto a nós, que a restauração da Fortaleza seja incluída nas Comemorações Henriquinas.

2.- Os desenhos feitos sofreram já alteração sugerida pelo Prof. de Fortificação da Academia Militar, Sr. Major, Engenheiro Freitas Morais.
De acordo também com a sua indicação, a fábrica, ou pelo menos o seu aspecto à vista, deve ser de pedra e barro.

3.- A exploração futura dum "abrigo-café" - casa de chá - a construir na Fortaleza já está autorizada sob proposta da Província por despacho de Sua Excelência o Subsecretário.
A utilização do espaço restante para museu-arqueológico penso-a muito apropriada. O que mais reste deverá ainda ser ajardinado, desde que possa tal trabalho ser devidamente assistido e conservado e, em caso contrário, ensaibrado.

4.- Julgo pois tudo de remeter a Cabo Verde, para execução.

5.- Mas mais proponho que à Academia Militar e ao Sr. Prof.Major Engenheiro Freitas Morais - cujo minucioso e esclarecido relatório foi integrado neste processo - se envie uma cópia do trabalho e se manifeste o reconhecimento desta D.G. pela valiosa, amável e pronta colaboração prestada.

Lxª. 24/Fevª/1960 a) Armando Girão

---------- ESTÁ CONFORME ----------

Secretaria da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, em 7 de Março de 1960

O 1º.OFICIAL

Miguel Duarte Silva

13 – Parte de uma informação proposta do arquitecto José Luís Amorim sobre o restauro da Fortaleza de S. Filipe, de 20 de Julho de 1959; Parecer de Eugénio Sanches da Gama; e despacho de C. Abecasis (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

turístico e económico.

A construção de um museu talvez não fosse também descabido, mas afigura-seemos, econòmicamente, com menos probabilidades de realização.

Sobre este assunto propomos que o Governo da Provincia seja consultado, pedindo-se-lhe que, a propósito das dúvidas que temos se pronuncie como julgar conveniente.

Lisboa, 20 de Julho de 1959

O ARQUITECTO (asº) José Luís Amorim

PARECER

No que diz respeito à primeira parte da questão posta, como se trata de uma obra a integrar nas comemorações henriquinas, para as quais por certo haverá verba, julgo de autorizar o que é sugerido.
Em segundo lugar e no que diz respeito ao destino a dar-lhe opino pela pousada.
Será esta a única forma de a tornar conhecida em S.Antão, particularmente se for dotada de comodidades modernas, nomeadamente de ar condicionado.
Como Museu, tenho a impressão que, além do mais, não haveria volume suficiente de reliquias a guardar, salvo se tal fortaleza fôr de exíguas dimensões.
A sua conservação é também mais simples como pousada.
E o restauro deverá em meu entender fazer-se respeitando as suas dimensões originais, contràriamente ao que penso se fez num fortim que existe em Cacheu.
Penso, mas não sei ao certo se assim foi.

Lisboa, 27/8/1959
a) Engénio Sanches da Gama

DESPACHO

Quanto à microfotografia, o Núcleo de Documentação Técnica já devia estar em condições de a efectuar, e deverá ser-lhe cometida.
Quanto ao mais, ouça-se o Governo da Província.

28/VII.59

a) C. Abecassis.

---------- Está conforme ----------

Secretaria da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públi-

14 – Parte do processo do restauro da Fortaleza de S. Filipe; Parecer de Eugénio Sanches da Gama de 29.02.1960; e despacho de C. Abecasis, de 01.03.1960 (original incompleto). Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

P A R E C E R

Nada se me afigura poder ser objectado, mas em qualquer caso, considero dever ser agradecida a valiosa colaboração do Sr. Major de Engenharia Freitas Morais.

Suba com a maior urgência à apreciação de Sua Excelência o Subsecretário.

Lisboa, 29/2/1960 a) Eugénio Sanches da Gama

D E S P A C H O

Concordo e registo com o merecido apreço a colaboração amàvelmente prestada. 1.III.60 a) C.ABECASIS

PROJECTO DE RESTAURO DA FORTALEZA REAL DE S.FILIPE NA ILHA DE S.TIAGO EM CABO VERDE

43

/CJH

1. O presente projecto foi elaborado com base em elementos informativos fornecidos pela província (levantamento e fotografias do estado actual da fortaleza) e informações históricas colhidas pelo autor nos arquivos de Lisboa.

2. Logo que elaborado o estudo do restauro, foi solicitado o parecer do Professor de Fortificação da Academia Militar, Sr. Major de Engenharia Freitas Morais que sobre o assunto apresentou o Relatório anexo.

15 – Ofício do Governador da Província de Cabo Verde, de 23 de Setembro de 1959 ao Grupo de Trabalho nomeado por Despacho nº 16 do mesmo mês. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

S. R.

GOVERNO DA PROVÍNCIA
DE
CABO VERDE
REPARTIÇÃO DO GABINETE

N.º 873

Praia, 23 de Setembro de 1959

Ao Grupo de Trabalho nomeado por Despacho
nº. 16 do corrente mês

P r a i a

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência seja respondido conforme a Vossa Minuta. 21/10/59

Por determinação de Sua Excelência o Governador tenho a honra de transcrever a V. Exª. o seguinte:

Ofício nº. 162/959 do Gabinete de Informação Ultramarina de 16/9/59 -Comissão Executiva

" A Comissão Executiva louva-se no entusiasmo com que a Província de Cabo Verde, sob o alto patrocício de V. Exª., vai solenizar o V centenário do achamento das Ilhas do Arquipélago.

Parece a esta Comissão, que teria o mais alto significado ficar a Cidade Velha ligada às comemorações, pois, segundo cremos, ela foi a primeira cidade erigida pelos portugueses no Ultramar.

Se as comemorações honram o Infante, a sua escola e os seus mareantes, a restauração da cidade, ou de um ou mais dos seus monumentos, glorificaria os arquitectos, os lavrantes, os alveneis, os decoradores - os lusíades - que a levantaram com amor e dedicação transportando da Metrópole os materiais nobres de construção.

Ficaria grata esta Comissão se V. Exª. mandasse proceder, pelos Serviços de Obras Públicas, a um estudo em vista do que merecesse a pena restaurar e o possível dispendio.

A União Nacional envidaria os melhores esforços para tornar viável o empreendimento, que aliás está no propósito das comemorações.".

Despacho de 19/9/59 de Sua Excelência o Governador exarado no ofício acima citado

"Transcreva-se para execução ao Grupo de Trabalho do Despacho nº. 16 e para conhecimento à Comissão Henriquina.
Deve o G.T. acima referido preparar resposta e agradecimento.".

A BEM DA NAÇÃO

O Chefe da Repartição do Gabinete,

/José Manuel Fradinho da Costa/
-Cap. Infª.-

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, A. E CADASTRO
Entrada N.º 12,50 Proc. N.º 010
Em 23/9/1959

ANEXO II

1 – Sinópse de envio de ozalites ao Ministério do Ultramar enviada pelas Direcção Geral das obras Públicas e Comunicações. Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. 0,5 cm (originais e cópias). Cx. 399. MIT. Março de 1968-Abril de 1961. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

«POR AVIÃO»

Sinópse N.º

PROVINCIA DE CABO VERDE

SINÓPSE da correspondência que, nesta data, é enviada ao Ministério do Ultramar.

Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações

Repartição de Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação

REGISTO DE SAÍDA			EXTRACTO RESUMIDO DOS DOCUMENTOS	REGISTO NO MINISTÉRIO		
Natureza dos documentos	Número de ordem e de processo	Data dos documentos		Número de ordem	Distribuição	Número do processo
Ofício	946	11/8/60	Em referência ao ofício nº 3078/568/UH envia os ozalides, em duplicado, do levantamento (planta, alçado e corte) do portão Sul da Fortaleza Real de S.Filipe.			

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, A. e C. da Provincia de Cabo Verde. 12

de Agosto de 196 0

O Chefe da Secretaria,

Recebi a correspondencia mencionada nesta Simopse, do dia de 196 tinda pelo navio

Ministerio do Ultramar, Direcção Geral de

Repartição de , em de de 196

"POR AVIÃO"

Sinópse N.º

PROVÍNCIA DE CABO VERDE

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, A. e Cadastro

SINÓPSE da correspondência que, nesta data, é enviada ao Ministério do Ultramar.

Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações

Repartição de Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação

REGISTO DE SAÍDA			EXTRACTO RESUMIDO DOS DOCUMENTOS	REGISTO NO MINISTÉRIO		
Natureza dos documentos	Número de ordem e de processo	Data dos documentos		Número de ordem	Distribuição	Número do processo
Ofício	550	12-6-59	Em aditamento ao ofício deste Governo nº 366, envia dezoito fotografias e quatro ozalides respeitantes às ruínas da Fortaleza Real de S.Filipe e solicita o projecto das obras de restauração em vista.			

REGISTO DE SAÍDA			EXTRACTO RESUMIDO DOS DOCUMENTOS	REGISTO NO MINISTÉRIO		
Natureza dos documentos	Número de ordem e de processo	Data dos documentos		Número de ordem	Distribuição	Número do processo

Repartição Provincial dos Serviços de O.Públicas da Provincia de Cabo Verde

de Abril de 195 .

O Chefe da Secretaria

Recebi a correspondência mencionada nesta Sinópse, no dia ..... de ..... de 195 ..... vinda pelo avião

"POR AVIÃO"

Sinópse N.º

PROVÍNCIA DE CABO VERDE

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, A. e Cadastro

SINÓPSE da correspondência que, nesta data, é enviada ao Ministério do Ultramar.

Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações

~~Repartição de~~ Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação

REGISTO DE SAÍDA			EXTRACTO RESUMIDO DOS DOCUMENTOS	REGISTO NO MINISTÉRIO		
Natureza dos documentos	Número de ordem e de processo	Data dos documentos		Número de ordem	Distribuição	Número do processo
Ofício	366	18-1-59	Com referência ao ofício nº 1203/209/UH, remete um ozalide da planta da Fortaleza Real de S.Filipe, único elemento que pôde ser encontrado nos arquivos, e bem assim duas fotografias.			

REGISTO DE SAÍDA			EXTRACTO RESUMIDO DOS DOCUMENTOS	REGISTO NO MINISTÉRIO		
Natureza dos documentos	Número de ordem e de processo	Data dos documentos		Número de ordem	Distribuição	Número do processo

Repartição Provincial dos Serviços de O. Públicas da Província de Cabo Verde, 12

de Junho de 1959.

O Chefe de Secretaria

Recebi a correspondência mencionada nesta Sinópse, no dia ..... *de* ..... *de 195* ..... *vinda pelo avião*

ANEXO III – Memória descritiva e justificativa da construção de um abrigo-café na Fortaleza de S. Filipe.

SV/CJH

CÓPIA

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

No presente estudo, prevê-se a construção de um Abrigo-Café, que deverá ser executado em Cabo Verde, na Ilha de S.Tiago, dentro da Fortaleza Real de S.Filipe.

Refere-se a esse Abrigo o ofício 900 de 24 de Setembro de 1959 do Senhor Governador daquela província Major Silvino Silvério Marques a Sua Excelência o Ministro do Ultramar, do qual se transcreve a parte referente a este assunto.

> "Assim convinha considerar um compartimento onde pudesse ser servido café da Província e um ou outro prato regional aos turistas que visitassem a Cidade Velha.
> Instalações sanitárias contíguas, para senhoras e homens, e um pequeno compartimento para exposição e venda de recordações e de artigos de fabrico local".

Trata-se pois de um edifício a desenvolver num só piso sendo a cobertura em terraço, destinado àqueles que preferem admirar o panorama enquanto são servidos de café, refrescos ou qualquer outra refeição, protegidos por grandes chapéus-de-sol.

O edifício será orientado N.E.-S.O. de forma que as brisas frescas ventilem o ambiente e ficará voltado para o vasto panorama da Cidade Velha e Oceano.

Prever-se-á uma capacidade para cerca de 20 turistas.

No piso térreo ficará:

Entrada, bar-café-restaurante onde se dispõem vitrines para exposição e venda de artigos regionais.

Neste compartimento haverá duas zonas de mesas, uma resguardada e outra mais exposta ao convívio.

Seguem-se:

Copa, cozinha, despensa e instalações sanitárias para homens, senhoras, ou ainda para serviçais nos quais dispõem de um duche,

Haverá também uma pequena arrecadação com entrada independente e directa do exterior.

Na sua construção procurar-se-á o emprego de materiais locais, ficando as paredes exteriores idênticas às muralhas que rodeiam este Abrigo, integrando-se portanto neste ambiente. Estas serão, pois, de alvenaria de pedra e terão uma espessura de 40 centímetros. As interiores serão de alvenaria de blocos de cimento.

Os vãos serão constituídos por lâminas de vidro nas bandeiras das portas e nas janelas que ficam à altura daquelas.

As portas de entrada para o Abrigo-Café serão constituídas por caixilharias de madeira guarnecidas com chapas de vidro, assim como a janela, junto à entrada para permitirem uma vista para os jardins.

Todas as outras portas serão de caixilharia de madeira, de batentes formados por tábuas colocadas verticalmente.

As escadas de acesso às muralhas e ao terraço terão os degraus de pedra.

Os pavimentos serão de betonilha com óxido de ferro, encerados no compartimento principal e de mosaico hidráulico na zona de serviço e instalações sanitárias.

A cobertura será constituída por uma laje de betão armado coberta com um massame asfáltico e areia até permitir um bom isolamento tanto acústico como térmico.

O local onde existiu outrora uma pequena Capela dedicada a S. Gonçalo ficará assinalado por um cruzeiro ou uma imagem deste Santo que poderá levar uma inscrição, dando assim uma nota histórica

e de interesse ao jardim fronteiriço ao Abrigo-Café.

Lisboa, 8 de Março de 1960

A COMISSÃO DE REVISÃO

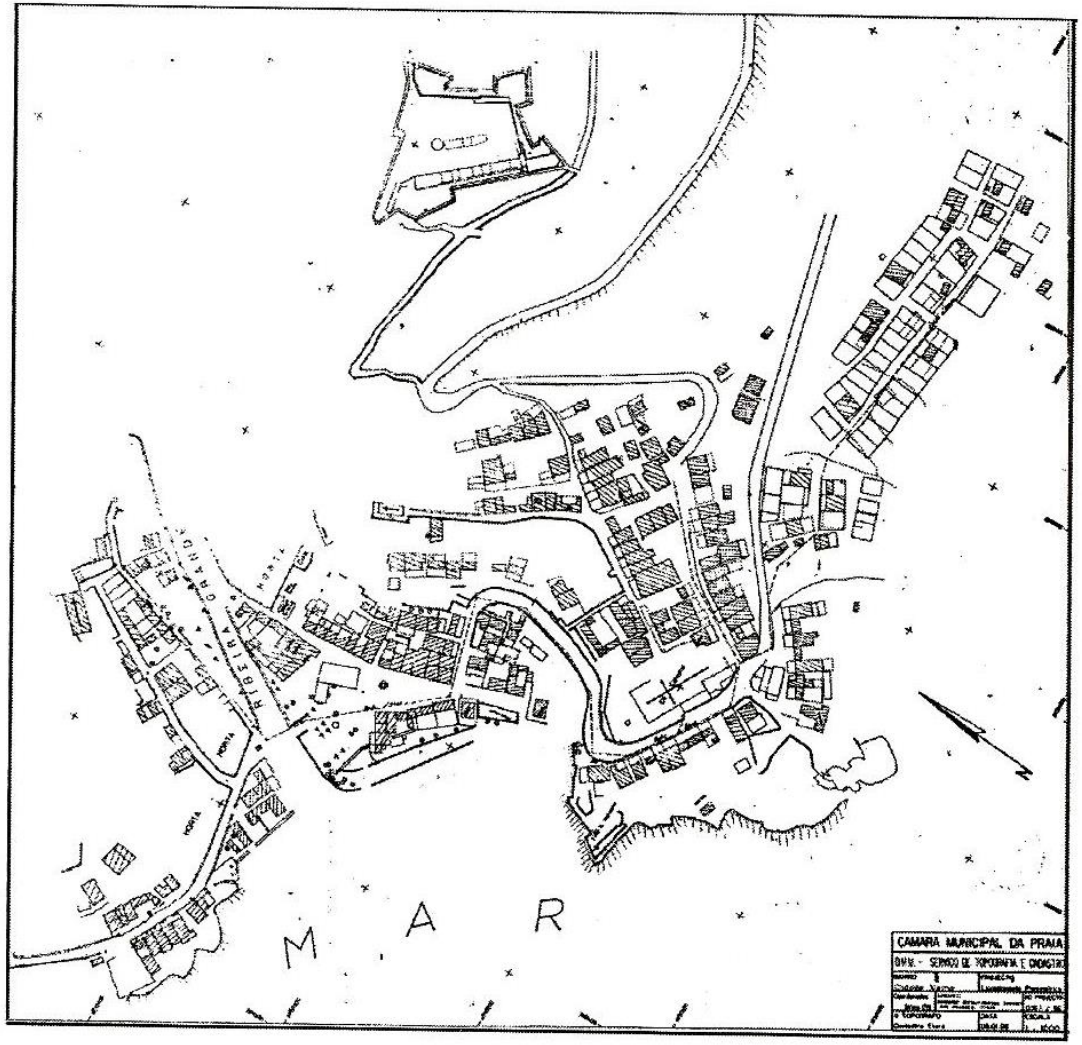
OS ARQUITECTOS

a) Rodrigo Guilherme Sampaio Viola

O ENGº. DIRECTOR

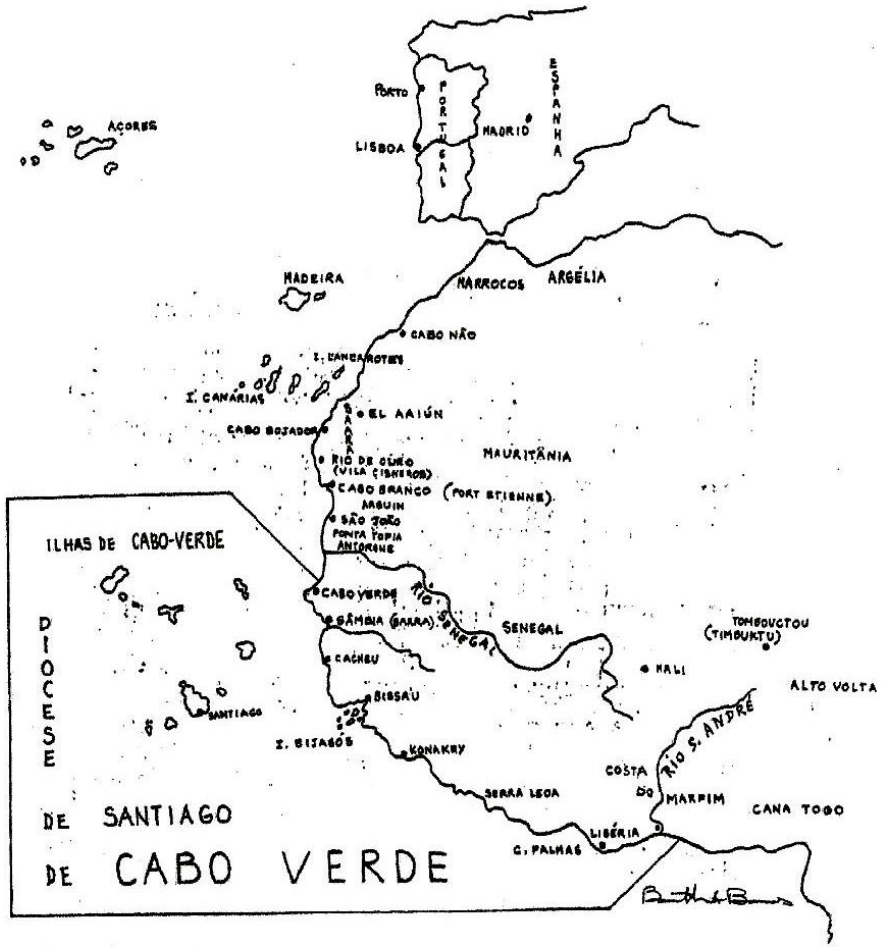
a) Armando Girão

ANEXO IV – Planta da Cidade Velha de 1996, levantamento planimétrico, cedido pela câmara municipal da Praia a Fernando Pires pela Câmara Municipal da Praia. Fonte: PIRES, 227).


M A R
CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA

ANEXO V

1 – Antigo território da Diocese de Santiago de Cabo Verde, conforme a Bula do Papa Clemente VII, 31 de Janeiro de 1533. Fonte: VACHETTO, Bernardo P. – Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz da documentação histórica (1460-1700). Edição Farol. Boston. 1987.



Antigo território da Diocese de Santiago de Cabo Verde, conforme a Bula do Papa Clemente VII, 31 de Janeiro de 1533.

2 – Elenco dos Bispos de Cabo Verde e catálogo dos Bispos de Cabo Verde. Fonte: Fonte: VACHETTO, Bernardo P. – Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde. Situação humana e eclesial (1973-1986) à luz da documentação histórica (1460-1700). Edição Farol. Boston. 1987.



Cfr. Mateus 16, 13-20

importante

4. ELENCO DOS BISPOS DE SANTIAGO DE CABO VERDE (1533-1705)

Conforme o *"Index Dioecesium"*, temos as Dioceses de *Santia-o de Cabo Verde (África Ocidental); Santiago de Cuba (América entral); Santiago do Chile (América do Sul) e Santiago de ompostela (Espanha).*

Os Bispos de *Santiago de Cabo Verde* residiram primeiramente *a Ilha de Santiago, Cidade da Ribeira Grande (hoje, Cidade elha), desde 1538 a 1747. Depois escolheram as Ilhas de S. ntão* (1754-1774 — Ribeira Grande), *Santiago* (1781-1783 -Ribeira da Prata), *S. Nicolau* (1786-1942 — Vila da Ribeira rava e Calejão) e novamente *Santiago* (1942 a... — Cidade da raia).

Eis o elenco dos *Bispos de Santiago de Cabo Verde 1533-1705):*

. D. BRÁS NETO, O. Min. (1533-1538)

Reitor da Igreja Paroquial de S. Cosme, na diocese de Braga e mbaixador régio, doutor em direito civil e direito canónico, foi onfirmado por *"breve"* de Clemente VII, 31 de Janeiro de 1533. Apesar de El-Rei mandar às autoridades judiciais e administra-vas, em 1534, que assistissem a pessoa enviada para tomar posse

do Bispado em nome de D. Brás Neto, este não seguiu para a sua Diocese. Em 1537 era enviado como embaixador à França. Faleceu a 9 de Fevereiro de 1538.

2. *D. JOÃO PARVI ou PRAVI (1538-1546).*

Natural da Diocese de Bayona, freguesia de S. Vigos. Era arcediago de Évora. Confirmado Bispo de Santiago de Cabo Verde em 23 de Setembro de 1538. Foi o primeiro Cónego Magistral da Sé Ebocense. Presume-se que foi sagrado em Évora em 1539. Tinha fama de grande teólogo e humanista, correspondendo-se com *Nicolau Clenardo.*

Faleceu na sua Diocese, a 29 de Novembro de 1546 e *foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Ribeira Grande.* Posteriormente foi transladado para a Sé, na mesma Cidade, ilha de Santiago.

3. *D. FREI FRANCISCO DA CRUZ — O.S.A. (1533-1571).*

Natural de Vila Viçosa, professara em 2 de Julho de 1528 na Ordem dos Cónegos Regrandes de S. Agostinho. Fora confirmado coadjutor do Bispo de Coimbra em 3 de Julho de 1545, com o título de Bispo de Ópia. Confirmado Bispo de Santiago de Cabo Verde, 18 de Agosto de 1553. Foi muito notável o seu governo. De vida exemplar, construiu a Igreja, a Casa da Misericórdia, o Paço Episcopal e *começou o edifício da Sé na ilha de Santiago.* Morreu em 19 de Janeiro de 1571 e *foi sepultado na Igreja da Misericórdia, junto ao altar de S. Francisco,* na ilha de Santiago.

4. *D. BARTOLOMEU LEITÃO (1572-1587).*

Natural da Vila de Estradas, doutor em Teologia e colegial de S. Paulo em Coimbra. Confirmado Bispo de Santiago de Cabo Verde a 6 de Fevereiro de 1572. Em 1581 recaía sobre esse Prelado a acusação de escândalos, mandando o Papa Gregório XIII averiguar os factos. Deixou este mundo em 9 de Fevereiro de 1587.

FREI PEDRO BRANDÃO — O. Carm. (1588-1606).

l de Lisboa, religioso Carmelita, foi confirmado Bispo de de Cabo Verde em 8 de Agosto de 1588 e sagrado no e Lisboa por D. Frei Amador Arrais. Em 1594 retirou-se oa por divergências com os principais da ilha de Santia- tuiu um morgado com os bens da mitra, tendo a a sido concedida a favor do seu sucessor D. Afonso da Depois de doze anos de ausência é que resignou, em 22 de ro de 1606. Às instâncias régias para ir para o seu respondia que tinha "renda bastante para a sua susten- Morreu a 14 de Julho de 1608, no Convento do Carmo de

LUÍS PEREIRA DE MIRANDA (1608-1610).

go da Feira e abade de Pombal, foi confirmado em 10 de ro de 1608. Chegou à Diocese em 1609, falecendo dois epois da chegada. Por alvará de 10 de Junho de 1609 vários aumentos de verba para os membros do Cabido.

FREI SEBASTIÃO DE ASCENSÃO — O.P. (1611-1614)

e de Teologia. Tinha 50 anos quando foi confirmado n 10 de Abril de 1611, e sagrado em S. Domingos de em 26 de Junho do mesmo ano, pelo Arcebispo D. de Castro, assistido por D. Frei Cristóvão da Fonseca, o, Bispo de Nicomédia, e por D. Frei Jerónimo de , minorita, Bispo de Ceuta. Tomou posse em Novembro . Adormeceu no Senhor em 18 de Março de 1614, sendo *o na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Ribeira ilha de Santiago, junto ao altar de S. Sebastião.*

FREI MANUEL AFONSO DA GUERRA (1616-1624).

ral de Guimarães, abade de Vila Flor e Catedrático do maior de S. Bartolomeu de Salamanca. Eleito em 1614, anos, confirmado em 24 de Fevereiro de 1616. Por ades da Mesa da Consciência, só em 1622 tomou posse da

Diocese.

Em 19 de Setembro de 1622 foi eleito ***Governador de Cabo Verde,*** cargo que exerceu com o da Igreja até à sua morte, ocorrida em 8 de Março de 1624. Deixou 80.000 cruzados em dinheiro, que o seu sucessor mandou distribuir aos pobres, alcançando ainda a seu favor a sentença contra o sobrinho de D. Frei Pedro Brandão.

9. *D. FREI LOURENÇO GARRO (1625-1646).*

Natural de Tomar, freire de Nossa Senhora da Luz, de Carnide, fora lente de prima em Coimbra. Confirmado em 18 de Agosto de 1625, chegou à Diocese em 1627. Fez os estatutos pelo qual se governou o Cabido. Obteve de sua Majestade um alvará em 29 de Março de 1628, que lhe dava a faculdade de nomear, como aos sucessores, as dignidades, conesias e mais benefícios. No tempo de D. João IV foram enviados os Capuchos como missionários (1657), mandando El-Rei edificar-lhes um convento na Ribeira Grande, ilha de Santiago, e dois hospícios na Guiné. *Este Bispo era tão esmoler que chegou a dar a própria cama.* Passou para a melhor vida no dia 1 de Novembro de 1646. Por falta de relações da Santa Sé com o Estado de Portugal, esteve a Sé vaga até 1672, isto é, por 26 anos.

10. *D. FREI FABIÃO DOS REIS — O. Carm. disc. (1672-1674).*

Nasceu em Campo Grande, perto de Lisboa. Exerceu o cargo de Professor de Filosofia e Teologia e depois Ministro Provincial dos Carmelitas Portugueses. Com 71 anos foi confirmado Bispo de Santiago de Cabo Verde, 16 de Maio de 1672, e sagrado a 11 de Setembro seguinte, na Igreja do Carmo em Lisboa, pelo Núncio D. Francisco Ravisa, Arcebispo de Sidónia, assistido por D. Álvaro de S. Boaventura, Bispo de Coimbra, e D. Frei Luís da Silva, Bispo de Petrópolis. Chegou a Santiago em 7 de Maio de 1673, em avançada idade. Faleceu a 8 de Fevereiro de 1674. Por alvará de 12 de Março de 1673 foi-lhe reservada a nomeação de Deão e de todas as mais dignidades.

11. *D. FREI ANTÓNIO DE S. DIONÍSIO — O.F.M. Capucho (1675-1684)*

Nascido em Marecos, diocese do Porto, Professor de Teologia; com mais de 60 anos, foi apresentado a 16 de Setembro de 1675, e confirmado Bispo a 2 de Dezembro seguinte. Chegou à Diocese em 24 de Junho de 1676. Mandou reedificar o arruinado *Convento dos Capuchos, deu grande impulso às obras da Sé*, para facilitar a conclusão do mesmo templo, *reduziu o plano a dimensões mais modestas*. Teve conflito com as autoridades e o Cabido, tentando coibir os abusos. Fez duas vezes autos de fé. Faleceu em 13 de Setembro de 1684, sendo sepultado na *Igreja do Rosário da Ribeira Grande, ilha de Santiago*.

12. *D. FREI VITORIANO DO PORTO, ou Frei Victoriano da Costa — O.F.M. Capucho (1687-1705)*

Da Província dos Franciscanos da Piedade, tinha 30 anos quando foi eleito; confirmado por Inocêncio XI, Bula de 12 de Maio de 1687; sagrado em 14 de Setembro pelo Cardeal-Arcebispo de Braga, D. Verissimo de Lencastre. Chegou a Santiago em 17 de Abril de 1688. Mandou construir em *Bissau a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e um hospício para os missionários*. Dividiu em duas freguesias a Cidade da Ribeira Grande, ilha de Santiago, com 327 famílias e 1885 pessoas. *Lutou contra os abusos da escravatura e concluiu as obras da Sé, empenhando maiores esforços na fundação do Seminário, "deixando nome glorioso entre os Bispos de Cabo Verde"*. Faleceu em 21 de Janeiro de 1705 e *foi sepultado na Sé da Cidade da Ribeira Grande, ilha de Santiago*[1].

Este elenco dos Bispos de Santiago de Cabo Verde é fruto da nossa pesquisa. Apresentamos porém um *Catálogo dos Bispos de Cabo Verde (1532-1705)*, da autoria de Francisco Ferreira da Silva, então Vice-Reitor do Seminário-Liceu da Vila da Ribeira Brava, ilha de S. Nicolau.

Neste *Catálogo*, publicado em 1899, estão incluídos os Bispos que recusaram o Bispado e outras referências particulares.

*REPUBLICA DE CABO VERDE

Catálogo dos Bispos de Cabo Verde

1.º	D. Frei Braz Neto	1532	Falleceu em 1538 sem ir à diocese.
2.º	D. Frei João d'Évora	1540	Falleceu em 1546 sem ir à diocese.
3.º	D. Fr. Francisco da Cruz.....	1554 a 1571	Creação do Seminário. Morreu na diocese.
4.º	D. Bartholomeu Leitão	1576 a 1580	Morreu na diocese.
5.º	D. Fr. Pedro Brandão	1589 a 1607	Morreu na diocese.
6.º	D. Fr. Gaspar Leitão	1600	Recusou.
7.º	D. Fr. Sebastião d'Ascensão	1611 a 1614	Morreu na Guiné.
8.º	D. Fr. António do Anjo	1619	Recusou.

1081

ANEXO VI

1 - Estatuto da Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Ilha de S. Nicolau e Cópia sem correcções. Fonte: Processo e relatório do inquérito feito à Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora do Rosário – 1899/1925. 12 cm; originais. 387 folhas. SGG – Secretaria Geral do Governo. Cx 529, peça 3. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau, da Provincia de Cabo Verde

CAPITULO I

Da Irmandade, seus fins e seus recursos

Artigo 1.º Pelos presentes estatutos é reorganisada, continuando sob a mesma denominação, a Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Ilha de S. Nicolau, da provincia de Cabo Verde, fundada em 1755 pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, confirmada em 18 de Setembro de 1782 pelo Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, remodelada em 20 de Março de 1787 e 19 de Março de 1795 pelo Bispo D. Frei Cristovam de S. Boaventura, e, finalmente, reformada pelas Mesas administrativas de 1881 e de 1901, com aprovação do Governo da provincia, em portarias, respectivamente, n.º 185, de 7 de Julho, e n.º 237, de 3 de Outubro, dos referidos anos; e, atendendo ás dificuldades que a agricultura, nesta ilha, encontra no seu desenvolvimento pela falta de capitais, é remodelada a forma de empréstimos de capitais, no género das operações do Crédito Agricola, com o fim exclusivo de proteger os irmãos agricultores, e criados os celeiros onde os mesmos irmãos poderão prover-se ne sementes.

§ unico. Pelos seus fundamentos e história, esta Irmandade funcionará como uma associação religiosa, de piedade, de beneficência e protecção á agricultura.

Art. 2.º A Irmandade exercerá o seu mister em edificio próprio, na referida freguesia de Nossa Senhora do Rozario, tendo a sua séde na Vila da Ribeira Brava, estendendo os seus beneficios a toda a ilha.

Art. 3.º Os fins da Irmandade são:

1.º Render o devido culto ao Santissimo Sacramento;

2.º Promover o desenvolvimento moral e religioso na freguesia e ministrar socorros espirituais aos irmãos;

3.º Sufragar com cinco missas resadas, dentro de tres mezes, a alma de qualquer irmão falecido;

4.º Acompanhar o funeral de qualquer irmão, a fazer as despesas da condução do cadáver e do enterramento do irmão falecido em manifesto estado de pobresa, bastando para isso que qualquer parente ou familiar do morto apresente, ao provedor, atestado do parocho comprovando êsse facto;

5.º Subsidiar quaisquer estabelecimentos de piedade ou beneficencia, legalmente autorizados;

6.º Emprestar aos irmãos, para fins exclusivamente agricolas, os capitais de que necessitarem e de que a instituição possa dispôr;

7.º Criar celeiros para uso dos irmãos, e emprestar-lhes as precisas sementes;

8.º Proteger a agricultura regional.

Art. 4.º Constituirão os seus fundos:

1.º As quantias mutuarias ou capitalisadas á data da publicação déstes estatutos, e as que de futuro se forem mutuando ou capitalisando;

2.º Os lucros obtidos nos empréstimos aos irmãos;

3.º Os lucros obtidos nos seus celeiros;

4.º As importancias, que os irmãos teem de subscrever no acto da sua admissão;

5.º Finalmente, quaisquer donativos, heranças ou legados a seu favor.

§ 1.º Os lucros da Irmandade e os respectivos fundos em hipotese alguma serão distribuidos pelos irmãos, quer como juro, dividendo, remuneração ou restituição dos capitais com que hajam contribuido para os fundos da mesma Irmandade, e, no caso de dissolução,

Art. 9.º A admissão dos irmãos efectivos será feita pela mesa, mediante proposta de algum dos seus membros ou de qualquer irmão efectivo, maior, do sexo masculino.

§ único. No caso de não admissão, póde o proponente, em petição assinada por êle e por mais onze irmãos considerados eleitores pelo artigo 36.º dos presentes estatutos, recorrer para a assembléa geral da decisão da mesa.

Art. 10.º Os irmãos protectores só poderão ser admitidos pela assembléa geral, sob proposta da mesa administrativa.

Art. 11.º A pessoa admitida como irmão deverá, antes de entrar no goso dos seus direitos, pagar a joia de entrada e assinar perante a mesa, uma cópia dos estatutos da Irmandade com a declaração de que adére a êles.

§ único. As declarações dos que não souberem escrever serão assinadas a seu rôgo, por outrem, por duas testemunhas e pelos membros da mesa presentes.

Art. 12.º Perde-se a qualidade de irmão:

1.º Por vontade própria do irmão, para o que dará parte á mesa, por escrito;

2.º Quando em actos da Irmandade insultar gravemente qualquer irmão;

3.º Quando sirva de elemento perturbador na Irmandade;

4.º Quando injustamente fale ou escreva em desabono da mesma ou por qualquer forma a desacredite;

5.º Quando o sua vida se torne tão irregular, que seja indigno de continuar a pertencer a Irmandade;

6.º Quando delapidar os fundos da Irmandade ou déles se apropriar;

7.º Quando se recusar, sem motivo justificado, a servir os cargos para que fôr eleito;

8.º Quando sem razão plausivel e sistematicamente faltar ás obrigações impostas nos artigos 17.º a 19.º

Art. 13.º Os irmãos que iludam, ou tentem iludir, em empréstimos pedidos ou alcançados, os fins a que êstes se destinam, sem embargo das sanções penais prescritas na lei geral, serão expulsos da Irmandade e ficarão obrigados ao imediato pagamento das quantias que lhes hajam sido mutuadas.

Art. 14.º E' unicamente á assembléa geral que compete a exclusão dos irmãos, sob proposta da mesa administrativa.

Art. 15.º Os irmãos tem direito a:

1.º Tomar parte na assembléa geral, quando efectivos, maiores, do sexo masculino tendo o direito de voto quando não exceptuados pelo artigo 36.º; e a ser elegiveis para a mesa administrativa e conselho fiscal conforme preceitua o artigo 37.º; com as excepções dos n.º 1.º a 3.º do mesmo artigo e as do § único do artigo 44.º

2.º Fazer com a Irmandade, quando irmãos efectivos *sui juris*, as operações previstas nestes estatutos, nos limites que permitirem os recursos da Irmandade e a sua própria solvabilidade.

3.º A ser sufragada a sua alma, como estipula o n.º 3 do artigo 3.º;

4.º A ser acompanhados no seu funeral, pelos irmãos maiores do sexo masculino, como determina o n.º 4 do artigo 3.º; e, quando pobres, as despesas indicadas no mesmo número e artigo.

Art. 16.º Todos os irmãos deverão assistir aos ofícios que hão de celebrar-se, em Novembro de cada anno, sufragando as almas dos irmãos finados.

Art. 17.º Todos os irmãos são obrigados a cumprir as disposições

1.º A compra de sementes, plantas, insecticidas e fungicidas, adubos, correctivos, gados, forragens, utensílios, máquinas, alfáias, material de transportes, vacinas, sôros e quaisquer substâncias destinadas ao tratamento preventivo e curativo dos gados;

2.º O pagamento de jornais, soldadas e mais vencimentos do pessoal agrícola;

3.º O pagamento de rendas, alugueres e mais encargos da exploração, pagamento de foros e contribuição predial rústica, que incidir sôbre terrenos agricultados;

4.º O pagamento de dívidas hipotecárias da taxa superior a 6 °/₀ ao ano e que não excedam a 300$, quando onerem a propriedade rústica, e a remissão de foros cujo valor, compreendido o laudémio e pensões, não exceda a 100$;

5.º O desconto de warrants emitidos sôbre géneros agrícolas depositados sob o regime de armazem geral agrícola;

6.º A realização de quaisquer obras que, valorisando a propriedade, tornem a exploração mais remuneradora.

Art. 21.º Os capitais pela Irmandade mutuados aos seus irmãos tão sómente poderão ser aplicados aos fins agrícolas bem indicados no artigo anterior, pelo que os pedidos de concessão de empréstimos mencionarão precisamente os fins a que estes se destinam, a época aproximada do ano em que será precisa cada verba das indicadas, o título de fruição das terras a que a exploração agrícola respeita, com a indicação da área cultural e mais condições necessárias para se formar juízo da produtividade do empreendimento e segurança da operação.

Art. 22.º A mesa administrativa fiscalisará rigorosamente o emprêgo que os irmãos fizerem dos fundos que lhes tenha fornecido, a fim de não serem desviados da sua justa aplicação.

Art. 23.º Os pedidos de empréstimos dos irmãos serão dirigidos à mesa, em requerimento fundamentado.

§ 1.º As quantias que a Irmandade tenha disponiveis para empréstimos, serão sempre distribuidas por fórma a dar acentuada preferência aos irmãos pequenos agricultores.

§ 2.º Das decisões da mesa não ha recurso.

Art. 24.º Todos os empréstimos mutuados pela Irmandade com os respectivos irmãos, poderão fazer-se:

1.º Sem hipoteca:

a) sem consignação de rendimentos;

b) com consignação de rendimentos.

2.º Com hipoteca:

a) sem consignação de rendimentos;

b) com consignação de rendimentos.

§ 1.º Sem hipoteca e sem consignação de rendimentos.

Os empréstimos poderão provar-se:

1.º Até 50$:

a) Por letra, garantida por fiador idóneo;

b) Por documento particular, tendo como garantia o penhor (géneros agrícolas, etc.).

2.º Além de 50$: é necessário escritura pública garantida por fiador idóneo.

§ 1.º Se na primeira reunião não estiver presente o número equivalente à maioria, o que será préviamente verificado, lavrar-se há um termo no livro das actas de onde conste êste facto, o qual será assinado pelo presidente e secretários.

§ 2.º Na reunião seguinte, que será convocada e efectuada dentro de quinze dias, e nas mais que forem precisas para tratar do objecto da convocação anterior, a assembléa delibera com o número de irmãos presentes contanto que não seja inferior ao duplo da mesa da assembléa geral.

§ 3.º Sempre que se efectuar a reunião da assembléa geral, indicar-se há na acta, que será assinada pelo presidente e secretários, as resoluções tomadas e os nomes dos irmãos presentes.

Art. 37.º A assembléa geral reune de dois em dois anos: no primeiro domingo de Novembro, para a eleição dos membros da meza administrativa e do conselho fiscal, que deverão tomar posso no dia 2 de Janeiro, e além disso haverá anualmente duas sessões ordinárias sendo a primeira no segundo domingo de Outubro, para aprovação do orçamento do ano civil futuro, e a segunda no terceiro domingo de Janeiro, para aprovação do relatório, do balanço e das contas da gerência do ano anterior e conclusões do parecer do conselho fiscal.

§ 1.º Haverá reuniões extraordinárias sempre que o presidente da mesa da assembléa o julgue indispensável, ou ainda a requerimento de dose irmãos eleitores, devendo estes indicar o assunto a tratar e obrigando-se a comparecer á sessão requerida.

§ 2.º O presidente conhecendo que o assunto é da competência da assembléa geral, convoca-la há o mais tardar oito dias depois da data em que lhe fôr entregue o requerimento.

Art. 38.º Compete a assembléa geral:

1.º Eleger a mesa administrativa e o conselho fiscal;

2.º Aceitar o benefício de inventários, heranças ou legados;

3.º Solicitar, da autoridade competente, licença para alienar quaisquer bens que a Irmandade possua, ou para adquirir imóveis por título oneroso;

4.º Deliberar sôbre recursos interpostos das decisões da mesa administrativa e, neste caso, os respectivos mesários não teem voto;

5.º Discutir e aprovar o relatório, o balanço e as contas da mesa e as conclusões do parecer do conselho fiscal, bem como os orçamentos ordinários e suplementares, sem cuja aprovação, nem estes, nem aqueles, poderão ser enviados á autoridade administrativa;

6.º Autorisar a mesa administrativa a solicitar, das autoridades superiores competentes, a concessão ou aprovação de qualquer negócio de maior importância ou interesse para a Irmandade.

7.º Deliberar sôbre a exclusão de irmãos;

8.º Admitir os irmãos protectores;

9.º Deliberar sôbre a conveniência de reformar os estatutos.

10.º E, em geral, deliberar sôbre qualquer assunto para que tenha sido convocada e resolver sôbre os negócios sociais, em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.

§ único. O relatório, o balanço e as contas anuais da mesa administrativa, o parecer do conselho fiscal e a lista dos irmãos, bem como

§ único. Os irmãos que tenham feito parte de alguma mesa dissolvida pela autoridade pública não podem ser votados na eleição que se seguir.

Art. 39.º A mesa dará oportunamente conhecimento aos eleitos dos cargos para que forem escolhidos e se algum dêles não aceitar, oficiará aos imediatamente votados.

§ único. No caso de nenhum dos votados aceitar o cargo, proceder-se-há a nova eleição no domingo seguinte, e se ainda assim não fôr possível eleger a mesa, deverá o presidente da assembléa participa-lo para os devidos efeitos, ao Govêrno da provincia, por intermédio da administração do concelho.

Art. 40.º A posse da nova mesa da Irmandade terá lugar no dia 2 de Janeiro, lavrando-se o termo no livro competente.

Art. 41.º A mesa transacta entregará á que lhe suceder, logo em seguida á posse desta, o saldo existente em cofre e quaisquer quantias recebidas posteriormente, os valores e mais objectos a cargo do tesoureiro e os livros e mais papeis da Irmandade.

De todas estas entregas se lavrará termos, que os vogais de ambas as mesas devem assinar.

Art. 42.º Nos primeiros oito dias, depois da posse, o provedor participará á autoridade administrativa o cumprimento das disposições dos artigos 32.º e seguintes.

CAPÍTULO V

Da mesa administrativa

Art. 43.º A administração dos negócios da Irmandade é confiada a uma mesa administrativa, composta de um provedor, um juiz e três mordomos, e cinco mordomos substitutos.

§ 1.º As funções de membro da mesa serão sempre exercidas gratuitamente.

§ 2.º Na falta ou impedimento do provedor, fará as suas vezes o juiz, na falta déste ou de ambos, os mordomos, pela ordem da sua idade, a começar no mais velho.

§ 3.º Os mordomos substitutos serão chamados a substituir os efectivos, na falta ou impedimento déstes, pela ordem do número de votos por que forem eleitos e, em igualdade de circunstâncias, preferem os mais velhos.

§ 4.º Se não fôr possivel completar a mesa, pelo modo indicado nos §§ 2.º e 3.º será convocada a assembléa geral para, em sessão extraordinária, prover á substituição dos membros falecidos, ausentes ou impedidos.

Art. 44.º A Irmandade terá um capelão, escolhido pela mesa, com o encargo de dizer missa todos os domingos á hora designada pela mesma mesa e com obrigação de ajudar ás confissões dos irmãos, durante a quaresma.

§ único. O capelão receberá uma gratificação anual de 12$500.

Art. 45.º Terá também a Irmandade um secretário e um tesoureiro, que serão nomeados pela mesa administrativa e confirmados pela assembléa geral, e êste de confiança da mesa administrativa, ambos escolhidos entre irmãos elegiveis que mais habilitados se achem para exercer êsses cargos e que sejam de reconhecida probidade.

§ único. Em quanto estiverem em exércicio não podem o secretário e o tesoureiro ser eleitos para qualquer cargo da Irmandade.

Art. 46.º Nenhum irmão póde ser obrigado a exercer o cargo de mesário em dois bienios seguidos.

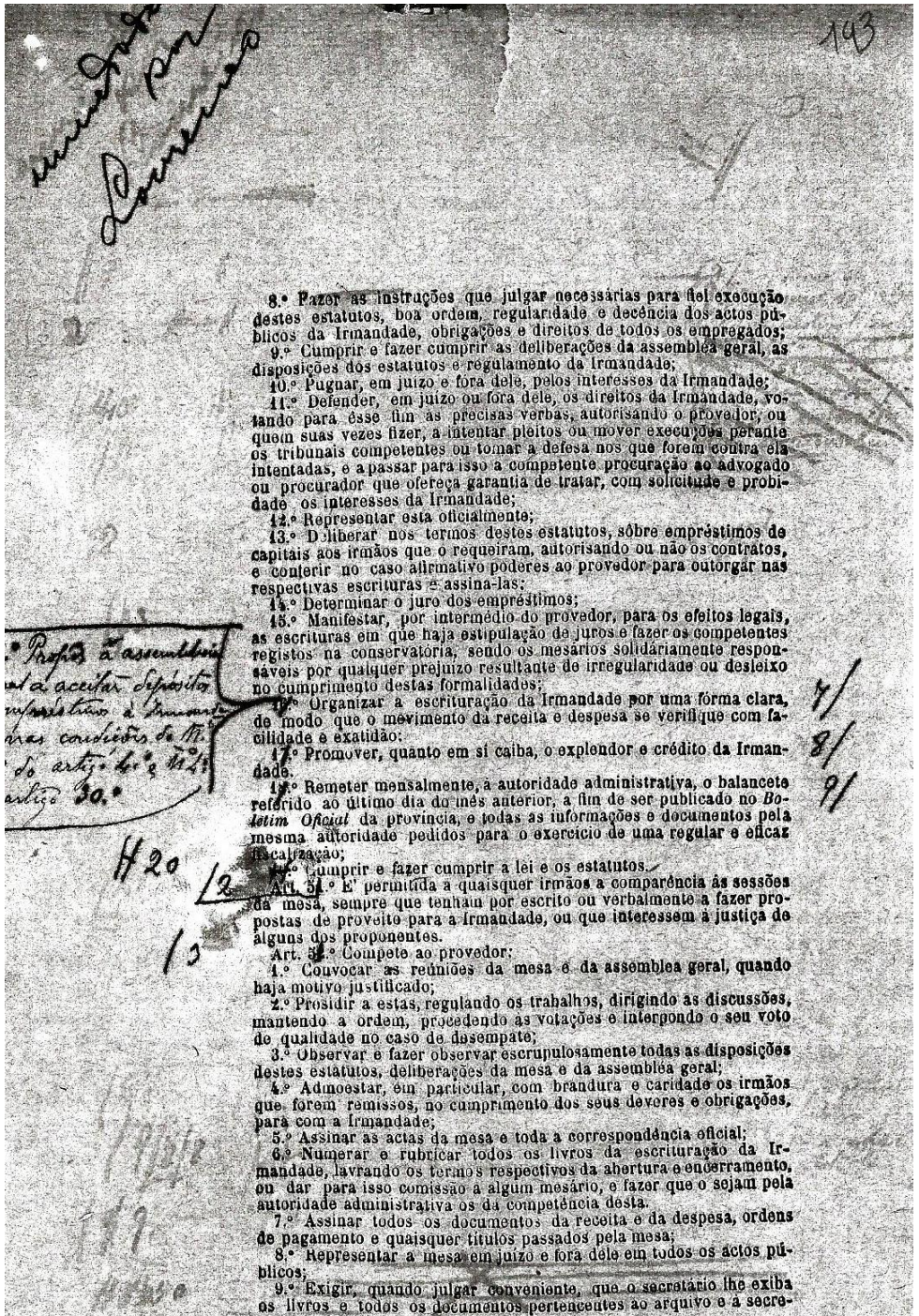
Art. 47.º Nenhum mesario poderá votar em assunto que lhe diga respeito.

Art. 48.º A mesa administrativa terá, pelo menos, duas sessões ordinarias por mês, fixando dias certos para estas, na primeira reunião depois da posse, que fará constar por editais e se consignará na acta respectiva.

Art. 49.º Haverá sessões extraordinárias, sempre que o provedor ou a maioria da mesa o julgarem preciso para o bom andamento dos negócios da Irmandade.

§ único. Para o pronto expediente déstes reunirão o proveder, o secretário e o tesoureiro, um dia em cada semana.

Art. 50.º As deliberações da mesa são legais e válidas quando, convocadas por escrito os membros de que se compõe, estiverem pre-



8.º Fazer as instruções que julgar necessárias para fiel execução destes estatutos, boa ordem, regularidade e decência dos actos públicos da Irmandade, obrigações e direitos de todos os empregados;

9.º Cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembléa geral, as disposições dos estatutos e regulamento da Irmandade;

10.º Pugnar, em juizo e fóra dele, pelos interesses da Irmandade;

11.º Defender, em juizo ou fóra dele, os direitos da Irmandade, votando para êsse fim as precisas verbas, autorisando o provedor, ou quem suas vezes fizer, a intentar pleitos ou mover execuções perante os tribunais competentes ou tomar a defesa nos que forem contra ela intentadas, e a passar para isso a competente procuração ao advogado ou procurador que ofereça garantia de tratar, com solicitude e probidade, os interesses da Irmandade;

12.º Representar esta oficialmente;

13.º Deliberar nos termos destes estatutos, sôbre empréstimos de capitais aos irmãos que o requeiram, autorisando ou não os contratos, e conferir no caso affirmativo poderes ao provedor para outorgar nas respectivas escrituras e assina-las;

14.º Determinar o juro dos empréstimos;

15.º Manifestar, por intermédio do provedor, para os efeitos legais, as escrituras em que haja estipulação de juros e fazer os competentes registos na conservatoria, sendo os mesários solidáriamente responsáveis por qualquer prejuizo resultante de irregularidade ou desleixo no cumprimento destas formalidades;

16.º Organizar a escrituração da Irmandade por uma fórma clara, de modo que o movimento da receita e despesa se verifique com facilidade e exatidão;

17.º Promover, quanto em si caiba, o explendor e crédito da Irmandade.

18.º Remeter mensalmente, á autoridade administrativa, o balancete referido ao ultimo dia do mês anterior, a fim de ser publicado no *Boletim Oficial* da provincia, e todas as informações e documentos pela mesma autoridade pedidos para o exercicio de uma regular e eficaz fiscalização;

19.º Cumprir e fazer cumprir a lei e os estatutos.

Art. 34.º E' permitida a quaisquer irmãos a comparência ás sessões da mesa, sempre que tenham por escrito ou verbalmente a fazer propostas de proveito para a Irmandade, ou que interessem á justiça de alguns dos proponentes.

Art. 35.º Compete ao provedor:

1.º Convocar as reuniões da mesa e da assembléa geral, quando haja motivo justificado;

2.º Presidir a estas, regulando os trabalhos, dirigindo as discussões, mantendo a ordem, procedendo as votações e interpondo o seu voto de qualidade no caso de desempate;

3.º Observar e fazer observar escrupulosamente todas as disposições destes estatutos, deliberações da mesa e da assembléa geral;

4.º Admoestar, em particular, com brandura e caridade os irmãos que forem remissos, no cumprimento dos seus deveres e obrigações, para com a Irmandade;

5.º Assinar as actas da mesa e toda a correspondencia oficial;

6.º Numerar e rubricar todos os livros da escrituração da Irmandade, lavrando os termos respectivos da abertura e encerramento, ou dar para isso comissão a algum mesário, e fazer que o sejam pela autoridade administrativa os da competência desta.

7.º Assinar todos os documentos da receita e da despesa, ordens de pagamento e quaisquer titulos passados pela mesa;

8.º Representar a mesa em juizo e fóra dêle em todos os actos públicos;

9.º Exigir, quando julgar conveniente, que o secretario lhe exiba os livros e todos os documentos pertencentes ao arquivo e á secre-

2.º Idêntica comunicação cumpre aos empregados da Irmandade fazer ao capelão e aos irmãos residentes na Vila, sendo estes por meio de um sinal combinado;

3.º Feitas as obrigações a que se referem os n.os 1.º e 2.º dêste artigo, compete ao capelão cumprir o seguinte:

a) Acompanhar o cadáver, da casa à igreja e desta à ponte, sempre que a familia do irmão falecido justifique com atestado do pároco a sua pobresa.

b) Resar uma missa semanal pelos irmãos vivos e defuntos.

Art. 64.º Cumpre também a Irmandade mandar celebrar todos os anos, em Novembro, ofícios sufragando as almas dos irmãos finados além das cinco missas resadas de que fala o n.º 3.º do artigo 3.º.

CAPÍTULO VIII

Dos celeiros

Art. 65.º A Irmandade criará celeiros, com o fim de recolher e acautelar os produtos agrícolas, especialmente milho, feijão e farinha de mandioca.

§ 1.º Dos celeiros farão parte os precisos tanques de ferro zincado, que a Irmandade irá adquirindo à medida dos seus recursos pecuniários e das suas necessidades/ ou outro qualquer material que a sciência ou a prática aconselhar.

§ 2.º Os celeiros são destinados.

1.º A recolher os productos agrícolas que os mutuários derem, como penhor, para garantia de empréstimos recebidos da Irmandade;

2.º A recolher os produtos agrícolas pertencentes aos irmãos, agricultores mediante um prémio não superior a 6 % ao ano, deduzidas todas as correlativas despesas.

3.º A recolher os cereais que a Irmandade porventura adquira, em época de crise, para uso dos seus irmãos e para beneficiar os pobres;

4.º A recolher as sementes que a Irmandade adquira, para uso dos irmãos agricultores e que a estes cêda com um lucro mínimo.

Art. 66.º A administração dos celeiros, pertence à mêsa administrativa que elaborará o respectivo regulamento, para ter execução ainda no actual ano civil.

§ único. Os celeiros devem começar a funcionar no fim das primeiras colheitas, que se seguirem à aprovação dos presentes estatutos/ ou logo que os recursos da Irmandade o permitam/

CAPÍTULO IX

Disposições gerais e transitórias

Art. 67.º Qualquer deliberação da mesa, do conselho fiscal, ou da assembléa geral que fôr oposta à lei e ao espírito e letra dêstes estatutos deixará de ter validade.

Art. 68.º As votações da mesa, do conselho fiscal ou da assembléa geral, relativas a actos pessoais, serão sempre por escrutínio secreto.

Art. 69.º Estes estatutos só poderão ser alterados passados cinco anos depois da data da sua aprovação/ e por votação de quatro quintos da assembléa geral convocada especialmente para êste fim./

§ único. A proposta para êste fim terá de ser motivada e assinada por doze irmãos eleitores, pelo menos, e só se julgará aprovada quando obtiver, pelo menos, dois terços de votos dos irmãos presentes.

Art. 70.º As alterações que se fizerem, por efeito de disposto no artigo antecedente, nem poderão vigorar sem a confirmação do Govêrno da Província, nem prejudicar os direitos adquiridos pelas disposições dêstes estatutos.

Art. 71.º Todos os actos e contractos legalmente celebrados pela Irmandade, à data da publicação dos presentes estatutos, nos termos do anterior compromisso na parte em vigor e dos anteriores estatutos serão respeitados ~~[illegible] mutuados, anteriores a estes estatutos, às quais são [illegible] dois anos para ficarem sujeitas ao determinado no capítulo [illegible], ou a entrarem nos cofres da Irmandade.~~

Art. 72.º Um décimo pelo menos, da receita ordinária da Irmandade deve ser aplicado [illegible]

Cópia dos mesmos Estatutos sem correcções

Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Rozario da Ilha de S. Nicolau, da Provincia de Cabo Verde

CAPITULO I

Da Irmandade, seus fins e seus recursos

Artigo 1.º Pelos presentes estatutos é reorganisada, continuando sob a mesma denominação, a Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora do Rozario da Ilha de S. Nicolau, da provincia de Cabo Verde, fundada em 1755 pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, confirmada em 18 de Setembro de 1782 pelo Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, remodelada em 20 de Março de 1787 e 19 de Março de 1795 pelo Bispo D. Frei Cristovam de S. Boaventura, e, finalmente, reformada pelas Mesas administrativas de 1881 e de 1904, com aprovação do Governo da provincia, em portarias, respectivamente, n.º 185, de 7 de Julho, e n.º 237, de 3 de Outubro, dos referidos anos; e, atendendo ás dificuldades que a agricultura, nesta ilha, encontra no seu desenvolvimento pela falta de capitais, é remodelada a forma de empréstimos de capitais, no género das operações do Crédito Agricola, com o fim exclusivo de proteger os irmãos agricultores, e criados os celeiros onde os mesmos irmãos poderão prover-se de sementes.

§ único. Pelos seus fundamentos e história, esta Irmandade funcionará como uma associação religiosa, de piedade, de beneficência e protecção á agricultura.

Art. 2.º A Irmandade exercerá o seu mister em edificio proprio, na referida freguesia de Nossa Senhora do Rozario, tendo a sua séde na Vila da Ribeira Brava, estendendo os seus beneficios á toda a ilha.

Art. 3.º Os fins da Irmandade são:

1.º Render o devido culto ao Santissimo Sacramento;

2.º Promover o desenvolvimento moral e religioso na freguesia e ministrar socorros espirituais aos irmãos;

3.º Sufragar com cinco missas resadas, dentro de tres mezes, a alma de qualquer irmão falecido;

4.º Acompanhar o funeral de qualquer irmão, a fazer as despesas da condução do cadáver e do enterramento do irmão falecido em manifesto estado de pobresa, bastando para isso que qualquer parente ou familiar do morto apresente, ao provedor, atestado do paroco comprovando esse facto;

5.º Subsidiar quaisquer estabelecimentos de piedade ou beneficencia, legalmente autorizados;

6.º Emprestar aos irmãos, para fins exclusivamente agricolas, os capitais de que necessitarem e de que a instituição possa dispôr;

7.º Criar celeiros para uso dos irmãos, e emprestar-lhes as precisas sementes;

8.º Proteger a agricultura regional.

Art. 4.º Constituirão os seus fundos:

1.º As quantias mutuadas ou capitalisadas á data da publicação d'estes estatutos, e as que de futuro se forem mutuando ou capitalisando;

2.º Os lucros obtidos nos empréstimos aos irmãos;

3.º Os lucros obtidos nos seus celeiros;

4.º As importancias que os irmãos teem de subscrever no acto da sua admissão;

5.º Finalmente, quaisquer donativos, heranças ou legados a seu favor.

§ 1.º Os lucros da Irmandade e os respectivos fundos em hipotese alguma serão distribuidos pelos irmãos, quer como juro, dividendo, remuneração ou restituição dos capitais com que hajam contribuido para os fundos da mesma Irmandade, e, no caso de dissolução, ao Governo da provincia compete indicar a aplicação dos haveres da Irmandade.

§ 2.º No caso de dissolução os haveres da Irmandade serão sempre aplicados em beneficio desta ilha.

Art. 5.º Os poderes da Irmandade residem na Assembléa Geral e na mesa administrativa, por ela eleita.

CAPITULO II

Dos irmãos

Art. 6.º Todas as pessoas de ambos os sexos no goso dos seus direitos civis, trabalhadores e de regular vida e costumes, podem fazer parte da Irmandade, devendo as do sexo feminino, que forem casadas, apresentar autorização por escrito dos seus maridos e os meno-

Art. 9.º A admissão dos irmãos efectivos será feita pela mesa, mediante proposta de algum dos seus membros ou de qualquer irmão efectivo, maior do sexo masculino.

§ único. No caso de não admissão, pode o proponente, em petição assinada por êle e por mais onze irmãos considerados eleitores pelo artigo 36.º dos presentes estatutos, recorrer para a assembléa geral da decisão da mesa.

Art. 10.º Os irmãos protectores só poderão ser admitidos pela assembléa geral, sob proposta da mesa administrativa.

Art. 11.º A pessoa admitida como irmão deverá, antes de entrar no goso dos seus direitos, pagar a joia de entrada e assinar perante a mesa, uma cópia dos estatutos da Irmandade com a declaração de que adére a êles.

§ único. As declarações dos que não souberem escrever serão assinadas a seu rôgo, por outrem, por duas testemunhas e pelos membros da mesa presentes.

Art. 12.º Perde-se a qualidade de irmão:

1.º Por vontade própria do irmão, para o que dará parte à mesa, por escrito;

2.º Quando em actos da Irmandade insultar gravemente qualquer irmão;

3.º Quando sirva de elemento perturbador na Irmandade;

4.º Quando injustamente fale ou escreva em desabono da mesma ou por qualquer fórma a desacredite;

5.º Quando a sua vida se torne tão irregular, que seja indigno de continuar a pertencer à Irmandade;

6.º Quando delapidar os fundos da Irmandade ou dêles se apropriar;

7.º Quando se recusar, sem motivo justificado, a servir os cargos para que fôr eleito;

8.º Quando sem razão plausível e sistematicamente faltar ás obrigações impostas nos artigos 17.º a 19.º

Art. 13.º Os irmãos que iludam, ou tentem iludir, em empréstimos pedidos ou alcançados, os fins a que êstes se destinam, sem embargo das sanções penais prescritas na lei geral, serão expulsos da Irmandade e ficarão obrigados ao imediato pagamento das quantias que lhes hajam sido mutuadas.

Art. 14.º E' unicamente á assembléa geral que compete a exclusão dos irmãos, sob proposta da mesa administrativa.

Art. 15.º Os irmãos tem direito a:

1.º Tomar parte na assembléa geral, quando efectivos, maiores, do sexo masculino tendo o direito de voto quando não excepcuados pelo artigo 36.º; e a ser elegiveis para a mesa administrativa e conselho fiscal conforme preceitua o artigo 37.º, com as excepções dos n.º 1.º a 3.º do mesmo artigo e as do § único do artigo 44.º

2.º Fazer com a Irmandade, quando irmãos efectivos *sui juris*, as operações previstas nestes estatutos, nos limites que permitirem os recursos da Irmandade e a sua própria solvabilidade.

3.º A ser sufragada a sua alma, como estipula o n.º 3 do artigo 3.º;

4.º A ser acompanhados no seu funeral, pelos irmãos maiores do sexo marculino, como determina o n.º 4 do artigo 3.º, e, quando pobres, as despesas indicadas no mesmo número e artigo.

Art. 16.º Todos os irmãos deverão assistir aos ofícios que hão de celebrar-se, em Novembro de cada ano, sufragando as almas dos irmãos finados.

Art. 17.º Todos os irmãos são obrigados a cumprir as disposições destes estatutos e as deliberações da assembléa geral e bem assim a obedecer á mesa, em tudo o que por ela fôr determinado, dentro das suas atribuições.

Art. 18.º Os irmãos efectivos, maiores, do sexo masculino são obrigados a aceitarem os cargos para que forem eleitos, respeitando-se as excepções marcadas nestes estatutos.

Art. 19.º Os irmãos do sexo masculino, não havendo impedimentos, são obrigados:

1.º A assistir aos enterros dos irmãos;

2.º A assistir e acompanhar em alas, com tochas acêsas fornecidas pela Irmandade, em traje decente e com opa vestida, as festividades

1.º A compra de sementes, plantas, insecticidas e fungicidas, adubos, correctivos, gados, forragens, utensilios, máquinas, alfaias, material de transportes, vacinas, sôros e quaisquer substancias destinadas ao tratamento preventivo e curativo dos gados;

2.º O pagamento de jornais, soldadas e mais vencimentos do pessoal agricola;

3.º O pagamento de rendas, alugueres e mais encargos da exploração, pagamento de foros e contribuição predial rústica, que incidir sôbre terrenos agricultados;

4.º O pagamento de dividas hipotecarias da taxa superior a 6 % ao ano e que não excedam a 300$, quando onerem a propriedade rústica, e a remissão de foros cujo valor, compreendido o laudemio e pensões, não exceda a 100$;

5.º O desconto de warrants emitidos sôbre generos agricolas depositados sob o regime de armazem geral agricola;

6.º A realização de quaisquer obras que, valorisando a propriedade, tornem a exploração mais remuneradora.

Art. 22.º Os capitais pela Irmandade mutuados aos seus irmãos tão sòmente poderão ser aplicados aos fins agricolas bem indicados no artigo anterior, pelo que os pedidos de concessão de emprestimos mencionarão precisamente os fins a que estes se destinam, a época aproximada do ano em que será precisa cada verba das indicadas, o titulo de fruição das terras e que a exploração agricola respeita, com a indicação da área cultural e mais condições necessárias para se formar juizo da produtividade do empreendimento e segurança da operação.

Art. 23.º A mesa administrativa fiscalisará rigorosamente o emprégo que os irmãos fizerem dos fundos que lhes tenha fornecido, á fim de não serem desviados da sua justa aplicação.

Art. 24.º Os pedidos de emprestimos dos irmãos serão dirigidos á mesa, em requerimento fundamentado.

§ 1.º As quantias que a Irmandade tenha disponiveis para emprestimos, serão sempre distribuidas por forma a dar acentuada preferência aos irmãos pequenos agricultores.

§ 2.º Das decisões da mesa não há recurso.

Art. 25.º Todos os emprestimos mutuados pela Irmandade com os respectivos irmãos, poderão fazer-se:

1.º Sem hipoteca;

a) sem consignação de rendimentos;

b) com consignação de rendimentos.

2.º Com hipoteca:

a) sem consignação de rendimentos;

b) com consignação de rendimentos.

§ 1.º Sem hipoteca e sem consignação de rendimentos.

Os emprestimos poderão provar-se:

1.º Até 50$:

a) Por letra, garantida por fiador idoneo;

b) Por documento particular, tendo como garantia o penhor (generos agricolas, etc.).

2.º Além de 50$, é necessário escritura pública garantida por fiador idoneo.

§ 2.º Sem hipoteca e com consignação de rendimentos.

Só por escritura pública, poderão provar-se os emprestimos. Exige-se, como garantia, fiador idoneo.

§ 3.º Com hipoteca e sem consignação de rendimentos.

Provam-se os emprestimos, até 50$, por documento particular. A hipoteca serve de garantia. Além 50$ é necessário escritura pública.

§ 4.º Com hipoteca e com consignação de rendimentos.

Provam-se os emprestimos por escritura pública.

§ 5.º Nos emprestimos de que trata o presente artigo, garantidos por penhor, é indispensável a transferencia dos objectos ou generos para poder da Irmandade.

§ 6.º Os emprestimos efectuados pela Irmandade, com garantia de hipoteca, serão sempre feitos sôbre primeira hipoteca. É ao mutuado que compete mandar extrair as necessárias certidões.

§ 7.º O documento particular deverá tambem ser assinado por duas testemunhas, cujos nomes figurem no contesto do documento o qual deve ser reconhecido por notario.

§ 8.º A entrega, ao irmão, do capital, quando destinado a solver dividas hipotecarias e cujo emprestimo fôr caucionado pela hipoteca

§ 1.º O valor das propriedades será sempre determinado pela meza da Irmandade, não podendo, porém, exceder a quantia correspondente a quinze vezes o rendimento colectavel por que estejam inscritas na matriz predial, deduzido o valor total dos ónus que sôbre elas incidam.

§ 2.º O valor do penhor oferecido, bem como o dos rendimentos consignados, igualmente será fixado pela meza da Irmandade, mas para os efeitos do presente artigo nunca excederá a importância do seguro respectivo que é indispensável para a realisação dos contractos por esta forma garantidos.

§ 3.º Os emprestimos a que se referem este artigo e seus parágrafos 1.º e 2.º nunca poderão exceder 300$.

Art. 27.º Os prasos dos emprestimos serão:

1.º De um ano, para os emprestimos concedidos para qualquer dos fins mencionados, nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do artigo 21.º, renovável por mais outro ano, quando circunstâncias especiais assim o tornem necessário;

2.º Até dez anos, para os empréstimos concedidos para qualquer dos fins mencionados no n.º 6.º do artigo 21.º, sendo êste prazo improrrogavel.

3.º Até quinze anos, para os empréstimos concedidos para qualquer dos fins mencionados no n.º 4.º do artigo 21.º, sendo êste prazo improrrogavel.

§ único. A concessão das reformas ou prorrogação de prazo a que se refere o n.º 1.º é da competência da meza da cuja decisão não há recurso.

Art. 28.º O pagamento dos empréstimos que se efectuarem nas condições de tempo fixadas no n.º 1.º do presente artigo, além de ser facultativa a sua antecipação por parte do devedor, poderá tambem efectuar-se parcelarmente, correspondendo as épocas de pagamento àquelas em que o devedor realizar normalmente as suas principais receitas pelo valor das colheitas de quaisquer produtos da sua exploração.

§ 1.º Para os empréstimos realisados nas condições de tempo fixadas nos n.ºs 2.º e 3.º do mesmo precedente artigo, além de ser igualmente facultativa a antecipação do seu pagamento, contribuirá o devedor, para amortisação da sua dívida, com as prestações semestrais ou anuais fixas, ou variaveis, cujo minimo previamente se estipule entre os contratantes, pagas no fim de cada período semestral ou anual, a partir da data do contracto, calculadas sôbre o capital inicial, mas nunca inferiores a 1 ½ por cento ao semestre.

§ 2.º Todos os empréstimos se consideram vencidos e tornam-se exigiveis logo que diminua o valor das garantias prestadas, e os mutuarios os não reforcem, quando a meza da Irmandade o exija.

§ 3.º Todas as despesas com o notário e registos na Conservatoria e bem assim todas as judiciais e extra-judiciais que a Irmandade fizer para reembolso dos seus capitais e respectivos juros, são de conta do irmão mutuário, do seu fiador ou fiadores.

Art. 29.º A taxa dos juros para os empréstimos pela Irmandade feitos aos seus irmãos, não poderá ir além de 6 % ao ano.

§ 1.º A cobrança dos juros nos empréstimos efectuados pelos prazos referidos no n.º 1.º do artigo 27.º, será feito no acto da realisação dêsses empréstimos, e em caso de prorrogação serão os mesmos juros cobrados adiantadamente.

§ 2.º Serão cobrados adiantadamente no primeiro dia de cada ano de vigência do respectivo contracto, a contar da data da sua realização, os juros dos empréstimos efectuados pelos prazos referidos nos n.ºs 2.º e 3.º do artigo 27.º.

§ 3.º Os juros cobrados, em caso algum se restituem.

§ 4.º Todos os pagamentos tem de ser feitos na tesouraria da Irmandade.

§ 5.º O devedor receberá aviso para pagar dentro de 30 dias, depois de expirar o prazo de pagamento dos capitais, das suas prestações (havendo-as) ou dos seus juros, e, se ainda assim não satisfizer no prazo de 10 dias, ser-lhe há movida a competente execução.

CAPITULO IV

§ 1.º Se na primeira reunião não estiver presente o número equivalente a maioria, o que será previamente verificado, lavrar-se há um termo no livro das actas de onde conste este facto, o qual será assinado pelo presidente e secretários.

§ 2.º Na reunião seguinte, que será convocada e efectuada dentro de quinze dias, e nas mais que forem precisas para tratar do objecto da convocação anterior, a assembléa delibera com o número de irmãos presentes contanto que não seja inferior ao duplo da mesa da assembléa geral.

§ 3.º Sempre que se efectuar a reunião da assembléa geral, indicar-se há na acta, que será assinada pelo presidente e secretários, as resoluções tomadas e os nomes dos irmãos presentes.

Art. 32.º A assembléa geral reune de dois em dois anos: no primeiro domingo de Novembro, para a eleição dos membros da meza administrativa e do conselho fiscal, que deverão tomar posse no dia 2 de Janeiro, e além disso haverá annualmente duas sessões ordinárias sendo a primeira no segundo domingo de Outubro, para aprovação do orçamento do anno civil futuro, e a seguinda no terceiro domingo de Janeiro, para aprovação do relatório, do balanço e das contas da gerência do anno anterior e conclusões do parecer do conselho fiscal.

§ 1.º Haverá reuniões extraordinárias sempre que o presidente da mesa da assembléa o julgue indispensável, ou ainda a requerimento de doze irmãos eleitores, devendo estes indicar o assunto a tratar e obrigando-se a comparecer a sessão requerida.

§ 2.º O presidente conhecendo que o assunto é da competência da assembléa geral, convoca-la há o mais tardar oito dias depois da data em que lhe fôr entregue o requerimento.

Art. 33.º Compete a assembléa geral:

1.º Eleger a mesa administrativa e o conselho fiscal;

2.º Aceitar o benefício de inventários, heranças ou legados;

3.º Solicitar, da autoridade competente, licença para alienar quaisquer bens que a Irmandade possua, ou para adquirir imoveis por titulo oneroso;

4.º Deliberar sôbre recursos interpostos das decisões da mesa administrativa e, neste caso, os respectivos mesários não teem voto;

5.º Discutir e aprovar o relatório, o balanço e as contas da mesa e as conclusões do parecer do conselho fiscal, bem como os orçamentos ordinarios e supplementares, sem cuja aprovação, nem estes, nem aqueles, poderão ser enviados á autoridade administrativa;

6.º Autorisar a mesa administrativa a solicitar, das autoridades superiores competentes, a concessão ou aprovação de qualquer negócio de maior importância ou interesse para a Irmandade;

7.º Deliberar sôbre a exclusão de irmãos;

8.º Admitir os irmãos protectores;

9.º Deliberar sôbre a conveniência de reformar os estatutos;

10.º E, em geral, deliberar sôbre qualquer assunto para que tenha sido convocada e resolver sôbre os negócios sociais, em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.

§ único. O relatório, o balanço e as contas annuais da mesa administrativa, o parecer do conselho fiscal e a lista dos irmãos, bem como a escrituração e os documentos relativos ás operações dos irmãos, serão facultados ao exame dos irmãos, que compõem a assembléa geral, durante oito dias, antes da respectiva reunião da mesma assembléa geral.

Art. 34.º As votações serão por escrutinio secreto, quando algum irmão assim o requeira, do contrário serão feitas por levantados e sentados ou pela forma que mais aprouver á assembléa.

Art. 35.º As eleições serão directas em escrutinio secreto á pluralidade de votos, regulando-se, na parte aplicável, pela lei eleitoral em vigor para as corporações administrativas ao tempo da eleição.

Art. 36.º Tem voto nas eleições todos os membros da Irmandade que constituem a assembléa geral, exceptuando-se:

1.º Os que em qualquer gerencia de fundos não tenham prestado as devidas contas ou tenham ficado alcançados, depois de presta-las;

2.º Os que havendo servido em alguma mesa, tenham incorrido directa ou indirectamente n'alguma daquelas hipoteses;

3.º Os que estiverem em atrazo no pagamento de juros de quaisquer quantias mutuadas ou a ser demandados pela Irmandade.

Art. 37.º Todos os irmãos que souberem ler, escrever e contar, podem ser votados, excepuando-se:

1.º Os que, segundo o artigo antecedente, não podem ser eleitores;

2.º Os devedores á Irmandade.

§.º Os estrangeiros.

§ único. Os irmãos que tenham feito parte de alguma mesa dissolvida pela autoridade pública não podem ser votados na eleição que se seguir.

Art. 38.º A mesa dará oportunamente conhecimento aos eleitos dos cargos para que forem escolhidos e se algum deles não aceitar, o declarará aos imediatamente votados.

§ único. No caso de nenhum dos votados aceitar o cargo, proceder-se-ha a nova eleição no domingo seguinte, e se ainda assim não fôr possivel eleger a mesa, deverá o presidente da assembléa participa lo para os devidos efeitos, ao Governo da provincia, por intermédio da administração do concelho.

Art. 39.º A posse da nova mesa da Irmandade terá lugar no dia 2 de Janeiro, lavrando-se o termo no livro competente.

Art. 40.º A mesa transacta entregará á que lhe suceder, logo em seguida a posse desta, o saldo existente em cofre e quaisquer quantias recebidas posteriormente, os valores e mais objectos a cargo do tesoureiro e os livros e mais papeis da Irmandade.

De todas estas entregas se lavrará termos, que os vogais de ambas as mesas devem assinar.

Art. 41.º Nos primeiros oito dias, depois da posse, o provedor participará á autoridade administrativa o cumprimento das disposições dos artigos 34.º e seguintes.

CAPÍTULO V

Da mesa administrativa

Art. 42.º A administração dos negócios da Irmandade é confiada a uma mesa administrativa, composta de um provedor, um juiz e três mordomos, e cinco mordomos substitutos.

§ 1.º As funções de membro da mesa serão sempre exercidas gratuitamente.

§ 2.º Na falta ou impedimento do provedor, fará as suas vezes o juiz, na falta déste ou de ambos, os mordomos, pela ordem da sua idade, a começar no mais velho.

§ 3.º Os mordomos substitutos serão chamados a substituir os efectivos, na falta ou impedimento déstes, pela ordem do numero de votos por que forem eleitos e, em igualdade de circunstâncias, preferem os mais velhos.

§ 4.º Se não fôr possivel completar a mesa, pelo modo indicado nos §§ 2.º e 3.º será convocada a assembléa geral para, em sessão extraordinaria, prover á substituição dos membros falecidos, ausentes ou impedidos.

Art. 43.º A Irmandade terá um capelão, escolhido pela mesa, com o encargo de dizer missa todos os domingos a hora designada pela mesma mesa e com obrigação de ajudar ás confissões dos irmãos, durante a quaresma.

§ único. O capelão receberá uma gratificação anual de 12$500.

Art. 44.º Terá também a Irmandade um secretário e um tesoureiro, que serão nomeados pela mesa administrativa e confirmados pela assembléa geral, e êste de confiança da mesa administrativa, ambos escolhidos entre irmãos elegiveis que mais habilitados se achem para exercer êsses cargos e que sejam de reconhecida probidade.

§ único. Em quanto estiverem em exercicio não podem o secretário e o tesoureiro ser eleitos para qualquer cargo da Irmandade.

Art. 45.º Nenhum irmão póde ser obrigado a exercer o cargo de mesário em dois biennios seguidos.

Art. 46.º Nenhum mesário poderá votar em assunto que lhe diga respeito.

Art. 47.º A mesa administrativa terá, pelo menos, duas sessões ordinarias por mês, fixando dias certos para estas, na primeira reunião depois da posse, que fará constar por editais e se consignará na acta respectiva.

Art. 48.º Haverá sessões extraordinarias, sempre que o provedor ou a maioria da mesa o julgarem preciso para o bom andamento dos negócios da Irmandade.

§ único. Para o pronto expediente déstes reünirão o provedor, o secretário e o tesoureiro, um dia em cada semana.

Art. 49.º As deliberações da mesa são legais e válidas quando, convocadas por escrito os membros de que se compõe, estiverem presentes três pelo menos, e forem tomadas pela maioria déstes, do que

8.º Fazer as instruções que julgar necessárias para fiel execução destes estatutos, boa ordem, regularidade e decência dos actos públicos da Irmandade, obrigações e direitos de todos os empregados;

9.º Cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembléa geral, as disposições dos estatutos e regulamento da Irmandade;

10.º Pugnar, em juizo e fóra dele, pelos interesses da Irmandade;

11.º Defender, em juizo ou fóra dele, os direitos da Irmandade, votando para êsse fim as precisas verbas, autorisando o provedor, ou quem suas vezes fizer, a intentar pleitos ou mover execuções perante os tribunais competentes ou tomar a defesa nos que forem contra ela intentadas, e a passar para isso a competente procuração ao advogado ou procurador que ofereça garantia de tratar, com solicitude e probidade, os interesses da Irmandade;

12.º Representar esta oficialmente;

13.º Deliberar nos termos destes estatutos, sôbre empréstimos de capitais aos irmãos que o requeiram, autorisando ou não os contratos, e conferir no caso afirmativo poderes ao provedor para outorgar nas respectivas escrituras e assina-las;

14.º Determinar o juro dos empréstimos;

15.º Manifestar, por intermédio do provedor, para os efeitos legais, as escrituras em que haja estipulação de juros e fazer os competentes registos na conservatória, sendo os mesários solidáriamente responsáveis por qualquer prejuizo resultante de irregularidade ou desleixo no cumprimento destas formalidades;

16.º Organizar a escrituração da Irmandade por uma fórma clara, de modo que o movimento da receita e despesa se verifique com facilidade e exatidão;

17.º Promover, quanto em si caiba, o explendor e crédito da Irmandade.

18.º Remeter mensalmente, á autoridade administrativa, o balancete referido ao último dia do mês anterior, a fim de ser publicado no *Boletim Oficial* da provincia, e todas as informações e documentos pela mesma autoridade pedidos para o exercicio de uma regular e eficaz fiscalização;

19.º Cumprir e fazer cumprir a lei e os estatutos.

Art. 51.º E' permitida a quaisquer irmãos a comparência ás sessões da mesa, sempre que tenham por escrito ou verbalmente a fazer propostas de proveito para a Irmandade, ou que interessem á justiça de alguns dos proponentes.

Art. 52.º Compete ao provedor:

1.º Convocar as reuniões da mesa e da assembléa geral, quando haja motivo justificado;

2.º Presidir a estas, regulando os trabalhos, dirigindo as discussões, mantendo a ordem, procedendo ás votações e interpondo o seu voto de qualidade no caso de desempate;

3.º Observar e fazer observar escrupulosamente todas as disposições destes estatutos, deliberações da mesa e da assembléa geral;

4.º Admoestar, em particular, com brandura e caridade os irmãos que forem reunissos, no cumprimento dos seus deveres e obrigações, para com a Irmandade;

5.º Assinar as actas da mesa e toda a correspondência oficial;

6.º Numerar e rubricar todos os livros da escrituração da Irmandade, lavrando os termos respectivos da abertura e encerramento, ou dar para isso comissão a algum mesário, e fazer que o sejam pela autoridade administrativa os da competência desta.

7.º Assinar todos os documentos da receita e da despesa, ordens de pagamento e quaisquer titulos passados pela mesa;

8.º Representar a mesa em juizo e fóra dele em todos os actos públicos;

9.º Exigir, quando julgar conveniente, que o secretário lhe exiba os livros e todos os documentos pertencentes ao arquivo e á secretaria da Irmandade;

10.º Dar balanço aos fundos da Irmandade, pelo menos uma vez por mês.

Art. 55.º São atribuições do secretário:

1.º Ter em seu poder as chaves do arquivo e secretaria da Irmandade, que estarão sob sua guarda;

2.º Conservar na melhor ordem todos os livros da escrituração, escrituras e mais documentos e papeis da Irmandade;

3.º Assistir a todas as sessões da meza a fim de lavrar as actas, apresentando em cada sessão a acta da anterior para ser discutida e aprovada;

4.º Escriturar todos os livros da Irmandade e bem assim processar as ordens de pagamento e os conhecimentos da receita;

5.º Passar e assinar as guias para entrada das joias, rendimentos, donativos, etc., que serão tambem assinados pelo provedor;

6.º Fazer toda a correspondência da Irmandade e expedir todos os avisos, que digam respeito ao cumprimento dos estatutos;

7.º Apresentar aos mesários ou a qualquer irmão efectivo, maior, os livros da escrituração e mais documentos da Irmandade, quando os pedirem para examinar, não sendo permitido, porém, este exame fóra da secretaria, nem que qualquer dêsses livros ou documentos dali saia sem ordem expressa da mesa;

8.º Verificar com o juiz da Irmandade o inventario de todos os objectos que ela possua ou, não o havendo, organiza-lo em duplicado.

1.º O secretário é responsável por todos os livros da escrituração, escrituras, documentos e mais papeis existentes no arquivo e secretaria e pelos que estiverem inventariados.

§ 2.º O vencimento do secretario não poderá nunca ser inferior a 150$ nem superior a 200$.

Art. 56.º São atribuições do tesoureiro:

1.º Ter em seu poder o cofre;

2.º Ter um livro de receita e despesa pelo qual dará impreterivelmente, na primeira sessão de cada mês, contas à meza, relativas ao mês anterior, extraindo uma relação classificada pelas verbas do orçamento ordinário ou suplementar, de toda a receita e despesa realizada durante o mês;

3.º Satisfazer todas as ordens de pagamento que lhe forem apresentadas, assinadas pelo provedor e secretário, cobrando os respectivos recibos em forma legal;

4.º Assinar conjuntamente com o provedor todos os documentos de receita e despesa;

5.º Assistir às sessões da meza.

§ único. A remuneração do tesoureiro consiste em 2% sôbre a receita por êle arrecadada.

Art. 57.º Os mesários respondem pessoal e solidariamente, para com a Irmandade e para com terceiros, pela inexecução do seu mandato e pela violação dos estatutos e preceitos da lei.

§ 1.º Desta responsabilidade estão isentos os que não tiverem tomado parte na respectiva resolução ou tiverem protestado contra as deliberações da maioria, antes de lhe ser exigida a respectiva responsabilidade.

§ 2.º O tesoureiro é solidariamente responsável, com a meza, por qualquer desvio de fundos ou irregularidade de contas em que tenha havido a sua intervenção.

CAPÍTULO VI

Do conselho fiscal

Art. 58.º O conselho fiscal compõe-se de três membros que servirão dois anos, podendo ser reeleitos.

§ 1.º Na primeira reunião de cada ano o conselho escolherá de entre os seus membros o presidente.

§ 2.º Para suprir as faltas de qualquer membro efectivo haverá três membros substitutos.

Art. 59.º São atribuições do conselho fiscal:

1.º Examinar os livros da Irmandade e verificar se os actos da mesa administrativa estão em harmonia com a lei e com os estatutos;

2.º Requerer a convocação extraordinária da assembléa geral, quando o julgar conveniente;

3.º Dar o seu parecer por escrito sôbre o relatório, o balanço e as

2.º Idêntica comunicação cumpre aos empregados da Irmandade fazer ao capelão e aos irmãos residentes na Vila, sendo estes por meio de um sinal combinado.

3.º Feitas as obrigações a que se referem os n.ºs 1.º e 2.º dêste artigo, compete ao capelão cumprir o seguinte:

a) Acompanhar o cadáver, da casa à igreja e desta à ponte, sempre que a familia do irmão falecido justifique com atestado do páraco a sua pobresa.

b) Resar uma missa semanal pelos irmãos vivos e defuntos.

Art. 64.º Cumpre também à Irmandade mandar celebrar todos os anos, em Novembro, oficios sufragando as almas dos irmãos finados além das cinco missas resadas de que fala o n.º 3.º do artigo 3.º.

CAPÍTULO VIII

Dos celeiros

Art. 65.º A Irmandade criará celeiros, com o fim de recolher e acautelar os produtos agrícolas, especialmente milho, feijão e farinha de mandioca.

§ 1.º Dos celeiros farão parte os precisos tanques de ferro zincado, que a Irmandade irá adquirindo à medida dos seus recursos pecuniarios e das suas necessidades.

§ 2.º Os celeiros são destinados.

1.º A recolher os productos agrícolas que os mutuários derem, como penhor, para garantia de empréstimos recebidos da Irmandade;

2.º A recolher os produtos agrícolas pertencentes aos irmãos, agricultores mediante um prémio não superior a 6 °/₀ ao ano, deduzidas todas as correlativas despesas.

3.º A recolher os cereais que a Irmandade porventura adquira, em época de crise, para uso dos seus irmãos e para beneficiar os pobres;

4.º A recolher as sementes que a Irmandade adquira, para uso dos irmãos agricultores e que a estes ceda com um lucro minimo.

Art. 66.º A administração dos celeiros, pertence à mesa administrativa que elaborará o respectivo regulamento, para ter execução ainda no actual ano civil.

§ único. Os celeiros devem começar a funcionar no fim das primeiras colheitas, que se seguirem à aprovação dos presentes estatutos.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais e transitórias

Art. 67.º Qualquer deliberação da mesa, do conselho fiscal, ou da assembléa geral que fôr oposta à lei e ao espirito e letra dêstes estatutos deixará de ter validade.

Art. 68.º As votações da mesa, do conselho fiscal ou da assembléa geral, relativas a actos pessoais, serão sempre por escrutinio secreto.

Art. 69.º Estes estatutos só poderão ser alterados passados cinco anos depois da data da sua aprovação.

§ único. A proposta para êste fim terá de ser motivada e assinada por doze irmãos eleitores, pelo menos, e só se julgará aprovada quando obtiver, pelo menos, dois terços de votos dos irmãos presentes.

Art. 70.º As alterações que se fizerem, por efeito de disposto no artigo antecedente, nem poderão vigorar sem a confirmação do Govêrno da Provincia, nem prejudicar os direitos adquiridos pelas disposições dêstes estatutos.

Art. 71.º Todos os actos e contractos legalmente celebrados pela Irmandade, à data da publicação dos presentes estatutos, nos termos do anterior compromisso na parte em vigor e dos anteriores estatutos

2 – Suplemento ao B.O. Nº 39 do Governo da Província de Cabo Verde, de 1902, da publicação do Estatuto da Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Ilha de S. Nicolau (1ª Página). Fonte: Processo e relatório do inquérito feito à Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora do Rosário – 1899/1925. 12 cm; originais. 387 folhas. SGG – Secretaria Geral do Governo. Cx 529, peça 3. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

SUPPLEMENTO
(N.º 16) AO
BOLETIM OFFICIAL
N.º 39
DO
GOVERNO DA PROVINCIA DE CABO VERDE

ANNO DE 1902

PARTE OFFICIAL

GOVERNO DA PROVINCIA

N.º 237.—Tendo-me sido presentes na devida forma os Estatutos elaborados, para reorganisação da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Nossa Senhora do Rozario da ilha de S. Nicolau, pelo encarregado da inspecção ás contas e escripturação da mesma confraria, ordenada em portaria provincial n.º 247 de 6 de setembro de 1899, os quaes veem acompanhados da acta da sessão em que foram approvados pela Irmandade e bem assim de requerimento pedindo a confirmação d'este governo: hei por conveniente, ouvido o Conselho de Provincia e usando da faculdade que me confere o n.º 50.º do artigo 17.º da Organisação Administrativa da Provincia, conceder-lhes a minha approvação para todos os effeitos legaes; e auctorisar que os ditos Estatutos sejam publicados pela meza da Irmandade, em folheto, emquanto não são inseridos no «Boletim Official» da provincia.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da provincia, na cidade da Praia, 3 de outubro de 1901.=*Arnaldo de Novaes Guedes Rebello*, Governador.

Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Nossa Senhora do Rozario da Ilha de S. Nicolau da Provincia de Cabo Verde

CAPITULO I

Da irmandade, seus recursos e fins

Artigo 1.º Pelos presentes estatutos é reorganisada, continuando sob a mesma denominação, a Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Nossa Senhora do Rozario da ilha de S. Nicolau da provincia de Cabo Verde, fundada em 1755 pelo Bispo D. Frei Pedro Jacintho Valente, confirmada em 18 de setembro de 1782 pelo Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, remodelada em 20 de março de 1787 e 19 de março de 1795 pelo Bispo D. Frei Christovão de S. Boaventura, e, finalmente, reformada pela mesa administrativa de 1881 com approvação do governo da provincia em portaria n.º 185 de 7 de julho do mesmo anno.

Art. 2.º Esta irmandade funcciona na referida freguezia de Nossa Senhora do Rozario, tendo a sua séde na villa da «Ribeira Brava», podendo, todavia, estender os seus beneficios a toda a ilha.

Art. 3.º Constituirão os seus fundos:

1.º As quantias mutuadas ou capitalisadas á data da publicação d'estes estatutos e as que de futuro se forem mutuando ou capitalisando;

2.º Os juros por ellas vencidos annualmente;

3.º As importancias com que os irmãos teem de subscrever no acto da sua admissão;

4.º Finalmente, quaesquer donativos, heranças ou legados em seu favor.

Art. 4.º Os fins da irmandade são:

1.º Render o devido culto ao Santissimo Sacramento;

2.º Promover o desenvolvimento moral e religioso na freguezia e ministrar soccorros espirituaes aos irmãos;

3.º Crear ou subsidiar escolas do ensino primario e quaesquer estabelecimentos de piedade ou beneficencia legalmente auctorisados;

4.º Abonar aos irmãos, por emprestimo, sob condições modicas, as quantias disponiveis dos seus fundos, depois de satisfeitas as despesas obrigatorias annualmente orçadas.

Art. 5.º Os poderes da irmandade residem na assembléa geral e na mesa administrativa por ella eleita.

CAPITULO II

Das classes de irmãos e sua admissão

Art. 6.º Todas as pessoas d'ambos os sexos no uso dos seus direitos e de regular vida e costumes podem fazer parte da irmandade, devendo as do sexo feminino

Anexo VII – Informações acerca da Cidade Velha (s. d.) com anotações escritas a lápis e à mão. Fonte: Fonte: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de s. Filipe. Março de 1958/Abril de 1961 Cx 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Portaria de 1921/22

Declarando a Cidade Velha - Monumento Nacional

Nª. Sª. da Conceição - ~~dos~~ Orgãos - ~~seria a Igreja fundada~~ pelo Infante D. Henrique.

Pôr à vista o rodapé da Sé.

Há 3 Bispos no arco do Cruzeiro da Sé - Debaixo da Sé (Cardeal Cerejeira. Tese: Clenardo teria estado em cada dum destes Bispos).

Na igreja da Misericórdia está um bispo que foi exumado 20 anos depois. Corpo incorrupto e ares de santidade (cf. Tese do Cardeal Cerejeira)

Depósito das águas - Escolher local que seria o futuro museu.

Igreja velha - Nª. Senhora do Rosário - Lá tem os painéis.

Arrancar 2 pedras tumulares.

(Só me resta o sepulcro. Depois das Trevas resta-me a Luz).

Estava do lado do Evangelho. Do lado da Epístola estava o Tesoureiro Mor, sem data,

Capela Manuelina da igreja. Foi uma homenagem do Rei de D. Sebastião - Foi no tempo do Concílio de Trento e foi criado o Seminário. - Restaurar c/ a imagem de D.Sebastião e um altar.

Restaurar a Torre.

Há um resto de muralha que circundava a cidade.

Segurar bem e inscrição - restos de muralha ...

Idem, idem 4 inscrições.

O cálice de Lancarote era da Sé da Cidade Velha e foi encontrado numa arca antiga com vários paramentos, prata e o cálice amolgado. Da prata foi mandado fazer uma banqueta D.João V que tem 27 Kg. e que está aqui (?) - S.Tiago - e a cruz era de uma banqueta que foi para Lisboa e que posteriormente foi amoldado à banqueta actual.

Foram ao tempo para Lisboa seis castiçais de prata que lá ficaram.

O cálice foi restaurado por cuidado do Ferreira da Silva, no Porto. O ourives oferecia um cálice de ouro e 20 contos. Não foi aceite.

O valor do cálice - embora haja muitos Manuelinos na Metrópole - era a sua inscrição.

No Maio há uma custódia c/ 0.80 cm com emblema da Eucaristia que seria de ouro.

No Sal há uma relíquia de S.Lenho, autêntica, autenticada com o selo da Sagrada Congregação.

Havia no leito da Ribeira as capelas da Via Sacra. As paredes deram os muros das hortas. Podia-se reconstruir umas e dizer "isto é uma das capelas ... ". As outras assinalar-se-iam.

A Fortaleza de S.Filipe chegou a ter 2.000 (?) H. da Metrópole.

D. Frei Cristovão de Boaventura correspondia-se com D. Maria e com o Papa. Tem o túmulo na igreja de S.Nicolau. A cruz peitoral foi encontrada pelo Sr. Cónego. Na história eclesiástica não se sabia onde estava o túmulo. O tumulo estava num antigo cemitério que era propriedade de um particular (escavações para a construção da escola na Vila).

Leonel Cardoso - inspector de Fazenda. Escreveu um relatório importante e falava na Misericórida de Cabo Verde.

A Misericórdia da Cidade Velha tinha os mesmos privilégios da de Lisboa.

No tempo de José de Sousa Santos, pai do Sousa Machado. O pai foi Secretário de Fazenda.

Este Leonel Cardoso foi depois guarda-livros dele. Teria uma filha.

Anexo VIII

1 - Extracto da entrevista concedida por Siza Vieira a Luís Carvalho:

- "Falemos agora da Cidade Velha. Que sensação experimentou ao pisar, pela primeira vez, aquele que foi o primeiro centro urbano construído pelos europeus em África?

- "A primeira sensação foi de encantamento. É um lugar de uma beleza extraordinária. Conserva as marcas da história. Aquelas casas, em pedra, de uma porta e duas janelas estão muito bem adaptadas à tipografia. A vivência da cidade está perfeitamente em harmonia com o que ela é do ponto de vista arquitectónico. Portanto, nota-se um grande equilíbrio entre a natureza e o construído. Há uma grande riqueza em termos de vida urbana. Desde manhã à noite, aquela cidade tem vida. Ali não há nada de artificial. Por outro lado, sente-se uma tendência e uma força de transformação que não podem ser ignoradas. Daí devem ser incluídas numa mudança que não

destrua o que é património, mas que englobe tudo o que é marca da história e tudo que são as modificações dos dias de hoje e os anseios das pessoas em relação ao seu modo de vida". (pag. 30)

- Acredita que depois de ser restaurada, a antiga cidade da Ribeira Grande poderá vir a ser considerada património mundial?

- Bem, é difícil prever … por um lado há muitos candidatos e, por outro, existem muitas razões. No caso da Cidade Velha, existe uma razão de peso: é a primeira cidade construída pelos europeus em território africano. Historicamente isto tem um significado muito especial. Defenderei este ponto de vista. O grande património da Cidade Velha é o humano. Nota-se uma espécie de estado de graça entre os habitantes e o local onde estão inseridos. Em termos de monumentos, temos ruínas de grande significado que neste momento estão sendo recuperadas. Existe uma série de igrejas, algumas delas em funcionamento e outras em ruínas. Tem um sistema interessantíssimo de fortificação. Segundo os especialistas que estão a estudar esta parte do sistema defensivo, isto tem uma grande originalidade que se relaciona com a forma como estes vários fortes existentes foram construídos e distribuídos estrategicamente pela cidade. É claro que não constituem monumentos extraordinários. Se, por exemplo, pensarmos na Florença, a frio e em abstrato, diremos que a Cidade Velha não pode ser classificada, se for comparada com esta cidade. Mas a comparação não pode ser feita, porque não é apenas o aspecto patrimonial e arquitetónico que se leva em conta. É muito mais do que isso. Eu, na minha quota-parte de participação, tentarei defender por esse lado.
(…)
… não quero alimentar a ilusão que, o facto de ser responsável pelo restauro, seja determinante para a classificação da Cidade Velha. Mais determinante é a própria vontade política do governo em assumir a recuperação da antiga Cidade da Ribeira Grande. Naturalmente dependerá também de aspectos técnicos a da maneira como for informada a candidatura, onde participarão historiadores, arqueólogos … Há ainda o aspecto agrícola que deve ser levado em conta. A zona agrícola da Ribeira Grande é de uma enorme importância… O sistema de rega tem de ser melhorado e ainda incrementada a recultivação de uma parte importante da

ribeira. Por isso, incluímos uma parte área grande que abrange a bacia hídrica a recuperação agrícola. Portanto, há uma série de factores em questão e, por isso, não se pode pensar que é uma pessoa que vai motivar a apreciação da Cidade Velha.

(…)

Um dos trabalhos que estivemos há dias a considerar prende-se com a revisão do plano existente na zona chamada de Santo António, onde novas construções têm surgido de uma forma desordenada. Esta é a zona natural de expansão da Cidade Velha. Não se trata de expansão muito significativa, mas não deixa de ter alguma importância devido á procura de lotes. É impensável que este crescimento seja uma cópia de casas antigas. Serão casas com características diferentes mas terão de estar em harmonia com o que e fisicamente a Cidade Velha e com a sua atmosfera. Dentro da cidade existe uma série de casas abandonadas que têm de ser recuperadas e postas em uso.

Concretamente, no que diz respeito a uma expansão grande da Cidade Velha, tem que ser pensada. Na curta distância que separa a primeira capital cabo-verdiana da Praia existem espaços onde se podem fazer construções".

2 - Informações acerca do estado actual das igrejas da ilha de Santiago: Fonte: Caixa 529, peça 1. 0,50 cm. 25 folhas. Originais manuscritos. Secretaria Geral do Governo. Maio de 1819. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Ex nº 529/pca 1

S. G. G. - Secretaria geral do governo
Informações sobre o estado de conservação de algumas igrejas da Ilha de Santiago
Maio 1819
05 cm; originais manuscritos 25 folhas

Ill.mo e Exc.mo S.r Gov.or General

Em Virtude de Officio de V.e Exc.a de 3 de Abril proximo passado; remettemos a V. Ex.a as Relaçoens, q̃ nos pede do Estado actual das Igrejas, Fabricas, Rendim.tos dellas, Affaias, Irmandades, &.a tanto desta Cathedral, como das Parochias, constantes das Relaçoens, q̃ exigimos dos respectivos Vigarios; ainda q̃ faltão quatro delles p.a completar o numero dos q̃ hão nesta Capital; com tudo pouca, ou nenhuma differença faz hũa Freguezia da outra, e tudo vem a ser quazi a m.ma couza a excepção da dessa Villa da Praia, q̃ tem a Irmandade do SS.mo A demora, q̃ houve, hé de esperarmos a junctar todas as Relaçoens dos Vigarios; cuja determinação temos mandado por todas as Ilhas deste Bispado, até p.a o Continente de Guiné; e de tudo estamos á espera p.a enviar a V.a Exc.a, q̃ Deos guarde m.tos annos. Cid.e da Ribeira grande de Cabo V.e, em Cabido 28. de Maio de 1819.

Ill.mo e Exc.mo S.r Govern.or General Antonio Pusich.

Prospero da Veiga Albernaz

Manoel Ant.o de Aguiar

Matheus Glz. Varella

Informação do Estado em que se acha esta Matriz do S. Sao Nicolau de Tolentino.
anno 1819 2

O Templo em bom vzo, e com a Sacristia arruinada, Sua Fabrica tem annualmente cinco mil reis, que S. Magestade manda dar da sua Real Fazenda, e o que rende das sepulturas que se abrirem. Havia algum tempo Hua Irmandade do Santissimo mas hoje quase esta extinta pella falta da devoção, porem ainda existem pertencentes a mesma Irmandade as Cousas seguintes abaixo, e tem de rendimento annual quinze mil reis para o Azeite para o lampada. Suas Alfaias são as que abaixo vão declaradas. Alguas devidas que se lhe devem são de Algumas sepulturas, que ainda não estão pagas pellas pobrezas dos freguezes, que a os poucos vão pagando. Tem de Liquido trinta, e hum mil e quinhentos das ditas rendas, e para cobrar Sincoenta e quatro mil nove centos, e sincoenta.

Alfaias da Fabrica

Oito Cazullas antigas de diversas Cores
Seis Frontais hum Novo os mais vzados, e de diversas Cores
Tres Pluvias vzados de varias Cores
Dois pares de Dalmaticas antigas, e mui vzadas
Oito Alvas vzadas com seus amitos
Dois Cordoins vzados
Hum veo de hombros Velhos de cor branco
Sinco Bolças duas vzadas, e tres velhas de diversas cores com seus veos, e pallas
Sette Corporais com suas guardas
Seis Tualhas de Altares tres novas, e as mais vzadas
Tres D.as de Lavatorio velhas
Tres Cales com suas Patenas, e Colherinhas, hum dourado, e

1113

Dois Missais des Cadernados
Hum Ritual 3º
Hua Constituição de Lisboa
Hum Fero de Fazer Hostias

O que pertence ao Santissimo.

Hum Sacrario velho com seu Pavilhão de Damasco Bran
co tambem velho
Hum Vaso de prata dourado para as particulas
Hua Custodia dadita
Hum Relicario dadita que serve para Levar Viatico, aos
Emfermos
Hua Crus procicional com sua asta de prata
Hum par de Galletas com seu prato dadita
Hua Cazula preparada de Cor em Carnada antiga
Hum Frontal em Carnado
Hum Pluvial em Carnado
Hum par de Dalmaticas Em Carnadas
Hum Pallio de Damasco de seda Vermella
Hum pano de Polpito
Hua Alampada de prata des Corsertada
Doze Opas vermellas de Serafinas
Seis Lenternas novas

3

Freguezia de Sancta Cattar.ª do Matto.

O corpo da Igreja feito a metade da parede de novo, o alto se acha a maderar-se de novo p.r q. se achava arruinado, assim como a Sacristia, e o Adro q. tudo estava caido, e capella mor tambem feito de novo. Tem esta fabrica anual m.te 5000.. q. a S. Mag.de m.da dar de sua Real fazenda, e o que render das sepulturas, que se abrirem, sendo de grades a dentro 2000.. de exmolla, e fora de grades 1000.. e quaze só destas que se abre. Não tem Irmand.e alguã, suas alfaias constão do Inventr.o q. junto, e nada mais tem, que lhe pertence de renda, e nem coffre algum. Não tem devida alguã p.r cobrar. Tendo liquido q. se vaj gastando das despezas do seu concerto 18:730.. Sancta Cattarina 4.. de Maio de 1819.

O V.º Custodio Rod.z Cabral

Inventario, ou rellação das Alfaias
e outras couzas pertencentes a esta Ma-
tris da Sr.ª Sancta Cattar.ª que o Ill.mo
R.mo Cabido me pede, sendo hoie qua-
tro de Maio de 1819.

Capella Mor.

O Altar feito de tabuas - - - - - - - - - - - - - -
Hum Nixo colocado nelle - - - - - - - - - - - - -
Hum Sacrario de Pau pintado ia velho - - - - - - - -
Hum vaso de Prata com a copa dourada com seu Pavilhaõ rinho de
primavera ia usada - - - - - - - - - - - - - - -
Hum Pavilhaõ rouxa p.ª cubrir o vaso - - - - - - - -
Hua Imagem de S. Cattar.ª titular, com sua coroa de Prata Lavra-
da -
Hua d.ª de Sancto Christo de pau uzado - - - - - - - -
Seis Caticais de latão pequenos - - - - - - - - - - -
Hua pedra de Ara no Altar - - - - - - - - - - - -
Outra d.ª dentro do Sacrario - - - - - - - - - - -
Hum estrado ope do Altar - - - - - - - - - - - -
Dois Altares coletrais, e nelles duas pedras de Ara Eua de-
llas com a ponta quebradas - - - - - - - - - - -
Hua Imagem de N. S. de Conceição com sua coroa imperial
de prata - - - - - - - - - - - - - - - - - -

Corpo da Igreja

Prata

Hum Caliz com sua patena e colherinha - - - - - -
Hum turibullo com sua naveta e colher iá com defeito
Hua chave de Sacrario com sua fita de seda iá velha
Hua ambolla p.ª levar a Sagrado viatico aos emfermos -
Tres campainhas de latão todas com defeitos - - - - -
Outro Caliz com sua Patena e colher - - - - -

Ornam.tos Sacros Cor branca

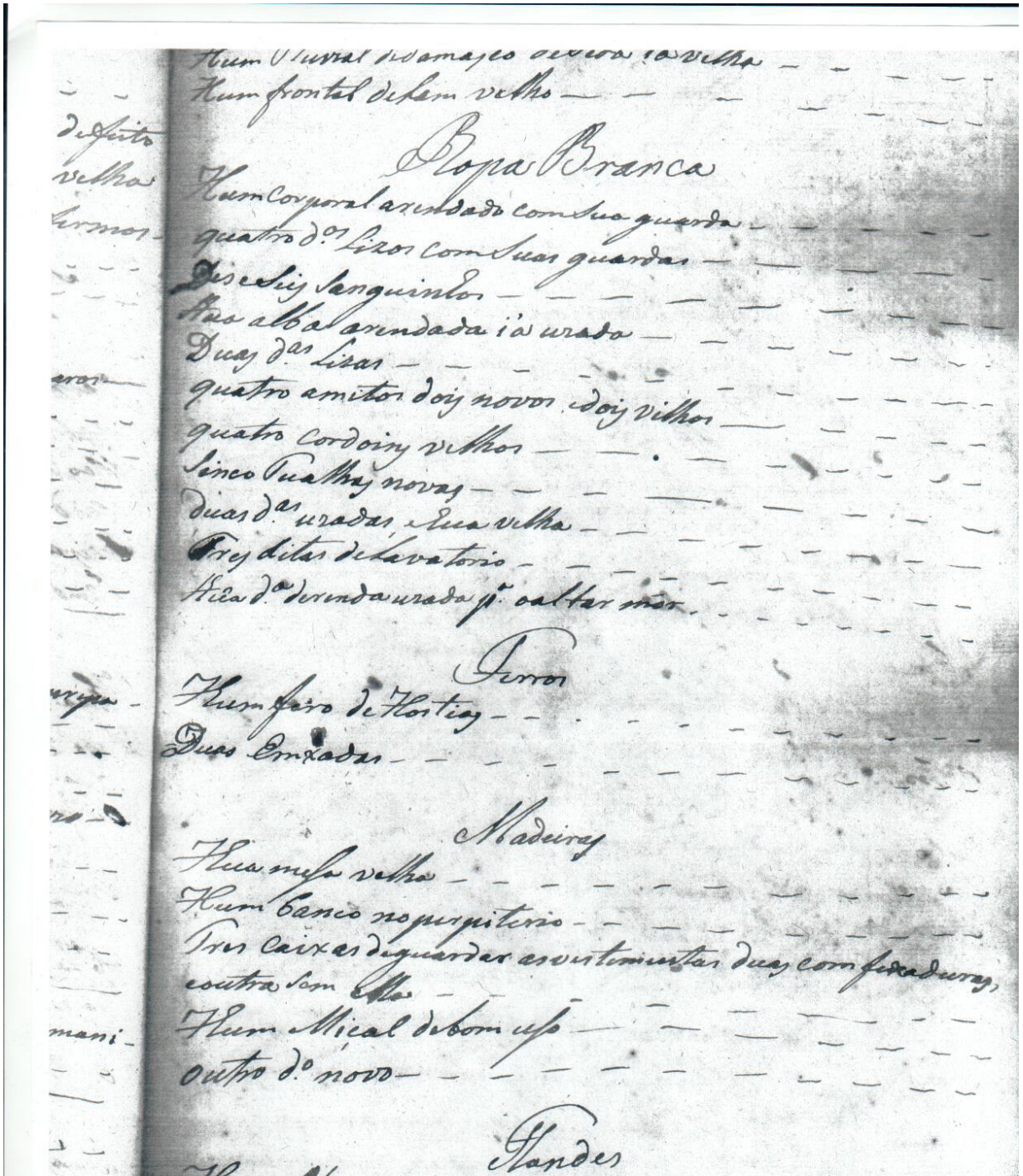
Hua Carulla de damasco de seda velha com suas preparos -
Hua bolça de seda velha com sua palla e veo - - - - -
Outra d.ª velha com sua palla - - - - - - -
Hum Pluvial de lam uzado - - - - - - -
outro dito de damasco iá velho - - - - - - -
Hum Frontal de lam com sebaste uzado - - - - - -
outro d.º de damasco velho - - - - - - -
Hum pano de pulpito de lam novo - - - - - -

Vermelha

Hua Carulla de damasco de seda encarnada com suas prepa-
ros - - - - - - - - - - - - -
Hum Pluvial de damasco de seda em bom uzo - - - - - -
Outro d.º de seda com defeito - - - - - - -
Hum frontal de veludo com galoins de prata em bom uzo -
outro d.º de damasco iá com bastante uzo - - - - - -
Hua Bolça de damasco de seda uzado com palla e veo - - - -
Outra d.ª de duas Cor velhissima com palla e veo Branca - -
Hum pano de estante de damasco de seda iá velho - - - -
Duas Dalmaticas de seda com sebaste vermelho com hum mani-
plo velhissimos - - - - - - - - - - -
Hum frontal encarnado uzado - - - - - - -

Verde

Hua Carulla de seda preparada iá uzada - - - - - -



Hum Pluvial de damasco de seda ia velha
Hum frontal de lam velho

Ropa Branca

Hum Corporal arendado com sua guarda
quatro d.os Lizos com suas guardas
Dese seis sanguinhos
Hua alba arendada ia usada
Duas d.as Lizas
quatro amitos dois novos e dois velhos
quatro cordoins velhos
Sinco Pualhas novas
duas d.as usadas, e hua velha
Tres ditas de lavatorio
Hua d.a de renda usada p.a o altar mor

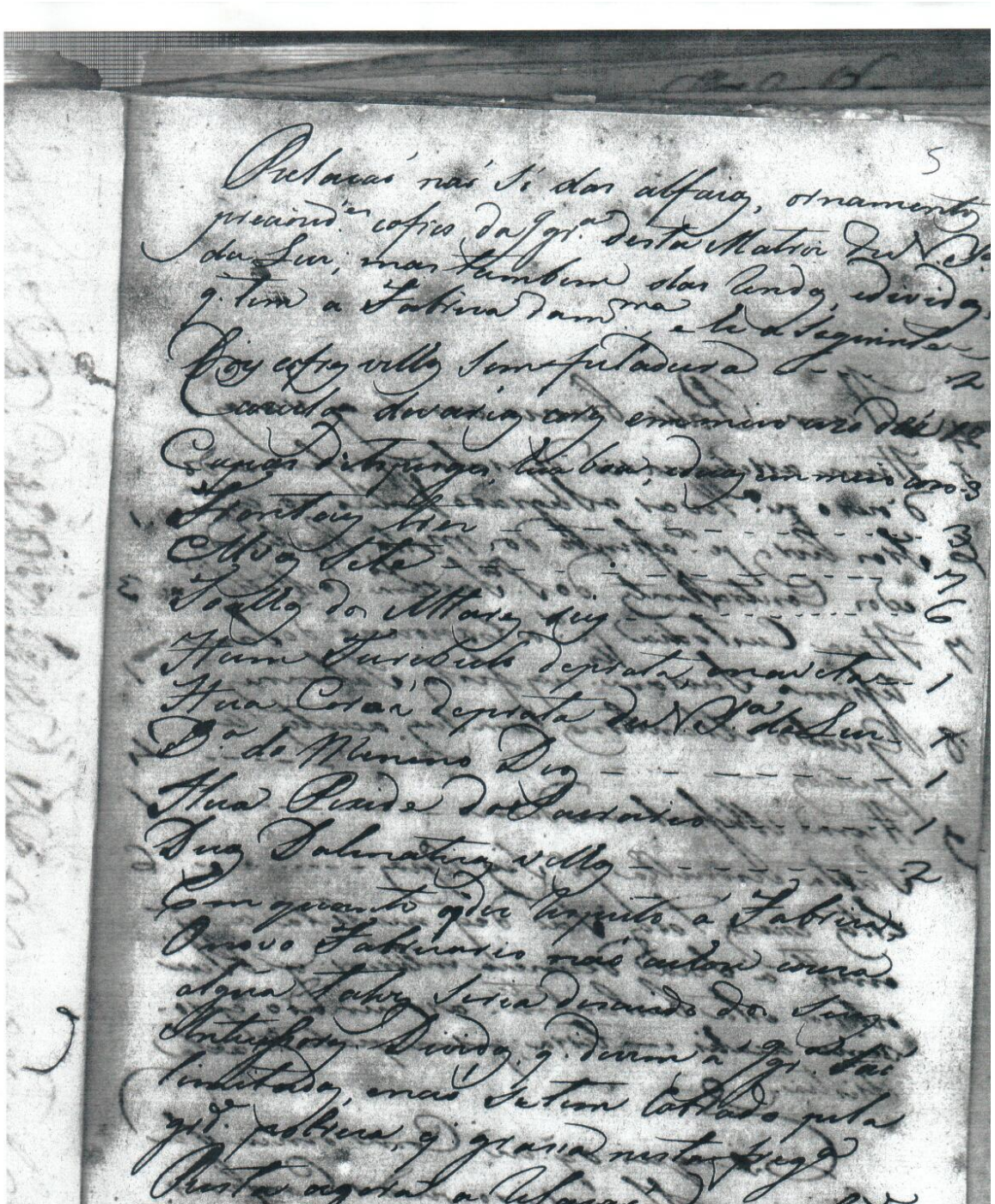
Ferros

Hum ferro de Hostias
Duas Enxadas

Madeiras

Hua mesa velha
Hum banco no perpiterio
Tres caixas de guardar as vestimentas duas com fexaduras, e outra sem ella
Hum Miçal de bom uso
outro d.o novo

Flandes



Anexo IX – Documentos acerca do restauro da Capela de S. Roque:

1 – Documentos oficiais do Restauro da capela de S. Roque.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

DIRECÇÃO-GERAL DE OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO

OF. N.º 1038 / 121 / UH

PROC. N.º Ac-15

Roga-se na resposta indicar os números e letras supra.

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE

- CABO VERDE -

Excelência:

Tenho a honra de enviar a V. Eª. um exemplar do projecto de Restauro da Capela de S. Roque da cidade da Ribeira Grande na Ilha de S. Tiago, composto de memória descritiva e 12 desenhos, bem como cópia de informação nº. 41/UH/67.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 7 de Março de 1967

O DIRECTOR-GERAL

M. Pimentel dos Santos

PROVÍNCIA DE CABO VERDE

Informação

Considera-se de aprovar o presente projecto, convin

3304A-63

1121

DESPACHO:

Concordo. Envie-se à Província

20-2-67

as) M. Pimentel dos Santos

RESTAURO DA CAPELA DE S.ROQUE NA ANTIGA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE
ILHA DE S.TIAGO - CABO VERDE

41 /67

LB/IA

O trabalho que junto se remete à aprovação superior foi realizado e está dentro das normas adoptadas para o restauro de monumentos e conforme a respectiva doutrina, contida na Carta de Veneza - 1964 - sobre o assunto.

Dado que o existente no local se encontra em estado de permitir o conveniente desenvolvimento grá- do projecto, procedemos deste modo a fim deste

41 /67

mos uma vez que tenhamos conhecimento da aprovação do que agora se envia.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1967

(LUÍS BENAVENTE)
Arquitecto

D.S.U.H.:

À consideração superior se submete o projecto de restauro da Capela de S. Roque, que julgo em condições de merecer aprovação.

O referido projecto está suficientemente pormenorizado (à escala 1/20) para permitir o início das obras de restauro.

No entretanto, serão desenhados mais alguns pormenores (tais como os da sacristia, as cantarias dos pináculos e da Cruz a desenhar à escala natural e outros), que completarão o projecto.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1967
as)António V. Pinto Coelho

---------- ESTÁ CONFORME ----------

Secretaria da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação
Em, 23 de Fevereiro de 1967

927/530

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA!

D.S. de Obras Públicas e Comunicações
- Serviços de Urbanismo e Habitação

Em referência ao ofício nº 163/121/UR, expedido em 7 do corrente pela Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, tenho a honra de informar que considero de aprovar o projecto de "Restauro da Capela de S. Roque da cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago", apresentado pelo Sr. Arquiteto Luis Benavente, convindo completá-lo, incluindo orçamento, a fim de se promover a obtenção de fundos, talvez pela Fundação Gulbenkian, para execução de obras.

A Bem da Nação.

Residência do Governo da Província de Cabo Verde, na Praia, 21 MAIO 1957

O GOVERNADOR,

/LEÃO DO SACRAMENTO MONTEIRO/

927/530

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA:

D.G. de Op. e Comunicações
- Serviços de U. e Habitação

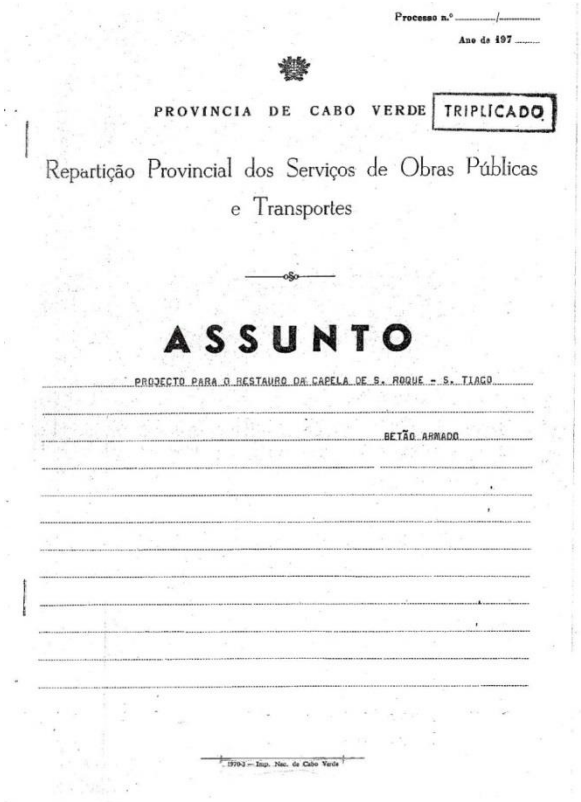
Em referência ao ofício nº 1638/121/UM, expedido em 7 do corrente pela Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, tenho a honra de informar que considero de aprovar o projecto de "Restauro da Capela de S. Roque da cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago", apresentado pelo Sr. Arquiteto Luis Benavente, convindo completá-lo, incluindo orçamento, a fim de se promover a obtenção de fundos, talves pela Fundação Gulbenkian, para execução de obras.

A Bem da Nação.

Residência do Governo da Província de Cabo Verde, na Praia, 22 MAIO 67

O GOVERNADOR,

2 – Projecto para o restauro da capela de S. Roque (cópia).



Processo n.º ...../.....

Ano de 197 .....

PROVINCIA DE CABO VERDE TRIPLICADO

Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes

ASSUNTO

PROJECTO PARA O RESTAURO DA CAPELA DE S. ROQUE - S. TIAGO

BETÃO ARMADO

1970-J — Imp. Nac. de Cabo Verde

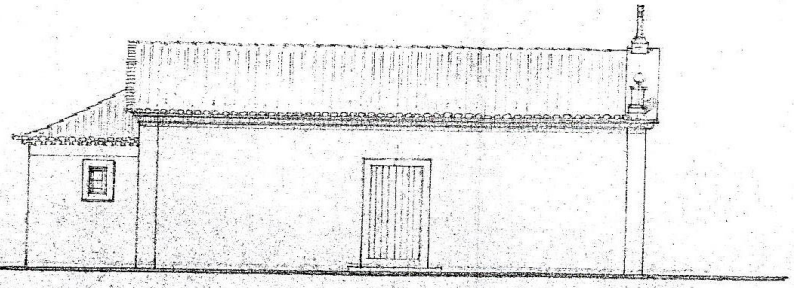
CABO VERDE

ILHA DE SANTIAGO

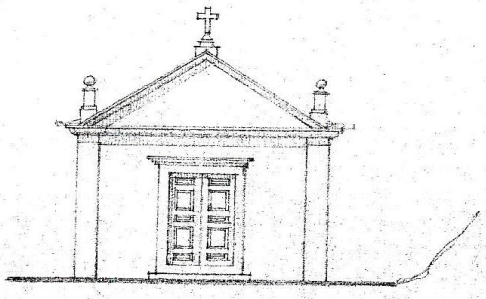
RIBEIRA GRANDE

CAPELA DE S. ROQUE

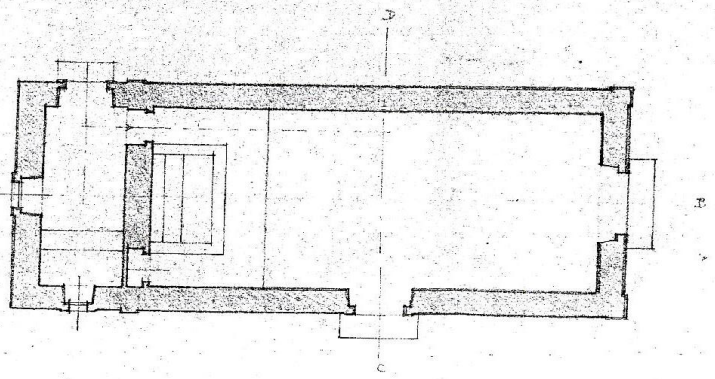
5 | 2



LATERAL ESQUERDO

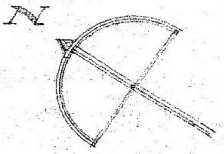


PRINCIPAL

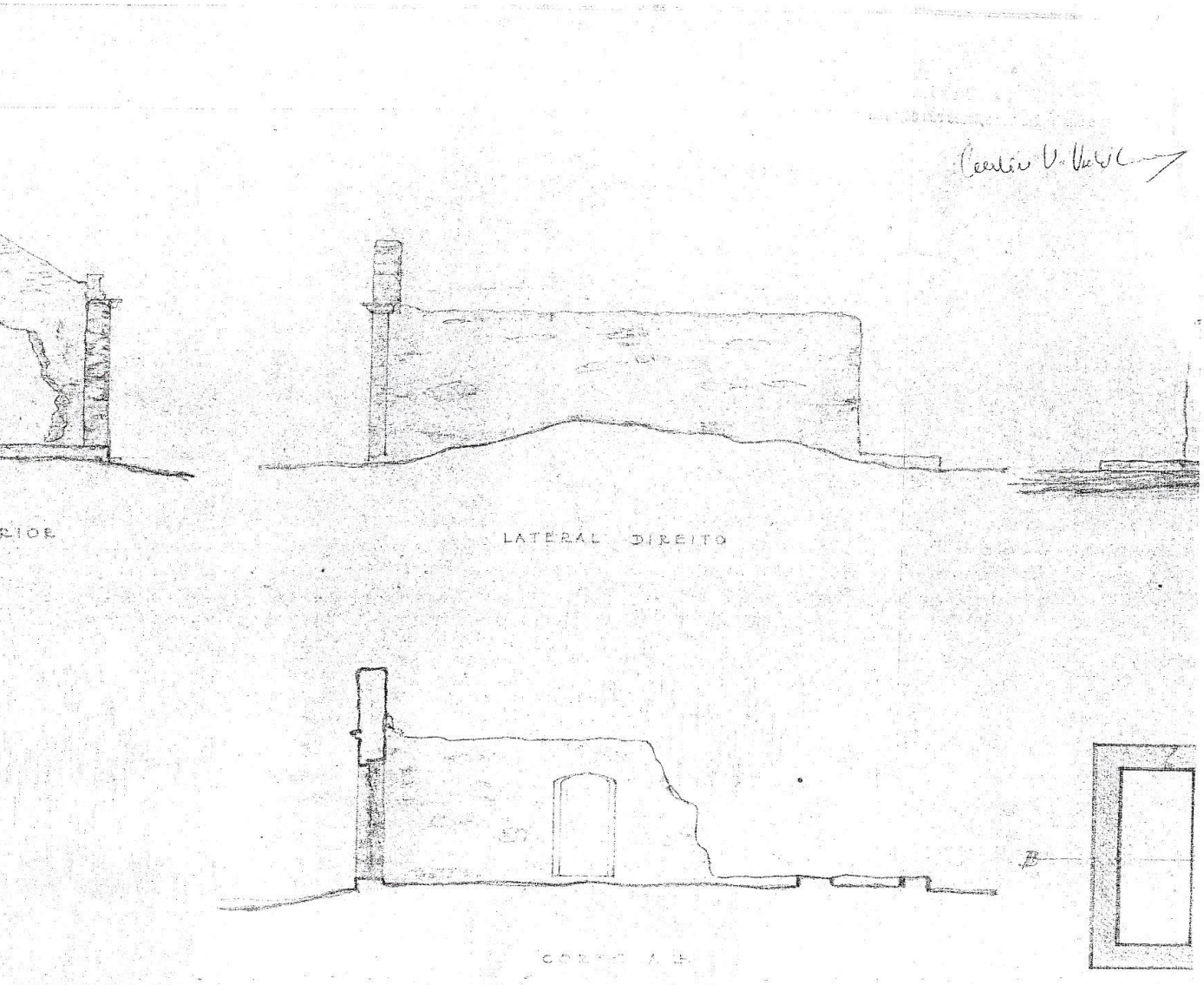


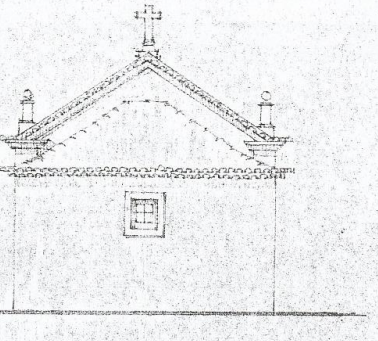
PLANTA

PROJECTO
DE
RECONSTRUÇÃO
E
RECONSTITUIÇÃO

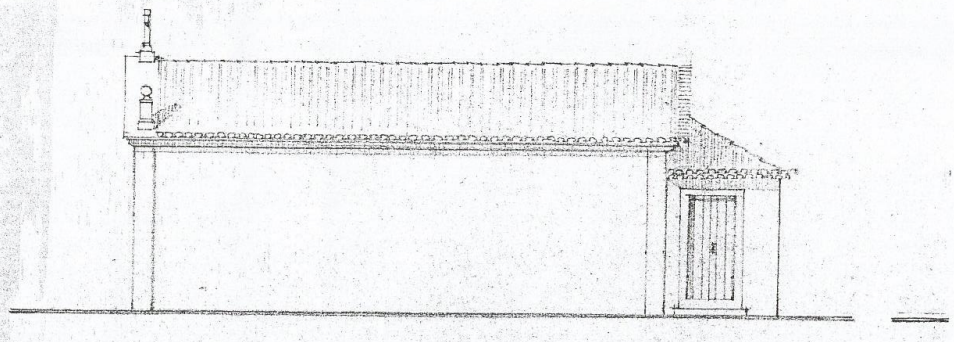


LUIZ BENAVENTE

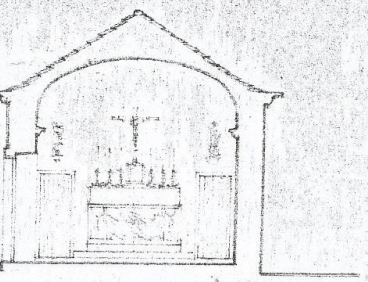

RIOR
LATERAL DIREITO



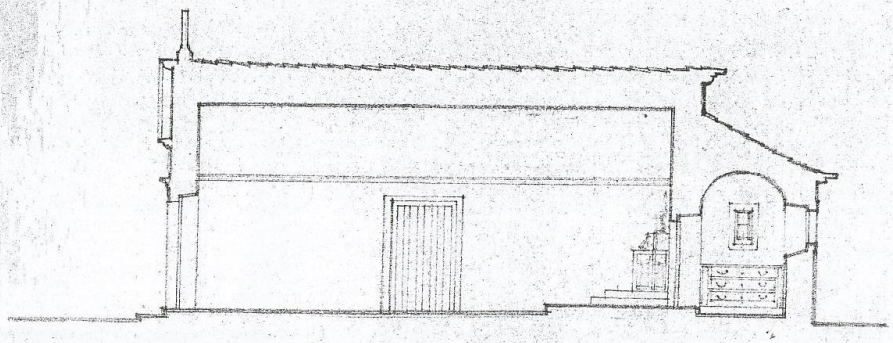
POSTERIOR



LATERAL DIREITO

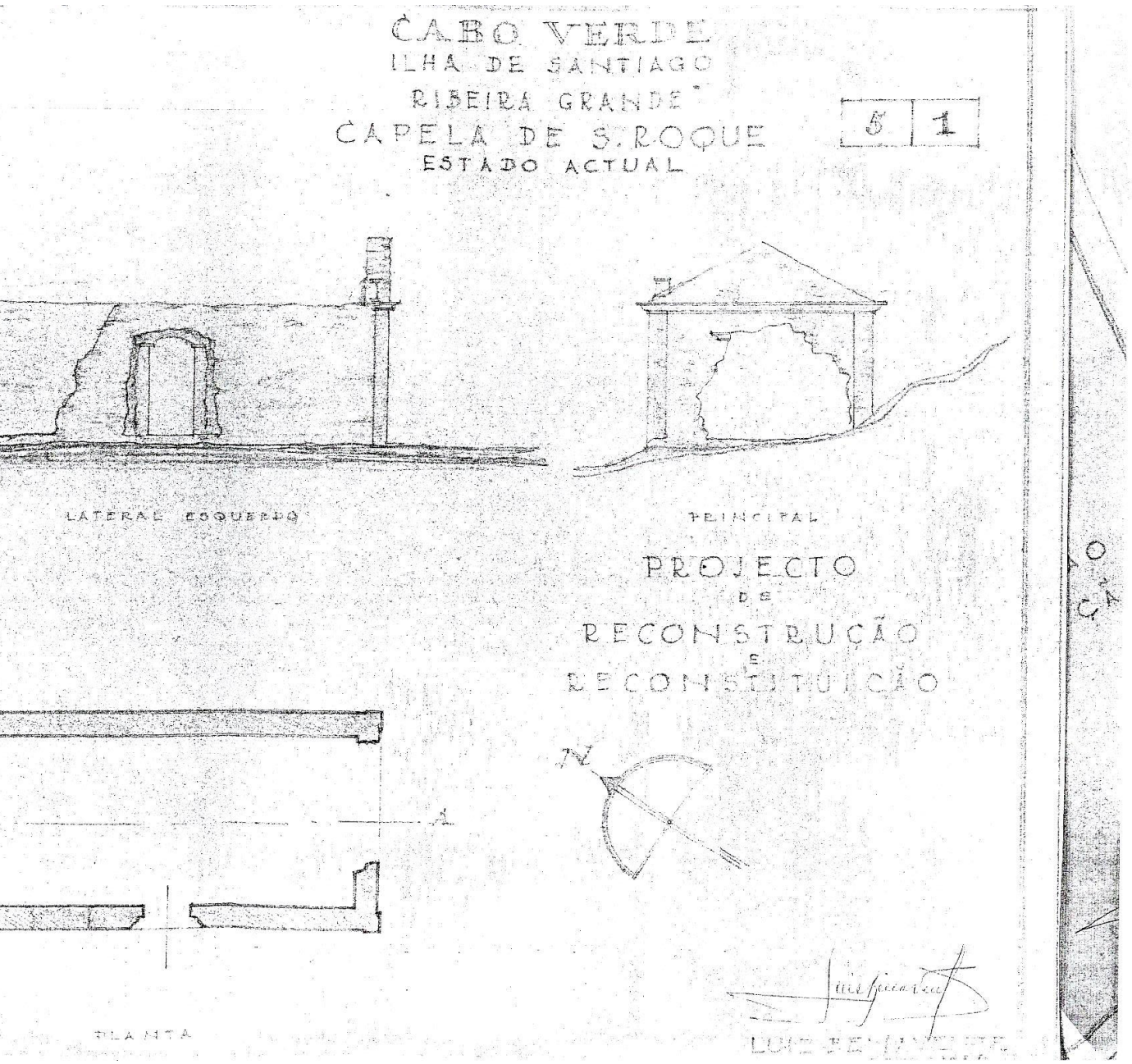


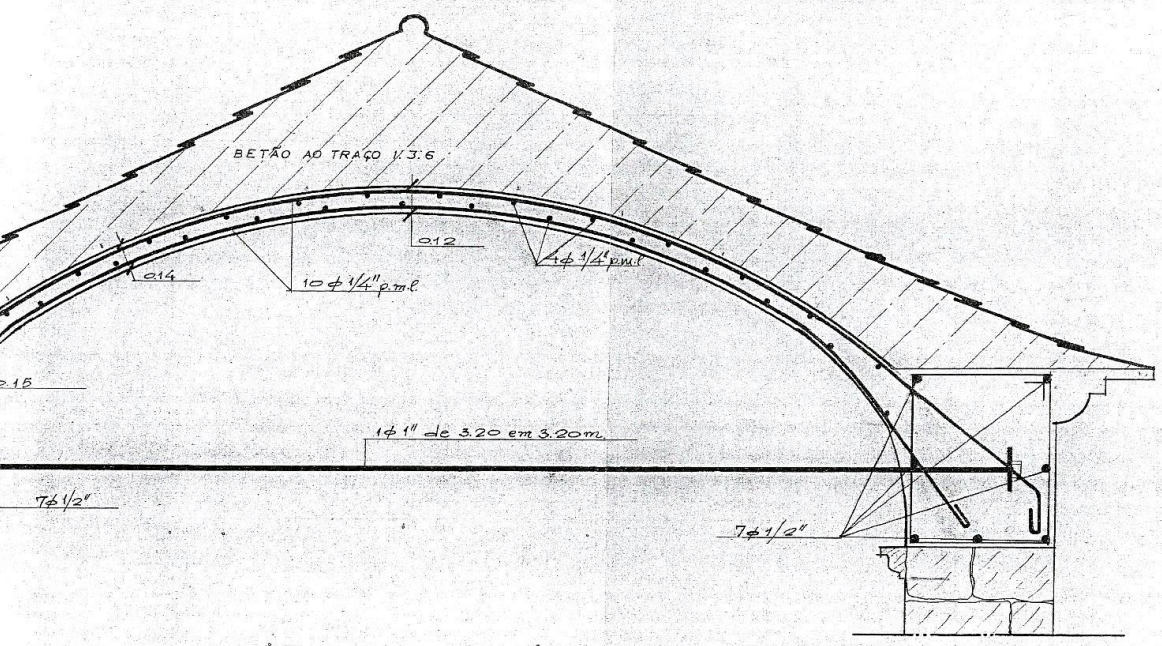
CORTE
C D



CORTE
A B

100


CABO VERDE
ILHA DE SANTIAGO
RIBEIRA GRANDE
CAPELA DE S. ROQUE
ESTADO ACTUAL
5
1
LATERAL ESQUERDO
PRINCIPAL
PROJECTO
DE
RECONSTRUÇÃO
E
RECONSTITUIÇÃO
N
A
PLANTA



CORTE TRANSVERSAL

PROVÍNCIA DE CABO VERDE
DIVISÃO TÉCNICA

PROJECTO PARA O RESTAURO DA CAPELA DE S. ROQUE.
BETÃO ARMADO

S. TIAGO.
Escala 1/20
Doc. N.º
Proc. N.º
O CHEFE DA DIV. TÉC.
VISTO
O ENG. CHEFE DE SERV.

X – Documento acerca da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

1 – Regimento da Alfândega – tit. 17, cap. 4 & 26. Fonte: Regimento da Alfândega, tit. 17. Cap. 1 & 26. Fonte: AHU. Caixa 39. Doc. 5,4 e Caixa 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779.

Copia

Regimento da Alfandega
Lit. 17. Cap.º 1.º § 26.

Infante D. Henrique, 1º descobrim as Ilhas e mais conquistas deixou cinquenta e duas missas em cada ano pela sua alma, aquele constituio esmola no rendimento proprio da Alfandega

Infante Dom Henrrique, aquem se deve o primeiro descobrimento destas Ilhas, e mais conquistas, deixou sincoenta e duas missas cada anno pela sua alma, a que se constituio esmola no rendimento proprio da Alfandega, como se mandou declarar por Carta de vinte sinco de setembro de mil seiscentos setenta e nove.

Ditto Regimento da Alfandega § 104
addição 2.ª da folha Ecclesiastica.

Regimento da Alfandega 104

180 mil reis se cala 80 de beneficio

Ao Deão da Sé, Cento e sessenta mil reis = Oitenta do beneficio = Sessenta pellas Missas do Infante Dom Henrrique = e Vinte mil reis por pregar na mesma Sé. Hoje Cento e vinte mil reis de ordenado, fora o mais &c.

70 pelas missas do Infante D. Henrique

20 mil "por pregar na mesma Sé"

180 mil reis de ordenado e mais encargos

Relação das pessoas de Ouro e prata pertencentes a Nossa Senhora da Conceição da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde.

Relação das peças de ouro e prata pertencentes a Nossa Senhora da Formiola da R. Grande, Ilha de S. Tiago de Cabo Verde

Ouro.

Hum a fogador de ouro esmaltado com aljofares finos pedra verde e esmaltado com o peso de seis outtavas, e três grãos.

um afogador de ouro esmaltado com alfanges finos pedra verde e esmaltado com o peso de seis oitavas e três grãos

Dous relicarios com aljofre fino com peso de tres e meia outavas.

Dois relicarios c/ aljofre fino com peso de três e meia oitavas

OBS: As Anotações são nossas.

Tres feitios de Imagem da mesma Senhora esmaltado com Aljofre fino com pero de dez Outtavas. Tres feitios de imagem da mesma senhora esmaltado com aljofre fino com pero de oitava

Huma Veronica com quatro Aljofres finos, com pero de huma e meia Outtava. Huma Veronica c. 4 oitavos finos, com pero de huma e meia oitava

Duas gargantillas de Aljofre fino com contas de Ouro, com pero de dez Outtavas, e sette grãos. Duas gargantillas de aljofre fino com contas de ouro com pero de dez oitavos e sete grãos

Huma pera de Ouro com grão de aljofre, com pero de tres e meia Outtavas. Huma pera de ouro com grão de aljofre c. pero de tres e meia oitavos

Tres meadas de Aljofre fino, com pero de dez Oncas. 3 meadas de aljofre fino com pero de dez oitavos

Tres dittas de Aljofre meudo, com pero de quatorze e meia Outtavas. Tres ditas de aljofre meudo c. pero de catorze e meia oitavos

Hum alfinete de prata, cabeça de aljofre, com pero de Sette grãos. Hum alfinete de prata, cabeça de aljofre c. pero de sete grãos

Huma Masanota de Alampada de prata com pero de Sette Outtavas. Huma Masanota de alampada de prata com pero de sete oitavos

[illegible]

assinatura

2 – Regimento da Alfândega, tit. 17. Cap. 1 & 26. Fonte: AHU. Caixa 39. Doc. 5,4 e Caixa 36. Doc. 30 e 26. 25 de Setembro de 1779.

Regimento da Alfandega
tit. 17. Cap.º 1.º §. 26.

BIBLIOTECA NACIONAL
FUNDO ULTRAMARINO

O Infante Dom Henrique, aquem se deve o primeiro descobrimento destas Ilhas, emais Conquistas deixou sincoenta eduas Minas cada anno pela sua alma, aque se contribuio esmola no rendimento proprio da Alfandega, como se mandou declarar por carta escrita em vinte e sinco de Setembro demil seiscentos setenta enove &c

Dito Regimento da Alfandega.
§ 104 adição 2.ª da folha Cent.ª

A Dean da Sé 160$000 = Do Do = do Beneficio = 60$ = pelas Minas do Infante Dom Henrique = e = 20$ = por pregar namesma Sé Hoje 120$000 = de Ordenado fora omais &c - - - - - - - - - - - - - - -

Relação das penas de ouro, e prata pertencentes a Nossa Senhora da Conceição da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde.

BIBLIOTECA NACIONAL
ULTRAMAR

Ouro.

Hum afogador de ouro esmaltado com algofres finos, pedra verde esmaltado com o peso de seis oitavas, e tres graos - - - - - - - - - - - - - -

Regimento da Alfandega
tit. 17. Cap.º 1.º §. 26.

BIBLIOTECA NACIONAL
SECÇÃO ULTRAMARINA

O Infante Dom Henrique, a quem se deve o primeiro descobrimento destas Ilhas, e mais Conquistas, deixou sincoenta e duas Missas cada anno pela sua alma, a que se constituio e mollo no rendimento proprio da Alfandega, como se mandou declarar por carta de vinte e sinco de Setembro de mil seis centos setenta e nove &c.

Dito Regimento da Alfandega.
f. 104 adicção 2.ª da folha Eccl.ª

Ao Deão da Sé 160$000 rs = 80$ = do Beneficio = 60$ = pelas Missas do Infante Dom Henrique = e 20$ = por pregar na mesma Sé Hoje 120$000 = de Ordenado fora o mais &c.

Relação das pessas de ouro e prata pertencentes a Nossa Senhora da Conceição da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Ouro.

Hum afogador de ouro esmaltado com aljofres finos,

esmaltado com aljofre fino, compezo de dez oitavas - - - - -

Huá veronica com quatro aljofres finos compezo de huã

e meja oitava -

Duas gargantilhas de aljofre fino com contas de-

ouro, compezo de dez oitavas e sete graons - - - - - - - - -

Huá pera de ouro com grão de aljofre, compezo de trez

e meja oitavas -

Tres meadas de aljofre fino, compezo de dez onças - - - -

Tres ditas de aljofre meudo, compezo de quatorze, e meja

oitavas -

Hum alfineite de prata, cabeça de aljofre compezo de-

sete graons -

Huá masaneta de alampeda de prata, compezo

de sete oitavas -

3 – Carta de 24 de Abril de 1778; Carta de 29 de de Junho de 1779; Carta de 4 de Agosto de 1719; Fonte: AHU. Caixa 39. Doc. 5,4 e Caixa 36. Doc. 30 e 26.

Senhora

Averiguando (por virtude da Ordem de V. Mag.de q. vai junta) porq. pertence a Real Coroa a Irmida de N. Snr.a da Con.cam da Cid.e da Ribeira Grande desta Ilha, acho somente a tradição de ser erigida pelo Serenissimo Infante D. Henrique, p.a nella se dizer por sua alma huma Missa em cada Sabado com a ordinaria de 60 $ r.s no rendimento proprio da Alfandega, cuja adição vai por copia.

Esta Irmida (conforme a d.a tradição) foi o primeiro edificio q. ouve na d.a Cid.e, antes de o ser, de ter Camara, Miz.a, Convento, e Povoação, de q. não há assento nem clareza, por ser esta Ilha invadida duas vezes dos Francezes, q. queimarão os Cartorios antigos da d.a Cid.e

Ficão em ruadação as pe-

Autorização de utilização 60 Reis no rendimento da Alfandega para os ruinas p. alma do Infante D. Henrique

A ermida foi o primeiro a ser construido na Cidade antes da Se Camara convento e povoação
~~Dentro as 2 ataques de~~
de q. n. há assento nem clareza p. q. a Ilha foi invadida 2 vezes pelos Francezes q. queimarão os cartorios antigos da Cidade
Ficarão em arrecadação as peças pertencentes a N. Senhora

que são os q. constam da lista q. se junta, especialmente os alfonzes q. n. se sabe seu valor

Tb. cuido haver

Concorrem devotos c/ esmolas p. a reedificação da Ermida com n. horas oficiais capazes p. desempenhar a função de vedores. ~~Tesoureiro~~

2a de Junho de 1779

Em
e São as que constão da R. junta,
as q.es, especialm.te aos aljofres,
se não sabe o seu valor. Tam
bem cuido em haver o dinr.o
pertencente a N. S.a, tanto o q.
se lhe deve de foros, como o alcance
dos Thezour.os, não sendo falidos.

Concorem devotos com
premessa de esmollas p.a a re-
edificação da Ermida, e passa-
do as goas se prencepia, posto
não haver na Ilha officiaes
capazes. V. Mag.de mandará
o que for servida. Deos G.e
a V. Mag.de Ilha de Santiago
de Cabo Verde 29 de Junho
de 1779.

Copia

Resposta da Provincia Dona Maria ao governador acerca da ermida de N. S. Conceição q. se deve reedificar e o ornamento das missas do Infantado p. q. os armadores operaram peças de ouro q. estavam em varios mãos algumas coisas já ñ dão ria outros e diversos mãos n. devia zelados

Dona Maria por Graça de Deoz Raynha de Portugal, e dos Algarvez, daquem, e dalem Mar em Africa Senhora de Guiné &c. Faço saber avôz Antonio do Valle Souza e Menezes, Governador das Ilhas de Cabo Verde, que se vio a vossa Carta de vinte e quatro de Abril do prezente anno, em que me expuzestes, que nessa Ilha havia huma Ermida de Nossa Senhora da Conceição, a mais antiga, a qual estava feita pardieiro, sendo da poteção da Caza do Infantado, e como pela Minha Real Fazenda, se mandão dizer sessenta Missas na mesma Capela, e depois da Ruina della, as celebrão os Conegos na Sé, estando a Imagem de Nossa Senhora, em outra Ermida de Nossa Senhora do Rozario, vôz parecia, que se devia hir depozitando a esmola, que Eu mando dâr para as ditas Missas, para com ella se redeficar a mesma Capela, por não parecer justo se acabe por huma vêz a memoria, e a devoção, que tinhão os moradores dessa Ilha, levando-lhe suas ofertas, e deixando-lhe algumas pessas de Ouro por falecimento, o que não tem sido pouco, mas andava disperso por varias mãos, e com indicencia por vzarem dellas os servos daquelles em cujo poder se achão, e que querendo vôz saber com individuação, o que a Senhora tinha, o não tinheis conseguido, porque de al-

Arquivo Histórico Ultramarino

Me pareceo mandar-vos dizer, que hé necessario saber-se,
porque esta Capela me pertence, e a obrigação, que Eu tenho
do seu reparo, sobre o que me informareis com o vosso
parecer; e vos ordeno, que logo cuideis em pôr em reca-
dação, e resguardo, tudo o que toca á mesma Capela, e
fazendo vender os moveis, que não forem necessarios,
para o seu precizo ornato, empregueis o seu produ-
cto na reedificação, e concertos de que necessitar; e quan-
do não baste, podereis despender alguma porção
da Minha Real Fazenda, só para a pôr livre de
indecencia, para que quando Eu não seja obriga-
da a estes Concertos, se busque o meyo de se satisfa-
zer a quantia assim despendida, e nunca deixare-
is de mandar dizer as Missas da obrigação, porque
esta se deve cumprir, e por propria authoridade,
se não pode aplicar para obras a importancia da
esmolla deixada pozitivamente para este encargo.
A Raynha Nossa Senhora o mandou pelos
Conselheiros do seo Conselho Ultramarino abai-
xo assignados, e se passou por duas vias. Antonio
Ferreira de Azevedo a fez em Lisboa a nove de Se-
tembro de mil setecentos setenta e outo = O Secre-
tario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez

(p. q. tinha ele essa obrigação

vender os móveis e utilizar o montante p. a reedificação

usar p. de sua fazenda

nos nunca deixos de dar as missas p. q. a esmola deixada positivamente p. este encargo

envia p. os conselheiros do Conc. Ultramarino

Senhora.

Copia

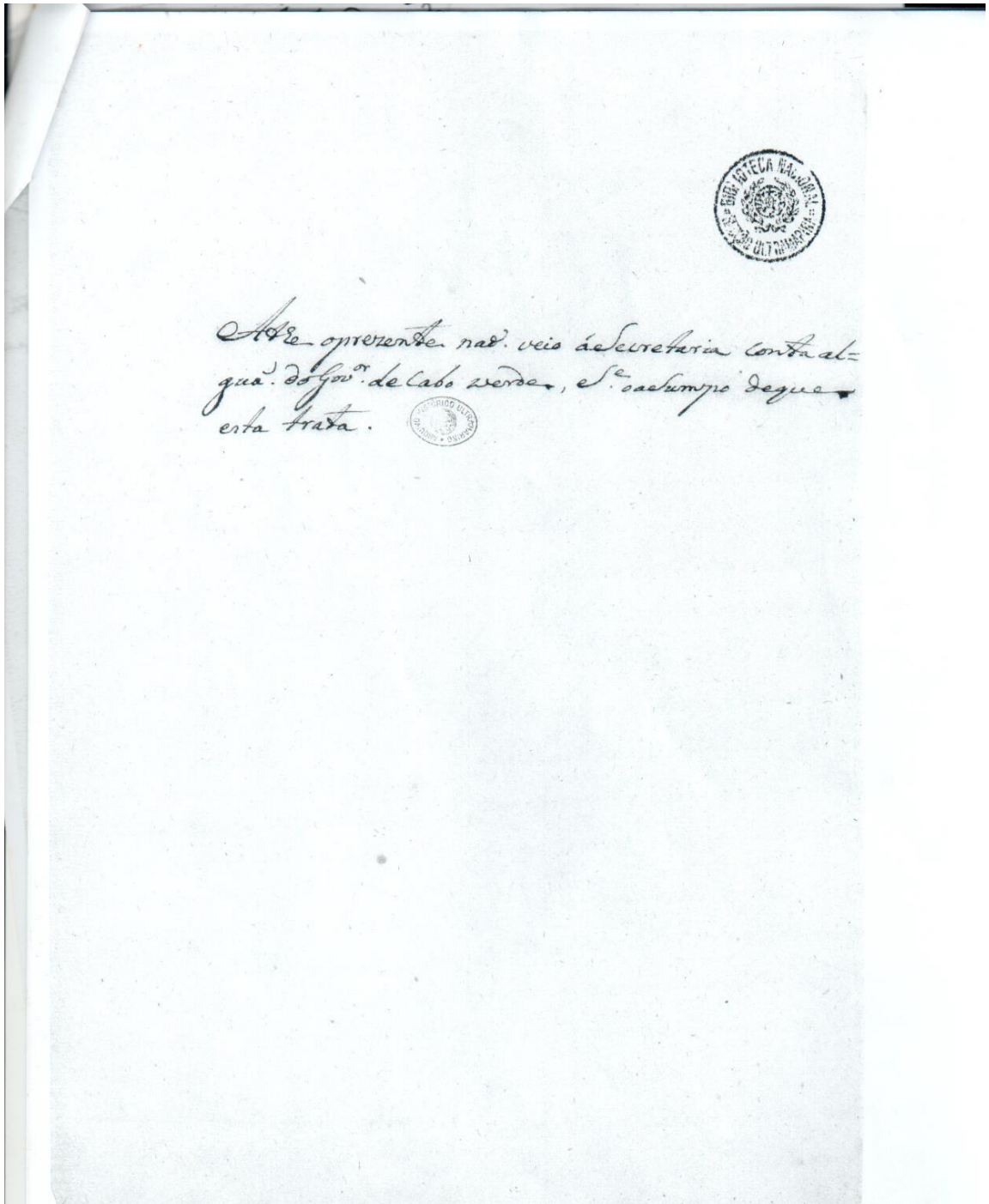
Sendo V. Mag.de servida,
que se de principio a reedifica-
cáo da Ermida de N. S.a
da Con.cam, e Palacio do Bis-
po, se faz preciso de Officiaes
de Pedreiro, Canteiro, Carpin-
teiro, que os náo há nesta Ilha; como tambem de faze-
rem telha, tejolo, e cal, que

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

vir com degredo p.ª esta Ilha,
vito a necessid.e que há de-
semelhantes Officiaes. Vossa
Magestade mandará o que
for servida. Deos G.e
A Vossa Magestade. Ilha
de Santiago de Cabo Verde
4 de Agosto de 1779

Vai satisfeito o desp.º de
17 de Setb.º

BIBLIOTECA NACIONAL
SECÇÃO ULTRAMARINA



BIBLIOTECA NACIONAL
SECÇÃO ULTRAMARINA

Até o prezente nad. veio á Secretaria conta al=
guã. do Gov.or de Cabo Verde, e S.e o assumpto de que
esta trata.

BIBLIOTECA NACIONAL
SECÇÃO ULTRAMARINA

Respeito do Governador acerca da pedida de Rua Ju[illegible] acerca da sua dotação c/ a Imperatriz N. S.ª da Conceição em entrada e declaração de Alfandega — Renda de 60.000 [illegible] 29 de Julho de 1779

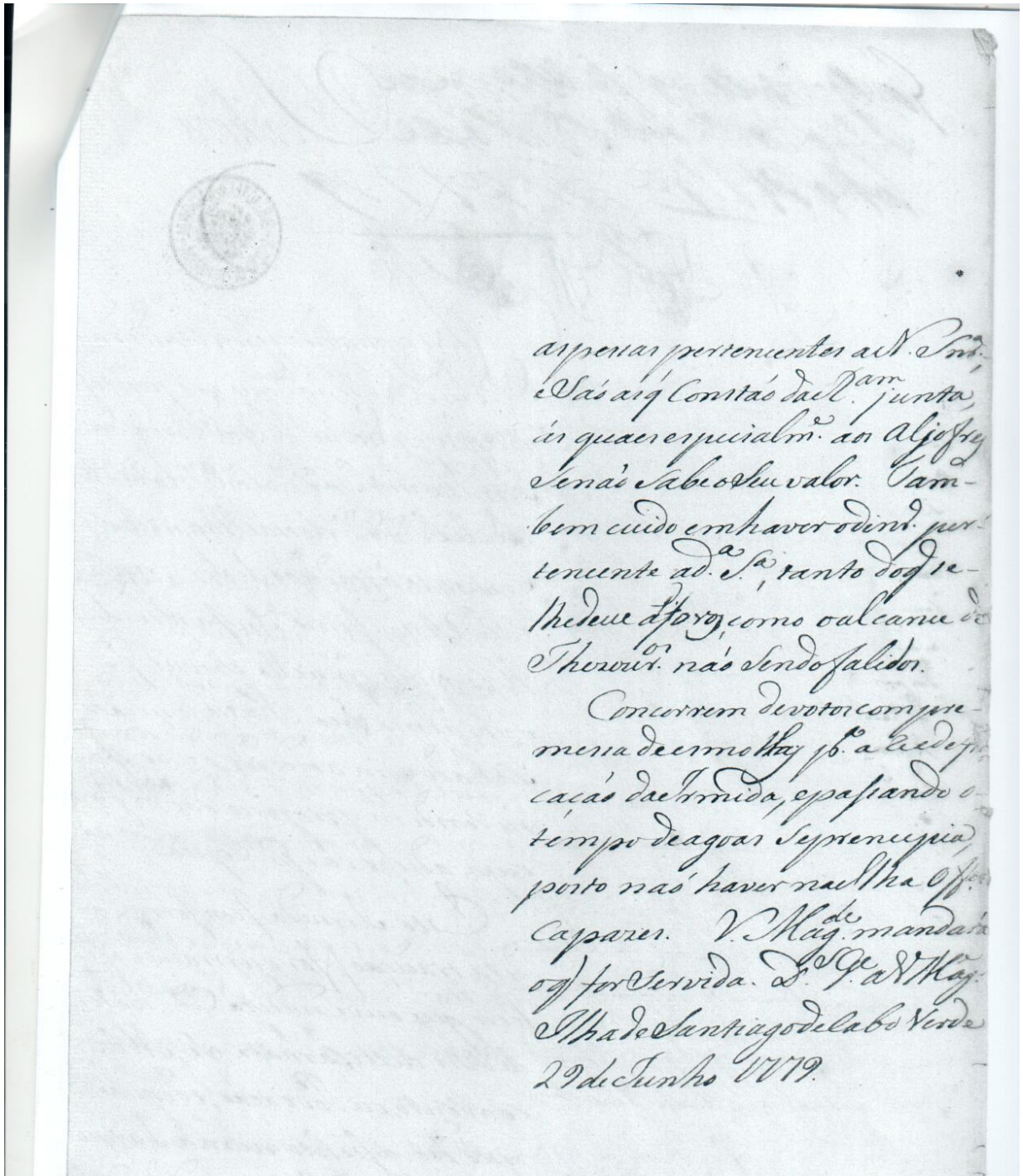


Senhora

Averiguando (por virtude da Ordem de V. Mag.de que vai junta), porque pertence a Real Coroa a Irmida de N. Snr.a da Con.cam da Cid.e da Ribr.a Gr.de desta Ilha, acho somente a tradição de ser erigida pelo Serenissimo Infante D. Henrique, p.a nella se dizer p.r sua alma huá Missa em cada Sabado com a ordin.a de 60 $ rs. no rendim.to proprio da Alf.a cuja adição vai p.r copia.

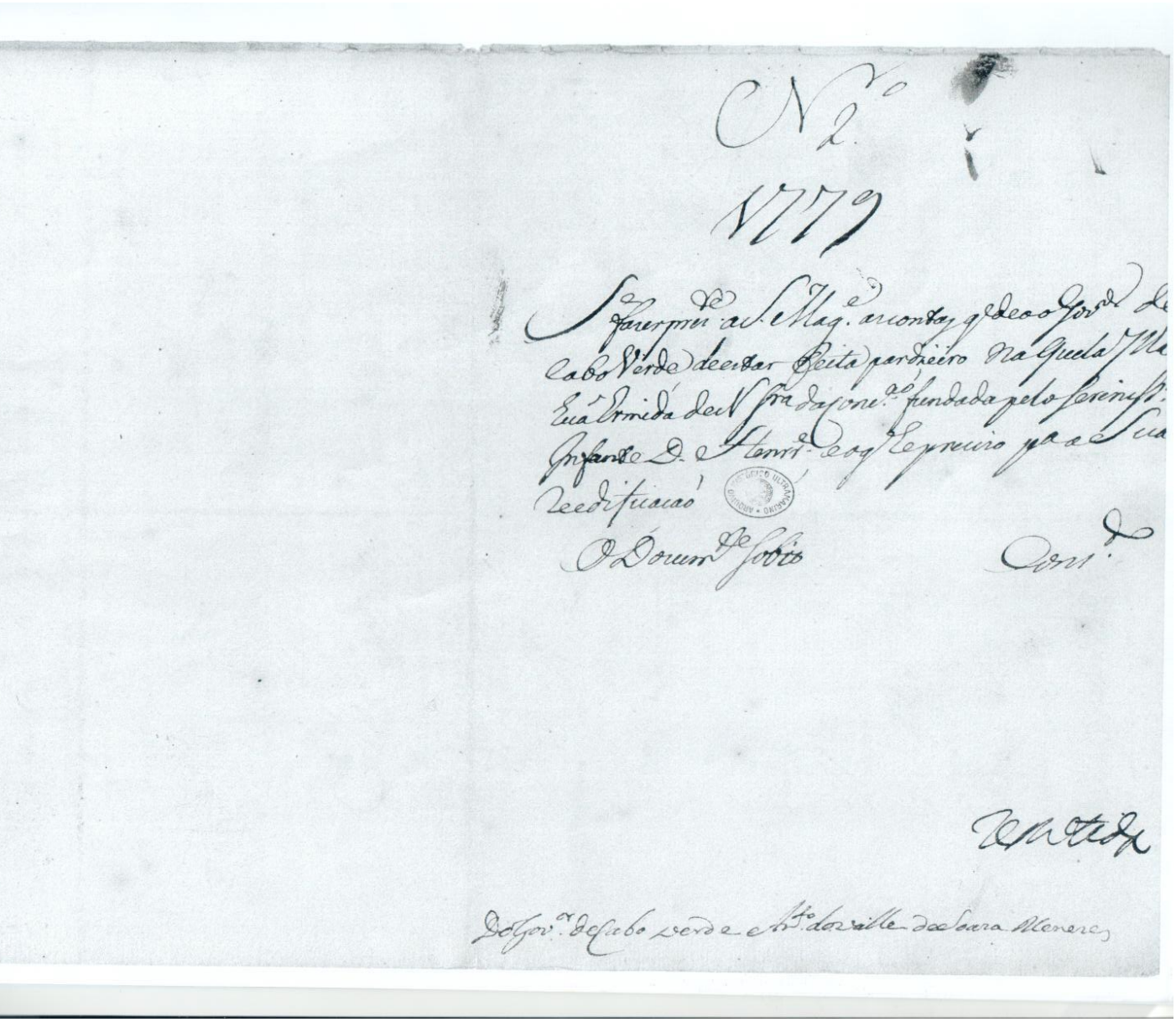
Esta Irmida (conforme a dita tradição) foi o primeiro edificio que ouve na dita Cid.e, antes de o ser, de ter Camara, Sé, Miz.a, Convento, ou Povoação, e de que não há assento nem Chareza.

BIBLIOTECA NACIONAL SECÇÃO ULTRAMARINA



as pessas pertencentes a N. Snr.
e Saõ as q Constaõ da R.am junta,
ás quaes especialm.te aos Alfofres
Senaõ Sabe o Seu valor. Tam-
bem cuido em haver o dinr. per-
tencente ad.a S.a, tanto do q se-
lhe deve a foros, como o alcance de
Thezour.os naõ Sendo falidos.

Concorrem de votos com pre-
messa de esmolhas p.a a Ed. de fr.
caçaõ da Irmida, e passando o
tempo de agoas Se prencipia,
posto naõ haver na Ilha Off.es
Capazes. V. Mag.de mandará
o q for Servida. D.s G.e a V. Mag.
Ilha de Santiago de Cabo Verde
29 de Junho 1779.



Copia.

Arquivo Histórico Ultramarino

Biblioteca Nacional Secção Ultramarina

Dona Maria por Graça de Deos Raynha de
Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem marem Afri-
ca Senhora de Guinê &ª Faço saber a vôz Antonio
do Valle Souza e Menezes, Governador das Ilhas
de Cabo Verde, que se vio a vossa Carta de vinte e qua-
tro de Abril do prezente anno, em que me expuzestes
que nessa Ilha havia huã Ermida de Nossa Senho-
ra da Conceição, a mais antiga, a qual estava feita par-
dieiro, sendo da poteção da Caza do Infantado, e como
pela Minha Real Fazenda, se mandão dizer se-
ssenta Missas na mesma Cappela, e depois da Ruina
della, as celebrão os Conegos na Sé, estando a Imagem
de Nossa Senhora, em outra Ermida de Nossa Se-
nhora do Rozario, vôz parecia, que se devia hir depo-
zitando a esmolla, que Eu mando dar para as ditas
Missas, para com ella se reedeficar a mesma Ca-
ppela, por não parecer justo se acabe por huma
vêz a memoria, e a devoção, que tinhão os moradores de-
ssa Ilha, Levando-lhe suas offertas, e deixando-lhes algu-
mas pessas de Ouro por falecimento, o que não tem sido
pouco, más andava disperso por varias mãos, e com in-
dicencia, por vzarem dellas os servos, daquelles em cujo
poder se achão, e que querendo vôz saber com individu-

dizer, que hé necessario saber-se, porque esta Cappela me per-
tence, e a obrigação que Eu tenho do seu reparo, sobre o que
me informareis com o vosso parecer, e vôs ordeno, que logo cui-
deis em pôr em recadação e resguardo tudo o que toca á mes-
ma Cappela, e fazendo vender os moveis, que não forem
necessarios, para o seu precizo ornato, empregueis o seu
producto na reedificação, e concertos de que necessitar, e quan-
do não baste, podereis dispender alguma porção da Mi-
nha Real Fazenda, só para a pôr livre de indecencia,
para que quando Eu não seja obrigada a estes concer-
tos, se busque o meyo de se satisfazer a quantia assim
despendida, e nunca deixareis de mandar dizer as Mi-
ssas da obrigação, porque esta se deve cumprir, e por
propria authoridade se não pode aplicar para obras
a importancia da esmolla deixada pozitivamente para
este encargo. A Raynha Nossa Senhora o mandou
pelos Conselheiros do seo Conselho Ultramarino a-
baixo assignados, abaixo asignados, e se passou por duas
vias. Antonio Ferreira de Azevedo a fez em Lisboa
a nove de Setembro de mil sete centos setenta e outo =
O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez
escrever = Miguel Serrão Diniz = João Bauptista
Vaz Pereira = &a

[illegible]

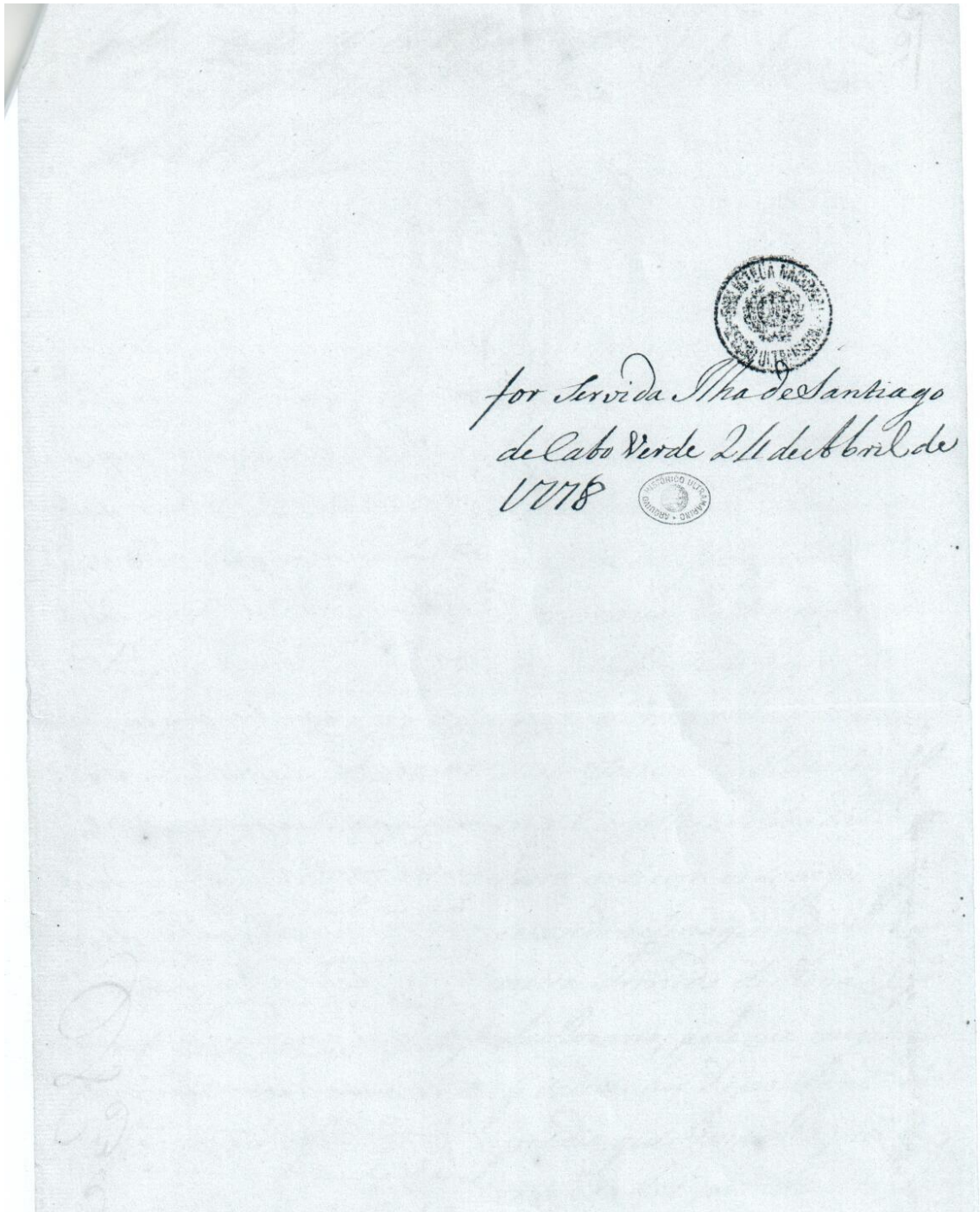


Senhora

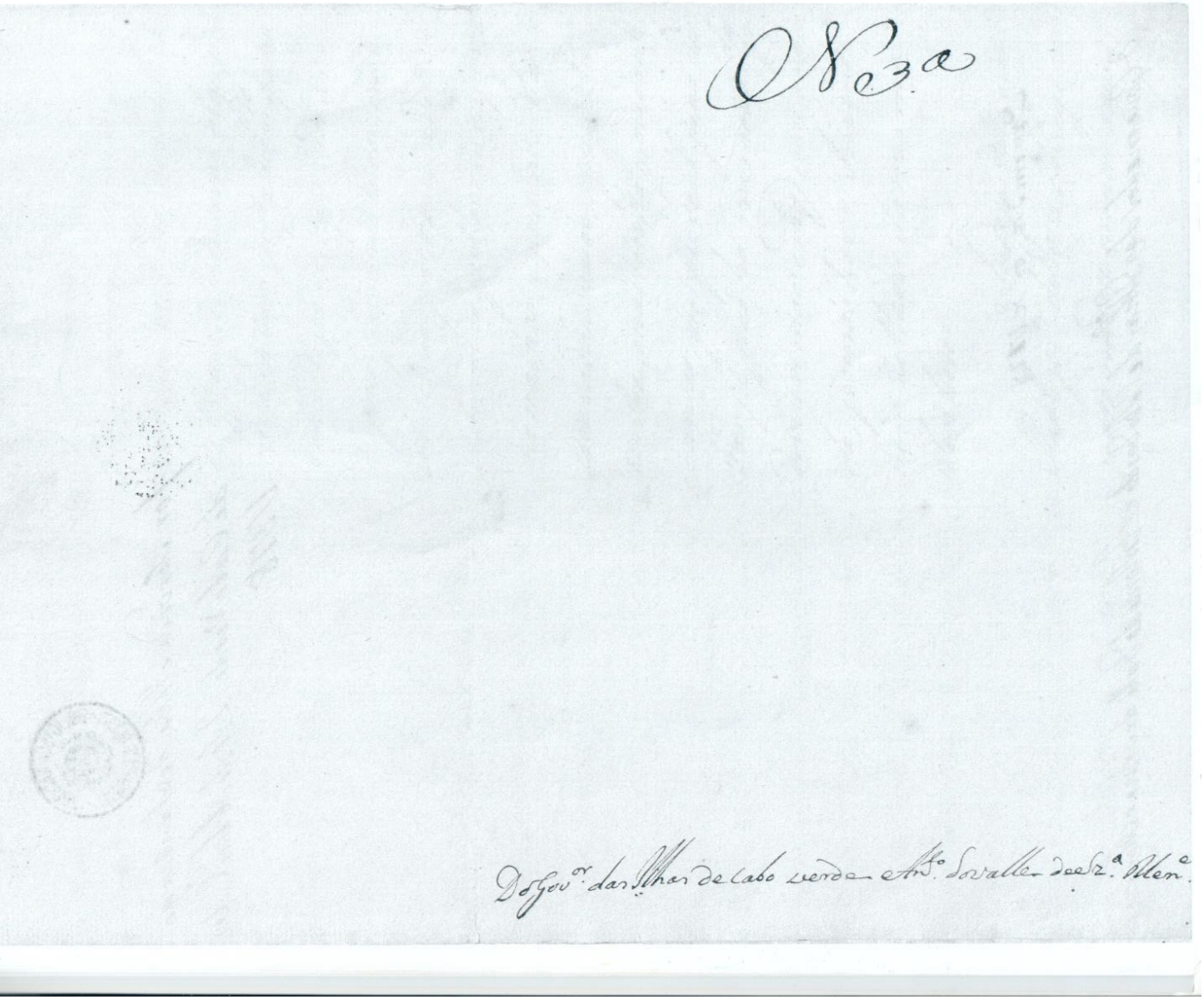
O Anno proximo passado pus na pr.ça de Vossa Magestade, q̃ nesta Ilha havia huã Irmida de Nossa Snr.a da Con.cam, a mais antiga a qual está feita pardeiro, tendo da proteção da Serenissima Caza do Infantado; e como pela Fazd.a de Vossa Mag.de se mandão dizer Sessenta Missas no mesma Capella, e depois da Ruina desta as dizem os conigos na Sé, estando a Imagem da Snr.a em outra Irmida de Nossa Snr.a do Rozario; pelo que me parece, q̃ se deve hir depozitando o este perdio, que Vossa Magestade

P. ordem ao Gov.or na conformid.e da Resposta do Dez.or Pr.or da Fazenda. Lx.a 6 de Ag.o de 1778 –

Vez a memoria e a devoçaõ; que os moradores desta Ilha, levandolhe suas Offertas, e lhe deixavaõ algumas pessas de Ouro por falecim.to q. naõ tem sido pouco, o que tudo anda disperço por varias maos, e com indecencia, por vzarem dellas os servos daquelles em cujo poder se achaõ, e querendo saber com individuaçaõ o que a Snr.a tinha, o naõ tenho podido alcançar, porque de alguas couzas já naõ há memoria, p.das diversas maos em q. tem andado, por naõ haver Inventr.o, nem Zellador da mesma



for Servida Ilha de Santiago
de Cabo Verde 21 de Abril de
1778

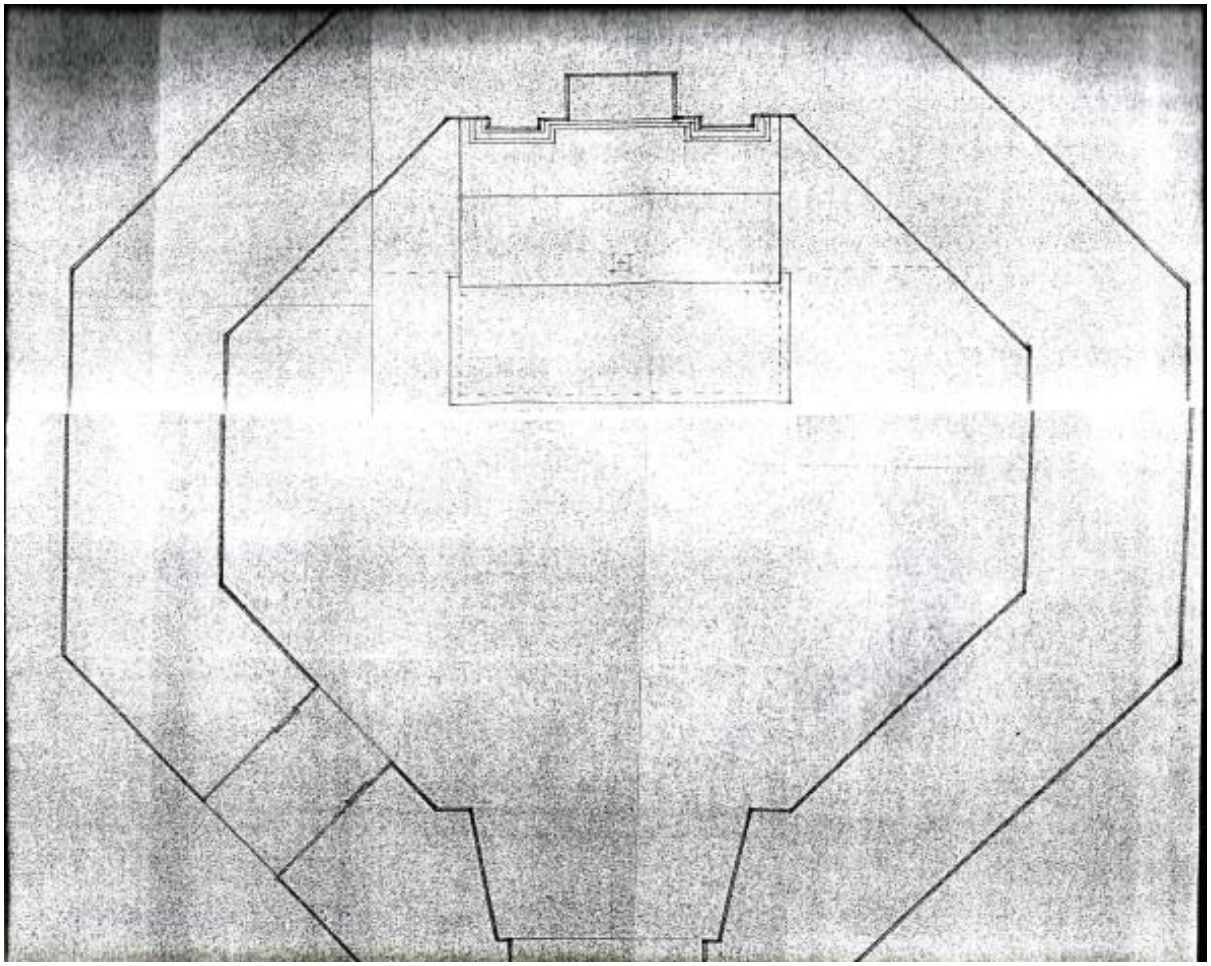


N.º 3.ª

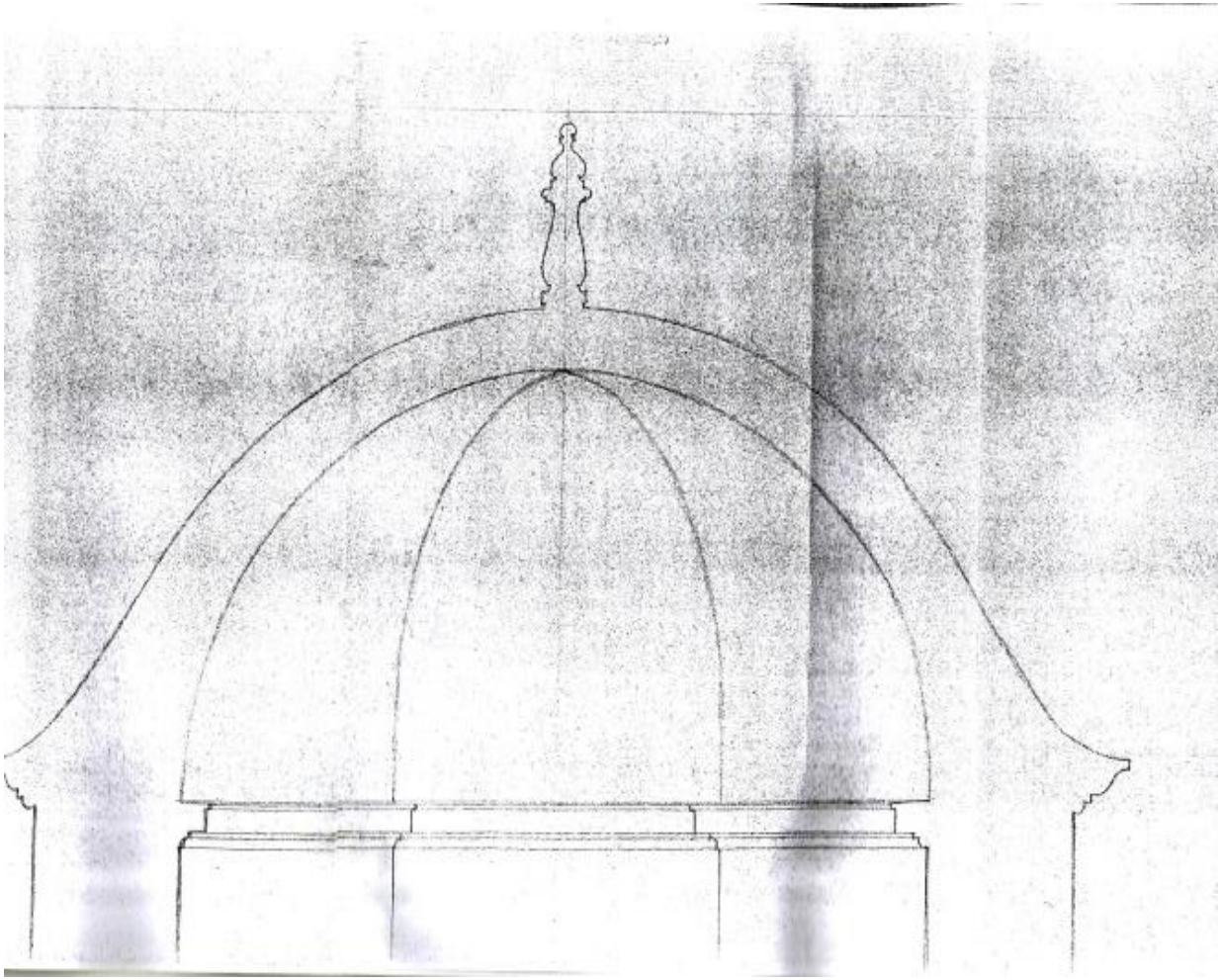
Do Gov.or das Ilhas de Cabo verde Ant.º Sovalle de Sz.ª Men.e

XI – Planta e cortes da Capela da Santíssima Trindade.

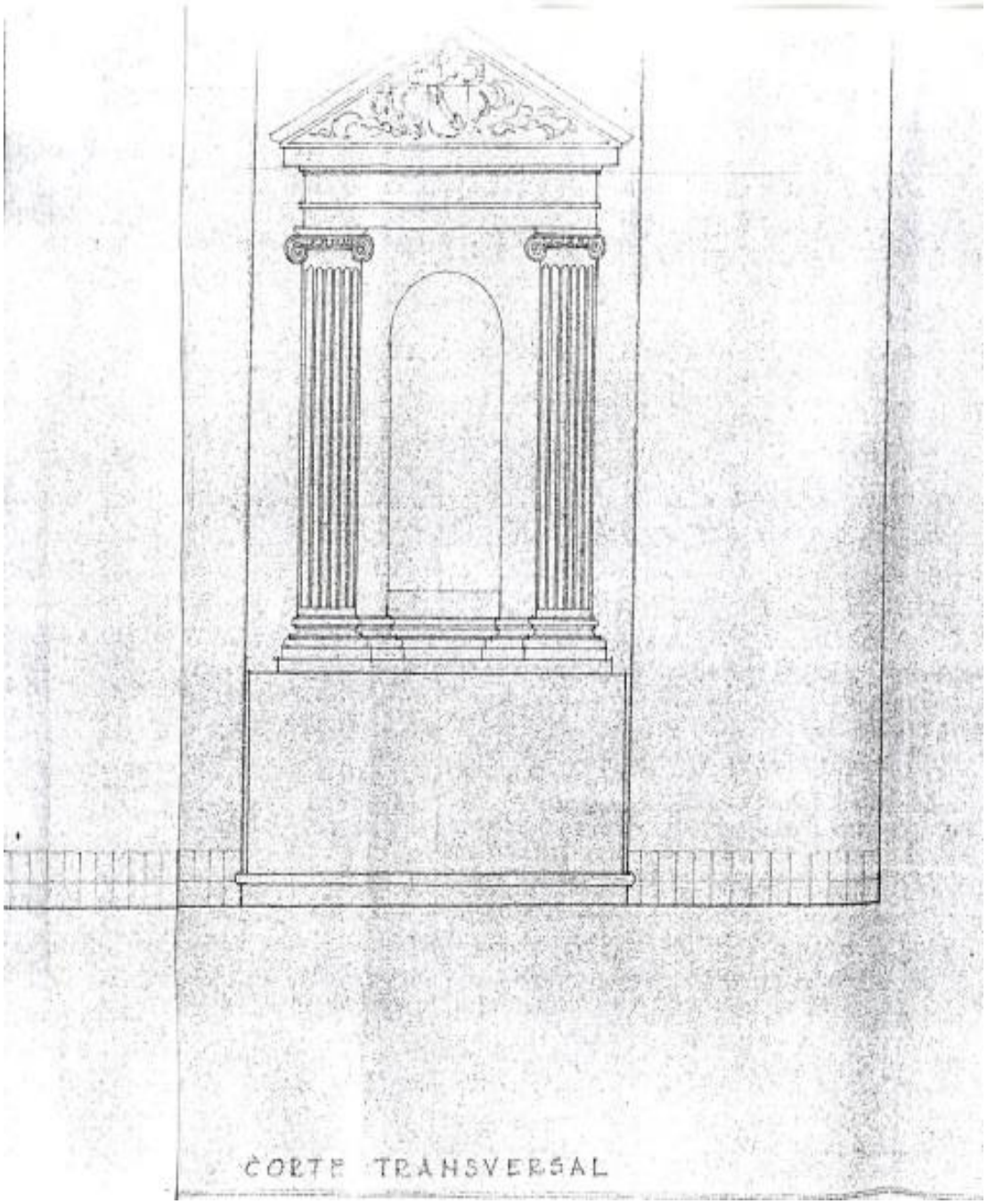
1 - Planta da Capela da Santíssima Trindade.



2 - Corte da cúpula da Capela da Santíssima Trindade.



3 - Corte Transversal da Capela da Santíssima Trindade.



CORTE TRANSVERSAL

ANEXO XII

MAPAS

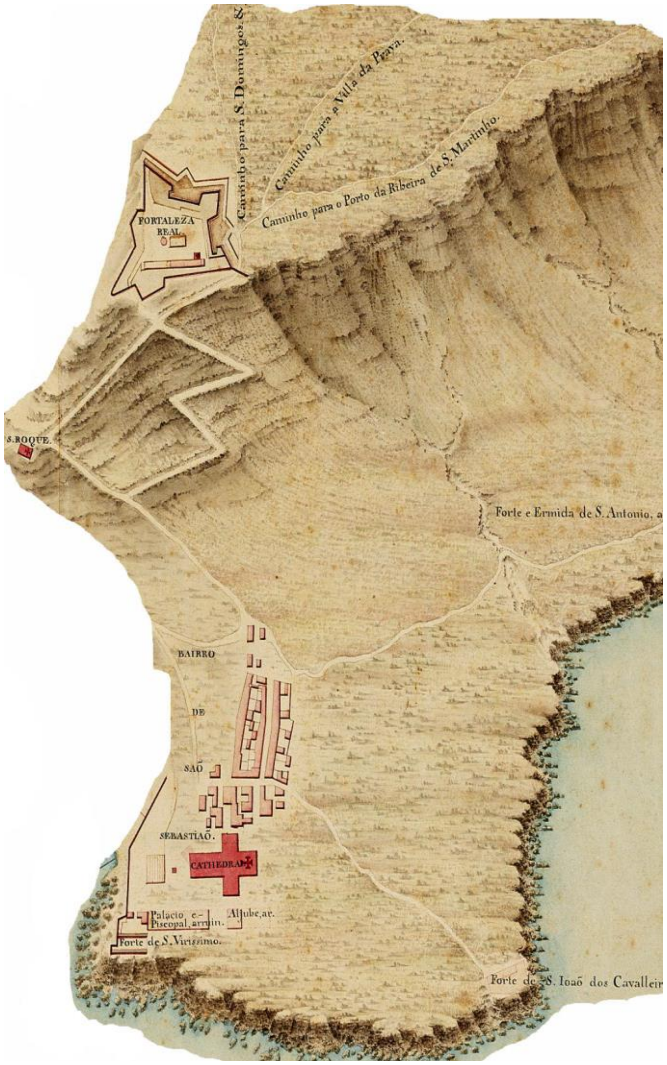


Figura 133 - 1ª Imagem: Localização da Fortaleza. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU Cartm _ 024, D. 0123.

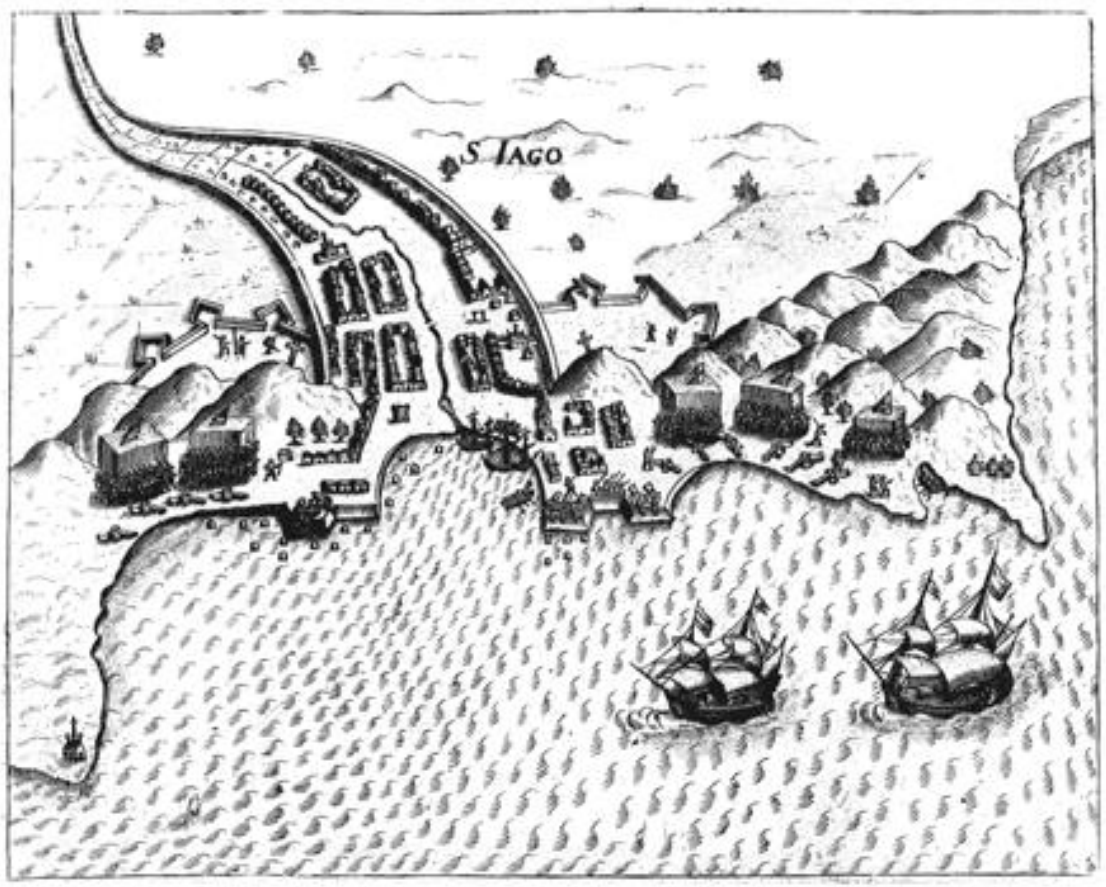
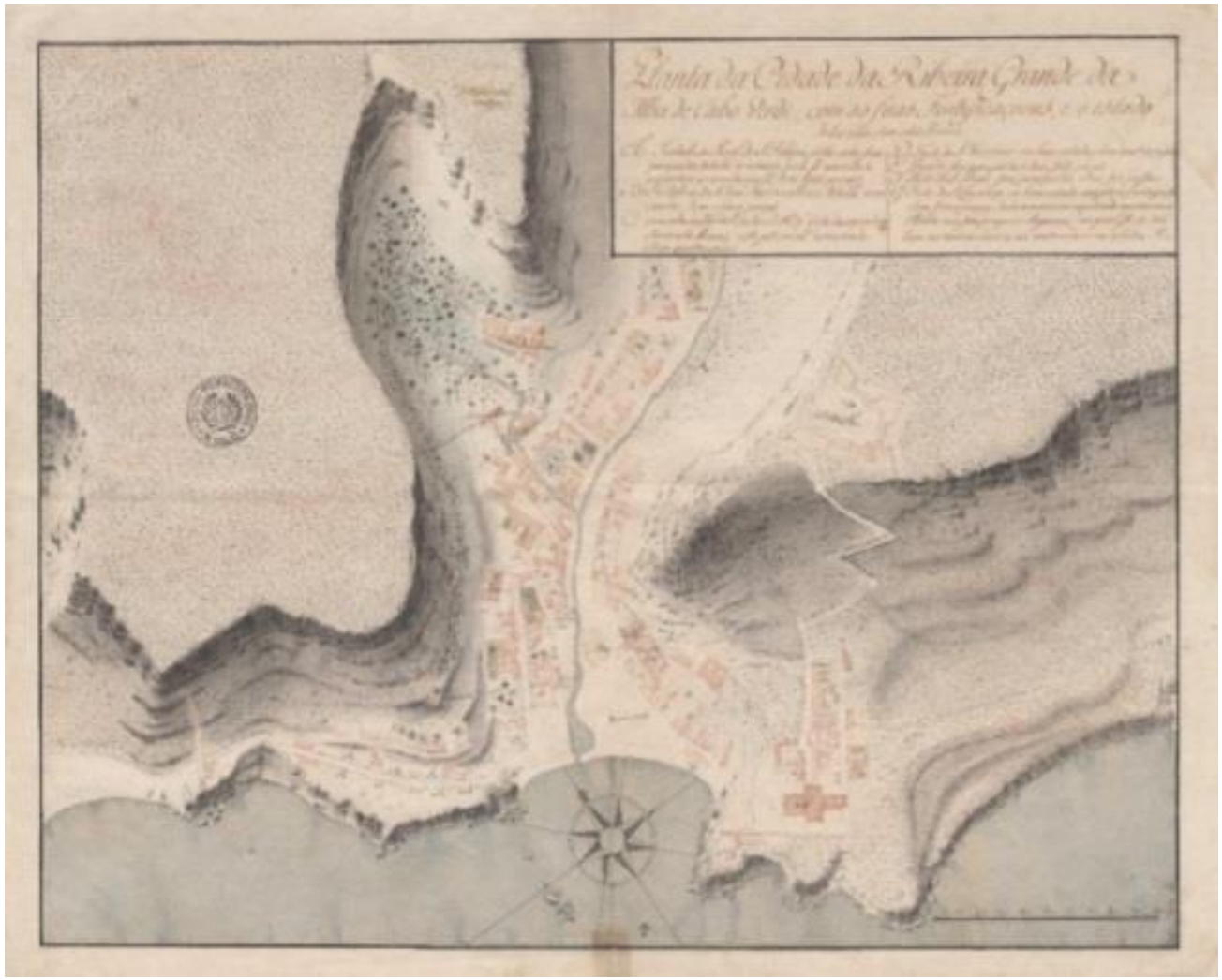


Figura 134 – 1ª Imagem: Assentamento da Cidade da Ribeira Grande com seu aparato de defesa. Gravura aguarelada. Dim. aprox. 22x17 cm. Sec. XVII. AHU[1607]. 2ª Imagem: Planta da cidade da Ribeira Grande de 1778 de Carlos António Andrea. Fonte: Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

[1607] Fonte: República de Cabo Verde . 2008 - 2012 . da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande . Plano elaborado no âmbito da preparação da ... [Em linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 10.012.2013]. Disponível em: cidadevelhapm.cv/documentos/planopt.pdf?phpMyAdmin=bfed.



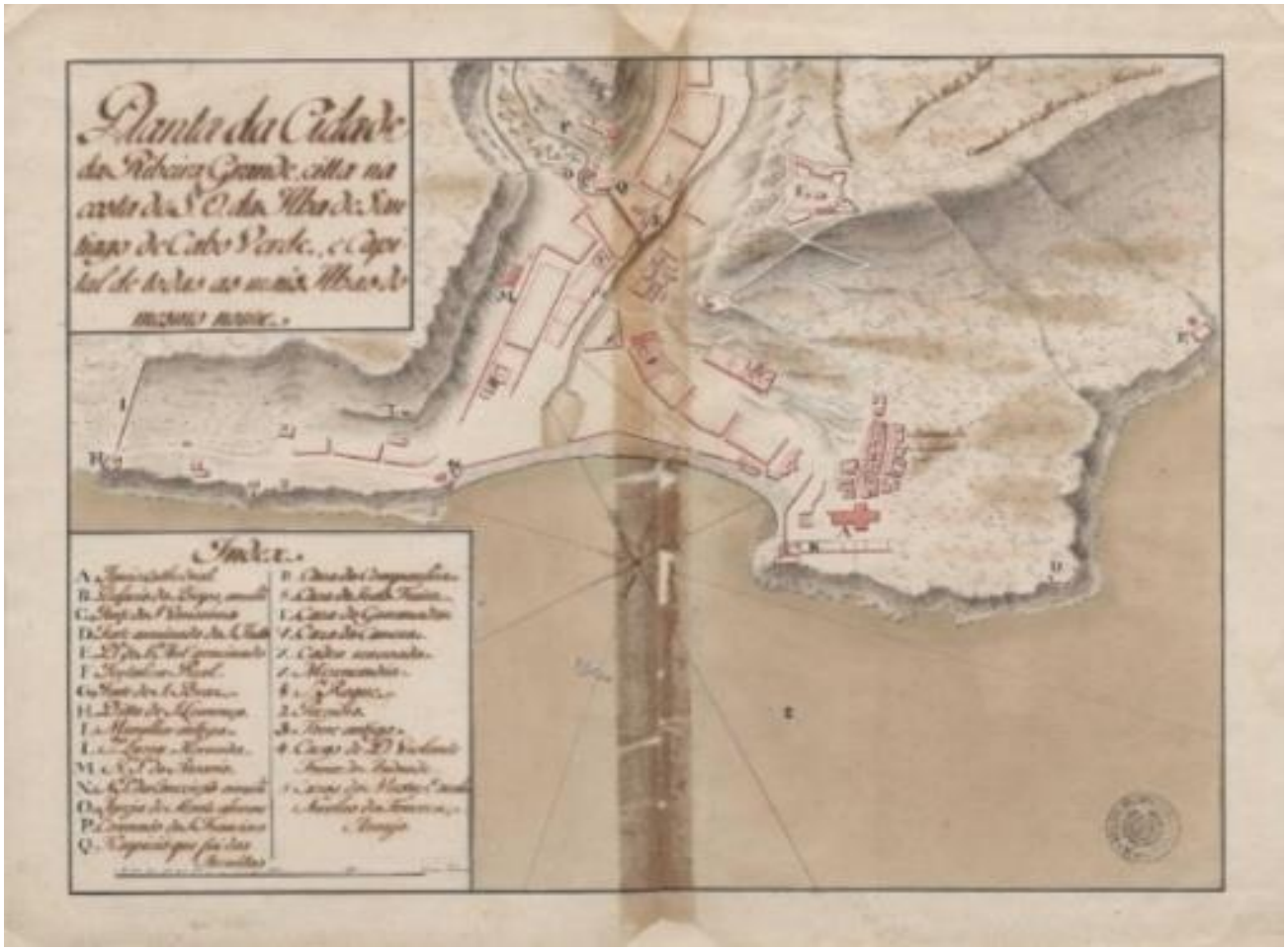
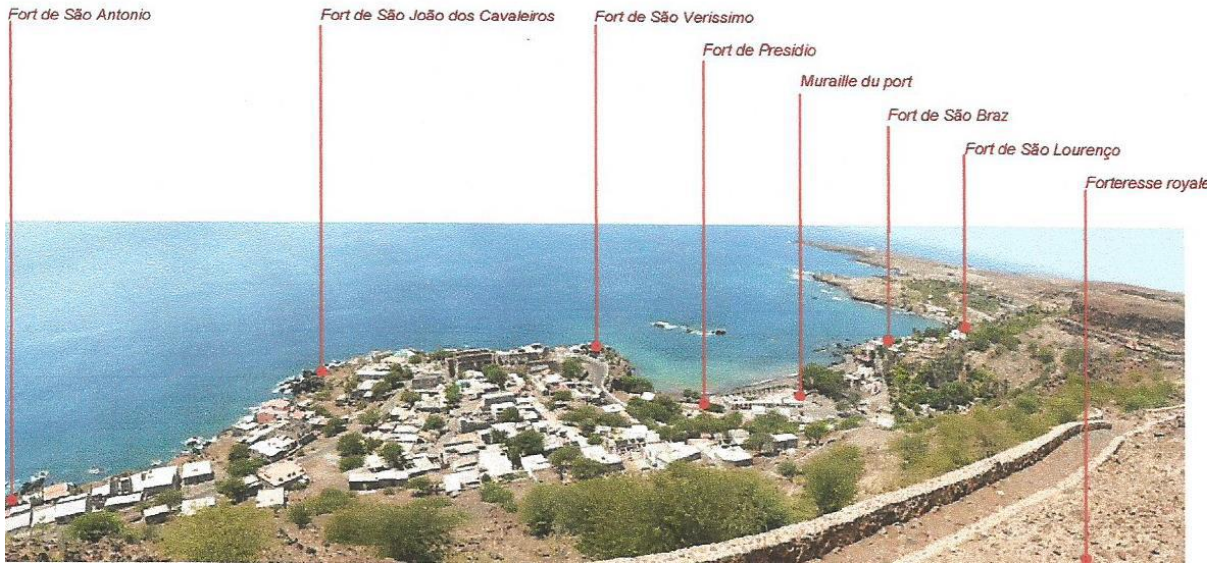


Figura 135 – 1ª Imagem: Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Cabo Verde com as suas fortificações, e o estado delas e da sua artilharia. Manuscrita, aguarelada Dim. aprox. 41x32. Escala *[C.A. 1769]*. Inventário Cartográfico. Fonte: Acessível no AHU. *[Cartm _ 024, D. 0119]*. 2ª Imagem: Planta da vila de Santiago: *[Plan de la ville et des Forts de St. Yago]*. Jacques Nicolas Bellin. Paris. Fonte:Acessível no AHU. *[ca – 1747*]. Iconografias. Forte Real de São Filipe – 004181.



Figura 136 – 1ª Imagem: Localização das estruturas militares de Ribeira Grande. Fonte: Gravura de Antonio Carlos Andreas, 1778. Arquivos do IIPC[1608]. 2ª Imagem: Localização das estruturas de defesa numa imagem da Cidade Velha, vista a partir da Fortaleza[1609].

[1608] Fonte: Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf
[1609] Ibidem


Fort de São Antonio
Fort de São João dos Cavaleiros
Fort de São Verissimo
Fort de Presidio
Muraille du port
Fort de São Braz
Fort de São Lourenço
Forteresse royale

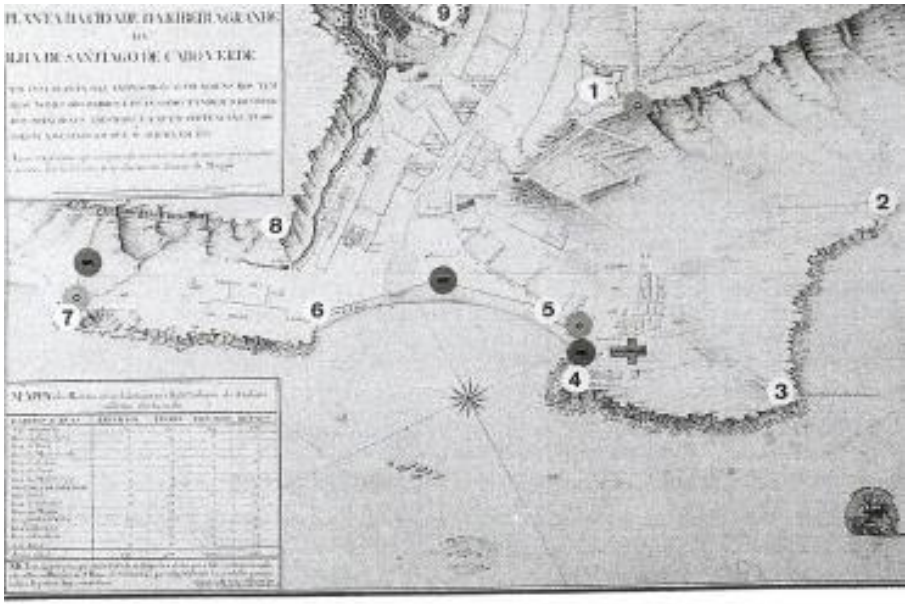


Diagrama executado sobre planta de 1778 (GEAEM)

— Fortaleza Real de S. Filipe e porta da cidade
— Forte de Santo António
— Forte de S. João dos Cavaleiros
— Forte de S. Verissimo
— Forte do Presídio e porta da cidade
— Forte de S. Brás
— Forte de S. Lourenço, porta e muralha antiga
— Fortaleza projectada
— Torre velha

① Fortalezas
Muralhas
Portas

Figura 137 - Mapa dos fortes, muralhas e portas da cidade Velha. Fonte: PEREIRA, Daniel – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2ª Edição (Revista e ampliada). 2009.

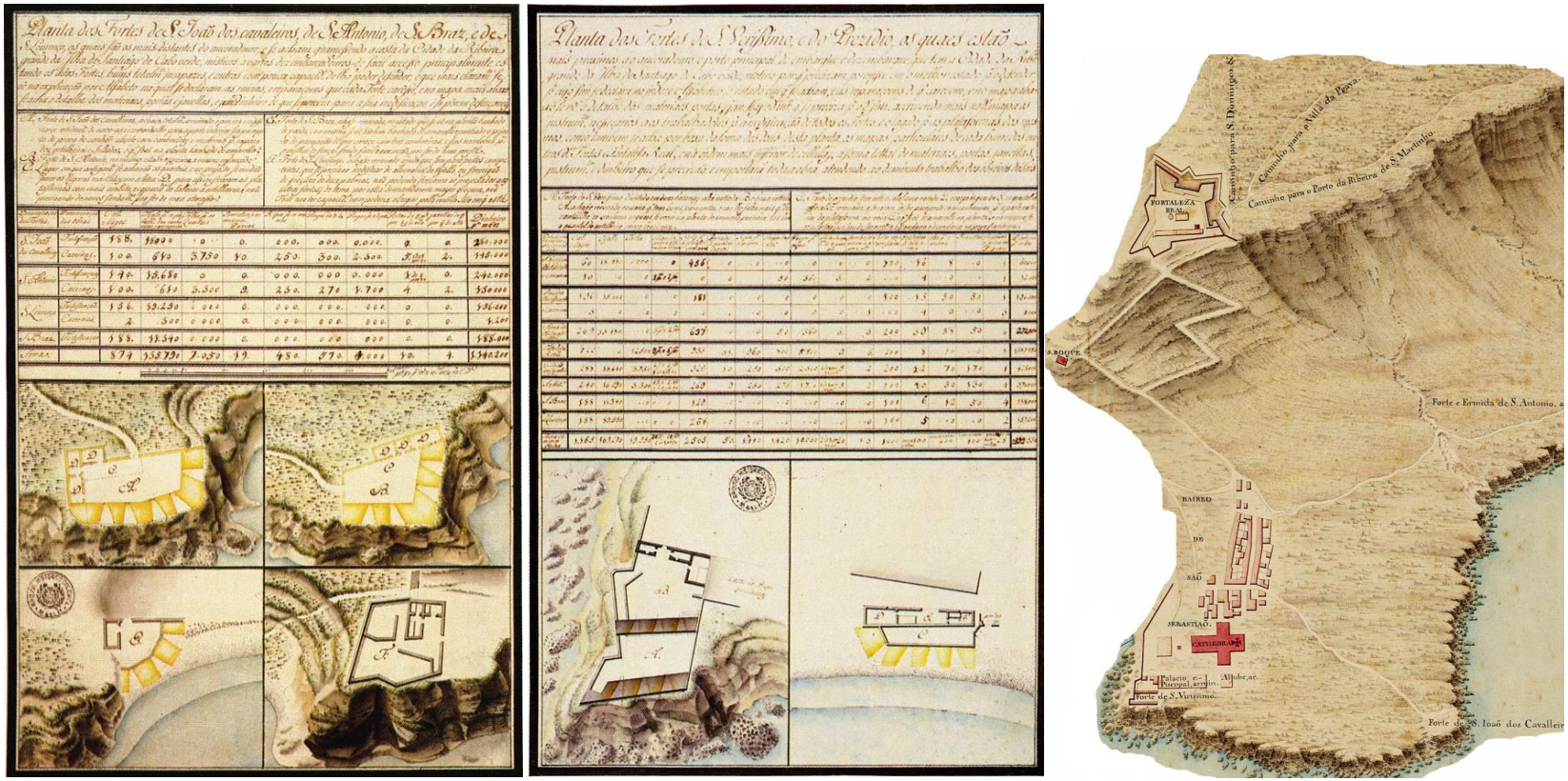


Figura 138 - 1ª e 2ª Imagens: Planos dos Fortes. Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo,do Presídio, de São Brás e de S. Lourenço. Fonte: *[Planos dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de São António, de São Veríssimo e de Presídio, de São Brás e de São Lourenço]*. *[Cart. 024]*. *[D 122]*. AHU –ACL. Aguarelas de 1770, arquivos numéricos do IIPC[1610]. 2ª Imagem: Plano dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio. Fonte: *[Planos dos Fortes de São Veríssimo e do Presídio]*. *[Cart. 024]*. *[D 446. AHU –ACL]*. Cabo Verde. Papéis avulsos. 15 de Julho de 1770. 3 ª imagem: Localização do Forte de S. António. Fonte: Parte do mapa da Cidade da Ribeira Grande de Andrea (1778). Inventário Cartográfico. AHU _ Cartm _ 024, D. 0123.

[1610] Cidade Velha Centre historique de Ribeira Grande. Cap-Vert. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial. [Em Linha]. Janeiro de 2008. [Consult. a 04.02.2016]. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf

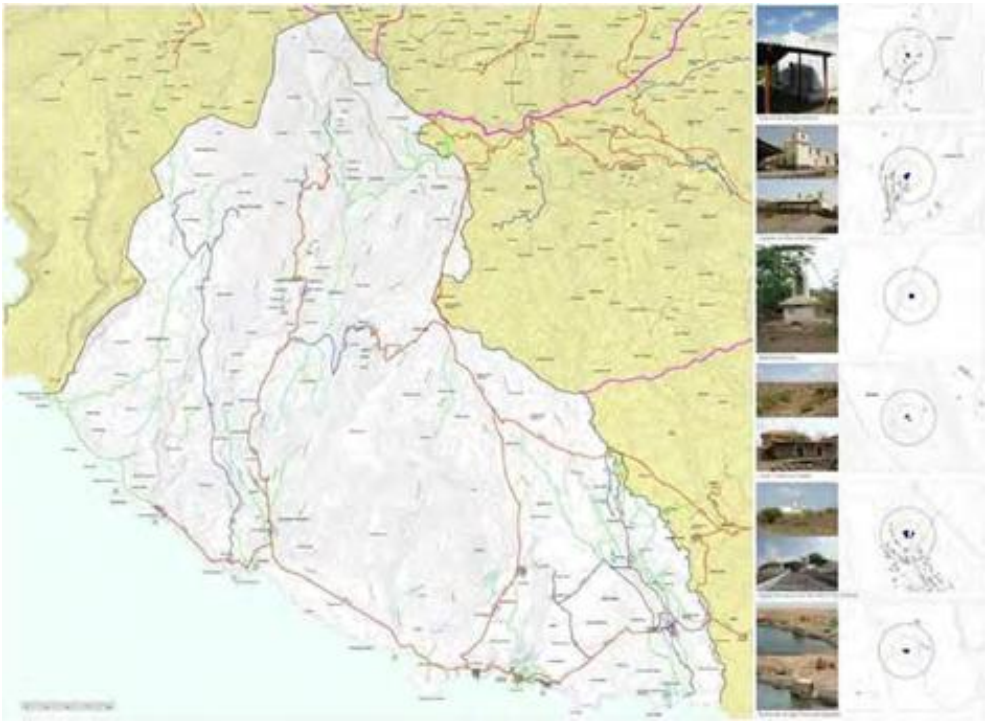
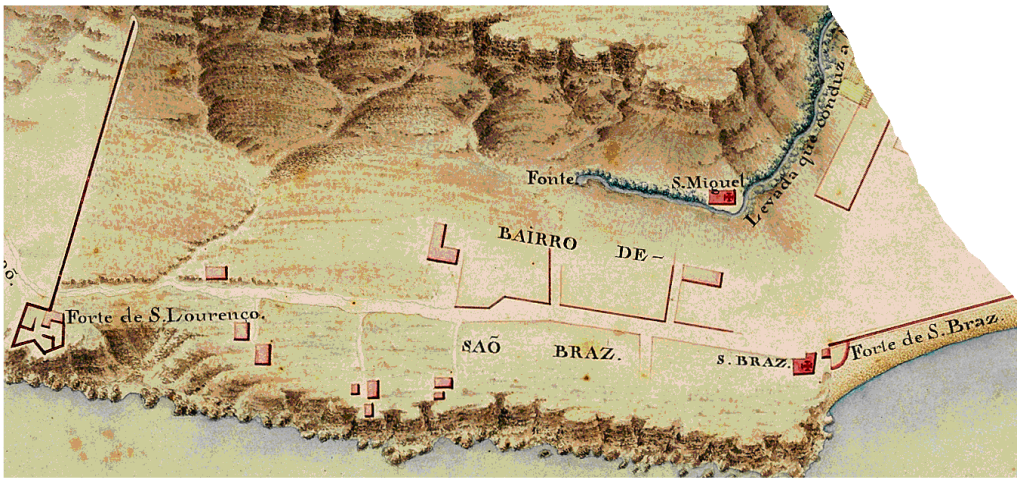


Figura 139 - Planta de Património Construído Fora do Perímetro do Sitio do Património Mundial da Humanidade. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.


Fonte
S.Miquel
Levada que conduz a
BAIRRO DE ~
Forte de S.Lourenço.
SAÕ BRAZ.
S. BRAZ.
Forte de S. Braz

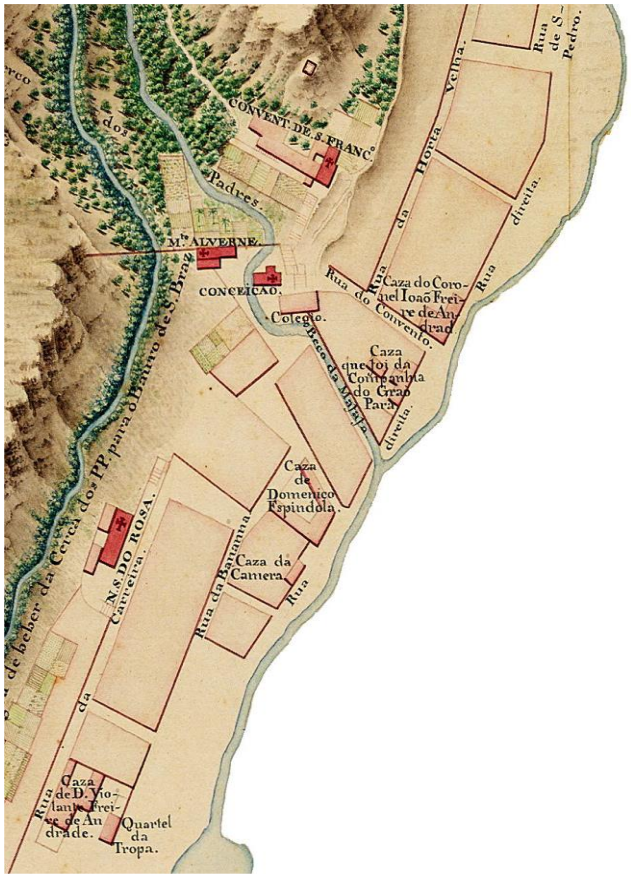
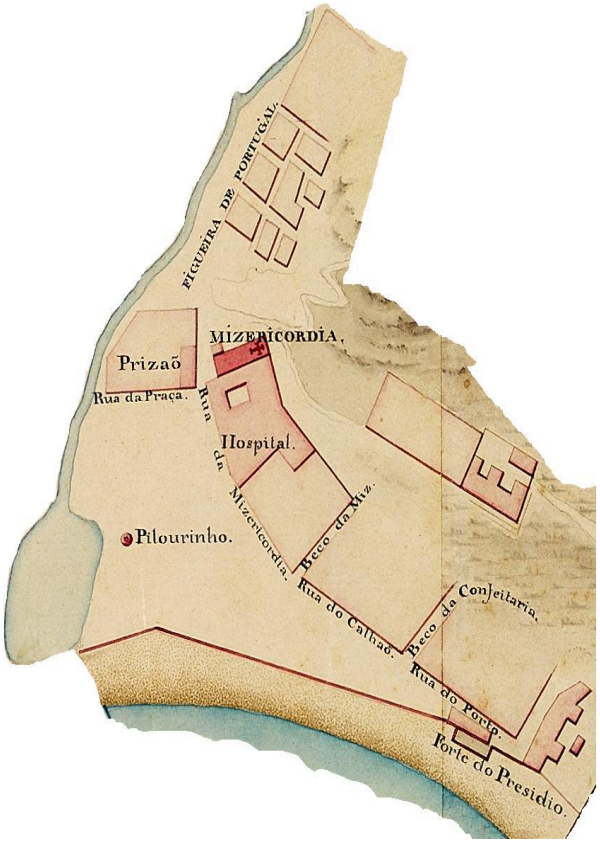


Figura 140 - 1ª Imagem: O Bairro de São Brás de António Carlos Andrea, 1778. 2ª Imagem: Mapa do Bairro de S. Pedro de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.


FIGUEIRA DE PORTUGAL.
MIZERICORDIA.
Prizaõ
Rua da Praça.
Rua da Mizericordia.
Hospital.
Pilourinho.
Beco da Miz.
Rua do Calhaõ.
Beco da Confeitaria.
Rua do Porto.
Forte do Presidio.


Caminho para S. Domingos &
Caminho para a Villa da Praya.
Caminho para o Porto da Ribeira de S. Martinho.
FORTALEZA REAL.
S. ROQUE.
Forte e Ermida de S. Antonio, a
BAIRRO
DE
SAÕ
SEBASTIAÕ.
CATHEDRAL
Palacio e Piscopal arrain.
Altube, ar.
Forte de S. Virissimo.
Forte de S. Ioaõ dos Cavalleir

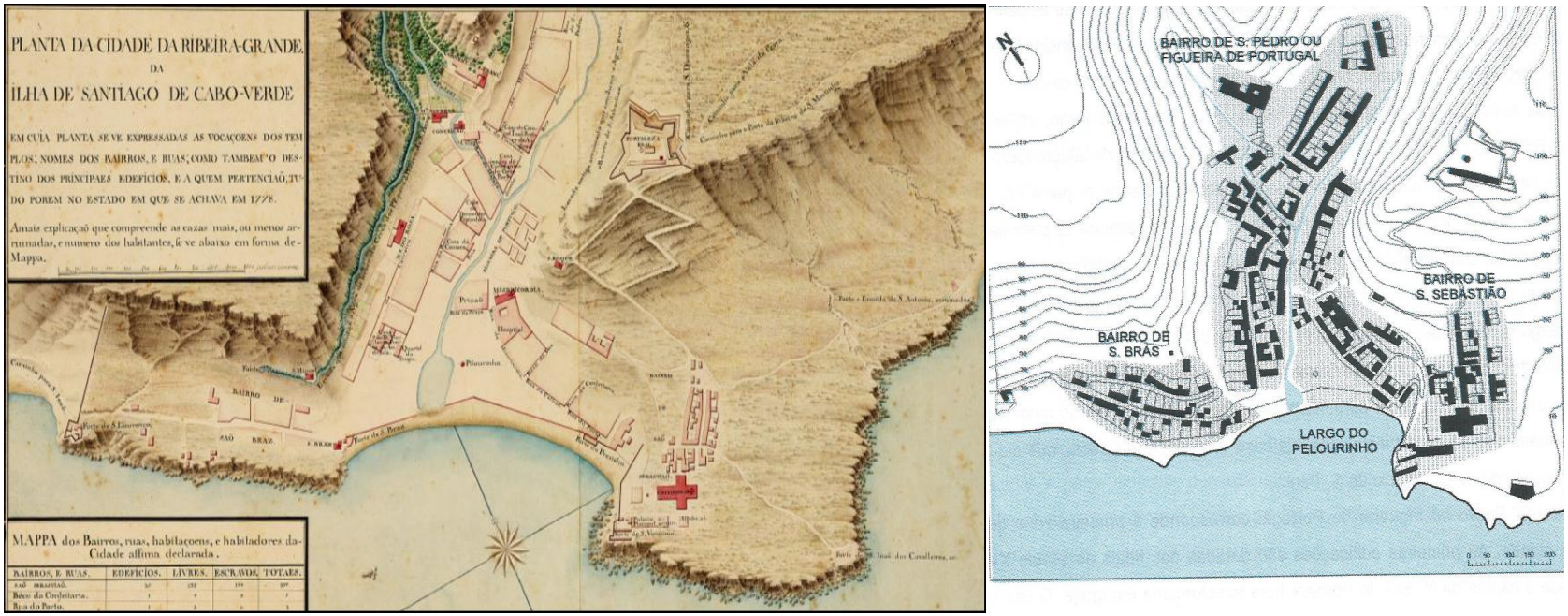


Figura 141 - 1ª Imagem: Largo do Pelourinho e o Bairro Figueira de Portugal ou S. Pedro de António Carlos Andrea. Fonte: AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. 2ª Imagem: Mapa do Bairro S. Sebastião de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [1611]. 3ª imagem: Mapa da Cidade da Ribeira Grande de 1778 do engenheiro António Carlos Andrea. Fonte: Cartografia Manuscrita. CART-024, D 123. ACL. AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [1612]. 4ª Imagem: Os bairros da cidade da Ribeira Grande. Fonte: PIRES, Fernando - *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII*. Edições UNI-CV. 2007.

[1611] PEREIRA, Daniel A.. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha.* 2ª Edição (Revista e aumentada). Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009.
[1612] Ibidem



Figura 50 – Bairros Históricos da Cidade Velha. .Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.

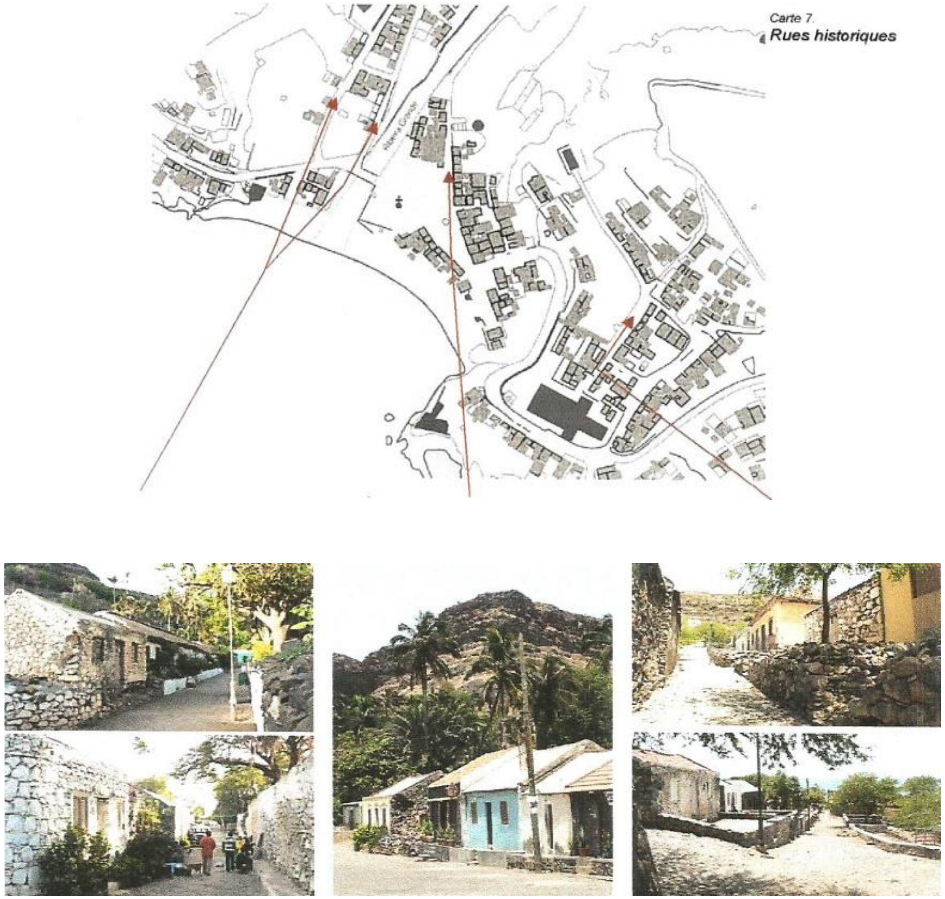


Figura 51 – Ruas Históricos da Cidade Velha. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E *DIAGNÓSTICO*. *RELATÓRIO*. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE *RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO*. [Em linha]. s/data. [Consult. a 15.01.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra.



Figura 254 - Mapa da Ribeira Grande com as suas fortificações e o estado delas e sua artilharia. Fonte: AHU – CARTm – 024, D. 0119. Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

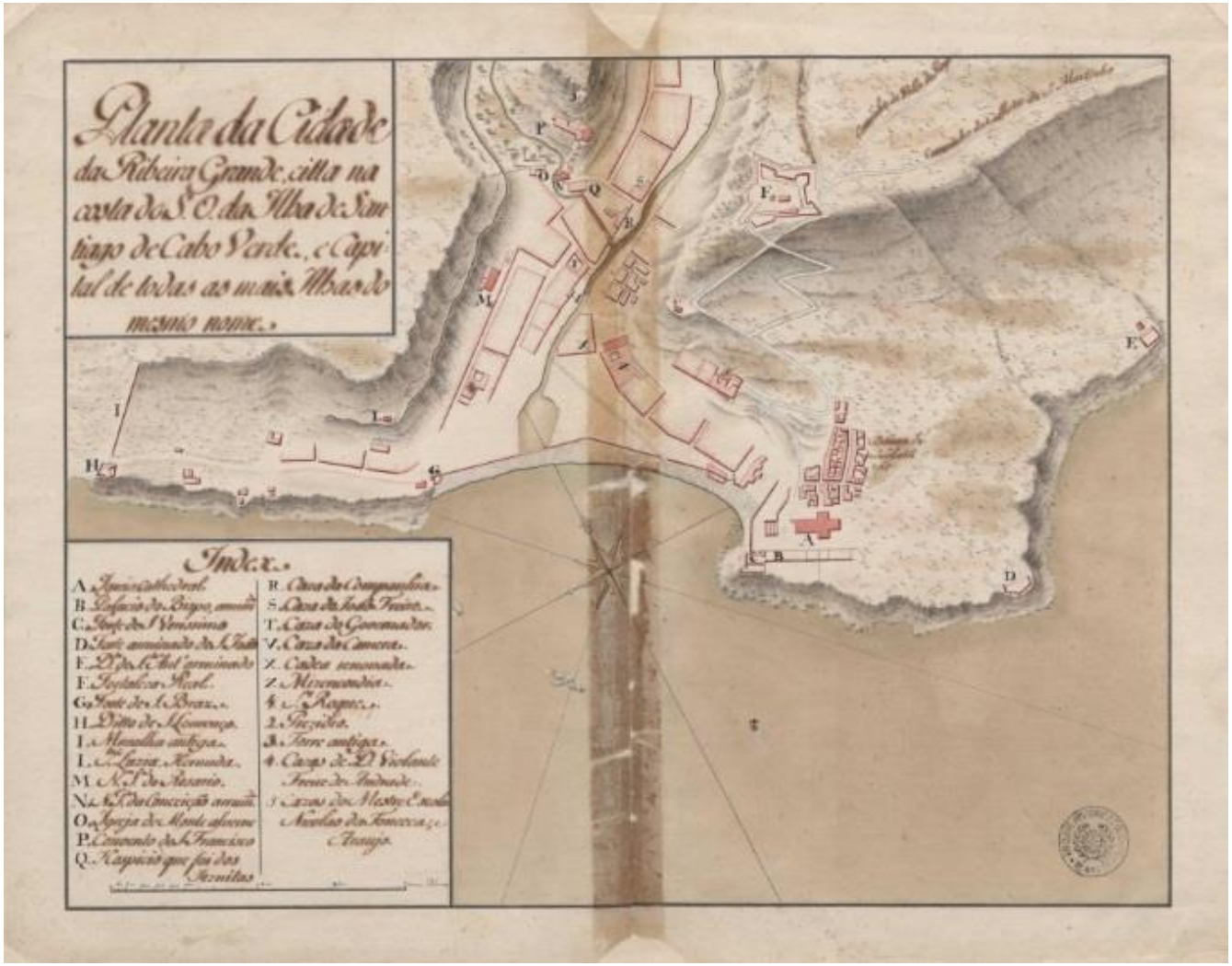


Figura 255 - Mapa da Ribeira Grande de António Carlos Andrea, 1778. Fonte: CART 024, D 123, ACL-UAH - Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

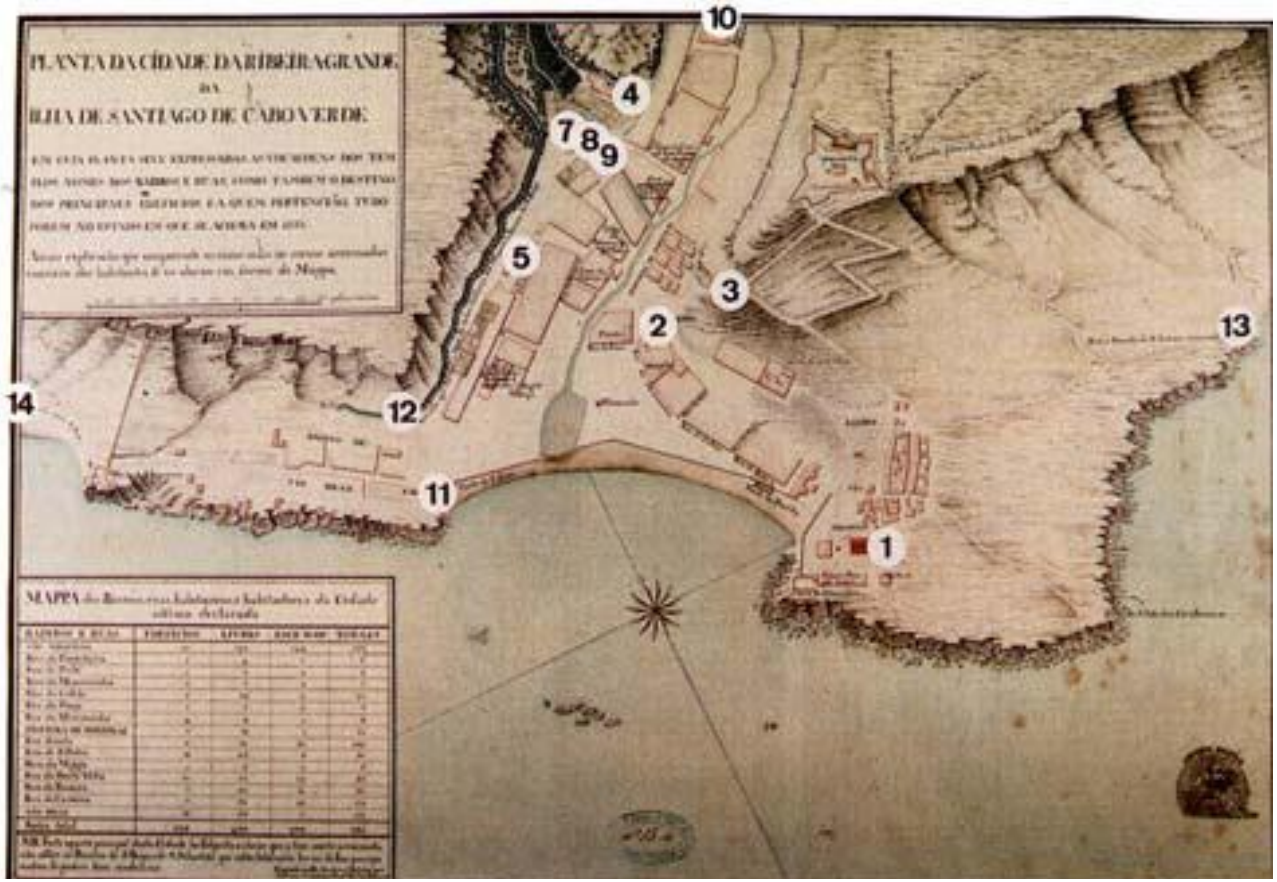


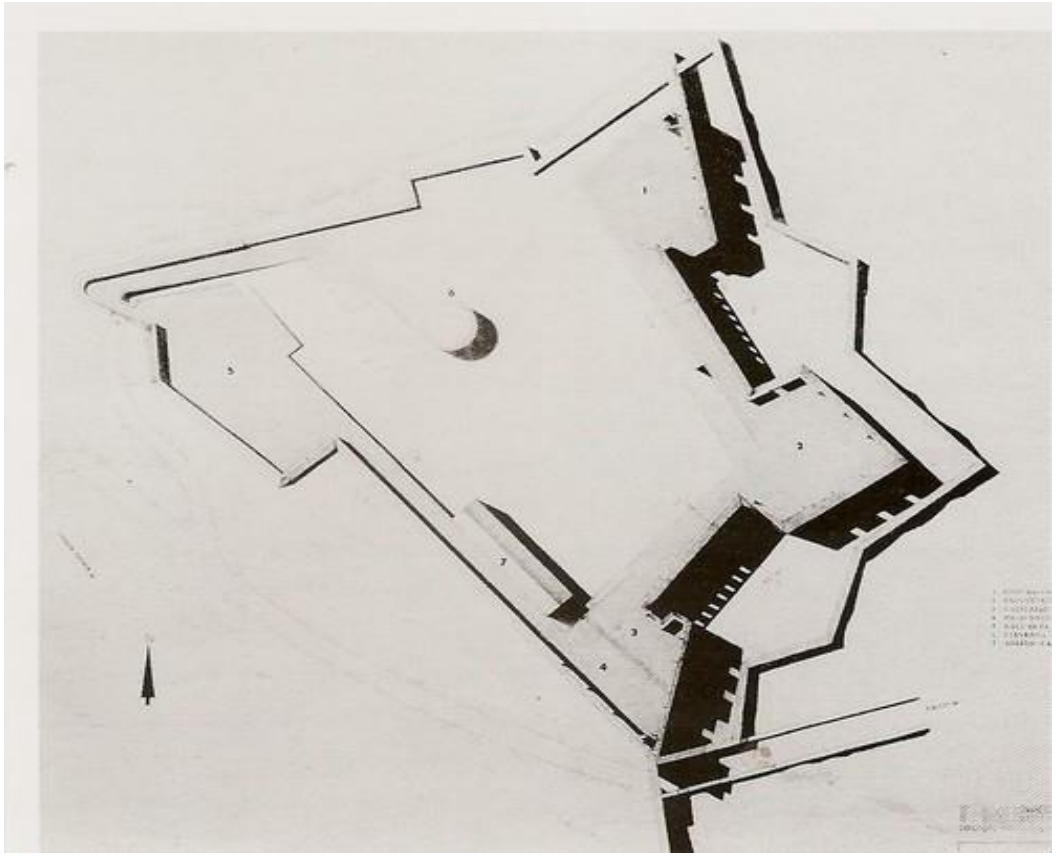
Figura 270 -.Mapa da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Mapa da Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Localização dos edifícios religiosos. Legenda: 1- Sé; 2 - Igreja da Misericórdia; 3 - Igreja de S. Roque; 4 - Convento de S. Francis Mapa da Cidade da Ribeira Grande de Santiago co; 5 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 6 - Paço Episcopal (ao lado de 1, a Sé Catedral); 7 - Igreja do Monte Alverne; 8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição; 9 - Hospício dos Jesuítas; 10 - Igreja de S. Pedro; 11 - Capela de S. Brás; 12 - Ermida de Santa Luzia; 13 - Ermida de S. António; 14 - Ermida de Santa Marta. Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO. RELATÓRIO. VOL. I. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. [Em linha]. 2008. [Consult. a 27.10.2015]. Disponível em: www.ams.cv/...pdm-ribeira-grande-santiago/42-projecto-pdm-ribeira-gra. Acesso a 27.10.2015.

ANEXO XIII

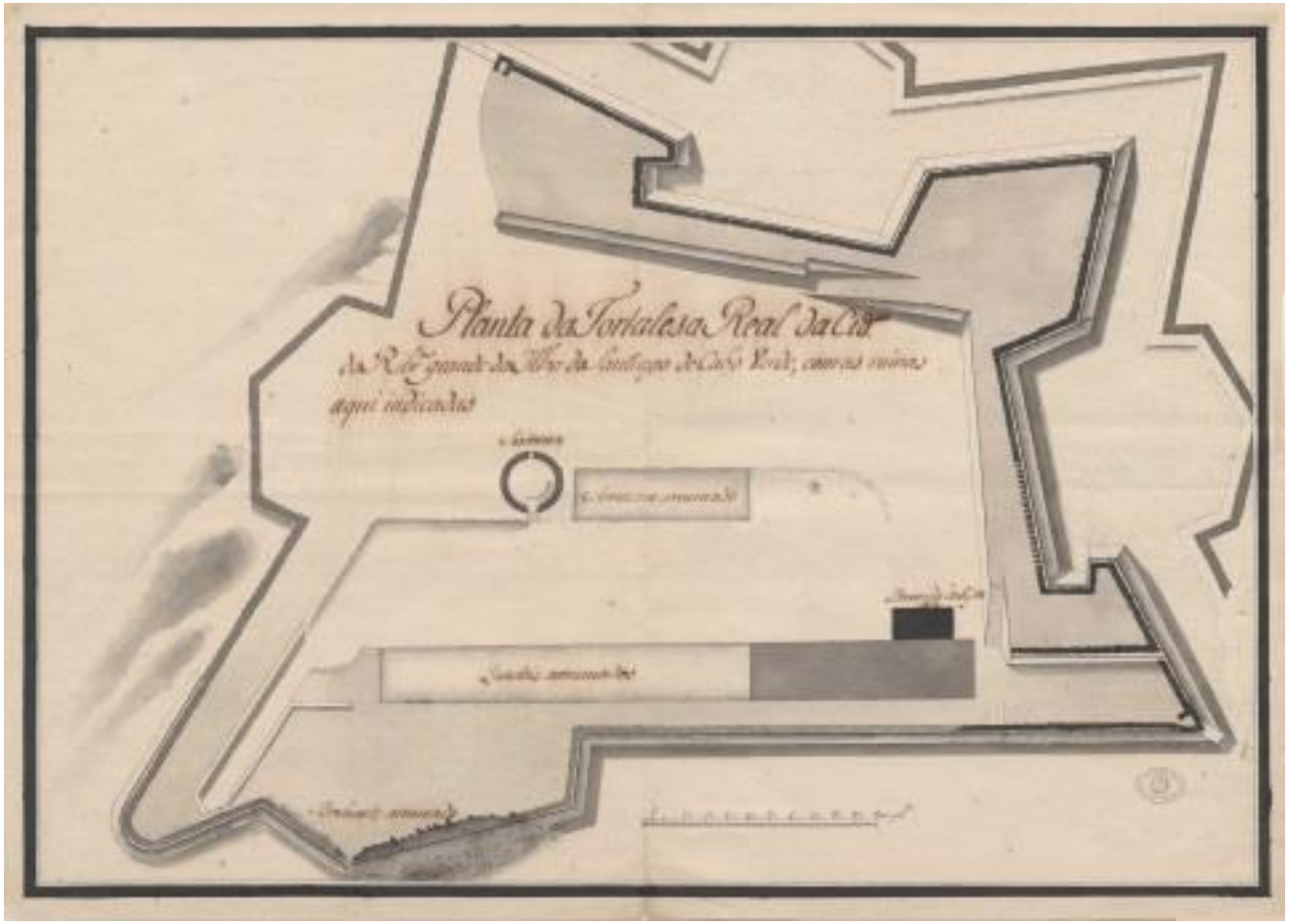
PLANTAS DE EDIFÌCIOS RELIGIOSOS

Planta da Fortaleza - Capela de S. Gonçalo.

Figura 142 – 1ª Imagem: Planta da Fortaleza da autoria de Luís Benavente.



2ª Imagem: Planta da Fortaleza com indicações escritas das intervenções.

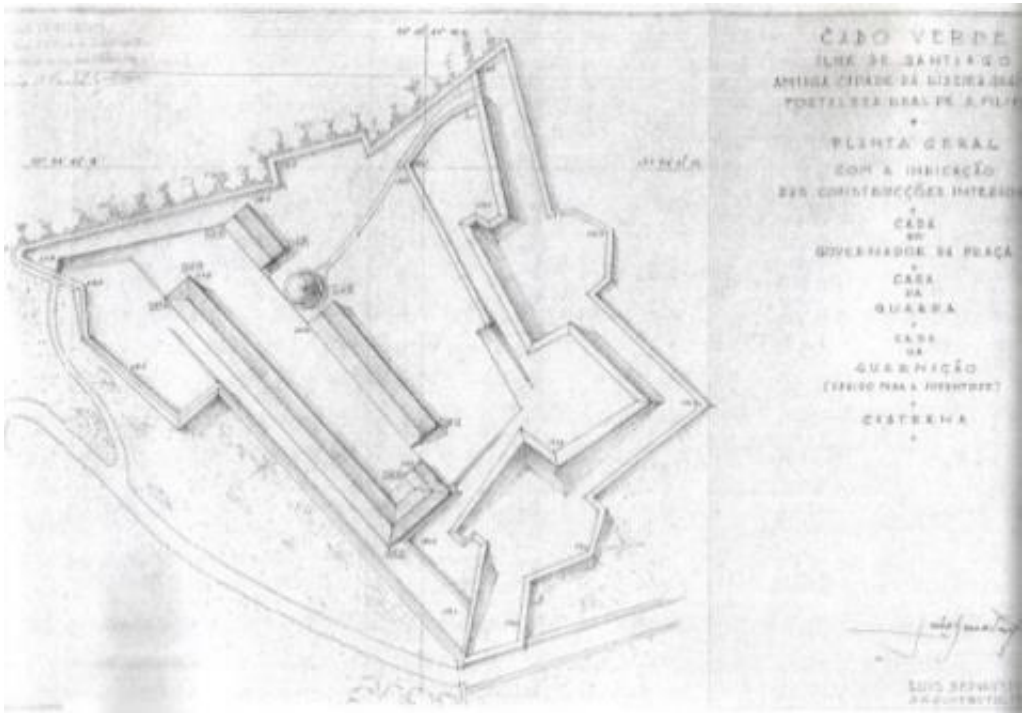


3ª Imagem: Fortaleza de São Filipe, Ribeira Grande, Ilha de Santiago. Planta Geral[1613].



[1613] Fonte: Instituto dos Arquivos Nacional/ Torre do Tombo – Catálogo - Luís Benavente/Arquitecto.

Figura 143 - Planta Geral da Fortaleza de S. Filipe com a indicação das construções interiores e da cisterna[1614]. Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais. (Originais e cópias). Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde. 2ª Imagem: Planta Gral da Fortaleza. Fonte: *[Planta Geral da Fortaleza*]. (Com indicação da entrada de água potável). Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe.



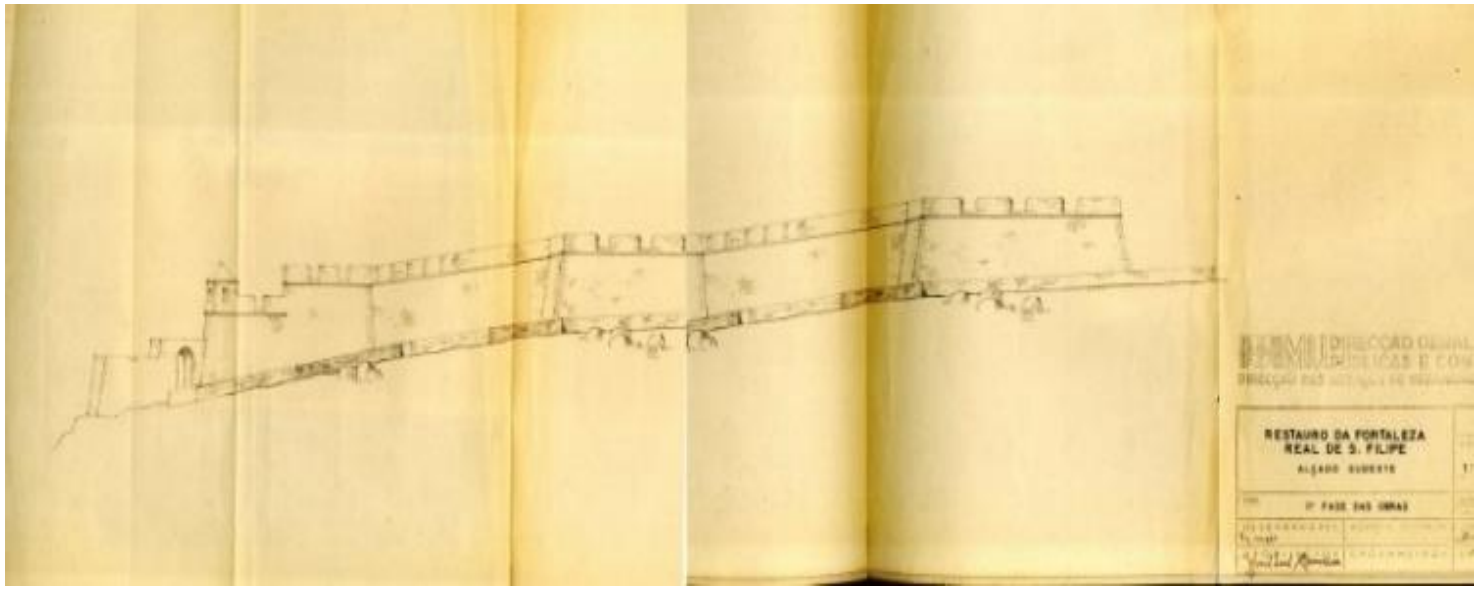
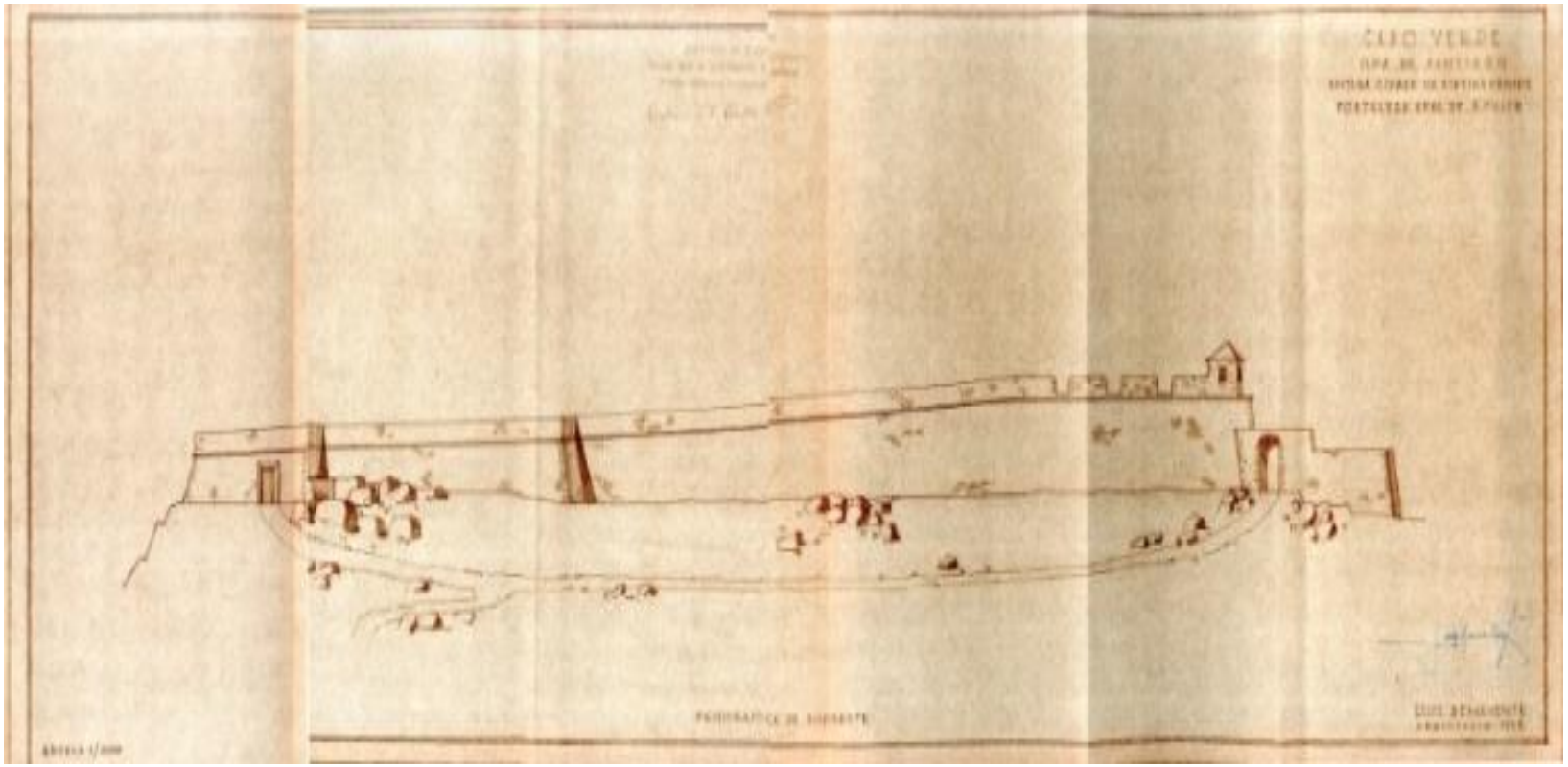


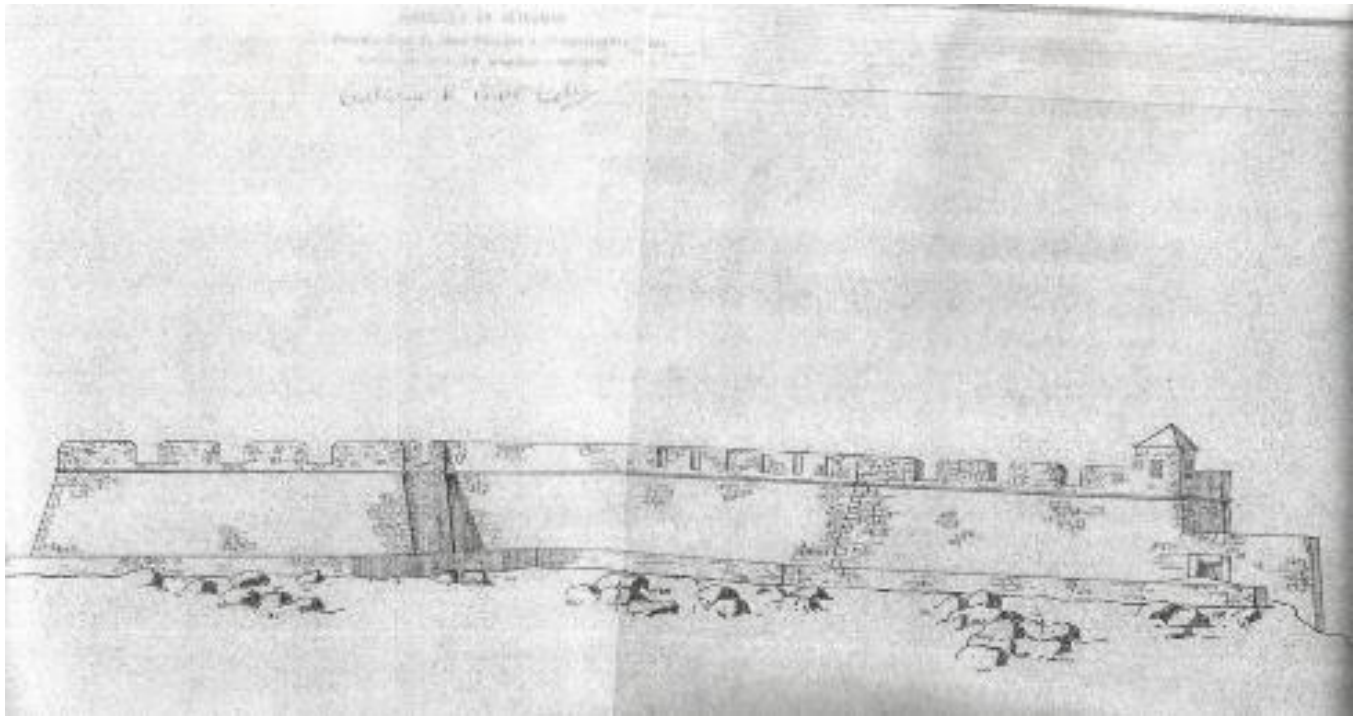
Figura 144 – 1ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de sudeste[1615]. 2ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de Sudoeste[1616]. 3ª Imagem: Fortaleza de S. Filipe - Panorâmica de noroeste[1617].

[1615] Fonte: *[Panorâmica de sudeste]*. *[Escala 1/200]*. Assinatura de Luís Benavente. Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. Escala *[0,5 cm];* originais e cópias. (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

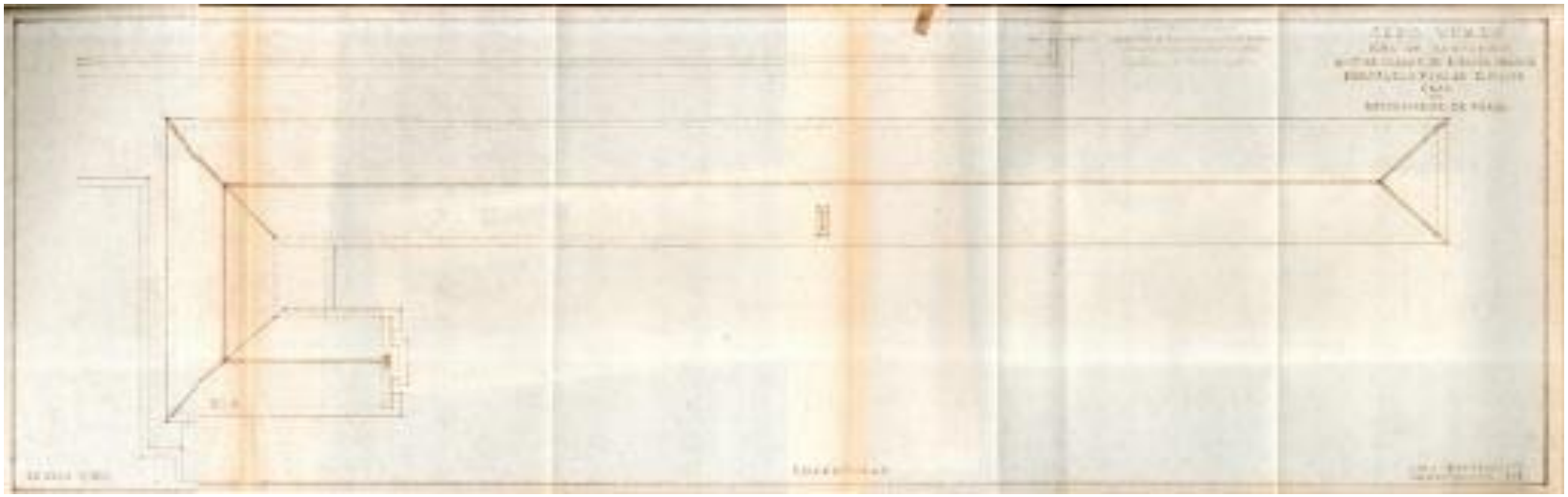
[1616] Fonte: *[Panorâmica de Sudoeste]*. Escala *[1/2000*]. (Assinatura de Luís Benavente e de uma outra entidade, a azul, em cima e em baixo). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

[1617] Fonte: *[Panorâmica de noroeste*] (cópia reduzida). Escala *[1/500*]. (Assinatura de Luís Benavente). Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. *[0,5 cm]*. (Originais e cópias). (Assinatura de Luís Benavente). Março 1959-Abril de 1961 Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.





4ª Imagem: Casa do Governador da Praça – coberturas.



5ª Imagem: Alçado do Topo Sudeste posterior. Fonte: Processo respeitante ao restauro da fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. 0,5 cm; originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. 1969. Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

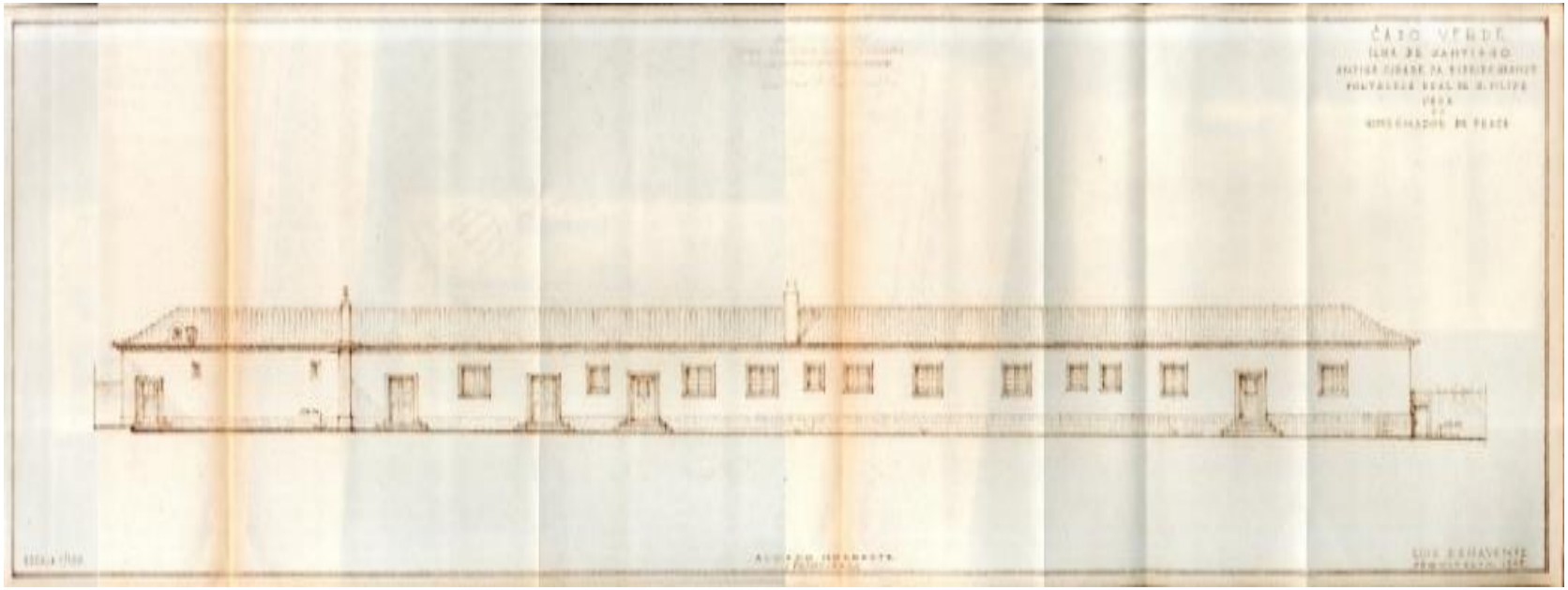


Figura 145 – 1ªe 2ª Imagens: Projecto da Casa do Governador da Praça – alçado do topo sudeste; Casa do Governador - Alçado do topo Nordeste. 3ª Imagem: Casa do Governador - Alçados do topo Noroeste. 1969

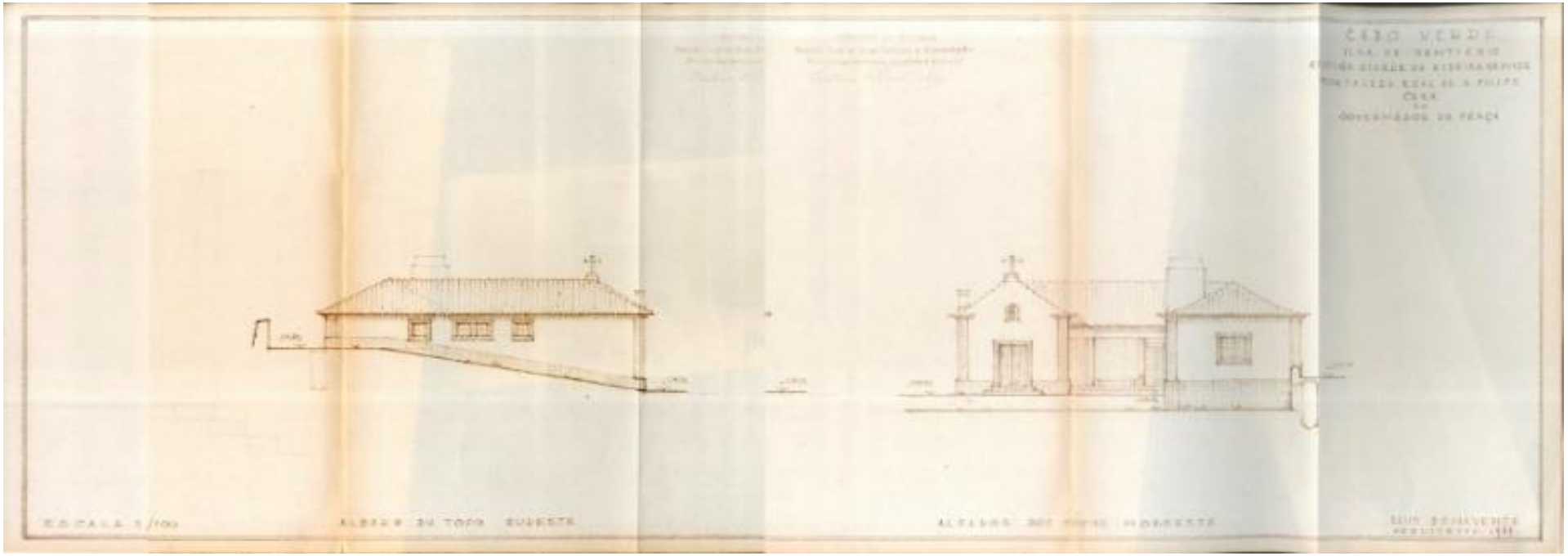
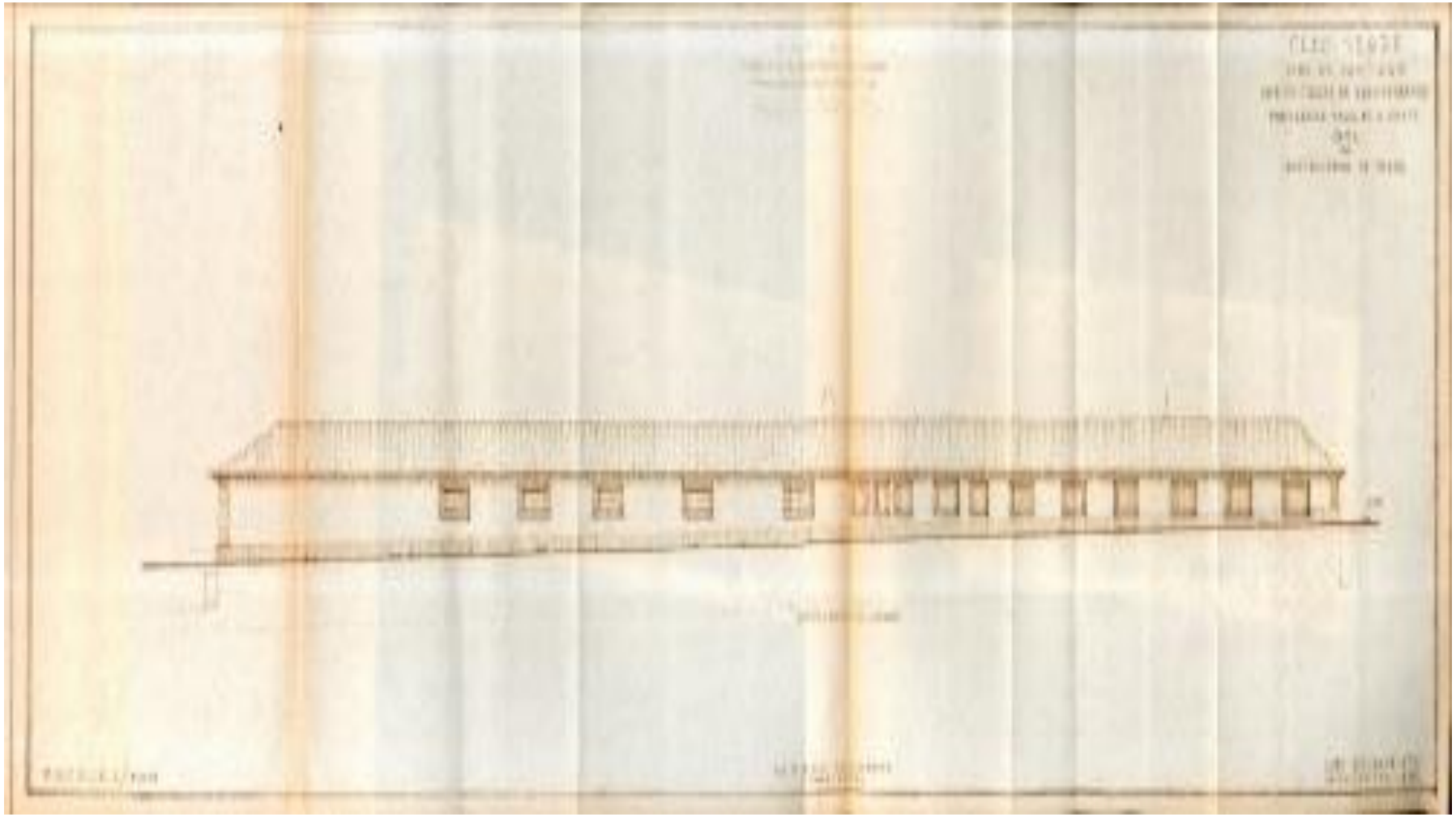
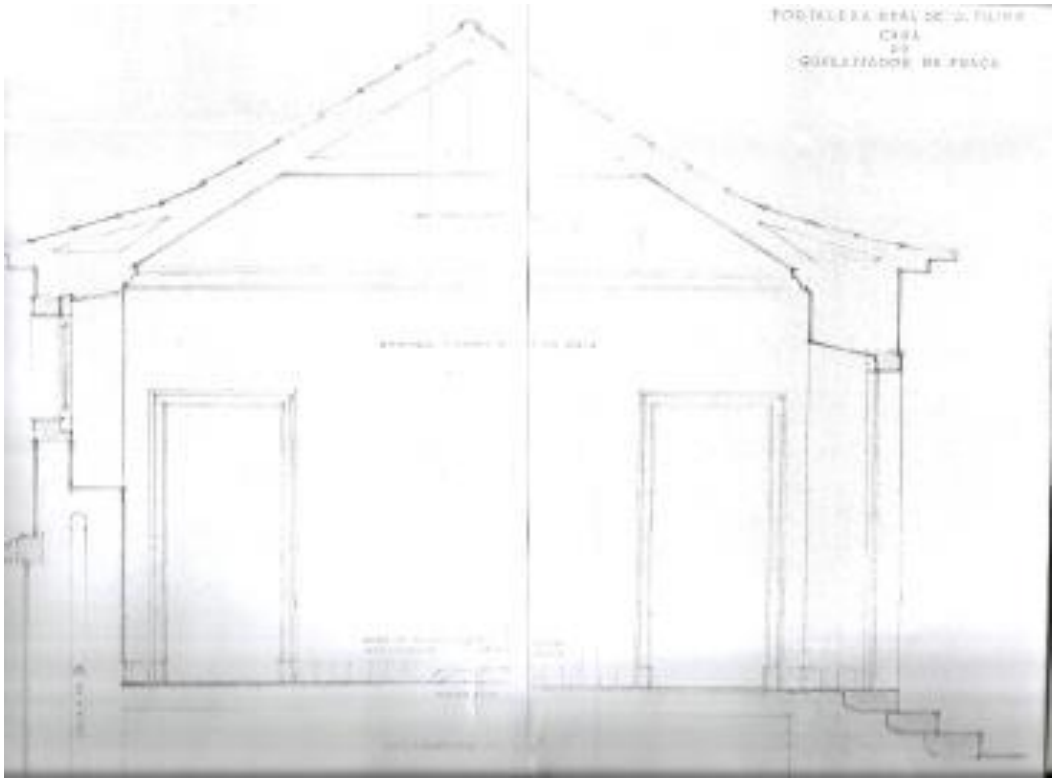
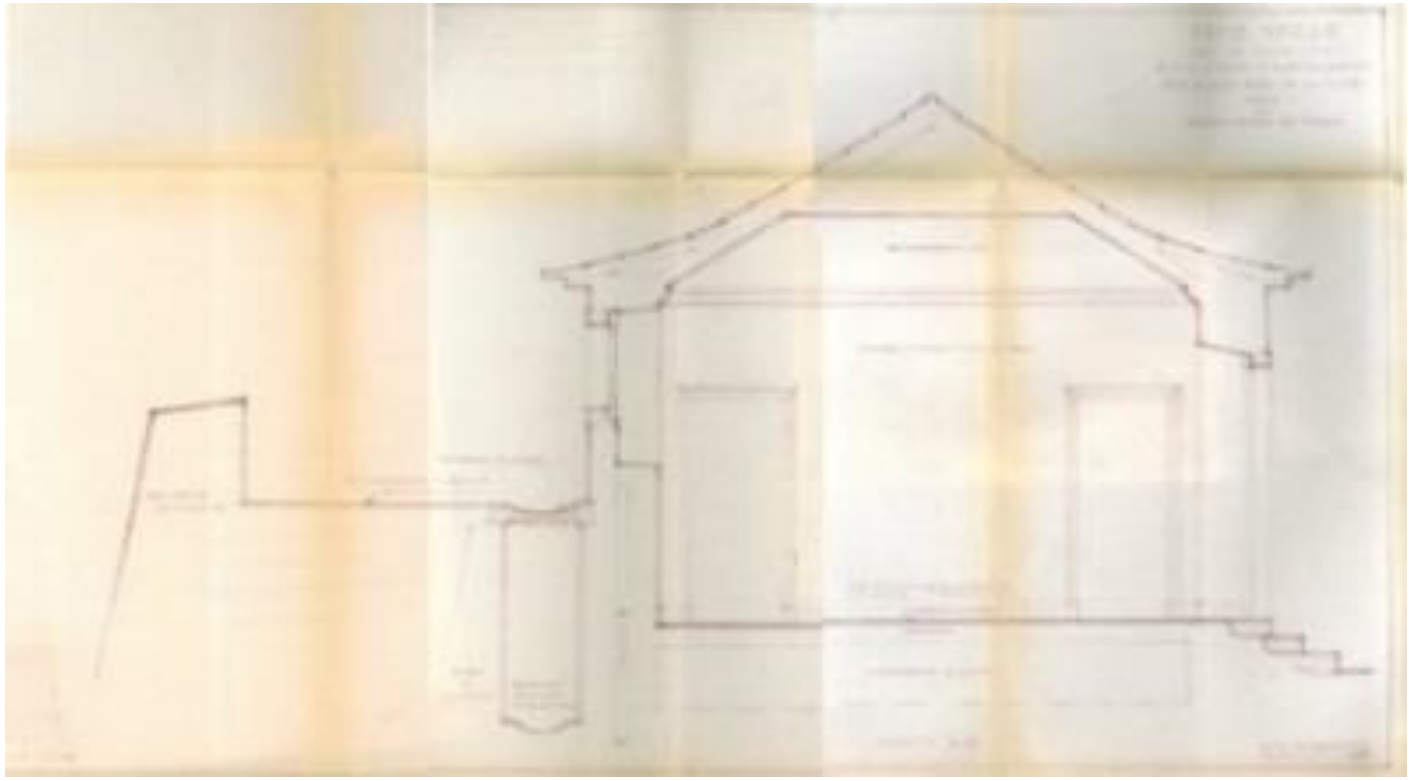


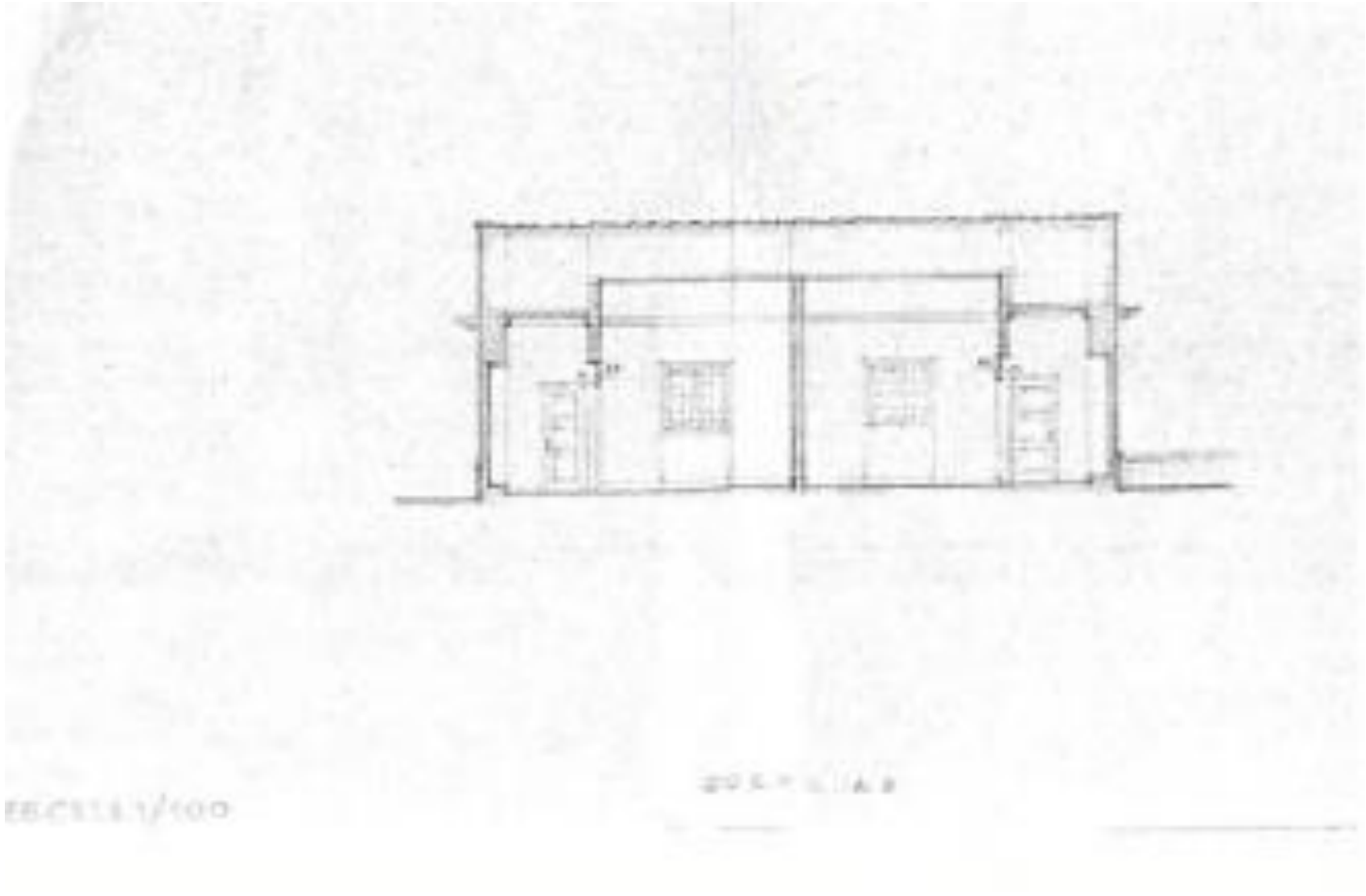
Figura 146 - 1ª Imagem: Casa do Governador - Corte AB.



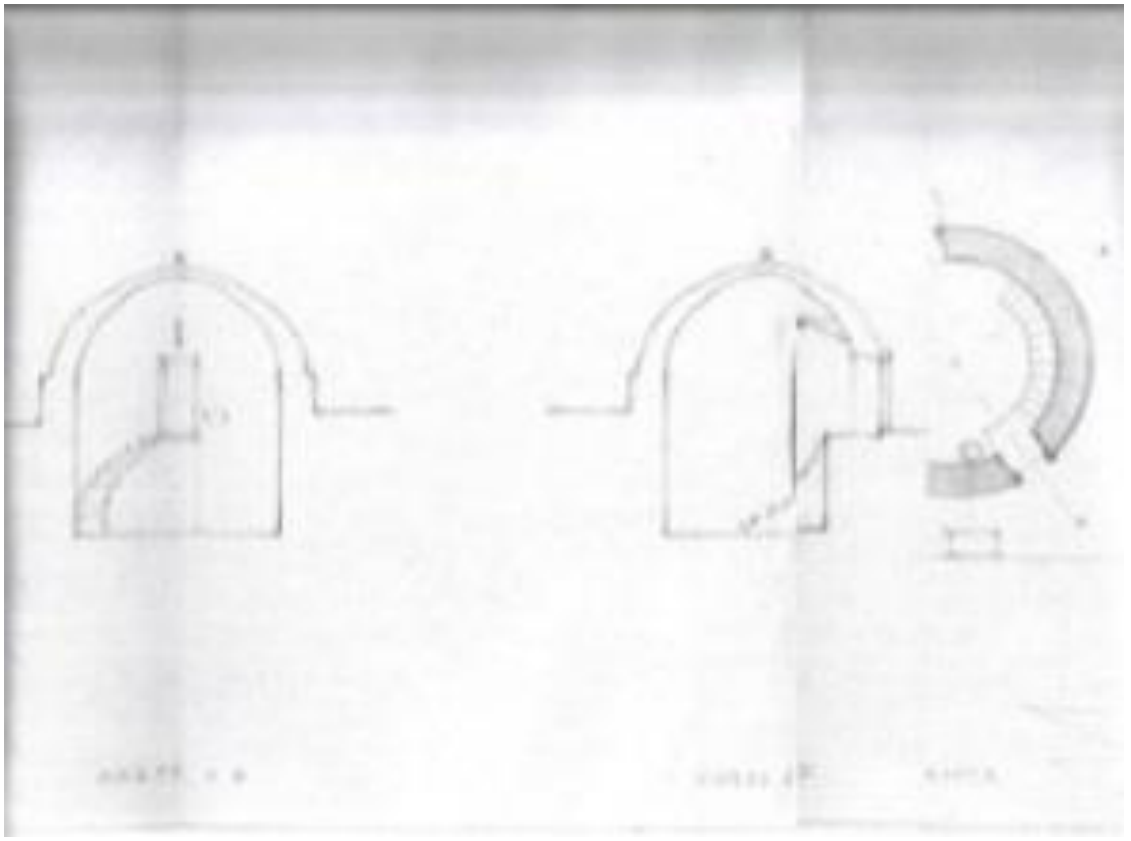


2ª Imagem: Casa de Guarnição - Corte AB e CD





3ª Imagem: Cisterna - Corte AB e CD. Planta da Cisterna.

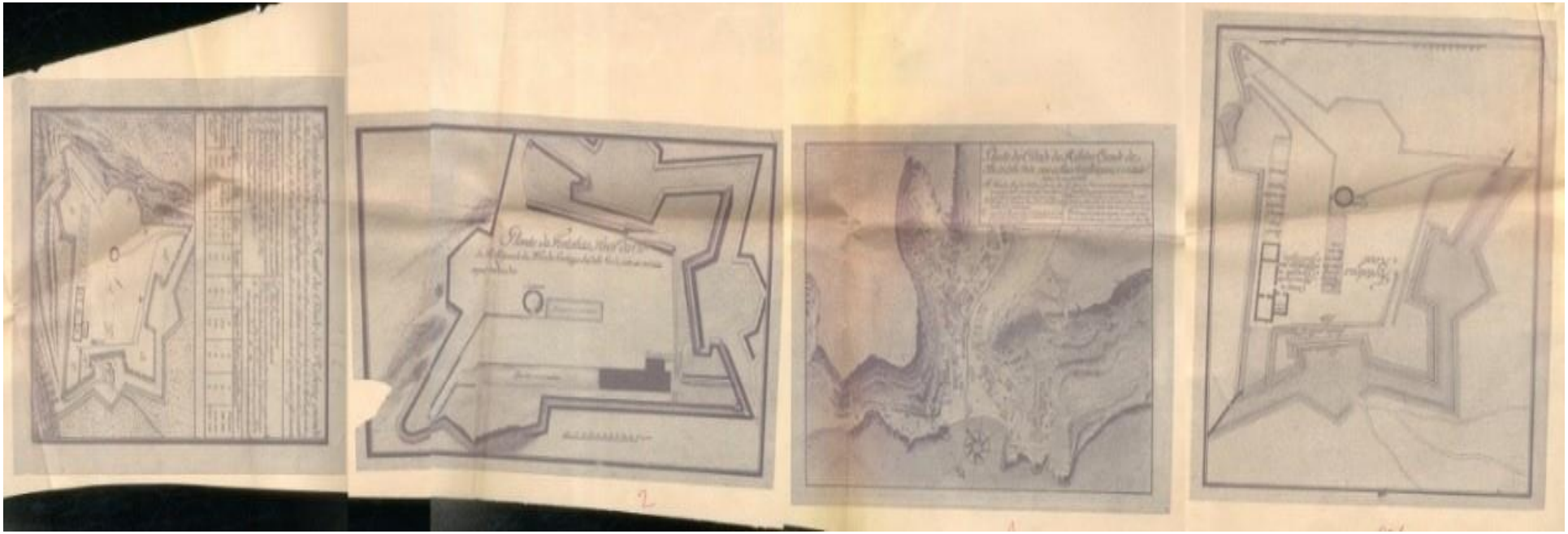




4ª Imagem: Planta dos dormitórios. **Fonte**: Processo respeitante ao restauro da Fortaleza de S. Filipe. Março 1959-Abril de 1961. *[0,5 cm]*. Originais e cópias. Assinatura de Luís Benavente. Cx. 399. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

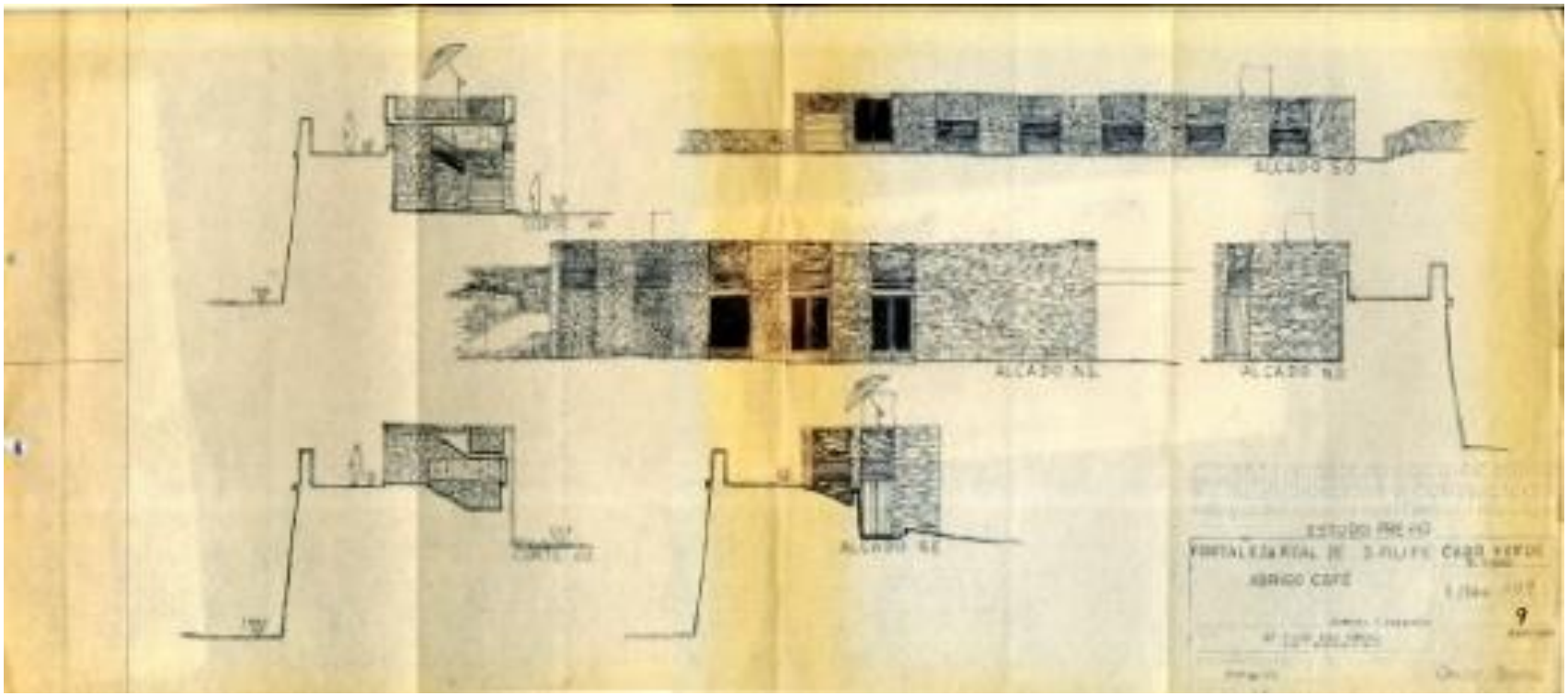


Fig. 19 - 1ª, 2ª e 4ª Imagens: 3 Plantas da fortaleza com o desenhos das obras a serem realizadas. **3ª Imagem**: Planta da cidade da Ribeira Grande; **5ª Imagem**: 1 planta de localização da Fortaleza; **6ª Imagem**: 1 planta de localização da Fortaleza e uma da ilha de Santiago, sinalizando a cidade da Ribeira Grande; **7ª e 8ª Imagens**: Pormenores das intervenções a serem realizadas na Fortaleza[1618].



[1618] Fonte: Restauração da Fortaleza de S. Filipe. Apontamento da Localização. Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça na Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. Planta da Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicação. Serviços de Urbanismo. *[1 cm];* cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Figura 147 - Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da praça da Fortaleza Real de S. Filipe. Casa do Governador, Casa de Guarnição e Abrigo-Café. Fonte: Projecto de reconstrução de interiores da casa do Governador e da Praça da Fortaleza Real de S. Filipe. Dez. 1969. *[1 cm]*; cópia. Assinatura de Luís Benavente. Caixa 1819. MIT. Arquivo Histórico de Cabo Verde.



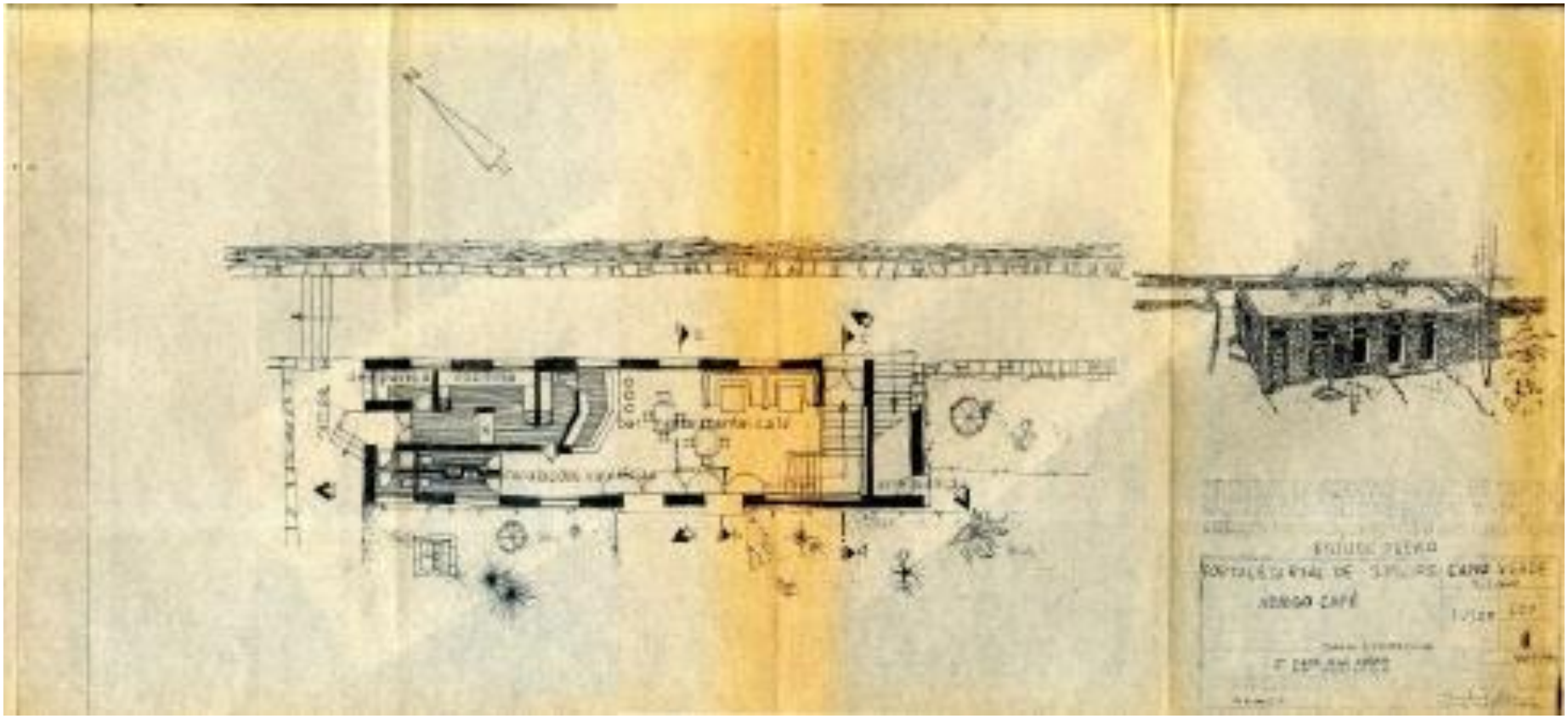
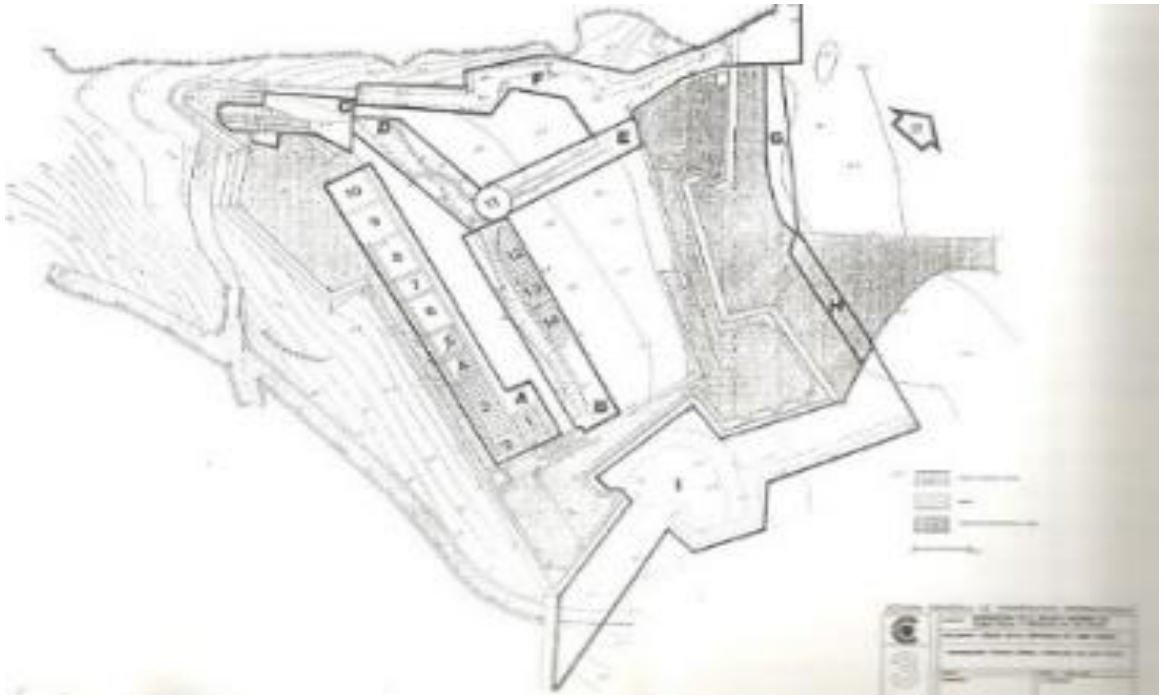


Figura 148 - 1ª Imagem: Plano da Fortaleza com zonas de intervenção; 2ª Imagem: Plano da Fortaleza -Áreas de actuação arqueológica. Fonte: CABO VERDE, FORTALEZAS, GENTE E PAISAGEM - Ediciones decooperacíon para el Desarrollo. (Seleccíon de textos y fotografias : Carlos Garcia Peña). Grafo, S.A. Bilbao. Ediciones de Cooperacion para el Desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional. (s.d).



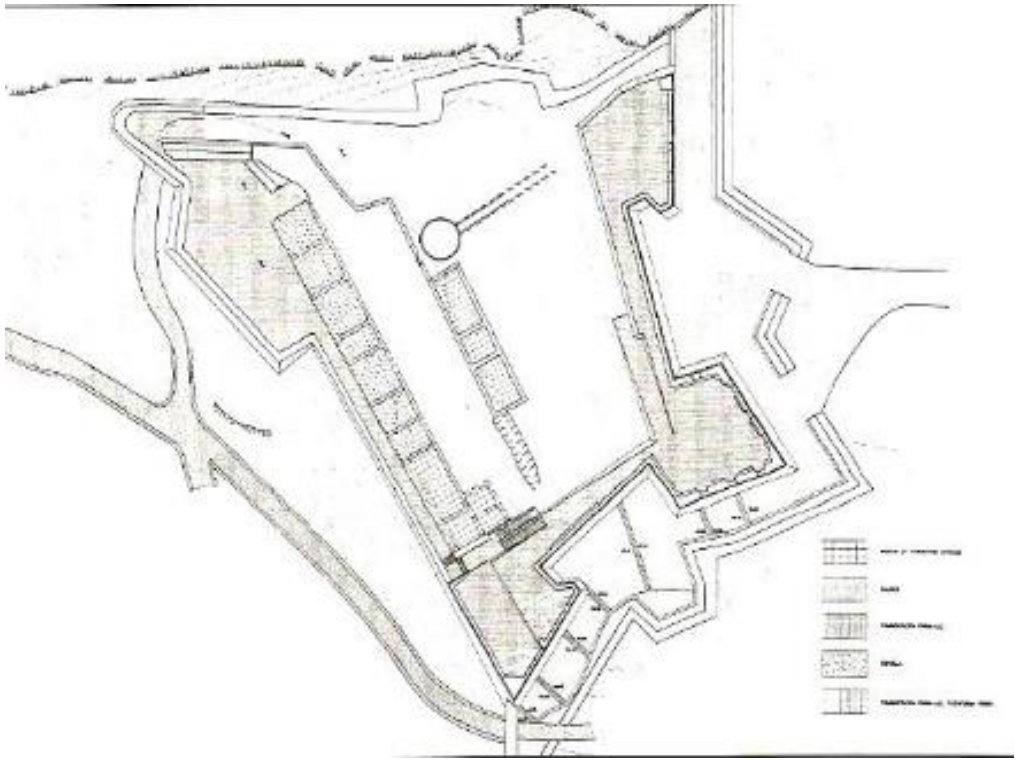
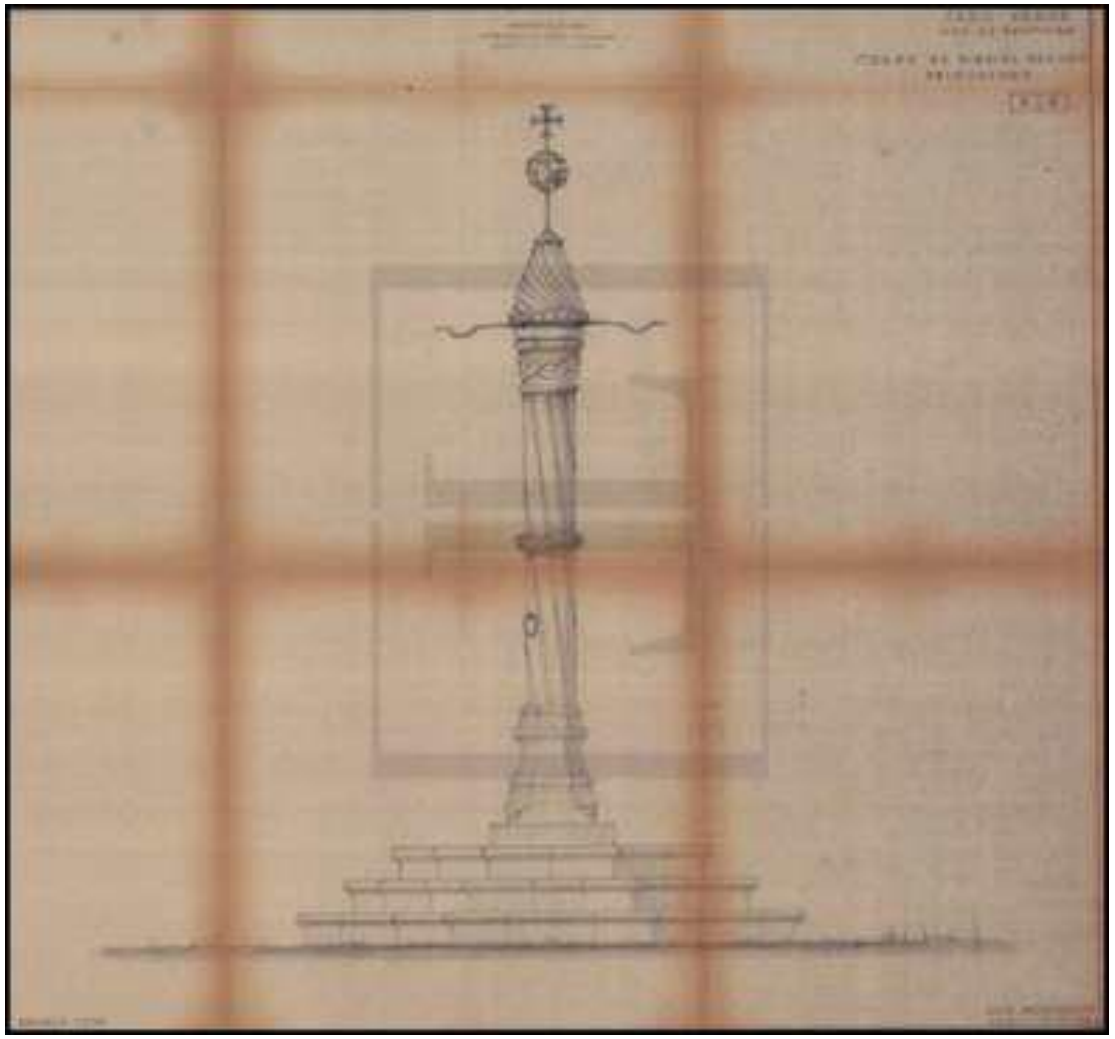


Figura 149 - Planta do pelourinho da Ribeira Grande e planta da sua base – remodelação e restauração por Luís Benavente nos anos 60[1619].



[1619] Fonte: SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos - *A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)* . 225 f. Setembro de 2016. Tese de Mestrado.

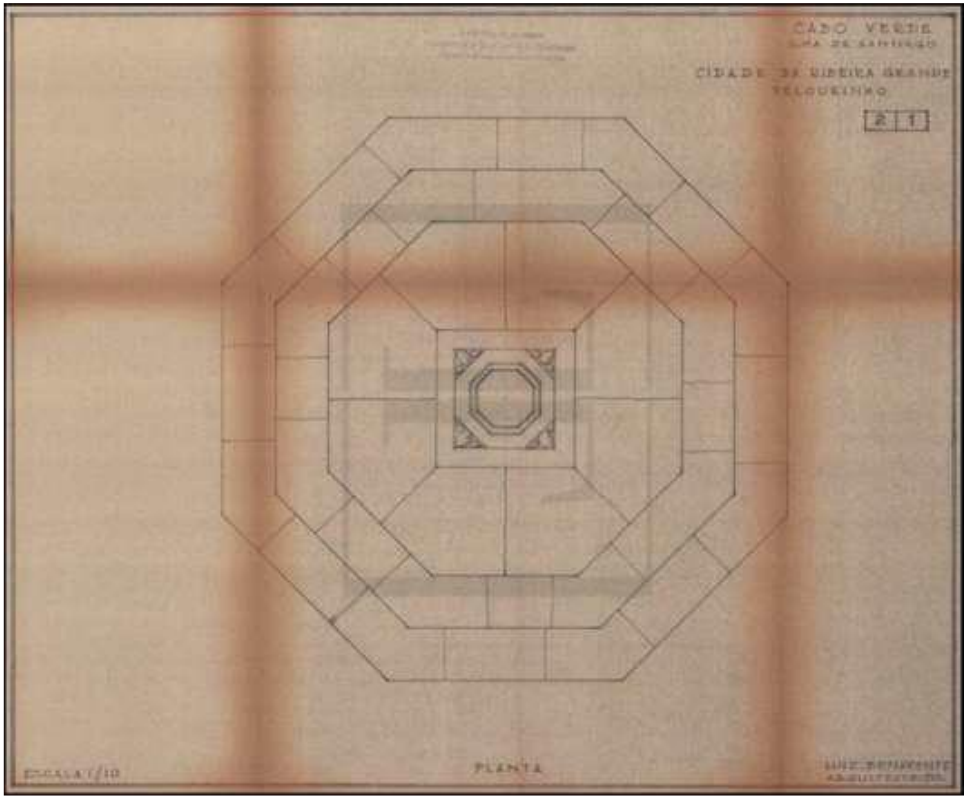

CABO VERDE
CIDADE DA RIBEIRA GRANDE
VELOURINHO
2 1
PLANTA

Figura 80 - Planta da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

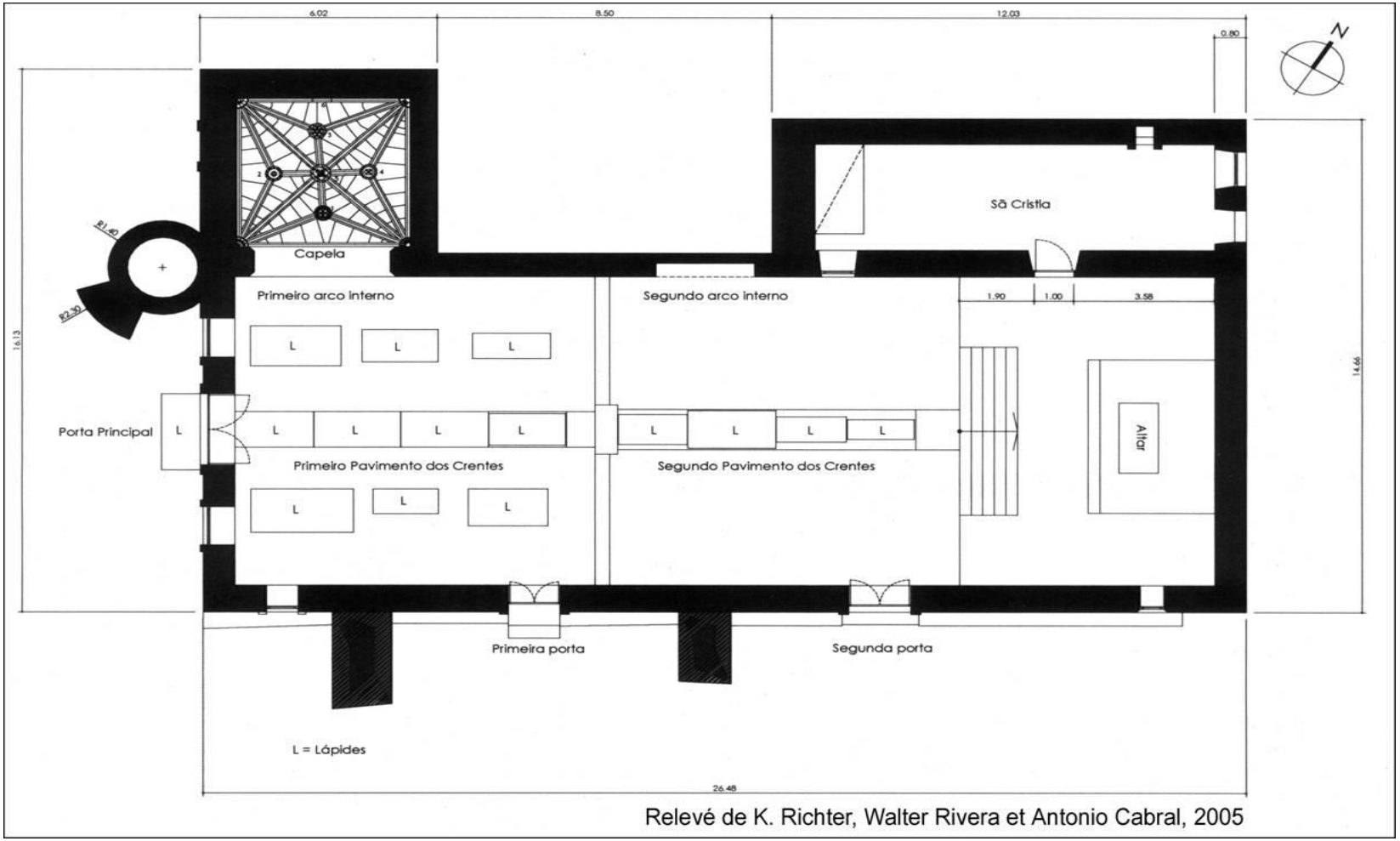


Figura 153 - Planta da Sé Catedral

